

DICIONÁRIO BIO-BIBLIOGRÁFICO SERGIPANO

De ARMINDO GUARANÁ

O *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*, de Armindo Guaraná é uma obra monumental, que reúne mais de 640 biografias dos mais ilustres sergipanos, detalhadas dentro e fora de Sergipe, como um testemunho para a posteridade. É, por isto mesmo, uma fonte de referências confiáveis, cotejadas com informações diversas, que chama a atenção para a fertilidade intelectual da terra, tal o número de exemplos contidos nas páginas do livro, que teve edição póstuma, graças aos esforços dos intelectuais Prado Sampaio e Epifânio Dória, que foram os Editores e a determinação do presidente Maurício Graccho Cardoso, que autorizou os gatos com a publicação. O *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*, de Armindo Guaraná (Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925) tem sido, em mais de 80 anos de circulação e uso, a principal fonte para o conhecimento biográfico dos sergipanos, notadamente bacharéis em Direito, médicos, engenheiros, militares, farmacêuticos, agrônomos, que galgaram o destaque, intelectual, empresarial e político.

Nascido em São Cristóvão (SE), em 4 de agosto de 1848, Manoel Armindo Cordeiro Guaraná bacharelou-se no Recife (PE), em 1871, participando do ambiente cultural que Tobias Barreto enriqueceu com sua presença de gênio. Dedicou-se ao jornalismo, a política, a magistratura e a história, elaborando diversos trabalhos que enriqueceram a estante sergipana, como *Jornais, Revistas e outras publicações periódicas*, de 1832 a 1908, Catálogo que registra o primeiros dos jornais, o *Recopilador Sergipano*, editado em Estância, na Tipografia Silveira & Cia, de propriedade do monsenhor Antonio Fernandes da Silveira, enumerando em São Cristóvão, Aracaju, Laranjeiras, Propriá, Maroim, Capela, Simão Dias, Lagarto, Santo Amaro e Neópolis, as publicações jornalísticas e literárias, até 1908, ano do centenário do aparecimento do primeiro dos jornais brasileiros, o *Correio Brasiliense*, editado em Londres, em 1808, por Hipólito da Costa. O Catálogo da imprensa em Sergipe foi publicado no número especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1908. Escreveu o *Glossário etmológico dos nomes da língua tupi na geografia do Estado de Sergipe* (in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, 1914) e auxiliou Sacramento Blake na redação do *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Armindo Guaraná morreu, em Aracaju, em 10 de maio de 1924.

Sendo um livro raro e muito procurado como fonte de pesquisa, o *Dicionário Biobibliográfico Sergipano* de Armindo Guaraná, agora postado neste serigysite, certamente continuará cumprindo um papel esclarecedor, atendendo às novas gerações de pesquisadores e estudiosos. O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Cultura, promete uma nova edição do livro, atualizada naquilo que não compromete o trabalho pioneiro do autor.

Luiz Antonio Barreto.

Obs. Foram retirados os textos introdutórios e o aviso do final do livro, editando-se apenas os 647 verbetes. A intenção dos editores do serigysite é atualizar, com dados complementares, as biografias do *Dicionário*.

Abdias Bezerra, Professor – Filho do professor João Amando Bezerra, e D. Hermínia Rosa Bezerra, nasceu na vila de Siriri a 7 de setembro de 1880. Depois de ter freqüentado as escolas de Siriri, Itabaiana e Japarutuba, começou seus estudos secundários no “Ateneu Sergipense”. Aspirando abraçar a carreira das armas, matriculou-se em março de 1900 na Escola Militar do Realengo. Ali fez o curso secundário, o primeiro ano do curso superior, quando teve baixa do Exército por ter-se envolvido na revolta de novembro de 1904. De volta ao Estado dedicou-se ao magistério particular, lecionando simultaneamente diversas matérias, até que aberto um concurso para o preenchimento da cadeira de francês do Ateneu Sergipense, foi vantajosamente classificado e provido a 28 de maio de 1909 no governo do Dr. Rodrigues Dória. Professor de preparo pouco comum com aptidão para reger qualquer cadeira do curso ginasial, depois de transferido em 1911 para as cadeiras conjuntas de aritmética e álgebra e logo após para a de português, em 1915 foi mais uma vez transferido para as cadeiras de geometria a trigonometria, voltando a 21 de junho de 1916 a ocupar a primitiva cadeira de aritmética e álgebra, que já havia regido. A três de novembro de 1922 foi nomeado Diretor do Ateneu Sergipense, a 10 de abril de 1923 diretor interino do curso comercial “Conselheiro Orlando” e por ato de 24 de maio de 1923 diretor da Instrução Pública do Estado. Neste caráter foi comissionado pelo Presidente do Estado para ir a S. Paulo observar os processos modernos de ensino ali seguidos, a fim de introduzi-los em Sergipe. Escreveu:

– *Discurso* proferido pelo diretor geral da Instrução no dia 2 de setembro de 1923 na inauguração do Grupo Escolar “Vigário Barroso” na cidade de S. Cristóvão. No “Diário Oficial” de 5 do mesmo mês.

– *Discurso* pronunciado no dia 29 de novembro de 1923 como paraninfo das normalistas diplomadas de 1923. Idem, do 1º do mês seguinte.

– *Regulamento da Instrução Pública*. Por decreto nº 867 de 11 de março de 1924 foi mandado vigorar nos serviços concernentes à instrução pública do Estado. No “Diário Oficial” de 16 do mês citado.

► *Data de morte: 14 de junho de 1944, em Aracaju (SE).*

Abdias de Oliveira, Desembargador – Nascido em 29 de janeiro de 1852 no engenho Coqueiro na freguesia, hoje município do Riachão, foram seus pais o capitão José Antonio da Costa e D. Joaquina Maria de Menezes. No Riachão fez suas primeiras letras, iniciando em 1865 os estudos de línguas no “Ginásio Baiano” do Dr. Abílio César Borges, mais tarde Barão de Macaúbas. Dois anos depois internou-se no seminário de Santa Tereza, fazendo nesse estabelecimento e na Faculdade de Medicina diversos preparatórios, os quais se invalidaram pela interrupção dos seus estudos por espaço de seis anos em virtude de moléstia. Em 1876 recordou em Aracaju todas as matérias já estudadas e em seguida aos exames a que se submeteu, matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, na qual fez os dois primeiros anos, terminando o curso acadêmico na do Recife em 17 de dezembro de 1882, em que recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

Em 9 de janeiro de 1883 foi nomeado promotor público da comarca de Feira de Santana, na Bahia, cujo cargo exerceu até 1886, quando a 18 de setembro do mesmo ano, foi nomeado juiz municipal do termo de Campos, em Sergipe. Nomeado em maio de 1889 juiz de direito da Comarca de Bom Conselho, em Pernambuco, foi removido em 8 de dezembro de 1890 para a de Iguarassú; dessa para a de Gravatá em outubro de 1892 e em 1893 para a de Nazaré, onde se conservou até 11 de agosto de 1910, data em que passou o exercício das suas funções por ter sido removido para a vara privativa de órfãos no Recife. Em 11 de agosto de

1911 ascendeu ao cargo de desembargador do Superior Tribunal de Justiça, para o qual foi eleito por seus pares presidente a 1 de fevereiro de 1924. Em todas as comarcas sob sua jurisdição sempre gozou de honroso conceito pelos seus dotes morais, sólida cultura jurídica e elevado sentimento de caridade. Na de Feira de Santana, quando promotor, foi um dos maiores benfeitores do Asilo de N. S. de Lourdes, prestes a desaparecer com a morte do seu fundador, Padre Ovídio Alves de S. Boaventura, o que conseguiu evitar, empregando o melhor do seu generoso esforço para garantir o abrigo de quarenta infelizes crianças recolhidas naquele estabelecimento pio.

Em 21 de setembro de 1909 foi nomeado pelo governador do Estado, Dr. Herculano Bandeira, para apurar na Comarca de Limoeiro a quem cabia a responsabilidade pelo assassinato do Capitão Manoel Simplicio Gonçalves. Desempenhou como juiz reto essa comissão descobrindo e processando os criminosos. A sua sentença saiu publicada no “Jornal do Recife” de 20 de novembro do mesmo ano. Colaborou no “Correio de Notícias” da Feira de Santana, escrevendo artigos sobre a emancipação dos escravos e sobre a caridade, e na “Cidade de Nazaré”, Pernambuco, adaptando por vezes mais de um pseudônimo, tendo feito também conferências públicas sobre datas históricas, maçonaria, etc. Como juiz de direito de Bom Conselho publicou na Revista “O Direito” várias sentenças sobre casos concretos da ciência, a que se tem aplicado assiduamente com o maior proveito.

Escreveu:

– *A hecatombe de Garanhuns*. Relatório apresentado ao Superior Tribunal de Justiça e taquigrafado pelo representante do “Jornal do Recife”. Pernambuco, 1918, 32 págs. in 12°. Tipografia do “Jornal do Recife”.

► *Data de morte: 18 de Maio de 1935, em Olinda (PE).*

Abreu Fialho – Vide José Antonio de Abreu Fialho.

Achiles de Oliveira Ribeiro, Bacharel –Filho do bacharel Domingos de Oliveira Ribeiro e D. Helena de Freitas Oliveira Ribeiro, nasceu a 14 de abril de 1873 em Laranjeiras. Do seu progenitor, como do seu irmão, Álvaro de Oliveira Ribeiro, farei menção mais adiante. Estudou preparatórios em Aracaju, Laranjeiras e no colégio “Vitória” da Bahia.

Tendo seguido o curso de direito na Faculdade do Recife, recebeu o grau de bacharel a 10 de novembro de 1892. Logo depois de formado advogou em Riachuelo durante pouco tempo, visto ter sido nomeado em março de 1894 promotor público da comarca de Vila Bela, no Estado de São Paulo, removido no ano seguinte para a de Rio Claro. Entrando para a magistratura vitalícia do mesmo Estado, foi nomeado em setembro de 1896 juiz de direito da comarca de S. Antonio da Cachoeira, transferido para o Rio Claro em novembro de 1911, de onde foi removido em 1923 para a 5ª vara cível e comercial da Capital, cargo que ainda ocupa. Seus trabalhos de direito e algumas sentenças têm sido publicados no “Correio Paulistano”, “O Estado de São Paulo”, “Diário do Rio Claro”, “Gazeta Jurídica de S. Paulo”, “S. Paulo Judiciário”, “Revista dos Tribunais” e “Revista Mensal”.

Escreveu:

– *Discurso* proferido no Teatro Variedades da cidade do Rio Claro a 15 de novembro de 1917 em comemoração à data da proclamação da República. No “Estado de S. Paulo” de 19 do mesmo mês, 8ª coluna da pág. 8.

– *Discurso* lido no dia 24 de fevereiro de 1923 em agradecimento às homenagens promovidas pelo foro e pela população da cidade do Rio Claro, por ocasião de deixar o cargo de juiz de direito da comarca. No mesmo jornal de 26 do referido mês.

Adalardo Carvalho Lisboa Nogueira, Engenheiro – Filho do major Francisco Rodrigues Nogueira e D. Gertrudes Lisboa Nogueira, nasceu a 5 de dezembro de 1882 em Laranjeiras. Aos 16 anos partiu para os Estados Unidos, onde em 1904 completou o curso de

engenharia mecânica na Cidade de Filadélfia. De volta ao Brasil fez uma excursão ao sul do país, logo depois de formado e ao regressar ao Estado tratou de explorar uma fazenda de criação de sua propriedade no município de Laranjeiras.

Escreveu:

– *Interesses agrícolas*. Ao digno presidente de Sergipe. No “O Estado de Sergipe”, de 5 de novembro e 22 de dezembro de 1904.

Adalberto Simeão Sobral, Monsenhor – Filho do Coronel Simeão Teles de Menezes Sobral e D. Luisa Francisca Accioly Sobral e irmão do desembargador Simeão Teles de Menezes Sobral, mencionado neste livro, nasceu no engenho S. João termo de Japarutuba, a 2 de agosto de 1887.

Depois de ter feito alguns preparatórios no Ateneu Sergipense, seguiu para Alagoas, matriculando-se, em março de 1903, no seminário Episcopal de Maceió, onde fez todos os estudos exigidos para a carreira que escolhera, concluindo-os pela ordenação a 12 de novembro de 1911. Celebrou a sua primeira missa a 21 do mesmo mês e logo após foi nomeado vigário interino de Maceió.

Criado o bispado de Aracaju, foi convidado a aceitar o lugar de secretário e escrivão da comarca eclesiástica, por provisão de 6 de março de 1912. Cônego catedrático com a dignidade de primeiro diácono do cabido diocesano, a 4 de agosto do mesmo ano; diretor espiritual do seminário a 28 de fevereiro de 1913; reitor do mesmo seminário a 4 de janeiro de 1919; teologal da Igreja Catedral a 21 de fevereiro e vigário geral a 12 de maio do mesmo ano, exonerou-se do lugar do reitor a 31 de dezembro de 1921 por motivo de moléstia, sendo novamente provisionado a 16 de julho de 1923. A 15 de março de 1918 é nomeado governador do bispado e por ocasião do 1º Centenário da Independência, foi à Capital da República representar o Bispo da sua Diocese no Congresso Eucarístico ali realizado. Por decreto de 24 de julho de 1916 foi nomeado adjunto da cadeira de português do Ateneu Sergipense, promovido a catedrático por decreto de 30 de março de 1918, permutando com a de latim a 19 de abril do mesmo ano.

Em 1917 foi nomeado monsenhor camareiro secreto do Santo Padre.

Foi o primeiro redator e diretor da “A Cruzada”, órgão da diocese; promoveu a criação da Capelania da Fábrica “Sergipe Industrial”; foi capelão, durante sete anos do Hospital Santa Izabel e é atualmente (1924) capelão do colégio N. S. de Lourdes de Aracaju.

Escreveu:

– *Discurso* pronunciado na sessão da Assembléia Geral da empresa Cruz Ferraz & C., em 24 de novembro de 1919, fazendo o elogio do Doutor Thomaz Cruz. No “Diário Oficial” de 11 de dezembro de 1919.

► *Data da morte*: 24 de Maio de 1951, em Aracaju (SE).

Aderbal de Figueiredo, Doutor – Filho de Francisco de Figueiredo e D. Clara Angelina de Figueiredo, nasceu na vila de Aquidabã a 18 de dezembro de 1898. Fez o curso primário no externato “São Francisco”, na vila natal, estabelecimento educativo ali fundado pelo professor Manoel Martins Gomes. Iniciou os estudos secundários no Aracaju freqüentando, em 1910 e 1911, os dois primeiros anos do Ateneu Sergipense. Em 1912 passou para o colégio “Salesiano” e em 1913 para o “Grêmio Escolar” dirigido pelo Desembargador Evangelino de Faro.

Em 1915 transportou-se para a capital baiana, completando ali os estudos preparatórios e matriculando-se em 1917 na Faculdade de Medicina, onde fez os dois primeiros anos do curso médico. Transferiu-se no terceiro ano para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde completou o curso e recebeu grau em 1922. No período acadêmico exerceu os lugares de interno do Hospital de S. João Batista e da Assistência Pública de Niterói, ambos em 1920, demitindo-se do último para ser nomeado em 1921 auxiliar

acadêmico, por concurso, da Assistência Pública do Distrito Federal; interno, por concurso (1º lugar), do Hospital Central da Marinha e interno do Hospital Pro-Matre. Em 1922 foi monitor da segunda enfermaria do Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, a cargo do Professor Rocha Faria.

Um mês após a sua formatura foi nomeado sub-inspetor sanitário rural e designado para servir na Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural de Sergipe, onde exerceu a chefia do “Posto Oswaldo Cruz”, da cidade de Propriá de 1º de junho a 23 de agosto de 1923.

Desfeita a comissão foi designado em novembro do mesmo ano para a Comissão do Estado do Rio Grande do Norte, instalando a 15 de janeiro de 1924 o posto de Saneamento de Caicó, que ainda dirige.

Tem colaborado no “Diário da Manhã”, de Aracaju e no “Seridoense”, de Caicó. Escreveu:

– *Estudo clínico da insuficiência pulmonar*: tese a ser defendida perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a fim de receber o grau de Doutor em 1922.

– *Relatório dos serviços de saneamento e profilaxia rural no posto “Oswaldo Cruz” na cidade de Propriá*, 1923.

– *A frequência de casos de tênia em Caicó*, 1924.

Adolfo Ávila Lima, Bacharel – Filho de José Antonio de Lima e D. Idalina d’Ávila Lima, nasceu a 26 de agosto de 1882 na Estância. Oriundo de pais sem meios de fortuna, começou sua vida de trabalhos como empregado do comércio, onde por alguns anos lutou com sérias dificuldades; mas à força de muita perseverança e de seus dotes intelectuais pôde vencê-las chegando assim ao termo das suas aspirações. Tendo-se preparado em humanidades em Aracaju e Bahia, matriculou-se na Faculdade de Direito da capital da Bahia, onde fez os quatro anos do curso acadêmico e o quinto na do Recife, na qual recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais a 17 de dezembro de 1910. Durante os anos de 1907 a 31 de julho de 1913 exerceu as promotorias de Propriá e Estância, tendo sido nesse último ano nomeado inspetor geral do ensino do 2º distrito escolar. Por ato de 22 de julho de 1914 passou a ser lente vitalício, por concurso, da cadeira de pedagogia e metodologia do curso normal do Ateneu Sergipense, e em 1914-1915 lente da língua materna, história universal e do Brasil no colégio “Tobias Barreto”. Por decreto de 5 de abril de 1924 foi designado para lecionar a cadeira de psicologia fundamental e infantil da Escola Normal. Nos triênios de 1917-1922 foi um dos membros do Conselho Municipal de Aracaju e nos biênios de 1919 a 1922 membro do Conselho Superior da Instrução Pública do Estado. É sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e advogado nos auditórios da Capital. Tem colaborado no “Diário de Notícias” da Bahia, no “O Estado de Sergipe” de Aracaju, no “O Norte de Sergipe” de Propriá, no “Pernambuco” do Recife, na “Revista do Direito” do Rio e em outros órgãos da imprensa periódica, usando em alguns deles os pseudônimos *Passos de Albuquerque Palmeira do Monte* em artigos de crítica, e *Dalemmer* nas publicações em verso.

Escreveu:

— *Estância*. No “O Estado de Sergipe”, de 23 de setembro de 1906.

– *Olímpio Campos*. Na “Folha de Sergipe”, Aracaju, de 9 de junho de 1907.

– *Cartas filosóficas* endereçadas ao Dr. Ascendino Argolo. No “Norte de Sergipe”, de Propriá, desde o número de 17 de julho de 1909 a 17 de fevereiro de 1910 com intervalos.

– *Universalização do Direito*. No “O Estado de Sergipe” de 19 e 20 de janeiro de 1911. Essa monografia já havia sido publicada no ano anterior no “Pernambuco”, do Recife, melhorada depois em edições desenvolvidas, que lhe dão o cunho de um trabalho novo.

– *A Academia na Vida Prática*. É um opúsculo dividido em 3 partes: 1ª. Interpretação positiva do § 24, artigo 72, da Constituição Federal; 2ª. Alegações finais duma ação de força nova espoliativa; 3ª. Um trecho de filosofia crimino penal. Recife, 1910, 58 págs. in 8º. Imprensa Industrial.

- *Monarquia e República*. Na “A Razão da Estância”, nº 46, de 3 de dezembro de 1911.
- *Discurso* pronunciado pelo promotor público da comarca da Estância por ocasião da visita presidencial àquela cidade. No “Diário da Manhã”. Aracaju, de 8 e 9 de março de 1913.
- *Conferência cívica* realizada a 13 de maio de 1913 na cidade da Estância. Estância, 1913, 13 págs. in. 8º peq. Tip. da “A Razão”.
- *Nos domínios da ciência moderna* – No mesmo jornal de 27 de julho de 1913.
- *Nos domínios da filosofia pedagógica*. No “O Estado de Sergipe” de 21 de setembro de 1913.
- *Conferência cívica* lida no dia 21 de abril de 1914 no Colégio “Tobias Barreto” pelo Inspetor geral do ensino. Idem, de 23 do mesmo mês.
- *Relatório Geral* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Helvécio de Andrade, d.d. Diretor interino da Instrução Pública do Estado, sobre o movimento do 5º distrito do ensino primário. Idem, de 12 e 13 de maio de 1914. Publicado no mesmo ano em brochura de 16 págs. in. 8º pq. na Tip. do “Estado de Sergipe”.
- *A escravidão e a Liberdade*: conferência cívica realizada no Colégio “Tobias Barreto” a 13 de maio de 1914. No “O Estado de Sergipe” de 20 do mesmo mês em folheto de 19 págs. in. 8º pq. na Tip. desse jornal.
- *Ao por do sol*: artigo editorial do “O Estado de Sergipe”, de 26 de julho de 1914.
- *Críticas e ensaios de psicologia pedagógica*: série de 12 artigos, no “Diário da Manhã”, Aracaju, de 7 a 21 de agosto de 1914.
- *Réplicas e trélicas*: série de 18 artigos no mesmo jornal de 25 de agosto a 15 de setembro de 1914.
- *Em defesa da verdade e da honra*. No “O Estado de Sergipe” de 31 de outubro a 5 de novembro de 1914.
- *Carta pedagógica. Fragmentos de uma homenagem*: artigos a propósito de uma conferência do Dr. Helvécio de Andrade. No “Diário da Manhã” de 23 e 24 de março de 1915.
- *Recapitulações Pedagógicas*. No mesmo jornal de 6 de março de 1915.
- *Psicologia de um super-homem* (Conferência pronunciada no “Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe” a 30 de maio de 1915, e dedicada ao Exmo. Sr. General Manoel Prisciliano de Oliveira Valadão, digníssimo presidente do Estado, em testemunho de respeito, simpatia e admiração). Idem, de 2 a 15 de junho de 1915 e na “Revista do Instituto Histórico”, vol. III, págs. 207 a 235.
- *Liga contra o analfabetismo no Brasil*: discurso pronunciado na sessão magna do “Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe” no dia 24 de setembro de 1916. Idem, de 28 seguinte e na “Revista do Instituto Histórico”, vol. IV, págs. 269 a 276. Nessa mesma sessão o orador declarou fundada a sociedade da “Liga” em Sergipe.
- *Esboço histórico da Instrução pública no Brasil*: conferência realizada no dia 15 de outubro de 1906 no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Idem, de 18 a 20 do mesmo mês.
- *Ruy Barbosa*. Idem de 5 de novembro do mesmo ano.
- *Limites de Sergipe e Bahia*: conferência realizada no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no dia 21 de abril de 1918. No “O Estado de Sergipe” de 24 do mesmo mês a 3 de maio seguinte e em folheto de 19 págs. in. 8º, publicado no mesmo ano na Imprensa Oficial de Aracaju.
- *Limites de Sergipe – Bahia*. Contra-protesto (feito na sessão ordinária do dia 6 de maio de 1918 do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe). Idem, de 9 do mesmo mês. Reproduzido no Apêndice ao folheto – *Limites de Sergipe – Bahia*, contendo X págs.
- *Política de Sergipe*. Nova luz sobre o passado.
- *A Improcedência do impeachment*. Idem, de 23 de julho de 1918.

– *Limites de Sergipe – Bahia*: série de 10 artigos na “Opinião”. Aracaju, de 28 de julho a 29 de agosto de 1918.

– *À margem do Direito*. Razões A-A. apelado. No “Correio de Aracaju” de 6 a 14 de março de 1920.

– *Na venda a crédito ou a prazo*, sob condição resolutiva, o domínio da coisa vendida – se transfere ao comprador. No rodapé do mesmo jornal de 17 a 23 de junho, 2 e 3 de julho 1920.

– *Memorial* (Minuta de agravo), Aracaju, 1921, IV págs. in. fol. *Discurso* proferido no dia 24 de outubro de 1921 em um dos salões da Intendência de Aracaju por ocasião de ser inaugurado no Paço Municipal o retrato do Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Exmo. Presidente do Estado. No “Sergipe Jornal”, Aracaju do dia seguinte.

– *Ação de rescisão de contrato*. Das alegações finais do Réu. No “Correio de Aracaju” de 21 de janeiro a 7 de fevereiro de 1922.

– *À margem do Direito* (Foro de Itaporanga. Das alegações finais dos réus. No “Sergipe Jornal” de 18 a 22 de março de 1922.

– *Rescisão de contrato* (Inteligência do § único do artigo 1092 do Código Civil). No mesmo jornal de 2 e 3 de junho de 1922.

– *Em torno de uma Mensagem* – No “Correio de Aracaju”, de 15 de setembro de 1922.

– Razões de apelação dos autores: (Foro de S. Cristóvão). No “Correio de Aracaju” de 1 de outubro de 1923. – Minuta de agravo. Inteligência do artigo 897 do Código do Processo Civil do Estado. No “Sergipe Jornal” de 10 de abril de 1923.

– *À margem do direito Justiça Federal*. Das alegações finais do 3º embargante e dos executados. No “Diário da Manhã” de 18 de dezembro de 1923.

Apelação cível nº. 4598 (Rescisão de contrato). Entre partes. Apelante: Coronel Francisco de Andrade Melo. Apelado: Bacharel Adolfo Avila Lima. Memorial do Réu Apelado aos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Aracaju, 1923, 33 págs. in. 8º. Nas oficinas tipográficas do “O Labor”, Aracaju.

– *Ação executiva*. Da impugnação do réu aos embargos do autor. (Defesa fundada no direito pessoal do réu contra o autor). No “Diário da Manhã” de 25 de janeiro de 1924.

– *Justiça Federal*. Minuta de agravo. No “Diário da Manhã” de 3 de janeiro do mesmo ano.

– *Das alegações finais* dos autores Jovino Martins Fontes e sua mulher. No “Sergipe Jornal” de 27 de março de 1924.

► *Data de morte: 27 de Abril de 1960, em Aracaju (SE).*

Adolfo Rabelo Leite, Doutor – Nasceu no engenho “Recurso” município de Riachuelo a 29 de fevereiro de 1880. Filho de Cândido Rabelo Leite e D. Francisca de Melo Leite, fez na cidade do seu nascimento o curso primário nos colégios do professor Pedro José da Rocha, Aristides Bittencourt, e no Aracaju, foi aluno do colégio Alfredo Montes de 1894 a 1897, quando matriculou-se no curso de farmácia da Faculdade da Bahia passando em 1898 a estudar conjuntamente o de Medicina, formando-se no primeiro curso em 1899.

Esgotando-se-lhe os necessários recursos, interrompeu em 1902 o curso, indo para o sertão a dar nome a uma farmácia na cidade do Juazeiro, onde permaneceu até 1903.

No fim de 1904 fez exames vagos das matérias que faltavam, recebendo o grau de doutor na mesma Faculdade a 14 de dezembro do ano seguinte.

No exercício da sua nobre profissão seguiu para o interior da Bahia, sendo nomeado delegado de higiene da cidade de Alagoinhas em que prestou, gratuitamente relevantes serviços à população da referida localidade por ocasião da peste bubônica, sendo elogiado pelo governo do Estado.

Em Itabuna, Bahia, exerceu as funções de médico do município; delegado de higiene; adjunto do promotor público da comarca e intendente municipal nos anos de 1918 a 1919.

Nomeado pelo governo federal delegado do recenseamento geral da República nos municípios de Caitité, Caculé, Condeúba, Jacareci e Urandê, agiu nessa comissão de quase um ano, com tanta operosidade e distinção que foi agraciado pelo Governo Federal com um diploma e medalha de bronze. Comissionado pelo Governo do Estado da Bahia para encarregar-se da profilaxia contra a peste nos municípios de Castro Alves, Feira de Santana e Santo Estêvão de Jacuípe, acha-se atualmente (1924) nessa comissão. Sua especialidade é a clínica obstétrica. Colaborou nos seguintes jornais:

- *O Povo*, Laranjeiras, 1901: jornal literário, noticioso e comercial, também redigido por Gervásio Barreto e Pedro Garcia Moreno.

- *Correio de Juazeiro*, cidade de Juazeiro, Bahia.

- *Correio de Alagoinhas*, de Alagoinhas, no mesmo Estado.

- *O Itabunense* e *A Época*, ambos da cidade de Itabuna, ainda no Estado da Bahia.

Escreveu:

- *Relação entre a matéria e os fenômenos espíritas* (Ligeiro estudo): dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia a fim de obter o grau de doutor. Bahia, 1905, 64 págs., in. 8º. Lito-Tipografia Passos.

- *Intendência de Itabuna*, Estado da Bahia. Relatório do exercício de 1918. Bahia, 1919. Imprensa Carvalho, 37 págs., in. 8º pq. Traz no fim oito mapas anexos.

- *Plataforma* apresentada por ocasião de sua posse no lugar de intendente municipal de Itabuna. Saiu publicada na “A Tarde”, da capital baiana.

- *Relatório* dos serviços do recenseamento dos municípios de Caitité, Caculé, Condeúba, Jacareci e Urandê. Trabalho ilustrado com mapas geográficos do próprio punho do autor.

- *Relatório* sobre os serviços efetuados para a extinção completa da peste nos municípios de Castro Alves, Feira de Santana e Santo Estêvão de Jacuípe.

Afonso Cícero Sebrão – Filho do Dr. Cipriano de Almeida Sebrão e D. Elisa Adelina Lopes Sebrão, nasceu em S. Cristóvão a 13 de julho de 1876. Feito o seu curso de humanidades, matriculou-se na Escola Agrícola da Bahia, recebendo o grau de Engenheiro Agrônomo em 1896. Atualmente, (1924), reside em Curitiba.

Escreveu:

- *Instrumentos gerais da produção*: dissertação. Proposições. Seção de ciências acessórias: Botânica: Condições indispensáveis à germinação. Seção de Agricultura e química. Aplicada Veterinária: Oftalmia. (Sic.) Seção de Mecânica e Engenharia – Topografia. Crítica de teoria ortométrica. Tese inaugural apresentada à Escola Agrícola da Bahia para ser perante a mesma publicamente sustentada, a fim de obter o grau de engenheiro agrônomo. Bahia, 1896, II – 69 págs. in. 8º. Imprensa Popular.

Afonso Henrique de Azevedo, Doutor – Filho do extinto comendador Domingos da Silva Azevedo, cônsul geral do Brasil em Montevidéu, e D. Maria Isabel Mondim de Azevedo, e irmão do diplomata Cyro Franklin de Azevedo, adiante mencionado, nasceu a 2 de setembro de 1865 no Aracaju e faleceu na capital de S. Paulo a 23 de maio de 1920. Ilustrado médico homeopata, foi, nos últimos anos do curso acadêmico, interno, por concurso, da clínica de moléstias cutâneas e sifilíticas da Faculdade do Rio de Janeiro, em que se formou em 1888, chefe da clínica das moléstias de garganta, ouvidos e nariz da Policlínica e vice-presidente do Grêmio dos Internos dos Hospitais daquela capital. Clinicou por alguns anos na cidade de S. João d’El Rei, em Minas Gerais, de onde se retirou em 1892 para Limeira, em S. Paulo. Inspetor de higiene municipal na sua nova residência, foi depois de reorganizado o serviço sanitário do Estado nomeado em 1911 inspetor sanitário da capital, cargo em que se aposentou em 1918. Como médico contratado, utilizaram-se dos seus

serviços profissionais a Estrada de Ferro Sorocabana e o Liceu do S. Coração de Jesus. Decidido secretário da escola hanemaniana, fundou em S. Paulo o Dispensário Homeopático, que posteriormente tomou o nome de Doutor Joaquim Murtinho. Seu nome tornou-se mais conhecido nos centros científicos pelas questões médicas que debateu na imprensa, destacando-se entre elas a comunicação feita à Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo sobre o *alastrim* em S. João da Boa Vista, onde esteve comissionado por aquela douta agremiação numa época de desenvolvimento epidêmico daquela moléstia, como também a longa refutação publicada no “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, a uma opinião errônea de Sanareli e ainda mais as discussões travadas na Sociedade de Medicina sobre a tuberculina, o soro anti-oftídico e sobre as águas em S. Paulo. A revista “Arquivos de Biologia” que se publica na capital de São Paulo, noticiando o seu falecimento fez-lhe o merecido elogio como o orador elegante, literato correto e gracioso e particularmente um higienista de valor”. Colaborou na “Pátria Mineira”, de S. João d’El Rei, na qual redigiu sob o pseudônimo de *Veritas* a Seção sub-ordenada à epígrafe *Notas a lápis*, no “Jornal do Comércio” do Rio e em outros. Seus trabalhos escritos para a imprensa quando não eram assinados com o próprio nome, substituíam-o pelos pseudônimos de *Veritas*, *Nelmo* e *Ulice*. Em S. Paulo foi sócio titular da Sociedade de Medicina e Cirurgia, sócio correspondente do Instituto Hahnemaniano e efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado. Em 1892 fez uma excursão ao Rio da Prata.

Escreveu:

– *Das bombas, sua natureza e tratamento*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras da Faculdade. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 29 de setembro de 1888 para ser sustentada por... a fim de obter o grau de doutor em Medicina. Rio de Janeiro, 1888, 77 págs. in. 8º. Tip. União de A. M. Coelho da Rocha & C.

– *Higiene Pública*. Na “Pátria Mineira” de São João d’El Rei, de 10 de abril de 1890. Não continuou.

– *Higiene do estômago*. Trad. Idem, de 24 de agosto, 4, 18 e 25 de setembro e 9 de outubro do mesmo ano.

– *Higiene Pública*. Idem, de 4 e 18 de dezembro seguinte.

– *A tuberculina e a tuberculose dos Bovídeos*: estudo. S. Paulo, 1903 (?).

Fundou e redigiu:

– *Boletim de Medicina Homeopática*. S. Paulo, 1905.

Afonso Pires Ramos, Doutor – Filho do Conselheiro Ângelo Pires Ramos e D. Josefina Pires Ramos, nasceu no Aracaju a 13 de julho de 1860 e faleceu na Capital Federal a 21 de abril de 1899, onde há pouco mais de um ano exercia o lugar de chefe do laboratório bacteriológico da diretoria geral da Saúde Pública. Fez na Bahia os estudos de humanidades e os primeiros anos do curso médico, que concluiu na Faculdade do Rio de Janeiro em 1882. Clínico de grande intuição e sagacidade médica, fora-lhe fácil distinguir-se entre os colegas pelo seu brilhante talento e vasta cultura científica. Quando o Brasil celebrou a convenção sanitária com a República Argentina, conquistou por concurso um dos lugares de médico, que mais tarde trocou pelo de facultativo clínico do hospital de Jurujuba. Tendo viajado pela Europa, freqüentou os serviços clínicos e bacteriológicos da França, Alemanha e Áustria, e tão elevado conceito adquiriu nesses países, que chegou a ser convidado na Argélia para fazer parte da sua Faculdade Médica na qual realizou importantes trabalhos anátomo-patológicos sobre câncer do pâncreas, em colaboração com o professor Cocher. Em 1894 fez parte da comissão nomeada para estudar a epidemia do cólera asiático no vale do Paraíba no Estado do Rio de Janeiro e da qual teve por companheiros os Drs. Chapot Prévost, como presidente, Francisco Fajardo e Hanelburg. No Rio de Janeiro ocupou mais os lugares de diretor do Museu da Faculdade de Medicina, nomeado em 1888, médico do Ginásio Nacional e desde 1898 o de membro titular da Academia Nacional de Medicina. O seu elogio histórico, a

melhor fonte de informações para este artigo, foi escrito pelo doutor Alfredo do Nascimento, orador dessa sociedade, e publicado em 1898 na revista que ela mantém, sob o título “Anais da Academia de Medicina” Rio de Janeiro, tomo 65 págs. 379 a 383.

Escreveu:

– *Cancro do estômago*: dissertação. Proposições. Seção acessória – Dos alcalóides cadavéricos ou ptomainas de Selmi. Seção cirúrgica – Das septicemias cirúrgicas. Seção médica – Ação dos líquidos segregados no tubo digestivo sobre os alimentos. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1882 para ser sustentada, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Rio de Janeiro, 1882, II – 81 págs. in. 8º. Tip. G. Leuzinger & Filhos.

– *1º Relation de deux cas de cirrhose biliaire par obstruction à la suite d'un cancer du pancréas*: memória escrita juntamente com o Dr. Cocher, antigo interno dos hospitais de Paris. Na “Revue de Médecine” de Paris, 1887, tomo 7º, págs. 770 a 779. É um trabalho citado com louvores nas obras mais modernas sobre o assunto, tais como no tratado de medicina de Charcot e Bouchard e no de Brouardel e Gilbert.

– *Relatório sobre a etiologia da febre amarela segundo o Dr. Sanarelli* apresentado em 30 de junho de 1898 ao Diretor Geral de Saúde Pública pelo Chefe do Laboratório de Bacteriologia. Rio de Janeiro, 1898, 34 págs. in. 8º. Imprensa Nacional. *Le bacille icteroide et sa toxine* (experiences contrôle): memória publicada em colaboração com o Dr. J. B. de Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Nos Arquivos do *Médecine expérimentale et d'anatomie pathologique*, tomo XI, págs. 378 a 398. Paris, 1899. Foi também tirado um avulso pela redação revista.

Afrodísio Vidigal, Bacharel – Filho de Antonio Pedro Vidigal e D. Angélica da Costa Carvalho Vidigal, nasceu a 14 de março de 1857 em Laranjeiras. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de São Paulo a 6 de novembro de 1879, tendo feito os primeiros anos de curso acadêmico na do Recife, iniciou sua carreira pública como advogado em Campinas, naquele Estado. Após três anos de trabalhos forenses nos auditórios dessa cidade, foi nomeado juiz municipal do termo de Piracicaba, cargo que exerceu desde 3 de abril de 1882 a 3 de abril de 1886. Dentro de poucos meses teve de ocupar o lugar de procurador fiscal do Tesouro Estadual, nele se mantendo desde 5 de agosto de 1886 a 30 de junho de 1889. Colaborou em 1889 no “Correio Paulistano”, órgão diário que se publica na capital de S. Paulo, onde é residente e advogado. Sócio do Instituto dos Advogados de S. Paulo.

Escreveu:

– *Repertório ou Índice Alfabético* da Lei do casamento civil, contendo em apenso à mesma lei, uma explicação oficial do art. 7º, § 1º. da lei, diversas fórmulas e a lei que criou juízes e oficiais privativos do casamento na Capital Federal. S. Paulo, 1890, 87 págs. in. 8º. Tip. e Estereotipia Ring. Foi um dos fundadores e redatores da Revista da Fraternidade Acadêmica: órgão da Sociedade Fraternidade Literária de S. Paulo. S. Paulo, 1878.

Albano de Melo Prado, Doutor – Filho de João Gomes do Prado e D. Maria Rosa de Melo Prado, nasceu em 10 de setembro de 1896 no engenho Mata Verde. município do Siriri. Iniciados seus estudos em Maruim e Aracaju, preparou-se no curso secundário no Ginásio Carneiro Ribeiro, acreditado estabelecimento de ensino na Capital da Bahia, onde fez parte do curso médico e os dois últimos anos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, recebendo o grau em doutor, em 29 de dezembro de 1920. Colaborou na “Renascença” quando acadêmico na Bahia. É clínico em São João da Boa Vista, Estado de S. Paulo.

Escreveu:

– *Da profilaxia da sífilis no aleitamento*: dissertação. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 30 de setembro de 1920 e diferido em 16 de dezembro do mesmo ano. Rio de Janeiro, 1920, 69 págs. in. 8º. Tip. Viana & Coelho.

Albano do Prado Pimentel Franco Júnior, Doutor – Filho de outro de igual nome e D. Maria Rosa Franco, nasceu a 16 de agosto de 1880 no engenho S. José, município de Laranjeiras. Estudou preparatórios no colégio S. Salvador na Capital da Bahia e na mesma cidade fez o curso de medicina, em cuja Faculdade recebeu o grau de doutor em 12 de dezembro de 1903, tendo antes tirado a carta de farmacêutico em 4 de dezembro de 1900. Exerceu a clínica em Divina Pastora, Simão Dias e Aracaju e foi médico ajudante da Inspetoria de Saúde do porto de Aracaju nos anos de 1913 a 1918. Como deputado estadual assistiu aos trabalhos da Assembléia na legislatura de 1912-1913.

Escreveu:

– *Dermopatias gonocócicas*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 31 de outubro de 1903 para ser defendida a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1903, 103 págs. in. 8º. Lito-Tipografia Almeida de Almeida & Irmãos.

Alberto Campos – Filho de Artur Campos e D. Lydia Campos, nasceu a 31 de dezembro de 1897 em Maruim. Ao pouco que aprendeu na sua cidade tem acrescentado os conhecimentos adquiridos no estudo do gabinete. Em outubro de 1916 foi para a Bahia deliberado a cursar a Faculdade de Medicina, mas escasseando-lhe os recursos, entregou-se à vida do comércio, que abandonou em 1918 para servir de revisor e logo depois de repórter da “A Tarde” naquela capital. A sua vocação para as artes pronunciou-se muito cedo, tanto como pintor, quanto como poeta. Desde moço com um seu irmão fazia exercícios de desenhos e pintura, em que buscou aperfeiçoar-se na Bahia. Também revelou pronunciado gosto pela imprensa desde seus primeiros anos, colaborando em Maruim nos jornais “O Ganhamoróba” e no “O Democrata”; no “Correio de Aracaju” e na “Revista Sergipana”, de Aracaju; na “Renascença” e no “O Eco”, da Bahia e na “Gazeta Suburbana”, da Capital Federal. Nos seus primeiros escritos publicados no “O Democrata” os subscrevia com o pseudônimo de *Laurentino*. Foi um dos sócios fundadores do Grêmio “Olavo Bilac” na capital da Bahia.

Escreveu:

– *Alma sentimental*: versos. Bahia, 1918, 218 págs. in. 8º pq. Tipografia Brasil. É o seu livro de estréia dividido em três partes: “Primeiros versos”, “Musa adolescente” e “Harpados” dezoito anos.

– *Voz profunda*: soneto. No “Correio de Aracaju” de 2 de fevereiro de 1919.

– *Um pintor sergipano*. Idem, de 22 de junho do referido ano.

– *Paisagem egípcia*. Idem, de 23 de junho do mesmo ano.

Alberto Deodato Maia Barreto, Bacharel – Filho de José Caetano Barreto e D. Ignez Maia Barreto, nasceu em Maruim, a 27 de dezembro de 1896. Tendo feito o curso completo do Colégio Pedro II, matriculou-se em 1915 na Faculdade Livre de Ciências jurídicas e sociais da Capital Federal, em que se bacharelou em 1919. Em meio do curso acadêmico ocupou o cargo de promotor adjunto da comarca da Capela no seu Estado. Cedo apareceu na imprensa, escrevendo em prosa e verso sobre variados assuntos nos jornais do Rio e de Sergipe, e em brochuras trabalhos de literatura. É advogado no Estado de Minas.

Escreveu:

– *A Cruz da estrada*: romance. Maruim, 1915, XVIII, 124 págs. in. 8º pg. Imprensa Econômica. Livro de estréia, contendo uma triste história real dos amores infelizes de uma jovem, que morreu por não ter sido compreendida pelo homem a quem amou extremosamente.

– *Uma hora literária no salão da Exposição Fazeres*. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 15 de junho de 1916.

– *Meia coluna*: Seção subordinada a esta epígrafe escrita sob o pseudônimo de *Paulo de Maya*. No “Diário da Manhã” de 16 de janeiro a 22 de março de 1917 interpoladamente.

– *Alvoradas*: versos de Paulo Torres, (crítica). No “O Democrata”, Aracaju, de 18 de fevereiro de 1917.

– *Coluna cheia*: outra seção a seu cargo, escrita sob o pseudônimo de *Fila-Delfo*. No “Diário da Manhã”, de 7, 9 e 14 de março de 1917.

– *O voluntário paisano Francisco de Camerino*: ensaio biográfico lido no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em sessão extraordinária de 11 de março de 1917. Rio de Janeiro, 1917, 31 – III págs. in. 12º. Tip. Revista dos Tribunais. Com uma carta de João Pereira Barreto nas primeiras 17 págs. Antes de ser impresso em brochura, foi publicado no “Diário da Manhã” de 13 a 15 do supracitado mês.

– *O mistério da noite*. No “Diário da Manhã” de 26 de julho de 1917. – *Reminiscências...* Outra coluna de sua redação sob o pseudônimo de *Pedro Soares*. No “Diário da Manhã” de 21 de março a 21 de abril de 1918 com intervalos.

– *Prosa rústica*. No “Diário da Manhã” de 17 do abril de 1918. Transcrição do “Jornal do Comércio”, da tarde, do Rio de Janeiro.

– *Cogitações*. Considerações sobre uma crítica feita por João Ribeiro ao livro “Escola Social Positiva” de Florentino Menezes. No “Correio de Aracaju” de 22 de maio de 1918. Sob o pseudônimo de *Domingos Fernandes Calabar*.

– *Senzalas*: contos sob os títulos – “Os Retirantes”, “Gente simples” e “A Botija”. Rio de Janeiro, 1919, 121 págs. in. 12º, com ilustrações e o retrato do autor. Tipografia Revista dos Tribunais. Esgotado.

– *Canaviais*: contos e novelas. Rio de Janeiro, 1922, 158 págs. in. 12º. Na Tipografia do Anuário do Brasil. Traz no fim um vocabulário de termos usados no sertão. Este livro obteve o primeiro prêmio da Academia Brasileira de Letras. Colaborou no “O Democrata” e outros jornais de Sergipe e no Rio no “Jornal do Comércio”, edição da tarde.

Redigiu:

– *A Alvorada*: pequeno jornal dos estudantes do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1913.

– *O Acadêmico*: jornal dos estudantes da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1915.

– *Braziléa*: revista mensal de propaganda nacionalista, Rio de Janeiro, 1917-19...

Alceu Dantas Maciel, Bacharel – Filho do bacharel Guilherme Nabuco Maciel e D. Joanna Dantas Maciel, nasceu a 13 de maio de 1899 no engenho Salobro, município de Divina Pastora. Fez os seus primeiros estudos em Maruim, Aracaju e na cidade do Recife, onde cursou o primeiro ano na Faculdade de Direito. Seguindo para o Estado de S. Paulo, ali continuou o tirocínio acadêmico, sendo reservista do Exército, e chegado ao término de suas aspirações, recebeu o grau de bacharel a 25 de dezembro de 1922. Muito jovem, dotado de um belo talento, foi nomeado em fevereiro de 1924, Delegado de Jambeiro, em São Paulo.

Escreveu:

– *As paixões humanas*. No “Diário da Manhã” de 19 e 20 de novembro de 1915.

– *Em prol de minha pátria*. – Divina Pastora. Ao conhecimento do Sr. General Presidente do Estado e do Dr. Chefe de Polícia. Idem, de 20 e 21 de Janeiro de 1916.

– *Surge, Mocidade!* Idem, de 5 de fevereiro de 1918.

Alcibíades Fontes Leite, Cirurgião-Dentista – Natural do Engenho Novo, termo de Santa Luzia, nasceu a 22 de outubro de 1876, sendo filho de Alcibíades Martins Fontes e D. Amélia Fontes Leite. Estudou primeiras letras no colégio do professor Teixeira de Faria na

cidade da Estância, fazendo o curso secundário em diversos colégios da capital federal, onde fez também, na respectiva Faculdade de Medicina, o curso de cirurgião dentista, recebendo o grau em 1922.

Iniciou a vida como empregado de comércio na Bahia. Em 1905 passou-se para o Rio de Janeiro, onde adquiriu por concurso um lugar no quadro dos funcionários do Ministério da Viação. Depois de graduado cirurgião dentista transferiu sua residência para Jaboticabal, no Estado de S. Paulo, ali residindo ainda (1924).

Desempenhou na referida cidade os lugares de inspetor escolar, juiz de paz, diretor da Companhia Lavoura Indústria e Colonização, diretor-gerente da Caixa de Crédito Agrícola de Jaboticabal e diretor-secretário da E. de F. da mesma cidade. Fundou ali o Colégio de Santo André, com religiosas que mandou vir da Bélgica à sua custa; o Ginásio de Jaboticabal, mais tarde denominado Ginásio S. Luiz; a Caixa de Crédito Agrícola de Jaboticabal, no gênero, um dos mais importantes estabelecimentos do país; o Hospital de Caridade Santa Izabel, e foi o organizador da instrução pública naquele município, onde, sob sua orientação criaram-se para mais de 40 escolas.

Foi ele a primeira pessoa que no Brasil tratou de escotismo em correspondência com Baden-Powel, e que levou o primeiro automóvel a Jaboticabal. Foi o fundador de uma das primeiras linhas de tiro do Brasil. É o inventor do conhecido e preconizado produto farmacêutico, “Calcehina”, para uso das crianças no período da primeira dentição. É membro titular da “Ecole Dentaire” de Paris. Tem colaborado em diversos jornais e revistas e fundou na cidade de Jaboticabal o jornal “O Combate”, de que foi principal redator.

Alcibíades da Silva Leite – Filho de José Antonio Leite e D. Maria Alexandrina da Silva Leite, nasceu em Maruim a 9 de outubro de 1859 e faleceu na Capital Federal a 14 de dezembro de 1922. Na Faculdade de Medicina daquela capital fez o curso de odontologia, que concluiu em 1880, tendo recebido o título de cirurgião-dentista a 1 de agosto de 1882. Por esse tempo, enquanto estudante, trabalhou no “Diário Oficial” e na “Gazeta de Notícias” no interesse de adquirir mais alguns recursos para manter-se melhormente. Por longos anos, até falecer, esteve estabelecido com gabinete dentário na rua Haddock Lobo, nº 21, o que não o impediu de envolver-se em política e de freqüentar algumas vezes a imprensa periódica. Reconhecido a 5 de junho de 1892 vereador do município do Niterói, foi nesse mesmo ano eleito Presidente interino da Câmara Municipal. Em 1898 interrompeu seus afazeres profissionais por ter sido nomeado por decreto de 8 de julho, Diretor da Secretaria Geral dos Negócios do Estado, no governo do doutor Martinho César da Silveira Garcez, e eleito após deputado estadual na legislatura de 1898-1899. Em Niterói e no Rio colaborou no “O Fluminense”, no “O Tempo” e no “O País”.

Escreveu:

– *Projeto* apresentado ao Congresso Nacional, relativo à construção de uma ponte suspensa entre a Capital Federal e a Capital do Estado do Rio de Janeiro.

– *Funções municipais*: artigos escritos a 28 de fevereiro e 15 de março, 1898.

– Relatório apresentado em 30 de agosto de 1898 ao cidadão, coronel Apulcro Motta, Secretário Geral do Estado. Aracaju, 1898, 41 págs. in. 8º. Tip. do “Estado de Sergipe”.

– *Exposição comemorativa sergipana* em Aracaju. Certame agrícola, industrial e de manufaturas, compreendendo produtos naturais, artefatos de quinquelarias (sic) de pequenas indústrias a inaugurar-se em 24 de outubro de 1899 e encerrar-se a 7 de janeiro de 1900. Programa e Regulamento. Aracaju, 1899, 22 págs. in. 12º. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *A sericultura em Sergipe*: série de artigos no “Diário da Manhã”, Aracaju, de 1, 27 e 28 de setembro de 1911.

– *Mandacaru sem espinho*. Idem, de 15 de março de 1917.

Alcides Brasil de Oliveira Góes, Doutor – Filho do coronel Manuel Brasil de Oliveira Góes e Dona Francisca Machado de Góes, nasceu a 30 de março de 1876 no engenho S. Miguel, município de Espírito Santo, e faleceu em Belém, capital do Pará, a 7 de abril de 1921. Fez os estudos de humanidade no colégio S. Salvador na capital da Bahia, em cuja Faculdade médica recebeu o grau de doutor em dezembro de 1899. Foi mais tarde para o Estado Pará, onde exerceu por alguns anos os lugares de diretor e de inspetor do Serviço Sanitário Municipal. Posteriormente, livre das responsabilidades desses cargos, entregou-se à clínica médica domiciliária, a que por último se dedicou.

Escreveu:

– *Da optalmia purulenta nos recém-nascidos*: dissertação: Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina e de Farmácia da Bahia em 30 de outubro de 1899 para ser defendida a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1899, 79 págs. in. 8º. Tip. e Enc. do “Diário da Bahia”.

Alcino José Chavantes, Engenheiro – Filho do comendador Anacleto José Chavantes e D. Maria Pastora Alves Chavantes, nasceu a 17 de maio de 1850 em Laranjeiras e faleceu a 19 de julho de 1912 na Capital Federal. Depois de ter freqüentado as aulas de humanidades em sua cidade natal, na Bahia e Rio de Janeiro, fez o curso da antiga Escola Central, na qual recebeu os diplomas de engenheiro geógrafo, bacharel em Matemáticas, ciências físicas e naturais e o de engenheiro civil. Era ainda estudante quando ocupou o lugar de praticante da Repartição Geral dos Telégrafos e fez parte da Comissão de Águas Pluviais sob a direção em chefe do engenheiro Antonio Américo Pereira da Silva, hoje general de divisão, reformado. Entre os diversos cargos públicos de sua especialidade exerceu com proficiência os de auxiliar das Docas da Alfândega, engenheiro auxiliar da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, engenheiro do 4º e 5º Distritos da Repartição Fiscal da companhia *City Improvements*, durante e depois da construção, engenheiro ajudante da Inspetoria Geral da Iluminação, engenheiro e depois Diretor da Estrada de Ferro Leopoldina. Foi secretário Geral da Comissão Executiva do Congresso das vias de Transporte no Brasil em dezembro de 1909 e seu primeiro secretário, membro do Conselho Diretor do Clube de Engenharia, Diretor do Banco Agrícola do Brasil e do Banco dos Comerciantes. Em 1898, após o assassinato de Gentil de Castro, adquiriu a empresa da “Gazeta da Tarde” que dirigiu por espaço de alguns meses. Com a reorganização da Escola Central que desde então passou a denominar-se Politécnica, foi nomeado professor interino da aula de desenho, aguadas e sua aplicação às sombras e trabalhos gráficos de geometria aplicada da 1ª série dos cursos de engenharia, tendo sido por proposta unânime da congregação nomeado efetivamente por Decreto de 11 de junho de 1911. De uma modéstia excessiva, evitava todo o ruído em torno de seu nome, comprazendo-se em viver para a família e para os deveres dos seus encargo públicos. Ainda assim era considerado entre os da sua classe como um profissional inteligente e operoso, e um dos mais dignos representantes da engenharia brasileira.

Escreveu:

– *Congresso das vias de transporte no Brasil em dezembro de 1909*. Arquivo dos trabalhos organizado pelo bacharel em Matemáticas e engenheiro civil, etc. Rio de Janeiro, 1910, 402 págs. in. 8º gr. Off. da Intendência da E. F. Central do Brasil.

Alcino dos Santos Silva, Cônsul – Filho de José dos Santos Silva e D. Anna Lybia dos Santos Silva, nasceu a 3 de março de 1874 no engenho Madre Deus, município de Laranjeiras. Fez os primeiros estudos na cidade do seu nascimento e o curso de línguas e ciências em Aracaju. Durante três anos foi aluno da Escola Naval, onde concluídos os preparatórios matriculou-se na Escola Politécnica, que freqüentou por quatro anos, sendo dois do curso geral e dois do curso especial de engenharia civil. No governo do Marechal Floriano

esteve adido à Secretaria da Guerra, sendo ministro o general Francisco Antonio de Moura. Pretendendo entrar para o corpo consular brasileiro, apresentou-se por esse tempo ao concurso do lugar de chanceler. Como resultado das provas exibidas de suas aptidões, foi nomeado em 27 de abril de 1897, chanceler do Consulado Geral de Yokohama, no Japão, passando em 30 de setembro de 1899 a cônsul sem vencimentos em La Palice (Rochella), em França. Em fevereiro de 1906 vice-cônsul de carreira, voltou a servir no Consulado de Yokohama, como Cônsul, promovido a 11 de outubro do mesmo ano. Removido em 1909 para Vigo, na Espanha, foi por decreto de 20 de maio de 1914 promovido a cônsul geral de 2ª classe em Genebra na Suíça, onde permaneceu durante a guerra alemã. De Genebra passou em 1918 para o Consulado do Porto, alcançando-o nessa cidade o ato do Governo de 26 de fevereiro de 1919, que o promoveu a cônsul geral de 1ª classe em Buenos Aires, em cujo cargo continua a prestar serviços ao país. Quando de residência na Suíça, freqüentou a Universidade de Genebra, completando os três anos do curso de licenciado. Foi colaborador do “O Tempo” no governo do Marechal Floriano e redigiu a “Revista Acadêmica” da Escola Politécnica, servindo-se por vezes na imprensa do pseudônimo *Alcinous*. É sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e escreveu, além dos relatórios consulares de cada ano, o seguinte:

– *Brasil – Estado de Sergipe*: série de artigos sobre agricultura, comércio e indústria de Sergipe. Na “Revista França-Brasil” e reproduzidos no “O Estado de Sergipe” de 20, 22 de março e 20 de junho de 1905.

– *A indústria do açúcar no Japão*. Relatório apresentado ao Ministro do Exterior e publicado no “Diário Oficial” do Rio de 29 de agosto de 1909.

– *A indústria da seda no Japão*. Relatório apresentado ao Ministro do Exterior, Barão do Rio Branco. Não foi publicado.

► *Data de morte: 01 de março de 1945.*

Alexandre de Oliveira Freire, Doutor – Filho do tenente coronel Alexandre Freire do Prado e D. Maria Etelvina de Oliveira, nasceu em 14 de dezembro de 1854 no engenho Carvão, município de Divina Pastora. Fez seus estudos de humanidades na Bahia, Recife e Aracaju e o curso superior na Faculdade de Medicina da Bahia, onde recebeu o grau de doutor no dia 15 de dezembro de 1883. Dedicando-se a princípio à indústria agrícola, abandonou-a logo depois para entregar-se inteiramente à clínica nos municípios de Divina Pastora e N. S. das Dores, irradiando-se às vezes por outros pontos do Estado. Ocupou a cadeira de deputado estadual na legislatura de 1896-1897, assim como nesse mesmo tempo os cargos de intendente e delegado de higiene em Divina Pastora e posteriormente os cargos idênticos em N. S. das Dores no biênio de 1912-1913. Em fins de 1914 domiciliou-se em Aracaju para continuar no exercício da clínica particular, que não abandonou, muito embora o aumento de trabalho proveniente dos empregos públicos confiados à sua competência. Logo no ano seguinte, em dias de fevereiro, foi nomeado médico da Intendência Municipal, 1915-1918, e membro efetivo do Conselho Superior de Instrução em agosto de 1916. Diretor do Grupo Escolar General Valadão por nomeação de 24 de agosto de 1918 e membro efetivo do Conselho Superior do Ensino pelo prazo de dois anos por Decreto de 18 de dezembro de 1922, foi por decreto de 27 de fevereiro de 1924 mandado servir na Diretoria Geral de Higiene e Saúde pública.

Escreveu:

– *Hidroterapia*: dissertação. Proposições. Seção de ciências acessórias – Higrometria. Seção de ciências cirúrgicas. Considerações acerca do aborto. Seção de ciências médicas. Hipoemia intertropical. Tese sustentada na Faculdade de Medicina da Bahia em novembro de 1883 a fim de doutorar-se em medicina. Bahia, 1883, 115 págs. in. 8º. Tipografia dos Dois Mundos.

Relatório apresentado ao Dr. Diretor da Instrução Pública pelo Diretor do Grupo Escolar General Valadão. No “Diário Oficial” de 23 de outubro de 1920.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. professor José de Alencar Cardoso, dd. Diretor da Instrução Pública pelo Dr.... diretor do Grupo Escolar General Valadão em 27 de junho de 1922. No “Diário Oficial” de 12 de agosto de 1922.

Alexandre Pinto Lobão, Conselheiro – Filho de Gonçalo Pinto Lobão e D. Maria Vitória da Graça, nasceu em Itabaiana em novembro de 1812 e faleceu na cidade de Penedo, Alagoas, a 3 de maio de 1889. Feito o curso de ciências jurídicas e sociais na Academia de Olinda, recebeu o diploma de bacharel em 1839, voltando para Sergipe, onde encetou a vida pública, exercendo a advocacia. Conseguindo depois entrar para a magistratura, ocupou a promotoria da comarca de Vila Nova em 1842 a 1844 e pela segunda vez em 1852 a 1854, ano este em que por decreto de 7 de outubro foi nomeado juiz de direito da comarca de Maruim. Em 1856 foi removido para a de Vila Nova, em 1858 para a do Lagarto e nesse mesmo ano para a de Itapicuru-mirim, na ex-província do Maranhão. Exerceu igual cargo em Abrantes, comarca da Bahia, da qual foi removido por decreto de 18 de maio de 1866 para o Aracaju, onde se conservou por longos anos, até ser nomeado por decreto de 20 de março de 1875 desembargador da Relação de Cuiabá, em que desempenhou também as funções de presidente do Tribunal. Removido mais tarde para a Relação do Recife, exerceu com distinção o lugar por seis anos, aposentando-se em outubro de 1884, visto contar mais de trinta anos de serviço efetivo. Agraciado em 1875 com o título de conselho de S. M. I., foi, quando juiz de direito de Aracaju, oito vezes chefe de polícia interino do decurso dos anos de 1868 a 1874; deputado à Assembléia Legislativa Provincial nas legislaturas de 1848-1849, como suplente; 1854-1855; 1856-1857, como suplente; 1860-1861 e 1862-1863 e fez parte em 1861 de uma lista tríplice para senador do Império.

Escreveu:

– *Vários trabalhos de advocacia*, que não consta terem sido impressos.

– *Resposta ao “Voto Livre”*: “No Correio Sergipense” de 7 de agosto de 1858.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província, Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior no dia 30 de janeiro de 1870 pelo Chefe de Polícia interino. Aracaju, 1871, (sic.) 8 págs. in. 8º gr. Tip. do “Jornal do Aracaju”.

Alfredo Accioly do Prado – Filho do coronel Francisco Lucino do Prado e D. Maria Accioly do Prado, nasceu no engenho Tabua, município de Divina Pastora, a 9 de fevereiro de 1874. Tendo começado o curso de preparatórios na Capital do Estado, viu-se obrigado, em virtude da suspensão dos exames, ordenado pelo Ministro, a terminá-lo na Bahia onde freqüentou com distinção a Academia de Medicina até o sexto ano, vindo a falecer a 5 de fevereiro de 1903 no engenho Capim pubo, município do seu nascimento, antes de receber o prêmio de sua aplicação e amor à ciência em que havia depositado todas as esperanças de seu futuro. Prematuramente ceifado pela morte, e já então farmacêutico, o jovem acadêmico, se não fosse dotado de um gênio excessivamente modesto e retraído, teria ocupado entre os intelectuais do país, o lugar a que lhe davam incontestável direito o seu robusto talento e notável ilustração, bem pouco comum em tão verdes anos. Além das matérias do ensino médico, que constituíam o objeto das suas mais sérias cogitações, entregava-se ao estudo dos clássicos da língua vernácula e às pugnas da imprensa, na qual revelou apreciáveis qualidades de um polemista erudito e educado. Colaborou no “O Estado de Sergipe”, no “Progresso” de Maruim sob o pseudônimo de *Teófilo Júnior*, no “Diário de Notícias” da Bahia e na “Regeneração” do mesmo Estado com o pseudônimo de *Alípio Vidigal*. Foi o único estudante que mereceu a honra de pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, segundo se afirma na sua biografia inserta no Almanaque Sergipano para o ano de 1904. Logo no começo da sua vida acadêmica foi convidado para fazer parte do corpo redatorial do:

– *O Livro*: hebdomadário sob a direção do Dr. Pedro Americano Corrêa. Bahia, 1895-1898. Neste jornal publicou entre outros trabalhos literários e científicos um curioso estudo sobre a *Origem dos índios na América*.

Escreveu mais:

– *Notícia histórica sobre o município de Divina Pastora*: monografia oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Inédito.

– *Hereditariedade da tuberculose*. Carta aberta ao Dr. Helvécio de Andrade, assinada com o pseudônimo *Estudante Sergipano*. No “O Estado de Sergipe” de 10 e 11 de outubro de 1900.

– *Banhos de mar*: tese inaugural para receber o grau de doutor. Foi o seu último trabalho escrito em menos de um mês entre os sofrimentos da terrível moléstia que o levou ao túmulo e por cuja circunstância deixou de ser sustada perante o corpo docente da Academia, Bahia, 1902, 68 págs. in. 8º.

– *Agricultura e imigração*: série de artigos no “Progresso”, de Maruim, de 6 a 20 de junho de 1897.

– *Reforma do estudo da Geografia*. Idem, idem, de 28 de novembro e 5 de dezembro de 1897.

Alfredo Cabral, Bacharel – Nasceu em Aracaju a 7 de agosto de 1887, filho de Francisco Felix Cabral e D. Adelaide Passos Cabral. Começou o curso de humanidade no antigo Ginásio Sergipense, dirigido pelo professor Alfredo Montes, continuando no Ateneu Sergipense. Formado na Faculdade de Direito do Recife a 7 de dezembro de 1907, foi promotor público da Comarca da Estância, removido para a de Laranjeiras e em seguida para a de Maruim em 1910. Tendo se submetido a concurso em maio desse ano para preenchimento da cadeira de história universal do Ateneu Sergipense, foi nela provido por ato de 10 de fevereiro de 1911. Professor catedrático de história geral e do Brasil do mesmo estabelecimento de ensino, foi transferido por decreto de 15 de julho de 1916 para a cadeira de educação moral e cívica, noções de sociologia e direito usual da Escola Normal, declarado em disponibilidade como lente do Ateneu quatro dias depois desse último ato. Por algum tempo colaborou com frequência na imprensa de vários Estados, especialmente no Almanaque Sergipano, 1898-1900, no “O Estado de Sergipe”, 1903-1910, “O Ateneu”, 1906, e “Diário da Manhã” 1911-1918, de Aracaju; no “Norte de Sergipe”. 1908, de Propriá; no “Diário Popular” de São Paulo, e em várias revistas acadêmicas de Pernambuco. Percorreu vários pontos do Sul da República, excursionou por diversos Estados do nordeste, fazendo ponto da Capital do Ceará, onde reside.

Escreveu:

– *Sergipense*: artigo sobre o livro do Dr. Manoel dos P. de Oliveira Telles. 1903.

– *Herbert Spencer*: a propósito da morte desse filósofo. 1903.

– *A Academia Sergipana de Letras*. 1904.

– *Fausto Cardoso, o filósofo*. Recife, 1906.

– *Questão ortográfica*. 1906.

– *O imposto territorial e as suas supostas vantagens*. (A propósito de um artigo do Dr. Ignácio Tosta). No “O Estado de Sergipe” de 23 de junho de 1907.

– *O progresso econômico de Sergipe*. Idem, de 30 de outubro do mesmo mês.

– *A crítica francesa*. 1908.

– *Os problemas sociais*, 1908.

– *O progresso em Pernambuco*. No “Diário Popular”, S. Paulo, de 29 de setembro de 1909.

– *Em S. Paulo* (Notas de viagem). No rodapé do “O Estado de Sergipe” de 6 de fevereiro a 6 de março de 1910 com intervalos.

- *A História Universal*. A Filosofia, a Eloquência e a História – Período Clássico da História. Influência da Renascença sobre a História, Cronistas. Vico. Niebuhr.
- *Mommsen — Cantú — Buckle e Ferrero* – Juízos críticos. No mesmo jornal a começar no número 10 de abril a 1 de maio de 1910.
- *A sombra dos enigmas do dr. Florivaldo Linhares*. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 23 de abril de 1911.
- *Sobre o “Estudo Corográfico e Social do Brasil”* de Florentino Menezes. Idem, de 17 de novembro de 1912.
- *O espírito da Alemanha*. Idem, de 5 e 8 de dezembro de 1914.
- *Tese de maio*. Idem, de 13 de maio de 1915.
- *Idéias boas ou más*. Idem de 11 a 17 de maio de 1918. Não continuou. – S. Remaculo e o lobo: lenda. (Trad. do espanhol). Idem, de 21 do mesmo mês e ano.
- *Sergipe*: série de artigos no mesmo jornal de 9 de junho de 1918. Não continuou. Tem inéditos vários esboços sobre a religião, a moral, o socialismo, a literatura contemporânea e outras questões de filosofia e história universal.

Alfredo Montes Júnior – Filho de Alfredo de Siqueira Montes, de quem direi adiante, e D. Maria de Araújo Montes, nasceu a 17 de agosto de 1875 no Aracaju, onde faleceu a 13 de janeiro de 1912. Recebeu do seu progenitor os primeiros rudimentos de instrução no Ginásio Sergipense, seguindo depois para o Rio de Janeiro, a fim de matricular-se na Escola Militar. No começo do curso teve de ser excluído, com outros, em consequência de um movimento indisciplinar por parte dos alunos e por este motivo resolveu freqüentar a Escola Politécnica, da qual se retirou logo para assistir às preleções do 1º ano de uma das Faculdades de Direito. Forçado a interromper os estudos pela necessidade de tratar de negócios de seu interesse pessoal, voltou de uma vez em 1897 para o Estado, onde se dedicou ao funcionalismo público, ao magistério particular e à imprensa. Tendo ocupado o lugar de Administrador da Mesa de Rendas de São Cristóvão durante três anos, passou-se para Aracaju em 1903, reabrindo de concomitância com o primitivo fundador o Ginásio Sergipense, no qual ensinou primeiras letras e matemáticas. No Ateneu Sergipense ocupou interinamente as cadeiras de geografia e inglês e em 1907 foi provido efetivamente na de alemão.

Fundou e redigiu:

- *O Tempo*. Aracaju, 1898-1899. Publicação nas quartas, sextas e domingos. As dimensões do 1º número datado de 5 de outubro daquele ano correspondem a 0,40 x 0,25 com 4 páginas e outras tantas colunas em cada uma. Reaparecendo em 9 de maio de 1911, circula por pouco tempo, não indo além do terceiro número.

Alfredo de Siqueira Montes – Nascido a 1 de janeiro de 1848 no sítio da Florença, município do Socorro, faleceu no Aracaju, a 1 de agosto de 1906. Na idade de 5 anos seguiu com seus pais, o tenente coronel Teodorico Rodrigues de Siqueira Montes e D. Clara de Faro Montes, para S. Cristóvão, onde encetou os estudos primários na aula particular de seu parente, Doutor Graciliano Aristides do Prado Pimentel. (vide este nome). Em 1857, dois anos após a mudança da Capital para o Aracaju, acompanhou a família paterna para essa cidade e ali se preparou nas matérias do ensino secundário, aplicando-se de preferência ao estudo de línguas a que muito se afeiçoara. Suficientemente habilitado para a carreira burocrática, iniciou-se no funcionalismo público, como 2º oficial da Secretaria do Governo, para cujo cargo fora nomeado por ato de 17 de abril de 1863 e oficial da 1ª Seção, por ato de 5 de maio de 1871. Promovido mais tarde a chefe de Seção, foi chamado por vezes para servir de secretário interino e oficial de gabinete de vários presidentes. Fora sempre sua aspiração entrar para o magistério público e desde que pôde realizá-la, renunciou o cargo de chefe de Seção que exercia com todo o zelo e muita competência. Nomeado a 28 de junho de 1877

lente de inglês, por concurso, do “Ateneu Sergipense”, lecionou esta disciplina com proficiência e zelo até aos últimos dias, como ocupou por algum tempo a mesma cadeira na Escola Normal, a começar de abril de 1882. O seu decidido gosto pelo ensino levou-o a fundar o “Ginásio Sergipense”, de que foi diretor e lente durante todo o tempo que funcionou, desde 1888 a 1899, e onde se educaram muitos alunos, hoje em elevadas posições. Foi diretor da Escola Normal, diretor geral interino da instrução pública, delegado de polícia, Presidente da Câmara Municipal de Aracaju, 2º Secretário e posteriormente presidente do “Gabinete Literário Sergipano”.

De costumes irrepreensíveis e apreciado pela nobreza dos seus sentimentos, soube honrar o seu nome e o meio em que sempre viveu, pois que nunca se ausentou de Sergipe. Trabalhou acidentalmente na imprensa local e deixou inéditas as seguintes obras:

- *Gramática portuguesa prática.*
- *Dicionário inglês-português.*
- *Gramática inglesa, por concluir* – Redigiu com outros:
- *Correio de Sergipe: jornal político.* Aracaju, 1890-1891. O primeiro número é datado de 12 de outubro daquele ano.

Alfredo Theodoro Guaraná, Doutor – Filho de Theodoro Cordeiro Guaraná e D. Andreolina Moniz de Menezes Guaraná, nasceu a 10 de maio de 1853 em São Cristóvão. Estudou preparatórios no colégio S. João, na capital da Bahia, e no “Ateneu Sergipense” em Aracaju. Matriculando-se na Faculdade de Medicina daquela cidade, fez todo o curso acadêmico, colando o grau de doutor a 18 de dezembro de 1886. Tendo feito clínica desde logo na vila de Itaporanga, foi comissionado pelo governo do Estado, então exercido pelo Doutor Felisbello Freire, para debelar a epidemia de febre de mau caráter que grassava em todo o município. Delegado de higiene em 1890 da referida vila destituiu-se deste cargo e em 8 de dezembro do mesmo ano retirou-se para o Estado de S. Paulo, onde fixou residência e onde se tem dedicado à clínica a começar por Anápolis, S. Carlos, e Itatiba, de que foi delegado de higiene. Efetuada a organização do serviço sanitário passou a ser inspetor sanitário na capital, de 1895 a 1896. Dentro desse período exerceu repetidas comissões médicas em diversos pontos, fora da capital, por ocasião das grandes epidemias havidas no Estado. Muitas outras comissões desempenhou em diversos períodos contra as epidemias da febre amarela, peste bubônica, varíola e tracoma. Reorganizado em 1911 o serviço sanitário foi nomeado por decreto de 17 de novembro inspetor sanitário, cargo em que ainda se mantém - Em 1906 esteve como médico interino do Hospício de alienados de Juqueri. Foi um dos fundadores e diretor médico da “Auxiliadora”, sociedade de auxílios mútuos em São Paulo, inaugurada em 1911. Colaborou no “Cruzeirense” do Cruzeiro, na “A Opinião” de Pirassununga, e no “Correio do Descalvado”, cidades paulistas.

Escreveu:

– *Da albuminúria e sua importância para o diagnóstico:* dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 5 de julho de 1886 a fim de obter o grau de doutor em medicina, Bahia, 1886, 87 págs. in. 8º. Imprensa Econômica.

– *Às mães de família.* Clínica infantil. No “Correio do Descalvado”, S. Paulo, de 24 de fevereiro e 10 de março de 1907.

– *Os perigos do álcool.* No mesmo jornal de 12 de outubro do referido ano e no “Monitor Sul-Mineiro” da cidade da Campanha, em Minas, de 3 de novembro do mesmo ano.

– *Aos habitantes de Cruzeiro* (Conselhos médicos sobre as vantagens da vacinação contra a varíola). No “Cruzeirense”, da cidade do Cruzeiro, S. Paulo, de 29 de agosto de 1908.

Alípio Bittencourt Calasans, Professor – Filho do doutor João José Bittencourt Calasans, de quem tratarei adiante, e D. Maria Leite Bittencourt Calasans, nasceu a 22 de

agosto de 1852 em Santa Luzia e faleceu na Capital Federal a 23 de setembro de 1913. Coronel da G. N. e professor de geografia no Colégio Militar do Rio de Janeiro desde 1894, foi, com a reforma dos estabelecimentos do ensino militar, declarado em disponibilidade por Decreto de 27 de dezembro de 1905, voltando de novo a ocupar a mesma cadeira reunida à de história pátria, que continuou a lecionar em virtude do Decreto de 6 de maio 1907.

Escreveu:

– *Lições de Geografia Física da América* professadas no 1º ano do curso secundário do Colégio Militar: compêndio para uso dos seus discípulos, aprovado pela Congregação do mesmo colégio e pelo Conselho de Instrução de Sergipe. Rio de Janeiro, 1903, 106 págs. in. 12º. Oficina Politecnográfica de M. Orosco & C. O autor tinha em via de publicação a física das outras partes do mundo.

Alípio Cardoso Fontes de Menezes, Doutor – Filho do major Libânio Cardoso de Menezes Barreto e D. Lydia Fontes de Menezes, nasceu a 17 de julho de 1859 no engenho Novo, município de Santa Luzia, e faleceu na Estância a 27 de maio de 1887. Fez o curso de letras no colégio S. José, da cidade da Bahia, onde, depois de ter estudado medicina, recebeu na respectiva Faculdade o grau de doutor a 16 de dezembro de 1882. Na curta existência que teve após a sua formatura exerceu na Estância a clínica, como também por algum tempo o lugar de delegado de higiene.

Escreveu:

– *Eletroterapia*: dissertação. Proposições. Seção acessória – Qual é o valor ou importância da glicerina como excipiente dos preparados de uso externo? Seção cirúrgica – Considerações sobre os curativos após as operações. Seção de ciências médicas – Jaborandy, sua história natural, ação fisiológica e efeitos terapêuticos. Tese apresentada à Faculdade de medicina da Bahia e publicamente sustentada perante a mesma a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1882, 80 págs. in. 8º. Tipografia Biblioteca dos Dois Mundos.

Almir Jayme de Sousa – Filho de Antonio Emídio de Sousa e D. Hortelina Carolina de Sousa, nasceu a 13 de julho de 1898 em Itabaianinha. Em Aracaju, para onde veio em companhia de seus progenitores com a idade de um ano, fez os estudos primários no “Grêmio Escolar” e os secundários no “Ateneu Sergipense” até ao 4º ano. Empregando sua atividade no comércio, negociou a princípio por conta própria, para depois servir de auxiliar de escrita em diversas casas, sendo por último guarda livros da firma J. C. de Faria. Tem colaborado no “Diário da Manhã” e nos periódicos de pequeno formato de Aracaju.

Escreveu:

– *Contos e fantasias*: livro de estréia. Aracaju, 1923, 54 págs. in. 8º. Tip. Do “O Labor”.

Álvaro Fontes da Silva, Bacharel – Nasceu em Aracaju a 6 de setembro de 1884, filho de Eugênio José da Silva e D. Argemira de S. Pedro e Silva. Originário de pais pouco abastados, começou a vida muito modestamente como tipógrafo na cidade natal. Desejoso de instruir-se convenientemente, opôs à falta de recursos da família todas as energias de sua vontade contra as dificuldades, que se lhe antepunham à realização dos seus louváveis desígnios, colhendo afinal o fruto dos grandes esforços empregados. Como aluno do Ateneu Sergipense estudou todas as matérias do ensino secundário, matriculando-se depois na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, na qual se bacharelou em ciências jurídicas e sociais em 20 de março de 1912. Desde então exerceu a advocacia até 1918 na Capital Federal, quando foi nomeado a 24 de outubro desse ano secretário geral do Estado, cargo que deixou a 9 de setembro de 1922, por ter sido nomeado a 2 do mesmo mês juiz de direito da comarca de S. Cristóvão, removido, a pedido, para a comarca de Maruim por decreto de 27 de março de 1924. Em 1919 foi encarregado pelo Governo do Estado de rever com o bacharel

Armando Mesquita o Código do Processo Criminal e em 1922 teve de desempenhar igual comissão com os desembargadores Libério Monteiro, Caldas Barreto e o bacharel Gervásio Prata, relativamente ao Código de Organização Judiciária. Em Aracaju colaborou no “O Estado de Sergipe”, de 1900 a 1907, na “Primavera”, em 1904, no “Correio de Aracaju”, de 1918 a 1922; no “Diário Oficial”, na mesma época, e no “Diário da Manhã”, primeira fase. Na Capital Federal e no Estado do Rio de Janeiro escreveu para diversos jornais nos anos de 1902 a 1918. Na imprensa tem usado o pseudônimo de *Acrísio do Val*. É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, membro da Sociedade Beneficente Tobias Barreto com sede na Capital Federal e da Sociedade Beneficente dos Empregados públicos em Aracaju, da qual tem sido presidente honorário. Entre os seus trabalhos forenses conheço: Processo do Capitão Alfredo da Silveira Dantas. Defesa do Acusado. Rio de Janeiro, 1916, 29 págs. in. 8º. Revista dos Tribunais.

Escreveu mais:

- *Prática das procurações*. Resposta a um artigo do Dr. Olímpio Mendonça. No “Diário da Manhã”, de 18 de novembro de 1917.

- *Discurso* proferido na colação de grau às normalistas de 1918. No “Jornal do Povo”, Aracaju, de 13 de novembro de 1918.

- *Discurso* pronunciado no almoço que lhe ofereceu na Bahia o presidente do Estado, Dr. J. J. Seabra. No “Correio de Aracaju” de 7 de abril de 1920.

- *Discurso* pronunciado na inauguração do seu retrato na Escola Noturna de Laranjeiras, em 30 de agosto de 1920. Idem de 4 de setembro do seguinte.

- *Discurso* pronunciado na solenidade de sua posse no cargo de Juiz de Direito da comarca de São Cristóvão em 28 de outubro de 1922. Idem, de 1 de novembro de 1922. Foi proprietário e redator do

- *Vespertino*: jornal noticioso e literário. Aracaju, 1900-1901. Publicação bi-semanal.

- *Data de morte*: 25 de junho de 1956, em Aracaju (SE).

Álvaro de Oliveira Ribeiro, Doutor – Chamou-se a princípio Álvaro de Freitas e Oliveira e com este nome fez todo o curso acadêmico. Filho do bacharel Domingos de Oliveira Ribeiro, também contemplado neste livro, e Dona Helena de Freitas Oliveira Ribeiro progenitores do finado bacharel Homero de Oliveira, natural de Pernambuco, nasceu em Laranjeiras a 19 de novembro de 1864 e faleceu a 20 de agosto de 1916 em Santos, Estado de S. Paulo.

Depois de feitos seus estudos preliminares no Aracaju como discípulo do colégio “Parthenon Sergipense”, dirigido pelo dr. Ascendino Ângelo dos Reis, freqüentou a Faculdade de Medicina da Bahia durante o tempo preciso para receber o grau de doutor, o que se realizou a 10 de dezembro de 1887. Clinicou os quatro primeiros anos em Laranjeiras, juntando aos encargos da profissão o de médico da Santa Casa de Misericórdia da dita cidade e depois foi inspetor de higiene no Aracaju.

Transferindo em 1892 a residência para S. Paulo, exerceu desde então a clínica em diversas localidades do Estado, em algumas das quais desempenhou as funções de Inspetor Sanitário, como tal removido de Ribeirão Preto para Santos, passando depois a ser médico legista da polícia, médico da Santa Casa e por vezes seu diretor clínico, médico de outras instituições de caridade estabelecidas naquela cidade paulista. Grande amador de toda a espécie de esporte, principalmente do futebol, ocupou a vice-presidência da diretoria do “Santos Futebol Clube”.

Escreveu:

- *Classificação das úlceras*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico cirúrgico. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de setembro de 1887 para serem sustentadas por... Bahia, 1887, 77 págs. in. 8º. Tipografia dos Dois Mundos.

Álvaro Telles de Menezes, Doutor – Filho do major Florentino Teles de Menezes e D. Leonor Bernardina Xavier de Menezes, e irmão dos doutores Florentino Telles de Menezes e João Telles de Menezes, (vide estes nomes) nasceu na Estância em 1 de fevereiro de 1851. Toda sua educação foi feita na capital da Bahia, onde recebeu o diploma de farmacêutico em 1870 na Academia de Medicina na qual colou o grau de doutor em 1881. Naquela cidade esteve estabelecido com farmácia desde 1871 a 1881. Nomeado tenente 2º cirurgião do Exército em 18 de março de 1882, serviu em diversas guarnições durante 22 anos, reformando-se no posto de major por decreto de 21 de fevereiro de 1907. Esteve em comissão na Ilha de Fernando de Noronha em 1882, quando aquele presídio era dirigido pelo governo geral e em 1897 fez parte da expedição de Canudos no Estado da Bahia. Foi inspetor interino de saúde dos postos em Aracaju, médico da polícia nos anos 1913-1915 e deputado estadual nas legislaturas de 1902 a 1903, 1904 a 1905. Membro da Cruz dos Militares de Pernambuco, da Sociedade de Medicina de Aracaju, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Escreveu:

– *Considerações sobre a Eclampsia e seu tratamento*: dissertação. Proposições. Seção cirúrgica – Da cárie e suas conseqüências. Seção médica. – Hemoptises e seu tratamento. Seção acessória – Qual é o vinho mais conveniente para a preparação dos vinhos medicinais? Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia para ser publicamente sustentada em novembro de 1881 a fim de obter o grau de doutor em medicina e aprovada com distinção. Bahia, 1881, 61 págs. in. 8º. Lito-tipografia de João Gonçalves Tourinho.

– *Relatório* do médico do município de Aracaju apresentado ao Intendente em 1º de janeiro de 1920. Publicado em anexo à Mensagem do Intendente. No “Diário Oficial” de 23 do mesmo mês.

– *Páginas d’alma*: poesias. Obra inédita dividida em quatro partes.

– *Fedro*: drama em três atos. Inédito.

– *O Estudante*: comédia em 1 ato.

► *Data de morte*: 06 de junho de 1935, em Aracaju (SE).

Alvino Ferreira Lima, Bacharel – Filho de Eustáquio Ferreira Lima e D. Etelvina Maria de Lima, nasceu a 9 de agosto de 1888 no Rosário do Catete. Contava apenas cinco anos quando deixou o Estado natal. Fez o curso jurídico na Faculdade de Direito de S. Paulo, onde recebeu o grau de bacharel a 5 de dezembro de 1908. É lente de matemática da Escola Normal de Casa Branca no mesmo Estado e inspetor municipal do ensino da mesma localidade. Colaborou em diversos jornais do Interior do Estado onde reside, tendo publicado uma série de artigos sob o título *Divagações*, abordando várias assuntos.

Fundou e redigiu: *O Tempo*, Casa Branca, São Paulo, 1908; *A Imprensa*, Vargem Grande, S. Paulo, 1913; *O Comércio*, Casa Branca no mesmo Estado.

Publicou:

– *Ação Possessória turbativa*. Juízo de Direito de Casa Branca. Autor: Pe. Salvador Sorrentino; réus: Ulysses Copelli e sua mulher; razões finais do autor. Casa Branca, 1912, 20 págs. in. 8º. Tip. do “O Comércio”.

– *Ação Ordinária*. Casa Branca, 1914, 31 págs. in. 8º peq. Tip. Mascaro.

– *Discurso* de saudação aos professores da 1ª turma da Escola Primária de Casa Branca pelo lente... em nome de seus colegas. Tip. da “A Tribuna”. 7 pgs. in. 8º pq.

– *Considerações e reparos*, Casa Branca, 1916. 42 págs. in. 8º. Tip. da “A Tribuna”.

– *Ação ordinária*. Autores: Francisco Cândido Alves da Cunha e sua mulher; réus: Gabriel de Ávila Ribeiro e sua mulher; razões finais pelos autores. Casa Branca, 1917, 7 págs. in. 8º. Tipografia Mascaro.

– *Ação rescisória*. Comarca de S. Simão. Razões finais pelos réus. Casa Branca, 1917. 14 págs. in. 8º. Tip. Mascaro.

– *Tiro Brasileiro de Casa Branca* nº 292 da Confederação. Um erro a evitar: segunda preleção do Curso de Cultura Cívica, proferida no dia 15 de novembro de 1917 e mandada imprimir pelo Tiro 292. Casa Branca, 1917, 16 págs. in. 8º. coluna estreita. Tip. da “A Tribuna”, Romano & C. Nascimento.

Amazonas Duarte – Vide Cleóbulo.

Amintas José Jorge, Contra-Almirante – Filho do farmacêutico Marcelino José Jorge e Cândida de Sampaio Jorge, nasceu em Aracaju, a 11 de julho de 1860. Muito jovem entrou para o Colégio Naval, cursando depois a Escola Naval nos anos de 1880 a 1882, quando a 28 de novembro de 1882 foi nomeado Guarda Marinha. Nos sucessivos postos que galgou até ao de capitão de mar e guerra, obteve duas promoções por merecimento e uma por atos de bravura, tendo tido sob o seu comando diversos vasos de guerra, dos quais o último foi o couraçado Minas Gerais. Na sua vida militar ocupou todos os cargos subalternos e superiores da Marinha Nacional, fez longas viagens no Mediterrâneo e no Oceano Atlântico, encerrando a carreira, em que tanto se distinguiu, a 8 de maio de 1912, quando se reformou, a pedido. Em terra desempenhou os cargos de capitão do porto de Aracaju e inspetor do Arsenal de Marinha do Estado do Pará. Na sua fé de ofício estão registrados trinta e dois elogios das autoridades da Marinha pelo bom desempenho das comissões que lhe foram confiadas. É sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de que foi 1º vice-presidente, e presidente da Liga Sergipense contra o Analfabetismo.

Escreveu:

– *Meteorologia*: série de artigos no “O Estado de Sergipe” de 4 a 28 de novembro de 1900.

– *Entrevista* concedida à “A Rua” do Rio de Janeiro, transcrita no “Correio de Aracaju” de 13 de junho de 1916.

– *O monumento Joaquim Barbosa*. Idem, de 27 de agosto e 7 de setembro de 1916.

– *Cartas do Rio*. Ao Dr. Gentil Tavares da Mota. No “Correio de Aracaju” de 29 de setembro, 27 de outubro, 10 de novembro e 20 de dezembro de 1918.

– Relatório pronunciado por ocasião da posse do primeiro diretório do Clube Esportivo Feminino em Aracaju. No “Correio de Aracaju” de 24 de setembro de 1919.

– *Discurso* pronunciado por ocasião da posse do primeiro diretório do Clube Esportivo Feminino em Aracaju. No “Correio de Aracaju” de 24 de setembro de 1919.

– *Discurso* pronunciado por ocasião da posse do novo diretório do Clube Esportivo Cotinguiba em 28 de outubro de 1919. Idem, do dia seguinte.

► *Data de morte*: 26 de janeiro 1945, em Aracaju (SE).

Ananias de Azevedo – Filho do capitão João Paes de Azevedo e D. Ana Elvira da Silveira Pinto, nasceu a 27 de dezembro de 1852 em terras do antigo engenho Rio Comprido, município de S. Cristóvão, e faleceu em Aracaju, a 29 de junho de 1903. Muito cedo entrou para a vida pública como empregado de fazenda na Alfândega e na extinta Tesouraria Geral, tendo ocupado diversos cargos até chegar ao de contador dessa última repartição, no qual se aposentou a 31 de março de 1894. Foi depois diretor da Biblioteca Pública e por algum tempo secretário geral do Estado em 1899 no governo do presidente, Martinho Garcez. Vitoriosamente sufragado o seu nome nas urnas eleitorais exerceu os mandatos de deputado estadual na legislatura de 1898-1899 e de intendente municipal de Aracaju. Colaborou no “Eco Liberal” na “A Reforma”, órgãos do partido em que militou, e em outros da capital.

Dentre os seus diversos trabalhos em prosa e verso escreveu os seguintes:

- *Infância e amor*: versos. No “Jornal do Aracaju” de 3 de maio de 1877.
 - *A caçada*. No “O Americano”, Aracaju, de 6 do mesmo mês e ano.
 - *Inocência*: diálogo em versos. No “Diário de Sergipe”. Aracaju, de 25 do citado mês.
 - *Marinhagens do infinito*: versos. A João Ribeiro. No “Jornal do Aracaju” de 13 de outubro do referido ano.
 - *Foi o destino?... poesia*. As duas extremosas amigas – Urânia e Rosita. No “Jornal do Comércio”, Aracaju, 14 de novembro seguinte.
 - *A existência e a força*: poesia. No “Jornal do Aracaju” de 27 de abril de 1878.
 - *Vi-te, Amei-te, Partiste*: poesia, no “O Democrata”, Aracaju, de 23 de setembro de 1880.
 - *A fonte da política brasileira*, a reforma eleitoral e sua prática. No “Eco Liberal”, Aracaju, de 28 de janeiro de 1881.
 - *Victor Hugo*. No “O Guarani”, Aracaju, 26 de fevereiro de 1885.
 - *José de Faro*: elogio fúnebre. Na “A Reforma”, Aracaju, de 6 de outubro de 1889.
 - *Federação e pavor*. Na “Gazeta de Sergipe”, Aracaju, de 25 de dezembro de 1890.
 - *Carta verdadeira*. Ao ilustre Sr. Dr. Gumercindo de Araújo Bessa. No “O Estado de Sergipe”, Aracaju, de 17 de agosto de 1898.
 - *Um pouco de literatura*. Ao Professor Brício Cardoso. No “O Estado de Sergipe” de 14 de julho de 1899.
- Redigiu com outros:
- *A Crisálida*: pequeno jornal literário. Aracaju, 1876.
 - *Gazeta de Sergipe*: folha diária. Aracaju, 1890-1896.

Antenor Lírío Coelho – Filho de Juvêncio de Jesus e D. Martinha Coelho, nasceu a 23 de setembro de 1902 em Aracaju. Coursou o Ateneu Sergipense de 1915 a 1918. Interrompendo seus estudos no quinto ano. De 1918 a 1919 esteve como expedidor e revisor do “Jornal do Povo”, de que foi também colaborador. Tem escrito na imprensa de Aracaju artigos e fantasias, publicados, além do “Jornal do Povo”, no “O ‘Paladino” no “Pela Pátria”, na “Voz do Operário”, “O Combate”, “Diário da Manhã” e “Correio de Aracaju”. Seus pseudônimos são: *Célio*, B, *Spetator*, W., *Pierre Levy*, X e XX. É sócio fundador da Sociedade dos Estudantes de Sergipe, de que foi vice-presidente e orador, e do “Centro de Propaganda do Voto Secreto em Sergipe”. É professor da Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1920-1923)

Escreveu:

- *A conferência de Sebrão Sobrinho*. No “Jornal do Povo” de 21 de março de 1919.
- *Literatura feminina*. Idem, de 25 de fevereiro de 1920.
- *O recenseamento*. Idem, de 5 de julho do referido ano.
- *Perspectiva de guerra*. Idem, de 9 de março de 1921.
- *Semana Santa*. Idem, de 19 do mesmo mês e ano.
- *Um bom livro*. Apreciação sobre as “Mil e duas noites” de Jayme de Altavila (Bacharel Amphilophio de Oliveira Melo). Idem, de 6 de maio de 1921.
- *Mulher*. Idem de 17 de outubro do mesmo ano.
- *Minha mãe*. No “Diário da Manhã” de 3 de junho de 1922.
- *O fracasso do talento*. No “Jornal do Povo” de novembro de 1922.

Redige com outros:

- *Correio de Aracaju*, 2ª fase: órgão independente. Aracaju, 1923, 192....

Aníbal Freire da Fonseca, Doutor – Filho do capitão Antonio Cornélio da Fonseca e D. Júlia Freire da Fonseca, nasceu a 7 de julho de 1884 na cidade do Lagarto. Estudou preparatórios no “Ateneu Sergipense” e no colégio do professor Alfredo Montes. Coursou as Faculdades de Direito da Bahia, Rio de Janeiro e Recife, diplomando-se nesta última em

1903. Antes de formar-se foi nomeado promotor público de Aracaju, em setembro de 1902, cargo que deixou em 1904, a fim de assumir no Recife o lugar de sub-Inspetor de Seguros da 3ª circunscrição. Eleito deputado estadual em 1907, foi nomeado em 1908 secretário geral do Estado, exonerando-se no ano seguinte por ter sido eleito deputado federal por Pernambuco na vaga do doutor Esmeraldino Bandeira, então nomeado ministro da Justiça. Anos depois foi eleito pelo mesmo Estado para a legislatura de 1924-1926. Aprovado em concurso, obteve por decreto de 31 de maio de 1909 a nomeação de substituto da 3ª Seção da Faculdade do Recife, passando depois a efetivo da 2ª seção e por último professor catedrático de direito administrativo da mesma Faculdade, por decreto de 13 de dezembro de 1916. Doutor em direito por força de disposição de lei, é sócio efetivo do Instituto Arqueológico Pernambucano, membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e condecorado em 1923 pelo governo português com a comenda da Ordem de Cristo. Colaborou em Aracaju, no “O Tempo”, 1898-1899, no “O Porvir”, 1900, e no “O Estado de Sergipe” de 1899 a 1903; na “Cidade do Rio” e “Gazeta da Tarde”, 1901, na Capital Federal.

Escreveu:

- *Um talento ignoto*. No “O Tempo” de 7 de dezembro de 1898.
- *Sergipe intelectual*. (Ao Júlio Freire): primeira série de artigos no mesmo periódico de 20, 22 e 27 de janeiro de 1899.
- *Sergipe intelectual*. Segunda série nos números 12, 15 e 17 de fevereiro seguinte.
- *Clovis Bevilacqua e Araripe* (Ao Dr. Laudelino Freire). No mesmo jornal de 26 e 28 de abril seguinte.
- *Movimento literário (1890-1899)*. Ao talentoso Dr. Homero de Oliveira. No “O Porvir” de 22 e 25 de fevereiro, 4 e 11 de março, 1, 8 e 29 de abril de 1900.
- *Um esteta*. Ao inspirado vate baiano Silva Senna, como tributo de gratidão e amizade. No “O Estado de Sergipe” de 8 a 25 de abril de 1900, com intervalos. Neste trabalho o autor faz um estudo crítico-literário sobre o poeta Elzeário Pinto. (Vide este nome)
- *Notas a esmo*. (Discursos de Tobias Barreto. Tip. Laemmert & C. 196 págs., 1900). Idem de 19 de agosto do mesmo ano.
- *Da reincidência*. (Ligeiras notas penalógicas). No mesmo jornal de 31 de outubro e 1 de novembro do referido ano.
- *Bancos e suas espécies*. Quais os perigos a que se expõem os bancos que comanditam diretamente as indústrias?: prova escrita no concurso de economia política, finanças e direito administrativo, realizado a 20 de abril de 1907 na Faculdade de Direito do Recife. No “Diário de Pernambuco” e “Jornal do Recife” de 2 de junho, no “O Estado de Sergipe” a começar do número 19 do mesmo mês e ano, e na “Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife”, vol. XXIII, 1915, págs. 67 a 81.
- *Do Poder Executivo na República Brasileira*. Rio de Janeiro, 1916, 208 págs. in. 8º. Imprensa Nacional.
- *Relatórios* apresentados a 15 de agosto a 7 de outubro de 1916 pelo representante da Congregação da Faculdade de Direito do Recife no Conselho Superior do Ensino. Na “Revista Acadêmica” da Faculdade de Direito do Recife. Ano XXII, págs. 97 a 115.
- *Relatório* apresentado pelo representante da Congregação da Faculdade de Direito do Recife, relativo à sessão do Conselho Superior do Ensino, de julho de 1917. No “Jornal do Recife” de 2 de outubro do mesmo ano.
- *Relatório* apresentado pelo representante da Congregação da Faculdade de Direito do Recife, relativo à sessão do Conselho Superior do Ensino, de julho de 1918. Pernambuco, 1918, 15 págs. in. 12º. Tipografia do Jornal do Recife. Anteriormente publicado no número de 17 de novembro do referido jornal.

– *Discurso* proferido por ocasião da posse solene do “Centro Acadêmico de Direito”. No “Diário de Pernambuco” de 26 de maio de 1919 e na “Revista Acadêmica” da Faculdade de Direito do Recife, vol. de 1921, págs. 197 a 204.

– *Discurso* pronunciado pelo paraninfo dos bacharéis de 1921 por ocasião da colação de grau no dia 14 de dezembro do mesmo ano. Na “A União” da Paraíba de 20 e 21 desse mês

– *Discurso* pronunciado no Congresso Brasileiro do Ensino Secundário Superior. Idem, págs. 117 a 124.

– *Discurso* de saudação ao Dr. Luiz Mitre. Na “Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife” de 1923, págs. 64 a 70.

– *Discurso* pronunciado no hotel Glória em 22 de dezembro de 1923 pelo orador oficial no banquete oferecido ao Dr. Graccho Cardoso pelos seus amigos e admiradores no Rio de Janeiro. No “Jornal do Brasil” do dia seguinte, transcrito no “Diário Oficial” Aracaju, de 9 de janeiro de 1924.

Redigiu:

– Diário de Pernambuco. Recife, 1902 a 1912. Neste jornal criou para si uma seção diária sob a epígrafe *Matinais*.

É diretor e redator-chefe do “Jornal do Brasil”. Rio de Janeiro, 1922-1924.

► *Data de morte*: 22 de outubro de 1970, no Rio de Janeiro (RJ).

Antonio Alves de Gouveia Lima – Filho de Luiz Alves de Lima e D. Maria Alves de Assunção Lima, nasceu a 8 de setembro de 1830 em Porto da Folha, onde faleceu a 1 de junho de 1901. Figura de destaque no Norte do Estado, foi chefe político de influência, coronel da G. N., advogado provisionado em Propriá e Porto da Folha e em 1881 promotor público da comarca de Gararu. Deputado provincial em mais de um biênio, deputado e presidente da Assembléia Constituinte de 1891 e nesse ano vice-governador, representou Sergipe na Câmara dos Deputados Federais na legislatura de 1894-1896. Na imprensa e na tribuna muito se bateu pelo desenvolvimento da zona ribeirinha do Baixo S. Francisco, entregue à sua direção política.

Escreveu:

– *A escola normal*. No “Jornal de Sergipe” de 28 de abril de 1881. Discursos pronunciados na Assembléia Legislativa Provincial nas sessões de 10 a 12 de março de 1886. Na “Gazeta do Aracaju” de 8, 20 e 23 de abril e 9 de maio do mesmo ano.

– *A eleição do Exmo. Coronel Vicente Ribeiro*. Na “União Republicana” de 3 de julho de 1891. Transcrito na “Gazeta de Sergipe” de 4 de agosto seguinte.

– *A ação ordinária de petição de herança*. Autores: Marcelino José de Oliveira e sua mulher, Dona Constança Monteiro de Oliveira; Réus: Os herdeiros instituídos do finado Barão de Lourival. Foro da cidade Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais, 1895-1896. Rio de Janeiro, 1896, 36 págs. in. 8º pq. Companhia Impressora.

– A política atual de Sergipe. No “O Tempo”, do Aracaju, de 7 de maio de 1899.

– *Incompatibilidade eleitoral*. No mesmo jornal de 12 do referido mês.

– *Convênio político*. Idem, de 19 do mesmo mês.

Redigiu:

– *União Liberal*: gazeta liberal do 4º distrito; comercial, noticiosa e agrícola. Propriá, 1885-1889. Propriedade de Antonio Alves de Gouveia Lima e José Manuel Maximino. Do número de 27 de novembro de 1889 em diante passou a denominar-se “União Republicana”.

– *O País* (2º) Aracaju, 1897-1898. Com outros.

Antonia Angelina de Figueiredo Sá, Professora – Filha do major Manuel Xavier de Figueiredo e D. Anna Gracinda de Figueiredo, e viúva de José Sotero de Sá, contemplado

neste livro, nasceu a 11 de março de 1863 no engenho Tabocal, município da Capela. Exerceu com muita aptidão o magistério público, tendo sido em Aracaju adjunta da professora primária da Escola de Aprendizizes Artífices e efetivo do Grupo Escolar Modelo, cargo em que se jubilou a 28 de fevereiro de 1914.

Escreveu:

– *Elementos de Geografia e Corografia do Brasil*, com breves noções de geografia geral e cosmografia. Obra inédita.

Este trabalho obteve parecer favorável da comissão do Conselho Superior da Instrução Pública.

Antonio Alves Pereira da Rocha, Doutor – Filho de Henrique Pereira da Rocha e D. Emília Alves Pereira da Rocha, nasceu a 24 de outubro de 1861 em Aracaju. Fez todos os estudos preparatórios na Bahia, onde se diplomou em farmácia em 1880 e em medicina a 17 de dezembro de 1898. Antes de receber o grau de médico, exerceu os cargos de praticante da Alfândega e 3º escriturário da Delegacia Fiscal da Bahia, de que se exonerou no ano de sua formatura. Na capital do referido Estado tem exercido sempre a clínica, juntamente com os lugares de intendente municipal eleito em 1907, conselheiro municipal no quadriênio de 1912-1915 e inspetor sanitário.

Escreveu:

– *Fisioterapia dos mercuriais*: dissertação. Proposições. Três sobre cada cadeira do curso Médico-Cirúrgico. Tese inaugural apresentada à Faculdade Medicina em 31 de outubro de 1898 para ser defendida a fim de obter o grau de doutor em ciências médico-cirúrgicas. Bahia, 1898, III–45 págs. in. 8º. Tip. e Encadernação da “Empresa Editora”.

Antonio Augusto Gentil Fortes – Filho de Augusto Gentil Fortes e D. Maria Pastara Maynard Fortes, nasceu a 12 de janeiro de 1860 em Divina Pastora e faleceu no Aracaju a 2 de outubro de 1904. De simples tipógrafo que foi nessa cidade, onde recebeu escassa educação literária, passou a ser em Maruim proprietário e redator de um órgão da imprensa, que veio a desaparecer depois de danificada a oficina tipográfica pelos agentes do governo de então. Voltando para o Aracaju, entrou em 1893 como praticante da Repartição dos Correios, subindo por acesso até o lugar de chefe de seção, que exerceu durante o resto da sua curta existência. Teve representação política como deputado à 2ª Constituinte do Estado e o seu jornal intitulava-se *O Maruinense*: periódico imparcial. Maruim, 1886-1892. Proprietário: Antonio Augusto Gentil Fortes. Publicação aos domingos. O primeiro número saiu a 11 de janeiro de 1886 e o último a 6 de novembro de 1892. Formato: 0,33 x 0,23 com quatro páginas de igual número de colunas em cada uma. Tip. à rua Duque de Caxias.

Antonio Baptista Bittencourt, Bacharel – Filho de Fausto Baptista Bittencourt e D. Carolina Augusta Pereira Bittencourt, nasceu em Aracaju a 2 de abril de 1893. Foi aluno do “Ateneu Sergipense” e em continuação dos seus estudos na Capital Federal foi nomeado por portaria de 13 de abril de 1911 escrevente da Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra do Realengo, classificado em primeiro lugar no concurso que prestou. No exercício desse cargo até 1912, passou a amanuense interino em janeiro de 1913: 3º oficial da secretaria em 1914, 2º oficial interino em março de 1916 e em novembro de 1919 posto à disposição do Governo do Estado para tomar parte na Assembléia Legislativa, não mais voltando a funcionar nesse estabelecimento. Os seus deveres de empregado na Fábrica de Cartuchos não o impediram de fazer o curso da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e sociais do Rio de Janeiro, na qual lhe foi conferido o grau de bacharel em dezembro de 1918. Nomeado Intendente do município de Aracaju por decreto de 3 de fevereiro de 1919 conservou-se no exercício desse cargo até 29 de dezembro de 1923, quando foi exonerado por haver pedido. Membro efetivo do Conselho Superior do Ensino por decreto de 18 de dezembro de 1922, deputado estadual nos três

triênios de 1917 a 1925 e presidente da Assembléia na última legislatura, foi eleito deputado federal para 12ª legislatura de 1924-26. Quando acadêmico, foi vice-presidente da Associação Brasileira de Estudantes, é sócio correspondente do Instituto do Ceará e efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Escreveu:

– *Política de Sergipe*. Um caso de “impeachment”. A nova criação do Dr. Laudelino Freire. Capital Federal, 1918, 56 págs. in. 8º. Revista dos Tribunais. Neste livro o autor reproduz a discussão travada com o Dr. Laudelino Freire em artigos publicados no “Jornal do Comércio” do Rio. transcritos no “Correio de Aracaju” de julho e agosto do mesmo ano.

– *Mensagem* dirigida ao Conselho Municipal de Aracaju em 1 de julho de 1919. No “Correio de Aracaju” de 6 e 7 do mesmo mês.

– *Mensagem* dirigida ao Conselho Municipal de Aracaju, em 1 de outubro de 1919. No “Correio de Aracaju” de 3 e 4, “Estado de Sergipe” de 5 e “Jornal do Povo” de 4 e 6 do mesmo mês.

– *Mensagem* apresentada ao Conselho Municipal de Aracaju, em 1º de janeiro de 1920. No “Correio de Aracaju” de 6 a 10, “Diário Oficial” de 9 a 13 e “Jornal do Povo” de 10 a 15 do mesmo mês.

– *Discurso* pronunciado no desembarque do Sr. J. J. Seabra por ocasião de sua vinda ao Aracaju aos 22 de outubro de 1920. No “Correio de Aracaju” do dia seguinte.

– *Mensagem* apresentada ao Conselho Municipal pelo Intendente de Aracaju no dia 1º de janeiro de 1921. No “Correio de Aracaju” de 12 a 19 e no “Diário Oficial” de 11 de fevereiro seguinte.

– *Mensagem* apresentada ao Conselho Municipal de Aracaju no dia 10 de janeiro de 1922 pelo intendente da Capital. No “Sergipe Jornal” de 13 e 14, no “Diário Oficial” de 25 a 29 de janeiro e no “Diário da Manhã” de 11 de fevereiro seguinte.

– *Discurso* proferido na Assembléia Legislativa em resposta ao protesto apresentado pelo desembargador Evangelino de Faro ao Tribunal da Relação do Estado. No “Correio de Aracaju” de 15, “Sergipe Jornal” de 17 e “Diário Oficial” de 18 de outubro de 1922.

– *Mensagem* apresentada ao Conselho Municipal de Aracaju, em 10 de janeiro de 1923 pelo Intendente... Aracaju, 1923, 46 págs. in. 8º gr. Tip. do “Sergipe Jornal”.

– *Saudação* feita em nome do município pelo Intendente de Aracaju no desembarque dos aviadores navais no dia 18 de julho de 1923. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

► *Data de morte: 07 de janeiro de 1940 em Aracaju*

Antonio Bernardes de Souza Barateiro, Farmacêutico – Filho do negociante de igual nome e D. Laura Florinda de Souza, nasceu a 18 de junho de 1884 em Propriá e faleceu em Belém, capital do Pará, a 15 de agosto de 1909. vitimado pelo impaludismo reinante no vale do Amazonas. Órfão de pai, logo na infância, começou a trabalhar aos doze anos, como prático das duas farmácias existentes em Propriá, passando-se depois para uma farmácia de Penedo, onde deu princípio aos estudos de humanidades, que conseguiu concluir em Maceió, sendo empregado da drogaria Calmon. Feitos nessa capital os exames preparatórios, matriculou-se em 1904 na Faculdade Medicina da Bahia no curso de farmácia, em que se diplomou no ano seguinte, tendo alcançado aprovações distintas em todas as matérias estudadas. Os seus colegas de turma elegeram-no orador do ano da cerimônia da formatura, honrosa distinção conferida por aqueles que foram testemunhas da pujança do seu talento e dos seus triunfos acadêmicos. Farmacêutico laureado, depois de breve permanência na terra natal, em visita à família, partiu para o Estado do Pará, em cuja capital, associado a um amigo, abriu a farmácia que denominou S. José, girando sob a firma A. Bernardas & C. Não obstante os muitos afazeres profissionais, chegou a realizar em parte o desejo de familiarizar-

se com a ciência do direito, freqüentando a Faculdade Livre de Belém até o 3º ano, quando morreu.

Como todo jovem de talento, cultivou a poesia, tendo vindo à publicidade algumas das suas composições, entre as quais a intitulada *Descrença*, na “Cidade de Santos” de 29 de setembro de 1914. Conhecido como um dos mais distintos acadêmicos da Faculdade de Direito do Pará coube-lhe a honra de ser nomeado seu representante no Congresso Brasileiro de Estudantes, reunido em S. Paulo. A sua biografia de que é um resumo o presente artigo, foi publicada pelo jornalista Costa Filho no “Diário da Manhã”, Aracaju, de 4 de fevereiro de 1917.

Escreveu:

– Discurso proferido por ocasião de ser entregue a Rafael Pinheiro o diploma oferecido pelo Congresso Tibiriçá de Lemos. Na “A Província do Pará”.

– A República em brisa: comédia em 1 ato. Inédita. 1906. Escrita de colaboração com Ascendino Argolo.

Antonio Campos de Oliveira, Bacharel – Filho de Manuel Joaquim de Oliveira e D. Marta da Conceição Campos de Oliveira, nasceu a 17 de maio de 1893 em Maruim. Cirurgião-Dentista formado na Escola Odontológica de S. Paulo e a 17 de dezembro de 1923 graduado em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito daquele Estado, além dos trabalhos de sua clínica dentária, dedica-se à literatura, imprensa e à ciência do direito. Em S. Paulo tem sido secretário da Inspeção Médica Escolar, em comissão, 3º escrivão da Diretoria Geral da Instrução Pública, secretário da Associação Paulista de Assistência Escolar, chefe das Clínicas Dentárias Escolares, dentista do Seminário Arquiepiscopal, ex-diretor da Revista Odontológica Brasileira, ex-secretário geral da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas; orador oficial do Centro Cívico Odontológico e presidente da 1ª seção de Metalurgia do 1º Congresso Brasileiro de Prótese, do Rio de Janeiro. É sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da “Odontologia Argentina” de Buenos Aires e sócio da “Liga Sergipense contra o analfabetismo” de Aracaju.

Escreveu:

– *Dr. Amâncio de Carvalho*. Na “Revista Odontológica” de S. Paulo. Transcrito no “Correio de Aracaju” de 20 de julho de 1921.

– *Discurso* proferido no grupo escolar “Prudente de Moraes” na capital de São Paulo. No “Boletim Odontológico” do Rio de Janeiro do mês de setembro de 1921, págs. 52 a 55.

– *Higiene bucal e escolha racional de dentifrícios*: trabalho lido em sessão da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas. No “Jornal da Noite”, S. Paulo, de 26 de junho de 1922. Reproduzido no “Boletim Odontológico” do Rio de Janeiro, vol. X. setembro a dezembro de 1922, págs. 299 a 306. Redigiu por algum tempo:

– *Política sergipana*. No “Jornal do Comércio” edição de S. Paulo de 19 de fevereiro de 1834.

– *Boletim Odontológico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1913-1923.

– Revista Odontológica Brasileira: órgão e propriedade da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas. Começou a ser publicada mensalmente, passando depois a ser trimestral. S. Paulo, 1916-1924.

Fundou e redigiu:

– A Garoa: revista quinzenal ilustrada. S. Paulo, 1921-1923. O primeiro número é de 30 de setembro daquele ano.

Antonio Carlos de Oliveira e Silva Júnior, Doutor – Filho de outro do mesmo nome e D. Maria da S. S. Trindade Oliveira e Silva, nasceu a 5 de agosto de 1875 em Laranjeiras. Fez seus estudos preparatórios e os de medicina na Bahia, onde se doutorou a 12 de abril de 1902. Iniciou a clínica naquele Estado como médico municipal de Itaparica, contratando

depois seus serviços profissionais como médico de bordo dos vapores da Companhia Baiana. Mais tarde voltou ao Estado, fixando residência em Aracaju, onde exerce a clínica.

Escreveu:

– *Fraturas transversais da patela e seu tratamento*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia em 27 de fevereiro de 1902 para ser defendida, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1902, 89 págs. in. 8º. Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho.

Antonio Carmelo, Vigário – Filho de Maximiano Teixeira de Jesus e D. Januária Carolina de Jesus, falecidos, nasceu a 9 de fevereiro de 1870 em S. Cristóvão, onde em 1882 começou o curso de humanidades. Passando-se em 1885 para a Bahia completou seus estudos preliminares no seminário, prosseguindo nos de ciências eclesiásticas, que terminou em 1894. Recebendo sucessivamente as ordens menores, o subdiaconato e o diaconato com breves interstícios, a 1 de novembro daquele ano ascendeu ao presbiterato conferido pelo arcebispo, D. Jerônimo Thomé da Silva. Celebrada sua primeira missa a 20 desse mês, serviu em várias freguesias da arquidiocese baiana, ora substituindo a vigários impedidos por moléstias, ora como coadjutor e por último como pároco de N. S. da Conceição do Mundo Novo. Em dezembro de 1897 exonerou-se do serviço paroquial, seguindo para o Estado de S. Paulo onde regeu a freguesia de N. S. das Dores de Fartura o exerceu concomitantemente o cargo eletivo de Intendente Municipal. Terminado o seu mandato transferiu-se para a Capital da República com o fito de consagrar-se ao magistério secundário, para o que fundou o colégio, “Externato Ateneu Guanabara”. O seu pendor para o magistério o fez inscrever-se em 2 concursos para preenchimento de uma cadeira vaga no “Instituto Benjamim Constant”, não conseguindo ser provido apesar das boas provas que apresentou. Em 1907 abriu no Alto da Tijuca o “Colégio Boa Vista” constando de internato e externato com um número limitado de alunos. Em 1919 foi nomeado, e ainda é, vigário da freguesia de Campos de Goitacazes, no Estado do Rio de Janeiro. Antigo freqüentador da imprensa, tem colaborado no “O Popular” da Feira de Santana, na Bahia, em 1895, no “Jornal do Brasil”, edição da tarde, e na revista “Bazilêa” da Capital Federal, na “Folha do Comércio” de Campos e em vários jornais de Aracaju. É sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Escreveu:

– *Sermão* por ocasião da solenidade do Mês de Maria, pregado a 18 de maio de 1891 na capela do Seminário de Santa Thereza, em Bahia. Versou sobre o seguinte tema: *Quae est ista quae progreditur pulchra ut luna electa sed sol*. Era então o autor 1º anista de Teologia. Não foi publicado.

– *Sermão da Paixão*, pregado no dia 29 de março de 1907 na matriz do Sacramento, no Rio de Janeiro. Inédito.

– *Uma visita à minha terra*. Duas impressões sobre o padre Olímpio Campos... no Rio e em Sergipe. O Monsenhor de Aço e sua estátua. Aracaju, 1908, 30 págs. in. 8º pg. Tip. Comercial de J. Costa & C. Transcrito na “Folha de Sergipe” de 29 de março a 3 de maio de 1908.

– *O Governo de amanhã* (opiniões pessoais). Idem de 10 a 20 de setembro de 1908.

– *A estátua do Monsenhor* (a título de palestra). Idem de 8 e 11 de outubro do mesmo ano.

– *Últimos ecos do Rio Sergipe na Exposição*. Idem, de 17 de janeiro a 4 de fevereiro de 1909.

– *Olímpio Campos perante a História*. Rio de Janeiro, 1910, 201 págs. in. 8º. Oficinas Gráficas. Goms. Irmãos & C.

– *Olímpio Campos perante a História*. Rio de Janeiro 1911, 180 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal do Comércio”, 2ª Edição.

– *Impressões e Saudades*. Rio de Janeiro, 1912, 69 págs. in. 8°. Oficinas Gráficas do “Jornal do Brasil”. Compõe-se este folheto de 8 ligeiros capítulos, contendo a narração de diversos episódios da juventude do autor, além de uma excursão feita à Capital da Bahia. É um trabalho de merecimento escrito em estilo natural e atraente.

– *Aspectos Sergipenses*. Limites, Terras, Indígenas. Rio de Janeiro, 1914, 99 págs. in. 8°. Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil.

– *Haja homens!* (Tradução do original – *Il nos faut des Hommes!*). Primeiro milheiro. Rio de Janeiro, 1918, 43 págs. in. 18°. Tip. Revista dos Tribunais. Original de D. Felix A. P. Dupanloup, bispo de Orleans.

– *Traços de Luta*. Rio de Janeiro, 1922, 318 págs. in. 12°. Tipografia do Anuário do Brasil. (Almanaque Laemmert). Foram anteriormente publicados na “Folha do Comércio” de Campos em artigos de polémica sob o título:

– *Ecos do Presbitério*. Traz o livro o retrato do autor e um prefácio por Jackson de Figueiredo.

Tem inéditos:

– *A abelha e a flor*: poemeto.

– *Contos*.

Antonio Dias de Barros, Doutor – Filho de Manuel Dias de Barros Junior e D. Maria Prisciliana de Carvalho, nasceu a 19 de dezembro de 1871 em Aracaju. De sua progenitora recebeu as primeiras lições de português, seguindo a ela no mesmo mister as professoras Maria Damásio e Angélica Teles de Menezes, iniciando depois o curso de humanidades no colégio “Parthenon Sergipense” e no “Ateneu Sergipense”. Passando-se com a família em janeiro de 1886 para a Bahia, ali terminou os estudos das matérias restantes e complementares nos colégios Manoel Florêncio, S. Salvador, Sete de Setembro e no Liceu Baiano. Habilitado para o curso superior matriculou-se em 1889 na Faculdade de Medicina, que frequentou até ao 8º ano, indo fazer os últimos anos no Rio de Janeiro, em cuja Faculdade recebeu o grau de doutor em 9 de janeiro de 1895. Quando acadêmico do 1º ano, entrou em concurso para o lugar de ajudante de preparador da extinta cadeira de botânica e zoologia médicas, tendo sido classificado em 2º lugar na lista dos concorrentes e na Capital Federal, antes de graduar-se, preencheu as funções de interno do Hospital Nacional e de clínica psiquiátrica e de moléstias nervosas da Faculdade, sendo que de maio a setembro de 1892 esteve como interno auxiliar do serviço de moléstias mentais no Sanatório de Barbacena, em Minas, substituindo o doutor Joaquim Gonçalves Ramos, chefe desse serviço, então no exercício do mandato político de representante mineiro na Câmara dos deputados federais. Em março de 1895 foi nomeado interinamente, por proposta do professor Eduardo Chapot Prévost, seu preparador do curso de histologia normal da Faculdade e em 1897 seguiu como médico de distinta família argentina com destino à Inglaterra, aproveitando o ensaio para visitar alguns hospitais daquele país, da França e da Bélgica, onde fez na Universidade de Louvain um curso de citologia sob a direção do eminente J. B. Carnoy, a maior autoridade européia neste ramo da biologia.

Coincidindo que, de regresso ao Brasil nesse mesmo ano, se tivesse dado a vaga de preparador efetivo de histologia, cargo que já havia exercido desde 1895, entrou em concurso para obtê-lo, sendo nomeado após classificação unânime de votos da congregação. Seguiram-se a essa nomeação as de substituto da 4ª seção em 1899 mediante concurso; diretor do Hospício Nacional em 1903; lente de bacteriologia por decreto de 1 de outubro de 1906; lente da cadeira de anatomia microscópica por decreto de 6 de abril de 1911 e por ato do diretor de Instrução Pública de 29 do mesmo mês, designado para reger o curso de anatomia e fisiologia do sistema nervoso e de sintaxe portuguesa no *Pedagogium* da Capital Federal.

Estreou na política nacional como deputado federal por seu Estado na 8ª legislatura de 1912-1914. Colaborou na “Revista Acadêmica” da Bahia com trabalhos literários de feição romântica, sob os pseudônimos de *Stenio* e *Cristiano Serra*; na “Terra Livre”, semanário

nacionalista do Rio de Janeiro; na “Revista das Revistas”; no “Anuário Médico” do Dr. Carlos Costa e na Revista da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro”. É sócio efetivo da Sociedade de Medicina e Cirurgia, da qual foi 2º e 1º secretário e em 1900 1º vice-presidente; sócio correspondente da Sociedade Médica de Santiago do Chile; sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; foi também membro da Beneficência Acadêmica da Bahia e do Grêmio dos internos dos hospitais do Rio.

Escreveu:

– *Contribuição ao estudo psico-fisiológico do delírio*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras da Faculdade. Tese apresentada à Faculdade de Medicina e de Farmácia do Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1894 perante ela sustentada em 7 de janeiro de 1895 a fim de obter o grau de doutor em ciências médico-cirúrgicas. Rio de Janeiro, 1894, 68 págs. in. 8º. Companhia Industrial de Papelaria.

– *Discurso* pronunciado em nome da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, na sessão solene da Academia Nacional de Medicina em homenagem ao grande cientista Pasteur, realizada sob a presidência do Dr. Antonio Gonçalves Ferreira, ministro do Interior, no dia 12 de outubro de 1895 em uma das salas da Secretaria do Interior. Nos “Anais da Academia de Medicina do Rio de Janeiro”, tomo 61, 1895-1896, págs. 191 a 200.

– *Breves notas de psico-fisiologia* (atos intelectuais no sono e na vigília). Rio de Janeiro, 1896.

– *Da cromatolise*: tese de concurso ao lugar de lente substituto da 4ª seção. Rio de Janeiro, 1899, 61 págs. Tip. Aldino.

– *Sobre o abuso no emprego dos sais de quinina nas febres do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1899, 21 págs. in. 8º, págs. Tip. Besnard Frères.

– *Discurso* que o encarregou de proferir a Sociedade de Medicina e Cirurgia, quando inaugurou os retratos dos seus primeiros presidentes. Rio de Janeiro, 1900, 10 págs. in. 8º. Tip. Besnard Frères.

– *Carta* a propósito do livro *Holocausto*, de Xavier Marques. No “Diário da Bahia” de 1901.

1903, 77 págs. in. 12º. Laemmert & C. – Editores. Com o retrato do biografado. A primeira edição foi publicada no ano anterior.

– *Contribuição ao estudo da hipnose nos animais*. Rio de Janeiro, 1903. Na “Revista da Soc. de Med. e Cirurgia”.

– *O segredo médico e sua concepção evolutiva*: discurso proferido na sessão solene aniversário da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 15 de fevereiro de 1905. Rio de Janeiro, 1905, 16 págs. in. 8º. Tip. Besnard Frères. Publicado antes no “Jornal do Comércio” de 6 de março do mesmo ano.

– *Contribuição ao estudo da atrofia varicosa das dentrites* das células nervosas medulares do porco doméstico sobre a ação da peçonha da jararaca preguiçosa (*craspedefalus brasiliensis*) Rio de Janeiro, 1905, 20 págs. in. 8º. Extr. dos “Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins”.

– *A propósito do Clube Médico e da reforma do vestuário*. No “Os Anais” redigidos pelo Dr. Domingos Olímpio. Rio de Janeiro, Ano II (1905) nº 70, págs. 762 a 764 e nº 71, págs. 773-775.

– *Manifesto político aos sergipanos*. Rio de Janeiro, 1907, 7 págs. in. 12º. Tip. Besnard Frères. Publicado no “Jornal do Comércio”, de 31 de janeiro desse ano.

– *Como se deve compreender o radicalismo em política*: conferência realizada nos dias 11, 18 e 25 de agosto de 1907 no teatro S. José pelo Centro Republicano Radical.

– *Discurso* pronunciado na sessão solene realizada na Faculdade de Medicina na noite de 17 de novembro de 1907 em homenagem à memória do sábio e pranteado Prof. Ed. Chapot Prévost. Rio de Janeiro, 1907, 15 págs. in. 12º. Tip. Carvalhais.

– *Discurso* proferido na sessão de 21 de novembro de 1907 da Academia Nacional de Medicina, por ocasião de tomar posse do cargo de membro da mesma Academia. No “Jornal do Comércio” do dia seguinte.

– *Nuno de Andrade*: estudo sobre sua vida pública. No “O País” de 26 a 28 de junho de 1908.

– *A epilepsia de Bonaparte*. (Nota de psicologia mórbida). Rio de Janeiro, 1909, 24 págs. in. 8º. Tip. Besnard Frères. Extrato dos “Anais da Academia Nacional de Medicina”, publicado no “Jornal do Comércio” do Rio, de 18 de abril e transcrito no “Correio Paulistano”, de 30 de abril e 1 de maio do mesmo ano.

– *Um antigo esboço de um perfil de Joaquim Murtinha*. No “Jornal do Comércio” de 21 de dezembro de 1911.

– *Psicologia coletiva*. Carta aberta a Jackson de Figueiredo. No “Jornal do Comércio” de 15 de julho de 1917.

– *Litígios biológicos*. Separata dos “Anais da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro”. Ano 1917. Rio de Janeiro, 1918, 31 págs. in. 8º gr. Imprensa Nacional.

– *Os direitos do embrião*: conferência realizada na Capital Federal a 30 de setembro de 1918 na Maternidade da Misericórdia.

– *O Libertador* (Ensaio de filosofia política sobre o Sr. Senador Rui Barbosa). No “O Estado de S. Paulo” de 30 de agosto e 1 de setembro de 1919.

– *O médico ante o problema do livre arbítrio*: oração pronunciada na solenidade da abertura dos cursos em 1 de abril de 1919. Rio de Janeiro, 1919, 33 págs. in. 8º gr. Imprensa Nacional.

– Separata dos “Anais da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro” – Ano I – 1919.

► *Data de morte*: 02 de fevereiro (ou 04 de fevereiro) de 1928.

Antonio Dias Coelho e Melo, Barão da Estância – Filho do Coronel Domingos Dias Coelho e Melo, mais tarde Barão de Itaporanga, e D. Maria Michaela Coelho Dantas e Melo, nasceu pelo ano de 1822, no antigo engenho Colégio, freguesia de Itaporanga e faleceu em S. Cristóvão a 5 de abril de 1904, sendo sepultado na igreja do colégio, onde jazem os seus antepassados. De acordo com os desejos da família, seguiu para a Europa em 1842 a fim de fazer o curso superior, chegando a matricular-se na Escola de Pontes e Calçadas de Paris. Por não lhe seduzirem os estudos ou por outra circunstância qualquer, voltou à terra natal sem terminá-los, deliberado a deixar a carreira das letras pela vida da lavoura, a exemplo da família, composta toda ela de laboriosos agricultores. Impelido pela influência do meio ou por tendência natural foi levado a militar ativamente na política, na qual alcançou as mais altas posições, principiando pelos cargos eletivos de sua localidade até aos de chefe de partido e senador do Império. Juiz de paz e vereador presidente da Câmara Municipal de Itaporanga, deputado em várias legislaturas da Assembléia provincial, e seu presidente, vice-presidente da província, deputado geral nas legislaturas de 1867-1870, 1878-1881, 1881-1884 e 1885, e senador nomeado por Carta Imperial de 24 de janeiro desse último ano, para preencher a vaga aberta pelo falecimento do senador Antonio Diniz de Siqueira e Melo, ascendeu a todos esses cargos pelo impulso do seu prestígio no seio do partido liberal, que chefiou desde 1863 por desistência do seu antigo chefe, comendador Sebastião Gaspar de Almeida

Boto. Na qualidade de vice-presidente governou a província nos períodos administrativos de 22 de junho a 31 de julho de 1863; de 24 de fevereiro a 21 de junho de 1864 e de 23 de janeiro a 1 de fevereiro de 1866. Comendador das Ordens de Cristo e da Rosa, Presidente da Diretoria do extinto Imperial Instituto Sergipano de Agricultura, por Decreto de 20 de janeiro de 1860 e agraciado com o título nobiliárquico de barão pelo valioso concurso oferecido ao governo do país na quadra anormal da Guerra do Paraguai, recolheu-se à vida particular com a proclamação da República, de que resultou ser esbulhado da sua cadeira de Senador vitalício do Império.

Escreveu:

– *Relatório* com que foi entregue a administração desta Província ao Exmo. Sr. Doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, pelo 2º Vice-Presidente... no dia 31 julho de 1863. Sergipe, 1863, 16 págs. in. 8º gr. Tip. Provincial.

– *Relatório* com que foi aberta no dia 3 de maio de 1864 a 1ª sessão da décima Quinta Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe, pelo 2º Vice-Presidente... Sergipe, 1864, 11 págs. in. 8º gr. Tip. Provincial.

– *Relatório* com que foi entregue no dia 21 do corrente a administração desta Província ao Exmo. Sr. Doutor Cincinato Pinto da Silva pelo Exmo. Sr. 2º Vice-Presidente da mesma Província, Comendador... Sergipe, 1864, 5 págs. in. 8º. Tip. Provincial.

– *Relatório* com que no dia 1º de fevereiro de 1886, o Exmo. Sr. Vice-Presidente desta província, comendador... passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Doutor José Pereira da Silva Moraes. Sergipe 1866, 5 págs. in. 8º gr. Tip. Provincial.

– *Discursos* proferidos na Câmara dos Deputados na sessão de 7 de agosto de 1867. Transcritos no “Jornal de Sergipe” de 7 de setembro do mesmo ano.

– *Ao partido liberal do império*. No “Jornal do Comércio”. Rio, de 7 de novembro de 1884, transcrito no “Jornal de Sergipe” de 15 do mesmo mas.

– *O Senador Barão da Estância, ao país*. Na “Reforma”, Aracaju, de 17 de março de 1889, transcrito na “Tribuna Liberal”, do Rio de 5 de abril seguinte. É uma exposição de atos de violência praticados no engenho Camaçari de sua propriedade por um grupo de indivíduos aconselhados por um deputado geral.

Antonio Dias de Pinna, Bacharel – Filho de antigo tabelião do Rosário do Catete, Antonio Dias de Pinna e D. Antonia Sofia de Pinna, nasceu nessa vila a 8 de maio de 1840 e faleceu a 13 de outubro de 1916 na ilha das Cobras, Capital Federal. Na Faculdade de Direito do Recife fez todo o curso científico, tendo recebido o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais no fim do ano de 1865. Em Sergipe exerceu os cargos de promotor público da comarca de Laranjeiras, 1866-1869; de inspetor geral das aulas, de novembro de 1869 a 1870; promotor público de Laranjeiras pela segunda vez, removido em maio de 1874 para o Aracaju, cujas funções desempenhou até 1875; deputado provincial nas três legislaturas bienais de 1872-1877. De 1876 a abril de 1877 foi secretário do governo do Ceará, tendo interrompido o exercício por ter sido nomeado por Decreto de 18 desse mesmo mês Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, de que se exonerou em fevereiro de 1878. A datar desse ano fixou residência no Rio de Janeiro, onde adquiriu a fama de ilustrado jurisconsulto entre os mestres da ciência do direito. No estudo das inúmeras questões que lhe foram confiadas como advogado, os seus articulados e razões distinguiram-se, além da abundância de conhecimentos jurídicos, pela rigorosa correção da linguagem, escrita numa caligrafia admirável. Na vida da imprensa em Sergipe e no Rio de Janeiro conservou sempre a mesma feição de fino estilista e argumentador inteligente, escrevendo ao correr da pena judiciosos artigos que firmariam os créditos de qualquer jornalista. Foi curador de órfãos interino da Corte em 1878-1879, membro do Conselho Superior de Instrução, do Instituto da Ordem dos Advogados brasileiros da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Diretor da Companhia de “Ácidos” desde sua instalação em 1891 e da Companhia de Melhoramentos Urbanos de Niterói, foi devido à sua iniciativa na presidência dessa última associação que aquela cidade goza do melhoramento da excelente água potável, do que hoje se abastece. Sem contar com os trabalhos profissionais para a apreciação e julgamento dos juizes e tribunais.

Escreveu:

– *Carta Política aos sergipanos*. No “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, de 3 de março de 1907. Publicada depois em opúsculo. Rio de Janeiro, 1907, 16 págs. in. 8º. Tipografia do “Jornal do Comércio”, de Rodrigues & C.

– *Manuel Bernardes*, “*Um continente de paz*”: desprezíveis considerações ao livro com este título. No “O País”, Rio de Janeiro, de 23 e 27 de outubro de 1913. Foi um dos redatores do “O Conservador”, órgão do partido. Aracaju, 1868-1889.

Redigiu:

– *O Sergipano*: órgão dissidente do partido conservador. Aracaju, 1874-1875.

Antonio Dias Rollemberg, Bacharel – Filho do doutor Gonçalo de Faro Rolemberg (Vide este nome) e D. Aurélia Dias Rollemberg, nasceu a 10 de janeiro de 1889 no engenho Tôpo, município de Japarutuba. No seu Estado fez o curso primário e na Bahia e Aracaju o de preparatórios. Matriculado em 1905 na Faculdade de Direito do Recife, de que foi aluno até ao 3º ano, terminou o curso na de São Paulo, onde recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em dezembro de 1909. Procurador da República na Seção de Sergipe desde outubro de 1911 a 29 de outubro de 1914, pediu demissão do lugar, para logo ser eleito em janeiro de 1915 deputado federal à 9ª legislatura de 1915-1917. No Parlamento abordou sérias questões atinentes ao problema das secas no Brasil, a reforma eleitoral e a assuntos econômicos. No seu tempo de estudante foi um dos oradores da comissão acadêmica, que foi receber em Maceió o presidente eleito da República, conselheiro Afonso Pena, no regresso de sua excursão ao nordeste do Brasil. Abandonando a carreira política, dedicou-se à exploração da indústria açucareira e é diretor presidente do Banco Mercantil Sergipense. Colaborou no “Correio de Aracaju” e no “O Estado de Sergipe”, escrevendo artigos de caráter político no governo do general Valadão.

Na “A Notícia” da Capital Federal publicou uma longa apreciação sobre a situação econômica, financeira e política de Sergipe, de que foi representante na Conferência e Exposição de Pecuária, realizada no Rio de Janeiro no Governo do Dr. Wenceslau Braz. Escreveu, entre outros discursos, os seguintes:

– *Discurso* pronunciado a 24 de outubro de 1914 no salão nobre do Palácio do Governo, por ocasião de assumir a Presidência do Estado o General Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão. No “Correio de Aracaju”, “Diário da Manhã” e “O Estado de Sergipe” de 27 seguinte, em resumo.

– *Discurso* preferido na Câmara dos Deputados na sessão de 24 de maio de 1915 sobre a Estrada de Ferro de Sergipe. No “O Estado de Sergipe” de 4 e 5 de junho seguinte:

– *Discurso* pronunciado na Câmara dos Deputados sobre a reforma eleitoral. No Correio de Aracaju” e no “O Estado de Sergipe” de 2 e 3 de agosto de 1916.

– *Discurso* proferido na Câmara Federal, defendendo o Dr. Coelho e Campos a propósito do seu voto no caso de Mato Grosso. No “Diário da Manhã” de 29 de dezembro de 1916 e no “O Estado de Sergipe” do dia seguinte.

– *Discurso* de saudação ao Dr. Tales Ferraz, em nome do operariado, por ocasião do seu regresso do estrangeiro. Inédito.

Antonio Dias dos Santos, Engenheiro – Filho de José Bernardino Dias Coelho e Melo e D. Ana Tereza de Jesus, nasceu a 1 de novembro de 1838 no município de Divina Pastora e faleceu na cidade do Rio Branco, Departamento do Alto Acre, a 8 de maio de 1919. Suficientemente habilitado em primeiras letras, empregou-se no comércio de Maruim, de onde seguiu em 1856 para a capital do país em busca de melhor colocação. Sem recursos próprios para estudar, entrou para a Escola de Belas Artes, subvencionado por Pedro I, tendo por companheiros o falecido pintor Pedro Américo de Figueiredo e o conhecido engenheiro, Manuel Pereira Reis, ambos igualmente auxiliados pela munificência imperial. Quando estudante de belas artes frequentou as aulas noturnas do Colégio Pedro II para matricular-se na antiga Escola Central, onde fez o curso de engenharia civil, que terminou em 1866. Nesse mesmo ano foi encarregado pelo governo geral de superintender os trabalhos da desobstrução do rio Ceará Mirim, no Rio Grande do Norte, primeira comissão técnica que lhe coube

desempenhar. Voltando a Sergipe, após uma longa ausência, ocupou o lugar de engenheiro da província e nesse tempo, dentro dos anos de 1869 a 1870, contratou a abertura do canal do Pomonga, cujos estudos já tinham sido feitos. De 1870 a 1874 empregou sua atividade em trabalhos de estrada de ferro em S. Paulo, retirando-se nesse último ano para o Amazonas, incorporado à grande Comissão Madeira-Mamoré, chefiada pelo engenheiro Santos Souza, dissolvida a qual a substituiu no caráter de juiz comissário. Na Exposição Nacional de 1875 representou a província do Amazonas, bem como as do Pará e S. Paulo na ausência dos respectivos representantes. Na regência da princesa imperial, D. Isabel, recebeu a nomeação de membro da comissão organizadora da Caixa Econômica de Manaus.

No antigo regime foi deputado à Assembléia Legislativa Amazonense nos biênios de 1875-76 e 1877-78 e por último desempenhou as funções de Chefe de seção das Obras públicas da Prefeitura do Alto Acre. Colaborou em 1876 na “Revista do Amazonas”, de Manaus e escreveu:

– *O Futuro do Amazonas*: folheto. Manaus, 1875. Trabalho elaborado para ser distribuído na Exposição Nacional.

Antonio Diniz Barreto, Professor – Filho do coronel Antonio Diniz Barreto e D. Tereza de Vasconcelos Barreto, nasceu a 4 de novembro de 1821 no engenho Pedras, município da Capela, e faleceu no Aracaju, a 9 de maio de 1886. Fez os estudos de humanidades com exemplar aproveitamento, atraindo-lhe de preferência as belezas da língua de Virgílio, cujos segredos conseguiu desvendar com rara proficiência, tornando-se desde então um provento latinista. Muito moço entrou para o magistério público, sendo nomeado a 22 de abril de 1841 para reger a cadeira de latim de Itabaiana, a qual também lecionou em Laranjeiras e no “Ateneu Sergipense” e na “Escola Normal” do Aracaju, aposentando-se com o tempo da lei depois de um longo exercício. No último período do seu professorado foi diretor da instrução pública, nomeado por ato de 27 de julho de 1880. Frequentou a imprensa sob vários pseudônimos, foi poeta de estro finamente satírico.

Escreveu:

– *Relatório* sobre o estado da instrução pública e particular da província, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, Presidente da Província.

– *Anexo ao Relatório* com que o mesmo Presidente abriu a 2ª sessão da 24ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe em 4 de março de 1881. Fls. 1 a 20.

– *Sons e Tons*: poesias póstumas mandadas publicar por sua viúva, D. Maria Engrácia Ramos Barreto. Aracaju, 1886, 114 págs. in. 8º pg. Tip. do “Eco Liberal”.

– *Palestras joco-sérias*: poesias humorísticas, inéditas. Esse volume esteve para ser impresso nos prelos do “Democrata” em 1884, sem contudo ter vindo à publicidade.

Antonio Diniz de Faro Sobral, Bacharel – Filho do Coronel Delfino de Faro Sobral e D. Maria Diniz Sobral, nasceu a 28 de dezembro de 1896 na Usina Cumbe, Município do Rosário. Fez seus estudos primários e secundários na Capital Baiana, concluídos os quais foi para o Rio de Janeiro em cuja Faculdade recebeu o grau de Bacharel em 1916. Antes de bacharelar-se, foi nomeado no 3º ano promotor público da Comarca do Lagarto por ato de 17 de julho de 1914. Depois de formado seguiu para o Paraná, onde foi nomeado promotor da Comarca de Iguaçu, não tomando posse desse cargo por ter aceitado o de Juiz Municipal do termo de Triunfo, no mesmo estado, em de 1917. Ainda nesse estado exerceu o lugar de Juiz de Direito na cidade de Palmas. Deixando a magistratura, instalou sua banca de advocacia na cidade de Jaguariáiva, daí se transportando para a capital, onde reside atualmente. Deputado Estadual por aquele Estado foi por mais de uma vez eleito 2º e 1º secretário em 1923, sendo reeleito em 1924. Colaborou na revista “O Albatroz” do Rio em 1912.

Escreveu:

- *Um caso jurídico – Como se faz justiça a Pereira Barreto*. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 12, 13, 18, 19 e 22 de janeiro; 12 e 15 de fevereiro de 1916.
- *Sonhos: Contos*. Inédito.
- *Discursos e Músculos*.

Antonio Esteves da Silveira – Filho do major honorário do Exército João Esteves de Freitas e D. Irênia Josefa Esteves de Freitas, nasceu em Maruim a 26 de julho de 1880. Fez os seus primeiros estudos na escola da professora D. Ester Cardoso de Lima e em seguida matriculou-se no “Ateneu Sergipense”, fazendo alguns preparatórios. A 2 de janeiro de 1895 verificou praça no 33º Batalhão de Infantaria com destino à Escola Militar, conseguindo matricular-se a 11 de Fevereiro do mesmo ano. Tomando parte na rebelião da escola foi excluído com os demais colegas. Anistiado, foi novamente admitido à matrícula da referida escola, a 26 de janeiro de 1896.

Tomou parte na campanha de Canudos, combatendo com intrepidez ao lado de seus companheiros de armas. Em um dos combates foi ferido na cabeça e na perna, sendo forçado a recolheu-se ao hospital de sangue, a fim de receber os curativos necessários.

Depois da campanha de Canudos voltou à Escola Militar do Realengo, de onde foi mais tarde transferido para a do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul.

Deixando a vida militar continuou a ilustrar o espírito na Academia dos Altos Estudos, onde recebeu das mãos do Conde Carlos de Laet o grau de bacharel em filosofia e letras. Ocupa atualmente (1924) o lugar de revisor da “Imprensa Nacional”, nomeado por concurso em que conquistou brilhantemente o primeiro lugar na lista dos concorrentes.

Escreveu:

- *Conferência* realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 22 de abril de 1921 na Capital Federal sobre a expansão comercial de Sergipe. No “Correio de Aracaju” de 12 a 15 de maio, 3 de julho e 14 de agosto do mesmo ano.

- *Sobre a Geografia Econômica*: série de artigos no “Correio de Aracaju”, de 28 de setembro de 1921, 6 de maio, 2 de julho e 2 de agosto de 1922.

Antonio Enéas Gustavo Galvão, Barão do Rio Apa (Marechal) – Filho do brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão, natural de Pernambuco, e D. Mariana Clementina de Vasconcelos Galvão, do Rio de Janeiro, nasceu a 19 de outubro de 1832 na vila do Socorro e faleceu a 25 de março de 1895 no morro de Santa Tereza daquela cidade. Verdadeiro tipo do militar compenetrado do elevado alcance social da sua nobre missão, intransigente observador das leis da disciplina, encaneceu no serviço da pátria, dedicando-lhe todas as energias do mais acrisolado patriotismo. No longo período de sua carreira de soldado, obedecendo à norma invariável de acatar as ordens emanadas dos superiores hierárquicos, jamais recusou as posições impostas pelos reclamos da ordem pública, timbrando em ocupá-las dignamente, sem recear perigos, nem fugir a responsabilidades; e tão significativas foram as provas de zelo e capacidade dadas nessas mesmas posições, que sempre mereceram a sanção oficial dos poderes públicos nos reiterados louvores e honrosos elogios lançados na sua brilhante fé de ofício.

É o que se colige deste importante documento, do qual foram extraídas as notas principais para a coordenação das linhas em seguida. Tendo verificado praça em 24 de outubro de 1853, contando como tempo de serviço o decorrido de 3 de março de 1846 a 25 de novembro de 1847, em que esteve como aspirante de marinha; e de 22 de abril a 1 de outubro de 1853 em que foi piloto extranumerário da armada, reconheceu-se primeiro cadete em 3 de novembro deste último ano. Promovido a Alferes por Decreto de 2 de dezembro de 1857 e a Tenente, por estudos, a 14 de março de 1863, depois de ter concluído o curso da arma de Infantaria, foi daí por diante galgando progressivamente todos os postos até a mais alta graduação do Exército, alcançando as promoções de Capitão, ainda por estudos, de Major por

atos de bravura e por merecimento a de Coronel, posto em que recebeu uma espada de honra ofertada pela oficialidade do primeiro batalhão de infantaria. Em 1865, achando-se na guarnição de Minas Gerais, foi nomeado pelo Presidente da Província comandante do primeiro batalhão de Voluntários da Pátria com a patente de Tenente Coronel, seguindo para Mato Grosso, a fim de reunir-se às forças expedicionárias em operação ao sul da província, onde permaneceu até 1867, estacionando ora em Coxim, Miranda ou Nioac, conforme as contingências da guerra provocada pelo governo do Paraguai; tornou parte nos combates de 8, 9 e 11 de maio desse ano e dirigindo-se depois para as proximidades do Rio Apa com o desígnio de fazer um reconhecimento ao inimigo, marchou contra a posição fortificada de Bela Vista naquela república, apossando-se do posto militar de Machorra. Em 1868 partiu para o Exército em operação no território paraguaio onde assistiu ao sítio de Humaitá até o abandono da respectiva praça; portou-se com bravura no combate travado a 26 de julho no Chaco e a 6 de dezembro do mesmo ano distinguiu-se no ataque à ponta de Itororó, recebendo no combate grave ferimento, que o obrigou a voltar ao Brasil. Encerrado o ciclo dos seus serviços de guerra contra as hostes do tirano Lopes e mal restabelecido do ferimento recebido, de novo voltou à faina dos encargos militares ocupando dentro do período de paz de 1871 a 1889 os lugares de Comandante das Armas no Rio Grande do Sul; Comandante da Primeira Brigada de Infantaria organizada na Corte: membro da comissão das promoções e Comandante Superior da Guarda Nacional também da Corte. A 30 de março de 1889 foi agraciado com o título de Barão do Rio Apa, em atenção aos relevantes serviços prestados ao Estado. Proclamada a República a 16 de novembro seguinte, foi, por Decreto do Governo Provisório datado de 3 de dezembro, reformado no posto de Marechal de Campo, revertendo em 1890 ao quadro efetivo do Exército no primitivo posto de Brigadeiro, em que o encontrou o novo regime. No ano seguinte foi promovido a General de Divisão e por último elevado por Decreto de 5 de setembro de 1893 a patente de Marechal em que faleceu. Nos dois anos anteriores havia acumulado as funções de ajudante general e conselheiro de guerra, em cujos cargos foi louvado por ordem do Vice-Presidente da República pelas acertadas medidas tomadas por ocasião do movimento sedicioso de 10 de abril de 1892, como pela eficácia das que empregou no comando das forças expedidas para a repressão da revolta havida na fortaleza de Santa-Cruz, à barra do Rio de Janeiro.

Durante o período revolucionário de 1893 exerceu mais uma vez o lugar de ajudante general e neste caráter esteve encarregado do expediente do Ministério da Guerra, na ausência do titular da pasta, encargos de que em janeiro de 1894 pediu exoneração, forçado pelas moléstias que lhe minavam o organismo. Como atestados irrefragáveis do seu heroísmo e dos raros exemplos de uma vida inteira votada ao amor da pátria, ornavam-lhe o peito as medalhas – de ouro concedida às forças expedicionárias ao sul de Mato Grosso; a geral comemorativa da campanha do Paraguai com o passador de ouro, nº 4; a de mérito militar pelos reiterados atos de bravura em diversos combates; a concedida pelo Governo da República Argentina, além das condecorações de cavaleiro da Ordem de Cristo pelos serviços militares prestados em Mato Grosso; oficial da Ordem da Rosa; cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro pelos serviços prestados no combate de 28 de dezembro de 1868; cavaleiro, comendador e grã-cruz da Ordem Militar de S. Bento de Aviz. Até os seus últimos dias sempre ocupou o lugar do Ministro do Supremo Tribunal Militar, e escreveu no desempenho das Comissões a seu cargo o seguinte:

– *Exposição das ocorrências* da 2ª Divisão do Exército em instrução no Curato de Santa Cruz, de conformidade com o Regulamento da Escola Militar, apresentada a 28 de agosto de 1885 ao Exmo. Conselheiro General Severiano Martins da Fonseca, D. Chefe do Estado Maior do Exército em instrução. Acompanha um mapa e está publicado no livro intitulado “Relatório Militar” e vários contingentes da guarnição da Corte, etc., págs. 181 a 191. Rio de Janeiro, 1886 in. 8º. Imprensa Nacional.

– *Relatório apresentado* em fevereiro de 1886 da inspeção geral que passou ao 10º batalhão de infantaria, dos períodos de 1 de dezembro de 1884 a 31 de dezembro de 1885. No Arquivo do Ministério da Guerra.

– *Relatório* da Inspeção extraordinária do 10º B. de Infantaria apresentado ato 5 de setembro de 1886. No Arquivo do Ministério da Guerra.

– *Relatório* da Inspeção do Hospital Militar do Andaraí (apresentado em 16 de fevereiro de 1887. Arquivo do Ministério da Guerra.

– *Relatório* da Inspeção do Asilo dos Inválidos da Pátria (apresentado em 16 de fevereiro de 1887). Arquivo do Ministério da Guerra.

– *Relatório* da Inspeção do 7º B. de Infantaria (apresentado em 16 de fevereiro de 1887). Arquivo do Ministério da Guerra.

Antonio Fontes de Rezende, Bacharel – Filho legítimo de Virgínio Barroso de Rezende e D Maria Fontes de Rezende, nasceu no Aracaju a 1º de maio de 1885. Na mesma cidade estudou primeiras letras e fez depois estudos preparatórios, freqüentando o Ateneu Sergipense e as aulas particulares dos professores Alfredo Montes, Manoel de Oliveira e Francisco Teixeira de Faria.

A 18 de fevereiro de 1904 transportou-se para a cidade de São Paulo, em cuja Faculdade fez o curso jurídico, recebendo o grau de bacharel em 4 de dezembro de 1900. A 22 de junho de 1910 foi nomeado delegado de polícia, em comissão, do município de Tatuí. Aí servia quando foi nomeado, por decreto de 29 de setembro seguinte, para a delegacia da cidade de Cunha, de onde foi removido, a pedido, em 22 de maio de 1911, para Itaverava e desta cidade para a de Santa Rita do Passa Quatro, a 7 de março de 1913.

Exerceu, em comissão, o cargo de delegado de polícia de São Carlos do Pinhal, por nomeação de 31 de maio de 1918, dali passando, ainda em comissão, por decreto de 25 de julho do mesmo ano, para a cidade de Piraju, sendo efetivo (3ª classe) por decreto de 7 de outubro do mesmo ano.

Exercia este cargo quando foi nomeado, a 14 de fevereiro de 1922, promotor público da comarca de Piraju.

Pertence ao Clube Literário e Recreativo “Santa Ritense”, de Santa Rita do Passa Quatro. Foi colaborador assíduo do jornal “O Livro do Povo”, da referida cidade, usando o pseudônimo *Annita*, e do “Correio Paulistano”, da Capital, onde publicou vários trabalhos. É colaborador da folha “O Piraju”, da cidade que lhe empresta o nome.

Publicou no Correio Paulistano uma série de artigos sobre a identificação pelos dentes, em novembro de 1913.

Escreveu:

– *O caso... do automóvel*: ação de indenização. Razões finais do réu. Santa Rita do Passa Quatro, 1914. 22 págs. in. 8º gr. Tip. “Livro do Povo”.

– *Indivisibilidade de Impostos*. Autora: a Câmara Municipal de Santa Rita do Passa Quatro; Réus: João Ribaldo & Filhos. In. 8º.

– *Mandato interdito*. Letra. Embargante: Francisco Meireles da Costa; embargado: Vicente Marques Pova; razões do embargado. S. Paulo, 7 págs. in. 8º. Editor Júlio Costa & C.

– *Letra*. – *Penhora* – *Suspeição de Juiz*. – *Inalienabilidade de bens*. Executada a menor Maria Joana. Santa Rita do Passa Quatro, 1918, 15 págs. in. 8º. Tip. do “Livro do Povo”.

– *Questão de herança em Santa Maria*: parecer sobre quinhões gravados de Inalienabilidade. No “Livro do Povo”, de Santa Rita do Passa Quatro, (S. Paulo) de 22 de setembro de 1918.

– *Ação executiva; avaliação; penhora; nulidades*. Embargante José Gonçalves da Silva; embargada a Fazenda do Estado de S. Paulo; razões do embargante. São Paulo 1920. 6 págs. in. 8º. Editor Júlio Costa & C.

Antonio Freire de Matos Barreto, Doutor – Filho de pais sergipanos, o bacharel Antonio Freire de Matos Barreto e D. Antonia Eugênia de Matos Barreto, falecidos, nasceu casualmente em Paris no dia 5 de novembro de 1859, quando seus progenitores realizavam uma viagem de recreio pela Europa, e faleceu a 6 de outubro de 1918 em Araraquara, Estado de São Paulo. Fez o curso elementar e secundário em Petrópolis, Estado do Rio, e na Bahia. Doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, graduado a 21 de dezembro de 1883, e especialista em oculística, exerceu a clínica ativamente em Maruim e no Recife, continuando-a no Estado de São Paulo em Casa Branca e Araraquara, onde residiu cerca de trinta anos. Pelo Governo desse Estado foi nomeado chefe da Comissão de profilaxia e tratamento do tracoma em Araraquara, Matão e Taquaritinga. Eleito vereador e presidente da Câmara Municipal de Casa Branca, dirigiu, como presidente do Diretório Governista a política do mesmo município. Foi ainda nessa cidade provedor da Santa Casa de Misericórdia, chefe de clínica médico-cirúrgica do Hospital e presidente do Grêmio Literário e Recreativo durante dois anos. Retirado nos últimos tempos da clínica, passou a residir em uma das suas fazendas de café no município de Matão, Estação de Dobrada.

Escreveu:

– *Conjuntivite purulenta do recém-nascido*: dissertação. Proposições. Cadeira de química orgânica – Atropina. Cadeira de obstetrícia. Hemorragias puerperais. Cadeira de patologia médica – Hipoemia intertropical. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 29 de setembro de 1883 para ser sustentada por..., a fim de obter o grau de doutor em medicina. Rio de Janeiro, 1883, 54 págs. in. 8º. Tip. de J. D. de Oliveira.

Antonio Garcia Rosa, Doutor – Filho de Manuel Prudente de Jesus e D. Josefina Garcia Rosa, e nascido em 15 de julho de 1843 na Missão de Japaratuba, ali faleceu a 13 de junho de 1877. Tendo-se doutorado em 17 de dezembro de 1870 na Faculdade de Medicina da Bahia, apenas sobreviveu para encarrear-se na vida profissional, exercendo a clínica primeiramente na Feira de Santana, daquele Estado, e depois na cidade de Maruim, até pouco antes de falecer

Escreveu:

– *Clorose* (sic): dissertação. Proposições. Seção Médica – Qual o melhor tratamento da tísica pulmonar? Seção cirúrgica – Acidente produzido pelo raio. Sessão acessória – Pode-se considerar herdeiro legítimo o filho de uma viúva nascido 10 meses depois da morte do marido? Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia para ser sustentada em novembro de 1870, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1870, 27 págs. in. 8º. Tip. de Camilo de Lellis Masson & C.

Antônio Garcia Rosa, Farmacêutico – Filho de Leônidas Prudente de Jesus e D. Maria Garcia Rosa Travassos, nasceu no engenho “Riacho Preto”, termo de Japaratuba, a 8 de dezembro de 1877.

Estudou primeiras letras na vila de Japaratuba, fazendo todo o curso preparatório no “Ginásio Sergipense”, dirigido, em Aracaju, pelo professor Alfredo Montes. Fez o curso de farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia, onde foi graduado farmacêutico em 1897. Formado tornou ao Estado natal, sendo nomeado a 14 de junho de 1899 para reger vitaliciamente a cadeira de geografia geral e corografia do Brasil do Ateneu Sergipense. Passou depois a reger a cadeira de francês do mesmo estabelecimento, na qual foi posto em disponibilidade por decreto de 22 de maio de 1922.

Poeta profundamente inspirado é, com justiça, grandemente querido no meio intelectual sergipano. Retraído, por índole, vive afastado do bulício da vida agitada da cidade, onde aparece quase a furto para depois recolher-se à solidão de sua solitária vivenda, no bairro Santo Antonio, em Aracaju.

Os seus versos são jóias de requintada perfeição. Colaborou em diversos jornais de Aracaju, nomeadamente na “Gazeta de Sergipe” e no “Diário da Manhã”.

Ocuparam-se de sua individualidade de poeta Leôncio Fontes, Prado Sampaio, Liberato Bittencourt e Jackson Figueiredo, o primeiro em longa conferência feita a 15 de junho de 1908 e publicada no “O Estado de Sergipe”, de 16 do referido mês, o segundo no seu livro “A Literatura Sergipana”, o terceiro no seu trabalho “Sergipanos Ilustres” e o quarto no opúsculo “Garcia Rosa”, que publicou em 1915. Nesse opúsculo saíram os sonetos *Nihil, Sonhar, A Fonte, Lux et umbra, Vem, Confissão, Esquiva, 1º de maio, Saudade, Mocidade*, e a poesia *Queixas*. Para que se possa bem ajuizar do seu talento poético, vai a seguir o seu soneto:

SONHAR!

Por mais que tu, Razão, mofando, rias
Da loucura sem par dos meus castelos,
Vale mais do que as tuas zombarias
A alegria imortal de concebê-los.

Em pensamentos vãos e em vãs porfias
De amor, sempre conforme aos meus anhelos,
Vão-se-me os dissabores, vão-se os dias,
Desabrocham-me n’alma os sonhos belos.

Quem sonha cria um mundo a seu talante...
Gele-me o peito a dúvida exaustiva
Ou ruja torva a cólera espumante,

Salva-me o Sonho e o espírito me aviva, Como se anima o trôpego viandante
Ao fulgir da miragem fugitiva.

► *Data de morte: 28 de Agosto de 1960, em Aracaju (SE).*

Antonio Gervásio de Sá Barreto, Advogado – Filho de Manoel Joaquim Barreto e D. Anna de Rezende Barreto, nasceu na cidade de Itabaiana a 5 de outubro de 1873.

Fez o curso secundário no “Liceu Laranjeirense” fundado e mantido pelo Professor Baltazar de Araújo Góes.

Por ato de 15 de julho de 1902 foi nomeado promotor público da comarca da Capela; removido para a de Maruim a 13 de novembro do mesmo ano, aí permanecendo até 3 de janeiro de 1903, data em que foi nomeado procurador fiscal do Tesouro do Estado.

Advogado e jornalista em Aracaju dirigiu por muitos anos a empresa do “Estado de Sergipe”.

A 9 de abril de 1907 foi exonerado a pedido do lugar de procurador fiscal.

Exerceu o mandato de deputado estadual nas legislaturas de 1904-1905-1906-1907 e seu nome figura no livro “Sergipanos Ilustres” publicado em 1913 pelo Dr. Liberato Bittencourt.

É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e Secretário do Tribunal da Relação do Estado por nomeação de 9 de abril de 1913.

Colaborou no “O Estado de Sergipe”, “Folha de Sergipe”, “Diário da Manhã”, “Jornal do Povo”, e “Correio de Aracaju” de que foi principal redator no começo da sua terceira fase. Redigiu na cidade de Laranjeiras o “Cotinguiba” 1898-1899, o “Novo Século” 1900: órgão

dos interesses da lavoura e do comércio; o “Povo”, 1901; jornal literário noticioso e comercial; o “Município”, 1905-1908; órgão independente.

Em Aracaju fundou e redigiu: “Vida Sergipana” 1912: revista de arte e propaganda. O primeiro número saiu a 12 de outubro e o último (5º) a 1º de novembro de 1912. Colaborou com outros na seção “As Quintas” do “Jornal do Povo” e escreveu no mesmo jornal uma série de artigos sob o título “Em torno da Mensagem” analisando a Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado pelo General Oliveira Valadão em 7 de setembro de 1915. Saiu nos números de 16 a 20 de setembro.

Escreveu:

– *Poesia indígena*. No “O Estado de Sergipe” de 15 e 17 de maio de 1904.

– *A eleição de 1º de março* – Novo critério – No “Jornal do Povo”, de 8 e 11 de janeiro de 1918.

– *O Momento Político*. Artigo publicado no livro “Sergipanos Ilustres” do Dr. Liberato Bittencourt.

– *Manteiga do Margarete*: razão da liquidante. No mesmo “Jornal” de 14 de novembro de 1919.

Tem inédito um estudo sobre a poesia popular em Sergipe.

Antonio Isaías Coelho – Filho de Martinha Coelho, nasceu no Aracaju, a 6 de julho de 1881. Frequentou o Ateneu Sergipense, onde fez, com nota plena, os preparatórios – geometria, geografia e corografia do Brasil. Em 1902 foi admitido como estafeta da Repartição Geral dos Telégrafos para servir no Recife. Em 1906 foi provido tabelião e escrivão de órfãos do termo de Itabaianinha, lugar que ainda hoje (1924) ocupa. É delegado do ensino daquele termo e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Tem colaborado nos seguintes periódicos: “Diário da Manhã”, “Correio de Aracaju”, e outros de Aracaju e “O Lutador” de Penedo. Os seus artigos trazem sempre a assinatura de *Isaías Coelho*.

Escreveu:

– *Giestas*: contos e fantasias. Lisboa, 1912. Com uma apresentação por Prado Sampaio. Imprensa Libânio da Silva, 163 págs.

– *Alma negra*: conto. No “Diário da Manhã”. Aracaju, 2 de setembro de 1915.

Antonio Fernandes da Silveira, Monsenhor – Fundador da imprensa sergipana. Filho de João Batista da Silveira e D. Maria Zeferina de Andrade, aquele filho legítimo de Antonio Fernandes da Silveira e D. Francisca Catharina Souto Maior, filha legítima de Antonio da Silveira Távora e D. Maria Vieira Távora, todas pessoas distintas, pertencentes à alta nobreza de Portugal, nasceu na freguesia de N. S. de Guadalupe da Estância em 1795 e faleceu na vila de Itapicuru, da Bahia, a 30 de janeiro de 1862. Deliberando abraçar a carreira eclesiástica, matriculou-se a 1 de abril de 1818 no seminário baiano de S. Damaso, recebendo em 1820 as ordens de presbítero do hábito de São Pedro e em seguida a Investidura de cônego honorário da Sé Metropolitana.

De volta a Sergipe numa época de anormal agitação política, não lhe correram propícios os primeiros tempos de sua vida pública. As francas expansões dos seus sentimentos patrióticos sobre os destinos do Brasil, a severa fiscalização exercida sobre os negócios locais e a renhida campanha contra inveterados preconceitos desafiaram a animosidade do partido da metrópole na maior parte constituído pelos potentados da terra e senhores dos cargos oficiais. Colhido nas malhas de uma devassa urdida por adversários tão poderosos, foi preso e remetido em 1822 às autoridades militares da Bahia como propagador de doutrinas subversivas e suspeito de ser emissário secreto de Pedro I. Restituído à liberdade com a proclamação da independência, de novo voltou a intervir nos negócios da província, adquirindo logo legítima influência, que mais se consolidou durante o predomínio dos

Andradas na política nacional. Foi assim que aos próprios méritos pessoais e ao valor das suas relações políticas deveu os cargos de confiança e as importantes comissões que desempenhou, bem como as honras e distinções concedidas pelo governo imperial. Membro do antigo Conselho Geral da Província, substituído em 1834 pela Assembléia Legislativa de que igualmente fez parte, como deputado e seu presidente; desde aquela data até 1841, representou Sergipe na Câmara dos Deputados nas três legislaturas de 1830 a 1841, na de 1850-1852 e na de 1843-1844, como suplente.

O Piauí, onde exerceu o cargo de secretário do governo, também o elegeu deputado à legislatura de 1830-1833, eleição que renunciou, optando pelo mandato conferido por seus comprovincianos. Ocupou o lugar de ajudante do bibliotecário da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, cabendo-lhe nesse caráter a direção da mesma desde 30 de outubro de 1837 a 5 de novembro de 1839. Como presidente da Assembléia Provincial foi enviado em 1841 à Corte com dois deputados para felicitar S. M. D. Pedro II, por ter sido declarado maior e assistir a coroação do novo Imperador. Diligenciando beneficiar a província, propôs ao governo geral, em 1835, estabelecer uma empresa para agenciar e promover a criação de uma companhia de colonização, cultura e mineração em terras sergipanas e em 1838 muito se esforçou para que fosse resolvida a velha questão de limites com a Bahia. Sobreleva entre todos os seus serviços a introdução da imprensa periódica em Sergipe, fazendo publicar em 1832 o “Recopilador Sergipano”, primeiro jornal da província editado na Estância em tipografia de sua propriedade. Monsenhor da Capela Imperial, foi do Conselho de S. M. o Imperador e comendador da Ordem de Cristo.

Escreveu:

– *Resposta* à carta escrita ao ministro do Império, Joaquim Vieira da Silva e Souza, pelos deputados Antonio Fernandes da Silveira e Joaquim Martins Fontes, contra a administração da província na presidência do doutor Manoel Ribeiro da Silva Lisboa e seguida do relatório de todos os atos do governo da mesma província naquela presidência. Bahia, 1835, 205 págs. in. 4º.

– *Representação* documentada dirigida a 18 de março de 1838 à Câmara dos Deputados pela Assembléia Legislativa da província de Sergipe, a propósito da questão de limites com a Bahia. Com a sua assinatura como presidente da Assembléia e as dos membros da Mesa, José Fernandes de Bulhões e Raimundo de Campos Silveira.

– *Felicitação* a sua Majestade Imperador por parte do Vice-Presidente e habitantes de Sergipe, por ter sido declarado maior. No “Jornal do Comércio” de 13 de maio de 1841.

– *Felicitação* a S. M. I. por parte da Câmara da vila do Lagarto. No mesmo jornal.

– *Discurso* proferido na Câmara dos Srs. Deputados na sessão de 7 de agosto de 1852. Na “A União”, da Estância, de 4 e 8 de outubro de 1852.

– *Ofício* dirigido em data de 26 de junho de 1868 ao Exmo. Sr. Marquês de Olinda, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Imperiais sobre a existência de preciosas minas de ferro e de um rio subterrâneo na província de Sergipe. Publicado no tomo 23, págs. 129 e 130, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Fundou e redigiu:

– *Recopilador Sergipano*: periódico. Estância, 1832-1834. O primeiro número é de setembro daquele ano. Dentro de duas linhas paralelas, logo abaixo do título, e à sua esquerda, lê-se o seguinte: “Subscreve-se para esta folha em Maruim na casa do Sr. José Pinto de Carvalho, na vila das Laranjeiras na do Sr. Padre José Joaquim de Campos a 4\$000 por semestre, e na Tipografia a 2\$000 por trimestre, pagos adiantados”. À direita contém esta epigrafe:

“Sede justos se quereis ser livres. Sede unidos se quereis ser fortes.”

(Washington)

Publicação nas terças e sábados. Formato: 0,25 x 0,15, com quatro páginas de duas colunas largas cada uma. Vila Constitucional da Estância. Tipografia de Silveira.

Presume-se ter sido também redator do:

– *Diário do Conselho Geral da Província de Sergipe*. Vila Constitucional da Estância, 1833-1834. Sem indicação do dia e mês da publicação. Tip. de Silveira e C. Para o esboço biográfico deste autor serviram de subsídios o seu testamento e uma biografia inédita escrita pelo literato e jornalista sergipano Lima Júnior. (Vide este nome).

Antonio Joaquim Viana – Filho de José Joaquim de Santa Anna, conhecido por José Joaquim Quinto, e D. Maria Gratulina de Santa Ana, nasceu no Aracaju a 17 de janeiro de 1882.

Fez no Ateneu Sergipense os estudos de humanidades, concluindo-os no Rio de Janeiro, onde matriculou-se na Faculdade de Medicina, cujo curso interrompeu à falta de recursos.

Abraçou o magistério fundando em 1894 na Capital da República o externato “Viana”.

É lente catedrático de português da Escola Normal do Rio de Janeiro, onde atualmente, 1924, reside.

Escreveu:

– *Noites de insônia*: poesias com uma carta particular de João Ribeiro Fernandes. Rio, 1835, 56 págs. in. 16°. Tip. do Círculo Católico do Rio de Janeiro.

Antonio José Pereira Guimarães – Nascido a 7 de agosto da 1807 no município de Japarutuba, faleceu no Aracaju a 22 de setembro de 1867. Feitos seus estudos elementares na capital da Bahia, voltou a Sergipe, onde se alistou como cadete no batalhão 26 de caçadores sergipanos, partindo em 1827 para o Rio do Janeiro. Promovido a alferes seguiu para o sul do Império, a fim de tomar parte na campanha cisplatina, de onde regressou para o Rio três anos mais tarde. Tendo o seu batalhão se envolvido na revolução de 7 de abril de 1831 contra o 1º imperador, o governo da Regência dissolveu-o, licenciando todos os oficiais do corpo. De volta à província foi logo aproveitado como comandante do destacamento de Propriá, nomeado em seguida 2º comandante do corpo de polícia criado em 1833, lugar de que se exonerou para fixar residência em Propriá. Daí por diante exerceu a advocacia, foi por muitos anos desde 1847 até 1851 promotor público da comarca de Vila Nova e em 1852 exator e coletor da Capela.

Ocupou ainda os lugares de vereador e presidente da câmara municipal, juiz municipal suplente, delegado encarregado da polícia da província, ajudante de ordem por várias vezes, inclusive uma durante a Guerra do Paraguai na presidência do Dr. Cincinato Pinto da Silva, deputado provincial na legislatura de 1862-1863 e em outras anteriores a começar pela de 1838-1839. Em 1857 foi-lhe confiada a gerência da Associação Sergipense no Aracaju, na qual se manteve até os últimos momentos. Prático no manejo do verso, escreveu por ocasião da morte de sua primeira esposa as seguintes quadras:

Roxa flor, triste saudade,
Triste emblema da aflição,
És retrato de minha alma,
Cópia do meu coração.

Triste qual minha ventura
Roxa qual meu coração,
Mudamente, flor mimosa,
Exprimis minha paixão.

Encarregado pelo presidente, Dr. Manuel da Cunha Galvão, de estudar a história de Propriá, desempenhou-se dessa comissão escrevendo uma *Memória sobre a vila de Propriá*

desde a sua origem até hoje (1859). Esse trabalho foi remetido ao Ministro do Império a 29 de novembro daquele ano, parecendo ter ficado inédito, pois que não é conhecido, nem dele há outra notícia. Os traços biográficos deste autor, escritos por Etelvino de Barros, foram publicados no “Jornal de Sergipe” de 28 de setembro de 1867.

Escreveu mais:

– *Relatório do Gerente da Associação Sergipense*, apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província, Doutor Thomaz Alves Júnior, a 17 de janeiro de 1860. Anexo – L – ao Relatório apresentado pelo referido Presidente à Assembléia Provincial de Sergipe no dia 4 de março de 1861.

Antonio José da Silva Travassos, Comendador – Descendente de nobre linhagem portuguesa por parte de um seu avoengo, fidalgo D. Diogo Gonçalves de Travassos, que foi casado com D. Violante Velho Cabral, prima de Pedro Alves Cabral, descobridor do Brasil, nasceu do primeiro consórcio de Francisco José Travassos, falecido a 12 de maio de 1832, com D. Ana Hipólita da Conceição a 5 de julho de 1804 em Santo Amaro, onde faleceu a 24 de março de 1872. Foi no começo proprietário rural no município de Japaratuha, passando-se daí para Santo Amaro, a fim de dedicar-se aos trabalhos do foro, sendo logo depois nomeado tabelião do judicial e notas, lugar que exerceu de 1825 a 1833. Dotado de não vulgar inteligência e de extraordinária atividade, não tardou em renunciar o tabelionato por incompatível com o seu temperamento e vocação, preferindo a atmosfera calma do cartório a vida agitada da advocacia e da política. No foro conquistou logo a fama de distinto advogado pelo vivo interesse e rara habilidade com que sabia encaminhar as questões sob o seu patrimônio; e político dedicado, elevou-se à posição de um dos chefes do partido liberal, empenhando-se com ardor nas renhidas lutas travadas na província, depois que se formaram os velhos partidos da monarquia. Experimentado homem de ação, a quem nunca intimidaram as partidas arriscadas, foi ele a alma do movimento sedicioso de 1836, em Santo Amaro. Tendo figurado no período histórico da regência e do segundo reinado, o seu fino espírito de observação habilitou-o a conhecer perfeitamente os homens e os fatos de Sergipe, cuja história política foi o primeiro a esboçar. Apreciado no ponto de vista do seu papel social, fora da arena política, muito salientou-se pelo decidido esforço com que contribuiu para a realização de certos melhoramentos materiais de reconhecida vantagem para o comércio e a indústria da província, tais como a navegabilidade dos rios Japaratuha e Pomonga, a rebocagem das barras e outros. A ele não se pode contestar a iniciativa de tão importantes medidas, afirma o autor da “História de Sergipe”; diga-se, porém, em homenagem à verdade histórica, relativamente à navegabilidade dos rios Japaratuha e Pomonga, que muito antes da sua iniciativa precedeu a de Vicente Rodrigues Basto, dirigindo-se ao Conselho do Governo em agosto de 1824 por meio de uma representação ou ofício, em que fazia sentir a necessidade de ser prorrogada a sessão do Conselho, a fim de tratar-se da ligação dos referidos rios. Entre outros serviços prestados à sua terra, dignos de encômio, não é para esquecer a fundação de um hospital em Santo Amaro, a expensa própria, quando a epidemia do *cholera morbus* invadia a província em 1855. Do governo imperial mereceu as distinções honoríficas de cavaleiro da ordem de Cristo, comendador e oficial da imperial ordem da Rosa. Foi membro do Conselho Geral da província, deputado provincial de 1848 a 1849, 1856-1857, procurador fiscal interino da Tesouraria Provincial em 1855, jornalista.

Escreveu:

– *Memorial sobre a Empresa de navegação dos rios Japaratuha e Pomonga na província de Sergipe*. Bahia, 1865, 44 págs. in. 8º pg. Tipografia Poggetti, de Tourinho & C. Contra este opúsculo apareceu no ano seguinte outro, assinado por um pseudônimo – *Um Japaratuibeiro* – que se supôs ser o vigário José Gonçalves Barroso ou o coronel João Nepomuceno Teles de Menezes.

– *Resposta à Refutação ao Memorial do Comendador Antonio José da Silva Travassos sobre a navegação dos rios Pomonga e Japarutuba em Sergipe*. Rio de Janeiro, 1866, 29 págs. in. 8 pg. e mais 64 págs. de documentos. Tipografia de João Ignácio da Silva.

– *Apontamentos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe*. Rio de Janeiro, 1875, 96 págs. in. 16°. Instituto Tipográfico do “Direito”. Obra Póstuma dada à publicidade pelo Dr. João José do Monte, neto do autor. Este trabalho foi oferecido a S. M. o Imperador Pedro II, quando visitou a província em 1860, em manuscrito, que se acha na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Na mesma ocasião ofereceu também duas cartas, uma topográfica da província e outra hidrográfica dos rios Japarutuba e Pomonga, traçadas à sua custa. Esta última encontra-se no Arquivo Militar da Capital Federal. O “Correio de Sergipe”, periódico do Aracaju, editou nas suas colunas em 1907 os “Apontamentos”, publicados também no “O Estado de Sergipe”, a 26 de julho de 1912 e números seguintes.

Fundou e redigiu:

– *A Voz da Razão*: hebdomadário político. Santo Amaro, 1854-1856. Com João Batista Monteiro. Este periódico começou a ser publicado em Laranjeiras sob a redação de Felix José de Melo e Silva.

– *O Conciliador*: órgão político. Santo Amaro, 1856-1857.

Antonio Leonardo da Silveira Dantas, Padre – Filho do capitão João Felix Correia Dantas e D. Joana Maria de S. José e Melo, nasceu a 1 de fevereiro de 1858 no engenho Forno, município de Divina Pastora, e faleceu em S. Amaro, a 15 de fevereiro de 1919.

Estudou preparatórios na Capela, no Colégio do Amparo; a 7 de março de 1876 matriculou-se no seminário arquiépiscopal da Bahia, onde fez todo o curso teológico, recebendo o presbiterato na cidade de Fortaleza a 16 de janeiro de 1881. No dia 1º de fevereiro do mesmo ano celebrou missa nova no convento das Mercês na Bahia.

Depois de ter sido agricultor por um espaço de cinco anos, paroquiou as freguesias de Gararu por 8 anos até 1894, de Maruim a começar de 1894 a 1912 e de S. Amaro desde esse último até falecer. Na sua missão apostólica não descurou dos melhoramentos reclamados pelas necessidades do culto divino e neste sentido reconstruiu a matriz de Gararu, fundou diversos apostolados, criou o hospital de Caridade de Maruim e fez a capela do S. S. Fora da igreja ocupou os cargos de intendente municipal e delegado literário em Gararu, de ambos exonerado em setembro de 1890; foi presidente do Conselho em Maruim e deputado estadual nas legislaturas de 1894-1895 e 1896-1897. Como presidente da Assembléia Legislativa assumiu o governo do Estado por duas vezes; a 14 de março e a 27 de julho de 1896, em substituição ao presidente Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão. No segundo período de sua gestão administrativa foi levada a efeito por sugestões dos adversários uma sublevação no corpo de polícia, visando a sua deposição, de fato realizada a 4 de setembro com alarmante ostentação de força. Essa situação anormal desapareceu dentro das vinte e quatro horas seguintes, voltando ao poder com a garantia da força federal que o repôs por ordem do governo da União, conservando-se no exercício do cargo até 24 de outubro do mesmo ano, quando o transmitiu ao presidente eleito, bacharel Martinho César da Silveira Garcez. Por alguns anos recolhido à vida privada, não se quedou indiferente à sorte dos correligionários no momento crítico, em que se ia travar contra o governo do Estado uma luta de resultado problemático.

Bastantemente afeiçoado à pessoa de Fausto Cardoso, comungando as mesmas idéias políticas, assumiu grande parte das responsabilidades e perigos do movimento revolucionário de agosto de 1906, cujo epílogo sangrento emocionou tristemente a nação inteira.

Com a morte do malogrado amigo não mais se envolveu nos negócios públicos, dando por finda sua carreira política. Orador de dotes excepcionais, obteve na tribuna sagrada reais triunfos, fazendo reviver no púlpito o verbo eloquente de Frei José de Santa Cecília e vigário

José Gonçalves Barroso, os dois pregadores de maior nomeada em Sergipe. No seu primeiro sermão pregado sobre a Eucaristia na igreja de Santa Tereza, na capital da Bahia, e com o correr dos tempos reproduzido na Matriz de Maruim, revelou-se desde então um espírito culto e fino esteta da palavra. Na imprensa periódica apareceu por vezes como colaborador do “O Lيدador” e “Leituras Religiosas” da Bahia, do “O Pão de S. Antonio”, de Porto Alegre, do “Jornal de Penedo”, da cidade deste nome, em Alagoas, e no “O Farol” de Aracaju. Foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, que na Seção de manuscritos da sua Biblioteca guarda sob o número 22 a autobiografia deste autor.

Escreveu:

- *Sermões diversos*. Não foram publicados.
- *Homenagem ao coronel José Mateus Leite Sampaio*. Na “Folha de Sergipe”, Aracaju, de 18 de agosto de 1891.
- *Relatório* com que passou a Administração do Estado ao Exmo. Sr. Coronel Manuel P. de Oliveira Valadão a 12 de junho de 1896. Aracaju, 1896, 9 págs. in. 8º. Imprensa Oficial. Anteriormente publicado no “Diário Oficial do Estado de Sergipe”, de 14 do mesmo mês.
- *Mensagem* enviada à Assembléia Legislativa a 7 de setembro de 1896. Renúncia Presidencial. No citado “Diário” de 10 do mesmo mês.
- *Relatório* apresentado a 24 de outubro de 1896 ao passar a administração do Estado de Sergipe ao Presidente eleito, Dr. Martinho César da Silveira Garcez. Aracaju, 1896, 6 págs. in. 8º. Imprensa Oficial do Estado. No mesmo “Diário Oficial” de 27 e 28 do referido mês encontra-se este Relatório.
- *Relatório* do Hospital de Caridade de Maruim, apresentado à Assembléia Geral em 9 de agosto de 1905. Maruim, 1905, 10 págs. in. 8º pág. Imprensa Econômica de José Andrade.
- *Carta política aos sergipanos*. No “Diário de Notícias”, Bahia, de 24 de novembro de 1906.
- *Contra protesto* (Restabelecendo verdades para a eleição de 30 deste mês). No “Jornal de Sergipe” de 21 de janeiro de 1909.
- *Relatório* do Hospital da cidade de Maruim. Com anexos. No “Correio de Aracaju”, de 26 e 29 de agosto de 1909.

Antonio Luiz Loureiro Mayor – Filho de outro do mesmo nome e D. Victorina de Loureiro Mayor, nasceu a 12 de abril de 1852 no engenho Bete, município de Divina Pastora. Aos quinze anos seguiu para a cidade do Recife, onde estudou preparatórios no Colégio das Artes, não chegando a matricular-se na Faculdade de Direito por ter sido chamado à província por interesses da família. Dessa viagem resultou abandonar a carreira que pretendia abraçar, entregando-se ao cultivo da cana em terras do município do seu nascimento. Volvidos poucos anos em Sergipe, buscou tentar fortuna no sul do país, estabelecendo-se em 1877 com sua progenitora em uma fazenda de café no município de Santa Maria Madalena, na então província do Rio de Janeiro. A sorte foi-lhe sempre adversa, tanto ali, como em Minas e S. Paulo, de modo que cansado de lutar improficuamente pela vida, resolveu aproveitar suas aptidões na carreira burocrática, menos vantajosa em proventos materiais, porém mais segura e mais tranqüila, tendo conseguido colocar-se em 1902 no lugar de escriturário de obras do Ministério da Justiça. Não é de todo alheio à linguagem das musas e assim é que a datar de 1879, depois do falecimento de sua consorte, começou a cultivar a poesia.

Muitos dos seus versos foram publicados na imprensa de Aracaju e deles fazem parte o seguinte soneto:

UMA ASPIRAÇÃO

Quanto mais os dias passam, mais aspiro
Na terra completar minha missão;

Delirante deixarei o meu retiro,
Onde estive em completa escravidão.

Escravo do pecado, hoje suspiro
Por quebrar de uma vez esse grilhão:
Os vermes não me aterrorizam: – os prefiro
Aos que encontro aqui nesta prisão.

Porque temer a morte, se há Deus?
Porque apego à terra, se há céus?
E à matéria amar, se existe a alma?

Desprezarei, com nojo, essa matéria
Para exaltar-me à mansão etérea
E de Deus receber a minha palma.

Rio, 5 de dezembro de 1919.

Antonio Manuel de Carvalho Neto, Bacharel – Filho do doutor Joviniano Joaquim de Carvalho, médico baiano, e D. Josefa Freire de Carvalho, nasceu a 14 de fevereiro de 1889 em Simão Dias, hoje cidade de Anápolis. Fez ali o curso primário e o de preparatórios em Aracaju. Matriculado na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1906, bacharelou-se em 1910, tendo recebido o grau a 6 de janeiro do ano seguinte.

Ainda não se havia ensaiado de todo na advocacia da Capital Federal, trabalhando no escritório do doutor Herculano Marcos Inglês de Sousa, quando foi eleito deputado estadual para a legislatura de 1912-1913 no governo do Marechal José de Siqueira Meneses. Expirado o mandato foi nomeado juiz municipal do termo de Itabaiana, por decreto de 29 de maio de 1913, removido, a pedido, para o de Japaratuha a 24 de julho de 1916 e nele reconduzido. Por ato de 19 de julho de 1918 foi nomeado, em substituição ao bacharel Esperidião Ferreira Monteiro, para fazer parte da Comissão encarregada da Organização do Código do Processo Civil, Comercial do Estado e por decreto de 11 de novembro de 1918, diretor da Instrução Pública exonerado, a pedido, a 28 de outubro de 1920. Representante do Estado na Câmara Federal na 11ª legislatura de 1921-1923, foi reeleito para a legislatura seguinte de 1924-1926. No período acadêmico fundou em Simão Dias o “Grêmio Literário Simãodiense” e no Rio o “Grêmio Teixeira de Freitas”. Por sua iniciativa, ainda nesse tempo, conseguiu que fosse inaugurado num dos salões da Faculdade o retrato de Tobias Barreto, o que se realizou com toda a solenidade, sendo o orador oficial.

Escreveu:

– *Um trecho de Sergipe ocidental*. No “Diário da Manhã”, Aracaju de 21 a 29 de agosto; 2 a 9 de outubro de 1912.

– *Sombrias perspectivas*. A iminência da seca: série de artigos no mesmo jornal de 30 de janeiro a 6 de fevereiro de 1918.

– *Problema de utilidade*. Idem, de 23 e 24 de abril de 1914.

– *O direito processual brasileiro*: conferência realizada no dia 19 de novembro de 1917 no salão da Biblioteca Pública. Não foi impressa.

– *A cartilha de um pedagogo*: série de artigos no “Correio de Aracaju” de 5 a 13 de junho de 1919.

– *Discurso* pronunciado no dia 24 de junho de 1920 na sede social da Loja Capitular Cotinguiba, em Aracaju, pelo seu orador oficial. No “Correio de Aracaju” de 1 de julho seguinte.

– *Discurso* proferido pelo orador oficial no ato solene de ser inaugurada a estátua de Tobias Barreto no dia 24 de outubro de 1920, na Praça Pinheiro Machado. Idem de 26 do mesmo mês.

– *Código do Processo Comercial e Civil*. Idem, de 16 de janeiro de 1921.

– *No Parlamento*. Discursos e Projetos em 1921. Rio, 1922, 93 págs. in. 8°. Tip. da Casa Vallele.

► *Data de morte: 07 de Abril de 1954, em Aracaju (SE).*

Antonio Manuel Leite, Cônego – Filho de Francisco Manuel Leite e D. Leopoldina Escóssia do Sacramento Leite, nasceu em Laranjeiras no mês de junho de 1850 e faleceu a 2 de julho de 1894 no convento de S. Bento da Capital Federal.

Fez o curso teológico no seminário da Bahia, tendo recebido o presbiterato a 22 de setembro de 1877. Celebrou missa nova na matriz do Riachuelo a 8 de dezembro desse ano. Em 1879 foi nomeado para reger interinamente a cadeira de latim e francês de Laranjeiras; em 1881 parouquiu como encomendado a freguesia de N. S. das Dores; foi por algum tempo coadjutor do vigário de Maruim e seguindo depois para a Bahia, ali exerceu a vigarania da freguesia de Itaparica, sendo cônego da Sé metropolitana. O subido conceito de que gozou como orador eloquente, granjeou-lhe o honroso cognome de Barrozinho, por ter conseguido na tribuna sagrada substituir dignamente o insigne pregador José Gonçalves Barroso. Escreveu:

– *Sermões diversos*. Inéditos.

Antonio Maria Moreira Guimarães, Bacharel – Filho de Rufino Alves da Cruz Guimarães e D. Ignácia Maria d'Assunção Moreira Guimarães, nasceu na cidade de Laranjeiras a 11 de junho de 1868. Feitos os estudos primários matriculou-se no colégio Parthenon Sergipense, fundado e mantido em Aracaju, pelo Dr. Ascendino Ângelo dos Reis. Em 1890 assentou praça na capital do seu Estado seguindo logo para a cidade do Rio de Janeiro, com destino à Escola Militar da Praia Vermelha, na qual matriculou-se em fevereiro do mesmo ano. Ali fez o curso anexo e as matérias do 1º ano do curso superior. Em março de 1893 requereu exame de saúde sendo pelo laudo médico considerado incapaz para o serviço militar por motivo de moléstia. Deixando o pesado serviço militar dedicou-se ao magistério na Capital Federal lecionando nos estabelecimentos de ensino: Colégio Universitário Fluminense, Colégio Abílio, Colégio Antonio Teixeira, Colégio Santana, Asilo S. Francisco e Instituto Didático. Na mesma cidade exerceu o lugar de professor das escolas de 2º grau durante alguns anos, professor da Escola Normal Livre, equiparada à Escola Normal Oficial, ocupando a cadeira de aritmética, álgebra e geometria. Fez depois o curso jurídico na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de bacharel em 1902.

Foi um dos fundadores, com o Barão Homem de Melo, Drs. Duque Estrada, Laudelino Freire e outros, do Instituto Didático, de que foi diretor pelo espaço de três anos, na capital da República. Nos anos de 1898 a 1900 serviu como colaborador da Diretoria de Estatística do Rio de Janeiro, chefiando a turma dos funcionários encarregados do preparo de material para o recenseamento de 1900. Exercia o cargo de promotor público de Ouro Preto quando foi nomeado juiz municipal de Pitangui, Estado de Minas, assumiu o exercício daquele cargo a 4 de setembro de 1907, servindo até 4 de setembro de 1911, data em que fechou-se o ciclo do seu quatriênio.

Foi então nomeado para judicatura igual no termo de Abaeté, no mesmo Estado, por decreto de 1911, ali servindo durante todo o quatriênio que terminou em 1915.

Nomeado para o termo de Itabira de Dentro, permutou depois esse juizado municipal pelo de Bambuí, no mesmo Estado, onde ainda serve, repetidamente reconduzido. Em Pitangui fundou um ginásio, o mesmo fazendo em Abaeté e Bambuí.

No caráter de juiz municipal tem ocupado por vezes interinamente o lugar de juiz de direito. Juiz reto e íntegro, as suas decisões são sempre pautadas pelo sentimento da justiça, logrando sempre confirmação na instância superior.

Quando aluno da Escola Militar fez parte da sociedade Recreio Literário Instrutivo, de que foi presidente em 1891. Pertence à Sociedade União dos Professores e à Sociedade Literária da Faculdade de Direito, ambas da Capital Federal.

Tomou parte na fundação da revista *Tobias e Osório*, da Escola Militar, da *Revista da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro* e da *Revista Didática*.

Colaborou nas referidas revistas, na “Sirius” e no pequeno jornal “O Pirilampo”, publicando nos dois últimos, uns traços de literatura, sonetos e uns traços sobre a vida militar brasileira. Os seus artigos levavam ora a assinatura de A. M. Guimarães e às vezes simplesmente A. Guimarães. Tem a publicar sentenças, poesias, e várias escritos de épocas diferentes.

Escreveu:

– *A lei penal no tempo e no espaço*. Na Revista da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, segundo sua própria afirmativa.

Antonio Militão de Bragança, Doutor – Filho do doutor Francisco Alberto de Bragança e D. Possidônia Maria de Santa Cruz Bragança, nasceu a 31 de julho de 1860 em Laranjeiras. Fez seus primeiros estudos em Aracaju e Bahia, e na Faculdade de Medicina dessa última cidade recebeu o grau doutoral em 16 de dezembro de 1883. Médico oculista de reconhecidos sentimentos humanitários o seu consultório em Laranjeiras é largamente freqüentado por clientes de dentro e de fora do Estado, tendo firmado seus créditos profissionais numa longa prática de clínica oculística, depois de a ter exercido, a princípio, em Pão de Açúcar, Estado de Alagoas. Na cidade natal tem sido lente de latim do extinto “Liceu Laranjeirense” do professor Baltazar Góes, delegado de higiene, médico e benfeitor do Hospital da Santa Casa de Misericórdia.

Apreciador da música, executa-a e compõe com arte. Na imprensa local e na de Aracaju encontram-se várias artigos seus de colaboração. É sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Escreveu:

– *Paralysias consecutivas às moléstias agudas*: dissertação. Proposições. Seção de ciências médicas – Do beribéri, sua etiologia, patogenia e tratamento. Seção de ciências cirúrgicas – considerações sobre o abortamento. Seção de ciências acessórias – Morte súbita e sinais da morte. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de agosto de 1883 para o doutoramento. Bahia, 1883. 110 págs. in. 8º. Imprensa Econômica.

– *Observação de dois casos de amigdalotomia com aplicação da cocaína*. No “O Horizonte” Laranjeiras, de 1 de novembro de 1885.

– *A varíola em Laranjeiras (1911-1912)* Aracaju, 1912, 53 págs. in 8º pg. Tip. Xavier. É uma descrição conscienciosa dos fatos desenrolados durante a marcha até a extinção da epidemia havida naquela cidade nos anos de 1911-1912.

– *A indústria pastoril em Sergipe*. No “Diário da Manhã” de 15 de fevereiro de 1913.

– *Pela pecuária sergipana*: série de artigos no mesmo jornal de 2 a 9 de março de 1916. Transcritos no “Lutador” de Penedo, nos números de 23 de maio a 1 de junho do mesmo ano.

Redigiu:

– *O Município*: órgão independente. Publicação aos domingos. Laranjeiras, 1908-1911. Fazem parte do seu repertório musical as seguintes composições.

– *Saudades de Filomena*: mazurka.

– *Valsa Georgina*. Laranjeiras, 1898.

– *Minha simpatia*: valsa 1899.

– *Como fui feliz*: valsa. 1899.

- *Confio em ti*: valsa, 1899.
- *Minhas saudades*: valsa, 1900.
- *O brilho das morenas*: mazurka, 1907.
- *Idealizando*: mazurka, 1914.
- *Desilusões*: valsa, 1914.

Antonio Moitinho Dória, Bacharel – Filho do doutor Deocleciano da Costa Dória e D. Dária Moitinho Dória, nasceu a 25 de outubro de 1874 na Estância. Em companhia de seus pais retirou-se em 1881 de Sergipe para Santa Catarina e dali para o Rio de Janeiro, onde recebeu toda a educação de letras e ciências, bacharelando-se na Faculdade Livre de Direito em dezembro de 1894, na qual ocupou o lugar de secretário nos anos de 1895 e 1896. Estabelecido com escritório desde a sua formatura, tornou-se um dos advogados mais conhecidos na Capital Federal. Por quatro vezes viajou à Europa, (1908-1911) onde aperfeiçoou seus conhecimentos jurídicos, freqüentando a Faculdade de Direito de Paris, em que ouviu as lições do notável comercialista Taler. Patrocinou diversos processos importantes, fazendo a defesa dos réus no de Gentil de Castro perante a Corte de Apelação e no processo de um dos chefes do movimento revolucionário da Escola Militar.

Ex-professor de economia política das escolas de 2º grau da Prefeitura Municipal, na administração do Dr. França Carvalho na Diretoria da Instrução do Distrito Federal, é membro do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro e seu 1º Secretário nos anos de 1909-1910 e membro correspondente do Colégio de Advogados de Lima, República do Peru. Convergingo seus estudos quase que exclusivamente para os assuntos de sua profissão, tem escrito:

– *Conselho de Guerra sobre as ocorrências da Escola Militar*. Defesa apresentada pelo capitão Dr. Alfredo Ribeiro da Costa. Rio de Janeiro, 1898, 14 págs. in. 8. Tip. Moraes.

– *Acordo extrajudicial*. Reclamação dos credores Augusto Vaz & Comp. e outros. Rio de Janeiro, 1900, 13 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal do Comércio”.

– *Cessão de bens de Pacheco Silva & C.* Parecer da Comissão de Sindicância. Rio de Janeiro, 1901, 11 págs. in. 8º. Tip. J. de Guimarães & C.

– *Agravo nº 2.064. Corte de Apelação*: Agravante – José Fernandes Faria Machado. Agravados: João Luiz da Silva Blusa e outros. Rio de Janeiro, 1904, 17 págs. in. 8º. Papelaria Jerônimo Silva.

– *Memorial*. Agravante: Adão Jacinto Gomes. Agravado: I. E. Mounier. Questão sobre falência. Rio de Janeiro, 1904, 3 págs. de uma folha de papel. Tip. Joaquim Silva.

– *Embargos nº 930*. Memorial, Rio de Janeiro, 1904, 3 págs. de 1 folha de papel. Tip. Joaquim Silva.

– *Apelação nº 1.008*. Ministro Relator Exmo. Sr. Dr. Manuel Murinho. Apelante: a Companhia Chargeur Réunis. Apelado: a Companhia de Serviços Marítimos de Pernambuco. Rio de Janeiro, 1904, 3. págs. escritas em 1 folha de papel. Oficinas de Obras do “Jornal do Comércio”.

– *Minuta de agravo*. Corte de Apelação. Agravantes: O síndico e credores da falência F. dos Santos. Agravado: O falido concordatário. Rio de Janeiro, 1905, 11 págs. in. 8º. Tip. Jerônimo Silva.

– *Réplica à contraminuta no agravo, nº 109*. Corte de Apelação. Agravante: o síndico e credores da falência de F. dos Santos. Agravado: o falido concordatário. Juiz Relator o Exmo. Desembargador Edmundo Muniz Barreto, Rio de Janeiro, 1905, 8 págs. in. 8º. Tip. da Papelaria Jerônimo Silva.

– *Apelação nº 3.064*. Corte de Apelação. Apelantes: José Fernandes Faria Machado e outros. Apelados: João da Silva Blusa e outros. Juiz Relator: Desembargador Salvador Moniz. Pelos Apelantes. Rio de Janeiro, 1905, 11 págs. in. 8º. Tip. da Papelaria Jerônimo Silva.

- *Ação ordinária*. Autores: A. Avenier & C. Réus: C. H. Walker & C. Razões finais dos Autores. Rio de Janeiro, 1905, 23 págs. in. 8º. Tip. da Papelaria Jerônimo Silva.
- *Liberdade profissional*, o exercício da advocacia. No “O Direito”, vol. 99 (1966) págs. 497 a 514.
- *Recurso eleitoral*. Recorrente: José Rodrigues Queiroz. Recorrido: a Comissão de Revisão do alistamento de S. Sebastião do Alto. Juiz Relator o Exmo. Sr. Ministro Ribeiro de Almeida. Rio de Janeiro, 1906, 13 págs. in. 8º. Tip. da Papelaria Ribeiro.
- *Embargos à sentença*. Embargante: a Companhia Chargeurs Réunis. Embargada: a Companhia Geral de Serviços Marítimos de Pernambuco. Relator: O Exmo. Sr. Ministro André Cavalcante. Rio de Janeiro, 1906, 20 págs. in. 8º. Tip. da Papelaria Ribeiro.
- *O direito de expulsão*: estudo analítico da lei nº 1.641 de 7 de janeiro de 1907. No “Jornal do Brasil” de 2 e 5 e no “Jornal do Comércio” de 7 e 8 de fevereiro de 1907.
- *Apelação nº 1.513*. Apelante: Artur Alfredo Correia de Menezes. Apelado: Francisco Vilmar. Relator: o Ministro Dr. André Cavalcante. Rio de Janeiro, 1908, 24 págs. in. 8º. Tip. da Papelaria Ribeiro.
- *Embargos ao Acórdão nº 1.513*. Embargante: Artur Alfredo Correa de Menezes. Embargados: Francisco Vilmar e a União Federal. Juiz Relator: o Exmo. Sr. Dr. Amaro Cavalcante. Rio de Janeiro, 1908, 12 págs. in. 8º. Tip. da Papelaria Ribeiro.
- *Agravo nº 1.224*. Agravante: Alfredo Novis. Agravado: Maurice Le Telier. Ministro Relator: Exmo. Sr. Dr. Pedro Lessa. Rio de Janeiro, 1910, 4 págs. escritas numa folha de papel. Tip. do “Jornal do Comércio”.
- *Instituto dos Advogados* – Subsídio para a criação da Ordem. No “Jornal do Comércio” de 24 de março de 1911.
- *Um jurisconsulto argentino (As doutrinas de Monroe e de Drago: reclamações diplomáticas)*. No “Jornal do Comércio” de 21 de junho de 1914.
- *Sonegação de mercadorias* sujeitas a imposto de consumo, dos lançamentos da escrita especial. Defesa da massa falida da Companhia Fabril S. Joaquim. Rio de Janeiro, 1915, 19 págs. in. 8º. Tip. do Jornal do Comércio.
- *Apelação Cível nº 1.150*. Relator: J. L. Coelho Campos. Apelante: Embargante Joaquim Gonçalves dos Santos Pereira. Apelada: Embargada a União Federal. Memorial do Embargante. Rio de Janeiro, 1915, 3 págs. escritas em 1 toalha de papel. Tipografia do “O País”.
- *Conflito de jurisdição nº 342*. Suscitantes: os liquidatários da falência da Companhia Fabril São Joaquim. Relator: o Exmo. Sr. Ministro Godofredo Cunha. Rio de Janeiro, 1915, 4 págs. escritas em 1 folha de papel. Tip. do Jornal do Comércio.
- *Agravo nº 1.266*. Agravantes: os liquidatários da Companhia Fabril S. Joaquim. Agravada: a Fazenda Nacional. Relator: o Exmo. Sr. Ministro André Cavalcante. Rio de Janeiro, 1915, 3 págs. escritas em 1 folha de papel. Tip. do Jornal do Comércio.
- *O seqüestro dos bens da Companhia Fabril São Joaquim*: série de artigos no “Jornal do Comércio” de 23 a 25 de setembro de 1916.
- *Conflito de jurisdição*. Embargos ao Acórdão. Embargante: a União Federal. Embargados: Os liquidatários da Companhia Fabril São Joaquim. Impugnação dos embargos. Relator: O Exm. Sr. Sebastião de Lacerda. Rio de Janeiro, 1916, 3 páginas escritas em 1 folha de papel. Tip. do Jornal do Comércio.
- *Embargos nº 888*. Embargante: Francisco Gonçalves da Silva. Embargado: José Dantas Coelho. Sustentação dos embargos perante as Câmaras Reunidas da Corte de Apelação. Relator: o Exmo. Sr. Desembargador Sousa Pitanga. Rio de Janeiro, 1916; 18 págs. in. 8º. Tip. Aurora.
- *Sonegação de mercadorias* sujeitas a imposto de consumo, dos lançamentos da escrita especial. Recurso interposto pelos liquidatários da massa falida da Companhia Fabril São Joaquim. Rio de Janeiro, 1916, 47 págs. in. 8º. Tip. do Jornal do Comércio.

- *A administração pública e o caráter do povo*. No “Jornal do Comércio” de 1 de setembro de 1917, págs. 3.
- *Companhia de Fiação e Tecidos Andaraí*, ex-Botafogo. Às Egrégias Câmaras Reunidas da Corte de Apelação. Rio de Janeiro, 1917, 3 págs. de 1 folha de papel.
- *A Capital da República*. No “Jornal do Comércio” de 21 de agosto de 1919, na parte editorial.
- *Agitados*. Idem, de 12 de fevereiro de 1920.
- *Ação rescisória nº 30*. Memorial do Autor. Relator: o Exmo. Sr. Ministro Godofredo Cunha. Rio de Janeiro, 1920, 5 págs. e meia de papel. Tip. do “Jornal do Comércio”.
- *Agravo nº...* Agravante: a Companhia de Seguros Brasil. Agravada: a Mission Militaire Française de Ravitaillement au Brésil. Contraminuta da Agravada. Rio de Janeiro, 1920, 12 págs. em 3 folhas de papel. Tip. do Jornal do Comércio.
- *O Palácio de Justiça*. No “Jornal do Comércio” de 24 de junho de 1920.
- *Apelação nº 3.855*. Razões do Apelante William Cuningham Hector. Relator: o Exmo. Sr. Ministro Sebastião de Lacerda. Rio de Janeiro, 1921, 26 págs. in 8º. Tip do “Jornal do Comércio”.
- *Agravo de petição nº 3.027*. Embargos ao acórdão. Agravantes: Embargados Meghe & C., e Arieta & C. Agravado: Embargante A. W. Jamison. Impugnação dos Embargados. Relator: o Exmo. Sr. Ministro Leoni Ramos. Rio de Janeiro, 1921, 6 págs. em 2 folhas de papel. Tip. do Jornal do Comércio.
- *A Cidade para o Centenário*. No “Jornal do Comércio” de 17 de janeiro de 1921.
- *O Centenário e a Prefeitura*. O ponto de vista geral e a Exposição Internacional. No “O Imparcial”, Rio, de 30 de julho de 1921.
- *O Centenário e a Prefeitura*. Origens e razões justificativas das obras. Idem, de 11 de agosto de 1921.
- *Aspecto financeiro e econômico*. Idem, de 14 do mesmo mês e ano.
- *O Centenário e a Prefeitura*. As obras como idéias de uma classe; como objetivo de plano financeiro; as fontes de receita do Distrito Federal. Idem, de 19 do mesmo mês e ano.
- *A Ordem dos advogados*. Réplicas ao voto do Senador Euzébio de Andrade, apresentado à Comissão de Legislação e Justiça do Senado, contrário ao projeto de organização do Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro. No “Jornal do Comércio” de 26 de novembro, 13 e 14 de dezembro de 1921 e na “Revista Jurídica” do Rio, vol. 16 de abril de 1922.
- *Conselho Nacional de mulheres do Brasil*. A sua fundação sob o patrocínio da Liga da Defesa Nacional. No “Jornal do Comércio” de 5 de agosto de 1922, pág. 4.
- *Conselho Nacional de mulheres na Argentina*. A comunicação feita em sessão da Liga de Defesa Nacional. No “Jornal do Comércio” de 8 de agosto de 1922, págs. 3 e 4.
- *Imposto sobre a renda das profissões liberais*. (Justificação de voto no Instituto dos Advogados). No “Jornal”, Rio, de 23 de agosto de 1922, 1ª pág.
- *Imposto sobre a renda das profissões*. Idem, de 28 de agosto de 1922, 2ª pág.
- Francisco Camerino. Homenagem à memória do herói de Curupaití: discurso pronunciado por seu sobrinho neto no dia 24 de outubro de 1922 por ocasião de ser inaugurado solenemente no quartel da 2ª Companhia do 2º Regimento de Infantaria, na Vila Militar, o retrato do bravo sergipano. No “Jornal do Comércio” da 26 do citado mês, 4ª pág.

Antonio Moniz de Sousa – Filho de Domingos de Souza e Oliveira e D. Victorina Francisca Abreu Leite, nasceu no município da antiga vila de Campos pelo ano de 1782 e faleceu a 17 de setembro de 1857 em sua chácara em Santa Rosa, na cidade de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro. Revelando desde a mais tenra idade possuir vigorosa inteligência e uma força de vontade admirável, aprendeu consigo mesmo os primeiros rudimentos da língua vernácula e quando se preparava para entrar em mais sérios estudos, foi mandado por

seu pai para uma fazenda de gado, onde viu passar esterilmente o melhor tempo da adolescência.

Sentindo-se pouco afeiçoado ao trabalho rude do campo, abraçou a carreira do comércio durante quatro a cinco anos, sendo por esse tempo nomeado capitão de forasteiros, em cujo caráter teve de opor-se aos atos de despotismo de um célebre sargento-mor, que, seguido de uma quadrilha de salteadores, cometia toda a sorte de tropelias e de crimes. Terminada vitoriosamente essa luta, em que espontaneamente se empenhou para proteger seus patrícios, resolveu partir para Portugal, disposto a oferecer seus serviços militares em defesa da metrópole, então invadida em 1807 pelas tropas de Napoleão sob o comando de Junot, não conseguindo realizar o seu patriótico intento, por ter naufragado na ilha de Itamaracá, em Pernambuco. Perdidos no naufrágio os barcos recursos destinados para a longínqua viagem de além-mar, via-se forçado pela contingência das circunstâncias a renunciar o seu primeiro projeto e partir para o Rio de Janeiro em um navio, que arribara àquela ilha. Chegado ao ponto do seu novo destino, baldado de meios e inteiramente desconhecido, teve de refrear o forte antagonismo existente entre o seu temperamento irrequieto e a monótona placidez dos claustros, para fazer-se donato do convento de S. Antonio, onde, aliás, muito aproveitou, adquirindo úteis ensinamentos, que tanto lhe serviram na vida prática. Foi ali que recebeu as primeiras lições de botânica, ouvidas do sábio naturalista, Frei José Mariano da Conceição Veloso, cuja livraria muito o auxiliou nos estudos prediletos de história natural. No interesse de desvendar os segredos da ciência no seio da própria natureza, despedia-se a 25 de maio de 1812 do convento, embarcando em seguida para a Bahia, onde, depois de ter obtido licença do Conde do Arcos para viajar pelos sertões, deu começo em maio de 1817 as suas explorações, que estendeu até Sergipe, mal podendo chegar em julho de 1822 em Alagoas e no interior de Pernambuco por causa da revolução da Independência. Obrigado a regressar a Sergipe, agregou-se em março de 1822 ao Batalhão do Imperador, que, em marcha para a Bahia, ia reunir-se ao Exército pacificador, com o qual entrou na Capital daquela província em 2 de julho do mesmo ano. No fim do ano seguinte empreendeu a arriscadíssima viagem da Bahia ao Rio de Janeiro por terra, costeando o mar, viagem que levou a termo depois de ter passado por mil privações e por um sem número de ingentes perigos. Ainda posteriormente fez curiosas explorações pelo centro do Rio de Janeiro e Minas e não saciado na sua avidez de viajar tentou por último, quase setuagenário, voltar aos sertões do Norte em segunda excursão científica. Em 1850 mais se acentuou esse desejo para cuja realização chegou a dar os primeiros passos, começando por libertar os escravos que possuía em número de nove, receoso de ser surpreendido pela morte em meio das suas investigações, sem satisfazer aos nobres impulsos dos seus sentimentos humanitários. Ele entendia cumprir um dever de consciência, restituindo-lhes a liberdade, *para reparar uma clamorosa injustiça em desagravo das leis da natureza*, segundo as próprias expressões de que se serviu na petição dirigida ao Imperador, pedindo para os proteger, a fim de fazê-los cidadãos dignos da pátria. A projetada viagem não logrou realizar-se, naturalmente em razão da avançada idade do ousado sertanista, que deste então se recolheu à tranqüilidade da vida íntima, completamente afastado do convívio social, vendo correr o resto dos seus dias por entre os vestígios depauperantes da velhice e os consoladores cuidados da família.

Casado com uma senhora das cachoeiras de Macacu, no Rio de Janeiro, da qual não houve descendência, fez testamento, legando a estranhos os bens de sua modesta fortuna. Provavelmente ao falecer não existiria também em Sergipe algum membro de sua família, da qual afirma-se, fazia parte o sábio professor de direito Tobias Barreto. Sem seguros elementos para atestar os laços de consangüinidade do genial filósofo com o peregrino admirador da natureza brasileira, certo era haver entre eles perfeita afinidade intelectual na identidade de idéias e opiniões, na altivez do caráter insubmisso e ainda na rebeldia contra todos os atos de prepotência e despotismo, de onde quer que eles surgissem. Espírito emancipado dos prejuízos realistas, Moniz de Sousa, na sua linguagem despreziosa e não raras vezes

incorreta, falando ou escrevendo, não sabia recuar diante do onipotente autoritarismo daqueles tempos, quando nos seus conceitos pessimistas contra os atos da administração pública, julgava dever atingir a pessoa inviolável do imperante, a quem com a maior sobranceira e firme desassombro increpava por não promover o progresso do país e a felicidade dos brasileiros. Era assim também que se indignava o seu impetuoso conterrâneo toda a vez que lhe cabia verberar as injustiças e os arbítrios dos governos. Deste modo, dadas as diferenças do meio e do desenvolvimento da civilização ao tempo em que ambos viveram e do grau de cultura de cada um, logo transparecem os pontos salientes de perfeita homogeneidade no papel social que desempenharam, um princípio do século XIX e o outro muitos anos mais tarde. Verdadeiro apóstolo da civilização e da ciência, Moniz de Sousa impôs-se a missão de derramar o bem em torno de si e de ser útil à sua pátria, servindo de, catequista dos índios e das raças mestiças semi-selvagens do país, ao mesmo tempo que, percorrendo os nossos sertões durante 28 anos de viagens contínuas, obedecia ao seu gênio indagador e analista, estudando muitos vegetais cujas virtudes, até então desconhecidas, vieram enriquecer a medicina brasileira. Os seus estudos foram além, abrangendo um campo mais vasto de experiências e descobertas em mineralogia e zoologia, de que fez preciosas coleções, oferecidas depois ao Museu Nacional. Pena é que tão privilegiado talento, não houvesse recebido a necessária educação científica, para que pudesse ter sido tão grande notabilidade nas ciências naturais, quanto foi Tobias nos domínios da Filosofia e do direito.

Escreveu:

– *Viagem e observações de um brasileiro*, que, desejando ser útil à sua pátria, se dedicou a estudar os usos e costumes de seus patrícios, e os três reinos da natureza, em vários lugares e sertões do Brasil; oferecidas à nação brasileira. Tomo primeiro. Rio de Janeiro, 1834, 218 págs. in. 8º pg. Tip. Americana de I. P. da Costa. No fim deste livro acha-se uma breve notícia, na pág. 187 em diante, sobre a revolução do Brasil em 1821 nas províncias da Bahia, Sergipe e Alagoas. O segundo tomo não chegou a ser publicado.

– *Máximas e pensamentos praticados por Antonio Moniz de Sousa*, o homem da Natureza em suas viagens pelos sertões do Brasil desde, 1812 até 1840. Publicados por um amigo. Niterói, 1843, 56 págs. in. 12º. Tipografia Niteroiense.

– *Descobertas curiosas*, que nos reinos Vegetal, Animal e Mineral, por sítios e sertões vários das Brasilícas Províncias. Bahia, Sergipe e Alagoas, fez o capitão Antonio Moniz de Sousa e Oliveira, natural da primeira, com uma breve descrição primordial do lugar do nascimento e princípios de sua educação. Oferecidas ao Augusto Chefe da Nação Brasileira o Senhor D. Pedro Primeiro, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil. Ano de 1924, 63 págs. in. 8º. Oferecida em 1846 ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil pelo coronel Ignácio Acioli de Cerqueira e Silva. Obra inédita.

– *Petição* dirigida a S. M. I. No jornal “Filantropo” do Rio de Janeiro, número 67 de 12 de julho de 1850.

– *Tratamento* da morféia pela casca da raiz de sucupira. No “Correio Sergipense” de 8 de agosto de 1885.

Antonio da Motta Rabelo – Filho de Francisco da Motta Rabelo e D. Maria Angélica da Motta Tojal, nasceu a 24 de janeiro de 1856 em S. Cristóvão e faleceu em Aracaju a 2 de setembro de 1917.

Ainda bem não havia completado o curso de humanidades, quando principiou a vida pública aos 17 anos, como arquivista da tesouraria provincial, da qual foi posteriormente contador e Inspetor da mesma repartição com a atual denominação de Tesouro do Estado, cargo em que se aposentou a 26 de outubro de 1913. Além desses ocupou mais os cargos de 1º suplante do substituto do juiz federal, mestre interino de escrituração mercantil do Ateneu Sergipense, diretor do jornal oficial em 1911 e administrador dos Correios do Estado em

1912. Foi ainda advogado provisionado em 1908, presidente da Liga Marítima Brasileira e em 1912 comissário geral do serviço da defesa da borracha.

De residência no Estado de S. Paulo nos anos de 1892 a 1898 empregou-se como despachante na Companhia Paulista de Vias Férreas Fluviais. Colaborou por muitos anos na imprensa sergipana, onde dispendeu, talvez, maior soma de atividade do que no funcionalismo público. Periodista de espírito irrequieto por vezes sustentou pelos jornais de sua afeição, ou que redigiu, discussões calorosas e polêmicas apaixonadas. Dos seus pseudônimos fez-se mais conhecido o “Cascudo Velho”, com que assinava os artigos crítico-humorísticos sob o título “Regras e Regretas” publicados no “Jornal de Sergipe”.

Escreveu:

– *Mulher*: versos. A meu particular amigo, Alcibiades Vilas Boas. No “Jornal do Aracaju” de 21 de janeiro de 1877. É o primeiro trabalho do autor, assinado com a sigla A. M.

– *De Aracaju à Bahia* (por terra). No “Jornal de Sergipe” de 10 de novembro a 11 de dezembro de 1910 em artigos não seguidos.

– *Discurso* pronunciado a 24 de outubro de 1911 por ocasião de assumir a presidência do Estado de Sergipe o General de divisão Dr. José de Siqueira Menezes. No referido jornal de 29 do mesmo mês.

Redigiu:

– *Jornal de Sergipe*: última fase. Aracaju, 1908-1911. Nesse mesmo jornal já havia dirigido a parte editorial até junho de 1881.

Antonio Nobre de Almeida Castro, Bacharel – Descendente pela linha materna da família Carneiro Leão do Estado de Minas, de que foi um dos membros mais notáveis o estadista Marquês do Paraná, nasceu a 19 de junho de 1822 no engenho Cambão, município de Laranjeiras, do consórcio de Manuel Francisco da Cunha Nobre com D. Maria Joaquina de Leão e Castro Nobre, e faleceu a 3 de novembro de 1862 na casa de saúde do Dr. Ricord, em Paris, para onde seguira a conselho médico com a saúde profundamente alterada. Bacharel formado em 1848 pela Academia Jurídica de Olinda, exerceu com a maior distinção e competência diversas cargos públicos, a começar no ano seguinte pela promotoria da Capital de que com pouco tempo se exonerou por ter sido nomeado a 2 de março lente de geografia e história do Liceu e logo depois seu diretor. Lecionou interinamente a cadeira de retórica, foi por mais de uma vez procurador fiscal interino da Tesouraria Geral da Fazenda em 1852 e 1854, e nomeado juiz municipal e de órfãos do termo da Capela em 1856, conseguiu em 1859 ser reconduzido no mesmo lugar. Eleito deputado provincial desde 1852 em seis legislaturas consecutivas, soube honrar o mandato político, discutindo sempre com grande elevação de vistas todas as questões suscitadas no seio da Assembléia, onde as suas opiniões eram ouvidas com o respeito devido a autoridade do seu saber nas ciências em que se graduou. Bastante inteligente e de sólida cultura, gozava entre os contemporâneos os créditos de provento latinista e profundo conhecedor da língua portuguesa.

Escreveu:

– *Exposição* do estado do Liceu da Capital apresentado a 12 de novembro de 1853 ao Exmo. Presidente, Dr. Luiz Antonio Pereira Franco. Anexo ao Relatório com que o Dr. Ignácio Joaquim Barbosa abriu em 20 de abril de 1854 a sessão legislativa da Assembléia Provincial.

– *Discurso* na sessão de 14 de agosto de 1856 da Assembléia Provincial de Sergipe por ocasião da primeira discussão do projeto nº 40, autorizando o governo a mandar trasladar da Estância para o Aracaju os ossos do finado Presidente, Dr. Ignácio Joaquim Barbosa. No “Correio Sergipense” de 16 do mesmo mês.

– *Discurso* recitado no dia 19 de fevereiro de 1858 na Capela de S. Salvador por ocasião do encerramento dos restos mortais do ex-Presidente, Dr. Ignácio Joaquim Barbosa, no túmulo de mármore para este fim erigido no cemitério especial da mesma capela. Idem de

27 de fevereiro de 1858, e transcrito no folheto publicado pelo tenente coronel Domingos Mondim Pestana, e no qual se acham reunidos todos os atos e solenidades praticados antes e no momento de serem encerrados perpetuamente os ossos do fundador da nova capital.

– *Felicitação* que no dia 1º de maio de 1858 foi dirigida ao Exmo. Sr. Presidente Dr. João Dabney de Avellar Brotero pela comissão nomeada pela Assembléia Legislativa Provincial. Idem de 5 do mesmo mês.

Antonio Nogueira da Silva – Filho de outro do mesmo nome e D. Ana Amália da Silva, nasceu no sítio Poço das Pedras, em Santo Amaro, a 25 de setembro de 1863, e faleceu a 3 de fevereiro de 1889 na cidade da Parnaíba, antiga província do Piauí. Concluído o curso de preparatórios feito no Aracaju, obteve colocar-se modestamente na Tesouraria da Província como contínuo, de que dentro de pouco tempo foi destituído por questões de imprensa. Vendo-se desempregado, seguiu para o Rio de Janeiro, onde depois de aprovado em brilhante concurso entrou como oficial do corpo de Fazenda da Armada por título de 17 de fevereiro de 1878. De posse desse novo lugar, serviu na Escola de aprendizes marinheiros e foi secretário da Capitania do Porto do Aracaju, em 1879-1882; a bordo do monitor “Alagoas” estacionado em Itaqui, Rio Grande do Sul, em 1882; em 1882-1885 na Companhia de aprendizes marinheiros de Maceió, onde exerceu também as funções de secretário da Capitania do Porto; em Pernambuco em 1886 e na Parnaíba em 1887-1889. Cultivou desde muito moço a poesia lírica, deixando inéditos dois volumes, quase todos escritos em Itaqui, sob os títulos:

– *Ensaios Poéticos*.

– *Cantos do Exílio*.

Deles fazem parte as seguintes poesias:

RECORDA-TE DE MIM!

Recorda-te de mim se um dia a sorte
de novo me lançar na negra senda
de solitário exílio! Quando minh'alma, vivendo do passado imersa em mágoas, embalde
procurar a mão amiga
que a dor lhe suavize e o pranto enxugue!

Recorda-te de mim, mas nunca saibas
quanto é triste viver do lar ausente
sem alvoradas de amor, sem lenitivo
ao acerbo pungir d'agra saudade;
oh! nunca o saibas tu, qu'as dores d'alma
abrem no coração profundos sulcos!

Recorda-te de mim quando alta noite
cismares ao luar; e se a lembrança
das horas venturosas que gozamos
vier te anuviar a fronte meiga,
deixa livre correr o morno pranto,
bálsamo qu'alma tem p'ra infindas penas
e recorda-te de mim !

Aracaju, 25 de setembro de 1881. Dos Ensaios Poéticos.

SEMPRE

Se a alvorada despontando meiga
De luz colora o ondular das águas,
Se a nuvenzinha se desfaz em prantos
E a flor pendida lhe minora as mágoas

Se cantam aves no silvedo agreste,
Se o sol declina no poente em chammas.
Se a brisa amena a ciciar fagueira
De leve agita da mangueira as ramas,

Se surge a lua esplendorosa e bela
Da noite escura dissipando os véus,
E áureo manto de luzentes astros
Desdobra ativa n'amplidão dos céus.

Se a laranjeira se desata em flores
E esparge aromas de celeste odor,
Se enamorado, da viola aos trenos
No cerro canta juvenil pastor,

Se alta noite do silêncio em meio
Ouço os acordes do amoroso canto,
Ou de harpa eólia o suspirar plangente
Em notas tristes de saudoso encanto,

Nada dissipa de minh'alma as sombras,
Nada ameniza seu atroz martírio;
Sempre os espinhos de letal saudade
Lhe avivam as chagas no cruel delírio

Itaqui, 3 de abril de 1882.
Dos "Cantos do exílio".

Antonio Pancrácio de Lima Vasconcelos, Doutor – Médico sergipano nascido na Capela em fevereiro de 1820, faleceu no Rio de Janeiro a 6 de fevereiro de 1890. Filho de Antonio Pereira de Lima Vasconcelos e D. Maria Rosa Alves de Vasconcelos, recebeu em 18 de dezembro de 1851 o grau de doutor na Faculdade de Medicina da Bahia. Nomeado 2º cirurgião do corpo de saúde da armada por decreto de 20 de março 1852, serviu a princípio no Rio da Prata e depois na estação naval de Mato Grosso, onde foi elogiada pelo comandante, em vista do bom desempenho dado aos serviços a seu cargo em Corumbá e Albuquerque, já sendo então 1º tenente cirurgião em virtude da Imperial Resolução de 1 de setembro de 1858. Em 23 de junho de 1861 naufragou em Olhos D'água, costa do Estado Oriental, no vapor Paraguassu, que saíra de Montevideu com destino ao Rio de Janeiro. De 1865 a 1868 esteve na esquadra em operações no Paraguai, havendo recebido elogios em ordem do dia de 8 de fevereiro de 1867 pela correção com que se portou no reconhecimento e combate do dia 2 do dito mês contra as baterias de Curupaiti. Por decreto de 26 de março de 1868 foi reformado, mas tendo contratado os seus serviços profissionais com o governo, esteve comissionado na esquadra em operações em 1869 e no hospital de marinha em Assunção, em 1870. Desse ano a 1878 foi médico da companhia de aprendizes marinheiros da ilha da Boa Viagem, Rio, e até 1884 de novo contratado serviu em diversos navios de guerra e no corpo de imperiais marinheiros no Rio.

Escreveu:

– *De morbis gravidarum et de difficultate partus, aphorismi: theses, quas ad publice propugnandas, ipse idibus Decembris anno MDCCCLI e didit in medicina doctor.* Bahia, MDCCCLI, 9 pgs. in. 8º. Ex Epiphanii Pedrosa. Typis.

Antonio Pedro da Silva Marques, Bacharel – Filho de Pedro da Silva Marques e D. Adelina Nobre da Silva Marques, nasceu a 29 de maio de 1854 em Laranjeiras e faleceu a 9 de dezembro de 1909 na Várzea, subúrbio da capital de Pernambuco. Nessa cidade fez todo o curso de humanidades e matriculou-se na Faculdade de Direito, recebendo em 1877 o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Iniciou a carreira pública em 1878 na promotoria da comarca de Amargosa, na Bahia, de que se exonerou um ano depois, por ter sido nomeado em outubro de 1879 juiz municipal e de órfãos do termo de Belém do Descalvado em S. Paulo. Tendo pedido demissão desse lugar antes de completar o segundo ano do quadriênio, voltou a ocupar cargo idêntico em 1882 no termo do Socorro, em Sergipe, nele reconduzido em 1886 e em outubro do mesmo ano removido para o de Caruaru, em Pernambuco. Desde então até falecer residia sempre naquele Estado, onde se elevou aos mais altos cargos judiciários e políticos, cercado do merecido conceito a que se impôs, quer como juiz reto e ilustrado, quer como um dos mais prestigiosos chefes do partido republicano estadual. Foi juiz de direito da comarca do Brejo da Madre de Deus, nomeado por decreto de 24 de novembro de 1888, e posteriormente das do Limoeiro e Caruaru. Na Repartição da polícia sob sua direção desde 31 de março de 1896 a agosto de 1899 revelou qualidades apreciáveis de administrador, organizando interessante estatística criminal e promovendo a criação de colônias correccionais e outros importantes melhoramentos. Desempenhava então os encargos da sua árdua comissão, quando a 8 de agosto de 1898 o Governo do Estado o distinguiu com a nomeação de desembargador do Superior Tribunal de Justiça, em cujo lugar foi aposentado mais tarde, por ato de 5 de abril de 1906. Eleito vice-governador em 7 de dezembro de 1899 para o período de 1900-1904, nesse caráter presidia os trabalhos do senado estadual. No seu 5º ano acadêmico Sergipe o elegeu deputado provincial no biênio de 1878-1879 e em 1908 fê-lo deputado federal na legislatura de 1909-1911, havendo comparecido apenas a poucas sessões do primeiro ano legislativo. Representou ainda sua terra natal na 2ª Conferência Açucareira do Brasil efetuada no Recife a 14 de março de 1905. Membro do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, foi honrado pelos seus consórcios com a eleição de 1º vice-presidente daquela notável agremiação de homens de letras. O Almanaque de Pernambuco para 1903 publicou nas suas primeiras páginas os traços biográficos do ilustre sergipano, escritas pelo Dr. Mário Freire, nos quais pôs em relevo os predicados morais do magistrado e do político, os inestimáveis serviços por ele prestados com a maior dedicação à causa pública.

Escreveu:

– *Relatórios* coma chefe de Polícia do Estado de Pernambuco.

– *Relatório* apresentado ao Presidente de Sergipe pelo representante do mesmo Estado na 2ª Conferência Açucareira do Brasil, reunida na cidade do Recife. No “O Estado de Sergipe” de 20 a 23 de maio de 1905. Cedo começou a escrever para a imprensa periódica, colaborando em 1874 na revista “Congresso Literário” editada no Recife, ainda na fase acadêmica, e depois de formado, nos jornais políticos do Aracaju, “O Americano” em 1877 e “Gazeta do Aracaju” em 1879.

– *Discurso* pronunciado na Assembléia Provincial de Sergipe na sessão de 18 de março de 1879. No “Jornal de Sergipe”, Aracaju, de 17 de abril seguinte.

– *Discurso* pronunciado na sessão solene da inauguração do retrato do Dr. F. A. Pereira da Costa, em 20 de junho de 1802, pelo 1º Vice-Presidente do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Na “Revista do Instituto”, vol. X, págs. 336 e 338. Fundou com os seus colegas Francisco de Assis Rosa e Silva e José Marcelino da Rasa e Silva:

– *A Luta*: periódico científico e literário. Publicação três vezes por mês. Pernambuco, 1875, in. fol. peq.

Antonio Porfírio de Brito – Filho de outro do mesmo nome e D. Maria José de Brito, nasceu a 23 de março de 1884 em Canindé, município do Porto da Folha. Dedicou-se ao comércio e nas horas vagas às letras amenas. Tem colaborado no “O Lutador”, “O Nacional”, “O Monitor”, “A Semana”, “O Penedo” e “O Norte” de Propriá, e “A Idéia” de Pão de Açúcar desde 1905. Nos seus artigos para a imprensa, quando não os assinava com o próprio nome, substituiu-o pelos pseudônimos *Ramero Jaguaré*, *Mero*, *Paulo Cangerana* e *Paulo Beroba*.

Escreveu:

- *Rebentos*: fantasias. Penedo, 1908, 54 págs. in. 8º. Nas Artes Gráficas de J. Amorim.
- *Cartas do Sertão*: artigo no “O Lutador” Penedo, 1910.
- *Cobras no Sertão*: artigo no “O Penedo”.
- *O Amor de Leonor* ou *Casamento por ambição*: Drama. Inédito.
- *Flores da primavera*: prosa. Inédito.
- *O Mártir*: ligeiro romance. Inédito.

Antonio do Rego Travassos, Doutor – Filho de Cassiano do Rego Travassos e D. Florinda Magdalena de Jesus Travassos, nasceu a 17 de fevereiro de 1859 na vila de Japarutuba e faleceu em junho de 1885 na cidade de Passos, Estado de Minas.

Os poucos recursos de que a princípio dispunha, trouxeram-lhe grandes tropeços na carreira das letras, que sempre desejou seguir, de modo que tendo começado a vida como simples tipógrafo, lutou com imensas dificuldades durante o curso acadêmico, relativamente minoradas depois que conseguiu fazer-se explicador de anatomia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na qual recebeu o grau de doutor em 22 de dezembro de 1882, tendo sido aprovado com distinção na tese que sustentou. Sua clínica médica de poucos anos foi toda feita em Minas Gerais, em Três Corações do Rio Verde e em Passos. Dado ao comércio das musas, deixou inéditas todas as suas produções poéticas.

Escreveu:

– *Da influência do curativo de Lister nas septicemias cirúrgicas*: dissertação. Proposições. Seção de ciências acessórias – Dos alcalóides cadavéricos ou ptomainas de Selmi. Seção de ciências cirúrgicas – Do coração. Seção de ciências médicas – Vias de absorção dos medicamentos. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 25 de setembro de 1882 para ser sustentada por... a fim de obter o grau de doutor em medicina. Rio de Janeiro, 1882, 118 págs. in. 8º. Tipografia de José Dias da Oliveira.

Antonio Ribeiro Pacheco d’Ávila, Bacharel – Filho de Francisca Pacheco d’Ávila e D. Maria Joaquina Ribeiro de Jesus d’Ávila, nasceu a 13 de junho de 1841 na Estância e faleceu a 2 de fevereiro de 1924 na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais. Começados seus estudos na cidade natal, foi terminá-los no Recife, em cuja Faculdade de Direito recebeu o grau de bacharel no dia 21 de novembro de 1856.

Preparado assim para a vida pública, exerceu nos anos de 1867 a 1878 diversos cargos da Justiça na outrora província da Bahia, como fossem: promotor público das comarcas de Monte Santo e Conde e juiz municipal dos termos de Chique Chique e Remanso. Feito o seu quadriênio partiu para o Estado de Minas, onde por algum tempo deu-se à advocacia, que deixou em 1880 por ter sido nomeado promotor público da comarca de Pouso Alto removido logo após para a de Cristina, de que se exonerou para entregar-se mais uma vez às lidas da advocacia nessa última cidade e na de Baependi. Em 1891 com o advento da República, tornou a entrar para a magistratura como juiz municipal de Cristina, sendo nomeado no ano seguinte juiz de direito da comarca de Minas Novas, removido, a pedido, em 1895 para a de

Bocaiúva e em 1901 para a de Abreu Campo, na qual funcionou até 30 de março de 1913, quando se aposentou. Não pequena foi a sua contribuição para a imprensa mineira, colaborando nos periódicos “Cristina”, “Diamantina”, “Caratinga” das cidades destes nomes, “Montanhês” de Abreu Campo e “O Fanal” de Caratinga, usando em alguns dos seus artigos o pseudônimo *Gracchus* quando não os assinava com o cognome Ávila. Em Caratinga escreveu uma série de artigos era favor do hospital de N. S. Auxiliadora, que então se construía sob sua direção, e no “Fanal” outra série, demonstrando a necessidade da criação de um bispado com sede naquela cidade.

Escreveu:

– *Reivindicação da fazenda “Cachoeirinha”*. Razões finais. A. A.

– Hipólito José de Andrade e sua mulher. Réus. Herdeiros do finado major Luiz Joaquim Nogueira de Meireles Cobra. Baependi. S. Paulo, 1886, 60 págs. in. 8º. Tip. Barnel, Pauperis & C.

Redigiu:

– *Pouso Alto*. Pouso Alto, 1882-1884.

– *A Cruzada*. Abreu Campo, 1909-1911.

Antonio Rodrigues de Souza Brandão, Doutor – Filho do professor José Domingues de Souza Brandão e sua mulher, D. Ana do Sacramento, nasceu na Cidade de São Cristóvão a 27 de julho de 1831 e faleceu no Aracaju, a 3 de abril de 1903. Estudou humanidades no antigo Liceu da Cidade natal, onde, concluído o respectivo curso, foi professor público do ensino elementar. Tendo a Assembléia Legislativa autorizado ao Presidente da Província, ex-vi da Resolução nº 305 de 15-de fevereiro de 1851, a conceder-lhe licença para estudar medicina, seguiu para a capital da Bahia e ali se doutorou em 12 de dezembro de 1856. De posse do diploma científico, fez sua clínica no Rio de Janeiro, Espírito Santo e nas cidades de Laranjeiras e Aracaju, distinguindo-se principalmente no delicado ramo da obstetrícia, em que se tornou habilíssimo especialista. Exerceu também cargos públicos e de eleição, como: secretário do governo, 1858; comissário vacinador, 1865; diretor da instrução pública, de que pediu demissão por ser incompatível com o lugar de professor de gramática de língua nacional e história do Brasil do Liceu; 1º vice-presidente, em 1866, e deputado provincial na legislatura de 1866-1867 na ex-província do Espírito Santo; inspetor do distrito literário de Laranjeiras por nomeação de 11 de junho de 1868; diretor geral do ensino público em 1883-1885; deputado provincial 1880-1881; inspetor de saúde dos portos de Sergipe por decreto de 14 de julho de 1887; e médico do Hospital de Caridade em Aracaju. Pelos bons serviços prestados no Espírito Santo o Governo Imperial o condecorou com o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo. Colaborou em várias jornais do Espírito Santo e Sergipe.

Escreveu:

– *Influência da qualidade da alimentação sobre a saúde*: dissertação. Proposições. Seção médica – Quais as causas da diatese purulenta? Poderá confundir-se esta com a febre ética? Seção cirúrgica – Fermentação em geral. Tese que pretende sustentar perante a Faculdade de Medicina da Bahia para o doutorado em medicina em dezembro de 1866. Bahia, 1856, 11 págs. in. Tip. de Camilo de Lellis Masson & C.

– *Relatório* apresentado em 20 de fevereiro de 1884 ao Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco de Gouvea Cunha Barreto pelo Diretor Geral do Ensino Público. Anexo ao Relatório com que o mesmo Presidente abria a 1ª sessão da 25ª legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe em 2 de março de 1884. 30 págs. in. 8º.

– *O Dr. Brandão ao vigário da freguesia padre Olímpio*. No “Eco Liberal” de 25 de maio da 1884.

Antonio dos Santos Cabral, D. – Filho de outro do mesmo nome e D. Amália da Glória Cabral, nasceu em Propriá a 8 de outubro de 1884. Em fevereiro de 1899 internou-se

no Seminário arquiepiscopal da Bahia, onde fez todo o curso, recebendo a tonsura clerical em 1904 e um ano depois as ordens menores. Em 1906 foram-lhe conferidas as de subdiácono e de diácono e as últimas ordens, presbiterado, em 1º de novembro de 1907. Era ainda tonsurado, quando pregou em Propriá o seu primeiro sermão em novembro de 1904 na festa de Santa Cecília. Depois de ordenado, regressou à cidade natal, onde cantou em 24 de novembro de 1907 a primeira missa na mesma igreja matriz em que foi batizado. Em janeiro de 1908 assumiu a vigararia de Propriá como coadjutor do Cônego Rosa Passos, a quem, por ter falecido, sucedeu na direção da freguesia a 17 de março do mesmo ano. Como vigário recebeu o canonicato a 4 de agosto de 1912, por cujo motivo passou a ocupar o lugar de primeiro presbítero no Cabido da catedral de Aracaju, sendo-lhe outorgadas nesse mesmo ano as insígnias de Monsenhor. Reverenciado pelos fiéis da sua freguesia sentia-se feliz em promover o bem da Igreja e de seus paroquianos por atos de religião e caridade, quando, em meio de suas lides apostólicas, foi nomeado por Breve Pontifício de 1º de setembro de 1917 bispo de Natal, Rio Grande do Norte, como sucessor de D. Joaquim Antonio de Almeida, 1º bispo daquela diocese. Sagrado bispo na catedral metropolitana da Capital Federal pelo Cardeal Arcoverde a 14 de abril de 1918, fez sua entrada solene na diocese e tomou posse do bispado a 30 de maio seguinte. Elevado à dignidade de príncipe da Igreja Católica, mais se afervorou no culto das coisas sagradas, intimamente compenetrado das múltiplas responsabilidades do episcopado sob sua jurisdição. Zeloso obreiro da vinha do Senhor, não somente obedecia aos deveres do ministério espiritual, como até se comprazia em tomar a defesa dos interesses materiais dos seus diocesanos, esforçando-se pelo restabelecimento da linha da navegação do Lloyd Brasileiro para os pequenos portos do Estado, como também pelo restabelecimento da Estrada de Ferro de Mossoró, pela fundação da “Escola do Comércio”, inaugurada em Natal a 8 de setembro de 1919; o “Instituto de Proteção às Moças Solteiras” no mesmo ano; o “Curso Comercial Feminino” e a “Sociedade Propagadora do Ensino Popular” em 1920. Devotado à prática das virtudes cristãs e incansável na realização de boas obras, deve-se ainda à sua iniciativa, efetuada no período de julho de 1918 a fevereiro de 1922, a criação da “Congregação Mariana de Moços” e o “Círculo de Operárias Católicas” em 1918; o “Dia da Boa Imprensa”, instituído em 18 de janeiro de 1919; o “Seminário de S. Pedro” fundado a 15 de fevereiro de 1919, tendo iniciado o curso teológico em 9 de fevereiro de 1931; o “Boletim de Natal”, órgão oficial da Diocese, fundado em março de 1919; o “Pão de S. Antonio”, fundado em 13 de junho de 1920; a “Comissão Central das Obras da Nova Catedral” organizada em 27 do mesmo mês; criou na Diocese oito novas paróquias e fundou em várias épocas diversas associações religiosas e trinta escolas paroquiais. A sua missão na diocese de Natal tinha de terminar por força de um ato emanado da Santa Sé, facultando-lhe o ensejo de desenvolver em outro Estado as qualidades criadoras das mais úteis iniciativas, com que o dotou a natureza. S. S. o Papa Benedito XV, conhecedor das revelações do seu amor ao trabalho e eminente espírito organizador, reunido o Consistório em Roma a 21 de novembro de 1921, o transferiu para a nova diocese de Belo Horizonte, onde continua a prosseguir no piedoso roteiro do seu santo apostolado.

Elevado a Arcebispo da mesma Diocese em 1º de fevereiro de 1924, é o primeiro sacerdote sergipano que ocupa tão alta dignidade.

Escreveu:

– *Carta Pastoral do bispo de Natal saudando os seus diocesanos*. Petrópolis, 1918, 66 págs. in. 8º. Tipografia das Vozes de Petrópolis. Transcrita a começar do nº de 16 de junho do citado ano da “A Cruzada”, órgão oficial da Diocese de Aracaju.

– *Carta Pastoral do 1º bispo de Belo Horizonte saudando os seus diocesanos*. Rio de Janeiro, 1922, 42 págs. in. 8º. Heitor Ribeiro & C.

Antonio dos Santos Jacintho, Doutor – Filho de João Antonio dos Santos Jacintho e D. Maria Benta; nasceu na cidade de Laranjeiras a 3 de maio de 1827 e faleceu a 29 de janeiro

de 1906 na sua fazenda Boa Fé, no Estado do Maranhão, onde sempre residiu, desde que recebeu o grau de doutor em medicina pela Faculdade da Bahia a 18 de dezembro de 1852. Reputado entre os seus condiscípulos como, um dos estudantes mais inteligentes da Faculdade, deu disso sobejas provas nos brilhantes exames a que se submeteu durante o tirocínio acadêmico. Conhecendo profundamente o latim, escreveu nesta língua sua tese de doutoramento, que versou sobre as doutrinas vitalistas em confronto com as organicistas. Foi no Maranhão médico da misericórdia, comissário vacinador e por muitos anos inspetor da instrução pública. Colaborou na “Civilização”, jornal católico da Capital daquela ex-província, em cujas colunas publicou em 1884, sob o pseudônimo de *Loyola*, brilhantes artigos, por ocasião da luta sustentada entre os padres maranhenses e o notável publicista sergipano, Tobias Barreto. A imprensa do Rio, dando notícia do seu falecimento, disse ter sido ele um dos espíritos mais cultos do Estado em que viveu e que, médico de grande saber, mantinha correspondência ativa com celebridades européias, mas fugia de aparecer devido à sua excessiva modéstia. Não é de sua autoria o livro que lhe atribui o “Dicionário Bibliográfico Brasileiro” pois apenas escreveu o seguinte:

– *Ultra vera, vitalis an organica doctrina? Dissertatio inauguralis, quam una cum thesibus, ad summos doctoris in medicina honores rite obtinendos jubente lege, scripsit; et coram illustri soteropolitana facultate medicina, sub proesidio Meritissimi Doctoris Joachim a Sousa Velho publice propugnavit..... idibus Decembri salutis anno M.D.C.C.C.L.I.I. Bahia, XXXIII in. VIII. Tipis Oliveira e Galvão.*

Antonio de S. Camilo de Lellis, Frei – Filho do coronel Francisco Felix de Carvalho e D. Lourença de Oliveira Carvalho, nasceu na então vila de Propriá a 10 de agosto de 1820 e faleceu a 2 de novembro de 1904 no convento franciscano da cidade do Penedo. Sentindo-se com irresistível vocação para o estado religioso, bem jovem ainda foi mandado por seus pais para a capital da Bahia, onde entrou na primeira Ordem Franciscana, cujas aulas freqüentou com muito aproveitamento.

Terminado o seu noviciado, recebeu o hábito de religioso professo, sendo logo utilizadas as suas aptidões nos importantes cargos de leitor de teologia, guardião de vários conventos, em seguida, e provincial da província franciscana do Norte. Nesta qualidade muito se esforçou pela reorganização da sua Ordem, que estava decadente, como todas as Ordens religiosas do Brasil, vendo-a depois florescer com o concurso dos frades alemães, os quais têm contribuído eficazmente para a restauração da maior parte dos conventos existentes no Norte e Sul do País. Provetto educador da mocidade, regeu no Seminário de Olinda as cadeiras de latim e francês, depois da reforma daquele estabelecimento de ensino, efetuada pelo falecido bispo, D. João da Purificação Marques Perdigão. Apaixonado cultor da música e orador festejado, a sua palavra assumia toda a autoridade de grande mestre da ciência, quando, com a elevação de um profundo teólogo, doutrinava sobre os mais delicados assuntos da Igreja. Infelizmente ficaram inéditos todos os seus *Sermões*, muitos dos quais foram legados ao seu sobrinho, Monsenhor Manuel Antonio da Silva Lessa, residente em Maceió.

Escreveu mais:

– *Ofício* dirigido a S. Ex. Revma. Marquês do Monte Pascoal, Arcebispo da Bahia. No “Monitor Católico”, Bahia, de 15 de julho de 1888.

Antonio Sebastião Basílio Pirrho, General – Filho do coronel de engenheiros, Sebastião José Basílio Pirrho, e D. Maria Vitória Pinheiro Pirrho, ambos falecidos, nasceu a 29 de janeiro de 1852 no povoado Barra dos Coqueiros, naquele tempo pertencente ao município de Santo Amaro e hoje ao de Aracaju. Com praça no Exército verificada a 2 de julho de 1875, fez na Escola Militar o curso da arma de Infantaria, concluído em 1881 e nesse mesmo ano promovido a alferes. A essa seguiram-se as promoções de tenente em 1887 e de capitão em 1890, ambas por estudos; de major em 1897 por merecimento, tenente coronel em

1906 por antiguidade, coronel em 1909 por merecimento e nesse posto reformado compulsoriamente a 9 de janeiro de 1918 com as honras de general de divisão graduado. Rigoroso cumpridor dos deveres de militar e de cidadão, prestou ao país serviços de inapreciável valor e desempenhou as mais honrosas comissões. Em 1887, tendo sob seu comando um contingente militar, acompanhou com destino ao Estado do Paraná a comissão brasileira de limites com a República Argentina, chefiada pelo barão de Capanema, que o nomeou auxiliar técnico da turma exploradora dos rios Chopim e Iguassu e depois como explorador do rio Jangada. Na revolta da esquadra em 6 de setembro de 1893 defendeu vários pontos do litoral da capital da União contra as tentativas de desembarque dos revoltosos, transferindo-se em fevereiro de 1894 para Niterói em reforço às tropas em operações estacionando ali até o fim do movimento sedicioso. Em 15 de julho de 1897 partiu para Canudos e em 1901 para Mato Grosso por ocasião da revolução “Ponce”. Em 1912 foi designado para comandar as forças em operações em Irani, no Contestado. Por tantos atos de dedicação patriótica fez jus à condecoração do hábito de Aviz e a medalha de ouro do mérito militar, que lhe ornou o peito. Quando alferes, após paciente estudo e repetidas experiências, inventou um aparelho para o tiro ao alvo, que, bem tarde sendo então major, foi mandado adotar no Exército com a denominação de “Mesa de Pontaria Pirrho”.

Colaborou anonimamente em alguns jornais sobre assuntos de administração militar e especialmente na “Revista Militar” do Rio, na qual escreveu:

- *Na fronteira*: série de artigos no volume 6, de junho de 1904, págs. 281 a 287.
- *Descrição*, composição e funcionamento do aparelho de tiro ao alvo de sua invenção. Trabalho inédito em tempo apresentado ao Ministério da Guerra.

Antonio Serafim de Almeida Vieira, Doutor – Filho do tenente Guilherme José Vieira e D. Carlota Rosa do Amor Divino Vieira, nasceu a 17 de novembro de 1839 no engenho Quiti, município da Capela, e faleceu a 27 de março de 1913 em Divina Pastora. Estudou medicina e farmácia na Faculdade da Bahia, tendo recebido o diploma de farmacêutico em fins de 1856 e o grau de doutor a 30 de novembro de 1867. Clinicou na Capela, Propriá e Divina Pastora, de cujo município foi o primeiro intendente de nomeação do Governo, após a proclamação da República, tendo exercido mais outros cargos como o de juiz municipal suplente, delegado de higiene, na mesma localidade.

Escreveu:

– Afecções carbunculosas: dissertação. Proposições. Seção de Ciências Cirúrgicas – Convirá sangrar a mulher durante a prenhez? No caso afirmativo, qual a época conveniente? Seção de Ciências Acessórias – Extratos em geral. Seção de Ciências Médicas – Ópio, sua ação fisiológica e terapêutica. Tese apresentada para ser sustentada em novembro de 1867 por... farmacêutico por esta Faculdade, para obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1867, 36 págs. In. 8°. Tip. Conservadora.

– *Varíola e vacina*. Rio de Janeiro, 1878, 32 págs. in. 8°. pg. Tipografia do “Jornal do Povo”.

Antonio da Silva Daltro, Doutor – Filho do capitão Antonio Agostinho da Silva Daltro e D. Eugênia Maria da Silva. Daltro, nasceu a 25 de novembro de 1833 no município do Socorro e faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 9 de novembro de 1888. Doutor em medicina graduado em 18 de dezembro de 1852, na Faculdade da Bahia, pertenceu ao corpo de saúde do Exército, depois de ter exercido a clínica na província natal juntamente com os cargos de deputado provincial na legislatura de 1854-55, de médico contratado da enfermaria militar do Hospital de Caridade da cidade de S. Cristóvão, por ato do presidente datado de 23 de março de 1859, delegado fiscal da Repartição especial das terras publicas, extinta por decreto de 14 de abril de 1860. Nomeado a 2 de dezembro desse ano tenente 2º cirurgião, serviu em Sergipe até novembro de 1861, em que foi transferido para o Rio Grande do Sul.

Tendo sido graduado em 1865 capitão 1º cirurgião com ordem de reunir-se ao Exército em operação no sul do Império, assistiu ao assédio e capitulação de Uruguaiana em setembro do mesmo ano. Por decreto de 3 de março de 1867 o governo imperial confirmou-o naquele posto, agraciando-o a 3 de setembro seguinte com o grau de cavaleiro da ordem de Cristo e com o mesmo grau da Ordem da Rosa, por decreto de 14 de março de 1867 pelos relevantes serviços prestados à pátria. Em 1869 seguiu de Humaitá para a Assunção, onde, terminada a guerra, passou a servir na divisão brasileira estacionada naquela República. Dispensado, a seu pedido, do serviço militar, por decreto de 10 de julho de 1873, fixou residência no Rio de Janeiro, onde ocupava, quando faleceu, o lugar de delegado da inspetoria de higiene, era exercido na freguesia da Gávea.

Escreveu:

– *Duas palavras acerca das obras de medicina escritas ao alcance de todos*. Tese apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia, no dia 4 de dezembro de 1852, para obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1852, 21 págs. in. 8º. Tip. de Epifânio Pedroza.

Antonio Teixeira Fontes, Desembargador – Filho de Teófilo Martins Fontes e D. Inez Maria Teixeira, nasceu a 15 de maio de 1864 em Itaporanga. Aluno da primeira turma da Escola Normal de Aracaju diplomou-se em novembro de 1872 e em 1887 bacharelou-se na Faculdade de Direito do Recife. Exerceu por alguns anos o magistério público primário e posteriormente os cargos de promotor público, juiz municipal, juiz de direito, chefe de polícia interino em 1901-1905 e desembargador da Relação do Estado por decreto de 25 de outubro de 1904, cargo em que encerrou a vida pública, aposentando-se em 20 de outubro de 1908. Foi deputado estadual em uma legislatura e intendente municipal no biênio de 1910-1911; membro do Conselho Municipal e seu presidente no biênio de 1912-1913, reeleito para o triênio de 1914-1916. De 1873 a 1904 colaborou em diversos jornais de Aracaju, subscrevendo alguns dos seus artigos com os pseudônimos *Evandro*, *Ceoranni*, *Tenísio* e outros. Na Capital Federal representou o Estado como Delegado à Exposição Nacional inaugurada em 1908. Pertenceu ao extinto “Gabinete Literário Sergipano”, ao Clube União Caixeiral da Estância, de que era sócio benemérito, e foi um dos fundadores do “Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe”.

Escreveu:

– *Musa do desvio*. Com esta epígrafe publicou na “Folha de Sergipe” de 1908 numerosos artigos em verso com a assinatura de *Dr. Vargas*.

– *Cartas de Sergipe ao Rio*. A primeira foi publicada no referido jornal de 9 de agosto de 1908 sob a sigla T. F., seguindo-se outras durante o tempo que o autor permaneceu na Capital Federal.

– *Relatório* apresentado ao Presidente do Estado, desembargador Guilherme de Souza Campos, a 16 de outubro de 1908 pelo Delegado ao 2º Congresso Nacional de Agricultura, reunido no Rio de Janeiro. No “O Estado de Sergipe” do dia seguinte.

– *Sergipe intelectual*. Na “Folha de Sergipe”, Aracaju, de 28 de julho de 1910. Sob o pseudônimo de Emílio d’Al.

– *Domingo de Passos*. Na “Folha de Sergipe” de 16 de março de 1911. Sob o mesmo pseudônimo.

– *Domingo de Ramos*. No citado jornal de 9 de abril e com o mesmo pseudônimo.

– *O mês de Maria na Catedral*. No mesmo jornal de 5 de junho de 1914. Sob o pseudônimo de Emílio d’Al.

– *Discurso* pronunciado por ocasião de ser franqueado ao público o salão destinado a leitura e intitulado “Felisbelo Freire”, do edifício da Biblioteca Pública inaugurado no dia 14 de julho de 1914 em Aracaju. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 24 do mesmo mês.

– *Discurso* pronunciado pelo presidente da Comissão “Olímpio Campos”, por ocasião de ser inaugurada a estátua ereta ao Monsenhor, na praça Benjamim Constant, aos 26 de julho de 1916. No “Jornal do Povo”, Aracaju, de 29 do mesmo mês.

– *Discurso* pronunciado na sessão solene do dia 7 de setembro de 1917 por ocasião da inauguração do retrato do Dr. Manuel dos Passos de Oliveira Teles no salão do “Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe”. No “Diário da Manhã” de 13 do referido mês.

► *Data de morte: 15 de maio de 1935, em Aracaju (SE).*

Aprígio Antero da Costa Andrade, Doutor – Filho do vigário Antonio da Costa Andrade e D. Manuela Martinha Fontes, nasceu a 3 de dezembro de 1852 em Simão Dias e faleceu a 7 de janeiro de 1892 em Teresina, capital do Estado do Piauí. Doutor pela Faculdade de Medicina da Bahia, onde recebeu o grau científico em 1880. Com praça no Corpo de Saúde do Exército a 17 de maio de 1881, chegou a ser promovido, por merecimento, a capitão 1º cirurgião a 5 de março de 1890. Serviu na Comissão estratégica do Estado do Paraná e na guarnição do Piauí.

Escreveu:

– *Hemorragias puerperais*: dissertação. Proposições. Seção Médica – Do beribéri e seu tratamento. Seção cirúrgica – Operação cesariana. Seção Acessória – Qual o melhor processo para a preparação dos vinhos medicinais? Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia para ser publicamente sustentada em novembro de 1880, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1880, 58 págs. in. 8º. Tip. de Lopes Velloso & C.

Apulchro Motta, outrora Apulchro da Motta Rebelo – Filho de Francisco da Mota Rebello e D. Maria Angélica da Motta Tojal, nasceu em S. Cristóvão a 7 de outubro de 1857 e faleceu em Aracaju à primeira hora do dia 25 de fevereiro de 1924. Fez quase todos os estudos de humanidades no Ateneu Sergipense, concluídos os quais seguiu a carreira da Fazenda a começar em 1879 como 2º escriturário da Alfândega de Aracaju, da qual foi tesoureiro interino em 1881. Nomeado em 1882 1º escriturário da Tesouraria Geral ocupou interinamente os cargos de procurador fiscal em 1883, inspetor da alfândega em 1894 e em dezembro do mesmo ano inspetor da Alfândega da Vitória no Espírito Santo. Depois de ter abandonado a carreira, na qual encetou a vida pública, exerceu vários cargos estaduais, já tendo sido antes secretário do Estado no governo do Coronel Vicente Ribeiro em 1891. Por duas vezes secretário do governo, em novembro de 1896 e em março de 1898, passou a ser secretário geral do Estado em 8 de julho desse último ano na presidência do doutor Martinho Garcez. Pouco tempo demorou nesse lugar, de que se exonerou, uma vez verificada sua eleição de deputado no último ano da legislatura de 1898-1899. Tendo o Dr. Martinho Garcez renunciado à presidência, coube-lhe assumir no caráter de Presidente da Assembléia o governo do Estado, em que se manteve de 14 de agosto a 24 de outubro de 1899, quando se empossou o monsenhor Olímpio Campos. Procedendo-se nesse ano a renovação dos representantes dos poderes legislativo e executivo, foi eleito vice-presidente do Estado para o triênio de 1900-1902. Como jornalista é longa a história de sua vida na imprensa de Sergipe. A princípio revisor de provas e autor de ligeiros artigos para os noticiários, começou a escrever no “Jornal de Sergipe” e em continuação no “Eco Liberal” e nos que fundou e redigiu. Espírito de lutador, como seu irmão Antonio Motta, e, como ele, ardorosa nas pugnas jornalísticas, revidava as provocações ofensivas com brusca energia, sem poupar o adversário no terreno das represálias.

Era sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e escreveu:

– *O meu crime*. Na. “A Reforma” Aracaju, de 3 de julho de 1887.

– *O desfalque da Tesouraria de Fazenda*. Idem, de 30 de agosto de 1889.

– *José de Faro*: elogio fúnebre. Idem, de 6 de outubro do referido mês.

– *Explicações*: artigo em que o autor descreve sua vida na Imprensa. Na “Gazeta de Sergipe”, Aracaju, de 25 de março de 1890.

– *Memorial* sobre os cargos ocupados até 27 de dezembro de 1889. No “O Republicano”, Aracaju, de 27 de abril de 1890.

– *Relatório* dos negócios do Estado de Sergipe apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Daniel Campos pelo Secretário Geral do Estado em 20 de setembro de 1898. Aracaju 1899, 98 págs. in. 8º pg. Tip. do “O Estado de Sergipe”. Neste vol. encontra-se apenas um curto ofício do autor acompanhado de diversos “Relatórios” de outros funcionários.

– *Mensagem* apresentada a Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado por ocasião da instalação da 2ª sessão ordinária da 5ª legislatura, em 7 de setembro de 1899. No “O Estado de Sergipe” de 10 do mesmo mês. Publicada depois em vol. de 10 págs. in. 8º pg. na mesma Tipografia do “O Estado”.

Redigiu com outros:

– *A Reforma*: órgão do partido liberal. Aracaju, 1887-1889. A princípio redigido pelo bacharel Gumerindo Bessa, passou a ser de propriedade e direção desse autor a datar de 1888 em diante. De 21 de julho a 29 de dezembro de 1889 publicou os atos do governo da Província, de que era o órgão oficial.

– *Gazeta de Sergipe*: folha diária. Aracaju, 1890-1896. Foi o primeiro jornal, sergipano que se imprimiu na máquina rotativa de Marinoni.

– *Diário da Manhã*: jornal para todos. Aracaju, 1911-1924. Depois de dois anos de interrupção reapareceu em 1922.

Aranha Dantas – Vide Manoel Ladislao Aranha Dantas.

Archibaldo Ribeiro, Padre – Filho de Domingos Alves Ribeiro e D. Arabela Cotias de Assunção Ribeiro, nasceu na Estância a 6 de maio de 1888 e faleceu na Capital Federal a 3 de dezembro de 1918.

Fez o curso de humanidades no seminário arquiépiscopal da Bahia, completando na Universidade Gregoriana de Roma e na Universidade de Paris seus estudos superiores. Concluídos eles, voltou da Europa nos princípios de 1913, sendo logo nomeado vigário encomendado da freguesia da Conceição da Praia, na Capital da Bahia. Nesse mesmo ano passou a ocupar o cargo de secretário particular do Dr. Duarte Leopoldo da Silva, Arcebispo Metropolitano de S. Paulo, e de março de 1916 até pouco antes de falecer desempenhou as funções eclesiásticas de Cura da Catedral da diocese de Ribeirão Preto, no mesmo Estado. Em 1918 fez a última visita aos seus progenitores em Sergipe, de onde em regresso para o Sul embarcou em agosto com destino à Capital Federal, efetuando no prosseguimento da viagem o propósito, de antemão manifestado aos seus íntimos, de abandonar as vestes sacerdotais; e assim o fez, atirando ao mar a batina, poucas horas após a saída do porto da Bahia. No intuito de justificar esse seu ato, consta que se preparava para dar a publicidade um livro sob o título *Porque deixei de ser Padre*, expondo os motivos que o levaram a abjurar a religião católica. Chegado à Capital Federal entrou para o jornalismo, como um dos redatores do “O Imparcial”, sendo em seguida admitido entre os membros da “Associação Brasileira da Imprensa”, de que foi diretor. Muito antes de exhibir-se na imprensa carioca, colaborou na “A Cidade” de Ribeirão Preto, Estado de S. Paulo, e no “Diário da Manhã”, de Aracaju. Operada a radical transformação nas doutrinas religiosas e filosóficas, que até então professara, enveredou por outros caminhos em busca de novos ideais, cedendo por fim às suas tendências para o espiritismo, cuja doutrina abraçou, filiando-se a uma Associação Espírita da Capital Federal.

Moço cheio de vida e na perspectiva de um futuro brilhante pela sua superioridade intelectual, certamente lhe estaria reservado um lugar de distinção entre os homens de letras do país, se tão cedo não tivesse sido ceifado pela morte.

Escreveu:

- *Flor Exótica*: romance do escritor J. M. Rivas Groot. Edição ilustrada. Trad. Tours, sem data da publicação, mas impressa em 1911, 111 págs. in. 12º. Maison A. Mame et Fils.
- *As Maravilhas de Lourdes à face da ciência e da História*. Com gravuras. Paris, 1912, 300 págs. in. 8º pg. Librairie Saint-Josef. Tobia et Simonet, Libraires – Editeurs.
- Ecos de Paris: série de cartas escritas da Capital francesa para o “Diário da Manhã”, de Aracaju a começar do número de 21 de maio de 1912.
- *A Gruta de Massabieille*: O milagre de Maria e o milagre da Eucaristia. Lembrança da Paróquia da Consolação comemorando em S. Paulo as festas do Congresso Eucarístico de Lourdes: alocução pronunciada a 26 de julho de 1914 na matriz da Paróquia da Consolação. Com uma gravura representando a aparição da Virgem a Bernadete. S. Paulo, julho de 1914, 13 págs. in. 8º pg.
- *Vozes de S. Paulo*: cartas escritas da capital de S. Paulo para o “Diário da Manhã”, a começar de 8 de abril de 1915.
- *A obra dos Tabernáculos é uma obra da Eucaristia*: conferência pronunciada no dia 5 de junho de 1915 no salão de atos do Liceu do Sagrado Coração de Jesus, sob a presidência do Exmo. Senhor Dom Miguel Kruse, Abade de S. Bento. No “Nono Relatório” (1914-1915) da Obra dos Tabernáculos, págs. 17 a 24.
- *Imortalizemos a vida*: conferência realizada no salão da Biblioteca Pública de Aracaju no dia 4 de janeiro de 1916. Não foi impressa.
- *Gilberto Amado*. Na “Razão”, da Estância, transcrito no “Diário da Manhã” de 1 de fevereiro de 1916.
- *Conferências religiosas*, (3) feitas na Cidade do Sacramento, Minas, em setembro de 1917.
- *A Independência do Brasil*: discurso proferido na Câmara Municipal da cidade do Sacramento no dia 7 de setembro de 1917, exaltando as figuras nobres e simpáticas de Pedro I e José Bonifácio. Não consta que estes 2 trabalhos tivessem sido publicados.
- “A suave Ascensão”, Gilberto Amado. No “Diário da Manhã”, de 22 e 23 de novembro de 1917.
- *Jubileu de Rui Barbosa*: conferência realizada na noite de 12 de agosto de 1918 no salão nobre da Assembléia Legislativa do Estado, por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em harmonia de vistas com o corpo redatorial do “Correio de Aracaju”. Não foi publicada.

Aristides Armínio Guaraná, General – Filho de Leopoldo José Martins Guaraná e D. Ursulina Francisca dos Santos Guaraná, nasceu em Laranjeiras a 25 de dezembro de 1862. Começados seus estudos na Bahia voltou a Sergipe, de onde seguiu em 1859 para o Rio como praça de cadete, a fim de matricular-se na extinta Escola Central. Em meio dos seus estudos naquele instituto de ensino romperam-se as relações internacionais entre o Brasil e o Paraguai, declarando-se em 1865 a guerra entre os dois países. Obedecendo aos ditames do seu patriotismo não hesitou em interromper o curso da Escola e ofereceu-se para partilhar das vicissitudes da guerra junto ao Exército em operações. Consciente dos seus deveres militares jogou com a vida em vários lances perigosos, manobrando com perícia e rara coragem os canhões da artilharia, a cuja arma pertencia. Fez toda a campanha, tendo tomado parte saliente nos encontros mais sangrentos com o inimigo. Na sua longa fé de ofício consta ter sido promovido no teatro da guerra por atos de bravura aos três primeiros postos do Exército e que pela ação eficaz e denodo militar desenvolvidos nos combates de 2 de maio, 16 e 18 de julho de 1867 e na batalha de Lomas Valentinas a 21 de dezembro de 1868, onde perdeu o braço, direito nas linhas de Pequeiry, foi condecorado com os graus de cavaleiro e oficial da Ordem da Rosa e Cavaleiro da de Cristo. Pelo governo do Brasil foi ainda agraciado com a medalha de mérito militar por atos de bravura e com a da campanha do Paraguai, e também as

da campanha do Paraguai concedidas pelos governos das repúblicas do Uruguai e Argentina. Quando no comando do Exército, o falecido Conde d'Eu, foi seu ajudante de campo. Por decreto de 10 de janeiro de 1874 foi reformado na patente de capitão por incapacidade física e é general de brigada honorário. Voltando da campanha em 1870, bacharelou-se em Matemáticas e em ciências físicas e naturais, e exerceu sucessivamente os lugares de engenheiro da Estrada de Ferro Pedro II, hoje Central do Brasil, engenheiro da província em Sergipe e engenheiro em comissão no Espírito Santo, como diretor da colônia Santa Leopoldina, onde fundou o núcleo colonial Conde D'Eu, que dirigiu por três anos, hoje vila próspera do Estado, por onde se elegeu deputado provincial nas legislaturas de 1880-1881 e 1882-1883. Na Capital Federal foi distribuidor geral do Juízo e depois oficial vitalício do Registro de protestos de letras. Pouco conhecido como poliglota, fala entretanto além da língua vernácula, o francês, espanhol, italiano e o guarani. Escreveu:

– *Discurso* pronunciada na Assembléia Provincial do Espírito Santo na 27ª sessão de 13 de maio de 1881. No “Jornal de Sergipe”, Aracaju, de 13 e 17 de agosto do mesmo ano.

– *Processo de responsabilidade*: série de artigos transcritos no “Sergipe”, Aracaju, de 26 de fevereiro e 5 de março de 1882. Os dois primeiros saíram no “Eco Liberal”, Aracaju, de 11 de janeiro e 23 de fevereiro do mesmo ano.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado pelo chefe da Comissão nomeada para acompanhar a Comissão Federal de discriminação dos terrenos de marinha em Guarapari. No “Estado do Espírito Santo”, Vitória, de 20 de junho de 1903. Foi diretor político um dos redatores do

– *Estado do Espírito*: jornal político, órgão do partido construtor – autonomista. Vitória, 1903-1907, 2ª fase. A 18 de dezembro desse último ano deixou a direção política do jornal.

Aristides José de Souza, Doutor – Filho do Coronel Antonio Emídio de Sousa e D. Umbelina Francisca de Sousa, nasceu em Itabaianinha a 21 de abril de 1865. Fez os exames de humanidades no Aracaju, depois de estudadas as respectivas matérias no colégio Parthenon Sergipense do doutor Ascendino dos Reis Freqüentando em seguida as aulas da Faculdade de Medicina da Bahia, nela completou o curso, recebendo o grau doutoral em dezembro de 1892. Dois anos apenas sobreviveu à posse do diploma científico, que com grande sacrifício soube conquistar. Ao natural regozijo de recolher-se ao seio da família paterna, volvendo a terra do berço sucedeu o infortúnio de em pouco tempo adoecer gravemente, e nesse estado, tendo partido para a Bahia, na esperança de recuperar a saúde, veio a falecer em Patamutê a 19 de agosto de 1894.

Escreveu:

– *Cancro do estômago*: dissertação. Proposições sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em novembro de 1892, a fim de receber o grau de doutor em medicina. Bahia, 1892, 41 págs. in. 8º. Lito-tipografia de João Gonçalves Tourinho.

Aristides da Silveira Fontes, Doutor – Filho de outro de igual nome e D. Margarida da Silveira Fontes, nasceu a 26 de março de 1881 em Aracaju, onde fez seus estudos de humanidades. Médico pela Faculdade de Medicina da Bahia, graduado a 14 de dezembro de 1904, foi nomeado em 1905 lente interino de geografia do Ateneu Sergipense, contratante da publicação do expediente do Governo no órgão oficial, o “O Estado de Sergipe”, e eleito deputado estadual, recebeu dos seus colegas a investidura de 2º secretário da Assembléia Legislativa. Foi reeleito para as legislaturas de 1906-1907 e 1910-1911, na última das quais ocupou o lugar de 1º secretário. Com a reforma do Ateneu foi nomeado lente de mecânica e astronomia, transferido em 1911 para a cadeira de física, química e higiene.

De 1906 a 1908 foi médico do Hospital de Caridade de Aracaju e desde esse último ano é médico contratado da Escola de aprendizes marinheiros. Conselheiro municipal em diversos biênios, exerceu o cargo de diretor do Ateneu de 1916 a 1920, de que se exonerou, a seu pedido.

Escreveu:

– *Das fobias*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 31 de outubro de 1904 para ser defendida, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1904, CIII, págs. in. 8º. Imprensa Econômica.

Armando de Aguiar Cardoso, Bacharel – Filho do Dr. Fausto de Aguiar Cardoso, adiante mencionado e D. Maria Pastora de Aguiar, nasceu a 15 de novembro de 1885.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio, recebeu o grau em março de 1913.

Deputado estadual na legislatura de 1913-1914, foi 1º Escriurário da Inspetoria Federal das Estradas de Ferro, sendo promovido a Secretário a 1º de julho do referido ano.

Escreveu:

– *Discurso* proferido no salão nobre do palácio do governo, no dia 7 de dezembro de 1913, pelo orador oficial, por ocasião das manifestações pela data natalícia do Presidente do Estado, General José de Siqueira Menezes. No “O Estado de Sergipe de 10 do mesmo mês.

– *Discurso* lido em nome da Assembléia Legislativa por ocasião de assumir o governo do Estado, a 24 de outubro de 1914, o General Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão. No “O Estado de Sergipe” de 27 do mesmo mês.

– A questão dos telefones. Contestação das rés *Brasilianische Elektrizitäts Gesellschaft* e Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company, na ação proposta pela Prefeitura para anulação do contrato em vigor. No “O País”, de 11 e 12 de julho de 1923 e no “Correio da Manhã” de 12 do mesmo mês e ano.

Armando de Araújo Cintra Vidal, Professor – Filho de Joaquim de Araújo Cintra Vidal e D. Adriana de Araújo Cintra Vidal, nasceu a 18 de junho de 1839 em Laranjeiras e faleceu a 23 de agosto de 1908 na Capital Federal. Na antiga Escola Central do Rio de Janeiro, hoje Escola Politécnica, deu começo aos estudos superiores que abandonou no fim do primeiro ano do curso, para aplicar-se ao magistério público. Nomeado em 1861 adjunto das escolas públicas do município neutro, passou em 1868 a professor efetivo do ensino primário da freguesia de Inhaúma, em cuja cadeira se jubilou em 1885. Em 1889 obteve privilégio de uma carteira para escolas, a que denominou *Aparelho Mecânico Armando*, a qual foi aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública da Corte e adotada nas aulas do curso elementar. Foi mais de uma vez autoridade policial na referida freguesia, pertenceu ao Clube aeronáutico Bartolomeu de Gusmão e fez parte da comissão do recenseamento de 1878.

Escreveu:

– *Discrição e vantagens da nova carteira escolar*. Manuscrito.

Armando Hora de Mesquita, Bacharel – Filho do bacharel Lourenço Freire de Mesquita Dantas e D. Rosa Bela de Vasconcelos Hora de Mesquita, nasceu na cidade do Lagarto a 26 de agosto de 1884.

Fez os estudos rudimentares na cidade do seu nascimento e no Aracaju, para onde seus progenitores transferiram sua residência após a proclamação da República. Tendo Iniciado os estudos secundários com os professores Alfredo Montes e Severiano Cardoso, transportou-se para a cidade da Bahia, sendo interno do colégio “Florêncio”.

Mais tarde voltou ao Estado Natal, completando os preparatórios no Ateneu Sergipense. Em 1902 matriculou-se na Faculdade Livre de Direito da Bahia, onde fez os três primeiros anos

do curso jurídico, concluindo-os na Faculdade do Recife, onde bacharelou-se em 1906. A 2 de junho de 1902, quando acadêmico, foi nomeado oficial da 2ª seção da secretaria geral do seu Estado, lugar que ocupou até 1906, quando foi nomeado promotor público da comarca da Capela por ato de 16 de março. A 23 de abril de 1907 foi nomeado juiz municipal do termo de Japarutuba, de onde foi removido, a pedido, para o de Aracaju, a 4 de abril de 1908.

Em 30 de junho de 1911, findo o quadriênio, lhe foi designada, pelo presidente Rodrigues Dória, a comarca de Maruim, e a 8 de julho de 1916 nomeado, em comissão, procurador geral do Estado, cargo de que foi exonerado, a pedido, a 18 de outubro de 1921, voltando à sua judicatura na comarca de Maruim, de onde foi novamente chamado para ocupar pela segunda vez, o cargo de procurador geral do Estado, nomeado por decreto de 26 de março de 1924.

Foi deputado estadual na legislatura de 1909-1911 e nomeado por ato de 11 de novembro de 1919 para rever os códigos de processo criminal e de organização judiciária do Estado com o Dr. Álvaro Silva. Quando estudante de preparatórios fundou e redigiu com seus colegas Edilberto Campos e Oscar Prata o periódico:

– *A Verdade*, Aracaju, 1895.

– *A Revista* – A cultura Acadêmica, da cidade do Recife, publicou no seu número correspondente aos meses de janeiro e fevereiro de 1906 o seu retrato acompanhado de ligeira notícia biográfica.

Escreveu:

– *Montepio*: discussão sobre a reforma do Montepio dos Funcionários Públicos do Estado, firmada pelo pseudônimo de *Alter Nemo*. No “Diário da Manhã” de outubro de 1915.

– *Agravo civil*; agravante: Adolfo Justino Schmidt; agravado: O Estado de Sergipe. Aracaju, 1917. Imprensa Oficial, 12 págs. in. 8º. Saiu publicado também no Estado de Sergipe de 23 de junho 1917.

– *O Serviço eleitoral pode ser feito durante as férias?* Resposta a uma entrevista do “Jornal do Povo”. No mesmo jornal de 12 de dezembro de 1917.

– *Ação ordinária da indenização*; autor: Adolpho Justino Schmidt; réu: o Estado de Sergipe. Memorial ao Supremo Tribunal Federal, contendo a defesa do réu, contestação, tréplica, alegações finais e razões de apelação pelo procurador Geral do Estado. Aracaju, 1921. Imprensa Oficial. 36 págs. in. 8º.

– *Cobrança da dívida ativa*: resposta a uma consulta da promotoria pública de Maruim. No “Diário Oficial” do Estado de 13 de julho de 1921.

Arnulpho Oliveira – Filho de Francisco Xavier de Oliveira e D. Maria Almerinda da Conceição, nasceu a 18 de setembro de 1886 na Capela e faleceu repentinamente no Aracaju a 29 de abril de 1919, dentro da Repartição em que era empregado. De origem humilde e filho de pais pobres perdeu em criança seu progenitor, tornando ainda mais penosa a situação dos que o tinham como único arrimo. Por faltarem-lhe os necessários meios de subsistência para a família, deixou a viúva aquela cidade para fixar residência na capital do Estado, onde o filho adquiriu a deficiente educação literária com que se iniciou na vida real. Inteligente e trabalhador, entrou para “O Estado de Sergipe” como aprendiz da arte tipográfica, na qual facilmente se tornou perito, continuando a exercê-la no “Diário de Notícias” da Capital da Bahia, de onde voltou para o Aracaju por ter sido nomeado no governo do general José de Siqueira Menezes, por ato de 31 de dezembro de 1912, praticante do Tesouro do Estado. A 11 de março do ano seguinte foi promovido a 2º escrivão da mesma Repartição e tão recomendáveis provas deu como funcionário competente e zeloso, que por mais de uma vez teve de desempenhar comissões de confiança. Propagandista do ensino em profusão, combateu fortemente o analfabetismo, promovendo a criação de escolas para a educação do povo, fundou e foi o presidente do Centro Operário Sergipano.

Escreveu:

– *Natal das crianças pobres*. Apelo à Exma. Sra. Dona Maria da Glória Chaves, dedicada diretora do “Colégio N. S. da Conceição”. No “Jornal do Povo”, Aracaju, de 7 de dezembro de 1916.

– *O presente do Natal*: fantasia. No “Correio de Aracaju”, de 24 de dezembro de 1916.

– *Exposição Nacional de Milho*. No “Estado de Sergipe”, de 28 de fevereiro de 1917.

– *Medidas que se impõem*. No “Jornal do Povo”, de 6 de julho de 1917.

– *Redenção*: conto. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 11 e 12.

– *A. B. C. do Agricultor*. Crítica ao livro que sob o mesmo título publicou o Dr. Dias Martins. Idem, de 20 do mesmo mês e ano.

– *Natal das crianças pobres* – Um agradecimento – Um apelo. No “Jornal do Povo” de 12 de dezembro de 1917.

– *Risos e lágrimas* – *Boas Festas!* – *Feliz entrada de novo ano!* No “Diário da Manhã” de 1 de janeiro 1919.

– *O presente do Natal*: conto. No “Imparcial”, Aracaju, de 4 de janeiro do mesmo ano.

– *Guia Prático do Empregado Arrecadador*. Trabalho inédito em um grosso volume, confeccionado por ordem do governo, foi julgado de grande utilidade à Fazenda Estadual por uma comissão de competentes; pelo que o Presidente mandou imprimir por conta do Estado e que fosse adotado oficialmente.

Redigiu:

– *O Matutino*: periódico de pequeno formato, de que era proprietário. Bahia, agosto de 1905.

Artur Diniz Barreto – Filho do professor Felix Diniz Barreto, de quem tratarei mais adiante, e D. Flora Pena Barreto, nasceu a 27 de setembro de 1876 no Aracaju. Fez os seus estudos de primeiras letras, matriculando-se depois no Ateneu Sergipense, onde estudou preparatórios, não concluindo o curso por preferir a carreira de telégrafo. Em outubro de 1893 teve a sua primeira nomeação para Recife. Em 1908 foi chefe da estação telegráfica de Fortaleza e em 1909 promovido a telegrafista de 1ª classe. Dedicou-se ao estudo do Budeaut e foi o primeiro budeaudista do Norte, sendo por isto indicado para montar esse aparelho em Belém capital do Pará.

Foi Diretor do “Ceará Telegráfico” revista telegráfico-literária, de colaboração exclusiva do pessoal do Telégrafo. O “Jornal do Ceará” de 6 de agosto de 1906, disse “que o “Ceará Telegráfico” de uma impressão nítida, com uma feição toda moderna, era no gênero, o primeiro que apareceu no Brasil” O seu sumário foi o seguinte: O nosso programa da Redação:

Diálogo entre dois Bandotistas (?) de Zenid; *Função da terra como fio condutor*, de Zenid; *O nosso viver* (soneto) de Ney da Silva; *Pequeno Histórico telegráfico*, de Soafim; *Seguro telegráfico*, da Redação; *Carta aberta*, de João de M. Raposo – *Lérias*, de Aristóbulo; *Filho elétrico*, de B. Falcão. *Tempestade*, de A. M. Tavares; *Progresso da fonografia*, – da Redação; *Recreio charadístico*, de Danadinho; *O telégrafo e o telegrafista* de Ardiba charadas, de Danadinho. É atualmente chefe da Estação telegráfica de Olinda, cargo que exerce com muita competência.

Artur Fortes, Professor – Filho de Antonio Augusto Gentil Fortes, já mencionado neste livro, e D. Antonia Junqueira Fortes, nasceu a 28 de julho de 1881 em Aracaju. Tem o curso de humanidades feito no Ateneu Sergipense, antes começado no colégio do professor Alfredo Montes. Como empregado da Repartição dos Correios de Aracaju ocupou os lugares de praticante, amanuense, oficial, chefe de seção e por duas vezes administrador interino. Por decreto de 15 de julho de 1916 foi nomeado professor vitalício da cadeira de história geral e do Brasil do “Ateneu Sergipense” e leciona no colégio “Tobias Barreto” história e francês e no “Instituto América”, francês e geografia desde a fundação de ambos. Membro efetivo do

Conselho Superior do Ensino por dois anos, nomeado a 18 de dezembro de 1922. Foi deputado estadual na legislatura de 1910-1911 e líder da maioria no triênio de 1923-1925. Colaborou no Almanaque Sergipano e nos jornais: “Jornal de Sergipe”, “O Estado de Sergipe”, “Jornal do Povo” e “Correio de Aracaju”. Desde a fundação do “Jornal do Povo” em 1815 a janeiro de 1916 redigiu a seção sob a epígrafe “As Quintas”, assinando-se *Gil do Norte*. Pertenceu às extintas sociedades “Tobias Barreto”, “Clube Esperanto”, de que foi orador, “Centro Socialista Sergipano” e é sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. É poeta e jornalista.

Escreveu:

- *Primeiros Cantos*: versos. Aracaju, 1900, 98 págs. in. 8º pg. Tip. Comercial.
 - *Evangelho de um triste*: versos, Aracaju, 1904, 144 págs. in. 8º pg. Tip. do “O Estado de Sergipe”.
 - *Cartas de Artur Fortes a João Pereira Barreto*. No “O Estado de Sergipe” a começar de 20 de julho de 1905.
 - *Rosas*: conferência lida no teatro “Carlos Gomes” de Aracaju, a 10 de maio de 1914. No “Diário da Manhã” do dia 12, em resumo.
 - *Hino socialista sergipano*. (Na música da *Canção Patriótica de Amor Febril*). Avulso impresso em 19 de abril de 1918, Aracaju.
 - *Limites inter-estaduais. Sergipe-Bahia*. No “Correio de Aracaju, de 13 de maio de 1920. Transcrito do jornal de Aracaju “Pela Pátria”, mensário da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo.
 - *E vamos ter teatro!* No “Correio de Aracaju”, de 21 de junho de 1920. Transcrito do jornal “Pela Pátria”.
 - *Discurso* proferido a 24 de outubro de 1920 da sacada do Palácio da Presidência ao hastear-se pela primeira vez a bandeira sergipana, adotada oficialmente pela lei nº 795 de 19 do mesmo mês. No “Correio de Aracaju”, de 26 seguinte.
 - *Elogio do bem*: poesia recitada no serão litermusical de 14 de agosto de 1921, em favor da caixa escolar Tereza Lobo. No “Correio de Aracaju” e no “Sergipe Jornal” de 17 do mesmo mês.
 - *Discurso* pronunciado na recepção do dr. Graccho Cardoso em 15 de outubro de 1922. No “Sergipe Jornal” de 16 e no “Correio de Aracaju” de 17 do mesmo mês.
 - *Discurso* pronunciado em frente ao palácio do Governo por ocasião da parada escolar em 24 de outubro de 1922. No “Correio de Aracaju” de 29 do mesmo mês.
 - *Discurso* pronunciado pelo deputado... na sessão da Assembléia Estadual de 12 de março de 1923, a propósito do falecimento do senador Rui Barbosa. No “Diário Oficial” de 14 do mesmo mês.
 - *Saudação* feita no coreto da praça Fausto Cardoso, a 18 de julho de 1923, ao transitarem para o Palácio do Governo os aviadores navais, chegados nesse dia ao porto de Aracaju. No “Diário Oficial” do dia seguinte.
- Como jornalista, fez parte durante um ano do corpo de redação da *Cidade do Rio*, jornal fundado por José do Patrocínio. Capital Federal, 1901.
- Fundou e redigiu:
- *O Cenáculo*: revista de feição literária, crítica e noticiosa. Publicação bi-semanal, Aracaju, 1902. Circularam apenas, 5 números.
 - *Via Lucis*: órgão literário e científico, Aracaju, 1904. Com Alfredo Cabral. É diretor e redator chefe do
 - *Sergipe Jornal*: órgão político, independente e noticioso. Aracaju, 1921-192...
 - *Data de morte*: 27 de novembro de 1944, em Aracaju (SE).

Arthur Simeão da Motta, Doutor – Filho do farmacêutico Simeão da Motta Rabelo e D. Eudóxia Soledade Motta, nasceu no Aracaju a 19 de setembro de 1879. Depois de ter

concluído o curso de preparatórios no Ateneu Sergipense, seguiu para a Bahia, onde feito o respectivo tirocínio, se titulou em farmácia em 1889. No ano seguinte foi nomeado farmacêutico adjunto do Exército, designado para servir em Guaraí, no Rio Grande do Sul, onde permaneceu até 1902, quando foi nomeado encarregado da farmácia militar de Santana do Livramento e posteriormente das de São Gabriel e de Porto Alegre. Durante o tempo de residência nessa última cidade, e sem descuidar dos deveres do cargo militar, aplicou toda a sua atividade intelectual no estudo das matérias professadas na Escola Livre de Medicina, na qual se doutorou em 1904, fazendo parte da primeira turma de médicos formados naquele instituto científico do Estado. Nomeado por decreto de 14 de abril de 1905 médico adjunto do corpo de saúde do Exército e um ano depois médico de 5ª classe, por decreto de 14 de março de 1906, com exercício na guarnição de Pernambuco, achava-se na Capital Federal, em trânsito para o ponto do seu destino, quando sucumbiu a uma síncope cardíaca no dia 5 de julho seguinte. Prematuramente roubado a ciência e ao serviço da pátria, apenas escreveu:

– *Estudo clínico da auscultação do aparelho respiratória*. Dissertação. Cadeira de clínica propedêutica. Proposições – Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina e de Farmácia de Porto Alegre, em 30 de setembro e perante a mesma defendida em 6 de dezembro de 1904 pelo Dr... (Farmacêutico adjunto do Exército). Porto Alegre, em 1904, 43 págs. in. 8º. Tip. da Livraria do Globo.

Arthur Xavier Moreira, Tenente-Coronel –Filho de Guilhermina dos Santos Moreira e D. Maria de Jesus Moreira, e irmão de Silvestre Moreira, noutro lugar mencionado, nasceu em Laranjeiras a 9 de outubro de 1871. Ali fez os primeiros estudos e em Aracaju freqüentou por algum tempo o “Ateneu Sergipense”. Militar desde 17 de julho de 1890 em que verificou praça, ocupa um lugar de destaque entre os seus companheiros de armas pelos seus conhecimentos técnicos e fiel observância das leis da disciplina. Conta o tempo dobrado pelos serviços prestados durante a revolta de 6 de setembro de 1893 e nas suas promoções obteve a de major por merecimento. Tem o curso do estado maior e de engenharia, e é bacharel em matemáticas e ciências físicas.

Escreveu:

– *O rio Cotinguiba e o porto de Laranjeiras*. No “O Estado de Sergipe”, de 26 de novembro de 1904.

– *De longe...* Versando sobre imigração e viação. Idem, de 5 de fevereiro de 1905.

– *De longe...* Versando sobre colonização. Idem, de 23 do mesmo mês e ano.

– *De longe...* O algodão. Idem, de 12 de março do mesmo ano.

– *Pecuária*. Escrito em Alegrete, Rio Grande do Sul, aos 15 de março de 1905. Na “Revista Agrícola” de Aracaju, de 1º de maio do mesmo ano, págs. 66 e 67.

– *Um sistema singular de viticultura*. Trad. do italiano. Na citada “Revista” de 15 de maio do referido ano, pág. 71.

– *Ligeiras notas agrícolas*. Escritas no Rio de Janeiro em junho de 1905. Na mesma “Revista” de 1 de agosto do mesmo ano, pág. 122.

– *Cultura do arroz*. Na mencionada “Revista” de 15 de outubro de 1905, págs. 169 e 170 e na de 1º de outubro de 1906, págs. 391 e 392.

– *Novidades agrícolas*. Semeadora americana prática e econômica. (The Ciclone Seeder). Do Fórum de Turim. Na “Revista.” de 1 de novembro de 1906, págs. 413 e 414.

– *Gado lanígero*. “Revista Agrícola” de 15 de janeiro de 1907, págs. 161 e 162.

– *As vias de comunicação e a agricultura em Sergipe*. Na “Revista Agrícola” de 1 de fevereiro de 1907, págs. 471 e 472.

– *Esclarecimentos históricos*. Notas e apreciação, seguidas de vários documentos sobre o patriota, major Silvestre Jequitibá Botucudo. No “O Estado de Sergipe” de 9 de agosto de 1907.

– *As matas e as secas em Sergipe*. Na “Revista Agrícola” de 1º de outubro de 1907, págs. 631 e 632.

– *Horácio Hora*. Carta aberta aos sergipanos. No “O Estado de Sergipe” de 20 de dezembro de 1908.

– *Pela Engenharia*: série de artigos sobre assunto militar. Na “Defesa Nacional”, Rio de Janeiro, ns. 41 e 47, de fevereiro a agosto de 1917.

Ascendino Ângelo dos Reis, Doutor e Bacharel – Filho de João Francisco dos Reis e D. Rosa. Florinda do Amor Divino, nasceu a 20 de abril de 1852 em S. Cristóvão. Transportando-se para a Bahia com o fim de aplicar-se aos estudos de línguas e ciências enquanto residiu naquela capital distribuiu vantajosamente o tempo, ensinando e aprendendo com resultados eficazes. Simultaneamente professor e aluno, se por um lado transmitia a instrução aos seus discípulos, por outro ouvia as lições dos mestres da Faculdade de Medicina, onde conseguiu completar o curso médico, recebendo em 1874 a láurea de doutor. Nomeado 2º tenente do Corpo de Saúde por decreto de 13 de fevereiro de 1875, serviu na guarnição de Sergipe até 1885 e na de S. Paulo até reformar-se em 1899, depois de ter sido promovido a Capitão, 1º cirurgião, por decreto de 5 de março de 1890 e decorridos poucos dias a major, médico de 3ª classe, por merecimento. Dentro do espaço de tempo que estacionou em Aracaju, foi delegado especial dos exames de preparatórios em 1876, lente da cadeira de inglês do Ateneu Sergipense, transferida em 1877 para a de história do mesmo estabelecimento, diretor do “Parthenon Sergipense”, colégio de instrução secundária, inaugurado a 9 de fevereiro de 1879, professor de história da Escola Normal em 1882, médico gratuito do extinto Asilo de N. S. da Pureza e remunerado do corpo de polícia, nomeado em maio desse mesmo ano, depois de nele ter servido gratuitamente por mais de dois anos. Residente na capital de S. Paulo desde 1886, ali frequentou a Faculdade de Direito, fez o curso completo, recebendo o grau de bacharel em 25 de novembro de 1889. Nem por ter conquistado mais um título científico abandonou o magistério, que sempre foi a carreira de sua predileção. Lente por concurso, de geografia geral, corografia do Brasil e cosmografia, da Escola Normal Secundária de S. Paulo, nomeado em agosto de 1907, foi exonerado por decreto de 5 de fevereiro de 1914 por ter sido na mesma data nomeado lente catedrático da 2ª cadeira do 1º ano do curso geral da Faculdade de Medicina e Cirurgia daquele Estado, em cuja capital tem seu consultório médico.

É provável que o presente artigo se ressinta de algumas omissões, à falta dos apontamentos que me foram negados por esse autor.

Escreveu:

– *Diagnóstico diferencial das moléstias de coração*: dissertação para receber o grau de doutor em medicina pela Faculdade da Bahia. Proposições sobre cada uma das cadeiras de fisiologia, obstetrícia e botânica. Bahia, 1874, 284 págs. in. 8º. Na imprensa econômica.

– *Informações* prestadas ao governo da província, a requisição do ministro do império, pelo delegado interino do inspetor geral da instrução pública da Corte nesta província, acerca dos exames prestados na respectiva delegacia. No “Jornal do Comércio”, Aracaju, de 26 de julho a 4 de agosto de 1877, com intermissões.

– *Utilidade das conferências*: discurso proferido no dia 7 de setembro de 1880. No “Eco Sergipano”, Aracaju, de novembro do mesmo ano.

– *Minha incompatibilidade*. Na “Gazeta do Aracaju” de 26 de julho de 1885.

– *Recurso ao Governo Provincial* por sua suspensão como lente de História da Escola Normal. Aracaju, 1885, 37 págs. in. 8º. Tip. da “Gazeta do Aracaju”.

Redigiu:

– *O Acadêmico*: periódico quinzenal, dedicado à medicina e à literatura. Bahia, 1872. Com Ribeiro da Cunha, Moura Júnior e Aréa Leão.

– *O protesto*: publicação periódica. Aracaju, 1875. Com Justiniano de Melo e Silva.

– *Sergipe*: jornal dedicado nos interesses da lavoura, comércio e melhoramentos gerais da Província. Propriedade de uma associação. Aracaju, 1881-1882. Com outros.

► *Data de morte: 19 de setembro de 1926, em São Paulo (SP).*

Ascendino Xavier Ferrão de Argolo, Bacharel – Filho de José Pedro Ferrão de Argolo e D. Emília Cavalcanti de Albuquerque de Argolo, nasceu em 3 de maio de 1889 em Propriá. Fez o curso primário em Penedo e na capital da Bahia, e todo curso de preparatório no “Liceu Alagoano” de Maceió. Matriculado em 1907 na Faculdade de Direito do Recife, recebeu o diploma de bacharel em 1911. De volta a Sergipe abriu banca de advogado na cidade do seu nascimento, ao mesmo tempo que inaugurava o “Instituto 24 de outubro”, que dirigiu até fins de 1912, lecionando nele línguas e ciências. Em 1912 e 1913 foi promotor público das comarcas de Itabaianinha e Lagarto e nesse último ano recebeu a nomeação de inspetor geral do ensino seguindo-se em 1912 a de membro do Conselho Superior da Instrução do Estado. Exerceu interinamente o lugar de auditor de guerra na circunscrição militar de Sergipe e por decreto de 18 de dezembro de 1922 foi nomeado membro efetivo do Conselho Superior do Ensino. Tem colaborado na Imprensa de diversos Estados, a saber: “Norte de Sergipe”, e “A Pérola”, de Propriá; “O Nacional”, editado no começo em Propriá e depois em Penedo; “A Pátria” e “A Província”, de Pernambuco; a revista “A Alvorada”, do Piauí e “O Estado de Sergipe”, de Aracaju. Os seus artigos quando não assinados, eram subscritos pelos pseudônimos – *Monte D’Alva, Max Verdan, Alceste, Atico, Charles Janet, Plínio e Annunzio Morato*. No Recife pertenceu ao “Centro Literário Olavo Bilac”, de que foi orador e presidente e fez parte do “Teatro Aires Gama”, agremiação de alguns acadêmicos de direito, tendo realizado naquele conferências científicas, filosóficas, jurídicas e literárias e nesse lido a sua conferência sob o título “Coração”. Tem publicado vários relatórios e pareceres na qualidade de inspetor de ensino e como membro do Conselho Superior de Instrução. É advogado nos auditórios de Aracaju e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Escreveu:

– *A República em brisa*: comédia em 1 ato, 1906. Em colaboração com Antonio Bernardes de Sousa Barateiro (Vide este nome).

– *A verdade*: série de artigos no “Norte de Sergipe”, em resposta às “Cartas Filosóficas” do Dr. Adolfo Ávila Lima (vide este nome). Nos números de 1 de julho e 2 de dezembro de 1909, 12 e 19 de maio de 1910.

– *Ave! Sergipe*. No “O Estado de Sergipe” de 21 de outubro de 1914.

– *Influência do pensamento sergipano na literatura brasileira*: conferência realizada no salão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 30 de janeiro de 1916. Inédito.

– *Discurso* proferido, por delegação do Conselho Superior de Instrução, na solenidade da colação de grau às normalistas de 1919. No “Diário Oficial do Estado de Sergipe”, de 23 de junho de 1920.

Ensaio jurídico. Inédito.

– *Estudos de Direito Constitucional Brasileiro*. Idem.

– *Botânica de Sergipe*. Idem.

Como jornalista, fundou e redigiu:

– *Jornal de Notícias*. Aracaju, 1915. Com Plácido Gama. O primeiro saiu a 15 de janeiro e o último a 22 de junho, todos com 6 colunas em cada uma das quatro páginas.

Augusto Accioli do Prado, Engenheiro Agrônomo – Filho do coronel Francisco Lucino do Prado e Dona Maria Accioli do Prado, nasceu no engenho Capim Pubo, termo de Divina Pastora, a 1º de agosto de 1872.

Preparou-se em humanidades no Aracaju e na Bahia, para onde seguiu a fim de cursar a Escola Agrícola, na qual recebeu a grau de engenheiro agrônomo em 1895.

Depois de algum tempo de residência em Sergipe partiu em 1899 para o Estado de S. Paulo, estabelecendo-se em Capivari e depois em Jaboticabal, onde cultivava café em fazendas de sua propriedade. Serviu como Conselheiro Municipal de Monte Alto e representou o município de Jaboticabal no comício agrícola de Mococa.

Escreveu:

– *Higiene dos animais domésticos*: dissertação. Proposições. Seção de Ciências Acessórias – Física – Eletricidade atmosférica. Seção de Mecânica e Engenharia – Fundações. Seção de Agricultura e química aplicada à agricultura – Importância da água na Agricultura. Tese apresentada à Escola Agrícola da Bahia para ser perante a mesma publicamente sustentada, a fim de obter o grau de Engenheiro Agrônomo. Bahia, 1895, 43 págs. in. 8°. Lito-Tip. de João Gonçalves Tourinho.

Augusto Álvaro de Carvalho Aranha, Bacharel – Filho de Manoel Antonino de Carvalho Aranha e D. Maria Brasilina Fontes de Carvalho Aranha, nasceu em Aracaju a 30 de janeiro de 1876.

Com seis anos de idade começou, ao doce influxo de sua genitora, a travar conhecimento com as letras do alfabeto. Em 1883 acompanhando seu pai para o Maranhão, matriculou-se na escola particular de D. Luiza Rego, freqüentando depois as aulas dos professores Manoel Jansem Muller e José Augusto Correia. Do Maranhão foi ao Pará e daí a Pernambuco, onde iniciou os estudos preparatórios, completando o curso de humanidades em 1895 em São Paulo. Em 1897 matriculou-se na Faculdade de Direito daquela Cidade, de onde saiu bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1901. Quando acadêmico, empregou sua atividade no ensino de matérias do curso secundário em diversos estabelecimentos da Capital paulista. Em 1904 foi nomeado promotor público da Comarca de Caconde, S. Paulo, removido em 1908 para a de Queluz e desta em janeiro de 1910 para a de Pindamonhangaba. Nomeada Juiz de Direito da Comarca de Patrocínio do Sapucaí em 11 de agosto de 1919, foi removido, por merecimento, a 9 de março de 1923 para a de segunda entrância, com sede na cidade de Descalvado, onde atualmente (1924) se acha.

É sócio do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. Poeta primoroso e festejado da escola parnasiana, é também um espírito dotado de filantropia e um juiz culto e reto. A sua evolução no terreno das letras começou no “O Município”, hebdomadário de Aracaju. Escreveu na “A Província”, “Comércio de Pernambuco”, “Revista Contemporânea” e “Gazeta da Tarde”, periódicos do Recife, tendo estado a seu cargo a seção literária do último, que era redigido por Martins Júnior. Colaborou no “O País” e na “A Estação”, ambos da Capital Federal, no “Correio Paulistano” e outros da Capital paulista, na “A Tribuna”, de Pindamonhangaba, no “O Progresso”, do Patrocínio do Sapucaí, na “A Tribuna”, de Igarapava, e em vários outros órgãos da imprensa do interior do Estado de São Paulo.

Escreveu:

– *Primícias*: versos, com um prefácio do Dr. Clovis Bevilacqua, S. Paulo, 1896, 155 págs. Tip. de Heunies Irmãos. Tem 2ª edição.

– *Eu*: prosa. S. Paulo, 1900. 162 págs. in. 12°. Editores Heunies Irmãos. É o primeiro de uma série de 6 livros sob a denominação geral de *Teias*.

Tem inéditas as seguintes obras: *Carteira de lembranças* (contos e fantasias 1893-1896) – *Cinzerulas* (sonetos) *Cinerário* (poesias). *Livro de um Misanthropo* (fragmento e reflexões). *Monólogos do Tédio* (versos).

Damos a seguir uma jóia do seu talento poético:

AO MAR

A Clovis Bevilacqua

Mar! Tu dormes rugindo e palpitando choras

A mágoa colossal que te lacera, ingrata,
Profunda, como a dor terrível que me mata,
Arranca-me do ser esplêndidas auroras

Minha alma na tua alma eterna se retrata;
O pesar que te punge e a soluçar devoras,
Explode dentro em mim me povoando as horas
Da agonia cruel que o seio teu dilata.

Teu sarcasmo de espuma afronta o céu; e quando
A tristeza me lança em fundos dissabores,
Eu fito o azul do céu, impávido, cantando.

Se as tuas dores tenho e as tuas alegrias,
Quando eu estiver sorrindo, ó velho mar, não chores!
Quando eu estiver chorando, ó velho mar, não rias!

Augusto Amado – Filho de José Amado de Faria e D. Maria do Espírito Santo Amado, nasceu em 6 de dezembro de 1878 em Campos. Ali e na Estância fez os seus primeiros estudos. Muito moço foi para a Bahia e depois para o Rio, empregando-se nessas duas cidades no comércio. Com a prática adquirida no jogo das transações mercantis, auxiliado pelos estudos a que se aplicou, tornou-se perito guarda livro e fala diversas línguas. Tem colaborado no “Diário de Notícias” da Bahia e em outros jornais da mesma cidade e em jornais e revistas da Capital Federal.

Escreveu:

- *Três beijos*: poemeto. Rio de Janeiro.
- *Mundos*: poema, dividido em 4 partes sob os títulos: *Mundo Interior*, *Mundo Exterior*, *Mundo Moral* e *Mundo Ideal*. Rio de Janeiro, 1918, 220 págs. in. 12°. Tip. do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & C.
- *Forças da natureza*: versos. Rio de Janeiro, 1920, 193 págs. in. 12°.
- *Data de morte: 19 de novembro de 1946, no Rio de Janeiro (RJ).*

Augusto Cezar Leite, Doutor – Filho do coronel Francisco Rabelo Leite e D. Maria Virgínia Accioli Leite e irmão do Dr. Sílvio Leite mencionado neste livro, nasceu a 30 de julho de 1886 no engenho Espírito Santo, município de Riachuelo.

Iniciou os estudos primários na cidade natal e o curso de preparatórios nos colégios “Sebrão” e “Carneiro Ribeiro” da Bahia, prestando alguns exames no Ateneu Sergipense.

Médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, recebeu o grau de doutor a 2 de janeiro de 1909. Depois de formado clinicou nas cidades da Capela e Maruim, fixando residência em Aracaju, onde desenvolve a sua grande atividade de abalizado clínico. Nomeado diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Aracaju por Decreto de 6 de janeiro de 1910; tomou posse a 5 de fevereiro seguinte, sendo exonerado em 1916 por ter sido nomeado, a 24 de julho do mesmo ano, professor catedrático de noções de Higiene Geral e desenvolvimento da História Natural aplicável à Agricultura, à Zootecnia e a outros ramos da indústria nacional do Ateneu Sergipense.

Em agosto desse ano foi nomeado membro efetivo do Conselho Superior da Instrução pública e eleito membro do Conselho Municipal do Aracaju para o biênio de 1917-1919. Em fevereiro de 1918 passou a reger a cadeira de História Natural do Seminário Diocesano de Aracaju.

É presidente efetivo da Sociedade de Medicina de Sergipe e Diretor do Serviço Cirúrgico do Hospital “Santa Isabel”.

Possuindo rara perícia no manejo do bisturi é reputado uma das futuras glórias da medicina no Brasil. Em junho de 1913 seguiu para a Europa a fim de aperfeiçoar-se nos estudos científicos e em 1914 fez pela primeira vez em Sergipe a operação de laparotomia, e a esta seguiram-se outras da mesma natureza sempre com ótimos resultados.

Mudou-se para o Recife em agosto de 1922, de onde regressou no ano seguinte.

Escreveu:

– *Da contra-indicação renal do emprego do salicilato de sódio*: dissertação. Praposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 23 de outubro de 1908 para ser defendida por... a fim de obter o grau de doutor em medicina. Rio de Janeiro, 1908, 71 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & C.

– *Discurso* proferido a 1º de novembro de 1911, por ocasião de ser inaugurada a Escola de Aprendizes Artífices. No “Correio de Aracaju” de 5 do mesmo mês.

– *Lição para vindouros*. No “Correio de Aracaju” de 9 de novembro de 1919. Transcrito em folheto.

– *Conferência* realizada no dia 14 de julho de 1919 no salão da Biblioteca Pública de Aracaju, sobre um caso verificado na sua clínica. Aracaju, 1920, 99 págs. in. 8º pq. Estabelecimento Gráfico de Frederico Sampaio & C.

– *Discurso* pronunciado no dia 1º de novembro de 1923 por ocasião do lançamento da pedra fundamental do “Hospital de Cirurgia” por iniciativa da Sociedade de Medicina e Cirurgia sob os auspícios do Governo do Estado. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

– *Discurso* pronunciado no almoço oferecido no palácio do Governo do Estado pelo Dr. Parreiras Horta aos seus colegas da classe médica de Aracaju, no dia 4 de maio de 1924. No “Diário Oficial” do dia 6 do mesmo mês.

► *Data de morte: 09 de fevereiro de 1978 em Aracaju*

Augusto Cezar da Silva, Capitão de Mar e Guerra – Filho de Manuel da Silva Rosa e D. Constância Cândida da Silva Rosa, nasceu a 17 de dezembro de 1833 em S. Cristóvão e faleceu na Capital Federal a 18 de outubro de 1918. Seguiu a carreira das armas como o seu irmão, o general Manuel da Silva Rosa, também mencionado nesta obra. Sua vida militar começou como piloto da armada embarcado em 1855 no patacho Tereza. Nomeado 2º tenente por decreto de 28 de novembro de 1863, foi servir no ano seguinte na divisão naval do Rio da Prata.

Data de 21 de janeiro de 1867 sua promoção a 1º tenente, sendo nesse mesmo ano distinguido com a nomeação de cavaleiro da Ordem da Rosa. A 19 de fevereiro de 1868 assistiu ao bombardeamento contra as fortificações inimigas em frente ao Potreiro Pires, dirigindo o fogo de rodízio da chata Mercedes. Prestou exames de artilharia e máquinas na nova escola de marinha, em cujas matérias revelou regulares conhecimentos técnicos a contento da mesa examinadora. Capitão Tenente por decreto de 9 de dezembro de 1879, foi compulsado a 7 de janeiro de 1890 no posto de capitão de fragata. O Governo, atendendo aos serviços prestados em defesa da República, concedeu-lhe a graduação de Capitão de Mar e Guerra, por decreto de 14 de novembro de 1894, e neste posto foi reformado em igual data do ano seguinte. Durante o tempo de serviço ativo na marinha de guerra desempenhou sucessivamente diversas comissões com inextinguível zelo e muita aptidão. Em 1871-1875 comandou a Companhia de aprendizes marinheiros de Sergipe; em 1876 serviu como ajudante do Capitão do porto de Pernambuco, passando em novembro do mesmo ano a ser ajudante da Capitania do porto daquela província; em 1877 foi comandante da Companhia de aprendizes marinheiros do Rio Grande do Norte; em 1878 esteve como ajudante da Capitania do porto do Pará; em 1879, como Capitão do porto interino de Sergipe, demorou-se neste cargo até 25 de fevereiro de 1880; em 1882, decorrido certo tempo de embarque, foi nomeado Capitão do

porto de Alagoas, de que se exonerou por ter permutado com o de Sergipe, onde se conservou até 1887; em 1887 exerceu interinamente o lugar de Inspetor do Arsenal de Marinha do Pará, sendo exonerado em março de 1888; em 1888 foi comissionado, por Aviso de 5 de abril, como ajudante da Inspeção do Arsenal de Marinha da Bahia, desligado em novembro por ter sido nomeado Capitão do porto do Espírito Santo de que pediu dispensa a 8 de julho de 1889.

Nesse mesmo mês foi nomeado ajudante da Inspeção do Arsenal de Marinha da Bahia, assumindo em agosto o cargo de vice inspetor. Desligado em dezembro do Arsenal, seguiu para Aracaju como Capitão do porto, cargo que exerceu desde 18 do mesmo mês a 17 de agosto de 1890. Depois de reformado, o Governo Provisório da República o nomeou por decreto de 21 de maio de 1890 vice-governador do Estado de Sergipe, cujos destinos dirigiu de 17 de agosto a 4 de novembro desse ano em substituição ao Dr. Felisbelo Firmo de Oliveira Freire; ocupou o cargo de vice-inspetor do Arsenal de Marinha da Bahia e foi por muitos anos diretor-gerente da Companhia Baiana de Navegação Costeira. Possuía a medalha de bronze da Campanha do Paraguai e a de prata da República Argentina, comemorativa da mesma Campanha.

Escreveu:

– *Relatório* com que o governador deste Estado passou, no dia 4 de novembro de 1890 a administração do mesmo Estado ao Exmo. Sr. Dr. Lourenço Freire de Mesquita Dantas. No “O Republicano” de 7 do mesmo mês.

Augusto Freire de Mattos Barreto, Doutor – Filho do bacharel Antonio Freire de Mattos Barreto, e D. Antonia Eugênia de Mattos Barreto, e irmão do doutor Antonio Freire de Mattos Barreto, já contemplado neste livro, nasceu a 13 de junho de 1862 no engenho Contadoro, município de Laranjeiras, onde fez o curso elementar, continuando seus estudos no antigo Colégio Kopke, em Petrópolis e no Colégio S. José, outrora Ginásio Baiano, fundado na Bahia pelo doutor Abílio Borges, depois barão de Macaúbas. Aluno inteligente estudioso, obteve a nota de distinção em vários preparatórios prestados nessa última cidade para a matrícula na Faculdade de Medicina. Ali fez os três primeiros anos do curso acadêmico e os outros três na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em que se formou em fins de 1883, tendo sido aprovado com distinção na defesa da tese que sustentou. Foi interno, por concurso, da clínica de moléstias de crianças da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e chefe de clínica do mesmo serviço de moléstias de crianças na Policlínica Geral da mesma cidade. Ali freqüentou também a clínica especial de partos do doutor Feijó, na Maternidade do Dr. José Lourenço, e a de ginecologia do Dr. Pedro Paulo, retirando-se depois de formado para S. Paulo, onde tem exercido a clínica, com as suas especialidades de moléstias das crianças, partos e moléstias de senhoras, primeiro na cidade de Capivari, e depois na de Mococa, fixando ali sua residência desde 1885. Exerceu durante 3 anos o cargo de 1º suplente de Juiz Municipal, por nomeação do governo da então província de S. Paulo e depois o de vereador municipal, ocupando os postos de Presidente da Câmara e de Intendente Geral do Município. Fez parte do Diretório local como um dos seus membros. Na Bahia, enquanto colegial, pertenceu à Sociedade Literária, “Amor Científico”, da qual foi presidente; e, quando acadêmico, foi sócio do “Grêmio Literário”. Fez parte do 6º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, reunido em S. Paulo em 1907, e do 4º Congresso Médico Latino Americano, reunido no Rio de Janeiro em 1909. Foi eleito em 1916 deputado ao Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo. Fundou o jornal “A Mococa”, órgão político, que em sua brilhante carreira muito tem concorrido para o desenvolvimento desta próspera cidade de S. Paulo e cujo primeiro número apareceu a 13 de abril de 1895.

Escreveu:

– *Impaludismo na Infância*: dissertação. Tese inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1883, sustentada por... a fim de obter o grau de doutor em medicina.

Este trabalho foi fundado em 805 observações pessoais na Policlínica Geral do Rio de Janeiro e distribuído pelas diversas livrarias da mesma cidade para ser aplicado o produto da venda ao patrimônio daquela instituição de caridade e ciência.

Pela sua originalidade mereceu as mais honrosas referências da imprensa do Rio de Janeiro, e tem o formato em 8º, com 80 páginas. Tipografia J. D. Oliveira, Rua do Ouvidor, 141.

Aurélio Garcindo Fernandes de Sá, Capitão de Mar e Guerra – Filho de Matias José Fernandes de Sá e D. Felipa Maria de Santiago, nasceu a 31 de agosto de 1829 em Vila Nova e faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 12 de agosto de 1873. Depois de ter cursado como externo gratuito o primeiro ano do Colégio Pedro II teve praça de aspirante a Guarda Marinha em 24 de fevereiro de 1845, havendo feito a viagem de instrução nas corvetas Bertioiga e D. Francisca, desde dezembro desse ano a 27 de fevereiro de 1847. Terminado o curso da Academia de Marinha foi nomeado a 22 de dezembro de 1848 Guarda Marinha, promovido a 2º Tenente em 9 de janeiro de 1851 e no ano seguinte a 18 de março nomeado para servir no corpo de Imperiais Marinheiros na Corte do Império. Neste posto fez a campanha oriental contra o general Oribe, auxiliado pelo ditador Rosas. De 1854 a 1857 esteve embarcado em diversos vasos de guerra da marinha nacional. Promovido por Decreto de 2 de dezembro de 1856 a 1º Tenente subiu ao posto imediato, Capitão Tenente, a 28 de junho de 1864, por merecimento. Obedecia ao seu comando desde junho de 1859 a canhoneira. Parnaíba, quando a 11 de junho de 1865 se travou o combate naval de Riachuelo. Foi nessa quadra memorável de sua carreira militar que ele se cobriu de louros na mais estupenda batalha ferido nas águas sul-americanas. Recordando esse feito grandioso, já me foi dado dizer pela imprensa periódica, que o bravo sergipano, sobranceiro a todos os perigos, jogava estoicamente com a vida para salvar a honra da pátria. O intrépido marinheiro, logo no começo da ação, sentira o seu navio imobilizar-se num banco de areia, como já se havia imobilizado o Jequitinhonha num barranco debaixo das baterias inimigas; e quando se esforçava para desencalhá-lo, é abordado por quatro vapores paraguaios, que despejaram sobre o seu convés as hordas fanatizadas de Lopez. As forças inimigas chocaram-se com uma impetuosidade inaudita; o sangue corria a jorros no tombadilho da Parnaíba, onde, pelejando corpo a corpo caíram como heróis Pedro Afonso, Greenhalgh e o valoroso marinheiro Marcílio Dias. Os paraguaios triplicadamente superiores em combatentes já não duvidavam da vitória, contando apoderar-se dentro em pouco da presa cobiçada, mas pressentindo o comandante que a resistência da guarnição mais tarde teria fatalmente de ceder à superioridade numérica das hostes inimigas, ordenou ao escrivão de bordo, Correia da Silva, de acordo com o Imediato, que, a primeira voz, lançasse fogo no paiol da pólvora, preferindo deste modo a morte dos bravos a sofrer a vergonha de uma rendição ao inimigo.

“A ordem – diz um historiador – ia ser cumprida, quando se ouvem vivas à Nação Brasileira, ao Imperador, ao Chefe Barroso e ao Almirante Tamandaré, que fizeram sustar a iminente catástrofe. Era o Amazonas, o navio chefe, acompanhado pela Belmonte e Mearim, que avançando à toda a força contra os inimigos destroça os navios paraguaios” libertando a Parnaíba que desencalhada ainda tomou parte ativa na luta.

O seu brioso comandante, conjurada a terrível desgraça, continuou a figurar dignamente nas operações da esquadra, forçando as baterias de Curupaiti e do Humaitá, ocupando o lugar de maior perigo ao alcance da metralha inimiga, enquanto a divisão naval forçava a passagem em frente às baterias da célebre fortaleza. Coube-lhe ainda o forçamento das baterias de Timbó, Mercedes e Cuevas. Passando a comandar a 24 de agosto de 1868 o encouraçado Barroso, entrou no rio Tebicuary debaixo de vivo fogo, a fim de proteger a passagem do Exército por esse rio e a 1 de outubro forçou as baterias de Angustura, tendo recebido pelo completo desempenho de todos esses feitos elogiosas referências em mais de uma ordem do dia. Tantas provas de valor durante a campanha nos arriscados cometimentos que lhe foram confiados e nas quais sempre se portou com toda a correção e destemor, não o

ampararam contra os rigores das leis privativas que o obrigavam a responder perante o tribunal militar pelos fatos ocorridos na Parnaíba durante o combate de 11 de junho. A sua inocência nunca fora posta em dúvida, mas em cumprimento a imperativa disposição da lei foi submetido a conselho de guerra, no qual se defendeu cabalmente, sendo absolvido pelo Conselho Supremo Militar de Justiça por sentença de 9 de fevereiro de 1867 e nesse mesmo mês promovido a Capitão de Fragata, por merecimento. Foi ainda por merecimento a sua última promoção decretada a 12 de abril de 1868 no posto de Capitão de Mar e Guerra em que se reformou a 14 de fevereiro de 1870. Os velhos guerreiros do Conselho Supremo, íntegros juízes profissionais na arte da guerra, não vacilaram em reconhecer a nenhuma responsabilidade do comandante da Parnaíba, cuja ação inteligente e eficaz naquele momento crítico o Ministro da Guerra, Afonso Celso, exalçou nos seguintes períodos do seu relatório: “A defesa da Parnaíba é um episódio que ilustra os anais da nossa marinha e recomenda à posteridade os nomes do seu comandante e imediato. A Parnaíba manobrou entre os navios que a atacavam; investiu sobre alguns, repeliu a abordagem, e terminou em duelo desesperado, corpo a corpo, a luta de que teve afinal sanguinolenta vitória. Estas peripécias, atos incontestáveis de inteligência e bravura, não se deram ao acaso; nada menos foram que o resultado de uma deliberação, que já não é permitido contestar ao Capitão Tenente Garcindo e ao seu Imediato”. Quando não bastasse o juízo imparcial e altamente honroso do notável estadista, então na Pasta da Marinha, viriam em nossos dias dignificar a memória do herói sergipano as palavras do fluente escritor Escragnole Dória insertas no “Jornal do Comércio”, de 11 de junho de 1817, aniversário da grande batalha. Em frases impregnadas de patriótico entusiasmo assim se exprimiu ele:

“No centro da linha de combate freme a Parnaíba, que paga fogo com fogo, ousadia com ousadin. Os Paraguaiois atingem-lhe o convés. Trava-se o combate corpo a corpo. O chefe do navio resolveu deitar chamas ao paiol da pólvora. O momento é extremo. O navio vai voar pelos ares, arremessando-lhes o inimigo. Em socorro da Parnaíba vem a Amazonas, a Mearim, a Belmonte. Os vasos agressores são postos a pique e os tripulantes deles a nado.

Eis o instante supremo de alívio após as horas desesperadas.

A Parnaíba, no poema épico de Luiz José Pereira da Silva, Riachuelo, encontrou uma estância:

“Era nela a vontade respeitada
Daquele herói que nela governava,
Cuja fama por mim será cantada
E se estenda nas terras onde lava
O Tibre, Sena, o Tejo, o Nilo e cada
Antigo ou novo rio que se encrava
No país mais remoto, e não prescindo
Que o nome a todos chegue de Garcindo.”

Aurélio Garcindo Fernandes de Sá agigantou-se no convés da Parnaíba. A sua bravura foi um dos grandes episódios do magno dia de Riachuelo. O seu nome figura no bronze; e sua memória no corpo da história e no coração da pátria.”

Aurélio de Melo Rezende, Doutor – Filho do Doutor Manuel Simões de Melo, mencionado noutro lugar, e D. Maria Jesuína de Rezende, nasceu a 12 de novembro de 1861 no engenho Dira, município de Itaporanga, e faleceu a 10 de outubro de 1913 em Aracaju, poucas horas após a sua chegada daquela vila, já em precário estado de saúde. Estudou preparatórios em Aracaju, e tendo feito o curso superior na Faculdade de Medicina da Bahia, recebeu o grau de doutor a 7 de dezembro de 1889.

De posse do diploma científico, fixou residência em Itaporanga, onde a um só tempo se dedicou à clínica, à agricultura e à política. Ali foi delegado de higiene, juiz preparador e Intendente Municipal, cujas funções desempenhava ao falecer. O seu corpo foi inhumado na capela do engenho Dira.

Escreveu:

– Considerações acerca da distocia fetal: dissertação dividida em três partes. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de agosto de 1889 a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1889, 104 págs. in. 8º. Tipografia dos Dois Mundos.

Avelino de Medeiros Chaves – Filho do coronel Guilhermino José de Medeiros Chaves e D. Antonia Gracindo de Medeiros Chaves, nasceu a 4 de novembro de 1875 no povoado Sítio do Meio, município de Propriá, e faleceu no dia 2 de junho de 1919 em San Sebastian, no reino da Espanha. Muito moço entregou-se à vida ativa do trabalho. Aos 17 anos retirou-se para o Pará, em cuja capital se empregou no comércio; mas atraído pela carreira militar, abandonou o balcão para verificar praça no Rio de Janeiro, tendo como aluno da Escola Militar prestado relevantes serviços ao Governo na revolução federalista de 1893.

Promovido a oficial por decreto de 8 de novembro de 1894, desligou-se das fileiras do Exército em 1899 por ter sido reformado no posto de 1º tenente, deixando de moto próprio de receber daí por diante os vencimentos da reforma. De volta ao Norte do país, concluiu o curso de agrimensura em Belém do Pará, de onde pela primeira vez partiu em viagem para o território do Acre. Dotado de distintas qualidades, cativante no trato social, acessível e generoso, facilmente insinuou-se no espírito do povo acreano, em cujo seio contava dedicados amigos e muitos admiradores. Nas lutas pela reivindicação acreana contribuiu com o melhor do seu esforço para, de armas na mão ao lado dos patriotas Plácido de Castro, Gentil Norberto e outros, libertar do domínio estrangeiro grande parte do território brasileiro. Terminada a patriótica aventura e restituído à vida pacífica de sua profissão, internou-se na região do Jaco, onde após perigosa exploração fundou a margem direita desse rio a vasta propriedade *Guanabara*, na qual se estabeleceu definitivamente em 1900, resolvido a empregar toda a sua atividade na indústria extrativa da borracha. Foi demarcando terras e cultivando seu extenso seringal que chegou a acumular uma avultada fortuna superior a 2 mil contos, e destarte tido como o mais rico proprietário daquela zona.

Incansável advogado na defesa dos legítimos interesses do território, dirigia-se anualmente à capital do país para pugnar junto aos seus amigos do Congresso pela autonomia do Acre. Por três vezes prefeito do Departamento do Alto Purus, promoveu na sua profícua administração notáveis melhoramentos, tais como a criação da Escola Agrícola “Assis Brasil”, a estrada entre Sena Madureira e a Boca do Macauã e daí a São Bento, a disseminação do ensino público, a construção do varadouro da estrada do Xaburena ao rio Caiaté e outros. Como prêmio pela sua ação benéfica em prol do desenvolvimento progressivo da Amazônia, apenas recebeu dos poderes públicos a patente de coronel da Guarda Nacional e da política regional a presidência da Comissão Executiva do Partido Republicano do Alto Purus.

Escreveu:

– *A exploração da hévea no Território Federal do Acre*: monografia apresentada à Exposição Nacional da Borracha. Um volume com várias fotografias, a carta geográfica do Acre, segundo o Atlas Homem de Melo, e um Anexo. Rio de Janeiro, 1913, 112, XX págs. in. 8º. Lth. Turnauer & Machado

– Memorial em favor da redução dos excessivos impostos que atualmente gravam a borracha do Acre, apresentado à comissão de finanças da Câmara dos Deputados pelo proprietário de seringais naquela região. No “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, de 28 de setembro de 1915.

– *Necessidades capitais da Amazônia*: conferência realizada na Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro na sessão de 18 de novembro de 1918, sob a presidência do Dr. Miguel Calmon. Rio de Janeiro, 1918, 1-6 págs. in. 8º. Tipografia da “Revista da Época”. Publicada anteriormente no “O País”, de 21 de novembro, no “Estado de Sergipe” de 8 a 15 de dezembro do mesmo ano, no “Jornal do Comércio” de Manaus, de 18 de janeiro e na “Gazeta do Purus” de Sena Madureira, de 30 de janeiro a fevereiro de 1919.

— B —

Baltazar de Araújo Góes, Professor – Filho do capitão Francisco José de Góes e D. Maria Rosa de Araújo Melo, nasceu a 30 de outubro de 1853, na fazenda Nossa Senhora dos Prazeres, contígua ao engenho Belém, município de Itaporanga, e faleceu no Aracaju a 13 de janeiro de 1914. Tinha o curso de humanidades feito no “Ateneu Sergipense”. Na idade de 16 anos exerceu por alguns meses o lugar de Correio da Alfândega, começando assim, muito modestamente, a sua carreira no funcionalismo público, decorrida toda ela nas cidades de Aracaju e Laranjeiras.

Em 1872 substituiu o professor da 1ª cadeira primária da capital, onde ensinou gratuitamente durante os anos de 1871-1872 no curso noturno de adultos, criado pelo presidente da província, Doutor Antonio Cândido da Cunha Leitão. Em 1877 entrou em concurso para um emprego vago na Tesouraria Provincial, no qual serviu pouco tempo, tendo sido provido cinco anos depois na cadeira de francês e aritmética de Laranjeiras.

Com o advento da República em 1889, foi aclamado membro do Triunvirato ou Junta Provisória do novo Estado, dissolvido com a chegada do 1º Governador, Doutor Felisbello Firmo de Oliveira Freire, que o removeu de Laranjeiras para a cadeira de português da Escola Normal, restaurada em 1890.

Fez parte da primeira Intendência da capital por nomeação do governo e supressa a Escola Normal, passou para o “Ateneu Sergipense” como lente de geografia geral e astronomia, em cujo lugar lhe foi concedido o título de jubilação em 1898, sendo governador o Doutor Martinho César da Silveira Garcez. Reclamado ao magistério público pelo presidente do Estado, Monsenhor Olímpio de Sousa Campos, tornou a Laranjeiras em 1900 para reger a cadeira de ensino secundário, daí voltando para a de português da Escola Normal, outra vez restaurada, e na qual acumulou em 1901 o lugar de lente interino de pedagogia, como também o de diretor do “Ateneu Sergipense”. Diretor interino da instrução em 1905, reverteu em agosto de 1909 para a classe dos funcionários inativos como professor jubilado na cadeira primária da antiga Escola Normal. Diretor, por contrato de 5 de outubro de 1911, dos grupos modelo e central, Baltazar Góes (Professor) anexos à moderna Escola Normal, foi este o último lugar que ocupou no seu longo percurso feito no professorado, “Espírito solidamente preparado nos profundos estudos, a que desde moço se afeiçoou, cedo a sua individualidade conquistou pelo talento uma posição preponderante entre os mais distintos dos seus companheiros de magistério. Jornalista e político na acepção científica da palavra, escreveu para a imprensa local artigos de propaganda das idéias democráticas, de que foi sempre um adepto convencido”. Estes juízos já uma vez emitidos na biografia por mim escrita em 1906 para a “Revista Didática” do Rio de Janeiro, fotografam fielmente o seu perfil de homem público, quer seja encarado como preceptor competentíssimo, quer como hábil esgrimista nos torneios da imprensa. De convicções políticas inabaláveis, preferia sacrificar as mais caras afeições a trair os princípios, não hesitando em dissentir francamente da opinião dos melhores amigos, quando se convencia de que as deliberações do seu partido não se encaminhavam para a realização dos ideais republicanos. Caráter da velha têmpera, inflexível e reto, abominando as linhas curvas e as sinuosidades das tricas partidárias, viveu por último inteiramente retraído da política, devotando-se somente ao seu magistério, desiludido de que a nação se organizasse em verdadeira República. Fez parte de várias sociedades instrutivas e de

recreio, da maior parte das quais foi fundador. Entre outras em Aracaju, o teatrinho São Salvador; a filarmônica Euterpe, cujos primeiros mestres foram Felisbello Freire e Joaquim Honório, em 1874-1877; o Clube Letras e Artes, cujo fim se depreende do título; Untdo Aracajuana, para a prática de atos humanitários. Em Laranjeiras, o Clube Democrata com biblioteca, tribuna de conferências populares e escolas, do qual foi primeiro orador o doutor Fausto Cardoso; o Clube Dramático; o Liceu Laranjeirense, estabelecimento particular de ensino, sob sua direção, que floresceu de 1883 a 1888 com grande aproveitamento de seus discípulos e o Clube Republicano, de que foi o principal fator.

Prestou a sua colaboração aos jornais “O Presente” 1877-1878, e “Correio de Sergipe”, 1890, editados no Aracaju e nos seguintes de Laranjeiras: “O Horizonte”, 1885-1886, “O Laranjeirense”, 1887-1888, e “O Republicano”, 1889, no qual, além dos artigos assinados com o pseudônimo *Tupi*, fez sempre o resumo do movimento do partido em todo o país. O Instituto do Ceará elegeu-o seu sócio correspondente. Escreveu:

– *Regeneração do clero*: série de artigos no “O Presente”, Aracaju, de 23 de agosto a 20 de setembro de 1878.

– *Relatório* apresentado pelos membros do Governo do Estado de Sergipe, os cidadãos Engenheiro José de Siqueira Menezes e Professor Baltazar ao ilustre cidadão, Dr. Felisbello Firmo de Oliveira Freire, a 13 de dezembro de 1889. No “O Republicano” de 16 de janeiro a 5 de março de 1890 e no Apêndice do livro “A República em Sergipe”. Tanto no Relatório, como no livro está escrito erradamente – novembro, em vez de dezembro.

– *Ordem e Progresso*. Protesto contra o Decreto do Governador deste Estado, nº 80, de 30 de setembro deste ano, ato nº 381 da mesma data e despacho de 3 de outubro, dado a petição dos professores de Português e de Matemáticas da Escola Normal, Bahia 1890, 21 págs. in. 30, pq. Lito-Zinco-Tipografia Ligouri & C.

– *A República em Sergipe* (apontamentos para a História). 1870-1889. Aracaju, 1891, 226 págs. in. 8º pq. Tip. do “Correio de Sergipe”.

– *Biografia de Francisco Hora de Magalhães*, publicada sob a epígrafe *Sergipanos no Brasil*, no nº 589 do “Estado de Sergipe” de 14 de agosto de 1900.

– *Biografia de “Horácio Hora”* – “O Pintor Sergipano”. Aracaju, 1902, 4 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *Joaquim Honório*: notícia a propósito do falecimento desse conhecido músico. No “O Estado de Sergipe” de 19 de abril de 1904.

– *Apostilas de Pedagogia* precedidas de algumas noções de Psicologia colhidas de bons mestres, coordenadas e redigidas por... professor da Escola Normal de Sergipe – Aracaju. Rio de Janeiro, 1905, 96 págs. in. 12º com 8 modelos. Impressores – M. Orosco & C. Este trabalho foi aprovado unanimemente pelo Conselho Superior de Instrução

– *Programa para o ensino primário* especialmente os grupos escolares do Estado de Sergipe. Aprovado unanimemente pelo Conselho (sic) Superior da Instrução. Aracaju, 1912, 15 págs. in. 8º. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *Traços biográficos do grande mecânico e artista sergipano, José Francisco da Silva Zuca*. Em colaboração com o Dr. Dionísio Eleutério de Menezes. Aracaju, 1913, 52 págs. in. 8º pq. Tip. Comercial.

– *Gramática da Língua Portuguesa*, para uso de seus filhos. Inédita. Deste trabalho dá notícia o Dr. Manoel dos Passos no prefácio á biografia de Horácio Hora. Foi um dos redatores do:

– *O Porvir*: jornal literário e recreativo. Aracaju, 1874. Propriedade de uma associação de estudantes. Com Eutíquio Lins, Manuel Alves Machado, Juvêncio de Siqueira Montes, Felisbello Freire, Amâncio Bezerra, Ramalho Silva e Felix Vasconcelos.

Baltazar Vieira de Melo, Doutor – Filho de outro do mesmo nome e D. Rosa Maria de Melo, nasceu a 27 de maio de 1857 no engenho Cassange, município de Divina Pastora.

Cursou preparatórios no Ateneu Sergipense, fez os primeiros anos de medicina na Faculdade da Bahia e formou-se na do Rio de Janeiro em fins de 1883. Sua tese mereceu aprovação distinta, tendo sido anteriormente publicada na “União Médica do Rio no mesmo ano em francês, espanhol e italiano. Há longos anos residente na capital de S. Paulo, tem sido ali clínico, funcionário público e escritor. Exercia o cargo de médico de higiene, quando se deu a reorganização do serviço sanitário do Estado, por efeito da qual foi nomeado inspetor sanitário da capital por decreto de 11 de novembro de 1911 e em Janeiro de 1917 chefe do serviço de inspeção médica escolar. Tem colaborado no “Jornal do Comércio”, no “O País” e outros jornais do Rio; no “Correio Paulistano”, “Gazeta Clínica” e outros, nos quais se encontram muitos artigos seus sobre assuntos médicos e de higiene Foi antigo chefe de clínica das moléstias da pele e sifilíticas na Policlínica geral do Rio de Janeiro, encarregado do serviço clínico do Gabinete de eletricidade médica na mesma Policlínica; é membro titular da Academia de Medicina do Rio, membro correspondente do Círculo Médico Argentino, de Buenos Aires, eleito em 1884, e membro de outras associações estrangeiras. Em 1912 fundou em S. Paulo a Assistência médica e dentária às crianças das escolas, por muitos anos sob sua humanitária direção e em 1913 viajou pela Europa.

Escreveu:

– *Natureza e tratamento da Elefantíase dos Árabes*. Dissertação. Proposições. Cadeira de botânica médica e zoologia – Os animais parasitas do homem. Cadeira de patologia cirúrgica – Das afecções ósseas sifilíticas. Cadeira de patologia médica – Febres perniciosas no Rio de Janeiro. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1883 para ser sustentada a fim de obter o grau de doutor em medicina. Rio de Janeiro, 1883, 203 págs. in. 8º. Tip. de G. Leuzinger & Filhos.

– *Da antipirina nas febres palustres e nas afecções bronco pulmonares*. Rio de Janeiro, 1885, in. 8º.

– *De l'identité de la fièvre jaune et de l'impaludisme aigu: conséquence contagiosité de l'impaludisme et curabilité de la fièvre jaune*. Rio de Janeiro, 1885. Publicado na União Médica do Rio de Janeiro, vol. 5, págs. 565 a 570.

– *Da antipirina (dimetiloxiquinazina) e de suas aplicações, particularmente na tuberculose pulmonar*: memória apresentada à Academia Imperial de Medicina, para o fim de ser eleito membro titular da mesma. Na “União Médica” de 1885, vol. 5 e em vol. in. 8º. Publicado no mesmo ano no Rio de Janeiro.

– *Da elefância (Elefantíase dos Árabes) e de seu tratamento pela eletricidade*. Rio de Janeiro, 1884, XVI – 203 págs. in. 8º. G. Leuzinger & Filhos Editores.

– *Do impaludismo agudo no Rio de Janeiro* e suas múltiplas formas de perniciosidade, especialmente a estomatorragia. Idem, vols. 5 e 6, 1885-1886.

– *Considerações sobre a publicação que, sob o título “Contribution a l'étude clinique des applications thérapeutiques de l'antipyrine”, acaba de fazer o Dr. Clement Ferreira*. Idem, idem, págs. 525 a 539.

– *Do micróbio do paludismo agudo* e de sua identidade com a febre amarela. Idem, vol. 6, 1886, págs. 153 a 161.

– *Refutações à opinião manifestada pelo Sr. Dr. Silva Lima sobre a identidade etiológica da febre palustre e amarela*. Idem, págs. 212 a 225.

– *Nova e valiosa contribuição* em favor da identidade da febre amarela e do impaludismo agudo. Idem, págs. 337 a 346.

– *Paralelo entre a febre amarela (hiper-paludismo agudo) e a febre tifoidéa*. Idem, de 1886, págs. 385 a 392.

– *Tratamento do cholera morbus* pelo ácido tânico em enteroclise pelo Sr Professor Arnaldo Cantani. Trad. Idem, págs. 588 a 549.

– *O processo anti-rábico de Pasteur* aplicado indutiva e relativamente ao tratamento da sífilis pelo Sr. Prof. P. Gamberini. Trad. do Italiano. Idem, de 1887, págs. 255 a 269.

- *Da jugulação da febre amarela pela quinina* (Nota dirigida ao “Annual of te Universal Medical Sciences”, de Filadélfia). Idem, de 1887, págs. 432 a 440.
 - *Da heredo-sífilis como fator patogênico da histeria e da epilepsia* (Nota dirigida ao mesmo “Annual” em 1887, págs. 482 a 487).
 - *Caso notável de paresia intestinal*, com dilatação gástrica curada pela faradização. Idem, vol. 8 de 1888, págs. 145 a 155.
 - *Contribuição para o estudo das miclopatias blenorragicas*. Na “União Médica”, de 1888, págs. 343 a 347.
 - *Do paludismo agudo e de suas modalidades clínicas inclusive a febre amarela*. Rio de Janeiro, 1889, 99 págs. in. 8º. Imprensa a vapor H. Lombaert & C.
 - *A epidemia de Campinas e os socorros prestados pela comissão Lidgerwood*. Relatório organizado por, etc. Rio de Janeiro, 1889, 27 págs. in. 8º. Imprensa a vapor H. Lombaert & C.
 - *Nota sobre um caso de encefalopatia histérica*, reputado sífilítica. Na “União Médica”, vol. 9, 1889, págs. 385 a 395.
 - *Tutela aos médicos* (Contestação ao Dr. Alberto Mendonça): série de artigos no “Correio Paulistano”, de 3, 5 e 7 de outubro de 1905.
 - *A questão dos serums* (Ao Dr. Artur Mendonça). Idem, de 8, 10 e 12 do mesmo mês e ano.
 - *Da naturalidade aplicada à vida escolar*: memória apresentada ao 6º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, reunido na Capital de S. Paulo em setembro de 1907. Na “Imprensa Médica”, S. Paulo, de 10 de setembro do mesmo ano, págs. 275 a 283.
 - *A Organização do Serviço de Inspeção Médico-Sanitária das Escolas em S. Paulo*. S. Paulo, 1912, 39 págs. in. 16º, com uma gravura. Weiszflog Irmãos.
 - *Relatório* apresentado na Assembléia Geral de 25 de março de 1915 pelo Diretor Geral da Associação Paulista de Assistência Dentária Escolar. São Paulo, Rio 1915, 16 págs. in. 16º. Weiszflog Irmãos.
 - *A propósito da extirpação de amígdalas avariadas*. Refutação ao Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho. São Paulo, 1916, 16 págs. in. 12º. Weiszflog Irmãos.
 - *Relatório* apresentado à Associação Paulista de Assistência Escolar na Assembléia Geral de 25 de março de 1916. S. Paulo e Rio, 1916, 31 págs. in. 16º, com 5 gravuras. Weiszflog Irmãos.
 - *Higiene Escolar e Pedagógica para uso de médicos, educadores e estabelecimentos de ensino* (inspeção médica escolar do Estado de S. Paulo). S. Paulo, 1917, 183 págs. in. 12º, com estampas. Casa Vanerden.
 - *Escolas ao ar livre e Colônias de Férias para débeis*. Escolas especiais para tardos (anormais intelectuais). S. Paulo, 1917, 37 págs. in. 8º. Casa Espíndola. Extraído da “Gazeta Clínica” de outubro de 1917.
 - *Sinopse dos serviços realizados em 1918*. Relatório apresentado ao Diretor da Instrução Pública pelo Dr. Chefe da Inspeção Médica Escolar. S. Paulo, 1919, 46 págs. in. 8º. Augusto Siqueira & C.
 - *A Inspeção Médica Escolar em S. Paulo no exercício de 1918*. S. Paulo, 1919, 46 págs. in. 8º. Augusto Siqueira & C.
 - *A Inspeção Médica Escolar em S. Paulo, no exercício de 1919*. S. Paulo, 1920, 57 págs. in. 8º. Tip. Augusto Siqueira & C.
- Foi redator correspondente da revista.
- *Annual of te Universal Medical Sciences*, de Filadélfia. Redator gerente e depois redator chefe da:
 - *União Médica*: arquivo internacional de ciências médicas. Rio de janeiro, 1881-1888. Sob a sua direção a:
 - *União Médica*. S. Paulo, 1891, e também a:

– *Imprensa Médica*: revista de medicina, cirurgia, higiene e farmacologia. S. Paulo, 1904. (Se neste artigo forem notadas prováveis omissões, deve-se a esse autor, a quem me dirigi pessoalmente em S. Paulo, pedindo alguns dados complementares, que me não foram subministrados)

Barão de Cotinguiba – Vide Bento de Melo Pereira.

Barão da Estância – Vide Antonio Dias Coelho e Melo.

Barão de Maruim – Vide João Gomes de Melo.

Barão de Propriá – Vide José da Trindade Prado.

Barão do Rio Apa – Vide Antonio Enéas Gustavo Galvão.

Barão de Traipu – Vide Manuel Gomes Ribeiro.

Bartholomeu Ferreira Lagarto – O seu segundo cognome, tomado talvez do lugar em que nasceu, e o assunto do trabalho infra indicado fazem crer ser sergipano este outro. Barbosa Machado citando-o na Biblioteca Lusitana apenas adianta que o novo adicionador da Bibl. Ocid. de Antonio de Leão, tom. 2, tít. 12, col. 683, o intitula de doutor.

Escreveu:

– *Advertências pertencentes ao Socorro do Estado do Brasil*. Manuscrito in. fol. existente na Biblioteca d’El Rei Católico.

Belmiro Paes de Azevedo – Filho de Manoel Pais de Azevedo e D. Josefa Narcisa Gomes de Azevedo, nasceu em S. Cristóvão a 2 de agosto de 1840 e faleceu na capital da Bahia a 19 de agosto de 1910. Principiou sua carreira pública em 1859, ocupando o lugar de adido à Administração dos correios do Maranhão. Nomeado em 1860 pelo Governo Imperial oficial papalista e em 1869 contador da mesma Repartição, como tal foi comissionado em 1882 para inspecionar e regularizar o serviço postal do Pará, onde poucos meses depois passou a exercer efetivamente o mesmo cargo, indicado por suas comprovadas aptidões para um posto de maiores responsabilidades, foi por decreto de 23 de fevereiro de 1884 nomeado Administrador, dessa Repartição, tendo desempenhado as suas funções até setembro de 1894, em que foi aposentado, depois de ter dado as melhores provas de zelo e dedicação pelo serviço público, na ação fiscalizadora exercida sobre a receita postal e na aplicação escrupulosa dos dinheiros da Nação sob a sua guarda.

Escreveu:

– *Almanaque Paraense* de administração, comércio, indústria e estatística para o ano de 1883, organizado por... e Marcelino A. Lima Barata, ex-chefe de seção da secretaria do Governo. 1º Ano. Pará, 1883, 484. págs. in. 12º. Tip. de Assis & Lemos. Não continuou.

– *Relatório* apresentado ao Dr. Luiz Betim Paes Leme, diretor geral dos correios, pelo administrador dos correios do Pará. Belém, 1891. Fundou e foi redator chefe da

– *Gazeta Postal*: periódico consagrado aos interesses postais. Belém, 1889-1891. Foi publicado o 1º número a 2 de abril daquele ano e o último a 20 de dezembro desse.

Bemvindo Pinto Lobão, Desembargador – Filho de Gonçalo Pinto Lobão e D. Maria Vitória da Graça, e irmão do conselheiro Alexandre Lobão, (vide) nasceu na então vila de Itabaiana a 23 de novembro de 1837 e faleceu em Aracaju a 14 de abril de 1904. Formado em direito na Faculdade de Recife, em 1864, percorreu todos os cargos da magistratura até chegar ao de desembargador do Tribunal da Relação do Estado, em que se

aposentou a 8 de julho de 1898. Eleito deputado provincial para as legislaturas de 1872-1873, 1874-75, em ambas ocupou o lugar de 2º secretário da Mesa. Foi chefe de polícia interino em dezembro de 1891 e colaborador de diversos jornais do Estado.

Escreveu:

– *Ao Exmo. Sr. Presidente da Província*: queixa entre o juiz de direito interino da comarca de Itabaiana, Tito Lívio Vieira Dortas. No “Jornal de Aracaju” de 2 de março de 1871.

– *Discurso* pronunciado na Assembléia Provincial na sessão de 14 de abril de 1874. No mesmo jornal de 23 do dito mês.

– *Resposta a uma denúncia do Promotor Público da comarca de Gararu*, Antonio Alves Gouveia Lima. Na “Gazeta do Aracaju”, de 10 de setembro de 1881.

– *Academia de direito*. A propósito da idéia de criação de uma Faculdade Livre de Direito em Aracaju. No “O Estado de Sergipe”, de 31 de agosto de 1881.

– *Habeas-corpus*. Idem, de 1º de setembro do mesmo ano.

– *Magistratura*. Idem, de 3 do referido mês e ano.

– *Montepio*. No “Jornal de Sergipe”, de 21 de junho a 2 de julho de 1903.

Com outros redigiu:

– *O Conservador*: órgão do partido. Aracaju, 1873.

Benedito da Silva Cardoso – Filho de Joaquim Maurício Cardoso, também contemplado neste livro, e D. Júlia da Silva Cardoso, nasceu a 28 de novembro de 1903, no Aracaju. Estudou primeiras letras no Aracaju, fazendo o curso secundário no Colégio “Grêmio Escolar” fundado pelo desembargador Evangelino de Faro nesta mesma capital. É Cirurgião Dentista, membro da Academia “Manoel Vitorino” da Bahia e telegrafista, tendo servido nas repartições de Caravelas, Ilhéus e atualmente (1924) na Capital da Bahia. Colaborou no “Correio de Aracaju”, “Correio de Ilhéus” e diversos jornais da Bahia.

Escreveu:

– *Auroras Boreais*: versos – 120 págs. in. 8º. Bahia, 1924 – Livraria Econômica.

Benjamim Fernandes da Fonseca, Doutor – Filho de José Fernandes da Fonseca e D. Francisca Maria da Fonseca, nasceu no termo do Boquim a 31 de março de 1862 e faleceu a 25 de julho de 1906 na cidade de Óbidos, no Pará. Doutor pela Faculdade de Medicina da Bahia, graduado em 10 de dezembro de 1887, foi nomeado em agosto de 1891 médico adjunto do corpo de saúde do Exército e exercia, como capitão médico de 4ª classe, que era desde 1903, a clínica militar na guarnição daquela cidade, quando se deu o seu falecimento.

Escreveu:

– *Febre tífica*: dissertação. Proposições – Três sobre cada cadeira do curso médico. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 29 de setembro de 1887 a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1887, 113 págs. in. 8º. Tip. dos Dois Mundos.

Berillo Vieira Leite, Doutor – Filho do Major Sizenando de Souza Vieira e D. Adelaide de Souza Leite, e irmão do doutor João Vieira Leite, noutro lugar mencionado, nasceu a 16 de fevereiro de 1878 no engenho São Felix, município de Santa Luzia. Tendo começado a vida como praticante do Telégrafo Nacional, foi nomeado em 1º de março de 1897 telegrafista de 4ª classe, lugar que abandonou em abril de 1907. Durante o tempo que funcionou na Repartição dos Telégrafos na capital da Bahia, frequentou a Faculdade de Medicina, onde se formou, colando o grau de doutor em 22 de dezembro de 1906. De começo teve consultório médico na Estância, estabelecendo-se depois em Aracaju, onde é considerado como um dos membros mais distintos de sua classe. Em 3 de julho de 1909 foi nomeado Chefe da Saúde dos Portos do Estado, cargo que exerce desde aquela data sem nenhuma interrupção.

Escreveu:

– *Da raquistovainização*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 21 de outubro de 1906 para ser perante a mesma defendida a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1906, 67 págs. in. 8º. Tip. e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios.

► *Data de morte*: 01 julho de 1952, em Aracaju (SE).

Bento de Melo Pereira, Barão de Cotinguiba – Nasceu em Vila Nova no ano de 1780, sendo filho de Felipe de Melo Pereira e D. Rosa Maria do Espírito Santo, e faleceu a 23 de setembro de 1866.

Capitão-mor de ordenanças de Vila Nova, foi depois Barão do Cotinguiba por Decreto de 25 de março de 1849. Prestou muito bons serviços à legalidade, quando, o movimento revolucionário em 1817 em Pernambuco, repercutiu nas margens do rio S. Francisco.

Foi comandante das armas de Sergipe de 1827 a 1829; membro do Governo da Província em 1830; presidente de Sergipe por carta imperial de 27 de agosto de 1837 e comandante superior da Guarda Nacional da comarca de Vila Nova, exonerado a 17 de outubro de 1843. Esteve no Governo em um período de grande agitação, tendo sido Vice-Presidente em 1834-1837-1839-1842. Entrou na lista tríplice para senador do Império na eleição procedida a 5 de janeiro de 1859 e era comendador da Ordem de Cristo e Oficial da Ordem da Rosa.

Escreveu:

– *Proclamação aos Sergipanos* em 17 de novembro de 1836 pelo Presidente, etc. Avulso. Transcrito no “Jornal do Comércio” do Rio de 24 de dezembro seguinte.

Bernardino José de Souza, Bacharel – Filho de Otávio José de Souza e D. Filomena Maciel de Faria, nasceu na vila Cristina a 8 de fevereiro de 1885. Estudou no conceituado “Ginásio Carneiro Ribeiro” os seus preparatórios, matriculando-se na Faculdade Livre de Direito da Bahia em que se formou em 1905, sendo escolhido pelos colegas, orador da turma de bacharelados. Logo após a sua formatura, entregou-se ao magistério, sendo nomeado professor de Geografia do “Ginásio Carneiro” em 1906 e de História Geral em 1907. Nesse último ano foi convidado para reger uma das cadeiras do extinto “Instituto de Ciências e Letras”. Ao deixar a Faculdade de Direito foi eleito Deputado à Assembléia do Estado, sendo reeleito em 1907. Em 1906 fez concurso na Faculdade para substituto da 2ª seção de Direito Internacional Público, Diplomacia e Direito Internacional Privado e Direito Público e Constitucional e em virtude da Lei Orgânica do Ensino de 1911, passou a ser Lente Extraordinário da 1ª Seção, compreendendo aquelas 2 cadeiras e mais a de Enciclopédia Jurídica. Como delegado do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ao 1º Congresso Brasileiro de Geografia do Rio de Janeiro em 1909, foi um dos que mais provaram competência, apresentando duas memórias, que foram aceitas e comentadas favoravelmente. Como professor do Educandário dos “Perdões”, Escola Normal, equiparado em 1911, foi nomeado para lecionar Geografia e História. Em virtude de uma nova lei de ensino foi nomeado catedrático de direito público internacional em abril de 1915. É sócio correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano; do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo; do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e membro correspondente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e de outras sociedades nacionais e estrangeiras. Além de vários folhetos já publicados, colaborou no “Diário da Bahia”, “Jornal de Notícias”, “Via-Láctea”, revista “Lítero-Científica” da Bahia, nº 10, do mês de abril de 1912.

Redigiu:

– *O Acadêmico* – periódico científico e literário redigido por acadêmicos de Direito. Bahia, 1901. Redator-chefe, Francisco Borges de Barros. Redatores: Bernardino de Souza e Santos Cruz.

Escreveu:

– *Discurso* pronunciado por ocasião da solenidade da colação de grau aos bacharelados de 1904 por... orador eleito por seus colegas. Bahia, 1904, 59 págs. in. 8º. Oficinas dos Dois Mundos.

– *Ensino da geografia*: memória apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, reunido no Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1909.

– *Discurso* recitado a 8 de setembro de 1909 no palácio Monroe na sessão de Assembléia Geral do E. Congresso Brasileiro de Geografia para a eleição de uma mesa. No “Correio da Manhã” do dia seguinte.

– *Relatório* apresentado ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, na sessão de 3 de outubro de 1909, como delegado do mesmo Instituto no Congresso de Geografia reunido no Rio de Janeiro a 7 de setembro do dito ano. No “Diário da Bahia” de 6 a 10 daquele mês e na “Revista” do Instituto, vol. 16, págs. 1 a 25.

– *Nomenclatura Geográfica peculiar ao Brasil*: memória apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em setembro de 1909. Bahia, 1910, 18 págs. in. 8º. Lit-Tip e encadernação Reis & C. Na “Revista” do Instituto, vol. 16, págs. 28 a 40. Tem 2ª edição publicada na Bahia. Imprensa oficial do Estado em 1917, com 35 págs. in. 8º.

– *Leituras geográficas*: memória apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia em setembro de 1909. (Para o “Jornal de Notícias” da Bahia). Uma longa série de artigos publicados no referido jornal a começar do nº de 14 de novembro de 1910. O 18º artigo vem nos ns. 3, 4, 9, 12 e 18 de outubro de 1912.

– *A carta geográfica da Bahia*. Um serviço inadiável Apelo à Assembléia Legislativa do Estado. Idem de 20, 22, 25, 26, 28 de abril; 4 e 20 de maio e 22 de junho de 1911.

– *Problemas internacionais*. Idem de 13 de julho de 1911.

– *Barão do Rio Branco*: conferência realizada no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, na sessão solene de 3 de maio de 1912, pelo orador oficial do mesmo Instituto. No “Jornal de Notícias” de 9 de maio de 1912. Saiu depois em folheto sob o título:

– *Barão do Rio Branco*: elogio histórico pronunciado na sessão solene do Instituto Histórico da Bahia, em 3 de maio de 1912. Bahia, 1912, 54 págs. in. 8º.

– *Pescarias baianas*. No “Jornal de Notícias” da Bahia, de 26 e 30 de julho de 1912.

– *O nome do Estado da Bahia*. Na revista mensal “Via-Láctea”, Bahia, págs. 29 a 31 do n. 1, de 1912.

– *Mares e Terras*: Com um prefácio de Teodoro Sampaio, Livraria Catilina. Bahia, 1913.

– *Corografia do Estado do Piauí*. Mandada imprimir pela Intendência Municipal da cidade da Parnaíba. 1913.

– *A ciência geográfica, seu conceito e suas divisões*. Bahia, 1914. Tip. Baiana de Cincinato Melquíades.

– *A Expansão Germânica*: série de artigos no “Jornal de Notícias”, Bahia, de 30, 31 de julho e 1 de agosto de 1915.

– *Nas terras do Ceará*: conferência realizada no “Ginásio Ipiranga” na noite de 8 de agosto de 1915.

– Idem de 10 a 12 do mesmo mês e ano.

– *Discurso* proferido na sessão da abertura do 4º Congresso Brasileiro de Geografia reunido no Recife em 7 de setembro de 1915 pelo representante do Estado da Bahia. No “Jornal de Notícias”, Bahia, 16 e 17 do referido mês.

– *Discurso* pronunciado no dia 2 de julho de 1918, às 10 horas da manhã, no momento da inauguração do Pavilhão 2 de julho. Na “Bahia Ilustrada”, Rio de Janeiro, a 8 de julho de 1918.

► *Data de morte: 11 de Janeiro de 1949, no Rio de Janeiro (RJ).*

Bernardo Machado da Costa Dória, Conselheiro – Filho do capitão Antonio Rodrigues da Costa Dória e D. Maria Joaquina da Costa Dória, nasceu a 12 de março de 1811 na outrora vila de Propriá e faleceu na cidade do Recife a 5 de setembro de 1878. Bacharel em ciências jurídicas e sociais, formado em 1837, tendo por companheiro Tobias Barbosa Ferreira da Silva, foram eles os primeiros sergipanos que se graduaram na Academia Jurídica de Olinda. Dedicando-se à carreira da magistratura, muito honrou a sua toga pelo saber e elevado espírito de retidão, vindo encerrar o ciclo de sua longa vida pública como desembargador da Relação do Recife, em cujo cargo foi aposentado por Decreto de 11 de maio de 1878; Para chegar à eminência dessa posição foi primeiramente juiz de direito da comarca de Alagoas em 1839-1841, removido para a de Vila Nova em 15 de dezembro de 1841 e embora alguma vez transferida a sede da comarca para Propriá, nela continuou por muitos anos até 1854, tendo interrompido o exercício do cargo por duas vezes para servir interinamente como chefe de polícia; em 1847, nos últimos dias da vice-presidência do doutor João José de Bittencourt Calasans e começo da administração do doutor Joaquim José Teixeira, e em 1852 na presidência do doutor José Antonio de Oliveira e Silva. Por decreto de 1º de fevereiro de 1854 foi nomeado chefe de polícia do Rio Grande do Sul e exonerado a 14 de setembro de 1855. Dispensado dessa comissão, o governo imperial por decreto de 13 de novembro seguinte designou-lhe o juizado da 1ª vara comercial do Recife, onde também exerceu em 1859 as funções de chefe de polícia interino. Em 1857-1858 presidiu a ex-província do Rio Grande do Norte. Nomeado por decreto de 23 de janeiro de 1863 desembargador da Relação da Bahia, foi removido em 1872 para a de Recife e por decreto de 6 de novembro de 1873 dessa para a Relação de Fortaleza, Capital do Ceará, cabendo-lhe a honra de instalá-la solenemente a 3 de fevereiro do ano seguinte no caráter de seu presidente. Organizado o serviço do novo regime judicial na província, voltou por decreto de 17 de abril de 1875 para a Relação do Recife, na qual se conservou por alguns anos até ser decretada a sua aposentadoria. Em Sergipe ocupou o cargo de 3º vice-presidente no período de 1851-1854, além dos demais que exerceu na província. Era do conselho de S. M. I. Pedro II, oficial da imperial Ordem da Rosa.

Escreveu:

– *Relatório* apresentado pelo Exmo. Presidente Dr..., ao Exmo. Vice-Presidente, Dr. Otaviano Cabral Raposo da Câmara, por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Rio Grande do Norte. em 19 de maio de 1858. Natal, 1858, 51 págs. in. 8º, inclusive os apensos. Tip. Liberal Riograndense.

– *Discurso* pronunciado no Paço da Assembléia Provincial do Ceará, a 3 de fevereiro de 1874, por ocasião de ser instalado o Tribunal da Relação do Distrito. No tomo XIV, 1900, págs. 119 a 123 da Revista Trimensal do Instituto do Ceará.

Bittencourt Sampaio – Vide Francisco Leite de.

Braz Bernardino Loureiro Tavares, Bacharel – Filho de Francisco Tavares de Sá e D. Catarina Angélica de Sá, nasceu a 26 de junho de 1851 no engenho S. José, município de Japarutuba, e faleceu na Capital federal a 24 de junho de 1921. Bacharel em ciências jurídicas e sociais formado em 1874 na Faculdade do Recife, começou a vida pública em Sergipe como promotor das comarcas de Lagarto e Japarutuba em 1875 a 1877. Zeloso advogado da justiça no desempenho de suas funções, foi em seguida juiz municipal de Montes Claros em Minas, 1877-1879; de Santa Luzia em Goiás, 1879-1882; juiz de direito da comarca de Cavalcanti,

ainda em Goiás, 1882-1884 e das comarcas mineiras de Itapecerica em 1884-1890, São Paulo do Muriaé em 1890-1894 e de Juiz de Fora em 1894 a 1919, terminando nessa última a sua judicatura, por ter sido aposentado em 27 de maio de 1919. Quando juiz municipal de Santa Luzia fundou a colônia orfanológica Blasiana, à margem do rio Corumbá, destinada a receber menores órfãos. Em Juiz de Fora, onde distribuiu justiça durante 24 anos deixou a mais honrosa tradição de juiz íntegro e cidadão modelar.

Sem jamais ter aspirado as altas posições, sem outra ambição mais do que dar inteiro cumprimento aos deveres do cargo e obedecer aos ditames do seu espírito religioso, recusou uma cadeira no Egrégio Tribunal da Relação de Minas Gerais, oferecida pelo Presidente do Estado, Doutor Delfim Moreira, alegando não ter ainda terminada a sua piedosa missão de reerguimento da Santa Casa de Misericórdia, de que foi provedor desde 1897 a 1918, no exercício de cujo cargo prestou inolvidáveis serviços, pelos quais Sua Santidade lhe concedeu a bênção apostólica até a 3ª geração, como um dos maiores benfeitores daquela pia instituição. No seu último Relatório apresentado à Mesa Administrativa em janeiro de 1919, ao fazer suas despedidas, terminou nos seguintes termos: “Diz-me a consciência que fiz quanto em mim cabia para corresponder a essa confiança: elevei a nossa instituição ao maior grau de prosperidade, procurando com as minhas fracas forças, na minha passagem pela terra, amparar e suavizar os sofrimentos dos nossos semelhantes, a fim de merecer pela infinita graça de Deus o perdão de minhas faltas.” Católico prático, de crenças religiosas arraigadas, coube-lhe a honra de presidir o 1º Congresso Católico de Minas. Fundada em 1914 a Faculdade de Direito de Juiz de Fora, foi escolhido lente catedrático de teoria do processo civil, comercial e criminal, ensinada no quarto ano do curso. Como Provedor escreveu vários Relatórios anuais, em cujo número se contam os seguintes:

– *Relatório* da Administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora concernente ao ano compromissal de 1905, apresentado em reunião da Mesa Administrativa de 1906. Juiz de Fora, 1906, 14 págs. in. 8º. Papelaria Tipografia Central.

Relatório da Administração da Irmandade do Senhor dos Passos e da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, concernente ao ano compromissal de 1916. Apresentado em reunião da Mesa Administrativa de 1 de janeiro de 1907. Juiz de Fora, 1907, 19 págs. in. 8º, inclusive 9 anexos e o Parecer da Comissão. Tipografia Brasil.

— Relatório do ano de 1913 apresentado pelo Provedor... à Mesa Administrativa do 1 de janeiro de 1914 e unanimemente aprovado. Juiz de Fora, 1914, 38 págs. in. 8º, com 13 anexos. Tipografia Brasil.

– Relatório do ano de 1914 apresentado à Mesa Administrativa pelo Provedor em 1 de janeiro de 1915 e unanimemente aprovado. Juiz de Fora, 1915, 30 págs. in. 8º, com 13 anexos e um Parecer do Egrégio Conselho. Tipografia Brasil.

– Relatório do ano de 1915 apresentado pelo Provedor... à Mesa Administrativa em 1916 e unanimemente aprovado. Juiz de Fora, 1916. 14 págs. in. 8º, com 15 anexos, Parecer do Egrégio Conselho e um diagrama do movimento da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora.

– Relatório do ano de 1916 apresentado pelo Provedor à Mesa Administrativa em 1 de janeiro de 1917, e unanimemente aprovado. Juiz de Fora, 1917, 8 págs. in. 8º, com 15 anexos e um Parecer da Comissão de Contas. Tip. Brasil.

– Relatório do ano de 1917 apresentado pelo Provedor à Mesa Administrativa em 1º de janeiro de 1918 e unanimemente aprovado. Juiz de Fora, 1918, 7 págs. in. 8º, com 16 anexos e um parecer da Comissão de Contas. Tip. “Iris”.

– Relatório do ano de 1918 apresentado pelo Provedor à Mesa Administrativa em 1 de janeiro de 1919 e unanimemente aprovado. Juiz de Fora, 1919, 39 págs. in. 8º, inclusive 17 anexos e o Parecer da Comissão de Contas. Tip. “Iris”.

Brício Maurício de Azevedo Cardoso, Professor – Filho do advogado Joaquim Maurício Cardoso, professor de matemáticas e geografia no “Externato Provincial” da Estância e D. Joanna Batista de Azevedo Cardoso, nasceu nessa cidade no dia 9 de julho de 1844. Ali começou o seu curso de humanidades, recebendo as lições de seu progenitor, do seu tio o Cônego, vigário José Luiz de Azevedo, dos doutores Antonio Ribeiro Lima e Galdino Barbosa de Araújo e terminou-o no colégio “Ateneu Baiano” na capital da Bahia, onde estudou filosofia com o preclaro mestre, frei Antonio da Virgem Maria Itaparica, depois de ter cursado as aulas do seminário pequeno daquela arquidiocese. Iniciou sua vida pública antes de concluir o curso de preparatórios, como professor substituto da cadeira de geometria da Estância e professor de primeiras letras da vila do Espírito Santo em substituição no professor Antonio Quirino de Sousa, irmão do bispo D. Domingos Quirino de Sousa. Por ato de 24 de outubro de 1870 foi nomeado professor público do ensino primário superior na sua cidade natal, removido em 1874 para a cadeira de retórica e poética do “Ateneu Sergipense”, em cujo estabelecimento regeu também a cadeira de gramática da língua vernácula, tendo anteriormente dado por algum tempo lições de história universal e especialmente de história de Sergipe. Simultaneamente com a cadeira da retórica e poética lecionou na de gramática portuguesa nas ditas Escolas Normais de ambos os sexos das quais foi diretor desde 1877, ora a título gratuito, ora a título remunerado, tendo sido dispensado desse último cargo em abril de 1879. Após demorado tempo de exercício no magistério público, jubilou-se a 31 de julho de 1912 com 42 anos de bons serviços, no desempenho dos quais sempre demonstrou grande competência e o alto valor de seus conhecimentos pedagógicos. No longo percurso do seu professorado não se limitou apenas ao exercício do magistério público, foi mais além, disseminou a instrução em diversos institutos particulares da Bahia e Sergipe. Na Capital daquele Estado ensinou no “Ateneu Baiano” religião exclusivamente a seu cargo e latim juntamente com o notável helenista João da Veiga Muricy; em Aracaju lecionou filosofia e retórica no Parthenon Sergipense, fundado pelo Dr. Ascendino Ângelo dos Reis; gramática portuguesa, matemáticas e geografia no colégio fundado pelo bacharel Gonçalo Vieira de Melo; português no colégio para meninas “N. S. de Lourdes” dirigido por Irmãs Sacramentinas e português, latim e história universal no colégio “Tobias Barreto” sob sua diretoria, instalado a 9 de maio de 1919 por seu sobrinho, o professor José de Alencar Cardoso. No regime decaído foi deputado provincial na legislatura de 1878-79 e com o advento da República fez parte da primeira Assembléia Constituinte, de várias legislaturas estaduais e eleito membro do Conselho Municipal de Aracaju, dirigiu como seu presidente os trabalhos das respectivas sessões. Exerceu o cargo de secretário do Estado nos governos do General Valadão e doutor Martinho Garcez. Jornalista de longa prática no manejo da pena, além do muito que, a datar do Império, escreveu nos jornais que fundou e redigiu, colaborou no “Correio de Alagoinhas”, da Bahia, (1908) no “Sul de Sergipe” de propriedade de José Maria Gomes de Sousa, Estância (1870-71), e em Aracaju nos jornais “Jornal do Comércio” (1877-78) “O Guarani”, (1878-79) “O Tempo”, (1898-99) “Correio de Aracaju”, (1906-918) “O Farol”, (1907-908) “A Colméia”, (1909) “Necydalus” (1909) “Diário da Manhã”, (1911-918) “A Cruzada”, (1918-1922). Foram seus pseudônimos na imprensa: *Dr. Langrado* na “Bahia Ilustrada”, *Caliópio* no “O Farol” de Hércules Campos e *Insciens* na seção *Pinceladas*, na “A Colméia”, Aracaju, a começar a 4 de abril de 1909.

– *Oração fúnebre* recitada no dia 18 de fevereiro de 1863 na Matriz da Estância por ocasião do ofício celebrado pela alma do Sr. Tenente Coronel Paulo de Souza Vieira. Oferecido ao Comandante Superior João José de Oliveira Leite. Em 1869 constituiu-se na capital da Bahia a sociedade beneficente “Fraternidade Sergipana”, de que foi um dos fundadores e é sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Escreveu:

- *Noites do seminário*. Conferências morais e religiosas, por um ex-seminarista. Livro de estréia. Bahia, 1870, XXVIII – 117 págs. in. 16 gr. Lito-tipo. da Bahia Ilustrada. Editor, Sinfrônio Cardoso.
- *Os herpes sociais*: romance. Na “Bahia Ilustrada”, nº 5, de 17 de fevereiro de 1867 ao nº 117 de 11 de abril de 1869.
- *A ceguinha*: drama em 4 atos. Bahia, 1868, 124 págs. in. 8º pg. Tip. Constitucional de França Guerra.
- *Discurso* proferido na sessão magna e inaugural da Sociedade Beneficente “Fraternidade Sergipana” a 25 de julho de 1869. Na “Bahia Ilustrada” desse dia a 8 de agosto seguinte.
- *Refutação* à carta programa do Conselheiro José Antonio Saraiva e ao Sr. Conselheiro Senador Nabuco de Araújo. Bahia, 1869, 32 págs. in. 8º pg. Tip. Constitucional de França Guerra. Este trabalho foi transcrito na “Gazeta do Aracaju” a começar do número de 10 de abril de 1880.
- *O escravo educado*: drama em 3 atos em que se descrevem cenas comoventes da escravidão. Bahia, 1870, 124 págs. in. 12º. Tip. de Camilo Lellis de Masson & C.
- *O “Ateneu Sergipense”*. Apelo a Estância. No “Sul de Sergipe” da Estância, transcrito no “Jornal do Aracaju”, de 15 de janeiro e 1 de fevereiro de 1871.
- *A Providência*: estudo filosófico. No mesmo jornal de 23 de fevereiro de 1871.
- Estudos pedagógicos: série de artigos no “Jornal do Aracaju” de 11 a 16 de abril de 1872.
- *Discurso* preferido no dia do encerramento das sessões da aula do ensino primário superior da cidade da Estância, pelo respectivo professor, no ano letivo de 1872. No referido jornal de 15 de janeiro de 1873.
- *Apostila de Gramática* (Aos meus discípulos). Série de artigos ao mesmo jornal de 22 de outubro de 1873 a 14 de abril de 1874.
- *Discurso* preferido na abertura da escola em 1874. No citado jornal de 5 de fevereiro do mesmo ano.
- *Cultura intelectual*. Idem de 22 do mesmo mês.
- *Discurso* inaugural à cadeira de retórica e poética no Ateneu Sergipense, pronunciado a 15 de maio de 1874. Idem de 17 do referido mês.
- *Interpelação ao século em que andamos*. Idem, de 3 de junho de 1874.
- *Lamentações de um filho junto à campa sepulcral de sua mãe*. Idem de 20 de junho de 1874.
- *Suplício do desleal*. Idem de 2 de julho de 1874.
- *Discurso* do professor... na inauguração da nova Escola Normal. Idem de 6 de junho de 1875.
- *Higiene das escolas*. Idem de 28 de fevereiro de 1877.
- Projeto de uma caixa agrônomo-econômica em Sergipe. No “Jornal do Comércio”, Aracaju, de 24 e 26 de julho de 1877.
- *Aspecto interno das escolas primárias em Sergipe*: comunicado. Idem de 7 de agosto de 1877.
- *Viagem botânica pelas diferentes partes do globo*. Idem de 10 e 17 de agosto de 1877.
- *Volta da Escola Normal ao Ateneu*. No “Jornal do Aracaju”, de 16 a 23 de outubro de 1877 e no “Jornal do Comércio” de 21 do mesmo mês o último artigo da série.
- *Escolas Normais*. No “Jornal do Aracaju” de 8 de novembro de 1877.
- *Relatório* ano apresentado a 27 de novembro de 1877 ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. José Martins Fontes, M. D. 1º Vice-Presidente em exercício pelo Diretor das Escolas Normais da província de Sergipe. Anexo de 21 págs. in. 8º, ao Relatório com que o mesmo Vice-

Presidente abriu a 1ª sessão da 22ª Legislatura da Assembléia provincial no dia 1º de março de 1878.

- *Educação da sensibilidade infantil*. No “Jornal do Aracaju” de 8 de dezembro de 1877.

- *Linhas precursoras da próxima publicação de minha Gramática Nacional*. Na “Gazeta do Aracaju”, de 3 de setembro de 1879.

- *Gramática Nacional*. Idem de 11 de setembro a 24 de dezembro de 1879 interpoladamente. O manuscrito contém 450 páginas in. 8º.

- *Educação e instrução*. No “Jornal do Comércio” de 31 de outubro de 1879.

- *Apostila segundo Andrieux*. Eloquência acadêmica. Aos estudantes de eloquência do “Ateneu Sergipense”. No “O Republicano” de 1 de agosto e 24 de setembro de 1890.

- *Relatório do Secretário do Estado de Sergipe*. Aracaju, 1895, 53 págs. in. 8º. Imprensa Oficial do Estado.

- *Domine Deus!* No “O Farol”, Aracaju, de 14 de dezembro de 1907. Assinado: *Caliópio*.

- *Joanna da Cruz. A abadessa carmelita*: conto. No “Estado de Sergipe” de 29 de janeiro de 1908, transcrito do “Correio de Alagoinhas”.

- *A Pio X*. No “O Farol” de 8 de fevereiro de 1908.

- *A Religião e a Revolução*. No mesmo jornal de 21 de março de 1908 sob o pseudônimo de *Caliópio*.

- *Pelo divórcio*. Uma mulher que julga. No “Estado de Sergipe”, de 25 e 26 de setembro de 1908.

- *Tempos idos*. A casa das cinco mortes. “Correio de Aracaju” de 24 de outubro de 1908.

- *Poeta notívago e seus amores*. No “Estado de Sergipe” de 15 de janeiro de 1909.

- *Asilo de Mendicidade*. No “O Correio de Aracaju” de 17 do mesmo mês.

- *João Diabo*. Idem de 17 do referido mês e ano.

- *Bandeira e a baixela*. Idem de 24 do mês e ano citados.

- *Pela mulher*: Idem de 28 do mesmo mês e ano.

- *Estância. Montibus patriis*. Alagoinhas, (Bahia), 1909, 20 págs. in. 12º. Oficinas do “Correio de Alagoinhas”. Publicado anteriormente em folhetim no mencionado jornal.

- *Discurso lido a 22 de março de 1911 na sala da Congregação do “Ateneu Sergipense”* como paraninfo do aluno Gentil Tavares da Mota no ato de colar o grau de bacharel em ciências e letras. No “O Estado de Sergipe” e no “Diário da Manhã”, Aracaju, do dia seguinte.

- *Discurso proferido no dia 24 de maio de 1912 como paraninfo da aluna Sílvia de Oliveira Ribeiro*, no ato de receber o grau de bacharela em ciências e letras. No “Estado de Sergipe”, de 26 do mesmo mês.

- *Adeus à mocidade*: despedida aos seus discípulos em seguida ao ato de sua jubilação. No “Correio de Aracaju” e no “Diário da Manhã” de 2 de agosto de 1912.

- *Ler, escrever e contar bem*. No “Correio de Aracaju”, de 4 de fevereiro de 1915.

- *Poetisas e literatas sergipanas*. Cartas dirigidas ao Barão Homem de Melo. No “Diário da Manhã” de 5 de fevereiro e 25 de março de 1916. Nesta lista de artigos do autor deixam de ser mencionados muitos outros, publicados nos diversos jornais do Estado. Com seu irmão, Severiano Cardoso, (vide este nome), fundou e redigiu:

- *Bahia Ilustrada*: jornal de caricaturas e xistoso com o seguinte lema: *ridentem dicere verum quid vetat!* Bahia, 1867, 1870. Publicação semanal aos domingos. Tip. Constitucional de França Guerra.

- *Fênix*: gazeta ilustrada e hebdomadária, redigida com Severiano Cardoso. Bahia 1870.

– *Jornal dos Caixeiros*: órgão da classe caixeiral. Com Severiano Cardoso. Bahia, 1870. O primeiro número saiu a 26 de fevereiro. Tip. da Bahia Ilustrada. Com Severiano Cardoso e mais outros redigiu:

– *Gazeta do Aracaju*: jornal político e noticioso. Aracaju 1879-1889. Publicação uma e mais vezes por semana.

– *O Republicano*: órgão oficial do governo do Estado. Aracaju, 1890-1893. Diretor: Joaquim Anastácio de Menezes. Redator único: Brício Cardoso.

– *Jornal do Aracaju* (2º): publicação diária sob sua exclusiva redação. Aracaju, 1894.

– *A Notícia*: diário da tarde Com outros, Aracaju, 1896-1898.

– *O Estado de Sergipe*: jornal oficial, político e noticioso. Aracaju, 1898-1919. Esteve sob sua redação desde 1898 até 1904.

— C —

Caldas Júnior – Vide Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior.

Cândido da Costa Pinto, Doutor – Filho do Padre Thomaz Antonio da Costa e D. Maria Praxedes da Soledade, nasceu a 26 de março de 1855 em Divina Pastora e faleceu a 15 de abril de 1915 na capital da Bahia, onde em 1880 se doutorou em ciências médico-cirúrgicas. Na outrora Vila Nova da Rainha, hoje cidade do Bomfim daquele Estado, clinicou por muitos anos, foi delegado de higiene e por diversas vezes comissionado pelo governo estadual para tratamento de doentes em épocas de epidemias. Voltando a terra natal, após longa ausência, ocupou o cargo de diretor do “Ateneu Sergipense” desde setembro de 1904 a abril de 1912, ano em que de novo fixou residência na Bahia, vindo no correr de poucos tempos terminar os seus dias no hospício de S. João de Deus, de que era médico. Foi major cirurgião do Estado Maior da 24 Brigada da Guarda Nacional do Estado da Bahia, sócio do “Grêmio Literário” Vila Novense, “Clube 5 de Dezembro” e fundador da Loja Maçônica Força e União na capital da Bahia.

Escreveu:

– *Da operação cesariana*: dissertação. Proposições. Seção de ciências médicas – Termometria clínica. Seção de ciências cirúrgicas – Considerações acerca do parto prematuro artificial. Seção de ciências acessórias – Experimentação fisiológica em toxicologin. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia para ser defendida, a fim de receber o grau de doutor. Bahia, 1880, 51 págs. in. 8º. Tip. de Lopes Veloso & C.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Desembargador Guilherme de Souza Campos, Presidente do Estado, pelo Diretor do Ateneu Sergipense. Anexo a Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa de Sergipe na 2ª Sessão da 8ª Legislatura em 7 de setembro de 1907 pelo referido Presidente, págs. 1 a 3.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Desembargador Guilherme de Sousa Campos, Presidente do Estado, pelo Diretor do “Ateneu Sergipense”. No vol. dos Relatórios apresentados ao mesmo Presidente em agosto de 1908, págs. 1 a 5.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Dória, Digníssimo Presidente do Estado pelo Diretor do “Ateneu Sergipense”. No “O Estado de Sergipe”, de 15 de outubro de 1910.

Cândido Pinto de Carvalho Júnior, Capitão – Filho de outro do mesmo nome e D. Clara Júlia Pinto de Carvalho, nasceu em 15 de outubro de 1867 no engenho S. Francisco, município do Socorro. Como praça do Exército em 28 de março de 1889 entrou para a Escola Militar, onde fez o curso geral das três armas pelo Regulamento de 1898. Promovido a 2º tenente da arma de artilharia em 5 de setembro de 1893 e a 1º em 26 de julho de 1901,

ascendeu ao posto imediato em 27 de agosto de 1908, no qual foi reformado a 17 de outubro de 1917. Reside no Estado de Mato Grosso.

Escreveu:

– *Gramática Portuguesa* para uso das Escolas Regimentais do Exército. 1ª Ed. Bagé, (Rio Grande do Sul, 1901, 51 págs. in. 12º. Tip. da Livraria “A Popular”.

– *Compêndio de Aritmética* para uso das Escolas Regimentais do Exército. Bagé, 1901, págs. in. 12º. Tip. da Livraria “A Popular”.

Cândido de Oliveira Ribeiro, Bacharel – Filho do segundo consórcio do coronel Pedro Antonio de oliveira Ribeiro com D. Cândida Britto de Oliveira Ribeiro, nasceu a 15 de maio de 1859 no engenho Campo Grande, município de Laranjeiras, e faleceu na cidade deste nome a 29 de novembro de 1903. Era irmão consangüíneo de Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro e Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, contemplados neste livro. Estudou preparatórios no Aracaju e na Bahia e fez o curso de direito na Faculdade do Recife, recebendo o grau de bacharel em 1880. Foi promotor público da comarca do Rio Real e juiz de Direito da comarca de Gararu. No regime dominante, sendo Governador seu irmão, Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, foi nomeado membro do Tribunal de Apelação do Estado. Por muito pouco tempo esteve interinamente na chefia de polícia. Dissolvida a magistratura de que fazia parte, foi declarado juiz de direito em disponibilidade. Livre dos encargos da judicatura, entregou-se aos misteres do foro e da imprensa, pondo em evidência as suas aptidões de advogado e de jornalista.

Escreveu:

– *Esubulho entre condôminos*. Crítica do acórdão da Relação de 1 de março de 1896. Laranjeiras – Sergipe. Aracaju, 1896, 20 págs. in. 12º. Tip. Comercial. Foi redator principal do

– *O Novo Século*: órgão dos interesses da lavoura e do comércio. Laranjeiras, 1900. Publicações aos domingos. O primeiro número é datado de 1 do janeiro.

Carivaldo José Chavantes, Doutor – Filho do comendador Anacleto José Chavantes e D. Maria Pastora Alves Chavantes, nasceu em Laranjeiras a 28 de setembro de 1848 e faleceu na cidade de Alfenas, em Minas, a 14 de setembro de 1907. Graduado doutor pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em cuja cidade fez toda a educação literária e onde sempre se deu ao exercício da clínica, foi também vereador da Câmara, figurando entre os legisladores municipais da antiga Corte no período de 1883-1887.

Escreveu:

– Paralelo entre a embiotomia e a operação cesariana: dissertação. Proposições. Seção de ciências médicas – Indicações e contra-indicações dos sais de quinina nas pirexias. Seção de ciências cirúrgicas – Amputação coxo-femural. Seção de ciências acessórias – Da escolha dos medicamentos. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 30 de setembro de 1872 a fim de obter o grau de doutor em medicina. Rio de Janeiro 1872, 46 págs. in. 8º. Tipografia de Quirino.

Carlos Leopoldo Fontes, Bacharel – Nasceu no Aracaju, a 2 de outubro de 1896, sendo seus pais o bacharel Pedro Polyeneto Ribeiro e a professora D. Rosa Fontes Ribeiro. Feitos os estudos elementares iniciou o curso secundário no “Ateneu Sergipense”, seguindo depois para a Capital Federal, onde completou o mesmo curso no “Colégio Pedro II. Matriculou-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro de onde saiu bacharel em 13 de março de 1924. Fundou e redigiu, em Aracaju, o

– *Século XX*, cujo primeiro número saiu a 7 de maio de 1916.

Escreveu:

– *Coisas leves*: artigos sob esta epígrafe, assinados com o pseudônimo *de Souza Leal*. No “Século XX”.

– *Veludos e oiro*: outra seção no mesmo jornal com o mesmo pseudônimo.

– *Conferência literária* realizada na Biblioteca Pública, a convite do “Centro Cívico Amintas Jorge”, às 7 ½ horas da noite de 7 de setembro de 1918.

Carlos Pires Ramos – Filho do conselheiro Ângelo Pires Ramos e D. Josefina Pires Ramos, nasceu no Aracaju a 8 de junho de 1857 e faleceu a 21 de março de 1885, quando em plena florescência da vida buscava nos grêmios científicos do Velho Mundo aprofundar os estudos a que se aplicava dedicadamente. Tendo se habilitado em humanidades na capital da Bahia, ali fez parte do curso médico, que terminou em 1881 na faculdade de medicina do Rio de Janeiro, sendo aprovado com distinção na defesa da tese que sustentou. Pouco tempo depois de doutorado partiu para a Europa com destino a Viena d’Áustria, onde permaneceu dois anos consecutivos, freqüentando as preleções de clínica cirúrgica dos mais notáveis professores e cooperando na maioria das importantes operações praticadas especialmente nos hospitais. A esses trabalhos acumulava os de interno da clínica do célebre Dr. Billrot. Descurando das prudentes precauções reclamadas pela sua débil compleição, foi atacado no segundo verão que passou naquela capital por uma tísica de caráter galopante, retirando-se por conselho dos médicos para Paris, onde exalou o último suspiro, apesar dos máximos esforços empregados por seu irmão, Dr. Afonso Ramos, para salvá-lo. Foi interno da Casa de Saúde de N. S. D’Ajuda e da Maternidade Municipal e um dos fundadores da policlínica do Rio de Janeiro.

Escreveu:

– *Quais as medidas higiênicas que se devem observar para impedir o desenvolvimento crescente da sífilis no Rio de Janeiro*: dissertação. Proposições. Seção de ciências acessórias – Do ópio. Seção de ciências médicas – Anestésicos. Seção de ciências cirúrgicas – Do valor das injeções hipodérmicas no tratamento das moléstias internas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 30 de setembro de 1881, defendida em 12 de dezembro do mesmo ano e aprovada com distinção. Rio de Janeiro, 1881, 88 págs. in. 8º. Imprensa Industrial.

– Guia para o tratamento antisséptico das feridas, segundo o método usado na clínica do professor Billroth, pelo Sr. Dr. Victor Ritter von Uacker, médico assistente da clínica cirúrgica do professor Billrot, em Viena. Tradução feita em Viena. Na “União Médica” do Rio de Janeiro, vols. 5 e 6, 1885-1886, a começar da pág. 469 do vol. 5.

D. Carlota Salles de Campos – Filha de Bemvindo Salles de Campos e D. Emília Freire Salles de Campos, nasceu no Aracaju a 18 de novembro de 1884. Depois de um curso brilhante na Escola Normal, foi adjunta de um dos grupos Escolares, sendo em julho de 1913 nomeada professora do Povoado Calumby, município de Socorro, removida para o povoado Telha, município de Aracaju, e daí para a Barra dos Coqueiros, do mesmo município, a 14 de fevereiro de 1914. Em 28 de agosto de 1918 foi promovida para a vila de Itaporanga e a 10 de agosto de 1922 pediu disponibilidade da cadeira, seguindo para o Recife onde foi lecionar num colégio Americana Batista. A 15 de fevereiro de 1924 transferiu sua residência para a Cidade de Jaguaquara, (Bahia), onde foi empregar sua atividade num curso elementar no Colégio Brasileiro Egídio. Tem em preparo, com seu irmão, Lindolfo Salles, um livro de prosa e verso intitulado “Colméia de Rosas” o qual surgirá brevemente.

Escreveu:

– *Torturejos* (versos). Aracaju, 1912, 43 págs. in. 8º pq. Tipografia Xavier. É de seu livro o seguinte soneto oferecido a sua professora D. Marianna Diniz:

AVE, MARIA

Ontem à tarde era um *kirie* santo
A natureza. Que painel mimoso!
Na extrema do horizonte o sol pendia,
Agoniza, triste e pesaroso.

A brisa murmurava triste endeixa,
Desprendendo perfumes docemente;
As aves pressurosas regressavam
Num mórbido gorjear, triste e dolente.

Subia à tarde em carro vaporoso,
Volvendo para a terra um adeus saudoso, Pois tudo no crepúsculo se envolvia;

Enfim, nessa hora tétrica eu cismava
E no vago cismar me ajoelhava
Para ouvir o tanger da Ave Maria.

► *Data de morte: 22 de fevereiro de 1971 em Aracaju.*

Carvalho Aranha – Vide Augusto Álvaro de.

Carpophoro Mendonça Lima, Doutor – Filho de Luiz Cirilo Lima e D. Carolina da Rocha Lima, nasceu a 10 de dezembro de 1860 em Campos e faleceu a 27 de novembro de 1902 no Rio Claro, Estado de S. Paulo. Doutor em medicina pela Faculdade da Bahia, onde também fez todos os estudos preliminares, clinicou na Estância, a princípio, e posteriormente em diversos pontos de S. Paulo, como Itatiba, Palmeiras, Pirassununga, Dois Córregos, Santos e Rio Claro.

Escreveu:

– *Febre remitente biliosa dos países quentes*: dissertação. Proposições; Três sobre as diversas cadeiras do curso médico. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 31 de agosto de 1886 para serem publicamente sustentadas, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1886, 48 págs. in. 8º. Imprensa Popular.

Cezário Ferreira de Britto Travassos, Doutor – Filho do Dr. João Ferreira de Britto Travassos e D. Clara América da Silva Travassos, nasceu no engenho, “Rio Vermelho”, comarca de Japarutuba, a 13 de fevereiro de 1864.

Médico pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1886. Reside em Santa Rita do Passa Quatro, cidade do Estado de S. Paulo, onde é clínico, fazendeiro, jornalista, diretor e redator do jornal “Gazeta de Santa Rita” e influência política, sendo eleito deputado estadual em 1910.

Escreveu:

– *Nervos suspensivos o aceleradores*: dissertação. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia para serem publicamente sustentadas a fim de receber o grau de doutor. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras da Faculdade. Bahia, 1886, 58 págs. in. 8º. Imprensa Popular.

– *Discurso* proferido no teatro “Politeama” de Jaboticabal, Estado de S. Paulo, por ocasião das festas promovidas pelos sergipanos residentes naquela cidade no dia 24 de outubro de 1920, 1º centenário da emancipação política da província, hoje Estado de Sergipe. No “O Democrata” de Jaboticabal de 28 do mesmo mês.

Crispiniano Garcia Rosa – Filho do tenente Manuel Vitorino Garcia Rosa e D. Rita Maria da Conceição, nasceu no Rosário do Catete a 25 de outubro de 1847 e faleceu na Capital Federal a 10 de setembro de 1895. Tendo feito o curso de preparatórios no Ateneu Sergipense, matriculou-se em 1877 na Faculdade de Medicina da Bahia, que frequentou até ao 3º ano letivo, interrompendo o tirocínio acadêmico por ter sido suspenso pela congregação dos lentes em consequência da agressão sofrida por um deles. Após esse incidente seguiu para o Rio de Janeiro resolvido a, terminada a pena imposta, prosseguir nos seus estudos, o que em má hora deixou de realizar para entregar-se às demasias da vida boêmia. Como poeta, o seu talento muito haveria produzido, se tivesse sido melhor aproveitado; mesmo assim, além de muitas poesias publicadas nos jornais cariocas, escreveu:

– *Magnólia*. Opúsculo de 60 estrofes dedicado ao Conde de Matosinhos. Rio de Janeiro, 1883, 43 págs. in. 8º. Tip. de Oliveira & C.

– *Testium das messalinas*: poesias. Rio de Janeiro, 18.

– *O Norte*. A Eleonora Duse Chechi. Rio de Janeiro, 1885, 16 págs. in. 16º. Tip. de A. dos Santos. São três poesias dedicadas a essa atriz.

– *Sarah Bernhardt*: poesias. Rio de Janeiro, 1886, 19 págs. in. 12º. Tip. Teatral. Consta este folheto de 4 composições oferecidas à célebre atriz deste nome.

Cleóbulo Amazonas Duarte, Bacharel – Filho de Antonio Pedro Duarte e D. Irinéa Amazonas Duarte, nasceu a 2 de fevereiro de 1898 em Aracaju. Com 4 anos de idade acompanhou sua progenitora para Maruim, com quem estudou primeiras letras. Em 1909 matriculou-se no “Ateneu Sergipense”, onde cursou até o 5º ano. Estudou no “Grêmio Escolar” os dois primeiros anos, e particularmente o francês com a professora Etelvina Amália de Siqueira e o português com o professor Hemetério Gouvêa.

Em 1913 foi para Santos e em agosto de 1914 seguiu para o Rio. Em 1915 matriculou-se em farmácia que abandonou no último ano para fazer o curso de direito no ano seguinte, formando-se a 12 de dezembro de 1921. Exerceu o professorado no Rio durante muito tempo ensinando nos colégios “Lessa”; “Sílvio Leite” e “Ginásio 28 de Setembro”.

Neste último foi secretário geral e professor de história universal e literatura. Em 1921 voltou para Santos e ali exerceu o cargo de vice-diretor e professor de geografia, corografia, história universal e história do Brasil no “Ginásio 28 de Setembro”. Presentemente, (1924) exerce a advocacia em Santos. Em 1913 serviu como revisor do “Correio de Aracaju”. Nesse ano iniciou sua vida na imprensa, publicando no “Diário da Manhã” seus primeiros trabalhos de versos, colaborando também, do Rio, no “Ateneu”, “Século XX” de Aracaju, e “Comércio” de Maruim.

Na capital de S. Paulo publicou vários contos na “A Platéia”, entre eles “Fogo fátuo”. Em Santos na “Fita”, na “A Tribuna”, “Diário de Santos”, “Comércio de Santos” e nas revistas “Flama” e “Nota”. Colaborou mais na revista do “Ginásio 28 de Setembro” e no “Rio em Foco” de vida efêmera, no qual escreveu uma série de artigos de crítica sobre pintura e escultura, por cujo assunto tem especial inclinação.

Em 1919 redigiu a “Revista do Comércio” de pouca duração e é diretor responsável do “Jornal da Noite” de Santos, 1924.

Tem inéditas:

– *Pan e Vênus*: versos (desde 1917).

– *Conceito da agonia*: contos.

– *Arco Íris*: crítica de arte.

Em elaboração:

– *As origens dos deuses*.

– *A aranha de ouro*: contos históricos.

Escreveu:

- *Solitário de S. Antonio* (Garcia Rosa). No “Diário da Manhã” de 18 de junho de 1916.
- *Ironia de um pintor de província*. No “Diário da Manhã” de 20 a 24 de outubro de 1916.
- *Notas contemporâneas*: Idem de 1 a 3 de dezembro de 1916.
- *Notas contemporâneas*: estudo crítico sobre um livro inédito de versos de Maria Hora. Idem de 8 a 10 e 15 de maio de 1917.
- *Matusalém*: conto. Idem de 31 de julho de 1917.
- *Ainda o Alcino Dutra*. Idem, de 25 e 26 de janeiro de 1918.
- “*Sombras*” de *Magalhães Carneiro*. Idem de 1 e 5 de junho de 1918. Transcrito no “Correio de Aracaju” de 5 e 8 do mesmo mês.
- *Águas correntes*. Na “Gazeta Suburbana”, Rio, de 21 de julho de 1918.
- *A Bela do Cotinguiba*. (Perfil). Idem de 24 de dezembro de 1918.
- *Águas correntes*. Idem de 12 de janeiro de 1919.
- *Águas correntes*. Idem, de 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 1919.
- *Bronzes sangrentos*. Idem, 2 de fevereiro de 1919.
- *Torre de Babel I Labirinto de Creta, II Memórias do Lago de Tiberíade*. Rio, 1919, 275 págs. in. 12º. Tip. do “Ginásio 28 de Setembro”.
- *Tabaréus e Tabaroas, por Maria Hora*: juízo crítico. No “Jornal da Noite” de Santos, transcrito no “Correio de Aracaju”, de 10 de agosto de 1922.
- *Sergipe d’El-Rei*. No “Jornal da Noite”, Santos. S. Paulo, de 24 de outubro de 1922.
- *Discurso* de paraninfo pronunciado a 6 de dezembro de 1923 na colação de grau das professorandas do “Liceu Feminino” de Santos. No “Jornal da Noite” de Santos, S. Paulo, de 10 a 14 do mesmo mês.

Cleômenes Campos de Oliveira – Filho de Manoel Joaquim de Oliveira e D. Maria da Conceição Vieira Campos de Oliveira, nasceu na cidade de Maruim a 10 de agosto de 1895.

Começou seus estudos primários na cidade do seu nascimento em 1908, matriculou-se no Liceu S. José dirigido na Capela pelo padre José da Mota Cabral, seguindo em 1910 para a Bahia, onde foi aluno do Ginásio S. José do Dr. João Florêncio Gomes. Voltando ao Aracaju em 1911 frequentou o Ateneu Sergipense até 1912, quando, atendendo ao chamado do seu irmão Dr. Antonio Campos de Oliveira transportou-se para Santos, empregando-se ali na importante casa Martinelli.

Deixando a vida comercial passou-se para as Docas de Santos e mais tarde, mediante concurso feito em S. Paulo, entrou para o serviço dos Correios da República, em cuja Repartição ainda permanece (1924).

Escreveu:

- *Coração encantado*: versos. Livro de estréia. São Paulo, 1923, 167 págs. in. 8º. Monteiro Lobato & C. Editores.

Clodomir de Souza e Silva – Filho de Eugênio José da Silva e D. Argemira de S. Pedro e Silva, nasceu no Aracaju a 20 de fevereiro de 1892. Estudou preparatórios no “Ateneu Sergipe”, estabelecimento que deixou de frequentar no quinto ano, depois da reforma Rivadávia” que estabeleceu os exames vestibulares nas escolas superiores. Não descendendo de pais abastados cedo teve de enfrentar as duras realidades da luta pela vida Norteou a sua atividade para as caixas tipográficas e daí passou ao jornalismo a que se consagrou.

Ao mesmo tempo que tirava da vida de imprensa os recursos necessários à sua subsistência recorria também ao magistério particular para, lecionando português e outras matérias cujos conhecimentos ia adquirindo, suprir a escassez dos proventos que lhe dava a imprensa.

A 4 de novembro de 1916 foi nomeado redator secretário do jornal oficial do Estado “O Estado de Sergipe”, cabendo-lhe, neste caráter, ocupar interinamente o lugar de diretor por espaço de um ano. A 30 de março de 1918 foi nomeado professor adjunto da cadeira de português do Ateneu Sergipense, sendo depois designado para ter exercício na Escola de Comércio “Conselheiro Orlando”, quando foi criado o referido estabelecimento, onde leciona atualmente (1924).

Foi um dos fundadores do “O Necydalus”, de que foi diretor e redator do “Correio de Aracaju”, de 1911 a 1918. Redigiu em Aracaju diversos periódicos literários e humorísticos, entre os quais, *O Tagarela*, *A Rua*, *A Trombeta*, *O Espião*, *Vida Sergipana*, *Helianto* e *A Semana*. Tem usado na imprensa os pseudônimos *Essiele* e *João das Cubas*.

É um dos redatores do *Sergipe Jornal*, diretor da *A Folha* e quartanista da Faculdade de Direito do Recife. Nomeado em dezembro de 1920 membro substituto do Conselho Superior do Ensino deixou de tomar posse para não perder o mandato de deputado que exercia, eleito para a legislatura de 1920 a 1922. Este mandato de deputado lhe foi renovado para a legislatura de 1923 a 1925. No primeiro ano da legislatura de 1920 a 1922 foi eleito segundo secretário da mesa.

Escreveu:

- *Notas à margem*. No “Correio de Aracaju”, de 1 de novembro de 1916.
- *Poente de legenda*. No mesmo jornal de 24 de dezembro de 1916.
- *A Legenda Cristã*. No mesmo jornal de 5 de abril de 1917.
- *Discurso* pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no dia 3 de maio de 1917. No “Estado de Sergipe” de 5 do mesmo mês.
- *Discurso* pronunciado em Laranjeiras na inauguração da praça “Marcolino Ezequiel”, a 7 de outubro de 1917. No “Correio de Aracaju”, de 9 do referido mês.
- *Mudança da Capital*: conferência feita no salão da Biblioteca Pública do Estado por iniciativa do Centro Cívico Amintas Jorge a 17 de março de 1918. No “Estado de Sergipe” de 20 a 22 do mesmo mês.
- *Vida do Mato*. No “Correio de Aracaju”, de 5 de maio de 1918.
- *Jesus, Maria, José*. No mesmo jornal de 8 do referido mês.
- *Senador Pereira Lobo*. Ainda no mesmo Jornal, de 24 de julho de 1918.
- *Alocução* proferida no enterro de Péricles Muniz Barreto. No “Diário da Manhã” de 17 de outubro de 1918.
- *Discurso* pronunciado na sessão cívica realizada na palacete Assembléia Legislativa do Estado a 28 de novembro de 1918. No “Estado de Sergipe” de 1º de dezembro seguinte. Saiu também no “Correio de Aracaju” do mesmo dia.
- *Natal*. No “Estado de Sergipe” de 25 do mesmo mês.
- *Meu sertão*. No “Correio de Aracaju”, de 11 de janeiro de 1919.
- *Discurso* pronunciado na sessão da Assembléia Legislativa do Estado, de 31 de dezembro de 1919. No “Diário Oficial” de 1º de janeiro de 1920. Saiu anteriormente no “Correio de Aracaju”.
- *Às Vezes* – *Notas do Rio*. No “Correio de Aracaju”, de 22 de agosto de 1920.
- *O verdadeiro nacionalismo*. No mesmo Jornal de 19 de setembro do mesmo ano. Transcrito do “Jornal da Noite” de Santos.
- *Álbum de Sergipe, 1820-1920*. S. Paulo, 1920. 328 págs. in. 4º gr. Seção de obras do “O Estado de São Paulo”.
- *Aracaju*. No “Correio de Aracaju”, de 17 de março de 1921.
- *O invôco* (costumes de Sergipe): conferência lida na festa das normalistas pobres, levada a efeito pela Diretoria da Caixa Escolar Theresa Lobo em 14 de agosto de 1921. No “Sergipe Jornal” de 18 a 23 do mesmo mês.

– *No frigi dos óvo* (costumes de Sergipe): conferência feita em favor dos alunos pobres da Escola Complementar prestigiada pela Caixa Escolar “Alencar Cardoso” em 18 de junho de 1922. No “Correio de Aracaju”, de 22 a 28 do mesmo mês.

– *Discurso* proferido na sessão da Assembléia Legislativa do Estado de 13 de julho de 1922. No mesmo jornal de 14 do mesmo mês.

– *Quem nom dá pa fubá*: conferência lida no salão da Biblioteca Pública a 22 de julho de 1922 em favor do “Clube Esportivo Feminino”. No mesmo jornal de 29 e 31 do mesmo mês.

– *Carro da pancada*: página regional lida no sarau literário e recreativo do Clube Esportivo Feminino em 14 de abril de 1923. No “Sergipe Jornal” de 16 e 17 do mesmo mês.

– *Decadência de capacidade*: No mesmo jornal de 2 de maio do mesmo ano.

– *A Cotinguiba*. Idem de 4 a 14 de maio de 1923.

– *Discurso* proferido em nome do povo na noite de 27 de julho de 1923 em homenagem aos aviadores navais. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

– *Discurso* proferido a 5 de agosto de 1923 ao ser inaugurada a ponte de desembarque na vila de Santo Amaro. Idem do dia seguinte.

– *Genipapo de moleta*: página regional lida na festa literária em prol da estátua do Cristo Redentor, efetuada em 23 de setembro de 1923 no salão da Biblioteca Pública. No “Sergipe Jornal”.

– *Minha gente* (Costumes de Sergipe): página de versos regionais lida em favor do clube Esportivo Feminino, na festa de 1 de dezembro de 1923. No “Sergipe Jornal”, de 4 a 10 do mesmo mês.

► *Data de morte*: 10 de Agosto de 1932, em Aracaju (SE).

Concita Ferraz – Vide Maria da Conceição Perdigão Ferraz.

Conrado Álvaro de Cordova Lima, Bacharel – Filho do major Domingos José de Lima e D. Hilária Maria de Jesus Lima, nasceu a 19 de fevereiro de 1834 e faleceu a 12 de novembro de 1890. Teve os melhores preceptores nos estudos de humanidades, entre os quais figurava o Padre Domingos Quirino, depois bispo de Goiás, de quem ouviu as lições da língua latina. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade do Recife, graduado a 4 de dezembro de 1857, fez toda a carreira pública na Estância, cidade do seu nascimento e do seu último repouso. Foi delegado de polícia, Inspetor do distrito literário, promotor público da comarca em várias situações políticas do seu partido no antigo regime, deputado provincial por mais de uma vez, advogado de nota e jornalista. Tendo-se convertido à fé republicana antes de ser proclamada a nova forma de governo, voltou a ocupar a mesma promotoria, cujas funções exerceu até falecer. Intransigente no terreno dos princípios e impelido pelo ardor do seu temperamento combativo, empenhou-se em sérias lutas travadas na tribuna da Assembléia Legislativa, em discussões pelas colunas dos periódicos locais, como nos autos das questões forenses sem e preocupar com a violência do ataque, cujas conseqüências, por arriscadas que fossem, jamais o fizeram recuar do ponto de vista em que se colocava na defesa de suas opiniões. Inteligência vivaz, de palavra fácil e polemista vigoroso, não foram poucos os triunfos alcançados nas lides parlamentares e forenses e nas do jornalismo. Muito escreveu para a Imprensa e para os feitos judiciais, mas dos seus trabalhos apenas pude coligir o seguinte:

– *Discurso* que como orador do povo, proferiu no paço da intendência Municipal da cidade da Estância, na noite de 11 de agosto de 1890. No “O Republicano”, Aracaju, de 19 do mesmo mês.

– *Razões finais*, na ação de nunciação de obra nova, que o capitão Francisco de Paula Lima agitou ao major Sizenando de Souza Vieira. Estância, 1890, 11 págs. in. 8º pg. Tip. do Monitor. Foi, talvez, o último trabalho de advocacia.

Redigiu:

– *O Farol*: semanário, Estância, 1879- 1887. Propriedade de uma associação. Redatores: Conrado Álvaro de Cordova Lima e em 1883 o Doutor João Tillemont Fontes. Administrador: João Maria da Costa e Silva. Publicações aos sábados, mudado depois para os domingos. O 1º número saiu a 15 de abril daquele ano, lendo-se na primeira página, abaixo do título, o brocardo latino: *Suum cuique tribure*. Em 1887 tomou feição ostensivamente republicana, substituindo o primitivo lema pela seguinte epígrafe: *Pátria e Democracia*. Tornando-se diária a datar de 1 de outubro a 1 de novembro do referido ano, voltou a circular periodicamente, como dantes. Formato 0,26 x 0,27 ½, com 4 págs. e às vezes 6, contendo 3 colunas cada uma. A começar do número 7 aumentou o formato para 030 x 0,27 ½, com uma coluna de mais. Tip. rua do Riachuelo nº 10.

– *O Monitor*: periódico. Estância, 1879-1890. Propriedade de Marques & C. Redatores: Bacharel Conrado Álvaro de Cordova Lima e José Caetano Marques. Formato em 1888, já então transformado em folha de franca e ativa propaganda evolucionista: 0,35 x 0,20 com quatro páginas de outras tantas colunas estreitas cada uma. Poucos dias antes do movimento revolucionário de 15 de novembro de 1889 declarou-se órgão republicano, adotando como divisa de sua nova orientação o conhecido pensamento de Washington: *Sêde justos se quereis ser livres: sêde unidos se quereis ser fortes*. Tip do Monitor. Rua de Riachuelo.

Constâncio Cecílio Soledade, Doutor – Filho de Urbano Joaquim da Soledade e D. Maria Júlia de Azevedo Soledade, e irmão do Dr. Gumercindo Bessa, adiante mencionado, nasceu na Estância a 19 de setembro de 1852. Estudou primeiras letras na cidade do seu nascimento com o professor Isaías Horácio de Souza e fez no Aracaju, no Ateneu Sergipense, o curso de humanidades, passando-se depois para a Bahia, em cuja Faculdade de Medicina matriculou-se, recebendo o grau de doutor em 1876. Quando estudante esteve em N. Senhora das Dores encarregado pelo governo da província do tratamento dos desvalidos atacados de varíola na epidemia de 1874. Por decreto de 14 de fevereiro de 1877 foi nomeado 2º cirurgião do corpo de saúde da Armada seguindo na corveta “Vital de Oliveira” em viagem de instrução aos mares do Pacífico, voltando à Corte em novembro do mesmo ano.

Servia na Companhia de Aprendizes Marinheiros da Paraíba por nomeação de 11 de janeiro de 1878. Sendo acometido de um ataque de loucura, foi recolhido no Hospital de Marinha onde esteve até 16 de fevereiro de 1880. Por decreto de 1º de outubro de 1881, foi reformado e internado por sua família, como pensionista, no Hospício Nacional do Rio, onde faleceu no dia 9 de abril de 1924. Durante a sua lamentável loucura, contam os de sua família: “Em certa ocasião foi alguém fazer em sua presença uma consulta ao médico do Hospício; notou ele que o colega errara o diagnóstico feito, e aproveitando o instante que o médico foi passar a receita, disse para o consultante: “Não dê aquele remédio”, “o doente tem cataporas”. Desnecessário é dizer que o conselho de um louco não foi tomado, e entretanto no dia seguinte as cataporas se manifestaram”. Na sua vida de interno conservava uma certa serenidade que não deixava ver o seu verdadeiro estado mental.

Escreveu:

– *Sinais diagnósticos fornecidos pelo exame das urinas*: dissertação dividida em três capítulos: Proposições. Seção cirúrgica – Histologia dos rins e descamação catarral de seus canalículos. Seção médica – Circulação capilar. Seção acessória – Aplicação do estudo clínico da urina ao diagnóstico e à terapêutica. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia para obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1876, 56 págs. in. 8º. Oficina Litotipográfica de J. O. Tourinho.

– *Estância*. A pedido. Na “Bahia Ilustrada” número 114, de 21 de março de 1869.

Constantino José Gomes de Souza, Doutor – Filho de José Maria Comes de Souza e D. Maria Joana da Conceição, e irmão de José Maria Gomes de Souza, contemplado neste livro, nasceu na Estância a 18 de setembro de 1825, data verificada na sua carta de médico, e faleceu na antiga Corte do Império a 2 de setembro de 1877. Dentre os seus conterrâneos prontificou-se em primeiras letras na aula do professor Joaquim Maurício Cardoso e depois de ter tomado algumas lições de latim com o padre Raimundo de Campos da Silveira passou-se para a Bahia, onde completou o curso secundário, matriculando-se em 1844 na Faculdade de Medicina. Em 1849, ainda quartanista, seguiu para o Rio de Janeiro em cuja Faculdade terminou em 1851 o tirocínio acadêmico, sendo forçado, por faltarem-lhe os recursos necessários, a demorar a defesa da tese, que só se realizou a 12 de agosto de 1853, recebendo a 20 do mesmo mês o grau de doutor. Tão brilhante figura fez na Faculdade e tal a fama dos seus talentos entre os colegas de turma, que um deles, o doutor Paulino Corrêa Vidigal, mais tarde clínico conceituado, na dedicatória escrita na tese que lhe ofereceu, assim se exprimiu: “O Dr. Constantino foi uma das mais vastas inteligências, com que o século 19º honrou a Escola de Medicina do Rio”. Nos primeiros anos após a formatura clinicou na Corte e em Macacu, Paraíba do Sul, Valença e Vassouras, na então província do Rio de Janeiro e na sua permanência de cerca de três anos, 1855-1857, em Sergipe, foi encarregado em 1856 do serviço da quarentena no porto da Estância e do tratamento dos coléricos na vila de Santa Luzia. A 9 de maio de 1873 contratou com o governo geral prestar serviços médicos na guarnição da Corte com as vantagens de 2º tenente do Corpo de Saúde do Exército. Profissional ilustre da ciência médica, não se distinguiu somente no exercício da clínica; foi também dramaturgo, romancista e considerado por Sílvio Romero e Prado Sampaio como o decano dos poetas sergipanos, se bem que antes dele tivessem versejado Frei José de Santa Cecília e o professor Manuel Joaquim de Oliveira Campos. Verdade é que esses foram mais reputados, o primeiro como orador sacro e o segundo como preceptor da mocidade; quem quer, porém, que se remontar às épocas mais afastadas com o fim de ilustrar-se sobre os primórdios da literatura brasileira, encontrará o nome do sergipano Luiz Canello de Noronha, a respeito de quem disseram Bento Farinha e Fernand Dennis ser dos mais distintos poetas do século XVII. De conceito firmado entre os intelectuais contemporâneos cultivou, como se vê, vários gêneros de literatura, procurando dar aos seus trabalhos um tom local, harmonizando-os com a natureza e os costumes de sua terra, ou cantando as belezas do pátrio rio, ou descrevendo os hábitos patriarcais da família sergipana em outros tempos. Enquanto bem aplicou a sua atividade, muito trabalhou e muito produziu; mas, apesar dos recursos intelectuais de que dispunha, apesar dos proventos da profissão médica, da colaboração para a Imprensa e das obras que publicou, não correram felizes os seus últimos dias. O mau fado, sinistro companheiro de tantos poetas, fê-lo desviar-se da senda do dever, atraído pelas seduções do jogo, que o reduziu à extrema pobreza, até que a morte o libertou das privações que o assediaram no ocaso da existência. Trataram da sua personalidade Joaquim Manuel de Macedo no “Ano Biográfico”, (1880) Teixeira de Melo nas “Efemérides Nacionais”, (1881) Carvalho Lima Júnior no “Almanaque Literário Sergipano” para 1892, Sacramento Blake no “Dicionário Bibliográfico Brasileiro”, vol. 2 (1893), Sílvio Romero no “Parnaso Sergipano” vol. 1, (1899) e no livro “Outros Estudos da Literatura Contemporânea” (1906), Prado Sampaio na “A Literatura Sergipana” (1908), e Liberato Bittencourt nos “Sergipanos Ilustres” (1913).

Ainda estudante apareceu na Imprensa, escrevendo no “O Crepúsculo”, periódico instrutivo e moral, e no hebdomadário literário “A borboleta”, ambos da Bahia, e no Rio de Janeiro colaborou no “Jornal do Comércio”, na “Ilustração Brasileira”, na “Semana Ilustrada” e outros.

Escreveu:

– *Prelúdios Poéticos*: versos. Bahia, 1848. É o seu primeiro livro, segundo o seu biógrafo Carvalho Lima Júnior contra a afirmativa de Teixeira de Melo, ausentando ter o poeta estreado com

– *Palmira ou a Ceguinha Brasileira*: notícia sobre romance em verso com este título, escrito pelo doutor Francisco Bonifácio de Abreu. No “O Ateneu”, periódico científico e literário, págs. 55 a 57 do 1º volume. Bahia, 1849.

– *Os hinos da minh'alma*: poesias. Rio de Janeiro, 1851, 282 págs. in. 8º pg. Tip. de F. de Paula Brito. Além de outras composições poéticas contém o volume o poemeto intitulado *O Índio Misterioso* e o romance em verso, dividido em 6 cantos, *O Mendigo*. O barão de Santo Ângelo, Manuel de Araújo Porto-Alegre, externando as suas impressões sobre *Os hinos* escreveu que o seu autor se tinha elevado às regiões a que subiram Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, os mais afamados poetas da época.

– *Quais são as causas da morte súbita? Qual é e qual deve ser a nossa legislação relativa aos mortos?* 11. Sinais e tratamento das feridas envenenadas. III Albinúria. Tese sustentada perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro aos 12 de agosto de 1853 pelo Doutor, etc. Rio de Janeiro, 1853, 30 págs. in. 8º. Tipografia imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C.

– *O espectro da floresta*: drama. Rio de Janeiro, 1856, in. 8º pg. Foi representado pela primeira vez no teatro S. Pedro de Alcântara do Rio em julho desse ano.

– *Há dezessete anos ou A Filha do Salineiro*: drama original brasileiro em 3 atos e 6 quadros. Rio de Janeiro, 1860, 133 págs. in. 12ç. Tipografia Universal de Laemmert.

– *O enfeitado*, drama original brasileiro em 3 atos, representado pela primeira vez a 4 de dezembro de 1860 no mesmo teatro S. Pedro de Alcântara. Rio de Janeiro, 1860, 134 págs. in. 16º. Tipografia de F. de Paula Brito. Este drama, como os dois precedentes, foram levados à cena pelo célebre ator João Caetano dos Santos.

– *Os três companheiros de infância*: drama original em 4 atos. Rio de Janeiro, 1869, XVI – 134 págs. In. 12º. Traz no princípio uma lisonjeira apreciação de Melo Moraes Filho, na qual, exaltando o grande mérito do autor, o denominou de sumo sacerdote na literatura pátria e um dos luzeiros das escolas clássicas e romântica a paz de José de Alencar, Pinheiro Guimarães e Quintino Bocaiúva. Igual juízo expendeu um órgão da imprensa paulista – A Legenda – reputando-o um dos mais felizes engenhos dramáticos do nosso país.

– *O desengano*: romance brasileiro. Niterói, 1871, 258 págs. in. 12º. Tip. do Apóstolo. José de Alencar, referindo-se a este trabalho, escreveu, que “há muito não aparecia em nosso meio literário uma obra como esta”.

– *A filha sem mãe*: romance brasileiro. Rio de Janeiro, 1873.

– *O Grumete*: romance marítimo. Publicado em folhetim na “Semana Ilustrada” do Rio de Janeiro, a começar de 27 de julho de 1873 em diante, tendo interrompido no número de 15 de março de 1874 por moléstia do autor.

– *Arieurana*: romance brasileiro. No mesmo semanário de 15 de novembro de 1874 em seguimento e transcrito no “Comeércio de S. Paulo”. É uma comovente história de amor entre filhos das tribos sergipanas, que o autor remonta a época anterior ao descobrimento de Sergipe.

– *O Cego*: romance original escrito para a “Ilustração Brasileira”. Rio de Janeiro, a começar no número 26 de 1 de julho de 1877, pág. 2 até o ano seguinte sem ter concluído.

– *O libertino*: drama. Inédito.

– *Os ladrões titulares*: drama. Inédito. Na imprensa redigiu:

– *A Época Literária*: periódico científico, histórico e de belas artes, redigido por uma sociedade sob a sua direção. Bahia, 1849-1853. No número 3 daquele ano deixou a redação por ter de retirar-se para o Rio de Janeiro.

– *A Grinalda*: revista semanal, literária e recreativa. Rio de Janeiro, 1861. Ed. Paula Britto. O primeiro número saiu a 2 de dezembro, com 16 páginas. São de sua colaboração na imprensa baiana, quando ainda estudante, o seguinte:

– *Alfeno e Clorindo*: romance em verso. No “O crepúsculo”, periódico instrutivo e moral. No tomo 1º, 1845, ns. 1 e 2.

– *Consolação*: ode; *O Escravo*: poesia, pág. 39; *A Rosa e as flores murchas*: fábula, pág. 108; *A voz da consciência*: ode. No mesmo periódico, tomo 1º, 1845, nº 2 e tomo 2º, 1846, ns. 15, 19 e 24.

Constantino da Silva Tavares Filho, Doutor – Filho do coronel Constantino da Silva Tavares e Dona Júlia Austéria de Loureiro Tavares, nasceu a 20 de dezembro de 1883 na fazenda Niterói, município do Porto da Folha, e faleceu a 17 de dezembro de 1909 no distrito de Mauá, termo de Monte Santo no Estado da Bahia, para onde poucos meses antes se havia transportado por doente. Estudou preparatórios na cidade do Penedo e em Maceió fez todos os exames necessários para a matrícula do curso médico. Frequentou a Faculdade de Medicina da Bahia, em que se formou em farmácia a 31 de dezembro de 1903 e em dezembro de 1905, defendeu tese na mesma Faculdade para receber o grau de doutor em medicina. Tendo fixado residência em Simão Dias, ali constituiu família e exerceu a clínica desde sua formatura até falecer.

Escreveu:

– *Estudo clínico sobre Basedowismo*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 31 de outubro de 1905 para ser defendida pelo farmacêutico... a fim de obter o grau de doutor em ciências médico-cirúrgicas. Bahia, 1905, 97 págs. in. 8º. Lito-Tipografia Passos.

Costa e Silva – Vide José da Costa e Silva.

Curvelo de Mendonça – Vide Manoel Curvelo de Mendonça.

Cipriano Corrêa Duarte – Filho de José Florêncio dos Santos e D. Maria Clara Beija-flor dos Santos, nasceu a 17 de maio de 1852 em S. Cristóvão, onde fez os estudos primários e tomou lições de aritmética e francês com o vigário José Gonçalves Barroso. Impossibilitado por escassez de recursos de completar o curso de humanidade, tornada mais difícil a sua situação pela necessidade de amparar a família paterna, envidou os meios de colocar-se no funcionalismo público, tendo sido antes pequeno negociante na velha capital e nela secretário da Câmara Municipal nos anos de 1876 a 1877. De residência em Aracaju entrou em concurso para guarda da Recebedoria Estadual, para o qual foi nomeado a 13 de julho de 1877. Daí passou a escriturário em 1885, removido para o Tesouro do Estado, em 1889 como 1º escriturário, cargo em que se aposentou a 3 de janeiro de 1895. Livre dos encargos do funcionalismo reentrou para o comércio como guarda livros de diversas casas de Aracaju, até que por ato de 25 de outubro de 1911 voltou aos labores burocráticos como administrador da Recebedoria Estadual, em cujo cargo se aposentou, a pedido, a 7 de maio de 1917. Em julho seguinte foi nomeado pelo Governo da União, 2º suplente do juiz federal no município da Capital. Colaborou no “Jornal de Sergipe” e na “Gazeta de Sergipe”. Na última fase do “Jornal” em 1909 assinou vários artigos com os pseudônimos *Um soldado firme*, *Veritas*, *Epaminondas*, *Justos* e *Felício*. Na “Gazeta” em artigos de polêmica com o doutor Graccho Cardoso, mais tarde Presidente do Estado, tomou o pseudônimo de *Fileno*.

Escreveu:

– *Eduardo ou vinte anos depois*: ensaio dramático em 4 atos. Aracaju, 1881, 96 págs. in. 8º pg. Tip. do “Jornal de Sergipe”. Foi sua estréia.

– *O crime pela honra ou o segredo inviolável*: drama em 4 atos. Aracaju, 1887, 107 págs. in. 8º pg. Tip. do “Eco Liberal”.

– *O Enjeitado*: drama em 5 atos. Aracaju, 1881, 95 págs. in. 8º pg. Tip. da “Gazeta de Sergipe”.

Cyro Franklin de Azevedo, Bacharel – Filho de Domingos José da Silva Azevedo e D. Maria Isabel de Azevedo, nasceu a 16 de abril de 1858. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela faculdade de S. Paulo, recebeu o grau a 24 de novembro de 1882. Exerceu na antiga Corte o cargo de delegado de polícia, tendo sido antes promotor público da Comarca do Rio Bonito no Estado do Rio. Nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Chile em 11 de janeiro de 1890, foi removido para o Peru, por Decreto de 6 de março do mesmo ano. No desempenho desse cargo seguiu para a Espanha a 4 de dezembro ainda de 1870; para a República Argentina a 7 de março de 1890 e a 2 de março de 1892 para o México. Removido para Viena em 16 de dezembro de 1895, foi mandado a 10 de janeiro de 1898 para a Alemanha. Nomeado para a República Argentina em 26 de julho de 1900, foi removido para a Áustria-Hungria a 16 de janeiro de 1905, sendo depois removido para a República Oriental do Uruguai em 4 de junho de 1914, aonde posteriormente aposentou-se. Advogado conhecido na Europa. A sua defesa – *Alberico* – mereceu honrosa referência de César Lombroso, na revista que este criminalista italiano redigiu. Como estudante colaborou em alguns jornais e redigiu com outros “A República”, órgão do Clube Republicano Acadêmico. S. Paulo 1880. “O Americano do qual era proprietário e redator com Manoel Álvaro de Souza e Sá Viana. S. Paulo, 1881. O primeiro número saiu a 18 de junho in. fol. pq.

Escreveu:

– *Estudos sociais e literários*. Rio de Janeiro, 1880, 95 pág. in. 16. Tip. de G. Leuzinger & C. Filhos. Era então o autor 3º anista de direito. Abre o opúsculo uma carta de Quintino Bocaiúva. São artigos já publicados no “Constituinte” e na “Gazeta do Povo”, sob o anagrama *Oryc*, versando sobre o princípio de autoridade e liberdade humana; os reis e os povos; a revolução; a prostituição e o adultério, etc.

– *Discurso* pronunciado na defesa de Alberico Delascar de Sousa Leite. Rio de Janeiro, 1886. Trata de um dos crimes mais célebres do Rio de Janeiro.

– *Defesa* – Alberico – (2ª). Rio de Janeiro. 1886, 90 págs. in. 16º. Tip. Montenegro. Neste trabalho revelador do talento e ilustração do autor estão reunidas a defesa e tréplica produzidas perante o júri.

– *Conferências*. Um opúsculo com três conferências, “A República em S. Paulo”. Extrato da conferência feita no dia 5 de dezembro de 1886 em Campinas e “Morte de Luiz XVI”. In. folio peq.

– *Um ano de imprensa*: coleção de artigos de jornais. Rio de Janeiro, 1887.

– *Propaganda Republicana*. Rio de Janeiro, 1889.

– *Alma enferma*: estudo de psicologia publicado na “Nacion” de Buenos Aires no nº de 25 de março de 1903 em diante. Foi publicado depois em vol. sob a epígrafe *Alma dorida!* Paris, 1904, 174 págs. in. 12º. Edg. U. Garnier.

– *Chemin faisant...* Rio, 1910.

– *Hilanderas*: comédia representada pela 1ª vez a 17 de maio de 1918 no “Teatro Urquiza” em Montevidéu pela companhia Uruguai-Argentina. Podestá Ballerine.

– *Conferências sobre literatura Brasileira*. Montevidéu, julho, 1918 – 142 págs. in. 8º pq.

– *Conferências em Buenos Aires* (Literatura Brasileira Derecho Internacional). Montevidéu, 1919, 153. págs. Contém o pequeno volume 4 conferências pronunciadas em Buenos Aires em 1918 na Faculdade de Filosofia e Letras e no “Centro de Estudantes de

Derecho”. Versaram elas sobre a poesia, o romance e o teatro no Brasil na Faculdade e a 4ª no Centro de Direito do Ensaio sobre a evolução e a sanção do Direito Internacional.

► *Data de morte: 16 de janeiro de 1927, no Rio de Janeiro (RJ).*

— D —

Daniel Campos, Doutor – Filho de Daniel Caetano da Silva Campos e D. Antonia Pinto da Silva Campos, nasceu a 25 de maio de 1855 no engenho Feiticeira, município da Capela, e faleceu em Aracaju, a 8 de fevereiro de 1922. Tendo resolvido abraçar a carreira de sua preferência preparou-se em humanidades no colégio S. João, antigo estabelecimento de ensino secundário na capital da Bahia, em cuja Faculdade de Medicina fez todo o curso acadêmico, recebendo grau de doutor a 17 de dezembro de 1882. Em Aracaju, onde sempre residiu, estreou como clínico, exercendo nobremente a profissão médica sem visar vantagens materiais, nem pretender captar o favor público em proveito próprio.

Desinteressado e modesto, jamais recusou seus serviços profissionais ao rico, como ao pobre, atendendo sempre com aquele inalterável gênio pouco expansivo, a todos igualmente com a urbanidade e devotamento de consciencioso cultor da ciência, a que consagrou uma boa parte da existência.

No funcionalismo público ocupou os cargos de maiores responsabilidades no Estado, obedecendo em todos eles a mesma norma de fiel observador dos deveres contraídos no momento em que os aceitou. Foi lente de elementos de ciências físicas e naturais do Ateneu Sergipense (denominado até 1890 Escola Normal de 2º grau para o sexo masculino) por ato de 17 de abril de 1882, removido em 28 de julho do ano seguinte para a cadeira de filosofia. Supressa esta, voltou para a primitiva cadeira de ciências físicas e naturais a 16 de março de 1893. Nomeado a 24 de novembro de 1896 inspetor de higiene na presidência do então coronel Oliveira Valadão, teve de optar por este lugar, no qual se aposentou a 19 de março de 1903. No período revolucionário do Governo Provisório da República foi nomeado inspetor de higiene federal em 30 de dezembro de 1889, mantendo-se nesse lugar até a nova organização administrativa do Estado federado. Deputado à 1ª Constituinte de Sergipe, reeleito para as quatro legislaturas ordinárias de 1896-1903, assumiu a 8 de julho de 1898 o governo do Estado, como presidente da Assembléia, restituindo-o a 25 de abril do ano seguinte ao presidente efetivo, doutor Martinho César da Silveira Garcez. Colaborou em diversos órgãos da imprensa sergipana, como bem no “Eco Liberal”, na “Reforma” e na “Gazeta de Sergipe”.

Fundou e redigiu:

– *A Reação*: jornal para todos, publicado em dias indeterminados. Aracaju, 1886. O 1º número saiu a 8 de agosto.

Escreveu:

– *Ação fisiológica e efeitos terapêuticos do esporão de centeio*; indicações e contra-indicações na distocia deduzidas daquelas ações: dissertação. Proposições. Seção acessória – Morte súbita. Seção cirúrgica – Tumores fibrosos do útero. Seção Médica – fisionomia clínica das moléstias inflamatórias agudas complicadas de malária. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de setembro de 1882 e defendida em dezembro do mesmo ano, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1882, 58 págs. in. 8º. Tip. à Rua Direita de Palácio nº 28.

– *Ao País, ao Exmo. Sr. Presidente da Província e ao Sr. Ministro da Fazenda*: série de artigos publicados na “A Reação” de 8 e 21 de agosto e 5 de setembro de 1886. O 1º artigo da série foi editado no “Diário de Notícias”, Aracaju de 31 de julho.

– *O Dr. Joviniano Romero*. Na “A Reforma”, Aracaju, de 25 de setembro de 1887.

– Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da instalação da 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura, em 7 de setembro de 1898, 10 da República. Aracaju, 1898, 10 págs. in. 8º. Tip. do “Estado de Sergipe”.

– *Relatório* do Inspetor de Higiene apresentado ao Exmo. Sr. Secretário Geral do Estado em 18 de agosto de 1900. Aracaju, 1900, 19 págs. in. 8º e Anexos. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

Daniel Campos de Madureira, Doutor – Filho do desembargador Casemiro de Senna Madureira e D. Elisa Campos Madureira, nasceu a 31 de agosto de 1887 em Sergipe. Feito o curso de humanidades matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro onde se graduou em 1912.

Externo e mais tarde interno da Maternidade dessa Capital.

Escreveu:

– *Tratamento cirúrgico das fistulas vesico-vaginais*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 27 de março de 1912 para ser defendida a fim de obter o grau de doutor em medicina. Rio, 1912, 61 págs. in. 8º pq. Tipo-Litografia Pimenta de Melo & C.

Davino Nomysio de Aquino, Doutor – Filho do major Manuel Thomaz de Aquino e D. Clara Maria de Melo Aquino nasceu na então vila de Propriá a 8 de dezembro de 1850 e faleceu no Aracaju, a 2 de abril, de 1903. Concluídos os seus estudos de humanidades feitos em Maceió, seguiu para a Bahia, a fim de iniciar o curso de medicina, em cuja Faculdade se doutorou em 18 de dezembro de 1880. As distinções obtidas em cinco exames preparatórios e o mesmo grau de aprovação no exame das matérias do 4º ano médico firmaram-lhe os créditos de estudante inteligente e aplicado, que ao seu próprio merecimento deveu ter sido interno, por concurso, de clínica cirúrgica da Faculdade no Hospital de Misericórdia e professor de geografia da Sociedade Democrática Classe Caixeiral. Exerceu a clínica em Propriá, logo depois de formado, tomando ao mesmo tempo parte ativa na política local. Deputado provincial e estadual em 1888-89 por Sergipe, foi na vigência do Governo Provisório presidente da Intendência municipal e delegado de higiene na cidade natal; Inspetor, interino, de higiene na capital e por último Inspetor de saúde dos portos do Estado. Colaborou no “O Colegial”, “O Lince” e “O Liberal”, jornais de Maceió, na “União Liberal” de Propriá e em outros da imprensa sergipana. Sócio do “Clube Conventual” da Bahia e seu presidente, do “Clube Literário Recreativo” de Pão de Açúcar, em Alagoas, foi um dos fundadores da sociedade “Amparo das Famílias” com sede no Aracaju.

Escreveu:

– *Nênia* (escrita por ocasião da morte de uma jovem esposa). Bahia, 1879, 16 págs. in. 12º. Editor – A. C. Tolentino Álvares. Tip. Constitucional.

– *Feridas envenenadas*: dissertação Proposições. Seção de ciências cirúrgicas – Apreciação dos meios empregados na cura dos estreitamentos da uretra. Seção de ciências acessórias – Juízo crítico acerca dos extratos farmacêuticos. Seção de ciências médicas – Herança patológica. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia para ser publicamente sustentada a fim de obter o grau de doutor. Bahia, 1880, 56 págs. in. 8º. Lito (sic.) – Tipografia de João Gonçalves Tourinho.

– *Caridade* (Recitado por ocasião de subscreverem-se os acadêmicos da aula de Botânica e Zoologia em favor do Hospital de Mendicidade, a convite de seu ilustrado Professor, o Sr. Pedro Ribeiro de Araújo). Na “União Liberal”, Propriá, de 4 de julho de 1885. É o terceiro artigo da série começada no “Trabalho” de Pão de Açúcar, de Alagoas, de 20 de outubro de 1883.

– *Algumas palavras* (recitadas em sessão solene da inauguração da Sociedade Literária Clube Conventual, – presentes todos os sócios e convidados distintos). Idem de 4 e 25 de julho de 1885.

– *Aos meus comprovincianos*, especialmente ao eleitorado do 4º distrito. Idem, de 8 e 28 de agosto; 7 e 20 de setembro 1885.

– *Discurso inaugural* (recitado na inauguração da Sociedade Ortológica). Bahia. Idem, de 7 de setembro de 1885.

– *Loquela congratulatória*. (Para ser dirigida ao Sr. Dr. A. G. Martins, por ocasião de encerrar o curso de anatomia descritiva). Idem, de 19 de outubro de 1885.

– Negócios de Propriá. Idem, de 28 de outubro, 7 de novembro e 3 de dezembro de 1886. Série de artigos transcritos do “Diário da Bahia” de 14 de outubro.

– Relatório apresentado a 6 de setembro de 1898 ao Exmo. Cidadão Dr. Presidente do Estado pelo Inspetor de higiene, interino. Anexo ao Relatório do Diretor da Secretaria Geral dos Negócios do Estado, págs. 64 a 79.

Décio Vieira de Melo – Filho de Izaías Vieira de Melo e D. Tereza Barreto de Melo Pinna, nasceu a 4 de fevereiro de 1879 na cidade de Maruim, onde faleceu a 22 de outubro de 1901. Empregado do comércio nos primeiros anos de sua vida ativa, colocou-se depois, em 1896, no escritório de exportação da Central do Brasil em Santos, cidade do Estado de São Paulo. Uma boa parte de sua curta existência foi dedicada ao estudo das letras amenas, tendo deixado em livro as primícias de suas inspirações poéticas. Manfredo Aubert era o seu pseudônimo literário.

Escreveu:

– *Trovas*: sonetos. Aracaju, 1900. 64 pág. in. 8º. Tip. Do “O Estado de Sergipe”.

– *Perpétuas*: versos. Inédito.

Demócrito de Bittencourt Calasans, Doutor – Filho do doutor João José de Bittencourt Calasans (vide este nome) e D. Constança Maria Amália, nasceu no engenho Castelo, município de Santa Luzia, a 23 de agosto de 1861. Fez curso completo de preparatórios no Ateneu Sergipense e o de medicina na Faculdade da Bahia, tendo colado o grau a 8 de dezembro de 1888.

Logo que recebeu o doutorado, foi para Belmonte, na Bahia, onde clinicou durante 24 anos, depois dos quais fixou residência na capital do Estado desde 1911. Tendo deixado a clínica, ao retirar-se de Belmonte, dedicou-se à lavoura, de que auferia as vantagens correspondentes ao seu esforço.

Escreveu:

– *Formas clínicas do impaludismo agudo*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras da Faculdade. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 12 de julho de 1888 a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1888, 70 págs. in. 8º. Tipografia dos Dois Mundos.

Demócrito de Vasconcelos Linhares, Doutor – Filho de Antonio da Silveira Linhares e D. Cândida de Vasconcelos Linhares e Irmão de Florival Linhares, adiante mencionado, nasceu a 21 de janeiro de 1892 em Laranjeiras. Estudou preparatórios nos colégios do Professor Alfredo Montes, em Aracaju, e no Salesiano de Sta. Rosa em Niterói. Fez todo o curso médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de doutor em 1917. Ex-interno efetivo da primeira cadeira de clínica cirúrgica da mesma Faculdade; ex-interno de primeira classe do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia; ex-auxiliar acadêmico do Posto Central de Assistência Pública, laureado com o prêmio “Manoel Feliciano”. Médico da Santa Casa de Misericórdia; da Maternidade, e da Policlínica do Rio de Janeiro, é também assistente de clínica cirúrgica da mesma Faculdade.

Escreveu:

– *Lições de Anatomia Patológica* segundo as aulas do Professor R. Leitão da Cunha, destinadas aos alunos da quarta série médica. São 2 folhetos in. 8º pq. sobre o mesmo assunto; um de 87 págs., o primeiro com 19 lições; e o outro de 83 págs., com as lições de 20 a 40. Rio de Janeiro, 1915. Oficinas Gráficas do “Jornal do Brasil”.

– *Arrancamento de dedos por anéis*.

– Sobre um caso de clínica cirúrgica (Micetoma podal): dissertação. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 20 de novembro de 1917 e defendida a 19 de dezembro do mesmo ano. Com diversas vinhetas Aprovada com distinção e laureada pela Congregação. Rio de Janeiro, 1917. II – 125 págs. in. 8º. Revista dos Tribunais.

Denitério Hércules da Silveira, Doutor – Filho de Hércules Antonio da Silveira e D. Maria Isabel da Silveira, nasceu no engenho Boa Hora, termo de Maruim, a 10 de novembro de 1860. Depois de estudar preparatórios em Aracaju e na Capital baiana, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, onde fez todo o curso médico, doutorando-se em 23 de dezembro de 1885. Formado, regressou à província natal, abrindo consultório clínico na cidade de Maruim, onde exerce atualmente (1924) a sua nobre profissão, sendo reputado excelente profissional na clínica obstétrica.

Escreveu:

– Retenção da urina e meios de a remediar. 1ª Cadeira de clínica cirúrgica: dissertação. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 13 de agosto de 1885 para serem sustentadas, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1885, 70 págs. in. 8º. Tipografia dos Dois Mundos. Esta tese foi aprovada com distinção.

Deoclides Martins Ferreira, Doutor – Filho de Manuel José Ferreira e D. Maria da Purificação Martins Ferreira, nasceu no Rosário do Catete a 6 de agosto de 1862 e faleceu em 6 de março de 1906 na cidade do Amparo, Estado de S. Paulo. Doutor em medicina graduado em 23 de dezembro de 1885 na Academia da Bahia, foi no lugar do seu nascimento delegado de higiene, delegado de polícia e presidente da Intendência municipal. Desejoso de aplicar-se à clínica em um centro de maiores recursos, transferiu a residência para o Estado de S. Paulo, preferindo cidade do Amparo para nela exercer a sua atividade profissional e onde foi médico de higiene. Pertenceu ao grêmio literário “Carlos Ferreira” daquele lugar e apenas

Escreveu:

– Erisipela – Dissertação. Proposições – Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 18 de agosto de 1885 para serem sustentadas por, etc. Bahia, 1885, 70 págs. in. 8º. Tip. dos Dois Mundos.

Deodato da Silva Maia, Bacharel – Filho de outro de igual nome e D. Umbelina de Oliveira Borges Maia, nasceu na cidade de Maruim a 29 de novembro de 1876.

Iniciado nos estudos elementares seguiu para a capital da Bahia, aos 11 anos de idade, matriculando-se ali no internato do colégio “Sete de Setembro”, onde fez os primeiros estudos de humanidades. Acometido de beribéri seus pais o transferiram para o Rio de Janeiro, onde fez nos colégios “Pedro II” e “Gabalda” os preparatórios para o curso de engenharia civil. Acabava de matricular-se no curso anexo da Escola Politécnica, quando rebentou a revolta da Armada. Regressando então a Sergipe, completou no “Ateneu Sergipense” os preparatórios necessários à qualquer carreira científica.

Voltando à Capital Federal e estando ainda suspensos os trabalhos da Escola Politécnica, matriculou-se na Faculdade Livre de Direito, bacharelando-se em 1901, sendo escolhido orador da sua turma.

No quarto ano foi eleito, unanimemente, por seus colegas para, representando a Faculdade, acompanhar, em 1900, o presidente Campos Salles na sua viagem à República

Argentina, em retribuição à visita do General Júlio Roca, cabendo-lhe realizar uma conferência no “Centro Jurídico y de Ciencias Sociales” e colaborar na “Revista de Derecho, Historia y Letras” (Buenos Aires), 1901, dirigida pelo Dr. Estanislau Zeballos.

Após a sua formatura abriu escritório de advocacia na Capital da República, sendo-lhe para logo confiadas causas importantes.

Foi professor de psicologia coletiva da “Universidade Popular Livre” e lente de geografia do “Instituto Comercial” do Rio de Janeiro.

Nomeado secretário do governo do Estado de Sergipe, por decreto de 30 de julho de 1914, não chegou a tomar posse por ter sido nomeado chefe de polícia, por decreto de 26 de outubro, assumindo o exercício a 7 de novembro seguinte. Exerceu esse cargo até 29 de outubro de 1917, data em que foi exonerado a pedido, a fim de desincompatibilizar-se para pleitear uma cadeira de deputado federal, mandato que exerceu na legislatura de 1918 a 1920. No desempenho do cargo de chefe de polícia fez grandes reformas na parte interna do edifício da então Repartição Central da Polícia, hoje Diretoria de Segurança Pública; criou postos policiais nos subúrbios da cidade; um corpo de agentes de investigação e segurança pública; a guarda civil e o Gabinete de identificação, instituição útil e proveitosa, e introduziu melhoramentos materiais e morais no serviço de detenção dos sentenciados, dando a estes trabalho remunerado, escola e prisões higiênicas.

É sócio do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros; do Instituto Jurídico y de Ciencias Sociales, de Buenos Aires, (correspondente); da Sociedade dos Homens de Letras do Brasil; do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; do Grêmio dos Estudantes da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, do qual foi orador oficial; da Associação dos Cronistas Desportivos; do Círculo dos Operários da União; do Instituto Varnagen, de que também foi fundador, em 1922, na capital da República, e sócio honorário do Gabinete de Leitura de Maruim, na sua cidade natal.

Quando estudante fundou o Centro Jurídico 11 de Agosto.

Foi membro dos 1º e 2º Congressos Jurídicos Americanos; do 1º Congresso Maçônico Brasileiro; vogal da Seção de Direito do 1º Congresso Americano da Criança, reunido em Buenos Aires; Presidente da 4ª Seção do 1º Congresso de Imprensa do Brasil; membro e relator de tese do 2º Congresso da Criança, realizado no Rio de Janeiro; membro das Comissões de Justiça, Obras Públicas e Redação da Câmara dos Deputados e relator do parecer sobre a constitucionalidade do Tratado da Paz.

Foi redator chefe da “Revista Acadêmica” 1896-1901; redator da “Rua do Ouvidor” (1898-1902) e da “Gazeta da Tarde” (1900) todas do Rio de Janeiro; secretário do “O Lar” e da “União Acadêmica”, órgão dos estudantes das Escolas Superiores do Rio de Janeiro (1898), sendo um dos fundadores da última.

Como correspondente do “Correio de Aracaju” escreveu em 1909 as “Cartas do Rio”.

Colaborou nos seguintes órgãos:

- *O Maruinense*: 1889-1890.
- *Revista Literária*, Maruim: 1890-1891.
- *Nova Era*, Aracaju, 1889-1891.
- *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, 1891.
- *O Figaro*, Rio de Janeiro, 1893.
- *O Progresso*, Maruim, 1896-1901.
- *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1899.
- *O Estado*, Niterói, 1919.

Tem usado na imprensa os pseudônimos: *Publion Maia*, *Silva Maia*, *Del Mario*, *Luiz Peralta*, *De Metrio* e *Dias Moreya*.

Escreveu:

- *Historia da civilização brasileira*: Série, de artigos. Na “União Acadêmica”.
- *Literatura argentina*. Na “Rua do Ouvidor”. Transcrito na “Imprensa Portenha”.

- *Pro-Sergipe*: artigos publicados no “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro sob o título “Política de Sergipe”. X-37 págs. Rio de Janeiro, 1906. Tip. Aldina, formato in. 12°.
- *Agravo nº 825 para a Corte de Apelação*. (2º Câmara). Agravantes: José e Leonel Alves da Silveira; agravado: Jacinto Magalhães. Contraminuta. Este trabalho está assinado também pelo advogado Pedro Delduque de Macedo. 10 págs. in. 8°. Rio de Janeiro, 1907. Tip. do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & C.
- *Negócios de Sergipe*. Ao Exmo. Sr. Presidente da República por Demetrio. No “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, de 4 e 5 de junho de 1908.
- *Lenda sergipana*. A Moreira Guimarães (José Maria). No “Correio de Aracaju”, de 28 de novembro a 3 de dezembro de 1909.
- *Cartas do Rio*. Como correspondente do mesmo jornal a começar de 1909.
- *Regulamentação do trabalho*. 85 págs. in. 12°. Rio de Janeiro, 1912. Livraria editora Jacinto Silva. Neste opúsculo o autor propõe a regulamentação do trabalho das mulheres e das crianças na indústria e no comércio, contribuindo destarte para a formação do direito operário brasileiro. É a primeira de uma série de publicações projetadas pela “Biblioteca Sociológica Brasileira”. Este trabalho foi anteriormente divulgado em 1911 pelo “O País”, a começar dos números de agosto e a terminar em outubro. Saiu então com o título “Regulamentação do Trabalho”, Projeto do Instituto dos Advogados.
- *Projeto de lei do divórcio*. Apresentado ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros na sessão de 6 de junho de 1912. Rio de Janeiro, 1912, 8 págs. in. 8°. Tip. Besnard Frères.
- *Recurso Extraordinário* (Estado de Mato Grosso) memorial do recorrente, Coronel Joaquim Alves de Arruda. Rio de Janeiro, 1913, Tip. do “Jornal do Comércio”, de Rodrigues & C., 39 págs. in. 8°.
- *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. General Manuel P. de Oliveira Valadão, Digníssimo Presidente do Estado pelo Chefe de Polícia em 15 de agosto de 1916. Aracaju, 1917, Imprensa Oficial, 63 págs. in. 8.0.
- *Legislação Social* discursos parlamentares. Rio de Janeiro, 1918. Pap. Americana 63 págs. in. 12°.
- *Nos tempos coloniais* (lenda sergipana). Na “Gazeta do Norte”, do Rio de Janeiro, de 23 de novembro de 1918.
- *Parecer* sobre a constitucionalidade do Tratado de Paz apresentado à Câmara dos Deputados em 11 de outubro de 1919. Rio de Janeiro, 1919, 16 págs. in. 8°. Imprensa Nacional. Transcrito no “Jornal do Povo”, de Aracaju, de 11 a 25 de novembro seguinte.
- *Legislação Internacional do Trabalho*. No “Correio de Aracaju” de 27 e 29 de abril de 1919.
- *O Departamento do Trabalho*. No “O Estado” de Niterói. Transcrito no “Correio de Aracaju”, de 18 de maio de 1919.
- *Trabalhos Parlamentares* (1918-1919). Rio de Janeiro, 1920, 91 págs. in. 12°. Tip. Pap. “Editora Carioca.
- *Discursos Parlamentares* (1919-1920). Rio de Janeiro, 1920. Tip. “Editora Carioca”, 98 págs. in. 12°.
- *A Minha Candidatura e as violências do governo como preparo às eleições*. Contestação. No “Jornal do Povo” de Aracaju, de 12 de maio de 1921.
- *Nos tempos coloniais* (lenda sergipana). No “O Norte” Rio, de 1º de janeiro de 1923.

Dionísio Eleutério de Menezes, Bacharel – Filho de José Sotero de Menezes e D. Rosa Florinda da Trindade, nasceu no antigo engenho Caípe no Rosário do Catete, então simples povoado pertencente à freguesia de Santo Amaro das Brotas. Se bem que do seu diploma científico conste ter nascido a 29 de julho de 1828, solenizava-se no seio da família o dia 13 de agosto como sendo a data do seu nascimento.

Faleceu na cidade de Riachuelo a 10 de julho de 1919. Estudou preparatórios no colégio do Padre Pereira estabelecido na capital da Bahia, e depois de habilitado para entrar no curso superior seguiu para Olinda, onde se formou em direito, recebendo o grau do bacharel no dia 10 de novembro de 1852.

Inteligente e de rara facilidade na enunciação do pensamento, o seu fino espírito de homem educado apurava-se no emprego dos termos mais delicados para exprimir-se com graça e elegância na sua variada conversação com as pessoas íntimas, como nas mais seletas reuniões. Jamais se utilizou da carta de formatura, nem desempenhou qualquer função pública em toda a sua longa existência, tendo preferido continuar a vida de agricultor dos seus antepassados. Em atenção a antigas solicitações apenas aceitou o cargo de juiz municipal suplente do termo de Laranjeiras para exercê-lo por muito pouco tempo. Sua natural vocação para as artes desviou-o da ciência que estudou, para dedicar-se, fora das horas do trabalho rural, ao exercício da mecânica nas suas oficinas montadas no próprio engenho, nas quais executou curiosas obras de arte, sobrelevando em perfeição as preparadas no torno. Predisposto o seu temperamento de artista a apaixonar-se pela música foi instrumentista e compositor. Seus instrumentos prediletos foram o violão e a flauta e da boa cópia de peças musicais que produziu, fazem parte as duas valsas intituladas *As cólicas de sabatinas* e *Escuta, moleque*, feitas no tempo de estudante. Quando aparecia na imprensa, assinava invariavelmente os seus artigos sempre escritos em estilo epistolar. Viajou pela Europa, tendo assistido em Paris a Exposição de 1867. Fez parte do extinto Comício Agrícola Sergipense, de que foi vice-presidente em 1871, e era sócio correspondente, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Escreveu:

– *Traços biográficos do grande mecânico e artista sergipano José Francisco da Silva Zuca*. Em colaboração com Baltazar Góes. Aracaju, 1913, 52 págs. in. 8º pg. Tip. Comercial.

Dionísio Rodrigues Dantas, Bacharel – Filho de Antonio Rodrigues Dantas e D. Anna Joaquina da Silva Dantas, nasceu no engenho Cachoeira, termo da Estância, em julho de 1832 e faleceu no Aracaju, a 3 de maio de 1880. Fez o curso jurídico na Faculdade do Recife, onde recebeu o grau do bacharel em 1851. Ocupou diversos cargos, como promotor público da Estância, nomeado a 11 de janeiro de 1858, exonerado, a pedido, a 28 de abril de 1858; promotor interino de Aracaju por ato de 15 de setembro desse ano, passando a efetivo a 2 de junho de 1860. Em 1861 exerceu interinamente as funções de procurador fiscal da Tesouraria Provincial. Esteve na presidência da Câmara Municipal do Socorro e foi deputado provincial nas legislaturas de 1862-1863 e 1878-1879, tendo feito parte da mesa, como 1º secretário, na última das referidas legislaturas. Nomeado 2º vice-presidente, por carta imperial de 30 de julho de 1868, assumiu, nesse caráter, o governo da província a 8 de novembro de 1869, governando até 2 de dezembro seguinte, quando lhe sucedeu o Tenente-coronel Francisco José Cardoso Júnior. A 14 de agosto de 1871 assumiu novamente o governo da província, e governou até 21 do mesmo mês.

Escreveu:

– *Relatório* com que o 2º Vice-Presidente... passou a administração da província de Sergipe no dia 2 de dezembro de 1869 ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Francisco José Cardoso Junior. Aracaju, 16 págs. in. 8º gr. Tip. do “Jornal do Aracaju”.

– *Relatório* com que o Exmo. Sr. Dr. 2º Vice-Presidente passou a administração da província a S. Ex. Sr. Barão de Propriá, 1º Vice-Presidente, no dia 21 de agosto de 1871. Vem junto ao Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio Cândido da Cunha Leitão passou a administração àquele Vice-Presidente.

Domingos Barbosa – Filho de Manuel Barbosa e D. Joana Barbosa, nasceu a 4 de agosto de 1862 no sítio dos seus progenitores, denominado Bela Vista, no povoado Caitetu,

município de Maruim, e faleceu em Maceió, a 3 de fevereiro de 1922. Com os estudos primários feitos nas escolas públicas de Maruim, e particularmente com o professor Manoel de Barros Feitosa, seguiu aos 15 anos de idade para a Bahia, onde esteve como auxiliar do comércio durante oito anos, aos quais se seguiram mais três, empregados no mesmo mister na praça comercial do Rio de Janeiro. Em 1892 voltou a Maceió incorporado à empresa dramática da Companhia Coimbra. Ali tornou-se por algum tempo negociante no bairro de Jaraguá e foi procurador das sociedades “Luzeiro da Caridade”, “Bloco Alagoano” e “Gladiantes”.

Alimentando a fugaz esperança de facilmente colocar-se em condições favoráveis na sua terra natal, partiu em setembro de 1915, após prolongada ausência em demanda do Estado, mal conseguindo dos seus dirigentes políticos no ano seguinte o modesto lugar de tesoureiro da Intendência de Itaporanga, de que se exonerou em 1918 para de novo regressar a Maceió, onde também não lhe correram prósperos os dias.

Ator e autor, inteligente e operoso, nem mesmo a adversidade pôde subtrair-lo ao estudo do gabinete e à elaboração das suas produções literárias. Muito escreveu e se contam em grande número os frutos do seu fértil engenho. Infelizmente as vantagens pecuniárias provenientes dos trabalhos que publicou, reverteram na maior parte em favor dos editores, de sorte que em nada lhe serviram para atenuar as prementes necessidades da vida, as quais, pelo contrário, mais, se agravaram na velhice, em que teve de sofrer as agruras da extrema pobreza, apenas mitigada nos últimos dias, pela generosidade de alguns sergipanos residentes em Aracaju. O beletrista alagoano, Jaime Altavilla, no seu livro de eletrônicas “Mil e duas noites” no capítulo sob a epígrafe “Um escritor vencido”, de págs. 116 a 119, diz o seguinte a respeito deste autor: “escreveu a princípio para dar um pouco de asas à pobre fantasia. Finalmente desiludido de sua vocação e sem meios de se tornar um cultivado, preferiu vender os livros dos outros e envelhecer no silêncio da penumbra”.

Escreveu:

– *A heróica Alagoana*: romance original. Maceió. 1904, 56 págs. in. 16°. Lit. Trigueiros.

– *Orgulho humilhado*: drama em 3 atos. Maceió, 1904, 35 págs. in. 16°.

– *O cavaleiro da Rosa Branca*: romance.

– *O brado da Consciência*: romance original. Maceió, 1905, 64 págs. in. 16°. Livraria Fonseca.

– *A Filha do Mestre Braz*: drama em 3 atos. Maceió, 1905, 36 págs. in. 8°. Oficina Fonseca.

– *Os dois cascaduras*: comédia em 1 ato, anexo ao volume antecedente, págs. 37 a 56.

– *Centelhas* – Sob este título o autor reuniu em um só volume de numeração seguida os 3 trabalhos seguintes:

– *O convite do anjo*. História verídica. Laços de amor: romance. Maceió, 1906, págs. 1 a 19, in. 12°. Lit. Trigueiros.

– *A crise de um Mestre Escola*: comédia em 1 ato págs. 23 a 53.

– *O bicheiro*: cena cômica em 1 ato, págs. 55 a 63.

– *Um homem perigoso*: romance. Cenas do Rio de Janeiro. Maceió, 1906, 48 págs. in. 8°. Oficinas Fonseca.

– *A Virgem Bela e Duílio*: conto. Maceió, 1907, 23 págs. in. 8°. Livraria Fonseca.

– *A Filha do Sargento da Primeira*: comédia em 1 ato, no mesmo volume antecedente, págs. 25 a 64.

– *Tragédias do Lar*: romance. Maceió, 1907, 47 págs. in. 8°. Livraria Fonseca.

– *Duas Esposas e um só marido*: romance. Maceió, 1907, 74 págs. in. 16°. Livraria Fonseca.

– *Guilherme o recrutado*: drama em 3 atos. Maceió, 1907, 62 págs. in. 8°. Livraria Fonseca.

- *A Rosa de Valparaíso ou o Pecador arrependido*: drama em 3 atos. Maceió, 1909, 60 págs. in. 8°. Impresso nas Oficinas da Livraria Fonseca.
- *Uma Herança incógnita*: romance.
- *Traição e crime*: drama.
- *Uma noite no Hotel*: comédia.
- *A República em minha casa!*: drama. Inédito.
- *Os dois Prisioneiros*: drama. Inédito.

Domingos Gordo da Cruz – Filho de Pedro Gordo da Cruz e D. Inez Cardoso da Cruz, nasceu na cidade da Estância a 1º de agosto de 1882.

Estudou humanidades em Aracaju e tem o curso para matrícula da Escola de Engenharia Civil. Exerceu o cargo de praticante da Administração dos Correios para o qual foi nomeado por Portaria do Administrador major Antonio Coelho Barreto e promovido a amanuense em 1910. Atualmente exerce o cargo de Telegrafista. Foi sócio fundador do Clube Literário “Tobias Barreto”, em Aracaju, do “Clube Literário e Recreativo Comercial” da Estância e adjunto de orador da Loj.: Cap.: Continguiaba no Or.: de Aracaju. Foi fundador do “O Crisântemo” em 1905 no Aracaju, cujo primeiro número saiu a 2 de abril do mesmo ano. Colaborou na “A Razão”, da Estância em 1903; no “Almanaque Sergipano”. Idem, em Aracaju; no “Estado de Sergipe”. Idem; no “Jornal de Sergipe”, Aracaju”, 1904; na “A Primavera”, idem; Na “Via Lucis”, idem, e no “Descanso” em 1905, na cidade da Estância.

Escreveu:

- *Alvorada*: um volume de poesias, contos e descrições de cenas sergipanas. Aracaju, 1904, 158 págs. in. 8°. Tipografia da Papelaria Comercial. Editor: Elias do Rosário Montalvão.
- *Estratagema dum cascabulho*: comédia em 1 ato escrita especialmente para ser levada a cena da Estância.
- *Incomossível*: monólogo.
- *Via-láctea*: poesias
- *A Filha do Marinheiro*: novela.

Domingos José Alves – Natural da vila de Itaporanga, ali faleceu no dia 7 de julho de 1854, contando trinta e um anos de idade. Tendo feito o curso completo de medicina na Faculdade da Bahia, graduou-se doutor em 1849, pouco sobrevivendo à sua formatura. No exercício da profissão médica, além da rápida clínica que praticou, apenas foi comissionado pelo governo em 1850 para tratar das pessoas pobres atacadas pela epidemia das febres em Pacatuba. No vigor da mocidade e em bom começo de uma carreira de futuro auspicioso, encurtou inconscientemente os dias da existência, suicidando-se num acesso de febre maligna, que o fez enlouquecer.

Escreveu:

- *Breves considerações sobre a puberdade nos dois sexos*: tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia para obter o grau de doutor em medicina. Bahia 1849.

Domingos de Oliveira Ribeiro, Bacharel – Filho do capitão José Antonio de Oliveira e D. Anna Josefa de Oliveira, e pai do bacharel Homero de Oliveira, nascido a 7 de abril de 1858 no Recife e falecido a 17 de dezembro de 1910, nasceu em Laranjeiras em 5 de dezembro de 1829 e ali faleceu a 4 de agosto de 1898. Estudou humanidades em S. Cristóvão sob a direção do padre José Gonçalves Barroso, tendo feito em S. Paulo os exames preparatórios e os dois primeiros anos do curso jurídico, completou na Faculdade do Recife, recebendo o grau de bacharel em 17 de dezembro de 1860. Anos antes do seu bacharelado foi deputado provincial na legislatura de 1854-55 e após terminado o curso acadêmico ocupou a promotoria da comarca de Laranjeiras, cargo que exerceu por muitos anos em períodos

diferentes, e a da comarca da Capela em 1883, tendo se dedicado principalmente à advocacia, que foi a sua profissão preferida durante o espaço de 40 anos. Além dos trabalhos forenses,

Escreveu:

– *A Igreja e a Revolução*: opúsculo. Aracaju (?), 1873. Escrito por ocasião da questão entre D. Vital, bispo de Olinda e a Maçonaria.

– *O Bacharel Domingos de Oliveira Ribeiro ao público*. No “Jornal do Aracaju” de 10 de fevereiro de 1875. É uma resposta às acusações feitas por Francisco José Alves no “Diário da Bahia” de 17 de janeiro.

– *Breve alocução* dirigida ao Ilmo. Sr. Dr. Francisco Manoel Paraíso Cavalcanti a 30 de maio de 1879 ao reassumir o exercício da vara de direito da comarca de Laranjeiras, sendo-lhe oferecido nesse ato pelos seus jurisdicionados uma pena de ouro cravada de brilhantes com um honroso oferecimento. No “Jornal Popular”. Aracaju, de 29 de junho de 1879.

Fundou e redigiu:

– *A Coluna do Trono*: hebdomadário de feição monarquista. Laranjeiras, 1864-1865. O primeiro número saiu em janeiro daquele ano com 4 págs. e três colunas estreitas em cada uma. Formato: 0,34 x 0,21.

Domingos Portella Lima, Doutor – Filho de Luiz Cirilo Lima e D. Carolina da Rocha Lima, nasceu a 28 de setembro de 1862 na antiga vila de Campos. Na Bahia cursou todas as disciplinas do ensino secundário, matriculando-se depois na Faculdade de Medicina, na qual recebeu o grau de doutor em 1889. Afagado pela esperança de colocar-se vantajosamente num dos Estados do Sul, seguiu para S. Paulo, escolhendo para centro de sua clínica Vargem Grande, de onde com pouco tempo se passou para Ribeirão Bonito, terminando ali sua curta existência a 28 de agosto de 1891.

Escreveu:

– *Febre biliosa palustre*: dissertação, Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia, em 2 de agosto de 1889 a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1889, 42 págs. in. 8°. Imprensa Econômica.

D. Domingos Quirino de Souza, 2º Bispo de Goiás – Filho de João Quirino de Souza e Dona Vitória Gonçalves Stella, nasceu a 25 de setembro de 1813 no antigo povoado, hoje cidade da Estância, então pertencendo à freguesia de Santa Luzia, em cuja matriz foi batizado, trinta dias depois, pelo padre José Venâncio da Silveira, sendo padrinhos Manuel Gomes Ferreira e Dona Rita Maria de Jesus.

Encetou os seus estudos na terra natal, distinguindo-se como aplicado discípulo das aulas de instrução primária e secundária, passando depois a freqüentar o seminário arquiepiscopal da Bahia, onde fez todo o curso superior, tendo-lhe sido conferidas em 1839 as ordens sacras do presbiterado pelo arcebispo, D. Romualdo Antonio de Seixas, o sábio marquês de Santa Cruz. Essa mesma data assinala o começo da sua carreira sacerdotal, a que se consagrou com inextinguível fervor apostólico, já doutrinando sobre as verdades da religião, já aconselhando por meio da palavra e do exemplo a prática do bem, já finalmente proporcionando com paternal solicitude o pão do espírito aos seus jovens conterrâneos. De reconhecida proficiência na língua latina, substituiu a 5 de março de 1845 o Padre Raimundo de Campos e Silveira, professor dessa cadeira na Estância, e na qual, depois de ter sido em exame prévio aprovado com louvor, foi a 15 de abril seguinte provido vitaliciamente, lecionando nela até 14 de junho de 1859, em que se jubilou. Por esse tempo, o simples presbítero já se havia imposto ao afeto e admiração da sociedade estanciana, toda ela consorciada no mesmo culto à pureza dos seus costumes, ao seu desapego pelos haveres materiais e ao sentimento de piedade, que sempre lhe inspiraram as infelicidades humanas. Tendo chegado até ao trono imperial a boa fama dos seus atos meritórios de devoção e

caridade, o Imperador Pedro II, ao passar pela Estância em janeiro de 1860, na sua excursão pelas províncias do Norte, procurou com perscrutador interesse conhecer o modesto sacerdote, a quem depois cumulou de honras e distinções. Agraciado com a comenda da Ordem da Rosa pelos serviços prodigalizados à população da cidade natal, foi em seguida nomeado por Decreto de 23 de abril de 1860 bispo da diocese de Goiás, vaga desde agosto de 1854 pela morte do respectivo prelado, D. Francisco Ferreira de Azevedo.

Após o ato da preconização pelo pontífice Pio IX no consistório secreto de 18 de março de 1861, D. Quirino, de posse das bulas de confirmação, seguiu para o Rio de Janeiro, deixando as mais gratas recordações a todos quantos o veneravam como o modelo das mais acrisoladas virtudes. Antes de partir, porém quis dar ainda uma prova de seu espírito de comisseração pelos infelizes deserdados da fortuna, pondo ao abrigo da indigência aquelas pessoas que viviam sob sua proteção, na maioria piedosas mulheres dedicadas ao serviço da Igreja, de quem era diretor espiritual e em favor das quais destinou os parques ordenados da sua jubilação. Uma vez chegado ao Rio de Janeiro, recebeu a devida sagração no dia 1º de dezembro de 1861, tendo tomado posse do bispado a 23 de fevereiro do ano seguinte, representado por seu legítimo procurador. Durante nove meses demorou-se na capital do Império, seguindo em setembro de 1862 para a cidade de Goiás, onde, vencida a penosíssima viagem, fez uma entrada solene em fevereiro de 1863 por entre as mais significativas demonstrações de júbilo da parte dos seus diocesanos. Longe estava das suas cogitações o funesto pressentimento de que com a elevação ao episcopado teria coincidentemente de experimentar as mais cruéis provações, que a serenidade do seu rosto mal encobria, suportadas, como eram, com a estóica resignação de um verdadeiro mártir. Referindo-se a esse doloroso período da vida do desditoso prelado, escreveu “O Constitucional”, periódico do Rio de Janeiro, redigido por Pedro de Calasans: “... elevado às eminências do episcopado não teve outro caminho que o induzisse ao seu destino senão o da rua da amargura. Vivendo feliz no seu humilde retiro em companhia de sua mãe e suas irmãs, seu saber e suas virtudes o infelicitaram. A mitra foi uma coroa de espinhos, com que lhe circundaram a fronte, o báculo foi a sua cruz”. Dores infinitas cruciavam-lhe todo o ser diante do tristíssimo estado de sua progenitora e duas irmãs, enlouquecidas em caminho para Goiás e a cujos desatinos assistia com o coração consternado. Física e moralmente combalido fora-lhe impossível resistir por longo tempo à aflitiva situação a que o acorrentara inominável fatalidade; o cálice do fel que o infortúnio lhe havia chegado dos lábios, estava prestes a esgotar-se. Não foi portanto um acontecimento para surpreender terem-se agravado os seus padecimentos, em consequência dos quais sucumbiu a 12 de setembro de 1863, dando sua morte causa à perda da razão da única irmã que restava com as faculdades perfeitas.

Baldo de recursos pecuniários o seu enterro foi feito às expensas do Governo, que a esse digno procedimento juntou outro, tanto ou mais louvável ainda, prestando-se a auxiliar a família do pranteado antístite na repatriação para a Estância. Seu corpo foi sepultado no dia seguinte na capela mor da catedral de Goiás, da qual teve de ser exumado em 1891 para proceder-se a demolição do velho templo que ameaçava desabar. Além de comendador da Ordem da Rosa, era igualmente condecorado com a Ordem de Cristo e possuía o título de conselho de S. M. o Imperador. Sobre sua pesada ocuparam-se o Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar no “Roteiro dos bispados do Brasil e seus respectivos bispos”, o Cônego Lino do Monte Carmelo Luna na “Galeria dos bispos brasileiros”, obra inédita encontrada entre os manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o doutor José Alexandre Teixeira de Melo nas “Efemérides Nacionais” e o doutor Sacramento Blake no “Dicionário Bibliográfico Brasileiro”. Nas primeiras páginas do “Almanaque Sergipano” para 1914 vem publicada esta notícia com algumas modificações.

Escreveu:

– *Carta de despedida* a seus queridos comprovincianos de Sergipe d’El-Rei ao retirar-se da cidade da Estância (sua pátria natal) para a província de Goiás na qualidade de Bispo

daquela diocese. Niterói, 1861, 16 págs. in. 16°. Tip. do Monitor Provincial, largo Municipal, 18.

– *Carta pastoral*, a seus amados diocesanos, dirigida da cidade da Estância da província de Sergipe, exortando-os a confiadamente adorarem a onipotência de Deus em sua Providência, a segurarem a sua salvação por meio de boas e santas obras; e enfim acautelarem-se contra o mal. Bahia, 1862, 22 págs. in. 12°. Tip. de Camilo de Lelis Masson & C.

– *Carta pastoral*, aos seus amados diocesanos, etc. Não chegou a ser Impressa. Escrita em 1863 na diocese de Goiás, foi transcrita no competente livro da Secretaria do bispado e passada para os livros do Tombo das vigararias. Os originais das duas primeiras Cartas acham-se arquivadas na seção de manuscritos da Biblioteca Pública de Aracaju, como também a sua certidão de batismo.

— E —

Edgard Coelho, Bacharel – Filho do major Estevão Coelho e D. Jesuína Sampaio Coelho, nasceu a 26 de julho de 1886 em Aracaju.

No “Ateneu Sergipense” fez o curso secundário no período de 1903 a 1907, freqüentando depois a Faculdade Livre de Direito da Bahia, recebendo o grau de bacharel a 8 de dezembro de 1911. Em 22 de maio de 1912 foi nomeado interinamente procurador fiscal do Tesouro do Estado e em 4 de março do ano seguinte designado para exercer o lugar de Inspetor Geral do Ensino. Em 22 de junho de 1916 foi nomeado Diretor do Grupo Escolar “General Siqueira”. Por Decreto de 19 de julho do mesmo ano tomou posse do cargo de professor catedrático da cadeira de Educação moral e cívica, noções de Sociologia e Direito da Escola Normal de Aracaju.

Escreveu:

– *Relatórios* apresentados ao Diretor da Instrução Pública. Aracaju, 1914. Tipografia do “Estado de Sergipe”, de 24 de janeiro de 1914 e 19 de novembro de 1914.

– *Relatórios* apresentados ao Diretor da Instrução Pública pelo Diretor do “Grupo Escolar”. Aracaju 1915. Tipografia do “Estado de Sergipe”, de 6 de abril de 1915 e 26 de outubro do mesmo ano.

Edilberto de Souza Campos, Doutor – Filho do Desembargador Guilherme de Souza Campos, adiante mencionado e D. Anna de Souza Campos, nasceu a 4 de setembro de 1883, no Lagarto.

Fez os exames de humanidades no Aracaju e os três primeiros anos do curso médico na Bahia, doutorando-se em 1905 no Rio de Janeiro. Iniciou a clínica na cidade de Cataguazes, em Minas Gerais, em 1906, e por pouco tempo na Estância, quando em visita à sua família. Por decreto de 23 de dezembro de 1907 foi nomeado secretário do Governo do Estado, cargo que ocupou até outubro de 1908.

No concurso para a cadeira de clínica oftalmológica da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, foi classificado em 2º lugar entre 3 candidatos.

Em viagem de estudos na Europa, voltou ao Brasil em janeiro de 1911, depois de se ter demorado na Alemanha por algum tempo, aperfeiçoando-se em oculística. É assistente da clínica de olhos na Policlínica Infantil da Santa Casa do Rio de Janeiro, desde 1912; Oculista do Ambulatório Rivadavia Corrêa, na Colônia de Alienados; professor da Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto; secretário geral da Sociedade Brasileira de Oftalmologia do Hospital de Crianças, de cujo serviço também é assistente, e foi durante cinco anos secretário da Sociedade de Medicina e cirurgia do Rio de Janeiro.

Tem colaborado no “Formulário de Terapêutica Infantil” do Dr. A. A. Santos Moreira, publicado em 1917 no Rio de Janeiro; no “Brasil Médico”, “Tribuna Médica”, “Arquivos

Brasileiros de Medicina”, “A Clínica”, “Anales d’Oculística”, “Revista de Medicina”, “Educação e Pediatria”, “O Estado de Sergipe” e outros.

Escreveu:

– *Notas sobre a correção ótica permanente na miopia*: dissertação. Proposições sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro. 1905, 65 págs. in. 8º. Impressores: M. Orosco & C.

– *Higiene Escolar*, sob o pseudônimo *Um Estudante Sergipano*. No “O Estado de Sergipe” de 21 e 22 de junho de 1905.

– *O uso dos óculos*. Idem, de 3 de setembro do mesmo ano.

– *O Tracoma e sua importância no Brasil*: série de artigos no “O Estado de Sergipe”, de 1 a 12 de dezembro de 1905. Sob o mesmo pseudônimo: *Um estudante Sergipano*.

– *Profilaxia da oftalmia dos recém-nascidos*. No “O Estado de Sergipe” de 2 e 3 de maio de 1907.

– Sobre o tratamento das cataratas incipientes sem operação. Ao ilustre Dr. Helvécio de Andrade. No “O Estado de Sergipe”, de 12 de novembro de 1908.

– *Contribution à l’étude des complications du ptérygion*. Na revista de Paris. “La clinique Ophthalmologique”, jornal mensal de clínica e de terapêutica ocular, de 10 de outubro de 1909, págs. 488 a 490.

– *Um novo método de operar as cataratas*. No “O Estado de Sergipe” de 12 de março de 1911.

– *Ulceração Sifilítica da conjuntiva*. Arquivo Brasileiro de Medicina, Rio de Janeiro, outubro de 1911.

– *Reminiscências* (fragmento de uma carta). No “O Estado de Sergipe” de 19 de março de 1911. Trata principalmente do 16º Congresso. Internacional de Medicina, instalado em Budapeste, capital da Hungria, a 29 de agosto de 1909.

– *Clínica oftalmológica* – O enxerto do tecido gorduroso como meio de melhorar a aplicação dos olhos artificiais. No “Brasil-Médico”, Rio de Janeiro de 22 de dezembro de 1912, págs. 503 a 507.

– *A iridetomia periférica preventiva do prolapso do íris*. Na “A Tribuna Médica” do Rio de Janeiro, nº 22, de 15 de novembro de 1912, págs. 367 a 375 e nº 4 de 15 de fevereiro de 1913, págs. 55 e 56.

– *A cegueira crepuscular aguda e sua etio-patogenia*. No “Brasil-Médico”, Rio de Janeiro de 15 de janeiro e 1 de fevereiro – 1914.

– *Operação de Toti e operação de West*. Nos “Anais da Sociedade de Medicina e Cirurgia” do Rio de Janeiro, págs. 43 a 56, vol. I de 1914.

– *Higiene dos olhos na infância*. Na “Revista Educação e Pediatria” nº 27 de 1916.

– *Tuberculose ocular e seu tratamento pela tuberculina*. Tese de concurso apresentada à Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Rio de Janeiro, 1916, 96 págs. in. 8º. Tip. da “Revista dos Tribunais”. Publicada em extrato nos “Arquivos Brasileiros de Medicina” do Rio de Janeiro, págs. 15 a 75 do fascículo de janeiro de 1916.

– *Medicamentos de uso local em oculística*. Colaborações no Formulário de Moléstias das crianças”. Santos Moreira, Rio de Janeiro, 1917, 1918, 1920. Três Edições.

– *O tracoma em Sergipe*. Nota apresentada a respeito do tracoma em Sergipe no 1º Congresso do Tracoma, efetuado na Capital Federal de 13 a 20 de outubro de 1918. No “Estado de Sergipe” de 5 de dezembro de 1918.

– *Tuberculina em oculística infantil*. (Comunicação feita à Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro). Nos “Arquivos Brasileiros de Medicina”, págs. 483 a 505, fascículo de agosto de 1918.

– Operações de Ftose: Sociedade Brasileira de Oftalmologia, 20 de novembro de 1922, no “Brasil Médico” de dezembro do mesmo ano.

– Aplicações da insulina no tratamento da diabetes: comunicação apresentada à Sociedade Brasileira de Oftalmologia e Otorrinolaringologia, do Rio de Janeiro, na sessão de dezembro de 1923. No “Correio da Manhã” de 26 do mesmo mês.

► *Data de morte: 1971.*

Edison Nobre de Lacerda, Bacharel – Filho do bacharel Francisco Carneiro Nobre de Lacerda e D. Irinéa Nobre de Lacerda, nasceu a 23 de maio de 1897 no engenho S. Pedro, município do Socorro. Estudou humanidades no “Ateneu Sergipense” e em aulas particulares em Aracaju e depois de habilitado para o curso superior, matriculou-se em 1914 na Faculdade de Direito da Bahia, que freqüentou até ao 3º ano, cursando os dois seguintes na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, na qual se graduou a 31 de dezembro de 1918. Ainda estudante foi nomeado inspetor Escolar a 20 de julho de 1916, em cujo exercício esteve até 1920, quando se exonerou. Deputado estadual nos triênios de 1917-1919, 1920-1922. Tem colaborado em Aracaju no “Diário da Manhã”, sob o pseudônimo de João Jacob, “Jornal do Povo” sob o pseudônimo de *Ruy de Pina*, nos artigos subordinados a epígrafe *Gramatiquice* na revista “Hélio” no “Jornal Falado”.

Escreveu:

– *Fragmentos* (de direito, literatura, filologia). Compõem-se de estudos, publicados na imprensa periódica durante a vida acadêmica do autor. Rio de Janeiro, 1919, 62 págs. in. 12º. Tip. do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & C.

Edison de Oliveira Ribeiro, Bacharel – Filho de Demóstenes de Oliveira Ribeiro e D. Maria das Dores do Oliveira Ribeiro, nasceu a 21 de agosto de 1897 em Laranjeiras. Fez o curso de humanidades no “Ateneu Sergipense” e no Ginásio S. Salvador da Bahia, onde colou o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais a 8 de dezembro de 1918 na Faculdade de Direito.

Foi promotor público de Aracaju e de outras comarcas e tem ocupado interinamente os seguintes cargos: procurador geral da República; procurador geral do Estado e auditor de guerra na justiça militar.

É advogado em Aracaju e dirige como proprietário o “Correio de Aracaju”, órgão independente.

Com os pseudônimos *Naside Herbert* e *Luz* colaborou na “A Notícia” e “Revista Acadêmica” (Bahia) “Estado das Alagoas”, “Correio de S. Francisco”, (Alagoas); “O Comércio de Maruim” e foi redator do “Jornal do Povo” de Aracaju, Neste jornal manteve a seção “Ventas” que continuou no “Correio de Aracaju”, sobre assuntos político-sociais.

Foi orador oficial do “Centro de Propaganda do Voto Secreto” e por 2 vezes presidiu a Liga Desportiva Sergipana.

É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e

Escreveu:

– *Discurso* pronunciado no dia 4 de janeiro de 1924 em nome do povo sergipano por ocasião do regresso do Dr. Graccho Cardoso da Capital Federal. No “Correio de Aracaju” e “Diário Oficial” do dia seguinte.

► *Data de morte: 04 de janeiro de 1957, no Rio de Janeiro (RJ).*

Edmundo Esteves da Silveira – Filho do comendador Ernesto Esteves da Silveira e D. Maria Bemvinda da Silveira, nasceu a 2 de fevereiro de 1879 na Estância e faleceu a 24 de dezembro de 1917 no Aracaju, para onde se transportou da Capital Federal em grave estado de saúde. Ligado por laços de sangue ao poeta da “A Noviça”, Joaquim Esteves, e Irmão de João Esteves, ambos contemplados neste livro, foi, como eles, poeta e jornalista. Tendo seguido a carreira das armas, entrou para a Escola Militar, como aluno, que foi inteligente e aplicado, e após ter prestado serviços no Rio Grande do Sul em diversos batalhões até

terminar o seu tempo de praça, obteve baixa, regressando para o Estado natal. Não tardou muito que, em busca de um campo mais vasto para expansão do seu talento, resolvesse fixar-se na capital da União, onde ocupou diversos cargos públicos, o último dos quais na Recebedoria do Distrito Federal. Colaborou na “Revista da Semana”, na revista “Mar e Terra” e em diversos jornais publicando trabalhos em prosa e verso. Sua biografia vem impressa na “Revista Ilustrada” – “Mar e Terra”, – págs. 44, nº de outubro a 15 de novembro de 1913.

Escreveu:

– *Diálogo entre o Brasil e a República*: Poemeto. Foi sua estréia literária. Rio de Janeiro, 1910, 33 págs. in. 8º pg. Tip. Monteiro & Viana.

– *Os Mistérios dos Frades de Portugal*: sátira.

– *A Pátria Portuguesa*: poema.

– *Duelo entre um General Alemão e um General Francês*: poemeto. Rio de Janeiro, 1914, 10 págs. in. 16º. Martins de Araújo & C. O autor assinou este trabalho invertendo o seu segundo nome,

– *A Seca do Norte*: poemeto. Rio de Janeiro, 1015 págs. in. 16º. Martins de Araújo & C.

— *Duas máscaras*: versos. Inédito.

Edmundo Veiga, Bacharel¹ – Filho do Dr. Francisco Luiz da Veiga e D. Ricardina E. Cebra da Veiga, nasceu a 11 de maio de 1869 em Aracaju.

Feito com brilhantismo o curso de preparatório em Pouso Alegre e Ouro Preto (Minas Gerais) matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, sendo diplomado bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1889.

Depois de formado exerceu várias cargos políticos e administrativos do Estado de Minas.

Começou sua carreira pública como Secretário deste Estado em janeiro de 1891; em julho de 1892 foi nomeado Diretor da Imprensa Oficial e redator do “Minas Gerais”, órgão oficial daquele Estado, tendo então ocasião de pôr em evidência suas qualidades de jornalista. Em 5 de setembro de 1894 passou a ocupar o lugar de Consultor da Secretaria do Interior até agosto do ano seguinte, data em que foi outra vez Diretor da Imprensa Oficial e redator do “Minas Gerais”, cargo que desempenhou até março de 1898.

Nessa data passou a exercer as funções de Diretor da Secretaria do Interior nas quais se conservou durante algumas administrações.

Além dessas importantes comissões desempenhou temporariamente, por duas vezes, as funções de Chefe de Polícia do Estado de Minas.

Como estudante, em S. Paulo, colaborou em diversos periódicos.

Secretário do Presidente da República por nomeação de 15 de novembro de 1906, foi exonerado a pedido por Decreto de 18 de Junho de 1909.

Em 22 de abril de 1910 assumiu o exercício de Sub-Secretário do Supremo Tribunal Federal. É membro honorário do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro.

Eduardo Fernandes de Magalhães, Doutor – Filho do notável médico sergipano Dr. José Lourenço de Magalhães, também contemplado neste livro, e D. Luiza Fernandes de Magalhães, nasceu na cidade da Estância a 16 de fevereiro de 1866. Fez os estudos, superiores na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de doutor em 1888.

Depois de formado abriu consultório clínico na Corte do Império, seguindo em 1889 para Entre Rios, no Estado do Rio de Janeiro, na comissão de combate à febre amarela, indo em 1890, em comissão idêntica para a cidade de Campinas no Estado de São Paulo.

¹ A despeito de reiteradas pesquisas, não me foi possível colher informações relativas à parte bibliográfica de tão ilustre patricio

Nessa cidade exerceu os cargos de delegado de higiene e de vacinador municipal.

É membro correspondente da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e colaborador do “Jornal do Comércio”. Médico de incontestável valor como profissional, disse a seu respeito uma folha paulista: “... Seguindo o exemplo de seu pai, o notável brasileiro Dr. José Lourenço de Magalhães, ele estuda para ser o que a vocação lhe inspirou – um médico, isto é, um profissional que deseja aprofundar dia e noite os arcanos da ciência a que consagra todas as energias da sua esclarecida inteligência e toda a dignidade como funcionário, o que provou na última epidemia em Campinas”.

Escreveu:

- *Das dermatoses de origem diabética*: tese de doutoramento. Rio de Janeiro 1888.
 - A Influenza: série de artigos. Na “Gazeta de Notícias”, 1890.
 - *A Ginástica Higiênica*. Rio de Janeiro, 1894, 23 págs. in. 8º. Tip. Leusinger.
 - *Relatório sobre a Higiene em Campinas*, 1894.
 - *Febre Amarela*, 1895. Na “Cidade de Campinas”.
 - *Relatórios sobre as medidas higiênicas em Campinas*, 1896.
 - *O Ácido pícrico no tratamento das queimaduras*. 1896.
 - *A profilaxia arsenical da febre amarela*: série de artigos, 1896. No “Diário de Campinas”.
 - Do arsênico em medicina: série de artigos, 1897. Na “Cidade de Campinas”.
 - *A profilaxia da febre amarela pelo ácido arsenioso*: memória apresentada à Academia Nacional de Medicina – 1897.
 - *Conselhos e instruções para o emprego do arsênico como preventivo da febre amarela*. 1897.
 - *É caso de paralisia arsenical?* Consulta à Academia Nacional de Medicina – 1897.
 - Moléstias bronco-pulmonares: monografia contendo um prefácio do Dr. Francisco de Castro. Rio de Janeiro, 1897, 51 págs. in. 8º. Tip. Pereira Braga & C. Com uma estampa representando o aparelho de sua invenção intitulado “Fumigador do Dr. Eduardo de Magalhães”.
 - A dispepsia: série de artigos. 1898. No “Diário Popular”.
 - *A dispepsia e seu tratamento*. S. Paulo, 1898, 106 págs. in. 8º. Tipografia do Industrial de São Paulo. É a reedição de artigos que saíram no “Diário Popular” de S. Paulo.
 - *Guia do dispéptico*. S. Paulo, 1898, 14 págs. in. 16º. Tip. de Albércio Ramos Moreira.
 - *Ginástica infantil*. Prefácio do Dr. Moncorvo, 1899.
 - Ácido arsenioso como preventivo das moléstias infecto-contagiosas, artigos. No “Diário Popular” de S. Paulo. 1899.
 - *A Coqueluche e seu tratamento*. Artigos publicados no mesmo jornal.
 - *As idiosincrasias*. Idem, Idem. Idem.
 - *O ácido arsênico na febre amarela*. Rio de Janeiro, 1899, 75 págs. in. 8º. Tip. Besnard Frères.
 - *O ácido arsenioso na febre amarela*: memória apresentada a 11 de novembro de 1897, para admissão na qualidade de membro correspondente da Academia Nacional de Medicina. Nos “Anais da Academia de Medicina” do Rio de Janeiro, tomo 65, de 1899, págs. 38 a 107.
 - As dispepsias no Rio de Janeiro. Artigos publicados no “Jornal do Comércio” – 1900.
 - *Higiene alimentar*. 1º volume. Rio de Janeiro, 1908, XXI – 448 págs. in. 8º gr. Imprensa Nacional, 2º volume, prefaciado pelos professores Rocha Faria, Miguel Couto, Silva Lima e Gonçalo Muniz; ilustrado com 81 gravuras, Rio de Janeiro, 1909 XX-312 págs. in. 8º gr. Imprensa Nacional.
- Este trabalho foi vulgarizado antes pelas colunas do “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro.

- *Artrismo nos meninos*. Rio de Janeiro, 1909. 64 págs. in. 8º, com estampas. Imprensa Nacional.
- *Artrismo nos meninos*. Rio de Janeiro, 1909. 33 págs. in. 8º, com estampas. Imprensa Nacional.
- *Artrismo no moço*. Rio de Janeiro 1909, 88 págs. in. 8º, com estampas. Imprensa Nacional.
- *Artrismo no adulto e suas principais manifestações – dispepsia neurastenia e arteriosclerose*. Rio de Janeiro, 1909, 86 págs. in. 8º, com estampas. Imprensa Nacional.

Eduardo Leite Veloso, Doutor – Filho do bacharel Eduardo Gomes Ferreira Velloso, natural da Bahia, falecido a 11 de setembro de 1923, e D. Maria Constança Leite Veloso, nasceu no engenho Rugio, município do Arauá, a 26 de setembro de 1881 e faleceu na capital da Bahia a 9 de setembro de 1923, dois dias antes do passamento do seu progenitor. Ali diplomou-se em farmácia e formou-se em medicina, colando o grau de doutor no fim do ano de 1902. Estabelecido na capital do Pará, foi, além de clínico, delegado sanitário municipal, médico do hospital dos estrangeiros até 1907, ano em que tendo feito concurso para a armada obteve a nomeação de 1º tenente cirurgião do corpo de saúde naval a 21 de setembro, graduado no posto de capitão-tenente a 23 de outubro de 1913, confirmado a 19 do mês seguinte, e capitão de corveta a 17 de março de 1920. Deputado pela Bahia no congresso estadual soube honrar o mandato político, prestando o concurso do seu talento nas questões de interesse vital para o Estado.

Escreveu:

- Da influência benéfica da erisipela na sífilis: disseminação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia a 2 de setembro de 1902 para ser defendida, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1902, 431 págs. in. 8º. Imprensa Popular.

Efrem Lima – Filho de Ulisses de Araújo Lima e D. Águeda Lima, nasceu a 8 de janeiro de 1887, no Aracaju. Em novembro de 1916 seguiu para os Estados Unidos para aperfeiçoar-se na vida comercial, de onde regressou em 1920. De Nova Iorque encetou uma série de correspondências para o “Diário da Manhã” tendo sido publicada a primeira no número de 10 de novembro de 1917. Na sua permanência na América do Norte redigiu desde julho de 1919 a setembro de 1920, a edição portuguesa da “La Hacienda” editada na cidade de Butta, Estado de New York. É atualmente empregado do Comércio e colaborou no “Século XX”, e “O Democrata”.

Escreveu:

- *Sobre os direitos da mulher*. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 19 e 20 de setembro de 1914.
- *A prostituição em Sergipe*. Idem, de 15 de outubro seguinte.
- *O Presente*. Idem, de 30 de janeiro de 1914.
- *Iniquidade*. Idem, de 30 de janeiro de 1915.
- *Fragmentos*. Carta a Lima Júnior. Idem, de 11 de abril de 1915.
- *Que luta!* Idem, de 23 e 27 de abril e 6 de maio de 1915.
- *Consciências que despertam*. Idem, de 12 de maio de 1915.
- *Idiosincrasia do artista*. Idem, de 1º de Outubro de 1916.
- *Eliezer Kaminetzky*. No “O Democrata”, Aracaju, de 18 de fevereiro de 1917.
- *O vento gemedor* (folclore de Sergipe). Na “A Garoa”, S. Paulo, nº 26, de 20 de agosto de 1923.
- *Data de morte: 13 de março de 1939 em São Paulo(SP)*

Eleyson Cardoso, Doutor – Filho do Professor Brício Cardoso já mencionado e D. Mirena Cardoso nasceu a 14 de junho de 1892 no Aracaju. Estudou humanidades em sua terra natal, terminando no Ceará. No Rio de Janeiro, onde era empregado na Repartição dos Telégrafos, matriculou-se na Faculdade de Medicina, doutorando-se em 1917. Com pronunciada vocação para a música é insigne pianista e compositor desde os 14 anos de idade. Serviu no Telégrafo Nacional, como telegrafista manipulando aparelhos Morse, Baudot e especializando-se em rádio-telegrafia, havendo trabalhado 2 anos na Estação de Amaralina e 3 na de Babilônia, no Rio de Janeiro.

Foi interno no Hospital Central da Marinha em 1910 e serviu como médico em navios de transportes durante a guerra européia, 1914-1919. Inspetor sanitário Marítimo em 1917; Veterinário do Serviço de Indústria Pastoral, servindo na Inspeção do Leite e Derivado no Estado do Rio em 1921; chefe do Distrito da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural, em comissão no Estado de Sergipe em 1921. Bacharel em ciências e letras pelo Liceu do Ceará; sócio efetivo da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em 1922; sócio fundador da “Sociedade Brasileira de Higiene” no mesmo ano e Diretor da “Companhia Agrícola” do Estado de Sergipe.

Escreveu:

– *Assistência pública no Rio de Janeiro*: dissertação. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 18 de janeiro de 1917 defendida em 28 de março do mesmo ano. Rio de Janeiro, 1917, 71 págs. in. 8º. Tip. Vilas Boas & C.

– *Discurso* proferido no dia 4 de julho de 1922 ao ser recebido como sócio da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. No “Sergipe Jornal”, Aracaju, de 1º de agosto seguinte.

– *Contribuição ao estudo do esquistossomose no Estado de Sergipe*. No “Sergipe Jornal” de 28 e 29 de dezembro de 1923. Extraído da revista “Brasil Médico”.

Elias Carmello – Natural da cidade de S. Cristóvão, nasceu a 23 de maio de 1876; é filho de Maximiano Teixeira de Jesus e D. Januária Carolina de Jesus e irmão do Padre Antonio Carmelo, já mencionado neste livro.

Tendo feito os primeiros estudos em S. Cristóvão, freqüentou o “Ginásio Sergipense” estabelecimento de ensino secundário mantido em Aracaju pelo professor Alfredo Montes. Em 1897 seguiu para a Bahia em cujo alto comércio passou cerca de um ano transportando-se depois para o Estado de S. Paulo, onde continuou a exercer a mesma atividade.

Em 1900 voltou ao seu Estado, sendo nomeado em 1904 amanuense da então secretaria de polícia, hoje Diretoria da Segurança Pública. Dali passou, em 1908 para a Secretaria do Governo, hoje Secretaria Geral do Estado, ocupando o lugar de amanuense, sendo logo promovido a oficial e depois a chefe de seção, lugar que ainda ocupa (1924).

Nesse caráter esteve como Secretário Geral interino, no Governo do General Valadão. É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, e no “Correio de Aracaju”, publicou artigos sobre limites de Sergipe e Bahia, polêmica sobre matéria religiosa, a partir de setembro de 1923; crônicas sobre sexta-feira Santa e a tradicional festa dos Passos na cidade de S. Cristóvão e também sobre a denominação de uma rua naquela cidade. Na “Folha de Sergipe” manteve uma seção às quintas e domingos sobre o Mês Mariano. Tem usado na imprensa os pseudônimos *Paulo du Bois*, *Leonor* e *J. M. Santos*.

Colaborou na “Folha de Sergipe” “O Estado de Sergipe”, “Diário da Manhã” e “Correio de Aracaju”.

Escreveu:

– *Descrição de um passeio de Aracaju a S. Cristóvão*. 1906.

– *O Aniversario da morte do Monsenhor Olímpio Campos*. No “O Estado de Sergipe”, 1907.

– *No Convento*, contos, 1908.

- *Heroísmo de Mulher*. Idem, Idem.
 - *Vício suplantado*: contos, 1908.
 - *Defesa de um governo*: No “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, 1920.
- Tem no prelo um trabalho intitulado:
- Ivo do Prado, esboço biográfico.
- *Data de morte*: 09 de fevereiro de 1961.

Elias do Rosário Montalvão, Cirurgião-Dentista – Filho de Joaquim José Montalvão e D. Hermenegilda Serva de Nazaret, nasceu a 17 de abril de 1878 em Campos. Estudou preparatórios em Aracaju e formou-se em odontologia na Faculdade de Medicina da Bahia em 1909, recebendo o grau a 4 de dezembro, quando já era empregado de Fazenda, tendo sido antes empregado do comércio no Aracaju. Depois de ter feito concurso para os empregos de Fazenda, foi nomeado praticante da Tesouraria do Aracaju, e sendo esta extinta, ficou adido à Alfândega da mesma cidade. Tendo interrompido a carreira voltou depois ao comércio, que mais uma vez deixou para seguir a anterior, sendo nomeado 4º escriturário da Alfândega da Bahia a 24 de outubro de 1897 de onde foi removido para a Delegacia de Aracaju por Decreto de 21 de julho de 1910, onde se acha atualmente, 1924. Neste mesmo ano foi auxiliar do 1º escriturário do Tesouro Nacional, Antenor Augusto Correa, na comissão de exame da escrita da Companhia União Fabril da Bahia, em que se desempenhou nobremente, e em 1911 foi comissionado para inspecionar a Alfândega e Delegacia da Paraíba. É capitão da Guarda Nacional. Colaborou na “Gazeta de Domingo” 1890, no “Eco Juvenil” 1888 e fundou e redigiu:

- *O Caixeiro*: Aracaju, 1891.

Escreveu:

- *Pelo Direito e pela história de Sergipe*: conferência lida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em sessão de 25 de julho de 1915. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 30 de julho a 4 de agosto de 1915.

- *Comarca do Rio Real*. Idem, de 14 e 15 de outubro de 1915.

- *Meu Sergipe*: ensino da História e Corografia de Sergipe. Obra aprovada unanimemente pela Congregação da Escola Normal do Estado para ser adotada nas Escolas Primárias e já retocada de conformidade com as poucas alterações posteriores à data da aprovação. Aracaju, 1916, 91 págs. in. 8º pq. Tipografia Comercial.

- *Limites Sergipe-Bahia*. Protesto contra a redução do direito ao território de Sergipe. No “Diário da Manhã”, Aracaju, 9 de maio de 1918.

- *Limites Sergipe-Bahia* – Refutação ao contra protesto do Dr. Avila Lima, apresentada na sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 6 de julho de 1918. No “Diário da Manhã” de 12 a 20 do mesmo mês. Aracaju, 1918, 25 págs. in. 8º. Imprensa Oficial.

- *História e Corografia de Maruim*. Aracaju, 1921, 32 págs. Estabelecimento Gráfico F. Sampaio.

Eliezér do Rego Barros – Nasceu em 28 de setembro de 1885 no Aracaju, filho de Agostinho do Rego Barros e D. Maria Georgina do Rego Barros. Coursou até o 2º ano o “Ateneu Sergipense”, tendo deixado os estudos para abraçar a carreira burocrática no Rio de Janeiro.

Retirou-se de Sergipe em outubro de 1902 e desde 1904 é empregado do Ministro da Viação. Tem colaborado nos jornais cariocas, é romancista, poeta e escritor teatral.

Escreveu:

- *Poesias com os subtítulos – Vôos d’alma e Sons dispersos*. Rio de Janeiro, (sem data) 89 págs. in. 12º. Papellaria Americana.

- *Amor e chicote*: romance. Rio de Janeiro, 1921, 131 págs. in. 16°. Tipografia S. Ribeiro de Aragão.
- *Asas de cera*: romance. Rio de Janeiro, 1921, 157 págs. in. 12°. Tip. S. Ribeiro de Aragão.
- *Profecia de cigana*.

Elziário Prudêncio da Lapa Pinto – Filho do capitão José Pinto da Cruz e D. Maria de S. José da Lapa Pinto, nasceu a 28 de abril de 1839 em S. Cristóvão e faleceu a 22 de novembro de 1897 na Boca do Mato, Estação do Meier, no Rio de Janeiro. Os primeiros anos da sua mocidade decorreram no seio da família, utilizando-se desse tempo para continuar nos seus estudos e em preparar a inteligência dos jovens conterrâneos, transmitindo-lhes as lições iniciais do ensino primário, recebidas dos mestres da cidade natal. Desejando alcançar uma posição mais segura, garantidora de melhor futuro, em breve deixou o magistério particular, visto ter sido nomeado praticante da Tesouraria Geral de Fazenda, por portaria de 2 de outubro de 1857.

O decreto de 5 de fevereiro de 1859 elevou-o a 2º escriturário da mesma repartição e por igual ato de 6 de junho de 1861 foi removido, sem acesso, para a Recebedoria de Rendas internas da Bahia, cargo de que foi exonerado após poucos anos de exercício.

Desligado do funcionalismo público, enveredou pelos meandros da política partidária, a que prestou franco apoio, não somente como correligionário, mas também como autoridade policial em um dos distritos da Capital baiana. Estando por esse tempo acesa a luta entre o Brasil e a República do Paraguai, formou um batalhão de voluntários que acompanhou até ao Sul, de onde regressou sem ter chegado ao teatro das operações do Exército brasileiro. Por último, escolhida a cidade do Rio de Janeiro para sua residência, surgiu-lhe ali a idéia de aplicar-se ao estudo da medicina homeopática, feito o que e depois de adquirida na clínica particular a prática de curar, transportou-se para a república do Peru, onde obteve a carta de médico. Poeta, vivendo num mundo de ilusões, jamais se preocupou com os vaivens da fortuna, sempre indiferente às imposições da vida material, sem se advertir dos dias aziagos, que se aproximavam. E foi diante da triste realidade que, já sem forças para aparar os golpes da adversidade, declararam-se em dias de junho de 1890 os sintomas assustadores da loucura, que o inutilizou para sempre. Nesse estado de inconsciência, perda de todo a luz da razão, extinguiu-se-lhe também, passados alguns anos, a luz da existência martirizada por infortúnios sucessivos. Perfeito artista do verso, imaginoso e fluente, a igualar ao gênio de Gonçalves Dias na cadência da rima, nutriu como ele o mesmo pensamento de nacionalizar a poesia, dando-lhe uma feição caracteristicamente brasileira. Uma boa parte das suas produções obedece a este plano ideado pelos dois poetas.

Sobre este autor, tão pouco conhecido, e a quem Sílvia Romero faz elogiosa referência na “História da Literatura Brasileira”, apenas existe um estudo mais minucioso, sob a epígrafe *Um Esteta*, publicado no “o Estado de Sergipe” de abril de 1900 por Aníbal Freire (vide este nome). Colaborou no “Correio Sergipense”, “Diário da Bahia”, “O Horizonte”, periódico baiano, e outros.

Foi sócio e orador da Sociedade beneficente “Fraternidade Sergipana” na capital da Bahia e da Sociedade “Terpsichore Aracajuana”, oficial da G. N. e como periodista redigiu;

– *O Telégrafo*: jornal crítico, literário e recreativo. Aracaju, 1860. O primeiro número saiu a 8 de março em pequeno formato.

Escreveu:

- *O cravo branco*: poesia. No “Correio Sergipense” de 9 de outubro de 1857.
- *O Naufrágio*: poesia. Idem, de 12 de maio de 1858.
- *Improviso* no dia 9 de setembro no teatro da cidade de S. Cristóvão, depois de recitada uma bela poesia do Dr. Francisco da Silva Freire. Idem de 21 de setembro de 1859.

– *Ao 24 de Outubro*: poesia recitada de improviso num jantar na Barra dos Coqueiros na tarde do referido dia. Idem, de 26 de outubro de 1859.

– *Alocução* dirigida as S.S. Majestades, o Imperador e a Imperatriz, em nome dos habitantes da Barra dos Coqueiros, por ocasião das suas visitas a esse povoado, em 13 de janeiro de 1860. Idem de 25 do mesmo mês.

– A Festa da Liberdade, oferecida a S. M. D. Pedro II, em 18 de janeiro de 1860, e recitada por ocasião da sua visita à Barra dos Coqueiros. Versos. No folheto *Visita Imperial à província de Sergipe*, págs. 64 a 68.

– *Despedida*: versos oferecidos as S.S. M.M. I.I. por ocasião do seu regresso à Corte. Idem, de 10 de fevereiro de 1860.

– *O festim de Baltazar*: poesia. 1865. Publicada pela primeira vez em 1868, no número 4 do periódico “A Idéia” da Bahia, sob a direção dos acadêmicos de medicina Júlio Mário e Paulo Marques e posteriormente na “Lira Sergipana” de Felinto do Nascimento, págs. 58 a 64; no tomo 2º, 2. edição, da “História da Literatura Brasileira” por Sílvio Romero, págs. 247 a 258, e no “Parnaso Sergipano”, 1º volume, págs. 84 a 90, deste último autor. É um belíssimo poema escrito em estilo épico-lírico, que Alexandre Herculano qualificou de verdadeiro festim oriental, superior ao “Festim de Baltazar” do poeta português João de Lemos, e Sílvio Romero disse ser uma das poesias mais belas da língua portuguesa no século XIX.

– *O busto e o livro*: poesia oferecida ao Grêmio Literário da Bahia. Na “Lira Sergipana”, págs. 76 a 79.

– *Considerações sobre o teatro grego*: polêmica sustentada no “Diário da Bahia” com o jornalista Belarmino Barreto.

– *Reformas*. A emancipação dos escravos. O. C. D. às sociedades maçônica e abolicionistas do Império. Bahia, 1870, 79 págs. in. 8º.

– *Cartas ao Ministro da Guerra*, em nome dos Voluntários da Pátria. Série de artigos publicados em 1872 no “Horizonte” da Bahia.

Deixou inéditos vários trabalhos, tais como:

– *Estudos sobre as reformas* em 3 vols. de 250 págs. cada um.

– *Sergipe*: poema em 3 cantos, composto em 1860.

– *Itaporanga*: poesia.

Vai rematar este artigo a seguinte poesia, já divulgada pela imprensa, e em cujas estâncias de encantadora suavidade o poeta com a alma invadida por uma tristeza nostálgica fala ao pequenino actro de sua predileção, pedindo novas da terra querida do berço.

Intitula-se:

A ESTRELA DO NORTE

Astrosinho feiticeiro
Que habitas no firmamento,
Que giras o mundo inteiro,
Sem parar um só momento...
Porque sempre no horizonte
Da parte daquele monte
Te vejo a noite surgir?!...
E logo, logo ao sol posto
Amstras teu lindo rosto
Tão docemente a sorrir?!

Do norte acaso virás,
Daquele céu bem azul,
Como outro aqui não terás

Como não há neste sul?
Ai! dize! dize, astrosinho,
Não encontraste em caminho
Sequer um suspiro meu?
Algum lamento sentido,
Um ai saudoso... um gemido
Em busca daquele céu

Não viste a nuvem passar
Se estendendo como um manto?
Não viste a nuvem chorar?...
E de quem era esse pranto?!
Não viste a brisa saudosa
Pelos ares suspirosa
Soluçar, gemer de dor?
Que tinha a brisa fagueira?
Ou quem n'a fez mensageira,

Dessas relíquias d'amor?..
Viste a casa onde habitei?
O lugar onde eu chorava?
A mulher que tanto amei?...
(Que amei quando inda amava)?
Ai! fala! Não tenhas medo!
Que por entre esse arvoredado
Ninguém nos pode espreitar.
À margem do Cotinguiba,
Não ouviste a Patativa

No coqueiro a soluçar?
Não subiste sobre o monte?
Sobre a areia não brincaste?
Não te banhaste na fonte?
No rio não te miraste?
Não viste a planta rasteira,
Melindrosa trepadeira,
Pela encosta se enroscar?
Não viste o pequeno arbusto
Crescer, agitar-se a custo,

Junto ao cedro secular?
Não sabes? pois este pranto
Choro eu de noite e dia!
Suave perfume santo
Da flor da melancolia
E a nuvenzinha inocente
Que passa pelo ambiente,
Que passa toda manhã,
Eu peço por piedade
Qu'esse fruto da saudade
Seja entregue a minha irmã.

E esse gemido pungente,
Esse soluço, esse ai
Mandei-os eu reverente,
Beijar os pés de meu pai.
E após um longo suspiro,
Nascido cá no retiro
Nascido do coração,
Por minha pátria soltei-o,
Aos meus amigos mandei-o
Nas asas da viração.

Astrosinho feiticeiro
Que habitas no firmamento,
Que giras o mundo inteiro,
Sem parar um só momento,
Ai! dize! dize em segredo
Aqui por entre o arvoredor
O que te vou perguntar:
Passaste por minha terra?
– Viste a igreja na serra?
Viste as canoas no mar?

E não ouviste o canário
Nas palmas do Ouricuri?
Cantar, cantar solitário,
À beira do Siriri?
Não viste o Japaratuba,
Por quem o velho Pacatuba
Tantas vezes suspirou?
Quando a poupa d'uma Igara
O famoso Ningaçara
Seu pátrio rio cantou?

Não viste as várzeas floridas?
As campinas verdejantes?
As palmeiras retorcidas?
As florestas sussurrantes?
Não viste o Paramopama
Estorcer-se pela grama
Pelas selvas s'espraiar?
E o doce Piauitinga
Vir saltando da catinga
Sobre pedras se deitar?

Ai! fala q'essa tardança
Me torna a dor mais intensa
Venha o raiar da esperança
Quebrar o gelo a descrença...
Não falas? Ai! Já descoras
Não queres a tais desoras...

Vir comigo conversar?
Pois sim... mas guarda segredo
E volta amanhã mais cedo,
Vem ouvir-me suspirar.

Enéas Manuel Ferreira, Doutor – Filho de Antonio Manuel Ferreira e D. Maria Angélica Ferreira, nasceu em 21 de junho de 1865 no povoado Brejo Grande, município de Vila Nova, em cuja cidade faleceu a 24 de junho de 1922. Frequentou a Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo grau de doutor em 1888. Foi interno, por concurso, da 2ª cadeira de clínica cirúrgica da mesma Faculdade e depois médico do Hospital daquela capital. Clinicou em Cururipe, Mata Grande, Água Branca e Pão de Açúcar, no Estado de Alagoas. Em Aracaju exerceu por algum tempo o lugar de médico da municipalidade. Em Vila Nova, onde possuiu uma farmácia, foi delegado de higiene, nomeado em abril de 1915, e por ato de 22 de julho de 1916 administrador da Mesa de Rendas, que ocupou até falecer.

Escreveu:

– *Do tratamento cirúrgico da tuberculose*: dissertação com 4 estampas. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas e acessórias da Faculdade. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 28 de setembro de 1888 a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1888, 188 págs. in. 8º. Imprensa Popular.

Enjobras Vampré, Doutor – Filho do Dr. Fabrício Carneiro Tupinambá Vampré, também contemplado neste livro, e D. Mathilde de Andrade Vampré, nasceu a 4 de julho de 1885 em Laranjeiras. Fez o curso brilhante de preparatórios e é conhecedor da língua alemã, falando corretamente o inglês. Como estudante exerceu os seguintes cargos: ex-interno de clínica psiquiátrica e de moléstias nervosas; ex-interno do Hospital de isolamento de peste em Monte-Serrat (1906-1908); época de sua formatura; ex-chefe da comissão contra a peste em Alagoinhas; ex-presidente da Sociedade de Beneficência Acadêmica da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia e membro titular da Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo, de que foi presidente. Era médico interno do Hospício de Juqueri, em S. Paulo. Doutorando-se em 19 de dezembro de 1908 e tendo feito o curso com grande brilhantismo, obteve o prêmio de viagem por conta do governo.

Em março de 1911 seguiu para a Europa, de onde regressou no mesmo ano. Com a reorganização do serviço sanitário do Estado de S. Paulo, foi nomeado inspetor sanitário da Capital por decreto de 17 de novembro de 1911. É um dos redatores da revista:

– *Anais Paulista de Medicina e Cirurgia*. São Paulo, 1921. Publicação mensal. Antes desta data era colaborador.

Escreveu:

– *Ligeiras considerações sobre as perturbações nervosas e mentais da Peste Bubônica*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de Ciências Médicas e Cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1º de outubro de 1908 para ser defendida por... a fim de obter o grau de Doutor em Medicina. Bahia, 1908, 132 págs. in. 8º. Lito-Tip. e Encadernação Reis & C.

– *Hospício do Juqueri*. Na “A Revista Médica” de S. Paulo, nº 4 do vol. 13 (1910).

– *Interessante caso de uma síndrome endocrínica genital*. Na “A Revista Médica” de S. Paulo de 1910, págs. 10 e 11.

– *Um caso de psicore comicial*. prit-convulsiva. Idem, de 1910. Págs. 21 a 23.

– *Hospício de Juqueri*. Idem, págs. 64 e 65.

– *Um caso de paranóia*. Idem, págs. 103 e 104.

– *Responsabilidade criminal dos epiléticos*. (Notas e observações médico-legais por Carlos Penafiel). Idem, págs. 133 e 134.

– *A tachypnéa na peste bubônica*. Idem, págs. 141 e 143.

- *Epilepsia psíquica com síndrome de Stockes-Adams*. Idem, págs. 184 a 186.
 - *Perturbações mentais da peste bubônica*. Idem, págs. 243 a 249 de 31 de setembro.
 - *Profilaxia da lepra*. No “O Estado de São Paulo” de 20 de junho de 1912.
 - *Contribuição ao estudo do mal do engasgo*. Publicação do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. São Paulo, 1919, 73 págs. in. 8º, com 5 gravuras.
 - *Uma epidemia de polinevrites arsenicais*. S. Paulo, 1920, 106 págs. in. 8º. Casa Espíndola.
- *Data de morte: 1938 em São Paulo(SP).*

Enock Santiago – Filho de Ivo de Santiago Matuzalém e D. Maria Bemvinda, nasceu a 10 de novembro de 1892 no Lagarto.

Seus estudos feitos a princípio na Escola Agrícola Salesiana na Tebaida, município de S. Cristóvão, continuaram no Aracaju, com diversos professores, particularmente, de modo especial com João Hemetério de Gouveia e Silva.

Em novembro de 1908 foi nomeado contínuo da Inspetoria, de Higiene e em 5 de março de 1907 transferido para igual cargo na Recebedoria do Estado, onde foi promovido a guarda conferente no dia 28 de dezembro de 1911. Transferido para Maruim nas funções desse cargo, fundou ali o *Ganhamoroba*, cujo 1º número saiu no dia 14 de setembro de 1913. Assumiu a direção do semanário *O Paladino*, no dia 13 de maio de 1914, folha que reformou e passou a editar às quintas e aos domingos.

Foi secretário e orador do Gabinete de Leitura da mesma cidade. Por decreto de 16 de setembro de 1918 foi nomeado 3º escrivão da Recebedoria do Estado.

É sócio do Gabinete de Leitura de Maruim, seu secretário e orador, e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e quartanista da Faculdade da Bahia.

Começou a ensaiar-se na imprensa, escrevendo para o “Diário da Manhã”, como colaborador, mantendo uma seção de versos humorísticos intitulada *Fitas*, sob o pseudônimo de *Max*. Convidado pelos redatores do *Jornal do Povo*, na sua fundação, manteve ali uma seção, também de humorismo, intitulada *Rimas Alegres*, dando um soneto diariamente e assinando *Kaiser*, e depois outra seção sob o título “Às Quintas”, assinando-se *Gil do Sul*.

Redigiu de Aracaju o semanário de Maruim, *O Comércio*, cujo 1º número saiu a 1º de junho de 1916.

Tem um drama em 3 atos, intitulado *A Calúnia*, inédito, e em bom andamento, a tradução do original francês do romance de Pierre Mael *Pas de Dot*, que publicará obtida a necessária autorização.

Escreveu:

- *A viúva sentimental*. No “Diário da Manhã” de 20 de novembro de 1912.
- *O susto do rei Jorge V*. Idem, de 30 de julho de 1913.
- *O cinematógrafo em Aracaju*. Idem de 10 de agosto do mesmo ano.
- *Discurso* pronunciado por ocasião da sessão magna comemorativa do trigésimo sexto ano da fundação do Gabinete de Leitura da cidade de Maruim na noite de 17 do referido mês e ano. Maruim, 1913, 22 págs. in. 12º. Imprensa Econômica da Viúva Soledade & Filho.
- *O Dr. Inácio Joaquim Barbosa e a cidade de Aracaju*: conferência realizada na noite de 24 de outubro de 1915 no salão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. No “O Estado de Sergipe” de 31 do mesmo mês.
- *Discurso* pronunciado na sessão da Inauguração da Biblioteca da Loj.: Cotinguiba, no Aracaju, a 15 de novembro de 1916. No “Jornal do Povo” de 18 do mesmo mês.
- *Discurso* proferido em nome do Dr. Intendente Municipal no ato de ser entregue ao município o monumento inaugurado a 17 de março de 1917 em homenagem ao fundador do Aracaju, Dr. Inácio Joaquim Barbosa. Idem, de 19 do mesmo mês.

– *Divindade*: poesia, posta em música por Domício Fraga e cantada pela primeira vez no palco do Rio Branco pelo *Geraldo*, na noite do seu benefício. Avulso. Aracaju, 1917. Imprensa Popular.

– *Discurso* pronunciado na sessão de 24 de setembro de 1919 em comemoração do 3º aniversário da fundação da Liga contra o Analfabetismo por seu orador oficial. No “Estado de Sergipe”, de 2 de outubro seguinte.

– *Discurso* pronunciado pelo orador oficial da Liga contra o Analfabetismo na inauguração da escola da Liga Cesário Pessoa, efetuada a 24 de fevereiro de 1920 no povoado Barra dos Coqueiros. No mensário “Pela Pátria”. Aracaju, de março do mesmo ano.

– *Discurso* proferido pelo orador da “Liga Sergipense contra o Analfabetismo”, no festival do dia 21 de abril de 1920. Idem, Idem, do mesmo mês.

– *Discurso* pronunciado pelo orador da “Liga contra o Analfabetismo” na inauguração da Escola Olímpio Campos”. No mensário da “Liga Sergipense Pela Pátria” de julho de 1920. Aracaju.

– *Palavras verdadeiras*. No “Jornal do Povo”, Aracaju, de 10, 11, 15, 17, 21 e 23 de setembro de 1920. Transcrito no “Correio de Aracaju” de 12, 15, 17, 19, 23 e 25 do mesmo mês e ano. Referem-se à última Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governador do Estado, Coronel José Joaquim Pereira Lobo.

– *Discurso* lido no dia 1º de agosto de 1920 pelo orador da Liga Sergipense contra o Analfabetismo na inauguração da Escola Comendador Travassos, na vila de Santo Amaro. No Mensário nº 10, de agosto e setembro do mesmo ano.

– Percorrendo Sergipe: série de artigos com diversos sub-títulos. No “Diário da Manhã” de 22 e 24 de março e 6, 11, e 15 de abril.

– Cartas da Exposição. No “Diário da Manhã” de 18 de julho de 1928.

– *Na Casa de Saúde do Dr. Eiras*. Uma visita a João Menezes. Idem, de 11 de agosto de 1923.

– *Feiras livres*. Idem, de 31 de janeiro de 1924.

► *Data de morte*: 16 de Fevereiro de 1957, em Aracaju (SE).

Epifânio da Fonseca Dória e Menezes –Filho do Capitão José Narciso Chaves de Menezes e D. Josefa da Fonseca Dória e Menezes, nasceu a 7 de abril de 1884, na fazenda Barro Caído, município de Campos. Não dispondo seus pais de recursos para custear a sua educação, ficou privado de recebê-la nos graus secundário e superior. Escudado na sua própria força de vontade conseguiu adquirir alguns conhecimentos por meio de leituras que foi fazendo, depois de curto período de escola primária no povoado Poço Verde e na vila, hoje cidade de Campos. Em 1898 serviu como auxiliar da casa comercial de seu parente Juvêncio de Souza e Oliveira em Campos, passando em 1899 para outra casa do major Leônidas de Carvalho Fontes, na vila do Boquim, onde esteve até princípios de 1906. Durante esse último ano manteve na referida vila um internato para o ensino primário. Em julho de 1907 foi nomeado adjunto do promotor de Maruim, lugar que exerceu até novembro, vindo nesse mesmo ano para o Aracaju, onde foi incumbido de dirigir a organização do arquivo da secretaria do governo, trabalho que durou cerca de três meses. A 20 de maio de 1908 obteve a nomeação de amanuense da segunda seção da mesma secretaria e em seguida foi nomeado bibliotecário da Biblioteca Pública do Estado, por ato de 21 de outubro do mesmo ano. Tomando posse do novo lugar, o seu incessante esforço tem sido para melhorar esse estabelecimento, promovendo com a sua direção inteligente e zelosa melhoramentos de que estava a carecer. Os presidentes General Oliveira Valadão e Drs. Pereira Lobo e Graccho Cardoso têm dado forte amparo ao seu trabalho de engrandecimento da Biblioteca.

Em 1914 foi nomeado diretor, por força da reforma de 1913, cargo que continua a ocupar com a mesma dedicação. Em 1905 promoveu a fundação do “Clube Literário Progressistas” da vila do Boquim, instituição que teve vida efêmera.

Em 1907 foi secretário do Gabinete de Leitura de Maruim cujo arquivo organizou pacientemente.

Faz parte do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e é sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Esteve por muito tempo na presidência da “Liga Sergipense” Contra o Analfabetismo, e tem colaborado nos seguintes jornais: “A Razão”, da Estância; “O Imparcial”, de Maruim; “A Idéia”, de Pão de Açúcar; “O Estado de Sergipe”; “Folha de Sergipe”; “O Democrata”; “Gazeta da Tarde”; “Diário da Manhã”; “Jornal do Povo”, todos de Aracaju.

Tem a publicar uma notícia sobre a Biblioteca Pública Provincial de 1851 a 1889. Está reunindo elementos para as “Efemérides Sergipanas”, que deseja publicar futuramente, tendo iniciado a publicação no “Jornal do Povo” e no “Sergipe Jornal”.

Escreveu:

- *Terêncio de Carvalho*: necrologin. No “O Estado de Sergipe”, de 15 de janeiro de 1909.

- *Arquivo Público de Sergipe*. Na “A Razão” da Estância, de 27 de novembro de 1910.

- *Discurso* pronunciado no dia 26 de outubro de 1911 em saudação ao Exmo. Sr. Presidente do Estado, General José de Siqueira Menezes. Na “Folha de Sergipe”, de 1º de novembro seguinte.

- *61 anos (notas extraídas de um trabalho em preparação)*. No “Diário da Manhã”, de 2 de julho de 1912. Trata da fundação da Biblioteca Pública em São Cristóvão.

- *Discurso* pronunciado em 24 de outubro de 1912 por ocasião de ser colocado na Secretaria do quartel do Corpo de Polícia o retrato do Presidente do Estado, General José de Siqueira Menezes. No “Diário da Manhã” e no “O Estado de Sergipe”, de 26 do mesmo mês.

- *Biblioteca e Arquivo Público do Sergipe*: memorial apresentado ao Exmo. Sr. General Dr. José de Siqueira Menezes. 10 págs. in. 8. Aracaju, 1912. TiV. do O Estado de Sergipe.

- *Biblioteca Pública do Estado de Sergipe*: exposição apresentada ao Dr. Silvio Mota, Secretário do Governo, em 8 de agosto de 1912. 16 págs. in. 8º. Tip. do O Estado de Sergipe. Aracaju, 1912. Saiu formando um só folheto com o Memorial acima referido.

- *Confederação das sociedades mútuas de Sergipe*. No “Diário da Manhã”, de 20 de maio de 1913.

- *A Biblioteca Pública do Estado de Sergipe no ano administrativo de agosto de 1912 a julho de 1913*: notícia dada ao secretário interino do Governo Major José Alípio de Oliveira em 12 de agosto de 1913. 31 págs. in. 8º peq. Aracaju, 1913. Tip. do O Estado de Sergipe.

- *Biblioteca Pública do Estado de Sergipe*: Relatório de 1913-1914 apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Pedro Freire de Carvalho Vice-presidente do Estado, em 15 de agosto de 1914. 60 págs. in. 8º. Rio de Janeiro, 1920. Tip. do “Jornal do Comércio”, de Rodrigues & C.

- *Dr. Pelino Nobre*: subsídios para a sua biografia. No jornal do Povo, de Aracaju, de 17 a 30 de junho de 1915. Este trabalho foi publicado em folheto de 35 págs. in. 18. gr. Rio de Janeiro, 1916. Tip. do Jornal do Comércio. Foi publicado também no vol. II (1915) da “Revista” do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, págs. 183 a 205.

- *Biblioteca Pública do Estado de Sergipe*: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Manuel P. de Oliveira Valadão, DD. Presidente do Estado, em 31 de julho de 1915. 31 págs. in. 8º. Aracaju, 1915.

- *O A. E. C. e a política americana*: sobre o livro do Dr. Dunshee de Abranches publicado com este título. No Jornal do Povo, de Aracaju, de 26 de novembro de 1915.

- *Discurso* proferido a 24 de outubro de 1916 no salão da Biblioteca Pública, por ocasião da inauguração dos retratos do General Oliveira Valadão, Dr. Gumercindo Bessa e Vicente Calamelli. No Estado de Sergipe, de 27 do mesmo mês.

– *Biblioteca Pública do Estado de Sergipe*: Relatórios dos anos de 1915, 1916 e 1917 apresentados ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado em 15 de julho de 1916, 13 de julho de 1917 e 15 de julho de 1918, respectivamente. 67 págs. in. 8°. Rio de Janeiro, 1918. Tip. do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C.

– *Biblioteca Pública do Estado de Sergipe*: Relatórios dos anos de 1918 e 1919 apresentados ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado em 15 de julho de 1919 e 15 de julho de 1920, respectivamente. 54 págs. in. 8°. Rio de Janeiro, 1920. Tip. do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C.

► *Data de morte: 08 de junho de 1976, em Aracaju (SE).*

Erasmus de Lima, General – Filho de Luiz Francisco de Lima e D. Flora Pautilha dos Santos Lima, nasceu a 2 de junho de 1867 no engenho Campestre do município do Riachão. Estudou primeiras letras na cidade da Estância com o professor Manoel Alves Viana. Verificou praça com destino à Escola Militar a 17 de fevereiro de 1886, sendo 2º tenente a 14 de abril de 1890. A 24 de dezembro de 1902 foi promovido a 1º Tenente e a capitão por antiguidade a 6 de dezembro de 1906. Por merecimento foi major a 8 de outubro de 1913: ainda por merecimento promovido a Tenente Coronel a 8 de fevereiro de 1918, e a 28 de janeiro de 1921 elevado ao posto de coronel. Tem o curso geral do regulamento de 1893 e tomou parte na revolta de 7 de março desse ano, a outubro de 1895.

Comandou em Juiz de Fora, (Minas) o extinto 57º de Caçadores e exerceu o posto de Fiscal do 1º Regimento. Em 1924 comandava a 6. Região na Bahia, quando foi promovido a General de Brigada e logo após reformado em General de Divisão com 39 anos e 6 meses de bons serviços.

Às altas autoridades militares apresentou uma brilhante memória descritiva de um engenhoso aparelho de sua invenção: *Torno para limpeza do fuzil – tipo Comandante Erasmo*. A respeito desse aparelho o Capitão Furtado Sobrinho, diz: – “Não podemos deixar de fazer uma justa referência ao Torno tipo comandante Erasmo. Julgamo-lo o tipo mais aceitável para as nossas reservas de armamento e mesmo para o âmbito das companhias. Esse aparelho, indispensável à boa conservação dos canos, deveria existir, ao menos na proporção de dois por companhia. (“Defesa Nacional” Ano VI, nº 70, pág. 369). No “O País” de 2 de março, de 1921.

Ernesto Caldas Barreto, Bacharel – Filho do desembargador Manoel Caldas Barreto e D. Mariana Garcez Caldas Barreto, nasceu em Laranjeiras a 15 de março de 1874. Desde os bancos acadêmicos distinguiu-se como bom estudante, salientando-se entre os colegas da turma em que se bacharelou em ciências sociais na Faculdade de Direito do Recife em 1896, e em ciências jurídicas na Capital Federal em 1898 – na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e sociais. Bem não havia terminado o curso e já se habilitava na imprensa pernambucana, assinando trabalhos jurídicos e literários. O jornalista passou a ocupar um lugar na representação estadual, como deputado à Assembléia Legislativa de Pernambuco. Mudando-se para o Rio de Janeiro assentou banca de advogado e depois de algum tempo de exercício de suplente de polícia, foi, em 1901, nomeado delegado da então 8ª circunscrição suburbana, na Ilha do Governador, passando dessa para outras circunscrições suburbanas até chegar a 3º delegado auxiliar da Capital, tendo nesses diversos cargos, granjeado a confiança dos chefes de polícia, a cujas ordens serviu, pelos reais serviços prestados à segurança pública. Em 1906 foi eleito intendente municipal do Distrito Federal, cujo mandato honrou com projetos de sua iniciativa, que constam dos Anais do Conselho.

Em 1917 foi ainda reeleito para o mesmo cargo.

Ernesto Pinto Lobão Cedro, desembargador – Filho de Antonio Correia de Araújo Cedro e D. Inácia Lobão Cedro, nasceu a 8 de maio de 1836 e faleceu a 24 de junho de 1903 em Santa Rosa, subúrbio de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro. Natural de Itabaiana, ali começou a vida pública como professor de ensino primário, em cuja cadeira se fez substituir para cursar uma das nossas Faculdades, chegando a matricular-se em 1857 no 1º ano da de Medicina da Bahia. Ou porque tivesse verificado não ser essa a carreira de sua vocação, ou por outra circunstância superveniente, abandonou os estudos médicos, e seguindo para o Recife, lá se bacharelou em direito em 1863.

Voltando à província, estabeleceu-se como advogado em Maruim e ocupou em 1868-1869 as promotorias do Lagarto e Laranjeiras, e de 1871-73 o juizado municipal do termo de São João do Príncipe, província do Rio de Janeiro, tendo exercido depois o cargo de juiz de direito nas comarcas de Atalaia, em Alagoas, nomeado a 20 de dezembro de 1873, Itajaí, em Santa Catarina, São João do Príncipe, no Rio de Janeiro, Itapemirim, no Espírito Santo, Cantagalo, São João Marcos e Niterói, no Rio de Janeiro.

Dessa última comarca passou para o Tribunal da Relação do mesmo Estado, de que era desembargador aposentado.

“Espírito culto e caráter íntegro, exerceu a magistratura com grande independência” e

Escreveu:

– *Coleção de artigos e sentenças sobre Direito e Jurisprudência*. Rio de Janeiro, 1898, 130 págs. in. 8º pg. Tipografia do “Jornal do Comércio” – Rodrigues & C.

Ernesto Pio dos Mares Guia, Bacharel – Filho do tenente Manuel Joaquim da Guia e D. Anna Maria Rodrigues da Guia, nasceu em S. Cristóvão a 5 de maio de 1832 e faleceu a 28 de maio de 1917 em Cataguazes, Estado de Minas Gerais. Tendo estudado preparatórios no colégio do Padre Pereira, na Bahia, fez em seguida o curso de direito em Olinda, recebendo o grau de bacharel em novembro de 1852. Regressando à província, exerceu interinamente, por duas vezes, o lugar de procurador fiscal da Tesouraria de Fazenda, de 16 de dezembro de 1852 a 17 de maio de 1853 e de 18 de agosto a 6 de novembro desse último ano. Nomeado promotor público da comarca da Estância a 26 de janeiro de 1854, deixou o exercício do cargo a 18 de dezembro seguinte, por ter sido nomeado juiz municipal e de órfãos do termo da Conceição, em Minas, por decreto de 18 de agosto do mesmo ano. Terminado o quadriênio, afastou-se da magistratura, para melhormente colaborar na política mineira, de que em pouco tempo se tornou um dos chefes de mais prestígio. Eleito várias vezes deputado provincial a começar de 1859, representou aquela Província na Câmara dos Deputados na 19ª legislatura, dissolvida no primeiro ano do seu funcionamento, a 26 de setembro de 1885. Com a proclamação da República terminou sua carreira política. O novo regime veio encontrá-lo exausto de forças para a reconquista das posições perdidas e a minguada de recursos, por ter sacrificado a fortuna no interesse do partido a que se filiou. Destarte, premido pelas imperiosas dificuldades da vida material, voltou, depois de ter subido tão alto na política do Império, a fazer parte da magistratura mineira, como juiz municipal de Palma, nomeado em 1907, vindo a falecer no exercício de igual cargo no termo de Cataguazes. Na sua cidade natal foi sócio da Sociedade da Filodramática e colaborou na “A União Liberal” e em Minas manteve um órgão político no Serro, onde teve longa residência.

Escreveu:

– *Ao eleitores da província de Minas*: circular. No “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, de 25 de outubro de 1876.

Ernesto Rodrigues Vieira, Bacharel – Nascido 14 de novembro de 1848 na cidade de Maruim, nela faleceu a 16 de dezembro de 1898, tendo tido por progenitores, José Rodrigues Vieira e D. Anna Rodrigues Vieira. Na capital da Bahia fez os estudos necessários para a matrícula na Faculdade de Direito do Recife, onde recebeu o grau de bacharel no ano

de 1870. Nomeado por decreto de 18 de dezembro de 1872 juiz municipal dos termos reunidos de Serpa e Silves, no Amazonas, assumiu o exercido a 18 de maio do ano seguinte, tendo exercido mais na mesma ex-província os cargos de promotor público da capital, 1874-1877, chefe de polícia interino, em 1874, diretor geral da instrução, 1877-1878, e professor interino de matemáticas do Liceu Amazonense Também figurou na imprensa política de Manaus como redator de vários jornais. De volta à terra natal, obteve em junho de 1882 a nomeação de procurador fiscal do Tesouro Provincial, de que foi destituído no fim do ano de 1885. Em 1890 foi Presidente do Conselho da Intendência do Aracaju e em 1895 juiz municipal de Aracaju, depois juiz preparador em virtude da reforma constitucional, lugar que deixou a 1 de agosto do mesmo ano por ter sido nomeado secretário da relação.

Fundou e redigiu:

– *Liberal do Amazonas*: órgão político. Manaus, 1873-1874. O seu aparecimento data de 20 de novembro daquele ano.

– O *Jornal do Amazonas*: órgão da verdade, da justiça, do progresso e da civilização. Manaus, 1875-1878. O primeiro número saiu a 8 de abril daquele ano. Em 13 de novembro de 1877 tornou-se órgão do partido conservador, passando a ser propriedade do capitão Domingos Alves Pereira de Queiroz. Continuou até 1891 com interrupções.

– *A Democracia*: periódico. Manaus, 1878. Tendo começado a 4 de agosto, desapareceu com o número de 24 de outubro.

– *A Nova Era*: hebdomadário político. Aracaju, 1889-1891. Com o Engenheiro Firmino Rodrigues Vieira. O primeiro número é de novembro daquele ano.

Escreveu:

– *Mais respeito!*... Resposta a um artigo do Dr. Acioli Menezes, publicado na “Gazeta do Aracaju”, sob a mesma epígrafe. Na “A Nova Era”, de 12 de março de 1890.

Eronides Ferreira de Carvalho, Doutor – Filho de Antonio Ferreira de Carvalho e D. Balbina Mendonça de Carvalho, nasceu a 25 de abril de 1895 no povoado Canhoba, município de Propriá. Fez seus primeiros estudos em Maceió no colégio 11 de janeiro, tendo cursado depois o Liceu Alagoano, onde terminou em 1910 os preparatórios. Em março de 1911 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, que frequentou até o 6º ano, conquistando o grau de doutor no dia 20 de dezembro de 1917. Como estudante foi auxiliar do Laboratório da Cadeira de Terapêutica, interno do Hospício São João de Deus, diretor da Beneficência Acadêmica, auxiliar da clínica hospitalar do cirurgião professor Antonio Borja, e membro da Sociedade médica dos hospitais da Bahia. Depois de formado, foi nomeado interinamente em 12 de novembro de 1918 diretor geral de higiene e saúde pública do Estado e dirigiu os serviços de profilaxia durante o período da pandemia da gripe; por nomeação de 2 de janeiro de 1919, foi diretor interino do Posto de Assistência Pública do Estado; em 28 de fevereiro de 1920 inspetor médico escolar. Por portaria de 5 de agosto de 1921 do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio foi nomeado interinamente veterinário do corpo de veterinária do serviço de indústria pastoril e por portaria de igual data designado para exercer as funções de encarregado do Posto de Assistência veterinária no Estado. Depois de ter-se inscrito no concurso de médico para o Corpo de Saúde do Exército e sendo aprovado, foi nomeado por Decreto de 23 de fevereiro de 1923 segundo tenente e classificado no 1º Regimento de Cavalaria Independente na Cidade de Bela Vista no Mato Grosso, transferido em abril para o 28º Batalhão de Caçadores estacionado em Aracaju. Em 16 de outubro de 1920 foi comissionado pelo governo de Sergipe para representar oficialmente o Estado no Congresso de Proteção à Infância no Rio de Janeiro e como fosse adiado o Congresso, recebeu a comissão de estudar no Estado de S. Paulo o serviço de inspeção médica escolar.

– *Do ópio em terapêutica mental*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de Ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, em 30 de outubro de 1917, defendida publicamente em 18 de dezembro e aprovada

com distinção, a fim de obter o grau de doutor em Medicina, recebido a 20 do mesmo ano. Bahia, 1917, 59 págs. in. 8°. Livraria Econômica.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Coronel José Joaquim Pereira Lobo pelo médico encarregado do serviço de combate à *influenza espanhola*. Aracaju, Sergipe, 1919, 58 págs. in. 8°, com 4 Anexos. Imprensa oficial.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Coronel Presidente do Estado pelo encarregado da comissão médica contra as febres reinantes nos pontos ribeirinhos do Rio S. Francisco. No “O Estado de Sergipe”, de 4 de outubro de 1919.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado, dando o resultado das observações feitas no povoado Buril, município de Pacatuba sobre os casos suspeitos de peste bubônica ali existentes. No “Diário Oficial” de 26 de junho de 1921.

– *Discurso* pronunciado pelo orador oficial no salão nobre da Escola Normal de Aracaju a 14 de julho de 1921 na sessão solene comemorativa do 2º aniversário da fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe. No “Correio de Aracaju”, de 16 do mesmo mês.

Esperidião Ferreira Monteiro, Bacharel – Filho de Francisco de Paula Monteiro e D. Rosa Amélia Monteiro, nasceu a 16 de julho de 1868 na vila de Santo Amaro e faleceu na Capital Federal a 16 de julho de 1918. Aos 18 anos de idade, depois de se ter habilitado em humanidades no Ateneu Sergipense, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, em que recebeu o grau de bacharel em 1889. Durante o tirocínio acadêmico fez parte do corpo docente de alguns estabelecimentos particulares, ensinando línguas, com preferência a francesa e inglesa, em que era bastante versado, escrevendo e falando como se fosse seu próprio idioma. Após ter-se formado, fundou um colégio de instrução secundária na cidade de Limoeiro, onde ocupou os cargos de intendente municipal e promotor público da comarca, e sucessivamente das de Bezerros e Gravatá. Constituída a magistratura de Pernambuco foi nomeado juiz de direito da comarca de Glória de Goitá, de que foi destituído por um ato arbitrário do Governador do Estado, anulando toda a organização judiciária, de pouco tempo adotada e em pleno vigor. Em consequência desse atentado, tendo sido declarado juiz em disponibilidade, abriu banca de advogado, na cidade da Vitória, transportando-se mais tarde para o Recife, em cujos auditórios trabalhou, até retirar-se para os Estados Unidos, seguindo daí em 1899 para a Europa. Em Paris, não podendo na qualidade de estrangeiro exercer a advocacia, encarregava-se de encaminhar os negócios que tivessem de ser resolvidos em Portugal e no Brasil. De volta ao seu país em 1907 conseguiu que um sindicato americano se dispusesse a explorar as nossas riquezas minerais, começando por Minas, Sergipe e Bahia, onde foram descobertas grandes jazidas de manganês e uma abundantíssima de cobre no último desses Estados. Já era desde então advogado no foro da Capital Federal, quando foi distraído das suas ocupações profissionais para ocupar na Câmara dos Deputados a cadeira vaga pelo falecimento do doutor Felisbelo Freire na legislatura de 1915 a 1917. Dos seus vários trabalhos forenses e jornalísticos apenas foi possível apurar os dois seguintes:

– *Processo por crime de calúnias*. Apelante: Júlio dos Santos Pereira. Apelado: João Cardoso Valença. Razões de Apelação. Recife, 1896, 10. págs. in. 8°. pg. Tip. de P. Boulitreau.

– *O Estado de Sergipe e o seu progresso*. Mensagem do General Oliveira Valadão. No “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, de 30 de setembro; 7, 14, 21, 28 de outubro e 4 de novembro de 1917. Substituída a assinatura do autor pela sigla & & a princípio e depois por 3 XXX.

Etelvina Amália de Siqueira, Professora – Irmã germana do poeta José Jorge de Siqueira (vide cate nome), nasceu no dia 5 de novembro de 1862 em Itabaiana. De posse do diploma de normalista conferido pela Escola Normal de Aracaju, a 11 de novembro de 1884,

abriu em janeiro do ano seguinte um curso primário e secundário, particular, que funcionou sob sua exclusiva direção até 1900, quando a 13 de novembro foi nomeada professora pública do povoado Barra dos Coqueiros, de onde foi removida a 31 de janeiro de 1901 para a aula elementar, anexa à Escola Normal. Nomeada professora da Escola modelo por ato de 2 de setembro de 1912 e auxiliar do diretor da Escola Normal e Anexa, passou a 27 de setembro de 1912 a ser professora catedrática de português da mesma Escola, cargo em que ainda se conserva com proveito para a instrução pública. Por algum tempo freqüentadora da Imprensa, colaborou na “A Discussão” de Pelotas, 1883-1885, escrevendo sobre o abolicionismo; em vários jornais de Aracaju, inclusive a “Nova Era” e nos Almanques Sergipanos de 1887 a 1902, escrevendo versos e artigos literários. Preceptora abalizada e poetisa do surtos delicados,

Escreveu:

– *Discurso* proferido na “Cabana de Pai Thomaz” no dia 2 de dezembro de 1883. No “O Libertador” e no “O Planeta”, do Aracaju de 8 do mesmo mês.

– *A escravidão e a mulher*. Na “Gazeta do Aracaju”, de 15 de dezembro do mesmo ano. Transcrito na “A Discussão” de Pelotas, Rio Grande do Sul, de 17 de julho de 1884.

– *Pequenos vãos: contos*. Aracaju, 1890, 39 págs. in. 8º pg. Tip. da “Gazeta do Aracaju”.

– *Discurso* pronunciado a 15 de agosto de 1911 no ato da inauguração do edifício destinado para a Escola Normal e Escolas Anexas. No “O Estado de Sergipe” de 17 do mesmo mês.

– *Discurso* pronunciado a 15 de agosto de 1911 por ocasião de ser colocado no salão nobre da Escola Modelo e Anexas do Aracaju o retrato do Exmo. Presidente do Estado, Dr. José Rodrigues da Costa Dória. No referido jornal de 17 do mesmo mês.

É de sua pena o seguinte soneto:

Singrando ligeiro, garboso barquinho,
Cortando dos mares o leito azulado,
Robusto gajeiro, moreno, tostado,
O remo lançando de leve, mansinho;

As garças em bando, vestidas de arminho,
O céu de matizes sutis recamado,
Em rubras alfombras o sol reclinado,
Os gratos aromas do vento marinho;

A brisa cheirosa, que passa indolente,
Cantigas suaves além repetindo,
Da terna pastora o canto inocente,

A funda saudade do sol se sumindo,
Acordam-me n'alma, tristonha, pungente
Amarga lembrança de um sonho tão lindo!

► *Data de morte: 1935 em Aracaju.*

Etelvino José de Barros – Filho de Lourenço José de Barros e D. Joana Batista de Oliveira, nasceu em Laranjeiras pelo ano de 1849 e faleceu no Aracaju a 6 de dezembro de 1879. Feita sua primeira educação em S. Cristóvão, lugar da residência de seus pais, e se julgando suficientemente habilitado, transportou-se para o Aracaju, a fim de se encarrerar na vida pública. Tendo-a começado num modesto emprego da Alfândega, passou em seguida para a Tesouraria Provincial como 2º escrivão, promovido a 1º em 19 de novembro de

1869. Em 3 de julho de 1872 foi nomeado chefe da 3ª seção da Secretaria do Governo. Mais tarde deixou essa Repartição para exercer as funções de amanuense da Secretaria da Polícia, elevado nos fins de 1872 ao cargo de Secretário em que se distinguiu pela sua inteligência e critério. Em 1877 serviu de secretário do governo do Paraná na presidência do Dr. Joaquim Bento de Oliveira Júnior. Foi sócio e orador do Gabinete Literário Sergipano e gozava os foros de literato, poeta e jornalista.

Escreveu:

– *Um olhar para o presente*. Na “Bahia Ilustrada” nº 62 de 22 ao nº 64 de 29 de março de 1868.

– *Uma idéia grandiosa*: opúsculo consagrado aos interesses da mocidade estudiosa e amantes das letras. Aracaju, 1868, 19 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal de Sergipe”.

– *Discurso* recitado no ato da inauguração do Ateneu Sergipense em 3 de fevereiro de 1871. No “Jornal do Aracaju” de 12 do mesmo mês.

– *Discurso* proferido em sessão do aniversário da Sociedade Propagadora da Instrução Pública pelo representante do Gabinete Literário Sergipano, No mesmo jornal de 23 de junho de 1874.

– À memória do sócio benemérito do Gabinete Literário Sergipano, Barão de Propriá; discurso do orador da mesma Sociedade, proferido em sessão magna de 26 de julho de 1875. Idem, de 28 do mesmo mês.

Etelvino de Menezes Tavares, Doutor – Filho do coronel Miguel Nunes da Silva Tavares e D. Maria Feliciano de Menezes Tavares, nasceu a 10 de junho de 1888 na fazenda do Saco Grande, município do Porto da Folha. Fez todo o curso de medicina na Faculdade da Bahia, recebendo o grau de doutor a 27 de dezembro de 1913. No seu tirocínio acadêmico foi interno de clínica pediátrica médica e higiene infantil. É clínico em Propriá, delegado de higiene do município por decreto de 2 de agosto de 1916 e veterinário do serviço industrial pastoril por portaria de 30 de junho, de 1923 do Ministro da Agricultura.

Escreveu:

– *Dos supostos acidentes da primeira dentição*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de outubro de 1913 para ser defendida a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1913, 99 págs. in. 8º. Tipografia e Enc. Z. Costa & C.

► *Data de morte: 10 de Outubro de 1961.*

Eugênio Guimarães Rebelo, Doutor – Filho do Desembargador Henrique Jorge Rebelo, natural da Bahia e D Carolina Freire do Prado, sergipana, nasceu a 21 de janeiro de 1848 em S. Cristóvão e faleceu na Capital Federal a 22 de outubro de 1922. Entregue com poucos anos de idade aos cuidados exclusivos de seu progenitor, criou-se e se educou na capital da Bahia, em cuja Faculdade de Medicina recebeu a láurea de doutor em 1869, depois de ter sido distinguido pelos seus colegas de turma com a eleição de orador oficial na cerimônia da colação do grau. No 4º ano letivo (1867) Interrompeu o curso acadêmico para prestar serviços médicos no Exército em operação no Paraguai, como segundo cirurgião em comissão. Apenas formado, estabeleceu-se no Paraná, onde logrou tornar-se conhecido como clínico e principalmente como homem de letras, tendo conseguido imprimir um grande movimento literário na ex-província durante o tempo que nela residiu.

Retirando-se em 1875 para o Rio de Janeiro, dedicou-se a princípio à medicina e por último quase exclusivamente ao magistério, quando já arrefecida a sua predileção pelos estudos literários, pelos trabalhos de crítica teatral e pelas lutas da Imprensa. Por decreto de 28 de abril de 1883 voltou ao serviço militar como 2º tenente do corpo de saúde da armada, de que pediu demissão a 26 de janeiro de 1884, para mais livremente atender às obrigações do professorado. Depois de um largo tirocínio no ensino particular, inscreveu-se em vários

concursos para os cargos do magistério público, vindo por fim a ser nomeado lente catedrático de línguas na Escola Normal e na Escola Naval, em que se aposentou em 1912. Desobrigado deste modo dos deveres do magistério sobrava-lhe tempo para, recordando seus torneios literários de outrora, surgir a espaços na tribuna e na imprensa com apuradas produções do seu fecundo talento. Em 1910 foi com seu colega de ensino, doutor Curvelo de Mendonça (vide este nome), em comissão da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal assistir aos Congressos Pedagógicos de Bruxelas e de Paris. Tendo sido convidado para, em nome do Brasil, usar da palavra na abertura do Congresso de Higiene escolar em Paris, desempenhou-se tão brilhantemente que ao terminar o seu discurso serviu de alvo das mais entusiásticas ovações por parte dos assistentes, não tendo sido menos feliz quando brindou em Bruxelas o Presidente honorário do Congresso e o burgomestre daquela cidade em nome dos delegados das nações estrangeiras.

Tão honrosas manifestações prodigalizadas na Europa em homenagem aos seus dotes oratórios e vastos conhecimentos científicos e pedagógicos constituíram novos triunfos acrescidos aos anteriormente conquistados na sua pátria, quando por nias de uma vez fez-se ouvir em conferências perante Pedro II, como nas pronunciadas na Glória; e bem assim no vigente regime nas proferidas no Liceu de Artes e Ofícios e no Centro Republicano Radical. Na mais risonha quadra da vida, a fase da juventude, transitou pelas regiões do Parnaso, fazendo vibrar na sua lira em suaves percussões os mais belos versos, hoje esquecidos nas colunas das revistas e jornais daquele tempo. Para prova autêntica dessa outra face dos seus predicados intelectuais, presta-se perfeitamente para ser lida a mimosa poesia sob o título:

A TUA MÃO

Contemplo com entusiasmo
As obras da Criação,
Que provam a onisciência
De um poder sem restrição;
Porém... maior maravilha
É tua formosa mão.

Nada me prende a este mundo
Todo quimera e ilusão,
Nem os fulgores do ouro,
Nem os sonhos de ambição!
Que digo?! Prende-me um elo...
A tua formosa mão.

Porque assim a perfumas
Com tanto esmero e paixão?
Se já exalas fragrâncias
Que me desvairam a razão?!
Não sejas, donzela, injusta
Com a tua formosa mão.

Dizem que tudo nos orbes
Sofre eterna mutação;
Se assim é, eis o meu voto
P'ra nova transformação:
Que eu seja a luva que estreita
A tua formosa mão.

Muito cedo alistou-se nas fileiras dos mais valentes batalhadores da imprensa, colaborando nos jornais e revistas da Bahia, ainda estudante, fundando e redigindo outros ali, no Rio e Paraná. No “Jornal do Comércio” e “Jornal do Brasil” escreveu longas séries de artigos sobre instrução pública que dariam para mais de um volume. No seu 3º ano acadêmico foi eleito membro do Conservatório Dramático da Bahia, ocupando depois os lugares de inspetor de higiene, membro do Conselho de Instrução Pública do Distrito Federal, presidente da associação dos professores do Brasil na Capital Federal; inspetor da instrução pública e diretor do colégio “Ginásio Friburguense” de Nova Friburgo, no Estado do Rio.

Pertencia à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e era cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa por serviços de campanha. Espírito privilegiado e culto foi um vigoroso polemista nas freqüentes discussões que sustentou, reveladoras de um sólido preparo científico.

Escreveu:

– *As raças humanas descendem de uma só origem?* dissertação. Proposições. Seção médica – Influência do celibato sobre a saúde do homem. Seção Acessória – Do Infanticídio sob o ponto de vista médico legal. Seção cirúrgica – Ferimentos por arma de fogo. Tese apresentada e publicamente sustentada na Faculdade de Medicina da Bahia em novembro de 1869 para obter o grau de doutor em medicina, Bahia, 1869, 22 págs. in. 8º. Tip. do Diário.

– *Discurso* proferido no ato solene da colação de grau aos doutorandos em medicina, a 29 de novembro de 1869 pelo orador da turma. Bahia, 1869, 14 págs. in. 8º.

– *Division des propositions. Des differents espèces de sujet et de complément. Thèse de concour à la chaise de professeur aggregé de la première section du cours cio sciences et lettres a l'Ecole Normale de Rio de janeiro.* Rio de Janeiro, 1881. XVI – 76 págs. in. 8º. Andrade Carvalhaes & Comp.

– Da negação – sua teoria lógica e gramatical (primeiro ponto). História da literatura francesa no século XVIII: tese de concurso à cadeira de francês da Escola Militar da Corte pelo professor interino da mesma cadeira. Rio de Janeiro, 1882, 32 págs. in. 8. Tip. Montenegro.

– *Théoric logique et grammaticale de l'interjection (première partie). Origine de la langue française prouvée par le vocabulaire. (deuxième partie): thèse de concours pour la chaise de français de l'Ecole Militaire de Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, 1886, 63 págs. in. 8º pg. Tip. Carioca.

– *Fatos da Marinha de Guerra Brasileira.* O Contra-Almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama. No “Jornal do Comércio” do Rio. Transcrito na “Gazeta de Notícias” de 24 de junho de 1896 por ocasião do aniversário do falecimento do contra-almirante, morto em combate no campo Osório, Rio Grande do Sul, nessa data do ano anterior.

– *Corte de Apelação:* série de artigos no “Jornal do Comércio”, de 22 de janeiro a 27 de fevereiro de 1907 com intervalos.

– *Influência do ensino público sobre a educação republicana:* conferência realizada a 15 e 22 de setembro de 1907 no teatro S. José, como sócio do Clube Republicano Radical.

– *Urge reformar a instrução pública municipal:* conferência pedagógica realizada a 5 de abril de 1910 no salão nobre da Prefeitura do Rio de Janeiro. Publicada em resumo no “O País” de 7 do mesmo mês.

– *Instrução Municipal:* artigos no “Jornal do Comércio” de 14 a 16 de maio de 1910.

– *A crise social.* Cartas abertas ao Exmo. Sr. Senador Sá Freire. No “O País”. Rio de Janeiro, de 30 de novembro e 23 de dezembro do 1911...

– José Veríssimo: discurso que tinha de ser lido na sessão comemorativa do falecimento deste escritor. No “O País” de 23 de março de 1916.

– *A crise social.* Cartas abertas ao Exmo. Sr. Dr. Esmeraldino Bandeira. No “O País” de 21 de setembro, de 1919.

Fundou e redigiu:

- *O Instituto*: jornal científico, literário e recreativo, de sua propriedade, com a segunda divisa: “Avante, e sempre”: Com José Alde Melo. Bahia, 18 de setembro de 1866.
- *Eco Literário*: órgão do “Clube Literário Paranaense”, fundado por iniciativa sua e do qual foi o primeiro presidente. Curitiba, 187...
- *Revista de Higiene*: publicação mensal. Rio de Janeiro, 1886. Saíram apenas 6 números de maio a outubro e no entanto tão grande foi a sua aceitação, que o ministro do Império tomou um avultado número de assinaturas para distribuí-las pelos estabelecimentos aos quais ela interessasse.
- *A Escola*: órgão da “Associação dos Professores do Brasil,” de que foi fundador e seu presidente por algum tempo por unânime pronunciamento da classe. Rio de Janeiro, 1900.

Eugênio José de Lima – Filho de Antonio Gotardo de Brito e D. Inácia de Brito, nasceu na freguesia do Campo do Brito a 13 de novembro de 1827 e faleceu a 11 de novembro de 1891 em Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro. Negociante inteligente e laborioso, residiu por muitos anos na cidade de Laranjeiras, dirigindo acreditada casa comercial, que lhe proporcionou regulares vantagens mais ou menos remuneradoras na sua perseverante atividade. Dotado de um gênio empreendedor e progressista, dedicava o diminuto tempo que lhe ficava das preocupações comerciais ao estudo das necessidades de Sergipe e dos meios conducentes ao seu engrandecimento. À clarividência do seu espírito esboçaram-se desde logo os primeiros delineamentos de uma estrada de ferro, que, ligando as zonas produtoras e os centros populosos da província, constituísse o mais poderoso elemento de progresso para a agricultura, comércio e a rudimentar indústria de Sergipe.

Criador da idéia, tudo fez para torná-la uma realidade, não poupando os maiores sacrifícios, até o da própria fortuna, que via desaparecer totalmente, tendo apenas conseguido o privilégio exclusivo para construir uma estrada de ferro de Laranjeiras a Simão Dias, concedido por ato do Presidente da província datado de 8 de janeiro de 1873, posteriormente declarado caduco por outro ato emanado da mesma autoridade. Exausto de recursos pecuniários, quase se havia deixado vencer pelo desânimo, quando, ao proclamar-se o novo regime político, surgiram no Rio de Janeiro diversas empresas de melhoramentos materiais em todo o país.

Foi nessa época efervescente de arrojadas tentativas econômicas e industriais, que se transportou para a Capital Federal, onde eficazmente auxiliado pelos Doutores Felisbello Freire e João do Monte obteve do Governo Provisório a revalidação do primitivo privilégio mais ampliado, cujos direitos transferiu a uma Companhia, que por circunstâncias estranhas não correspondeu às esperanças do cessionário, falecido pouco depois sem ter visto realizado a sua mais ardente aspiração. Na narração dos numerosos incidentes que, no largo período de quase 40 anos, precederam a construção da via férrea em Sergipe, a história, por certo, não regateará ao esforçado sergipano a justiça de registrar o seu nome como o do primeiro propugnador da idéia patriótica, pela qual se bateu com a tenacidade de um verdadeiro convencido.

Pertenceu-lhe também a concessão do governo provincial para a montagem de uma fábrica de fiação e tecidos, concessão de que outros usufruíram os proventos, fundando no Aracaju o próspero estabelecimento fabril, Sergipe Industrial, hoje pertencente a firma social Cruz, Ferraz & C.

Escreveu:

- *Memorial* apresentado ao governo sobre o projeto da estrada de ferro de Aracaju a Simão Dias (Província de Sergipe). Para a qual pede garantia de juros. Rio de Janeiro, 1875, 32 págs. in. 8º, inclusive os documentos que o instruem, a começar de fs. 21 em diante. Tip. de G. Leuzinger & Filhos.

- *Extorsão maligna*: série de artigos no “O Raio”, Aracaju, de 18 de fevereiro, 2 e 11 do março de 1880.

Eugênio Teles da Silveira Fontes, Bacharel – Filho do capitão-mor Joaquim Martins Fontes e D. Ana Maurícia da Silveira Fontes, nasceu a 7 de fevereiro de 1845 no engenho São Francisco, então pertencente ao município do Socorro, e faleceu em Maceió a 12 de março de 1886. Estudou preparatórios em S. Cristóvão e na Bahia como interno do colégio Abílio, fazendo o curso superior na Faculdade de Direito do Recife, onde bacharelou-se em 1872. Refratário por índole à carreira da magistratura, com a qual não se coadunavam as tendências naturais do seu espírito independente e fantasista de poeta; todavia, por circunstâncias imperiosas, foi juiz municipal e de órfãos nos termos reunidos da União e Campo maior no Piauí, em 1875-1878; nos do Pilar e Atalaia, em Alagoas; no termo de Mangaratiba, em 1883, logo depois removido para o do Rio Claro, ambos no Rio de Janeiro. Em 1879 foi Diretor da instrução pública na ex-província do Rio Grande do Norte; em 1885 promotor público da comarca de Traipu, em Alagoas, e lente de economia política no Liceu e em 1886 secretário da Polícia de Alagoas, lugar de que não chegou a tomar posse, impossibilitado pela moléstia que o roubou à família e à sociedade. Foi poeta distinto e reputado jornalista. Como orador, obteve na tribuna esplêndidos triunfos, arrebatando o auditório com a sua palavra fácil e estilo elegante.

As suas vitórias contavam-se pelo grande número de conferências e discursos proferidos em diferentes épocas, hoje desaparecidos no meio da abundante bagagem literária extraviada na sua última viagem feita ao Rio de Janeiro em 1885.

Em consequência de tão lamentável ocorrência apenas pudemos subtrair ao completo esquecimento a que estavam condenadas todas as produções do seu talento, a escassa notícia do seguinte:

- *Conferência* realizada na cidade de Teresina, capital do Piauí, em maio de 1877. O jornal “A imprensa”, na edição de 30 do mesmo mês, trata dessa conferência, fazendo-lhe lisonjeiras referências.

- *Discurso* pronunciado a propósito da instalação da aula de primeiras letras na cadeia da cidade de Maceió no dia 4 de outubro de 1878. No “Jornal de Sergipe” de 12 de novembro de 1878.

- *Ao Governo e ao Partido Liberal*: opúsculo. Natal, 1878, 18 págs. in. 12. Impres. 10 na Tip. do “Correio do Natal”. Trata da sua demissão de Diretor da Instrução Pública.

- *Discurso* pronunciado por ocasião de inaugurar-se a estrada de ferro de Natal a Nova-Cruz. Sem nenhuma indicação, mas impresso na cidade de Natal em 1880, com 16 págs. in. 16º, sendo, presidente o Doutor Rodrigo Lobato Marcondes Machado.

- Cartas aos Sergipanos. Escritas no Piauí, não constando que tivessem sido impressas. Aludindo a esse trabalho, assim se exprimia o autor em carta que nos dirigiu em 15 julho de 1878: – “três estão prontas; ocupo-me na primeira de minha pessoa; como filho da província, alheio a todas as paixões, portanto imparcial para dizer a verdade, o meu exílio de quatro anos é uma prova – considerações políticas sobre a posição dos partidos na província. A segunda encara o papel de Sergipe na atual evolução de civilização e progresso, na escolha dos seus candidatos, dos paladinos de seu engrandecimento intelectual e industrial; na terceira finalmente faço a descrição poética da província, trato da concorrência dos agentes físicos e étnicos para formação da família sergipana, sentimental e apaixonada como a formosa Uellenic, entusiasta e expansiva como a rósea francesa, e em remate uma *estopada* de filosofia da história sobre o seu futuro pela apreciação dos seus homens de letras. Cada uma pôde dar um avulso de oito páginas”.

Terminava com uma quarta carta, que talvez não tivesse sido escrita.

- *Discurso* proferido na inauguração do Liceu de Artes e Ofícios Alagoano. Maceió, 1885.

- *Discurso* proferido ao assumir a regência da cadeira de economia política do Liceu.

– *Conferência* abolicionista realizada no Passeio Público de Maceió, a pedido da sociedade Libertadora das Senhoras. Pertence-lhe mais o:

– *Discurso* improvisado no Quartel Militar de Maceió a 7 de setembro de 188... a convite de um grupo de patriotas, em comemoração ao aniversário da independência do Brasil. O orador, em um dos momentos mais felizes da sua vida de tribuna, falou por espaço de uma hora, entusiasmando a multidão, que o aclamou delirantemente.

Do seu estro poético dificilmente colhemos as composições infra transcritas e que por certo não serão as suas melhores poesias.

A primeira que vai sem título, é um improviso em que o poeta figura o Supremo Criador extasiado diante da beleza deslumbrante de uma mulher:

Quem formou esta mulher?!
Quem lhe deu tantos encantos?!
As minhas canelas foram,
Foram os meus beijos santos
Das santidades da Glória.

Das luzes que os céus coloram,
Dos prantos que as santas choram,
Na cova de minha mão
Formei-te Eliza formosa
Mais linda que os anjos são!

SAUDADES

Morre tudo, cessam prantos,
Morrem os goivos também;
Hão de até calar-se os cantos,
Que do peito aos lábios vem.
Morre tudo, mas não há de
Morrer nunca esta saudade,
Que minha alma agora tem.

A saudade é um sofrimento
Da vida nos escarcéus;
É um voto, um pensamento,
Que da terra voa aos céus!
Lírio que não desabrocha,
Onda que não quebra a rocha
E... dor que só diz: adeus!...

Como jornalista, colaborou na “Gazeta de Notícias, e no “Orbe” e foi um dos redatores do:

– *Diário de Notícias*. 1873.

– *Gutenberg*. 18?... todos de Maceió.

Eusébio Benjamim de Araújo Góes, Doutor – Filho do major Florêncio de Araújo Góes e D. Maria Benjamin da Rocha, nasceu a 15 de dezembro de 1825 em S. Cristóvão e na mesma cidade faleceu a 9 de março de 1867. Depois de ter freqüentado as duas academias de medicina da Bahia e Rio de Janeiro, terminou o curso nessa última, recebendo o grau de doutor em 1860. Passados poucos meses após a formatura foi admitido como cirurgião

extranumerário da armada por nomeação do Quartel General de Marinha de 14 de abril de 1851. Por decreto de 31 de julho do mesmo ano entrou efetivamente para o corpo de saúde como 2º cirurgião, promovido a 1º, anos depois, por decreto de 2 de dezembro do 1856. Médico da guarnição de diversos vasos de guerra até 1862, exerceu também os cargos de Delegado do cirurgião-mor na divisão naval do Maranhão em 1858-1859 e Interinamente o de provedor de saúde do porto da mesma província em 1860, por nomeação da presidência. Pelos serviços militares prestados no combate de Tonelero foi agraciado com o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa e tinha a medalha de prata nº 2.

Sofrendo de moléstia incurável verificada em inspeção de saúde, foi reformado por decreto de 30 de novembro de 1865.

Quando faleceu era médico contratado da Santa Casa de Misericórdia de S. Cristóvão.

Escreveu:

– Proposições de alguns ramos das ciências médicas, tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e sustentada em 15 de dezembro de 1850 para receber o grau de doutor. Rio de Janeiro, 1850. 8 págs. in. 8º. Tip. de Francisco de Paula Brito. Foi reimpressa em 1857 no Rio de Janeiro na Tip. Dois de Dezembro (em liquidação).

Eustáquio Pinto da Costa – Nasceu no ano de 1838 em Laranjeiras, filho de D. Anna Joaquina de S. José, e faleceu em Aracaju a 19 de março de 1864. Foi professor e empregado de Fazenda. Admitido como praticante na antiga Tesouraria Geral, foi nomeado 2º escriturário da alfândega de Aracaju por decreto de 24 de setembro de 1862. Ilustrou o espírito na leitura dos clássicos e por força das suas funções aplicou-se ao estudo dos assuntos fiscais.

No exercício do magistério lecionou aritmética no extinto Liceu Sergipano, de que foi um dos inauguradores. Como discípulo das musas escreveu abundantemente para a Imprensa de dentro e fora da província inspiradas poesias, das quais muitas se lêem na “Lira Sergipana” de Filinto Elísio e no “Parnaso Sergipano” de Sílvio Romero.

Escreveu.

– *Discurso* pronunciado por ocasião da solene instalação do “Liceu Sergipano” a 5 de outubro de 1862. No “Correio Sergipense” de 8 do mesmo mês.

Eutíquio de Novais Lins – Filho de Joaquim de Pádua Lins e D. Maria Joaquina de Pádua Lins, nasceu a 30 de maio de 1852 na vila, hoje cidade do Lagarto e faleceu no Aracaju a 22 de março de 1918. “Na terra do berço estudou português e latim e quando se julgou apto para ensinar abriu um curso particular até o ano de 1872, em que, após ter feito exame no Aracaju, foi nomeado para reger interinamente a cadeira do ensino primário do povoado Santo Antonio, no município do Lagarto. No ano seguinte lecionou provisoriamente na série da vila a cadeira primária do sexo masculino, deixando-a logo, mediante licença, para fazer o curso da Escola Normal, que terminou em 1874. Durante todo o tempo dos seus estudos foi revisor do “Jornal do Aracaju” e fiel do extinto Asilo de N. S. da Pureza.

Em 8 de março de 1875 voltou a reger efetivamente, depois de submetido a concurso, a cadeira de Santo Antonio, em que se havia iniciado no magistério público, sendo desta vez declarado professor vitalício.

Removido para a Estância em 15 de dezembro de 1884, foi ali jubilado a 12 de abril de 1889. Passando à classe dos inativos do magistério, retirou-se para a Bahia onde se empregou como guarda-livros e caixa de farmácia. De volta a Sergipe foi nomeado vitaliciamente tebelião de notas, escrivão do cível e crime da Estância, por ato de 25 de fevereiro de 1890 e a 29 de março seguinte, oficial do registro geral de hipotecas da mesma comarca. Desse lugar passou-se por permuta para outro igual do Lagarto de que dentro de pouco tempo se demitiu. Em fins de 1890 foi admitido como guarda-livros da agência do Banco Emissor da Bahia em Aracaju, nela servindo desde a sua instalação naquela data até fevereiro de 1892, e daí até 1904, fez o mesmo serviço de escrita na casa Rodrigues de Moraes & C. na referida cidade.

A 2 de maio de 1904 reverteu ao magistério como professor interino de aritmética e álgebra do “Ateneu Sergipense”, sendo a 29 de novembro seguinte nomeado professor vitalício de aritmética elementar do citado estabelecimento. A 26 de fevereiro de 1909 foi convidado pelo Diretor do Banco de Sergipe para ser o guarda livros do mesmo Banco, servindo nesse lugar até 1911, sem prejuízo das suas funções de lente. Em 2 de setembro desse mesmo ano assumiu por designação oficial a regência da cadeira de português do 1º e 2º ano do “Ateneu”, em que se conservou até falecer. Foi o colecionador das poesias do professor Manoel Joaquim de Oliveira Campos (vide este nome), editadas postumamente sob o título *Musa Sergipana*, com um prefácio seu.

Escreveu:

– *Corografia do município de Lagarto*. Trabalho confeccionado por incumbência da Câmara Municipal do Lagarto. Deve estar arquivado na antiga Secretaria do Império.

– *Palavras do coração*. Na “Gazeta do Aracaju” de 3 de novembro de 1883. É um artigo de condolência pelo falecimento do Dr. Manoel Luiz Azevedo de Araújo.

Evangelino José de Faro, Desembargador – Filho de Alexandre José de Faro e D. Josefa Isabel da Silveira Faro, nasceu no engenho S. Felix, município de Laranjeiras a 24 de junho de 1865. Estudou preparatórios em Aracaju, matriculando-se em março de 1883 na Faculdade de Direito do Recife, onde formou-se a 16 de novembro de 1886.

Formado, voltou a residir em Laranjeiras, e, tendo sido nomeado Promotor Público de Itabaiana em março de 1888, ali permaneceu até agosto de 1889, quando foi removido para Riachuelo e depois para Laranjeiras em novembro do mesmo ano, logo após a proclamação da República, sendo pela junta governativa republicana, nomeado juiz municipal do mesmo termo.

Pedindo demissão desse lugar em maio de 1891, seguiu para o Rio de Janeiro onde exerceu o cargo de “Fiscal” do Governo, junto ao “Banco Unitário”. Deixando este lugar voltou a Sergipe, sendo nomeado a 10 de novembro de 1891 juiz de Direito de Itabaiana. Tomando posse a 20 do mesmo mês, foi a 28 destituído, por ato da junta revolucionária, que anulou os atos do Coronel Vicente Ribeiro, primeiro governador eleito para Sergipe. Foi deputado à Assembléia Legislativa no biênio de 1894 a 1895.

Nomeado a 22 de julho de 1897 Diretor da Instrução Pública do Estado, exerceu este cargo até 15 de fevereiro de 1898, época em que foi nomeado Juiz de Direito de Marumim, permutando, então, a comarca com o Dr. Homero de Oliveira, Juiz de Direito de Laranjeiras. Em 31 de julho de 1900 foi removido para a comarca de Vila-Nova, tendo sido declarado posteriormente em disponibilidade por não ter assumido o exercício desta última comarca no prazo legal.

Fundou a 3 de fevereiro de 1906 o colégio “Grêmio Escolar” no engenho “Ribeira de Baixo”, termo de Laranjeiras, transferindo-o depois para o Aracaju em fevereiro de 1909, onde funciona atualmente (1924).

A 25 de setembro de 1913 foi nomeado Desembargador do Tribunal da Relação do Estado de Sergipe, cargo que exerce com muita competência.

Faz parte da Comissão Fiscal da Associação de Beneficência Aracajuana e

Escreveu:

– *Memorandum* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Josino Menezes, Presidente do Estado de Sergipe pela Sociedade Sergipana de Agricultura. Aracaju, 1902, 19 págs. in. 8º. Tip. “O Estado de Sergipe”.

– *Isaura, a liberta*: drama em três atos, representado pela primeira vez na cidade de Laranjeiras a 21 de junho de 1903. inédito.

– *Relatório* apresentado ao Ex. Sr. Presidente da Sociedade Sergipense de Agricultura. Nos números de 1 a 15 de fevereiro e de 1 a 15 de março de 1906. Na “Revista Agrícola”.

- *Discurso* proferido em Laranjeiras no dia 1 de setembro de 1905 por ocasião da inauguração da Praça Josino Menezes. No opúsculo *As festas de Laranjeiras*, págs. 45 a 54.
- *Agricultura Geral*: conferência realizada no salão do Gabinete de Leitura da cidade de Maruim, a 6 de outubro de 1907. No “O Estado de Sergipe” de 11 a 20 de novembro seguinte e na “Revista Agrícola” de 1º de dezembro de 1907 a 1º de janeiro de 1908.
- *Conferência agrícola*: segunda conferência pública realizada na intendência municipal de Laranjeiras, no dia 17 de novembro de 1907, No “O Estado da Sergipe” de 30 de novembro a 5 de dezembro do mesmo ano e na Revista Agrícola de 15 de janeiro a 1º de fevereiro de 1908.
- *O bôrdô*: planta produtora do açúcar. No “Estado” de 6 de dezembro.
- *A pedagogia e o meu método de ensino*: discurso proferido no dia 1 de dezembro de 1912 no Grêmio Escolar” por ocasião das férias.
- *Discurso* proferido no palácio da Assembléia Estadual pelo orador oficial na manifestação, feito no dia 24 de outubro de 1913 ao General José de Siqueira Menezes, Presidente do Estado. Resumidamente no “Diário da Manhã”, de 12 a 15 de novembro de 1913.
- *Discurso* lido na conferência cívica realizada na Escola Normal do Aracaju a 15 de novembro de 1913, em comemoração a essa data. No “O Estado de Sergipe” de 19 a 23 do mesmo mês.
- *Conferência* realizada no “Grêmio Escolar” sobre a memorável data de 13 de maio. No “Diário da Manhã”, de 23 e 26 de maio de 1914.
- *Discurso* pronunciado no dia 28 de junho de 1914 por ocasião de ser colocado no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe o retrato do Desembargador Manuel Caldas Barreto Neto. No “Diário da Manhã” de 3 de julho seguinte.
- *Discurso* pronunciado a 14 de julho de 1914 na solenidade da inauguração do palacete da Biblioteca Pública. No “O Estado de Sergipe” de 23 do mesmo mês e ano.
- *Discurso* pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, na sessão do dia 23 de setembro, por ocasião da conferência do Dr. Rodrigues Dória. No “O Estado de Sergipe” de 9 de outubro de 1917.
- *Discurso* proferido no salão da Biblioteca Pública na noite de 7 de setembro de 1918 pelo Presidente do Centro Cívico “Amintas Jorge” na sessão solene da posse da nova Diretoria. No “O Imparcial”, de 10 do mesmo mês.
- *Discurso* cívico. No “Grêmio Escolar”. Publicado em folheto. Aracaju, 1919. Tip. Comercial de Vieira & Carvalho. 27 págs. in. 8º.
- *Tribunal da Relação de Sergipe*. Justificação de um requerimento de protesto ao mesmo Tribunal. No “Jornal do Povo” de 13 a 16 de outubro de 1922.
- *Saudação* ao Comandante Protógenes Guimarães por ocasião de sua visita ao colégio “Grêmio Escolar”, a 26 de julho de 1923. No “Diário Oficial” do dia seguinte.
- *Discurso* dirigido ao Dr. Graccho Cardoso por ocasião de sua visita ao Grêmio Escolar” em companhia do comandante Protógenes Guimarães. No “Diário Oficial” de 27 de julho de 1923.
- *Discurso* dirigido ao Dr. Graccho Cardoso por ocasião da manifestação política geral, que lhe fizeram os empregados públicos em agradecimento à majoração dos seus vencimentos. Em 7 de setembro de 1923.
- *Data de morte*: 31 de outubro de 1945, em Aracaju (SE).

— F —

Fabício Carneiro Tupinambá Vampré, Doutor – Filho de João Gualberto Carneiro e D. Josefa Carlota da Silva, nasceu no dia 1º de fevereiro de 1852 na cidade da Estância e

faleceu a 26 de março de 1909 na capital de S. Paulo. Edificante exemplo do quanto pode uma vontade perseverante e o entranhado amor à ciência, a sua vida, a princípio cercada de perspectivas desanimadoras, constitui a melhor escola de úteis ensinamentos para aqueles que com a maior indiferença renunciam à realização dos mais modestos, como dos mais elevados tentames, compelidos por vagas apreensões de futuros contratemplos. Filho de pais desprovidos de fortuna, não vacilou na contingência de recursos para encetar os primeiros estudos em fazer-se aprendiz de uma marcenaria, em cuja arte se revelou desde logo um perfeito entalhador.

As suas aspirações, porém, não se tornaram por muito tempo inertes dentro do círculo acanhado do trabalho oficial. Arrastado por decidida vocação para as letras, não foi sem grande esforço que conseguiu entrar para o magistério público da ex-província, tendo ocupado as cadeiras do ensino primário de Itabaiana e Simão Dias. Ferido pela injustiça de sucessivas remoções inspiradas por perseguição política, abandonou o professorado, seguindo para a Bahia, onde terminou os preparatórios no antigo colégio Sebrão. Com a cultura exigida para os estudos superiores, fez ali o primeiro ano de medicina, prosseguindo nos demais perante a Faculdade do Rio de Janeiro, na qual recebeu o grau de doutor em 22 de dezembro de 1881. Logo depois de formado dedicou-se à clínica em Laranjeiras, tendo sido quem em Sergipe praticou as primeiras operações de estreitamento da uretra pela eletrólise.

Precedido da lisonjeira nomeada de hábil operador, retirou-se em 1886 para o Estado de São Paulo, indo estabelecer-se em Limeira e seis anos depois, na cidade do Rio Claro, onde, sem abandonar a clínica, também se entregou aos trabalhos da lavoura. O estado precário da sua saúde fê-lo passar-se para a capital de São Paulo, em cujo meio o desempenho dos deveres profissionais ser-lhe-ia menos penoso. Ali pôde resistir por mais alguns anos ainda à gravidade dos seus sofrimentos, sem prejuízo dos afazeres do consultório, aos quais, ao contrário, a datar de janeiro de 1906, acresceram os de médico operador do Hospício de alienados. Fora da clínica ocupou o cargo de Intendente da Limeira no período do governo provisório da República. Sobejamente versado em humanidades, gozava com justiça a fama de grande latinista e sabia a fundo o francês e o italiano, que falava tão correntemente como a língua vernácula. Os seus profundos conhecimentos nas matérias do ensino secundário muito lhe valeram outrora, pois foi lecionando-as que ele angariava os escassos meios para manter-se durante todo o curso médico.

Colaborou na “Gazeta Médica Brasileira”, do Rio de Janeiro, no “Limeirense”, de Limeira, no “Diário do Rio Claro”, no “O Estado de S. Paulo” e no “Correio Paulistano”.

Escreveu:

– *No baile*: poesia. No “O Raio”, Aracaju, de 25 de fevereiro de 1876.

– *Anestésicos*: dissertação. Proposições. Seção acessória – Do ópio. Seção cirúrgica – Paralelo entre a talha e a Litotricia. Seção médica – Tétano. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 12 de setembro de 1881, a fim de obter o grau de Doutor em Medicina. Rio de Janeiro, 1881, 60 págs. in. 8°. Tip. e lit. a vapor, encadernação e livraria de Lombaerts & C.

– *Tratamento dos estreitamentos da uretra pela eletrólise*. Na “Gazeta Médica Brasileira”, 1882, vol. 1º, págs. 343, 372, 398, e 456 o no “O Raio”, Aracaju, de 1º e 8 de novembro e 7 de dezembro do mesmo ano.

– *Higiene do estômago*: série de artigos. No “Limeirense” de 1887.

– *As febres ictero-hemorrágicas no “Oeste” de S. Paulo*. No “Diário do Rio Claro” e no “O Estado de S. Paulo” de 1888.

Adversário do tratamento homeopático publicou os seguintes artigos:

– *A lei dos semelhantes e a unidade das moléstias*. No “Correio Paulistano” de 19 de julho de 1908.

– *O problema terapêutico*. Idem, de 20 de julho.

– *O princípio da correlação*: fundamento da etiologia. Idem, de 24 do mesmo mês.

- *As curas do princípio da correlação*. Idem, de 26, idem.
- *A ilusão do micróbio*. Idem, de 30, idem.

Fabrizio da Santíssima Trindade (Frei) – Nascido na cidade S. Cristóvão chamou-se anteriormente Fabrício José do Prado, filho de Francisco José dos Santos Diamante e D. Ana Maria do Prado. Religioso franciscano, fez o seu noviciado no Convento da Bahia, onde professou a 13 de junho de 1844.

Pouco tempo depois de professo, foi mandado para o convento de S. Cristóvão, onde faleceu obscuramente em 1847.

Profundo latinista e filólogo de nota, deixou como provas da sua culta inteligência cinco composições inéditas originalíssimas, ainda não imitadas até hoje. A primeira tinha por título:

– *A quanto se expõe quem ama*: romance de 80 a 100 págs., escrito sem o emprego da letra “a”, usada unicamente na epígrafe. Esse trabalho chegou a ser lido, entre outros, por Frei Joaquim do Espírito Santo. A ele seguiram-se outros quatro, cada qual com a omissão de uma das vogais – a–e–i–o–u.

Fausto de Aguiar Cardoso, Bacharel – Filho do tenente coronel Felix Zefirino Cardoso e D. Maria do Patrocínio de Aguiar Cardoso, nasceu no engenho S. Felix, município de Divina Pastora, a 22 de dezembro de 1864 e faleceu no Aracaju, a 28 de agosto de 1906. Depois de iniciado em português na vila natal, continuou seus estudos em Maruim, Capela, Aracaju, e no colégio “Sete de Setembro”, acreditado estabelecimento de ensino na capital da Bahia, onde concluiu o curso secundário. Frequentou depois a Faculdade de Direito do Recife desde 1880 a 28 de março de 1884, em que recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Durante o curso acadêmico não se aplicou bastantemente ao estudo das disciplinas ensinadas na Faculdade, indiferente a brilhante figura que poderia ter feito entre os colegas, se tivesse querido utilizar-se dos poderosos recursos de sua possante inteligência. Seus mestres sempre o distinguiram com particular estima e, discípulo de Tobias, soube inspirar-lhe uma grande afeição, de que aliás não era pródigo o sábio brasileiro. Um mês depois de graduado começou sua vida civil com a nomeação para a promotoria da Capela a 22 de abril, removido em junho para a de Gararu), e dessa para a de Riachuelo por ato de 21 de agosto de 1885.

Em junho de 1887 passou para a promotoria de Laranjeiras, em que serviu até 1889 e após curta interrupção voltou a ocupar o mesmo cargo com a ascensão do partido liberal ao poder, vindo encontrá-lo a proclamação da República nesse posto, do qual foi destituído em fevereiro de 1890. Atingido por um ato hostil do governo, sob o regime político de que foi um dos maiores propugnadores, sentiu a rispidez do golpe, mas não se quebrou sua fé republicana, nem a altivez do seu caráter independente. Pelo contrário, a sua demissão fez-lhe afagar a idéia de, fitando horizontes mais largos, transferir em maio a residência para o Rio de Janeiro, onde iria dar o máximo desenvolvimento às suas energias intelectuais. Efetivamente foi ali, na metrópole da civilização brasileira, que ele revelou toda a pujança do seu talento polimorfo, como sociólogo, político, jornalista e poeta. Logo de começo, dedicou-se à advocacia e ao magistério. Nomeado professor de história universal por Benjamim Constant, delegado auxiliar e secretário geral da Prefeitura no governo do marechal Floriano, foi depois lente de história na Escola Normal, lente da mesma matéria e diretor do *Pedagogium*; lente de história das belas-arts na Escola das Belas-Artes e de filosofia do direito na Faculdade Livre de Direito. Como lhe não fartssem as responsabilidades das obrigações já contraídas, percebeu convir às suas futuras aspirações assumir outros encargos, que satisfizessem a ânsia irreprimível de agir num campo de ação de mais vastas dimensões. De acordo com este ponto de vista, contidas por vezes as impetuosidades do seu temperamento resoluto e ardente, enquanto no recolhimento do gabinete enriquecia o espírito no estudo das ciências, a filosofia e o direito de preferência, logo que se ofereceu o desejado ensejo, entregou-se à atividade

febril das lides da imprensa e da política, amparado na consciência do seu valor mental e na eficiência dos fortes elementos de combatividade de que antecipadamente se premunira. O jornalista vigoroso, o político irreduzível e leal tornou-se em breve o tribuno querido das multidões fanatizadas pelo encanto de sua palavra fácil e arrebatadora. O número dos adeptos das suas idéias multiplicava-se na proporção do esforço empregado em favor da causa do povo; e se no primeiro pleito que assistiu como candidato, não se lhe abriram as portas do Congresso Nacional, em compensação conseguiu demonstrar vantajosamente a grande força de que dispunha no eleitorado da Capital Federal. A sua entrada para a câmara dos Deputados como um fato que teria de realizar-se inevitavelmente, dependia tão somente de uma simples questão de tempo. Chegada a época de pronunciarem-se as urnas eleitorais, Sergipe conferiu-lhe o honroso mandato de representá-lo na 4ª legislatura Federal 1900 a 1902, tendo deixado em virtude de sua eleição o cargo de redator dos debates da Câmara de que ia fazer parte, reafirmando-o no triênio de 1906 a 1908. Nesse outro teatro das exibições da palavra o novel deputado ergueu bem alto a tribuna parlamentar, confirmando a fama de orador eloquente, de estilo elegante e enérgico. As suas objurgatórias ciceronianas muitas vezes provocaram violentos protestos, a que sempre replicava com esmagadora superioridade. E se, discutindo as mais transcendentais questões político-sociais, ousava incidentemente dissentir da errônea orientação dos governantes, condenando-lhes os erros e demasias, repetiam-se com o mesmo ardor as hipócritas inclinações dos políticos práticos, jungidos ao carro das conveniências partidárias. As suas idéias estiolaram-se no terreno ingrato do conluio para as habituais transações; e deste modo, Isolado no meu radical oposicionismo às velhas práticas, não pôde prestar ao país e à sua terra os serviços esperados do seu patriotismo e aprimorada cultura científica. Apenas deixou na sua passagem por aquele recinto um rastro de luz, que jamais se apagará, enquanto preponderar a primazia do gênio e perdurar a memória do intrépido representante do povo, a respeito de quem o Presidente da Câmara dos Deputados ao anunciar sua morte trágica, disse ter sido uma das maiores mentalidades do Brasil moderno. No Interregno de sua carreira parlamentar, entre os anos de 1903 a 1906, quando não lhe absorviam totalmente as preocupações políticas, devotou-se ao culto das musas, produzindo admiráveis sonetos de que são belíssimos modelos os dois seguintes, o segundo dos quais representa o último fruto de seu estro poético.

O AMOR

Eu sou o Amor, o Deus que a terra inteira gaba!
Vivo enlaçando os sóis pelo Universo afora,
Dos ódios expurgando a venenosa baba,
Que os mundos desagrega, espalha e desarvora.

O tempo tudo avilta; a Morte tudo acaba;
E o louro sol jamais a murcha flor colora;
Novos mundos, porém do mundo que desaba
Faço surgir e salto em rutilante aurora

Caso estrelas no céu e corações na terra;
Da treva arranco luz; do Nada arranco vida,
E crivo de vulcões o gelo que a alma encerra!

Mudam-te o peito em mar meus lúbricos desejos,
E tua mente ondeia e fulge colorida,
Como raio de luz entre vergéis de beijos!

TAÇAS

Deslumbrado cheguei chorando à terra, um dia;
E, do lauto festim da Vida achei-me à mesa;
Sempre libei cantando a taça da Alegria
Embebedou-me sempre o vinho da tristeza.
Esplêndidas visões trouxeram-me à porfia
As ânforas do Amor; e de volúpia acesa,
Minha boca de boca em boca um mosto hauria,
Que de tédio me encheu por toda a Natureza.

Dá-me a Velhice a taça; eu das paixões prescindo;
E, ébrio, ascendo a espiral de um sonho delicioso,
No vinho da Saudade achando um gosto infindo.
Parece-me o passado um rio luminoso,
Onde vago a rever, pelas margens florindo,
A Dor, que ao longe tem as seduções do Gozo!

Das calmas regiões da fantasia, onde se deliciava sua alma de poeta, voltou de novo, reeleito deputado, à arena revolta dos gladiadores parlamentares, um tanto modificado nos arroubos tribunícios, mas com o mesmo zelo pelos seus idéias, quando prejudicados pelas mistificações da política partidária, que em breve o teria de expor aos perigos de arriscadíssimo empreendimento. Soara, infelizmente, a hora sinistra, ao desencadearem-se em Sergipe as vexações e violências, contra as quais a própria consciência impunha-lhe o dever de protestar com a maior veemência. Ao primeiro brado angustioso dos oprimidos seguiu para Aracaju em fins de julho de 1906 e aí aportando viu-se na imperiosa necessidade de, para conter os excessos da exaltação dos ânimos, por-se à frente do movimento revolucionário, que a 10 de agosto depôs o Presidente do Estado. Certo pelas demonstrações antecedentes de contar com a lealdade dos chefes da alta administração para o fim de assegurarem o bom êxito desse ato emanado da soberania popular, veio a solução final da malograda aventura comprovar quanto sua expectativa fora iludida, confiando demasiado nas íntimas ligações que o prendiam à situação política da União. Do muito que julgava esperar do poder federal para afirmação decisiva do golpe de mão a que ligara a sua personalidade, tudo lhe foi negado, resultando dessa inesperada atitude dos poderes públicos a queda do governo transitório a que deu seu apoio, e o que é mais contristador, a perda da própria vida. Decorridos dezoito dias no gozo de sua efêmera vitória, a força federal efetuava, por ordem superior, a reposição do governo decaído, precedendo-a das mais apavorantes cenas de inaudita perversidade. O chefe querido que na praça pública exigira dos companheiros de luta o solene juramento de tolerância e o maior respeito aos direitos dos adversários recebeu em prêmio de tanta magnanimidade brutal agressão à bala dentro de palácio e impelido em seguida a coice de arma pelas escadas, ser atingido na saída por um disparo de espingarda, que o vitimou horas depois. Voltado o pensamento para a pátria estremecida, sentindo os estertores da morte, que lhe invadia o organismo, deixou escapar por entre os lábios moribundos, como o último adeus à terra do berço estas memoráveis palavras: “Bebo a alma de Sergipe; morro, mas a vitória é nossa, sergipanos”. A praça em que se desenrolou esse drama sangrento, condecora-se hoje com o seu nome e nela se ostenta a estátua do grande mártir, erigida pelo povo no sexto aniversário do seu heróico sacrifício. Na história das revoluções políticas no Brasil fatos se não reproduzidos com os mesmos traços de caprichosa uniformidade e de aspecto tão semelhantes, separando-os entretanto uma grande distância de tempo, que convidam a meditar sobre eles os que se comprazem no estudo dos vários fenômenos sociais. As vistas penetrantes dos historiadores psicólogos facilmente descobriram na figura sugestiva do deputado

sergipano a personificação do patriota pernambucano que chefiou a revolução praieira em 1848, tais os pontos de aproximação entre eles, as coincidências notáveis verificadas na vida de ambos e os iguais destinos que tiveram na última fase das suas existências. Fausto Cardoso e Nunes Machado, representantes do povo, ausentes no Rio de Janeiro quando se assentavam nos planos de revolução, dominados do mesmo sentimento de solidariedade pela causa comum, partiram, cada qual para sua terra, a fim de partilhar da sorte reservada aos correligionários envolvidos na onda revolucionária. Ungidos pelas críticas injunções do momento, assumiram a posição de chefes, dirigiram o movimento da reação pelas armas, mas foram vencidos ambos e ambos roubados ao serviço da pátria em circunstâncias perfeitamente idênticas, pela bala assassina de uma praça do Exército. A 2 de fevereiro de 1849 Nunes Machado ao sair da casa em que se achava para animar as tropas rebeldes, recebeu o tiro traiçoeiro desfechado do quartel da Soledade no Recife; Fausto Cardoso, a 28 de agosto de 1906 em Aracaju, em frente ao palácio do governo, verberava as selvagerias da soldadesca desenfreada, quando é também alvejado pela carabina de outra praça dos mesmos instintos sanguinários, sob o comando do oficial superior, Firmino Lopes Rego, que, sem refletir sobre a gravidade do crime que não soube ou não quis evitar comprometeu os seus créditos militares, deslustrando assim os bordados de general do Exército brasileiro. Desaparecidos do cenário da vida, por se terem devotado ao culto dos grandes ideais, seus nomes ficaram gravados no coração do povo e jazem inscritos no extenso martirólogo dos defensores da liberdade. Sobre o cientista sergipano escreveram Sacramento Blake, Graça Aranha, João P. Barreto, Gumerindo Bessa, Prado Sampaio, Olegário Dantas, Dunshee de Abranches, Moreno Brandão, Helvécio de Andrade, sob o pseudônimo de *João José*, Péricles M. Barreto e outros. Colaborou no “O Republicano”, de Laranjeiras, Sergipe, na “A Reforma” de Aracaju, e na “Gazeta de Sergipe”; no “Correio do Povo”, “União Federal”, “O Debate” – de que foi secretário –, “A imprensa” redigida pelo conselheiro Rui Barbosa, “O Dia”, “Diário de Notícias” e “Revista Brasileira”, da Capital Federal.

Escreveu:

- *Discurso* pronunciado na sessão inaugural do “Clube Democrático” no dia 7 de setembro do 1887, na cidade de Laranjeiras, 1887, 12 págs. in. 8º. Tip. Do “O Laranjeirense”.

- *Carta de um velho político*. A Claudius. No “O Republicano” de 21 e 28 de novembro e 5 de dezembro de 1888, sob o pseudônimo de *Black*.

- A situação: série de artigos. Na “A Reforma” de Aracaju, de 22 e 29 de dezembro de 1889, em continuação na “Gazeta de Sergipe” 1 de janeiro de 1890, ficando suspensa com este 3º artigo a publicação da série.

- *Cosmogonia política e americana*. Rio de Janeiro, 1892. Neste livro o autor faz referência a nossa história política desde a monarquia até a república federal; diz ser esta forma política a única aceitável na América pela sua plasticidade e maleabilidade e procura explicar a razão de ser do militarismo no país.

- *A ilusão teológica*: série de artigos. No “Diário de Notícias”, Rio de Janeiro, de 8 de agosto de 1892 em diante.

- *A hereditariedade psicológica*; sua influência no indivíduo, na família, nas raças e nas nações. Idem, de agosto e setembro do mesmo ano.

- *Originalidade da lei fundamental da história*, 1ª parte; resposta ao estudo de Sílvio Romero feito no capítulo IV dos:

- *Ensaio de Filosofia do Direito* – Rio de Janeiro, 1895, 57 págs. in. 8º. Subordinada ao título geral de “Cosmo do Direito e da Moral”. Publicou as duas obras que se seguem, tendo ficado inéditos os dois últimos volumes.

- Lei fundamental da História, e Cultura e Civilização, dos quais um desapareceu no incêndio da Imprensa Nacional em setembro de 1911.

– *Concepção nomística do Universo*. Com um prefácio por Graça Aranha. É a introdução do *Cosmo*. Rio de Janeiro, 1894, XXXVII – 293 págs. in. 8º gr. Editores Laemmert & C.

– *A ciência da história*. Na “*Revista Brasileira*” do Rio de Janeiro, 1895, tomos I, págs. 237 a 251, págs. 76, a 89, 111, págs. 45 a 58 e 295 a 310; IV, págs. 140 a 154. Não concluiu o trabalho.

– *Taxionomia social*. Ensaio. 1 vol. do *Cosmos* Rio de Janeiro, 1898, 200 e tantas págs. in. 8º. Tip. Moraes. No desenvolvimento do seu estudo o autor buscando aplicar à sociologia os princípios biológicos de Haeckel, de quem fora caloroso apologista, pretendeu formular o princípio sociológico, a que chamou a lei fundamental da história, da qual outros contestam ter sido ele o descobridor.

– *Lei e Arbítrio*: discurso proclamando a ditadura no seio do Congresso Nacional, pronunciado na Sessão de 9 de junho de 1902. Rio de Janeiro, 1902 XXXIII – 106 págs. in. 8º. Imprensa Nacional. Redigiu com Helvécio Guimarães:

– *O Saara*: hebdomadário. Recife, 1883. Saíram apenas dois números a 1 e 9 de maio.

– *Revista Ítalo Americana*. Rio de Janeiro, 189... Fundou e redigiu:

– *A Aurora*: jornal independente. Rio de Janeiro, 1902. Saíram apenas 34 números, de 13 de março a 15 de abril.

Felino Martins Fontes de Carvalho, Doutor – Filho do capitão Teófilo Martins Fontes e D. Ana Joaquina de Almeida Fontes, nasceu a 29 de maio de 1859 no município do Riachão e faleceu na cidade do Lagarto a 13 de junho de 1918.

Estudou preparatórios em Aracaju e fez o curso médico na Bahia, recebendo o grau em doutor a 23 de dezembro de 1885. Anos depois, em 1904, submeteu-se a exame para ser-lhe conferido o título de farmacêutico. Em março de 1886 seguiu para o Lagarto em comissão do governo, fixando ali residência. Em setembro de 1890 assumiu o cargo de médico do corpo de Polícia e da casa de prisão de Aracaju. Nomeado a 8 de julho de 1898 para tratar dos pobres atacados de febres no Lagarto, teve nesse mesmo ano a nomeação de delegado da higiene do seu município. Em 1899 foi comissionado pelo governo do Estado para tratar dos indigentes na vila de Campos atacados de febre maligna. No Lagarto foi ainda diretor e médico do hospital desde a sua fundação e Intendente municipal por duas vezes. Entre outros benefícios realizados na sua administração, aponta-se o mercado público, há muito reclamado como uma das grandes necessidades locais. Exerceu também o cargo de inspetor de higiene em Aracaju e como deputado que foi à Assembléia Legislativa em mais de um biênio; figura o seu nome entre os signatários da Constituição Estadual de 1891.

Escreveu:

– *Considerações acerca do abortamento*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia para serem sustentadas a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1885, 32 págs. in. 8º. Tipografia de Hermenegildo Olavo da França Guerra.

Felisbello Firmo de Oliveira Freire, Doutor – Filho do coronel de igual nome e D. Rosa do Amarante Góes Freire, nasceu a 30 de janeiro de 1858 em Itaporanga e faleceu na Capital Federal a 7 de maio de 1916. Aluno dos mais distintos da primeira turma do Ateneu Sergipense, iniciou nesse instituto de ensino seus estudos propedêuticos, indo concluí-los na Capital da Bahia, em cuja Faculdade de Medicina foi graduado doutor a 11 de janeiro de 1882. Regressando à província após essa última solenidade do curso científico, fez-se clínico em Laranjeiras, granjeando no meio de sua numerosa clientela verdadeiras afeições que muito lhe facilitaram criar uma forte corrente favorável ao abolicionismo e aos princípios políticos da escola democrática. Dotado de excepcional capacidade para o trabalho, distribuía com tanta exatidão o tempo a empregar no desempenho das suas múltiplas ocupações, que jamais

prejudicou os deveres da profissão, nem os de diretor espiritual da imprensa local, como nunca se lhe entibiu a atividade na perigosa atitude de impenitente rebelado contra o regime e os partidos monárquicos. Propagandista das idéias democráticas, começou por servir à República, pregando no jornalismo, nas conferências públicas e nos clubes as excelências do governo do povo pelo povo, ao mesmo tempo que firmava os seus créditos de hábil clínico, obtendo admiráveis resultados nos diversos casos mórbidos submetidos ao seu critério médico.

Vencedor no terreno político com a organização do partido republicano histórico em 1888 na cidade de Laranjeiras, partiu no ano seguinte para o Rio de Janeiro poucos meses antes do pronunciamento militar de 15 de novembro, de que resultou a queda da monarquia e a imediata proclamação do regime republicano. Operada de fato a radical substituição do mecanismo político existente e constituído o Governo Provisório, foi o primeiro Governador do seu Estado, nomeado por Decreto de 21 de novembro, tendo exercido o poder desde 13 de dezembro de 1889 a 17 de agosto de 1890, apoiado pelos velhos partidos, dos quais rompeu depois em oposição àquele que maiores atenções oficiais havia recebido. No seu governo não se confirmaram os receios de grandes reações ordinariamente praticadas nos períodos anormais dos movimentos revolucionários. A sua principal preocupação como o iniciador da forma republicana de governo, foi adaptar o serviço público à índole das novas instituições, promovendo ao mesmo tempo a maior soma de benefícios para o Estado, entre os quais conseguiu realizar o da navegação direta para o Rio de Janeiro: Eleito deputado à Assembléia Constituinte, foi um dos membros da Comissão dos 21, incumbido da reorganização dos Estados; reeleito nas legislaturas de 1897-99, 1903-905, 1909-911, 1912-914, e 1915-1917. Figura de notável destaque entre os estadistas surgidos com a República, a sua palavra sempre foi ouvida na Câmara dos Deputados com o maior acatamento nas altas questões levantadas nos momentos críticos da vida republicana. Tenho haurido no estudo dos melhores autores vasta cultura jurídica, manifestada repetidas vezes nas discussões do parlamento, discorria com igual competência sobre medicina, como sobre política, direito público, finanças, e legislação comparada. Poucos conheciam como ele a história financeira e orçamentária do Brasil, a história parlamentar do país, como a história do constitucionalismo norte-americano. Por ocasião dos debates na Câmara dos Deputados sobre os projetos de emissão do papel moeda e do orçamento da receita e despesa revelou estudos especiais acerca desses assuntos encarando-os com a largueza de vistas de um perfeito homem de Estado. No período mais agitado e cheio de responsabilidades do governo do Marechal Floriano Peixoto, seriamente empenhado em sufocar a revolta da armada, geria a pasta da Fazenda, para a qual havia sido nomeado por Decreto de 29 de abril de 1893.

Como alto funcionário da inteira confiança do Chefe do Estado e co-responsável pelas medidas de exceção empregadas para a debelação da revolta, não lhe foi menos espinhosa a gestão dos negócios concernentes ao seu Ministério, de que se exonerou a 18 de agosto de 1894, tendo acumulado interinamente em 1898 as funções de Secretário dos Negócios Exteriores. Entre os diversos aspectos do seu talento multiforme nenhum mais distinto, nem mais útil do que o de historiador, por longos anos em infatigável assiduidade nas bibliotecas e arquivos públicos esmerilhando documentos seculares em busca de novos subsídios para melhor elucidação da nossa história. Das suas abundantes investigações resultaram as várias obras que publicou sobre este gênero da literatura nacional. Uma fato pouco comum entre os homens atraídos pela política e pela administração pública realizou-se na sua vida, aliás não muito longa. As elevadas posições que ocupou, as preocupações da clínica e da imprensa, as contrariedades e as desilusões não lograram amortecer em sua alma de artista a paixão que desde muito moço sempre alimentou pela música. Manejando com facilidade todos os instrumentos e muito especialmente o piano e a flauta, tornaram-se conhecidos na Capital Federal os concertos familiares havidos na sua residência. Revelada a sua vocação, facilmente assenhoreou-se dos segredos da arte, aperfeiçoando-se com tanto brilho, que, simples

acadêmico de medicina, fora convidado para reger a orquestra de 180 professores, no concerto oferecido ao maestro Gottschald na sua passagem pela Bahia. Clínico, político, jornalista e historiador, na arriscada campanha da propaganda das suas idéias fundou o “Clube Republicano” na cidade de Laranjeiras e em homenagem ao seu saber, principalmente aos seus conhecimentos históricos, foi distinguido com os diplomas de sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, e efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e do Instituto Arqueológico Pernambucano.

Escreveu:

– *Os caracteres clínicos da cirrose hipertrófica são suficientes para classificá-la como uma moléstia distinta da cirrose atrófica?* Dissertação. Proposições. Seção médica – Das complicações cardíacas nas diversas formas de nevrite e sua patogenia. Seção Acessória – Asfixia por submersão. Seção Cirúrgica – Considerações acerca da eclampsia e seu tratamento. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de setembro a fim de obter o grau de doutor em medicina, sustentada no dia 28 de novembro, sendo aprovado com distinção. Bahia, 1881, 71 págs. in. 8º. peq. Imprensa Econômica.

– *O protestantismo e a ciência*: série de artigos no “Horizonte”, Laranjeiras, de 16 e 23 de junho, 3 e 14 de julho de 1885 sob a sigla J. Não terminou.

– *“O Processo da Monarquia Brasileira”* pelo Doutor Anfrísio Fialho: série de artigos no mesmo jornal de 1, 8 e 22 de novembro de 1885 e sob a mesma sigla. Também não terminou.

– *“Vozes da História”* pelo Padre Guilherme Dias: série de artigos no citado jornal de 24 de dezembro de 1885 a 12 de fevereiro de 1886 sob o pseudônimo de *Hamilton*.

– *A defesa do Sr. Backford ao Padre Guilherme*: série de artigos no mesmo jornal de 10 de janeiro, 20 de fevereiro, 5 e 12 de março de 1886 sob o mesmo pseudônimo.

– *A filosofia do protestantismo*. À Imprensa Evangélica: série de artigos a começar do número de 16 de julho de 1886 do referido jornal e com o mesmo pseudônimo. Não continuou, ficando no nº de 13 de setembro seguinte.

– *Discurso* por ocasião de inaugurar-se o Clube Democrático. No “O Laranjeirense” de 18 de setembro de 1887.

– *Ramalho Ortigão*. Idem, de 9 e 16 de outubro do mesmo ano.

– *Evolução da matéria*. Leis e causas de suas formas: conferência recitada na noite de 25 de novembro de 1887, em sessão do Clube Democrático. Laranjeiras, 1888, 37 págs. in. 8º. Tip. Do “O Laranjeirense”.

– *Fragmentos históricos*. À população de Sergipe. Na “A Reforma”, Aracaju, de 29 de janeiro a 18 de março de 1883.

– *Fragmentos históricos*. Gaspar Dias Ferreira e o Padre Antonio Vieira: série de artigos no referido jornal de 5 de agosto a 7 de outubro do mesmo ano.

– *Colonização de Sergipe de 1590 a 1600*. Governo de Tomé da Rocha e Diogo de Quadros. Memória oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No suplemento ao tomo II, págs. 205 a 227 da “Revista Trimensal”, publicado em homenagem ao quinquagésimo ano da fundação do Instituto; em 21 de outubro de 1888. Foi transcrita no “Republicano” a começar do número de 11 de maio de 1889.

– *Fatores externos da civilização no Brasil*. Teorias históricas.

– *O evolucionismo*. No “O Republicano” de 3 e 31 de março de 1889.

– *Limites de Sergipe*. Questões com a Bahia e Alagoas. No “O Republicano” de 26 de março a 1 de abril de 1890. Este trabalho estava sendo publicado no “O Laranjeirense”, a começar do número de 23 de setembro de 1888.

– *Discurso* preferido pelo Governador do Estado na magna sessão política de 28 de março de 1890. Idem de 3 de abril seguinte.

- *Mineração em Sergipe*. Belchior Dias Moreia e seus descendentes. Idem, de 8 de abril a terminar no número de 10 de junho do mesmo ano. É o capítulo III da “História de Sergipe” *ipsis verbis*.
- Partido católico: série de artigos nos números de 31 de maio, 1, 4 e 5 de junho de 1800 do mesmo jornal, assinados com o pseudônimo de *Savanarola*.
- História de Sergipe (1575-1855). Rio de Janeiro, 1891, 422 págs. in. 8º, compreendendo o “Apêndice” desde a pág. 349 até ao fim. Tipografia Perseverança.
- *O Congresso Constituinte*. Cartas ao “Republicano”, datadas do Rio de Janeiro e assinadas com o pseudônimo de *Fox*. A primeira saiu no citado jornal de 17 de março de 1891 e a última (XI) no de 6 de maio seguinte.
- *Questão de limites*. Ao Senador Ubaldino do Amaral. No “Jornal do Brasil”, Rio de 10 a 13 de outubro de 1891.
- *O Haheas-corpus*. O advogado e a sentença: série de artigos no mesmo jornal de 21 a 30 de maio de 1892.
- *Relatório* apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por... Ministro de Estado das Relações Exteriores em junho de 1893. Rio de Janeiro, 1893, 108 págs. in. 8º, com 2 Anexos. Imprensa Nacional
- *Relatório* apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda no ano de 1894, 6º da República. Rio de Janeiro, 1894, 175 págs. in. 8º. Imprensa Nacional
- *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1894-1895, 3 vol. in. 8º, 381-387, 314 págs. Tip. Moreira Maximino, os 2 primeiros, e o 3º na Tip. Aldina. Há a 2ª Ed. do 1º vol. com 434 págs. in. 8º, impressa nessa última Tipografia.
- *O ex-Ministro da Fazenda ao público* (Questão das loterias). Rio de Janeiro, 1895, 106 págs. in. 16º. Tip. da “Gazeta de Notícias”.
- *História da revolta de 6 de novembro*. Rio de Janeiro, 1895.
- *Noções de direito pátrio e Economia Política* escritos para uso das escolas públicas do 2º grau e de acordo com o programa de 1895. Capital Federal, 1896, 117 págs. in. 8º. Cunha & C. Irmãos – Editores.
- *Elementos de História Natural* (Zoologia e Botânica) para uso das escolas primárias do 1º grau. Rio de Janeiro, 1896, 67 págs. in. 8º. Cunha & C. – Editores.
- *História do Brasil* adotada pelo Conselho de Instrução da Capital Federal para uso das escolas públicas, 2º grau. Rio de Janeiro, 1896, 110 págs. in. 12º. Livraria Clássica de Alves & C. Cunha.
- *As constituições dos Estados e a Constituição Federal*. Rio de Janeiro, 1898, 637 págs. in. 8º gr. Imprensa Nacional.
- *História da Cidade do Rio de Janeiro*, (1500-1900). V. Vol. 1º, fascículo. Rio de Janeiro, 1901, 96 págs. in. 8º. Companhia Tipográfica do Brasil. Não continuou.
- *Comentários à Constituição do Estado de São Paulo*. Publicados por determinação da Secretaria do Interior do Estado, de 13 de abril de 1901. S. Paulo, 1901, 165 págs. in. 8º. Tipografia do “Diário Oficial”.
- *Melhoramentos do porto*. As indenizações. Série de artigos a S. Ex. o Sr. Presidente da República. No “Jornal do Comércio”, Rio, de 23 de junho a 4 de julho de 1904.
- *Melhoramentos do porto*. As indenizações. Série de artigos em resposta à comissão de advogados dos Melhoramentos do porto. No mesmo jornal de 18 a 20, 22 e 26 de julho do referido ano.
- *Tarifas aduaneiras*: discursos pronunciados na Câmara dos Deputados nas sessões de 21, 23 e 26 de junho de 1905. Rio de Janeiro, 1905, Tipografia Moraes.
- *Economia Nacional e História do Comércio Brasileiro*. Série de 6 conferências realizadas no Instituto Comercial do Rio de Janeiro e publicadas no citado jornal de setembro a 5 de novembro de 1905.

– *Manifesto político aos sergipanos*. Circular ao eleitorado de Sergipe. Rio de Janeiro, 1905, 38 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & C. No fim, em Apêndice, há duas transcrições do “Correio da Manhã” e do “O País”.

– *Política de Sergipe*. Eleição de 30 de janeiro – Candidatura do Dr. Felisbello Freire: série de artigos no “Jornal do Comércio” de 11 a 15 de janeiro de 1906. Transcritos no “Jornal de Sergipe”, Aracaju, de 27 de janeiro a 11 de fevereiro do mesmo ano.

– *Resposta ao Padre Olímpio Campos*: série de artigos no “Jornal de Sergipe” de 29 de março a 6 de maio de 1906.

– *História Territorial do Brasil*. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo), 1º vol. Rio de Janeiro, 1906, 532 págs. in. 8º gr. Tip. do “Jornal do Comércio”. Obra notável, de vastas proporções, de que apenas foi publicado este volume, em continuação do qual teriam de ser editados os demais na ordem seguinte:

II – S. Paulo, Minas, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás. Segundo centro do povoamento.

III – Rio de Janeiro. Terceiro centro do povoamento.

IV – Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Quarto centro do povoamento.

V – Pará, Maranhão e Amazonas. Quinto centro do povoamento.

Nos capítulos de cada volume o autor pretendia estender-se sobre diversos assuntos, tais como: Direção das linhas do povoamento, suas causas e interesses econômicos; conquista do sertão, exploração das minas, criação das vilas e cidades, com a explicação dos fatos que deram lugar a essa criação; patrimônio das câmaras municipais e limites dos particulares; terras devolutas do Estado; seus limites com os Estados vizinhos; a fusão das antigas donatárias; pleitos sobre o direito de propriedade territorial do Particular e do Estado, seu patrimônio, as antigas estradas e as modernas; as antigas indústrias e as modernas; as ordens religiosas e seus patrimônios; o território da capital e os pleitos entre sua câmara e as ordens religiosas; os bens vagos e a situação atual do direito de propriedade territorial do particular, do Estado e da União; situação atual do povoamento e todas as questões que afetam a economia dos municípios, Estado e União; os bandeirantes; evolução das questões diplomáticas sobre nossas fronteiras.

– *Direitos do Amazonas sobre o território do Acre* (Estudo histórico e político). Rio de Janeiro, 1906, 123 págs. in. 8º. Tip. do “O Economista Brasileiro”.

– *O concurso da cadeira de história do Ginásio Nacional*. No “Jornal do Comercio”, Rio de 19, 20 e 28 de outubro de 1906.

– *Manifesto político aos Sergipanos*. Circular ao eleitorado de Sergipe. Rio de Janeiro, 1907, 24 págs. in. 8º. Tip. do “O Economista Brasileiro”. Nas 9 primeiras páginas contém-se a Circular e nas demais alguns documentos em Apêndice.

– *História do Banco do Brasil*. Rio de Janeiro, 1907, 284 págs. in. 8º. Tip. de “O Economista Brasileiro”.

– *Eleição de 8 de abril em Sergipe*. Rio de Janeiro, 1907, 12 págs. in. 8º. Tip. de “O Economista Brasileiro”.

– *Arquivos Parlamentares do Brasil*. Câmara dos Deputados e Senado. 3 vols. correspondentes aos meses de janeiro, fevereiro e março. Rio de Janeiro, 1907, 308, 155 e 167 págs. in. 8º. Tip. do Economista Brasileiro.

– *Os Portugueses no Brasil*. (Estudo histórico e crítico. Século XVI ao Século XIX). Volume I. Rio de Janeiro, 1907, 475–II págs. in. 8º. Tip. de “O Economista Brasileiro”. Não foi publicado o 2º volume.

– *Lei Constitucional Americana* por J. I. Clark, L. L. D. Fascículo I e II da Biblioteca de Direito Constitucional Americano. Tradução. Rio de Janeiro, 1908, VI–184, 185, 354 págs., in. 8º. Tip. De “O Economista Brasileiro”.

– *Origens da cidade de Maruim*. No “Eco de Sergipe”, Rio, a começar do número de 7 de abril a 14 de julho de 1909. Não terminou o trabalho.

– *S. Paulo e a Política Internacional*. (Século XVIII). Na “Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes”, de Campinas, S. Paulo, nº 25 de 31 de agosto de 1910 em diante.

– *A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil interpretada pelo Supremo Tribunal*. (Fascículo I), Rio de Janeiro, 1913, 10–446 págs. in. 8º. Tip. Batista de Souza.

– *Os bastidores da política no Brasil*. Vida íntima de D. Pedro I e dos grandes homens do segundo Império. Revelações dos Arquivos de Deodoro e Floriano Peixoto. Rio de Janeiro, 1911, 160 págs. in. 4º, com retratos e gravuras. Edição da “Ilustração Brasileira”. Ficou incompleto este trabalho.

– *As crises financeira, comercial, econômica e monetária no Brasil (XIX e XX)*: série de artigos no “O País”, Rio, de 10 de setembro a 26 de novembro de 1913, interpoladamente.

– *A formação do direito orçamentário brasileiro* (suas leis e evolução). Idem, a começar de 4 de janeiro de 1914, interrompendo a publicação a 5 de fevereiro seguinte.

– *Correspondência do Rio*. No “Diário da Manhã”, Aracaju, foi publicado a 7 de novembro de 1915 a primeira, a que se seguiram outras. O seu trabalho na imprensa periódica foi abundante e variado. Além de ter colaborado na “A Reforma” do Aracaju, no “O País”, “O Fígaro”, “Jornal do Comércio” e muitos outros da Capital Federal.

Redigiu:

– “*O Porvir*”: jornal literário e recreativo. Propriedade da Associação de Estudantes do Ateneu Sergipense. Aracaju, 1874. Publicação aos domingos. Redatores do primeiro trimestre: Eutíquio Novais, Manoel Alves Machado, Baltazar Góes e J. Montes. Redatores no mês de outubro: Felisbello Freire, Amando Bezerra, Ramalho Silva e Felix Barreto de Vasconcelos. O primeiro nº é de 2 de agosto e o décimo terceiro, o último, de 1º de novembro seguinte.

– *O Horizonte*: órgão imparcial. Laranjeiras, 1885-1886. Edição semanal.

– *O Laranjeirense*: órgão imparcial. Laranjeiras, 1887-1888. Propriedade de Joaquim Anastácio de Menezes. Publicação aos domingos. Em 1888, fundiu-se com o

– *O Republicano*: órgão do partido republicano, redigido por diversos. Laranjeiras, 1888-1889. Propriedade de Joaquim Anastácio de Menezes. Publicação nas quartas e domingos e somente aos domingos desde o número 7 em diante. Distribuição gratuita até dezembro de 1888. Em janeiro de 1890 começou a ser editado no Aracaju, tornando-se diário nesta segunda fase, de 6 de fevereiro seguinte até ao seu desaparecimento em 1893. Entre os pseudônimos de que usou nos seus artigos neste jornal notam-se, além dos já mencionados, outros, como sejam: *Celsus*, *Gambeta*, *Claudius* e *Mateus*.

– *Jornal do Brasil*: diário de grande formato. Rio de Janeiro, 1893. Fundado em 1891 pelo conselheiro Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, pertence hoje ao senador Fernando Mendes de Almeida.

– *Gazeta da Tarde*. Rio de Janeiro, 1901. Fundada em 1880 pelo bacharel José Ferreira de Menezes. Co-Redatores: bacharéis Deodato da Silva Maia, Laudelino de Oliveira Freire, Luiz Carlos Duque Estrada (médico), Manoel Armindo Cordeiro Guaraná e Manoel Curvelo de Mendonça.

– *Diário da Tarde*. Rio de Janeiro, 1901. Teve curta duração.

– *O Economista Brasileiro*: revista semanal de economia, finanças, política e literatura. Com vários colaboradores. Rio de Janeiro, 1906-1914.

– *A Tribuna*.

– *Eco de Sergipe*: órgão dedicado aos interesses do Estado de Sergipe e do Partido Republicano Histórico. Rio de Janeiro, 1909. O primeiro número é de 10 de março do mesmo ano, medindo 0,45 x 0,29, com quatro páginas de três colunas largas cada uma. Nele declara-se que a publicação do *Eco* antecede à edição de um diário – “O Republicano” – que teria de

aparecer no Aracaju sob a redação do Dr Carlos Alberto Rola e gerência do coronel Antonio Cornélio da Fonseca. Deste jornal apenas saíram vinte números, desaparecendo a 28 de julho seguinte, sem haver surgido a edição do “O Republicano”.

– *Folha da Noite*: jornal de feição moderna com gravuras. Rio de Janeiro, 1914. Teve pouca duração. Subordinados à epígrafe *Bastidores da Política Republicana, Homens e Fatos*, publicou três séries de artigos, sendo a primeira nos números de 11 de março a 15 de abril e as outras com os subtítulos:

– A nomeação do Sr. Esberard para arcebispo do Rio de Janeiro. Nos números de 16 a 25 deste último mês.

– O atrito entre a esquadra Americana e a do almirante Saldanha da Gama. Nos números de 28 de abril a 11 de maio.

Felismino Moniz Barreto, Engenheiro Agrônomo – Filho de Francisco Moniz Barreto e D. Maria Barreto, nasceu em março de 1843 no engenho Mouco, pertencente ao município de Itabaiana e hoje ao de Divina Pastora e faleceu em Maruim a 27 de março de 1883. Aos quinze anos de idade seguiu para a Europa onde fez os seus estudos, formando-se em agronomia na Escola Regional de Grignon em França no ano de 1862. De regresso para o Brasil viajou pelos Estados Unidos e Antilhas, aperfeiçoando-se na especialidade a que se aplicou. Agricultor progressista e laborioso, dedicou-se ao cultivo da cana e fabricação de açúcar em usina própria montada com aparelhos modernos. Foi um dos fundadores em 1870 e presidente do Comício Agrícola Sergipense e

Escreveu:

– Notas e observações sobre os últimos aperfeiçoamentos no cultivo da cana e fabrico de açúcar em prática nas colônias francesas, durante uma viagem de 16 meses pelas Antilhas. Bahia, 1866, 40 págs. in. 8º. Tipografia de Tourinho & C. É a 1ª parte deste trabalho, não constando que tivesse sido publicada a outra parte.

– Coleção de várias peças relativas ao Comício Agrícola Sergipense, sociedade protetora da indústria agrícola da província de Sergipe. Aracaju, 1871, 18 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal do Aracaju”. Neste opúsculo encontram-se a *Exposição* desenvolvida do projeto de criação de uma Associação Agrícola na Província e os Estatutos do Comício, ambos da lavra deste Autor.

– *Auxílio à lavoura*. No “Jornal do Comércio”, Aracaju, de 15 de agosto de 1877.

Felix Barreto de Vasconcelos, Padre – Filho do coronel Antonio Diniz Barreto e D. Tereza de Vasconcelos Barreto, nasceu no ano de 1817 no engenho Pedras, município da Capela, e faleceu a 11 de junho de 1821 na cidade do Recife, onde exercia o lugar de lente de latim do Curso Anexo à Faculdade de Direito. Abraçando a vida sacerdotal, não demorou em receber as ordens de presbítero secular, tais foram as provas que sempre deu de inteligência e aplicação durante todo o curso. Em 1839, pouco tempo depois de ordenado, obteve a nomeação de coadjutor do vigário de Itabaiana, passando a 11 de agosto de 1841 a vigário colado da mesma freguesia, onde permaneceu até janeiro de 1852, em que, renunciando à vigararia, entregou-a ao Cônego Domingos de Melo Rezende. Tendo se retirado para a Província do Pará, lá ocupou sucessivamente os lugares de diretor do Liceu e da Instrução Pública, 1856-1861, reitor e lente de história eclesiástica e sagrada do seminário episcopal, nomeado em 1855. Quando investido das funções paroquiais foi distinguido por seus comprovincianos com uma cadeira na Assembléia Legislativa em 1848-1849 e posteriormente mereceu ser agraciado pelo Governo Imperial com o hábito de Cristo.

Distinto latinista, como seu irmão, o professor Antonio Diniz Barreto, foi também pregador deixando inéditos todos os seus *Sermões* que se extraviaram depois da sua morte, bem como um *Discurso* em latim, sem emprego do verbo; trabalho digno de ser lido pelos

mestres e no qual o seu engenhoso autor demonstrava quanto conhecia a língua de Virgílio e Tácito.

Escreveu:

– *Fala* que recitou o Reverendo Vigário da vila da Itabaiana em ocasião de se procederem as eleições para eleitores da paróquia no dia 7 de agosto de 1842, perante a Mesa Paroquial, e o Povo. Oferecido ao Ilmo. Sr. Coronel Vicente Luiz de Preitas Barreto. No “Correio Sergipense” de 1º de outubro do referido ano.

– *Resposta do Vigário de Itabaiana ao Juiz de Paz*, José da Silveira Góes. No “O Triunfo”, Laranjeiras, de 7 de fevereiro de 1845.

– *Relatórios* apresentados como diretor da Instrução Pública do Pará. Os Presidentes fizeram a eles referências, sem contudo os terem incluído entre os anexos aos Relatórios impressos.

Felix Diniz Barreto, Professor – Filho do professor Antonio Diniz Barreto, já mencionado neste livro, e D. Mariana Joaquina de S. José Barreto, nasceu a 21 de junho de 1846 em Itabaiana e faleceu no Aracaju a 18 de dezembro de 1904. Fez todo o curso de humanidades em Pernambuco sob os cuidados de seu tio, Padre Felix, de quem acabo de tratar distinguindo-se como aluno aplicado, especialmente na língua latina. Descendente de uma família de distintos professores, foi por tendência atávica atraído para o magistério, a que pertenceu como lente da cadeira pública de português, aritmética e francês na Estância e catedrático da de latim do “Ateneu Sergipense” e de pedagogia da Escola Normal no Aracaju, onde também ensinou particularmente no colégio do professor Gemniano Paes de Azevedo. Anteriormente fora nomeado para reger a cadeira de francês da Escola de Agricultura no Recife cujas funções não chegou a exercer. Empregado na ex-tesouraria provincial, hoje Tesouro do Estado, como 2º escriturário em 25 de outubro de 1872 e em maio desse mesmo ano amanuense da seção incumbido do serviço de estatística da população da província desempenhou ainda no Aracaju os lugares de membro da Intendência municipal, secretário do governo da Junta Governativa e em seguida o de secretário da Diretoria Geral da instrução pública. Em 1892 foi eleito deputado estadual, reeleito para o biênio de 1894-1895. Por algum tempo prestou ao Banco Emissor os serviços tia guarda livros; foi poeta hereditariamente inclinado ao cultivo do gênero humorístico e dado à imprensa.

Escreveu:

– *Namoro gramatical*. (Por meio de cartas). No “O Raio”, Aracaju, de 9 de abril de 1880, a 1º, a 10 e a 22 de abril de 1881. Assinadas a princípio com o seu primitivo nome, Felix Barreto de Vasconcelos, tomou depois o pseudônimo de *Júpiter Olímpico*.

– O Porvir: jornal literário e recreativo. Aracaju, 1874. Propriedade da Associação de Estudantes do “Ateneu Sergipense”. Publicação aos domingos.

– Correio de Sergipe: jornal político. Aracaju, 1890-1891. De abril de 1891 em diante, passou a ser diário.

Fernando Rangel de Melo, Monsenhor – Filho de João Francisco Rangel e D. Josefa Maria Rangel, nasceu a 30 de maio de 1870 no Curral da Pedras, hoje, Gararu. Recebeu as ordens de presbítero a 9 de outubro de 1892 no seminário de Olinda. Depois de sacerdote inscreveu-se no concurso para a cadeira de Cônego penitenciário, sendo nomeado em 1894 professor de preparatórios e de filosofia do mesmo seminário, até 1890. Em 1897 seguiu para S. Paulo onde também ensinou teologia e moral.

Querendo aperfeiçoar os seus estudos, transportou-se para Roma matriculando-se no Pontifício. Volvendo ao Brasil, fixou residência no Rio de Janeiro, onde tem ocupado cargos de distinção, como sejam: – Vigário Geral da Arquidiocese do Rio de Janeiro, do qual pediu dispensa em setembro de 1919, e por diversas vezes Governador do arcebispado. Notável

orador sacro e um dos mais cultos membros do clero brasileiro, é doutor em filosofia, direito e teologia pela Universidade Gregoriana de Roma.

Escreveu:

– *Verdade e erro*: prova escrita no concurso para provimento da cadeira de lógica no “Ginásio Nacional”, realizado em 17 de maio de 1909. No “Jornal do Comércio”, de 1º de junho seguinte.

– Começo de uma luta religiosa? No “Jornal do Comércio” de 7 e 9 de setembro de 1911.

– Os sacerdotes são os mais competentes para a restauração cristã do Brasil pela vida Eucarística: conferência feita no dia 28 de setembro de 1922 na sessão eclesiástica do Congresso Eucarístico, realizada na Igreja de S. Francisco de Paula do Rio de Janeiro. No livro *Primeiro Congresso Eucarístico Nacional*, págs. 319 a 322. Rio, 1922. Nele se lê o seguinte sobre o Monsenhor Rangel: “seus títulos canônicos e filosóficos, a sua competência literária e os seus dotes oratórios são conhecidos e apreciados por quantos o prezam como um conspícuo ornamento do clero nacional”.

Fiel José de Carvalho e Oliveira, Doutor – Filho do tenente coronel Domingos José de Carvalho e Oliveira e D. Ana Francisca da Silveira Carvalho, nasceu a 21 de maio de 1828 na Estância e faleceu a 29 de julho de 1889 na capital da Bahia, onde sempre vivera, desde poucos anos de idade. Ali habilitou-se nos exames preparatórios e tirou o curso completo de medicina, recebendo o grau de doutor a 18 de novembro de 1851. Ligado pelo casamento a uma distinta família da província, fez toda a sua carreira pública naquela capital, exercendo vários cargos de administração e de eleição, com que foi distinguido pelos governos e pelo sufrágio das urnas. Além da clínica particular a que se dedicou, foi também médico do Hospital dos Lázaros e gratuito do Asilo de Mendicidade durante doze anos; ajudante do Bibliotecário da Faculdade de Medicina; chefe de Seções, Inspetor da Alfândega desde 1887; Vice-presidente e deputado provincial por diversas vezes. Por uma honrosa exceção exerceu, fora da Bahia, o mandato político conferido pela sua província natal, quando o elegeu seu representante na Câmara dos Deputados durante a legislatura de 1861-1864.

Escreveu:

– *Breves considerações acerca das propriedades anestésicas do éter e do clorofórmio e sua aplicação à cirurgia, obstetrícia, e terapêutica*: tese apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia, no dia 5 de dezembro de 1851, por ... para obter o grau de doutor. Bahia, 1851, 24 págs. in. 8º. Tipografia de João Alves Portela.

Relatórios como médico do Asilo e do hospital.

Filinto Elísio do Nascimento – Filho do tenente coronel José Carlos do Nascimento e D. Maria dos Prazeres do Nascimento, nasceu no sítio Beira, município de S. Cristóvão, a 11 de setembro de 1860 e faleceu em Maceió, capital do Estado de Alagoas, a 25 de junho de 1917. Muito cedo começou a dedicar-se ao estudo das letras em Aracaju, alcançando aos dez anos de idade ser aprovado com distinção no curso primário, para em seguida matricular-se nas aulas avulsas de francês e matemática do professor Tito Augusto Souto de Andrade até a inauguração do Ateneu Sergipense, do qual chegou a ser um dos alunos mais distintos pelo talento e aplicação. Estudando no Rio de Janeiro frequentou o “Externato Jasper” e foi ouvinte da Escola Politécnica em 1880, quando teve de reunir-se aos seus junto ao leito do progenitor enfermo, que faleceu deixando muito poucos recursos à família. Sem os meios necessários para prosseguir nos estudos, utilizou-se da instrução adquirida para ensinar particularmente em Aracaju francês, português e história universal. Aspirando auferir das suas aptidões as vantagens de um futuro melhor, entrou para o funcionalismo público como praticante de Secretário do governo, passando posteriormente, por ato de 21 de abril de 1883, para igual cargo do Tesouro Provincial. Em 1885 foi secretário da instrução pública,

encarregado nesse mesmo ano pelo governo de organizar os Anais da Assembléia Provincial, e em 1890 promotor público da comarca de Japaratuba. Convolvendo para o quadro dos funcionários da Fazenda Federal em 1892 com a nomeação de 2º escriturário da alfândega de Aracaju, foi removido para igual cargo na alfândega de Maceió, onde permaneceu até 1898, ano em que foi promovido para 1º escriturário e conferente da alfândega de S. Luiz do Maranhão e nomeado inspetor da alfândega da Paraíba. Do lugar de conferente passou para o do chefe de seção da alfândega de Santos em fevereiro de 1913 que conservou até falecer. A sua carreira administrativa começada na inspetoria da alfândega da Paraíba, se estendeu a muitas outras sucessivas comissões, a que soube sempre dar o melhor desempenho. Foi delegado fiscal do Tesouro Nacional em Alagoas, de 1904 a março de 1908; inspetor da alfândega do Rio Grande do Sul, 1908-1910; delegado fiscal na Bahia, 1910-1911; delegado fiscal em São Paulo, 1912; Inspetor da alfândega do Recife em 1914; inspetor da alfândega de Manaus, 1915-1916, e tendo sido por último nomeado a 6 de junho de 1916 para igual cargo em Maceió, foi dispensado, a pedido, em maio de 1917, por achar-se gravemente enfermo. As revelações do seu talento não se limitaram à esfera da vida burocrática. Foi também jornalista e neste caráter defendeu com ardor a causa dos escravos no mais aceso período do movimento abolicionista e como poeta firmam seus créditos os sonetos: Cristo, Job, Eterna luta, Descrente, A grande ilusão, o Filho e este último que é um belo espécime da fertilidade de sua imaginação:

A MÁSCARA

Em nada, em nada eu creio, infelizmente...
Eu sei que há dor e que de dor se chora,
Mas a desgraça muita vez se explora,
E muita vez com lágrimas se mente

Pode ser falso o riso inda que enflora
O lábio juvenil de amor ardente,
Artifício comum a toda gente,
Para ocultar a mágoa que devora.

Em nada, em nada, infelizmente eu creio;
Não me comove o pranto, nem receio
As seduções de um riso pudibundo

No carnaval da vida que gargalha,
Troca-se o dominó pela mortalha;
Eis quando cai a máscara do mundo,

Filinto Nascimento

Perfeito burilador do verso, firma-lhe o conceito de inspirado poeta o belo soneto *A Máscara*. *Diário da Manhã*, Maceió, de 20 de setembro, 1922. Representou sua província na Assembléia Legislativa nos dois biênios de 1886 a 1889, e Escreveu:

– *Influência dos teóricos na sociedade*: conferência realizada no teatro particular do Aracaju, a 17 de setembro de 1882.

– *Lira Sergipana* – Coleção de poesias dos melhores autores sergipanos desde 1857 até hoje. 1ª edição. Aracaju, 1883, 95 págs. in. 8º pg. Tipografia do “Comércio”. Não teve 2ª edição.

- *Epístola do Sr. Joaquim do Prado Sampaio*. No “O Raio”, Aracaju, de 9 de fevereiro de 1884.
- *Estudos sociais*. Ligeiras reflexões sobre imposto. Na “Voz do Povo”, Aracaju, de 26 de abril de 1884.
- *Oposição Conservadora*. A Assembléia Provincial de Sergipe. Discurso proferido na sessão legislativa de 1886 pelo deputado... Aracaju, 1886, 511 págs. in. 12º. Neste opúsculo encontram-se também discursos do deputado José Sotero de Sá (vide este nome).
- *Projeto de Regulamento da Alfândega*. Bahia, 1910, 58–III págs. in. 8º, seguidas de diversas tabelas, formulas e modelos. Livraria Catilina, de Romualdo dos Santos. Não traz a assinatura do autor.
- *Regulamento do Montepio dos empregados públicos*. Trabalho inédito, escrito em cinco folhas de papel almaço.
- *Bíblia da Canalha*. Romance inédito. Dele dá notícia o autor na última página da “Lira Sergipana”. Na imprensa periódica colaborou, entre outros jornais, na “A Tribuna”, do Aracaju e redigiu:
- *O Facho*: hebdomadário. Aracaju, 1882. Publicação aos domingos. Teve pouca duração.
- *Voz do Povo*: jornal crítico literário e noticioso. Aracaju, 1884-1885. Publicação semanal.

Firmino Rodrigues Vieira, Engenheiro – Filho de José Rodrigues Vieira e D. Ana Rodrigues Vieira, nasceu a 19 de agosto de 1837 na cidade de Maruim, onde faleceu a 18 de agosto de 1896. Bacharel em ciências físicas e matemáticas e engenheiro civil pela extinta Escola Central do Rio de Janeiro, recebeu o grau em 1861, tendo feito parte do curso na antiga Escola Militar. Espírito afeito aos complicados estudos das ciências exatas, desempenhou diversas comissões, em que firmou a sua competência profissional. Foi por duas vezes engenheiro das obras públicas da província, hoje Estado, nos dois períodos de 1863-1867 e 1895-1896, deputado provincial em duas legislaturas e, por poucos dias, secretário do Governo Provisório organizado na capital do Estado, quando se proclamou a República. Membro do Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, era dado às lides da imprensa.

Escreveu:

- Relatório da Exposição Provincial de Sergipe por seu representante. Aracaju, 1875, 14 págs. in. 8º pg. Tipografia da Crença.
- Estudos sobre engenhos centrais. 1877.
- Estudos sobre a província de Sergipe e seus melhoramentos. Rio de Janeiro, 1881, 22 págs. in. 8º. Tip. da “Gazeta de Notícias”. Transcritos logo depois nos números 63 e 64 do “Democrata” do Aracaju.
- Tipos parlamentares. Publicados em 1884 no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro.
- Estudos sobre as secas do Brasil. Aracaju, 1891, 27 págs. in. 8º. Tip. da “Nova Era”. Neste trabalho o autor examina sob vários aspectos as crises periódicas de secas em determinadas regiões do norte do Brasil e indica aos Poderes Públicos os meios tendentes a atenuar ou remover, particularmente em Sergipe, as causas persistentes dessas freqüentes calamidades. Navegação aerostática. No “O Dia”, Aracaju, de 6 de junho de 1894.
- Relatório da exploração e reconhecimento dos mananciais d’água potável para abastecimento desta capital, apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, digno presidente do Estado, no dia 11 do corrente pelo engenheiro diretor das obras públicas. No “Diário Oficial do Estado de Sergipe”, de 18 de fevereiro de 1896.
- Equivalente mecânico do calor deduzido pelo cálculo do trabalho das forças. Estudo inédito.

Fundou e redigiu:

– A Nova Era: hebdomadário político. Aracaju, 1889-1891. O 1º número saiu em novembro daquele ano.

Floduardo de Brito Fontes, Monsenhor – Filho de Codolino Jardim Fontes e D. Maria da Glória Brito Fontes, nasceu a 17 de junho de 1892 no Aracaju.

Fez o curso de humanidades no seminário de Maceió, onde iniciou o de ciências eclesiais, terminando no seminário de Aracaju, do qual foi aluno fundador. Recebeu a Sagrada Tonsura e todas as ordens das mãos do Exmo. e Remo. Sr. D. José Thomaz Gomes da Silva, bispo de Aracaju, sendo o primeiro a quem S. Excia. impôs as mãos. Ordenado presbítero a 19 de dezembro de 1914, na Catedral de Aracaju, tem exercido na diocese os seguintes cargos: vice-reitor e professor de algumas disciplinas no Seminário Diocesano em 1915; foi vigário de S. Antonio de Aracaju em 1916, sendo removido para a paróquia de Gararu em 1917. Voltando ao Aracaju foi promotor do Bispado em 1918, Diretor Espiritual do Seminário e lente de Teologia Moral, Direito Canônico e Filosofia do mesmo seminário.

Foi vice-diretor diocesano do Apostolado, secretário da Obra da Boa Imprensa, diretor da Obra da Entronização do Sagrado Coração de Jesus no Bispado e redator chefe da “Cruzada”, órgão oficial da Diocese no qual escreveu alguns artigos com os pseudônimos de Luiz Tarcisio. Exerceu esses últimos cargos até julho de 1921, quando por motivo de sua saúde alterada foi forçado a deixá-los, aceitando pela segunda vez a paróquia de Gararu, onde esteve até o dia 2 de março de 1924, quando retirou-se para assumir a regência da freguesia de N. S. das Dores onde está atualmente. A 16 de janeiro de 1916 foi nomeado cônego honorário da Sé e em 1919 catedrático do Cabido Diocesano tomando assento na cadeira vaga pela ascensão do Monsenhor Antonio dos Santos Cabral ao Episcopado. A 16 de fevereiro de 1924 o Santo Padre Pio XI conferiu-lhe o título de Monsenhor Camareiro de Honra.

Escreveu:

– A boa imprensa: conferência proferida em Aracaju no dia 21 de junho de 1921 em sessão do corpo docente, no salão da Academia S. Thomaz de Aquino, em presença do Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano. Na “Cruzada”, Aracaju, de 18 de setembro a 16 de outubro do mesmo ano.

► *Data da morte*: 16 de Agosto de 1929, em Aracaju (SE).

Florentino Teles de Menezes – Filho do Dr. Álvaro Teles de Menezes e da professora D. Francina da Glória Muniz Teles de Menezes, nasceu no Aracaju a 7 de novembro de 1886. Iniciou os estudos de humanidades na Bahia, concluindo-os em Aracaju.

Com decidida vocação para os estudos da matemática seguiu para o Recife no intuito de cursar a escola de engenharia de onde retirou-se por doente. Logo que se restabeleceu foi para o Rio com o fim de matricular-se na Escola Politécnica, o que não fez, por ter sido novamente atacado de grave moléstia.

Matriculou-se em 1906 na Faculdade de Medicina do Rio, passando-se depois para a Bahia na qual cursou até o 3º ano letivo, não podendo prosseguir pelo mesmo motivo. Nomeado 2º escrivão do Tesouro do Estado em janeiro de 1912, passando-se depois para o cargo de amanuense da Diretoria de Instrução Pública em 15 de julho de 1915, foi promovido a 2º escrivão por ato de 24 de abril de 1916 e a 1º, desta mesma Diretoria, a 9 de janeiro de 1919.

Foi o iniciador da idéia da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, que em pouco tempo viu realizada.

A “Sociedade Acadêmica de História Internacional” de Paris, de cuja agremiação recebeu a medalha de ouro como uma honrosa distinção pelo seu livro “Estudo Corográfico”, condecorou-o ainda com a medalha de prata pela publicação das “Leis da Sociologia”. A “Academia Física e Química Italiana” de Palermo condecorou-o também com a medalha de 1ª classe de mérito científico e humanitário, conferindo-lhe o título de membro honorário.

A Academia Latina de Ciências, Artes e Belas Letras o condecorou com o Ramo de ouro.

É doutor em sociologia; sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas; da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos; sócio correspondente da Associação da Imprensa do Amazonas, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, do de Santa Catarina, do da Paraíba e do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano.

Fundou em 1918 o “Centro Socialista Sergipano” e foi o iniciador da propaganda do voto secreto em Sergipe, fundando ainda em 1923, com o Dr. Manoel dos Passos e Dr. Alcebiades Paes, o “Centro de Propaganda” do voto secreto.

Na imprensa usou dos pseudônimos: *Marco, Senda, Fábio e Fábio Morelli*.

Colaborou no “Diário da Manhã”, “Estado de Sergipe”, “Correio de Aracaju”, sob o pseudônimo de *Senda*, “Jornal do Povo” e “Jornal de Notícias”.

Escreveu:

– *Estudo corográfico e social do Brasil*. Aracaju, 1912, 51 págs. in. 8º pq. Tipografia Amaral de Antonio do Amaral Canuto.

– *Leis de Sociologia aplicadas no Brasil*. Ao erudito filósofo e ilustrado mestre Major Dr. Liberato Bittencourt. Sincera homenagem ao talento. Em folhetim no “Estado de Sergipe de 20 de dezembro de 1912 em diante. Publicado depois em volume – 1913.

– *Sobre o Muro de Jackson “Xavier Marques”*. No “Diário da Manhã”, de 2 de julho de 1913.

– *A guerra européia e suas conseqüências*. Ao Exmo. Sr. Coronel Pedro Freire de Carvalho, muito digno Presidente do Estado. Idem de 21 de agosto de 1914.

– *Apelo aos Revoltados*. (Capítulo de uma obra inédita). No “Jornal do Povo”, Aracaju, de 28 de novembro e 1 de dezembro de 1914.

– *Estudo de Sociologia*. Desenvolvimento intelectual dos Povos. Aracaju, 1916, 114 págs. in. 8º pq., com o retrato do autor. Tip. Operária.

– *Influência dos Fatores Geográficos na Formação da Sociedade Brasileira*. (Memória apresentada e aprovada pelo Quinto Congresso Brasileiro de Geografia). 1916.

– *Escola Social Positiva*. É um trabalho de Sociologia em que o autor estuda a futura sociedade que prevê organizada sob moldes socialistas com feição aristocrática e uma elite intelectual. Aracaju, 1917, 2 volumes, 314 págs. in. 8º pq. Imprensa Popular.

– *O problema socialista em Sergipe*. No “Diário da Manhã” de 18 e 19 de agosto de 1917.

– *O Partido Socialista Sergipano*. Apelo ao “Centro Operário”. Aracaju, 1918.

– *Discurso* proferido no salão da Biblioteca Pública a 19 de março de 1918 por ocasião de ser inaugurado o “Centro Socialista Sergipano”. No “Diário da Manhã” de 28 do mesmo mês.

– *A evolução do Socialismo*. Para o erudito e talentoso sociólogo argentino Alfredo Colmo. Idem, de 25 de abril do mesmo ano.

– *Socialismo e crítica*. Idem 17 e 18 de maio do mesmo ano.

– *O Centro pedagógico sergipano*. No “Jornal do Povo”. Aracaju, de 16, 17 e 22 de agosto e 5 de setembro de 1918.

– *Um caso político*. No “Jornal do Povo” de 24 de dezembro de 1918. É uma ligeira apreciação sobre o folheto de Laudelino Freire, tratando do Impedimento.

– *Voto Feminino*. No “Jornal do Povo” de 20 de dezembro de 1919.

– *A fúria de um crítico*. Resposta ao Dr. Fábio Luz. “Jornal do Povo”, Aracaju, de 12 de junho de 1920.

– *O voto secreto*: série de artigos no “Diário da Manhã”. Aracaju, de 14 e 27 de março, 6 e 10 de abril e 26 de maio de 1923. Transcritos no “Diário de Notícias” da Bahia.

– *Horrível e belo*. No “Diário da Manhã”, de 19 de agosto de 1923.

– *Discurso* pronunciado na seção de instalação do Centro de Propaganda do “Voto Secreto” no salão da Biblioteca Pública a 10 de outubro de 1923. No “Sergipe Jornal” de 26 do mesmo mês.

Em preparo:

- *A evolução da Moral.*
- *A evolução do Socialismo.*
- *Notas de um Revoltado.*

Florentino Teles de Menezes, Doutor – Filho do major Florentino Teles de Menezes e D. Leonor Bernardina Xavier de Menezes, nasceu na cidade da Estância a 17 de setembro de 1845 e faleceu na capital de Santa Catarina a 12 de abril de 1886. Toda a sua educação foi feita na cidade de S. Salvador da Bahia, onde se graduou em medicina, tendo obtido sempre aprovações plenas, inclusive na tese. Pertenceu ao corpo de saúde da armada no posto de primeiro tenente e

Escreveu:

– *Tratamento da angina diftérica*: dissertação. Proposições. Seção médica – Qual o melhor tratamento da tísica pulmonar? Seção cirúrgica – Queimaduras. Seção acessória – Do infanticídio sob o ponto de vista médico-legal. Tese que sustentou em novembro de 1869 para obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1869, 30 págs. in. 8º. Tip. J. G. Tourinho.

► *Data de morte: 06 de Junho de 1935, em Aracaju (SE).*

Floro da Silveira Andrade, Doutor – Filho de Firmiano José de Andrade e D. Maria da Conceição Andrade, nasceu a 18 de agosto de 1871 em N. S. das Dores. Habilitado em humanidades estudadas em Aracaju e Bahia, cursou a Faculdade de Medicina deste último Estado, recebendo o grau de doutor a 10 de dezembro de 1897. Durante o tirocínio acadêmico foi interno de clínica psiquiátrica e de moléstias nervosas. Logo depois de formado abriu consultório em Maruim, sendo nesse mesmo ano, 1898, nomeado Diretor da Instrução Pública que ocupou por pouco tempo. Médico adjunto do Corpo de Saúde do serviço por nomeação de 23 de fevereiro de 1899, serviu no Amazonas e Mato Grosso, depois do que pediu demissão do serviço militar. Clinicou mais no Aracaju, Manaus, onde foi médico adjunto do Exército, e por alguns anos viajou nos vapores do Lloyd Brasileiro, como médico contratado. A 18 de dezembro de 1916 foi nomeado médico ajudante da inspetoria de saúde dos portos em Fortaleza, depois de se ter submetido a concurso, tendo sido classificado em 2º lugar. Sua inclinação para a imprensa levou a aparecer ainda estudante no “Jornal de Notícias” da Bahia, assinando seus artigos com o pseudônimo *Um acadêmico sergipano*. Foi correspondente do “Diário Oficial” do Estado de Sergipe e da “A Notícia”, ambos do Aracaju, enquanto residiu na Bahia e em Maruim.

Tem colaborado na “Maruimente”, “A Notícia”, “Jornal de Sergipe”, “Jornal do Norte” e “Correio do Ceará”, de Fortaleza, sob o pseudônimo *Um Constante Leitor*, neste último. No “Almanaque de Lembranças” luso-brasileiro, escreveu por alguns anos, assinando-se *Protógenes, Martins, Orlando, Drafé* (anagrama de Floro Andrade). F-c um Dorense. Desde 1917 é ajudante da Inspetoria de saúde dos portos do Ceará, tendo sido depois nomeado médico da saúde em 1923.

Escreveu:

– *Irite e seu tratamento*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de outubro de 1897, a fim de obter o grau de doutor em ciências médico-cirúrgicas. Bahia, 1897, IV-76 págs. in. 8º. Lito Tip. Wilcho, Picard & C.

Francisco Acioli Martins Soares, Farmacêutico – Filho do Dr. José Leandro Martins Soares e D. Maria Emília Batista Martins Soares, nasceu em Vila Nova a 11 de

outubro de 1881. Fez o estudo de humanidades no Aracaju e Bahia tendo se diplomado em Farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia, em 27 de novembro de 1903. farmacêutico responsável da “Farmácia Globo” em Belém do Descalvado, Estado de S. Paulo (1905), e da Farmácia Popular, na então cidade Santa Rita do Paraíso, hoje Igarapava, no mesmo Estado (1907). Em 1911 foi o 2º suplente do Juiz Municipal da Comarca do Rio Poraciúba no Estado de Goiás e sub-promotor público do termo de Campo Formoso, comarca do Bomfim em 1914 no mesmo Estado. Professor do Colégio “Bento XV” no mesmo termo em 1917 e por fim nomeado Farmacêutico do Hospital de Caridade da Capital de Goiás em 1922. Sócio do Sexto Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, reunido na Capital de S. Paulo (1907) colaborou com os pseudônimos de *Alysios* e *Ace* mantendo uma ligeira crônica semanal “Palestrando” na “Cidade do Descalvado” (1906-1907). Notas a esmo no mesmo jornal, semanal (1905); no “Araguary” (1907), na cidade do mesmo nome, no “Triângulo Mineiro”, Estado de Minas; no “Inubiá” do Bomfim, Estado de Goiás (1914), no “O Lidador”, mandando um artigo uma vez por mês; no “Rio Grande”, jornal hebdomadário que se editava na cidade de Santa Rita do Paraíso em 1907; na “Revista de Araguay” em 1908, e foi correspondente em Pouso Alto (Goiás) do órgão da Diocese do Estado.

Escreveu:

- *A Várzea Nova*: poesia. No “O Estado de Sergipe”, de 28 de novembro de 1900.
- *Discurso* pronunciado no “Gabinete Literário de Maruim” por ocasião do seu aniversário. 1901.
- *Saudades de Vila Nova*: ao inteligente A. F. No “O Vespertino” de Aracaju, de 31 de agosto de 1901.
- *Ligeiras considerações sobre Sergipe intelectual* “Laudemus vivos gloriosos”, etc. etc. Idem de 2, 5 e 26 de outubro; 6, 20 e 23 de novembro; 11, 14, 18, 21 e 24 de dezembro de 1901. Neste escrito não lhe serviu de guia o Dicionário Bibliográfico Brasileiro.
- *Soismando...* Ao meu amigo e colega Antonio Carlos do Nascimento. Idem, de 30 de novembro.
- *As noites enluaradas do Norte* (Ao amigo Aníbal Freire). Idem de 8 de março de 1902.
- *Discurso* pronunciado na cidade de Campo Formoso na qualidade de orador oficial, pela visita àquela cidade do então Senador Federal, pelo mesmo Estado, Sr. Dr. Leopoldo de Bulhões. 1916.

Em 1917 foi membro fundador do Partido Democrata da cidade de Campo Formoso, cujo chefe supremo no Estado era o Senador Federal Coronel Eugênio Jardim.

Francisco Antonio de Carvalho Lima Júnior, Advogado – Filho do legitimado do padre Francisco Antonio de Carvalho e D. Josefa Maria da Conceição, nasceu na cidade de Itabaiana a 4 de junho de 1859.

Feitos os rudimentos da língua materna e não querendo aquiescer às insinuações de seu pai para seguir a vida militar, consagrou-se quase por si só ao estudo, no meio ainda atrasado em que nascera.

Fazendo progressos e tomando gosto pelo teatro escreveu em 1872 um drama em 2 atos – *Desvarios da Mocidade* – que foi representado por um grupo de amadores e recebido com agrado. Este drama, revisto depois, em 1878, foi representado em Penedo no teatro “S. Francisco” por uma companhia que ali trabalhou. Em 1873 publicou sua primeira poesia – “Ouve-me” – que teve o mérito de um ensaio.

Faltando-lhe recursos para encaminhar-se na carreira das letras, lembrou-se um seu parente prestigiado na política da província, em 1875, de iniciar-lhe no magistério primário, a fim de pleitear depois licença da Assembléia Provincial para ir estudar, deixando substituto à sua custa, à exemplo do que se fizera com Tobias Barreto e outros.

Foi então provido na cadeira do povoado “Carapicho” em cujo exercício entrou em setembro de 1875. Obteve em seguida licença para fazer o curso normal no “Ateneu Sergipense”, matriculando-se em Fevereiro do mesmo ano.

Tomando gosto pelo jornalismo e por ele se apaixonando, apareceu na imprensa, nesse mesmo ano, publicando seu primeiro artigo – “O absolutismo da razão” – no “Jornal de Penedo”, em 2 de junho, com a assinatura de Francisco de Carvalho.

Passou então a escrever assiduamente para a imprensa de Alagoas e de Sergipe, principalmente sobre literatura, política e outros assuntos sociais. Filiado ao “Partido Liberal” escrevia para o órgão do mesmo partido, o “Eco Liberal”, ora sob o pseudônimo de *Pompeu* e ora com o seu próprio nome.

Isso despertou a má vontade dos adversários, que em Assembléia unânime no biênio de 1878-1879, deliberaram suprimir sua cadeira a pretexto de falta de frequência. Sabendo disso previamente o Vice-presidente Raimundo Bráulio Pires Lima, fez vagar a cadeira de Vila Nova, onde o colocou, desviando assim o golpe dos seus adversários.

Em 1879 obteve da assembléia Provincial uma licença de sete anos para acabar de preparar-se e fazer o curso de direito; gozando apenas de três, durante os quais fez em Maceió, com brilhantismo, português, geografia, retórica e filosofia. Voltando ao exercício da cadeira, apesar da sua pouca vocação para o magistério, nela se manteve até 18 de novembro de 1886, quando pediu demissão por não querer jubilar-se.

Em janeiro de 1887 abriu um colégio na vila de Japarutuba, que teve de fechar em maio do ano seguinte. Nesta localidade tentou por em prática idéias que propagara na imprensa, há anos, sobre melhoramentos que interessavam à classe agrícola. Convocou os lavradores abastados, sem distinção de credo político, organizou e deu estatutos à sociedade – Centro da Lavoura e Comércio de Japarutuba – que desapareceu com a sua retirada.

O Centro mandou editar em folheto o seu discurso pronunciado na sessão inaugural, distribuindo-o pela província em caráter de propaganda.

Era seu plano congregar todos os municípios e por meio de sociedades agrícolas, formar um centro de ação com o título “Confederação da Lavoura”, não conseguindo o seu intento.

O mesmo sucedeu em Própria em 1882, onde lançou as bases da Sociedade – Propagadora da Instrução Popular.

Consagrou-se desde 1877 à propaganda republicana que agitou com o maior vigor depois que se desligou do funcionalismo público. Assim o fez no “O Laranjeirense” onde desfraldou o programa republicano, estampando um artigo editorial, sob a epígrafe *República ou separação*.

Desaparecendo o “O Laranjeirense”, substituído pelo “O Republicano”, foi um dos seus redatores mais ativos e dos poucos que assinavam os próprios artigos. Ao mesmo tempo, secundado por Josino Menezes, redigia destemidamente a “Coluna Republicana” da “União Liberal” de Própria, a começar do número de 28 de junho de 1889, com o seu nome e responsabilidade exclusiva; a “Coluna Republicana” do “O Trabalho” de Pão de Açúcar, em Alagoas; colaborando ainda no “Gutenberg” de Maceió, onde fizera a campanha abolicionista.

Assim agindo na imprensa o mesmo fazia na tribuna popular em Penedo, onde vencendo dificuldades, fundou com o auxílio de Josino Menezes e outros, na maioria sergipanos, o “Centro Republicano”, dando-lhe estatutos e sendo seu orador. Ainda fez quatro conferências da série instituída pelo “Centro”, interrompendo-as com o advento da República. A sua última conferência teve por título *A oportunidade da República no Brasil*.

A 17 de novembro de 1889 o “Centro Republicano” de Penedo reuniu-se em sessão permanente, chamou a si o governo da cidade e procedeu à cerimônia da proclamação da República. Foi seu o discurso oficial dessa solenidade; orientou quase todas as medidas

tomadas pelo “Centro” para garantia da ordem e foi depois proclamar a República na Vila do Triunfo e harmonizar divergências políticas em S. Braz e Traipu.

Passando-se para Sergipe proclamou o novo regime em Vila Nova, Propriá, Curral de Pedras e Porto da Folha.

Na solenidade da proclamação da República em Propriá o Dr. Davino Nomísio apresentou uma moção que foi aprovada, indicando o seu nome para deputado à Constituinte Federal, tendo em vista os seus serviços prestados à causa republicana. Em fins de dezembro o “Centro Republicano” de Penedo incumbiu-o de ir a Maceió entender-se com o governador provisório, Pedro Paulino da Fonseca, a respeito da organização política do 5º Distrito.

Voltando da sua missão à capital de Alagoas, teve comunicação de ter sido nomeado Diretor da Biblioteca Pública de Aracaju, que ia ser fundada, trabalho que teve de organizar, desde o desencaixotamento dos livros.

Nomeada uma comissão para redigir o projeto da Constituição do Estado, não tendo sido contemplado, publicou no “O Republicano”, órgão oficial, um projeto que redigira em janeiro de 1890, o primeiro no seu gênero, sob o título *Esboço da Constituição Sergipana* (no “Republicano” de 19 a 28 de junho de 1890). Em agosto do ano seguinte, discordando da orientação política do Governador, aliás seu companheiro de propaganda, rompeu com ele, exonerando-se do lugar de Bibliotecário, dirigindo-lhe um ofício, que era a maior prova da sua altivez. Surgiu então na imprensa da capital com o seu jornal de combate – O Estado – em oposição decidida aos governos, representados pelo Coronel Vicente Ribeiro, e o da União, pelo Marechal Deodoro. Esta oposição trouxe-lhe a ameaça de deportação como sedicioso, o que foi evitado pela revolução de novembro, provocada pelo golpe de Estado. Intimado o “O Estado” a calar-se, resistiu sozinho, publicando no dia seguinte enérgico artigo sob o título *No mesmo tom*.

De vida efêmera o “O Estado” durou apenas três meses e meio, desaparecendo depois da vitória da revolução.

Em março de 1892 a junta governativa ofereceu-lhe a promotoria pública de Maruim, que exerceu até janeiro do ano seguinte, quando foi organizada definitivamente a Justiça do Estado.

Derrotado anteriormente como candidato avulso do partido “Democrata”, organizado em dezembro de 1890, foi seu nome indicado para uma vaga na Assembléia Legislativa, como candidato do partido que lhe era adverso, em 1893. Eleito, exerceu o mandato com independência, sendo reeleito para o biênio de 1894-1895.

Fez parte da Assembléia Legal, preterida de funcionar quando foi deposto o presidente José de Calasans.

Em 1893 exerceu na Bahia o lugar de redator dos debates da Câmara dos Deputados e no ano seguinte o de apanhador do resumo dos debates do Senado.

Depois de longa ausência, voltou a Sergipe em 1916, sendo a 5 de agosto deste ano designado pelo presidente do Estado General Oliveira Valadão para incumbir-se de aquisição e sistematização de todos os documentos de interesse para a questão de limites entre Sergipe e Bahia. A 19 de outubro do mesmo ano foi nomeado chefe da 3ª sessão da secretaria Geral do Estado, lugar de que se exonerou depois, consagrando-se à advocacia, por provisão de 17 de junho de 1919.

De 1877 em diante colaborou em quase todos os jornais liberais e neutros de Sergipe, em alguns de Alagoas; no “O País” do Rio, onde publicou em 1887 entre outros, o artigo “Martinho de Campos” a propósito do falecimento deste ilustre brasileiro; na “A Federação Brasileira” e no “O Partido Liberal Paulista”.

Publicou em 1882 no “O Orbe” de Maceió uma série de artigos sobre a origem das idéias e na “Gazeta do Penedo”, uma comédia em um ato, “Fiasco de um namorado”. Talento polímorfo é também uma das inteligências mais produtivas da terra sergipana. Pena é que a escassez de recursos e a sua própria insubmissão aos programas oficiais de ensino, lhe não

tenham permitido fazer um tirocínio completo de academia. Com uma cultura metodizada seria, não há negar, maior o seu valor como homem de letras.

Com grande pendor para os estudos que se relacionam com a nossa história, a eles se tem consagrado com raro esmero, e neste particular muito lhe está a dever o Estado. Poeta de reconhecido merecimento é também compositor bastante apreciado pelas excelentes peças musicais que tem produzido. Tem inéditos os seguintes trabalhos:

- *O Crime da rua Uruguaiana*: drama em 5 atos e um quadro.

- *Galeria sergipana*. Crônica das Assembléias de Sergipe, desde o antigo Conselho Geral de Província; A Poesia Sergipana; A Vítima da Sedução, drama de assunto sergipano, em 4 atos com gravuras, publicado no Almanaque Literário Sergipano, (1º ano), precedido da biografia do poeta Dr. Constantino José Gomes de Souza (vide este nome); as biografias de Tavares Bastos, José de Alencar, Visconde de Caravelas, Conselheiro Nabuco, Visconde de Pelotas, Conselheiro Zacarias, José de Saldanha da Gama, Fernandes de Barros, Sabino Olegário L. de Pinho, Carlos Gomes, Pedro Américo e por acabar a Geografia de Sergipe.

Redigiu:

- *O Estado*. Órgão dos interesses da lavoura, comércio e indústria. Aracaju, 1891. Publicação duas vezes por semana. O primeiro número saiu a 20 de agosto.

- *A Opinião*. Órgão dos interesses sociais. Benevente, Espírito Santo, 1909. Proprietário: Manoel Teixeira de Oliveira. Redator: F. A. De Carvalho Lima Júnior. Gerente: Álvaro Leão Barbosa. Publicação semanal nas quartas-feiras. O 1º número saiu a 20 de janeiro com 4 págs. e outras tantas colunas; o último é datado de 2 de janeiro de 1910.

- *O absolutismo da razão*. No “Jornal de Penedo” de 2 de junho de 1876.

- *Sodoma e Gomorra*: poemeto. No mesmo “Jornal”.

- *Estudos religiosos*. Dedicado ao Sr. M. Francisco de Oliveira, em sinal de profunda consideração. No “Jornal” de 20 de setembro de 1876.

- *Sonho*. No mesmo jornal de 15 do referido mês.

- *Instrução*. No “Órgão do Povo”, de Penedo de 22 de julho de 1877.

- *O absolutismo da razão*. Ao Ilmo. Sr. Manoel Francisco Alves de Oliveira. No “Jornal do Aracaju” de 20 de fevereiro de 1878.

- *Horrores da fome*. No “Eco Liberal”, Aracaju, de 28 de junho de 1878.

- *Vice-presidentes de Sergipe*: traços biográficos dos cidadãos nomeados para este cargo. No mesmo jornal de agosto de 1878, sob o pseudônimo de Pompeu.

- *Eleição direta*: série de artigos iniciados no “Eco Liberal” e continuada no Jornal de Sergipe, de 10 e 14 de dezembro de 1878 e 21 e 23 de janeiro de 1879.

- *As minas de prata de Robério Dias*. No “Jornal de Sergipe” de 8 de fevereiro de 1879.

- *O elemento servil em S. Paulo*. No “Diário Popular” de Aracaju, de 28 de fevereiro do mesmo ano.

- *Discurso fúnebre*, pronunciado em Vila Nova no dia 30 de maio de 1879, por ocasião de solenizar-se o sétimo dia do falecimento do coronel José Mateus da Graça Leite. No “Jornal Popular” de Aracaju, de 19 de junho seguinte.

- *Comunicado* à ilustrada redação do “Diário Popular” em prol do estabelecimento de escolas agrícolas. No mesmo “Diário” de 27 de agosto de 1879.

- *Morte e funeral do ilustre padre Manoel Joaquim da Silva e Oliveira*. No “Jornal de Sergipe”, de 7 de julho de 1880.

- *O Dr. Aprígio Guimarães*: ligeiros traços biográficos. No “Eco Liberal” de Aracaju, de 2 de outubro de 1880.

- *Discurso* pronunciado no dia 19 de dezembro de 1880 na cidade de Propriá por ocasião de discutir-se em Assembléia geral os estatutos da sociedade “Propagadora da Instrução Popular”. No mesmo jornal de 26 de janeiro de 1881.

- *II. Limpo de Abreu*: biografia. Idem de 21 de agosto do mesmo ano.

- *Traços biográficos de Tobias Barreto de Menezes*. Idem, a começar de 27 de agosto de 1881; terminou a 5 de novembro com intermitências.
- *A Imprensa no Brasil*. No “Sergipe” de Aracaju, de 2 de março de 1882.
- *Harmonias da Natureza*: poesia. No mesmo jornal de 2 de abril do mesmo ano.
- *A imprensa e a civilização*. Idem de 5 de abril do mesmo ano.
- *Inácio Brinquinho*: conto histórico. Idem de 28 de maio de 1882.
- *A escola*: carta a João Quintino dos Santos. Ainda no “Sergipe”, de Aracaju, de 18 de junho de 1882.
- *A Aurora*: poesia. No mesmo jornal de 4 de julho de 1882.
- *O caboclo Alexandre ou uma vítima inocente*: conto histórico. No mesmo jornal de 26 de julho de 1882.
- *A cultura do cacau em Sergipe*. No mesmo jornal de 6 e 10 de agosto de 1882.
- *O Conservador e a Gazeta*. No mesmo jornal de 30 de agosto de 1882.
- *O Serviço postal em Sergipe*. Idem, de 3 de setembro de 1882.
- *Ouve-me*: versos. No Jornal de Sergipe, de 15 de novembro de 1882.
- *Teus olhos*: versos. No mesmo jornal do mesmo dia.
- *Um banco hipotecário em Sergipe*. No “Sergipe”, de Aracaju, de 17, 21 e 26 de setembro de 1882.
- *Luiz Gama*. No mesmo jornal de 26 de setembro de 1882.
- *A Guerra e o trono*. Idem, de 30 do mesmo mês. Idem, de 4 de novembro de 1882.
- *O contrabando no Rio S. Francisco*. Na “Gazeta do Aracaju”, de 10, 17, 23 e 30 de novembro de 1882.
- *Um desprotegido na relação da Bahia*. No “Sergipe”, de Aracaju, de 30 de novembro de 1882.
- *A Federação Brasileira*. No mesmo jornal de 7 de dezembro de 1882.
- *O sistema do trabalho agrícola em Sergipe*. Idem, de 7 de dezembro de 1882.
- *Ao filólogo de Propriá*: resposta do pé da letra a uma crítica assinada por Mário na “Gazeta do Aracaju” de junho de 1883. No “O Guarany”, de Aracaju, de 18 e 31 de julho de 1883. Não prosseguiu.
- *O caráter* (ponto de filosofia). No mesmo jornal de 20 de setembro de 1883.
- *Província de Sergipe*: notícia histórica. Idem de 19 de outubro de 1883.
- *Filosofia*: opinião sustentada na sessão filosófica do Instituto Literário Penedense, de 3 de junho de 1882, ao discutir-se a questão da origem das idéias. Série de artigos. No “Jornal de Sergipe” de fevereiro e março de 1884.
- *Necessidades de Sergipe*. No “O Guarany”, de 30 de março, 6, 13 e 19 de abril de 1883, 29 de março e 2 de abril de 1884.
- *Duas constituições*. No “O Guarany” de 18 de abril de 1884.
- *Ao Exmo. Sr. Presidente e Chefe de Polícia da província* (sobre os costumes dos habitantes do Carrapicho). No “Jornal de Sergipe” de 22 de novembro de 1884.
- *Filosofia*. Opinião sustentada na sessão filosófica do Instituto Literário Penedense de 3 de junho de 1882, ao discutir-se a questão da origem das idéias. Série de artigos. No “Jornal de Sergipe” de fevereiro e março de 1884, terminada no nº de 6 deste último mês.
- *Eu e a Gazeta de Barbacena*. Idem, de 24 de abril do mesmo ano.
- *Discurso* proferido no paço da Câmara Municipal de Japaratuba por ocasião da instalação da sociedade “Centro da Lavoura e Comércio de Japaratuba”, no dia 27 de maio de 1887, 10 págs. in. 8º pq. Tip. da “Gazeta de Aracaju”. Publicado anteriormente na mesma “Gazeta” de 16 de abril seguinte.
- *Bittencourt Sampaio*. No “O Republicano” de 5 de maio de 1889.
- *A Revolução de Pernambuco em 1817*. No mesmo jornal de 19 e 26 de maio e 2 de junho de 1889.
- *Esboço da Constituição Sergipana*. Idem, de 19 a 28 de junho de 1890.

- *A Constituição Brasileira*: conferência republicana feita em junho de 1889 em Penedo. Idem, de 1, 2, 4 a 8 de julho de 1890.
- *A Lavoura em Sergipe*: conferência realizada no Aracaju a 13 de julho de 1890.
- *Mocidade e Velhice*: apelo aos sergipanos em prol do livro de José Maria Gomes de Souza. Na “Folha de Sergipe” de 11 de janeiro de 1891.
- *Ao congresso sergipano*: manifesto solicitando sufrágios eleitorais. No mesmo jornal de 25 de janeiro de 1891.
- *Almanaque Literário Sergipano para 1892*, ornado com a biografia do distinto sergipano Dr. Constantino José Gomes de Souza. 1º ano. Editores Guilherme Filho & C. Aracaju, 211 págs. in 8º gr. Não continuou.
- *Dr. Teófilo Fernandes dos Santos*, biografia. No “Sul de alagoas”, de Penedo, de 16 de junho de 1897.
- *O anel de pérolas azuis*: romance. Na “A Opinião”, de Benevente, de 19 de maio a 7 de novembro de 1909.
- *Bancos agrários*: série de 5 artigos. No mesmo jornal de 21 de novembro a 19 de dezembro do mesmo ano.
- *Pátria*. Tipografia Progresso. Porto (Portugal, 1909, 87 págs. in. 8º pq.
- *João Francisco dos Santos* (João Carpina). No “Diário da Manhã” de Aracaju, de 21 de janeiro de 1913.
- *Limites entre Sergipe e Bahia*: (Estado Histórico). No “O Estado de Sergipe”, de 14 a 21 de janeiro de 1913.
- *José Francisco da Silva Zuca*. A propósito da biografia deste artista publicada pelo Dr. Dionísio Eleutério de Menezes. No mesmo jornal de 8 de fevereiro de 1914.
- *Ver, ouvir e sentir*. No mesmo jornal de 10 de janeiro de 1915.
- *Parábolas* (tradução de Charles André). O diamante bruto. Idem, de 14 do mesmo mês.
- *Inácio Joaquim Barbosa*, ao “Diário da Manhã” (a propósito de um artigo publicado no “Jornal do Povo”. Idem de 18 de fevereiro de 1915.
- *Manual da Terapêutica da Flora Brasileira*. 1915.
- *O cristianismo ou o culto alegórico do sol*, tradução das Ruínas de Volney do original francês. Idem de 27 de fevereiro de 1915.
- *Mais um busto no Instituto Histórico. Quem o merece*. Idem de 27 de novembro de 1915. Transcrito no “O Estado de Sergipe”, do dia seguinte.
- *A propósito da Mensagem Presidencial do General Valadão*. Idem, de 12 a 29 de dezembro de 1915. Publicado depois em folheto, 46 págs. in. 8º. Aracaju, 1916. Tip. do “Diário da Manhã”.
- *Padre José Alves Pitangueira, 1812-1858*. No “Diário da Manhã”, de Aracaju, de 30 de janeiro de 1916.
- *A Estatística em Sergipe*. No mesmo jornal de 11, 12 e 14 de março de 1916.
- *Asma e sua cura pela flora brasileira*. (Ao povo). Idem de 15 e 16 de abril de 1916.
- *Ao Diário da Manhã*. (Descrição de viagem as cabeceiras do Xingó). No “Diário da Manhã”, de 18 de outubro de 1916.
- *Ainda a estatística em Sergipe*. Idem de 21 de julho de 1916.
- *Chapa*. Idem, de 22 de julho de 1916.
- *Estatística da exportação*. Idem de 9 de agosto de 1916.
- *A propósito da futura Mensagem presidencial do General Valadão*. Idem de 20 de agosto de 1916.
- *O terror da estatística*. Idem de 22 de agosto de 1916.
- *Gumercindo Bessa*. Idem, de 24 de agosto de 1916.
- *A lavoura e a estatística*. Idem de 26 de agosto de 1916.
- *O monumento Inácio Barbosa*. No “O Imparcial”, de 3 de setembro de 1916.

- *A Velha questão de limites Sergipe-Bahia* (Santa Brígida, em Geremoabo). No mesmo jornal de 4 de abril de 1917. Transcrito da “A Tarde” da Bahia de 29 de março anterior. Saiu também no “Estado de Sergipe” de 10 de abril do mesmo ano e no “Jornal do Povo” do dia 9.
- *Os sergipanos na Bahia*. No “Diário da Manhã”, de 28 de abril de 1917.
- *Carta ao Diário da Manhã*. O Barão Homem de Melo de volta de Sergipe. No mesmo jornal de 30 de abril de 1917.
- *O Caso Bahia-Sergipe*. Carta dirigida a “A Tarde”, da Bahia e na mesma publicada na edição de 1º de maio de 1917.
- *Rio Real e suas nascentes*. No “Diário da Manhã” de Aracaju, de 22 e 23 de maio de 1917.
- *Alguns apontamentos biográficos de sergipanos*. Idem de 1 a 15 de agosto de 1917.
- *Sonho rosco*: aquarela (sem o emprego da letra “A”). No mesmo jornal de 4 de agosto de 1917.
- *Aquarela – Pombos no Pombal* (sem a letra “E”). Idem de 10 de agosto de 1917.
- *Alguns apontamentos para a história da propaganda republicana em Alagoas*. Idem de 18 a 31 de agosto de 1917. Com intermitências.
- *Seminaristas que não se ordenaram*. Idem de 24 de agosto de 1917.
- *Aquarela – Paraíso do amor*. Idem de 26 de agosto de 1917.
- *Aquarela – A mariposa*. Idem de 2 de setembro de 1917.
- *Aquarela – Aquarela*. As verdadeiras rosas. Idem de 16 de setembro de 1917.
- *Modernização de Aracaju* (um programa de administração municipal). Idem de 22, 25 e 28 de setembro de 1917.
- *Aquarela. Banhos de igreja* (sem a letra “I”). No “Diário da Manhã”, de Aracaju de 30 de setembro de 1917. Este artigo foi reproduzido no mesmo jornal de 2 de outubro seguinte por ter saído com incorreções.
- *A propaganda da flora brasileira pelo Dr. J. R. Monteiro da Silva*. No mesmo jornal de 3 a 6 de outubro de 1917.
- *Aquarela. Uma noite no Melpomene*. Idem, de 7 de outubro de 1917.
- *Aquarela. Um casal de periquitos*. Idem de 14 de outubro de 1917.
- *Pensamentos. O amor e a mulher*. Idem de 21 de outubro de 1917.
- *Máximas e pensamentos* (continuação do trabalho precedente). Idem de 4 de novembro de 1917.
- *A propaganda republicana em Sergipe*. Idem de 15 de fevereiro a 22 de março de 1918 com intermitências.
- *Frei José de Santa Cecília*. No “O Imparcial!”, de Aracaju, de 19 a 26 de agosto de 1918, com intermitências.
- *Pó dos arquivos: receita e despesa da Câmara Municipal da Vila Leal d’El-Rey de Propriá, desde seus princípios (1802 a 1830)*. No “O Imparcial” de 11 de setembro de 1918.
- *Pó dos arquivos: apontamentos para a história de Sergipe: capelas filiais das matrizes de Santo Amaro das Brotas, Divina Pastora e Socorro*. No mesmo jornal de 14 de setembro de 1918.
- *Panteão sergipano*. Padre Manuel Joaquim da Silva e Oliveira, idem de 23 de setembro de 1918.
- *Pó dos arquivos. Criação em aberto*. Idem de 25 de setembro de 1918.
- *Pó dos arquivos. Coisas que se fizeram e hoje são menoscabadas*. Idem de 3 de outubro de 1918. Reproduzido no jornal de 4.
- *Pó dos arquivos. Trajes seculares imorais*. Idem de 17 de outubro de 1918.
- *Pó dos arquivos. O preço da saúde no passado em Sergipe*. Idem de 19 de outubro de 1918.
- *Pó dos arquivos. Moeda falsa*. Idem de 22 de outubro de 1918.

- *Manoel Valadão* (reminiscências). Idem de 23 de outubro de 1918. Foi transcrito no “O Estado de Sergipe”, de 29.
- *Pó dos arquivos*. A patente de Belchior Dias e a Guarda Nacional. No “O Imparcial” de Aracaju, de 29 de outubro de 1918.
- *Pó dos arquivos*. Serviço militar. No mesmo jornal de 31 de outubro de 1918.
- *Pó dos arquivos*. Serviço militar. Idem de 5 de novembro de 1918.
- *O acaso da barbárie moderna*. Idem de 6 de novembro de 1918.
- *Pó dos arquivos*. O Rendimento de uma pataca por mês. Idem de 7 de novembro de 1918.
- *A obra de Nicolau II na história*. Idem de 12 de novembro de 1918. Este artigo foi reproduzido no número de 17 de dezembro de 1918. O seu título era Guilherme II e não Nicolau II.
- *História dos limites entre Sergipe e Bahia*: estudo de litígio interestadual autorizado pelo Exmo. General Manuel P. de Oliveira Valadão, Presidente do Estado. Aracaju, 1918. Imprensa Oficial. 681 págs. in. 8°. Traz 9 mapas intercalados no texto e uma errata no fim.
- *As rendas municipais de Vila Nova em 1833*. O que foi a vila, o que é a cidade, No “Diário da Manhã”, de Aracaju, de 17 de agosto de 1919.
- *Bento José de Oliveira*. (Famoso sargento-mor de Sergipe): crônica do século XVIII. No “Correio de Aracaju” de 29 de agosto a 9 de setembro de 1920.
- *Data de morte: 01 de fevereiro de 1929, no Rio de Janeiro (RJ)*.

Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior – Filho do bacharel do mesmo nome, barbaramente trucidado em 1893 na capital de Santa Catarina pelas tropas florianistas, e D. Maria Emília Vieira Caldas, distinta sergipana de aprimorada educação intelectual, nasceu a 13 de dezembro de 1868 no sítio Porteiros, município de Vila Nova, e faleceu em Porto Alegre a 9 de abril de 1913. Aos dois anos de idade ausentou-se de Sergipe em companhia da família, por ter sido o seu progenitor nomeado juiz municipal do termo de Santo Antonio da Patrulha, no Rio Grande do Sul. Naquela vila iniciou os seus primeiros estudos, indo terminá-los na capital daquela antiga província, no “Ginásio S. Pedro”, dirigido pelo Doutor Aurélio Benigno de Castilho.

Atraído por natural predisposição para a vida da Imprensa, entrou aos 17 anos, a convite do coronel Norberto Antonio Vasques, para a “Reforma”, onde pela sua competência soube elevar-se facilmente de simples revisor e noticiarista a redator da extinta folha, que fora outrora órgão do partido chefiado pelo conselheiro Gaspar da Silveira Martins. Na sua longa e brilhante carreira de periodista, tão fecunda em obras meritórias, teve a glória de ser reputado o fundador da imprensa moderna no Rio Grande do Sul e o príncipe dos seus jornalistas. Cooperador infatigável do progresso e civilização da terra gaúcha, em constante labutar de verdadeiro servidor do bem público, reunia aos raros dotes de inteligência estimáveis qualidades de coração, sempre inclinado ao sentimento da caridade, um dos traços distintivos do seu nobre caráter. Prosador e poeta, cultivou com muito sucesso o gênero humorístico, publicando na “Reforma”, sob o pseudônimo de *Tenório*, os “Rabiscos”, seção de versos, que foram então muito apreciados. Também escreveu as “Cartas Gaúchas”, em prosa, ainda hoje lembradas pelos seus admiradores. Foi um dos 25 fundadores da “Academia Rio Grandense de Letras”, criada em 1901 e instalada no salão de honra do “Clube do Comércio de Porto Alegre” em 10 de maio de 1902. Digno é de mencionar de modo especial o fato altamente significativo de constituir o autor a honrosa exceção de ser o único membro da Academia não nascido no Rio Grande do Sul. Meses após a sua morte foi inaugurada na praça 15 de Novembro de Porto Alegre a herma do emérito jornalista e ainda em honra à sua memória os empregados do “Correio do Povo” instalaram a “Sociedade Beneficente Caldas Júnior”.

Escreveu:

– *Sobre a Mensagem*: artigos publicados no “Correio do Povo” e editados em opúsculo. Porto Alegre, 1904, 88 págs. in. 8º pq.

Redigiu:

– *Reforma*: órgão do partido liberal. Porto Alegre, 1888-1891. Com Carlos Koseritz, conselheiro Antonio Eleutério de Camargo, doutor Adriano Nunes Ribeiro e outros.

– *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 1891-1895. Com Achiles Porto Alegre e Aurélio Bittencourt. Fundou e dirigiu como redator chefe:

– *Correio do Povo*: publicação diária com 8 páginas, impresso em máquina de reação Marinoni. Porto Alegre, 1895. O 1º número saiu a 1º de outubro daquele ano. De pequeno que era, tomou depois maiores proporções, tornando-se o jornal de mais larga circulação em todo o Estado. Não desapareceu com a morte do seu fundador. São produções de seu estro poético os sonetos seguintes:

REGRESSANDO

Voltas. E voltas rindo, e vens chorando,
como avesita que por mar em fora
tentasse achar ninho melhor, mais brando,
e ao seu regresso, e ao vê-lo, ri-se e chora.

Saíste sem destino, a-toa, quando
a noitada fatal, desoladora,
da ingratidão te pôde ir arrastando
para longe de mim bela traidora.

Voltas. E ris e choras... Mas, te abrases
embora em toda a luz do mundo inteiro,
hás de ser sempre a mesma fermentida.

Voltas. Encantos trazes, mas não trazes
o teu primeiro amor, que o amor primeiro.
vive uma vez somente em toda a vida.

PELOS BABADOS

Quando eu te conheci – fato recente –
Inda não eras moça; o teu vestido
não ia além do cano reluzente
do borzeguim de salto retorcido.

Respiravas ainda, ingenuamente,
os eflúvios de um sonho indefinido,
banhado pela luz fosforescente
de outro viver mais leve e irrefletivo.

Nesse tempo feliz – porque é passado –
num doce olhar amigo e descuidado,
eu te fitava o rosto encantador.

E mal pensava que o vestido ousado
quanto mais abaixasse o seu babado,

mais fazia subir o meu amor.

Estes sonetos fazem parte do livro sob o título:

– Versos escolhidos de Caldas Júnior. Porto Alegre, 1913, 115 págs. in. 8º pq. Empresa Gráfica da “Kodak”. É uma edição póstuma mandada imprimir por um grupo de amigos e prefaciada pelo poeta Zeferino Brasil.

Francisco Avelino da Cruz – Nascido em São Cristóvão a 3 de maio de 1848, faleceu no Aracaju, a 10 de fevereiro de 1914. De origem modesta e filho de pais pobres, não teve a fortuna de conhecer o autor dos seus dias. Muito criança, seguiu, em companhia de sua progenitora, Maria da Conceição, para Laranjeiras, onde desenvolveu o seu talento artístico, recebendo lições de música do maestro Manoel Bahiense. Em 1865 verificou praça como músico do corpo policial de Sergipe de cuja banda foi mestre e regente por muitos anos, tendo-se reformado a 15 de abril de 1890.

Seus instrumentos prediletos foram o trombone e a flauta. Dos compositores sergipanos foi dos que mais produziram, sendo filhas da sua inspiração as seguintes composições:

- Isaura: sinfonia.
- Cândida: Idem.
- Missa da Conceição de Maria. Op. 1ª música sacra.
- *Asperges*: idem.
- *Tantum ergo*: Idem.
- *Tota pulchra*: Idem.
- *Credo*: idem. -
- *Ave Maria*: Idem.
- *Homenagem*: Marcha festiva.
- *Número 1*: Marcha fúnebre.
- *Pêsames*: Idem.
- *Lágrimas*: Idem.
- *Pesar*: Idem.
- *Glorinha Newton*: valsa.
- *Marieta*: valsa.
- *Elphidia*: valsa.
- *União dos Despachantes*: valsa.
- *Lua de Mel*: valsa.
- *Elza*: valsa.
- *Quebra Machoca*: tango.
- *Zé Pereira*: tango.
- *O Diabo atrás da porta*: quadrilha.
- *Terpsichore*: quadrilha.
- *Filhos de Baccho*: polka.
- *Petrina*: polka.
- *Cordovina*: polka.
- *Esther Regis*: polka.
- *Edith*: polka.
- *Alvíssaras*: polka.
- *Chiquinha Espinheira*: polka.
- *Rizó*: polka.
- *Lydionor*: polka.
- *Um sorriso*: polka.
- *Um beijo a meia noite*: polka.

- *Emília*: polka.
- *Parabéns*: polka.
- *15 de Junho*: dobrado.
- *Cruzeiro*: dobrado.
- *Delícias do Alto*: dobrado
- *Boca de Fogo*: dobrado.
- *Século 19*: dobrado.
- *Pensador*: dobrado.
- *Eco da Imprensa*: dobrado. Aracaju, 1886. Em homenagem á classe tipográfica.
- *Apolo*: valsa.
- *Pedro de Alcântara*: valsa.
- *Felisbello Freire*: valsa.
- *Licurgo de Albuquerque*: valsa.
- *Solo Estanciano*: valsa.
- *Festival*: valsa.
- *Preito ao mérito*: valsa.
- *Homenagem ao Pe. Freire*: valsa.
- *Uma das artes*: valsa.
- *Roque de Pina*: valsa.
- *Câmbio*: valsa.
- *Destino*: valsa.
- *Descrido*: valsa.
- *Juca Teixeira*: valsa.
- *Coronel Garcez*: valsa.
- *Foliões Carnavalescos*: valsa.
- *Teixeira Fontes*: valsa.
- *Major Ribeiro*: valsa.
- *Gratidão ao Pe. Florêncio*: valsa.
- *Rendição de Porto Arthur*: valsa.
- *Grêmio Escolar*: valsa.
- *Sons da Lira*: valsa.
- *O Estado de Sergipe*: valsa.
- *Caxico*: valsa.
- *Lar doméstico*: valsa.
- *Felinto Silva*: valsa.
- *Caçadores*: valsa.
- *1º de Maio*: valsa.
- *O Jovem João Mota*: valsa.
- *Moreira Guimarães*: valsa. Aracaju, 1912.

Francisco de Barros Pimentel Franco, Doutor – Filho de outro de igual nome e D. Maria dos Santos Franco, nasceu a 6 de novembro de 1879 no engenho Palmeira, município de Laranjeiras, e faleceu em Aracaju a 24 de abril de 1922, tendo sido o seu corpo inhumado no mesmo dia no cemitério do Bomfim da cidade de Laranjeiras. Coursou humanidades e as ciências médicas na capital da Bahia, tendo colado o grau de doutor em 14 de dezembro de 1904. Na mesma Faculdade já se havia formado em 1898 em farmácia e em odontologia. Quando acadêmico foi interno de clínica oftalmológica da Faculdade auxiliar do Hospital de Santa Isabel e sócio do Grêmio dos Internos. Como policlínico praticou a medicina em Propriá, 1905-1906. Laranjeiras e Aracaju, limitando-se por fim aos casos restritos de oculista, de que se tornou especialista. No Aracaju, foi diretor de higiene, de que pediu exoneração em setembro de 1911, médico do hospital de caridade desde 1 de abril de 1909,

diretor da Assistência Pública por decreto de 3 de janeiro de 1918 e membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe. Desempenhou diversas comissões por delegação do Governo do Estado, e escreveu:

– *Das coroidites*: dissertação, dividida em quatro partes. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 25 de outubro de 1904 para ser defendida a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1904, 97 págs. in. 8º. Oficinas Tipográficas de Tosta & C.

– *Relatório* apresentado a 6 de agosto de 1907 ao Sr. Desembargador Presidente do Estado de Sergipe, Guilherme de Souza Campos, pelo Inspetor de Higiene... Apenso à Mensagem de 7 de setembro de 1907.

– *Relatório* apresentado a 6 de agosto de 1908 ao Exmo. Desembargador Guilherme de Souza Campos, Presidente do Estado, por..., Inspetor de Higiene. No “O Estado de Sergipe” de 20 a 23 de setembro seguinte e no vol. publicado sob o título *Relatórios apresentados ao Exmo. Desembargador Guilherme de Souza Campos em agosto de 1908*. 20 págs. in. 8º pg.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Presidente do Estado pelo Doutor Inspetor de Higiene Pública, em 12 de agosto de 1910. Aracaju, 1910, 12 págs. in. 8º pg., com os Anexos. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *Relatório* apresentado a 17 de agosto de 1911 ao Ilmo. Ex. Sr. Doutor José Rodrigues da Costa Dória pelo Inspetor de Higiene. Inédito. No arquivo da Secretaria do Governo.

– *Relatório* apresentado em 19 de julho de 1918 ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Governo do Estado de Sergipe pelo diretor da Assistência Pública. Aracaju, 1919, 15 págs. in. 8º pg. Imprensa Oficial.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. coronel José Joaquim Pereira Lobo, D.D. Presidente do Estado, a 8 de julho de 1921 pelo Dr..., em comissão na vila de Divina Pastora. No “Diário Oficial do Estado de Sergipe” de 14 do mesmo mês.

Francisco Barbosa Cardoso, Doutor – Filho de outro do mesmo nome e D. Maria Miquelina Cardoso, nasceu a 12 de dezembro de 1856 em Maruim e faleceu a 16 de junho de 1919 na Capital Federal. Fez seus estudos secundários e superiores na Bahia, graduando-se doutor em medicina a 23 de dezembro de 1885. Em Belmonte, cidade da Bahia, encetou a clínica e foi delegado de higiene, retirando-se passados três anos para a capital daquele Estado, onde continuou a clinicar durante cinco anos. Dali dirigiu-se para seu Estado, em cuja capital ocupou os cargos de inspetor de higiene, nomeado a 1º de março de 1895, e de membro do Conselho Superior da Instrução Pública em agosto seguinte. Em 1896 partiu para S. Paulo, tendo percorrido Limeira, Santa Eudóxia e Pirassununga no exercício da sua profissão. Em Limeira foi médico da companhia de seguros “Sul América” e inspetor de higiene municipal e em Pirassununga médico da mesma companhia, da Amazônia e provedor da Santa Casa. Dessa última cidade mudou-se para o Rio de Janeiro, ponto terminal da sua atividade profissional e onde acumulou os cargos de médico do Instituto Policlínico e da Caixa Mortuária do Monte do Socorro.

Escreveu:

– Discurso lido na noite de 22 de agosto de 1884 pelo quintanista de medicina, orador da Comissão de sergipanos, residentes na Bahia, ao ter-se de colocar no salão nobre do teatro São João o quadro a óleo Ceci e Peri, de Horácio Hora, oferecido pela colônia sergipana à província da Bahia.

– *Arsenicais, sua história, ação fisiológica e terapêutica*: dissertação. Proposição. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Tese para o doutorado em medicina apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de setembro de 1885. Bahia, 1885, 25 págs. in. 8º. Lito-Tipo. Ligouri Miranda & C.

Francisco Camerino, O Voluntário-paisano – Filho legitimado do cônego Antonio Luiz de Azevedo e D. Jacinta Clotilde do Amor Divino, nasceu a 21 de agosto de 1841 no engenho Palmeira, município da Estância, e faleceu a 22 de setembro de 1866 em frente à fortaleza de Curupaiti, na república do Paraguai. Dos 10 aos 14 anos de idade freqüentou na Estância as aulas do ensino primário e parte do secundário, regidas pelo professor Florentino Teles de Menezes, cujas lições interrompeu à falta dos imprescindíveis recursos para continuar nos estudos. Suas precárias condições de pobreza obrigaram-lhe a separar-se da família, partindo a 20 de fevereiro de 1855 para a capital da Bahia, em busca de trabalho remunerador, que dificilmente encontraria na terra natal. Inteligente e ativo fez ali rápido progresso como auxiliar do comércio, devendo às suas provadas aptidões ser em breve admitido como guarda-livros de acreditado estabelecimento comercial. Quando em 1865 o Brasil, sentindo-se ultrajado pelo Paraguai, teve de incitar o patriotismo de seus filhos para desagrar-se da afronta recebida, o bravo estanciano decidido a marchar para a guerra, incorporou-se ao batalhão de sua terra, na passagem pela Bahia, partindo para o campo da honra, onde lhe estava reservada morte gloriosa, combatendo em defesa da pátria. Ligado à sorte do corpo militar a que se agregou como simples soldado particular, fora da fileira, marchou para o Sul em demanda das hostes inimigas. Invadido o território paraguaio pelo 2º Corpo do Exército, sob o comando do barão de Porto Alegre, chocaram-se as forças beligerantes em Curuzu a 2 de setembro de 1866 e nesse primeiro encontro com o inimigo o voluntário paisano portou-se com heróica coragem, combatendo ao lado do batalhão sergipano.

Prosseguindo na sua marcha vitoriosa, Porto-Alegre, animado pelo feito d'armas de Curuzu, enfrentou a 22 do mesmo mês a formidável fortaleza de Curupaiti e se decidiu atacá-la. Sem mediar tempo entre a arrojada resolução e a ordem de preparar para combate, dada a voz de assalto, o Exército moveu-se como um só homem, travou-se a luta; os nossos soldados investiram contra as trincheiras da mole sinistra indiferentes à chuva de balas que sibilavam por sobre suas cabeças. De momento, após meia hora de combate, o bravo de Curuzu, ao transpor intrepidamente o primeiro entrincheiramento, é atingido por um estilhaço de granada, que lhe dilacerou as carnes, produzindo horríveis ferimentos. Conduzido para o hospital de sangue com as apófises espinhais das vértebras dorsais e lombais inteiramente descobertas, foi de causar pasmo a serenidade de rosto com que resistiu ao completo esfacelamento do seu corpo. Estendido sobre a mesa das operações cirúrgicas, não permitiu ser cloroformizado no momento de fazer-se a amputação de ambos os braços, enquanto as energias do seu espírito forte já fossem a pouco e pouco desfalecendo ante a intensidade de tantas dores mortais. Com a alma depurada no crisol do sofrimento, o mártir da pátria, sentindo aproximar-se a hora suprema de desprender-se da vida, volveu o olhar para o quadro desolador dos imolados à sanha da guerra e com a calma dos estóicos e voz rítmica recitou a conhecida estrofe do poema. “D. Jaime”, de Thomaz Ribeiro:

“Ou morre o homem na lida,
Feliz, coberto de glória;
Ou surge o homem com vida,
Mostrando em cada ferida
O hino de uma vitória.”

E assim terminou o poema da sua curta mas gloriosa existência oferecida com heróico desprendimento em holocausto à terra sagrada do berço. Figura cavalheiresca, de porte altivo e invejável destaque no meio das forças de terra calculadas em cerca de 136.800 homens enviados ao Paraguai, o soldado paisano, único no seu grandioso papel de livre atirador, personificou no teatro da guerra todo o patriotismo brasileiro no mais alto grau de sua sublime

grandeza. A história pela pena de ilustres escritores imortalizou o seu nome, inscrevendo-o nas suas páginas de ouro. Entre eles prestou à memória do herói um preito de rigorosa justiça, José Artur Montenegro, nos seguintes termos extraídos do seu livro “Fragmentos Históricos”:

“Patriota exaltado, sentiu fundo a afronta paraguaia e, tomando lugar entre os primeiros cidadãos que gruparam-se em torno do pendão nacional para desafronta da pátria, correu à fronteira com esses abnegados heróis, hoje olvidados pela geração moderna, que a inspiração do gabinete Furtado chamou “Voluntários da Pátria”. Exemplo único nos anais da porfiada campanha, não se alistou em corpo algum; cumpriu alevantado dever cívico, sem entregar os pulsos à pesada cadeia disciplinar. Nada percebia dos cofres públicos: os alimentos e a própria munição que gastava nos combates adquiria com os recursos próprios de sua modesta bolsa. Armado de magnífica carabina, atirando com rara perícia, entrava em fogo na frente do 8º de Voluntários, entusiasmando a soldadesca com o exemplo e com a palavra inspirada do gênio. Ao lado daquele moço de 23 anos, imberbe quase, figura extremamente bela, simpática, insinuante, que batia-se com valor admirável, que afrontava os perigos com estóica abnegação, os fracos criavam brio, os covardes retemperavam-se, dando razão ao poeta:

“Medo tem toda a gente,
Saber disfarçar é ser valente.”

Como o autor citado, outros afirmaram ter sido o Bayard sergipano, poeta distinto de ardente imaginação. Há nesta asserção um puro engano, completo erro de apreciação. É certo que ele era apaixonado pela poesia, mas não consta que em tempo algum tivesse composto versos. Foram seus historiadores, além do Montenegro, Severiano Cardoso, Pedro de Calasans, Alberto. Deodato (vide estes 3 nomes), Virgílio Cardoso de Oliveira, Marechal José Bernardino Borman, etc. Em homenagem à sua memória foi inaugurado solenemente a 24 de outubro de 1922 o seu retrato no quartel do 2º Regimento de Infantaria na Vila Militar, estacionado na Capital Federal.

Escreveu:

– *Cartas aos meus irmãos*. 1866. Vem uma delas transcrita no folheto “Traços biográficos”, por Severiano Cardoso, e no “Ensaio biográfico”, por Alberto Deodato.

Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, Bacharel – Filho do ilustre pernambucano Dr Luis José Carneiro de Souza Lacerda e D. Adelinda Nobre de Lacerda, nasceu no engenho S. Pedro, município de Laranjeiras, a 12 de maio de 1869. Feitos os primeiros estudos na cidade de Laranjeiras sucessivamente com os professores Justino Gomes e D. Clementina Santos, seguiu para o Recife aos 12 anos de idade para a companhia de seu tio paterno, Dr. José Maria Carneiro de Albuquerque Lacerda, por ter perdido nessa idade o seu progenitor.

Ali matriculou-se no “Ginásio Pernambucano”, dirigido pelo então cônego Joaquim Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque, hoje cardeal e arcebispo do Rio de Janeiro. Oito meses depois passou-se para o colégio “Dois de Dezembro”, dirigido pelo Dr. José Bandeira de Melo e mais tarde para o “Internato e Externato Pernambucano”, dirigido pelo professor Manoel Alves Viana, aí concluindo os estudos exigidos para a matrícula no curso jurídico. Em 1886 matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, onde fez todo o curso, recebendo o grau de bacharel em maio de 1891. Cursava ainda o 4º ano quando foi nomeado promotor público da comarca de Maruim, por ato de 15 de agosto de 1890.

A 16 de maio de 1891 foi nomeado juiz municipal da comarca de Aracaju, cargo de que tomou posse a 16 de junho seguinte. No exercício dessa judicatura esteve por vezes servindo como juiz de direito interino da comarca.

Na organização da justiça estadual em 1891 foi nomeado juiz de direito da comarca de Gararu, por decreto de 10 de novembro. Nesse mesmo mês sobreveio o contragolpe de

Estado, em consequência do qual foi dissolvida a magistratura organizada de acordo com a Constituição estadual de junho de 1891, pelo que perdeu essa judicatura.

Em 31 de dezembro de 1892 foi nomeado procurador fiscal do Tesouro do Estado, cargo que exerceu até 9 de outubro de 1894, data em que foi exonerado.

Por decreto de 10 de junho de 1895 foi nomeado gerente da Caixa Econômica de Aracaju, cargo em que esteve de 13 de julho desse ano a 9 de julho de 1890, quando obteve exoneração. Em 1896 foi nomeado secretário da Prefeitura Municipal do Recife, obtendo em 1897, mediante concurso, o cargo de Juiz de Direito da comarca de Águas Belas, no referido Estado nortista. Exerceu essa judicatura até dezembro de 1901, quando, por decreto de 30 de novembro foi nomeado juiz federal do Estado de Sergipe, tomando posse a 31 de dezembro seguinte. Ainda exerce (1924) esse elevado cargo na magistratura federal. O Dr. Nobre de Lacerda serviu também como fiscal de exames junto ao Ateneu Sergipense no primeiro lustro da vida republicana.

Foi correspondente dos grandes diários cariocas “Gazeta de Notícias”, “Jornal do Brasil”, “Jornal do Comércio”.

Poeta de afinado gosto tem produzido belas jóias da poesia indígena. Vai a seguir um dos seus artísticos sonetos:

NO MEU ÁLBUM

(AO COMPLETAR 50 ANOS)

Cinqüenta anos! Foi longa a travessia
E acidentada a estrada percorrida!
Cinqüenta anos de vida não vivida,
Que mais não foi tão hípida agonia!

Mas contudo, na aspérrima subida
Dessa ingrata e combusta penedia,
Meu coração, seguro na Investida,
Jamais perdeu a heróica rebeldia...

Porque no coração da gente forte,
Por mais contrária que lhe seja a sorte,
Visos não entram de sabor doentio...

Que o temor é partilha do covarde.
E o coração que vibra e sente e arde
É arca santa de civismo e brio.

Foi sócio fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Aracaju, da Liga Sergipana Contra o Analfabetismo e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de que ainda faz parte. É Vice-diretor e lente catedrático de direito administrativo da Faculdade Livre de Direito Tobias Barreto, recentemente fundada em Aracaju, tendo estado na diretoria interina desde a instalação da Secretaria da mesma Faculdade.

Possuindo grande vocação para o jornalismo a ele tem dispensado parte de sua atividade intelectual desde os tempos acadêmicos. Assim é que redigiu com outros “O Correio”, de Recife em 1888, “Folha de Sergipe”, em sua primeira fase, de 1894 a 1895, e na segunda até 1911 e por algum tempo o “Jornal do Povo”, de Aracaju. Tem colaborado em quase todos os jornais de Aracaju, nomeadamente “O Município”, 1893; “O Estado de Sergipe” e “Correio de Aracaju”.

Na imprensa tem usado os pseudônimos “Placar”, “Diavolino”, Petrônio”, “Manoel Rômulo” e “Anthunio de Serigy”, os dois últimos na “Folha de Sergipe” e no “Jornal do Povo”.

Escreveu:

– *A Década Republicana em Sergipe*: estudo histórico e crítico dos acontecimentos políticos ocorridos no Estado no decênio de 1890 a 1900. Aracaju, 1906, 207 págs. in. 12°. Tip. do “O Estado de Sergipe. Editor Antonio Xavier de Assis. Este trabalho foi divulgado anteriormente no “O Estado de Sergipe” de 14 de abril a 13 de junho de 1905.

– *Lanças e Troféus*: poesias. Ocupa as páginas 1 a 36 do opúsculo “Evangeliários” em que saiu também uma tradução do “Cântico dos Cânticos”, poema hebreu por Salomão, feita pelo Dr. Prado Sampaio. Aracaju, 1908, Tipografia Comercial. Formato in. 8°, col. estreita.

– *Discurso* proferido no dia 14 de julho de 1914, como orador oficial na inauguração do novo edifício da Biblioteca Pública. No “Diário da Manhã”, de 17 do mesmo mês.

– Pedro de Calazans: principais fatores de sua formação: teoria de Ribot; o crítico; o jurista e o poeta; sua principal feição literária; conferência realizada a 26 de fevereiro de 1915 no salão da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe. No “O Estado de Sergipe de 3 a 6 de março seguinte.

– *Rumo ao passado nos domínios do direito*. No “Jornal de Notícias” de Aracaju, da 1 a 6 de dezembro de 1915.

– *Às Quintas*: crônicas assinadas com o pseudônimo de *Gil do Norte*. Jornal do Povo, de 3 de junho de 1916 em diante.

– *Discurso* oficial proferido a 26 de julho de 1916 por ocasião de ser inaugurada a estátua de Monsenhor Olímpio de Souza Campos. No Jornal do Povo do dia seguinte.

– *O Caso do Vênus*: sentença. No mesmo jornal de 26 de dezembro de 1916.

– *Diário de Chica Chaves*: crônicas humorísticas assinadas com o pseudônimo de Antonio de Serigy. No mesmo jornal de 2 de maio de 1917 em diante.

– *Sentença* proferida nos autos da ação intentada contra a Fazenda do Estado pelo Dr. Joaquim Martins Fontes da Silva. No mesmo jornal de 23 de agosto de 1917.

– *Olavo Bilac*. Assinado com o pseudônimo de Arthunio de Serigy. No mesmo jornal de 7 de janeiro de 1918.

– *Sentença* proferida nos autos da ação de reivindicação intentada pelo Desembargador Gonçalo de Aguiar Boto de Menezes contra Felício Dias de Melo e sua mulher, situados nos terrenos do “Saco do Congo”, termo de Aquidabã. No Correio de Aracaju, de 12 de julho de 1918.

– *Organização política e administrativa*; finanças e serviços públicos culturais, especialmente educativos. No Estado de Sergipe de 20 de julho de 1918 e no Jornal do Povo de 23 e 26 do mesmo mês.

– *Discurso* proferido na instalação do Instituto Aracajuano Protetor da Infância a 22 de novembro de 1918. No Jornal do Povo, de 23 de dezembro de 1918.

– *João Alfredo*. No Jornal do Povo, de 8 de março de 1919.

– Evocação a propósito do Centenário da Emancipação Administrativa de Sergipe – 1820-1920. 77 págs. in. 8°. Aracaju, 1920. Composto e impresso no “estabelecimento Gráfico” de F. Sampaio & C., Aracaju.

– *Um jurista sergipano*. É um estudo sobre Gumerindo Bessa e suas obras. Na revista da Capital Federal “O Norte”, de 8 a 22 de abril de 1920. Transcrito no “Jornal do Povo”, de Aracaju, de 23 desse mês a 4 de maio seguinte.

– *Cem anos de Independência*. No Jornal do Povo de 7 de setembro de 1922

► *Data de morte*: 28 de junho de 1935, em João Pessa (PB).

Francisco Correia dos Santos – Filho de Antonio Correia dos Santos e D. Francelina Maria de Jesus Santos, nasceu a 4 de outubro de 1880 em Laranjeiras. Abraçou muito cedo a

vida do comércio, a princípio como caixeiro na sua cidade e depois no Aracaju, por conta própria. De modesta família, não puderam seus pais contribuir para dar-lhe uma educação regular, mas afeiçoado às letras amenas conseguiu com o pouco que aprendeu nas escolas primárias de Laranjeiras e o acurado estudo feito consigo mesmo publicar várias produções no “O Município”, de Laranjeiras, no “O Malho”, revista carioca, e no “Diário da Manhã”, de Aracaju.

Escreveu:

- *Vibrações*: poesias. Aracaju, 1905, 76 págs. in 8. pq. “Imprensa Moderna”. É dividido este opúsculo em duas partes com os sub-títulos *Primeiros versos* e *Segundos versos*.
- *Cardos e sombra*: versos. Inédito

Francisco Dias César, Doutor – Filho do Barão de Itaporanga e D. Ana Boena César, nasceu a 9 de janeiro de 1840 em Itaporanga. Coursou a Faculdade de Medicina da Bahia, em que recebeu o grau de doutor em 1871. Com poucos anos de formado, ainda no início dos labores profissionais, a que se entregou na sua vila natal, ali faleceu a 6 de outubro de 1875 aos 35 anos de idade, sem ter podido colher os frutos dos seus esforços no estudo da ciência médica nem prestado à humanidade os benefícios assegurados pelas suas nobres qualidades de coração. Sócio honorário da sociedade literária Nova Arcádia da cidade de Cunha, em São Paulo.

Escreveu:

- Queimaduras: dissertação. Proposições. Seção Cirúrgica – Hemorragias traumáticas. Seção Médica – Da febre amarela e seu tratamento. Seção Acessória – Vinhos Medicinais. Tese que apresentou à Faculdade de Medicina da Bahia, para ser sustentada em novembro de 1871 a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1871, 20 págs. in. 8º. Tip. J. J. Tourinho.

Francisco Fernandes de Sousa, Doutor – Filho do negociante Antonio Fernandes de Souza e D. Ana Joaquina Fernandes de Souza, nasceu a 17 de junho de 1849 em S. Cristóvão e faleceu a 21 de janeiro de 1907 a bordo do vapor nacional Ladário. Em 1861, contando apenas doze anos incompletos de idade, seguiu para a Bahia com destino ao colégio “Ateneu Baiano”, no qual cursou como interno as aulas do ensino secundário e em seguida as da Faculdade de Medicina, onde se graduou doutor em 1880. Depois de ter ensaiado a clínica civil nas cidades de S. Cristóvão, Laranjeiras e Maruim, entrou para o corpo de saúde da marinha nacional, como segundo tenente cirurgião por Decreto de 22 de novembro de 1884. Desde então se entregou aos labores da vida militar, nunca recusando os seus serviços durante mais de vinte e dois anos, quer nas enfermarias no tempo de paz, como nos hospitais de sangue em campanha. Servia como chefe de saúde da flotilha de Mato Grosso, quando acometido por grave moléstia, terminou os dias em viagem para o Rio Grande do Sul, sendo o seu corpo inhumado em Assunção, capital da República do Paraguai. Era então capitão de corveta, cirurgião de 3ª classe.

Escreveu:

- Qual o melhor tratamento dos aneurismas? Dissertação. Proposições sobre cada uma das cadeiras de higiene, clínica externa e farmácia. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia para ser publicamente sustentada em novembro de 1880, a fim de obter o grau de doutor. Bahia, 1880, 63 págs. in. 8º. Lito-Tipografia de João Gonçalves Tourinho.

Francisco Hora de Magalhães, Doutor – Nascido a 10 de outubro de 1864 em Laranjeiras filho de João de Magalhães Menezes e D. Maria Augusta da Hora, faleceu a 18 de junho de 1900 na fazenda Pau d’Alho, Estação do Visconde do Pinhal, Estado de São Paulo. Depois de seu curso de preparatórios, quase todo feito nos anos de 1883 e 1884 no Liceu Laranjeirense de seu cunhado Baltazar Góes, seguiu para a Bahia, onde alcançou a carta de

farmacêutico no fim de 1886, na Faculdade de Medicina, abrindo ali uma farmácia a que denominou – Farmácia Hora. Com os recursos nela adquiridos prosseguiu nos estudos médicos, terminados a 12 de dezembro de 1894 com a sustentação da tese, na qual foi aprovado com distinção. Uma vez diplomado, foi tentar carreira no Sul do país, demorando algum tempo em Minas Gerais, de onde se dirigiu para S. Paulo em cuja capital fez parte de um posto médico, que logo se dissolveu, continuando de então em diante a clinicar em consultório exclusivamente seu. Possuidor de um belo talento e irmão do notável pintor Horácio Hora, foi como ele um perfeito artista, de rara habilidade para a música, que sabia interpretar admiravelmente no piano seu instrumento Predileto.

Escreveu:

– *Da curabilidade da cirrose hepática*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Tese apresentada à Faculdade de Medicina e de Farmácia da Bahia em 18 de outubro de 1834 e defendida em 12 de dezembro de 1894. Bahia, 1894, III–61 págs. in. 8º. Tip. e Encadernação do “Diário da Bahia”.

Francisco Hora Prata, Doutor – Filho de Felisberto da Rocha Prata, e D. Ana Prata, nasceu no Lagarto a 6 de maio de 1894.

Estudou preparatórios na Bahia em cuja Faculdade recebeu o grau de doutor em Medicina a 30 de outubro de 1918.

Ex-interno do hospital de S. Isabel.

Escreveu:

– *Higiene da habitação*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de outubro de 1918 e publicamente defendida em 9 de janeiro de 1919, aprovada com distinção. Bahia, 1918, 102, págs. 8º. Tipografia do Comércio.

Francisco José Alves – Filho de José Alves Chaves de Lacerda e D. Joana Ludovina Chaves, nasceu a 12 de janeiro de 1826 em Itaporanga e faleceu na Estância a 10 de abril de 1896. Com os rudimentos de instrução aprendidos no curto espaço de onze meses de freqüência na escola primária de sua terra, reunidos à leitura dos bons livros na adolescência, conseguiu habilitar-se a representar regularmente o seu papel social. Aliando a esse imperfeito preparo, notável lucidez de inteligência, utilizou a sua atividade no funcionalismo público, como oficial maior da Secretaria da Assembléia Provincial, na advocacia e na Imprensa periódica. Abolicionista extremado, foi quem melhores serviços prestou dentro da província à causa da emancipação dos escravos, arrancando-os em grande número dos horrores do cativeiro e pregando contra a legitimidade da propriedade servil. Durante a tenaz propaganda feita nas conferências públicas realizadas na sua residência, por ele denominada a “Cabana do Pai Thomaz”, e nos colóquios com os escravos, sofreu duras perseguições e muitas vezes fora ameaçado na própria vida pelos que se julgavam prejudicados com as suas doutrinas emancipadoras. Aos perigos que se lhe antolharam, opôs sempre a fé inabalável na vitória dos seus ideais, que só arrefeceram quando viu desaparecer da legislação do país a desumana instituição. Como prêmio pela dedicação à causa que defendeu com tanto ardor, recebeu uma medalha de prata oferecida pela “Sociedade Abolicionista” da Bahia.

Sendo tenente da Guarda Nacional contribuiu com seus serviços militares na província no tempo da guerra entre o Brasil e o Paraguai.

Fundou e redigiu:

– *O Libertador*: órgão de propaganda abolicionista. Aracaju, 1880-1885. Proprietário e único responsável, Francisco José Alves. Publicação: duas vezes por mês. O 1º número é de 28 de novembro daquele ano.

– *O Descrido*: periódico crítico e literário: Aracaju, 1882. Publicação bi-semanal. O 1º número é de janeiro.

Escreveu:

- *Um brado contra o despotismo*. No “Diário de Sergipe” de 18 de março de 1877.
- *A Liberdade*: conferência realizada em sua residência no Aracaju, a 10 de novembro de 1882 para o fim de ser organizada uma sociedade abolicionista da escravidão. No “Sergipe”, de 17 de novembro de 1882.
- *Discurso* proferido pelo Presidente da Sociedade Libertadora Sergipana. No “O Libertador”, Aracaju, de 8 de dezembro de 1883.

Francisco José Martins Pena Júnior, Bacharel – Filho de Francisco José Martins Pena e D. Maria Rosa Pena, nasceu na cidade de São Cristóvão a 28 de agosto de 1837 e faleceu no Aracaju a 9 de maio de 1884. Bacharel em ciências jurídicas e sociais formado na Faculdade do Recife em 1858, continuou a residir nos anos subseqüentes à sua formatura na mesma cidade, onde estabeleceu banca de advogado e foi delegado de polícia. Representou Pernambuco na Assembléia Legislativa Provincial, bem como sua província em várias legislaturas. Foi juiz municipal e de órfãos do termo da Capela e em mais de um quadriênio na cidade do seu nascimento, por amor da qual sacrificou a carreira e todo o seu futuro, pois a única ambição que afagava era viver placidamente no seio da terra querida, gozando da amenidade do seu clima admirável e dos encantos daquele céu radiante de luz.

Sua alma de filósofo embevecia-se na contemplação dos templos majestosos da hospitaleira cidade, e diante do mudo espetáculo das suas saudosas ruínas comprazia-se em reler página por página a história de remotos acontecimentos, tão farta em proveitosas lições para os que dirigem os destinos dos povos. Nada mais aspirou na vida do que esse afetuoso concheiro do torrão natal, que para ele resumia um mundo inteiro de felicidades. Foi por isso que, apesar de possuir um robusto talento e de ser reputado um dos oradores mais eloqüentes daquele tempo, o seu nome não adquiriu a fama correspondente às apreciáveis qualidades do seu espírito. Sócio honorário da sociedade Nova Arcádia da cidade de Cunha, colaborou na imprensa política em S. Paulo, da ex-província e apenas

Escreveu:

- *Dores e Flores*: drama em 3 atos sob os títulos: *O rato*; *O dedo de Deus*; *Justiça do Céu*, representado pela primeira vez no teatrinho de São Cristóvão em 187... Nunca foi impresso.
- *Discurso* proferido na sessão de 19 de abril de 1873 da Assembléia Provincial. No “Jornal do Aracaju”, de 4 de maio seguinte.

Francisco Leite de Bittencourt Sampaio, Bacharel – Filho do negociante português do mesmo nome e D. Maria de Santana Leite Sampaio, nasceu em Laranjeiras no dia 1º de fevereiro de 1834 e faleceu na Capital Federal a 10 de outubro de 1895. Formado em direito em 1859 na Faculdade de S. Paulo, tendo principiado seus estudos na do Recife, interrompeu em 1856 o curso acadêmico para acudir aos conterrâneos enfermos por ocasião da epidemia do *cholera-morbus*. Por esses serviços a que se entregou desinteressadamente foi condecorado pelo Governo Imperial com a Ordem da Rosa, que não aceitou por incompatível com suas idéias políticas. Poeta lírico dos mais festejados, político e jornalista, por pouco tempo pertenceu ao funcionalismo público, como promotor de Itabaiana e Laranjeiras em 1860-1861 e Inspetor do distrito literário na primeira dessas comarcas. Em março da 1861 retirou-se da província para efetivar o desejo de abrir banca de advogado na antiga Corte, cujos auditórios freqüentou durante alguns anos. Eleito deputado geral por sua província para as legislaturas de 1864-1866 e 1867-1870, foi dentro deste período presidente do Espírito Santo, nomeado por decreto de 27 de setembro de 1867 e exonerado a 18 de maio do ano seguinte, para voltar ao desempenho do mandato legislativo no parlamento. Em 1870 desligou-se dos partidos monárquicos, assinando com Quintino Bocaiúva o célebre Manifesto Republicano, a cujas idéias se conservou fiel, prestando todo o esforço do seu talento e da sua atividade. Suas

relações com o governo do país reataram após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, chamado a ocupar os lugares de inventariante dos papéis da Câmara dos Deputados, redator dos debates da Assembléia Constituinte de 1889 a 1892 e diretor da Biblioteca Nacional. “Poeta de merecimento e filósofo idealista, nele predominava, ao ver de Sílvio Romero, o “lirismo local, tradicionalista, campesino, popular, sendo por este lado um dos melhores do Brasil”. As “Flores Silvestres” sagraram-lhe artista primoroso do verso, colocado entre os mais distintos da literatura brasileira. Macedo Soares, reputado homem de letras e notável jurisconsulto, em um estudo crítico, expande este mesmo juízo nas expressões “como poeta lírico nacional ocupa o primeiro lugar logo abaixo do nosso soberbo e autor, Gonçalves Dias”. Segundo o primeiro autor citado, há nas “Flores Silvestres” duas qualidades de composições: as de Inspiração local e sertaneja e as de inspiração mais geral. Numa e noutras os dotes principais do poeta são “a melodia do verso, a graciosidade que o faz primar em pequenos quadros, e certa nostalgia pelas cenas, pala vida simples, fácil, descuidosa das regiões sertanejas e campesinas”. Entre as belas produções reunidas nesse precioso livrinho encontram-se verdadeiras jóias de inestimável valor, encantadoras criações de sua fertilíssima imaginação, como “A Cigana”, “O Tropeiro”, “A Mucama”, “Hino ao Sol”, “Felipe Camarão”, “A Liberdade”, “O canto do gaúcho” e outras.

“O Hino Acadêmico” composto na fase mais acesa da questão Christie também é da sua lavra, adaptada à música de hino oferecido à mocidade acadêmica de São Paulo pelo distinto artista Antonio Carlos Gomes. Na sessão fúnebre celebrada em 1858 em homenagem à memória do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, lente da Faculdade de Direito, profunda sensação apoderou-se de todo o auditório, quando ao assomar à tribuna, recitou a comovente poesia, começada pelo tocante quarteto:

Morte! palavra que traduz mistério
Sombra nas trevas a vagar perdida!
Pálido círio de clarões funéreo!
Negro fantasma que se abraça à vida!

Que por muito tempo serviu de epígrafe às notícias fúnebres e discursos necrológicos. Sectário apaixonado das doutrinas do espiritismo, entregou-se na última quadra da vida a esses estudos, tendo publicado vários trabalhos em que patenteou qualidades pouco vulgares de profundo pensador.

Além dos autores já referidos escreveram sobre seus dotes literários e suas obras Salvador de Mendonça, na “Revista Popular”; Peçanha Pova, nos “Anos Acadêmicos”; Inocêncio da Silva, no “Dicionário Bibliográfico Português”; Eunápio Deiró, no “Jornal do Comércio”; Gama Rosa, na “Gazeta da Tarde”; Sacramento Blake, no “Dicionário Bibliográfico Brasileiro”; Valentim Magalhães, nas “Notas à margem”; senador Otaviano Rosa, Joaquim Serra e outros, entre os quais o próprio filho, seu homônimo, no “Almanaque Popular Brasileiro”, de Pelotas, para o ano de 1902.

Quando estudante colaborou na “Legenda”, no “O Ateneu”, na “Revista Mensal” do Ensaio Filosófico Paulistano, com Tavares Bastos, Macedo Soares e Francisco Belisário, no “Correio Paulistano”, editados em São Paulo; na “Revista Popular”, 1859-1860, “Revista Brasileira”, “Cruzeiro”, “Gazeta da Tarde”, “A Reforma”, “A República” e outros do Rio de Janeiro.

Escreveu:

– *Harmonias Brasileiras*: poesias de Bittencourt Sampaio Macedo Soares e Salvador Mendonça. S. Paulo, 1859 in. 8º. pg.

– *Flores Silvestres*: poesias. Rio de Janeiro, 1860, 186 págs. in. 16º. Editor J. B. Garnier. Tip. de Quirino & Irmão. Algumas das composições deste volume já haviam sido publicadas em revistas e no volume precedente.

– *Relatório* com que foi aberta a sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1868. Vitória, 1868, 18 págs. in. 8º e Anexas. Tipografia do Espírito Santense.

– *Lamartinianas*: coleção de poesias de Lamartine traduzidas por diversos poetas brasileiros. Rio de Janeiro, 1869, 218 págs.

– *Cartas de além túmulo*: prosa. Rio de Janeiro, 1881. Publicadas no “O Cruzeiro” e “Gazeta da Tarde”.

– *Nossa Senhora da Piedade*: legenda. No “Monitor Católico” de 28 de junho de 1881.

– *A Divina Epopéia de S. João Evangelista*, trasladada para versos heróicos em português. Rio de Janeiro, MDCCLXXXII, XV–566 págs. in. 8º, inclusive os da *Advertência* e das copiosas notas que ilustram o livro. É talvez a melhor obra deste autor, que se propôs explicar o texto da escritura de acordo com a doutrina espiritualista pura. A alguns dos seus capítulos publicados em 1880 na “A Reforma” foram tecidos pela imprensa tais encômios, que o inspirado tradutor se encorajou a completar todo o trabalho, de que resultou a elaboração deste volume ilustrado com preciosas notas elucidativas do original.

– *Poemas da escravidão*: versos traduzidos de Longfellow (Henry Wadsworth) e poesias originais. Rio de Janeiro, 1884, in. 8º pg. Valentim Magalhães disse, a propósito deste trabalho, que o seu autor, pondo de parte a escola a que pertenceu, foi um dos mais admiráveis talentos da nossa literatura no período de transição; disse-lhe que conhecia os segredos das supremas tristezas humanas e foi o representante dedicado da escola criada por Goeth, Byron...

– *A Bela Sara*: tradução dos versos das “Orientais” de Vitor Hugo. Rio de Janeiro, 1885, 7 págs. in. 8º pq. Imprensa Nacional.

– *A Nau da Liberdade*: poema épico, republicano, composto em 1870 e publicado em trechos destacados na “A Reforma”. Rio de Janeiro, 1891, 8 págs. in. 8º. Tip. da América.

– *Do Calvário ao Apocalipse*. Rio de Janeiro. É um livro espírita ditado por Bittencourt Sampaio ao grupo Ismael, conforme preconiza a doutrina espiritista, e publicado por Pedro Luiz de Oliveira Sayão. Deixou inéditos grande quantidade de manuscritos, entre os quais o:

– *Hiawatha de Longfellow*: tradução em verso.

– *Dicionário da língua indígena*, completo.

– *De além túmulo*: coleção de versos.

Francisco Monteiro Filho – Filho de Francisco Monteiro da Carvalho Filho e D. Ana Joaquina de Carvalho Silveira, nasceu a 13 de março de 1866 em Itabaianinha.

Fez na Estância os estudos primários e alguns preparatórios. Esteve na vida comercial na Bahia desde 1886 a 1890. Nesse último ano fez-se caixeiro viajante e depois guarda-livros na Estância até 1896 e no Aracaju de 1897 a 1900. Foi em 1901 adjunto de promotor público de Aracaju, e nesse mesmo ano eleito intendente municipal, cargo que renunciou em 1903 por ter sido nomeado exator da cidade de Maruim, cujos encargos desempenhou até novembro de 1909.

Deputado Estadual nas legislaturas de 1903 a 1909 e na de 1912-1913, não tendo completado o último mandato em virtude da sua nomeação para lente vitalício da moral e instrução cívica do “Ateneu Sergipense”. É advogado provisionado e colaborou no “O Monitor”, da Bahia, no “O Estado de Sergipe”, no “Jornal do Povo” e na “Folha de Sergipe”.

Escreveu:

– *O Ingênuo*. História verídica tirada dos *Manuscritos* do Pe. Quesnel por Voltaire. Bahia, 1888, 73 págs. in. 8º. Imprensa Econômica. Tradução feita do francês em 1887 para o rodapé do “Monitor Caixeiral” – Tentamen – de propriedade de alguns sergipanos.

– *Cristóvão Colombo*, de Lamartine. Tradução.

Francisco de Paula Freire, Doutor – Filho de Serafim de Matos Freire e D Maria Leocádia Freire, nasceu a 10 de março de 1859 na Estância e faleceu em Aracaju a 28 de dezembro de 1920. Tendo iniciado os estudos preparatórios no Ateneu Sergipense, em Aracaju, terminou o curso na capital da Bahia, onde frequentou os seis anos da Faculdade de Medicina, recebendo o grau de doutor a 23 de dezembro de 1885.

Foi médico militar, mas antes de entrar para o Corpo de Saúde, clinicou na Estância, Riachuelo e em Ribeirão Preto, Estado de S. Paulo; exerceu comissões do governo contra as febres reinantes em Boquim e Riachuelo. Médico adjunto por Decreto de 30 de março de 1890, contemplado no quadro como de 5ª classe a 28 de junho de 1894 com a patente de tenente, foi promovido a Capitão a 31 de maio de 1901 e reformado no posto de major graduado por Decreto de 22 de março de 1911.

Escreveu:

– *Etiologia das moléstias do coração*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 29 de setembro de 1885 para serem sustentadas por... Bahia, 1885, 82 págs. 1ª 8º. Tipografia dos Dois Mundos.

Francisco Teixeira de Faria, Professor – Filho do advogado do mesmo nome, natural de Itabaiana, e D. Leonor Maciel de Faria, nasceu a 14 de julho de 1860 na Estância e ali faleceu a 25 de abril de 1923. Aos 7 anos começou seus estudos primários, cursando depois as aulas de latim e francês naquela cidade. Tendo recebido no “Ateneu Sergipense”, em Aracaju, as últimas lições de humanidades, seguiu para a Bahia, onde, à minguada de recursos pecuniários, se empregou no conhecido colégio do doutor Ernesto Carneiro, investido da incumbência de lecionar certas matérias; e assim, fez o curso de farmácia, que terminou em 1884. De volta à província candidatou-se ao preenchimento da cadeira de latim e francês da Estância, então vaga, sendo nela provido vitaliciamente, depois de ter se submetido ao exame de habilitação. Após alguns anos, centralizando-se na capital a instrução secundária, foi nomeado lente de matemática da Escola Normal, passando em seguida a reger a cadeira de geometria e trigonometria do Ateneu Sergipense, em que se jubilou em 2 de dezembro de 1915. No Governo do Presidente Guilherme Campos foi nomeado a 13 de julho de 1908 diretor interino da Instrução Pública do Estado.

Ao nobre mister de educador da mocidade dedicou a melhor parte da existência, obedecendo a sua manifesta vocação pela vida intensa do magistério.

Escreveu:

– *Dissertação* para o concurso da cadeira de latim e francês da cidade da Estância. Aracaju, 1886, 13 págs. in. 12º.

– *Relatório* apresentado ao Exmo Sr. Desembargador Guilherme de Souza Campos pelo Diretor interino da Instrução Pública. No volume sob o título *Relatórios apresentados ao Exmo. Sr. Desembargador Guilherme de Sousa Campos, Presidente do Estado*. Em agosto de 1908.

Francisco Quintiliano da Fonseca, Doutor – Filho de José Quintiliano da Fonseca e D. Maria Diniz da Fonseca, nasceu em Maruim a 26 de fevereiro de 1882. Feita no Aracaju, sua educação literária, destinou-se ao Rio de Janeiro em cuja Faculdade recebeu o grau a 20 de abril de 1907. Primeiro presidente e um dos fundadores da “Sociedade de Medicina” em Sergipe, iniciou em 1922 o serviço de Radiologia médica, no Aracaju. Clínico de nomeada exerce interinamente o cargo de Inspetor sanitário na 2ª Comissão Federal da Saúde Pública na Estado e foi deputado no biênio de 1910 e 1911.

Usou os pseudônimos Braz Cubas, Epaminondas, Fradique e Gavroche. Colaborou por algum tempo no “Correio de Aracaju”.

Escreveu:

– *Estudo clínico das hemoptises*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 23 de fevereiro de 1907, defendida e aprovada com distinção em 17 de abril do mesmo ano pelo Dr... a fim de obter o grau de Doutor em Medicina. Rio, 1907, 85 págs. in. 8°. Rio de Janeiro, Tip. do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & C.

Francisco Soares de Brito Travassos, Cirurgião Dentista, Farmacêutico e Bacharel – Filho do Dr. João Ferreira de Brito Travassos e D. Rosa de Viterbo de Brito Travassos, nasceu no engenho Rio Vermelho, comarca de Japarutuba a 11 de setembro de 1873. Com pouca idade teve a infelicidade de perder o seu progenitor e tendo já alguns exames de preparatórios, seguiu para o Rio de Janeiro a fim de colocar-se em um colégio para lecionar e assim poder matricular-se em uma academia.

No Colégio do Dr. Menezes Vieira, onde foi colocado, pôde concluir os preparatórios e matricular-se na Escola de Ouro Preto onde formou-se em farmácia em 1890. É Cirurgião-dentista pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1898; bacharel em direito pela Faculdade Livre da Bahia, onde recebeu o grau em 8 de dezembro de 1921. Residiu em Santos durante alguns anos e ali colaborou na “A Tribuna” em 1900, e em S. João da Boa Vista, Estado de S. Paulo, em 1902. No Aracaju, tem colaborado no Órgão oficial, o “Estado de Sergipe”, onde escreveu uma série de artigos sobre higiene dentária, 1906-1907 e está reunindo documentos e escrevendo a História de Sergipe que brevemente será publicada, bem assim a genealogia das famílias Travassos e Soares Vieira de Melo.

Escreveu:

– *Palestra científica*. Importância da higiene dentária e série de artigos no “Estado de Sergipe” de 24 de dezembro de 1905; 11, 13, 16, 18 e 26 de janeiro; 1, 2 e 11 de fevereiro; 8, 16 e 31 de março; 20 de abril e 9 de junho de 1906.

– *Execução hipotecária do Engenho Rio Vermelho*. Questão entre irmãos. No “O Estado de Sergipe”, de 26 de maio de 1907.

– *Importância da odontologia*: seria de artigos no “Correio de Aracaju”.

– *Japarutuba*: notícia geográfica. No “O Estado de Sergipe” de 29 de novembro de 1907.

– *Questão do Engenho Rio Vermelho*. Com pareceres do Advogado, Dr. João Antonio de Oliveira. Aracaju, 1908, 45 págs. in. 8° pq. Livraria Brasileira.

– *Discurso* proferido no dia 3 de dezembro de 1923 na sede da Escola de Aprendizes Artífices em Aracaju, na distribuição dos diplomas aos aprendizes pelo professor... No “Diário Oficial” do dia seguinte.

Francisco Vieira Leite, Doutor – Filha de José de Souza Leite e D. Ana Vieira Leite, nasceu a 14 de janeiro de 1887 no engenho Castelo, município de Santa Luzia. Na Bahia fez os dois cursos – de preparatórios e de medicina – tendo se doutorado a 19 de dezembro de 1909. Clinicou a princípio na capital daquele Estado, depois na Vila do Pará-Mirim, de onde se passou para Três Lagoas em Mato Grosso, em 1914.

Escreveu:

– *Sífilis e abortamento*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do Curso de Ciências Médicas e Cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, em 30 de outubro de 1909 e defendida em 15 de dezembro de 1909 pelo farmacêutico... Bahia, 1909, 61 págs. in. 8°. Oficinas do “Diário da Bahia”.

— G —

Galdino de Carvalho e Andrade, Doutor – Filho do tenente coronel Felisberto de Carvalho e Andrade e D. Maria Pastora de Carvalho e Andrade, nasceu a 3 de outubro de

1832 no sítio junto ao engenho Pedra, município da Capela, e faleceu a 6 de março de 1865 na Bahia, onde anos antes, a 12 de dezembro de 1856, se havia graduado doutor em medicina. Até 1860 clinicou na Capela e em Maruim, tendo sido médico da Municipalidade desse último lugar. Foi deputado provincial na legislatura de 1858-1859. Nomeado, por decreto de 12 de dezembro de 1860, 2º cirurgião do corpo de saúde do Exército, foi mandado servir em Alagoas em 1861; na Paraíba em 1862; no hospital militar do Recife em 1863 e daí transferido para o Aracaju em 1864.

Escreveu:

– Teses sobre os 4 seguintes pontos: 1º – Que socorros presta a Física à Medicina? 2º – Quais são os meios hemostáticos para combater as hemorragias provenientes de ferimentos arteriais, e qual o preferível? 3º – O que se entende por moléstias? 4º – Qual o valor terapêutico das emissões sanguíneas nas apoplexias? Apresentadas e sustentadas perante a Faculdade de Medicina da Bahia em 28 de novembro de 1856 para obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1856, 13 págs. in. 8º. Tip. de Camilo de Lellis Masson & C.

Galdino Teles de Menezes, Doutor – Filho do coronel João Nepomuceno Teles de Menezes e D. Eulália Maria de Jesus, nasceu a 12 de maio de 1857 no município de Japarutuba e faleceu a 25 de julho de 1915 na cidade de Brotas, Estado de S. Paulo. Seus estudos preparatórios foram feitos no colégio do padre Firmino Brant da Rocha na Capela e terminados na Bahia, onde se doutorou em medicina em 1880. O ponto escolhido para iniciar-se na clínica foi Laranjeiras, onde também lecionou como professor do “Liceu Laranjeirense”, fundado pelo professor Baltazar Góes. Transferindo a residência para o Aracaju, ali continuou na profissão médica e ocupou os lugares de médico do Asilo de N. S. da Pureza em 1885, secretário do Governo da Província, 1885-1886, diretor da Instrução Pública e da Escola Normal e inspetor de higiene pública, nomeado a 2 de agosto de 1892. Tendo se retirado em 1893 para o Estado de S. Paulo, entregou-se ainda ao exercício da clínica em S. João de Bocaina e por muitos anos em Brotas, até falecer. Frequentou a imprensa periódica e fez versos na sua mocidade.

Escreveu:

– Definição, fim e utilidade do parto prematuro artificial: dissertação. Proposições. Seção de ciências médicas – Beribéri e seu tratamento. Seção de ciências cirúrgicas – Hemorragias puerperais. Seção de ciências acessórias – Óleos medicinais. Tese para o doutoramento. Bahia, 1880, 62 págs. in. 8º. Lito-tipografia de João Gonçalves Tourinho.

Gamaliel de Barros Mendonça – Filho de Jovino José de Mendonça e D. Carolina de Barros Mendonça, nasceu na cidade de Laranjeiras a 3 de dezembro de 1885. Estudou preparatórios no Ateneu Sergipense e muito moço ainda tentou seguir a carreira comercial como empregado nas praças de Laranjeiras e Aracaju, e depois na de Santana da Vargem Grande, no Estado de S. Paulo. Em 1905 foi admitido na delegacia fiscal do Amazonas e em janeiro de 1918 foi nomeado 4º escriturário da Alfândega de Maceió. Colaborou na “A Primavera”, de Aracaju, em 1904; no “Jornal do Comércio” de Manaus, em 1905; “O Ateneu”, de Aracaju, em 1906; “Correio de Aracaju” e “Jornal de Sergipe” em 1908; “Gazetinha” em 1909 e ultimamente no “O Estado de Sergipe”.

Escreveu:

– *Vigílias*: versos. Bahia, 1911, 132 – 3 págs. in. 8º. Tip. Baiana, de Cincinato Melquíades. É o seu livro de estréia e traz o seu retrato.

– *Meu livro*: coleção de sonetos, assim divididos: *Minha Parte* e *Parte Alheia*. Rio, 1915, 67 págs. in. 8º.

– O caso do vapor “Vênus”. Minha suspeição e o meu protesto. No “Diário da Manhã”, de Aracaju, de 21 a 28 de junho de 1916.

– *Magnus dolor*: coleção de CXV. sonetos com o retrato do autor. Rio, 1916, 117 págs. in. 8º. Nas Oficinas do “Jornal do Comércio”.

– *Discurso* proferido na noite de 7 de janeiro de 1917 na residência do professor Brício Cardoso por ocasião das suas bodas de ouro. No “Diário da Manhã”, de 12 do mesmo mês.

– Um administrador enérgico e uma administração prudente. Outras considerações: série de artigos no “Diário da Manhã”. Aracaju, de 15 de fevereiro; 14 de setembro; 18 e 20 de outubro; 14 de novembro de 1917. Revelação: sonetos escolhidos, com o retrato do autor. Rio de Janeiro, 1921, 74 págs. in. 8º.

► *Data de morte: 18 de Outubro de 1948.*

Gamaliel da Cunha Brito, Doutor – Filho do farmacêutico Prudêncio Constâncio da Cunha Brito e D. Minerva Maria do Bomfim Brito, nasceu a 6 de agosto de 1861 em Maruim e faleceu a 7 de julho de 1890 na cidade de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul. Aluno da Faculdade de Medicina da Bahia, formado em farmácia, recebendo depois o grau de doutor em ciências médicas a 4 de dezembro de 1888. Teve curta existência, nada feliz e quase ignorada. Regressando ao seio da família já então residente em Belmonte, ao Sul da Bahia, ali iniciou a clínica, bem certo de que pouco sobreviveria à moléstia, cujo germe trazia no organismo desde o curso acadêmico. À intuição científica do médico não escapavam a origem e o diagnóstico dos próprios sofrimentos, dia a dia agravados por sintomas, que se tornaram alarmantes com a morte do autor dos seus dias. Em tão melindroso estado de saúde arriscou-se à longa viagem ao Rio Grande do Sul, onde estacionava seu irmão o farmacêutico da armada, Capitão Tenente Agenor da Cunha Brito, que o acolheu carinhosamente e em cuja residência cessou de viver. Grande amador da música, foi excelente pianista e compositor de talento.

Escreveu:

– *Fraturas do colo do fêmur e seu tratamento*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 24 de agosto de 1888 para serem sustentadas a fim de obter o grau de doutor em Medicina. Bahia, 1888, 80 págs. in. 8º. Imprensa Popular.

Geminiano Brasil de Oliveira Góes, Bacharel – Filho de Antonio de Goes do Nascimento e D. Maria Joaquina de Oliveira Góes, nasceu no engenho Cajá, então pertencente ao município do Espírito Santo, e hoje ao da Vila Cristina, a 30 de maio de 1844 e faleceu na Capital Federal a 21 de maio de 1904. Fez os estudos preparatórios na cidade da Estância, terminando-os no Recife, em cuja Faculdade recebeu a 4 de novembro de 1868 o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Foi promotor público da Comarca de Itabaiana por nomeação de 13 de dezembro de 1869; Juiz municipal dos termos reunidos do Lagarto e Campos por decreto de 9 de fevereiro de 1870 e juiz de direito da Comarca do Rio Real a 6 de junho de 1874. Administrou as ex-províncias de Alagoas em 1886 e Paraíba em 1886-1887 e nomeado chefe de polícia de sua terra, por ato de 18 de julho de 1877, prestou os melhores serviços à causa pública. Sergipe elegeu-o deputado geral à 18ª legislatura de 1881-1884, depois de ter sido deputado provincial nos biênios de 1870-71 e 1874-75, no último dos quais ocupou o cargo de vice presidente, e no atual regime foi por duas vezes eleito seu representante Federal na Câmara dos Deputados, na 2ª e 3ª legislaturas, de 1894-96 e 1897-99. O “Jornal do Comércio” de 29 de maio de 1904 inseriu nas suas páginas as seguintes linhas, escritas por quem muito de perto conheceu o ilustre sergipano: “cidadão, advogado ou político, o Dr. Geminiano Góes foi sempre distinto. Quando presidente de província, portou-se com isenção de espírito e elevação de vistas, de modo a granjear o respeito dos próprios adversários; deputado, se não pertenceu à ordem daqueles que se impõem pelos fulgores da eloquência, todavia distinguia-se nos debates por esse prestígio que tem a palavra ao serviço

de um espírito bem equilibrado e circunspecto. Era muito modesto, e por isso não salientou-se mais”. De há muito juiz de direito em disponibilidade, era advogado no Rio de Janeiro, quando faleceu. Os últimos anos da sua vida consagrou à prática das doutrinas espiritistas, presidindo desde 22 de julho de 1902 a Federação Espírita Brasileira, como seu vice-presidente, na vaga aberta pelo falecimento do Dr. João Batista Maia Lacerda.

Escreveu:

– *Ao público*: um longo artigo em sua defesa. No “Jornal do Aracaju”, de 28 de fevereiro de 1874.

– *Discursos* proferidos na Assembléia Provincial de Sergipe por... deputado pelo 1º distrito contra a administração do Exmo. Sr. Dr. Antonio dos Passos Miranda. Aracaju, 1875, 78 págs. in. 8º. Tipografia da Crença.

– *Fala* com que abriu a 1ª sessão da 26ª Legislatura da Assembléia Provincial das Alagoas, em 18 de abril de 1886. Maceió, 1886, 80 págs. in. 8º gr. Tipografia do Cônego Antonio José da Costa.

– *Relatório* com que passou a administração da província ao Exmo. Sr. Presidente, Dr. José Moreira Alves da Silva, em 8 de novembro de 1886. Maceió, 1886, 20 págs. in. 8º gr. Tipografia do Cônego Antonio José da Costa.

– *Fala* com que o Exmo. Sr. Doutor... Presidente da Província abriu a segunda sessão da 26ª Legislatura da Assembléia Provincial da Paraíba, em 3 de agosto de 1887. Paraíba do Norte, 1887, 59 págs. in. 4º gr. Tip. do “Jornal da Paraíba”.

– *Ação de divórcio*. Recurso extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil; memorial tomado dos trabalhos da Defesa do Recorrente, (Dr. Francisco Ferraz de Macedo) em que se discute um interessante caso de direito internacional privado em face da Constituição da República. Rio de Janeiro, 1901, 91 págs. in. 8º. Tip. J. A. Guimarães & C.

Geminiano José da Costa, Bacharel – Filho de Francisco José da Costa e D. Maria Ferreira do Carmo, nasceu em Itabaianinha a 15 de setembro de 1865 e faleceu a 8 de outubro de 1922 na cidade de S. Carlos, Estado de S. Paulo. Tendo recebido o grau de bacharel na Faculdade de Direito do Recife em abril de 1891, ainda não havia terminado o curso, quando foi nomeado por ato de 11 de setembro de 1890 promotor público da extinta comarca do Arauá no seu Estado, cargo de que pediu exoneração a 22 de outubro do ano seguinte por ter resolvido retirar-se para S. Paulo, onde fixou residência. Dentro de pouco tempo foi nomeado promotor público da comarca de Porto Felix, passando logo depois para a de S. Carlos, na qual ocupou o mesmo cargo desde 1892 a 1896. Nesse último ano exonerou-se da promotoria para dedicar-se exclusivamente à advocacia, renunciando, para bem afirmar a sua resolução, o lugar de membro do Diretório Republicano local, a quem competia a direção do partido naquela cidade. Advogado dos mais hábeis, inteligente e probo, exato cumpridor dos deveres profissionais, soube angariar no foro de S. Carlos vultuosa clientela, que lhe facilitou a posse de regular fortuna, toda ela legada nas suas disposições testamentais a parentes e amigos. Do grande número de seus trabalhos forenses, apenas foi possível coligir os dois seguintes:

– *Alegações* finais na ação ordinária entre partes, como autor Afonso Vergueiro e Réu Joaquim Rodrigues Júnior. S. Carlos do Pinhal, S. Paulo, 1902, 8 págs. in. 12º. Tipografia Aldina.

– *Ação rescisória*. Autor: Giocondino Guerrero. Réu: Francisco Gugliotti. Razões finais do Réu. São Carlos, 1912, 14 págs. in. 8º pg. Tip. Aldina.

Geminiano Pais de Azevedo, Professor – Filho de Manoel Pais de Azevedo e D. Josefa Narcisa Gomes de Azevedo, nasceu em S. Cristóvão a 17 de março de 1837 e faleceu no Aracaju, a 23 de março de 1915. Fez o curso de humanidades no colégio do Padre Barroso na terra natal, tendo começado sua carreira pública em 1855 como escriturário da secretaria da

Assembléia Provincial, lugar que ocupou até 1863. Foi depois professor particular e diretor de um colégio de ensino no Aracaju, fundado por iniciativa sua; lente das cadeiras de francês, geografia e história, 1862-1864, no Liceu público gratuito, criado pelo presidente, Joaquim Jacinto de Mendonça; camarista e presidente interino da Câmara Municipal do Aracaju; lente de francês do curso público noturno, também gratuito, e membro efetivo do Conselho Superior da instrução pública.

Provido na cadeira de francês do Ateneu Sergipense em 24 de outubro de 1870, entrou no dia 1º de janeiro do ano seguinte em exercício, que só deixou por efeito do ato presidencial de 15 de fevereiro de 1909, que o jubilou, a pedido, depois de ter lecionado por espaço de trinta e oito anos, durante os quais habilitou para as profissões literárias duas gerações de discípulos, atestados vivos dos seus créditos de abalizado professor. Em 1882 regeu a mesma cadeira na Escola Normal Tobias Barreto e Gumerindo Bessa, exaltando o saber do provento educador compraziam-se em declarar, que ninguém lhe excedeu em preparo na disciplina que ensinou. Este juízo era-lhe tanto mais honroso, quanto foi devido unicamente ao seu próprio esforço, que conseguiu manejar com admirável perfeição a língua de Racine, como se fosse um parisiense de apurada cultura, apesar de nunca ter saído de Sergipe. Como diretor do Ateneu Sergipense no período de 1898-1901 deu a maior prova de independência de caráter, demitindo-se por causa de uma repreensão dirigida em ofício pelo Presidente do Estado à Congregação daquele estabelecimento, não tendo sido este o único exemplo de dignidade pessoal dado no correr da sua vida pública. Jornalista e poeta, colaborou em vários jornais do Aracaju, desde 1862, nos quais publicou muitas das suas produções poéticas, contando-se entre as melhores as que foram insertas na “Lira Sergipana” de Felinto do Nascimento e no “Parnaso Sergipano” de Silvio Romero. Sócio benemérito do extinto Gabinete de Leitura do Aracaju, além das traduções de romances, que publicou, e de alguns cantos dos Lusíadas de Camões, vertidos para o francês, ainda inéditos, escreveu:

– *O Anjo do lar*: drama. Trad. Redigiu com outros:

– *O Conservador*: órgão radical do partido. Jornal político, literário e noticioso. Aracaju, 1881-1883.

Gentil Martins Fontes, Doutor – Nasceu a 5 de setembro de 1880 na cidade de Itabaiana, sendo filho do Dr. José Martins Fontes e de D. Francisca Xavier Gomes Fontes, mencionado neste livro. Fez brilhantemente o curso médico na Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo-o a 12 de abril de 1902. Nomeado pouco depois da sua formatura inspetor de higiene interino de Aracaju, exerceu também, por duas vezes, o cargo de diretor interino do hospital de Santa Izabel na mesma cidade. É clínico na cidade de Santos, Estado de São Paulo, onde é tido em grande apreço pela sua competência. A sua tese inaugural, que versou sobre a aerofagia histérica, é um trabalho de grande monta, tendo o seu autor sido o primeiro que se ocupou deste assunto. É Inspetor Médico Escolar no município de Sorocaba, S. Paulo, clinicou no Aracaju durante 2 anos, passando um ano em Santos e em Sorocaba desde 1917. Foi redator e colaborador do Almanaque Sergipano desde 1898 a 1904, tempo em que a empresa suspendeu a sua publicação, reeditando-o em 1914 em que publicou a págs. 95-99 sob o pseudônimo Gil d’Ernet um artigo sobre “O Botulinismo”. O Almanaque de Mato Grosso para o ano de 1905 publicou o seu retrato e biografia por ter decifrado todos os trabalhos charadísticos da edição de 1904. Colaborou sob o seu nome no “O Estado de Sergipe”, jornal oficial de Aracaju, no “O Vespertino”, na “A Razão” da Estância, no “Cruzeiro do Sul” e na “Revista do Gabinete de Leitura Sorocaba” de Sorocaba; naquele, no ano de 1900, publicou um artigo sob a epígrafe “Um pouco de Português”, e neste, em 1900, uma série de artigos sobre o “Argônio”, o novo gás descoberto na atmosfera por Lord Raleigh e William Ransay, quando tratavam da verificação das densidades dos corpos simples. Em 1903 publicou ainda sobre o seguinte título: “Ligeiras considerações sobre os fenômenos subjetivos e objetivos da “Flatulência”. Foi colaborador de diversos Almanques Brasileiros

como exímio decifrador, obtendo o primeiro lugar em várias edições. Usou dos seguintes pseudônimos que constituem anagramas parciais do seu nome. – “Gil d’Ernet (Dr. Gentil), Gilent Feston (Gentil Fontes), e Marieta N. G. Lins. (Gentil Martins)”. Com o 1º escreveu na “A Razão”, em 1902 um artigo sobre “A mulher nas lutas da vida” e com o 3º um outro sobre “Patriotismo e Bairrismo”. Com o 20 tem colaborado em Almanques.

Escreveu:

– *Aerofagia Histórica*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 28 de fevereiro de 1902 e defendida em 5 de abril do mesmo ano. Bahia, 1902. Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho. 130 págs. in. 8º.

Gentil Tavares da Mota, Engenheiro Civil – Filho do Capitão João Tavares da Mota e D. Ana Tavares da Mota, nasceu na hoje cidade de S. Paulo, a 11 de outubro de 1892. Fez o curso de humanidades no Ateneu Sergipense e o de engenharia civil na Escola Politécnica da Bahia, onde recebeu o grau a 1º de janeiro de 1917.

Serviu no lugar de ajudante-secretário da Diretoria de Obras Públicas, por nomeação de 24 de novembro de 1914, exonerando-se em 1916 por ter sido nomeado, por decreto de 24 de julho, para reger a cadeira de geometria descritiva e suas aplicações às sombras e à perspectiva, princípios gerais e prática de agrimensura do Ateneu Sergipense, posto em disponibilidade a 15 de abril de 1921. Por ato de 20 de março de 1918 foi designado para servir em comissão no cargo de Diretor da Imprensa Oficial do Estado, sendo exonerado a pedido em 16 de maio de 1922. Fez parte do Conselho superior do Ensino, como suplente, nomeado por dois biênios a 17 de dezembro de 1918 e em dezembro de 1920.

Foi eleito a 22 de agosto de 1922 para desempenhar o mandato de deputado federal na vaga aberta com a saída do Dr. Graccho Cardoso para o Senado após o falecimento do General Oliveira Valadão. Finda a legislatura foi reeleito para a que se seguiu, de 1924 a 1926. Exerceu antes o mandato de deputado estadual, eleito em 23 de junho de 1918 para concluir a legislatura de 1917 a 1919, finda a qual foi reeleito para a de 1920 a 1922.

Quando estudante do Ateneu Sergipense foi professor de línguas do “Esperanta Klabo”, de Aracaju. É sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e foi vice-presidente da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo.

Fundou e redigiu, quando estudante de preparatórios, o periódico “O Necydalus”, órgão defensor dos interesses dos estudantes do Ateneu Sergipense. Dirigiu e redigiu o “O Estado do Sergipe”, órgão oficial do Governo do Estado, o “Diário Oficial” e o “Correio de Aracaju”, no período decorrido de 1918 e 1922.

Tem colaborado em diversos jornais e revistas de Sergipe e dos outros Estados da República e vem usando na imprensa dos pseudônimos *A. Moreira* e *Sílvio Silva*.

Escreveu:

– *Discurso* proferido na manifestação feita ao Exmo. Sr. Coronel Presidente do Estado na noite de 3 de maio de 1921. No “Correio de Aracaju”, de 5 do mesmo mês.

– *Discurso* pronunciado a 7 de setembro de 1921 no palácio do Governo, saudando o Presidente do Estado em nome da Assembléia Legislativa. No “Sergipe Jornal” de 20 do mesmo mês.

– *Discurso* pronunciado no dia 16 de outubro de 1921 na inauguração do retrato do Dr. Pereira Lobo, Presidente do Estado, no paço municipal da vila do Socorro. No mesmo jornal do dia seguinte e no “Correio de Aracaju”, de 19 do mesmo mês.

► *Data de morte*: 17 de setembro de 1970 em Aracaju.

Genulfo Freire da Fonseca, Bacharel – Filho do Capitão Antonio Cornélio da Fonseca e D. Júlia Freire da Fonseca e irmão do Dr. Aníbal Freire, já mencionado, nasceu no Lagarto a 24 de junho de 1883. No Aracaju, fez o curso primário com a professora D.

Etelvina Amália de Siqueira e em 1894 matriculou-se no Colégio do Professor Alfredo Montes e no “Ateneu Sergipense”, onde concluiu os preparatórios em 1898.

Nomeado em 1900 auxiliar do serviço de recenseamento na Diretoria de Estatística, no Rio de Janeiro, esteve no exercício deste cargo por espaço de 3 anos. Em dezembro de 1901 obteve o diploma de Farmacêutico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em 1903 fez concurso de primeira entrância para a Fazenda na Delegacia Fiscal do seu Estado, obtendo o primeiro lugar na classificação. Iniciou sua carreira de Fazenda como 2º escriturário da Delegacia Fiscal do Espírito Santo, por decreto do Governo Federal de 29 de abril de 1905 e no ano seguinte fez concurso de segunda entrância, sendo classificado ainda em primeiro lugar.

Por portaria do Ministro da Fazenda de 16 de maio de 1906, foi adido ao Tesouro Nacional com exercício na Diretoria da Contabilidade e por decreto de 3 de novembro do mesmo ano, nomeado quarto escriturário do Tesouro Nacional.

Em 1909 matriculou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, recebendo o grau de bacharel em dezembro de 1913. Por merecimento foi promovido a terceiro escriturário do Tesouro Nacional a 24 de junho de 1909 e a segundo da mesma Repartição a 6 de fevereiro de 1913. Por ato de 24 de dezembro de 1914 foi nomeado em comissão para o cargo de Delegado Fiscal do Estado de Alagoas, cargo que ocupou até 23 de janeiro de 1919. Nesta comissão prestou reais serviços à Fazenda Nacional, regularizando diversos trabalhos subordinados à Delegacia; fez recolher aos cofres públicos avultadas somas provenientes de selos adesivos, anteriores à sua administração, conforme documentos existentes na Delegacia Fiscal desse Estado e no Tesouro Nacional.

Os Relatórios apresentados ao Presidente da República pelos Ministros da Fazenda Drs. Pandiá Calógeras e Antonio Carlos, fazem honrosas referências à sua administração. Foi nomeado por decreto de 17 de setembro de 1919 Delegado Fiscal do Estado do Paraná, onde esteve até 1923, removido depois para idêntico lugar no Estado do Rio Grande do Sul por ato de 1º de outubro deste mesmo ano.

Atualmente (1924) exerce as funções de primeiro escriturário da Recebedoria do Distrito Federal, conseguindo assim mais uma promoção na sua vida pública.

Geonísio Curvelo de Mendonça – Filho de Antonio Curvelo de Mendonça e D. Bárbara de Menezes Mendonça e irmão do Dr. Manoel Curvelo de Mendonça, de quem se faz menção neste livro, nasceu a 23 de novembro de 1877 no engenho Quintas, município de Riachuelo.

Estudou preparatórios no Aracaju, no “Ateneu Sergipense” e no colégio do Professor Alfredo Montes. Seguiu depois para o Rio de Janeiro, em 1895, e entrou para o Correio no ano seguinte como praticante suplente do distrito Federal, nomeado a 12 de agosto de 1896. A 23 de maio de 1898 foi promovido a praticante efetivo e por efeito da reforma de 1909 foi considerado praticante de 1ª classe da Diretoria Geral. Por merecimento foi promovido a amanuense a 27 de junho de 1912; a 3º oficial, pelo mesmo motivo, e por concurso, a 12 de janeiro de 1914; e a 2º oficial, ainda por merecimento, em janeiro de 1917. Exerceu, dando cabal desempenho, as seguintes comissões: a de inspeção nos Correios do Amazonas e Ceará em 1915; a de administrador dos Correios de Sergipe, por nomeação de 1º de setembro de 1915, tendo servido de outubro desse ano a 6 de março de 1916; a de administrador dos Correios da Bahia; achando-se atualmente 1924 em igual comissão em S. Paulo.

Esteve em Mato Grosso como secretário do interventor federal ali, Dr. Camilo Soares de Moura. Entrou no concurso que se realizou em 17 de maio de 1909 para o provimento da cadeira de lógica do Ginásio Nacional, cabendo-lhe dissertar longamente sobre o terceiro ponto, “Verdade e erro”, dissertação que fez com o maior brilho. Dotado de formosa inteligência, de acurada educação e de grande cultivo, adquirido com esforço próprio, é uma das figuras de maior relevo na postalidade brasileira.

Entre outros trabalhos escreveu:

- *Verdade e erro*: dissertação sobre o terceiro ponto do concurso realizado a 17 de maio de 1909 para provimento da cadeira de lógica do Ginásio Nacional. No “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro de 2 de junho de 1909.
- *Revisão de vales postais nacionais*. 1912.
- *Pontos de legislação postal internacional*. Na “União Postal” do Rio de Janeiro de 13 de julho de 1913 em diante.
- *Vales postais internacionais*. 1914.
- *Instruções gerais para a execução do serviço postal*. 1914.
- *Projeto* de convenção para permutação de vales postais entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América. 1914.
- *Projeto* de instruções para execução do serviço de encomendas postais internacionais. 1915
- *Relatório* sobre o serviço da Administração dos Correios de Sergipe no ano de 1915, apresentado a 18 de fevereiro de 1916.
- *Discurso* pronunciado na inauguração solene do edifício dos Correios e Telégrafos em S. Paulo em 1921. Na “A Garoa” de S. Paulo, nº 17, de 30 de setembro de 1922, erradamente datado de 1921.

Gervásio Barreto – Ver Antonio Gervásio de Sá Barreto.

Gervásio de Carvalho Prata, Bacharel – Filho do Coronel Manoel Antonio de Siqueira Prata e D. Constância de Carvalho Prata, nasceu a 1º de junho de 1886. Bacharel pela Faculdade Livre de Direito da Bahia em 1907, foi Secretário do Governo do Estado de Sergipe, por ato de 12 de agosto de 1914, sendo exonerado, a pedido, a 29 de setembro seguinte. Chefe de polícia do Estado no Governo do Dr. José Joaquim Pereira Lobo em outubro de 1922, foi nomeado Procurador Geral do Estado prestando compromisso a 31 do mesmo mês.

Escreveu:

- *Discurso* pronunciado por ocasião da ovação feita pelo povo de Simão Dias ao Coronel Pedro Freire de Carvalho, vice-presidente do Estado. No “Jornal de Sergipe” de 17 de agosto de 1911.
- *Discurso* proferido pelo Juiz municipal do Lagarto por ocasião da passagem do Exmo. Presidente do Estado, General José de Siqueira Menezes, por aquela cidade em janeiro de 1914. No “O Estado de Sergipe” de 5 e 6 de fevereiro seguinte.
- *Resposta* do Procurador Geral do Estado às diatribes do Desembargador Evangelino de Faro. No “Sergipe Jornal” de 8 de setembro de 1922.
- *Discurso* pronunciado no dia 26 de julho de 1923 na sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em que recebeu os aviadores navais. No “Diário Oficial” de 31 do mesmo mês.

Gilberto Amado, Doutor – Filho de Melquisedeque Amado e D. Ana Amado, nasceu na cidade da Estância a 7 de maio de 1887.

Depois de ter estudado os preparatórios no Aracaju, seguiu para a Bahia, onde formou-se em farmácia, tendo alcançado notas distintas em todas as provas do curso.

Cursou depois a Faculdade de Direito do Recife, na qual recebeu o grau de bacharel a 22 de dezembro de 1909.

Nomeado promotor público do Aracaju não aceitou o lugar. Exerceu porém antes de formar-se o lugar de 1º Oficial da Câmara dos Deputados de Pernambuco e de lente de ciências físicas e naturais da Escola Normal de Aracaju, posto depois em disponibilidade.

Atraído para as lides da imprensa desde estudante, colaborou na “Diário de Pernambuco” de 1907 a setembro de 1909, no “O País” em 1909 e com o falecimento da escritora Carmem Dolores a 16 de agosto de 1910 substituiu-a na crônica “A Semana”, que se publicava aos domingos nesse jornal, cujo último artigo saiu no nº de 30 de abril de 1911, tendo neste mês entrado para o número dos colaboradores efetivos da “A Imprensa” do Rio de Janeiro e do “Comércio de São Paulo”.

Colaborou também na “Folha do Norte” do Pará, escrevendo várias crônicas, na “Época”, Rio, de que foi em 1919 redator-chefe, na “Gazeta de Notícias”, na “A Pátria”, na “América Brasileira”, na “Mundo Literário” e em numerosos órgãos da imprensa do país.

Usou os pseudônimos de Áureo e Gil.

Em 1912 fez uma excursão pela Europa.

Por decreto de 26 de abril de 1911 foi nomeado professor extraordinário efetivo da 4ª seção, direito criminal da Faculdade de Direito do Recife.

Sócio correspondente do Museu Social Argentino em 1923. Dotado de privilegiada inteligência é considerado um dos mais festejados escritores do país.

Entrando para a política foi eleito deputado federal pelo seu Estado nas legislaturas de 1915-1917, 1921-1923, 1924-1926. Em 1923, foi condecorado pelo governo português com a comenda da Ordem do Santiago.

Escreveu:

– *Mãe*. A Manuel dos Passos. No “O Estado de Sergipe”, de 25 de abril de 1907.

– *Golpes de Vista*, sob o pseudônimo de Áureo: seção mantida no “Diário de Pernambuco” desde 1907 a 1909.

– *De relance*, sob o pseudônimo de Gil nos primeiros artigos e posteriormente assinados com o próprio nome: seção mantida na “O Estado de Sergipe” de 1º de março a 1º de maio de 1907.

– *Sobre idéias de Nietzsche*. No “O Estado de Sergipe” de 7 e 10 de julho de 1907. Transcrição do “Diário de Pernambuco”.

– *A nuvem*: conferência literária realizada no Recife em junho de 1907. Publicada em folhetim na “Folha de Sergipe” de 12, 15, 19 e 22 de setembro seguinte. Transcrita do “Diário de Pernambuco”.

– *Luiz Delfino*: estudo crítico no “Jornal do Comércio” de 13 de fevereiro de 1910.

– *Um moralista moderno*: estudo literário sobre o psicólogo francês Marcel Prévost. No “O País” de 23 de abril de 1910.

– *D’Annunzio*: no mesmo jornal de 9 de junho seguinte.

– *O Instinto*: livro de contos. Porto, 1910.

– *A chave de Salomão*: conferência realizada no salão nobre do “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, a 9 de agosto de 1913. Na referido jornal de 13.

– *Pequenos ensaios contemporâneos*: Anatole France – *A dança sobre o abismo*. Mefistófeles. *A Revolução dos Anjos*, no “Jornal do Comércio” do Rio, de 26 de abril de 1914.

Editor Francisco Alves. Compõe-se este livro de uma conferência sob aquele primeiro título e algumas notícias literárias e de crônicas publicadas nos jornais de S. Paulo e do Rio.

– *Uma cousa inexplicável*: no “Jornal do Comércio” do Rio, de 18 de julho de 1914. É um estudo crítico sobre um livro de Oliveira Lima.

– Pinheiro Machado: conferência política realizada na salão da Biblioteca Pública do Estado, no Aracaju, a 17 de dezembro de 1914. No “Correio de Aracaju”, do dia 19, em resumo.

– *A suave ascensão*: poesias. Rio de Janeiro, 1917, 174 págs. in. 12º. Tip. do “Jornal do Comércio”, de Rodrigues & C. – Editor Jacinto Ribeiro dos Santos.

– *Grão de areia* – (Estudos de nosso tempo). Rio de Janeiro, 1919, 271 págs. in. 12º. Editor Jacinto Ribeiro dos Santos.

– *Discurso* pronunciado a 8 de setembro de 1921 na Biblioteca Nacional, na sessão cívica comemorativa do 6º aniversário do falecimento do General Pinheiro Machado, promovida pela bancada riograndense e pelo “Centro Cívico Pinheiro Machado”. No “Jornal do Comércio”, do Rio, do dia seguinte, transcrito no “Correio de Aracaju” de 23 de setembro a 1º de outubro do mesmo ano.

– *Aparências e realidades*. S. Paulo, 1922. Editado pela Casa Monteiro Lobato.

– *Discurso* pronunciado na Câmara Federal na sessão de 23 de novembro de 1923. No Diário Oficial, do Aracaju, de 11 de dezembro seguinte.

► *Data de morte: 27 de agosto de 1969, no Rio de Janeiro (RJ).*

Gonçalo de Aguiar Boto de Menezes, Bacharel – Filho de Simeão Teles de Menezes e D. Maria de Aguiar Caldeira Boto, nasceu a 23 de setembro de 1843 no engenho Mato-Grosso, município de Divino Pastora. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela faculdade do Recife, recebeu o grau em 1864. Principiou sua vida pública exercendo o cargo de Promotor Público da Comarca de Maruim de que se demitiu em 1868 para melhor se consagrar à advocacia e à agricultura. Militava na política liberal, a que se filiara desde os bancos da Academia.

Esteve como Diretor da Instrução em 1878-1879, sendo neste último ano nomeado chefe de Polícia Interino. Passando a efetivo por Decreto de 8 de agosto de 1881, serviu até setembro de 1884. Exerceu ainda o cargo de Procurador Fiscal interino da Tesouraria Geral de Sergipe em 1878 e no mesmo ano Delegado Especial do Inspetor Geral do Ensino Público da Corte, em Sergipe. Em 1885 tomou posse da Comarca de S. José do Tocantins, deixando depois por ter aceitado o lugar de Chefe de Polícia do Pará, sendo dispensado deste cargo pela elevação ao poder da situação conservadora. Por decreto de 22 de novembro de 1886 foi designado para a comarca de Cajazeiras no Estado da Paraíba, tendo entrado em exercício a 17 de abril de 1887, conservando-se aí até 1891. De 1896 a 1900 ocupou a comarca de Mamanguape (Paraíba) sendo depois Juiz dos Feitos da Fazenda na Capital e Chefe de Polícia, cargo que deixou por ter sido nomeado Desembargador do Supremo Tribunal. Em Sergipe, foi Deputado Provincial nas legislaturas de 1866-1867 e 1868-1869 e Presidente da Municipalidade do Riachuelo, onde criou uma escola noturna mantida à sua custa a qual teve a duração de dois anos. Redigiu o “11 de Agosto”, jornal acadêmico em 1861 e órgão do partido Liberal, “Jornal de Sergipe” na administração Ribeiro de Menezes em 1878.

Escreveu:

– *Relatório* apresentado a 31 de dezembro de 1878 ao Exmo. Sr. Dr. Raimundo Bráulio Pires Lima, D. Vice-Presidente da Província de Sergipe, pelo Diretor Geral da Instrução. Anexo às págs. 5 a 34 do Relatório com que o mesmo Vice-Presidente abriu a 2ª sessão da 22ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 3 de março de 1879.

– *Relatório* apresentado em 15 de fevereiro de 1883 ao Exmo. Sr. Dr. Presidente da Província, José Ayres do Nascimento, pelo Diretor Geral do Ensino Público e tem 55 págs. in. 8º. Anexo ao Relatório com que o mesmo Presidente abriu a 2ª sessão da 24ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe em 1º de março de 1883.

– *Relatório* apresentado em 20 de fevereiro de 1884 ao Exmo. Sr. Presidente, Dr. Francisco de Gouvêa Cunha Barreto, pelo Chefe de Polícia... 25 págs. in. 8º. Anexo ao Relatório com que o mesmo Presidente abriu a 1ª sessão da 25ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe, em 2 de março de 1884, 30 págs. nº 8.

– *Manifesto* no “Jornal de Sergipe”, 6 de junho de 1883.

– *O Evangelho e a cruz*: conferência proferida a 31 de dezembro de 1900 na escola pública, sita a praça das Mercês em Paraíba, em comemoração à entrada do século XX.

– *A caridade cristã*: conferência proferida na igreja das Mercês, na Capital da Paraíba, em julho de 1905, a convite de uma comissão da Irmandade da mesma igreja. Estes trabalhos não foram impressos, mas a imprensa local deu notícia deles em termos encomiásticos.

– *Discurso* proferido no dia 27 de maio de 1906 por ocasião de ser inaugurado no salão do Supremo Tribunal o retrato do governador Álvaro Machado Paraíba, 1906. Ignoro se foi impresso.

Gonçalo de Faro Rollemberg, Doutor – Filho de Manoel Rollemberg de Menezes e D. Maria de Faro Rollemberg, nasceu a 13 de setembro de 1860 no Engenho Maria Teles, município de Maruim. Começou os seus estudos na Bahia, onde cursou os três primeiros anos da Faculdade de Medicina, doutorando-se na do Rio de Janeiro em 1881. Deputado provincial logo depois de formado, foi delegado de higiene em Japarutuba e depois vice-presidente do Estado no governo do Coronel Manoel Prisciliano de Oliveira Valadão. Nesse caráter geriu os negócios do Estado de 11 de dezembro de 1894 a 16 de fevereiro de 1895. Em 1913 fez uma excursão pela Europa e em 1918 foi eleito senador federal por seu Estado.

Escreveu:

– *Da icterícia*: dissertação. Proposições. Seção de ciências acessórias. Das colchicácias e seus produtos farmacêuticos. Seção de ciências cirúrgicas – Anestésicos. Seção de ciências médicas – Hepatite aguda. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 29 de setembro de 1881, e sustentada em 15 de dezembro do mesmo ano por... Rio de Janeiro, 1881, 78 págs. in. 8°. Tip. e lito. a vapor, encadernação e livraria de Lombaerts D. & C.

– *O boletim do Sr. João Gonçalves*: comunicado. Na “A Reforma”, Aracaju, de 16 de janeiro de 1887.

– *O Boletim do Sr. João Gonçalves e a “Gazeta de Aracaju”*. No mesmo jornal de 23 do mesmo mês.

– Negócios de Japarutuba: comunicado no referido jornal de 27 de março, 2 de abril e 1º de maio do mesmo ano.

– Mensagem dirigida ao Exmo. Sr. Presidente deste Estado Coronel Manoel Prisciliano de Oliveira Valadão, pelo vice-presidente do mesmo Estado, em 16 de fevereiro de 1895. No “O Dia”, Aracaju, de 21 e 22 do mesmo mês.

Gonçalo Paes de Azevedo Faro, Desembargador – Filho do major Felipe de Azevedo Faro e D. Luiza de Faro Mota, nasceu no município do Rosário do Catete, a 27 de fevereiro de 1846 e faleceu na cidade de Olinda, Pernambuco, a 10 de março de 1900. Depois de ter-se habilitado na Bahia para os exames das matérias do ensino secundário exigidas pelo Regulamento das Faculdades de Direito, seguiu para o Recife, onde fez todo o tirocínio acadêmico, recebendo em 1870 o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Destinando-se à carreira da magistratura, iniciou-a como juiz municipal de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, Cunha em S. Paulo e de órfãos dos termos da Estrela, no Rio de Janeiro, sendo depois sucessivamente juiz de direito no período de 1878-1890, em diversas comarcas das antigas províncias do Rio Grande do Sul, Paraíba e Pernambuco.

Por três vezes deixou as funções de juiz, para desempenhar as de chefe de Polícia de Alagoas em 1878, do Ceará em 1880-1881 e da Paraíba em 1882. O serviço público auferiu da inteligente iniciativa do extinto magistrado importantes melhoramentos, realizados no exercício dos cargos e honrosas comissões, que lhe foram confiados, tais como a colônia orfanológica fundada na vila da Estrela e a criação da guarda cívica no Ceará, um perfeito modelo de disciplina e correção, que se manteve até a proclamação do regime atual, restaurada posteriormente em 1907. Fundou em 1876 na cidade de Cunha a sociedade Nova Arcádia, de que foi presidente. Acabrunhado por grave moléstia que o obrigou a fazer uma viagem à Europa e desgostoso pela inopinada deposição do Imperador, Pedro II, a quem era pessoalmente dedicado, requereu sua aposentadoria que pelo Governo Provisório da República lhe foi concedida por Decreto de 7 de fevereiro de 1891 com as honras de desembargador. Sua Majestade Fidelíssima tendo em alto apreço as suas apreciáveis

qualidades de homem público, agraciou-o em 1883 com a comenda da Real Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. No seu quarto ano acadêmico redigiu:

– *Ilustração Acadêmica*: revista quinzenal. Recife, 1865 e 1869. No ano de 1865 foi redigida por J. M. Carneiro Vilela, José Higino Duarte Pereira e José Elísio de Carvalho Couto.

Escreveu:

– *Regimento das colônias orfanológicas, agrícolas e industriais do município da Estrela*. Rio de Janeiro, 1877, 31 págs. in. 12º. Tip. Dias da Silva Júnior. Transcrito no “Jornal do Aracaju” de 18 de maio de 1878 em diante.

– *Provimento geral do termo de Uruguaiana no dia 22 de setembro de 1879*. No “Jornal de Sergipe”, de 8 a 22 de novembro do mesmo ano.

– *Regulamento e instrução da guarda cívica da província do Ceará*, confeccionados pelo conselheiro André Augusto de Pádua Fleury e o chefe de Polícia, etc. Fortaleza 1881, 5 págs. in. 32º. Tip. do “Cearense”.

– *Relatório* apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro André Augusto de Pádua Fleury, Presidente do Ceará, a 15 de março de 1881, pelo Chefe de Polícia, etc. Anexo ao Relatório do mesmo Presidente, págs. 59 a 61.

– *Instruções* para matrícula de boleiros e outros guias de veículos de condução e sobre o trânsito de animais de tiro, de carga ou de sela nas ruas e praças da cidade da Fortaleza. Fortaleza, 1881, 11 págs. in. 12º. Tip. do “Pedro II”.

– *Instruções* para a matrícula dos carregadores de bagagem no porto da Fortaleza. no “Cearense” de 26 de fevereiro de 1881.

– *Relatório* do Chefe de Polícia. Anexo ao Relatório com que o Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente, Dr. Antonio Alfredo da Gama e Melo, passou a administração da Província da Paraíba ao Exmo. Sr. Dr. Manuel Ventura de Barros Leite Sampaio, no dia 21 de maio de 1882. Paraíba, 1882, XVI págs. in. 8º gr.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Presidente, Dr. Manuel Ventura de Barros Leite Sampaio, em 15 de setembro de 1882, pelo Chefe de Polícia, etc. Anexo ao Relatório com que o mesmo Presidente instalou em 4 de outubro de 1882 a Assembléia Legislativa Provincial da Paraíba. Paraíba, 1882, 13 págs. in. 4º.

Gonçalo Rabelo Leite, Doutor – Filho de Antonio Rabelo Leite e D. Zelina Amélia de Almeida Leite, nasceu no engenho Kágado, município de Riachuelo, a 27 de setembro de 1864 e faleceu a 4 de dezembro de 1912, na cidade de Penedo, Estado de Alagoas. Preparou-se em humanidades no Aracaju, como aluno do colégio “Parthenon Sergipano”, e, vencido o curso superior da Faculdade de Medicina da Bahia, recebeu o grau de doutor a 18 de dezembro de 1886. Os seus primeiros trabalhos profissionais foram feitos em Sergipe, passando-se depois para S. Paulo, onde os continuou por espaço de doze anos. Voltando para o Norte, clinicou no Pilar, S. Miguel e Penedo durante dois anos, fixando residência em 1901 na cidade de Propriá, tendo-se retirado dessa para a do Penedo 3 meses antes do seu passamento.

Escreveu:

– *Tísica tuberculosa*: dissertação. Proposições. Três relativas às diversas cadeiras do curso médico. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 31 de julho de 1886 para serem sustentadas. Bahia, 1886, 83 págs. in. 8º. Imprensa Popular.

Gonçalo Vieira de Carvalho e Melo, Bacharel – Filho do tenente João de Melo Carvalho e D. Rosa Maria de Jesus, nasceu a 15 de fevereiro de 1822 no antigo engenho Rezende, termo da Capela, e faleceu a 25 de fevereiro de 1884 no engenho de sua propriedade, “Flor da Rio”, situado no mesmo termo.

Matriculado no curso de ciências jurídicas e sociais da cidade de Olinda, em Pernambuco, no ano de 1846, recebeu o grau de bacharel em outubro de 1850.

A 12 de fevereiro de 1851 foi nomeado promotor público da comarca de Vila Nova, de que teve acintosa demissão a 17 de maio de 1852. Em 1856 tornou à Vila Nova como juiz municipal e delegado de polícia, e de 1871 a 1884 exerceu o juizado de direito da Capela. A 8 de março de 1862 o Governo Imperial houve por bem nomeá-lo 4º vice-presidente da província. Foi deputado provincial nas legislaturas de 1852-53, 1860-61 e 1872-73, e nessa última, presidente na sessão anual de 1872. Magistrado respeitável pela sua probidade.

Escreveu:

– *Discurso* proferido na sessão do dia 23 de abril de 1852, na Assembléia Legislativa Provincial. Na “A União”, Estância, de 23 de outubro seguinte. Nesse discurso o orador procurou demonstrar a injustiça das censuras irrogadas contra si pelo presidente da província, bacharel José Antonio de Oliveira e Silva, que celebrizou-se no governo pelas perseguições movidas contra os adversários políticos.

– *Defesa* apresentada ao Tribunal da Relação da Bahia, provando a improcedência da denúncia apresentada por Agripino Guilherme da Silva Martins em agosto de 1859. Inédito.

Gotardo Correia de Araújo Júnior, Doutor – Filho de outro do mesmo nome e D. Maria Correia de Brito Araújo, nasceu a 28 de setembro de 1889 na Capela.

Formado em farmácia em 1907 na Bahia, doutorou-se em medicina na mesma Faculdade em 1917. Depois de ter exercido por muitos anos a sua profissão de farmacêutico naquela cidade.

Escreveu:

– *Da profilaxia da Sífilis*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de Ciências Médico-Cirúrgicas. Aprovada com distinção. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia a 3 de novembro de 1917 e publicamente defendida a 18 de dezembro a fim de obter o grau de Doutor em Medicina que recebeu a 21 desse mês. Bahia, 1917, IX-75 págs. in. 8º pq. Livraria Catilina de Romualdo dos Santos Loureiro, Editor.

Gouveia Lima, Coronel – Vide Antonio Alves Gouveia Lima.

Graccho Cardoso – Vide Maurício Graccho Cardoso.

Graciliano Aristides do Prado Pimentel, Bacharel – Filho de Joaquim José de Barros Pimentel e D. Ana Hortência do Prado Pimentel, nasceu, segundo declaração da própria progenitora, a 20 de abril de 1840 em S. Cristóvão e faleceu a 10 de março de 1899 em Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais. Órfão de pai quando criança e sem contar com os favores da fortuna, teve de vencer imensas dificuldades para fazer sua educação literária e científica. Aos esforços de sua progenitora, inteligente matrona, verdadeira heroína do lar, reunidos aos esforços pessoais, conseguiu preparar-se em humanidades no extinto “Liceu” de S. Cristóvão, onde exerceu por algum tempo o magistério particular antes de se destinar a Pernambuco. Na Faculdade de Direito do Recife fez com raro brilho o curso completo das duas ciências, jurídicas e sociais, colando o grau de bacharel nos fins de 1862, tendo por companheiros de turma os sergipanos João Gomes Ribeiro, José Luiz Coelho e Campos e Vicente da Silva Portela. Um mês após a formatura, a 13 de dezembro, foi nomeado promotor público da comarca de Aracaju, cargo que deixou em janeiro de 1864 para assumir as funções de juiz municipal e de órfãos do termo de Laranjeiras. Desgostos advindos no começo da sua judicatura deram lugar a que abandonasse o cargo, seguindo em 1865 para a Corte, resolvido a montar escritório de advocacia. Obstado no seu propósito em virtude da Carta Imperial de 8 de julho, que o nomeou secretário do governo do Espírito Santo, teve de partir para a Vitória, onde por espaço de um ano e sete meses dirigiu os trabalhos da

Secretaria na presidência do Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, acumulando interinamente o lugar de Inspetor Geral Instrução Pública, para o qual fora nomeado por ato de 22 de dezembro do mesmo ano. Na sua operosa carreira pública, toda ela dignamente percorrida, sem humildes curvaturas, soube honrar as posições de destaque que lhe foram confiadas, pondo em brilhante evidência as suas eminentes qualidades de administrador, político e jornalista. Presidiu as províncias de Alagoas no período de 25 de maio a 27 de julho de 1868; a do Maranhão em 17 de maio a 11 de novembro de 1878 e a de Minas Gerais desde 22 de janeiro a 24 de abril de 1880. Representou Sergipe na Assembléia Provincial no biênio de 1864-1865 e na Câmara dos Deputados Gerais nas legislaturas de 1878-1881 e 1881-1884. Eleito pelo 2º distrito da província da Paraíba para a 21ª legislatura de 1889 a 1892, não chegou a ser reconhecido por ter sobrevivido a proclamação da República. Derruído o velho regime terminaram suas aspirações políticas, conservando-se fiel aos princípios monárquicos, pelos quais sempre se bateu. Desde então a sua atividade limitou-se ao exercício da advocacia, depois de afastar-se da imprensa, na qual ainda por algum tempo pontificou.

Orador de forte envergadura e largo descortino, os seus triunfos na Câmara Temporária muito excederiam em número, se mais assiduamente tivesse freqüentado a tribuna parlamentar. Como jornalista político sua pena obedecia ao temperamento combativo de inteligente polemista intransigente, mas sempre refletido, tanto no ataque ao adversário, quanto na defesa do seu partido. Em qualquer dessas atitudes soube dignificar o subido conceito de escritor público em artigos magistrais, entre os quais merece especial referência a longa série dos publicados sob o pseudônimo de *Graccho*, em defesa do Ministério de 3 de agosto de 1866, presidido pelo conselheiro Zacharias de Góes e Vasconcelos. Na mocidade, antes de penetrar no labirinto do vida real, afeiçoou-se à arte da rima. Fez versos quando estudante e no curso acadêmico divulgou pela imprensa a poesia *As fases da minha vida*, além de outras dadas provavelmente à luz da publicidade. Vulto político de grande realce no Império, entre outros trabalhos seus na Câmara dos Deputados foi relator da Comissão de orçamento, escolhido como um dos representantes de mais talento e maior competência. Foi membro de algumas sociedades científicas e comendador da Ordem de Cristo por Decreto de 7 de maio de 1881.

Escreveu:

– *Discurso* do Presidente efetivo do “Ateneu Pernambucano” pronunciado na sessão de 21 de agosto de 1862. No “Ateneu Pernambucano” periódico científico e literário. 1862, vol. VII, págs. 5 a 7.

– *Discurso* recitado a 19 de outubro de 1862 na sessão magna do “Ateneu Pernambucano” por seu presidente o estudante do 5º ano. Transcrito no “Correio Sergipense”, Aracaju, de 19 de dezembro do mesmo ano.

– *O Juiz Municipal de Laranjeiras ao público*. Na “Coluna do Trono”, Laranjeiras, de 17 de novembro de 1864.

– *Relatório* apresentado ao Presidente da Província do Espírito Santo a 20 de abril de 1866 pelo Inspetor Geral Interino da Instrução Pública. Em Apêndice ao Relatório do Presidente, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, págs. 36 a 40.

– *A Liberdade e o trabalho*. Vitória, 1866, 80 págs. in. 8º. Tip. do Jornal da Vitória.

– *Confidências de um morto*. Páginas políticas. Primeiras páginas. Rio de Janeiro, 1868, 32 págs. in. 8º rg. Typographie et Lithographie Française. A autoria deste folheto, transcrito em quase todos os jornais liberais do império, foi atribuída às mais acreditadas penas do Rio de Janeiro. O doutor Sacramento Blake disse por engano a pág. 520, vol. 4 do “Dicionário Bibliográfico Brasileiro” pertencer a este autor o folheto *Conferência dos humanos*, quando aliás foi da lavra do doutor José Alves Pereira de Carvalho, como afirma o próprio bibliógrafo à pág. 279 do mesmo volume.

– *A Capanga*: paródia muito séria, sob o pseudônimo *Amigo ausente*. Rio de Janeiro, 1872, 20 págs. in. 8º pg. Tipografia da “A Reforma”.

– *Relatório* com que passou a administração da Província de Minas Gerais ao 2º Vice-Presidente, Conselheiro Cônego Joaquim José de Santana, em 24 de abril de 1880. Ouro Preto, 1880, 20 págs. Tip. da “Atualidade”.

– *Discursos* proferidos nas sessões da Câmara dos Deputados de 25 e 30 de novembro de 1880. No “Eco Liberal”, Aracaju, de 11 de dezembro do mesmo ano.

– *Discurso* sobre o orçamento da receita proferido no Câmara dos Deputados, na sessão de 16 de julho de 1884. Rio de Janeiro, 1884, 39 págs. in. 16º. Tipografia Nacional.

– O Dr. Alerandre Chaves, no “Jornal do Comércio”, Rio, de 26 de setembro de 1885. Artigo dedicado à memória do bacharel Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, falecido no dia 1º de setembro desse ano. Figura representativa das mais ilustres de outrora, os seus notáveis predicados de jornalista acentuaram-se mais nitidamente nas pugnas da imprensa política do país.

Era ainda estudante de direito, quando começou a escrever no “Ateneu Pernambucano”, “Jornal do Recife”, neste, folhetins e crônicas ligeiras, tornando-se de futuro um nome acatado entre os mais conhecidos representantes do jornalismo brasileiro.

Redigiu:

– *Correio Sergipense*: folha oficial, política e literária, Aracaju, 1863. Este órgão da imprensa sergipana já existia desde 1838 em S. Cristóvão, transferido depois da mudança da capital para Aracaju, onde deixou de ser publicado em 1866.

– *Diário do Povo*. Rio de Janeiro, 1867-1868. Propriedade de Honório Francisco Caldas. Redator: Lafaiete Rodrigues Pereira, tendo por companheiro o autor.

– *A Reforma*: órgão democrático. Rio de Janeiro, 1869-1879. Com outros.

– *Eco Liberal*: órgão do partido de Sergipe. Aracaju, 1877-1884. Estava nesse tempo na província, quando surgiu este jornal político, de que foi um dos fundadores e um dos cinco membros da primeira comissão de redação.

– *Tribuna Liberal*. Rio de Janeiro, 1888-1889. De 1º de janeiro de 1889 em diante aumentou de formato. O seu primeiro número é de 1º de novembro daquele ano, suspendendo a publicação a 25 de dezembro do ano seguinte em consequência do Decreto de 23 do mesmo mês, que suprimiu a liberdade de imprensa.

Gratulino Vieira de Melo Coelho – Filho de João Vieira de Melo Coelho e D. Norberta Maria de Moraes, nasceu a 11 de junho de 1844 na Barra dos Coqueiros, freguesia de Santo Amaro, e faleceu na Estação de Todos os Santos, Capital Federal, a 17 de novembro de 1918. Mal se havia preparado nos estudos preliminares e logo, muito jovem, entrou para o funcionalismo público como praticante da extinta Tesouraria Geral de Fazenda de Aracaju, nomeado por portaria de 1º de julho de 1859. Segundo escriturário da mesma Repartição por ato de 12 de julho de 1861, passou a servir como 3º escriturário da Tesouraria da Fazenda da ex-província de S. Paulo por nomeação de 11 de agosto de 1865. Não havia decorrido ainda grande espaço de tempo quando seguiu para o Rio de Janeiro, onde fez todo o resto da sua carreira burocrática, galgando uma a uma as posições até ser elevado a Diretor de seção da Secretaria do Interior e Justiça. Dos mais antigos funcionários públicos, contando sessenta anos de serviços ao país, os seus alvitre e opiniões foram sempre muito acatados, pelos conhecimentos revelados sobre as questões afetas à Diretoria de que era chefe. Foi na mocidade poeta e jornalista. Enquanto residiu em Aracaju publicou versos na imprensa local e nos seus últimos anos empregava as horas de trabalho exclusivamente no cumprimento dos deveres do cargo e na leitura das obras sobre o espiritismo. Do quanto escreveu consta o seguinte:

– *A mulher*: poesia. No “Correio Sergipense”, Aracaju, de 24 de setembro de 1859.

– *Foi assim!*... Poesia. Idem, de 13 de maio de 1862.

– *Poesias*: volume inédito...

Redigiu:

– *O Miosote*: jornal literário. Publicação mensal. Colaboração de Bruno Seabra, Castro Alves e outros. Rio de Janeiro, 1869.

Guilherme Pereira Rebelo, Doutor – Filho de outro do mesmo nome e D. Francisca Ribeiro Viana Rebelo, nasceu a 5 de junho de 1858 em Aracaju.

Iniciou nesta Capital a instrução primária terminando-a na Capital da Bahia, para onde se transportou em 30 de setembro de 1864, acompanhando seus pais.

Ali cursou por algum tempo o colégio de “N. Senhora do Amparo” dirigido pela educadora portuguesa D. Carmem Madeira Shan, passando-se depois para o antigo “Ginásio Baiano” fundado pelo notável educador Dr. Abílio César Borges e ulteriormente para o Colégio “Parthenon Baiano”, sob as vistas de seu pai, fundador e diretor desse acreditado instituto, onde terminou, em 1873, o seu curso de admissão ao ensino superior. Nesse mesmo ano matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo a láurea de doutor aos 21 de dezembro de 1878, após um curso coroado pelas mais elevadas aprovações.

Posteriormente obteve no mesmo instituto o grau de farmacêutico.

Começou sua carreira pública nomeado em 25 de agosto de 1879, 2º cirurgião do Corpo de Saúde do Exército em que serviu por mais de 7 anos no Rio Grande do Sul, em cuja fronteira esteve como médico da comissão de engenheiros militares incumbido de fundar a Colônia Militar do Alto Uruguai; depois na capital do país e na Bahia, onde muitas vezes em ofício foi elogiado pelas autoridades militares com as quais serviu.

Em 1885, em seguida a dois concursos, entrou para o Corpo docente da Faculdade de Medicina da Bahia, como adjunto, cargo que mais tarde foi denominado “Substituto” e depois “professor extraordinário”.

Intimado a optar entre esse cargo e o militar decidiu-se pelo da Faculdade, sendo exonerado do serviço do Exército a 10 de agosto de 1886.

Conquistou no antigo Liceu, hoje “Ginásio da Bahia”, em outubro de 1890, a cátedra de professor da língua inglesa, após um concurso que lhe granjeou não só aprovação unânime da Congregação, como – fato ocorrido pela primeira vez e ainda não repetido – uma declaração na ata do julgamento feita pela Congregação “lamentando que a lei não lhe permitisse externar-se em uma manifestação de louvor ao candidato pelas provas magistrais por ele exibidas” (Ata da sessão de 6 de outubro de 1890).

Aos 22 de setembro de 1894 teve acesso na Faculdade de Medicina, ainda por concurso – o quarto efetuado, e no qual teve, como nos outros, aprovação unânime – a lente Catedrático de Patologia Geral, cadeira de que em virtude de sua supressão no reforma ulteriormente promulgada foi, a 25 de fevereiro de 1901, transferido para a de Anatomia e Fisiologia Patológicas, para a qual tinha também concurso e de que havia sido antes adjunto e substituto.

Foi por alguns anos delegado fiscal do Governo Federal junto ao “Ginásio S. Salvador”, da Bahia, e professor livre de Filosofia, Português e Inglês nos mais acreditados estabelecimentos de ensino da capital.

Interinamente foi Inspetor Geral do Ensino cerca de 4 meses no governo do Dr. Antonio Muniz.

Desempenhou ainda as funções de membro do Conselho Sanitário do Ensino da Bahia, em cuja capital exerceu a clínica e as de membro do Conselho Médico Legal, instalado em março de 1917.

Atraído pela política e aleito membro do Conselho Municipal da capital para o quadriênio de 1908-1911, foi depois eleito deputado estadual para o biênio de 1909-1910 e reeleito para o de 1911-1912, havendo, tanto no Conselho Municipal como no Câmara dos Deputados, ocupado os postos de maior destaque e mais elevada confiança política, entre os quais o de membro da Comissão de Finanças numa e noutra corporação e seu relator na Câmara dos Deputados. Colaborou em vários jornais literários e científicas como o “Instituto

Acadêmico”, órgão da sociedade desse nome do qual foi um dos fundadores: “O Incentivo”, “O Labor”, estes três no período acadêmico e depois o “Cruz-Altense” do Rio Grande do Sul, “O Livro”, o “Jornal de Notícias”, o “Correio de Notícias”, “A Regeneração”, “A Bahia”, o “Diário da Tarde”, o “Diário da Bahia”, o “Diário de Notícias” a “Gazeta do Povo”, “O Propulsor”, “A Ilustração” e várias poliantéias do Estado da Bahia, e ainda do mesmo Estado, a “Revista dos Cursos” da Faculdade de Medicina de que foi redator por eleição de seus pares e a “Gazeta Médica” da Bahia, a cujo corpo de redação pertenceu.

Subscreveu sempre seus trabalhos; só na “Cruz-Altense” usou o pseudônimo *Edgard Cezar*.

Em 1919 foi eleito membro honorário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro. É cultor apaixonado da música, havendo-a mesmo cultivado praticamente ao piano, no qual, em sua mocidade, chegou a executar desembaraçadamente.

São-lhe familiares, entre as línguas estrangeiras, a francesa, a inglesa, a latina, a espanhola, a Italiana, falando corretamente as duas primeiras.

Pertenceu a várias sociedades literárias e científicas entre as quais o “Instituto Acadêmico”, quando estudante e posteriormente ao “Parthenon Literário”, da capital do Rio Grande do Sul, à “Sociedade de Medicina e Cirurgia”, do Rio de Janeiro, ao “Instituto Geográfico e Histórico” da Bahia, à “Academia Baiana de Letras” e à “Sociedade de Medicina” da Bahia.

Escreveu:

- *Apontamento sobre o pêndulo*. “Instituto Acadêmico”, Bahia, 1873.
- *O Mendigo* (conto). “Instituto Acadêmico”, Bahia, 1873.
- *Sono, sonho sonambulismo e alucinação*. Tese para o doutorado em medicina (aprovada com distinção – 1878 – 159 págs. in. 8º pq.
- *Esboço Histórico da Origem e dos Progressos da Anatomia e Fisiologia Patológicas* (lição inaugural do curso dessa disciplina na Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia). “Gazeta Acadêmica”, abril de 1886.
- *Origem e Evolução da Língua Inglesa*. Tese de concurso para o lugar de lente catedrático do Ginásio da Bahia, (aprovada com um voto de louvor). 1890 – 59 págs. in. 8º.
- *Memoir of the State of Bahia, written by the order of the Right – Honourable Governor of the State and translated into English*. 1893 – 741 págs. e 7 mapas.
- *Estudo Geral da Infecção*. Tese de concurso para o lugar de lente catedrático da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia. 1894, 131 págs. in. 8º.
- Discurso pronunciado perante a Congregação da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia, ao tomar posse do lugar de catedrático. *O Livro* de 29 de setembro de 1894.
- *O Conselheiro Cerqueira Pinto*. Discurso pronunciado ante o túmulo do Cons. Antonio de Cerqueira Pinto em nome da Congregação da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia. “Jornais de Notícias” de 24 de outubro de 1895.
- *À Memória do Conselheiro Cerqueira Pinto*. Discurso proferido como órgão da Congregação da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia na sessão fúnebre celebrada em homenagem à memória do Cons. Cerqueira Pinto. “Correio de Notícias” de novembro de 1895.
- *A Cadeira de Patologia Geral* (artigo protesto). “Correio de Notícias”, de 28 de janeiro de 1896.
- *A Patologia Geral Perante a Ciência Médica*. “Gazeta Médica” da Bahia, junho de 1896 e julho de 1897.
- *Nota sobre um dos modos do Esgotamento Nervoso no “Surmenage Neuro-Muscular”*. “Gazeta Médica da Bahia” agosto de 1897.
- Discurso pronunciado em nome da Congregação da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia na sessão solene em que foram recebidos os alunos que voltavam da campanha de Canudos. “Correio de Notícias” de 29 de outubro de 1897.

- *Memória Histórica* da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia relativa ao ano de 1898. Março de 1899.
- *Economias que se não devem fazer e Economias que podem ser feitas*. “Gazeta Médica da Bahia”. Março de 1899.
- *O Mimetismo do Cólera* (notícia crítica). Maio de 1899. “Gazeta Médica” da Bahia.
- *Liberdade de Frequência* dos Alunos das Faculdades de Medicina e Farmácia da República. Julho de 1899. “Gazeta Médica da Bahia”.
- *A Instituição das Teses*. “Gazeta Médica da Bahia”. Outubro de 1899.
- *Rudolph Virchow* (notícia biográfica e crítica). “A Regeneração”, 1901.
- *Discurso* pronunciado na sessão fúnebre realizada pelos alunos do Ginásio S. Salvador em homenagem a memória de seu fundador. – “Diário da Bahia” de 13 de maio de 1902.
- *Discurso de Parainfo*, proferido no ato da colação de grau de doutor em medicina na Faculdade da Bahia, em 15 de dezembro de 1903, 25 págs. in. 8º.
- *Per ardua surgo* (artigo de apresentação da “Revista dos Cursos” da “Faculdade de Medicina da Bahia”. 1904.
- A Brief Notice on the Bahia Medical Faculty (trabalho destinado à Exposição Universal de Saint Louis – Estados Unidos da América). Bahia, 1904, 12-XII págs. in. 8º. Lito-Tip. e Encadernação de Reis & C. Não traz o nome do Autor. Escrita em inglês e português.
- *Notas sobre a Teratogenia* (súmula de lições do curso de Anatomia e Fisiologia Patológicas). Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia do ano de 1905, 53 págs. e 3 estampas.
- Oração proferida, como órgão da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia, junto ao túmulo do Prof. Dr. Nino Rodrigues. Imprensa diária e “Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia”, do ano de 1905.
- *Versão para o Inglês* do discurso proferido pelo Dr. Governador do Estado no banquete oferecido ao Dr. Elihu Root, Ministro do Exterior dos Estados Unidos da América, em sua passagem pela Bahia, a 24 de julho de 1906. Imprensa diária e, ulteriormente, no folheto Dr. Elihu. Root, Homenagem do Estado da Bahia. Agosto 1906.
- *Discurso* pronunciado a 23 de novembro de 1908, em sessão do Conselho Municipal da capital da Bahia, apresentando candidato à senatoria federal o Dr. José Marcelino de Souza. “Gazeta do Povo” de 23 de novembro de 1908.
- *Discurso* proferido em nome do Partido Republicano da Bahia ao chegar da capital da República o Senador Federal Dr. José Marcelino de Souza. *A Bahia* de 11 de julho de 1909.
- *Discurso* de boas vindas ao Senador Rui Barbosa, como órgão do Conselho Municipal da capital da Bahia, na visita que lhe fez essa corporação em nome da cidade do Salvador. “Diário da Bahia”, de 19 de janeiro de 1910 e livro *Rui Barbosa na Bahia*, publicado no mesmo ano.
- *15 de Maio de 1888*. Notícia histórica da significação dessa data com a história da evolução do abolicionismo no Brasil (Folheto distribuído ao povo pela “Liga de Educação Cívica da Bahia” na festa com que solenizou o 13 de maio de 1910.
- *Discurso* proferido em nome do Partido Republicano da Bahia por ocasião da chegada a este Estado de seu candidato a governador. “A Bahia”, “Jornal de Notícias” e “Diário da Tarde” de 9 de setembro e “Diário da Bahia” de 10 do mesmo mês, em 1911.
- *Discurso* pronunciado como órgão da Congregação do Ginásio da Bahia na sessão solene por ela celebrada em homenagem à memória de seu extinto membro Prof. Raimundo Bizarria. “Diário de Notícias”, de 6 de novembro de 1911.
- *Discurso* proferido como orador oficial na homenagem prestada a um ilustre deputado por amigos particulares e políticos. “Jornal de Notícias” de 30 de agosto de 1912.

– *Discursos Parlamentares* (cerca de 60), pronunciados de 1909 a 1912 e dados à estampa nos órgãos da Câmara dos Srs. Deputados da Bahia. “A Bahia” e a “Gazeta do Povo” e no “Jornal de Notícias”.

– *Discurso* proferido em nome da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia no ato de inaugurar-se o busto do Prof. Dr. Manuel Vitorino no Museu Anátomo-Patológico. “Gazeta do Povo” de 18 de novembro de 1912.

– *Oração* pronunciada como órgão da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia, ante o túmulo aberto do Prof. Dr. Pedro Carrascosa. *A Ilustração*, de fevereiro de 1914.

– *Nova Seleta Inglesa* (inédito). (3ª edição melhorada), 1914 – 645 págs.

– *Discurso de saudação*, proferido em inglês, como órgão da Congregação da Faculdade de Medicina, na recepção dada por este aos representantes das Universidades “Anglo Americanas” em sua passagem pela Bahia. “Gazeta do Povo”, de 16 de junho de 1914.

– *Noções de Teratologia*. Bahia, 1914. 239 págs. 142 figuras e 24 quadros sinóticos.

– *Discurso* pronunciado por ocasião da recepção aos delegados dos outros Estados ao 5º Congresso de Geografia, na noite de 15 de setembro de 1916, no “Jornal de Notícias”, Bahia de 19 do mesmo mês.

Em preparo:

– Elementos de gramática descritiva e histórica da Língua Inglesa.

► *Data de morte: 19 de Março de 1928, em Niterói (RJ).*

Guilherme de Souza Campos, Desembargador – Filho do coronel José Vicente de Souza e D. Porfíria Maria de Campos Sousa, nasceu a 10 de fevereiro de 1850 no engenho Periquito, município de Itabaianinha, e faleceu em Aracaju a 3 de outubro de 1923. Fez seus estudos primários naquela vila e na Estância, e cursou humanidades no Recife, em cuja Faculdade de Direito se diplomou, recebendo o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais a 22 de novembro de 1871. Na sua longa carreira pública exerceu os cargos de promotor público da comarca do Lagarto, de julho de 1872 a janeiro de 1873; juiz municipal do termo de Geremoabo, de fevereiro de 1874 a fevereiro de 1878; juiz de direito da comarca do Riachão, no Maranhão, de 1887 a 1888; chefe de polícia do Espírito Santo em 1889; juiz de direito do Lagarto de 1890 a 1892. Na segunda organização judiciária do seu Estado foi nomeado desembargador do Tribunal da Relação por decreto de 26 de dezembro de 1892. Eleito por mais de uma vez Presidente do Tribunal, achava-se investido nesse cargo, quando foi nomeado por ato de 30 de março de 1905 chefe de polícia do Estado, de que pediu exoneração a 27 de maio seguinte e na mesma data declarado em disponibilidade.

Presidente do Estado no quadriênio de 1905-1908 foi deposto a 10 de agosto de 1906 pela força policial revoltada por influência dos partidários do deputado Fausto Cardoso, tendo sido repostado no governo no dia 28 desse mês por intervenção federal ordenada pelo presidente Rodrigues Alves. No seu governo efetuou o resgate parcial das apólices do Estado, fez construir o caos num largo trecho da rua da Aurora, hoje Avenida Rio Branco, realizou não só o calçamento em parte de algumas ruas, como também o abastecimento de água à capital, bateu a 7 de setembro de 1908 a primeira pedra do novo edifício do “Ateneu Sergipense” à praça Mendes de Moraes, depois praça Benjamim Constant, e a 24 de outubro seguinte inaugurou o serviço de bondes por meio de tração animal, além de outros melhoramentos materiais de menor importância. Foi deputado provincial nas quatro legislaturas bienais de 1872-73 a 1878-79 e senador federal no período de 1909 a 1917, em que expirou o seu mandato. Na primeira fase de sua carreira política colaborou no “O Guarani”, jornal que se editou no Aracaju, em 1878-1887.

Escreveu:

– *Relatório* do Presidente do Tribunal da Relação ao Exmo. Monsenhor Olímpio de Souza Campos, Presidente do Estado de Sergipe, em 29 de março de 1900. Aracaju, 1900, 4 págs. in 8º pg. com Apensos. Tip. do “O Estado de Sergipe”

– *Relatório* do Presidente do Tribunal da Relação apresentado ao Exmo. Monsenhor Olímpio de Souza Campos, Presidente do Estado de Sergipe, em 5 de março de 1901 com os Acórdãos em Apensos. Aracaju, 1901, 8 págs. in. 8º pg. Tip. do “O Estado de Sergipe”

– *Relatório* do Presidente do Tribunal da Relação apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado de Sergipe, em 10 de março de 1902. Sem Apensos, Aracaju, 1902, 6 págs. in. 8º. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado em 14 de fevereiro de 1903 pelo Presidente do Tribunal da Relação. Aracaju, 1903, 5 págs. in. 8º pg. com os Acórdãos do ano anterior em Apensos. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *Relatório* do Presidente do Tribunal da Relação apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado de Sergipe, Josino de Menezes, em 12 de julho de 1904. Com Apensos. Aracaju, 1905, 1 pág. in. 8º pg. Empresa do “O Estado de Sergipe”.

– *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe na 1ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura em 7 de setembro de 1906 pelo Presidente do Estado. Aracaju, 1906, 9 págs. in. 8º gr. Tip. do “O Estado de Sergipe”. Publicada anteriormente no “O Estado de Sergipe” de 11 do mesmo mês.

– *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe na 2ª Sessão da 8ª Legislatura em 7 de setembro de 1907. Aracaju, 1907, 7 págs. in. 8º gr. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *Mensagem* aos Srs. Deputados à Assembléia Legislativa. No “O Estado de Sergipe”, de 28 de abril de 1908.

– *Mensagem* enviada à Assembléia Legislativa a 7 de setembro de 1908 pelo Desembargador Presidente do Estado. Aracaju, 1908, 26 págs. in. 8º. J Costa & C.

Guilhermino Amâncio Bezerra – Nascido em Itabaiana a 3 de fevereiro de 1847, filho de Amâncio José da Paixão e D. Maria Joaquina do Sacramento Bezerra, faleceu no Aracaju a 1º de agosto de 1909. Na Faculdade de Medicina da Bahia fez o curso de farmácia, conseguindo salientar-se entre os colegas como estudante de talento. Terminou o tirocínio acadêmico em 1873, voltou à província sem predisposição para entregar-se à profissão que escolhera, por atraírem-lhe a política e a advocacia, a que se dedicou quase que exclusivamente até aos últimos dias. Foi promotor público, deputado provincial e estadual, secretário da Polícia, procurador fiscal do Tesouro do Estado e lente, por concurso, da cadeira de física e química do Ateneu Sergipense. Colaborou em vários órgãos da imprensa sergipana, tendo feito sua estréia jornalística em 1864 na cidade de Laranjeiras no hebdomadário “A Coluna do Trono”, redigido pelo Bacharel Domingos de Oliveira Ribeiro, de quem recebeu as primeiras lições sobre ciências jurídicas. De palavra fácil e dicção correta, sabia manejá-las com habilidade, tanto na tribuna do foro, como na tribuna parlamentar.

Escreveu:

– *Ar Atmosférico*: tese apresentada à ilustrada Congregação do Ateneu Sergipense em 11 de fevereiro de 1897. Aracaju, 1897, 11 págs. in. 8º. Imprensa Oficial.

– *Executivo-hipotecário*. A. A. – José Dias de Matos Teles e outros. R. R. – Dr. Cesário Ferreira de Brito Travassos e outros. Razões dos Apelados. Da pág. 12 em diante. Aracaju, 1907, 30 págs. in. 8º pg. Tip. da Liv. Brasileira.

– *Ação de demarcação de terrenos particulares*: memorial. Aracaju, 1908, 40 págs. in. 8º pg. Como jornalista foi redator chefe da

– *A Tribuna*: jornal noticioso, crítico e literário. Aracaju, 1884.

Redigiu com outros:

– *Folha de Sergipe*: periódico político, posteriormente órgão do partido republicano federal. Aracaju, 1890-1893. Primeira fase.

D. Guiomar Calasans Gonçalves, Cirurgiã-Dentista – Filha do Coronel José de Calasans e Silva e D. Josefina Pinto de Oliveira Calasans, nasceu em Aracaju a 21 de janeiro de 1891. Diplomada normalista pela Escola Normal de Aracaju, fez os preparatórios no Ateneu Sergipense, matriculando-se em odontologia na Faculdade de Medicina da Bahia, onde formou-se em 1912.

Como normalista colaborou no “Diário da Manhã” e no “Necydalus”, de Aracaju, com o pseudônimo de *Celina Valder* dando neste último um artigo aos domingos.

Escreveu:

– *A dor da saudade*: 17 de março de 1912.

– *Meu sonho*: à minha colega e companheira, Ester Guimarães Aranha, em 24 de abril de 1912.

– *Sincera homenagem*: Ao meu distinto amigo Dr. Cícero Pinto, em 28 e 29 de maio de 1912.

– *Ao correr da pena*: em 2 e 4 de julho de 1912.

– *A noiva*: à inesquecível amiguinha Candoca Menezes, em 9 de agosto de 1912.

poesia. Em outubro de 1912.

Gumercindo de Araújo Bessa, Bacharel – Nasceu na Estância a 2 de janeiro de 1859, filho de Urbano Joaquim da Soledade e D. Francisca Carolina de Araújo Bessa, e faleceu às 3 horas e alguns minutos da manhã de 24 de agosto de 1913, no engenho Mucuri, termo do Socorro, tendo sido sepultado no cemitério Santa Isabel do Aracaju e custeados os seus funerais por conta do Estado. Os primeiros anos da sua infância transcorreram naquela cidade, aproveitados em boa parte nos estudos iniciais do curso de humanidades. Destinado à carreira eclesiástica, freqüentou o seminário arquiépiscopal da Bahia durante os anos de 1876 a 1879 e quase a concluir o curso canônico resolveu susta-lo, para abraçar outra carreira que mais se harmonizasse com as tendências naturais do seu espírito. As suas preferências pelo estudo do direito encaminharam-no para a Faculdade de Direito do Recife, onde, após um brilhante tirocínio acadêmico, recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais a 2 de outubro de 1885, deixando de si a honrosa tradição de primeiro estudante da turma daquele ano pelo talento e aplicação e, segundo o juízo autorizado da Congregação dos lentes da Faculdade habilitado para ensinar direito em qualquer universidade do mundo.

Volvendo à terra natal, foi logo nomeado promotor público da comarca de S. Cristóvão, cargo que exerceu até 1886 Posteriormente, em 1891, ocupou os lugares de juiz de casamentos, desembargador e presidente do Tribunal de Apelação do Estado, dissolvido em consequência da revolução de 23 de novembro desse ano, e Chefe de Polícia em 1894. Eleito deputado provincial na última legislatura do antigo regime, foi ainda deputado à primeira Constituinte republicana do Estado e deputado federal em 1909 pelo sufrágio do eleitorado oposicionista. Em todas essas elevadas posições soube sempre manter a mesma linha de indefectível inteireza e ativa independência, escopos principais dos seus atos, não tendo podido por lamentável circunstância corresponder à confiança política dos seus comitentes perante a Câmara Federal visto o seu grande espírito já se ressentir a esse tempo dos estragos produzidos pelo mal que lhe minava a existência. O honroso conceito externado pelos mestres sobre os seus dotes intelectuais e preparo científico, confirmou-se plenamente no exercício da nobre profissão que abraçou, mais por amor à ciência complexa do direito, do que pela cobiça do lucro, que muitas vezes renunciou em súbitos movimentos de excessiva generosidade. Foi na advocacia que se firmaram solidamente os seus créditos de eminente juriconsulto, cujo saber, vencendo o obstáculo das distâncias, transpôs as fronteiras do Estado e foi impor-se à admiração dos mais notáveis profissionais do foro judiciário, à dos tribunais superiores e às

agregações científicas do país. O renome de sua vasta erudição jurídica adquiriu tal valor na consciência dos doutos, que por ato espontâneo do Conselheiro Carlos Antonio da França Carvalho chegou a ser convidado insistentemente em 1892 para reger a cadeira de direito criminal da Faculdade de Direito do Rio da Janeiro.

Maior distinção não podia aspirar o advogado provinciano, que não se havia jamais afastado de sua terra e nem ao menos conhecia materialmente a progressiva cidade, onde pontificam os vultos mais salientes da mentalidade brasileira. Igual homenagem aos seus profundos conhecimentos científicos foi-lhe prestada pelos acrianos, quando dele recebeu a espinhosa incumbência de enfrentar o sábio jurisconsulto e príncipe da tribuna parlamentar, conselheiro Rui Barbosa, na ação de reivindicação do território do Acre pelo Estado do Amazonas. Nessa luta gigantesca entre os dois atletas do direito não ficaram ao certo bem definidas as posições do vencedor e do vencido, visto que ambos terçaram as armas com a mesma maestria e cômicos do próprio valor bateram-se fidalgamente, elevando-se às mais recônditas regiões da ciência, sem se ferirem na defesa da causa, que cada um patrocinava. Como único prêmio do seu esforço desenvolvido nesse pleito memorável, para o qual se volveu por muito tempo a atenção do Brasil inteiro, dadas as excepcionais aptidões intelectivas dos dois valentes contendores, a Intendência do Alto Acre deu em 1906 à principal rua da vila Rio Branco o nome de Gumercindo Bessa. Não lhe foram menos brilhantes que os do foro os triunfos alcançados nas pugnas da imprensa sergipana. O provecto advogado em nada desmereceu como jornalista político. Profundo conhecedor da língua nacional, estilista irrepreensível e de uma dialética impecável, nunca cedeu uma linha ao adversário na discussão dos princípios doutrinários. Nos seus escritos sempre assumiu toda a responsabilidade do ataque na defesa dos seus ideais, assinando-os invariavelmente com o nome próprio e raras vezes com o conhecido pseudônimo de *Aulus Gelius*.

O seu gosto pelo jornalismo despontou muito cedo, quando ainda estudante na Estância, como muito cedo revelou possuir um fenomenal poder de retentiva, que lhe permitia operar verdadeiros prodígios de memória, repetindo literalmente a uma só leitura páginas seguidas de qualquer obra. À semelhança do filósofo solitário, passou a melhor parte da vida no silêncio do seu gabinete a manusear as páginas iluminadas dos oráculos do direito. Caráter intransigente e honesto em franca rebeldia contra a hipocrisia das convenções sociais, ele sentia-se bem naquele ambiente, exercendo toda a soberania do talento na íntima convivência dos livros, que considerava os seus leais conselheiros. Digno discípulo de Tobias Barreto não deixou, como seu mestre, obras de grande fôlego, mas através do pouco que escreveu se descobre bem quanto seria capaz de produzir.

Ainda como ele, não era senhor das qualidades integrais de um perfeito orador; entretanto, a vastidão da sua cultura intelectual supria consideravelmente as falhas dos predicados da oratória, tornando-o um vigoroso discutidor nos torneios da tribuna. O Governo do Estado, em homenagem ao nome ilustre do grande morto, adquiriu a sua livraria para a Biblioteca Pública da capital, hoje instalada no salão Gumercindo Bessa, onde em ato solene foi colocado o seu retrato a 24 de outubro de 1916. Sócio honorário do “Clube Democrático” de Laranjeiras, efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e membro correspondente da “Sociedade de Legislação Brasileira” do Rio de Janeiro.

Escreveu:

– *Heu, viser!!* Resposta a uma crítica científica publicado no “Jornal de Sergipe ao livro *Estudos Alemães*, de Tobias Barreto, no “O Farol”, Estância, de 18 de fevereiro de 1883.

– *Que é direito?* Dissertação escrita em 1885 no Recife, quando ainda estudante. Vem em apêndice ao livro *Ensaio da Filosofia do Direito*, por Sílvio Romero, págs. 267 a 307. Este trabalho mereceu francos elogios de Tobias Barreto e do Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira.

– *Autonomia Municipal*: série de artigos na “A Reforma”, Aracaju, de 1 a 16 de janeiro e 6 e 13 de fevereiro de 1887.

- *As minhas confissões*: resposta ao vigário da Estância Salustiano Ayres. Idem, de 8 de fevereiro do mesmo ano.
- *Pery e Cecy*: tela de Horácio Hora. Idem, de 24 de abril e 1 de maio seguintes. Em transcrição na “Biografia de Horácio Hora”, por Baltazar Góes.
- *Filha de Cezares*: artigo editorial no mesmo jornal de 16 de outubro de 1887.
- *Contra a República*: série de artigos no referido jornal de 25 de novembro, 8 de dezembro de 1888. Os dois últimos artigos têm por epígrafe *O Republicano*, e todos assinados com o pseudônimo *Dom Cherubim de la Ronda*.
- *Letética criminal*: esboço da teoria legal da prova no processo criminal brasileiro: série de artigos no mesmo jornal de 26 de fevereiro e 4 de março de 1889. Não continuou.
- *Tobias Barreto*: série de artigos. Idem, de 21 de julho a 22 de agosto de 1889.
- *Instrução pública*: série de artigos na *Coluna Política* da “Gazeta de Sergipe” de 14 a 18 de outubro de 1890, assinados por *Um franco atirador*.
- *Alegações finais* apresentadas pelo advogado de J. R. Bastos Coelho, na ação que este agita contra a Intendência Municipal do Aracaju. Na “Gazeta de Sergipe” de 29 de novembro de 1890.
- *Esubulho entre condôminos*: razões da apelação que Albano do Prado Pimentel Franco interpôs para o Tribunal da Relação da sentença que o condenou na ação possessória proposta contra si e outros, por José Antonio de Oliveira. Aracaju, 1896, 17 págs. in. 8º pg. Imprensa Oficial.
- *Do primado judiciário no regime federativo*. Razões da apelação da ação de reparação civil intentada contra a Fazenda do Estado de Sergipe pelos desembargadores Francisco Alves da Silveira Brito, Guilherme de Souza Campos e José Sotero Vieira de Melo, inconstitucionalmente aposentados pelo Governo. Rio de Janeiro, 1897, 23 págs. in. 8º pg. Tip. Morais.
- *Embargos à concordata por abandono*. Razões de apelação dos falidos Machado, Coelho & C. Aracaju, 1898, 52 págs. in. 8º pg. Imprensa Oficial.
- *Recurso extraordinário*. Recorrentes: os Bacharéis João Maria Loureiro Tavares e Jesuíno José Comes. Recorrido: a Fazenda do Estado de Sergipe. Razões dos recorrentes. Aracaju, 1900, 13 págs. in. 8º pg. Tip. do “O Estado de Sergipe”.
- *Ação de indenização por construções no solo alheio entre Guimarães & Pessoa, A. A. e Schramm & C. R. R.* (Razões dos Autores). Aracaju, 1901, 23 págs. in. 8º pg. Tipografia Comercial de Elias do Rosário Montalvão.
- *Parecer* em favor do tabelião Reinaldo Torres. No “Jornal de Sergipe” de 25 de fevereiro de 1904.
- *Propedêutica jurídica*. A. Sílvia Mota. (Conselhos de um colega velho). Idem, de 14 de julho do mesmo ano. Reproduzido muito tempo depois no “Diário da Manhã” de 24 de agosto de 1919.
- *Fragmentos de um livro abortado*. (A Sílvia Mota). Idem, de 11 de agosto e 20 de outubro seguinte. Não continuou.
- *Monopólio das carnes verdes*. As vítimas em Juízo. Idem, de 23 de fevereiro de 1905.
- *Imposto inconstitucional*. Embargos à penhora pelos executados Rodrigues Fernandes & C. Idem, de 17 de julho seguinte.
- *Memorial* em prol dos acrianos ameaçados de confisco pelo Estado do Amazonas na ação de reivindicação do território do Acre. Aracaju, 1906, 14 págs. in. 8º pg. Imprensa Moderna. Transcrito no “Jornal de Sergipe” de 26 de abril a 6 de maio e no “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, de 13 de maio desse ano.
- *Em prol dos acrianos*: série de sete artigos publicados no “Jornal de Sergipe” de 23 de junho a 19 de julho de 1906 e transcritos no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro.

– *Em minha defesa*. (Resposta ao Estado de Sergipe). Avulso de uma página com duas colunas largas sem indicação alguma, mas impresso na Livraria Brasileira; em Aracaju no ano de 1910.

– *Discurso* lido a 7 de setembro de 1912 pelo orador oficial por ocasião de ser inaugurada a estátua de Fausto Cardoso na Praça de Palácio do Aracaju, hoje Praça Fausto Cardoso. No “Diário da Manhã”, “O Estado de Sergipe” de 10 e “Correio de Aracaju”, de 11 do mesmo ano.

– *Memorial* apresentado ao Supremo Tribunal Federal pela Companhia Aliança, autora, contra a Fazenda Nacional, ré, para indenização de mercadorias extraviadas na Alfândega do Aracaju. Aracaju, 1913, 17 págs. in. 8º pg. Tipografia Xavier.

– *Pela imprensa e pelo foro*. Publicação póstuma dirigida pelo Dr. Prado Sampaio. Primeiro volume. Aracaju, 1916, VI-235 págs. in. 8º. Imprensa Popular.

Como jornalista, colaborou na “Gazeta de Sergipe”, no “Jornal de Sergipe”, no “O Momento”, e redigiu:

– *A Águia*: pequeno jornal literário de preparatórios. Estância, 1875. Com João d’Ávila Franca e Isaías Simões de Andrade. Todo o trabalho de composição e impressão era feito pelos próprios redatores.

– *A Reforma*: órgão do partido liberal. Aracaju, 1887-1889. O 1º número datado de 1º de janeiro daquele ano mede 0,36 x 0,24 com quatro páginas e outras tantas colunas cada uma. Do dia 21 de julho de 1889 em diante passou a ser o órgão oficial do governo da província, terminando a sua publicação no número de 29 de dezembro seguinte.

– *Diário da Manhã*: jornal para todos. Aracaju, 1911-1919. Proprietário e Redator: Coronel Apulcro Mota. O 1º número é de 11 de fevereiro de 1911. Desta data até poucos meses depois foi seu redator, como foi sua a seção *Ortigas*, escrita sob o pseudônimo de *Marfório*...

— H —

Heitor de Souza, Bacharel – Filho de Jucundino Vicente de Souza e D. Maria Heitor de Souza, nasceu na Estância a 29 de maio de 1871 e bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife em 19 de dezembro de 1890.

Ainda acadêmico do 4º ano foi nomeado em novembro desse ano Promotor Público da comarca da Estância e no ano seguinte juiz municipal da comarca de Caconde e de Limeira, no Estado de S. Paulo.

Juiz substituto de Carangola em 1893 exerceu essa função durante dois anos até que em 1895 obteve a nomeação de Juiz de Direito da comarca de Campo Largo, no Estado do Paraná.

Ali permaneceu durante algum tempo, tendo sido declarado em disponibilidade a seu pedido.

Regressando a Carangola, estabeleceu escritório de advogado e foi um dos membros do diretório do Partido Republicano Mineiro naquele município.

Transferindo sua residência, em 1900 para o município de Cataguazes, (Minas Gerais) advogou durante dez anos, tendo sido vereador da respectiva Câmara Municipal.

Foi eleito deputado ao Congresso Mineiro pelo segundo distrito, em substituição ao Dr. Carlos Peixoto Filho, na legislatura de 1903 a 1906, sendo reeleito para a legislatura de 1907-1910.

Foi presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça; Redução das Leis, Justiça Civil e Criminal, Legislação e Poderes e ainda relator da Comissão Mista de Pecúlio Legal e fez parte do Tribunal Especial do Estado como representante da Câmara dos Deputados, terminando o mandato em 1910.

Em setembro desse ano foi nomeado Sub-Procurador Geral do Estado, exonerado a pedido em 1918.

Em junho de 1912 seguiu para a Europa em comissão do Governo de Minas e em abril de 1914 foi nomeado lente de Direito Internacional da Faculdade de Direito do referido Estado.

É membro honorário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, do Rio de Janeiro; sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas; sócio correspondente do Grêmio Literário de Sta. Rita Durão e do Instituto dos Advogados Mineiros do qual foi 1º orador e sócio fundador.

Fez parte da Comissão organizadora do Código do Processo Civil e Criminal do mesmo Estado.

Exerceu o mandato de Deputado Federal pelo Espírito Santo na legislatura de 1918-1920 reeleito para as legislaturas de 1921-1923 e 1924-1926.

Quando cursava a Academia do Recife colaborava na “Gazeta de Sergipe”, escrevendo do Recife umas cartas, a primeira das quais foi publicada a 16 de março de 1890, seguindo-se outras a 30 do mesmo mês, 15 de abril, 23 de maio (escrita esta na Estância), de 1890. Fundou o “Carangola” em 8 de dezembro de 1896 em S. Luzia de Carangola e o “Cataguazes” em 30 de janeiro de 1906 em Cataguazes, cuja redação deixou em maio de 1909, tornando a entrar para ela no fim do mesmo ano.

Redigiu o “Rebate” de Carangola, o “Arauto” e o “Jornal de Minas” de Cataguazes e colaborou na “Gazeta de Leopoldina” na cidade de Viçosa e em vários semanários mineiros. Publicou série de artigos sobre “Organização Judiciária” no “Jornal do Comércio” de Juiz de Fora, no “Arauto” de Cataguazes sobre o “Convênio de Taubaté”, e sobre Crédito Agrícola. Publicou ainda trabalhos jurídicos, literários e parlamentares: os primeiros constam de memórias em grande número; os segundos de conferências literárias e os terceiros de discursos e pareceres.

Foi um dos redatores do “Diário de Minas”, órgão político, segunda fase, Belo Horizonte, Minas, 1909. Usou os seguintes pseudônimos: *Hiedesa Paul*, *Neyron*, *Galote Júnior* e *Gutierrez*. Escreveu:

– *Agravo de instrumento* da Comarca de Leopoldina. Memorial do Agravado de Cataguazes, 1902, 19 págs. in. 8º. Tip. e Papellaria “Batista”.

– *Crédito agrícola*: discurso proferido na Câmara dos Deputados de Minas Gerais na sessão de 22 de agosto de 1906. Cataguazes, 1906, 9 págs. in. 8º. Imprensa Oficial do “Cataguazes”.

– *Uma Candidatura*. (2ª circunscrição eleitoral). Cataguazes, 1906, 39 págs. in. 8º. Imprensa Oficial “Cataguazes”.

– *Águas minerais* de S. Lourenço. Alegações finais na ação de preceito cominatório, proposta no Juízo Seccional de Minas Gerais, por Antonio Noronha. França e sua mulher contra o mesmo Estado. No “Jornal do Comércio”, Rio, de 25 de abril de 1911.

– *Agravo de Petição* do Juízo Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1914, 36 págs. in. 8º. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

– *Juízo Arbitral*. Arrendamento da estância hidromineral de Lambari. Razões Finais do Estado de Minas Gerais pelo seu advogado..Belo Horizonte, 1915. Imprensa Oficial, 832 págs.

– Eleição de deputados Federais pelo Estado do Espírito Santo. Contra-contestação dos candidatos diplomados Dr. Manoel Silvino Monjardim, Dr. Ubaldo Ramallete, Dr. Antonio Gomes Aguirre, Dr. Heitor de Souza. Rio de Janeiro, 1918, 51 págs. in. 8º.

Tem em elaboração uma obra intitulada:

– *Soluções Jurídicas*.

► *Data de morte: 11 de Janeiro de 1929, no Rio de Janeiro (RJ).*

Helvécio Ferreira de Andrade, Doutor – Filho de José Ferreira de Figueiredo e D. Tereza de Jesus Andrade, nasceu em 6 de maio de 1864, no sítio “Chapada” do Engenho Boa Sorte, Município da Capela.

Cursou preparatórios nos Colégios Santo Antonio e Pedro 2º, Bahia, de 1876 a 1880. Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1881, recebendo em 1886 o grau de doutor em medicina e de Farmacêutico em virtude da lei que assim permitia aos que tivessem feito exame de Farmácia prática. Habilitado em concurso para interno da cadeira de clínica médica, foi nomeado para uma das vagas existentes, quando cursava o 5º ano médico, servindo nas clínicas dos Conselheiros Ramiro Monteiro e Almeida Couto. Estabeleceu sua primeira residência depois de formado em Propriá, em 1887, passando a residir em Santos, Estado de S. Paulo, e aí permanecendo até 1900 como médico dos hospitais da Santa Casa de Misericórdia e da Beneficência Portuguesa. Como médico do primeiro desses hospitais dirigiu em 1893 a enfermaria de febre amarela. Exerceu na mesma cidade os cargos de inspetor sanitário e Inspetor Geral do ensino público, tendo antes servido na guarnição militar federal, como médico adjunto do Exército e do 54º Batalhão da Guarda Nacional, aquartelado, por ocasião da revolta da armada em 6 de setembro de 1893. Por isso foi agraciado com a patente de capitão médico honorário do corpo de saúde do Exército. Em 1900 voltou a Sergipe estabelecendo-se em Maruim, onde clinicou até 1910, data da sua transferência para a capital sergipana.

Passando-se para Aracaju, em 1910, no exercício do cargo de Delegado Fiscal do Governo Federal junto ao Ateneu Sergipense, foi em 1911 nomeado lente da Cadeira de Pedagogia, Pedologia e Higiene Escolar, da Escola Normal, reorganizada no governo do Dr. Rodrigues Dória, pelo professor paulista, Dr. Carlos Silveira. Em 1912 foi designado para a cadeira de ciências Físicas e Naturais da mesma escola, publicando nesta ocasião em folheto as suas lições de Pedagogia, matéria a que muito se tem dedicado. Em 1913 foi escolhido pelo General Siqueira de Menezes, então Presidente, para representar Sergipe no 3º Congresso de Instrução reunido em Bahia, ao qual apresentou duas memórias sobre as teses: “A quem deve caber a responsabilidade do ensino primário: à Nação, aos Estados ou aos Municípios?” Sustentou que o ensino primário devia caber a responsabilidade da Nação o que mais tarde foi admitido.

Em setembro de 1913 foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública, cargo que exerceu até 1918 quando terminou o Governo do General Oliveira Valadão. Como diretor geral da Escola Normal e do grupo escolar modelo anexo, não abandonou a sua cadeira, lecionando-a com a máxima pontualidade. Na ausência de alguma das professoras do grupo, dava a respectiva aula desdobrando-se, pois, dizia, as aulas de um grupo escolar são seções do mesmo curso que não podem ser interrompidas. Dedicado e conhecendo praticamente os métodos analíticos, esforçou-se quanto pôde pela conservação do método geral adotado pelo Professor Carlos Silveira. Instituiu na Escola Normal a Biblioteca da mesma Escola, que não teve desenvolvimento; inaugurou as conferências cívicas e pedagógicas, a 1ª em 7 de setembro de 1913, sendo diretor o Cônego Lima: o ensino de ginástica antes mesmo de haver professor; a festa das árvores no grupo “General Siqueira”, não mais repetida.

Sob sua gestão foram muitas as Escolas dotadas de mobiliário e material técnico escolar, serviço iniciado pelo Dr. Rodrigues Dória. Colaborou, em Santos, nos Jornais “Diário de Manhã” e “Jornal do Povo”, escrevendo livremente sobre assuntos de higiene, medicina geral e instrução, e em todos os jornais da Capital; “Estado de Sergipe”, “Correio de Aracaju”, “Jornal de Sergipe”, “Jornal de Notícias”, “Diário da Manhã”, “Imparcial”, no período de 1911 até o atual (1924) sob vários pseudônimos: *Spartaceno*, *Severo*, *Fabrício* e outros. Seus escritos, ora crônicas, ora de propaganda, ora doutrinários, sobre medicina, higiene e instrução pública, mantiveram-se sempre na linha da maior cortesia e tolerância. Antes da época a que nos estamos referindo, já o Dr. Helvécio de Andrade, de Maruim, sustentara no “Jornal de Sergipe”, longa propaganda sobre a necessidade da Revisão

Constitucional da República, sendo, como o Pe. Dantas, Antonio Mota e outros, um dos educadores do partido revisionista, o qual constituiu-se em Sergipe com a adesão de 14 municípios. Vários dos seus assuntos prediletos mereceram particular atenção, dando lugar à publicação de séries de 10 e mais artigos.

Escreveu:

– *Tuberculose*. Contribuição para o estudo das causas da grande freqüência de tuberculose em Santos, sua profilaxia. Santos, 1895, XV-100 págs. in. 8º. Tip Brasil, de Deoclides Bezerra.

– *Homeopatia*: Carta aberta ao Dr. Olinto Dantas. No periódico “O Tempo”, de Aracaju, nos ns. de 18, 21, 23 e 25 de dezembro de 1898.

– *Viver às claras*. Caso clínico. À classe médica. No “O Estado de Sergipe”, de 11 de setembro de 1900.

– *Tuberculose*: contágio, curabilidade, tratamento higiênico e profilático: estudo crítico sobre as obras dos Drs. Vitor Godinho e Guilherme Álvaro. No “Estado de Sergipe” de 10 a 29 de setembro de 1900.

– *Do iodium na febre tifóide*. Idem de 12 de agosto de 1900.

– *Profilaxia da tuberculose*: resposta à “Carta aberta” publicada no “O Estado de Sergipe” de 10 do corrente. No “O Estado de Sergipe” de 27 e 28 de outubro de 1900.

– *Higiene popular*: da alimentação dos recém-nascidos. Idem de 14 e 23 de novembro de 1900.

– *Notas clínicas*: no “Jornal de Sergipe”, de 5 de maio de 1904.

– *A propósito de um caso de cardiopatia* revelado no curso de uma infecção gripal. No “Jornal de Sergipe” de 7 e 11 de maio de 1905.

– *Notas clínicas*. No “Jornal de Sergipe”, Aracaju, de 19 de outubro, 4, 12 e 19 de novembro de 1905.

– *Os três grandes flagelos da humanidade*. Opúsculo de propaganda médica contra as devastações da tuberculose, da sífilis e do álcool. Maruim, 1900, 60 págs. Na Tip. Econômica.

– *História de Sergipe*. “A Década Republicana em Sergipe”: série de artigos de crítica no “Jornal de Sergipe” de 22, 25 e 29 de março, 1 e 8 de abril de 1906. (Não está assinado).

– *Notas clínicas*. A moléstia reinante. No “Correio de Aracaju”, de 10 e 20 de janeiro, 1 e 2 de fevereiro de 1908.

– *Notas clínicas*. Sobre as associações microbianas e a terapêutica antitérmica na febre tifóide. No “Correio de Aracaju”, de 23 de fevereiro, 1 a 26 de março de 1908.

– *Estado sanitário*. No Jornal de 4 e 7 de junho de 1908.

– Breve contribuição para o estudo da climatologia e geografia médica do Estado de Sergipe: memória apresentada ao 4º Congresso Médico Latino Americano reunido no Rio de Janeiro a 1º de agosto de 1909. Rio, 1909, 20 págs. in. 8º. Imprensa Nacional. Este trabalho foi premiado com a medalha de ouro.

– *Pelo ensino*: série de artigos. No “O Estado de Sergipe” de 23, 27 e 28 de outubro de 1909.

– *Palestras médicas*. Aos Drs. Manoel Marsilac e Berilo Leite. Série de artigos no “Correio de Aracaju” de 14 a 31 de maio, 9, 14, 16, 18 a 21 de junho de 1911.

– *Alguns efeitos* do 606 (arreno-benzol) em homeopatia. Série de artigos no “Correio de Aracaju”, de 27 e 29 de setembro; 1 de outubro de 1911.

– *O homem e sua natureza*: conferência realizada na Escola Normal de Aracaju. 1º de outubro de 1911. No “Correio de Aracaju”, de 4 e 6 do mesmo mês.

– *Sobre a nova cadeira de pedagogia da Escola Normal*: série de artigos no “Correio de Aracaju”, de 1, 6, 9, 10 a 17 de dezembro do mesmo ano.

– *Assuntos Pedagógicos*. Leitura analítica. Conferência do Sr. Carlos Escobar, S. Paulo, 1911). No Correio de Aracaju, de 17, 19, 24, 26, 28 e 31 de janeiro; 2, 7, 14, 16, 18, 23 e 28 de fevereiro, 1, 3 e 6 de março de 1912.

- *Da Capital ao S. Francisco*. No “Correio de Aracaju” de 13 a 24 de março de 1912, sob o pseudônimo de Severo.
- *Assuntos pedagógicos*. Que influência exerce a escola atual no desenvolvimento da criança? Idem de 10 a 14 de abril de 1912.
- *Breve notícia sobre a leitura analítica*. Idem de 4 e 6 de outubro de 1912.
- *Discurso* pronunciado pelo paraninfo na formatura das normalistas de 1912. Idem de 11 de outubro de 1912.
- *O problema máximo*. Idem, de 16 de fevereiro de 1913.
- *3º Congresso de Instrução Primária e Secundária*: série de artigos no “Correio de Aracaju”, de 31 de julho: 3, 4, 20 e 24 de agosto de 1913.
- *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado pelo lente da Escola Normal de Aracaju, e representante de Sergipe no Terceiro Congresso de Instrução Primária e Secundária reunido na Bahia, no dia 2 de julho de 1913. No “O Estado de Sergipe” de 30 de agosto seguinte.
- *A quem deve caber a responsabilidade do ensino primário: à União, ao Estado ou ao Município?* Memória apresentada ao 3º Congresso de Instrução primária, secundária e normal reunido em Bahia em, 1913. No “O Estado de Sergipe” de 14 de dezembro de 1913.
- *O Beijo*: conferência realizada a 12 de junho de 1914 no teatro “Carlos Gomes”, em benefício da Biblioteca da Escola Normal e Escolas Anexas. No “Correio de Aracaju”, de 16 e 17 de junho de 1914.
- *Críticas e ensaios de Psicologia Pedagógica*. Refutação: série de 18 artigos no “O Estado de Sergipe” de 23 de agosto a 13 de setembro de 1914.
- *Leitura analítica*: conferência pedagógica realizada no dia 28 de fevereiro de 1915 no salão da Escola Normal do Aracaju. No “Jornal de Notícias”, Aracaju, de 1º a 11 de março de 1915.
- *Programa para o curso primário nos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Sergipe*. 1915. Aracaju, 1915, 26 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”.
- *Discurso* pronunciado a 8 de outubro de 1915 no salão da Assembléia Legislativa na sessão cívica em homenagem à memória do Senador José Pinheiro Machado. No “O Estado de Sergipe” de 10 do dito mês.
- *Estudos*. Princípios de Pedagogia de Herbart. Idem, de 18 a 29 de março de 1916.
- *Febre tífica*: série de artigos no “Diário da Manhã”, Aracaju, de 26 de maio a 19 de junho de 1916.
- *Sobre a conferência de Rui Barbosa*. Idem de 10 e 11 de agosto de 1916.
- *Em defesa de uma instituição*. Viver às claras. No “Diário da Manhã”, de 27 de setembro a 8 e 14 de outubro de 1916.
- *Ensino da Geografia, regra e nomenclatura*: memória apresentada ao 5º Congresso de Geografia, reunido na Capital da Bahia em setembro de 1916. Não foi aceita esta medida.
- *Congresso e guilhotina*. No “Diário da Manhã” de 15 de outubro.
- *Ensino público*: série de artigos, no “Diário da Manhã”, Aracaju, de 29 a 31 de maio, 1 e 4 de junho de 1917.
- *“Escola Social Positivista”* por Florentino de Menezes. No “Diário da Manhã” de 23 de setembro de 1917.
- *Em defesa de uma Instituição*. No “Diário da Manhã”, de 31 de maio a 5 de junho de 1919.
- *Assuntos médicos*. Uma conferência magistral. No “Jornal do Comércio” do Rio de 16 a 24 de julho de 1920.
- *Instrução à infância*: série de artigos no “Diário da Manhã”. Aracaju, de 29 de junho a 8 de julho de 1922.
- *Pontos de vista*. No mesmo “Diário” de 12 de julho de 1922, assinado H. A. 29, 30 e 31 do mesmo mês.

- *Grupos escolares*. No mesmo jornal de 3 de junho de 1923.
- *Cousas leves*. No mesmo jornal de 5 de junho de 1923.
- *Duas horas de leitura*. Idem, idem de 6 de julho de 1923.
- *Ensino nacional*. No mesmo “Diário” de 10, 12 de junho de 1923.
- *Revista da educação*. Apreciação sobre 2 artigos publicados no nº 1, dessa “Revista”, relativos à “Escola Nova” Idem de 15 do mesmo mês.
- *Mal de comer*: conto por Magalhães Carneiro. Idem, idem de 16 idem.
- *Pensar e dizer*. É uma apreciação sobre o livro deste título pelo Dr. Manoel Bomfim. Idem, idem, de 27. Idem.
- *Discurso* que tinha de ser lido no banquete oferecido ao cientista Dr. Parreiras Horta no dia 25 de junho de 1923, em nome da classe médica de Sergipe. Idem, Idem, de 28, Idem.
- *Notas sobre o Ensino em S. Paulo*. No “Sergipe Jornal” de 18 a 29 de setembro de 1923.
- *Que é a Escola Nova?* No “Diário da Manhã” de 29 de dezembro de 1923 a 3 de janeiro de 1924.
- *Discurso* pronunciado a 12 de janeiro de 1924 em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe pelo regresso, do Rio de Janeiro, do Presidente do Estado, Dr. Graccho Cardoso. No “Diário Oficial”, de 15 do mesmo mês.
- *Respondendo a um apelo*. No “Diário da Manhã”, de 30 de janeiro a 5 de fevereiro de 1924.

Heráclito de Oliveira Sampaio, Doutor – Filho do coronel Terêncio Sampaio, também contemplado neste livro, e D. Josefa de Vasconcelos Sampaio, nasceu a 28 de novembro de 1881 em Aracaju. Fez o curso de humanidades em sua terra natal e diplomado farmacêutico, recebeu o grau de doutor em medicina na Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de outubro de 1905. É capitão de corveta da marinha nacional e chefe de clínica cirúrgica do Hospital da Ilha das Cobras.

Escreveu:

- Do tratamento da sífilis no recém-nascido: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de Ciências Médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de outubro de 1905 por... a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1905, 65 págs. in. 8º. Lito-Tipografia Pessoa.

Herculano de Araújo, Major – Cristovense, nascido a 26 de janeiro de 1858 do consórcio do capitão Cesário de Araújo e D. Maria Senhorinha de Araújo, faleceu a 30 de abril de 1911, a bordo do paquete nacional “Júpiter”, ao chegar ao porto de Santos, em trânsito do Rio de Janeiro ao Paraná, onde desde novembro de 1908 comandava o regimento de segurança do Estado. Abraçando a carreira das armas na qual deu sobejas provas de sua competência militar e técnica, desempenhou além daquela comissão a de instrutor do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Pertenceu ao corpo de cavalaria do Exército com o curso das respectivas armas, tendo verificado praça a 22 de fevereiro de 1876. Em abril de 1885, foi promovido a alferes, a tenente em 1890, a capitão em 1899 e por Decreto de 19 de setembro de 1906 a major por merecimento. Oficial Inteligente e laborioso, fez estudos especiais sobre sua arma, que dotou com engenhosos aparelhos de sua concepção e algumas monografias de reconhecida utilidade. São prova de seu espírito criador os seguintes inventos:

- *Estribo articulado*, privilegiado no nosso País, com a patente nº 275 de 6 de junho de 1890.
- *Alvo* – Receptor angular, tendo por fim marcar ao lado do atirador todos os pontos de impacto, evitando as fraudes dos serventes marcadores. Este aparelho acha-se no Colégio Militar e data de 12 de novembro de 1901.

– *Estativa*: aparelho simples para ensinamento de pontaria ou visada. Data de 14 de fevereiro de 1906 e está também no Colégio Militar.

Escreveu:

– *Guia Prático do serviço de exploração e de segurança*. Rio de Janeiro, 1905, 46 págs. in. 12º. M. Orosco & C. Traz no fim 4 mapas ou quadros a que o autor denomina figuras. O “O País” noticiando o aparecimento deste livro, exprimiu-se nos seguintes termos insertos na sua edição de 18 de setembro de 1905:

“É um excelente trabalho. O estimado oficial soube, com a proficiência que todos lhe reconhecem, fazer um livro que consegue agradar mesmo aos que nada conhecem de evoluções militares. Mas tão simples, tão clara é a sua linguagem, que o leitor do “Guia Prático” logo compreende o que são as manobras ali indicadas pelo seu autor. Tudo o que concerne à cavalaria em campanha, tudo o que é indispensável fazer, quer a cavalaria independente quer a divisória, tudo nesse livro está substancialmente explicado pelo processo mais singelo possível.

O livro está dividido em duas parte. A primeira trata da cavalaria independente em sete capítulos; a segunda em três, da divisionária. Cinco mapas estratégicos elucidam as hipóteses formuladas pelo capitão Herculano de Araújo no desenvolvimento que deu ao seu trabalho.”

– *Guia Prático sobre passo de rios para a cavalaria em exploração*. Ilustrado com 4 estampas. Rio de Janeiro, 1906, 52 págs. in. 12º. M. Orosco & C.

– *Guia Prático para transporte da cavalaria em via férrea*. Com 11 estampas. Curitiba, 1910, 56-111 págs. Tip. da “República”.

Hermes Fontes, Bacharel – Filho de Francisco Martins Fontes e D. Maria de Araújo Fontes, nasceu na vila do Boquim a 28 de agosto de 1888. Aos 5 anos de idade começou a estudar primeiras letras na aula primária do professor Leão Magno, passando-se em 1896 para o Aracaju, onde freqüentou o colégio do professor Alfredo Montes, fazendo ali progressos que a todos admirava. Em pouco tempo fez em torno de si um largo círculo de admiradores; é que, contando apenas 9 anos de idade e tendo curto tirocínio escolar, adquirira conhecimentos que outros em idade superior não haviam alcançado. A fama do seu talento precoce espalhou-se logo na cidade.

Comparecendo a uma festa no palácio do governo, foi ali apresentado ao presidente Dr. Martinho Garcez que lhe admirando a extraordinária vivacidade e a revelação de uma inteligência em desacordo com a sua tenra idade, se fez logo seu amigo e protetor, levando-o em 1898 para o Rio de Janeiro. Na Capital da República estudou preparatórios nos colégios “Emulação”, “Paula Freitas” e “Aquino”, prestando exames no Ginásio Nacional, obtendo sempre notas distintas.

Aos 15 anos em 1903, começou a escrever no “O Fluminense” de Niterói, passando em seguida a colaborar na “Rua do Ouvidor” de Serpa Júnior. Em 1904 fundou com Júlio Suchow e Armando Mota o jornalzinho “A Estréia” e no ano seguinte, a 28 de julho, realizou uma conferência literária, no teatro São João, de Niterói, sob o tema a “Luz”.

O seu verdadeiro início porém, na literatura, foi meses depois no “Tagarela” de Peres Júnior cuja elaboração era devida quase a ele exclusivamente e no qual manteve uma seção humorística “Moscas Políticas” e publicava sonetos e legendas.

Posteriormente escreveu em prosa e verso no “Correio da Manhã”, “Gazeta”, “O País”, “Folha do Dia”, “Brasil Revistas”, “Revista do Brasil”, “Avança” e no antigo “O Malho”.

Revelou-se ao mesmo tempo poeta lírico, humanista e regenerador, e principalmente humorístico.

As suas sátiras à lei do Expurgo, à vacina obrigatória, ao triunfo do Nilo, ao Código Civil, ao Intendente “Trinteiro Lapi” e muitas outras produziram grande sucesso.

Data desse tempo a sua estréia na caricatura para que tem decidida tendência.

Publicou muitas charges e alegorias não só no “Tagarela” como também no “Brasil Moderno”, mensário de que foi um dos redatores.

Tem um grande número de canções adaptadas a músicas já existentes, muitas das quais bem vulgarizadas.

Em 1906 matriculou-se na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de bacharel a 29 de dezembro de 1911.

Por ocasião da “Campanha Civilista” em 1909 foi um dos principais líderes acadêmicos em favor da candidatura Rui Barbosa, a cujo lado se bateu nos comícios e na imprensa doutrinária.

Fundado nesse ano o “Diário de Notícias” em sua 3ª e última fase, foi um dos seus redatores efetivos e escrevia, além da seção humorística *Corda Bamba*, duas seções políticas *Através da Opinião* e *Através da Imprensa*.

Com as Iniciais *H. F.* e *F. H.* e sob os pseudônimos de *Rems*, *Rins* e *Rons*, sustentou polêmicas com diversos jornalistas do *Hermismo* entre os quais Calos de Laet e Luiz Quirino dos Santos.

Atualmente (1924) ocupa o lugar do primeiro oficial do Gabinete do Diretor Geral dos Correios, onde serve desde 1917.

Foi oficial do Gabinete do Ministro da Viação nos últimos meses da administração Epitácio Pessoa; secretário técnico da Diretoria de publicidade da Exposição Internacional de 1922-1923 e membro da Comissão Nacional de Tombamento e Avaliação Patrimonial de 1923, junto ao Gabinete do Ministro da Viação.

Tem colaborado na “A Tribuna”, “Correio da Manhã”, “A Imprensa”, no qual atacou a reforma ortográfica instituída pela Academia de Letras, na “Atlântida”, revista luso-brasileira; no “Brasil Revista”, “Folha do Dia”, “Correio Paulistano”, “Revista das Revistas”, “Boletim Mundial” 1918, “América Latina”, revista do Rio, 1919, e em quase todos os jornais e revistas do Rio.

Em caráter fixo tem colaborado no “O Imparcial”, 1914-1916 e 1922-1923 e na “Gazeta de Notícias”, 1922-1924.

É redator do “Fon-Fon” e da “Careta”, onde escreve sob a própria assinatura ou com os pseudônimos de *Léo-Fábio*, *Léo-Zito*, *Lelé* e *P. Q. Nino*.

De março a abril de 1924 foi redator único do mensário *Frou-Frou*, do Rio. É membro correspondente da Academia Piauiense de Letras; sócio efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; lente catedrático do Instituto Lafaiete do Rio e membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Escreveu:

– *Apoteoses*: versos. Rio de Janeiro, 1908, 24 págs. in. 8º. Papelaria Brasil da Costa A. Pereira. Há três edições. A propósito deste livro escreveu Rocha Pombo no “Correio da Manhã”, de 12 de julho de 1908: “Este *Apoteoses* é a estréia mais opulenta, mais brilhante e mais afirmativa destes tempos do Brasil.

Hermes Fontes começa revelando-se desde as primeiras páginas de prosa como apresenta... Ele não esperou que o entendesse, fez-se logo entendido. De um largo gesto disse-nos tudo. – É senhor da língua: e isto hoje é tão raro. O seu dizer é harmonia e é desenho, sua expressão ilumina, dá relevo, como a luz. Dir-se-ia que as emoções lhe saem da alma como concretizadas em blocos de mármore. É o mais elevado prodígio da arte.

O artista que consegue tais maravilhas há de chegar ao mais pasmoso dos milagres do gênio.”

Escreveu mais:

– *Discurso* proferido a 26 de junho de 1912 na solenidade realizada no Centro Sergipano do Rio de Janeiro, comemorativa do passamento do grande brasileiro, Dr. Tobias Barreto. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 20 de outubro do mesmo ano.

- *À margem de um inquérito* (Notas autobiográficas). No “Diário da Manhã”, de 5 e 8 de junho de 1913. Transcrito da “A Época” do Rio de Janeiro.
 - *Gêneses*: versos. Rio de Janeiro. 1913. Tipografia W. Martins & C., 261 págs. in. 8º.
 - *Ciclo da Perfeição*. Rio de Janeiro, 1914, 43 págs. in. 8º. Imprensa Nacional.
 - *Mundo em Chamas!* Rio de Janeiro, 1914.
 - *Juízos Efêmeros*: prosa sobre diversos assuntos. Rio de Janeiro, 1916, 237 págs. in. 12º. Livraria Francisco Alves.
 - *Miragem do Deserto*: versos, de 1913-1916. 2ª Edição. Rio de Janeiro, 1917, 157 págs. in. 12º. Livraria Editora Leite Ribeiro & Murilo.
 - *Epopéia da vida*, 1917.
 - *Microcosmo* – Elogio dos insetos e das flores: versos. Rio, 1919.
 - *Lâmpada velada*. Versos. Rio de Janeiro, 1922, 288 págs. Livraria Francisco Alves.
 - *A glória dos humildes*. No “Jornal do Povo”, Aracaju, 26 de setembro de 1922.
 - *Despertar* — *Canto Brasileiro*. 1922. Rio de Janeiro. Jacinto Ribeiro dos Santos. Editor, 144 págs. in. 12º.
 - *O banho das ninfas*. No “Jornal do Povo”, Aracaju, de 30 de setembro de 1922.
 - *República Renana*. No “Diário da Manhã”, de 8 de novembro de 1923.
 - *Balões de Ensaio*. No “O Imparcial”, Rio, de 8 de novembro de 1923. Transcrito no “Correio de Aracaju”, de 22 do mesmo mês.
 - *Multiplicar e dividir*. No “Diário da Manhã”, de 9 de fevereiro de 1924.
- Tem inéditas:
- *Pão-de-ló*, comédia.
 - *Dois por um*, comédia.
 - *Futuro*, drama moderno.
- Em elaboração: *Postes de parada* (versos humorísticos). *Pão de dada dia* (prosas amargas); *Bom humor, mal humor*. (críticas e exegeses); e *Anoitecer* (últimos poemas).
- Segue-se uma das suas belas poesias:

A ESFINGE

Haverá quem não sinta,
 nos silêncios de um parque, a um recanto de mar,
 uma recordação da vida extinta,
 um amável desejo de chorar?!

– Infelizmente,
 Ela não sente
 a poesia dos bosques e do mar...

Haverá quem não guarde
 dentro da estufa azul do coração,
 para despetalar num triste fim de tarde,
 uma saudade, uma desilusão?!

– Ela é insensível. Ela é indiferente.
 Ela não sente
 a tristeza das tardes de verão!

Pois haverá quem seja
 capaz de se conter e de não soluçar
 no íntimo, ao ver surgir de trás de velha igreja,

alta noite, a espectral verônica do Luar!?

– Ela é impassibilíssima, não sente,
Ela foi sempre indiferente
à sugestão romântica do luar...

Haverá quem não pene,
quando da tenebrosa solidão,
como um sinistro dó de cantochão solene,
enche a noite deserta o uivo de um cão?!

– Ela escuta... e não sente:
pôde uivar, noite a dentro, ininterruptamente,
pôde morrer uivando o solitário cão...

Mas, acaso, haverá ser que não estremeça
ao vir e ao por do sol, na ânsia crepuscular,
quando até mesmo o vácuo e a sombra espessa
criam alma e se põem a rezar!?

– Sei de alguém, bela e má, soberba e crente,
mas cuja fé se queima indiferentemente
nos próprios círios que ardem sobre o altar...

E saber que eu julguei que essa insensível
pudesse amar-me como a um seu irmão!
e possibilitei nesse impossível
dar forma eterna à minha aspiração!

Esfinge, esfinge! desgraçadamente.
maior, mais vasto que o deserto ambiente
é o deserto que tens no coração.

► *Data de morte: 26 de dezembro de 1930, no Rio de Janeiro (RJ).*

Hermilo de Freitas Melro, Doutor – Filho do coronel Antonio de Freitas Melro e D. Maria da Conceição Melro, nasceu a 30 de setembro de 1880 em Gararu, antigo Curral de Pedras. Residente desde a infância em Penedo, Estado de Alagoas, ali estudou humanidades no colégio S. João, cursando depois a Faculdade de Medicina da Bahia, na qual tendo sido aprovado com distinção na defesa de tese, recebeu o grau de doutor a 10 de dezembro de 1903.

Clínico e chefe político, tem exercido naquela cidade os cargos de médico de higiene municipal, delegado de higiene estadual, delegado em comissão de saúde do porto, sub-inspetor de saúde do porto e intendente municipal nos biênios de 1915-1916, 1917-1918. Senador estadual por Alagoas e vice-governador no período governamental de 1921 a 1924, assumiu a administração do Estado em 1923, seguindo-se em 19 de fevereiro de 1924 a sua eleição para deputado federal à 12ª legislatura de 1924 a 1926. É sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, e

Escreveu:

– *Das injeções de soro artificial em altas doses*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade

de Medicina da Bahia em 5 de novembro de 1903 para obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1903, 73–9 págs. in. 8º. Imprensa Econômica.

– *Mensagem* apresentada ao Conselho Municipal de Penedo em sessão de 5 de fevereiro de 1916, 1º ano de sua administração. No “O Lutador” Penedo, de 24 a 29 do mesmo mês.

– *Discurso* proferido pelo intendente Municipal ao assumir pela segunda vez o exercício deste cargo a 7 de janeiro de 1917. Idem, de 11 do mesmo mês.

– *Discurso* proferido no banquete realizado a 15 de agosto de 1918, no palacete do extinto Liceu Penedense, oferecido em nome do povo penedense aos Exmos. Srs. D. Jonas de Araújo Batinga, apostólico bispo de Penedo, e Dr. José Fernandes de Barros Lima, benemérito Governador do Estado de Alagoas. Idem, de 29 do mesmo mês.

– *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Vice-Governador no exercício do cargo de Governador do Estado por ocasião de ser instalada a 24 de abril de 1923 a 1ª sessão da 17ª Legislatura. Maceió, 1923, 28 págs. in. 8º, com anexos. Imprensa Oficial. Anteriormente publicada no “Diário Oficial”, Maceió, do mesmo dia.

Horácio Hora – Filho de Antonio Esteves de Souza e D. Maria Augusta da Hora, e irmão uterino do médico Francisco Hora de Magalhães, já mencionado neste livro, nasceu a 17 de setembro de 1853 em Laranjeiras e faleceu em Paris no dia 1º de março de 1890. Naquela cidade fez os estudos primários na aula pública do professor Justino Gomes Ribeiro, mas pouco aplicado às letras a que jamais se afeiçoou, preferia na sua inexperiência infantil malbaratar o tempo, esboçando no papel e nas ardósias, nas paredes e nas calçadas das casas as linhas mais ou menos regulares das pequenas figuras espontaneamente delineadas pelo seu lápis de novel desenhista. Esses ensaios reveladores das qualidades superiores com que a natureza o dotou, prenunciavam o futuro pintor, eleito pelo gênio da arte, para mais tarde reproduzir na tela os belos quadros que o haviam de imortalizar. Evidenciada a sua natural inclinação para a pintura, positivamente impossível de ser cultivada em Sergipe à falta de uma escola com professores aptos, seguiu para a Europa em junho de 1875, depois de ter-lhe a Assembléia Legislativa da província concedido uma subvenção para manter-se no estrangeiro. Chegado a Paris, matriculou-se no mesmo ano na escola de Belas-Artes, freqüentou a Escola Municipal de desenho e escultura dirigida pelo professor Justin Lequien, cujas lições lhe foram de grande utilidade. Os rápidos progressos obtidos no curso de desenho e pintura daquele professor no curto espaço de 8 meses deram-lhe direito ao título de aluno modelo e ao primeiro prêmio no concurso geral de todas as escolas de Paris. Com os mais sólidos e auspiciosos elementos para inscrever o seu nome na lista dos artistas de nomeada, “volta em junho de 1881 da culta Europa com o talento fortalecido na escola dos melhores mestres”. Sergipe acolheu jubilosamente o filho diletto, que soube elevar-se no insuspeito juízo dos profissionais europeus; sua velha progenitora, a cujos esforços abriu-se-lhe o caminho para a conquista de uma aprimorada educação artística, estreitou-o carinhosamente ao peito na mais santa das alegrias maternas e os amigos expandiram-se em justas manifestações de prazer pelos triunfos do laureado pintor sergipano. Através de todo o júbilo produzido pela sua presença, apesar do contentamento de ver-se entre pessoas amigas, percebia-se que alguma cousa de mais sério preocupava-lhe o espírito. Nada mais fora do que terem-lhe forçado a vir ao Brasil as críticas aperturas das suas finanças. Exímio artista do pincel e da palheta trouxe-o a esperança de adquirir em sua terra os recursos precisos para fazer face às despesas inevitáveis, conquanto o desenvolvimento do meio preferido não oferecesse margem para a expansão de um mestre das suas proporções. Pouco tempo decorreu para que esta verdade se manifestasse em plena nudez de uma realidade desanimadora. Falharam as fugazes probabilidades de ser-lhe confiado qualquer trabalho de vulto, um quadro de delicada execução, no qual pudesse materializar na tela toda a sua perícia profissional. Nestas conjunturas resolveu partir de novo para o teatro de seus primeiros triunfos, embora com o

coração despedaçado pelas saudades da família e da pátria. Em demanda da Bahia pela Estância, ali demorou-se pouco mais de um mês em visita a parentes seus e como não quisesse retirar-se daquela terra que tão bem remunerou os seus trabalhos e lhe proporcionou horas e horas de inefável gozo na contemplação das lindas paisagens que circundam a cidade, sem deixar um sinal duradouro da sua passagem, uma grata lembrança do seu coração compassivo, abriu uma exposição dos seus quadros em benefício das irmãs de D. Domingos Quirino, falecido bispo de Goiás. Prosseguindo na rota do seu destino, embarcou a 30 de junho de 1884 para a Bahia, ali aportando no dia seguinte. Durante sua permanência na capital baiana foi por muitas vezes alvo de expressivas manifestações de apreço, que se repetiram até o momento de partir para a Europa. A Exposição dos seus quadros na Academia das Belas-Artes, num total de 43, obteve um completo sucesso, tendo-se elevado em um só dia a sete mil o número de visitantes. Os professores da Academia, competentíssimos julgadores do seu mérito artístico, reunidos em congregação conferiram-lhe o diploma de “Membro correspondente e Acadêmico de mérito”, títulos a que lhe deram direito os belos trabalhos que expôs ao público. A 16 de julho, de partida para o Velho Mundo, recebeu a bordo do paquete Ville de Maceió os últimos adeuses dos seus admiradores, em extremo sensibilizado pelas inúmeras provas de grande simpatia com que o distinguiram sergipanos e baianos confraternizados. Finda a viagem e de novo em Paris, correram-lhe os primeiros tempos em situação relativamente próspera, auxiliado por amigos dedicados como Mr. Michand, incansável na solicitação de encomendas para o inteligente artista. “Essa época florescente foi de pouca duração, no entanto; porque desgraçadamente prendeu-se aos amores de uma rapariga, de quem escravizou-se por uma paixão-insensata”. Empolgado por essa inclinação desatinada sacrificou as mais nobres aspirações, todo o seu futuro. O domínio tirânico exercido pela mulher sinistra inutilizou-o para a vida social, aniquilou-o para sempre. Neste estado enervante do espírito, perdido todo o senso moral, abandonou o trabalho honesto do atelier, fugiu ao convívio dos amigos, desesperançados de salvá-lo do abismo prestes a tragá-lo, experimentou as agruras da falta de recursos e quando, depois de ter vendido tudo, até a própria roupa, a miséria batia-lhe à porta, veio a morte libertá-lo desse tristíssimo desenlace, cortando-lhe o fio da existência sob o teto hospitaleiro do seu maior amigo, Mr. Michand, o amigo de todos os tempos, na boa e má fortuna. Nessa hora extrema da agonia mortal, voltado o pensamento para o Brasil, sentiu saudades da terra querida e lamentou morrer longe da pátria nestas suas últimas palavras: “Loin de mon pays!” Além dos diplomas mencionados no correr desta notícia, conferidos pela Escola de Belas-Artes de Paris e pela Academia, de Belas-Artes da Bahia, obteve mais em 1876 o diploma conferindo o 1º prêmio num concurso de desenho por estampa; outro que lhe conferiu o 3º prêmio, alcançado em dezembro de 1878; três medalhas de prata e uma de bronze e dois álbuns de desenho de ornamento. No vol. 2º do *Dic. Bibl. Brasileiro*, págs. 477, tratando-se de Damião da Hora, faz-se ao pintor sergipano uma referência que é de todo infundada. Na galeria dos seus trabalhos figuraram quadros admiráveis, verdadeiras obras de arte. Primaram entre eles:

– *A Virgem*: cópia do quadro de Murilo. Começada em Paris em 1877 foi oferecido à matriz, hoje catedral de Aracaju, onde se acha colocado na parte superior do altar-mor desde 1879, hoje no centro do teto da igreja.

– *Pery e Cecy*: tela encetada em 1882 em Laranjeiras, inspirada pela leitura do romance *O Guarani*. Considerado o melhor de todos os seus trabalhos, uma pura obra-prima na opinião de Gumerindo Bessa. Esse quadro foi adquirido pela colônia sergipana residente na Bahia, e a ela oferecida em 1884.

Colocado a princípio no salão nobre do teatro S. João, foi depois depositado no Arquivo Público daquela cidade em 1917 por deliberação do Governador do Estado, Dr. Antonio Moniz de Aragão.

– *Miséria e Caridade*: quadro executado na Estância em 1883 e ainda conservado na Capela do hospital de caridade daquela cidade.

– *Folhas do Outono*: Quadro inspirado em uma poesia de Vitor Hugo com esse título. Paris, 1886.

Seguem-se:

- *As Belas Artes*, natureza morta.
- *Rua Lafayette*, Paris.
- *Interior de um quarto*, Paris.
- *Praia de Mangue Seco*. Executado na Estância.
- *Quitanda em Paris*.
- *Satyro e Bacchante* (cópia).
- *Descendimento da Cruz* (cópia).

Para tornar completa esta lista de trabalhos seria preciso mencionar o grande número de retratos, os quadros de soberbas paisagens e muitos outros estudos a craion, pastel, aquarela e a óleo.

Horácio Vieira de Melo, Doutor – Filho de Francisco Vieira de Melo e D. Maria Clara de Menezes Melo, nasceu a 2 de novembro de 1884 no engenho Santa Bárbara, município de Rosário. Na Bahia fez todos os cursos, secundário e superior, formando-se em medicina em 1909. Quando aluno da Faculdade foi interno da 2ª cadeira de clínica médica. Deu princípio a clinicar nas cidades da Capela e Simão Dias no seu Estado, de onde retirou-se para São Paulo para fixar residência em Iguape. Nessa cidade foi médico sanitário e depois médico de profilaxia, em Pirajuí, no mesmo Estado.

Escreveu:

– Diabetes artúrico: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 4 de outubro de 1909 e defendida em 13 de dezembro do mesmo ano a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1909, 57 págs. in. 8º. Imprensa Popular.

Hormino Rodrigues de Loureiro Fraga – Filho de Antonio Rodrigues de Loureiro Fraga e D. Maria Rodrigues de Loureiro Fraga, nasceu na vila do Rosário do Catete a 25 de abril de 1857. Frequentou, como cadete, o curso preparatório da Escola Militar por espaço de 6 anos; abandonando essa carreira, foi nomeado, a 5 de janeiro de 1883, 2º escrivão da Alfândega de Manaus, tendo em julho de 1883 por portaria do respectivo Inspetor sido designado para seguir em comissão fiscal à foz do rio Jutai e ao rio Ica, até os limites com os Estados Unidos da Colômbia, de onde regressou em 20 de setembro do mesmo ano. Em 15 de abril de 1886 foi mandado em comissão para administrar a Mesa de Rendas de Itacoatiara e a 12 de maio de 1890 promovido para a Alfândega do Pará, onde serviu até 31 de agosto de 1883, que foi promovido a 1º escrivão da Alfândega de Santos, e a 18 de outubro de 1895 conferente da mesma Alfândega. Foi Inspetor em comissão diversas vezes, e efetivo da Alfândega de Manaus e Pernambuco, sendo louvado ao deixar o exercício pelo Dr. Bernardino de Campos, então Ministro da Fazenda, pelos relevantes serviços prestados à República.

Escreveu:

– *Relatórios* apresentados ao Ministro da Fazenda sobre os diversos ramos de serviço sob sua direção.

Hunald Santa-Flor Cardoso, Bacharel – Filho do professor Brício Cardoso, já contemplado neste livro, e D. Mirena Cardoso, nasceu a 2 de setembro de 1894. Feitos os preparatórios, frequentou as Faculdades Livre de Direito de Fortaleza e Porto Alegre, recebendo nessa última, o grau de Bacharel a 30 de novembro de 1918. Nomeado Secretário Geral do Governo de Sergipe em outubro de 1922, foi exonerado por Decreto de 4 de agosto

de 1923, por ter aceitado o lugar de Diretor do Banco Estadual de Sergipe, lugar que exerce atualmente (1924).

Escreveu:

– A mulher gaúcha: conferência literária realizada a 5 de fevereiro de 1917 no teatro “13 de Junho” da vila da Soledade, Rio Grande do Sul, em benefício das obras de reconstrução da igreja Matriz da mesma vila.

– *O Senhor de engenho*: (Segundo um tipo muito comum no nordeste brasileiro). Na “A Noite”, de 21 de julho de 1917. Transcrito no “Estado de Sergipe”, de 12 do mês seguinte.

– *Escorço político-administrativo*. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1919, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 13ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, presidente do Estado. No “Correio de Aracaju” de 10 a 18 de setembro de 1919.

– *Discurso* proferido na inauguração do retrato do Exmo Sr. Dr. Presidente do Estado na Escola Noturna em Laranjeiras no dia 29 de agosto de 1920. No “Correio de Aracaju” de 11 de setembro seguinte.

– *Discurso* pronunciado no dia 14 de agosto de 1921 pelo orador oficial por ocasião de ser batida a primeira pedra da igreja de S. José, à praça Pinheiro Machado, em Aracaju. No “Sergipe Jornal”, Aracaju, de 16 e na “A Cruzada” de 21 do mesmo mês.

– *Discurso* pronunciado a 10 de dezembro de 1921 no salão de honra da Assembléia Legislativa do Estado na sessão cívica do Instituto Histórico, pelo seu orador, em homenagem à memória do sócio benemérito, senador Manoel Prisciliano de Oliveira Valadão. No “Sergipe Jornal”, Aracaju, de 12 do mesmo mês.

– *Discurso* proferido na sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a 26 de julho de 1923, em homenagem ao Comandante dos aviadores navais, Protógenes Guimarães. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

– *Discurso* pronunciado a 4 de janeiro de 1924 em homenagem ao Coronel Manoel Dantas. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

► *Data de morte*: 25 de junho de 1973, em Aracaju (SE).

— I —

Isaías Antonio Caldas, Doutor – Médico cristovense, filho do padre Luiz Corrêa Caldas Lima e D. Ana Rosa, faleceu a 3 de fevereiro de 1860. Tendo partido da cidade natal para a Bahia em março de 1844, a fim de fazer os estudos de humanidades e os do curso superior, freqüentou a Faculdade de Medicina daquela capital, na qual recebeu o grau de doutor a 18 de dezembro de 1852, sobrevivendo poucos anos à sua formatura. Dotado de não vulgar inteligência, deu provas de alta capacidade e muito aproveitamento nos diferentes ramos da ciência a que se destinou. Tinha conhecimentos variados e com relação aos seus merecimentos exprimiu-se nos seguintes termos o conselheiro Manuel Maurício Rebouças, um dos mais distintos lentes daquela Academia, em carta dirigida ao padre Luiz Corrêa: “seu digno filho tem de voltar ao grêmio que lhe dera à luz cheio de vida e de instrução: ele foi um dos adornos da nossa Academia; e devemos esperar pela idéia que dele faço, que será um homem útil a si e à sua bela província”.

Escreveu:

– Tese sobre o pauperismo no Brasil, resultado da escravaria, apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia, no dia 13 de dezembro de 1852 pra obter o grau de doutor. Bahia, 1852, 27 págs. in. 8º. Tip. de O. Chaves & Galvão.

Ismael Pereira Leite – Filho de José da Anunciação Pereira Leite, adiante mencionado, e de D. Maria Celina do Espírito Santo, nasceu em S. Cristóvão a 12 de abril de 1850 e faleceu em Aracaju, a 22 de fevereiro de 1885. Revelada a sua inclinação para o palco, muito cedo fez-se ator, sem ao menos ter completado seus estudos preparatórios. Tomou parte em algumas companhias dramáticas ambulantes, organizou outras, e

Escreveu:

– *Eu vi-te*: poema oferecido ao colega Alves Machado. No “O Raio”, Aracaju, de 9 de novembro de 1880.

– *O dia da lavadeira*: comédia em 1 ato, vertida do francês. Aracaju, 1882.

Ítala Silva de Oliveira – Filha de Silvano Auto de Oliveira e D. Marcionila Silva de Oliveira nasceu a 18 de outubro de 1897. Fez o curso integral no “Ateneu Sergipense”, recebendo o grau a 13 de dezembro de 1914. Por ato de 25 de maio de 1916 foi nomeada professora do Aribé, subúrbio da Capital, que não aceitou, sendo depois nomeada em 1916 pelo Presidente da Liga Sergipana contra o analfabetismo, para a aula noturna de português da Capital, lugar que ocupou até 6 de fevereiro de 1919, quando foi nomeada interinamente conservadora dos Gabinetes da Escola Normal, cumulativamente com as atribuições de professora adjunta de Física e Química e Historia Natural do mesmo estabelecimento. Em 1921 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, formando-se no ano seguinte em obstetrícia. Atualmente cursa o 8º ano médico. (1924).

Escreveu:

– *A mulher em face da guerra atual*. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 10 de setembro de 1914.

– *Notas sobre a guerra*. Idem, de 10 de outubro de 1914.

– *Avante!* As minhas irmãs, às minhas amigas e às minhas colegas. Idem de 18 do mesmo mês;

– *Adeus!* Idem de 14 de novembro de 1914.

– *Discurso* lido pela representante dos diplomados do “Ateneu Sergipense” por ocasião de ser-lhes conferido o grau a 13 de dezembro de 1914. No “Diário da Manhã” e no “O Estado de Sergipe”, Aracaju, de 15 seguinte.

– *Natal*. Idem, de 25 de dezembro de 1914.

– *Salve!* Idem, de 31 de janeiro de 1915.

– *Pela instrução*. Ao Exmo. Sr. General Presidente do Estado. No “Diário da Manhã”, de 14 de março de 1915.

– *Tiradentes*. 1792-1915. Idem, de 21 de abril de 1915.

– *Asilo Rio Branco*. Idem de 29 de abril de 1915.

– *Consciências que despertam*. Idem, de 23 de maio de 1915.

– *O Casamento civil*. Idem, de 21 e 22 de agosto de 1915.

– *Liga Brasileira contra o analfabetismo*. Idem de 15 de março de 1916.

– *Contra o analfabetismo*. No “Diário da Manhã” de 8 de abril de 1916.

– *Conferência* pronunciada por ocasião da sessão magna operária, em 1º de maio corrente. No “Estado de Sergipe”, de 6 a 10 de maio de 1916.

– *Datas nacionais*. No “Diário da Manhã” de 27 a 30 de maio de 1916.

– *Pelo feminismo*. No “Diário da Manhã” de 27 e 30 de maio de 1916.

– *Discurso* pronunciado a 24 de outubro de 1916 por ocasião de ser inaugurado na Biblioteca Pública o retrato do cidadão Vicente Calamelli. No “Estado e Sergipe” de 27 do mesmo mês.

– *Nos domínios da Instrução*: série de 12 artigos no “Diário da Manhã”, Aracaju, 7, 26 de outubro a 17 de dezembro de 1916 com interrupções.

— *A mulher e o voto*. No “O País”. Capital Federal, de 16 de maio de 1917, transcrito no “O Democrata”, Aracaju, de 3 do mês seguinte.

Ivo do Prado Montes Pires da Franca, General – Filho do Tenente coronel honorário Deusdedit Pires da Franca e D. Ana Leonor do Prado Montes da Franca, nasceu em S. Cristóvão a 20 de maio de 1860. A 14 de outubro de 1875 saiu de Aracaju para a capital da Bahia, onde esteve até 2 de janeiro de 1878, data em que seguiu com destino à Escola de Cavalaria e Infantaria do Rio Grande do Sul, depois de ter verificado praça a 17 de maio anterior no 16º Batalhão de Infantaria.

Depois de ter estado no Primeiro Regimento de Artilharia a Cavalo, durante o ano de 1879, matriculou-se na referida escola no começo de 1880, ali fazendo o curso de cavalaria e infantaria, que terminou em fins de 1883, conquistando a nomeação de alferes aluno, a 8 de março de 1884, confirmada por antiguidade a 12 de janeiro do mesmo ano. Em 1885 voltou à terra natal para servir na antiga Companhia fixa da província, até janeiro de 1886, quando resolveu continuar seus estudos na escola Militar da Praia Vermelha, onde concluiu o curso de artilharia.

Desligado em 1887 por motivos derivados de questão militar e matriculado na antiga Escola Geral de Tiro, fez ali o respectivo curso com aprovações plenas. Em 1888 voltou à Escola Militar da Praia Vermelha, onde matriculou-se no 4º ano, fazendo o curso do Estado maior de 1ª classe. Desligado no ano seguinte, ficou servindo no 2º Regimento de Artilharia de Campanha, para onde foi transferido posteriormente e nomeado secretário.

Neste posto entrou na conspiração de 15 de Novembro de 1889, que deu em resultado a proclamação da República. Em dezembro desse ano foi posto pelo Governo provisório à disposição do Ministro do Interior e por este nomeado auxiliar técnico do Governador de Sergipe, que o encarregou do comando e organização do Corpo Militar de Polícia do Estado. Como representante de sua terra natal, foi eleito deputado à Constituinte da República, exercendo com brilho e civismo o mandato de deputado federal de 1890 a 1894, pronunciando o famoso discurso em oposição ao governo do marechal Deodoro da Fonseca, a propósito da eleição do coronel Vicente Ribeiro para o cargo de governador do Estado de Sergipe. E, com a coragem cívica que o nobilitava, declarou que a sua oposição ao governo do marechal iria desde o seu voto naquela casa, até a resistência armada na praça pública.

Em 1895 foi nomeado professor e chefe do ensino de artilharia na “Escola de Sargentos” no Realengo, servindo até 1897, época em que foi extinta a referida Escola.

Em dezembro desse ano seguiu para Mato Grosso, indo servir no 2º Batalhão de Artilharia de Posição, onde comandou a sua bateria e outras, interinamente; fiscalizou, por duas vezes o Batalhão; comandou o forte de Coimbra; serviu mais de um ano como secretário do 7º Distrito; realizou com elogio, a montagem do Laboratório Pirotécnico de Cuiabá, e terminou por comandar o batalhão, por espaço de 7 meses, até 10 de dezembro de 1902, quando seguiu para a capital federal, atendendo ao chamado do Ministro da Guerra.

Em abril de 1903 foi de novo para Mato Grosso em consequência dos boatos que corriam sobre a provável invasão de Corumbá pelas forças do General Pando. Daí voltou em setembro seguinte por ter sido confirmado no posto de major do Estado Maior de Artilharia e nomeado chefe do gabinete da Intendência geral da guerra, onde serviu até 20 de novembro de 1906, data em que foi nomeado assistente do chefe do Estado Maior do Exército. Comissionado pelo Ministério da Guerra, foi em 1910 aos Estados do Norte, a começar pelo seu, a fim de coligir dados para a história militar do Brasil. Neste ano foi promovido, a 7 de dezembro, a tenente coronel por merecimento. De 1912 a 1913 comandou, em Manaus, o 19º grupo de artilharia de montanha, e interinamente, durante cinco meses, a 1ª Região Militar. Ainda por merecimento foi neste último ano, a 18 de junho, promovido a coronel.

Comandou, de 1913 a 1916 em Curitiba, o 2º Regimento de Artilharia de montada; de 1916 a 1918 serviu como chefe do Estado Maior da 3ª Região, que comandou interinamente por três vezes, e de 1918 a 1921 esteve como chefe da 4ª Seção do Estado Maior do Exército e do 2º departamento da mesma repartição.

Nomeado delegado do Estado de Sergipe ao Congresso de Geografia reunido em Belo Horizonte, em setembro de 1919, desempenhou com raro brilhantismo esta comissão, apresentando uma substancial memória, restabelecendo a verdadeira posição geográfica do rio Real, memória que, amplamente aumentada, teve depois a denominação de “A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias”.

Foi no posto de coronel compulsado em 1921, como general de divisão, por contar mais de 43 anos de relevantes serviços. Pertenceu a várias sociedades literárias e científicas, nomeadamente – “Emancipadora Rio Branco”. “Clube Acadêmico” de Porto Alegre “Clube Militar” do Rio de Janeiro, de que foi um dos fundadores, e foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Foi Ivo do Prado um dos sergipanos de mais elevado merecimento. Como militar, propagandista e um dos proclamadores da República, sua atuação sempre foi nobre e benéfica. Político, seu ideal colimou a autonomia dos pequenos Estados no seio da Federação Nacional. Jornalista, fez de sua pena uma arma de combate a favor da regeneração de costumes deletérios. Positivista à Comte e materialista a Büchner, tornou-se ao fim teosofista, evolução espiritual explicável pela natureza de seus sentimentos, pelas qualidades excepcionais de seu coração. Representou ainda a sua terra natal à constituinte republicana de 1921 a 1923. Inteligente e bom, difícil seria assinalar o que nele mais se afirmou: se o talento, servido por vasta erudição, se a bondade, constatada em todos os atos de sua vida pública ou particular. E eis por que, por ocasião de sua morte, realizada no Rio, em 25 de abril de 1924, suas exéquias assumiram as proporções de uma glorificação. Pranteou-a toda a colônia sergipana ali residente, todo o Sergipe intelectual e político que naquele instante perdia um dos seus filhos mais ilustres e a República um de seus mais leais e denodados defensores. Foi um *couseur* admirável e um arguto polemista. Nós, os sergipanos, somos-lhe devedores da extraordinária defesa dos direitos de Sergipe na secular pendência de limites com a Bahia.

O seu livro “A capitania de Sergipe e suas ouvidorias” é um perfeito trabalho de historiógrafo e cientista, pois, revivendo o passado, ele nos deu sobre o assunto a última palavra.

É um livro que honra o seu autor e a terra em que nasceu.

Fundou e redigiu:

– *Correio de Sergipe*: diário político, Aracaju, 1890-1891. O primeiro número saiu a 12 de setembro de 1890.

– *Jornal do Aracaju* (2º): publicação diária. O primeiro número saiu a 12 de abril de 1894.

– *Brasil*. Corumbá, 1902: periódico semanal. Colaborou no manifesto político do presidente de Mato Grosso, Antonio Paes de Barros, quando foi por este assumida a chefia do seu partido, e nos jornais “Luta”, “Lábaro”, “Mercantil”, “Século”, todos de Porto Alegre; “Gazeta oficial”, “Estado” e “Rebate”, de Cuiabá; no “Sertanejo” e “A Pátria” de Corumbá. Usou na imprensa o pseudônimo de *Júlio Iapiranga*.

Escreveu:

– *Eu e o Dr. Leandro Maciel*: No “O Republicano” de 24 de setembro de 1890.

– *Ao Eleitorado Sergipano*: manifesto político, Aracaju, dezembro de 1911. 5 págs. in. 8º. Não indica onde foi editado.

– *Aos meus conterrâneos*: manifesto político. No “Correio de Aracaju”, e “Jornal do Povo” de 4 de janeiro de 1921 e “Diário Oficial” do dia seguinte

– *A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias*: memória sobre questões de limites (Congresso de Belo Horizonte). Rio de Janeiro, 1919. Papelaria Brasil, VI-411 págs. in. 8º, com 44 mapas intercalados no texto, um índice e uma errata no fim.

— Limites de Sergipe e da Bahia. Inédito.

► *Data de morte*: 25 de abril de 1924, no Rio de Janeiro (RJ).

Izaías de Oliveira – Filho de Antonio de Oliveira Freitas e D. Ana Maria de S. José, nasceu a 8 de julho de 1864 em Aracaju.

Estudou preparatórios no Rio de Janeiro, para onde seguiu aos 15 anos de idade. Trabalhou como tipógrafo na “Gazeta da Tarde” de José do Patrocínio, deixando esta folha quando o seu diretor foi fundar a *Cidade do Rio*, onde continuou a trabalhar em sua arte, passando depois a revisor e em seguida, em janeiro de 1889, foi chamado para a redação, aí permanecendo até setembro do mesmo ano, em que fez parte também do corpo redatorial do *Dia*, de Martinho Garcez. Em março de 1890 entrou para a classe da fazenda, sendo nomeado Praticante da Alfândega do Rio de Janeiro a 31 daquele mês e depois a 3º escrivão da Alfândega de Silva Jardim.

Como jornalista usou dos pseudônimos *Ido* e *Corydon*, colaborando na “Gazeta da Tarde”, “Cidade do Rio”, “Novidades”, “O Diário de Notícias”, “País”, “Folha Popular”, “Brasil Ilustrado”, “Folha Azul”, “Folha”, “Semana”, “Revista Contemporânea” e outras. Foi por algum tempo correspondente do Cataguazes, periódico que se publicava em Cataguazes, (Minas), em abril de 1906.

Em julho de 1906 seguiu para a Europa em viagem de recreio.

Escreveu:

– *Blocos*: contos e fantasias em prosa. Rio, 1893, 160 págs. in. 8º. Editor Domingos Magalhães.

– *Relíquias*: versos. Rio, 1900, 90 págs. in. 12º. Editado pelo autor na Tip. Aldina.

– *Estelário*: versos. Rio, 1904. Editado pelo autor na Tip. Leuzinger.

– *Lírica*: versos. Rio, 1909. 136 págs. in. 12º. Papellaria Moderna. A crítica avessa à velha escola do romantismo, não recebeu bem este trabalho. (Vide “Correio da Manhã” de 10 de maio de 1909). Houve, porém, crítico que encontrasse do *Lírica* grande culto à arte, amor ao belo nos seus versos correntios. Do autor se disse ter herdado o talento robusto dos filhos do Norte, do “O País” de 2 de agosto de 1910.

A publicar:

– *Invectivas*: versos. *Homens, galeria contemporânea*, prosa; *Contas amargas*, prosa.

— J —

Jackson de Figueiredo Martins, Bacharel –Filho do farmacêutico Luiz de Figueiredo Martins e D. Regina Jorge de Figueiredo Martins, nasceu no Aracaju a 9 de outubro de 1891. Estudou humanidades no “Ateneu Sergipense” e no Ginásio Alagoano, seguindo para a Bahia, onde cursou a Faculdade de Direito, em que se bacharelou em 1913. É professor de humanidades em alguns colégios da Capital Federal: de pedagogia na Escola “Wenceslau Braz” e em 1923 foi nomeado Superintendente dos Institutos de Ensino subvencionados pelo Ministério de Agricultura.

Muito cedo revelou tendência para o jornalismo, exercendo a sua atividade como principal redator do “Centro D. Vital”, associação civil com sede na capital da República, onde está realizando a estupenda obra a “Ordem”, brilhante Revista Literária, Científica e Religiosa, órgão do “Centro”.

Tem colaborado em muitos jornais do norte e do sul do país, principalmente no “Diário da Manhã”, Aracaju, “Correio de Aracaju” (1908-1909), “Estado de Sergipe”, Aracaju, (1910), “Norte de Sergipe”, Propriá, (1908), “Jornal de Alagoas” Maceió, (1908-1909), “A Tribuna de Maceió” (1908) “A Notícia”, Rio, (1918-1919), “O Jornal”, Rio, (1919-1922) e seguidamente em diversos jornais e revistas, tais como: “Jornal do Comércio”, “Revista Americana”, “América Latina”; em vários jornais e revistas do Estado de São Paulo, entre outros: “Revista do Centro de Ciências Letras e Artes”, Campinas; “Revista do Brasil”, S. Paulo, “Boletim Mundial”; e fora do seu país no jornal “La Republica” de Buenos Aires

(1919). No Rio de Janeiro, onde reside atualmente (1924), foi um dos diretores da revista mensal “Brasiléia” (janeiro de 1918). Dirige também a “Sociedade Nativista” de propaganda brasileira.

Em agosto de 1914 foi revisor dos debates da Câmara dos Deputados.

Escreveu:

– *Bater de asas*: sonetos. Aracaju, 1908, 81 págs. in. 12°. Livraria Brasileira, Rua da Aurora 65, com uma errata final. Foi o seu livro de estrada. Traz um prefácio do Desembargador Honório de Oliveira.

– *Notas de uma carteira*: seção de artigos dominicais encetados no “Correio de Aracaju” de 21 de março de 1909.

– *A profissão de fé de um poeta*: estudo de crítica literária sobre o poemeto “Albatroz” de Paulino Santiago, poeta alagoano. No “O Estado de Sergipe”, de 1 de março de 1910.

– *Zíngaros*: versos com o retrato do autor e uma introdução de Almáquio Diniz, sobre “O Belo e a sua função na poesia e na crítica”. Bahia, 1910, 104 págs. in. 12°. gr. Tip. Baiana, de Cincinato Melquíades.

– *A carne de Jesus*. No “O Estado de Sergipe” de 31 de janeiro de 1911.

– *A volúpia de dizer – Águas...* No “Diário da Manhã”. Aracaju. de 12, 18 e 19 de abril de 1911.

– *Melo Leite – Página de Saudade*. Idem de 24 de maio de 1913.

– *A indiferença dos astros*: Gumercindo Bessa “Gazeta do Povo”, Bahia, 20 de setembro de 1913. Transcrito no “Diário da Manhã” de Aracaju, de 11 de outubro seguinte.

– *Xavier Marques* (Ensaio). Bahia, 1913, 113 págs. in. 12°. Tipografia Baiana de C. Melquíades. Saiu 2ª edição. Rio de Janeiro, 1916. 113 págs. in. 18° gr. Tip. “Revista dos Tribunais”.

– *Garcia Rosa*: ensaio de crítica. Rio de Janeiro, 1915. 43 págs. in. 18° gr. Tip. “Revista dos Tribunais”.

– *Farias Brito* (Uma teoria do conhecimento). Na “Revista Americana”, Rio, nos números I e II de 1915, págs. 46 a 52 e 125 a 130 e nos números IV de 1º de agosto do mesmo ano, págs. 41 a 56. Este estudo faz parte do livro que depois publicou sob a epígrafe

– *Algumas reflexões sobre a filosofia de Farias Brito* (Profissão de fé espiritualista). Rio de Janeiro, 1916, 227 págs. in. 12°. Tip. “Revista dos Tribunais”.

– *Incenso e ouro* (À memória de José Magalhães, do meu querido Juca). Rio de Janeiro, 1917, 17 págs. in. 12°. Tip. “Revista dos Tribunais”.

– *Pelo Brasil* (Conferência realizada no dia 15 de novembro de 1917). Muzambinho. Sul de Minas, 1917, 17 págs. in. 12°. Tip. do “O Muzambinho”.

– *Crepúsculo interior*: versos. Rio de Janeiro, 1918, 70 págs. in. 12°. Tip. “Revista dos Tribunais”.

– *Em defesa de Sergipe*: opúsculo de combate. Rio de Janeiro, 1918, 70 págs. in. 12°. Não indica a tipografia onde foi impresso.

– *Boa imprensa*. Conferência realizada em Muzambinho, no dia 5 de março de 1919. Rio de Janeiro, 1919, 25 págs. in. 18° gr. Tip. “Revista dos Tribunais”.

– *A Questão Social na Filosofia de Farias Brito*. Rio de Janeiro, 1919, 79 págs. in. 12° gr. Tip. “Revista dos Tribunais”.

– Discurso pronunciado na colação de grau das professorandas do curso normal do Liceu Municipal de Muzambinho, Minas, no dia 8 de março de 1919. Rio de Janeiro, 1919, 17 págs. in. 8°. Tip. do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & C. Saiu publicado no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, de 15 de março de 1919.

– *Uma palavra a meditar*. No “Jornal do Povo”, Aracaju, de 5 e 6 de maio de 1920.

– *Humilhados e Luminosos*. Rio de Janeiro, fevereiro de 1921, 159 págs. in. 16°. Editores: A Anuário do Brasil e Renascença Portuguesa.

– *Do Nacionalismo na hora presente*. (Edição da Livraria Cathiline, 1921).

– *A Reação do Bom Senso – Contra o demagogismo e a anarquia militar*. Rio 1921-1922. 254 págs.

– *Auta de Souza*: estudo crítico. Na “A República” de Natal, nos números de 1, 2, 5 e 6 de abril de 1921.

– *Notas sobre a inquietação moderna*. No “Minas Gerais”, Belo Horizonte, de 16 de dezembro de 1921. Transcrição no “O Jornal” da Capital Federal.

– *Leitura imoral e educação*. No “O Jornal” do Rio de Janeiro, transcrito no “Diário de Pernambuco”, de 2 de julho de 1921.

– *A consciência religiosa do país e o momento político*. Na “A Palavra”, de Belém do Pará de 18 de agosto de 1921.

– *As idéias gerais de Fidelino de Figueiredo*: conferência realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coimbra 1922. Imprensa da Universidade.

– *Pascal e a inquietação moderna*. Rio de Janeiro, 1922, 229 págs. in. 12º. Tipografia do Anuário do Brasil. Este volume faz parte da série A da Coleção Eduardo Prado.

– *Revisão ou revolução*. Na “A Palavra”, Belém do Pará de 26 de março de 1922.

– *Pontes de ouro*. No “Diário da Manhã”. Aracaju de 11 de novembro de 1923.

Em 1916 Tasso da Silveira publicou em opúsculo umas apreciações muito lisonjeiras sobre os obras deste Autor.

► *Data de morte: 04 de novembro de 1928, no Rio de Janeiro (RJ).*

Jacinto Dias Ribeiro – Filho do Capitão Ernesto Dias Ribeiro e D. Maria Sobral Ribeiro, nasceu a 18 de janeiro de 1874 na vila de Santo Amaro. Verificou praça em Aracaju, no 33º Batalhão de Infantaria, em 25 de setembro de 1890, com destino à Escola Militar do Rio de Janeiro, na qual efetuou matrícula a 21 de fevereiro de 1891. Foi promovido a Alferes em 3 de novembro de 1894; a 1º Tenente, por estudos em 27 de agosto de 1908; a Capitão, ainda por estudos, em 14 de setembro de 1911 e a Major, por antiguidade, em 7 de setembro de 1922. Exerceu os cargos de Ajudante de Ordens do Comando do 3º Distrito Militar, com sede na Bahia, de 28 de junho de 1900 a 21 de fevereiro de 1903; do comando do 1º Distrito Militar, em Manaus, de 1º de março de 1907 a 1º de maio de 1908; de Assistente do comando da 4ª Região em Maceió; da 2ª Brigada Estratégica em Curitiba e da 11ª Região nessa mesma cidade, respectivamente de 9 de fevereiro de 1909 a 15 de janeiro de 1910; de 21 de janeiro de 1910 a 9 de abril de 1911, de 16 de janeiro a 15 de março de 1912 e de 15 de março a 6 de abril do mesmo ano. Foi Ajudante de Ordens do Chefe do Departamento da Guerra de 2 de maio de 1912 a 13 de julho de 1914. Tem serviços de guerra e conta pelo dobro para reforma o período de 6 de setembro de 1893 a 17 de março de 1894.

Tem o curso geral da Escola Militar pelo Regulamento de 1898 e possui o título de Agrimensor pela mesma Escola. Tem colaborado no “Jornal de Sergipe”, “Jornal do Povo”, de Aracaju. Publicou alguns sonetos de sua lavra em revistas da Capital Federal, e no “Jornal do Comércio”, de Manaus.

Escreveu

– *Discurso* proferido no acampamento do 41º Batalhão de Caçadores no dia 27 de outubro de 1918, saudando ao Exmo. Sr. Bispo de Aracaju em nome da oficialidade do Batalhão, após a missa campal ali celebrada por S. Excia. Na “A Cruzada”, de 3 de novembro de 1918 e no “Correio de Aracaju”, de 1º de novembro de 1918.

– *Discurso* pronunciado na sede do Tiro “Coronel Rondon” em S. Luiz do Maranhão, no dia 26 de março de 1922, por ocasião do juramento à bandeira e entrega das cadernetas aos atiradores reservistas, como paraninfo dessa solenidade. No “O Jornal” daquela capital de 27 de março de 1922.

– *Discurso* saudando os aspirantes promovidos a tenentes, no dia 14 de maio de 1922, no banquete por eles oferecido aos oficiais do 24º Batalhão de Caçadores no quartel desse corpo na Capital do Estado do Maranhão. No “Diário de S. Luiz” de 16 de maio de 1922.

– *Discurso* pronunciado na tarde de 25 de julho de 1923 no Quartel do 28º Batalhão de Caçadores por ocasião de ser recebida pela oficialidade seus colegas da aviação naval. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

– *Discurso* proferido no dia 5 de agosto de 1923 por ocasião de ser inaugurada a ponte no porto da Vila de Santo Amaro. No “Sergipe Jornal” de 7 do mesmo mês.

– *Discurso* proferido no palácio do Governo a 21 de outubro de 1923 em agradecimento ao Exmo. Presidente Dr. Graccho Cardoso em nome da oficialidade do 28º Batalhão de Caçadores. No “Diário Oficial” de 23 seguinte.

► *Data de morte: 24 de Janeiro de 1947.*

Jessé de Andrade Fontes, Doutor – Filho do Capitão Felisberto Fontes de Melo e D. Ana de Andrade Fontes, nasceu no município do Arauá a 29 de novembro de 1881. Estudou humanidades no “Ateneu Sergipano” e no “Parthenon Sergipense”, colégio do Professor Alfredo Montes. Matriculado na Faculdade de Medicina da Bahia, recebeu o grau de doutor a 22 de dezembro de 1903. Depois de formado voltou a Sergipe, exercendo a clínica em Campos e na Estância, onde foi delegado de higiene em 1911. Em junho de 1913 foi nomeado Delegado do ensino na Estância, exerceu este cargo até 1º de junho de 1922, quando foi exonerado. Tem colaborado na “Razão”, da Estância e no Estado de Sergipe” de Aracaju.

Escreveu:

– *Estudo da Síndrome da porção espinhal do feixe piramidal*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese inaugural apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de outubro de 1903 e perante ela defendida a 9 de dezembro do mesmo ano, a fim de obter o grau de doutor em ciências médico-cirúrgicas. Aprovada com distinção. Bahia, 1903, 161 págs. in. 8º. Imprensa Econômica.

– *Discurso* pronunciado por ocasião da colocação do retrato do imortal maestro Joaquim Honório, no salão nobre do “Clube Comercial” da Estância. No “O Estado de Sergipe” de 27 de abril de 1905.

– *Despretensiosas notas sobre a conferência do Coronel Dr. Moreira Guimarães*, realizada no paço da Intendência Municipal da Estância a 21 de fevereiro de 1913. No “Diário da Manhã” de 12 e 28 de março seguinte.

– *Discurso* pronunciado no salão do Conselho Municipal da Estância a 3 de maio de 1913 na 1ª sessão cívica de comemoração das grandes datas nacionais. No “O Estado de Sergipe”, de 16 do mesmo mês.

– *O saneamento do Brasil* no mesmo jornal de 19 de julho de 1918.

– *Ligeiras considerações sobre a epidemia reinante do País*. No “Jornal do Povo”, Aracaju, de 28 a 30 de outubro de 1918.

– *Nos domínios da medicina*. No mesmo jornal, Aracaju, de 7 de agosto de 1919.

– *Discurso* proferido no dia 12 de junho de 1921 na festa da entronização de Cristo no Júri da Estância. Na “A Cruzada”, Aracaju, de 26 de junho, 3 e 10 de julho seguinte.

– *Discurso* pronunciado a 8 de julho de 1921 ao ser inaugurada na cidade da Estância a escola “Severiano Cardoso”, 12ª fundada pela Liga Sergipense contra o Analfabetismo. No “Correio de Aracaju”, de 14 do mesmo mês.

– *Discurso* proferido no salão nobre da Escola Normal de Aracaju a 14 de julho de 1921 na sessão comemorativa do 2º aniversário da fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe. No mesmo jornal de 17 do mesmo mês. .

– *Discurso* proferido a 7 de setembro de 1921, no salão nobre do Paço Municipal da Estância, em comemoração à data da Independência do Brasil. Ainda no “Correio de Aracaju”, de 17 e 18 do mesmo mês.

– *Discurso* proferido na festa cívico-literária a 7 de setembro de 1921 na cidade da Estância. No opúsculo sob o título *Em favor da instrução dos meninos estancianos*, págs. 26 a 33.

– *Discurso* pronunciado por ensejo de uma sessão realizada na cidade da Estância em prol da Sociedade de S. Vicente de Paula. Na “A Cruzada”, Aracaju, de 6 de novembro a 4 de dezembro de 1921.

– *Cavacos médicos*. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 8, 9 e 19 de junho de 1922.

– *Salve, Portugal!* No mesmo jornal de 17 de junho de 1922.

– *Uma carta*. impressões de viagem Ao Coronel Apulcro Mota. Idem, de 27 de abril de 1923.

– *Impressões de viagem*. À exposição Internacional do Centenário. idem, de 31 de maio de 1923.

Jesuíno Pacheco A’Ávila, Doutor – Filho do tenente coronel Domingos Pacheco d’Ávila e D. Antonia Francisca de Jesus Pacheco, nasceu a 18 de janeiro de 1829 e faleceu a 28 de novembro de 1890. Serviu-lhe de berço e túmulo a cidade da Estância, onde iniciando seus estudos de letras, fez parte do curso secundário, tendo recebido lições do provecto professor, Joaquim Maurício Cardoso. Depois de ter obtido o grau de doutor pela Faculdade de Medicina da Bahia no dia 18 de dezembro de 1854, foi nomeado por Decreto de 16 de março de 1855 segundo cirurgião do corpo de saúde da armada, embarcando em 2 de novembro seguinte na barca Berenice, da qual destacou para o brigue Maranhão. Por Decreto de 21 de janeiro de 1856 exonerou-se, a pedido, do serviço militar, regressando para a cidade natal, na qual ocupou os cargos de 1º suplente do juiz municipal e inspetor do distrito literário em 1858; provedor do hospital de caridade, presidente da Câmara Municipal e administrador da Mesa do Rendas provinciais desde 17 de junho ele 1859 a 1 de julho ele 1863.

Foi deputado a Assembléia Legislativa Provincial nos biênios de 1858-59, 1862-63, e

Escreveu:

– Proposições sobre o contágio: Tese apresentada e publicamente sustentada em 12 de dezembro ele 1854 perante a Faculdade de Medicina da Bahia, para receber o grau de doutor em medicina. Bahia, 1854, 11 págs. in. 8º. Tip. de Epifânio Pedrosa.

João Alves de Gouveia Lima, Bacharel – Filho do coronel Antonio Alves de Gouveia Lima, de quem já me ocupei, e D. Clara Maria de Gouveia, nasceu a 9 de janeiro de 1863 em Porto da Folha e faleceu em Propriá, a 25 de fevereiro de 1899. Em 1872 matriculou-se no colégio do Padre Vieira na Capela e a 20 de janeiro de 1876 seguiu para a Europa com destino ao colégio Pio Latino em Roma, a fim de receber depois ordens sacras. Não se sentindo com inclinação para a carreira sacerdotal, voltou em novembro de 1879 para o Brasil, entrando no ano seguinte como aluno do colégio Parthenon Sergipense do Doutor Ascendino Reis a fim de completar os estudos secundários exigidos para o curso de direito. Fez o seu tirocínio científico na Faculdade do Recife, recebendo a 6 de novembro de 1888 o grau de bacharel em ciências jurídica e sociais. Restituído à terra natal, ocupou seguidamente na comarca de Propriá os cargos de promotor público, nomeado em 1º de junho de 1889; juiz municipal, em dezembro do mesmo ano, e juiz de direito, em novembro de 1891, de que foi destituído, quando se deu nesse mesmo ano o golpe de Estado. Poucos meses antes, em junho, havia sido chefe de polícia interino. Arredado involuntariamente da magistratura, dedicou-se com seu progenitor à advocacia e à imprensa, a que já prestava os subsídios da sua inteligência.

Foi deputado em três legislaturas da Assembléia Legislativa Estadual, 1894-95, 1896-97 e 1898-99, ocupou o cargo de intendente do município de Propriá e tendo sido votado para deputado federal à legislatura de 1896 a 1899, deixou de ser reconhecido com todos os seus

companheiros de chapa. No “Tempo”, de 22 de março de 1899, foi publicada a sua biografia escrita pelo professor Marcelino de Melo Cardoso.

Escreveu:

– O Sr. Doutor Bemvindo, Chefe de Polícia e a sua comissão ao Norte do Estado. Na “União Republicana”, de Propriá, de 5 de fevereiro de 1892.

Redigiu:

– União Republicana: periódico semanal. Propriá, 1889-1894. Propriedade de Gouveia & Maximino. É a mesma “União Liberal”, mudado o título desde o nº 25 de 29 de novembro daquele ano.

João Antonio Ferreira da Silva, Bacharel – Filho de Norberto José da Silva e D. Maria Joaquina da Silva, nasceu a 7 de outubro de 1853 no engenho S. Antonio, município da Capela. Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1878. Exerceu em 1880 o cargo de promotor público da Comarca da Capela, sendo removido para a de Gararu a 11 de julho de 1882. No ano seguinte transferiu sua residência para o Rio Grande do Sul, onde exerceu o cargo de juiz substituto da comarca de S. Leopoldo. Voltando à sua terra natal, foi nomeado em 1884, juiz municipal dos termos de Laranjeiras e Maruim, exercendo esse cargo até 1886.

Deputado provincial no biênio de 1887 a 1888, e de 1890-1893; Juiz de Direito de Vila-Nova, quando foi posto em disponibilidade por não ter sido contemplado na organização da justiça do Estado. Aposentou-se como juiz de Direito por decreto de 7 de fevereiro de 1917. Depois de sua disponibilidade, entregou-se à advocacia por onde tinha começado a sua vida pública, logo após sua formatura. De 1910 a 1911 esteve como Diretor do Banco de Sergipe. Colaborou na redação da “Reforma”, órgão do partido liberal para o qual escreveu diversos artigos, entre os quais o de fundo sobre o ato legislativo de 13 de maio de 1888, que libertou a população escrava. Foi um dos redatores da “Folha de Sergipe”, órgão da oposição à situação política criada no Estado em 1894; redator do “Momento”, jornal de combate à situação Olímpio Campos.

Escreveu:

– *O promotor público da Capela ao ex-deputado Antonio José da Cunha*. No “Eco Liberal” de 29 de junho de 1881.

– *Razões de recurso*. Na “Reforma” de 11 a 25 de dezembro de 1887.

– *Processo dos Empregados da Alfândega do Aracaju*. Acusação por prevaricação e falta de exação no cumprimento dos deveres. Defesa dos Acusados. Aracaju, 185, 23 págs. in. 8º pq. Tipografia Comercial.

– *A acusação* contra os implicados no atentado ao juiz de Direito de Japarutuba, Dr. Joaquim da Silva Moraes. Na “A Reforma”.

– *Defesa* ao Coronel Antonio Mota no processo por crime de calúnia contra ele. Recorrido pelo Dr. Heráclito Diniz em...

– *Defesa*, publicada em folheto, dos empregados da Alfândega do Aracaju, acusados pelo...

– *A resposta*, em ofício, que em telegrama do Presidente da República, Dr. Prudente de Moraes, deu o Coronel Horta sobre a reposição do Pe. Dantas no governo do Estado, publicada na “Folha de Sergipe”, na “A Notícia”, Aracaju, de 19 de setembro de 1896. Transcrita na gazetilha do “Jornal do Comércio” de 23 de setembro do mesmo ano, no “Liberdade” de 25 do mesmo mês e em vários jornais.

– *Parecer* dado ao Delegado Fiscal da Bahia, Pádua Mamede, na questão da Fazenda Federal com as empresas fabris daquele Estado.

– *Parecer* sobre o caso da renúncia do Dr. José Rodrigues da Costa Dória, Presidente do Estado, no “Estado de Sergipe”.

— *Parecer sobre questão de domicílio no “Estado de Sergipe” de...* sob a epígrafe *Conflito ele jurisdição*: série de artigos de polêmica jurídica, a propósito do mesmo assunto iniciado no mesmo jornal e continuada no “Diário da Manhã”.

— *Memorial*. Tribunal da Relação do Estado de Sergipe. Falência de Machado Coelho & C. Embargos à concordata por abandono. Razões de apelação dos falidos. Traz no fim a resposta do Dr. Gumercindo

Bessa dada a uma consulta, Aracaju, 1898, 52 págs. in. 8º. Imprensa Oficial.

— *O habeas-corpus*: série de artigos no “O Tempo” Aracaju, de 24, 26, 28 e 31 de maio de 1899.

— *O Último crime da administração do Sr. Pe. Olímpio de Souza Campos. O atentado contra a minha existência*. No “O Momento” de 30 de outubro de 1902.

— *Ao Sr. Padre Olímpio de Souza Campos*. No mesmo jornal de 2 de novembro de 1902.

— *Habeas-corpus solicitado ao juiz federal da seção do Estado de Sergipe*, em favor dos cidadãos Ariston Augusto da Silveira e Manoel Moreira. Mascarenhas, presos pelo Inspetor da Alfândega, Flaviano Fontes, a bordo do vapor “Estrela” por crime de desacato à sua pessoa e ao empregado de fazenda, Carlos Proença. Aracaju, 1902, 10 págs. in. 8º. Tip. Comercial de Elias Montalvão.

— *Memorial – Ação executiva*. Defesa dos executados: Embargos à penhora e sua sustentação; alegações finais; razões de apelação; embargos de acórdão e sustentação dos mesmos. Aracaju, 1907, 54 págs. in. 8º pq. Tipografia Comercial de José Antonio da Costa.

— *Memorial*. Questões do Engenho Rio Vermelho. Ação executiva. Impugnação dos embargos dos exequentes pelo advogado dos executados. Acompanha o memorial o Acórdão embargado. Aracaju, 1908, 15 págs. in. 8º. Tip. da Livraria Brasileira.

— *Empresa Carris Urbanos*. Aracaju: série de artigos no “O Estado de Sergipe”, de 22 a 29 de maio de 1909 e no “Correio” com o seu nome e com o pseudônimo de *Marcus*.

— *Discurso* pronunciado na tarde de 25 de agosto de 1913 no Cemitério S. Isabel ao baixar ao túmulo corpo do Dr. Gumercindo de Araújo Bessa. No “Diário da Manhã”, de 26 e no “O Estado de Sergipe”, de 27 do mesmo mês.

— *Execução de notas promissórias*. Apelação de sentença que dispensa “in limine” os embargos do executado. Razões do apelado. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 25 e 26 de maio de 1915.

— *A desapropriação em Sergipe*. Questão do trapiche Melo. Uma resposta que se impõe. No “Jornal do Comércio” do Rio, de 14 de setembro de 1917.

— *Defesa do acusado*. No “Correio de Aracaju” de 31 de julho de 1918.

— *Lobo, Wenceslau & C.* O processo criminal contra José Júlio de Vasconcelos e Manoel Raimundo de Vasconcelos, série de 13 artigos no “Jornal do Comércio” do Rio de 29 de fevereiro e 30 de maio de 1920 com largas interrupções.

— *Questão de posse no Juízo Municipal de Itaporanga*. Alegações finais do Autor Nicola Mandarino, cessionário dos direitos da viúva e dos herdeiros do coronel Domingos Dias Dantas Melo. Aracaju, 1922, 34 págs. in. 8º. Tip. Comercial de Nelson Vieira.

João Antonio de Oliveira, Bacharel – Filho do capitão Manoel Pereira de Oliveira e D. Maria Francisca de Oliveira, nasceu a 20 de junho de 1872 em Itabaiana. Fez os primeiros estudos em Itabaiana, Laranjeiras e Aracaju em colégios particulares, e freqüentou o seminário da Bahia até o curso superior. Pretendendo abraçar a vida militar, interrompeu os estudos teológicos e depois de ter se habilitado em humanidades no Ateneu Sergipense, entrou em 1894 para a Escola Militar do Rio da qual se retirou decorridos poucos meses. Nesse mesmo ano nomeado 4º escriturário da Recebedoria da Capital Federal, foi transferido para a Alfândega do Pará, onde não chegou a funcionar por ter sido logo transferido para a de Aracaju, tendo por esse tempo recebido em 1896 o grau de Bacharel em ciências sociais pela

Faculdade Livre da Bahia, e no ano seguinte o de ciências jurídicas pela de igual denominação na Capital Federal, abandonando a carreira de Fazenda para seguir a advocacia e a magistratura. Nomeado promotor da comarca de Piumbi e depois juiz substituto da de Patoveínio, ambas em Minas, foi advogado depois de exonerado desse último cargo. Em S. Paulo advogou em diversas comarcas por espaço de 5 anos, tendo patrocinado na capital a célebre causa crime que calorosamente se debatia na imprensa paulista, em que figurou, como réu, Henrique Servera, acusado de haver recebido na Companhia Sul América um seguro falso na importância de 100 contos. Em 1905 voltou a Sergipe e no mesmo ano foi nomeado promotor público da Capital, cujo exercício interrompeu por ter sido escolhido para fiscal do governo junto ao Banco de Sergipe. Foi chefe de polícia no governo do Desembargador Guilherme Campos, voltando, terminada essa comissão, ao seu lugar no Banco de que foi presidente por alguns anos. Por decreto de 10/11/1913 foi nomeado juiz de direito da 2ª vara da comarca de Aracaju, declarado avulso, a seu pedido por Decreto de 27 de julho de 1914. Na imprensa colaborou no “O Município” de Pirassununga, e nos jornais de Aracaju, “O Estado de Sergipe”, “Correio de Aracaju”, “Diário da Manhã”, “Jornal de Sergipe” e “Folha de Sergipe”.

Assinou-se *Chulipa* numa série de artigos de polêmica. Em setembro de 1919 mudou-se para o Rio, onde reside atualmente. Entre outros trabalhos

Escreveu:

– *Ação decendiária*. Autor: Domingos José de Magalhães. Réus: Quintino Magalhães e sua mulher. Razões finais por parte dos Réus. Comarca de Pirassununga, 1904, 40 págs. in. 8º pg. Tip do “Município”.

– *Reforma constitucional*. Análise do Projeto de reforma pelo Desembargador Caldas Barreto Júnior. No “Diário da Manhã” de 17 de setembro a 22 de dezembro de 1912 com interrupções.

– *Poder Legislativo Estadual*. Considerando ao Projeto nº 23 elevando à categoria de Vila o povoado da Malhada Vermelha. No “Estado do Sergipe”, de 22 de outubro de 1913. Foram deste autor os fundamentos e a redação desse projeto.

– *Discurso* proferido, como orador oficial, na festa cívica promovida pela filarmônica “União Laranjeirense”, em comemoração à data áurea de 13 de maio. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 16 de maio de 1914.

– *O caso do Vênus*. Justiça Federal. Razões do recorrente, Ademar de Campos Ribeiro. No “Correio de Aracaju”, de 4 de agosto de 1916.

– *A política* (Com caráter de resposta). No “Diário da Manhã”, de 12 de novembro de 1916.

– *Empresa Industrial de S. Cristóvão*. No “Jornal do Povo”, Aracaju, de 12 de abril de 1917. Transcritos no “Diário da Manhã” de 13 e no “Correio de Aracaju”, de 14 do mesmo mês.

– *O Registro Geral*: resposta a uma consulta. No Diário da Manhã”, de 28 de julho e no “Jornal do Povo” de 3 de agosto de 1917.

– *O Sr. Rodrigues Alves e a atual plataforma*. No “Diário da Manhã” de 6 de novembro de 1917.

– *Parecer* sobre uma consulta concernente à inelegibilidade do Dr. Pereira Lobo para presidente do Estado. No “Correio de Aracaju” de 27 de novembro de 1917.

– *Parecer* sobre um caso concreto no alistamento eleitoral. No “Diário da Manhã” de 7 de dezembro de 1917.

– *A candidatura Pereira Lobo*. Resposta ao “Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro. No “Correio de Aracaju”, de 23 de dezembro de 1917.

– *Resposta a uma consulta sobre um ponto de Direito Comercial*. No “Diário da Manhã” de 25 de janeiro de 1918.

– *Dentro da lei*: consulta e resposta. Idem, de 26 do mesmo mês.

- *Parecer* a uma consulta sobre desquite por mútuo consentimento. Idem, de 26 do mesmo mês.
- *Interpretação dos artigos 386 e 429 do Código Civil*. Consulta e resposta. Idem, de 27 do mesmo mês.
- *A ação da Procuradoria Geral do Estado*. Série de artigos no “Jornal do Povo”, de 19 a 25 de janeiro de 1918.
- *Jubileu de Rui Barbosa*. A festa do Sol. No “Correio de Aracaju” de 13 de agosto do mesmo ano.
- *Projeto de reforma da Constituição do Estado de Sergipe*. No “O Imparcial”, Aracaju, de 5 a 10 de maio de 1919.
- Executivo Hipotecário do Rio Vermelho. Questão entre irmãos. Pareceres. No folheto sob o título *Questão do engenho Rio Vermelho*. Págs. 26 a 45.
- *Data de morte: 20 de Agosto de 1936.*

João Antonio Pereira Barreto – Filho do Major Odorico Antonio Pereira Barreto e D. Maria Petronila Barreto, nasceu a 13 de janeiro de 1876 na cidade da Estância. Muito criança ainda teve que deixar a cidade do seu nascimento passando-se para o Aracaju, onde fez os estudos primários e secundários no “Parthenon Sergipense”, seguindo em 1887 para a Bahia a fim de colocar-se no comércio.

Mais tarde passou-se para S. Paulo, continuando a carreira comercial. Não lhe foi favorável o clima paulista. Atacado de beribéri teve de voltar a Sergipe em 1893, a fim de escapar à insídia da moléstia. Recuperada a saúde voltou à faina comercial na cidade de Maruim, ocupando o lugar de guarda-livros de importante casa da mesma localidade. Lente interino da cadeira de Escrituração Mercantil do Ateneu Sergipense, por ato de 12 de setembro de 1896 e efetivamente de história do mesmo estabelecimento a 5 de outubro, logo exonerado a 4 de novembro sob a alegação de ter sido nomeado sem o necessário concurso. Sócio do Gabinete de Leitura de Maruim, foi eleito seu presidente e orador oficial sucessivamente em 1895-1896. O seu primeiro discurso à sociedade mandou publicar em volume a expensas próprias. Nesse ano publicou, editado pelo “Diário Oficial” de Sergipe, uma monografia: *Em prol da Lavoura*.

Como poeta apareceu na *Revistinha Sergipana* em 1893. A “Rua do Ouvidor” de 28 de abril de 1906 publicou a sua biografia com o retrato. De 1900 a 1902 redigiu *A Imprensa*: dirigida na Capital da República pelo Conselheiro Rui Barbosa e depois pelo Dr. Fausto Cardoso. (Neste jornal também encontram-se artigos seus sob o pseudônimo de *Rábula de Maruim*), “O Dia”, “O País” e “A Aurora”, diários do Rio de Janeiro.

Colaborou no “O Progresso”, folha hebdomadária independente de Maruim, literariamente sob os pseudônimos J. *Wester* e *Freitas Cunha* e redigiu periodicamente nos anos de 1894-1898. Neste ano entrou como redator de “A Notícia”, diário da tarde publicado em Aracaju.

Colaborou ainda no “Século” do Rio em 1906, “Correio de Aracaju” em 1910, de que foi depois redator e onde publicou sob o pseudônimo de *Otter Rabi* uma série de artigos com a epígrafe *Sob a onda...* e outras epígrafes. Em 1918 entrou para a redação do “Correio do Aracaju”, de que se retirou em julho do mesmo ano para assumir a do “Imparcial”, vespertino que fundou com o Coronel Francino Melo na Capital do Estado, cuja redação deixou a 28 de outubro, passando a escrever algum tempo depois no “Jornal do Povo”.

A 26 de novembro de 1919 voltou a fazer parte da redação do “Correio de Aracaju”. Não continuou. Desde que regressou a Sergipe tem se consagrado ao jornalismo e à advocacia, para o que obteve provisão do Tribunal da Relação do Estado. Sócio efetivo do Instituto Geográfico de Sergipe e poeta de grande merecimento, é uma das inteligências mais robustas de Sergipe. Tem versos publicados em vários jornais do Norte e do Sul da País.

Escreveu:

– *Relatório* apresentado pela direção do Gabinete de Leitura de Maruim em sessão da Assembléia Geral reunida em 7 de julho de 1895. Sergipe. Tip Comercial. Aracaju, 1895, 19 págs. in. 8º. pq.

– Discurso pronunciado por ocasião da inauguração do hospital da Boa Hora em Maruim. No “O Progresso” de 8 de setembro de 1896, jornal daquela cidade.

– *Discurso* proferido na sessão comemorativa do 22º aniversário da fundação do Gabinete de Leitura de Maruim por... orador oficial. Publicado por deliberação da Diretoria. Santos, 1900, 34 págs. in. 16º pq.. Tip. Universal de Turnauer & Sampaio.

– *Sergipanos ilustres*: Fausto Cardoso. No “Jornal de Sergipe”, de 2 a 12 de julho de 1903.

– *Fênix do Amor*: poemeto. No nº de janeiro de 1905 do “Kosmos”, revista artística, científica e literária que se publicou no Rio de Janeiro.

– *Carta aberta ao Dr. J. de Magalhães Carneiro*. No “Jornal de Sergipe” de 30 de março e 2 de abril de 1905.

– Literatura Sergipense: artigos de crítica literária. Idem, de 6 de abril de 1905 a 12 de outubro do mesmo ano.

– Fausto Cardoso. No “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, de 28 de setembro de 1906.

– *O Caso de Sergipe*: exposição ao Sr. Presidente da República, Rio de Janeiro, 1906, 21 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal do Comércio”. Vem também assinado por Olegário Dantas, Sílvio Mota, Cândido de Melo e Silva e Maria Guaraná.

– *Os cônsules e a expansão comercial*. No “Jornal do Comércio”, de 7 de julho de 1907.

– *Selvas e céus*: versos. Lisboa, 1908, 234 págs. in. 12º. Livraria Clássica Editora, de A. M. Teixeira.

O “Jornal do Comércio”, de Lisboa em referência a este livro assim se exprimiu: “Selvas e céus é um notabilíssimo livro de versos do poeta brasileiro Pereira Barreto... Versos cheios de ritmo, impecáveis de formas e de grande riqueza de rimas. Trechos Impregnados de um suave lirismo, e, por vezes de extraordinária beleza na evocação de imagens quase sempre de uma inconfundível originalidade. É um livro de um verdadeiro poeta e vai, decerto, causar uma profunda e indelével impressão aos meios literários de Portugal e do Brasil”. Na “A imprensa”, Alcindo Guanabara, jornalista brasileiro, consagrando a sua seção “O Dia” a “Selvas e Céus”, assim concluiu o seu artigo: Para terminar devemos ainda informar que Pereira Barreto vendeu a edição do seu livro à livraria Clássica de Lisboa, e foi tal o sucesso que os editores ainda não mandaram para os nossos livreiros”.

– *A morte do tirano* (Tradução livre de *Prosper Castanier*). No “Correio de Aracaju”, de 6 de março de 1910.

– Carta aberta ao marechal Hermes da Fonseca. No Estado de Sergipe” de 1º de março de 1910.

– Discurso pronunciado no saíão nobre da Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro a 28 de agosto de 1911 em comemoração ao 5º aniversário do passamento do Dr. Fausto de Aguiar Cardoso. No “Jornal do Comércio” do dia seguinte.

– *La prison (Aperçus sur le droit répressif ou la justice future)*. Na Revista Americana”, de abril de 1917, págs. 43 a 95.

– *Momisme espiritualiste*. Na mesma Revista de novembro do citado ano, págs. 50 a 70.

– *Império da Mulher*. A subordinação social da mulher e a influência nefasta deste erro na civilização. Na mesma Revista de fevereiro e março de 1918, págs. 111 a 141.

– *Critério democrático*. No “Jornal do Povo”, do Aracaju, 16 de fevereiro de 1918.

– *Império da Mulher*: folhetim. No “Correio de Aracaju” a começar de 23 de abril de 1918. Interrompido no número de 31 de julho para recomeçar a 17 de agosto. Não continuou.

Este trabalho foi depois publicado em volume. Aracaju, 1918, 192 – III págs. in. 8º pq. Tip. do Correio de Aracaju.

- *Sucessão presidencial*: série de 10 artigos. No mesmo jornal de 8 a 20 de junho de 1918 e “Jornal do Povo”, de 23 de junho a 6 de julho do mesmo ano, com interrupção.

- *Legítima defesa*: artigos publicados em defesa do polaco Roman Gembarowski. No “Correio de Aracaju”, de 11 e 12 de julho de 1918.

- *A Mensagem*: estudo sobre a mensagem apresentada pelo Presidente do Estado General Oliveira Valadão à Assembléia Legislativa do Estado em 7 de setembro de 1918. No “O Imparcial”, de Aracaju, de 14, 16 a 19 do mesmo mês.

- *Poetas realistas*: conto de S. Relly (Tradução). No mesmo jornal de 30 de outubro de 1918.

- *Notas ocasionais*. Idem, de 4 de novembro seguinte.

- *Otimismo e pessimismo*. idem de 11 do mesmo mês.

- *O Espiritismo*: série de 10 artigos publicados no “Correio de Aracaju” de 15 a 28 de março de 1919.

- *Confabulações Anarquistas*. Doutrinas de Godovin. No “O Imparcial”. Aracaju, de 4 a 6, 13 de junho a 1º de julho de 1919.

- *Institucional*. No “Jornal do Povo”, de 30 de outubro a 28 de novembro de 1919. São considerações sobre o projeto de reforma da Constituição do Estado.

- *Na Onda*: seção mantida no “Correio de Aracaju”, de 30 de novembro de 1919 a 9 de abril de 1920, com interrupções.

- *1º de Maio*: conferência feita no teatro Carlos Gomes em 1º de maio de 1920. No mesmo jornal de 5 a 12 do mesmo mês e na “Voz do Operária”, de Aracaju”, do dia 4 seguinte.

- *Da tentativa*: prova escrita perante o Tribunal da Relação para habilitar-se a exercer a advocacia em todo o Estado. No “Correio de Aracaju”, de 5 a 11 de junho de 1920.

- Conferência realizada a 25 de julho de 1920 no salão da Intendência da cidade de S. Cristóvão. No “Correio de Aracaju” de 27 de julho a 5 de agosto de 1920.

- *Limites de Sergipe e Bahia*. Idem de 11 de agosto a 12 de setembro de 1920. Este trabalho foi publicado em volume. 272 págs. in. 8º pq. Aracaju, 1921. Imprensa Oficial.

- *Discurso* que por impedimento do autor deixou de ser proferido por ocasião de serem trasladados no dia 24 de outubro de 1920 os despojos de Tobias Barreto de Menezes para o supedâneo da estátua do grande filósofo. No “Correio de Aracaju”, de 24 do mesmo mês.

- *Viagem em redor do meu quarto*, por Xavier de Maistre. Tradução. No “Correio de Aracaju”, de 13 de abril a 11 de maio de 1921. Não terminou.

- *Itabaianinha*: estudo sobre esta cidade. No “Correio de Aracaju, de 31 de maio, 1 e 3 de junho de 1921.

- *Sucessão Presidencial*. Conferência pró Bernardes, realizada no teatro “Rio Branco” na noite de 28 de outubro de 1921. No “Correio de Aracaju, de 30 desse mês a 1º de dezembro do mesmo ano com interrupções.

- *Cristo no Júri de Itabaianinha*: discurso proferido em Itabaianinha a 8 de dezembro de 1921 por ocasião da reentronização do crucifixo de Jesus Cristo no tribunal do Júri daquela cidade. No “Correio de Aracaju de 16 a 20 do mesmo mês.

- *Contas Assinadas* (Regulamento para a cobrança do imposto do selo sobre as vendas mercantis). Decreto nº 16.041 de 22 de maio de 1923, anotado. (2ª edição). Rio de Janeiro, 1923, 85 págs. in. 18º gr. Jacinto Ribeiro dos Santos, editor.

- *Representação Constitucional da minoria*. No “Diário da Manhã”, de 17, 22 e 29 de novembro de 1923; 12, 21 e 23 de dezembro de 1923; 6, 10, 13 e 25 de janeiro de 1924; 1, 3, 7, 10, 14, e 17 de fevereiro do mesmo ano.

- *Inéditos*: – *Espontâneas*, versos.

- *Álbum de Raylacor*, trecho de prosa literária.
- *O Banco de Sergipe*.
- *Data de morte: 07 de Agosto de 1926, em Aracaju (SE).*

João Antonio da Silva Marques, Doutor – Filho de Narciso da Silva Marques e D. Antonia Benta da Glória, nasceu a 1º de janeiro de 1838 em Laranjeiras e faleceu no Aracaju a 10 de março de 1894. Fez todo o curso da Faculdade de Medicina da Bahia, na qual se doutorou em 30 de novembro de 1863. Decorrido um ano de formado, entrou para o serviço militar; e por ter coincido a sua nomeação de 2º cirurgião tenente do corpo de saúde, por Decreto de 12 de outubro de 1864, com o rompimento das relações internacionais com o Paraguai, a 5 de fevereiro seguinte embarcou com destino ao Exército em operações naquela República, onde se conservou até a terminação da guerra. Promovido em seguida a 1º cirurgião por Decreto de 5 de julho de 1871, foi neste posto reformado a 3 de fevereiro de 1890, depois de ter exercido as funções médico-militar nas guarnições de Sergipe, Pará e Pernambuco. O Governo Imperial, atendendo a relevância dos seus serviços, o remunerou, concedendo-lhe as condecorações de cavaleiro das Ordens de Cristo e de S. Bento de Aviz. Mais de uma vez serviu de examinador de ciências nos exames gerais na capital do Estado, onde ocupou, por último, por nomeação de setembro de 1890, o lugar de médico do corpo de polícia e da casa de prisão.

Escreveu:

– *Ha realmente duas variedades de clorose, uma simpática e outra idiopática?* Dissertação. Proposições. Seção Médica – Hidropesia é moléstia ou é antes sintoma? Convém conservá-la na classificação das moléstias considerando-a como tal? Seção Acessória – Pode-se assegurar peremptória e conscienciosamente que o recém-nascido chegou a respirar? Seção Cirúrgica – Morte aparente dos recém-nascidos, suas causas e tratamento. Tese apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia em novembro de 1863 para obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1863, 20 págs. in. 8º. Tip. de Epifânio Pedrosa.

João de Araújo Lima, Bacharel – Filho do doutor João José de Araújo Lima e D. Rosa Angélica de Araújo Lima, nasceu a 5 de março de 1865 no Aracaju, onde faleceu a 23 de julho de 1898, sendo então procurador seccional da justiça federal. Ao mesmo tempo que freqüentava os estudos secundários para entrar no curso superior, exerceu na cidade natal as funções de 2º escriturário do Tesouro Provincial em 1883 e quando acadêmico foi procurador fiscal interino da Tesouraria de Fazenda em 1887.

Seguindo o curso de direito, bacharelou-se na Faculdade do Recife em 1889, havendo sido nomeado a 20 de dezembro do mesmo ano promotor público da comarca de Propriá. A este cargo seguiram-se os de juiz municipal e de órfãos dos termos de Maruim e Aracaju, e promotor público em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, logo após ter completado o quadriênio de juiz municipal de Aracaju. Foi ainda procurador da República na seção da Paraíba, removido em 1896 para a de Sergipe, fez parte da Magistratura do Estado de Santa Catarina e representou o seu Estado na segunda Constituinte em 1892.

Escreveu:

– *Considerações sobre uma obra prima ou o perigo do gênio* por M. A. de Lamartine. Tradução. Aracaju, 1887, 80 págs. in. 8º pg. Tip. do “Jornal de Aracaju”. No original francês o autor faz um estudo crítico sobre os “Miseráveis” de Victor Hugo.

– *Projeto de Constituição para o Estado de Sergipe*. Aracaju, 1892. Este projeto de lei que é a vigente Constituição do Estado, votada a 18 de maio daquele ano, sofreu ligeiras modificações apenas e teve por colaboradores o Monsenhor Olímpio de Souza Campos e o coronel Benjamin de Souza Teles. Com outros redigiu:

– *O belo sexo*: revista mensal. Aracaju, 1882. Propriedade da Sociedade União Sergipense em homenagem às Exmas. Sras. da Província. Tip. da “Gazeta de Aracaju”.

João d’Ávila Franca, Engenheiro Militar –Filho de Manoel Barbosa da Franca e D. Luiza Maria da Trindade Franca, nasceu a 23 de junho de 1860 na cidade da Estância.

Verificou praça a 11 de janeiro de 1877 com destino à Escola Militar, sendo 2º Tenente a 30 de julho de 1881.

Completando o curso de engenharia regulamentar em 1889 foi promovido a 1º Tenente a 23 de janeiro do mesmo ano.

De abril de 1888 a abril do ano seguinte foi Ajudante de Ordens da Presidência de Sergipe, passando em dezembro de 1889 a Secretário do Governo até julho de 1890 quando abandonou esse cargo.

A 7 de janeiro desse ano foi promovido a Capitão por serviços relevantes, sendo em setembro deste mesmo ano nomeado Secretário da Escola de Tiro do Realengo do Rio, servindo também no gabinete do Ministério da Guerra com o General Moura.

Bacharel em matemáticas e ciências físicas e naturais, foi em 31 de dezembro de 1894 graduado major, tendo efetividade a 3 de novembro de 1898. Tenente Coronel em 7 de março de 1902, por antiguidade, foi secretário da Escola Militar da Praia Vermelha de 1902 a dezembro de 1905, e Coronel por merecimento a 7 de dezembro de 1910.

Foi delegado do Chefe do Estado Maior do Exército no 7º distrito de 1900 a 1903, Chefe da 1ª seção do Estado Maior de 1903 até outubro de 1904, servindo em comissão no Ministério da Justiça, como Inspetor da Contadoria da Força Policial de outubro de 1904 a dezembro de 1906, e Diretor de Obras Militares na Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe de 1906 a 1908. Quando cursava a aula de latim, na Estância, com Gumercindo Bessa e Isaías Simões de Andrade publicou um pequeno jornal do qual era compositor e impressor: “Águia”, entre os anos de 1874 a 1875.

Em Aracaju, colaborou em vários jornais com artigos de polêmica, ou de reorganização de serviços; na “Revista Acadêmica” da Escola Militar; na “Revista Militar” (publicação mensal); no “Jornal do Brasil”; no “Cosmos” e na “Revista do Estado Maior do Rio de Janeiro” de fins de 1901 a 1902 sobre assuntos militares.

Durante o tempo que esteve em Corumbá colaborou no “O Brasil” *Cartas Municipais*, série de artigos, em 1902.

Escreveu:

– *Abastecimento d’água potável ao Aracaju*: memória. No “O Republicano” de 12 de janeiro de 1890 e no “O Estado de Sergipe” da mesma data.

– *Abastecimento d’água*: série de artigos no mesmo jornal de 28 de fevereiro; 2, 4 a 6 de março de 1890.

– *Um pedacinho de finanças*. Idem de 9 de março de 1890.

– *Fontes públicas*. Idem de 25 a 29 de abril de 1890.

– *Assuntos militares*: série de 3 artigos sob a assinatura X os 2 primeiros e o último sem assinatura. No “Jornal do Brasil” de 25 de outubro, 1 e 3 de novembro de 1891.

– Assuntos militares. Poder Legislativo. No mesmo jornal de 4, 9, 13, 19 e 25 de dezembro de 1891 e 1º de janeiro de 1892.

– Assuntos militares. Força armada. No mesmo jornal de 8, 17, 24 e 31 de janeiro; 1º e 7 de fevereiro de 1892.

– Mato Grosso: notícia histórica sobre o Estado deste nome. Nos números de março, abril e maio de 1904 do “Cosmos”, revista artística científica e literária que se publica no Rio de Janeiro.

– Ligeiras considerações sobre a defesa de Mato Grosso, 1904. vol. 6 pág. 73 a 82; 117 a 124; 195 a 204; 268 a 281; 502 a 512; 543 a 555; série de artigos de propaganda. No “Cosmos”.

► *Data de morte: 1932.*

João Batista Barros Pimentel Filho, Doutor – Filho do Tenente Coronel João Batista Barros Pimentel e D. Ana Jerônima Martins Barros Pimentel, nasceu no município de Pacatuba, a 4 de maio de 1872. Estudou os primeiros preparatórios na cidade de Penedo, Estado de Alagoas, no Colégio S. João dirigido pelo ilustre Professor Manoel de Melo Jácome Calheiro. Na Bahia completou o curso de humanidades e matriculou-se no de Farmácia da Faculdade de Medicina daquela Capital, onde obteve o diploma de Farmacêutico. Continuou estudando Medicina na mesma Faculdade, recebendo o grau de doutor no dia 24 de setembro de 1898. Depois de formado, seguindo o exemplo de muitos outros sergipanos, deixou o seu Estado e foi para o de São Paulo, estabelecendo-se como clínico na cidade, de Jaú. Clinicou também em Bragança, onde foi correspondente do “Correio Paulistano” e em 1915 passou-se para a cidade de Araguari no Estado de Minas Gerais.

Escreveu:

– *Psicoterapia*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia em 24 de setembro de 1898 para ser defendida, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1898, 136 págs. in. 8°. Lito.-Tip. e Enc. Wilcke, Picard & C. Sua Tese versando sobre a sugestão dos primeiros tempos, antes de Hipócrates, é substancioso e aprofundado estudo científico sobre o ponto de vista da Psicoterapia contemporânea. É um verdadeiro tratado sobre a matéria, sob todos os pontos de vista teórico e prático, sobre o emprego da sugestão, acompanhado de numerosas observações comprobatórias dos fenômenos sugestivos.

João Batista de Carvalho Daltro, Monsenhor – Filho de Domingos José de Carvalho e D. Antonia Francisca de Jesus, nasceu a 23 de junho de 1828 em Simão Dias e faleceu a 2 de fevereiro de 1910 na fazenda Baixão, daquele município, sendo sepultado no dia seguinte na igreja matriz da cidade do Lagarto. Depois de ter estudado humanidades na Estância e no colégio Barroso em S. Cristóvão, matriculou-se a 22 de março de 1847 no seminário da Bahia, onde recebeu ordens sacras em 1853. Obrigado por moléstia a seguir para a Europa, logo depois de ordenado, fez nessa ocasião uma peregrinação à Palestina, em visita aos santos lugares. De volta de sua excursão celebrou missa nova em Simão Dias, tendo sido em seguida designado coadjutor do vigário da freguesia. Dada por esse tempo a invasão do *cholera-morbus* na província, o novo levita, inspirando-se nas lições do Evangelho, correu em auxílio dos infelizes atacados pela peste, levando-lhes com os recursos da medicina as frases consoladoras do verdadeiro apóstolo da caridade. Com a extinção da epidemia, exerceu o sacerdócio por algum tempo nas freguesias do Pilar e Riachão, até ser nomeado vigário da freguesia do Lagarto, onde passou a maior parte de sua longa e proveitosa existência, semeando o bem em torno de si pelo exemplo de suas virtudes, realçadas pela mais nobre dentre todas, do absoluto desprendimento dos seus haveres em favor dos desprotegidos da fortuna. Se, como sacerdote e pároco foi incansável na propaganda da fé e no combate às doutrinas condenadas pela Igreja, como cidadão muito contribuiu para o progresso daquela zona, promovendo a realização de melhoramentos materiais de incontestável utilidade. São frutos dos seus louváveis esforços junto aos governos da província a ponte entre Lagarto e Simão Dias no rio Caiçá, os tanques públicos do Riachão e Lagarto e a casa da Câmara Municipal deste último lugar. A matriz da freguesia, um dos mais imponentes templos do Estado, foi concluída sob sua administração, tendo construído quase à sua custa o cemitério da cidade e por conta própria o Hospital de Caridade, ao qual dotou com um pecúlio para garantia da seu custeio. Por tantos atos de benemerência prestados em nome da religião e da humanidade foi distinguido pelo arcebispo da Bahia com as nomeações de arcepreste, vigário

geral e em 1898 com o título de monsenhor, tendo sido antes, em 1888 agraciado pela Princesa Imperial Regente com a comenda da Ordem de N. S. Jesus Cristo. Como orador sacro, já o disseram pela imprensa, foi verdadeiro paladino da doutrina do Evangelho; puro, sóbrio, genuíno, como quer S. Paulo.

Escreveu:

– Sermões, que ficaram inéditos, como comumente se dá. Os seus traços biográficos reproduzidos em resumo na presente notícia foram publicados no “Estado de Sergipe”, de 20 de fevereiro e no “Jornal de Sergipe” de 18 de março de 1910.

– Missão ao Riachão. No “Correio Sergipense” de 7 de janeiro de 1864.

João Batista da Costa Carvalho, Desembargador – Nascido a 20 de março de 1810 no engenho Antas, município de Santa Luzia, filho de Manuel Raimundo da Costa Carvalho e D. Ana Faria da Costa Carvalho, faleceu a 21 de setembro de 1920 na cidade da Estância. Bacharel em ciências jurídicas e sociais formado em 1864 na Faculdade do Recife. Conspícuo membro da magistratura do país, na sua longa carreira pública ocupou os cargos de promotor publico da comarca de Itabaiana em 1865; juiz municipal do termo de Divina Pastora nomeado em março de 1866 e por decreto de 18 de maio de 1870 juiz municipal do termo da Estância, acumulando nos dois termos as funções de delegado da polícia. Nomeado por decreto de 27 de junho de 1874 juiz de direito da comarca de Corumbá em Mato Grosso, exerceu o mesmo cargo na do Rio Real (Itabaianinha) em 1877-1882, removido nesse último ano para a comarca de Itajaí em Santa Catarina e em 1883 para a de Atalaia em Alagoas, onde se conservou até 1885. Tornando a fazer parte da magistratura de Sergipe, foi juiz de direito de Maruim nos anos de 1886 a 1892, desembargador, por decreto de 26 de dezembro desse último ano, no Tribunal da Relação, de que foi presidente mais de uma vez, tendo-se aposentado em março de 1898. Como Presidente da Relação assumiu o governo do Estado a 9 de maio de 1894 no impedimento temporário do presidente efetivo, José de Calasans. Esteve como chefe de polícia nas províncias do Amazonas, nomeado por decreto de 10 de junho de 1876 e exonerado a 2 de dezembro seguinte; de Alagoas por decreto de 11 de abril de 1885 e dispensado a 20 de junho do mesmo ano e de Sergipe por decreto de 12 de setembro ainda de 1885, deixando o exercício a 15 de outubro de 1886. Delegado especial do Inspetor Geral da Instrução Pública da Corte em 20 de outubro de 1885, representou Sergipe na Assembléia Provincial nos três biênios de 1870-1871, 1874-1875 e 1876-1877.

Escreveu:

– Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente Doutor Manoel de Araújo Góes a 14 de janeiro de 1885 pelo Chefe de Polícia. Anexo de 14 págs. ao Relatório com que o mesmo Presidente abriu a 15 de fevereiro do referido ano a 1ª sessão da 27ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe.

– Regulamentos para criados, ganhadores e carroceiros. Na “Gazeta do Aracaju” de 1 de agosto de 1886.

João Batista da Costa Carvalho Filho, Bacharel – Filho do Desembargador do mesmo nome e D. Constança Heitor da Costa Carvalho, nasceu a 14 de maio de 1868 na Estância. Recebeu o grau de bacharel em direito a 19 de dezembro de 1890. Ainda acadêmico foi nomeado promotor público da Comarca de Japarutuba em outubro de 1890 e em 1891 foi eleito deputado à 1ª Constituinte do Estado, sendo um dos signatários da Constituição de 8 de junho do mesmo ano. Por decreto de 10 de novembro de 1891 foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Cotinguiba e nesse mesmo ano transportou-se para o Paraná, onde advogou a princípio, sendo depois nomeado Procurador Fiscal do Tesouro do Estado. Sucedeu ao Dr. Lauro Sodré no cargo de Secretário do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Mais tarde, em 1894, foi distinguido com a nomeação de Secretário de Obras Públicas e Colonização do Paraná, em cujo cargo promoveu eficazmente o desenvolvimento material do

Estado. A 14 de fevereiro de 1896 foi nomeado juiz de direito da Comarca de Paranaguá (Paraná) e em 1900 chefe de Polícia em comissão, cargo que exerceu por 4 anos. Voltando à judicatura, teve exercício na Comarca de Castro. Em fevereiro de 1908 foi nomeado Procurador Geral da Justiça do Paraná e mais tarde membro efetivo do Superior Tribunal de Justiça, voltando a exercer o lugar de Chefe de Polícia, cargo que deixou em julho de 1910, por ter sido nomeado juiz federal na seção do Paraná, tendo assumido o exercício a 22 do mesmo mês. Teve do governo daquele Estado a incumbência de confeccionar o Projeto do Código do Processo Criminal.

Escreveu:

– Projeto do Código do Processo Criminal do Estado do Paraná: O projeto compreende três livros que se dividem em muitos títulos e capítulos: O Livro primeiro é consagrado à ação criminal, à civil e à competência; o 2º trata dos diversos atos do processo; inquérito policial, queixa, denúncia, fiança, habeas-corpus, provas, exceções, sentenças e nulidades; o 3º é consagrado aos processos em espécie: julgamento pelo júri, julgamento singular, especial de calúnia e injúrias, de responsabilidade e outros. Por determinação do Congresso do Estado, foi esse trabalho impresso para ser distribuído aos membros do poder legislativo e a diversos profissionais. O “Diário da Tarde” de Curitiba de 15 de fevereiro de 1907 tece os maiores elogios ao seu autor mostrando o amplo conhecimento e o estilo singelo e preciso como convém a obras desta natureza.

João Cabral – Filho de Francisco Felix Cabral e D. Adelaide Passos Cabral, nasceu a 21 de fevereiro de 1900 em Aracaju. De 1906 a 1910 fez seus estudos primários freqüentando as aulas de sua irmã, D. Maria Cabral. Em 1911, iniciou o curso secundário no “Grêmio Escolar”, dirigido pelo Desembargador Evangelino de Faro. De 1912 a 1916 freqüentou o “Ateneu Sergipense”, onde prestou exames finais das matérias do curso de humanidades. Já a esse tempo trabalhava na Imprensa de Aracaju tendo entrado para o “Diário da Manhã” em 1915, como revisor de provas. Classificado vantajosamente no concurso realizado na Administração dos Correios do Estado, em outubro de 1915, foi nomeado praticante de 2ª classe em 9 de dezembro de 1916, servindo desde maio de 1918 de secretário daquela Repartição.

Transferido para igual lugar na Diretoria Geral dos Correios, partiu para a Capital Federal em dezembro de 1918, exercendo atualmente (1924) o cargo de amanuense naquela Repartição. É secretário do Centro Sergipano. Do ano de 1916 ao atual, tem colaborado em quase todos os jornais do Estado nomeadamente no “Diário da Manhã”, “Comércio de Maruim”, “Imparcial”, “Sul de Sergipe”. “Meio Dia”, (jornal falado), todos do seu Estado. Grande número dos seus trabalhos em prosa e verso têm sido publicados no “Século XX” de Aracaju, na “Revista Contemporânea”, “A. B. C.”, “Seleta”, “Fru-Fru”, e o “Para todos”, Revistas Ilustradas do Rio, e no “Jornal da Noite”, de Santos. Nos jornais de Sergipe, usou dos pseudônimos *Paulo Emílio* (P. E.), *Hostílio* e *Joco-sério*. Para evitar homonímia, vem ultimamente subscrevendo as suas produções literárias com o nome *Passos Cabral*. Em 1922, estando já matriculado no 4º ano da Faculdade de Direito do Rio, interrompeu o seu curso jurídico, que iniciara em 1919.

Escreveu:

– *Vestígios*: prosa. No “Século XX”, Aracaju, de 9 de julho a 6 de agosto de 1916. Foi o seu primeiro trabalho escrito para a imprensa sob o pseudônimo de *Paulo Emílio* (P. E.)

– “A suave ascensão” de Gilberto Amado. No “Diário da Manhã”, de 4 de novembro de 1917.

– Páginas volantes: 32 artigos sobre diversos assuntos, poesia, crítica, lingüística, etc, assinados os primeiros com as iniciais P.E. do seu pseudônimo, os outros com o próprio nome e alguns com as suas iniciais. No “Século XX”, a começar do número de 27 de maio de 1917 a 1º de dezembro de 1918, com intermitências.

– Refletindo uma alma de poeta. No “Jornal do Norte”, Santos, de 29 de setembro de 1923. Transcrito no “Diário da Manhã”, Aracaju, de 15 de novembro do mesmo ano. Tem inéditos um livro de versos e um romance.

João Cândido Lima, Doutor – Filho de Luiz Cirilo de Lima e D. Carolina da Rocha Lima, nasceu a 16 de maio de 1859 na então vila de Campos e faleceu a 22 de maio de 1920 em S. Carlos do Pinhal, Estado de S. Paulo. Eram seus irmãos os doutores Carpóforo Mendonça Lima e Domingos Portela Lima, já mencionados neste livro. Graduado em medicina a 5 de março de 1884 na Faculdade da Bahia, exerceu a clínica no Lagarto, Laranjeiras e Itabaiana, tendo sido em Laranjeiras professor de uma cadeira no Liceu Laranjeirense, estabelecimento particular de instrução sob a direção do professor Baltazar Góes e posteriormente encarregado pelo governo da província de uma comissão médica em Itabaiana.

Mudando-se para S. Paulo instalou seu consultório médico em Casa Branca, Rio Claro, Pirassununga e São Paulo de Agudos sucessivamente, tendo sido no meio dos seus labores profissionais encarregado em 1907 e 1908 pelo governo do Estado do serviço sanitário concernente à extinção do tracoma nas duas últimas dessas localidades. Em S. Carlos do Pinhal não só foi clínico, como lente de história natural e higiene da Escola de Farmácia e Odontologia, de cuja cadeira tomou posse em 4 de fevereiro de 1914.

Escreveu:

– *Tumores fibrosos do útero e seu tratamento*: dissertação. Proposições. Seção de ciências médicas – *Disenteria*. Seção de ciências cirúrgicas – Feridas por arma de fogo e seu tratamento. Seção de ciências acessórias – Qual é o processo mais vantajoso de dessecação dos vegetais destinados aos uzos (sic) farmacêuticos? Tese para o doutorado em medicina apresentada por... Bahia, 1883, 61 págs. in. 8°. Tipografia dos Dois Mundos.

João das Chagas Rosa, Doutor – Filho de Francisco das Chagas Bomfim e D. Ana Garcia das Chagas Rosa, nasceu a 24 de abril de 1848 no município de Japaratuba e faleceu na capital federal a 14 de julho de 1899. Desejoso de seguir a carreira das letras, mas baldo de recursos, teve, antes de encetá-la, de empregar-se no comércio da capital da Bahia, onde, após imensas dificuldades, pôde conseguir a carta de doutor em medicina. No ano seguinte ao de sua formatura, 1873, entrou para o serviço militar do Exército, como 2º cirurgião do corpo de saúde, nomeado por Dec. de 1 de março, exonerando-se passados seis meses, para abrir consultório médico no Rio de Janeiro, ponto escolhido para sua residência. Concomitantemente com a clínica exerceu em diferentes épocas os lugares de suplente de sub-delegado de polícia, membro da comissão sanitária da freguesia do Sacramento, médico da Caixa de Socorros D. Pedro V, membro do conselho superior da instrução pública, diretor das escolas municipais, sendo nomeado em 1892, depois da fusão delas com as escolas urbanas do distrito federal, inspetor escolar, cargo em que se aposentou a 19 de abril de 1899, pouco antes de falecer. Anteriormente à aposentadoria teve certa vez de interromper os seus afazeres para realizar uma viagem à Europa. tão recomendável como médico inteligente, quanto por conhecer os segredos da oratória, a que sabia dar grande realce com a sua palavra sempre fluente e animada, coube-lhe freqüentes vezes a honra de ser o orador das diversas sociedades a que pertenceu. Colaborou na imprensa acadêmica do seu tempo e, esmerado cultor das musas, deixou esparsas nos jornais apreciadas produções poéticas, que dificilmente poderão ser encontradas. Foi sócio efetivo do Conservatório Dramático, orador e diretor da Sociedade Beneficente “Fraternidade Sergipana” e diretor da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, na Bahia; grande orador da Maçonaria, no Rio de Janeiro.

Escreveu:

– *Diagnóstico diferencial entre o cancro do estômago, a úlcera redonda e o catarro crônico do mesmo órgão*: dissertação. Proposições. Seção acessória – Tinturas alcoólicas.

Seção cirúrgica – Feridas por arma de fogo. Seção médica – Albuminúria. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia para ser sustentada por... pra obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1872, 26 págs. in. 8º. Tipografia Constitucional. Para dar uma idéia mais ou menos exata do merecimento deste autor como poeta, vai em seguida publicada a única poesia sua a muito custo encontrada e que posta em música, foi a letra transcrita num jornal ilustrado do Rio de Janeiro.

CISMANDO

À luz iriada d'aurora ridente
Desperto cismando venturas sem par,
E as cismas tão doces que a mente me assaltam,
Agitam meu seio qual vaga do mar.

É doce cismar
À luz d'alvorada,
Banhando em fulgores
A onda anilada

Num leito de luzes de um íris formoso
Reclina-se o mimo de minha paixão;
Nas brisas suaves que passam voando,
Aspiro os perfumes do seu coração.

Que linda visão
Me abrasa de amor
Na hora em que aclamo
Da aurora ao rubor!

As vestes que cobrem-lhe as formas airozas,
Tão leves, tão tênues, qual nítido véu,
São mais transparentes, são mais deslumbrantes,
Que a cor prateada das nuvens do céu.

Que nuvens! que céu!
Da aurora ao rubor
Também as estrelas
Desmaiam de amor

Do amor nas algemas as fadas se prendem.
O céu ama os astros, a terra ama a flor;
Namoram-se os anjos nas veigas celestes
E tudo que vive nos fala de amor!

Dos laços do amor
Não fujas, querida,
Amor é orvalho
Das flores da vida.

Vem, desce das nuvens, meu anjo celeste,
Não fiques sozinha suspensa no ar.

A terra tem flores que as auras incensam,
Aqui no meu peito tu tens um altar.

Não fiques no ar,
O anjo de amor
Descansa em meu seio
Da aurora ao rubor.

Mentiam-me as cismas; a imagem formosa
Que eu vi desenhar-se na luz matinal
Foi linda miragem que cria o deserto,
Fugiu como a sombra de um belo ideal

À luz matutina
Não devo cismar.
A cisma é um sonho,
Não quero cismar!

João Dantas de Magalhães, Doutor – Filho do Tenente Coronel Manoel Inácio Pereira Magalhães e D. Ana Dantas Magalhães, nasceu a 26 de julho de 1866 na Estância. Estudou preparatórios no Parthenon Sergipense e no colégio Pedro 2º do Cônego Francisco Bernardino de Souza, na Bahia. Ex-Interno da Santa Casa de Misericórdia, recebeu o grau de doutor na Faculdade de Medicina da Bahia em 1892.

Escreveu:

– *Da desinfecção*: dissertação. Proposições. Três sobre uma das cadeiras do curso médico. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia pelo doutorando... a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1892, 33 págs. in. 8º. Lito-Tipografia do João Gonçalves Tourinho.

João Diniz Vilas-boas – Filho do coronel Manuel Diniz Vilas-boas e D. Ana Joaquina Fontes Vilas-boas, nasceu em S. Cristóvão a 24 de junho de 1856 e faleceu no Aracaju, a 18 de março de 1897. Apenas se habilitou em humanidades; entrou como praticante da Secretaria do Governo, dirigida nesse por seu progenitor, e tais qualidades revelou de funcionário inteligente, laborioso e de uma lealdade a toda a prova, que percorreu gradualmente todos os cargos da sua repartição até ao de Secretário, em que se aposentou a 3 de setembro de 1894 na presidência do doutor José de Calasans. Por mais de uma vez licenciou-se para exercer fora da província honrosas comissões junto a presidentes já conhecedores das suas aptidões e hábitos de trabalho. Nomeado Secretário do governo de Alagoas por decreto de 12 de março de 1886, assim se exprimiu a seu respeito o doutor Geminiano Brasil de Oliveira Góes na *Fala* com que, como presidente, abriu a Assembléia Provincial naquele ano: “Este cidadão, a quem conheço de há muito, afiança ao serviço entregue aos seus cuidados, toda a prontidão, zelo e inteligência, que o tem recomendado constantemente ao bom juízo dos mais competentes, constituindo-se por suas qualidades superiores um modelo da classe. Prático, estudioso, discreto e moralizado, estou convencido que o atual secretário será nesta província o mesmo excelente servidor que mereceu louvores junto ao governo de Sergipe, uma permanente garantia à boa direção do funcionamento da sobredita repartição, auxiliar dedicado e despretensioso, para quem o dever e o bem público, quanto me é dado afirmar, depuram-se-lhe com o prestígio de verdadeira religião e móveis que não resgateiam-lhe sacrifícios no trabalho. Em seguir a mesma senda haverá apenas de sua parte a louvável ambição de não desmerecer do conceito a quem tem direito da presidência”. Em 1889 exerceu o mesmo cargo no Piauí, sendo presidente o doutor Teófilo Fernandes dos Santos. No governo do Marechal

Deodoro da Fonseca serviu de auxiliar do secretário do Ministro do Interior, tendo sido antes disso incumbido de colaborar na confecção do Relatório do Ministro da Viação, que o elogiou pelo seu trabalho. Foi sócio e orador da Sociedade Montepio dos Artistas, do Aracaju, e

Escreveu:

- *Discurso* proferido a 9 de fevereiro de 1878 na inauguração do colégio “Parthenon Sergipense”. No “Diário Popular”, Aracaju, de 28 do mesmo mês.

- Novo Guia Eleitoral. Sergipe, 1888, 173 págs. in. 8º. Tip. da Gazeta de Aracaju. Este trabalho foi feito de colaboração com Capitulino Henrique da Costa.

- Alocução proferida por ocasião dos cumprimentos que os funcionários públicos dirigiram ao Exmo. Sr. Presidente Doutor José de Calasans, no dia 18 de maio de 1893. No “O Município”, Aracaju, de 26 do mesmo mês.

João Esteves da Silveira – Filho do Comendador Ernesto Esteves da Silveira e D. Maria Bem-vinda da Silveira, nasceu na Estância a 20 de outubro de 1868.

Estudou humanidades na Capital da Bahia e voltando à sua terra natal, foi eleito deputado para o biênio de 1896-1897; secretário do Ateneu Sergipense e Promotor Pública da Estância em 1898. Foi ainda deputado à Assembléia Legislativa na última sessão de 1905 e nas legislaturas de 1912-1913. Por decreto de 20 de junho de 1916 foi nomeado Diretor do Grupo Siqueira de Menezes e em agosto do mesmo ano membro efetivo do Conselho Superior de Instrução Pública.

Por ato de 20 de junho de 1917 foi transferido para o lugar de Inspetor Escolar técnico da Diretoria Geral da Instrução Pública, sendo exonerado a 23 de abril de 1923, por ter sido nomeado Escriurário do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural em Sergipe.

Por decreto de 27 de fevereiro de 1924 foi nomeado Professor interino da cadeira de literatura da Escola Normal, “Rui Barbosa”. Colaborou na “Cidade do Rio” e no “Diário da Manhã” de Aracaju, em 1911. Fundou e redigiu o “Sul de Sergipe” na Estância.

Escreveu:

- *Ensaio literários*. Aracaju, 1889, 8 págs. in. 16º. Tip. do “Eco Liberal”.

- *Hugolino ou A torre da fome*: drama em 3 atos, extraído do “O Inferno de Dante”.

Inédito.

- *Discursos* pronunciados no Clube Comercial. Estância, 1901, 1902, 12 págs. in. 16º.

- *Como resposta ao Aureliano Filho, Crítico da Razão*. Aracaju, 1904, 14 págs. in. 5º pq. Tip. Comercial. Neste trabalho assinou-se *Castor*.

- *Artigos sobre a Administração Calasans* em um jornal de inspiração de Ivo do Prado.

- *Assassinato de Camilo Calasans praticado por Jesuíno Ribeiro*. Crime da Estância. Não traz a assinatura do autor. Aracaju, 1964, 27 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

- *Memorial dirigida ao Egrégio Tribunal da Relação do Estado* na ação de divórcio movida pelo Coronel Francisco José Martins e D. Idalina de Magalhães Fernandes Martins. Estância, 1911.

- *Secularização dos cemitérios*. No “Diário da Manhã” de 9 e 10 de abril de 1912.

- *Relatório* do inspetor geral do ensino, dirigido ao Exmo. Diretor da Instrução Pública em 23 de julho de 1913. No “O Estado de Sergipe” de 14 a 16 de agosto seguinte.

- *Relatório* apresentado ao Exmo. Diretor da Instrução Pública a 22 de novembro de 1913 pelo Inspetor Geral do ensino. Idem, de 23 e 24 de janeiro de 1914.

- *A. B. C.*: tema da Conferência lítero-científica realizada no salão do Royal Cinema, a 26 de julho de 1914 em Aracaju. No “O Estado de Sergipe”, de 28 do mesmo mês, resumidamente.

- *O Meu Se*: questão gramatical. No “Diário da Manhã” de 9 e 10 de setembro de 1914.

- *A Cruz Vermelha*. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 3 a 6 de janeiro de 1915.
- *Céu*: conferência realizada na noite de 26 de março de 1915 no salão da Biblioteca Pública. No “O Estado de Sergipe” de 30 e 31 do mesmo mês e 1 de abril seguinte, e no “Diário da Manhã”, Aracaju, desse último dia.
- *Cláudia e Jênus*. (Lendo La Gattina). No “Diário da Manhã” de 6 de abril de 1915.
- *Tiradentes*: conferência cívica realizada a 21 de abril de 1915 na Escola Normal do Aracaju. Idem, de 23 seguinte, em resumo.
- *Discurso* proferido em nome da imprensa sergipana, no dia 8 de outubro de 1915, no salão da Assembléia Legislativa, na sessão cívica promovida pelo Partido Republicano Conservador de Sergipe, em homenagem à memória do senador José Gomes Pinheiro Machado. Idem, de 10 do dito mês.
- *Pelos interesses da lavoura*. Lei de prêmios: série de artigos no “Diário da Manhã”, Aracaju, de 26 de abril a 7 de maio de 1916.
- *Discurso* pronunciado no dia 8 de julho de 1921, por ocasião de ser inaugurada na cidade da Estância a Escola “Severiano Cardoso” 12ª fundada pela Liga Sergipana contra o Analfabetismo. No “Correio de Aracaju”. de 13 do mesmo mês.
- *Os industriais sergipanos* ao Exmo. Sr. Presidente do Estado: memorial. Maruim, 1921, 18 págs. in. 12º e mais 9 quadros demonstrativos. Imprensa Econômica.
- *A fogueira de Sardanapalo*: conferência lida no Cine Teatro Rio Branco na noite de 3 de abril de 1924. No “Correio de Aracaju”, de 5 a 10 do mesmo mês.
- *Data de morte: 21 de Junho de 1936, em Ubá (MG).*

João Fernandes de Brito – Filho de Porfírio Romão de Brito e D. Maria da Costa Nunes Brito, nasceu a 14 de novembro de 1855 no município do Porto da Folha e faleceu a 15 de dezembro de 1916 em Propriá. Com a pouca instrução adquirida no lugar do seu nascimento, entrou para a vida prática como negociante, sendo depois criador e grande industrial, e devido exclusivamente aos seus esforços habilmente dirigidos chegou a possuir uma das sólidas fortunas do Baixo S. Francisco. Foi de sua propriedade o hebdomadário político “Norte de Sergipe”, editado em Propriá nos anos de 1907-1911 e um dos fundadores da fábrica de tecidos sob a firma social Empresa Industrial de Propriá. Envolvido na política desde o Império, fez-se eleger deputado provincial na legislatura de 1888-1889 e na República foi eleito mais de uma vez, tendo sido em uma legislatura vice-presidente da Assembléia.

Escreveu:

- *Paulo Afonso*. Questões da Estrada de Ferro. Aracaju, 1895, 75 págs. in. 8º. Tipografia do “Diário Oficial”.
- *Manifesto político*. Na “Folha de Sergipe”, Aracaju, de 9 de julho de 1911.

João Fernandes de Lima Cortes – Não nasceu no Estado da Bahia, como erradamente afirma o Dicionário Bibliográfico Brasileiro, mas no engenho São Pedro, município de Propriá, em março de 1854, filho do Coronel Francisco de Assis Cortes e D. Maria Umbelina da Silva Porto. No Seminário da arquidiocese baiana fez o curso preparatório e teria prosseguido nos estudos teológicos, para corresponder à vontade paterna, se por uma desinteligência com o sacerdote investido das funções de censor, não se tivesse retirado daquele instituto de ensino. Dando novo rumo às suas aspirações científicas, voltou ao Aracaju para cursar as aulas do Ateneu Sergipense com o fim de habilitar-se à matrícula na Faculdade de Medicina. Estudante inteligente, concluiu com distinção todos os exames de humanidades, mas chegado a Bahia foi logo elevado às honras de mestre com a nomeação de examinador da Banca de latim na mesma Faculdade, abandonando a idéia de fazer o tirocínio acadêmico. Desde então se acentuou a sua vocação para o magistério, a que consagrou a melhor parte da existência. Em Santo Amaro, da Bahia, em Barbacena, de Minas, em Santos e

em Jundiaí, de S. Paulo, e na capital federal difundiu a instrução em colégios que fundou, e em outros em que com rara competência regeu as cadeiras de português, latim e francês. Na fase da vida em que lhe abundaram os recursos, percorreu a Europa e lá aprofundou os seus conhecimentos da língua latina na Itália, onde colheu dados históricos para um trabalho de fôlego, que não chegou a ser publicado.

Restituído à pátria continuou a propagar o ensino por mais algum tempo, até transferir-se da capital federal para o Rio Grande do Sul, onde no exercício do cargo de juiz distrital do termo de Garibaldi, veio a falecer a 10 de março de 1909 na cidade de Caxias do mesmo Estado. “O Brasil”, órgão da imprensa nessa localidade, nas linhas dedicadas à sua memória, exaltando-lhe os méritos de filólogo, literato e pedagogo, disse ter ele deixado reputação firmada em vários estabelecimentos de instrução e no seu arquivo precioso algumas obras inéditas de inestimável valor.

Escreveu:

– *Modo de medir as Odes de Horácio*. Bahia, 1879, 42 págs. in. 12°. Imprensa Econômica.

– *Lélio ou Tratado sobre a amizade por M. F. Cícero*. Vertido do latim para português. Rio de Janeiro, 1888, XXI – 108 págs. in. 12°. Tipografia e Litografia de Carlos Gaspar da Silva. Era então o Autor professor no colégio Abílio, de Barbacena.

– *Resumo da gramática portuguesa*. (Pontos de português segundo o novo programa). Rio de Janeiro, 1888, 104 págs. in. 16°. Na livraria de J. J. de Azevedo, editor.

– *Discurso de M. T. Cícero em favor de M. Marcelo*. Trad. do latim. Rio de Janeiro, 1905. 38 págs. in. 16°. Tip. Lit. Malafaia Júnior.

– *Mundo infantil*. Curso de leitura para meninas. Versão portuguesa do Picolo Mondo de Edmundo d’Amicis. Porto Alegre, 1907, 276-II, in. 12°. Editores Souza & Barros.

João Ferreira de Brito Travassos, Doutor – Filho do primeiro consórcio de Francisco José da Silva Travassos com D. Antonia Maria da Porciúncula, nasceu a 29 de agosto de 1820 em Santo Amaro e faleceu a 25 de junho de 1885 na vila de Japarutuba. Formado em 1 de dezembro de 1845 pela Faculdade de Medicina da Bahia, em cujo curso firmou a reputação de inteligente e estudioso, voltou à terra natal no desígnio ulteriormente realizado de dedicar-se à clínica e ao mesmo tempo à agricultura. Atraído pela política em que teve fácil acesso pela sua posição social e relações de família, filiou-se ao partido liberal, de que foi representante na Assembléia Provincial merecendo mais tarde ser lembrado para ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, cuja honra declinou em favor do candidato oficial do seu partido. Na Japarutuba, lugar da sua residência, também desempenhou cargos de eleição popular; foi o adjunto do promotor público e comissário vacinador. Nomeado por ato de 1 de maio de 1885 Diretor Geral do ensino público, poucos dias contava de exercício quando foi surpreendido pela morte. Foi membro efetivo do Comício Agrícola Sergipense, e

Escreveu

– *Proposições sobre diferentes ramos das ciências médicas*: tese apresentada e publicamente sustentada perante a faculdade de Medicina da Bahia no dia 1º de dezembro de 1845, para obter o grau de doutor. Bahia, 1845, 4 págs. in. 8°. Tip. de Epifânio Pedrosa.

– *Breves instruções sobre o tratamento do cholera-morbus*. No “Correio Sergipense” de 1 de abril de 1863.

– *Memória* apresentada à sociedade Comício Agrícola Sergipense em 12 de janeiro de 1873. Aracaju, 1873, 21 págs. in. 8°. Tip. do “Conservador”.

– Breve explicação das idéias consignadas na “Memória” do Comício Agrícola Sergipense. Aracaju, 1873, 33 págs., in. 4°. Tipografia da crença.

– Relatório apresentado ao Exmo Sr. Presidente da Província, Dr. Antonio dos Passos Miranda, sobre o estado da grande e pequena lavoura do Império e causa de sua decadência e

prosperidade e especialmente sobre a influências dos impostos gerais em relação às indústrias exploradas na província. No “Jornal do Aracaju” de 19 de setembro de 1874.

– Representação da lavoura de Sergipe. Aos Altos Poderes do Estado. Rio de Janeiro, 1877, 22 págs. in. 4º. Instituto Tipográfico do “Direito”. Esta também assinada pelo Dr. João José do Monte.

João Firpo Filho, Doutor – Filho de outro de igual nome e D. Antonia de Menezes Firpo, nasceu em Maruim a 3 de maio de 1899. Fez os preparatórios no Aracaju matriculando-se na Faculdade do Rio de Janeiro onde doutorou-se em 1924.

Ex-interno do Professor Miguel Couto, ex-auxiliar acadêmico (por concurso) da assistência Pública do Distrito Federal e ex-interno da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, é auxiliar técnico do “Instituto Parreiras Horta” em Aracaju.

Escreveu:

– *Da Glicemia*: (Cadeira de Clínica Médica) tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 23 de fevereiro de 1924 e defendida em 24 de março de 1924 pelo Dr... a fim de obter o grau de doutor em medicina e aprovada com distinção; Rio, 1921, 66 págs. in. 12º. Tip. Bangu.

► *Data de morte: 25 de novembro de 1945, em Aracaju (SE).*

João Franca de Carvalho, Doutor – Filho de João Batista de Carvalho e D. Leonor Franca de Carvalho, nasceu a 10 de dezembro de 1881 em Simão Dias. Estudou preparatórios em Aracaju e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro terminou o curso com brilhantes provas, recebendo o grau de doutor em janeiro de 1915.

Ex-interno de 1ª classe do Hospital Geral de Misericórdia, nos Serviços de Clínica Cirúrgica dos Professores Valadares, Crissiúma, Dr. Daniel de Almeida, e Serviço Ambulatório de crianças a cargo do Dr. Augusto Galvão,

Escreveu:

– *Da nefrolitíase e seu tratamento cirúrgico, pela piclotomia*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de Ciências médico-cirúrgicas.. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 9 de outubro de 1915 e defendida em 18 de dezembro de 1915. Rio de Janeiro, 1915, 114 págs. in. 8º gr. Tip. do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C.

João Francisco de Almeida, Doutor – Filho de Pedro Francisco de Almeida e D. Luiza Francisca de Almeida, nasceu em S. Cristóvão pelo ano de 1817 e faleceu na Bahia a 8 de fevereiro de 1864. Doutor em medicina pela Faculdade daquela cidade, graduado em 25 de novembro de 1846, residiu na vizinha cidade de Valença, onde prestou os melhores serviços por ocasião da epidemia do *cholera-morbus* em 1855. Entrando depois para o serviço do Exército, foi nomeado por Decreto de 2 de dezembro de 1860 tenente 2º cirurgião e em fevereiro de 1861 designado para servir em Goiás, de onde teve de ser transferido para a Bahia em março de 1862. Mandado pela segunda vez para Goiás em novembro do ano seguinte, regressou à Bahia, em virtude de nova transferência, em 1864, quando se deu o seu falecimento.

Escreveu:

– Proposições sobre a alienação mental: tese apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia no dia 25 de novembro de 1846 para obter o grau de doutor. Bahia, 1846, 9 págs. in. 8º. Tip. de Epifânio Pedrosa.

João Francisco dos Reis, Doutor – Filho de outro de igual nome e D. Rosa Florinda do Amor Divino, e irmão de Ascendino Ângelo dos Reis, de quem já me ocupei, nasceu em

março de 1857 na antiga vila dos Pintos, hoje cidade de Riachuelo, e faleceu a 28 de fevereiro de 1895 na cidade do Carmo, Estado do Rio de Janeiro. Médico diplomado na Faculdade da Bahia em 1883, dedicou à clínica os poucos anos que sobreviveu à sua formatura.

Escreveu:

– *Considerações acerca da eclampsia e seu tratamento*: dissertação. Proposições. Seção médica – Ação fisiológica e efeitos terapêuticos do esporão de centeio, e as indicações e contra-indicações desse medicamento na distocia deduzidas naquelas ações. Seção cirúrgica – Considerações sobre a traqueotomia. Seção acessória – Que opinião deve emitir o médico sobre os atos criminosos de um sonâmbulo? Tese apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de agosto de 1883 e perante ela sustentada em novembro do mesmo ano a fim de lhe ser conferido o grau de doutor em medicina. Bahia, 1883, 102 págs. in. 8º. Tipografia dos Dois Mundos.

João Gomes Barreto, Bacharel – Filho do coronel José Sotero Barreto e D. Maria Clara de Azevedo Barreto, nasceu a 2 de março de 1861 no município do Rosário do Catete, no engenho deste último nome, e faleceu a 22 de fevereiro de 1914 em Mococa, Estado de S. Paulo. Feitos na Bahia todos os seus estudos preparatórios, seguiu para o Recife, em cuja Faculdade recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais a 28 de novembro de 1883. Nomeado em 30 de setembro de 1885 promotor público da comarca de Maruim, foi removido em 1889 para a do Aracaju, em que serviu durante seis meses, exonerando-se em 1890. No ano seguinte recebeu o diploma de deputado à Assembléia Constituinte do Estado e as nomeações de juiz de direito da comarca do Rio Real (Itabaianinha) e de membro do Tribunal de Apelação. Desfechado o golpe de Estado de 23 de novembro e deposto o Governador, coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, foram declarados sem efeito todos os seus atos, resultando ser dissolvido o Tribunal, de que fazia parte esse digno magistrado. Chegou até aí a sua vida pública no Estado, interrompida por algum tempo, para ser reencetada na cidade de Mococa em S. Paulo, onde residia desde julho de 1892. Nesse outro cenário exerceu vantajosamente a sua atividade no tríplice caráter de advogado, administrador e político, conseguindo pela dedicação à causa pública impor-se à gratidão dos seus concidadãos. Como prefeito municipal promoveu grandes melhoramentos, de que hoje goza a população de Mococa.

Ao assumir a gestão dos negócios municipais em 1902 fez construir diversas pontes sobre os riachos que cortam a cidade, conseguiu a encampação do Mercado; fez concluir o elegante prédio do Paço Municipal; tomou a si a conclusão do Jardim Público, construiu o Matadouro Municipal; contraiu um avultado empréstimo com a aplicação especial de resgatar outro anteriormente feito para a consolidação da dívida municipal e fez a encampação da Empresa de Água e Esgotos, ora pertencente à Câmara. Um dos últimos atos de sua longa e profícua administração foi a conclusão em 1913 das obras do novo Jardim à praça da República daquela cidade, da qual se constituiu um cidadão benemérito por tão assinalados serviços. Redigiu com outros a seção da “Gazeta de Sergipe” sob o título *Coluna Política*, surgida a 4 de julho de 1890.

Escreveu:

– *Relatório* apresentado à Câmara Municipal, em sessão ordinária de 15 de abril de 1911, referente ao triênio de 1908 a 1910. S. Paulo. 1910, 10 págs. e mais 11 de anexos, in. 8º pq. Papelaria C. Manderbach & C.

Redigiu:

– *A Mococa*: folha política e comercial. Mococa, S. Paulo, 1895-1914. O seu primeiro número saiu a 13 de abril daquele ano.

– *Como entrei na administração do Dr. Felisbello, e como daí me retirei*: série de artigos na “Gazeta de Sergipe” de 29 de junho e 10 de julho de 1890.

– *A postos!* Na *Coluna Política* da “Gazeta”. Sob esta epígrafe 2 artigos nos números de 13 e 19 do referido mês.

– *Salve-se*. Idem, idem, de 23 do mesmo mês.

– As nossas finanças se agravam. Idem, idem, de 25.

– *Eis-me aqui*. Idem, idem de 3 de agosto.

– *Pro domo*. Na Seção Livre do mesmo jornal de 7 de agosto.

– Imoralidades da administração do Dr. Felisbello. Idem, idem de 10 do citado mês.

Escreveu mais:

– *Discurso* proferido na Sés.: Magn.: de recepção da D. Irm.: Bélem Sárrage, realizada em Mococa na Loj.: “Honra e Caridade”, em 2 de junho de 1911. Inédito. Como prefeito escreveu, entre outros, o

– *Discurso* pronunciado em uma reunião popular na casa da Câmara Municipal de Maruim, a 5 de dezembro de 1889. Na “A Nova Era”, Aracaju, de 12 do mesmo mês.

João Gomes de Melo, Barão de Maruim – Filho de Teotônio Corrêa Dantas e D. Clara Angélica de Menezes, nasceu a 18 de setembro de 1809 no engenho Santa Bárbara, município de Maruim, e faleceu a 23 de abril de 1890 na capital federal, onde, tendo desde muitos anos fixado residência, formara família, contraindo segundas núpcias com uma respeitável senhora, irmã do Visconde do Uruguai. Seguindo o exemplo dos seus antepassados, dedicou-se à laboriosa vida da agricultura, adquirindo nela rapidamente avultada fortuna, de que utilizou uma boa parte na construção do majestoso templo, que atualmente serve de igreja matriz da cidade de Maruim, e em diversas doações feitas a casas de beneficências. Não menos próspera foi a carreira política, que depois abraçou, e na qual, chegando a ser constituído chefe do partido conservador, alcançou as mais elevadas posições. Nobilitado pelo governo imperial a 11 de outubro de 1848 com o título de barão com grandeza, foi mais: comandante superior da guarda nacional, vice-presidente da província, deputado provincial por diversas vezes e deputado geral nas três legislaturas de 1853 a 1864, no começo da última das quais, 1861, foi escolhido senador do império.

Como vice-presidente, administrou a Província, desde 27 de setembro de 1855 até 27 de fevereiro do ano seguinte. Um órgão da imprensa carioca, noticiando a sua morte, disse que, “embora lhe faltassem as brilhantes qualidades da inteligência, procedeu sempre, tanto na vida pública, como na particular, de modo a deixar de si memória honrada e benquista”. Em confirmação da nobreza e retidão desse procedimento falam ainda bem alto os seus atos de generosidade e filantropia, de que são dignos documentos as distinções honoríficas recebidas do governo do país e de S. S., o chefe supremo da Igreja Católica, que o condecoraram comendador da ordem de Cristo, cavaleiro das ordens do Cruzeiro, da Rosa e de S. Gregório Magno, de Roma. Fez mais de uma viagem à Europa e escreveu:

– *Relatório* com que foi entregue a administração da província de Sergipe no dia 27 de fevereiro de 1856 ao Exmo. Dr. Salvador Corrêa de Sá e Benevides pelo 1º vice-Presidente da mesma. No “Correio Sergipense” de junho a 12 de julho do referido ano.

– *Relatório* da Diretoria da “Associação Sergipense”, apresentado no dia 5 de março de 1857. No “Correio Sergipense” de 14 do mesmo mês e ano.

– *O Barão de Maruim e o processo Rollemberg*. Ao público e aos seus amigos. Rio de Janeiro, 1862, 12 págs. de 2 colunas, in 8º gr. Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. É a reimpressão de uma série de artigos publicados no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, a começar do nº de 9 de julho de 1862.

João Gomes Ribeiro, Bacharel – Filho do Major João Gomes Ribeiro e D. Miquilina Ribeiro, nasceu a 29 de fevereiro de 1840 em Laranjeiras e faleceu em Maceió a 26 de outubro de 1897. Tendo recebido o grau de Bacharel na Faculdade de Direito do Recife a 27 de novembro de 1862, iniciou-se na vida pública como promotor da comarca do Lagarto,

nomeado a 9 de outubro de 1863, removido depois para a de Itabaiana a 27 de outubro de 1865 e dessa para a de Laranjeiras a 29 de janeiro de 1866, de cujo cargo foi exonerado a 17 de março seguinte, por ter sido nomeado por Dec. de 29 de janeiro do mesmo ano juiz municipal dos termos reunidos de Pão de Açúcar e Mata Grande, em Alagoas, de que pediu demissão em 1868. Em Maceió foi lente substituto do Liceu em 1869, promotor público, delegado de polícia, lente de filosofia do Liceu em 1881, aposentado em 1892; diretor da Instrução Pública em 1890, advogado da Intendência Municipal e membro da comissão do orçamento do Estado no governo do Coronel Pedro Paulino da Fonseca. O Governo Provisório da República nomeou-o em 11 de outubro de 1890 Governador do Estado do Rio Grande do Norte, onde fez curta administração por ter-se incompatibilizado desde logo com os diretores da política local. De idéias ultrademocráticas, desligou-se em 1872 dos antigos correligionários políticos, para arvorar o pavilhão da República, pela qual se bateu com ardor na Imprensa e na tribuna, até vê-la triunfante em 1889. Fácil em apaixonar-se pelas causas generosas, não se quedou indiferente a momentosa questão social, que precedeu a proclamação da república, agitando profundamente o país inteiro. O lutador incansável não receou os ódios dos escravagistas; constituiu-se abolicionista intransigente, sempre na vanguarda dos combatentes, restando o forte concurso da sua palavra e da sua pena pela conquista da liberdade dos cativos. Na imprensa alagoana salientou-se como jornalista fecundo e de estilo primoroso; orador eloqüente e ilustrado, não foram poucos os louros colhidos na tribuna judiciária, como advogado, e na tribuna das conferências públicas. Pertenceu a várias sociedades científicas e populares e era sócio efetivo e orador do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano. Os últimos anos de sua operosa existência foram cheios de fundas tristezas e indizíveis sofrimentos. Uma cegueira incurável roubou-lhe totalmente a vista e para cúmulo de suas infelicidades alguns anos depois, em 1893, foi fulminado por uma congestão cerebral, que o tornou quase de todo paralítico.

Escreveu:

– *O novo regimento de custas judiciárias*, ilustrado de notas e dois apêndices. Rio de Janeiro, 1876, 100 págs. in. 8º. Os apêndices contêm vários avisos, jurisprudência dos Tribunais, opiniões de jurisconsultos, crítica de alguns artigos, etc.

Fundou e redigiu:

– *A República*: órgão da democracia. Maceió, 1872. Publicação às quintas-feiras e domingos. Tip. do Liberal.

– *O século*: diário do comércio, da lavoura e da indústria. Maceió, 1877, Tip. Mercantil. Foi um dos redatores da

– *Gutenberg*: órgão da Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos. Maceió, 1881-1891. Publicado uma vez por semana e depois diariamente. O primeiro número saiu a 8 de janeiro daquele ano. Posteriormente tornou-se órgão do centro republicano federal de Alagoas e órgão oficial do governo do Estado.

– *Gazeta de Alagoas*: órgão do partido constitucional. Maceió, 1892. Publicação diária. O primeiro número saiu a 28 de janeiro.

João Gomes Vieira de Melo, Bacharel – Filho de Francisco Vieira de Melo e D. Maria Rosa de S. José Melo, nasceu a 26 de setembro de 1866 no engenho Santa Bárbara, município do Rosário do Catete, e faleceu na Capital Federal a 16 de fevereiro de 1913. Aluno do colégio S. José na Capital da Bahia, ali estudou preparatórios e deu começo em 1885 ao curso de medicina, depois do que seguiu para o Recife, cuja Faculdade frequentou, saindo diplomado em ciências jurídicas e sociais a 6 de outubro de 1891. Promotor público da comarca de Maruim, nomeado a 3 de dezembro do mesmo ano, exonerou-se com poucos meses de exercício, para ir residir no Estado de S. Paulo, estabelecendo-se como advogado na cidade de Araraquara. De 1893 a 1903 exerceu a promotoria de justiça na comarca do Sacramento, em Minas. Nessa cidade promoveu a fundação do colégio Miranda e de um outro

para meninas, nos quais lecionou gratuitamente; fundou em 1897 o clube “Culto ao Progresso”, substituído pelo “Grêmio Dramático Sacramentano” de que foi presidente. Da capital de S. Paulo, sua posterior residência, transportou-se em 1905 para a Capital Federal, onde desempenhou o cargo de delegado da 2ª e 4ª circunscrição policiais até 1906, reabrindo seu escritório de advocacia, logo que se desincompatibilizou. Sua biografia foi publicada por José Coutinho na “Tribuna Popular” da cidade de Taubaté a 22 de junho subsequente. No Sacramento dedicou-se também à imprensa, e redigiu:

– *O Novo Eco*: jornal político, hebdomadário, de propriedade do major Francisco da Silveira Goulart, 189...

– *Gazeta do Sacramento*: folha científica, literária, noticiosa e comercial. 1901-1903. Viveu apenas 2 anos, tendo saído o primeiro número em julho de 1901.

Escreveu:

– Ação de divórcio entre partes. Autora: D. Frankina de Pinho e Costa. Réu: Antonio Quintiliano dos Santos. Alegações finais do Réu. Juízo de Direito do Araxá, Estado de Minas. S. Paulo, 1910, 60 págs. in. 8º pq. Pocai & Weiss.

João José Bittencourt Calasans, Doutor – Filho de José de Calasans Bittencourt e D. Antonia da Vera Cruz Brake, nasceu a 12 de junho de 1811 na antiga vila de Santa Luzia e faleceu a 18 de agosto de 1870 no seu engenho Castelo, pertencente à mesma vila. Tendo freqüentado a Academia de Olinda até o quarto ano, interrompeu o curso, seguindo para Bruxelas, em cuja Universidade conseguiu a carta de doutor em direito, Restituído ao seio da família, dedicou de preferência toda a sua atividade ao serviço da lavoura, a que imprimiu grande impulso, introduzindo no seu estabelecimento agrícola arados e maquinismos a vapor, depois de ter feito nos Estados Unidos e na Ilha de Cuba estudos especiais sobre o melhor sistema de cultura da cana e do fabrico de açúcar. Absorvido pelos trabalhos rurais, pouco tempo lhe restava para consagrar aos negócios públicos, mas nem por isso deixou de ser distinguido pelo governo e por seus conterrâneos com os cargos de primeiro suplente do juiz municipal e presidente da câmara municipal de Santa Luzia, deputado provincial em mais de uma legislatura e 2º vice-presidente da província, em cuja administração esteve no período de 16 a 18 de outubro de 1847. Quando em 1860 D. Pedro II viajou pelas províncias do Norte do Império, foi quem o hospedou na cidade da Estância. Era comendador da Ordem de Cristo, membro de diversas sociedades científicas e da Diretoria do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura. Colaborou na imprensa, escrevendo sobre o assunto de sua particular predileção – a lavoura – e publicou:

– O agricultor sergipano da cana de açúcar: obra, segundo os melhores e mais modernos escritores sobre o plantio da cana-de-açúcar, reduzida a um método claro e consizo (sic.) ao alcance dos lavradores, que a quizerem ler, escrita em língua vernácula. Bahia, 1869, 98 págs. in. 8º. Tip. de Camilo de Lelis Masson & C. Os primeiros capítulos deste trabalho foram publicados muito antes no “Correio Sergipense” a começar do nº de 18 de junho de 1862.

João José Henriques, Doutor – Filho do capitão Raimundo Ezequiel Henriques e D. Maria Rosa de Melo Henriques, nasceu em 22 de dezembro de 1876 no engenho Oiteiro, município da Capela. Farmacêutico pela Faculdade da Bahia, formou-se em medicina em 1900 pela Faculdade do Rio de Janeiro. Ex-Interno, por concurso, do Hospital de Marinha da Capital Federal e do Hospício de S. Sebastião, de moléstias infecciosas. Durante a campanha de Canudos foi interno dos hospitais de sangue na Capital da Bahia. E clínico na capital do Pará, médico da Santa Casa e diretor médico da Companhia de seguros “Garantia da Amazônia”.

Foi diretor do 3º Distrito Sanitário Marítimo do Pará, sendo exonerado em janeiro de 1906.

Escreveu:

– Da medicação anti-infectuosa no beribéri: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Tese defendida perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 23 de janeiro de 1900 por... Rio, 1900, 79 págs. In. 8º. Tipografia Guimarães.

João José do Monte, Bacharel – Filho do segundo consórcio de João José do Monte e D. Maria Bernarda da Silva Monte, nasceu a 17 de junho de 1843 na vila de Japaratuba e faleceu na Capital Federal a 28 de março de 1907. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade do Recife, formado em 1864, tanto se distinguiu pelo talento e aplicação, que terminado o curso acadêmico os seus colegas o elegeram orador do ano na solenidade da colação de grau. Com o espírito enriquecido pelas sábias lições dos mestres, partiu no ano seguinte para o Rio de Janeiro, onde sob os melhores auspícios se iniciou na advocacia, ouvindo os úteis conselhos do notável jurista, Dr. Joaquim Saldanha Marinho, em cujo escritório elaborou os seus primeiros trabalhos forenses.

Desses afazeres foi arredado por algum tempo, 1866-1867, para desempenhar as funções de secretário do governo da ex-província do Rio Grande do Sul, nas administrações do vice-presidente Antonio Augusto Pereira da Cunha e do presidente, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, depois barão Homem de Melo; mas uma vez finda a comissão voltou aos labores profissionais, estabelecendo-se em Santa Maria Madalena, província do Rio de Janeiro, onde o foro era então bastante movimentado. Em 1873 transferiu-se definitivamente para a capital do Império, assentando aí sua banca de advogado, de que não mais se afastou até os últimos dias. O insigne cultor da ciência do Direito teve na sua vida pública a prova do alto apreço que lhe consagravam os seus comprovincianos, recebendo deles por duas vezes o honroso mandato de deputado à Assembléia Geral Legislativa, em 1878 e 1889, na última das quais não chegou a ser reconhecido, por ter explodido o movimento revolucionário de 15 de novembro, de que nasceu o atual regime de governo. Monarquista de convicção, conservou-se fiel às suas crenças, abandonando a política para dedicar-se exclusivamente à advocacia. Viajou por alguns países da Europa, foi diretor-presidente do Banco de Crédito Móvel, no Rio de Janeiro, membro do Instituto da Ordem dos Advogados e

Escreveu:

– *Discurso* do vice-presidente do Ateneu Pernambucano, pronunciado na sessão de 21 de agosto de 1862. No periódico científico e literário “O Ateneu Pernambucano” de 1862, Recife, págs. 7 a 9 do vol. VII.

– *Discurso* pronunciado no dia 28 de novembro de 1864 por... orador eleito pelos bacharelados daquele ano para representá-los no ato da colação de grau de bacharel em direito. Pernambuco, 1865, 10 págs. in. 8º pq. Tipografia de Manoel F. de Faria & Filho.

– Processo e julgamento do bispo do Pará, D. Antonio de Macedo Costa, perante o Supremo Tribunal de Justiça nas sessões de 27 de junho e 1 de julho (segundo a compilação feita para “O Direito”). Rio de Janeiro, 1874, 201 págs. in. 8º pq. Tipografia Teatral e Comercial.

– *Manual dos Tribunais* ou Coleção dos códigos e das leis que são consultadas assiduamente pelos magistrados, advogados, procuradores, etc., por um Advogado. Caderneta nº 1 contendo: Constituição política, ato adicional, lei de interpretação e lei de 15 de outubro de 1827. Rio de Janeiro, 1878, 76 págs. in. 16º. A. A. da Cruz Coutinho. – Editor. O autor prometeu prosseguir na publicação de outras cadernetas, que aliás não vieram à luz.

– *Secularização dos cemitérios*: discurso pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão de 9 de setembro de 1880. Rio de Janeiro, 1880, 39 págs. in. 16º. Tipografia Nacional.

Fundou e redigiu:

– O Direito: revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência. 1873-1912, 118 vol. in. 8°. Saiu em fascículos que davam anualmente 4 volumes. Nesta revista colaboraram eminentes juristas, como os conselheiros D. Francisco Baltazar da Silveira, Tristão de Alencar Araripe, Olegário Herculano de Aquino e Castro, Antonio Joaquim Ribas e Joaquim Saldanha Marinho. Nos volumes relativos aos 39 anos que teve de existência encontram-se:

a) todos os atos importantes dos Poderes Legislativo e Executivo, promulgados desde 1873 até hoje; muitas resoluções de consultas do Conselho de Estado, avisos e decisões do Governo;

b) quase todos os julgamentos proferidos, no mesmo período de tempo, pelo Supremo Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores desta Capital, das antigas Províncias e dos atuais Estados. Com as decisões dos Tribunais são, na maioria dos casos, publicados os trabalhos, pró e contra, dos respectivos advogados, o que é mais uma fonte de ensinamento;

c) mais de seiscentos artigos doutrinários, em que são ventiladas, discutidas e resolvidas as mais árduas questões de direito e de prática, pelos mais notáveis cultores das letras jurídicas nas classes dos magistrados, advogados e professores de direito, tudo de fácil consulta por causa dos índices copiosos, alfabéticos, remissivos e cronológicos, que acompanham cada volume, além de dois índices gerais referentes, o 1º aos volumes 1 a 60 e 2º aos de ns. 61 a 100.

No volume 109º, 1909, está publicado o novo Regimento do Supremo Tribunal Federal, (o qual contém cerca de 300 artigos) que muito interessa aos Magistrados e Advogados nos Estados, pois, entre outros assuntos importantes, ocupou-se dos seguintes, suprimindo em alguns as lacunas da legislação:

- Revisão-crime, seu processo, casos em que é admissível, documentos que a instruem dispensados os intermináveis traslados, processo para informações do juiz da condenação e como deve proceder o Ministério Público, quando anulado o feito *ab initio* pelo Tribunal, não é o réu absolvido.
- Recurso extraordinário, processo de sua interposição, prazo, modo de contá-lo; prazo para apresentação, se pode ou não ser negado pelos juízes locais.
- Embargos a acórdãos, conveniência das partes constituírem advogados residentes na Capital Federal (art. 176, § 1º).
- Recurso eleitoral, seu processo e até quando se juntam documentos.
- Habeas-corpus, quando a prisão se reputa ilegal, requisitos para que seja distribuída a petição, prazo para o debate oral, efeitos do não comparecimento do paciente.

Depois do falecimento do fundador do “O Direito” substituiu-o na redação seu filho, bacharel João Batista Queima do Monte.

► *Data de morte: 28 de Março de 1907, no Rio de Janeiro (RJ)*

João Justiniano da Silveira Sales – Filho de Justiniano da Silveira Sales e D. Francisca Jesuína de Vasconcelos Barreto, nasceu a 16 de julho de 1858 em S. Cristóvão. Fez os preparatórios em Sergipe e cursou o primeiro ano de farmácia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1883, tendo abandonado por falta de recursos. Entrou em diversos concursos, sendo em 1892 nomeado praticante da Estrada de Ferro Central do Brasil, mais tarde promovido a 4º escrivão, depois a 3º e ultimamente a 2º, lugar que ainda exerce com muita competência, tendo antes feito parte da corporação da Imprensa Nacional e trabalhado em diversos jornais. Fez parte de uma sociedade literária em Sergipe, intitulada *Ensaio Literário*. No Rio de Janeiro colaborou no “Eco Popular” sobre a classe operária, na revista teatral *Comédia* e na revista *Pátria*, com o Coronel Dr. Moreira Guimarães, sempre assinando os seus artigos com os dois últimos nomes: *Silveira Sales*.

Fundou no Rio de Janeiro em 1892 um pequeno jornal, “O Bouquet”, saindo o primeiro número no dia 31 de julho do mesmo ano e de sociedade com outros companheiros fundou e

dirigiu um outro jornalzinho, “A Calhandra”, saindo o primeiro número a 5 de outubro de 1902. Também músico, como seu pai, escreveu várias peças musicais, como sejam polcas e valsas com os títulos:

- *Letras e artes*: polca dedicada ao Dr. Ascendino Reis.
- *Lala*: polca dedicada ao Exmo. Sr. Dr. oliveira Belo, quando presidente do Estado.
- *Argentina*: valsa dedicada ao Dr. Pina Júnior.
- *Noemi*: valsa dedicada ao Sr. Ângelo Pedroso.
- *A Liberdade*: hino, com letra, dedicado ao professor Machado.

Escreveu:

– *O mártir do amor*: romance publicado na antiga tipografia do “Jornal de Sergipe”, em 1882.

– *Antonio Mestiço*: comédia em 3 atos, com 63 páginas ornada de músicas escritas pelo musicista sergipano, Francisco Avelino, e representada, com aplausos da imprensa, em diversos clubes dramáticos. Impressa na tipografia do “Gutenberg” no Rio de Janeiro (Edição esgotada).

– *Mistérios de um crime*: drama em 3 atos. Inédito.

– *Atrás de um osso*: comédia em 1 ato.

– *Sugestões do ouro*: drama em 4 atos representado no grêmio dramático Jupira.

– *À procura de um genro*: comédia em 1 ato.

– *Dente por dente*: opereta em 1 ato. Inédita.

– *A peça dos três*: comédia em 1 ato. Idem.

– *Elas por elas*: peça dramática em 1 ato apresentada em concurso e publicada na revista teatral “Comédia”.

– *Com o amor não se brinca*: Comédia em 1 ato publicada na mesma revista.

– *Embrulhos de primos*: peça em três atos. Inédita.

– *A prova da medalha*: peça em 3 atos. Idem.

– *O Curau*: peça em 1 ato dedicada ao ilustre Dr. Manoel dos Passos de Oliveira Teles.

– *As aventuras do Mateus*: burleta. Inédita.

Tem em mãos um livrinho de contos que destina às escolas primárias.

João do Lado de Cristo Pinheiro, Frei – (Vide João Felipe Pinheiro)

João Leite de Bittencourt Calasans, Doutor – Filho do Coronel Anísio Leite de Bittencourt Calasans e D. Elvira Leite de Bittencourt Calasans, nasceu no engenho Bugio, município de Arauá em 1877. Na Faculdade de Medicina da Bahia recebeu os diplomas de farmacêutico em 1897, de dentista em 1898 e o de médico nos princípios de 1902.

Tendo-se aplicado de preferência à clínica médica, exerceu-a na Capital da Bahia, S. Antonio de Jesus, Esplanada, Barracão, Estado da Bahia e na Estância, Sergipe, sendo suas especialidades partos e moléstias de crianças.

Escreveu:

– *Da hiperidrose*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Teses apresentadas à Faculdade de medicina e Farmácia da Bahia em 27 de fevereiro de 1902 para serem defendidas, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1902, 49 págs. in. 8º. Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho.

João Machado de Aguiar Melo, Doutor – Filho do coronel João Gomes de Melo e D. Maria da Glória de Aguiar Melo, nasceu no dia 1º de dezembro de 1857 no engenho Várzea Nova, município de Divina Pastora e faleceu em Propriá a 22 de junho de 1899, chegando pouco antes do Amazonas em grave estado de saúde. Depois de se ter preparado no estudo das disciplinas do curso secundário, seguiu em 1877 para a Bahia, onde frequentou,

sempre com a melhor nota de aproveitamento, a Faculdade de Medicina, recebendo o grau de doutor em 15 de dezembro de 1883.

Durante os dois anos seguintes clinicou em Maruim e no Rosário e desde fins de 1885 na capital do Amazonas, onde por seu talento e aprimorada educação soube conquistar a estima pública e as posições oficiais que dignamente ocupou. Para corresponder em dedicação a honrosa confiança da numerosa clientela que o procurava, teve de desenvolver excessiva atividade, resultando “desse exagerado trabalho no tirocínio clínico, muitas vezes sem o preciso conforto, a alteração de sua saúde e o germe da moléstia que mais tarde o vitimou”. Lecionando com a maior competência desde 1886 a cadeira de gramática filosófica do Liceu Amazonense foi obrigado, em consequência da reforma por que passou esse estabelecimento em 1890, a satisfazer a escusada exigência de um concurso, que apenas serviu para, em brilhante defesa de teses, confirmar a profundidade dos seus conhecimentos. Foi Diretor Geral da Instrução Pública, Diretor e médico do Instituto Amazonense, médico da Santa Casa de Misericórdia, do hospital da Beneficência Portuguesa e fez parte de diversas comissões científicas naquele Estado. O seu elogio histórico, escrito pelo Dr. Antonio Palhano, foi publicado no número de setembro de 1899 da “Revista Médica” de Manaus, órgão da “Sociedade de Medicina e Farmácia” do Amazonas, de que era membro.

Escreveu:

– *Das afecções hepáticas devidas a lesões cardíacas e vice-versa: das perturbações cardíacas devidas a lesões hepáticas*. Dissertação. Proposições. Seção de ciências médicas – Diagnóstico diferencial entre as febres intermitentes hepáticas e as febres intermitentes legítimas. Seção de ciências cirúrgicas – Feridas penetrantes do peito e seu tratamento. Seção de ciências acessórias – Dos vinhos encontrados no comércio do Brasil (ou da Província) qual deve ser preferido para a preparação dos vinhos medicinais? Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 22 de setembro de 1883 a fim de obter o grau de doutor e em cuja defesa foi aprovado com distinção. Bahia, 1883, 98 págs. in. 8º. Tip. Ligouri & C.

– *Relatório* ao Exmo. Sr. Presidente do Amazonas, Dr. Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves, pelo Inspetor da Instrução Pública. Manaus, 1886. Ignoro se foi impresso.

– *Fonologia Portuguesa*. Estudo comparado de suas leis com a francesa: dissertação. Proposições (Cadeira de francês). Supressão de *pas* e *point*. Emprego da negação nas proposições subordinadas. Tese de concurso para a cadeira de Português do Instituto Normal Superior do Amazonas, apresentada pelo lente interino da mesma cadeira. Manaus, 1890, 45 págs. in. 8º. Imp. na Empresa Editora Prosperidade.

João Maria Loureiro Tavares, Desembargador – Filho de Francisco de Sá e D. Catarina Angélica de Sá, e nascido a 9 de julho de 1844 no engenho S. José município de Japarutuba, faleceu na cidade de Propriá a 14 de junho de 1910. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade do Recife, formado em 1867; foi promotor público da Capela desde janeiro de 1866 a julho de 1872; juiz municipal e de órfãos do termo da Ilha do Outro em dois quadriênios seguidos, de julho de 1872 a julho de 1888, e juiz de direito da comarca de Propriá por nomeação do Governo Provisório da República, datada de 5 de agosto de 1892. Organizada nesse ano a magistratura do Estado, continuou a servir na mesma comarca na qual permaneceu até agosto de 1899, tendo sofrido dentro desse período uma interrupção de exercício durante três anos (de junho de 1895 a junho de 1898), por efeito do ato do governo que o considerou avulso sem fundamento legal. Elevado ao cargo de desembargador do Tribunal da Relação em agosto de 1899, desempenhou por muitos anos as funções judiciárias, até que por decreto de 5 de dezembro de 1907 foi aposentado, a seu pedido. Fora da magistratura ocupou outros cargos de confiança política e de administração, como fossem o de deputado provincial nas legislaturas de 1870-71, 1872-1873 e 1876-1877, na última das quais foi eleito presidente da Assembléia; o de 3º vice-presidente da província, por carta Imperial de 12 de maio de 1888 e por ocasião do movimento revolucionário de que

resultou a deposição do presidente, Guilherme de Sousa Campos, o de chefe do governo do Estado, em substituição ao Presidente do Tribunal da Relação, desde 11 a 24 de agosto de 1906, em que passou a administração ao presidente da Assembléia Legislativa, o farmacêutico Serapião de Aguiar Machado. Magistrado de reconhecida honestidade e político de idéias moderadas, serviu com lealdade à causa do seu partido sem esquecer jamais os sagrados deveres de juiz.

Pertenceu a diversas sociedades literárias do Recife fundadas por colegas da academia; colaborou no jornal “O Trabalho” de Pão de Açúcar, Estado de Alagoas, nos anos de 1876 a 1878, na “Gazeta do Aracaju”, e Folha de Sergipe.

Escreveu:

– *Os terrenos do extinto morgado do Porto da Folha*, o sr. coronel Gouvêa Lima, e o juiz comissário. *Fiat lux*. É uma longa série de artigos publicados espaçadamente na “Gazeta do Aracaju” a começar no número de 19 de outubro de 1882 até 21 de maio de 1885.

– *Razões de recurso* da sentença proferida pelo juiz comissário da comarca de Gararu, oferecidas pelo tenente Manoel Lino da Silva Tavares, na causa de legitimação da posse do Poço das Quiribas. Idem, de 18 de novembro de 1882.

– *O engenheiro* Antonio Machado da França Ribeiro, chefe da comissão encarregada de extremar terras na comarca do Gararu e seus co-réus de falsidade. Idem, de 23 de dezembro de 1882.

– Impugnação que fez Luiz da Silva Tavares às razões de recurso oferecidas por Luiz Alves Lima, ao Exmo. Sr. presidente da província, do despacho do Dr. juiz comissário, que não admitiu a legitimação da posse – Fazenda Minador, – compreendida nos terrenos do extinto Morgado do Porto da Folha. Idem, de 13 de outubro de 1883.

– Petição dirigida pelos habitantes dos municípios do Porto da Folha e Curral de Pedras a S. M. o Imperador. Idem, de 5 de janeiro de 1884.

– Razões apresentadas por Manoel Ezequiel Henriques no recurso de agravo interposto por Delmiro Gouvêa, para o Tribunal Superior, da sentença do Dr. Juiz de Direito deste Município, que julgou improcedente a ação de falência da firma Rollemberg & C., requerida pelo mesmo Gouvêa. Penedo, 1897, 17 págs. in. 8ª pq. Tip. D’O Penedo.

– Ação de assinação de dez dias intentada por Delmiro Gouvêa contra Rolemberg & Cia. para o fim de haver o pagamento da quantia de 30 contos de réis, proveniente de duas notas promissórias de igual valor. Penedo, 1898, 27 págs. in. 8ª. pq. Este trabalho também está subscrito pelo advogado, José Leandro Martins Soares.

– Embargos e alegações oferecidos à carta precatória executória pelo ex-sócio Manoel Ezequiel Henriques, na ação de dez dias intentada por Delmiro Gouvêa contra Rollemberg & Cia. no Juízo do Comércio da cidade do Recife. Penedo, 1898, 21 págs. in. 12º.

Município do Porto da Folha. Petição dirigida ao Conselho Municipal, solicitando licença para construir uma porta d’água no riacho Ilha do Ouro. Propriá, 1909, 5 págs. In. 8º pq. Tip. do Norte de Sergipe.

João Maria Loureiro Tavares, Bacharel – Filho do Desembargador de igual nome e D. Rosa Maria da Conceição Tavares, nasceu na fazenda Saco Grande, município de Porto da Folha, a 20 de julho de 1879. Depois de ter estudado humanidades em Aracaju e Penedo, submeteu-se a exames no “Ateneu Sergipense” de português e os demais no “Liceu Alagoano” em Maceió. Cursou a Faculdade de Direito da Bahia, tendo recebido o grau de bacharel em 7 de dezembro de 1901.

Por Decreto de 16 do mesmo mês, foi nomeado Juiz Municipal de Propriá, no governo do Monsenhor Olímpio Campos, reconduzido no mesmo cargo em 1º de dezembro de 1905.

Por Decreto de 5 de dezembro de 1907 foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de S. Francisco, pelo Desembargador Guilherme de Sousa Campos, permutando em 19 de agosto de 1911 com o juiz de direito de Gararu, onde permaneceu até 1922, sendo removido, a

pedido, para a de Aquidabã em março de 1924. Sob o pseudônimo de Martinelli tem escrito pequenos artigos para o hebdomadário “A Ordem”, de Propriá.

Escreveu:

– Discurso proferido aos 14 de janeiro de 1922 por ocasião da aposição da Imagem de Cristo no Tribunal do Júri da Cidade de Porto da Folha. Na “A Cruzada”, Aracaju, de 30 de abril a 28 de maio do mesmo ano.

— Discurso de saudação ao Exmo. Sr. Presidente do Estado, Dr. Gracho Cardoso, na chegada de S. Exa. em Porto da Folha em setembro de 1923. No “Diário Oficial” de 7 de novembro seguinte.

João de Matos Freire de Carvalho, Padre e Doutor – Filho do Coronel Antonio Manoel de Carvalho e D. Josefa Emilia de Matos Freire, nasceu a 11 de outubro de 1865 no sítio Baixio, município de Simão Dias.

É Padre e Doutor em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e é há muitos anos vigário da Freguesia do Patrocínio do Cuité, arquidiocese da Bahia. Nomeado por provisão de 12 de maio de 1919 para a Freguesia de N. S. da Piedade do Lagarto, preferiu continuar na sua antiga paróquia.

Colaborou na antiga “Folha de Sergipe”, onde escreveu, aventando a criação da diocese de Aracaju; no “Estado de Sergipe”, publicando vários artigos sobre a questão de limites; no “Diário da Manhã” e no “Correio de Aracaju”.

Escreveu:

– *Limites*. Aos habitantes do Patrocínio do Cuité assinado – Diversos habitantes – Aracaju, 1904, 9 págs. in. 8º pq. Tip. do “Estado de Sergipe”.

– *Sergipe e Bahia*. (Questão de Limites) Aracaju, 1905, in. 8º pq., 95 págs., e um mapa. Empresa do “O Estado de Sergipe”.

– *Protheu da ciência*, ou Ferri contra Ferri. No “O Estado de Sergipe”, de 13 de junho de 1909.

– *Deus na evolução*. Idem de 16 a 26 de outubro do mesmo ano.

– *Simão Dias ou Anápolis?* Resenha histórica de sua fundação. Bahia, 1912, in. 8º. Escola Tipográfica Salesiana.

Patrocínio do Coité (Limites). No “Diário da Manhã” de 17 de setembro de 1913.

– *Bahia e Sergipe*. Questão de limites. No “Correio de Aracaju”, de 17 de outubro de 1913.

– *Anápolis e sua origem*: conferência histórica realizada no salão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe a 27 de novembro de 1915. Publicado em folheto em 1922 no Aracaju, contendo 129 págs. in. 8º, Impresso no Estabelecimento gráfico – F. Sampaio.

► *Data de morte*: 14 de junho de 1946.

João Maynard, Desembargador – Filho de João da Silva Maynard e D. Josefa Rodrigues Maynard, nasceu no engenho “Saco” município do Rosário do Catete, a 8 de janeiro de 1878. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Livre do Rio de Janeiro, exerceu os cargos de Juiz Municipal do termo de Itabaianinha, sede da então comarca do Rio Real. Chefe de Polícia, no último ano do governo do Dr. Josino Menezes (1905). Diretor do Banco de Sergipe, em 1906, e de julho deste mesmo ano a março de 1908, Inspetor do Tesouro do Estado e como tal presidente do Montepio dos Funcionários públicos, deixando esse cargo por ter aceitado o lugar de Juiz de Direito da Comarca de Japaratuba, onde esteve até setembro de 1908, época em que foi removido para a vara privativa de Juiz dos Feitos da Fazenda do Estado. De novo ocupou o cargo de chefe de Polícia no governo do Dr. Rodrigues Dória de 1908 a 1º de janeiro de 1911, quando foi nomeado Desembargador do Tribunal da Relação do Estado, acumulando o cargo de Procurador Geral, de março de 1911 até a Reforma Constitucional em 1913.

Escreveu:

– Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Desembargador Guilherme de Souza Campos, Presidente do Estado em 1º de março de 1907 pelo Inspetor do Tesouro e Presidente do Montepio... Aracaju, 1907. Tip. do “Estado de Sergipe”. Coluna estreita 12 págs. e anexos, in. 8º.

– Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Presidente do Estado pelo chefe de polícia... em 21 de outubro de 1909, sobre o caso do Rosário. No “O Estado de Sergipe” de 19 e 20 de novembro seguinte.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Dória, Presidente do Estado, pelo chefe de polícia..., em 1º de agosto de 1910. Tip. do “O Estado de Sergipe”. Aracaju, 1910. 88 págs. e anexos in. 8º.

► *Data de morte: 04 de Abril de 1933, em Aracaju (SE).*

João Menezes – Filho de Jorge Palatem de Menezes e D. Euzébia do Espírito Santo, nasceu a 11 de outubro de 1866 no Engenho “Cabral” termo de Japarutuba. Foi educado por seu parente Coronel João Nepomuceno de Menezes e por seu padrinho de batismo Coronel José de Barros Acioly de Menezes. Começou sua vida como tipógrafo no Aracaju e ainda moço seguiu para a Bahia onde estudou preparatórios, nas poucas horas que lhe restavam do seu contínuo labor. Interessado pelas letras, começou em 1887 a colaborar na “Gazeta da Tarde” daquela cidade, órgão republicano e abolicionista, publicando *O Bródio dos Estudantes*, em versos humorísticos muito apreciados pelos rapazes de seu tempo, com o pseudônimo – Lisandro. Em 1889 publicou um folheto de 12 páginas intitulado: *A federação debaixo do ponto de vista político e econômico*.

Colaborando ainda no “Jornal do Povo” daquela cidade escreveu um brilhante artigo sobre a individualidade de Ruy Barbosa, o qual foi reproduzido em diversos jornais do país e ultimamente reeditado no Correio de Aracaju. Após a proclamação da República foi eleito deputado estadual em 1891, tomando parte na Constituinte, que foi dissolvida depois do golpe de Estado. Retirando-se para a Capital Federal foi nomeado funcionário da Prefeitura, abandonando depois este lugar por ter sido eleito deputado estadual na legislatura de 1892 e reeleito em 1894-1896 e nomeado Diretor do Diário Oficial do Estado, lugar criado pelo então Presidente de Sergipe, General Prisciliano de Oliveira Valadão, de quem era ele amigo dedicado e intransigente.

Em 1892 mandou da Bahia para a “Gazeta de Sergipe” correspondências sendo a primeira publicada a 9 de março. No seu Estado natal, tem colaborado em diversos jornais políticos e literários, revelando sempre muito gosto pela vida jornalística escrevendo com pseudônimo de Armando Tymburibá, crônicas, versos e contos. Foi redator do “Correio de Aracaju”, que surgiu à luz da publicidade no dia 24 de outubro de 1906 e secretário do Ateneu Sergipense. João Menezes como político foi de uma lealdade inquebrantável, valendo-lhe isto a estima e o apreço em que foi tido pelos seus concidadãos, e a confiança de seus correligionários. Pela segunda vez diretor e redator chefe em comissão da Imprensa Oficial, foi exonerado, a pedido, por ato de 29 de outubro de 1907.

Por decreto de 29 de novembro de 1915 foi nomeado Diretor da Secretaria Geral do Estado, aposentado por Decreto de 29 de outubro de 1917. Foi deputado federal no triênio de 1918-1920.

Após a morte do seu chefe e amigo, General Oliveira Valadão, retirou-se à vida privada.

Escreveu:

– *Discurso* pronunciado pelo representante de “A Reforma” de Sergipe na sessão celebrada a 21 de abril de 1887 pelo Grêmio Literário da Bahia em homenagem à memória de José Bonifácio. Na “A Reforma” de 8 de maio do mesmo ano.

- *Carta política* ao Governador do Estado de Sergipe. No “Pequeno Jornal” da Bahia de julho de 1890. Transcrito na “Gazeta de Sergipe” de 2 de agosto do mesmo ano.
- *Carta política*. Ao eleitorado sergipano. Idem da Gazeta de 21 de janeiro de 1891.
- *Carta sem selo*. Para o “Correio de Aracaju”. É uma série de cartas sob o pseudônimo de Cônego Maravilha.
- *Discurso* pronunciado na Sociedade Grêmio Literário da Bahia de 1892. No “Diário Oficial” do “Estado de Sergipe”, de 13 de setembro de 1895.
- *Meias tintas* – Seção mantida por estes autos no “Correio de Aracaju” sob o pseudônimo Armando Tymburibá, começada a 14 de fevereiro de 1907.
- *Relatório* do diretor da “Imprensa Oficial do Estado” apresentado ao governo. No “Diário Oficial” de 28 de outubro de 1896.
- *Data de morte: 18 de Outubro de 1924, em Aracaju (SE).*

João das Mercês Ramos, Frei – Chamado no século João de Almeida Ramos, filho do major João José de Almeida Ramos, português abastado, proprietário de barcas no Baixo S. Francisco, e D. Maria Quintiliana, nasceu a 25 de junho de 1830 em Vila Nova, e faleceu na capital federal a 23 de junho de 1904. Muito moço fez o noviciado no mosteiro da Bahia, onde rapidamente se preparou em todos os estudos, professando em seguida na ordem beneditina. Admitido festivamente no grêmio dos seus irmãos de hábito, começou desde logo a salientar-se por seu espírito de caridade e por um vivo interesse pelos negócios da Ordem. A espontaneidade desta manifestação do seu caráter, associada à firmeza de resolução de que era dotado, não escaparam à perspicácia do General, que não tardou em nomeá-lo administrador das fazendas rurais da Ordem, situadas em Campos do Goitacazes, as quais se tornaram quase improdutivas pela aposição ao pagamento de foros por parte dos proprietários foreiros. Naquela cidade permaneceu por longo tempo, defendendo com vigor e tenacidade os interesses materiais da comunidade, que sempre o considerou como o guarda zeloso e vigilante do seu patrimônio. Eleito abade em junho de 1893, retirou-se para o Rio de Janeiro, onde continuou a prestar os melhores serviços ao mosteiro e aos poderes públicos então empenhados na debelação da guerra civil. Estava-lhe, porém, reservado para o declínio da vida, alquebrada já a robustez da sua estrutura física passar pelo profundo dissabor de, nos últimos dias do seu governo abacial, ser coagitado a entregar o convento a Frei Domingos da Transfiguração Machado, que lhe substituiu no lugar de abade. Com o apoio do elemento popular dominado de forte agitação em seu favor, o velho monge beneditino protestou contra a legitimidade da eleição do seu sucessor feita sob a influência suspeita de frades estrangeiros, há muito desejosos de se assenhorearem do mosteiro e do seu opulento patrimônio. A sua nobre resistência motivada por tão louváveis escrúpulos, não o preservou das penas canônicas, com que foi injustamente fulminado, e mui tardiamente relevadas, quando o digno professo de S. Bento já ia em caminho da morada tranqüila dos mortos. Foi este o último prêmio do seu esforço e piedosa dedicação, muito diferente daqueles com que em tempos mais propícios o distinguiram o ex-Imperial e abade perpétuo de S. Martinho de Tibães.

Escreveu:

– *O mosteiro de S. Bento* do Rio de Janeiro e a Câmara Municipal de Campos. É uma longa série de artigos publicados no “Monitor Campista” com o fim de provar o direito que ao Mosteiro de S. Bento assistia de cobrar foros e laudêmios dos terrenos e propriedades compreendidos dentro do perímetro da referida cidade. O primeiro artigo saiu no número 10 de janeiro de 1893 e o último (96º) com a sua assinatura no de 11 de junho seguinte, prosseguindo daí em diante a discussão firmada pelo advogado, Dr. Antunes, patrono do mosteiro no litígio movido contra a Câmara Municipal.

João Moreira de Magalhães, Doutor – Filho de Joaquim Moreira de Magalhães e D. Emília de S. Calixto Magalhães, nasceu a 31 de janeiro de 1855 na Estância. Depois de

concluído o curso de humanidades, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, onde recebeu o grau em 1877. Exerceu a clínica por alguns anos em diversos pontos de Sergipe, mudando-se depois para a Capital do Amazonas, sendo ali Inspetor de Saúde do Porto, por nomeação do Governo Geral e Diretor da Instrução Pública em 1890. Em 1896 foi Inspetor Escolar na Capital Federal e Diretor Médico da Companhia de Seguros de Vida “A Sul América”.

Escreveu:

– *Das indicações do aborto*: dissertação. Proposições. Seção Acessória. Juízo Crítico farmacêutico dos preparados denominados extratos. Seção Médica. Do diagnóstico e tratamento da ataxia. Cocomitriz progressiva. Seção Cirúrgica. A placenta. Tese para o doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia, 1877, 34 págs. in. 8°. Tipografia do “Monitor”.

João Moreira de Melo Magalhães, Doutor – Filho do Dr. João Moreira de Magalhães, também mencionado neste livro, e D. Rosa de Melo Magalhães, nasceu em Maruim a 29 de outubro de 1883. É agrimensor diplomado pelo Colégio Militar e Médico pela Faculdade do Rio, formado em 6 de maio de 1907. Fez o curso acadêmico com tanta distinção, que mereceu o prêmio de viagem à Europa à custa da União, de lá voltando, em maio de 1911.

Escreveu:

– *Do ápice do pulmão* nas primeiras fases da tuberculose. (Estudo anátomo-clínico). Dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a 22 de março de 1907 e defendida a 29 de abril de 1907 por... Aprovada com distinção. Rio de Janeiro. 1907, V-142 págs. in. 8°, com gravuras. Tip. do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & C.

– *Imprensa Médica*, vol. 15 de junho de 1907. São Paulo com o seguinte sumário: págs. 178 a 180; nº 12, págs. 191 a 196; nº 13, págs. 207 a 212; nº 14, págs. 223 a 233; nº 15, págs. 255 a 265; nº 16 de 25 de agosto.

– *Clínica pediatra* – Estudo clínico do ápice do pulmão nas primeiras fases da tuberculose.

– *Obstetrícia* – Da morte do feto no útero.

– Higiene social. Obras e instituições de preservação e assistência do adulto.

João Navarro Tupinambá Vampré – Filho de José do Nascimento Pereira e D. Maria Bemvindo Vampré, nasceu na Estância a 25 de agosto de 1865.

Transportou-se para S. Paulo em 1886 indo residir em Limeira; ali começou seus estudos preparatórios no Colégio Costa e tendo este sido transferido para a capital, começou a lecionar Português e Francês. Em 1893 matriculou-se na escola de Farmácia de Ouro Preto, não concluindo o curso por se ter envolvido na revolta alistando-se no batalhão “Silva Jardim” em defesa da legalidade.

Numa pequena folha o “Limeirense” encetou os seus primeiros ensaios literários. Em 1890 publicou no “Diário Popular” uma série de artigos – “Reparos gramaticais” em contradição ao padre Sena de Freitas.

Colaborou na “Revista dos Educadores”, publicação quinzenal, S. Paulo, 1911, “Ilustração Brasileira”, S. Paulo, 1903 e no “Minas Gerais”, escrevendo artigos filologia e uma série sob o título de “Imputabilidade Criminal da mulher”; no “13 de Março”, jornal acadêmico, no “Diário Popular”, “Comércio de S. Paulo” sobre diversos assuntos: críticas, poesias, etc.

Em 1903 publicou pelo “Diário” uma série: “Pela saúde da mocidade”, artigos de higiene social, e em 1904 pelo mesmo Diário: Filologia... em “Sorocaba” – impugnando um livro “Verbos”, do Sr. Arthur Gomes.

Como membro do Instituto Histórico e Geográfico foi escolhido para fazer o “discurso sobre o 4º centenário do descobrimento do Brasil” numa festa literária organizada pelo Clube Ginástico Português.

Este trabalho mereceu a publicação em folheto por parte do Governo.

Foi oficial de gabinete do Dr. Oliveira Ribeiro quando chefe de Polícia em S. Paulo, exerceu o magistério e é escriturário do Tesouro do mesmo Estado.

Escreveu:

– *Festas tradicionais*: memória lida no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. No vol. 6, págs. 84 a 97 da respectiva “Revista” 1900-1901.

– *Fatos e Festas* na tradição. No “O Estado de S. Paulo” de 3 e 5 de novembro de 1907.

– *Fatos e festas em S. Paulo*. Idem de 28 e 24 de junho de 1908.

– *IV Centenário*: discurso proferido no Clube Ginástico Português de S. Paulo por parte do mesmo Instituto. Na citada “Revista”, págs. 211 a 222.

– *A cachoeira de Paulo Afonso* (Exceto do livro “Aspetos Regionais”). No “O Estado de S. Paulo” de 21 de março de 1910.

– *Esplendores e misérias do Vasabarris* (ao Dr. Curvelo de Mendonça) – Idem de 18 de abril seguinte.

– *Aspetos regionais* – Riqueza orográfica de Sergipe na lenda e na história. (Em prol da imigração do Brasil). Idem de 14 e 16 de maio seguinte.

– *Acidentes estereográficos de Sergipe* – A zona costeira. (Exceto de um livro) - Idem de 18 de setembro seguinte.

– *Aspetos regionais* – Esplendores e Misérias do Vasabarris. 1912, 7 págs.

– *Ensaio etnográfico dos paulistas*. No “O País”. Rio. de 4, 14 e 19 de janeiro; 2, 12 e 17 de fevereiro e 9 de março de 1914.

João Nepomuceno Telles de Menezes – Filho do capitão-mor Simeão Telles de Menezes e D. Clara Maria de Lima, e irmão consangüíneo de José Francisco de Menezes Sobral, contemplado neste livro, nasceu no engenho Maria Teles, município de Maruim, em março de 1815 e faleceu no seu engenho Cabral, município de Japarutuba, a 11 de janeiro de 1887. Estudou em Santo Amaro com o proveto professor Braz Diniz Villas-Boas, e como seu mestre veio a ser um excelente latinista. Agricultor e político de valor nos municípios de Capela e Japarutuba, foi neste último lugar presidente da Câmara em vários quadriênios e devido ao seu merecimento e bons serviços prestados à província o governo imperial o distinguiu com a nomeação de tenente coronel da Guarda Nacional, o oficialato da Ordem da Rosa e o grau de cavaleiro da de Cristo. Dispondo de lúcida inteligência e grande facilidade de redação, colaborou na imprensa do seu partido, escrevendo:

– Vários artigos sob o pseudônimo de *O Japaratubeiro*.

– A este autor atribui-se a autoria do opúsculo “Refutação ao Memorial do Comendador Antonio José da Silva Travassos sobre a navegação dos rios Pomonga e Japarutuba em Sergipe”, assinado por *um Japaratubeiro*.

João de Oliveira Maia, Doutor – (*) – Filho de Deodato da Silva Maia e D. Umbelina de Oliveira Borges Maia, nasceu na cidade de Maruim a 15 de novembro de 1886, onde estudou as primeiras letras. Seguindo depois para a Bahia, freqüentou o Colégio São José, dirigido pelo conhecido educador Dr. João Florêncio Gomes, passando-se daí para o Seminário Arquiepiscopal, Santa Thereza, onde aprimorou-se no curso secundário durante quatro anos. Volvendo a sua terra Natal, continuou o curso de preparatório em Aracaju, fazendo aí alguns exames e terminando-os no Rio de Janeiro no Ginásio Nacional. Feito o curso, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, diplomando-se em Farmácia e proseguindo no de Medicina.

- No terceiro ano médico foi nomeado, por concurso, auxiliar-acadêmico do serviço de Profilaxia contra a febre amarela na direção do Dr. Oswaldo Cruz. Mais tarde foram aproveitados seus serviços, ainda como acadêmico, para a vigilância médica do porto do Rio de Janeiro, onde permaneceu até o 6º ano da Escola. Interno da enfermagem de pele e sífilis da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro é farmacêutico do Hospital Evangélico da mesma cidade.

Foi interno da Policlínica Geral do Rio de Janeiro de 1911 a 1912. Iniciou a sua clínica sob as especialidades: moléstias das senhoras e via urinárias.

João Paulo Vieira da Silva, Doutor – Filho do capitão João Vieira da Silva e D. Theodora Francisca de Menezes, nasceu a 26 de junho de 1832 no Sítio do Meio, Propriá, e faleceu no Aracaju a 10 de fevereiro de 1875. Tendo sido diplomado em 1858 doutor em medicina pela Faculdade da Bahia, foi nomeado no ano seguinte comissário vacinador em Divina Pastora, dedicando-se posteriormente à clínica em Maruim e Itaporanga, em cujo município fixou residência por ter-se constituído proprietário de um engenho de fabricar açúcar. Filiado ao antigo partido liberal, foi deputado provincial nas legislaturas de 1860-61, 1864-65, 1866-67, 1868-69, nas quais desempenhou com talento e critério o mandato político, correspondendo dignamente à confiança dos seus correligionários.

Escreveu:

– *Tratamento das moléstias mentais*: dissertação. Proposições ciências médicas – Metástase. Ciências cirúrgicas. – Tratamento das feridas por armas de fogo. Ciências acessórias. – Como reconhecer-se que houve aborto em um caso médico-legal? Tese apresentada e sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia em novembro de 1858, para obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1858, 22 págs. in. 8º. Tip. de Carlos Poggetti.

João Pereira de Oliveira – Filho de outro de igual nome e D. Maria José de Oliveira, nasceu em Itabaiana a 26 de maio de 1883. Estudou as primeiras letras na cidade natal, e o curso secundário em Aracaju. Em 1901 seguiu para a Capital da Bahia onde se matriculou na Escola Politécnica. Abandonando o curso de engenharia seguiu para o Rio, em 1903 e aí verificou praça a 7 de abril do mesmo ano no 20º Batalhão de Infantaria com destino à Escola Preparatória e de Tática do Realengo, hoje extinta.

Transportando-se para Porto Alegre freqüentou as aulas da Escola de Guerra até concluir os cursos de infantaria e cavalaria pelo regulamento de 1905. A 2 de janeiro de 1911 foi declarado aspirante a oficial e classificado na 1ª companhia de metralhadoras, na Capital Federal, e a 30 de julho de 1915 promovido a 2º tenente de infantaria, sendo transferido em 1917 da 1ª companhia de metralhadoras para o 41 batalhão de caçadores em Aracaju.

Quando estudante de preparatórios no Aracaju, colaborou no jornal “O Tempo” (1899 com as iniciais J. P.). Como aluno da Escola Preparatória e de Tática do Realengo, foi um dos redatores dos jornais escolares “O Raio” (1903). “A Sentinela” e a bela revista – “Via Lucis” – em 1904; e como aluno da Escola de Guerra de Porto Alegre redigiu, com outros, as revistas “Ocidente” (1906) e a “Cruzada” em 1908 – colaborando no “Jornal do Comércio” com o seu próprio nome e com os pseudônimos de Coriolano, Serra e Nogi e no “Independente” ainda com o seu nome. Foi um dos três delegados da mesma Escola no Congresso de estudantes reunido em S. Paulo em julho de 1909 e nesse Congresso discutiu todas as questões de ensino, tendo merecido ser publicado no grande jornal “Estado de São Paulo” um dos discursos que leu sobre criação de universidades no Brasil (Tese apresentada pela comissão promotora do mesmo Congresso). Como aspirante da companhia de metralhadoras, além de ter tomado parte em algumas outras comissões de importância, serviu na campanha do Contestado (Paraná-Santa Catarina) onde mereceu dos seus superiores os maiores louvores, tendo sido, ademais, um dos poucos para os quais o Comandante Chefe pediu a promoção por ato de bravura.

Escreveu:

– *Marchas à noite*. Porto Alegre, 1908. 18 págs. in. 4º. Tipografia de Carlos Echenique.

– *Ensino universitário*: discurso pronunciado no Congresso de Estudantes, reunido na Capital de S. Paulo em julho de 1909. No “Estado de S. Paulo” de 22 de julho e transcrito na “A Federação”, Porto Alegre, de 18 de setembro do mesmo ano.

– *Metralhadoras* Maxim de reparo padiola. Ipanema, S. Paulo, 1913, 30 págs. in. 8º.

– *Organização das metralhadoras* (Infantaria e Cavalaria). Rio de Janeiro, 1917, 102 págs. in. 8º. Tip. Lit. Pimenta de Melo & C.

– *Instruções para patrulhas de infantaria*. Aracaju, 1918, 14 págs. in. 12º, 1ª Edição. Tip. do “Estado de Sergipe”. Tem 2ª Edição aumentada, impressa na mesma Tip. em 1919 com 30 págs. in. 12º.

– Monumento aos heróis da epopéia matogrossense. (Correspondência do Rio). No “Correio de Aracaju”, de 21 de novembro de 1920.

João Felipe Pinheiro, Frei – Religioso franciscano, filho de Inocêncio Filipe Pinheiro e D. Ana Maria do Rosário, nascido em setembro de 1821 no povoado Coqueiro, município do Lagarto, professou e recebeu ordens sacras no convento de S. Francisco da Bahia, passando a chamar-se desde então frei João do Lado de Cristo Pinheiro. Trocando a vida quieta do claustro pelas fadigas da catequese, fez-se missionário apostólico e a começar pelo Ceará em 1845 internou-se pelos sertões do Brasil, pregando o Evangelho em diversas freguesias do Piauí, Pernambuco, Bahia, Minas e Goiás até 1850. Tendo chegado ao conhecimento do governo imperial que nos seus sermões propagava doutrinas subversivas da ordem pública, foi preso em novembro daquele ano na capital de Goiás e remetido para o Rio de Janeiro por determinação do ministro da Justiça. Recolheu-se depois ao convento de Santo Antonio, de onde se retirou, já secularizado, para paroquiar a freguesia do Itaperimirim, no Espírito Santo, como vigário encomendado, tendo também sido ali advogado provisionado, presidente da câmara municipal e vigário da vara com honras de arcebispo. Posteriormente foi nomeado vigário encomendado da freguesia de S. José da Boa Morte, município de Sant’Ana do Macacu, na província do Rio de Janeiro. Era condecorado com o oficialato da Ordem da Rosa. Pregador de grande talento, na tribuna sagrada não foi inferior aos mais afamados oradores sacros de sua terra, como frei José de Santa Cecília e o vigário Gonçalves Barroso, nem honrou menos o púlpito na antiga Corte, onde no mesmo tempo se fazia ouvir a voz eloqüente de frei Francisco de Monte Alverne. Viveu os seus últimos dias inteiramente ignorado, vindo a falecer em avançada idade a 8 de janeiro de 1900 em quarto particular da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Escreveu:

– *Frei João do Lado de Cristo Pinheiro ao respeitável público*. Rio de Janeiro, 1851, 23 págs. in. 8º. Tipografia do Correio Mercantil de Rodrigues & C., com 33 documentos constantes de fs. 7 a fs. 23.

– *Instruções catequísticas* para o uso do ensino religioso dos meninos da freguesia de Santa Ana da Corte. Rio de Janeiro, 1867, 205 págs. in. 12º. Tipografia Perseverança.

– *Diretório* paroquial ou novíssimo manual dos párocos: obra utilíssima aos párocos, seus coadjutores, e aos sacerdotes em geral, por D. Antonio Covian; precedida de um discurso sobre a importância social do ministério do pároco; traduzida e anotada conforme o direito e uso da igreja brasileira e consideravelmente enriquecida de diversos formulários e outras muitas matérias interessantes. Rio de Janeiro, 1867, 271 págs.

– *As noites de Santa Maria Madalena*, enriquecidas com o Sepulcro de Jesus pelo padre M. J. Geramb e traduzidas do francês para português, et Cia. Rio de Janeiro, 1867, 186 págs.

João Ramos de Barros, Padre – Filho de José da Silva Barros e D. Maria Ramos de Barros, nasceu na Vila de Campos, Estado de Sergipe, em 23 de fevereiro de 1883. Recebeu ordens de presbítero no Seminário Arquiepiscopal da Bahia, sendo depois professor do referido Seminário e Capelão do Hospital de Santa Isabel naquela cidade.

É vigário da Freguesia dos Mares e conselheiro Municipal na Bahia, fiscal do Governo junto a um colégio e examinador de humanidades nas Faculdades de Medicina e de Direito. É professor demissionado do Ginásio da Bahia e pertence ao Instituto Histórico. Cultiva com paixão estudos de história e tem escrito crônicas e artigos para revistas e jornais com diversos pseudônimos.

Seu campo de ação tem sido a imprensa e a tribuna, onde tem se revelado orador sacro de eloquência fascinadora. Tem diversas obras inéditas.

Escreveu:

– *Discurso* pronunciado na tribuna sacra da Catedral da Bahia a 16 de setembro de 1916 no encerramento do 5º Congresso de Geografia. No “Diário da Bahia” de 26 do mesmo mês.

– *Oração* pronunciada a 24 de outubro de 1920 na Catedral de Aracaju. Na “A Cruzada”, Aracaju, de 7 a 21 de novembro do mesmo ano.

João Ribeiro, Bacharel, ou João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes – Filho de Manoel Joaquim Fernandes e D. Guilhermina Ribeiro Fernandes, nasceu a 24 de junho de 1860 na cidade de Laranjeiras.

Iniciou os primeiros estudos na cidade natal e completou o curso de humanidades no Ateneu Sergipense de Aracaju em 1880.

Em 1881 seguiu para o Rio de Janeiro, onde reside, 1924, com o fim de matricular-se em uma das Academias.

Dedicando-se ao magistério particular, lecionou nos colégios D. Pedro de Alcântara, Alberto Brandão e outros, aplicando-se com todo ardor à lingüística em que se tornou notável. Em 1885 exerceu o cargo de oficial da Biblioteca Nacional, lugar para o qual foi nomeado após concurso, deixando-o em novembro de 1890.

Em 1887 submeteu-se a concurso para a cadeira de Português do Colégio Pedro II, hoje Ginásio Nacional, e em 1890 foi nomeado para a de História Universal.

Bacharelou-se em 1894 em ciências sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e em 1896 foi à Alemanha, comissionado pelo Governo Federal, para o estudo da Instrução naquele e em outros países, representando no mesmo ano o Brasil na Confederação de Dresde sobre a propriedade literária.

No ano seguinte (1897) representou oficialmente o Brasil no Congresso reunido em Londres para a organização do Catálogo internacional.

Foi, em abril de 1911, nomeado para reger o ensino de sintaxe portuguesa do Pedagogium e em 1914 partiu para a Suíça, fixando residência em Genebra, a fim de prosseguir nos seus trabalhos luteranos, tendo regressado em setembro do mesmo ano.

É uma acentuada individualidade literária e uma das organizações mais bem dotadas da atual geração brasileira.

Tradutor admirável e filólogo distinto, publicou três gramáticas da língua portuguesa, correspondente aos três graus do ensino da língua, – primário, médio e superior – as quais foram adotadas no ensino oficial.

Como poeta, tem entre outros trabalhos uma coleção de poesias que primam pela pureza da linguagem e escrupulosa correção da forma. É também um prosador distinto, como se vê dos seus diversos artigos críticos e contos primorosos. Membro do Instituto Filológico Brasileiro e sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, é um dos quarenta imortais da Academia Brasileira de Letras, o primeiro sergipano que foi eleito e que ocupa com brilho a cadeira de Luiz Guimarães Júnior. Tem colaborado em grande número de

revistas, jornais e outras publicações: Revista Brasileira, Através da Semana (nas 2 épocas), Revista da Língua Portuguesa, Globo, Gazeta da Tarde, Novidades, Época, Correio do Povo, País, Jornal do Comércio, Correio da Manhã, Imparcial e Revista Americana (Rio de Janeiro); Comércio de S. Paulo (São Paulo) o no Almanaque Garnier a começar do ano de 1907. Usou o pseudônimo *Rizóforo* no “Correio do Povo” e “Através da Semana”. Rio de Janeiro.

Escreveu:

– *Dedicatória* à Virgem de Lamartine. Tradução. No “Jornal do Comércio”. Aracaju, 4 de novembro de 1877.

– *Tenebrosa luz*: poesia. Por ocasião da morte da inocente filhinha do Exmo. Sr. Dr. Luiz A. L. de Oliveira Belo. No “Jornal de Sergipe”, de 9 de abril de 1881.

– *Idílios modernos*. Rio de Janeiro, 1882. in. 8º.

O Dr. Sílvio Romero dando notícia do poeta e deste livro na “Revista Brasileira”, tomo 9º, pág. 265, transcreve de suas composições as que têm por título: *Sombra, Esboços, Entre esposos, Diafaneidade* e *To be or not to be* (carta particular).

– *Dias de sol*: versos. Rio de Janeiro, 1884, 62 págs. in. 8º.

– *Estudos filológicos*: morfologia e funciologia. Rio de Janeiro, 1885, 72 págs. in. 8º. é uma coleção de escritos sobre a ciência de sua predileção e uma poesia em linguagem arcaica. Tip. da “Gazeta de Notícias”. Esta obra teve 2ª edição no Rio de Janeiro (1902). Liv. Jacinto R. dos Santos.

– *Avena e Cítara*: versos. Rio de Janeiro, 1886, 64 págs. in. 16º. Tip. Hildebrando. Estes dois pequenos volumes foram fundidos em um só e publicados sob o título *Versos*, como adiante se vê.

– *Morfologia e colocação dos pronomes*: tese de concurso de português do externato do colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1886, 80 págs. in. 12º. Tip. Hildebrando. (Esgotada).

– *Tese de concurso* – para inspetor de ensino. Minas, 1886.

– *Gramática portuguesa*: 1º ano. Rio de Janeiro 1886. Edit. Alves & Cia. Teve 2ª ed. em 1890 e hoje está na 83ª (1920).

– *Gramática portuguesa*: curso médio (2º ano). Rio de Janeiro, 1887. Edit. Alves & Cia. Está na 34ª edição. (1920).

– *Gramática portuguesa*: curso superior (3º ano). Rio de Janeiro, 1887. Edit. Alves & Cia. Está na 19ª edição. (1920).

– *Exercícios de Gramática elementar*; Rio. Alves & Cia.

– *Exames de português*. Lições de gramática portuguesa coordenadas segundo o programa de 1887. Rio de Janeiro, 1887. Este livro teve 2ª edição em 1888, terceira em 1889 e há outras.

– *Dicionário Gramatical*. Rio de Janeiro, 1889. Editores Alves & Cia. Está na 2ª edição (1904), esgotada.

– *A Instrução pública: primaria, secundaria e técnica* (memória escrita para o concurso ao lugar de Diretor da Instrução Pública do Estado de Minas Gerais) – Rio de Janeiro, 1890, 74 págs. in. 12º. Tip. Montenegro.

– *Versos*. Rio de Janeiro, 1890. Tem 2ª edição aumentada em 1902; e 3ª edição do mesmo ano. Rio, 314 págs. in. 12º, contendo poesias inéditas. Editor Jacinto Ribeiro dos Santos.

– *História antiga. Oriente e Grécia*. Rio de Janeiro 1892, in. 8º. Teve 2ª edição publicada pelos editores Jacinto R. dos Santos em 1894.

– *Ensino cívico*. A História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis por Sílvio Romero com prefácio e um vocabulário por... Rio de Janeiro.

– *Discurso*, proferido na solenidade da distribuição dos prêmios e colação do grau de bacharel em ciências e letras em 24 de dezembro de 1892. Rio de Janeiro, 1893, in. 4º. É precedido de outro discurso do Diretor do Ginásio Nacional.

- *Autores Contemporâneos*. Rio 1894. Está na 13ª edição refundida com grande número de anotações.
- *História do Brasil: curso primário*. Rio 1900. Editores Jacinto R. dos Santos. Está na 7ª edição publicada pelos Srs. Alves & Cia. (1920).
- *História do Brasil: curso médio*. Está na 8ª edição. Editores Alves & Cia., 1918.
- *História do Brasil: curso superior*. Rio. 1900, 314 págs. in. 8º. Editores Jacinto Ribeiro dos Santos. Está na 3ª edição publicada pelos Srs. Alves & Cia.
- *História do Brasil: edição do Centenário*. Editores Alves & Cia.
- *Memória histórica* apresentada à Congregação do Ginásio Nacional. 1901. Rio, 1902, 34 págs. in. 8º. Imprensa Nacional.
- *Memória dos sucessos ocorridos no Ginásio Nacional no Ano de 1903*. Rio 1904. (publicação oficial).
- *Obras poéticas de Cláudio Manoel da Costa* (Glaucete Saturnio). É uma nova edição contendo o que ficou inédito ou ainda esparso, e um estudo sobre a sua vida e obras. Rio 1903, 2 vol. in. 18º.
- *Páginas escolhidas*: Academia Brasileira de Letras. Rio, 1904. Editores Garnier. Está na 2ª edição de colaboração com Mário de Alencar. 2 volumes.
- *Seleta Clássica* com anotações filológicas, em complemento das doutrinas expostas no curso superior da Gramática Portuguesa do mesmo autor. Rio de Janeiro, 1905, 310 págs. Livraria Francisco Alves. Está na 3ª edição muito melhorada (1914).
Sobre este livro diz José Veríssimo no “Kosmos”: “Não duvido dizer que a Seleta Clássica do Sr. João Ribeiro é entre todos que conheço da língua portuguesa, a única que não é uma simples e bruta especulação de livraria ou de autoria. Nesse gênero o que até agora tínhamos era absolutamente sem valor. Essa é a primeira que ao cuidado e discernimento na escolha pinta o trabalho valioso das notas eruditas, explicando, comentando, ilustrando os textos transcritos”.
- *Páginas de Estética*. Lisboa, 1905, 170 págs. in. 8º. pq. Editora Viúva Tavares.
A respeito desta obra publicada em Lisboa, diz o “Notícias de Lisboa”, de 5 de agosto: “é por certo uma das mais preciosas jóias da contemporânea literatura brasileira escrita em linguagem que mesmo em Portugal bom seria que fizesse discípulos”.
- *Cartas de mal dizer*: prólogo de um livro inédito. No “Kosmos”, revista artística, científica e literária do Rio de Janeiro, nº de janeiro de 1905.
- *Crepúsculo dos Deuses*: contos e histórias traduzidas do Alemão. Lisboa, 1905, 196 págs. in. 8º pq.
- *Compêndio de História de Literatura Brasileira*. De colaboração com Sílvio Romero. (Vide este nome). Rio, 1906, LXIX– 495 – VIII págs. in 8º. pq. Tip. da Livraria de Francisco Alves.
- *Notas de Terminologia Médica Portuguesa* pelo Dr. Plácido Barbosa: estudo crítico. No “Os Anais” de Domingos Olímpio, Rio de Janeiro, ano III (1906) nº 85, págs. 343 a 345.
- *Frases-feitas*. Estudo conjectural de locuções, ditados e provérbios. Rio, 1908, 302 págs. in. 12º. Editores Francisco Alves & Cia. 2 volumes.
- *Fabordão* – Crônica de vários assuntos. Rio, 1910, 366 págs. in. 16º. H. Garnier Livreiro Editor. É, na expressão do autor, uma série de pequeninos estudos de bibliografia, folclore, filologia, crítica documental e outras contribuições menores de vários assuntos.
- *Satíricos portugueses*: reedição do VI, volume de *Parnaso lusitano*. Rio 1910. Com introdução crítica de João Ribeiro. Editora Livraria Garnier.
- *Teatro de Antonio José*: Edição Popular precedida de notícia crítica e bibliográfica de João Ribeiro, contendo as “Obras do Diabinho da mão furada” Paris, 1911, 275 págs. in. 16º. H. Garnier Livreiro Editor.
- *Coração* por Edmundo de Amicis. Tradução brasileira feita da 101ª edição italiana. 25ª edição cuidadosamente corrigida. Rio, 1912, 276 págs. in. 12º. Livraria Francisco Alves.

- *Exames de admissão* para os ginásios, de colaboração com Raja Gablagia. Rio 1916. Editores Alves & Cia.
 - *História Universal* – Rio 1918. Elaborado de acordo com o programa do Colégio Pedro II. Edit. Jacinto R. dos Santos. 2ª edição em 1919. No prelo 3ª edição.
 - *Crônica Literária*. No “Correio de Aracaju”, de 7 a 10 de agosto de 1918. (Transcrição).
 - *O Folclore*: estudos de literatura popular. Rio 1919, 328 págs. in. 12º. Edit. Jacinto Ribeiro dos Santos.
 - *Notas aproveitáveis sobre a Língua Nacional*. Edição da “Revista do Brasil”. S. Paulo, 1921. Neste livro o autor dá a etimologia e significados dos principais brasileirismos enumerados em ordem alfabética num índice de coisas. XVII págs. in. 12º. Editores Monteiro Lobato & Cia.
 - Cartas devolvidas. No “Correio de Aracaju”, de 8 de dezembro de 1922. Transcrição do “O Jornal” da Capital Federal.
 - *Notas de um estudante*. Estudos nacionais e apontamentos de origem alemã. Notas de história, de arte e de ciência. S. Paulo, 1922, 242 págs. Editores Monteiro Lobato & Cia., 223 págs. in. 12º.
 - *Colméia, O primeiro galicismo*. No “O Diário da Manhã”. Aracaju, de 20 de outubro de 1923.
- *Data de morte: 13 de Abril de 1934, no Rio de Janeiro (RJ).*

João Rodrigues da Costa Dória, Doutor. Filho de Gustavo Rodrigues da Costa Dória e D. Maria Soledade da Costa Dória, nasceu em Propriá, a 14 de junho de 1887. Após o curso de humanidades, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo a láurea de doutor a 23 de dezembro de 1911. Quando aluno de Medicina, foi interno de clínica obstétrica e ginecológica da Faculdade e do Hospital Santa Isabel, e interno da Maternidade Climério de Oliveira, de 1909 a 1911. Em 1912 foi assistente interino da mesma clínica, e em 1916 médico interino da profilaxia da febre amarela. Neste mesmo ano, em abril, foi nomeado Preparador efetivo de química da Escola Politécnica e médico analista do Serviço de Medicina Legal do Estado da Bahia.

Em 1917 serviu interinamente no lugar de preparador de Medicina Legal na Faculdade de Medicina. É 1º tenente médico de 2ª classe da reserva da 1ª linha do corpo de saúde do Exército e professor interino de química da Escola Escola Politécnica.

Escreveu:

- *Das Apresentações do Pélvis*: dissertação. Preposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de Ciências Médicas e Cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de outubro de 1911 para ser defendida em 22 de dezembro do mesmo ano, a fim de obter o grau de doutor em Medicina. Bahia, 1911, 71 págs. in. 8º. Tipografia de S. Joaquim.
- *Um caso de falso hermafroditismo*. No “Brasil Médico” nº 18 de 13 de novembro de 1923. Rio de Janeiro.

João Sabino Vieira, Doutor – Filho de Manuel Sabino de Souza Leal e D. Ana Vieira de Jesus Leal, nasceu a 24 de julho de 1846 na Estância e faleceu em 1881 na antiga província do Rio Grande do Sul. Naquela cidade fez os primeiros estudos com o proveito professor Joaquim Maurício Cardoso, revelando bastante talento e pronunciado gosto para as letras. Filho de pais pobres, encontrou proteção do caritativo médico, Antonio Ribeiro Lima, os elementos necessários para o implemento de sua educação científica; e assim amparado cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo em 1870 o grau de doutor. Nomeado 2º cirurgião do corpo de saúde por Decreto de 14 de junho de 1871, foi mandado servir em

Alagoas, seguindo em 1813 para a Corte, visto ter sido designado pelo Cirurgião-mor, chefe do corpo de saúde do Exército, para incorporar-se à Divisão Brasileira estacionada no Paraguai, onde se apresentou a 11 de junho, partindo a 12 para Humaitá.

Ali prestou serviços até 1876, ano em que se retirou daquela república com destino à guarnição do Rio Grande do Sul, de que fez parte até 1879, quando por Decreto de 1 de março obteve demissão do serviço militar. Pouco tempo sobreviveu ao seu desligamento do Exército. Descrente e atormentado por profundo desgosto, não o abandonava a idéia da morte, a ponto de ter escrito o seu próprio epitáfio, concebido nestes termos: – Aqui jaz o Dr. João Sabino Vieira. “Ninguém deseje saber que idade tinha e de onde era natural. Lega ao mundo um eterno desprezo e à sociedade uma gargalhada pungente. Em sua vida em coisa nenhuma creu, ‘somente acreditou que volta à terra’ de onde proveio. Desta sepultura em que a morte o encerra, zomba dos prepotentes e vota entranhado ódio aos seus inimigos. Sua completa vingança é nivelarem-se todos consigo, sob a lousa fria do túmulo. Não pede que orem por ele, nem o quer.” O Século de Alegrete, Rio Grande do Sul, que sob a epígrafe – Desgosto da vida – fez a transcrição desse singular epitáfio, acompanhou-a da seguinte apreciação: “Pobre mártir! Nestas palavras cheias de amarguras devolve à sociedade o fel que gota a gota derramou-lhe no tormentoso existir. Elas são o protesto enérgico da vítima contra o algoz! Dotado de um talento robusto e nobreza de sentimentos, viu todos estes brilhantes predicados caírem esfacelados diante dos preconceitos sociais. Perseguido pelo infortúnio e para não ser vítima dos golpes da prepotência, fugiu ao burburinho da cidade e no recolhimento de uma casa de campo dava expansão à sua dor em frases de pungente ironia”.

Escreveu:

– *As perturbações funcionais que se manifestam durante a prenhez dependerão de um estado cloro-anêmico ou de uma verdadeira pletora?* Dissertação. Proposições. Seção cirúrgica. Toracentese e suas indicações. Seção médica – Tratamento da angina diftérica. Secção acessória – Pode-se considerar herdeiro legítimo o filho de uma viúva nascido dez meses depois da morte do marido? Tese apresentada e sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia em novembro de 1870, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1870, 19 págs. in. 8º. Tip. do Diário da Bahia.

João da Silva Melo, Desembargador – Filho de Manuel José de Melo e D. Rita Maria da Silva Melo, nasceu a 11 de junho de 1856 no engenho Araçá, município da Capela, e faleceu no Aracaju, a 29 de agosto de 1917. Na Capela freqüentou a aula pública de português, e a particular do vigário da freguesia, Francisco Vieira de Melo, com quem também estudou latim, francês e filosofia. Em continuação dos seus estudos esteve internado durante 2 anos no Colégio S. João, na Bahia, de onde voltou para o seio da família, por moléstia. Recuperada a saúde partiu para o Recife, sendo ali aluno do Colégio Dr. Viana, e, de volta à Bahia, terminou o curso preparatório no colégio do Dr. Gustavo de Sá. Habilitado deste modo em humanidades, prestou exames na Bahia, Aracaju e Recife, em cuja Faculdade de Direito se matriculou em, 1876, tendo concluído o tirocínio acadêmico no fim do ano de 1881, em que recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. No princípio do ano seguinte foi nomeado promotor público da comarca de Gararu por ato de 5 de dezembro de 1881, removido para a da Capela a 11 de julho de 1882, dessa para a de Laranjeiras a 18 de junho de 1883 e em novembro seguinte para a de Itabaiana. Tendo sido nomeado em 1886 juiz municipal e de órfãos de Itabaiana, foi esse ato cassado e substituído por outro, nomeando-o para o mesmo cargo nos termos reunidos do Boquim e Riachão em 12 de dezembro de 1884, sendo reconduzido terminado o quadriênio. Pela segunda vez voltou a Itabaiana como promotor público por ato de 11 de novembro de 1891 e dada a reorganização judiciária do Estado em 1912 coube-lhe o lugar de juiz de direito da comarca de Gararu, de onde passou-se com 15 dias de exercício para a de Itabaiana por permuta com o respetivo juiz. Removido em 1899 para a comarca de Propriá, transferiu-se, a pedido, para a de Itabaiana,

onde permaneceu até junho de 1908, quando foi chamado para funcionar como chefe de polícia interino, cargo que deixou em outubro por ter sido nomeado desembargador do Tribunal da Relação pelo presidente Guilherme de Souza Campos. Foi um dos fundadores e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Escreveu, além dos trabalhos jurisdicionais, o seguinte:

- *Sergipenses*: extrato de uma carta dirigida ao promotor público de Maruim, em que o autor se ocupa do livro “Sergipense” do doutor Manoel dos Passos. No “O Estado de Sergipe” de 17 de outubro de 1903.

- *Questões relativas à tentativa de homicídio*. Na “Revista Forense do Estado de Sergipe”, vol. 1, nº VI de abril de 1908, págs. 326 a 338.

- *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Desembargador Guilherme de Sousa Campos, Presidente do Estado, pelo Chefe de Polícia, em 1 de agosto de 1908. Com Anexos. No volume sob o título Relatórios apresentados ao Exmo. Sr. Desembargador Guilherme de Sousa Campos, Presidente do Estado, em agosto de 1908 – nove páginas.

- *Discurso* pronunciado a 22 de setembro de 1912 no ato da inauguração do Instituto Histórico de Sergipe. Na “Revista Trimensal do Instituto”, vol. 1, págs. 26 a 30.

- *Discurso* preferido na mesma sessão solene de 6 de agosto de 1913. Na referida “Revista”, vol. II, págs. 71 a 75.

- *A mulher como educadora*: conferência proferida a 15 de março de 1914 por ocasião de ser inaugurado o Grupo Escolar General Siqueira. No “O Estado de Sergipe” de 18 do mesmo mês.

João Telles de Meneses, Doutor – Filho do major Florentino Telles de Meneses e D. Leonor Bernardina Xavier de Meneses, nasceu na Estância a 5 de outubro de 1843 e faleceu na Bahia a 15 de agosto de 1908. Na cidade natal fez os seus estudos primários e naquela capital os do curso secundário e de medicina, em cuja Faculdade recebeu o grau de doutor em 1870. Em 1867 interrompeu o tirocínio acadêmico no quarto ano, a fim de seguir para o Paraguai como médico contratado do Exército e da armada em operações contra o governo daquela república, lá permanecendo até a terminação da guerra, durante a qual prestou os melhores serviços à pátria. O decidido gosto pela vida militar fê-lo voltar em 1874 às fileiras do Exército a que pertenceu até 1899, quando por Dec. de 13 de outubro foi reformado na patente de Tenente-Coronel, depois de ter servido nas guarnições do Rio Grande do Sul, Alagoas, Sergipe, Santa Catarina e Bahia. Primeiro cirurgião honorário do corpo de saúde da armada, era cavaleiro da Ordem de S. Bento de Avis e possuía as medalhas de campanha concedidas pelo Brasil, Uruguai e República Argentina. Fez parte da Assembléa Provincial de Sergipe no biênio de 1878-1879. A imprensa do país contou sempre com a sua colaboração assídua e abundante. Para onde quer que o levassem as exigências do serviço militar mais uma pena surgia no jornalismo local, traçando interessantes artigos sobre variados assuntos.

No “Jornal do Comércio” e no “Despertador” da capital de Santa Catarina escreveu acerca de religião, higiene, quarentenas e febres de mau caráter, no decurso de 1880 a 1885; no “Jornal de Notícias” da Bahia, em 1885-1890, sobre os feitos da guerra do Uruguai e do Paraguai, de que também se ocupou nos jornais de Aracaju – “Folha de Sergipe”, “Gazeta de Sergipe”, “O Republicano” e “O Estado de Sergipe”, nos anos de 1891 à 1903.

Escreveu mais:

- *Queimaduras*: dissertação. Proposições. Seção cirúrgica – Fraturas do rádio e seu tratamento. Seção médica – Vantagens da escutação e percussão para o diagnóstico. Seção acessória – Vinhos medicinais. Tese que sustentou em abril de 1870 para obter o grau de doutor em medicina pela Faculdade da Bahia. Bahia, 1870, 26 págs. in. 8º. Tip. da Bahia Ilustrada.

- *Ao correr da pena*. Ligeiros traços biográficos sobre a vida do Doutor Pio Ângelo da Silva. No “O Estado de Sergipe” de 6 de dezembro de 1903.

– Relatório apresentado em Assembléia Geral da Sociedade Beneficente “Amparo das Famílias” pelo Presidente da Diretoria no correr dos meses de Janeiro de 1903 a dezembro do mesmo ano. No “O Estado de Sergipe” de 15 de janeiro de 1904.

– *Fastos da guerra contra o Paraguai*. No “Diário da Bahia” de 11 de junho de 1907.

João Vampré – Filho de José do Nascimento Pereira e D. Maria Bemvinda Vampré nasceu na Estância a 28 de outubro de 1868. Fez o curso completo de ciências e letras e foi secretário da Polícia em São Paulo; praticante do Tesouro do Estado e 3º escrivão por ato de 23 de fevereiro de 1907 e sócio-fundador da Academia Paulista de Letras em 1909.

Tem publicado vários trabalhos de polêmica instrução e principalmente da língua vernácula. Colaborou em vários jornais do Rio, Minas, S. Paulo, como também na “Ilustração Brasileira”, São Paulo, 1903, “Revista dos Educadores” publicação quinzenal de pedagogia, psicologia, ciências e artes. São Paulo, 1911, todos com o próprio nome.

João Vieira Leite, Doutor – Filho do coronel Sisenando de Souza Vieira e D. Adelaide Leite Vieira, nasceu a 4 de setembro de 1867 no engenho S. Félix, município de Santa Luzia e faleceu a 25 de janeiro de 1902, a bordo do vapor nacional Manaus, entre os Abrolhos e a cidade da Vitória, onde foi sepultado. Com os poucos conhecimentos do ensino elementar adquiridos na vila do Conde, da Bahia, seguiu para a capital dessa antiga província, a fim de continuar nos demais estudos preparatórios exigidos para a matrícula da Faculdade de Medicina, que frequentou com assiduidade e proveito, recebendo o grau de doutor a 27 de outubro de 1890. Apenas formado, fixou residência e abriu consultório médico na Estância, tendo gozado sempre, no desempenho dos seus deveres profissionais, do lisonjeiro conceito de clínico inteligente e humanitário. Na mesma cidade exerceu diversos cargos públicos e influiu nos negócios locais no caráter de chefe político. Foi delegado de polícia, intendente municipal por duas vezes, logo depois do advento da República e em 1897-1898, delegado literário, administrador da Mesa de Rendas Estaduais em 1895-1897 e delegado de higiene, em cujo cargo prestou os melhores serviços à população estanciana, quando assolada pela varíola nos anos de 1894 e 1896. Deputado estadual nas legislaturas de 1894-95, 1896-97, assumiu o governo do Estado na qualidade de Presidente da Assembléia Legislativa a 11 de setembro de 1894 em consequência da deposição do Presidente, Capitão José Calasans, passando-o a 24 de outubro seguinte, ao Presidente eleito, Coronel Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão. Foi ainda diretor e médico do hospital “Amparo de Maria”, que o teve como um dos seus benfeitores pelo zelo e boa vontade com que sempre acudiu às urgências daquele estabelecimento de caridade. Além de clínico e político, revelou também qualidades de jornalista, e

Escreveu:

– *Apreciação dos métodos operatórios gerais adotados na operação cesariana*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Tese inaugural apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de agosto de 1889. Bahia, 1889, 70 págs., in 8º. Imprensa Econômica.

– *Ofício* com que passou a administração do Estado ao coronel Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, a 24 de outubro de 1894. No “O Dia”, de 27 do mesmo mês. Redigiu:

– A Razão: órgão dos interesses sociais. Estância, 1898-1914. Proprietário – Augusto Gomes. Gerente – José Nogueira. Redatores diversos. Publicação semanal. O primeiro número saiu a 11 de junho daquele ano.

Joaquim Cândido da Silveira Carvalho – Filho de Antonio Fernandes da Silveira Carvalho e D. Maria da Glória da Silveira, nasceu na cidade de São Cristóvão a 27 de março de 1855 e faleceu na do Aracaju a 2 de março de 1896. Muito moço partiu para o Recife em companhia de seu pai, então empregado de fazenda. Tendo ali feito toda a educação literária,

exerceu na mesma cidade o cargo de escrivão do Tribunal da Relação do Distrito e transferindo-se para o Rio de Janeiro, foi por algum tempo empregado no antigo Banco do Brasil e em seguida no cartório de protestos de letras. Atacado de grave enfermidade pulmonar, foi muito tarde já, procurar melhora na capital do seu Estado, onde poucos dias depois de chegar tiveram termo os seus atrozes sofrimentos.

Escreveu:

- *Regeneração social*: conferência. Recife.
- *José Mariano ou a vítima glorificada*: apoteose em cinco quadros. Recife, 1886, 23 págs. in. 8º. pq. Tip. Mercantil.
- *O século e o clero*: drama em cinco atos. Inédito.
- *Rosa, a filha da adúltera*: drama em cinco atos. Inédito.
- *Lúcia*: drama em três atos. Inédito.
- *Miguel Strogofou o Correio do Czar*: drama, extraído em dezesseis quadros. Inédito.
- *Um casamento indecente*: história pernambucana, fato verídico. Inédito.
- *O pelintra*: revista cômica dos acontecimentos do Recife durante o ano de 1855, em quatorze quadros. Inéditos.
- *Flores do coração*: versos. Inédito.

Joaquim Carneiro Nobre de Lacerda, Bachael – Filho do Dr. Luiz José Carneiro de Sousa Lacerda e D. Adelinda Nobre de Lacerda, nasceu a 23 de setembro de 1865 no engenho S. Pedro, município do Socorro. Fez seus estudos de humanidades em Pernambuco e no ano de 1892 recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Quando estudante, além de outras sociedades, fez parte do “Clube Republicano Federalista 2 de Fevereiro” de Tegipió e em 1893 com o major Abílio de Albuquerque da Câmara Lima, publicou “O Autonomista”, órgão do partido republicano no município. Foi eleito deputado estadual por Pernambuco nas legislaturas de 1901-1903 e 1904-1906. Agricultor em Jaboatão, foi durante três anos Prefeito desse município, deixando muitos melhoramentos, entre eles o mercado Público.

Escreveu:

- *Relatório* apresentado a 15 de novembro de 1904 ao deixar o cargo de Prefeito do Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco.

Joaquim Esteves da Silveira, Doutor – Filho de João Esteves da Silveira e D. Isabel Carolina da Silveira e Silva, nasceu na vila de Santa Luzia a 31 de janeiro de 1832 e faleceu na capital da Bahia a 2 de outubro de 1855, contando pouco menos de dois anos após sua formatura em medicina. Fez o curso de humanidades no Liceu de S. Cristóvão e recebeu o grau de doutor na Faculdade da Bahia em 17 de dezembro de 1863. Em seguida regressou para a Estância, onde residia, já infelizmente afetado de uma tuberculose incipiente, que se agravou rapidamente, ao frustrar-se o seu consórcio com uma prima, que depois de lhe ter prometido a mão de esposa, preferiu professar em um convento da Bahia. Com o espírito acabrunhado por esse inesperado desenlace e sem forças para resistir por mais tempo aos estragos da terrível moléstia, voltou àquela cidade, onde tiveram termo os seus sofrimentos físicos e morais. Foi poeta inspirado e desde acadêmico revelou-se arrojado polemista, sustentando na imprensa doutrinas contrárias à ciência ensinada na Faculdade, o que muito contribuiu para incidir no desagrado dos lentes. Seus trabalhos literários tiveram o destino dos de tantos outros; perderam-se; mas basta o único que se salvou para perpetuar a sua reputação de primoroso artista do verso. Os aplausos com que foi recebida pelos críticos a sua poesia – A Noviça – sagraram-lhe dileto filho das musas e tão merecidos foram que ainda perdura o renome do “Poeta da Noviça”, como era depois conhecido.

Escreveu:

– Faculdade de medicina, Proposições acerca da hidroterapia: tese para o doutoramento em medicina, apresentada e publicamente sustentada no dia 10 de dezembro de 1853. Bahia, 1853, 18 págs. in. 8º. Tip. de Epifânio Pedrosa.

Fundou e redigiu:

– O Acadêmico: periódico científico e literário, Bahia, 1853. Desapareceu em dezembro desse ano com a sua formatura. Foi nele que saiu pela primeira vez a poesia a que já me referi e cujo assunto foi aquele triste incidente que tanto influiu nos destinos da sua existência. São deles os seguintes versos:

“Porque já não me crês? Que tredo gênio,
Que demônio soprou-te assim no ouvido
Perjuros que não fiz? e crês pudeste
Um só instante que eu a ti mentisse?”

.....
“Sem ti amor e glória são fantasmas,
Que mal em sonhos vejo. Só contigo
Posso ter alma e lira, amor e glória.
Não, não crê no perjúrio; alma de vate
Nunca mancha a traição.”

.....
“Não prefiras o voto! A voz tolhida
Expire-te nos lábios quando o tentes!
Primeiro do que Deus fui teu esposo;
Ele mesmo conhece os meus direitos,
Ouviu teu juramento, abençoou-o!
Que rompas não lhe apraz a fé jurada,
Nem quer p’ra se a noiva que espontânea
Por voto também santo era já minha.”

Joaquim Honório dos Santos, Músico e Compositor – Filho de José Honório dos Santos e D. Ana Joaquina Gomes de Araújo, nasceu em outubro de 1856 em S. Cristóvão e faleceu na Estância a 15 de abril de 1904 como empregado da fábrica de fiação.

Muito criança foi levado pela família para o Aracaju, onde freqüentou a escola primária do professor Inácio de Souza Valadão e por algum tempo o Ateneu Sergipense.

Dedicou-se depois à música para a qual tinha pronunciado gosto, revelando-se muito cedo um perfeito musicista e um hábil compositor.

Conhecedor de vários instrumentos, poucos lhe faziam competência como clarinetista.

No Aracaju foi um dos fundadores e contra-mestre da filarmônica “Euterpe Aracajuana” fundada em 1874 por estudantes do Ateneu Sergipense.

De raro talento artístico foi um dos mais notáveis músicos de Sergipe.

Mestre e regente da filarmônica “Lira Carlos Gomes” da Estância e sócio benemérito do “Clube Comercial” da mesma cidade.

Escreveu:

– Por meu direito. Na “A Notícia”, Aracaju, de 1º de junho de 1897.

Compôs:

– *Conversação na cerca* – Polca.

– *Laranjeiras* – Dobrado.

– *Santo Amaro* – Dobrado.

– *Sonâmbula* – Dobrado.

– *Aracaju* – Dobrado.

– *Santinha* – Polca – Ârcaju, 1884.

– *Nathaniel* – peça musical oferecida ao farmacêutico Francisco Nathaniel de Azevedo. Aracaju, 1885.

– *Adelina* – Valsa. Oferecida à atriz Adelina Castro - Estância, 1886.

Compôs além destas muitas peças fúnebres, músicas sacras, marchas e hinos.

Joaquim José de Montalvão – Filho de Antonio José de Montalvão e D. Maria José de Nazareth, e irmão do Professor Manuel Joaquim de Oliveira Campos, também mencionado neste livro, nasceu a 14 de outubro de 1828 na freguesia de N. S. da Imperatriz de Campos, da qual foi desmembrada em 1835 a freguesia de N. S. da Conceição de Itabaianinha, e faleceu na sede da primeira delas, hoje florescente cidade, a 6 de dezembro de 1901.

Estudou humanidades em S. Cristóvão e mais tarde provido na cadeira de ensino primário de Campos, ali exerceu ininterruptamente o magistério público, desde a data de sua nomeação a 15 de junho de 1858 até 26 de maio de 1882, em que se jubilou. Adepto da medicina de Haheneman, observou-a praticamente em benefício da classe pobre de sua terra.

Escreveu:

– *Apontamentos históricos e topográficos da vila de Campos*. Escritos em 1888 em 31 fols. de papel manuscritas. Inédito.

Joaquim José de Oliveira, Doutor – Filho de Francisco Félix de Oliveira e D. Ana Joaquina de Oliveira, nasceu em S. Cristóvão no dia 2 de novembro de 1820 e faleceu na ex-capital do Império a 16 de setembro de 1872. Em 1839 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo o grau de doutor em 23 de novembro de 1844. Terminado o tirocínio acadêmico, voltou à sua cidade, na qual se entregava ao exercício da clínica, quando o governo imperial entendeu utilizar-se das suas aptidões profissionais, nomeando-o, por Decreto de 1 de julho de 1846, comissário vacinador da província, lugar que deixou a 6 de novembro de 1856 após muitos anos de reais serviços, sendo dos mais notáveis os prestados por ocasião do *cholera-morbus* em 1855, renovados com o reaparecimento dessa epidemia em 1862. Por ato oficial da data em que se destituiu de vacinador, foi nomeado Inspetor da Tesouraria Provincial, cujas funções desempenhou até a execução da lei de 28 de maio de 1864 que o aposentou. Além destes, ocupou outros cargos na província, como o de vice-diretor do Liceu Sergipano com muito proveito para a Instrução pública. No biênio de 1852-1853 ocupou uma cadeira de deputado na Assembléa Legislativa; foi em 1854 terceiro suplente do juiz municipal do termo da Estância; provedor de saúde pública do porto do Aracaju, por muitos anos; sexto vice-presidente por Decreto de 25 de setembro de 1857, tendo neste caráter administrado a província, de 13 a 20 de junho de 1863; capitão cirurgião-mor do comando superior da Guarda Nacional de S. Cristóvão e Itaporanga em 1858; primeiro diretor do Hospital de Caridade do Aracaju e Inspetor da Alfândega por Decreto de 7 de novembro de 1866. Deixando este último lugar a 19 de março de 1868, por ter sido removido para a Alfândega do Maranhão por Decreto de 19 do mês anterior, nela conservou-se até ser removido para a de Pernambuco, em cujo exercício se achava, quando, sentindo-se gravemente enfermo, partiu para o Rio de Janeiro, em busca de alívio aos sofrimentos a que sucumbiu. Sectário da medicina homeopática, praticando a clínica, não o preocupava a idéia da remuneração; ao contrário, sempre se revelou desinteressado e generoso, a ponto de, até nas próprias comissões de caráter oficial, ceder em favor dos cofres públicos as gratificações arbitradas pelo governo. Além de médico distinto, recomendava-se ainda como literato e apaixonado cultor da música. O gênero de literatura de sua maior predileção foi sempre a história, especialmente a história de Sergipe, a cujo estudo dedicou uma boa parte das suas lucubrações, revolvendo arquivos e examinando documentos antiquíssimos. Infelizmente ficou desaproveitado o valioso material acumulado com insano trabalho para a confecção da obra, que pretendia dar à publicidade, e que talvez seja conservado com religioso carinho por seu filho, o Doutor João de Oliveira, residente na capital de Pernambuco, Condecorado por

Decreto de 14 de março de 1860 com o hábito da Ordem de Cristo, após a visita de S. S. M. M. P. P. à província.

Escreveu:

– *Proposições sobre os ruídos normais e patológicos do coração e das artérias*: tese apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia em 23 de novembro de 1844 para obter o grau de doutor. Bahia, 1844, 7 págs. in. 8º. Tip. do Mercantil – de M. L. Veloso & Cia.

– *Relatório* apresentado a 10 de fevereiro de 1853 ao Exmo. Sr. Presidente da Província, Doutor José Antonio de Oliveira e Silva, pelo Provedor de Saúde Pública. Manuscrito existente no Arquivo Público do Rio de Janeiro.

– Exposição do exame procedido nas águas dos riachos Prata, S. Gonçalo e Una, pelo provedor de Saúde Pública. Apenso 6º à “Fala” que dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe, na Abertura de sua 1ª Sessão da 10ª Legislatura no dia 20 de abril de 1854 o Exmo. Sr. Presidente da Província Doutor Inácio Joaquim Barbosa. 4 págs. in. 8º pq.

– *Relatório* apresentado a 31 de dezembro de 1857 ao Exmo. Sr. Doutor João Dabney de Avelar Protero pelo Inspetor da Tesouraria Provincial. Anexo de 13 págs. ao Relatório com que esse Presidente abriu a 1ª sessão da 12ª legislatura da Assembléia Legislativa de Sergipe.

– *Relatório da Tesouraria Provincial de Sergipe*, apresentado em 1860 pelo Inspetor da mesma. Bahia, 1860, 11 págs. in. 8º – Tip. de Catellina (sic) e Comp. Anexo – R – ao Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Presidente, Doutor Manuel da Cunha Galvão, à Assembléia Provincial no dia 5 de março de 1860.

– *Relatório do Inspetor da Tesouraria Provincial* apresentado a 7 de fevereiro de 1861 ao Exmo. Sr. Doutor Thomaz Alves, Presidente do Província. Anexo de 12 págs. in. 8º, gr. ao Relatório apresentado pelo mesmo Presidente à Assembléia Provincial a 4 de março de 1861.

– *Relatório* com que foi entregue a administração, desta província ao 8º Vice-Presidente, Doutor Ângelo Francisco Ramos, pelo 6º Vice-Presidente... no dia 20 de junho de 1863. Sergipe, 1863, 2 págs. in. 8º gr. Tip. Provincial.

– *Limites de Sergipe com a Bahia*: informação prestada em ofício de 6 de maio de 1864 pelo inspetor da Tesouraria Provincial ao Exmo. Comendador Antonio Dias Coelho e Melo, vice-presidente da Província. Publicada em 1904 na Mensagem do Presidente do Estado, Josino Meneses. Págs. 86 a 95.

– *Histórias perdidas*. Simão Dias. No “Jornal de Sergipe”, Aracaju, de 12 de outubro; 2, 9, 16 e 21 de novembro de 1867. No lugar da assinatura estão impressas três estrelinhas. Transcrito com lacunas no “Diário da Manhã”, Aracaju, de 15 a 22 de outubro de 1912.

– *Apontamentos para a história de Sergipe*. Inédito. Compositor e exímio pianista, seus trabalhos perderam-se em grande parte, perdurando apenas a notícia dos seguintes:

– *Missa* para ser cantada nas festividades do mês de Maria em S. Cristóvão.

– *Te Deum* para o mês de Maria: partitura para vozes e piano.

– *Tantum ergo*...

Joaquim Machado de Faro Rollemberg – Filho de Gonçalo de Faro Rollemberg (Barão de Japarutuba) e D. Maria Custódia de Aguiar Rollemberg, nasceu a 1º de abril de 1866 no engenho Vitória, Município do Rosário do Catete. Estudou humanidades no colégio de São José, na Bahia e no Parthenon Sergipense em Aracaju. Fez o curso de engenheiro agrônomo da Escola Agrícola no Estado da Bahia, graduando-se em novembro de 1886. Por incumbência do Governo de Sergipe, delimitou e dividiu o núcleo colonial “Patrimônio”, neste Estado, em 1890; neste mesmo ano e em 1891, fez parte da comissão de estudos da estrada de ferro de Sergipe, e em 1892 da comissão de estudos da estrada de ferro de Ubatuba a Taubaté, no Estado de S. Paulo. Em 1894 foi eleito deputado estadual, não tomando posse: exerceu o cargo de vereador e Prefeito da cidade de Taquaritinga, Estado de S. Paulo, nos anos de 1907 a 1912.

Escreveu:

– *Fabrico aperfeiçoado e simplificado do açúcar da cana*: dissertação. Proposições. Mecânico e Engenharia – Demarcação de terreno. Ciências acessórias – Classificação cronológica das rochas, Agricultura e química aplicada. Direção das forças aplicadas à charrua. Tese apresentada à Escola Agrícola da Bahia por..., a fim de obter o diploma de engenheiro agrônomo. Bahia, 1886, VI – 57 págs. in. 8º pq. Tipografia dos Dois Mundos.

– *Relatórios* dos trabalhos executados como Prefeito de Taquaritinga.

Joaquim Manuel de Almeida Vieira, Doutor – Filho do tenente Guilherme José Vieira e D. Carlota Rosa do Amor Divino Vieira, nasceu na então vila da Capela a 11 de agosto de 1846 e faleceu no Aracaju a 10 de junho de 1882. Doutor em medicina pela Faculdade da Bahia, laureado em 1863, somente em 4 de março de 1869 recebeu o grau científico por ter seguido para o Paraguai, como cirurgião em comissão do corpo de saúde do Exército e da armada nacional. Cavaleiro da imperial Ordem da Rosa pelos assinalados serviços médicos prestados na campanha contra o governo daquela república, colaborou, quando estudante, na “Gazeta Médica” da Bahia, tendo deixado na Academia que freqüentou honrosa tradição do seu excepcional talento. Foi sócio e 1º secretário da Sociedade Beneficente “Fraternidade Sergipana”, fundada na capital da Bahia.

Escreveu:

– *Queimaduras*: dissertação. Proposição. Seção Médica – Erisipela considerada em geral. Seção cirúrgica. Hemorragia puerperal e seu tratamento. Seção acessória. – Teoria da respiração vegetal. Tese que apresentou à Faculdade de Medicina da Bahia, para ser sustentada em novembro de 1868, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1868, 53 págs. in. 8º Tip. – Conservadora.

Joaquim Marcelino de Brito, Doutor – Nascido a 29 de julho de 1830 no engenho Periperi, município de Santo Amaro, faleceu no Rio de Janeiro a 12 de maio de 1878. Foram seus pais o conselheiro Joaquim Marcelino de Brito e D. Senhorinha Acioli Madureira de Brito. Em 1847 matriculou-se na Academia de Medicina da Bahia, tomando o grau de doutor a 18 de dezembro de 1852. Por decreto de 2 de abril do ano seguinte foi nomeado 2º cirurgião do Corpo de Saúde da Armada, sendo-lhe designado o brigue-escuna Guararapes para embarcar. Como 1º cirurgião, promovido por decreto de 2 de dezembro de 1858, foi por nomeação do Cirurgião-mor de 21 de dezembro de 1863 servir na corveta Baiana em viagem para a Europa, donde voltou em outubro de 1864. Embarcou depois em outro vaso de guerra com destino a diversos portos do país, fez três viagens ao Rio da Prata e assistiu a passagem das barrancas de Cuevas, como médico da corveta Magé. Moço fidalgo da casa imperial, condecorado com o hábito da ordem de Cristo, interrompeu a vida militar a 28 de fevereiro de 1878, em que se reformou por motivo de moléstia.

Escreveu:

– Breve dissertação sobre a hipocondria: tese apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia no dia 11 de dezembro de 1852, para obter o grau de doutor. Bahia, 1852, 24 págs, in. 8º. Tip. de Epifânio Pedrosa.

Joaquim Marcolino Brito, Doutor – Sobrinho do antecedente e irmão de José Acioly de Brito, adiante nomeado, neto do antigo ministro e presidente do Supremo Tribunal de Justiça, conselheiro Joaquim Marcelino de Brito, baiano, falecido no Rio de Janeiro a 27 de janeiro de 1879, nasceu em Laranjeiras a 11 de julho de 1853 e faleceu na Capital Federal a 14 de agosto de 1921. Foram seus pais o ministro aposentado do Supremo Tribunal de Justiça, Luiz Barbosa Acioli de Brito, natural do Rio de Janeiro, onde faleceu a 11 de janeiro de 1901, e D. Cândida Madureira Acioli de Brito, sergipana. Depois de preparado nas matérias do ensino secundário, matriculou-se em 1871 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na

qual terminado o curso recebeu o grau de doutor em 26 de dezembro de 1878. Exerceu a clínica em diversos pontos de S. Paulo, tendo-a iniciado na cidade de Jaú, de cuja comarca foi promotor público interino, provavelmente indicado para esse cargo por não ser estranho à ciência do direito, que estudou até ao 3º ano na Faculdade daquele Estado. Em 1879 entrou em concurso para a cadeira de Física e Química do colégio Pedro II e em 1883, sendo adjunto da cadeira de moléstias de crianças, na Faculdade em que se formou, apresentou-se ao concurso para lente da mesma cadeira tendo sido classificado em 1º lugar. No Rio de Janeiro exerceu o magistério particular como professor livre de física e química. Nomeado pelo governo federal em 1890 comissário de higiene e assistência pública do Distrito Federal, passou após para a Prefeitura, onde serviu até ser aposentado em novembro de 1906. Na revolta de 1898 desempenhou arriscadas comissões em Niterói, Ilha das Enxadas, em S. Cristóvão como major cirurgião e por tais serviços foram concedidas as honras militares de coronel médico de 2ª classe do Exército pelo marechal Floriano Peixoto. Como escritor enriqueceu a literatura médica com obras científicas de subido valor, além de diversos trabalhos literários igualmente apreciáveis. Colaborou na imprensa periódica do Rio e S. Paulo, usando por vezes dos pseudônimos *Nana*, *Quinquin* e *Calbeau*. Com esse último assinou uma série de artigos sob a epígrafe – Faculdade de Medicina, – publicados em um jornal, que não foi possível verificar. Pertencia ao Montepio dos Servidores do Estado e era presidente da Caixa Beneficente Teatral. Foi médico adjunto do Hospital de Misericórdia do Rio de Janeiro, membro titular do Instituto Farmacêutico, sócio da “Nova Arcádia” de Cunha, em S. Paulo, e de outras associações científicas.

Escreveu:

– *Das causas de moléstia*: dissertação. Pontos de proposições: Asfixias – Seção de ciências acessórias –; Traqueotomia – Seção de ciências cirúrgicas; Do mormo no homem – Seção de ciências médicas: tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 3 de julho de 1878, para ser sustentada por... a fim de obter o grau de doutor em medicina. Rio de Janeiro, 1876, 93 págs. In. 8º. Tip. Central de Brown & Evaristo.

– *Da Febre Tifóide*. Rio de Janeiro, 1877, 29 págs. in. 8º. Tip. Popular.

– *Da influência da síntese* sobre os progressos da química orgânica: tese de concurso à cadeira de física e química do Imperial Colégio de Pedro II, Rio de Janeiro – 1879, 31 págs. in. 8º. Tip. da Escola – de Serafim José Alves.

– *Alucinações e ilusões sob o ponto de vista médico legal*: memória apresentada à Academia Imperial de Medicina como título de admissão. Rio de Janeiro, 1879. A Academia, de acordo com o parecer do relator, resolveu mandar arquivá-la, por não aceitar as idéias desenvolvidas sobre o ponto discutido. O Secretário Geral da Academia no seu relatório lido na sessão magna de 30 de junho de 1880 e publicado no tomo 32, pág. 31 dos Anais da mesma Academia disse por equívoco que a memória apresentada pelo autor tinha o seguinte título: – Estudo anatômico do útero, trompas uterinas e ovários, – quando ela versou sobre a tese acima indicada.

– *Tratado Elementar de Medicina Legal*. 1º vol. Esgotada. Rio de Janeiro, 1883, 628 – V págs. in. 8º. Tip. da Escola – de Serafim José Alves, Editor. Os dois últimos volumes dessa obra não foram publicados.

– *Formulário Terapêutico*, contendo breves noções de terapêutica e grande número de principais fórmulas de clínicos brasileiros, farmacêuticos e alguns autores estrangeiros. Rio de Janeiro, 1884, 490 págs. in. 12º. Tip. Hildebrandt.

– *Moléstias simuladas e dissimuladas*. Na “Vida” de S. José de Campos, S. Paulo, 1887.

– *Peixes venenosos*. No mesmo jornal. 1887.

– *Envenenamentos* - Idem, idem.

– *Veneno expirado*. Idem, idem. _

– *Da Urologia: análise da urina*. Esgotada. São Paulo, 1888.

- *Da Eletricidade*: série de artigos em diversos números do jornal – A escola – Rio de Janeiro, 1888.
- *Antropometria*. Na “A Tribuna” de S. Paulo, 1888.
- *Da loucura*. No mesmo jornal de 1888. – *Da Urologia*: análise da urina. 2ª edição in. 16 fr. S. Paulo, 1889. Tipografia King.
- *Uma evasão célebre*: romance. Na “A Vida” de S. José de Campos. Trad.
- *Uma estranha aventura*. Trad. do inglês. 1889.
- *Primeiro beijo d’amor*, por Quinquin. Esgotado. Rio de Janeiro, 188... Tip. do Serafim José Alves.
- *Um cigano*: conto. No citado jornal de S. José de Campos, 188...
- *O Goulart*: conto. Idem, idem.
- *O Coletor*: conto. Idem, idem.
- *Magnetismo*. Na “A Vida Acadêmica”, Rio do Janeiro, de 26 de setembro de 1914.

Joaquim Martins Fontes, Capitão-mor – Filho de João Martins Fontes e D. Ana Francisca da Silveira, nasceu a 27 de julho de 1798 no engenho Campo da Barra, em Itabaianinha, e falecendo a 20 de agosto de 1860 no engenho S. Francisco, município de Laranjeiras, foi sepultado no dia seguinte na cidade de S. Cristóvão. Desde o fato histórico da Independência, em 1822, até a Regência Provisória, durante a menoridade do Imperador, Pedro II, como ainda em alguns anos ulteriores, figurou como um dos políticos mais em evidência em Sergipe. A sua investidura nos diversos cargos públicos que ocupou, as distinções oficiais que por mais de uma vez lhe foram conferidas pelo governo Imperial, as repetidas provas de confiança política dadas por seus co-provincianos atestam o grau de prestígio de que sempre gozou, enquanto militou ativamente na política regional. Capitão-mor das Ordenanças da vila do Lagarto, comandante superior da comarca da Estância desde 1887, membro do Conselho do Governo, Presidente da Câmara Municipal e Juiz de Órfãos ainda do Lagarto, deputado provincial em várias biênios e deputado geral na legislatura de 1834-1837, administrou a província, como vice-presidente, nos períodos de 23 de julho a 28 de agosto de 1839; de 8 de agosto a 19 de outubro de 1840; de 30 de abril a 15 de junho de 1841 e pela quarta e última vez de 1º de julho a 16 de novembro desse mesmo ano. Pelos serviços prestados à causa da Independência do Brasil foi remunerado com a mercê de cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro e mais tarde condecorado com a comenda da Ordem de Cristo por Decreto de 18 de julho de 1841, dia da coroação e sagração de D. Pedro II. De colaboração com o monsenhor Antonio Fernandes da Silveira (vide este nome), escreveu:

– Resposta à carta escrita ao ministro do Império, Joaquim Vieira da Silva e Souza, pelos deputados Antonio Fernandes da Silveira e Joaquim Martins Fontes, contra a administração da província na Presidência do doutor Manoel Ribeiro da Silva Lisboa e seguida do relatório de todos os atos do governo da mesma província naquela presidência. Bahia, 1835, 205 págs. in. 10º.

Joaquim Martins Fontes da Silva, Bacharel – Filho do bacharel Francisco Joaquim da Silva, pernambucano, e D. Joana Narcisa Fontes da Silva, sergipana, filha do capitão-mor Joaquim Martins Fontes, há pouco mencionado, nasceu em 22 de agosto de 1866, no engenho Salobro, município do Socorro, e faleceu em 9 de novembro de 1918 na cidade de Bananal, Estado de S. Paulo. Fez todo curso de preparatórios em Aracaju, matriculando-se em 1885 na Faculdade do Recife, na qual recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 19 de dezembro de 1890. Seguiu-se logo à sua formatura o ato do governo, nomeando-o Promotor público da comarca de Simão Dias, removido dentro de pouco tempo para as de Maruim e S. Cristóvão. Em continuação da mesma carreira foi, no Estado de S. Paulo, Promotor nas comarcas de S. Pedro e Tietê, juiz municipal em S. Manuel e juiz de Direito da comarca de Araraquara, onde serviu de forte empecilho aos manejos da politicagem, sendo

sempre guarda avançada da justiça. Profundamente desgostoso pelos graves acontecimentos que ali se desenrolaram em 1897 e tiveram por epílogo o linchamento de Rozendo Constâncio de Souza Brito (vide este nome) e de seu tio Manuel Joaquim de Souza Brito, ambos sacrificados aos instintos sanguinários dos mandões da terra, depois de ter cumprido denodadamente os seus deveres de magistrado impoluto, apurando as responsabilidades, pediu a sua demissão, expondo na ocasião, pelos jornais de S. Paulo e com a energia que o caracterizava, os motivos que o levaram a isso. Quando fora das funções jurisdicionais, exerceu a advocacia em Tietê, Porto-Feliz e Tatuí, sendo também promotor da comarca de Faxina de 1908-1910, até reverter para a magistratura como juiz de direito de Apiaí, nomeado por decreto de 14 de outubro desse último ano, de onde foi removido em junho de 1912 para a de Bananal, em que se conservou até o seu falecimento.

Poeta e homem de letras de ampla cultura, foi também um extremado rodólogo, conhecido no Brasil e na Europa, notadamente na França, que em 1903 o distinguiu com o diploma de membro titular da Sociedade, Francesa de Roseiristas. Sua intensa paixão pelas rosas levou-o a manter em Tietê e Bananal extensos roseirais, nos quais conseguiu criar pela fecundação entre as variedades cultivadas lindos exemplares de rosas multi-loras, roseiras chá, híbridas de chá e híbridas remontantes. Nos concursos havidos em Paris alcançaram vantajosa classificação as rosas híbridas de chá de sua criação.

Ficou sem concluir o seu livro *Estudo das Rosas*. Desde estudante freqüentou a imprensa, escrevendo para diversos jornais de Recife e Sergipe e colaborou na “Revista Literária” de Maruim e nos jornais de S. Paulo. Na tribuna fazia recordar os belos dotes oratórios de seu progenitor, que gozou em seu tempo de larga nomeada de perfeito orador. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Escreveu:

– *Relatório* do representante da Polícia do Estado de Sergipe ao Primeiro Convênio Policial Brasileiro, realizado na capital de S. Paulo, de 7 a 13 de abril de 1912. No “O Estado de Sergipe” de 27 de maio de 1913.

– *Dicroísmos d’Alma*: versos. 1 volume inédito. Para que possa esse autor ser julgado como poeta, seguem-se duas poesias suas ainda inéditas.

O GÊNIO DO BRASIL

Um dia na azulada imensidade,
Apareceu, risonha claridade,
Não semelhante a luz do astro-rei:
E em puro e vasto céu iluminado
De Paris, viu-se um novo ser alado,
Um astro, de que não se sabe a lei!...

Que nome deve ter esse cometa?
Que nebulosa deu esse planeta,
Que todas as nações maravilhou,
Novo astro, mas de todos diferente,
Em vez de aparecer no Oriente,
No Ocidente foi que despontou!...

De que espaço veio essa quimera,
Que, como uma águia enorme corta a esfera,
E vai da Torre Eifel ao Pantheon?...
– É a prodigiosa aeronave,
Mais bela e altaneira do que uma ave

Criada pelo gênio de Dumont...

Como um condor ingente, rompe os ares,
Qual albatroz possante, sobre os mares,
As mais velozes naus pode vencer!
A paz fará reinar, matando a guerra,
E a fraternidade, sobre a terra,
Como novo Jesus, fará nascer!

O povo sempre ardente e imaginoso,
Julga ser esse invento portentoso,
O pedaço de um astro, como o sol:
E talvez que assim, venha a julgá-lo
De Sirius ou Canópus um vassalo,
Ou de mil asteróides – o escol!

A França heróica e a Inglaterra forte,
A Europa toda – desde o sul ao norte –
Jamais puderam ter prodígio tal!
Byron, Napoleão, Camões e Kant,
Edison e Pasteur – o próprio Dante
Ao sublime Dumont, não é igual!...

Os povos todos rendem homenagem
À sua desmedida e sã coragem,
Às suas nobilíssimas ações
A inveja alçou o colo, e, vacilante,
Caiu, por vê-lo sempre triunfante,
Entre aplausos das sábias multidões!

Salve, Minas augusta, mãe ditosa,
Que deste ao mundo essa alma gloriosa,
E à ciência um gênio tão viril!
Tu, dizer poderás, soberba, ufana,
Que a maior, a mais bela glória humana
Do teu seio nasceu – é do Brasil!...

Novembro de 1901.

NO ÁLBUM DE ALICE
(A PEDIDO)

No meio da risonha mocidade,
Das moças mais gracis,
Resplandece e domina essa deidade
De modos senhoris.

Não pretendo traçar o seu retrato,
Porque, (modéstia à parte),
Contra a vontade sou estranha à arte
De Pintar:

– Eis somente a razão porque não trato
De esboçar.
O seu rosto gentil e namorado:
Na pintura – fui sempre desazado,
E em fotografia,
Sou ainda pior que em poesia!...

Mas... nem por isto deixo de escrever
O seguinte:
– Quem, porventura, um dia pretender
Conhecer o requinte
Da festejada graça feminina,
De antemão, vai saber
Alguns dons dessa jóia peregrina:

Olhos, negros – de luz a mais serena;
Cílios – longos e finos:
Supercílios – dois arcos delicados:
E no rosto formoso – a tez morena,
Os lábios purpurinos,
Gracioso nariz, dentes nevados!...

E ao lado de toda essa riqueza,
(Como Deus foi liberal!)
Essa moça tem outra gentileza,
– Um gênio sem igual!
De que é formosa – tem plena certeza;
Sabe mais
(Ou de saber, de certo, tem razão)
Que por toda essa imensa redondeza,
Muito moço bonito vive aos ais.
Porque não conseguiu a sua mão!

A justa fama goza de sensata,
E de ter um caráter mui discreto;
Por isso, muita gente vive à cata
De saber quem será seu *predileto*...

Quanto à sua brilhante inteligência,
Nada tenho a dizer:
Pois é fato que tem tal evidência,
Que ninguém deixará de conhecer!

E faço ponto aqui... Sobre o assunto
Fico certo de haver dito verdade;
Mas a todos pergunto:
– Que flor viceja aqui, nesta cidade,
Que tenha esse primor, essa meiguice?

Logo após,
Responderam-me todos a uma voz:

– Só pode ser Alice.

Tietê, 902.

Joaquim Maurício Cardoso – Filho de Pedro Gordo da Cruz e D. Ignez Cardoso da Cruz, nasceu a 12 de Fevereiro de 1876 na cidade da Estância.

Depois dos primeiros estudos em sua terra natal, matriculou-se na Escola Militar em 1893, onde esteve até 1895, combatendo ao lado do Marechal Floriano Peixoto. Tem o curso que exige o regulamento da repartição geral dos Telégrafos. Em 7 de janeiro de 1898 foi nomeado amanuense da Inspetoria de Higiene Pública do Estado, cargo que exerceu até 10 de novembro de 1900, quando foi nomeado telegrafista de 4ª classe e designado para inaugurar e servir como encarregado da estação telegráfica do Boquim, Estado de Sergipe, onde serviu durante 2 anos. Foi sócio fundador de um Clube Literário na cidade da Estância, sendo por mais de uma vez eleito orador oficial, vice-presidente e secretário do mesmo clube. De parceria com seu irmão, Domingos Gordo, publicou no Aracaju, em 1894, um volume de poesias, contos e descrições de cenas sergipanas com o título *Alvoradas*, com 158 págs. in. 8º. No mesmo ano ainda em Aracaju publicou uma pequena novela intitulada *Os nobres da casa vermelha*.

Colaborou no “Sul de Sergipe”, Estância, em 1895, “Serenó”, hoje, “A Razão”, da mesma cidade; no “O Porvir”, Aracaju, em 1900; no “Jornal de Sergipe” em 1903; na “Primavera” em 1904; no “Estado de Sergipe” em diversas datas. Dirigiu por muito tempo “O Porvir” com o pseudônimo de “Absalão Dória”.

Escreveu:

Gênero dramático:

- *Um tabaréu taboquiado*: comédia.
- *Como se transforma um casamento*: Idem.
- *O Deputado Matheus e momentos de um estudante*: Idem.
- *J. Juca Pirama*: Baile Pastoril. Inédito.
- *Contos alegres*: Humorismo.
- *Meus suspiros*: Poesias
- *O meu primeiro amor*: No “O Porvir”, Aracaju, de 8, 15 e 22 de abril de 1900.

— *Alvoradas*: segundo livro de versos publicado em 1912 e impresso na Livraria Queiroz em Maruim, in. 8º. Fecha este livro uma bem elaborada conferência sobre a pátria.

– *Sergipanos Ilustres* de Liberato Bitencourt. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 4 de setembro de 1913.

– *As Flores*: conferência literária realizada a 15 de novembro de 1914 no palco do Cinema Rio Branco em Aracaju. Não foi publicado.

– *Estudos de Gramática Portuguesa*: Inédito.

Obras a publicar: artigos, discursos e conferências.

- *Noções de Escrituração Mercantil*.
- Guia de análise léxica.
- Guia de análise lógica.
- *Como se faz um deputado*: comédia em 2 atos.

É membro da Academia Manoel Vitorino da Bahia.

Joaquim do Prado de Sampaio Leite, Bacharel – Filho do farmacêutico Joaquim do Prado de Araújo Leite e D. Lúcia Carolina Alves Sampaio, é parente próximo, pela linha materna, do grande poeta baiano Antonio de Castro Alves. Nasceu no Aracaju a 3 de junho de 1865.

Estudou primeiras letras na cidade do seu nascimento nas aulas dos professores Cipriano José Pinheiro e Manoel Alves Machado, fazendo o curso secundário no “Atheneu Sergipense”.

Em 1884 matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, onde fez o tirocínio acadêmico, recebendo o grau de bacharel a 8 de março de 1889.

Cursava ainda o 5º ano jurídico quando foi nomeado promotor público da comarca de Japarutuba, removido depois para a de Itabaiana, e mais tarde para a de Aracaju.

Em 1893 foi nomeado secretário do Tribunal da Relação, lugar que ocupou até que foi nomeado juiz de direito da comarca do Lagarto, por decreto de 11 de junho de 1895.

Removido do cargo de juiz de direito do Lagarto para o de Gararu e pouco depois deste para o do Rio Real, deixou de assumir o exercido por estar no gozo de licença no tempo da última remoção e dela não ter tido ciência, sendo considerada vaga a sua vara por decreto de 27 de agosto de 1898. Transportou-se então para o Estado de Pernambuco, sendo ali nomeado juiz municipal do termo da Vitória e em seguida secretário da polícia do mesmo Estado, na gestão do desembargador Antonio Pedro da Silva Marques. Deixando a referida secretaria abriu escritório de advogado, trabalhando nos foros de Camamu, Vitória, Nazaré e Limoeiro.

Em 1905 regressou ao Estado natal, sendo nomeado promotor público da comarca de Maruim, por decreto de 30 de março desse ano e depois lente catedrático de literatura e lógica do “Atheneu Sergipense”, em janeiro de 1907. Com a reorganização do ensino feita pelo presidente Dr. Rodrigues Dória foi designado por ato de 4 de setembro de 1911 para reger a cadeira de psicologia e lógica do mesmo “Atheneu”, passando a lente de lógica e direito público por ato de 27 de setembro de 1912.

Além dos misteres de sua cadeira exerceu também com proficiência a advocacia. Foi deputado à Assembléia Constituinte de Sergipe e é sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do qual foi o orador em 1917, e sócio correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Redigiu com Antonio de Araújo, Jesuíno Lustosa, João Capistrano e Amâncio Ramos o periódico trimensal “Nova Pátria”, Recife, 1888. Saíram apenas 3 números. Colaborou no “Jornal de Sergipe”, “Correio de Sergipe”, “Jornal do Recife”, “Diário de Pernambuco”, no “O Direito” do Recife, onde publicou os estudos “Sobre os lúcidos intervalos da loucura” e “Da legítima defesa, em matéria criminal”; no “O Estado de Sergipe”, “Folha de Sergipe”, “Correio de Aracaju”, “Diário da Manhã” e outros.

Dotado de grande pendor para os estudos filosóficos, neles tem revelado o seu grande talento, apesar da insuficiência do meio em que vive. Literato e crítico de espírito culto é também poeta de real merecimento, demonstrado em trabalhos que correm impressos. Retraído por gênio, poupa-se ao bulício do meio em que vive, isolando-se em casa, onde deleita com uma palestra erudita os que consigo privam.

Escreveu:

– *Ensaio*: versos, Aracaju, 1882. É a primeira revelação do seu talento poético. Aracaju, 1882. Tip. do “Jornal de Sergipe”.

– *Lucubrações*: versos. Aracaju, 1884, 42 págs. in. 8º pq. Tip. do “Jornal de Sergipe”. São produções do ano anterior, de diversas intuições e sem uma idéia assentada sobre escolas, como diz o autor.

– *Palavras* – proferidas no “Gabinete de Leitura de Maruim” por ocasião da festa ultimamente celebrada em homenagem ao Dr. Tobias Barreto de Menezes. Na “Gazeta do Aracaju” de 8 de fevereiro de 1885.

– *Sobre uma nova intuição do direito*. Recife, 1888, 13 págs. in. 16º. Tip. Econômica. Este trabalho foi inspirado pela leitura do livro “Questões Vigentes” de Tobias Barreto, prendendo-se mais restritamente ao artigo por ele traçado “Sobre uma nova intuição do direito”, segundo declara o autor.

- *Retaliações*: versos. Sergipe, 1887, 36 págs. in. 32 enumerados. Tip. Comercial de Maruim. O autor era ainda estudante de direito quando publicou este livro.
- *Vida Sergipana*. (Contos cientificistas). Recife, 1903, 67 págs. in. 12º gr. Empresa d'A Província.
- *Lendas Sergipanas*, prefaciadas por Carneiro Vilela: versos. Recife, 1903 – 42 págs. in. 12º. Imprensa Industrial.
- *Poema do Lar*: versos, Aracaju, 1904, 42 págs. in. 12º. Tip. d'O Estado de Sergipe". Distribuído como brinde da Imprensa Moderna aos seus fregueses.
- *A Sergipana*: folhetim publicado no "Jornal de Sergipe", de Aracaju, de 21 de fevereiro a 27 de março de 1904.
- *Estudos e Opiniões*. O Senador Ruy Barbosa e o projeto do Código Civil: série de artigos. No mesmo jornal de 17 a 21 de abril de 1904.
- Sergipe: são as suas impressões de viagem de Pernambuco ao Aracaju, em 1901. No "O Estado de Sergipe", de 5 a 12 de abril de 1905. Este trabalho saiu depois em volume, Maruim, 1906, 83 págs. in. 8º pq. seguida de uma nota final e um índice. Imprensa Econômica de José Andrade.
- *José de Anchieta* (cenas da vida colonial). No "O Estado de Sergipe", de 28 de junho a 13 de julho de 1905.
- *Cosmogonia filosófica*. No mesmo jornal de 18 a 21 de julho do mesmo ano. É o capítulo final do livro "A filosofia do futuro", ainda inédito.
- *Meu álbum*: impressões da mocidade. No mesmo jornal de 7 e 14 de outubro de 1905.
- *Cântico dos Cânticos ou Livro dos Cantares*: tradução fragmentária do poema hebreu por Salomão. No mesmo jornal, de 1 a 3 e 5 de maio de 1906. Este trabalho foi depois publicado em folheto com o título geral de "Evangelizários" conjuntamente às "Lanças e Troféus" do Dr. Nobre de Lacerda. Aracaju, 1908. 28 págs. in. 8º pq. Tipografia Comercial.
- *Maculada*: conto. No "O Estado de Sergipe", de 2 a 5 de outubro de 1906.
- *A filosofia do futuro*. Que é a filosofia? No "Os Anais", redigidos por Domingos Olímpio, Rio de Janeiro, ano III, 1906, nº 73, págs. 149 à 151.
- *A filosofia do futuro*. Arquitetônica do universo. Na mesma revista nº 47, págs. 167 a 169.
- *A filosofia do futuro*. Arquitetônica das idéias. Idem nº 75, págs. 178 a 180.
- *A filosofia do universo*. Arquitetônica dualística. Idem nº 76, págs. 194 a 195.
- *A filosofia do futuro*. Arquitetônica nomística. Idem nº 77, págs. 214 a 216.
- *A filosofia do futuro*. Arquitetônica Teleomecanicista. Idem, nº 78, págs. 236 e 237.
- *A filosofia do futuro*. (Sem subtítulo). Idem, nº 79 e 80, págs. 242, 243, 258 e 259.
- *Arquitetônica dualista*: excerto da "A Filosofia do futuro". No "O Estado de Sergipe", de 15 de dezembro de 1906.
- *Cosmogonia literária e gênese de suas primeiras manifestações*: excerto das "Palestras literárias". No mesmo jornal de 18 e 19 do mesmo mês.
- *Crítica literária e científica*. No mesmo jornal de 21 e 22 de dezembro de 1906.
- *Epopéias coletivas* (Notas de estudo). No mesmo jornal, de 9 e 10 de janeiro de 1907.
- *Formigas de Asas*: seção mantida no mesmo jornal de 11 de janeiro de 1907 em diante com o pseudônimo de Grachus.
- *Dos elementos etiológicos do povo brasileiro e sua eurytmia literária*. No mesmo jornal de 12 a 17 de janeiro de 1907.
- *A Sergipana*. (Escorço de romance), à M. P. de Oliveira Teles. No mesmo jornal de 17 a 25 de janeiro de 1907. Não é o mesmo trabalho referido linhas atrás com o mesmo título.
- *S. João*: conto. Edição definitiva. No mesmo jornal de 29 de janeiro a 1º de fevereiro de 1907.

- *Subindo o S. Francisco*. No mesmo jornal de 15 e 16 de fevereiro de 1907.
- *O poeta e a mágoa*: poema. No mesmo jornal de 24 de março de 1907.
- *A raça, o clima, o solo*, a fauna, a flora e a história como condições físico-sociais determinadoras do espírito nacional. Idem de 5 de abril de 1907.
- *Processo literário*. Ontogenia e filogenia. (Notas de estudos). Idem de 12 de abril de 1907.
- *Ensaio sobre a música nacional brasileira*. Idem de 6 a 26 de abril de 1907.
- *Os nossos filósofos*. Idem, de 9 a 17 de maio de 1907.
- *Os nossos oradores*. Na “Folha de Sergipe”, de 19 de maio a 11 de julho de 1907, com interrupções.
- *Os nossos romancistas*. No “O Estado de Sergipe” 12 a 17 de julho de 1907.
- *Orate fratres! Orate fratres!* No mesmo jornal, de 8 e 10 de novembro de 1907.
- *Ensaio de lógica*. Aracaju, 1907, 83 págs. in. 8º. Tip. do “Estado de Sergipe” — Com uma errata no fim.
- *Tobias Barreto de Menezes (O Filósofo)* — Idem de 14 e 15 de janeiro de 1908.
- *A Eloquência no Brasil*. Idem de 1, 2, 5, 6 e 7 de fevereiro de 1908.
- *A literatura em Sergipe*. Estudo etno-psicológico. Idem de 26 de abril a 3 de junho de 1908 com interrupções. Este trabalho foi publicado em volume com o título “A Literatura Sergipana”. Marum, 1908, 111 págs. in. 8º pq. tendo um índice no fim. Imprensa Econômica de Gouvêa & Cia.
- *A Lira Sergipana*. Idem, de 20 a 23 de junho de 1908.
- *Alocução proferida em nome da Congregação na solenidade do assentamento da primeira pedra no edifício do Atheneu Sergipense*. Idem, de 18 de setembro de 1908.
- *Ligeiro esboço antropológico-geográfico sergipano*. Idem, de 7 de março de 1909. Saiu na “Revista Americana”, do Rio de Janeiro, de junho de 1911 com o título simplificado de *Esboço de antropo-geografia sergipana*, nas págs. 405 a 419.
- *A propósito de um artista-filósofo*. Idem, de 13 de março de 1909.
- *Sobre os “Zóilos e Estetas”*. Idem, de 4 de abril de 1909.
- *A literatura como criação humana e manifestação social*. Lição preambular proferida na instalação da cadeira de Literatura no Atheneu Sergipense. Idem, de 14 de abril de 1909. Este trabalho foi publicado depois conjuntamente a outro no opúsculo “Duas lições de literatura”, segundo o programa do “Ginásio Nacional”. Aracaju, 1911, 78 págs. in. 16º. Editor: Antonio Xavier de Assis. Saiu também na “Revista Americana”, do Rio de Janeiro, tomo III (1910) págs. 104 a 108.
- *Esboço de literatura geral*. Domínio da literatura; gênese de suas primeiras manifestações: epopéias coletivas e poemas individuais. Idem, de 18 de abril de 1909.
- *Esboço de literatura geral*. Da língua portuguesa como formação literária e elemento de expansão nacional. Idem, de 25 de abril de 1909.
- *Esboço de literatura geral*. Da arquitetura clássica, da renascença, do romantismo, do naturalismo (fisiológico e psicológico) e do nomismo literário. Idem, de 2 de maio de 1909.
- *Esboço de literatura geral*. De Lessing aos nossos dias. Idem, de 22 de maio de 1909.
- *Esboço de literatura geral*. O folclorismo perante a evolução do espírito humano. Idem, de 26 de maio de 1909.
- *Esboço de literatura geral*. Evolução da arte e da literatura. Idem, de 6 de junho de 1909.
- *Esboço de literatura geral*. A etnografia perante a literatura. Idem, de 18 de junho de 1909.
- *A propósito de um novo estudo sobre Jesus*. Idem. de 25 de agosto de 1909.

– *Nulidades de hipoteca* (Trabalho forense): Alegações finais e razões de apelação em prol de menores. Sergipe – Aracaju, 1909. 72 págs. in 8º pq. Não diz a tipografia onde foi Impresso.

– *A lógica perante a ciência*. No “O Estado de Sergipe” de 19 de janeiro de 1910.

– *A nova concepção da matéria* (Ao Desembargador Homero de Oliveira). Idem, de 20 de janeiro de 1910.

– *Criticismo e mecanismo*. Idem, de 18 de junho de 1910.

– As lendas sergipanas. Folclorismo. Vista sintética sobre o folclore sergipano. Aspectos étnicos, etiológicos e éticos de suas lendas. Idem, de 21 a 25 de janeiro de 1912.

– Álbum de um intelectual. Na “Via-Lactea”, revista mensal da Bahia, págs. 17 a 22, do nº 1; 54 e 55, do nº 2; 106 e 107 do nº 8; 159 e 180, do nº 4; 248 a 251 do nº 6; todos de 1912. O primeiro artigo traz a epígrafe *A filosofia de um cético*. Não continuou por ter esta revista suspenso a publicação.

– *Geografia social sergipana*. (Ao Exmo. Sr. General José de Siqueira Menezes, d. Presidente do Estado e Presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. No “Diário da Manhã”, de 10 a 14 de setembro de 1913.

– *Sílvio Romero*. (O crítico). Idem, de 1º de novembro de 1913.

– *Discurso* proferido pelo orador do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe por ocasião de ser inaugurado a 14 de julho de 1914 o novo edifício da Biblioteca Pública. Idem, de 16 de julho de 1914.

– *Discurso* lido a 13 de dezembro de 1914 pelo paraninfo da turma dos diplomados no Atheneu Sergipense, por ocasião de colarem o grau. No “Diário da Manhã” e no “O Estado de Sergipe”, de 15 do citado mês.

– *Causas da expansão territorial sergipense e seus conseqüências jurídico-sociais*: conferência realizada na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe a 25 de março de 1915. No “O Estado de Sergipe”, de 28 a 30 de abril seguinte e na revista mensal “Ciências e Artes”, do Rio de Janeiro, págs. 129 a 133 do nº de setembro de 1915.

– *Concepção mecânica e teleológica da psicologia*. No “Diário da Manhã”, de 22 e 23 de junho de 1915.

– *Geografia social sergipana*: memória apresentada ao 4º Congresso Brasileiro de Geografia, reunida na cidade do Recife a 7 de setembro de 1915.

– *Evolução da Filosofia*. No “Diário da Manhã”, de 1º de dezembro de 1915.

– *Discurso* proferido no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe na noite de 30 de janeiro de 1916. No “O Estado de Sergipe”, de 1º de fevereiro seguinte.

– *Do folclore sergipano e aspectos etno-psicológicos de suas lendas*: conferência realizada no salão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe na noite de 23 de abril de 1916. (Ao Dr. Artur da Silva Rego, o patricio ilustre e amigo dedicado). No “Diário da Manhã”, de 25 a 27 do referido mês.

– *Saudação* do orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe ao Exmo. Barão Homem de Melo na sua chegada ao Aracaju a 11 de março de 1917. No mesmo jornal, do dia 17 seguinte.

– *Discurso* do orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe proferido a 17 de março de 1917 no ato da inauguração do monumento à memória do fundador do Aracaju, Ignácio Joaquim Barbosa. No mesmo jornal do dia 20 seguinte.

– *Discurso* pronunciado na sessão magna do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no dia 15 de agosto de 1917, em saudação ao Dr. Rocha Pombo. No “O Estado de Sergipe”, do dia 19 seguinte.

► *Data de morte*: 13 de fevereiro de 1932, em Aracaju (SE).

Joaquim Rodrigues dos Cotias, Capitão Farmacêutico – Filho de José Américo Rodrigues e D. Maria Rosa do Sacramento, nasceu a 3 de maio de 1847 na cidade da Estância. Desde tenra idade procurou instruir-se mostrando sempre decidida vocação para a medicina. Em 1866, depois de haver completado todos os preparatórios, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia como 1º anista de Farmácia. No ano seguinte destinou-se ao Rio de Janeiro onde matriculou-se no segundo ano. Em maio de 1867 foi contratado como alferes Farmacêutico em comissão contra o Governo da Paraguai, entrando em diversos combates que lhe deram promoção e honras.

Pelos serviços de campanha o Governo Imperial agraciou-o com os Hábitos da Rosa e de Cristo, e por inúmeros serviços que tem prestado à pátria, à ciência, à indústria e à humanidade. Como bravo soldado voluntário, ganhou medalhas e muitos outros distintivos das Repúblicas Argentina, Paraguai e Uruguai. Terminada essa comissão em 1870, regressou ao Rio de Janeiro, fazendo o exame do segundo ano em agosto e graduou-se em Farmacologia em novembro do mesmo ano. Em janeiro de 1871 destinou-se a Pernambuco, estabelecendo-se com Farmácia no Recife. Foi sócio instalador do Instituto Médico Pernambucano em 1874. Deixando esta cidade em 1877, mudou sua residência para Alagoas, abrindo farmácia em Maceió, de onde saiu em 1882, voltando ao Recife e aí se estabelecendo pela segunda vez. Foi membro efetivo do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro em 1887.

Quatro anos depois mudou-se para o Rio e nesta Capital foi proprietário de duas farmácias. Em fevereiro de 1891 o Governo o nomeou Farmacêutico da Inspetoria Geral de Higiene que mais tarde denominou-se “Instituto Sanitário Federal” em cujo caráter fora comissionado para a Alfândega, a fim de inspecionar as drogas e produtos químicos importados. Dissolvido o Instituto foi dispensado do cargo que ocupou até 1897, indo trabalhar no Laboratório Nacional de Análises até princípios de 1899. Possui muitos títulos que o recomendam, bem como diversos diplomas que soube conquistar pelo estudo e por seus diferentes preparados industriais.

Eis alguns dos seus diplomas:

- Do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro. 1887.
- Do Instituto Médico Pernambucano, 1874.
- Da Exposição Brasileira do Rio de Janeiro, (Preparatória da Universal de Paris, em 1889), assinado no dia 10 de agosto de 1890.
- Da Exposition Universelle de Paris de 1889 (Mention honorable). É autor de uma infinidade de preparados medicinais, valiosíssimos e recomendáveis por todos os princípios, tais como:
 - Ligno-sulfito Cotias, que se destina ao tratamento racional da Tuberculose pulmonar.
 - Xarope Peitoral Balsâmico: empregado contra tosses, bronquites, Asma, Coqueluche, etc.
 - Lacto-zeina composto de milho-catete e leite, constitui um bom alimento e é rico de princípios fosfatados.
 - Lactina-Maltinada, é um preparado de soro de leite e malto extraído do milho vermelho.
 - Elixir Depurativo e Anti-Reumático Iodihydrargirado: é um medicamento para debelar a sífilis e seus acidentes.

Jonathas do Nascimento Bomfim, Doutor – Filho de Terêncio da Silva Bomfim e D. Aristhea do Nascimento Bomfim, nasceu em Maruim a 20 de dezembro de 1885. Feito o curso de humanidades, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se graduou a 19 de dezembro de 1914.

Escreveu:

– Contribuição ao estudo das pneumosifilose (nos adultos): dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1914, para ser defendida em 17 de dezembro do mesmo ano. Rio de Janeiro, 1914, 81 págs. in. 8º. Tip. Gomes, Irmão & Cia.

Josafá da Silveira Brandão, Doutor – Filho de Benjamin Francisco Brandão e D. Maria Philonilla Brandão, nasceu na Estância a 24 de outubro de 1880. Recebeu o grau de doutor em Medicina em maio de 1902, tendo feito os seus estudos preparatórios no Aracaju, como interno do colégio “Ginásio Sergipense” do Professor Alfredo Montes. Foi médico do Hospital da cidade em que nasceu, desde a sua formatura, de higiene por duas vezes e inspetor do ensino. Como acadêmico colaborou no jornal “A Razão” da Estância. Transferindo sua residência para a Capital, foi comissionado pelo governo de Sergipe em setembro de 1911 para o tratamento e debelação da varíola em Laranjeiras. Por Decreto de 27 de abril de 1912 foi nomeado Diretor do Ateneu Sergipense, tomando posse a 20 de maio seguinte e exonerado, a pedido, por Decreto de 22 de junho de 1916. Médico da municipalidade em 1913-1915.

É professor vitalício da cadeira de Física e Química aplicada à vida prática da Escola Normal, nomeado por Decreto de 19 de junho de 1916 e por Decreto de 18 de dezembro de 1922, membro efetivo do Conselho Superior do Ensino por dois anos.

Escreveu:

– *Do Mictoma*: tese aprovada com distinção e defendida em 10 de abril de 1902. Bahia, 1902, 91 págs. Tipografia Guttenberg.

– Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Inspetor de Higiene pelo médico encarregado do tratamento dos variolosos na cidade de Laranjeiras. No “Estado de Sergipe”, de 12 a 17 de abril de 1912 com alguns quadros demonstrativos nos números seguintes.

► *Data de morte*: 22 de agosto de 1969 em Aracaju.

José Accioli de Brito, Bacharel – Filho do conselheiro Luiz Barbosa Accioli de Brito e D. Cândida Madureira Accioli de Brito, nasceu a 29 de janeiro de 1852 no engenho Cafuz, município de Laranjeiras, e faleceu a 21 de junho de 1889 a bordo do vapor La Plata, em regresso da Europa. Com o curso completo de preparatórios feito no Rio de Janeiro, matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo em 1871, tendo recebido o grau de bacharel em dezembro de 1875. Depois de ter sido Promotor público em Juiz de Fora, Minas Gerais, e juiz municipal em Santa Catarina, abriu escritório de advocacia no Rio de Janeiro, onde foi distraído para desempenhar uma honrosa comissão do Governo. Por carta imperial de 9 de agosto de 1884 nomeado para presidir a província de Goiás, assumiu o governo a 1º de novembro do mesmo ano, passando-o ao vice-presidente, desembargador Júlio Barbosa de Vasconcelos, a 17 de outubro do ano seguinte. Colaborou na Imprensa acadêmica do seu tempo.

Escreveu:

– *Relatório* apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Goiás, a 1º de outubro de 1885 pelo Exmo. Sr. Presidente, etc. Não foi impresso.

José de Aguiar Boto de Barros, Bacharel – Filho do tenente coronel João de Aguiar Boto de Barros e D. Helena Accioli de Aguiar Barros, nasceu a 4 de outubro de 1855 no engenho Aguiar, município de S. Cristóvão, e faleceu a 11 de setembro de 1896 no engenho Pombinha, município de Maruim. Foi estudante do Ateneu Sergipense e tendo feito o curso de ciências jurídicas e sociais na Faculdade do Recife, recebeu o grau de bacharel em 1879. Eleito deputado provincial para a legislatura de 1880-81, foi dentro desse mesmo tempo delegado especial do Inspetor Geral do Ensino Público na Corte. Juiz municipal de Itabaiana,

nomeado a 16 de janeiro de 1885 e removido nesse mesmo ano, a 11 de abril, para o termo do Rosário, foi juiz de direito da comarca do Boquim em 1890, removido para a de Propriá por Decreto de 21 de janeiro de 1891, onde se conservou no exercício do cargo até agosto de 1892, por ter sido nomeado no mês anterior juiz de casamentos. Declarado juiz em disponibilidade em 17 de janeiro de 1893, foi aposentado por Decreto de 25 de julho de 1895.

Escreveu:

– *Discurso* proferido na sessão de 5 de março de 1880 na Assembléia Provincial de Sergipe pelo deputado, etc. Aracaju, 1880 – 15 págs. in. 8º, pq. Tip. da “Gazeta do Aracaju”.

Em 1882 redigiu:

– *O Democrata*: jornal literário, noticioso e defensor dos interesses da Província. Aracaju, 1879-1884. Propriedade J. J. J. S. Prelelué. O primeiro número saiu a 9 de julho daquele ano, medindo 0,38 x 0,24 com quatro páginas e outras tantas colunas cada uma.

José Alves Pitangueira, Padre – Filho de Antonio Alves Pitangueira e D. Margarida Francisca de São José, nasceu a 4 de dezembro de 1812 no município do Espírito Santo e faleceu na capital da Bahia a 19 de fevereiro de 1858. Iniciando na vida pública como professor de latim do Lagarto, em cuja cadeira foi provido a 11 de junho de 1833, jubilou-se ainda no vigor da idade a 12 de outubro de 1856, depois de ter lecionado a mesma disciplina na Estância. Decorridos alguns anos de exercício no magistério público, obteve da Assembléia Provincial licença para estudar no Seminário da Bahia, no qual recebeu as ordens de presbítero a 23 de abril de 1843. Foi político extremado, hábil jornalista e advogado de nota. Neste tríplice caráter sustentou freqüentes lutas na defesa das suas opiniões sem temer os ataques pessoais do adversário. Em homenagem aos seus dotes intelectuais e à constante dedicação ao partido a que se filiou, foi deputado provincial nas legislaturas de 1848-49 e de 1858-59, Presidente da Câmara Municipal do Lagarto e Diretor do censo no mesmo município. Tendo-se colocado numa posição de destaque no meio social em que sempre viveu, houve uma certa época em que o seu nome gozou de grande notoriedade em toda a província. Entre outros trabalhos de que apenas resta a notícia,

Escreveu:

– *Resposta* a “A Estrela” nº 22 do primeiro de fevereiro de 1845. No “O Triunfo”, Laranjeiras, de 19 a 25 do mesmo mês.

– *Leiam e julguem*. No “Correio Sergipense” 31 de janeiro de 1849.

Segundo a opinião do operoso cronista sergipano Carvalho Lima Júnior, redigiu:

– *Recopilador Sergipano*. Estância, 1832-1833: Publicação bi-hebdomadária. Foi o primeiro órgão da imprensa sergipana, fundado pelo Monsenhor Antonio Fernandes da Silveira. Tipografia de Silveira.

José Anunciação Pereira Leite, por alcunha José Bochecha – Filho do capitão Jacinto Pereira Leite e D. Rita Tereza de Jesus, nasceu no ano de 1823 em S. Cristóvão e faleceu a 23 de março de 1872 no Aracaju. Seus pais não foram inteiramente destituídos dos bens da fortuna, tanto que deles houve uma pequena herança, tornada menor por serem muitos os irmãos, dos quais alguns foram artistas também. Esses chamavam-se Manuel Pereira Leite, mais conhecido por Neco pintor, escultor de imagens; Francisco Pereira, músico, Luiz Gonzaga, vulgo Lilio, alfaiate.

Logo que se habilitou no ensino primário, entrou na aula de música, em que fez rápido progresso, salientando-se entre os seus condiscípulos. Embora incompleta a sua educação artística, suprida pela vocação que revelou desde o começo dos seus estudos, foi sempre considerado um dos melhores, se não o melhor e o mais operoso músico da antiga província. Por muitos anos dirigiu a banda de música do batalhão da polícia, como mestre regente, lugar em que foi reformado por ato de 14 de agosto de 1871.

Deixou muitas peças originais constantes de músicas sacras, partituras, dobrados, quadrilhas marchas, etc. *O Domine, tu mihi* do seu vasto repertório, piedoso canto executado no ato do Lavapés, bastaria para dar-lhe renome de notável compositor, atestando a mestria e o primor das felizes concepções do seu talento de artista.

Na lista certamente lacunosa das suas composições estão compreendidas as seguintes músicas sacras:

- Grande Te-Deum.
- Missa, nº 1.
- Missa, nº 2.
- Credo, nº 1.
- Credo, nº 2.
- Padre Nosso, nº 1.
- Padre Nosso, nº 2.
- Salve, Regina! nº 1.
- Ladainha, nº 1.
- Ladainha, nº 2.
- Tantum ergo... com 3 sustenidos, nº 1.
- Tantum ergo... com 3 sustenidos, nº 2.
- Tantum ergo ... com 3 bemóis.
- Novenas de N. S. da Conceição com 2 sustenidos.
- Novenas de N. S. da Conceição com 2 bemóis.
- Novenas de Santa Cecília.
- Novenas de S. Benedito, nº 1.
- Jaculatória Santa Cecília.
- Jaculatória do Menino Deus.
- Domine, tu mihi nº 1.
- Christus Factus
- Memento, homo...
- Heu! Domine.

Músicas marciais:

- Dobrado, nº 17.
- Dobrado nº 18 em memória do dia 7 de setembro, oferecido a S. Ex. o Sr. Presidente da Província, Dr. Manuel da Cunha Galvão – Aracaju, 1859.
- Marcha, nº 8.
- Marcha Festiva, nº 10.
- Marcha Fúnebre, nº 2.

Músicas de dança:

- Quadrilha, nº 1.
- Valsas, nº 3.
- Polca, nº 1.

Modinhas:

- Quando a mesa dos prazeres. Letra de Tobias Barreto.
- Jurei amar-te... Recitativo de E. A. Fonseca.
- Ausente do pátrio lar.
- No escuro de meu peito.

José Antonio de Abreu Fialho, Doutor – Filho de Tito de Abreu Fialho e D. Maria José de Abreu Fialho, nasceu a 20 de janeiro de 1874 em Aracaju. Bacharel em ciências e letras formado em 1891 no Imperial Colégio Pedro II, hoje Ginásio Nacional, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde fez todo o curso acadêmico, terminado o qual recebeu o grau de doutor a 16 de janeiro de 1897, depois de ter sido aprovado com

distinção na defesa de tese que apresentou. Durante o período decorrido de 1891-1896 foi auxiliar do Instituto Vacínico Municipal, interno do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia e interno de primeira classe, por concurso, ambos no Rio de Janeiro, especializando-se desde logo na clínica de moléstia de olhos. Nomeado no ano de 1897 assistente interino de clínica de moléstias de olhos da Faculdade de Medicina, serviu na mesma época como oculista interno do Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência, no Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia e nos hospitais das V.V. S.S. T.T. de S. Francisco da Penitência e de S. Francisco de Paula. Substituto desde 1898, mediante concurso, de clínica de moléstias de olhos da mesma Faculdade, foi nomeado a 22 de novembro de 1906, lente catedrático de oftalmologia, cadeira até então quase abandonada, mas enriquecida a esforços seus de sensíveis melhoramentos, entre os quais a criação de um pavilhão especial para as suas preleções.

Comissionado em 1907 pelo ministro do interior para realizar uma digressão científica pela Europa, visitou Berlim, Paris, Viena e outras capitais do velho mundo, estudando os elementos de progresso a adotar na cadeira a seu cargo, adquirindo os aparelhos necessários a esse fim.

Antes disso, em 1900-1901, já havia feito na Europa viagens de estudos de sua especialidade, freqüentando as principais clínicas de Paris e Viena. Além de professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tem exercido mais os cargos de médico do Hospital de Misericórdia, delegado do Brasil no Congresso Internacional de Higiene e Demografia em Berlim, (1907) presidente da Sociedade Brasileira de Oftalmologia, vice-presidente da S. B. de Cultura Alemã, etc. É membro da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, de Associações científicas paulistas, do Instituto Histórico do Ceará, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Centro Sergipano com sede na Capital Federal, do American College of Surgeons dos Estados Unidos e do Instituto dos Bacharéis em Letras, do qual foi presidente nos anos de 1900 e 1901. Cultivou a fábula tendo sido impressas em avulso algumas elogiadas pelo doutor Anastácio Luiz Bomsucesso, insigne mestre neste gênero de literatura. Como sócio do Grêmio dos Internos publicou diversos discursos e elogios fúnebres do professor alemão Helmholtz e do oculista brasileiro doutor Paula Fonseca. Colaborou em diversos órgãos da imprensa nacional e estrangeira e redigiu os “Anais da Academia Nacional de Medicina”. Trabalhador infatigável de sólida cultura científica e literária é um dos mais distintos médicos brasileiros e clínico de vasta clientela.

Escreveu:

– *A oculística perante a patologia* (Perturbações oculares nas moléstias cerebrais): dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras da Faculdade. Com três estampas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1896, a fim de obter o grau de Doutor em Ciências Médico-Cirúrgicas. Rio de Janeiro, 1896, 84 págs. in. 8°. Tipografia do “Jornal do Comércio”.

– *Estudo Físico-clínico da nutrição ocular*: tese de concurso ao lugar de lente substituto da cadeira de clínica oftalmológica. Rio de Janeiro, 1898. 68 págs. in. 8°. gr. Lito-Tipografia Pinheiro & Cia.

– *Anomalias conjuntas do aparelho visual*: memória apresentada no concurso ao lugar de lente titular da Academia Nacional de Medicina, Rio de Janeiro, 1898.

– *Über cine ausgedehnte luetische Erkrankung des Auges mit Mitbetheiligung der Conjunctiva*. Leipzig, 1901, 7 págs. in. 8°. Wilhelm Eugelmam. Separata do “Graefes Archiv. Für Ophthalmologie”. Trabalho original premiado por ser um caso único observado até então na ciência.

– *Relações entre as moléstias do ouvido e as do olho*. Extr. do “Brasil Médico”. Rio de Janeiro, 1902, 23 págs. in. 8°. pp. Tip. Besnard, Frères.

1903 – *Quisto seroso subconjuntival*; Hérnia do corpo vítreo na câmara anterior; Estatística do serviço de moléstia dos olhos, no hospital de Misericórdia; Um caso de

ambliopia química;. Afecções oculares por endo-infecção; afecções sifilíticas graves do olho curada pelo tratamento mercurial intensivo; Um caso raro de corectopia dupla inferior, complicada de ectopia lentis a esquerda e irido-donesis.

1904 – Complicações oculares da varíola (dois trabalhos, um em agosto e outro em outubro); Atrofia dos nervos ópticos e tratamento anti-sifilítico, todos no “Brasil Médico”. A Maternidade do Rio de Janeiro; Os mosquitos; Higiene dos olhos nas profissões liberais; Santa Casa de Misericórdia e Dr. Francisco de Castro, na Renascença.”

1905 – Complicações oculares da varíola, no “Brasil Médico”; Academia Nacional de Medicina, na Renascença; tratamento da sífilis (ocular), pelo método de Prokhorov modificado, na “Gazeta Química” de S. Paulo, nos “Anais de Medicina” do Rio, tomo 69 (junho, 1903 a 1 de junho de 1904) págs. 41 a 63. Hemisferia Oftalmia e amaurose histéricas, no formulário do “Brasil Médico”.

– *Lição de abertura* do curso de 1905 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Extr. do “Brasil Médico”. Rio de Janeiro, 1905, 19 págs. in. 8º. Tip. Besnard Frères.

– A respeito de uma vasta afecção luética do olho com participação da conjuntiva. Extr. do “Brasil Médico”. Rio de Janeiro, 1905, 13 págs. in. 8º, Tip. Besnard Frères.

– *Diagnóstico etiológico das conjuntivites*. Comunicação ao 4º Congresso Médico Latino-Americano inaugurado no Rio de Janeiro a 1º de agosto de 1909.

– *Discurso* pronunciado na sessão de 23 de novembro de 1916 da Academia de Medicina, como paraninfo do Sr. Dr. Artur Moses. No “Jornal do Comércio”, Rio, de 24 do mesmo mês.

– Questões Médico-Sociais. Conferência realizada na Associação Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro em 3 de janeiro de 1917. Extraída do “Boletim da Associação Médico-Cirúrgica”, Ano III, fevereiro 1917 – N. 2. Rio de Janeiro, 1917, 33 págs. – 8º. Tip. Besnard Frères.

– *Discurso* pronunciado no dia 6 de julho de 1917, em nome da Congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no banquete oferecido aos professores da Faculdade de Medicina de Buenos Aires. No “Jornal do Comércio”, Rio, do dia seguinte.

– *Patogenia da Oftalmia Simpática*. Rio de Janeiro, 1918, 58 pg. in. 8º. Tip. do “Jornal do Comércio” de Rola & Cia.

– *Caso de cisticercose subconjuntival*. Extr. de “Patologia Geral”, Rio de Janeiro, 1918, 14 págs. in. 8º gr. Oficinas Gráficas da Livraria Francisco Alves.

– *Motoassociação* do levantador da pálpebra superior e dos músculos da mastigação, do abrimento da boca e da lateralidade mandibular. Ext. dos “Anais” da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. – Ano II – 1918. Rio de Janeiro, 1919, 14 págs. in. 8º gr. Imprensa Nacional.

– *Discurso* em homenagem ao professor Dr. Antonio Austregésilo em 21 de julho de 1919. Rio de Janeiro, 1919, 13 págs. in. 8º. Tip. Besnard Frères.

– *Síndrome Basedowiana clássica*. Nefrite crônica com exoftalmia e retinite albuminúrica com vista às correlações funcionais e patológicas entre as glândulas endócrinas e o grande simpático (Lição de clínica oftalmológica). Separata dos “Anais da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro”. Ano III – 1919, págs. 261 a 279. Rio de Janeiro, 1920, 26 págs. in. 8º gr. Imprensa Nacional.

– *Discurso* proferido na noite de 24 de outubro de 1921, no salão nobre da Sociedade de Geografia, na Capital Federal. No “Correio de Aracaju” de 8 a 20 de janeiro e no “Sergipe Jornal” de 12 a 25 do referido mês e ano.

– *Zona oftálmica* (lição de clínica oftalmológica). Na “A Patologia Geral”, revista de medicina e ciências afins, nº 5 de setembro de 1922, págs. 133 a 145. Este trabalho foi pouco depois publicado com gravuras, observando a mesma ortografia, em folheto de 15 págs. in. 4º gr., edição da Livraria Francisco Alves.

– *Que é ser médico*: conferência realizada na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, a 14 de setembro de 1923.

– *Discurso proferido* na sede da Sociedade de Geografia no dia 15 de dezembro de 1923 na homenagem do “Centro Sergipano” ao dr. Graccho Cardoso, Presidente de Sergipe. No “Jornal do Brasil” de 20 do mês citado, transcrito no “Diário da Manhã”, Aracaju, de 10 e 11 de janeiro de 1924 e no “Diário Oficial” de 12 do mesmo mês.

► *Data de morte*: 18 de março de 1940.

José Antonio Ribeiro de Araújo, Doutor – Filho de Antonio Ribeiro de Araújo e D. Ana Joaquina do Nascimento Ribeiro, nasceu a 13 de março de 1840 na Estância e faleceu a 22 de outubro de 1909 em Santo Antonio da Glória, vila no interior da Bahia. Na capital desse Estado cursou as matérias do ensino secundário e superior, tendo-se graduado doutor em medicina a 16 de dezembro de 1873. Em maio do ano seguinte foi nomeado 2º cirurgião tenente do corpo de saúde do Exército com destino à guarnição de Alagoas, onde fez quase toda a carreira militar até ser reformado por decreto de 3 de fevereiro de 1890, tendo servido por pouco tempo nas guarnições do Paraná em 1886, do Rio Grande do Sul em 1887 e de Pernambuco em 1888. Em Alagoas ocupou a cadeira de deputado provincial nas legislaturas de 1880-1881, 1882-1883 e exerceu o lugar de Inspetor de Saúde do porto para o qual fora nomeado a 4 de abril de 1885.

Escreveu:

– *Queimaduras*: dissertação. Proposições. Seção médica. – *Cholera-morbus*. Seção cirúrgica – Feridas por armas de fogo. Seção acessória – Como reconhecer-se que houve aborto em um caso médico-legal? Tese apresentada para ser sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia em novembro de 1873 a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1873, 24 págs. in. 8º gr. Tipografia do Diário.

José Barreto dos Santos – Filho de Antonio Francisco dos Santos e D. Adelaide Augusta do Rosário, nasceu a 22 de março de 1881 em Campos e ali faleceu a 29 de abril de 1915.

Nos poucos anos de juventude passados em sua terra freqüentou as aulas do Ateneu Sergipense, transportando-se depois para a Bahia, onde completou sua educação em letras e em música.

Assim preparado para a vida pública, voltou a Sergipe em cuja capital foi solicitador dos Feitos da Fazenda estadual, 2º escriturário do Tesouro do Estado, conselheiro municipal e auxiliar do Diretor dos Grupos Escolares em 1912.

No ano seguinte deixou o funcionalismo estadual por ter sido nomeado telegrafista estagiário, designado para a Estação de Casa Nova no Estado da Bahia, de onde se retirou licenciado, gravemente enfermo da moléstia a que sucumbiu.

Colaborou na revista mensal da Bahia, “Nova Cruzada”, de que foi um dos fundadores em 1901, no “O Estado de Sergipe” sob os pseudônimos de *Cypriano* e *Filon*, tendo sido um dedicado auxiliar da redação no governo do Doutor Rodrigues Dória, na “Folha de Sergipe” e na “A Razão” da Estância.

Pertenceu às sociedades “Nova Cruzada” da Bahia o Clube Esperanto do Aracaju. Poeta, músico e jornalista.

Escreveu:

– *Questões musicais*. No “O Estado de Sergipe”, de 12 de janeiro de 1912.

– *Limites de Sergipe*. No “Diário da Manhã”, Aracaju, 25 de julho de 1912.

– Teoria Elementar da Música: trabalho inédito. Com dois pareceres favoráveis do Conselho Superior da Instrução Pública.

É de sua pena o seguinte soneto inédito:

OLHOS

As delícias do lar, a pátria, o ninho
Das mais sublimes ilusões da vida,
Aquele doce embriaguez querida,
O mimoso cantar do passarinho;

Aquele céu de rosas e de arminho,
A lua cheia clareando a ermida,
Tudo deixei... parti... – ave perdida –
Órfão de amor, de um riso, de um carinho

Ai quanta dor senti, quanta saudade
Sofreu meu, coração ferido e mudo,
Como era triste a minha mocidade!

Hoje, porém, sem ver no mundo escolhos:
As delícias do lar, a pátria, tudo
De novo encontro nos teus meigos olhos.

José Barreto Filho – Filho do poeta José Barreto dos Santos, de quem se faz menção neste livro, e D. Otília Cardoso Barreto, nasceu em Aracaju a 27 de janeiro de 1908.

É parente próximo pela linha paterna do notável filósofo sergipano, Dr. Tobias Barreto, e pela linha materna da família Cardoso, que conta numerosos talentos, entre os quais o de sua avó, D. Amália Cardoso. Depois de feito todo o curso de humanidades no Ateneu Sergipense, transportou-se para a Capital Federal em Janeiro de 1922, publicando neste mesmo ano, quando apenas contava 14 anos de idade, o seu primeiro livro de versos, que foi batizado com o nome sugestivo e original de *Catedral de Oiro* de uma beleza e simplicidade altamente reveladoras.

É sócio da *Hora Literária*, “*General Calasans*” de Aracaju e tem colaborado no “Rio Jornal”, “Imparcial”, “O Brasil”, “O Sousa Cruz” e “O Norte” do Rio de Janeiro com o seu próprio nome.

Escreveu:

– *A Catedral de Oiro*: versos. Livraria Schettino. Rio – 1922. 125 págs. in. 8º pq.

– *A literatura no Estado de Sergipe*. No “Mundo Literário”, Rio, de 5 de dezembro de 1922. Transcrito no “Jornal do Povo” de 21 do mesmo mês.

Como revelação do seu estro poético eis um dos seus belos sonetos:

*Ama na vida tudo o que puderes:
A garça, o mar, o cisne de alva pluma,
Vive do amor de todas as mulheres
Que hás de morrer do fero amor de alguma.*

*Perdoa sempre. Esfolha de uma em uma
As pétalas fatais dos malmequeres.
Deixando assim que a vida se resuma
No brilho do destino que tiveres.*

*A vida é um galho, cujos dons se almejam,
Árvore boa, que eu cantando, exalto,*

Coroada de frutos e de ninhos.

Recolhe os frutos que mais perto estejam:

Para alcançares o que vês mais alto

Hás de ferir a mão pelos espinhos.

► *Data de morte: 17 de dezembro de 1983, no Rio de Janeiro (RJ).*

José de Barros Accioli Menezes – Filho do tenente coronel João Nepomuceno Teles de Menezes, de quem já me ocupei, e D. Francisca Madureira Accioli de Menezes, nasceu a 18 de janeiro de 1837 no engenho Cabral, município de Japaratuba, e faleceu a 31 de outubro de 1874 no seu engenho Murta, município de Capela. Fez os primeiros estudos na casa paterna sob a direção do Padre Mucury, continuou-os em Laranjeiras no Colégio Paulino e os concluiu na cidade da Bahia. Convenientemente preparado em humanidades, seguiu para a Europa a fim de matricular-se num curso superior em Paris, de onde teve de voltar, decorrido algum tempo, para atender ao chamado da família, cujos negócios exigiam a sua presença. Agricultor laborioso e inteligente, militou ativamente na política e cultivava com pronunciado gosto as letras amenas. Foi deputado provincial, e em 1866, dissentindo da escolha do seu partido na organização da chapa para deputados gerais, apresentou-se candidato extra chapa, cõscio do prestígio de que dispunha no seio de um grupo numeroso de correligionários. Colaborou nos órgãos da imprensa liberal, deixou inédito um livro de versos, muitas poesias avulsas e grande cópia de artigos literários e políticos.

Escreveu:

– *Devaneios Poéticos*: versos. Bahia, 1870, 192 págs. in. 3º. Tipografia Constitucional.

José de Barros Accioly de Menezes, Desembargador – Filho de outro de igual nome, já mencionado neste livro, e D. Anna Rollemberg de Accioly, nasceu a 1º de dezembro de 1862 no engenho Murta, município da Capela. Depois de ter feito os estudos de humanidades em Sergipe e Bahia, cursou a Faculdade de Direito do Recife, recebendo o grau de bacharel a 25 de novembro de 1884.

Voltando ao Estado após a formatura exerceu os seguintes cargos: promotor público das comarcas de Itabaiana e Maruim em 1885 e da de Aracaju em 1889; juiz municipal do termo de Riachuelo em 1890; juiz de Direito de Itabaianinha em 1891; chefe de polícia no mesmo ano e ainda em 1894 e 1895, sendo juiz de direito da comarca de Laranjeiras no mesmo ano. Foi nomeado desembargador a 15 de janeiro de 1896 e 2º vice-presidente da Relação no mesmo mês. Desde 1899 que se acha em disponibilidade.

Escreveu:

– *Relatório* do Tribunal da Relação de Sergipe apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Martinho César da Silveira Garcez, Presidente do Estado, Aracaju, 1897, 9 págs. in. 8º gr. e mais 54 págs. contendo os Acórdãos proferidos durante o ano de 1896. Imprensa Oficial.

– *Relatório* dos trabalhos do Tribunal da Relação de Sergipe apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Vice-Presidente do Estado, José Joaquim Pereira Lobo pelo desembargador, Presidente do mesmo Tribunal. Aracaju, 1898, IV págs. in. 8º pq. e mais 51 págs. com os Acórdãos proferidos durante o ano de 1897. Tip. do “Estado de Sergipe”.

– *Relatório* da Relação de Sergipe apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Daniel Campos pelo Desembargador Presidente da Relação. Aracaju 1897, págs. in. 8º pq. e mais 32 págs. com os 1 Acórdãos proferidos no ano anterior. Tip. do “Estado de Sergipe”.

– Só como protesto: série de artigos sobre a aposentadoria do autor, decretada pelo governo. No “O Tempo”, de 12, 14 e 18 julho de 1899 e quatro relatórios, como presidente que foi da Relação durante os quatro anos de 1896 a 1899 inclusive.

José de Barros Pimentel, Doutor – Filho do coronel de igual nome, a quem coube importante papel nos sucessos históricos da independência da ex-província, e D. Maria Victória de Almeida Barros, neta pela linha paterna de José de Barros Pimentel e D. Cecília Maria Euphrasia, nasceu no município de Marumim a 17 de maio de 1817 e faleceu na Capital Federal a 6 de maio de 1893. chegando a época de iniciar-se nos estudos superiores, partiu para a Europa com direção a Paris, onde fez todo o curso de Medicina e parte do curso de Direito, contando no número dos seus companheiros de lucubrações acadêmicas muitos brasileiros que mais tarde figuraram no cenário político do país, como o doutor José da Silva Maia, sumidade médica do Maranhão, o visconde de Sinimbu, notável estadista do Império e o conselheiro João Manuel Pereira da Silva, historiador e publicista. Obtido o grau de médico em 1841, em cuja carta lançou sua assinatura o eminente estadista Guisot, tantas vezes chamado aos conselhos da Coroa no reinado de Luiz Felipe, regressou no ano seguinte ao torrão natal, onde por tradição de família e tendência natural do seu espírito foi atraído para a atividade política, ligando-se desde logo ao partido liberal. Secretário do governo por Dec. de 11 de junho de 1842, na presidência do Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Bato, foi esse o primeiro cargo que exerceu, e do qual se exonerou no seguinte ano por considerá-lo incompatível com o de representante da Nação na Assembléia Geral Legislativa, eleito no exercício daquela comissão. Data daí, quase a emparelhar com o começo do segundo reinado, dois anos antes encetado, sua longa carreira política, durante a qual nenhum outro deputado por Sergipe conseguiu representá-lo por tanto tempo. Eleito para a legislatura de 1843-1844, foi-lhe renovado o mandato nas de 1845-1847, 1857-1860, 1864-1866 e 1867-1870, sendo ainda o seu nome sufragado nas urnas em diferentes pleitos eleitorais para deputado à Assembléia Provincial e Estadual. A figura ao mesmo tempo grave e insinuante do jovem deputado conquistou rapidamente as simpatias dos colegas da Câmara. Perfeito parisiense, vestindo rigorosamente a moda do tempo, calças amarelas e colete de botões dourados, com um timbre de voz sonoro e um tanto estridente, fora apelidado “o canário de Sergipe” por causa da cor do traje e do som de sua palavra fácil e cadenciada. Do grupo em destaque dos moços distintos da Câmara, diz Joaquim Nabuco no seu livro “Um estadista do Império”, referindo-se à sessão legislativa de 1843, “era o Benjamim da plêiade, lembrando Lord Randolph Churchill principiante, exasperando o banco ministerial com seu talento, sua petulância, seus golpes pessoais”. Assíduo freqüentador da tribuna, discutia com vantagem as diversas questões políticas, revelando no desenvolvimento de suas idéias a habilidade e critério de um argumentador consumado. A Fase mais brilhante de sua vida parlamentar foi exatamente a dos primeiros. anos de representação, em que pelos seus trunfos oratórios levou ao deputado Ângelo Ferraz, mais tarde barão de Uruguaiana, dizer na seção de 30 de dezembro de 1844, que o reputava o rouxinol do Brasil, a estrela sergipense. Para a inconcussa afirmação do justo conceito adquirido entre seus pares contribuiu bastantemente a nobre coragem de sua invariável atitude diante das graves crises nacionais, quer interna quer externa. Na discussão dos movimentos revolucionários de São Paulo e Minas, em 1842, sobrepôs-se às paixões partidárias em grande excitação, para personificar o político conciliador e tolerante, e na sessão de 5 de abril de 1864 fez vibrar fortemente o patriotismo da Câmara, quando, estendendo-se em judiciosas considerações sobre a política internacional sul-americana, concitou o Governo a assumir o seu posto de honra, em vista das depredações e atrocidades praticadas contra brasileiros residentes no Estado Oriental, os quais motivaram a declaração de guerra àquela República. Sem outras ambições que não fossem os cargos eletivos, sempre fugiu às responsabilidades das comissões oficiais, a ponto de ter recusado a presidência da ex-província de Pernambuco. A. República, a que sobreviveu pouco tempo, já o veio encontrar avançado em anos e no declínio do seu percurso político. Fiscal do Banco Industrial, Comercial e Territorial do Rio de Janeiro até dezembro de 1861, fundou e dirigiu por muitos anos o Banco da Bahia, onde foi diretor e presidente da Sociedade de Colonização. Era sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, honorário da

Sociedade Literária Nova Arcádia da cidade de Cunha, em S. Paulo, e condecorado desde 1860 com o oficialato da Ordem da Rosa. Colaborou na imprensa partidária da ex-província e durante a sua residência no Aracaju escreveu correspondências políticas para o “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro. Dos seus discursos parlamentares correm em avulsos os seguintes:

– *Discurso* proferido pelo deputado à Assembléia Geral Legislativa pela província de Sergipe na sessão do dia 10 de agosto de 1866, por ocasião da discussão da fixação da força naval. Rio de Janeiro, 1866, 8 págs. de 2 colunas in. 4º gr. Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia.

– *Discurso* proferido na sessão de 26 de agosto de 1867 por ocasião da discussão do orçamento. Rio de Janeiro, 1867, 10 págs. in. 16º. Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve & Cia.

– *O projeto sobre bancos agrícolas* do Conselheiro João de Almeida Pereira Filho. No “Jornal do Comércio”, Aracaju, 25 de agosto de 1877.

Redigiu:

– *O Liberal*: órgão político. Aracaju, 1868. Com o vigário José Gonçalves Barroso. Teve pouca duração.

José Benjamim da Rocha Rocha – Filho do padre Serafim Alves da Rocha Rocha e D. Maria Porciúncula de Campos, nasceu na cidade de São Cristóvão e nela faleceu em idade adiantada a 18 de junho de 1863, vítima do *cholera-morbus*. Encarretei-se ali no funcionalismo público, tendo sido escriturário da Administração da Fazenda Nacional, por nomeação de 5 de agosto de 1830, Inspetor da Tesouraria Provincial por ato de 27 de março de 1846 e depois de aposentado neste lugar em 9 de agosto de 1856 ocupou o tabelionato da mesma cidade, desde 1860 até o seu falecimento.

Escreveu:

– Resposta ao voto de consciência dos Srs. deputados provinciais Rafael Arcanjo Galvão e Raimundo A. Araújo Jorge. São Cristóvão, 1848, 24 págs. in. 8º. Tipografia Provincial de Sergipe. É também assinada por Francisco José Martins Pena.

– Memorial à Assembléia e ao Exmo. Sr. Presidente da Província dirigida a 3 de junho de 1848. Avulso de 2 págs. de 3 colunas impresso na Tip. Provincial, com um documento.

José Bochecha (Vide José da Anunciação Pereira Leite).

José de Calazans, General – Filho de Francisco Felix Ferreira e D. Joana de Góes Ferreira, nasceu na hoje cidade de Itabaiana a 27 de agosto de 1863 e não a 17 de setembro como se encontra no Almanaque do Ministério da Guerra. Estudou primeiras letras na cidade do seu nascimento com o Professor Fabrício Carneiro dos Tupinambás Vampré e outros. Ainda naquela cidade iniciou os estudos da língua francesa com o Farmacêutico Guilhermino Amando Bezerra. Passando-se para o Aracaju estudou preparatórios no Ateneu Sergipense e a 29 de dezembro de 1881 verificou praça com destino à Escola Militar da Corte, onde concluiu os preparatórios e fez os estudos superiores. A 3 de março de 1886 passou para o quadro suplementar do Exército no posto de alferes aluno; a 23 de janeiro de 1889 foi promovido a 2º tenente; a tenente por serviços relevantes, em 7 de janeiro de 1890; a capitão em 7 de abril de 1892; a major, por merecimento, em 25 de abril de 1906; a tenente coronel graduado em 28 de dezembro de 1911; a tenente-coronel efetivo, por antiguidade, em 3 de janeiro de 1912 e a coronel, por merecimento, em 20 de janeiro de 1915.

Tem o curso de engenharia pelo Regulamento de 1889, e serviu com as forças legais da revolta de 6 de setembro de 1893 até 13 de março de 1894, pelo que lhe foi concedido contar tempo dobrado nesse período. Contando cerca de 34 anos de bons serviços ao país, como militar, reformou-se a 6 de setembro de 1916 no posto de General de Divisão. Chefiou a comissão encarregada da construção do sanatório dos Campos do Jordão; explorou a estrada

de rodagem de Bemfica ao alto da serra; fez parte da comissão construtora da vila militar; da comissão do ramal da estrada de ferro de Lorena a Bemfica e da Comissão de estudos da estrada de ferro de Timbó a Propriá. Levantou a planta e orçou a construção da Escola Normal do Estado de Sergipe, hoje Escola Ruy Barbosa; do edifício do Tribunal da Relação e do Hospital Santa Isabel construídos no seu governo e também a ponte sobre o rio Madre Deus, que é um dos benefícios deixados pela sua patriótica administração. Foi o primeiro presidente constitucional do seu Estado natal, pela Constituição de 1892. Infelizmente, porém, um golpe de Estado veio afastá-lo da administração pública, onde vinha revelando-se portador das qualidades de um ótimo homem de governo, não só pela operosidade largamente desenvolvida, mas ainda pela rara honestidade com que vinha empregando a fortuna pública. É sócio fundador do Clube Militar.

Escreveu:

– *Mensagem*, lida por ocasião da abertura da Assembléia Legislativa do Estado em 3 de junho de 1892. No “O Republicano”, de Aracaju, 8 do mesmo mês.

– *Mensagem* lida perante a Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe em 7 de setembro de 1893 (2ª sessão ordinária da legislatura). Aracaju, 1893. 39 págs. in. 8º. Tip. do “O Republicano”.

José de Calasans Silva Filho, Cirurgião-Dentista e Bacharel – Filho de outro de igual nome e D. Josefina Pinto de Oliveira Calasans, nasceu no Aracaju a 10 de agosto de 1893.

Estudou primeiras letras com as professoras D. Josefina Calasans e D. Etelvina Amália de Siqueira, sucessivamente e foi ainda aluno do extinto “Colégio Americano” de Aracaju. Fez preparatórios no “Ateneu Sergipense” até o 4º ano, completando o curso de bacharel em letras no “Ginásio da Bahia” em 1912.

Em 1915 diplomou-se em odontologia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, matriculando-se em seguida no mesmo Instituto de ensino no Curso Medico, onde fez até o 3º ano.

Em 1918 como acadêmico de medicina prestou serviços na cidade de Itápolis, Estado de S. Paulo, por ocasião da epidemia “gripe espanhola”.

Transferiu-se para o curso jurídico em 1919 na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de Bacharel em dezembro de 1923.

Exerceu a clínica odontológica na Capital Federal; advogou na Capital de S. Paulo e na cidade de S. João D’El-Rey, Minas Gerais.

Reside atualmente (1924) na Capital da República, onde exerce a advocacia e é jornalista.

Escreveu:

– *Faculdade de Medicina*: artigo de crítica. No “Correio da Manhã”, 1915.

– *Em torno de uma homenagem à memória de “Gumersindo Bessa”*. Na “A Época”, revista da Faculdade de Direito. Rio, 1921.

– *Às vésperas da anexação acreana?* Na “Revista” da Marinha Mercante. Rio, 1922.

– *O novo chefe da Igreja Católica e a sua orientação político-religiosa*. Na citada revista, 1922.

– *A Epopéia dos Jangadeiros*. Na “Revista” da Marinha Mercante. 1922.

– *Vidro moído é veneno?* – Breve consideração médico-legal, lida na aula de Medicina Pública da Faculdade de Direito e publicada na “A Época”, 1923.

– *A terra de Cuantemoc*. Homenagem ao México, na “A Tribuna” de S. João d’El-Rey – Minas, 1924.

Tem em preparo um estudo sobre “Gumersindo Bessa”, sua vida e sua obra, alguns trechos já publicados.

► *Data de morte: 31 de outubro de 1914, em Aracaju (SE).*

José Constituíno Telles – Descendente pelo lado paterno de ilustre família paulista, foram seus pais o tenente José da Silva Telles e D. Anna Telles da Lapa. Geralmente tido como natural de Laranjeiras, está averiguado, por afirmação de uma sua irmã, ter nascido no município do Rosário do Catete a 25 de março de 1887. Faleceu na Barra dos Coqueiros a 1º de janeiro de 1878 e sepultou-se no dia seguinte no Aracaju. Foi a princípio professor do ensino primário em Laranjeiras, de que se exonerou em 1860 com 4 anos de exercício. Depois de ter deixado o magistério, exerceu os cargos de chefe de seção da Secretaria do governo, secretário interino da presidência; chefe da 1ª seção, contador e por diversas vezes inspetor Interino da Tesouraria Provincial e por ultimo administrador da Recebedoria das rendas provinciais; aposentado em abril de 1877. Funcionário inteligente e de toda a competência.

Escreveu:

– *Relatório* do Inspetor Interino da Tesouraria Provincial, apresentado em 22 de fevereiro de 1872 ao Exmo. Presidente Doutor Luiz Álvares de Azevedo Macedo. 30 págs. Anexo ao Relatório apresentado pelo mesmo Presidente perante a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe por ocasião de sua abertura no dia 4 de março de 1872.

– *Relatório* apresentado pelo Inspetor Interino da Tesouraria Provincial ao Exmo. Presidente desta Província. Doutor Antonio dos Passos Miranda em 16 de fevereiro de 1874. 30 págs. Anexo ao Relatório com que o referido Presidente abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 2 de março de 1874.

– *Informação* com que o Administrador da Recebedoria Provincial em data de 22 de dezembro de 1875 se desempenhou da comissão de examinar o serviço de desobstrução feito no Rio Japarutuba pelo tenente José Luiz de Góes. Nas págs. 23 a 27 do Relatório com que o Exmo. Sr. Doutor Cypriano de Almeida Sebrão passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Doutor João Ferreira de Araújo Pinho no dia 24 de fevereiro de 1876.

José Correia de Melo Bittencourt, Doutor – Filho de José de Melo Bittencourt e D. Maria Diniz de Melo Bittencourt, nasceu no engenho Cumbe, município de S. Cristóvão, a 22 de dezembro de 1859 e faleceu a 5 de junho de 1900 na Capital Federal. Tendo-se doutorado em 1882 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, partia para a Europa a fim de fazer estudos mais completos sobre oftalmologia, em que se tornou mais tarde especialista reputado. Em Paris foi chefe de clínica oftalmológica do célebre professor L. de Wecker e aluno do Dr. Panás, assim como dos afamados professores Stellwag em Viena e Hirschberg em Berlim. Regressando ao Brasil, entregou-se ativamente à clínica, em cujo exercício percorreu todo o Norte e grande parte do Sul do país, vindo por último fixar-se definitivamente no Rio de Janeiro, onde dirigiu um externato e lecionou geografia e história, quando ainda era estudante. Foi deputado provincial por Sergipe, membro da Sociedade Francesa de Oftalmologia..

Escreveu:

– *Elementos de geografia física*, contendo a descrição especial de cada país e organizados segundo o atual programa de exames gerais da instrução pública. Rio de Janeiro, 1879. Há 2ª edição do Rio de Janeiro, 1880, com 128 págs. in. 8º.

– *Da influência do curativo de Lister nas septicemias cirúrgicas*: dissertação. Proposições. Seção de ciências acessórias – *Dos bactérios e bacterídios*. Seção de ciências médicas – Do parasitismo. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 28 de julho de 1882 a fim de obter o grau de doutor em medicina. Rio de Janeiro, 1882, 199 págs. in. 8º. Tipografia de José Dias de Oliveira.

– *Da operação do eletro-ímã* ou extração de fragmentos de ferro do interior do olho por meio do eletro-ímã. Na “União Médica”, do Rio de Janeiro, 1886, págs. 313 a 323.

– *Relação* de dez cataratas congênicas operadas com sucesso. Idem, idem, págs. 347 a 355.

– *Do jequiriti, suas indicações e contra-indicações*. Idem, idem, págs. 433 e 447.

- Da operação do eletro-imã ou extração de fra-
495 e 531 a 538; vol. 7, 1887, págs. 1 a 13, 109 a 220, 198 a 213 e 241 a 254.
- *Das manifestações oculares nas febres eruptivas e do sublimado em sua profilaxia e tratamento*. No “O Brasil Médico”, revista semanal de Medicina e Cirurgia. Rio de Janeiro, 1887, Ano I, vol. I. págs. 76 a 77, 81 a 82, 91 a 92 e 113 a 114.
- *A conjuntivite virulenta dos recém-nascidos*: meios de preveni-la e remediá-la. Idem, idem, págs. 128 a 129, 136 a 137, 144 a 146.
- *Dos estados patológicos do organismo e suas manifestações oculares*. Maranhão, 1889, 488–VI págs. in. 8º. Tip. a vapor de Frias & Filho.
- *Ueber Augeustörungem bei Bérubéri* – Kranken. Deuck vou U. Baumgarten, Blumenau (Santa Catarina). 1896, 23 págs. in. 8º.
- *Tributo e homenagem à memória do Agripino G. da Silva Martins Filho* no 8º aniversário de seu passamento. Não traz a assinatura do autor. Maceió, 1891, 19 págs., in. 8º pq. Tip. T. de Menezes. Termina com uma poesia dedicado ao morto e a transcrição de uma notícia extraída da “Folha de Sergipe”, Aracaju, de 19 de agosto de 1891.
- *Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 1900. No vol. 4º, 10ª Parte, da “Década Republicana”, págs. 49 a 257.

José da Costa e Silva – Filho de Porfírio da Costa e Silva e D. Felippa do Sacramento, nasceu em S. Cristóvão a 5 de setembro de 1870 e faleceu na capital da Bahia a 10 de agosto de 1910. Conduzido pela família para a cidade de Maruim, ainda em tenra idade, ali se entregou muito cedo à laboriosa vida do comércio, como empregado subalterno, transportando-se depois para a Bahia, onde por sua inteligência e habilitações chegou a ser guarda-livros de diversos estabelecimentos comerciais daquela praça. Preso à faina diária do manejo com os algarismos na discriminação do *deve* e *haver* das transações mercantis, jamais se furtou às exigências desse trabalho fatigante, embora se sentisse inteiramente desviado do caminho das suas aspirações. Uma vocação inata atraía-o para a carreira das letras, de que foi, apesar de todos os óbices, um cultor estremecido. Poeta inspirado, legou à literatura nacional as melhores produções do seu estro privilegiado em versos fluentes e muitas vezes impregnados de um sentimentalismo comunicativo, como no belo soneto a seguir sobre

A MORTE DE UM POETA

Como a criança as pálpebras cerrando
Por melífluos carinhos embalada,
E que adormece após a nacarada
Boca materna lhe beijar cantando;

Como o pequeno pássaro que entrando
Para o seu ninho – tépida morada,
Dormita na floresta, onde encantada
Vésper o meigo olhar vai penetrando;

Tal o poeta envolto nos segredos
De sua lira, brandamente os dedos
Nela repousa e canta entusiasmado.

Depois..., os olhos cerra lentamente
E vê co'os olhos d'alma unicamente
O seu nome de louros circundado!

Este e mais outros trabalhos do mesmo autor foram publicados no “Parnaso Sergipano” de Sílvio Romero. Ao seu nome de poeta festejado reunia também o título de jornalista de mérito. Na imprensa baiana muito escreveu, em colaboração para a “Gazeta de Notícias”, “Diário de Notícias” e para o “Combate” da cidade de Antonio de Jesus, servindo-se dos pseudônimos D. Gambias e Jecílio d’Alva, quando não assinava os seus artigos, e foi redator dos jornais mencionados no fim desta notícia. Pertenceu às sociedades literárias “Grêmio Evolução” “Escola Norte Literária”, de ‘que foi fundador, “Grêmio Literário” todas da cidade da Bahia, e ao Instituto Histórico e Geográfico do mesmo Estado. Além das obras inéditas que deixou, escreveu:

- *Nenúfares*: versos. Bahia, 1893, 144 págs. in. 8º. Imprensa Econômica. Foi o seu livro de estréia, a propósito do qual disse um crítico paraense, o autor revelou-se um escritor de brilhante futuro.

- *Vibrações*: versos. Bahia, 1895, 196 págs. in. 8º. Imprensa Econômica.

- *Nimbos*: versos. Bahia. 1898, 107 págs. in. 8º. Tip. do “Diário da Bahia”.

- *Homens*: poemeto. Bahia, 1910.

- *Topázios*: versos, Publicação póstuma. Bahia, 1916, 148 págs. in. 12º. Casa Catucy.

Fundou e foi redator chefe do:

- *O Livro*: revista literária e científica. Bahia, 1894-1896. Hebdomadário. Propriedade de uma associação. Fazia parte do corpo redatorial Evangelista Pereira, Pedro Licínio, Francisco de Assis e J. Augusto de Carvalho. O 1º número saiu a 7 de abril daquele ano, contendo oito páginas de 3 colunas cada uma. Foi uma das melhores revistas que já existiram na capital da Bahia.

- *Crispim da Bóia*: pequeno jornal humorístico. Bahia, 1905-1906. Publicação quinzenal. O primeiro número é de 9 de setembro daquele ano.

- *Jornal de Notícias*: diário. Bahia, 1909-1910. Depois de ter colaborado por muito tempo nesse jornal, entrou para a sua redação em fevereiro de 1909.

José Cupertino de Oliveira Sampaio, Doutor –Filho do major José de Oliveira Reis Sampaio e D. Anna Ritta de Oliveira, nasceu a 18 de setembro de 1814 no engenho Sant’Ana, então pertencente à freguesia do Socorro, e faleceu a 6 de janeiro de 1861 no engenho Angico. município de Laranjeiras, e hoje pertencente ao de Riachuelo. Doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, graduado a 20 de dezembro de 1841, dedicou-se mais à agricultura, do que à clínica médica, que raras vezes exerceu. Foi político militante, deputado provincial na legislatura de 1848-1849 e membro da Diretoria do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura, nomeado por Decreto de 20 de janeiro de 1860.

Escreveu:

- *Dissertação sobre as idades em geral e a velhice do homem em particular*: tese que foi apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e sustentada em 9 de dezembro de 1841. Rio de Janeiro, 1841, 47 págs. in. 8º. Tipografia Universal de Laemmert.

José Dantas de Sousa Leite, Doutor – Filho de Jose Sizenando Leite e D. Francisca Dantas de Sousa Leite, nasceu a 11 de maio de 1859 na vila de S. Luzia.

Formado pela Faculdade da Bahia em 1881, partiu logo para Paris onde recebeu o grau de doutor pela Faculdade dessa cidade obtendo por concurso o lugar de externo do hospital de Salpetrière. No concurso para internos, em 1886, obteve um dos primeiros lugares, sendo encarregado de um serviço no Hospício de Vaucluse, depois do de Saint Anne, voltando em seguida ao de Salpetrière como auxiliar do professor Charcot, sob cuja direção terminou os seus estudos de clínica nervosa, em que procurou desde o começo especializar-se. Antes de ser graduado pela Faculdade de Paris, traduziu o livro do professor Charcot sobre a “Histeria

no homem” a que o autor juntou uma carta que muito o honrou. De volta da Europa, em 1887, onde esteve durante 5 anos se aperfeiçoando nos estudos médicos, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, onde exerce a sua profissão.

Em Paris conquistou o lugar de externo de diversos serviços clínicos, ocupando naquele último ano o de interno dos asilos dos alienados. Em 1888 publicou um interessante livro sobre moléstias nervosas. O seu nome já era bastante conhecido na imprensa médica, quando publicou uma memória sobre a “Acromegalia”, moléstia até então desconhecida e sobre a qual os especialistas pronunciaram-se de um modo muito lisonjeiro a seu respeito. Colaborou nas revistas européias: *Progrés Medical*, *Recue Nevrologique*, *Revue de Medecine*, *Comptes Rendus de la Societé de Biologie*, *Annales medico-psychologiques* e em outras revistas do Brasil.

Escreveu:

– *Herança mórbida*: Terapêutica geral dos envenenamentos. Método anti-séptico de Lister. Dos casamentos consangüíneos; tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia para obter o grau de doutor. Bahia, 1880, 66 págs. in. gr.

– *Cas d’hysterie dans lequel les attaques sont marquées par une manifestation rare – éternuments*. Na “União Médica” do Rio de Janeiro, 1887, vol. 7, págs 310 a 317.

– *Notes pour servir a l’étude des relations et de l’influence reciproque de l’épilepsie ou de l’hypnotisme avec rhumatisme articulaire aigu*. Na “União Médica”, págs. 351 a 366 e 390 a 400.

– *Estudos sobre os sinais precusores das perturbações nervosas na infância* pelo Sr. Dr. Ch. Feré, medico do Hospício de Bicetre em Paris. Traduzido e anotado. Idem, 1888, nº 18, págs. 7 a 14.

– *Sobre um caso de afasia motora funcional em uma menina de 11 anos de idade*. No *Brasil Médico*, 1888, Vol. 3º. págs. 384 a 336 e 342 a 343.

– *Pathologie nerveuse. Reflexions a propos de certaines maladies nerveuses, observées dans la ville de Salvador (Bresil). Faits d’astisie et d’abasia (Blocq) c’est-à-dire de l’affection denomé Incordinations motrices pour la station et la marche (Charcot et Richer): pretendue épidemie de chrorée de Sydenhan*. Na dita revista de 8 e 15 de novembro de 1888. Estes escritos se acham também nos *Estudes de patologie nerveuse*.

– Novos estudos sobre a histeria; ataques de sono; histeria traumática, tóxica; ticos e ruídos traumáticos: hipnotismo por J. M. Charcot, traduzidos. Paris, 1889, 216 págs. in. 8º.

– *Etudes de pathologie nerveuse avec une lettre du Dr. P. Marie*. Paris, 1889, 193 págs. in. 8º. É uma coleção de importantes escritos já publicados em revistas médicas, começando pelos três seguintes: I, *Contribution à l’étude de la paralysie hysterique sans contracture*; II, *Attaques hysteriques ayant, par leur nombre et leur durée simule, l’état de mal epileptique*; III, *Etude sur les rations et l’influence reciproque de l’épilepsie ou de l’hypnotisme avec le rhumatisme articulaire aigü*.

– *De l’Acromegalie, maladie de P. Marie*. É sua tese para o doutorado em medicina pela Faculdade de Paris, na qual trata ex-cátedra de uma entidade mórbida recentemente reconhecida por Pierre Marie o discípulo dileto de Charcot. Paris, 1890, in 8º, com gravuras no texto.

– *Leçon sur l’acromegalie*. Publicada na *Revue Scientifique* ou *Revue Rose*.

– *Nouvelle contribution à l’anatomie patologique et à la patogenie de l’acromegalie*, 1897.

José Diniz Barreto, Bacharel – Filho do professor Antonio Diniz Barreto e D. Mariana Joaquina de S. José Barreto, nasceu em Itabaiana a 18 de maio de 1845 e faleceu a 29 de setembro de 1893 na cidade de Olinda, em Pernambuco. Sob a direção de seu progenitor e de seu tio, padre Félix Barreto, já mencionados neste livro, fez os estudos iniciais de humanidades, cujo curso concluiu no Recife, onde se bacharelou em direito nos fins de

1870. Dotado da mesma vocação predominante na família, dedicou-se, a exemplo dos seus primeiros preceptores, à carreira do magistério, ensinando desde estudante a língua latina que conhecia tão perfeitamente quanto eles. Espírito solidamente preparado em letras, como na ciência do direito, regeu dignamente as cadeiras de latim do Ginásio Pernambucano e Colégio Diocesano, sendo mais tarde nomeado por Decreto de 21 de março de 1891 do Governo Provisório, lente de Direito Romano da Faculdade de Direito do Recife, de que tomou posse quatro dias depois, recebendo em ato contínuo o grau de doutor. No foro do Recife conquistou a reputação de advogado notável pelo talento e pela honestidade. O seu gênio francamente expansivo e a natural afabilidade de suas maneiras granjearam-lhe a grande estima, de que sempre gozou entre os colegas do corpo docente, alunos e tantos outros que de perto cultivaram as suas relações. Foi delegado literário da freguesia da Boa-Vista, e

Escreveu:

– *Explicações aos Lusíadas de Camões*. Primeira edição. Recife, 1882, 118 págs. in. 16. Tip. Industrial.

– *Pontos de Direito Romano*: obra póstuma. Recife, 1899, 253 págs. in. 8°. Atelier Miranda. Este trabalho ficou interrompido em consequência do falecimento do autor.

Redigiu:

– *A Tribuna*: jornal político, literário e noticioso. Recife, 1881-1884, com João Barbalho de Uchôa Cavalcanti.

José Diniz Villasboas – Filho do coronel Manuel Diniz Villasboas e D. Anna Joaquina Fontes Villasboas, nasceu em 8 de março de 1839 em S. Cristóvão, e faleceu na Capital Federal a 10 de março de 1919. Estudou em Laranjeiras no colégio do professor Braz Diniz Villasboas, seu avô, e depois no extinto Liceu de S. Cristóvão, completando na mesma cidade o seu preparo em letras no colégio do vigário José Gonçalves Barroso.

Em 1854 entrou para a Secretaria do Governo como colaborador, tendo ocupado na mesma Repartição os cargos de oficial e chefe de seção, em que se aposentou a 20 de abril de 1871.

Foi oficial de gabinete de várias presidências e secretário interino em diversos períodos até 1870. Nomeado em junho de 1871 secretário do Governo da ex-província de Mato-Grosso, também ali exerceu cumulativamente o lugar de Diretor Geral dos Estudos de que se exonerou por ter sido nomeado, a 31 de dezembro de 1873, 2º oficial do antigo Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, hoje Viação e Obras Públicas. Em 1877 foi promovido a 1º oficial, em 1885 a chefe de seção e em janeiro de 1912 a Diretor de seção da Diretoria Geral. Em 1885 serviu de oficial de gabinete desse Ministério. Usou de diversos pseudônimos em artigos escritos para a imprensa: colaborou no “Jornal de Sergipe” e no “O Conservador”, em Aracaju, na “A Situação” e “Filho do Povo”, em Cuiabá, e na “A Nação” no Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores do Gabinete Literário Sergipano, no Aracaju, de há muito extinto.

Escreveu:

– *Tentamen* retrospectivo dos principais atos praticados pelo Exmo. Tenente-coronel Francisco José Cardoso Junior, presidente da província de Sergipe, a contar de 2 de dezembro de 1869 a 2 de dezembro de 1870. Aracaju, 1871. Tip. do “Jornal de Sergipe”.

José Egídio da Fonseca – Filho de Caetano da Fonseca Pinto e D. Josefa Maria da Conceição Pinto, nasceu na Estância pelo ano de 1856 e faleceu a 13 de novembro de 1906. Saindo de Sergipe em 1882 com destino à Bahia, ali residiu durante algum tempo, passando-se depois para Maceió, onde permaneceu por muitos anos. Hábil artista tintureiro, era dado também à imprensa e ao cultivo das letras. Foi abolicionista extremado e soldado da propaganda republicana ao lado dos Doutores Manuel Ribeiro Barreto de Menezes, João Gomes Ribeiro e outros. Aluno premiado do Liceu de Artes e Ofícios de Maceió e nele lente

gratuito da 1ª cadeira de aritmética, obteve em 1892 o lugar de escriturário da Intendência daquela cidade, de que foi demitido na primeira administração do Barão de Traipu. Bastante ativo para curvar-se, continuou a lutar corajosamente pela vida, percorrendo as cidades de Penedo, Propriá, Aracaju, e Maruim, onde sucumbiu no hospital de caridade, inteiramente ignorado e em precárias condições. Foi colaborador do “Orbe” de Maceió e redigiu:

O Imparcial: periódico literário, noticioso, agrícola e comercial. Maruim, 1905-1909.

Escreveu:

– *A Terra ou Seis Dias da Criação*: obra científica, contendo a história da terra desde a nebulosa que a constituiu até nossos dias, representada desde a primeira época da criação até a última que chamamos 6 dias. Pelo estudo e evolução da natureza, combinado com as deduções físicas, trata do estudo do futuro da Terra. Oferecido ao distinto clínico Dr. José Antonio Duarte. Maceió 1890, 69-VIII págs. in. 8º. Oficina Mercantil. Tinha ainda a publicar as seguintes obras:

– *Contos Periódicos*. Maceió, 1894.

– *Harmonias do mar* – de Paulin Teuliére. Tradução do francês. Publicação em folheto feita pela Empresa Enciclopédica, criada pelo tradutor para a propagação de trabalhos dos melhores autores sobre literatura, ciências e artes. Maceió, 1898, 18 págs. in. 8º. Tipografia Oriental.

– *Instrução*. No número 3 de fevereiro de 1899 da mesma Empresa Enciclopédica – Maceió, 1899.

– *Coleção de escritos* – Literatura, ciência e política.

– *O Nível da Terra*: obra científica.

– *Assuntos psicológicos*: ciências positivas sobre o estudo da alma humana e da alma dos animais.

José de Faro Rollemberg, Coronel – Filho dos barões de Japaratuba, nasceu em fevereiro de 1845 no engenho Murta, município da Capela, e faleceu em Maruim a 1 de outubro de 1889. De não comum inteligência, mas incompletamente cultivada, apenas, cursou alguns preparatórios no Ginásio Baiano do Doutor Abílio César Borges, depois Barão de Macaúbas, voltando dentro em pouco para a província, onde passou toda a existência, sempre acatado e benquisto pelo seu gênio afável e comunicativo. Muito moço acompanhou o seu progenitor em uma viagem à Europa, e de volta entregou-se à vida da lavoura, enveredando ao mesmo tempo pelo, caminho da política, na qual fez brilhante carreira, tornando-se a curto espaço chefe popular e acatado até pelos próprios adversários. O seu caráter de democrata independente e desinteressado fê-lo tomar no seio do partido em fase bem crítica as mais nobres e arriscadas atitudes, ora rejeitando a sucessão no título nobiliárquico do seu progenitor, ora opondo-se resolutamente aos intentos dos chefes supremos do partido liberal, em toda a pujança de uma situação nascente, como na celebre questão de certa candidatura, que a sua dignidade repugnava aceitar.

Essas posições características da feição moral do político intransigente no terreno dos princípios e das conveniências partidárias; o seu desprendimento por tudo quanto só a si pudesse aproveitar, a cordial bonhomia e espontânea generosidade dispensadas aos mais modestos soldados do partido e as sinceras adesões à sua orientação política, fizeram aumentar dia a dia o prestígio pessoal e o extraordinário poder do chefe intemerato, em torno do qual se agrupavam confiantes e disciplinadas as falanges aguerridas dos seus correligionários. Ainda hoje o seu nome é lembrado com saudade e a sua memória venerada por quantos a conheceram, muitos dos quais dele receberam largos benefícios, como aquela centena de escravizados restituídos à liberdade um ano antes da áurea lei de 13 de maio de 1888.

A despeito de seu natural desapego pelas posições oficiais, foi em Maruim, sede do município de sua residência, delegado de polícia, presidente da Câmara Municipal e

comandante superior da Guarda Nacional, tendo sido também deputado provincial em mais de uma legislatura e vice-presidente da província, que administrou de 9 a 27 de julho de 1885.

Escreveu:

– *Ao eleitorado do 2º distrito desta Província*: circular. No “Diário do Aracaju”, de 12 de maio de 1885.

– Relatório com que o Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente..., passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Presidente Dr. Benjamim A. Ferreira Bandeira em 27 de julho de 1885. Aracaju, 1885, 3 págs. in. 8º gr. Tip. do “Jornal de Sergipe”.

A respeito desse digno sergipano publicou a biografia o Dr. Manuel dos Passos no Almanaque Sergipano para 1903 e posteriormente, 1914, foi publicada outra em opúsculo, pelo jornalista Costa Filho.

José Fernandes de Magalhães, Doutor – Filho do Dr. José Lourenço de Magalhães, contemplado neste livro, e D. Luiza Fernandes de Magalhães, nasceu na cidade da Estância a 23 de outubro de 1861.

Fez o curso preparatório na cidade do Porto em Portugal e o curso superior na Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de bacharel em Medicina em 1886.

Em 1887 fez uma viagem de estudos a Paris, a fim de aperfeiçoar-se na sua especialidade – as doenças das crianças.

Clínico na cidade do Porto e médico do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, exerce desde 1894, o lugar de diretor do Hospício da mesma cidade, estabelecimento de caridade, onde são recebidas as crianças expostas.

Colaborou por alguns anos na “Gazeta das Aldeias” em que publicou artigos de vulgarização científica.

Deixou de escrever a tese de doutoramento por não ser exigida pela Universidade.

Escreveu:

– *Relatório* sobre as águas das Pedras Salgadas.

– Relatório apresentado à Excelentíssima Comissão Distrital pelo diretor da Casa Hospício do Porto. Composto e impresso na Tip. Mendonça – Rua Picaria, 30 – Porto, 1908, 34 págs., com diversos mapas.

– *Relatório* apresentado a Exma. Comissão Distrital em 1895. Com diversos mapas. Está dividido em três partes, 1ª – Resenha histórica; 2ª – Relatório; 3ª – Estatística. Porto, 1896, 40 págs. in. 8º. Papelaria e Tipografia Acadêmica.

José Fiel de Jesus Leite, Bacharel – Filho de João de Souza Bittencourt Leite e D. Francisca Maria do Sacramento Leite, nasceu a 24 de abril de 1835 em Laranjeiras e faleceu a 11 de maio de 1890 em Paulo Afonso, Estado de Alagoas. Bacharel em ciências jurídicas e sociais, diplomado no Recife em 1863, foi magistrado, político e jornalista. Exerceu os lugares de promotor público e juiz municipal em Laranjeiras e Aracaju, juiz de direito nas comarcas de Cintra no Pará, por decreto de 3 de agosto de 1878, de Tacaratu, Pernambuco, em 1881, removido em 1886 para Vigia, no Pará, e dessa comarca para a de Paulo Afonso em 1888. Foi ainda procurador fiscal interino, da Tesouraria da Fazenda em 1867 e efetivo em 1878 no Aracaju; deputado provincial por Sergipe na legislatura de 1868-1869 e chefe de polícia da Paraíba em 1880-1881. Caráter independente e político extremado, esteve no ostracismo durante o decênio de 1868-1878, defendendo na imprensa os interesses do seu partido em oposição. Desde estudante até entrar para a magistratura vitalícia tomou parte saliente nas lutas muitas vezes incandescentes do jornalismo, visando sempre, tanto na discussão serena, como na polêmica apaixonada, o engrandecimento da província e o triunfo dos seus ideais políticos. Membro do Ateneu Pernambucano e sócio correspondente da Associação Tipográfica Pernambucana, fundou e redigiu:

– “O Sergipano” jornal político e literário. Recife, 1860, in. fol. pg. Tip. Universal. O primeiro número é de 3 de maio. Periódico raríssimo, criado especialmente para tratar de negócios de Sergipe, tendo por colaboradores, na maioria comprovincianos do seu fundador, então acadêmico. Teve pouca duração.

– “Faculdade do Recife”: jornal acadêmico. Recife. 1863, in. fol. pq. Sob a direção do proprietário. A sua epígrafe era: Ciência, Pátria e Liberdade! O número 1º saiu a 15 de maio e o último, 8º, a 30 de agosto, com a colaboração dos acadêmicos Antonio Martiniano, Lapemberg, Catão Guerreiro de Castro, Filipe Franco de Sá, Milcíades Pereira da Silva, Padre Manuel da Costa Honorato, Firmino Licínio da Silva Soares, Caetano Maria de Faria Neves e de vários lentes da Faculdade. Em suas páginas encontram-se as biografias dos conselheiros Pedro Autran da Mata e Albuquerque, Lourenço Trigo de Loureiro, do doutor José Antonio de Figueiredo, e Francisco de Paula Batista, membros do corpo docente, as duas últimas escritas por seu diretor.

– *Jornal de Sergipe*: órgão do partido liberal. Aracaju, 1866-1878. O primeiro número é de 2 de julho daquele ano. Continuou a ser publicado com interrupção, tendo passado por diversas fases conforme a orientação dos diretores e proprietários que se foram sucedendo.

Escreveu:

– O projeto do Exmo. Sr. Barão de Muritiba. No “Correio Sergipense” de 1 de dezembro de 1860.

– *Pretensão que tem perante o Corpo Legislativo...*, estudante da Faculdade de Direito de Recife. Pernambuco, 1862, 23 págs. in. 8º. Tip. Comercial de G. H. de Mira & Cia.

– *Discurso* pronunciado na sessão magna do Ateneu Pernambucano em 19 de outubro de 1862 pelo orador escolhido para representar a Associação Tipográfica Pernambucana..., estudante do quarto ano da Faculdade de Direito. Recife, 1862, 12 págs. in. 12º. Tipografia Universal. Foi publicado antes no “Diário Pernambucano” e depois transcrito no “Correio Sergipense” de 19 de novembro do referido ano.

– *Discurso* pronunciado no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano pelo orador escolhido para representar o Ateneu Pernambucano. No “Diário de Pernambuco”, transcrito no “Correio Sergipense” de 29 de outubro de 1862.

– *Relatório* apresentado pelo Presidente interino da Sociedade Acadêmica Ateneu Pernambucano, na sessão de posse da mesma Diretoria, que teve lugar no dia 21 de agosto de 1862. No “Jornal do Recife”, transcrito no citado número do Correio. No “O Ateneu Pernambucano” periódico científico e literário, págs. 2 a 5, vol. VII, 1862.

José Francisco de Carvalho Nobre, Bacharel – Filho do Tenente Coronel Antonio de Carvalho Nobre e D. Felicidade Ferrar, nasceu em Laranjeiras, a 30 de março de 1835 e faleceu a 26 de dezembro de 1911 em Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul. Aos 12 anos publicou na Bahia um romance com o título *Dejanira*, no estilo das antigas novelas, ornado com versos pastoris..

Em 1858, quando acadêmico em S. Paulo, fez a análise crítica de um drama que publicou o Dr. Nabuco e escreveu algumas poesias. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de S. Paulo em 1860, foi logo depois de formado nomeado Promotor da Comarca de Itapetininga, naquele Estado, sendo em 1866 juiz municipal e Delegado de Polícia em Piratini, Rio Grande do Sul, para onde se transportara.

Na cidade do Rio Grande, em 1871, foi Promotor e Inspetor Escolar: sendo a comarca anexada à de Pelotas e Santa Vitória do Palmar a dezenas de léguas na fronteira, foi ali instalar o 1º Júri. Ainda na cidade do Rio Grande, foi por algum tempo redator do “Diário do Rio Grande” até 1878 e correspondente noticiaria do “Diário de Notícias” do Rio. Transportando-se para Porto Alegre em 1880 por influências do partido, foi um dos redatores do “O Conservador”, órgão fundado em 1878 e em cuja redação esteve por espaço de dois anos. Proclamada a república foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Taquara no Mundo

Novo, onde esteve algum tempo em exercício, quando rompeu a revolução florianista em 1893, sendo exonerado por conveniências políticas da ocasião.

Escreveu:

– Análise crítica sobre o drama *Rosina*. São Paulo, 1860. 39 págs. in. 8°. Tipografia Literária. Este drama é do Dr. José Tito Nabuco de Araújo e foi escrito em 1859 quando o autor estudava naquela Faculdade.

José Francisco de Menezes Sobral, Cônego – Filho do capitão-mor Simeão Teles de Menezes e D. Raymunda de S. José Sobral, nasceu a 1 de novembro de 1788 em S. Cristóvão e faleceu a 4 de agosto de 1854 na fazenda Caiçá, município de Simão Dias. Presbítero secular do hábito de S. Pedro, ordenado no seminário da Bahia nos primeiros anos do século passado, recolheu-se à província, quando os acontecimentos políticos da metrópole, refletindo sobre toda a colônia brasileira, traziam os espíritos em constante superexcitação. Ligado por estreitos laços de parentescos a uma das mais importantes famílias sergipanas, inteligente e patriota, tomou parte ativa nos movimentos que precederam e se seguiram à Independência, trabalhando vigorosamente pela causa do Brasil, como também pela emancipação de Sergipe. Gozando da maior consideração pública, galgou as mais elevadas posições, nas quais prestou a sua terra valiosos serviços. Em 1822 foi um dos membros da Junta Provisória, em que se distinguiu pelo seu patriotismo e eleito deputado à Assembléia Constituinte do Império, nela não chegou a tomar parte por ter sido dissolvida por Decreto de 12 de novembro de 1823 pelo Imperador Pedro I. Membro do Conselho do Governo em 1830, deputado provincial em repetidas legislaturas e presidente da Assembléia, administrou a província em 1831 na qualidade de conselheiro mais votado, assumindo pela 2ª vez a administração a 13 de dezembro de 1844, como primeiro vice-presidente, entregou-a a 15 de abril do ano seguinte ao presidente, comendador Antonio Joaquim Álvares do Amaral. Pela 3ª vez no mesmo caráter assumiu o governo a 3 de julho de 1867, deixando-o a 15 de outubro do mesmo ano. Na última fase da sua existência esteve inteiramente afastado dos negócios públicos após muitos anos de profícua atividade. Foi cônego honorário com assento na Capela Imperial, nomeado em agosto de 1841, Vigário Geral da província, oficial da Ordem da Rosa e cavaleiro da de Cristo.

Escreveu:

– *Fala* com que o Exmo. Sr. Vice-Presidente da Provida, Cônego e Vigário Geral..., abriu a 2ª sessão ordinária da 6ª legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 11 de janeiro de 1845. Sergipe, 1845, 16 págs. in. 8º pq. Tip. Provincial de Sergipe

– Ofício de 29 de agosto de 1847 dirigido ao Conselheiro Francisco de Paula Souza e Melo, em que se defende com documentos das acusações feitas na sua administração. No “Correio Sergipense” de 19 de janeiro de 1848.

José Francisco da Silva Melo, Doutor – Filho de Manoel José de Melo e D. Rita Maria da Silva Melo, nasceu a 16 de março de 1853 no município da Capela. Estudou humanidades no seu estado natal e cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, onde doutorou-se em dezembro de 1880. Nomeado cirurgião 2º Tenente do Corpo de Saúde do Exército por Decreto de 11 de junho de 1881, prestou juramento perante o comando das armas da Bahia onde começou a servir, passando por Decreto de 13 de dezembro do mesmo ano a servir na guarnição de Sergipe, onde só chegou a 19 de janeiro de 1883, depois de várias licenças. Nesta mesma guarnição foi promovido a capitão médico de 4ª classe por Decreto de 27 de março de 1890. Em 14 de novembro de 1891 apresentou-se na guarnição de Goiás, para onde foi designado em 6 de julho e em 1892 na de Paraíba, voltando em 1893 para servir novamente em Sergipe. Foi desligado em 1894, partindo para o Rio e ali esteve em exercício na fortaleza da Lage. Seguiu para S. Paulo a 11 de fevereiro em comissão do Ministério da

Guerra e em março chegou a Itararé, assumindo a chefia da enfermaria; em abril aprestou-se para o mesmo serviço na Cidade de Castro no Paraná, seguindo a 28 do mesmo mês para Curitiba com a divisão, onde em 9 de maio assumiu a direção do hospital. Por ter sido desligado do serviço em 8 de junho, seguiu para Rio de onde foi mandado a 7 de julho para a guarnição de Sergipe. Por ordem do dia de 4 de novembro de 1895 foi louvado pelo General Inspetor Geral pelos bons serviços que lhe prestou. Por portaria de 25 de março de 1896, obteve permissão para tomar assento no Congresso de Sergipe, 1896-1897, 1898, 1899 e por Decreto de 9 de maio foi graduado no posto de Major médico de 3ª classe.

Em 1900 foi nomeado para servir na Bahia e por Decreto de 14 de dezembro foi promovido a major médico de 3ª classe, por antiguidade, sendo reformado em 11 de março de 1903.

Escreveu:

– *Considerações sobre o aborto*: dissertação. Proposições. Seção médica. Qual o melhor tratamento da febre amarela? Seção cirúrgica – Considerações acerca dos sinais de certeza absoluta da prenhez. Seção acessória. Vinhos medicinais. Tese inaugural. Bahia, 1880, 53 págs. in. 8º. Imprensa Econômica.

José Gonçalves Barroso, Vigário – Nasceu na então vila de Laranjeiras a 21 de março de 1821 e faleceu na cidade de S. Cristóvão a 17 de setembro de 1882, tendo sido seus pais o capitão Antonio Gonçalves Barroso e D. Martinha Maria do Sacramento. Feito com rápido progresso o curso das aulas do seminário arquiépiscopal da Bahia, concluiu os seus estudos antes de completar a idade precisa para receber a investidura clerical, e por esta circunstância foi obrigado a recolher-se à província por determinado tempo, no decurso do qual se lhe deparou o ensejo de inscrever-se candidato a cadeira de latim da Capela então em concurso, e na qual foi promovido lente substituto por ato de 13 de dezembro de 1842. Passados dois anos voltou à Bahia, onde lhe foram conferidas as ordens sacras de presbítero secular. No primeiro quinquênio após a sua ordenação foi chamado a ocupar no funcionalismo público os cargos de lente de Filosofia Racional e Moral em 1845, os cargos de secretário e lente de Filosofia em 1846 do extinto Liceu de S. Cristóvão, de que fora também diretor por nomeação feita em 1848 pelo Presidente Joaquim José Teixeira, bibliotecário (o primeiro na ordem cronológica) da Biblioteca pública Provincial, 1851-1854, e diretor da Imprensa do governo por ato de 27 de abril de 1852 em substituição ao tenente coronel Domingos Mondin Pestana. Dada em 1853 a vaga da freguesia de N. S. da Vitória da cidade de S. Cristóvão, então capital da província, por falecimento do respectivo pároco, o cônego Luiz Antonio Esteves, foi nomeado vigário colado, por Dec. de 21 de abril desse ano, atentas às provas exibidas no concurso aberto para esse fim, tendo exercido as funções paroquiais desde sua posse a 5 de junho seguinte até aos seus últimos dias. De 24 de agosto de 1861, data da respectiva provisão, até ao ano de 1881 acumulou o lugar de vigário geral da província, que já o havia exercido anteriormente em virtude de nomeação interina. Na primeira fase de sua vida política militou ativamente nas fileiras do partido conservador, que o elegeu em 1852 vereador da Câmara Municipal de S. Cristóvão para o quadriênio de 1853-1856. Foi o primeiro cargo eletivo que ocupou no longo estágio percorrido durante trinta anos de lutas partidárias, no decurso dos quais figurou como deputado provincial em onze legislaturas, sendo quase sempre elevado à cadeira de presidente da Assembléia por seus colegas de representação. Entre as graves questões suscitadas no largo período do seu mandato legislativo, deu-lhe grande nomeada a que se discutiu na memorável sessão de 1854. Apresentada nesse ano no seio da Assembléia Provincial a idéia da mudança da Capital para o Aracaju, não vacilou em colocar-se entre os opositores do projeto que era francamente apoiado pelo presidente, Bacharel Ignácio Joaquim Barbosa. Extremadas as opiniões, foi indiferente ao sacrifício dos próprios interesses, que a sua atitude hostil iria acarretar, e então o combateu tenazmente por cinco dias consecutivos, revelando na tribuna raros dotes

oratórios e extraordinário vigor de uma robusta inteligência. Tudo foi inútil. O seu ingente esforço esterilizou-se ante a vontade irredutível do governo, cujo pensamento teve de ser convertido em lei da província e punida a independência do deputado oposicionista com a jubilação na cadeira de lente de Filosofia do Liceu Sergipano. Desde então o valente defensor dos direitos da metrópole sergipana filiou-se ao partido liberal, em que teve posição eminente. Era principalmente na tribuna sagrada que mais realçava o seu grande mérito de orador consumado, vantajosamente conhecido não só na província, como na outrora Corte do Império, onde os sermões do digno sucessor de Frei José de Santa Cecília se anunciavam pela imprensa com antecedência de dias. Foi isso em 1866 e 1867, na mesma época em que o pregador provinciano, recordando seus primeiros tempos de magistério, prestou-se a dar lições de latim e filosofia no colégio “Santo Antônio”.

Desempenhou honrosas comissões e pelos serviços prestados à matriz de sua freguesia por ocasião da visita de D. Pedro II ao Norte do Império, em 1860, foi agraciado com a comenda da Ordem de Cristo. Por ato de 26 de outubro de 1870 foi nomeado inspetor paroquial da Instrução Pública de S. Cristóvão. Deixou grande número de sermões inéditos, dos quais os seus herdeiros ofereceram a maior parte ao falecido Padre José Joaquim Ludovice, vigário de Simão Dias, e os restantes ao Padre José Joaquim de Brito, atual vigário de Vassoura, Estado do Rio de Janeiro. A sua biografia foi publicada no “Diário Oficial” do Estado de Sergipe de 18 de setembro de 1896.

Escreveu:

- Sermão na matriz de S. Cristóvão no dia 14 de março de 1848 por ocasião do *Te-Deum* celebrado em homenagem, ao aniversário natalício de S. M. a Imperatriz, pela 1ª vez festejada na mesma cidade.

- *Relatório* apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente desta Província Luiz Antonio Pereira Franco pelo Bibliotecário da Biblioteca Pública Provincial a 30 de janeiro de 1854. Apenso nº 4 à fala que dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe, na abertura de sua 1ª sessão da 10ª Legislatura no dia 20 de abril de 1854. 4 págs. in. 8º pq.

- *Ao Sr. Inimigo da calúnia*: artigos no “Correio Sergipense” de 30 de outubro e de 6 de novembro de 1862.

- *Defesa* à acusação que sofreu de seus inimigos políticos: discurso pronunciado na sessão de 15 de abril de 1880, na Assembléia Provincial. Aracaju, 1880, 16 págs. de 2 colunas, in. 8º.

- *Reforma da Instrução pública da província*: discurso proferido na sessão de 16 de março de 1882, Aracaju, in. 12º. Fez parte da imprensa, como redator oficial do:

- *Correio Sergipense*. S. Cristóvão, 1852-1853. Colaborou no “Jornal de Sergipe” e redigiu:

- *O Voto Livre*: periódico político e literário. S. Cristóvão, 1857-1860. Publicação semanal. Formato, 0,34 x 0,22 com quatro páginas e as mesmas colunas em cada uma. Tip. da União Liberal. Editor João Gomes de Melo.

- *O Liberal*: órgão político. Aracaju, 1868. Com o Doutor José de Barros Pimentel. Teve pouca duração.

- *O Eco Liberal*: órgão do partido de Sergipe. Aracaju, 1877-1884 com interrupções. Corpo redatorial – Uma comissão de cinco membros de que faziam parte o Bacharel Graciliano Aristides do Prado Pimentel, Professor Luiz Carlos da Silva Lisboa, doutor José Leandro Martins Soares, Domingos Guedes Cabral e autor. Publicação semanariamente e em dias indeterminados. O primeiro número é de agosto daquele ano. Formato: 0,38 x 0,24 com quatro páginas de outras tantas colunas cada uma. Tip. do “Eco Liberal”. Rua de Maruim nº 13.

José Heráclito de Faria Lima, Engenheiro – Filho do extinto negociante Jovinião Faria Amado e D. Melânia Lima de Faria, nasceu e faleceu na cidade da Estância. No

pequeno espaço de tempo fixado entre as datas de 11 de janeiro de 1878 e 6 de julho de 1914, que são as do seu nascimento e morte, correu-lhe rápida a existência, durante a qual, a despeito disto, desenvolveu a maior soma de atividade, revelando grande competência na execução dos trabalhos técnicos que lhe foram confiados. Na terra do berço fez os primeiros estudos, indo depois para a Bahia, onde completou o curso de humanidades; que o habilitou a inscrever-se como aluno na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, na qual se diplomou em 1901 em engenharia civil. Entregando-se com afinco aos serviços de sua árdua profissão trabalhou nas construções da Estrada de Ferro do Rio de Janeiro, Minas, Goiás, Bahia e Sergipe, tendo ocupado neste último Estado o cargo de Engenheiro Fiscal do 5º Distrito da Inspetoria Federal das Estradas. À Estrada de Ferro do Timbó a Propriá prestou o seu concurso técnico desde os estudos iniciais até a construção do leito em toda a linha do sul e parte da linha do Norte. Sob sua direção foram construídas as linhas telegráficas da Estância, Boquim e Itabaianinha, a ponte sobre o rio Piauitinga e a ponte metálica do “Governador” no Aracaju em substituição à antiga ponte de madeira. Foi ele o autor das plantas do edifício do Grupo Escolar “General Siqueira” e do remodelamento do da Biblioteca pública. Sob o pseudônimo de Fausto colaborou na “A Razão”, jornal da Estância.

Escreveu:

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Doutor Josino Menezes, M. D. Presidente do Estado pelo Engenheiro civil..., encarregado da construção da Ponte do Governador. Aracaju, 13 de maio de 1904. No “O Estado de Sergipe” de 2 de junho seguinte.

– *Relatório* apresentado a 15 de fevereiro de 1913 ao Exmo. Presidente, General José de Siqueira Menezes, pelo encarregado da reconstrução da ponte da Cachoeira, na Estância, publicado na “A Razão” de 2 de março seguinte.

– *Memória* justificativa do ramal férreo da Estância a Simão Dias. No “Diário Oficial” do Rio de Janeiro, datado de 27 de agosto, e no “O Estado de Sergipe” de 5 de setembro de 1913.

José Hermenegildo Pereira Guimarães, Doutor – Filho de Antonio José Pereira Guimarães e D. Colecta Maria da Silva Guimarães, nasceu a 22 de agosto de 1854 na Capela. À falta de curso secundário em Aracaju, teve de seguir em 1869 para a Bahia, a fim de estudar os preparatórios.

Em 1873 matriculou-se na Faculdade de Medicina daquela cidade, recebendo o grau de doutor a 24 de janeiro de 1880. Em meados desse ano partiu para São Paulo e domiciliou-se na cidade de Bragança, exercendo a clínica. Tendo sido um dos cooperadores da organização do partido republicano nesse município, foi eleito em 1887, na última eleição municipal, – vereador. Proclamada a República, antes de findar o quadriênio, foi encarregado pelos chefes republicanos de montar a política nessa cidade. Foi eleito deputado à constituinte estadual a 7 de março de 1892. Depois de findo o mandato legislativo, para o qual não se sentia apto, fez apenas parte de assembléias oposicionistas, sendo membro da oposição. Em 1881 colaborou num periódico, “O Guaripocaha”, escrevendo sobre higiene; em 1889 forneceu notas ao “Republicano” de Laranjeiras como delegado de Sergipe aos Congressos Republicanos em S. Paulo e Juiz de Fora, Minas Gerais.

Escreveu:

– *A máquina de costura de pedal*. No “Guaripocaba” de 1881.

– *O Aposento do enfermo*: série de artigos. No mesmo jornal de 1881.

– *O Cemitério*. Idem do mesmo ano.

– *A Municipalidade de Bragança*. Idem, idem.

– *Ao tratamento da choréa pelas pulverizações etéreas*. Na “União Médica” do Rio de Janeiro, 1884, págs. 317 a 323.

– Carta de S. Paulo. No “Republicano” de Laranjeiras de 16 de junho de 1889. Como essa encontram-se sob o mesmo título outras nos ns. de 14 e 21 de julho; 4 de agosto e 15 de setembro do dito ano, e 27 de março de 1890.

Redigiu:

- *Gazeta de Bragança*: periódico. Bragança, 1891-1892.
- *Gazeta Republicana*: periódico. Bragança, 1869-1897. Publicação nas quintas e domingos. O 1º número saiu a 5 de novembro daquele ano. Com o Dr. Joviano Telles.
- *O Republicano*: bi-hebdomadário, Bragança, 1902-1903. Publicação nas quartas e sábados. Ainda com o Dr. Joviano Telles e mais os Drs. Jerônimo Cunha e Alfredo Teixeira. O 1º número saiu a 7 de setembro daquele ano.

José Honorino de Oliveira, Doutor – Filho de José Honório dos Santos e D. Maria Anacleto de Oliveira, nasceu no Aracaju a 28 de março de 1864 e faleceu a 25 de dezembro de 1902 na cidade do Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul. No seu Estado preparou-se em humanidades, cursando em seguida as aulas do ensino médico na Faculdade da Bahia, em que recebeu o doutorado em 11 de dezembro de 1888. Depois de ter exercido no Aracaju os cargos de Delegado de polícia em 1889 a janeiro de 1890 o de médico da casa do prisão nesse último ano, entrou para o corpo de saúde do Exército como médico adjunto com as honras de tenente. Nomeado por Decreto de 25 de maio e empossado a 14 de julho de 1896, estacionou sempre no Rio Grande do Sul, conservando aquele rosto até o seu falecimento em Alegrete, de cuja guarnição fazia parte.

Escreveu:

- *Tratamento antisséptico nas amputações*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 10 de setembro de 1888 para serem sustentadas a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1888, 76 págs. in. 8º. Imprensa Popular.

José Ignácio de Barros Pimentel, Doutor – Filho do tenente coronel José de Barros Pimentel e D. Maria Victória de Almeida Barros, nasceu no município de Maruim a 26 de julho de 1832 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 29 de setembro de 1888; Doutor em medicina pela Faculdade da Bahia, graduado em 1857, foi dois anos depois nomeado, mediante concurso, opositor da seção de ciências acessórias da mesma Faculdade. Durante os anos que se seguiram esteve no exercício da clínica e do magistério, até que, sobrevindo a guerra contra o governo do Paraguai se ofereceu em 1865 para servir no teatro das operações, cabendo-lhe dirigir o hospital naval a bordo dos navios que mais ativamente partilharam dos perigos daquela campanha. Restituído aos afazeres normais da paz, logo que se reataram as relações diplomáticas entre os países beligerantes, renunciou à cadeira de lente, mais tarde declarada vaga por Aviso de 26 de dezembro de 1876, para fixar residência em Montevidéu, onde gozou de grande prestígio, não só entre os membros da colônia brasileira, como nas rodas mais distintas da adiantada cidade do Prata. Nenhum outro consultório médico fora mais freqüentado durante vinte anos de permanência naquela capital, não tanto pela vulgarização do mérito científico do estimável profissional, aliás sobejamente comprovado, quanto pela natural afabilidade com que acolhia a todos indistintamente e mais ainda pela rara habilidade em captar a inteira confiança dos clientes. Uma outra qualidade não menos recomendável concorreu grandemente para torná-lo o médico querido e popular em Montevidéu, não obstante a sua condição de estrangeiro. Nimiamente desinteressado, e portanto sem a preocupação das vantagens materiais da profissão, suas contas nunca foram além dos recursos das bolsas mais modestas, atenta à modicidade da remuneração exigida pelos serviços clínicos prestados. Do mesmo modo que foi o médico, assim se revelou o brasileiro na assídua convivência com os compatriotas. Sempre disposto a cooperar em prol dos interesses coletivos da colônia, muito contribuiu para a organização da Sociedade

Brasileira Beneficente, da qual foi unanimemente aclamado seu Presidente, quando se procedeu a eleição dos membros da primeira Diretoria. Os seus sentimentos patrióticos manifestaram-se ainda em outra esfera mais dilatada. Embora de longa data ausente do país, nem por isso lhe interessarão menos as questões políticas e sociais de mais transcendência, que dentro dele agitaram a opinião nacional. “A história da emancipação dos escravos no Brasil, disse um órgão da imprensa de Montevidéu ao noticiar o seu falecimento, “O Brasil” de 2 de outubro de 1888, há de prestar-lhe o devido e merecido tributo, porquanto foi ele dos primeiros que abriram propaganda contra a instituição que por tão longo tempo humilhou a sua pátria”. Sentindo a saúde profundamente alterada, teve de interromper a vida ativa da clínica, a cujas fadigas resistira sempre com vantagem a robustez da sua compleição. Homem da ciência, habituado a desvendar nos recessos do corpo humano todos os segredos da patologia, não podia nutrir possíveis ilusões sobre a gravidade da moléstia que lhe invadira o organismo.

Com a certeza da aproximação de seus últimos dias partiu de Montevidéu em demanda do Rio de Janeiro, trazido pelo único desejo, que viu realizado, de desprender-se da vida em terras brasileiras no meio dos parentes e amigos. Condecorado com as medalhas da guerra do Paraguai e cavaleiro da Ordem de Cristo, foi deputado à Assembléia Legislativa de sua província no biênio de 1860-1861.

Escreveu:

– *Ação dos eflúvios pantanosos*: dissertação. Proposições – Terminações de Inflamações. Dá-se propagação nos híbridos dos dois reinos organizados. Temperamento limfático. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, e perante ela sustentada em novembro de 1857 por..., para obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1857, 30 págs. in. 8°. Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra.

– *Constituição química dos sais amoniacaís*. Teoria do amônio. Proposições sobre os diversos anos da ciência médica. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em maio de 1859 para o concurso de um dos lugares de opositor da Seção de Ciências Acessórias da mesma Faculdade. Bahia, 1859, 20 págs. in. 8°. Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra.

José Joaquim Pereira Lobo, General – Filho do capitão Joaquim José Pereira Lobo e D. Joana Rosa Pereira Lobo, nasceu na cidade de S. Cristóvão a 28 de dezembro de 1864. Verificou praça a 9 de novembro de 1882, matriculando-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, que cursou desde 1883 até 1888, quando se passou para a Escola Superior de Guerra, onde completou seus estudos, em fevereiro de 1889.

Em 11 de maio desse ano foi nomeado alferes-aluno, confirmando patente para o posto de 2º tenente de artilharia em 4 de janeiro de 1890. Promovido a 1º tenente em 11 de abril do mesmo ano, em janeiro de 1892 recebeu o grau de bacharel em matemáticas, ciências físicas e naturais pela referida escola e por decreto de 4 de abril de 1893 foi promovido a capitão. De janeiro de 1894 a maio de 1895 dirigiu interinamente as obras militares de Sergipe, sendo dispensado por portaria de 27 do referido mês.

Em 1896 foi eleito Deputado à Assembléia Legislativa de Sergipe para o biênio de 1897-1898, e pouco tempo depois Vice-Presidente do Estado. Nessa qualidade teve de assumir, no ano seguinte, as funções do cargo de Presidente por lh’as haver passado, em virtude de licença, a Presidente Dr. Martinho Garcez.

Nesse caráter presidiu o Estado de 11 de outubro de 1897 a 20 de março de 1898. Assumindo o comando do 4º Batalhão de Artilharia estacionada no Pará, em 12 de agosto de 1899, ali permaneceu até 7 de outubro do mesmo ano. A 3 de fevereiro de 1900 deixou esse cargo e assumiu a fiscalização da mesma até 10 de janeiro de 1902, quando assumiu o comando da sua bateria.

Por portaria do Ministério da Guerra de 19 de abril 1903 foi nomeado Diretor da Colônia Militar de Chopin, sendo exonerado a pedido, a 1º de junho de 1907.

A 30 de abril do ano seguinte foi-lhe concedida a medalha de prata em reconhecimento aos serviços prestados por mais de 20 anos.

Promovido a major por decreto de 5 de agosto de 1908, foi classificado no 5º regimento de Artilharia, sendo por decreto de 2 de agosto de 1911 elevada ao posto de tenente-coronel por merecimento. Graduado coronel a 26 de junho de 1918 teve efetividade em 12 de março de 1919.

Eleito senador por seu Estado em 19 ao novembro de 1914, renunciou a senatoria depois de ter assumido o Governo do Estado para o qual fora eleito em 1918, terminando o governo a 24 de outubro de 1922. A 3 de julho de 1928 foi promovido a General de Brigada, sendo logo após reformado.

Eleito de novo Senador em 28 de janeiro de 1923, ainda exerce esse mandato (1924).

Escreveu:

- Relatório do Dr... Vice-Presidente do Estado, passando a administração ao Presidente efetivo, Dr. Martinho Garcez, em 20 de março de 1898. Aracaju, 1898, 24 págs., in. 8º, além de três mapas finais. Imprensa Oficial.

- *Política de Sergipe* – Carta aberta dirigida pelo Capitão..., Vice-presidente do Estado, ao Tenente Marcelino José Jorge, intitulado secretário da pretensa Assembléia Legislativa de Sergipe. Bahia, 1898, 78 págs. in. 8º pq. Tip. e Encadernação “Empresa Editora”. Saiu 2ª edição, Rio de Janeiro, 1918. 84 págs. in. 8º. Tip. Revista dos Tribunais.

- *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1919, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 13ª legislatura, pela Coronel Dr... Presidente do Estado. Aracaju, 1919. 90 págs., in. 4º gr., além de muitos anexos, no fim. Imprensa Oficial.

- *Mensagem* apresentada a Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1920, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 1ª legislatura, pelo Coronel Dr... Presidente do Estado. Aracaju, 1920. 101 págs. in. 4º gr, além de anexos no fim. Imprensa Oficial.

- *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 7 de setembro de 1921, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 14ª legislatura, pelo Coronel Dr.... Presidente do Estado. Aracaju, 1921, 77 págs., in. 4º gr, além dos anexos finitos. Imprensa Oficial.

- *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1922, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 14ª legislatura pelo Coronel Dr... Presidente do Estado. Aracaju, 1922. 74 págs. in. 4º gr. além dos anexos finais. Imprensa Oficial.

► *Data de morte: 24 de fevereiro de 1933, no Rio de Janeiro (RJ)*

José Jorge de Siqueira Filho, Bacharel –Filho de outro do mesmo nome e D. Rosa Maria de Siqueira, nasceu a 1 de fevereiro de 1845 em Laranjeiras e faleceu em Itabaiana a 4 de janeiro de 1870. Na cidade natal e no Aracaju fez os primeiros estudos, em que se habilitou para a matrícula do curso superior. Posteriormente bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade do Recife, graduado em 1868, foi condiscípulo de Castro Alves, Fagundes Varela, Luiz Guimarães Junior e Tobias Barreto, e como eles nascido para interpretar a melodiosa linguagem das musas. O seu nome figura no extenso registro de poetas brasileiros prematuramente ceifados pela morte naquela fase da vida em que lhe deviam sorrir todas as esperanças de um futuro de glórias. Com dois anos de formado, mal penetrava os pórticos da vida pública, sucumbia, deixando de sua rápida passagem por este mundo a memória quase apagada de uma robusta inteligência, enquanto que outras sem o mesmo merecimento gozam de considerável notoriedade na república das letras. O próprio Sílvio Romero, seu contemporâneo no Recife, dele fala incidentemente no prefácio ao “Parnaso Sergipano” e na “Historia da Literatura Brasileira”; quando se refere aos poetas acadêmicos da escola hugoniana surgidos naquela época de transformação literária. No entanto o seu talento poético

não temia qualquer confronto com o dos colegas de estudos acadêmicos, cultores da poesia, e tão brilhante se revelara que quase foi considerado êmulo de Tobias, na apreciação de um seu biógrafo. A despeito de tudo isto o jovem poeta não se fizera conhecido, como fora de esperar, pois que, avesso por índole às formulas convencionais das exposições aparatosas e sem pretensão aos aplausos das multidões, jamais cogitou de alcançar o favor público, limitando-se unicamente ao gozo íntimo de viver para a afeição de raros amigos e de um pequeno círculo de admiradores. Nesse estado de espírito propenso à abstração e ao isolamento, avaro de expansões e indiferente à justa consagração do seu valor intelectual, nunca pensou em publicar em livro, suas composições poéticas, na maior parte espalhadas pela imprensa acadêmica de seu tempo em Pernambuco. Isto mesmo já foi dito por mim no artigo escrito para a “Dicionário Bibliográfico Brasileiro”, que aqui reproduzo mais ampliado e com correções. Seu espólio literário compõe-se de grande cópia de:

– *Poesias*, Recife, 1862-1869, que se acham em poder do doutor Adolfo Generino dos Santos, seu colega e amigo, residente na Capital Federal. É um livro inédito dividido em três partes: a primeira intitulada *Ninféas*, dedicada à alma pura de sua irmã, contém dezenove composições diversas; a segunda, *Solfatara*, com dedicatória a sua mãe, consta de quinze; a terceira, *Stradivarius*, dedicada a seu pai, contém dezenove. Dele fazem parte as poesias publicadas no “Parnaso Sergipano”, 3º vol., de Sílvio Romero, e as duas com que encerro o presente artigo.

Escreveu mais:

– *A expulsão dos holandeses*: drama histórico, inédito, fez parte da imprensa acadêmica do seu tempo, redigindo:

– *A Idéia*: periódico científico e literário. Recife, 1865. Com Theodoreto Carlos de Faria Souto. Apenas saiu um único número a 8 de abril, trazendo como epígrafe o *Nosce te ipsum*, de Sócrates.

– *O Liberal Acadêmico*: jornal político, literário e noticioso. Recife, 1808-1869. Tinha por epígrafe: *Vos enim libertam vocatis estis patris* (S. Paulo ad Galatas) e um trecho de discurso do deputado José Bonifácio, pronunciado na sessão de 17 de julho de 1888, publicação nos dias 10, 20 e 30 de cada mês. Foram seus companheiros de redação: José Leandro Martins Soares, Lula Henrique Pereira de Campos e Plínio Augusto Xavier de Lima.

A SERGIPE

La a terre paternelle c'est deux fois la patrie. – Gerard de Nerval

Lá nos morros de lúcida areia
onde a onda se quebra na intan,
onde a lua desmaia e anseia
se rompendo lá vem manhã,
cada onda que morre na praia,
cada aurora que à lua desmaia,
um segredo nas águas vagueia;
pelas águas desmancha-se a palma,
que vivente viveu em minh'alma,
que minh'alma calada pranteia.

E no leito de areias dormida
vede a filha esquecida dos mares,
com a arasóia de raios tecida,
com diamante e safira em colares:
dorme à sombra de seus cajueiros,

que se encontram por entre os coqueiros
onde a brisa cicia a voar,
sua longa lustrosa madeixa
indolente na cisma desleixa
em serpeio de manso no mar.

Serigipe, és a flor da montanha
desabrochada no denso espinhal,
és a garça que sempre se banha
na corrente de claro cristal.
Sirigire, meu céu de primores,
Sirigipe, meu berço de flores,
que em teu seio gentil me embalaste,
porque os dias de infância tão belos
porque os doces primeiros anhelos
entre os prismas do sol misturaste!

E nas ondas boiando se esfolha
minha palma, que eu dei-te ao partir,
e minha alma saudosa se molha
neste róscio de triste carpir;
Minha vida foi doce e gentil
em teu seio passada infantil,
quando em crenças minh'alma alterou-se
Ai! quem dera do meu Cotinguiba
eu dormisse menino na riba
meigo sono da pátria tão doce!

Foste a naiade um dia inocente
velas bandas do mar a vagar,
e das vagas no órgão fremente
os teus cantos de amor a cantar.
Tua vida era a vida da rola
que as florestas à tarde abemola
e adormece com o sol que desmaia;
tua vida era a vida da intã
que se banha na onda louçã,
quando a onda levou-a da praia.

Mão de ferro na tez fugitiva
tua vida era a vida da ita
e choraste – mimosa cativa –
como a filha dos mouros chorou:
de teu pulso o jasmin roxeaste
vergonhosa e pequena te achaste
na presença de estranho senhor:
e os guerreiros das matas desceram
e as florestas e as serras tremeram
ao teu leve soluço de dor.

Te que os lábios um dia tocou-te

grande gênio, celeste beldade,
e num ósculo ardente abraçou-te
na lareira de Luz – liberdade!
Liberdade! no verde araça,
repetiu-te o gentil sabiá,
e a fontinha gemeu a teus pés!
Liberdade! no rio silente
foi dizendo a barquinha contente
deslizando-se em cheias marés!

Não despertes, esquiva donzela,
não despertes, que a nuvem troveja,
não desfolhes a linda capela
que a fragrância das rosas roreja;
Sirigipe, meu céu de primores,
Sirigipe, meu berço de flores,
dentre as sombras do meu coração
ouve o cântico triste e saudoso
que se eleva c'o sol majestoso
d'outra plaga ao primeiro clarão

1862

AVE, STELLA!

Teu olhar é o silêncio do delírio
Teu sorriso é o hálito do Empireu
Que dos lábios de Deus bebe o Elohim;
Nos seios teus a vibração remota
Vem, arfando, quebrar a última nota
Lá dos celestes madrigais sem fim.

De tua alma na angélica pureza
Dorme encarnado a um raio de beleza
O verbo sonhador de teus anelos.
Mas junto do teu trono radiante
Não sentes minha sombra palpitante
Teu cendal apertando, de joelhos ?

Dessa linda grinalda de inocência
Tu derramas centelhas de demência
Como a deusa da ardente inspiração;
E do êxtase infinito de minha alma
Eu jamais posso erguer a verde palma
Dos lírios rociados de paixão!

A luz que o Éden dos sonhos reverbera
Abre os seios de virgem primavera
Para depor-te à frente um diadema!
Se n'um desleixo místico suspiras,
Vibram no espaço mil remotas liras

Soluçando um dulcíssimo poema...

Quando os cabelos, a brincar, destranças,
E ébria talvez de mágicas fragrâncias,
Cerras os cílios num langor divino;
Também no esquecimento de mim mesmo,
Deixo em teus seios, oscilante, a esmo
O frágil talismã do meu destino!

E eu não posso do nada a sombra escura
Romper, p'ra ir na taça da ventura
Afogar-te o mais tímido suspiro!
E eu não posso trazer-te as harmonias
Que embalam as esferas erradias,
Sem jamais desmaiar no eterno giro!

Mas é tão doce o néctar da esperança!
Nos loiros ideais de uma criança
Colher a palma do primeiro amor!
O sol já purpureia a serrania;
E ainda cobre a onda da utopia
Eu sigo o teu batei encantador!

Em tua ilha, no oceano das delícias,
– Formosa Hespéride a te ornar de clícias,
Colombo um dia surpreendi teu hino...
Ai da encantada plaga tão diletta
A galera dos sonhos do poeta
Não soltes outra vez ao mar sem tino.

José Leandro Martins Soares, Bacharel – Filho do coronel Francisco Martins da Silva Soares e D. Maria Accioli Martins Soares, nasceu a 5 de março de 1836 no engenho Cadoz, pertencente ao município da Pacatuba, e faleceu no Aracaju a 4 de setembro de 1902. Resolvido a abraçar o estado eclesiástico, fez por espaço de três anos o curso do seminário arquiépiscopal da Bahia, que interrompeu para dedicar-se ao estudo das ciências jurídicas e sociais professado na Faculdade do Recife, na qual se bacharelou a 22 de novembro de 1869. Terminado o quinquênio acadêmico, entrou para a vida pública, precedido da justa nomeada de distinto poeta, literato e jornalista de estilo ático e elegante. Exerceu a advocacia em todo o Baixo S. Francisco, principalmente em Propriá, Vila Nova e Penedo, e no Estado do Espírito Santo, por limitado tempo, e como político sempre demonstrou muito devotamento pelos princípios e tanto desinteresse pelas posições de destaque, que muita vez sacrificou as suas aspirações em proveito dos correligionários. Ocupou os cargos de promotor interino da comarca de Propriá, procurador fiscal da extinta Tesouraria Geral do Aracaju, chefe de polícia, interino, em 1878-1879, e 1º vice-presidente. Neste último caráter administrou a ex-província nas duas épocas de 16 de junho a 28 de julho de 1880 e de 5 de abril, a 18 de maio de 1881. No regime republicano foi chefe de polícia efetivo do Estado em 1900. Membro da Arcádia Pernambucana e honorário da Sociedade Literária da cidade de Cunha, Estado de São Paulo: colaborou quando estudante, nos órgãos pernambucanos “Diário de Pernambuco”, “Jornal do Recife”, “A Esperança”, “Mosaico”, “A Luta”: depois de formado no “O Trabalho” da cidade do Penedo, no “Laranjeirense”, de Laranjeiras, no “O Momento” do Aracaju e em alguns mais. Como acadêmico redigiu:

- *A Idéia*: periódico científico e literário. Recife, 1865. O primeiro número saiu a 8 de abril. Com Theodoro Souto e José Jorge de Siqueira Filho.
- *A Arena*: periódico científico e literário. Recife, 1865. O primeiro é de 1 de maio. Com José de Carvalho César e Paulo de Amorim Salgado Neto.
- *O Liberal Acadêmico*: jornal político, científico e literário. Recife, 1865. Saiu o primeiro número a 13 de junho. Formado redigiu:
- *Eco Liberal*: órgão do partido em Sergipe. Aracaju, 1877-1884. Com o vigário José Gonçalves Barroso e o doutor Domingos Guedes Cabral. O primeiro número de agosto daquele ano.
- *Sul de Alagoas*: órgão consagrado aos interesses sociais. Penedo 1896. Primeira fase, com outros. Publicado às quartas-feiras.
- No número de 11 de setembro de 1902 foi publicada a sua necrologia com o retrato.
- *O Estado de Sergipe*: jornal oficial, político e noticioso. Aracaju, 1898-1900. Continua a sair. Na Imprensa do Recife encontram-se as suas melhores produções poéticas, notando-se as subordinadas aos títulos:
- *Adeus à vida acadêmica*: A Guerra de Paraguai; Sete de setembro; A louca; Teófilo Otoni; Minha terra. Ficaram inéditas muitas outras.
- Escreveu:
- *A idéia*. No “Mosaico”, Recife, ns. 3 e 4 de maio de 1866.
- *Introdução aos “Cantos da alvorada”*, poesias de Marciano Gonçalves da Rocha. Recife, 1869.
- *A reforma eleitoral* julgada por si mesma: série de artigos no “Diário de Sergipe” de 5, 10, 13 e 16 de maio de 1877.
- *Relatório* apresentado ao Exmo. Vice-Presidente da Província a 23 de dezembro de 1878 sobre as diligências efetuadas em Vila-Nova. No “Jornal de Sergipe”, Aracaju, do dia seguinte.
- *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Doutor Raimundo Bráulio Pires Lima, 1º Vice-Presidente de Sergipe, pelo chefe de Polícia interino... Apenso ao Relatório com que o mesmo Vice-Presidente abriu a 2ª sessão da 22ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 3 de março de 1879.
- *Relatório* com que o Exmo Sr. Primeiro Vice-Presidente... passou a administração desta província ao Exmo. Sr. Presidente, Doutor Luiz Alves Leite de Oliveira Belo, em 28 de julho de 1880. Aracajú, 14 págs., in. 8º gr. Tip. do “Jornal de Sergipe”.
- *O Sr. Deputado Joaquim Nabuco*. No “Eco Liberal”, Aracaju, de 2 de outubro de 1880.
- *O desembargador Gervásio Campelo Pires Ferreira e o seu manifesto a S. M. o Imperador*. No “Jornal de Sergipe”, de 1 de fevereiro de 1882.
- *O vigário José Gonçalves Barroso*: ligeiros traços sobre sua vida. No mesmo jornal de 29 de novembro de 1882.
- *Abolicionismo e escravidão*. No “Eco Liberal”, de 25 de maio de 1884 em diante.
- *Federação*: série de artigos no “O Laranjeirense” de 26 de agosto, 9 de setembro e 21 de outubro de 1888.
- *Tobias Barreto de Menezes*. No “Jornal de Sergipe” de 16 de julho de 1889 e transcrito no “Republicano”, Laranjeiras, de 8 de setembro seguinte.
- *Cousas políticas*: série de artigos na “Gazeta de Sergipe” de 11 a 16 de outubro de 1890.
- *O nosso futuro*. No mesmo jornal de 18 de novembro seguinte.
- *As múmias penedenses*. Idem, de 3 e 4 de setembro 1891.
- *Homens e cousas*. Idem, de 3 e 4 de setembro seguinte.
- *A seca – Ecos do sertão*. Na “União Republicana”, Propriá, de 18 de março de 1892 e no “O Estado de Sergipe” de 8 de março de 1899.

- *O ano bom* – 1º de janeiro de 1894. No “O Trabalho”, Penedo, de 13 de janeiro de 1894.
- Governo Federativo. Idem, de 11 de maio de 1895.
- *Embargos de terceiro senhor e possuidor*. Embargante o Capitão Raimundo Esequiel Henrique e embargado o major Manoel Rolemberg Martins Soares. Penedo, Alagoas, 1898, 6 págs. 12º. Tip. de “O Trabalho”.
- *Ação de assinação* de dez dias intentada por Delmiro Gouvêa contra Rolemberg & Cia., para o fim de haver o pagamento da quantia de 30 contos de réis, proveniente de duas notas promissórias de igual valor. Penedo, 1898, 27 págs., in. 8º pq. Assina também esse trabalho o Dr. João Maria Loureiro Tavares.
- *A religião*. No “O Estado de Sergipe” de 3 de maio de 1899.
- *O socialismo*. Idem, de 30 do mesmo mês.
- *Dreifus e a França*. Idem, de 7 de novembro do mesmo ano.
- *Apontamentos para os corpos de delito*. Aracaju, 1901, 13 págs. in. 8 pq. Editores Assis & Monteiro. Tip. do “O Estado de Sergipe”. Não traz o nome do autor.
- *José Jorge de Siqueira Filho*. No “O Vespertino”, Aracaju, de 11 de setembro de 1901. Deixou inéditos vários trabalhos, entre os quais 2 comédias chistosas levadas à cena em Penedo, e
- *As duas vítimas*: drama cujo entrecho recorda um célebre rapto havido na ex-província em 1864.

José Leite de Melo Pereira, Doutor – Filho do coronel Manuel Leite Sampaio e D. Guilhermina Carolina de Novais Leite, nasceu em Vila Nova a 20 de julho de 1828 e faleceu a 3 de junho de 1895 na cidade de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo. Formado em medicina na Faculdade da Bahia em 17 de dezembro de 1853 e de volta ao seio da família, pouco tempo depois dedicou-se à lavoura a que consagrou os seus melhores esforços exercendo apenas a medicina para servir a amigos e parentes, e a numerosa pobreza da zona em que residia e onde prestou relevantes serviços durante a epidemia do *cholera-morbus* em 1862. Membro de notável família, cujo chefe, o Barão de Cotinguiba, por muito tempo influuiu nos destinos políticos e administrativos da província, jamais aspirou cargos oficiais e distinções políticas, tendo sido unicamente comissário vacinador e por diversas vezes, suplente do juiz municipal de Vila Nova.

Escreveu:

- *Breves considerações sobre a educação física e moral dos meninos*: tese apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia no dia 1º de dezembro de 1853 para obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1853, 27 págs.. in. 8º. Tip. de Luiz Olegário Alves.

José Lourenço de Magalhães, Doutor – Filho do negociante português Romão Lourenço de Magalhães e D. Antonia Isabel Fernandes, nasceu na Estância a 11 de setembro de 1831 e faleceu na capital de São Paulo a 23 de novembro de 1905. Doutor em medicina pela Faculdade da Bahia, graduado em 15 de abril de 1856, clinicou a princípio na cidade natal e na Bahia, e tempos depois na cidade de Laranjeiras. Estabelecendo-se novamente na capital da Bahia, retirou-se após alguns anos para o Rio de Janeiro, dedicando-se então à oftalmologia e ao estudo das febres reinantes no país. Mais tarde transferiu-se para S. Paulo, tendo exercido a clínica em várias cidades do Estado e finalmente na capital, onde dirigiu o hospital dos Lázaros na colônia de Guapira. Apontado como especialista dos mais abalizados no tratamento da morfêia começou a estudar no Rio de Janeiro com o maior empenho a patologia da terrível moléstia, tendo fundado em Cascadura, para verificação prática dos estudos feitos, um instituto modelo, a que deu o seu nome. Fez diversas viagens à Europa, tornando-se vantajosamente conhecido, tanto no Brasil, quanto no estrangeiro, como um sábio

de inigualável competência nas moléstias da pele e do sangue. Na classe médica do Velho Mundo, onde o seu nome adquirira verdadeira notoriedade, contava grande número de admiradores, distinguindo-se entre eles o célebre leprologista turco, Zambacco Pocha, com quem mantinha assídua correspondência. Como resultado do seu amor a ciência e espírito eminentemente investigador, deixou um precioso legado às letras médicas, representado em obras de subido valor sobre higiene, moléstias dos olhos, avultando entre todas as que publicou a respeito da morféia e sua cura. No começo da sua vida pública ocupou na Estância os cargos de delegado de saúde, suplente do delegado de polícia e delegado efetivo em 1864, tenente-coronel chefe do Estado maior do comando superior em 1863 e encarregado pelo governo da província do tratamento da classe indigente atacada do *cholera-morbus*. Eleito deputado provincial para os três biênios de 1862 a 1867 tomou parte nos trabalhos da Assembléia Legislativa, de que foi presidente na sessão de 1865. Foi sócio presidente da sociedade beneficente “Fraternidade Sergipana”, fundada em 1869 na capital da Bahia, membro titular da Academia Nacional de Medicina, naquele tempo Academia Imperial, diretor do Serviço Oftalmológico da Casa de Saúde de N. S. da Ajuda do Rio de Janeiro e membro correspondente da Sociedade Médica de Emulação, de Paris. Fez parte da redação do “Jornal de Oftalmologia” de Paris.

Escreveu:

– *Como reconheceremos que o cadáver*, que se nos apresenta, pertence a um indivíduo que morreu afogado? A sífilização preservará das moléstias sífilíticas? Pode a mulher conceber sem ter sido ainda menstruada? Nas queimaduras, quais são os acidentes mais graves, a que está exposto o doente? Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia e sustentada, etc. Bahia, 1856, 22 págs., in. 4º gr. Tip. de Camilo de Lellis Masson & Cia.

– *Estudo sobre as afecções glaucomatosas*. Bahia, 1873, IV-95 págs. in. 4º. Foi antes publicada na “Gazeta Médica” da Bahia, tomo 6º, 1872-1873, págs. 72 a 337 com intermitências.

– *Das febres palustres e particularmente da febre pseudo-contínua em Sergipe*. Bahia, 1873, 85 págs. in. 8º. pq. Tip. do “Diário”.

– *Da quistitomia e dos resultados obtidos como o meu quistítomo*. Bahia, 1874, 42 págs., in. 4º.

– *Da oftalmia dos recém-nascidos*. Rio de Janeiro, 1877, 43 págs., in. 16º. Tip. Acadêmica. Transcrito no “Jornal do Comércio” de Aracaju, desde o nº de 15 de julho a 7 de agosto do mesmo ano, por solicitação do professor Brício Cardoso.

– *Parecer sobre os cemitérios de S. João Baptista e S. Francisco Xavier*, apresentado ao Exmo. Sr. Provedor da Santa Casa desta Corte. Rio de Janeiro, 1878, 27 págs., in. 4º.

– *A morféia (sic) no Brasil e especialmente nas províncias do Brasil*; Os indígenas do Brasil e a morféia; Hospital para os morféticos; Causas da morféia; Conselhos higiênicos. Sobre este importante trabalho escreveram longos estudos os doutores Júlio Rodrigues de Moura em 1883 na “União Médica” do Rio de Janeiro, págs. 281 a 284, 375 a 380 e o doutor José Francisco da Silva Lima na “Gazeta Médica” da Bahia, vol. 1º da III série. 1883-1884.

– *A morféia e a sua curabilidade*. Rio de Janeiro, 1885, 35 págs., in. 8º. Imprensa Nacional. Sustenta o autor que a morféia é uma moléstia curável, mas que a terapêutica por si somente não consegue combatê-la, sem o auxílio da higiene, e por isso lembra como essencial para o seu curativo a localização campestre dos doentes.

– *A febre amarela e o regulamento de 3 de fevereiro de 1886*. Rio de Janeiro, 1886, 66 págs., in. 8º. Imprensa Nacional.

– *Questões de higiene*: série de artigos anteriormente publicados no “Jornal do Comércio”. Rio de Janeiro, 1890, 73 págs., in. 8. Imprensa Nacional.

– *A morféia é contagiosa?* Rio de Janeiro, 1893, 173 págs., in. 8º pq. Tip. Besnard Frères. Este trabalho também foi publicado no Brasil Médico.

- *Saneamento do Rio de Janeiro*: memória apresentada à Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 1893, 154 págs., in. 8°. Companhia Tipográfica do Brasil. Igualmente publicada nos Anais da mesma Academia.
- *Considérations sur la lèpre au Brésil*: memória escrita para ser apresentada ao Congresso de Berlim. Rio de Janeiro, 1879.
- *A colonização dos morféticos*. Rio de Janeiro, 1900, 34 págs., in. 8°. Tip. Besnard Frères. É a reimpressão de uma série de artigos publicados no Diário Popular de S. Paulo.
- *Étude sur la lèpre*. 1901.
- *Relatório* apresentado a 16 de fevereiro de 1905 ao Mordomo dos Lázaros pelo Médico do Hospital. Inserto no Relatório do Irmão Provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, Dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz, págs. 87 a 104.
- *Patologia e tratamento da lepra*: obra inédita quase concluída, que o autor pretendia publicar em 1906. De sua colaboração em diversas revistas científicas, nacionais e estrangeiras, sobreexcedem os trabalhos seguintes:
 - *Da operação da catarata*. Na “Gazeta Médica da Bahia”, tomo 4º, 1869-1870, págs. 175 e 176.
 - *Do novo processo do Sr. de Graefe contra a queratocone*. Idem, págs. 205 e 207.
 - *Do despegamento da retina*. Idem, tomo 6º, pág. 257.
 - *Da operação*, de simblefaro, Idem, tomo 5º, pág. 31.
 - *Da diplopia inocular*. Idem, idem, págs. 66 a 68.
 - *Étude ophtalmoscopique sur les altérations du nerf optique et sur les maladies cérébrales dont elles dépendent, par le docteur X. Galezowski*. (Bibliografia). Idem, tomo 2º, 1867-1868, págs. 213 e 214.
- *Oftalmia simpática*: memória apresentada á Academia Imperial, hoje Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, como título à sua admissão para membro da mesma Academia. Nos Anais Brasilienses de Medicina. vol. 36, 1870-1871, págs. 178 a 248.
- *Du keratoconus et de son traitement par le procédé de Graefe*. No “Jornal d’Ophtalmologie de Paris, 1872, págs. 15.
- *Sur un nouveau procédé de traitement des affections oculaires au moyen d’un vaporisateur*: memória apresentada á Academia de Medicina de Paris na sessão de 5 de março de 1872, juntamente com o aparelho de sua invenção. No mesmo jornal, págs. 119 a 125 número 3 do volume 1º.
- *De la kistitomie et d’une nouvelle pince kistitome*. Idem, pág. 418.
- *D’une pince nouvelle pour l’agrandissement de la commissure externe*: trabalho apresentado á Academia de Medicina de Paris com um novo instrumento de sua invenção. Idem, 447 a 449, vol. 2º, nº 9, de 1872, com estampa.
- *Quelques considérations sur l’opération de la cataracte*: memória apresentada á Société de Chirurgie de Paris e publicada no Recueil d’Ophtalmologie de 1874, págs. 249, 310 e 445.
- *De l’amaurose déterminée par le venin d’un serpent*. Idem, 1875, pág. 19.
- *Des affections oculaires qui résultent du béri-béri*. Idem.
- *De l’intoxication produite par l’instillation dans l’oeil du collyre d’atropine*. Na Gazete des Hopitaux de Paris, de 26 de junho de 1869. Trad. na Gazeta Médica da Bahia, vol. 4º, págs. 90 a 91.
- *De l’épilation des cils dans le traitement de la blefarite ciliaire*. Na referida Gazete des Hopitaux.
- *Aperçu historique du béri-béri au Brésil*: memória apresentada à Société Médicale d’Emulation de Paris.
- *Os cemitérios públicos do Rio de Janeiro*: No Progresso Médico, tomo 2º. págs. 505 e 533.
- *Endemias*. Na “Gazeta do Aracaju”, de 17 de janeiro de 1886.

José Luiz Coelho e Campos, Bacharel – Filho do capitão de igual nome e D. Carlota Joaquina de Campos, nasceu a 4 de fevereiro de 1843 no engenho Mata Verde, então pertencente ao município de Divina Pastora, e hoje ao de Siriri, e faleceu na Capital Federal a 13 de outubro de 1919.

Na província fez os estudos primários e deu começo aos secundários que completou no Recife, em cuja Faculdade se bacharelou em direito nos fins de 1862, sem ter ainda a idade legal. Iniciou a vida pública como promotor da justiça na comarca da Capela e nesse cargo exercido durante quatro anos (1863-67) fez o quadriênio, tendo sido ali posteriormente 1º suplente do juiz municipal e de órfãos. Muito cedo dedicou-se à advocacia e à política. No Império filiou-se ao partido conservador que o elegeu seu representante na Assembléia Provincial em três biênios e na Câmara dos Deputados em quatro legislaturas, incompletas algumas em virtude dos atos de dissolução decretadas pelo Imperante no uso das suas prerrogativas constitucionais. Naquele regime o seu nome foi indicado para a pasta da justiça nas duas organizações ministeriais tentadas pelo conselheiro Manuel Francisco Correia e visconde Vieira da Silva, pouco antes do último gabinete da monarquia. Aderindo à República serviu como membro da Intendência do município da Capela, nomeado pela Junta Provisória do Estado, que desde então continuou a representá-lo no Senado Federal a começar pelo Congresso Constituinte até 1913, em que interrompeu as funções legislativas para tomar posse do elevado cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, para o qual fora nomeado por decreto de 30 de setembro daquele ano. No Senado deixou honrosíssima tradição de orador consumado e jurista de vasta cultura, científica, revelada no estudo das mais importantes questões agitadas naquela corporação e nos luminosos pareceres apresentados como membro da Comissão de Legislação e Justiça. Dentre os numerosos discursos publicados nos anais da Câmara e do Senado citam-se como mais notáveis os proferidos sobre falência, reforma judiciária do distrito federal, casamento civil, divórcio, intervenção federal, bancos de crédito real, contravenções, elemento servil, indústria agrícola, discriminação das rendas, estado de sítio, reforma eleitoral, estradas de ferro, direito sucessório e tantos outros. Fez parte da comissão especial do Código Civil no Senado; representou-o no Congresso Jurídico Americano, reunido na Capital Federal, e por delegação do seu Estado compareceu às sessões do Congresso Jurídico Brasileiro, perante o qual discorreu sobre várias teses de Direito Constitucional. Conquanto professasse a liberdade de cultos, opôs-se na Constituinte à separação da Igreja do Estado, por considerá-la inoportuna naquela fase de instabilidade das novas instituições. Mais tarde, porém, percorrendo a Europa, visitou em Roma o papa Pio X, a quem declarou que a separação como foi praticada, operou-se pacificamente e em nada prejudicou a religião católica. Do seu amor a instrução e ao progresso do país, como dos seus sentimentos de caridade pelos infortunados, dizem bastante os legados inscritos no testamento que deixou. Advogado, político, jornalista e membro da mais alta magistratura do país.

Escreveu:

– *Discurso* preterido na Câmara temporária em 22 de maio de 1877 na discussão do Orçamento do Ministério do Império. Rio de Janeiro, 1877, 37 págs. in. 12º pq. Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve & Cia.

– *Discurso* pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão de 14 de agosto de 1832. Rio de Janeiro, 1882. 24 págs. in. 16. Imprensa Nacional.

– *Discurso* preferido na sessão de 31 de julho de 1886. Rio de Janeiro, 1886. 61 págs. in, 16º pq. Imprensa Nacional.

– *Discurso* proferido na sessão de 3 de agosto de 1887 na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 1887, 64 págs. in. 16º pq. Imprensa Nacional.

– *Discursos* proferidos nas sessões de 2 de julho e 23 de outubro de 1888. Rio de Janeiro, 1888, 71 págs. in. 16º pq. Imprensa Nacional.

– *A situação*: artigo político no “Estado de Sergipe” de 26 de janeiro de 1890.

– *Discursos* proferidos no Congresso Nacional nas sessões de 17 de dezembro de 1890 e 15 de janeiro de 1891. Rio de Janeiro, 1891, 63 págs. in. 16º pq. Imprensa Nacional.

– *Divórcio*: discurso preferido no senado Federal por ocasião da discussão do projeto, etc. Rio de Janeiro, 1896, 70 págs. in. 16 pq. Imprensa Nacional.

– *Estado de sítio. Atos do Governo*: discurso pronunciado na sessão de 26 de setembro de 1898. Rio de Janeiro, 1898, 59 págs. in. 16º pq. Imprensa Nacional.

– Discursos proferidos pelo senador.... (relator do parecer da Comissão de Justiça e Legislação sobre o projeto nº 122 da Câmara dos Deputados). Rio de Janeiro, 1899, 136 págs. in. 16º. Imprensa Nacional. Compõe-se este opúsculo dos discursos pronunciados no Senado nas sessões de 21 e 23 de agosto e 14 de outubro de 1899.

Redigiu com outros:

– *O Conservador*: órgão de partido. Aracaju, 1868-1873,

– *A Crença*: órgão conservador. Aracaju, 1873-1874~Deste foi redator principal.

– *Estado de Sergipe*: periódico, Aracaju, 1889-1890. Com este título foi o primeiro jornal aparecido em Sergipe.

José de Magalhães Carneiro, Cirurgião-Dentista – Filho do Major Augusto de Magalhães Carneiro e D. Francisca Barreto de Magalhães, nasceu no Aracaju a 13 de novembro de 1880. Fez em Sergipe o curso de humanidades, seguindo para a Capital da Bahia em março de 1899 onde se matriculou no curso de Odontologia, formando-se em 1900 e regressando no mesmo ano à terra natal. Clinicou em Sergipe até 1902, seguindo no ano imediato para o Estado de S. Paulo, fixando residência na cidade de Santos. Com a reorganização do ensino público foi nomeado por ato de 2 de setembro de 1911 professor vitalício de Geografia geral, corografia e noções de cosmografia do Ateneu Sergipense. Já em 1900 começou a ensaiar-se na Literatura, escrevendo em jornais e revistas da época. Foi no “O Vespertino” jornal literário que se publicou em Aracaju em 1901 que escreveu as “Moças que casam”, série de perfis que foram apreciados.

– “O Cenáculo”, revista literária de Aracaju, encerra também várias composições, que se seguiram às *Moças que casam*.

Em 1918 entrou para a redação do “Correio de Aracaju”, até 2 de julho e em agosto para a do “O Imparcial”.

Escreveu:

– *Crepuscula-mentis*, edição da Tip. do “O Estado de Sergipe”, contendo 20 fantasias em 51 páginas.

– *Galdino Cupido*, livro de costumes sergipanos, anunciando na mesma obra a publicação de mais duas outras, sob os nomes de *Sínteses* – fantasia e *Consciência* – romance.

– *O retrato*: conto. (Ao Dr. Rodrigues Dória). No “O Estado de Sergipe” de 5 a 7 de abril de 1910.

– *A Esperança*: conferência realizada no teatro “Carlos Gomes”. Aracaju, 28 de maio de 1914, em benefício do hospital de caridade, Santa Izabel. No “Correio de Aracaju, de 3 e 4 de maio de 1914.

– *Deus e o Homem*: conferência publicada no “Diário da Manhã”, Aracaju, de 21 a 25 de setembro de 1918.

– *Veneno doméstico*: romance. Publicado em folhetim no “O Imparcial”, do Aracaju, a começar do nº de 13 de setembro de 1918.

– *Sílvio Romero na intimidade*: conferência lida na noite de 7 de setembro de 1920 no salão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

– *Discurso* preferido pelo secretário do Conselho Municipal de Aracaju, na manifestação feita ao Exmo. Sr. Coronel Presidente do Estado na noite de 3 de maio de 1921. No “Correio de Aracaju”, de 7 do mesmo mês.

– *Mal de comer*. No “Sergipe Jornal”, Aracaju, de 6 de junho de 1923.

– *A emboscada* (Episódio sertanejo). A Cláudio Gans. No “Sergipe Jornal”, Aracaju, de 24 de abril de 1923.

– *Discurso* preferido no dia 27 de junho de 1923 por ocasião de ser entregue ao Dr. Parreiras Horta, o diploma de sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe por parte da comissão para este fim escolhido. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

– *Discurso* pronunciado no dia 24 de julho de 1923 na inauguração da pedra comemorativa, mandada colocar à entrada da “Ponte do Imperador” para perpetuar a passagem dos aviadores navais pela cidade de Aracaju. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

– *Discurso* proferido por ocasião da festa realizada na vila de Santo Amaro a 5 de agosto de 1923. No “Sergipe Jornal”, de 8 do mesmo mês.

– *Pro-Cristo Redentor*: artigo inicial da última edição do jornal falado “Meio Dia”, em proveito das obras do monumento a Cristo Redentor. No “Sergipe Jornal” de 24 de setembro de 1923.

– *Ao eleitorado independente de Sergipe*: manifesto político. No “Diário da Manhã” de 22 de janeiro de 1 à 24 em avulso.

► *Data de morte*: 28 de Abril de 1951.

José Manoel Machado de Araújo Filho, Bacharel – Filho do Coronel José Manoel Machado de Araújo e D. Maria Emília Machado de Araújo, nasceu a 12 de agosto de 1870 em Aracaju. Fez o seu curso de humanidades nessa cidade e bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de S. Paulo, a 30 de novembro de 1896, tendo feito o 1º ano na Faculdade do Recife. Quando preparatório publicou várias poesias no “Republicano”, conhecido órgão de propaganda que teve curta, mas fecunda existência na cidade de Laranjeiras. Nomeado em 1890 2º escrivão da Alfândega de Aracaju, foi removido em 1894 para a Alfândega de S. Paulo, ficando adido à Delegacia Fiscal. Continuou nessa Repartição até completar o curso de Direito iniciado no Recife. Removido em 1897 para a Alfândega de Paranaguá, exonerou-se desse emprego, sendo um mês depois nomeado Promotor Público da Comarca de Piraju (S. Paulo), onde esteve dois meses por ter sido removido para a de Poxim e em seguida para S. Luiz do Paraitinga até 1904, quando, mediante concurso, foi nomeado Juiz de Direito dessa última comarca.

Requeru remoção para a de S. Cruz do Rio Pardo e depois para Dois Córregos, no mesmo Estado, onde se conserva ainda (1924). Colaborou no “O Dia”, “Gazeta de Sergipe”, “Jornal de Sergipe”, “A República” editada às expensas dos estudantes republicanos da Faculdade de Direito de S. Paulo em 1895-1896.

Foi um dos fundadores do pequeno jornal “A Luz” em Aracaju, 1887. Usou os pseudônimos de Macfiel K. Listo. Tem escrito várias poesias e publicado em diversos periódicos.

Durante o seu curso de humanidades, pertenceu a várias sociedades literárias e reorganizou o Instituto Literário “Luizense” em S. Luiz do Paraitinga, no Estado de S. Paulo, tendo sido seu presidente efetivo por muitos anos.

Tem inédito um volume de poesias e é de sua lavra o seguinte soneto:

JULITTA

Em cada coração o sentimento,
Em cada face o vínculo do pranto,
A saudade minaz, o desalento,
A dor, a dor pungente em cada canto...

Eis o que ali então se distinguia

Ali, onde a vaidade desfalece!
E completava a fúnebre harmonia
A voz do sacerdote e a voz da prece.

E era tudo por ti: essa tristeza,
A dor, o pranto, o crepe, a luz do círio,
– Corolário fatal do teu martírio!

Mas que importa, Julitta? Com certeza
Uma verdade a tua morte encerra:
– Que não consente Deus anjos na terra.

Aracaju, 24/8/1893.

José Manoel Palmeira da Silva – Filho de Manoel Pedro da Silva e D. Antonia Rita de Oliveira, nasceu em Simão Dias a 21 de junho de 1878. Retirando-se muito moço para o Pará em cuja capital foi negociante durante quatro anos, dali seguiu para o interior daquela província e da do Amazonas, negociando em borracha.

Resolvendo deixar o Norte esteve em S. Paulo, por algum tempo, seguindo depois para Mato Grosso, onde foi advogado provisionado por espaço de 12 anos. Viajou pelas repúblicas da Bolívia, Chile, Paraguai e Argentina, regressando em 1911 à terra natal para dedicar-se ao estudo e exploração da flora sergipana, já tendo conseguido fazer grande exportação dos seus produtos.

Escreveu:

– Processos práticos da cultura da seringueira, mangabeira, maniçoba e copaíba. S. Paulo, 1899, 53 págs. in. 8º.

José Maria Gomes de Souza – Filho de outro do mesmo nome e D. Maria Joanna da Conceição, e irmão de Constantino José Gomes de Souza, de quem já me ocupei noutro lugar, nasceu na Estância a 15 de março de 1839 e faleceu a 29 de novembro de 1894 no distrito de Ressaquinha, município de Barbacena, em Minas Gerais. Tendo adquirido grande prática de farmácia, a cuja profissão se dedicara a princípio na e província natal e posteriormente nessa ultima cidade, ali foi também, no correr da sua vida, laboriosa e pouco afortunada, professor particular, solicitador do foro e jornalista. Depois de longos anos de ausencia no sul do país, voltou a Sergipe, onde suas aptidões forão aproveitadas nos lugares de administrador da Mesa de rendas da Estância em 1874, na qual anteriormente serviu como escrivão e de Inspetor da Tesouraria Provincial, em virtude do ato presidencial de 1 de julho de 1875, retirando-se de novo para Minas após ser exonerado em 1877. Esta foi a última visita feita pelo poeta à terra do seu nascimento, na qual figurou por três vezes no funcionalismo público, tendo começado pelo lugar de amanuense da Secretaria de Polícia, antes da sua primeira viagem para fora da província. Em Barbacena pertenceu ao corpo docente do colégio Abílio, do Barão de Macaúbas; foi um dos fundadores do geatro da mesma cidade e colaborou em vários jornais mineiros.

Afeito á linguagem inspirada das musas, cultivou a poesia lírica.

Escreveu:

– *Estancianas*: poesia. Bahia, 1868, 106 págs. in. 8º pq. Tip. de Camilo de Lelis Masson & Cia.

– *O Asilo de órfãs*: série de artigos publicados na “Tribuna do Povo”, da Estância. O primeiro é datado de 14 de junho de 1874 e foi transcrito no “Jornal do Aracaju”, de 18 do mesmo mês; o segundo no de 2 de julho seguinte.

– *Relatório* apresentado em 31 de janeiro de 1876 ao Exmo. 1º Vice-Presidente da Província, Doutor Cipriano de Almeida Sebrão, pelo Inspetor da Tesouraria Provincial. Apenso ao Relatório com que o Exmo. Presidente Doutor João Ferreira de Araujo Pinho, abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1876. 25 pags.

– *Discurso* proferido no ato da colocação da primeira pedra do edifício que vai construir a Aug.: e Sob.: Cap.: Cotinguiba, para a celebração de suas sessões, pelo Or.: da extinta Loj.: Segredo e Amizade,... Aracaju, 1877, 12 pag. in. 8º pq. Tipografia do “O Americano”.

– *Discurso* proferido no dia 9 de janeiro de 1881, por ocasião da trasladação da Loja União Fraternal para seu novo templo.

– *Discurso* proferido no ato solene da inauguração do colégio Abílio, de Barbacena, em 3 de fevereiro de 1881.

– *Discurso* preparado para o dia 21 de abril de 1881, aniversário da morte (89º) do patriota J. J. da Silva Xavier (1792). Estes três discursos e os dois seguintes acham-se escritos por letra do autor num livro que me foi confiado por um seu filho. Ignoro se algum chegou a ser Impresso.

– *Discurso* preferido pelo orador da Aug.: Of.: União Fraternal, por ocasião da sessão de posse das Luzes da Loja Operários da Luz.

– *Discurso* proferido no dia da posse das Luzes da Loja União Fraternal.

– *Carta* ao Redator proprietário do “Guarani” sobre a Lira Sergipana. No dito jornal de 1 de Fevereiro de 1884, Aracaju. Transcrito do “O Farol” da Estância de 23 de dezembro de 1883, em diante.

– *Mocidade e Velhice*: poesias. Rio de Janeiro, 1892, 227 págs., in. 3º pq. Companhia Tirográfica do Brasil, antiga Tip. Laemert. Compõe-se o volume de 62 poesias oferecidas aos poetas sergipanos Constantino José Gomes de Souza, Pedro de Calasans, Tobias Barreto e Joaquim Esteves da Silveira, precedendo-as uma do professor Henrique Imbassahy ao autor Sílvio Romero escolheu dentre elas a da epígrafe – Henrique Dias, para transcrevê-la na sua história da Literatura Brasileira, como um espécime no gênero épico-lírico. Essa poesia foi publicada pela primeira vez no “Correio Sergipense” de 28 de novembro de 1857 com uma dedicatória ao então Presidente da província, Doutor João Dabney de Avellar Brotero.

– *Musa Sergipana*: coleção inédita das melhores poesias dos poetas sergipanos com uma introdução de Brício Cardoso. Oferecida à Fraternidade Sergipana, sociedade beneficente fundada na capital da Bahia em 1869 de que era 1º Presidente o Doutor José Lourenço de Magalhães. Este volume esteve para ser Impresso em 1870 nos prelos do “Jornal do Aracaju”, o que não chegou a efetuar-se.

Como jornalista, muito escreveu para a imprensa, quer colaborando, quer redigindo os seguintes jornais:

– *Sul de Sergipe*: periódico. Estância, 1870-1871.

– *Tribuna do Povo*: periódico, Estância, 1876-1877.

– *O Americano*: publicação hebdomadária. Aracaju, 1876-1877. Com Severiano Cardoso.

– *Gazeta de Barbacena*. Barbacena, Minas.

José Maria Moreira Guimarães, General – Filho de Rufino Alves da Cruz Guimarães e D. Ignácia Maria Moreira Guimarães, nasceu na cidade de Laranjeiras a 4 de novembro de 1864. De 1869 a 1877 estudou as primeiras letras na sua terra natal, iniciando ali, no ano seguinte os estudos de humanidades, concluiu-os no “Parthenon Sergipense”, no Aracaju, de 1879 a 1881.

Depois de brilhante curso de preparatórios embarcou para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Escola Militar da Praia Vermelha em 18 de fevereiro de 1882.

Alferes-aluno em 19 de fevereiro de 1890 foi neste posto ajudante de ordens do Governo de Sergipe, logo depois da proclamação da República.

Pelos relevantes serviços prestados a esta causa foi promovido a 2º tenente a 4 de janeiro de 1890, conquistando promoção para 1º tenente no mesmo ano.

Sendo promovido a capitão a 4 de novembro de 1891, fez no ano seguinte parte da Comissão Técnica Militar Consultiva.

Como soldado bateu-se durante a revolta de 1893; primeiro no morro do Castelo e depois em Niterói. Ali commandou os alunos da Praia Vermelha e foi comandante geral de artilharia.

Em 1894 foi em importante comissão militar à Europa, principalmente a Berlim (Alemanha) fazer aquisição de material bélico.

Como chefe da da seção do Arsenal de Guerra, antiga fábrica de armas portáteis, fez parte da Comissão de estudo de pólvora sem fumaça, desempenhando nesta ocasião as funções de chefe de gabinete da antiga Intendência, atual departamento de Guerra. Como relator pertenceu à comissão de experiências e estudos comparativos de vários canhões de campanha de tiro rápido.

Membro desta comissão de artilharia trabalhou também como ajudante da 4ª sessão do Estado Maior do Exército.

É engenheiro militar pelo regulamento de 1889 e bacharel em matemática e ciências físicas e naturais. Não parou na carreira militar a fecunda vida de Moreira Guimarães; estudou também medicina na Faculdade do Rio de Janeiro até o 5º ano, fazendo em 1890 um brilhantíssimo concurso para o lugar de lente de balística do Colégio Militar, sendo logo após nomeado instrutor de Artilharia da mesma escola.

Por decreto de 31 de março de 1904 foi nomeado capitão do estado-maior do Exército e adido militar junto à Legação do Brasil no Japão, onde acompanhou a guerra russo-japonesa, no 3º Exército sob o comando do general Nogui, havendo assistido às lutas heróicas dos japoneses em Porto Arthur.

Comandou a 2ª Brigada de Cavalaria em Alegrete, Rio Grande do Sul. Representou o seu Estado na Câmara Federal na vaga do Dr. João de Siqueira, tomando parte ativa nos debates parlamentares na legislatura de 1912 a 1914.

Em 5 de agosto de 1908 foi promovido a major; a tenente-coronel graduado a 15 de maio de 1913, e a efetivo em 13 de junho seguinte.

Neste posto comandou a Escola Militar do Realengo em 1919.

A 24 de dezembro desse ano reformou-se no posto de general de brigada.

Oficial distinto tanto pelo seu caráter como por sua vasta cultura, honra o Exército brasileiro e a terra em que nasceu. Além da língua vernácula fala o francês, o alemão, o japonês e é o intérprete dos representantes deste país quando visitam o Brasil.

É membro da sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; da Sociedade de Geografia de Lisboa; da Sociedade Acadêmica de Paris e da Sociedade de Geografia de Tóquio (Japão). É sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba; sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lima no Peru (1921) e membro fundador do Instituto Varnhagem, na Capital Federal. Vice-presidente e orador oficial do “Centro Sergipano” do Rio do Janeiro, é ali que a sua palavra fluente e imaginosa se faz ouvir nas suas sessões solenes.

Foi presidente da Revista “Família Acadêmica” associação literária que existiu na Escola Militar da Praia Vermelha, colaborando nesta ocasião com Euclides da Cunha, Lauro Müller, Rodolfo Brasil, etc., em 1888.

Em um dos números desta revista há uma belíssima poesia de Euclides da Cunha oferecida a Moreira Guimarães e um soneto deste consagrado ao talentoso estilista de Os Sertões.

Como patrono pertenceu à “Sociedade Propagadora da Instrução”. Homenagem a Moreira Guimarães e ao “Blube Dramático” 4 de Novembro, instituições que floresceram em S. Cristóvão (Rio).

Representou o Estado de Sergipe e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro no congresso de Curitiba.

Tem usado os pseudônimos: *Dr. Laranjeirense, Morgui, Nabunaga, Auieron e Searamiug*.

Tem colaborado em vários periódicos do Brasil e do estrangeiro principalmente no “Correio da Manhã”, no “Jornal do Brasil”, onde saiu a série *O militar na política* a começar de 14 de fevereiro a 7 de março de 1891; na “Gazeta de Notícias”, onde publicou uma série de artigos com a epígrafe *A Guerra conseqüentemente a paz* (1902), no “O País”; no “Jornal do Comércio”; na “A Imprensa” e no “O Dia”, todos do Rio de Janeiro.

Na primeira fase da “A Imprensa” manteve as Palestras Militares, usando do pseudônimo “Margui”.

Colaborou no “Estado de Sergipe”, escrevendo uma série de *Cartas da Capital Federal*, algumas das quais foram transcritas nos jornais do Rio. O 1º numero saiu a 10 de abril de 1899.

No período da propaganda republicana colaborou no “Laranjeirense” (Sergipe 1887) que passou a chamar-se “Republicano” com a queda da Monarquia (1888 a 1890) tendo a seu cargo uma seção literária intitulada *Através de uns vidros*, em que escrevia, ora em prosa, ora em verso, a começar de 6 de fevereiro de 1890 sob a sigla M. G.

No mesmo jornal publicou outra série com o título *O problema atual*, de 13 e 15 de abril de 1890.

– No “Jornal do Povo” (Aracaju) escreveu uma série de artigos sob a epígrafe *Fatos e comentários*, a começar de 30 de setembro de 1913 e no “Diário Popular” de S. Paulo, mantinha as seções *Do meu canto* e *Notas fluminenses*.

Colaborou ainda na “Gazeta de Alegrete” do Rio Grande do Sul, no “Dia” de Juiz de Fora, na “Revista da Comissão Técnica Militar Consultiva”, na “Revista do Estado maior”, no grande “Dicionário Histórico e Geográfico Brasileiro”, na “União Acadêmica”, no “Soldado” e na “Revista de Filosofia e Arte”.

Fez parte da redação do “Brasil Militar” publicado em 1896 no Rio de Janeiro.

Dirigiu como redator-principal “O Tempo” em 1921, a revista mensal “Pátria Brasileira” do Rio de Janeiro e a “Revista de Arte e Ciência” do Rio, cujo 1º número saiu em julho de 1923.

Escreveu:

– *Noções de Artilharia*. Rio, 1895. Este trabalho teve 2ª edição na antiga casa. Lavignasse em 1898.

– Discurso proferido aos 26 de junho de 1899 no “Derby-Club”, na Capital Federal, pelo Presidente da Sociedade Beneficente Sergipana “Tobias Barreto”. No “O Estado de Sergipe” de 24 de julho do mesmo ano.

– *Escritos Militares*, Rio 1900. Imprensa Nacional. Este livro foi mandado imprimir pelo Marechal Malet, quando ministro da Guerra.

– *A Disciplina Militar e a Liberdade Humana*. Conferência realizada no Club Militar em 6 de março de 1902. Rio, 1902, 32 págs. in. 8º, pág.

– *Sobre o shrapnel*. Na “Revista Militar” publicada mensalmente na Capital Federal sob a direção da 1ª Seção do Estado maior do Exército, vol. 4º (1902), págs. 492 a 495.

– *O tiro rápido na artilharia de campanha*. Idem, 1903 vol. 5º, págs. 26 a 30; 303 a 308.

– *Duque de Caxias*. Idem, idem, Idem, págs. 449 a 454.

– *Concurso de artilharia*. Idem 1904, vol. 6º, págs. 11 a 17; 96 a 102; 136 a 140; 214 a 219 e 285 a 290.

- *Cartas militares*. Idem, 1904. vol. 6º, págs. 342 a 346; 627 a 630 e vol. 7º, 1905, págs. 284 a 287.
 - *Jogo da guerra*. Rio 1905. Na Imprensa Nacional.
 - *Notas sobre o Exército japonês*. Na “Revista Militar”, 1906 vol. 8, págs. 588 a 596.
 - Ataque às posições fortificadas: conferência realizada a 31 de dezembro de 1906, no Estado Maior do Exército. Idem 1907, vol. 9º, págs. 1 a 10.
 - *O Japão perante a história*: conferência feita no dia 7 de agosto de 1907, a convite da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, no salão da mesma sociedade.
 - *A guerra russo-japonesa*: conferência realizada a 16 de outubro de 1907, no Clube Militar do Rio de Janeiro.
 - No Extremo Oriente (Capítulo de um livro em publicação). Costumes e maneiras. No *Cosmos*, revista do Rio de Janeiro nos números de abril e maio de 1907, com gravuras. O subtítulo do artigo deste último mês é *Superstições e crenças*.
 - No Extremo Oriente. 1908, 173 págs. in. 8º, com muitas gravuras. Oficinas do *Cosmos*.
 - Conferência realizada no dia 2 de maio de 1909 no Salão Germânia, na cidade de S. Paulo, sobre a guerra russo-japonesa, a convite do “Tiro Nacional de São Paulo” do dia seguinte, em resumo.
 - Notas do Rio: correspondência em forma epistolar no “Diário Popular”, de S. Paulo, 1909.
 - Estudo e Reflexões. Rio de Janeiro, 1910, 338 págs. in. 8º. Papelaria Brasil.
- Em referência a este livro disse Osório Duque Estrada no “Correio da Manhã”, de 26 de dezembro de 1910: “Homem de gabinete, pensador austero e indagador da verdade no campo da especulação científica, fez bem o autor em reunir nas páginas mais duradoras de um volume as produções que momentaneamente passaram pelas folhas efêmeras do jornalismo, entre o descuido dos fortes e a indiferença dos incapazes. Por tais dotes, que são verdadeiramente raros na esfera de sua especialidade, já se fez ele credor do aplauso, da estima e da admiração de quantos se interessam, na nossa terra, pelas conquistas da inteligência”...
- *Da Fraternidade*: discurso pronunciado na sessão realizada a 1º de janeiro de 1914, por iniciativa da Loja Teosófica Perseverança Dr. “O Teosofista”. Rio de Janeiro, de 1 de setembro de 1914, transcrito no “Diário da Manhã”. Aracaju de 31 de outubro a 5 de novembro de 1914.
 - *Fragmentos*. Rio 1915, 163 págs. in. 12º. Papelaria União.
 - *24 de maio de 1866*. No “Jornal do Comércio”, Rio, 24 de maio de 1915.
 - *Organização da Força Militar*. Rio 1916, 53 págs. in. 8º. Imprensa Nacional.
 - *Variações Filosóficas*. Rio, 1920, 256 págs. in. 16º. Oficinas Gráficas.
 - *Exército na História*: conferência feita a 11 de agosto de 1921 no salão da Escola Militar do Realengo ao inaugurar o “Curso de Conferências” promovido pela “Sociedade Acadêmica Militar”. No número 4, de setembro de 1921, da “Revista da Escola Militar”, órgão oficial da Sociedade.
 - *A Evolução humana e o Esperanto*: conferência pronunciada na sessão solene de abertura do 6º Congresso Brasileiro de Esperanto em 1921.
 - *A Propósito da Primeira Batalha de Tuiuti*: conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no dia 24 de maio de 1923. Rio, 1923, 21 págs. in. 8º. Imprensa Nacional.
 - Tem em elaboração: *Direito Militar* e outro livro, cujo título será talvez *Fatos e orientação* (1924).

José Martins Fontes, Bacharel – Filho do capitão-mor Joaquim Martins Fontes e D. Anna Joaquina Portella, nasceu na então vila do Lagarto a 3 de julho de 1829 e faleceu na

cidade do Aracaju, a 9 de janeiro de 1895. Tendo recebido em 1851 o grau de bacharel em direito na Faculdade de Olinda, encetou sua vida pública no ano seguinte como promotor da comarca da Estância, onde pouco tempo permaneceu por ter sido nomeado em junho, Procurador Fiscal da Tesouraria Provincial, da qual mais tarde foi Inspetor. Exerceu por longos anos o cargo de juiz municipal e de orfãos nos termos de Itabaianinha, Lagarto e Rosário do Catete, e nos termos reunidos de Atalaia e Pilar, em Alagoas. Foram três quadriênios consagrados com rara dedicação ao serviço da justiça e no decurso dos quais os seus foros de juiz criterioso e ilustrado mais se firmavam, à medida que os governos o feriam com as mais imerecidas preterições. Tão grave injustiça foi mui tardiamente reparada pelo Decreto de 3 de junho de 1873, que o nomeou juiz de direito da comarca de Atalaia, onde já havia exercido as funções de juiz de órfãos. Em novembro seguinte obteve remoção para a de Itabaiana e desta removido por Dec. De 11 de outubro de 1884 para a de Riachuelo, onde se conservou até ser aposentado em data de 13 de dezembro de 1890. No quarto ano do curso acadêmico foi eleito deputado à Assembléia Legislativa da província, sendo reeleito em seis legislaturas consecutivas e ainda posteriormente nas de 1870-1871 e 1876-1877. Em diversas épocas dos trabalhos legislativos recebeu dos seus pares as mais eloqüentes provas do alto apreço em que era tido, sendo eleito vice-presidente e presidente da mesma Assembléia. Na décima legislatura de 1857-1860 foi eleito deputado suplente à Assembléia Geral, na qual não chegou a tomar assento.

Como 1º vice-presidente, nomeado por Dec. de 30 de novembro de 1876, administrou a província desde 10 de janeiro do ano seguinte a 15 de março de 1878, recomendando-se ainda uma vez a estima pública por seus atos de moderação e justiça. Era agraciado com o oficialato da Ordem da Rosa, foi sócio fundador, e depois benemérito, da extinta Associação Propagadora com sede no Aracaju; membro honorário da Sociedade Literária “Nova Arcádia”, fundada na cidade de Cunha, em S. Paulo; do extinto Gabinete Literário Sergipano e do atual Gabinete de Leitura da cidade de Maruim. Dotado de qualidades afetivas que o tornavam facilmente acessível a todos os seus jurisdicionados, nele encarnava-se o tipo de perfeito juiz, verdadeiro ornamento da magistratura do país pelo seu saber jurídico, honradez e integridade de caráter. Na biografia traçada nas primeiras páginas do Almanaque Sergipano de 1904 rende-se a homenagem devida à memória respeitada do distinto magistrado.

Escreveu:

– *Notas ao Código do Processo Criminal* de primeira instância do Império do Brasil, com a lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841 e Regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842. É um trabalho elucidativo, em tudo semelhante ao do conselheiro Vicente Alves de Paula Pessoa e revelador de paciente esforço do magistrado estudioso, que o compilou para seu uso particular, sem a intenção de dá-lo à publicidade.

– *Relatório* apresentado em 10 de fevereiro de 1873 ao Exmo. Sr. Dr. Cypriano de Almeida Sebrão pelo inspetor da Tesouraria Provincial. 48 págs. Anexo de 48 págs. ao Relatório com que o referido doutor, como Vice-Presidente, abriu a Assembléia Legislativa de Sergipe no dia 1º de março de 1873.

– *Relatório* com que o Exmo. Sr. Dr... 1º Vice-Presidente da Província abriu a 2ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 6 de março de 1877. Sergipe, 1877, 108 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal do Aracaju”.

– *Relatório* com que o Exmo. Sr. Dr.... 1º Vice-Presidente abriu a 1ª sessão da 22ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1878. Aracaju, 1878, 49 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal do Aracaju”.

José Matheus dc Aguiar Cardoso, Bacharel – Filho do tenente-coronel Félix, Zephyrino Cardoso e D. Maria do Patrocínio de Aguiar Cardoso, é Irmão de Fausto de Aguiar Cardoso, já contemplado neste livro, nasceu no engenho S. Félix, município de Divina Pastora a 26 de abril de 1864 e faleceu em Manaus, capital do Amazonas, a 1 de maio de 1895. A fim

de habilitar-se para o curso superior, fez os necessários estudos em Divina Pastora, Maruim, Bahia no colégio “7 de Setembro” e em Aracaju no “Parthenon Sergipano” do doutor Ascendino, terminados os quais matriculou-se em 1879 na Faculdade de Direito de Recife, colando grau de bacharel em dezembro de 1884. Nomeado nesse mesmo mês promotor interino da comarca de Riachuelo, exerceu sucessivamente as promotorias do Boquim em 1885, Lagarto em 1886-1887 e tendo-se transportado nesse último ano para o Estado do Amazonas, ocupou a promotoria de Manaus durante alguns meses de 1888, juizado municipal até 1891, acumulando as funções de diretor da Biblioteca Pública, de acordo com a legislação do Estado. Foi secretário do Governo nas presidências do doutor Joaquim de Oliveira Machado e do barão de Solimões (Manuel Francisco Machado) até 1889, quando se deu a queda do Império. Lente de pedagogia da Escola Normal, extinta em 1891, passou, em virtude da nova organização da Instrução Pública, a catedrático, por concurso, de sociologia e Moral do Instituto Nacional Superior. Mudando-se em 1891 para a Capital Federal, fez parte do corpo redatorial do “Diário do Comércio” e chegou a ser redator dos debates da Câmara dos Deputados. Com o empastelamento deste jornal por ocasião do golpe de Estado de 21 de novembro de 1891 interrompeu sua vida jornalística, seguindo para o Estado do Rio, onde desempenhou o cargo de promotor público das comarcas de Cabo Frio e Barra Mansa desde aquele ano até 1894, quando foi nomeado em junho juiz municipal do termo de Bom Jardim. Obrigado pelo seu precário estado de saúde a evitar o clima frio do Sul, regressou nesse mesmo ano, a conselho médico, para o Amazonas muito oportunamente, dadas as boas disposições do Governador de então reintegrando-o na sua antiga cadeira de sociologia e moral do Instituto Nacional Superior. Na primeira época de residência em Manaus pertenceu às redações do “Amazonas” e do “O Comércio do Amazonas”, tendo colaborado em outros que então se publicavam.

Escreveu:

– Compilação das disposições legais referentes ao cargo de delegado de polícia e suas atribuições, pelos juizes de direito João Francisco Poggi de Figueiredo, José Tavares Cunha Melo e o advogado..., por determinação do Exmo. Sr. Doutor Augusto Ximeno Villeroy, Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 1890, 55 págs. in. 8º pq. Tip. do “Comércio do Amazonas”.

– *Dissertação e Teses* para o concurso à cadeira de Sociologia do Instituto Nacional Superior da capital do Estado do Amazonas, Manaus, 1891.

– *O Problema do século*: introdução a um livro inédito. Rio de Janeiro, 1893, 48 págs. in. 8º pq. É um opúsculo dividido em 2 capítulos, em que o autor estuda a Natureza e a Ciência segundo o seu critério filosófico.

– *Esboço de Geogenia*. Não conheço este trabalho, que é citado por Fausto Cardoso na sua “Originalidade da lei fundamental da história”.

– *Luta pela vida*: drama representado pela Companhia Dias Braga no Éden Teatro. Manaus, 1899. Inédito.

José Matheus Leite Sampaio – Filho do tenente coronel João Machado de Novaes e D. Antonia Eugênia de Aguiar, nasceu em dias de outubro de 1824 no engenho Várzea Velha e faleceu a 17 de julho de 1891 no engenho Mucuri, ambos no município de Divina Pastora. Sem que tivesse seguido a carreira das letras, chegou a possuir regular cultura literária, adquirida no estudo assíduo do gabinete.

Agricultor abastado e político de prestígio entre os seus partidários, ocupou no município em que teve o berço vários cargos eletivos e outros de nomeação do governo, e foi deputado provincial em mais de uma legislatura. Talento superior, dispondo de grande facilidade na exposição do pensamento, se abordava as questões que se agitavam no seio da Assembléia, não lhe era difícil atrair as simpatias dos colegas. Para este resultado muito contribuíam o seu porte senhoril, o som agradável da sua voz e a calma imperturbável do seu temperamento. Por

confiar tanto nos seus dotes oratórios por vezes sustentou nos debates aceras discussões com antagonistas respeitáveis, experimentados senhores da tribuna. Coronel, Comandante Superior da Guarda Nacional, cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e membro do Comício Agrícola Sergipense, de que foi 2º secretário.

Escreveu:

– *Discursos preferidos na Assembléia Provincial de Sergipe no biênio de 1864-1865*. Aracaju, 1890, 89 págs. in. 8º pq.

José Moreira de Magalhães, Doutor – Filho de Joaquim Moreira Magalhães e D. Emília Barbosa de S. Calixto, nasceu na Estância a 27 de julho de 1857 e faleceu no Aracaju a 8 de junho de 1913. Depois de ter feito toda a sua educação literária e científica na Bahia, recebeu ali o grau de doutor em medicina a 15 de dezembro de 1883. Habilitado para exercer os misteres da sua profissão, estabeleceu-se na Capela, onde residiu quatorze anos, no fim dos quais se mudou para a cidade do Penedo, Estado de Alagoas. Na sua nova residência clinicou durante três anos, foi médico do hospital de caridade e lente de física e química do Ateneu Penedense. No último ano de governo do Doutor Martinho Garcez, 1899, foi nomeado lente da mesma cadeira no Ateneu Sergipense, transferido em 1911 para a de ciências físicas e naturais da Escola Normal, passando dessa para a cadeira de geografia geral, geografia do Brasil e noções de cosmografia ainda do Ateneu, na execução da reforma da instrução pública de 24 de setembro de 1912. Quando foi colhido pela morte, ocupava esse lugar e mais os de médico da municipalidade e do hospital de Santa Isabel, do qual já o havia sido anteriormente por espaço de três anos. Clínico conceituado e benquisto, era geralmente apreciado pela afabilidade com que tratava a todos sem distinção de classes e pela natural aquiescência com que atendia bondosamente aos clientes desfavorecidos da fortuna. Foi um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Escreveu:

– *Hematúria endêmica dos países quentes*: dissertação. Proposições - Seção cirúrgica – Indicações da ovariectomia. Seção médica – Das diversas formas do mal de Brigg. Seção acessória – Termometria. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, 1883, 43 págs. in. 8º, Imprensa Econômica.

José Nunes Sobral, Doutor – Filho de Antonio José de Barros Leite e D. Emerenciana Rosa Sobral Leite, nasceu no engenho Retiro, município da Capela, a 23 de setembro de 1863 e faleceu em Aracaju a 2 de dezembro de 1922. Para habilitar-se nos estudos de humanidades entrou no colégio do padre Firmino Brant da Rocha na vila de Japarutuba e depois de adiantado em português, francês e latim seguiu para a Bahia, dando entrada no colégio S. José do doutor João Florêncio Gomes, onde cursou a maior parte dos preparatórios, que ultimou em Aracaju, no colégio do doutor Ascendino Reis. Matriculando-se na Faculdade de Medicina da Bahia fez todo o tirocínio acadêmico com excelentes notas, sendo considerado por colegas e lentes um dos melhores estudantes do ano. De posse em 1888 da carta de médico voltou em seguida ao seio da família, pondo-se desde logo à frente do seu estabelecimento agrícola, que dirigiu com ótimos resultados, empregando os novos processos adotados na lavoura. Completamente arredado da clínica médica, nem por isso abandonou o cultivo das letras, chegando a produzir trabalhos que sempre impugnou entregar à imprensa, obedecendo assim as injunções do seu caráter despretensioso e naturalmente reservado.

Republicano da propaganda ocupou o cargo de presidente do Conselho Municipal da Capela no governo do doutor Felisbelo Freire, recolhendo-se depois à vida particular por divergir dos métodos introduzidos na direção dos negócios afetos à administração pública.

Escreveu:

– *Estudo clínico dos fenômenos nervosos do diabetes*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 23 de julho de 1888 a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1888, IV-85 págs. in. 8º. Tipografia dos Dois Mundos.

José Paes Azevedo Melo, Padre – Filho de D. Maria Josepha Paula de Sta. Anna, nasceu na vila do Rosário em 1851 e faleceu na Feira de Santana a 23 de outubro de 1890. Em 1868 seguiu para a Bahia, matriculando-se a 5 de março de 1870 no seminário pequeno daquela cidade no qual fez o curso de preparatórios e o de geologia. Em 1875, estando vaga a arquidiocese, obteve demissões do seu Ordinário e, em companhia de outros ordenandos, seguiu para o Ceará, onde recebeu a ordem de presbítero a 17 de outubro deste mesmo ano, regressando depois à Bahia em 31 do referido mês. Celebrou missa nova a 14 de novembro no recolhimento de S. Raimundo, sendo logo nomeado coadjutor da freguesia do Rosário do Catete, na qual serviu até 1879. Nesse ano foi chamado pelo Arcebispo da Bahia, que confiou-lhe o elevado cargo de vice-reitor do seminário de preparatórios, passando em 1887 a ocupar o lugar de reitor.

Regeu no mesmo seminário as cadeiras de francês e português, e serviu no lugar de Capelão da casa de órfãos da Bahia. Dentro do mesmo lapso de tempo em que serviu no seminário, os seus cultivados talentos brilharam no púlpito e na redação do “Monitor Católico”. Modesto em excesso, recusou uma cadeira no cabido dos Cônegos da Catedral Metropolitana.

Era Comendador da Ordem de Cristo pelos relevantes serviços prestados à religião e à humanidade. Espírito essencialmente altruísta esposou a idéia abolicionista, logo que ela começou a agitar os seus grandes propugnadores, libertando os seus vinte escravos, sem temer as dificuldades que esse seu nobre gesto lhe poderia trazer.

Redigiu:

– Monitor Católico”, Bahia, 1887-1890 – Publicado sob os auspícios de S. Excia. Rvma. o Sr. Monsenhor Vigário Capitular.

José Pereira Figueiras, Capitão-mor – Vulto legendário das tradições cearenses, ainda hoje lembrado nos centros sertanejos do Cariri, o ilustre patriota sergipano tem o seu nome gravado nos fastos da história pátria a par dos que mais cooperaram para a formação da nossa nacionalidade. Nascido em 1758 na antiga vila de Sto. Amaro, de onde saíra aos 4 anos de idade para não mais voltar à terra do berço, o futuro vencedor de Fidié foi levado para o centro do Ceará por seu pai, o português José Quesado Filgueiras, o qual, fixando residência no lugar Santana, próximo à então vila da Barbalha, ali montou um engenho de fabricar açúcar. Decorrido os primeiros tempos da sua mocidade nas melhores condições fisiológicas de vigor e desenvolvimento físico que lhe valeram uma robustez de atleta e prodigiosa força muscular, muito cedo adquiriu grande notoriedade entre os sertanejos pela extraordinária valentia com que subjugava o inimigo nos sangrentos conflitos em que por vezes se viu envolvido. A fama das suas façanhas estendeu-se por todo o sertão, tomando proporções fantásticas na imaginação daquele povo, a quem dominava pela fascinação dos feitos mais assombrosos, e que por sua vez lhe rendia a maior admiração até no respeito supersticioso com que pronunciava o seu nome, ao mesmo tempo temido e venerado. Na longa série de atos reveladores da sua famosa coragem menciona-se o de ter ele investido contra um grupo de homens armados, que em diligência, conduziam preso um seu sobrinho e que acabavam de assassinar a outro, a três dos quais matou a golpe de coronha da clavina que consigo levava, obrigando os restantes a fugirem aterrados. Esse fato que, segundo os cronistas, se originou do despeito de um candidato preterido por Figueiras na nomeação de capitão-mor do Crato, cuja patente obteve em 1785 “deu lugar a mil boatos populares, entre a gente rude que representavam-no como homem singular, dotado de faculdade sobrenaturais. “Filgueiras já

tinha o nome feito na província, quando começou figurar na cena política o não menos célebre Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, a quem viu pela primeira vez em 1817, para de novo encontrá-lo em 1821, de regresso dos cárceres da Bahia. Desde então, identificados pelo mesmo pensamento, aventuraram-se ambos à sorte das armas, correndo sempre junto aos perigos, dos diversos movimentos revolucionários havidos na província. Na história das lutas travadas nessa época de permanente agitação política destaca-se como a mais gloriosa da sua vida aquela fase, em que, impulsionado pelo mais nobre sentimento de patriotismo, se resolveu abraçar a causa da independência. Foi no sentido dessa aspiração geral dos brasileiros que ele empossou a 23 de janeiro de 1823 na capital do Ceará a Junta Governativa, de que foi presidente, substituída a 3 de março por outra, chamada Junta do Governo Provisório, da qual deixou de fazer parte para ocupar o cargo de comandante das armas. Por esse tempo foi comissionado juntamente com o seu companheiro Tristão Gonçalves para ir submeter o comandante das armas do Piauí, major João José da Cunha Fidié, que, dispondo de numerosa força de linha, ameaçava os independentes do Piauí e Maranhão. A 29 de março deixou a Fortaleza com destina àquela província recebendo em caminho a notícia de ter sido nomeado por carta imperial de 16 de abril, comandante em chefe das forças expedicionárias. Avisado Fidié da aproximação do exército inimigo, tratou de passar-se do Piauí para o Maranhão, tomando a direção de Caxias, onde deu-se pressa em preparar os elementos de resistência ao seu alcance. Ali o foi encontrar o chefe expedicionário, que, á testa de cerca de seis mil homens, mais ou menos, mal armados e com escassa munição, não vacilou em pôr a praça em apertado cerco, conseguindo fazê-la render-se no dia 1 de agosto de 1828. Levada a bom êxito a expedição, somente nos fins de outubro seguinte regressou o invicto patriota ao Ceará, onde o aguardavam com ansiedade os independentes, como uma garantia contra a animosidade dos adversários, de quem receavam toda a sorte de violências, em consequência da dissolução da Assembléia Geral Constituinte. A situação desenhava-se por demais assustadora para os patriotas e por assim o compreenderem Tristão e Filgueiras, deixaram-se ficar no interior da província, onde mais fácil seria assumir a atitude a que fossem arrastados pela gravidade dos acontecimentos. A notícia do ato impatriótico de Pedro I, considerado como uma provocação ao sentimento nacional, repercutiu dolorosamente em todo o país, produzindo no espírito público desusada excitação impossível de ser reprimida.

Desse irritante estado de cousas, criado pelo golpe de Estado, nasceu o movimento separatista operado a 24 de julho de 1824 em Pernambuco com o desígnio político de se proclamar a Confederação do Equador, idéia a que os dois chefes cearenses prestaram braço forte, compelidos pela necessidade de congregarem em torno de si indispensáveis elementos de defesa contra os planos agressivos dos reacionários na província. A demasiada confiança no movimento pernambucano os arrastou às perigosas incertezas de uma luta, cujas consequências não podiam ser mais desastrosas para ambos, que pagaram com a vida esse último apelo feita aos meios extremos da revolução para o fim de dizimirem as dissensões da política local. Por sua vez os antinacionalistas da capital, contando com os poderosos recursos do seu partido e animados pelos sucessos da Corte, julgaram azado o momento de apoderarem-se do governo, o que facilmente conseguiram, anulando por meio de um conselho consultivo a autoridade da Junta do Governo Provisório, de há muito isolado entre os seus temíveis adversários e sem o apoio material da força armada para fazer-se respeitar. Filgueiras e Tristão avisados do ocorrido dirigiram-se para a capital e apenas ali chegados, a 23 de fevereiro, os negócios públicos retomaram o primitivo rumo, recuperando a Junta todo o poder de que haviam despojado. Estava o Ceará sob o domínio dos independentes ao tempo em que chegou à província o seu primeiro presidente, Pedro José da Costa Barros, trazendo o mesmo navio que o conduziu, a nomeação de Filgueiras para comandante das armas, com as honras de brigadeiro pelos bons serviços prestados na expedição de Caxias. Essa distinção conferida ao chefe rebelde (na ignorância do governo imperial) veio aumentar-lhe o extraordinário prestígio na província revigorando nas fileiras dos patriotas o entusiasmo pela

causa comum. Sob uma densa atmosfera de desconfianças logrou Costa Barros empossar-se no dia 17 de abril, mas logo a 29, intimado pelos patriotas com Tristão e Filgueiras à frente e a tropa ao mando deste, teve de renunciar a administração que lei assumida por Tristão. Dando parte desse feito a Manuel de Carvalho Paes de Andrade, assim se exprimiu o novo chefe do governo: “enquanto durar a minha presidência temporária, conta V. Excia. que o Ceará não há de afrouxar um só fuzil da grande cadeia que nos entrelaça; pois que de mais a mais temos na frente o intrépido Filgueiras o ídolo do povo e tão firme como uma rocha”.

Foi tão efêmera a existência da república no Ceará, que mal poderão ecoar em Pernambuco os protestos de solidariedade manifestados pelo chefe cearense. “Proclamada a 26 de agosto na capital, desapareceu a 18 de outubro de 1824, quando o vice-presidente republicano, José Félix de Azevedo e Sá, intimado por Lord Cockrane, arvorou a bandeira imperial e proclamou o governo do Imperador”. Tristão havia, seis dias antes, passado a presidência a José Félix, na qualidade de conselheiro do governo, para ir em pessoa bater os imperialistas que ameaçavam tomar o Aracati e Filgueiras, que desde o princípio de setembro partira com uma força de dois mil homens em auxílio de Pernambuco, retrocedia a esse tempo do centro da Paraíba para o Icó, ao saber do desbarato sofrido pelas tropas de Manoel de Carvalho. Vitoriosa a contra-revolução, começou a obra de aniquilamento executada pelos imperialistas cheios de ódios e sedentos de vingança. A reação operou-se tremenda, sendo muito raros os que não foram sacrificados à sanha dos seus ferozes inimigos. As vistas do governo restaurado convergiam de preferência para os dois valorosos chefes, contra os quais se desencadearam todos os rancores latentes dos vencedores. Dos vários bandos em armas espalhados pelo centro, dois seguiram ao encalço de Tristão, que ao ser encontrado tomou resolutamente a ofensiva, lutou como um herói, e só depois de abandonado por seus sectários, cedeu o campo de ação aos restauradores, que a 31 de outubro o assassinaram barbaramente próximo ao povoado Santa Rosa, distante do Aracati trinta léguas, ficando o seu corpo depois de mutilado, exposto à voracidade dos abutres, atado a uma árvore. Filgueiras, que até então havia rechaçado todos os partidos inimigos que ousaram deter-lhe a marcha, recebeu no Crato a desoladora notícia da morte do bravo e infeliz companheiro, e conquanto se conservassem fiéis às suas tropas e ainda lhe sobrasse bastante força de ânimo para ferir novos combates, vendo que seria inútil qualquer resistência, “resolveu com José Martiniano de Alencar dispersar suas tropas e ir se apresentar ao Imperador na corte”. “A 4 de novembro de 1824 deixaram ambos o Grato com direção ao Eséu, donde deviam seguir por Minas para o Rio de Janeiro”. Empreendida a penosa viagem, Filgueiras apenas pôde alcançar São Romão, em Minas, onde no princípio do ano de 1825 terminaram obscuramente os seus dias, vitimado pelas febres reinantes no lugar; ou segundo outra versão, acabrunhado pelo choque moral que sofreu, ao ser algemado por ardem do comandante geral daquela vila. A tradição popular acrescenta ter sido tão profunda a sua dor, que desde aquele momento não mais proferiu uma palavra e do mesmo modo que Montesuma, antigo rei do México, também não mais se alimentou, vindo a sucumbir alguns dias depois de tão grave ultraje à nobreza dos seus sentimentos. Como quer que seja, não podia ser mais inglório, nem mais imerecido o tristíssimo desfecho da vida do denodado patriota, um dos mais esforçados defensores da causa nacional. Filgueiras possuía qualidades apreciáveis, que muito o recomendavam no trato social, como nas relações particulares, e diversamente do que escreveu P. Théberge no seu *Esboço histórico* sobre a província do Ceará, não era destituído de inteligência, segundo a afirmação de outro escritor que lhe traçou a biografia. Embora rudimentar a sua instrução, adquirida no círculo estreitíssimo em que passou toda a existência,

Escreveu:

– Proclamações e ofícios relativos à expedição de Caxias. Acham-se todos enfeixados em um livro de 84 págs. sob o título Artigos de ofício da Junta da Delegação das Províncias do Piauí e Ceará, mandado imprimir em S. Luiz, capital do Maranhão, em 1823, pelo capitão-mor Rodrigo Luiz Salgado de Sá e Moscoso, cavaleiro – processo na Ordem de Cristo,

Governador das armas, e Vogal da Junta Provisória do Governo Civil da província do Maranhão, e foram integralmente transcritas na Revista Trimensal do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil, parte 1ª do vol. 48 de 1885, págs. 247 em diante. Sumamente honrosas à memória de Filgueiras as palavras finais do referido livro, muito merecem que aqui sejam reproduzidas em homenagem aos feitos heróicos do ínclito brasileiro. Precedendo a epígrafe – Aviso do Editor – assim o mesmo se exprimiu: “Enquanto o buril da história não grava em brilhantes páginas o nome ilustre do herói das Aracatis, assinando o lugar iminente (sic) que o imortal Filgueiras deve ocupar ao lado daqueles que mais trabalharam para quebrar os ferros que oprimiam sua Pátria: mando imprimir os Artigos d’Ofício da Junta da Delegação das Províncias do Piauí e Ceará, sendo à minha custa tanto a impressão como o papel”. “Por eles conhecerá o público a prudência, a moderação e sabedoria com que se comportaram em negócios tão difíceis os homens probos que compunham aquela respeitável reunião de brasileiros ilustres, brilhando no meio deles como um astro luminoso, o Comandante em Chefe, o Sr. José Pereira Filgueiras”. “A geração presente lhes rende já homenagens pelos bens que desfrutamos e os nossos vindouros invejarão a dita que tivemos de sermos coevos do imortal Filgueiras!”

– *Fala* do comandante das armas do Ceará, lida pelo Padre Estevão da Porciúncula, a 29 de abril de 1824, na casa da Câmara e Paço do Conselho da cidade da Fortaleza. Nas “Datas para a História do Ceará”, Insertas na “Revista Trimensal do Instituto do Ceará”, págs. 433 a 435 do tomo X, págs. 286 a 288 do tomo XXV, tomo XXX págs. 133 a 135 e tomo XXXII págs. 39 a 42.

– *Ofício* dirigido ao Governador das armas de Pernambuco, em 1 de maio de 1824. Na mesma ‘Revista’, págs. 454 a 457.

José Pinto de Carvalho, Doutor – Filho de Cândido Pinto de Carvalho e D. Clara Júlia Pinto de Carvalho, nasceu a 25 de junho de 1864, no engenho S. Francisco, termo do Socorro. Depois de feitos os preparatórios em sua terra natal; matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo o grau de doutor em dezembro de 1890.

Clinicou na cidade do Carmo do Rio Claro no Estado de Minas Gerais, fundando ali, com Adolfo Campos, a 1º de outubro de 1894 o Parthenon Sul Mineiro com internato e externato. Em 1909 foi clínico e inspetor escolar em Pouso Alegre, Minas, até 1916, tendo antes exercido a mesma profissão na cidade de Passos no mesmo Estado.

Escreveu:

– *Hemorragias puerperais*: dissertação dividida em duas partes. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras da Faculdade. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 11 de agosto de 1890 para serem sustentadas a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1890, 60 págs., in. 8º. Imprensa Popular.

José Rodrigues Bastos Coelho, Doutor – Filho de outro de igual nome e D. Maria dos Anjos do Espírito Santo, nasceu em Aracaju a 25 de novembro de 1889. Aí estudou preparatórios e frequentou as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio, recebendo o grau de doutor nesta última a 18 de dezembro de 1913. Tem clinicado em Catalão, Goiás, Araguari e Ipameri em Minas. Foi um dos fundadores da “Cruz Vermelha Brasileira de Santos”, uma das primeiras criadas no Brasil. Por Decreto de 1º de dezembro de 1915 foi nomeado médico do corpo de saúde do Exército. Colaborador da revista “Via Láctea”, da Bahia, na qual escreveu os artigos seguintes:

– *Época de aço*: No nº 2, de agosto de 1911, págs., 47 e 48.

– *Analogia descortês* – Idem, págs. 200 a 202 do nº 5, de novembro de 1911.

– *Império dos pântanos*. No nº 6, de dezembro de 1912, págs. 243 a 246. Colaborou mais na “Gazeta de Araguari”, “A Lavoura”, “O Araguari”, “A Sertaneja”, “A Tribuna”, “Diário de Santos”, “A Tarde”, “Gazeta do Povo”, e “Correio de Aracaju”.

Escreveu:

– *Defesa da maternidade*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do Curso de Ciências Médico-Cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1913 e publicamente defendida aos 18 de dezembro do mesmo ano. Rio, M C MXIII, 117 págs. in. 8º.

– *Pela miséria dos brasileiros*. No “Diário de Santos”, S. Paulo, de 24 de fevereiro de 1918.

– *A Medicina pelo poder da nossa pátria*: conferência realizada no dia 7 de setembro de 1918 no Miramar, em Santos, S. Paulo. No “Estado de Sergipe” de 8 e 9 de outubro seguinte.

– *O nacionalismo e a importância da imprensa no País*: conferência realizada no dia 9 de dezembro de 1917, na sede da Associação Atlética Americana, em Santos. No “Diário de Santos” de 14 e 15 do mesmo mês.

– *As moléstias sociais*. No “Diário de Santos”, São Paulo, de 23 e 28 de maio de 1919.

– *Saneamento do Interior*: Na “Tribuna” de Santos, de 14 de agosto de 1917.

– *Os contrastes na praia Grande*: No “Diário de Santos” de 12 de outubro de 1918.

José Rodrigues da Costa Dória, Doutor – Filho de Gustavo Rodrigues da Costa Dória e D. Maria Soledade Costa Dória, nasceu a 25 de junho de 1859 na cidade de Propriá. Fez os preparatórios de 1875 a 1876 no Ateneu de Aracaju e matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1877, recebendo o grau a 16 de dezembro de 1882, sempre com provas distintas. Exerceu a clínica na cidade de Laranjeiras de 1883 a 1885 quando foi à capital baiana concorrer ao lugar de adjunto à cadeira de medicina legal e toxicologin. Colocado pelo valor de suas provas em primeiro lugar, foi nomeado, por decreto imperial de 28 de novembro do mesmo ano. Em 1888 fez o curso para a cadeira de patologia médica, vaga pela morte do Conselheiro Demétrio Tourinho e em 21 de fevereiro de 1891, foi nomeado substituto da segunda seção da Faculdade, por ocasião da reforma Benjamim Constant. Por esse tempo, organizando-se na capital a Faculdade Livre de Direito, foi indicado para exercer o lugar de lente de medicina legal, cadeira que depois passou a ser de medicina pública. Em 6 de setembro de 1892 foi nomeado lente catedrático da cadeira de botânica e zoologia médicas, hoje história natural médica, e em 1895 foi eleito conselheiro municipal da capital baiana, lugar que exerceu até 1899. Como lente de medicina pública e em virtude da reforma de higiene do Estado, fez parte do conselho sanitário superior da Bahin. Em 30 de dezembro de 1897 foi eleito deputado federal por Sergipe, que por quatro legislaturas lhe renovou o mandato. Representou o Governo de Sergipe no Congresso médico de S. Paulo, escrevendo por esta ocasião uma memória sobre toxemia e crime. Apresentado pelo partido dominante de Sergipe. candidato ao lugar de presidente, foi eleito, sem competidor, em 30 de julho de 1908, tomando posse a 24 de outubro do mesmo ano. Esteve na Europa em passeio de recreio nos anos de 1911 a 1913 e durante esse tempo escreveu para o “Diário da Bahia” cartas sob a epígrafe “De Paris”, com as iniciais – R. D. Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e correspondente em 1918 da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro.

Representou a Faculdade de Direito e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia no 2º Congresso Científico Internacional Pan-Americano reunido em Washington a 27 de dezembro de 1915. Sócio efetivo do mesmo Instituto em março de 1916, membro correspondente da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro em 1918. Neste mesmo ano foi eleito pela oposição deputado federal pelo seu Estado para o triênio de 1918-1920.

Escreveu:

– *Das febres paludosas complicadas do elemento tífico*: dissertação. Proposições. Seção de ciências acessórias – Termotrin. Seção de ciências cirúrgicas – Estreitamento orgânico da uretra e seu tratamento. Seção de ciências médicas. Languinificação. Tese

apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia e perante ela sustentada a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1882, 120 págs. in. 8º. Tipografia – Biblioteca dos Dois Mundos.

- Afinidades patológicas entre o reumatismo, a gota e o diabetes: tese de concurso à cadeira de patologia interna da Faculdade de Medicina da Bahia, por..., adjunto a cadeira de medicina legal e toxicologin. Bahia, 1888, 110 págs. in. 8º. Tipografia da “Gazeta da Bahia”.

- Discurso proferido pelo... professor de medicina legal da Faculdade Livre de Direito da Bahia por ocasião de sua posse de lente catedrático da cadeira de botânica e zoologia médicas da Faculdade de Medicina em sessão solene da Congregação aos 24 de setembro de 1892. Bahin. Tipografia Liberti, 1892, 14 págs. in. 12º gr.

- Veneno e envenenamento. Vol. I fascículo 2º, 1893, págs. 91 a 98. Saiu depois na “Gazeta Médica” da Bahia, nº de novembro de 1893-1894, págs. 393 e seguintes.

- Discurso pronunciado na sessão da Câmara Federal em 7 de agosto de 1897 por ocasião da 3ª discussão do projeto reformando o Código Penal. Na Revista da Faculdade de Direito da Bahia de setembro do mesmo ano, págs. 41 a 76.

- O segredo da longevidade: série de artigos no “Jornal do Comércio” de 12, 13 e 20 de novembro de 1904, transcrito no “O Estado de Sergipe”, de 17, 18 e 20 a 22 de dezembro do mesmo ano e na “A República” de Natal, Capital do Rio Grande do Norte.

- *Um capítulo de patologia nervosa. Hamlet.* É estudo sobre a sanidade mental do célebre personagem deu o nome à tragédia escrita por William Shakspeare. No “Jornal do Comércio” de 23 de julho de 1905. Transcrito no “O Estado de Sergipe”, de 18 a 23 de agosto de 1905.

- *O Nariz:* Interessante estudo sobre esse importante órgão do corpo humano. No “Jornal do Comércio” de 8 de outubro de 1905, transcrito no “Estado de Sergipe”, de 21, 23 e 24 de novembro seguinte.

- *Oslerização:* artigo em que se discorre, se haveria vantagem para o homem individualmente, ou para a comunidade ter a vida humana um período fixado para a sua duração. No “Jornal do Comércio” de 21 de dezembro de 1905. Transcrito no “O Estado de Sergipe” de 12 a 14 de janeiro de 1906.

- As previsões do gênio. No “Jornal do Comércio” de 30 de junho de 1906. Transcrito no “O Estado de Sergipe” de 18, 19, 20 e 21 de julho do mesmo ano.

- *Os cabelos:* esboço antropológico. No “Jornal do Comércio” de 28 de julho de 1906. Transcrito no “Estado de Sergipe”, de 18 e 19 de setembro seguinte.

- *A calvície:* artigo publicado no “Jornal do Comércio” de 22 de outubro de 1906. Transcrito no “O Estado de Sergipe” de 27 e 28 de junho de 1907.

- *Eutanásin.* No mesmo jornal de 12 de julho de 1907.

- *Hamletão são.* No “País” de 31 de julho de 1907. Transcrito no “Estado de Sergipe” de 17 de agosto seguinte.

- *Toxina c Crime:* memória apresentada ao Sexto Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, realizado na Capital de S. Paulo em setembro de 1907.

- *Envenenamento e veneno.* Na “Revista da Faculdade de Direito da Bahia”. Transcrito no “O Estado de Sergipe”, de 20 e 21 de agosto de 1907.

- *Traumatismos morais e o Código Penal.* Na “Revista Médica” da Bahin. Transcrito no “Estado de Sergipe” de 23 e 24 do referido mês.

- *A idade e o sexo em matéria criminal.* Na “Revista da Faculdade de Direito” da Bahia, setembro, 1892, nº 1, págs. 21 a 37. Transcrito no “Estado de Sergipe”, de 22, 24, 25, 28, 29, e 31 de dezembro de 1907.

- *Memorial* apresentado ao Dr. Celso de Sousa, relator do projeto 226 de 1903, que autoriza a construção da Estrada de Ferro Timbó-Propriá. No “O Estado de Sergipe”, de 25 de agosto de 1907.

- *A primeira conferência do Sr. Guilherme Ferrero*. No “Jornal do Comércio”, de 13 de outubro de 1907. Transcrito no “O Estado de Sergipe” de 22 e 23 do mesmo mês.
- *A mandrágora* – (História Natural Médica). No “Jornal do Comércio” de 6 de setembro de 1908. Transcrito no “Estado de Sergipe” de 13 e 14 de novembro seguinte.
- *Carta aberta*. Exmo. Am^o. Dr. Barbosa Lima, D. Deputado pela Capital Federal. No “O Estado de Sergipe” de 8, e “Correio de Aracaju” de 9 de novembro de 1910. Transcrito no “Jornal do Comércio” de 30 de novembro de 1910.
- *Carta aberta*. Exmo. Sr. Deputado Dr. Joviniano de Carvalho. No “O Estado de Sergipe” de 29 de novembro de 1910.
- *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1910 na instalação da sessão extraordinária da 10^a legislatura. Aracaju, Tip. do “O Estado de Sergipe” de 1910, 17 págs. in. 8^o.
- *Discurso* pronunciado no banquete que em sua honra deu a Assembléia Legislativa em 1^o de dezembro de 1910. Aracaju, Tip. do “O Estado de Sergipe”, 1910. in. 8^o pq.
- *O Manifesto Torpedo*: artigos publicados no “O Estado de Sergipe” de nº 3307 a 3328 em resposta ao Manifesto publicado pelo Dr. Manoel Batista Itajahi. Aracaju, Tip. do “O Estado de Sergipe” 1910, 118 págs. in. 8^o pq.
- *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 7 de setembro de 1910, na instalação da 1^a sessão ordinária da 10^a legislatura. Aracaju, Tip. do “Estado de Sergipe”, 1910, 47 págs. in. 8^o gr.
- *Discurso* proferido a 15 de agosto de 1911 na inauguração do edifício destinado para a Escola Normal e Escolas Anexas. No “O Estado de Sergipe” de 17 de agosto de 1911.
- *Discurso* lido a 15 de outubro de 1911 por ocasião de ser inaugurado o seu retrato no salão nobre da Escola Normal e Anexas do Aracaju. No “O Estado de Sergipe”, de 17 do referido mês.
- *De Paris* (Colaboração para o Diário da Bahia): série de artigos que manteve durante a sua permanência na Europa, de 1911 a 1913.
- *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa do “Estado de Sergipe” em 7 de setembro de 1911 na instalação da 2^a sessão ordinária da 10^a Legislatura. Aracaju, 1911. Tip. do “O Estado de Sergipe”, 99 págs. in. 8^o gr.
- *Estado de Sergipe*: entrevista de um redator do “Jornal de Notícias” da Bahia com o ex-Presidente de Sergipe. Bahin. Oficinas do “Diário da Bahia”, 101 – Praça Castro Alves, 101. 1914, 18 págs. in. 8^o pq.
- *Infanticídio: legislação e doutrina*: lições proferidas na cadeira de medicina pública da Faculdade de Direito. 1^o fascículo. Bahin. Oficinas do “Diário da Bahia” – Praça Castro Alves, 101. 1914, 14 págs. in. 8^o pq. 2^o fascículo, nas mesmas oficinas, 1915 – o mesmo número de páginas e o mesmo formato.
- *Veneno e envenenamento*: lições preferidas na cadeira de Medicina Pública da Faculdade de Direito da Bahia. Bahia – na mesma oficina – 41 págs. in. 8^o pq. Saíram publicadas no “Diário da Bahia” de 15, 17, 21 e 24 de maio e 9 e 10 de julho de 1914.
- *Peritos suas funções, direitos e obrigações*. (1915).
- *Estrada de ferro Timbó-Propriá. Uma reivindicação*. Bahia – Oficinas do “Diário da Bahia”, 1915. 28 págs. in. 8^o.
- *Memórias* apresentadas ao segundo Congresso Científico Pan-Americano, reunido em Washington, D. C. a 27 de dezembro de 1915, como delegado do Governo do Estado da Faculdade de Direito, do Instituto Histórico e Geográfico e da Sociedade Médico Legal e Criminologia, da Bahia, junto ao mesmo Congresso, reunido em Washington, de 27 de dezembro de 1915 a 6 de janeiro de 1916.
- *Os fumadores de maconha*: efeitos e males do vício.

- *O erro essencial* de pessoa na lei brasileira do casamento civil. Bahia, Imprensa Oficial do Estado. Rua da Misericórdia, nº 1. 1916, 41 págs. além de 6 lâminas com gravuras intercaladas, in. 8º.
- *Regulamentação do meretrício*: memória apresentada ao 1º Congresso Médico Paulista. Bahia, 1916, 19 págs. in. 8 pq. Oficinas do Diário da Bahia.
- Conferência e Tertúlia no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia: Impressões dos Estados Unidos, conferência em 13 de maio de 1916. Em torno dos atos de um Presidente do Estado, Tertúlia em 12 de novembro de 1916. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1917. 60 págs. in. 8º. As impressões saíram no “Diário da Bahia” de 13 a 16 de junho de 1916 e a Tertúlia no mesmo jornal de 19 a 21 de novembro do mesmo ano.
- *Discurso* proferido na sessão inaugural do 5º Congresso de Geografia, como representante do Estado de Sergipe e do Gabinete de Leitura de Maruim em 7 de setembro de 1916 na cidade da Bahin. No vol. 2º dos Anexos do 5º Congresso Brasileiro de Geografia realizado na cidade de S. Salvador, Estado da Bahia, de 7 a 16 de setembro de 1916, págs. 916 a 919. Transcrito no Diário da Manhã, e no “O Estado de Sergipe” de 19 do mesmo mês.
- *Crítica* ao nº IX do artigo 183 e ao artigo 219 do Código Civil Brasileiro: comunicação lida perante a Sociedade de Medicina Legal da Bahia na sessão ordinária de maio de 1916. Na “Revista Jurídica” da Bahia, vol. V de março de 1917. págs. 385 a 400.
- *Problemas de Instrução e Educação*: conferência lida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe na noite de 23 de setembro de 1917. Ns. de 2 a 6 de outubro de 1917.
- *Discurso* preferido pelo Presidente da Comissão de sergipanos residentes na Bahia na noite de 22 de outubro de 1917 em homenagem ao Tiro 136, de Aracaju, de passagem pela cidade de S. Salvador. No “Diário da Manhã”, Aracaju de 1º de novembro seguinte.
- *Discurso* proferido na Capital da Bahia por ocasião da manifestação ao Tiro 136 de Sergipe e da entrega do bronze artístico, representando a “Glória”, oferecido pela Colônia Sergipana ao mesmo Tiro. No “Diário da Bahia” de 30 de outubro de 1917.
- *Eleições de Sergipe em 1918*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1918, 28 págs. in. 8º.
- *O Ministério da Instrução e Saúde Pública*. A Mensagem Presidencial. Parecer. Projeto de sua criação e discursos. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1919, 78 págs., in 8º.
- *Câmara dos Deputados*. 1919: Parecer sobre o projeto da criação do Ministério da Instrução e Saúde Pública, precedido da Mensagem do Presidente da República sugerindo essa medida. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 43 págs. in. 8º.
- *Manifesto*: “Aos nossos amigos eleitores sergipanos” recomendando a candidatura do Conselheiro Rui Barbosa à Presidência da República na eleição de 13 de abril de 1919. Este manifesto foi assinado também pelo Marechal José de Siqueira Meneses (em 1º lugar). A publicação foi reproduzida em vários números, tendo saído pela primeira vez no número de 1º de abril de 1919.
- *Contestação* do diploma de senador expedido ao Dr. Graccho Cardoso. Números de 15 a 17, 19, 22, 27 e 31 de maio e 2, 6 e 14 de junho de 1922.
- *Comentários*. Tributos ao Centenário. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 10 de julho de 1923.
- *Discurso* proferido no dia 19 de novembro de 1923, em nome da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia, por ocasião de ser levado à sepultura o corpo do Dr. Antonio Pacífico Pereira. Na “A Tarde”, Bahia, do dia seguinte.
- *Data de morte*: 14 de fevereiro de 1938, em Salvador.

José Rodrigues da Silva – Filho de Lourenço Rodrigues da Silva e D. Josefa Umbelina da Costa, nasceu a 23 de junho de 1862 na Vila de S. Luzia. Estudou humanidades na cidade da Estância, no Colégio dirigido pelo Professor José Leandro.

Em 1877 exibiu prova de habilitação no “Ateneu Sergipense” a fim de se propor ao magistério, sendo no mesmo ano nomeado para reger interinamente a cadeira do ensino elementar do sexo masculino da vila de Sta. Luzia. Mediante concurso, obteve em 1880 a regência efetiva da de Vila Cristina. Foi sócio do “Clube Literário Recreativo de Sepa-Forte”, no Estado da Bahia, de 1881 a 1882. Colaborou na “Razão”, da Estância, “O Estado de Sergipe”, “Folha de Sergipe” e outros jornais com os pseudônimos de *Sergipano* e *J. R. Avlis*.

Escreveu:

– *Fragmentos*: poesias dedicadas ao Belo Sexo. Aracaju, 1888, 76 págs. in. 8º pq. Tipografia da “Ordem”.

– *Cantos Alvarinos*: poesias oferecidas ao jovem Álvaro Ferraz. Aracaju, 1900, 51 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *Soneto* intitulado *Estância*, dedicado ao Cônego Vitorino Fontes. Aracaju, 1901. No “O Estado de Sergipe”.

– *Não há coração que suporte o rigor da ingratidão*: – mote (publicada a glosa no referido jornal)

– *Ao Clube Caixeiral da Estância*. Idem, 1905.

– *Num aniversário*: poesia dedicada ao Dr. Prado Sampaio, publicada em 1908 no dito jornal.

– *Cantos sergipanos*: série de 29 poesias, tendo cada uma sua epígrafe especial. Aracaju, 1908. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *Boemia*: poesia dedicada ao Sr. Epifânio da Fonseca Dória. Aracaju, de 8 de setembro de 1910. Na “Folha de Sergipe”.

– *Discurso* proferido na comemoração cívica realizada no Instituto Cruz, de Maruim, no dia 3 de maio de 1914. No “O Paladino”, Maruim, de 14 a 28 de maio e 4 de junho seguinte.

– *Boas Festas! 1918. Bons Anos! 1919*: versos por Avlis. Aracaju, 1918, 16 págs. in. 16º.

– *Alvoradas Sertanejas*: poesias. 1918, 32 págs. in. 12º.

José de Santa Cecília, Frei – Chamado no século José Pacífico de Sales, nasceu pelo ano de 1809 na cidade de S. Cristóvão, onde faleceu a 6 de setembro de 1859, tendo sido seus pais, Manuel Ciríaco de Sales e D. Maria Rosa de S. José Sales. Antes de abraçar a carreira eclesiástica foi por pouco tempo funcionário público, nomeado em 1826, pelo governador das armas e depois presidente da província, brigadeiro Inácio José Vicente da Fonseca. Religioso da Ordem de S. Francisco, professou a 1 de março de 1827 no convento da Bahia, terminando o curso a 31 de março de 1834, em cuja data foi nomeado um dos professores para o seguinte curso, sendo-lhe logo designado no capítulo intermédio de 10 de junho à cadeira de teologia moral. Celebrou sua missa nova em S. Cristóvão na igreja do Rosário a 6 de janeiro de 1835.

Na congregação de 6 de junho de 1840 foi nomeado presidente do convento de S. Cristóvão, cargo em que continuou por eleição do capítulo celebrado em dezembro de 1841 e para o qual foi reeleito em 5 de junho de 1843.

No capítulo de 30 de novembro de 1844 foi eleito guardião do convento da cidade do Penedo, onde por escolha da congregação havida a 4 de junho de 1846 lecionou a cadeira de latim na aula pública do mesmo convento. Em 1849 ensinou alguns preparatórios em Laranjeiras e de junho desse ano a dezembro de 1850 exerceu a guardiania do convento de S. Cristóvão, no qual se deu o seu falecimento. Um dos primeiros oradores sacros do seu tempo, sem competidor dentro da ex-província, fazia lembrar, quando no ministério do púlpito, a eloquência de um Bossuet, rivalizando no talento e na intemperança com o notável pregador baiano, Frei Francisco Xavier de Santa Rita Bastos Baraúna, de quem foi amigo particular. Cultivou igualmente as relações de Frei Francisco de Monte-Alverne, a cuja preeminência também teria atingido, se houvesse vivido no mesmo meio. O último sermão de Santa Cecília,

como vulgarmente era conhecido, foi pregado no leito da morte, diante da imagem da Virgem Mãe. Poucas horas antes de expirar, mandou iluminar sua cela e resignado proferiu nos derradeiros lampejos de sua inteligência privilegiada uma comovente oração a Maria Santíssima.

Recebeu depois a extrema unção e aguardou com serenidade o momento final, despedindo-se dos amigos que o cercavam, com a recitação desta plangente quadrinha:

Já disse adeus ao Parnaso
E pendurei minha lira;
Agora vou respirar,
Onde o Eterno respira.

O operoso sergipano Carvalho Lima Junior, de quem foram colhidos muitos dados desta notícia, tem escrita a biografia do notável pregador cristovense na sua obra inédita *Pantheon Sergipano*, de onde a extraíu para publicá-la no vespertino do Aracaju “O Imparcial”, de 19 a 26 de agosto de 1918. O ilustre franciscano por sua vez poeta, autor de alguns sonetos editados no “Correio Sergipense”, e insigne compositor, a quem se atribui a música do Hino Sergipano, não confiou à Imprensa muitas das suas produções literárias e musicais, tendo apenas publicado dentre o avultado número de peças oratórias as seguintes:

– *Oração* recitada na Igreja Matriz da cidade de S. Cristóvão no dia 11 de março de 1833, por ocasião das Eleições de Deputado, e Conselheiros do Governo e Província, estando presente o Colégio Eleitoral. Vila Constitucional da Estância, 1833. Tipografia de Silveira & Cia.

– *Sermão* no solene *Te Deum* em comemoração da emancipação política de Sergipe, pela primeira vez festejada em São Cristóvão em 24 de outubro de 1836, in. 8º pq. É um documento de alto valor histórico em que se descobrem os extraordinários recursos do orador fecundo e erudito.

– *Sermão* sob o tema *Sit Dominus Deus Tuus benedictus, cui complacui et posuit Te super Thronum Israel* – L 3 dos Reis, verso 9, Cap. 10. Recitado na matriz de São Cristóvão a 18 de julho de 1841 em comemoração da Coroação e Sagração de S. M. I. D. Pedro II. No “O Correio Sergipense”, de 28 do mesmo mês, resumidamente.

– *Oração congratulatória* recitada na igreja matriz da cidade de S. Cristóvão no dia 23 de julho de 1841, aniversário da aclamação da maioria de S. M. I. o Sr. D. Pedro II. Em resumo, no mesmo jornal de 31 do referido mês.

– *Sermão* recitado a 7 de setembro de 1841 na matriz de São Cristóvão por ocasião do *Te Deum* em ação de graças pela data aniversária da Independência do Brasil. Resumidamente no citado jornal de 11 do mesmo mês.

– *Oração congratulatória* recitada no dia 2 de dezembro de 1841 na igreja matriz de S. Cristóvão por ocasião de celebrar-se a missa cantada em ação de graças por ter completado mais um aniversário natalício S. M. o Senhor D. Pedro II. Idem, idem, do dia 4 seguinte.

José Sebrão de Carvalho Sobrinho – Filho de Cícero Alves de Carvalho e D. Cherubina Etelvina de Carvalho, nasceu na cidade de Itabaiana em 6 de agosto de 1898. Fez os estudos primários em sua terra natal e estudou preparatórios no Ateneu Sergipense até o 3º ano. Advogado provisionado pelo Tribunal da Relação na comarca de Itabaiana e em 30 de setembro de 1921 foi nomeado promotor da mesma comarca, tendo sido antes, de 1917 a 1921 diretor da Secretaria do Conselho Municipal da referida cidade. Colaborou no *Diário da Manhã*, *Jornal do Povo*, *O Estado de Sergipe*, de Aracaju; *O Comércio*, de Maruim; *A Imprensa*, da Capela; *Sul de Sergipe* e *Boletim do Asilo Santo Antonio da Estância* com os pseudônimos *Marcus Primicius* e *Zé da Viola*.

Escreveu:

- Reminiscência infantil. No “Diário da Manhã” de 27 e 28 de agosto de 1918.
- Idem, idem, de 9 e 10, 13 e 16 de março de 1923.
- 1923.
- *Tobias Barreto em Itabaiana*. No “Diário da Manhã”, de 25 de julho a 14 de agosto de 1923 com intermitências.
- *Por imodéstia*. No “Diário da Manhã” de 23 de outubro de 1923.
- *Desflorecido apuresmo*. Idem, de 6 e 7 de novembro de 1923.
- *Data de morte: 1973, em Aracaju (SE)*.

José de Siqueira Meneses, Marechal – Filho de Manoel Tavares de Meneses Andrade e D. Anna Maria de Siqueira, nasceu na cidade de S. Cristóvão a 7 de dezembro de 1852.

Depois dos estudos primários na cidade natal, passou-se para Laranjeiras onde começou a preparar-se nas matérias do curso de humanidades que continuou no Aracaju.

Resolvendo seguir a carreira militar, verificou praça a 12 de dezembro de 1870 com destino ao 1º Batalhão de Artilharia a Pé, sendo reconhecido cadete em 1871.

Estudou preparatórios na antiga Escola Militar da Corte, onde matriculou-se a 3 de fevereiro desse ano. Em fevereiro de 1874 inscreveu-se no curso superior da referida escola sendo nomeado alferes aluno a 8 de janeiro de 1876, depois do tirocínio escolar. Era ainda estudante, quando foi promovido ao posto de 2º tenente do Regimento de Artilharia a 31 de janeiro de 1877. Nesse ano concluiu o curso do Estado Maior de 1ª Classe. Completo o de engenharia militar foi promovido a tenente a 25 de maio de 1878, sendo nomeado ajudante de ordens do presidente de Sergipe em fevereiro de 1879.

A 25 de julho de 1880 foi promovido a Capitão e em setembro de 1884 passou a exercer cumulativamente com as funções de ajudante de ordens da presidência, as de encarregado das obras militares da província, funções que deixou de exercer a 19 de outubro de 1885.

A 14 de janeiro de 1882 foi encarregado pelo Presidente, Dr. Inglês de Sousa, de organizar a planta e orçamento dos edifícios necessários a uma Escola Agrícola que o Instituto Sergipano de Agricultura se propunha fundar no “Patrimônio” e em 1889 levantou a planta e orçamento de um prado de corridas para um “Sport Clube” que se projetou fundar em Aracaju.

Deve-se-lhe o grande benefício das primeiras drenagens para o escoamento das águas desta cidade: as plantas e ornamentos do Asilo de N. S. da Pureza em 1884 e do quartel de linha em 1885.

Fez parte do 1º Conselho da Intendência de Aracaju. por nomeação do Governador Dr. Felisbelo Freire e foi diretor do Hospital de Caridade por duas vezes: a primeira por nomeação de 13 de março de 1885 e a segunda a 8 de dezembro de 1886.

Membro do Triunvirato, aclamado em 17 de novembro de 1889 assumiu o governo do Estado até 13 de dezembro seguinte. Por Decreto de 8 de janeiro do ano seguinte foi nomeado 2º vice-governador, exonerado a 14 de maio do mesmo ano.

Em 1891 foi agraciado cavaleiro da Ordem Militar de Aviz e nomeado diretor das obras militares da Bahia, por portaria de 28 de junho, nomeação que foi anulada dias depois, tendo sido em novembro desse mesmo ano nomeado comandante interino do 1º Batalhão de Engenharia, funções que assumiu a 27 do mesmo ano:

A 17 de janeiro de 1892 foi graduado no posto de Tenente-Coronel e em fevereiro seguinte nomeado comandante da Escola Militar do Ceará, entrando em exercício a 7 de março.

Passando a efetividade, deixou este comando em dezembro e ficou adido à Repartição do Ajudante General, sendo em 1893 nomeado Diretor Geral das Obras Militares da Bahia.

Em 1897 nomeado chefe da comissão de engenharia destinada a servir com as forças em operações contra os fanáticos de Canudos foi também encarregado da construção de uma linha telegráfica. Ali se portou com galhardia praticando atos de bravura, combinando planos de ataque ao inimigo e executando obras de engenharia para darem acesso às tropas atacantes. De sua atuação em Canudos fala Euclides da Cunha com grandes encômios no seu livro “Os Sertões”, nas págs. 380 e 381.

A 19 de maio de 1898 foi promovido, por merecimento, ao posto de Coronel, passando, em 1899, a servir como chefe da 3ª Seção da Repartição do Estado Maior, e pouco tempo depois no Comando do 3º Distrito Militar. Continuou, em 1902, como delegado militar do Estado Maior junto ao comando do 3º Distrito da Bahia.

Sendo nomeado, em 1904 prefeito do Alto Purus, para ali seguiu prestando ao Governo da República inestimáveis serviços. Em 25 de setembro desse ano, fundou ali a cidade de Sena Madureira, e por decreto de 5 de maio do mesmo ano, foi promovido a General de Brigada.

Deixando a Prefeitura do Alto Purus em começo de 1905 seguiu para a Bahia, onde recebeu a nomeação de Comandante da Brigada Policial do Distrito Federal a 13 de fevereiro do referido ano, assumindo aquele comando no dia 28, e nele permanecendo até 17 de novembro de 1906, quando foi exonerado.

Em julho de 1908 foi novamente Comandante do 3º Distrito Militar da Bahia. Chamado ao extremo norte na ocasião da pendência do Brasil com a Bolívia, os seus serviços ali tornaram-se de uma relevância inestimável. Tem a medalha militar de ouro, por contar mais de vinte anos de serviço.

Eleito presidente do seu Estado, assumiu o governo a 24 de outubro de 1911 e nele esteve até 29 de julho de 1914.

Na sua gestão além de outros melhoramentos dotou a capital de luz elétrica e esgotos. Deixando o governo foi eleito senador federal, em 1915, mandato que exerceu durante 9 anos até 31 de dezembro de 1923.

É sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Associação Comercial da Bahia, pelos relevantes serviços prestados ao comércio por ocasião da greve dos operárias da estrada de ferro em 1910.

Durante a sua permanência em Sergipe no período da propaganda republicana escreveu nos jornais da província, especialmente no “Sergipe” de que foi um dos redatores.

Reformou-se no posto de Marechal graduado a 13 de dezembro de 1916.

Escreveu:

– *Ligeiro esboço sobre o Rio Poxim*. Na “Gazeta do Aracaju”, de 3 e 8 de maio de 1882.

– Relatório apresentado pelos membros do Governo do Estado de Sergipe, cidadão José de Siqueira Meneses e professor Balthazar Góes ao ilustre Dr. Felisbelo Firmo de Oliveira Freire a 13 de novembro de 1889. No “O Republicano” de 10 de janeiro, até 5 de março de 1890.

– *Aos meus patrícios e ao público*. Na “Gazeta de Sergipe” de 20 de agosto de 1890.

– Relatório da Força Policial do Distrito Federal, relativo ao ano de 1905, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores. No “Jornal do Comércio” de 23 de março de 1906 e no “O País” de 22 do mesmo mês. Foi depois publicado sob o mesmo título em opúsculo de 42 págs. in. 8º, impresso na Tip. do Regimento de Cavalaria, 1906, contendo 5 estampas intercaladas com a fachada do Quartel dos Barbonos e os projetos das fachadas dos novos quartéis.

– *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa pelo Exmo. Sr. General Presidente do Estado na sessão extraordinária em 15 de agosto de 1912. No “O Estado de Sergipe” do dia seguinte e no “Diário da Manhã” de 17 do mesmo mês.

– Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 7 de setembro de 1912 na instalação da 1ª sessão ordinária da 11ª Legislatura pelo Presidente do Estado. Aracaju, 1912, 17 págs. in. 8º gr. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa pelo Exmo. Sr. General Presidente do Estado na sessão extraordinária em 15 de agosto de 1913. No “O Estado de Sergipe” de 16 do dia seguinte.

– *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe em 7 de setembro de 1913 na instalação da 2ª sessão ordinária da 11ª Legislatura pelo presidente do Estado. Aracaju, 1913, 22 págs. in. 4º gr., seguidas de anexos. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *Mensagem* apresentada a Assembléia Legislativa pelo Exmo. Sr. General Presidente do Estado, na sessão extraordinária de 8 de julho de 1914. Aracaju, 1914, 7 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *Relatório* com que o Exmo. Sr... passou o governo ao Exmo. Sr. Coronel Pedro Freire de Carvalho, Vice-Presidente do Estado. Aracaju, 1914, 16 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *Aos nossos amigos eleitores sergipanos*: manifesto recomendando a candidatura Rui Barbosa para Presidente. da República na eleição de 13 de abril de 1919. Está também assinado pelo Dr. Rodrigues Dória. No “Diário da Manhã” de 1º de abril de 1919.

► *Data de morte*: 06 de fevereiro de 1931 em Salvador (BA).

José Sizenando Avelino Pinho, Doutor – Filho de Pedro José de Pinho, natural de S. Cristóvão, e D. Anna Joaquina do Sacramento Pinho, natural de Vila Nova, e irmão de Sabino Olegário Ludgero Pinho, de quem adiante me ocuparei, nasceu a 7 de janeiro de 1823 na ilha dos Bois, município de Vila Nova e faleceu a 16 de junho de 1882 na fazenda Benfica, município de Cantagalo, no Rio de Janeiro.

Em 1842 seguiu para a Bahia com destino ao convento de S. Bento, onde chegou a ser admitido. Resolvendo depois freqüentar a Faculdade de Medicina daquela cidade, diplomou-se em 1846 em farmácia e prosseguindo no curso médico, recebeu o grau de doutor a 13 de dezembro de 1849. No ano seguinte fixou residência em Maceió, ali clinicando até 1856, ano em que foi para o Rio de Janeiro, que deixou em 1858 para residir em Cantagalo. Em Maceió exerceu os cargos de cirurgião-mor da Legião da Guarda Nacional, em 1850, deputado provincial nas legislaturas de 1852-1853, 1856-1857 e lente de francês do Liceu, em 1852. No Rio foi médico adjunto do Hospital de Caridade, em 1857, e em Cantagalo delegado de polícia, em 1858, tendo representado a província nos biênios legislativos de 1862-63, 1868-69, 1870-71 e 1872-73. Em 1852 fez uma viagem à Europa, regressando no ano seguinte para Maceió. Membro titular da Academia de Medicina do Rio de Janeiro em 1857 e cavaleiro da Ordem de Cristo.

Escreveu:

– *Viver e morrer*: No “O Ateneu”, periódico científico e literário dos estudantes da Escola de Medicina da Bahia. Nos ns. 1 e 2 do 1º vol. 1849.

– *Um fato de clínica interna*. Idem, no nº 3, págs. 50 e 51 do mesmo vol.

– *Ensaio sobre a topografia histórica, física e médica da cidade de Penedo*: tese apresentada e sustentada em 28 de novembro de 1849 a fim de obter o grau de doutor. Bahia, 1849, in. 8º.

– *Relatório* que o Exmo. vice-presidente da província de Alagoas, Doutor Manuel Sobral Pinto, enviou à 1ª seção da comissão explorada do local mais vantajoso para a ereção de um cemitério extra-muros em Maceió, 1850, 10 in. 16º. Na Tip. de J. S. da Silva Maia. Este Relatório traz também as assinaturas de Antonio da Silva Lisboa e do Tenente Bernardo Pereira do Carmo Junior.

– *Apontamentos* para a topografia física e médica da cidade de Maceió. Maceió, 1855.

– *Guia do tratamento do cólera*. Transcrito no “Cearense”, Fortaleza, de 1856. Redigiu com outros: o

– *Timbre Alagoano*: órgão do partido conservador, Maceió, 1851. Tip. Constitucional de Maia & Comp.

José Sotero de Sá – Filho do tenente-coronel do mesmo nome e D. Rosa Maria de S. José, nasceu a 4 de março de 1842 no engenho Canto Alegre, município de Riachuelo, e faleceu na cidade da Capela a 26 de junho de 1921. Agricultor e político a princípio, fez depois parte do funcionalismo público, ocupando os cargos de delegado literário, de polícia, de juiz de paz em três quadriênios na vila do Siriri e deputado provincial nas legislaturas de 1882-83, 1886-87 e 1888-89. Em Aracaju, exerceu ainda os cargos de tesoureiro da Tesouraria Geral de Fazenda, da Caixa Econômica, da Alfândega e o de administrador da Recebedoria do Estado, por nomeação de 1 de junho de 1900, tendo-se aposentado a 17 de outubro de 1911.

Antigo capitão da Guarda Nacional.

Escreveu:

– *O capitão José Sotero de Sá ao público*. No “Jornal do Comércio”, Aracaju, de 19 de setembro de 1877.

– Oposição conservadora: A Assembléia Provincial de Sergipe. Discursos proferidos na sessão legislativa de 1886 pelo deputado, etc. Aracaju, 1886, 50 págs. In 8 pq. Nesse opúsculo encontram-se também discursos do deputado Felinto Elysio (Vide esse nome).

José Telles de Menezes, Doutor – Filho de Manuel Teles de Menezes e D. Maria de S. José Telles, nasceu a 12 de fevereiro de 1851 em Laranjeiras e faleceu a 24 de julho de 1916 em Bicas, município de Guarará, no Estado de Minas Gerais. Tendo estudado preparatórios no Colégio Abílio na capital da Bahia, seguiu para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Faculdade de Medicina, na qual concluiu o curso científico em 1877, recebendo o grau de doutor a 3 de janeiro do ano seguinte. Com a resolução assentada de residir em Minas, dirigiu-se para a vila de Guarará, onde clinicou por algum tempo. Incrementando-se o movimento republicano depois da lei de 13 de maio de 1888, envolveu-se na política local, organizando com o barão de Catas Altas e o doutor Antero Dutra de Moraes o novo partido de idéias francamente republicanas. Antes disto já havia sido eleito vereador da Câmara Municipal de Mar de Espanha. Criado o município de Guarará, foi ali intendente por nomeação do governo, delegado de higiene e inspetor escolar, prestando nesses cargos serviços, que ainda não foram esquecidos. Tendo constituído a Companhia União dos Lavradores para consignações de café, da qual foi presidente, transferiu-se por este motivo para a Capital Federal, de onde se retirou para Bicas obrigado pela moléstia que o vitimou.

Escreveu:

– *Dos bromuretos, sua ação fisiológica e terapêutica*: dissertação. Proposições. Seção acessória. Do infanticídio. Seção cirúrgica. Dos estados gerais do indivíduo que podem influir para a produção da queratite. Seção médica. – Febre amarela. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 20 de agosto de 1877 para ser sustentada por... a fim de obter o grau de doutor em medicina. Rio de Janeiro, 1877, 72 págs. in. 8º. Tipografia do Apóstolo.

José Thomaz de Aquino Meneses, Padre – Filho de Misael da Graça e Maria Joaquina de Menezes, nasceu a 7 de março de 1889 na vila de Gararu. Fez seus estudos no Seminário de Olinda onde recebeu o Presbiterato em 16 de novembro de 1913, e a 27 de novembro do mesmo ano celebrou sua primeira missa na matriz da cidade de Gameleira no Estado de Pernambuco. Em 5 de março de 1908, quando ainda cursava Filosofia, fez o seu

primeiro sermão na capela do dito Seminário, sobre Santo Thomaz de Aquino no tríduo que precede a celebração da festa que todos os anos ali se faz em honra do Angélico Doutor.

De 1908 até a data de sua ordenação lecionou sucessivamente português, latim, história universal do Brasil na legendaria casa de formação eclesiástica, e, ainda, história natural e latim no colégio Diocesano daquela cidade no ano de 1913. Em 8 de janeiro de 1914 foi nomeado coadjutor de Goiana, Estado de Pernambuco, freguesia que passou a dirigir na ausência do respectivo vigário. Nessa cidade fundou com o Rvmo. Pe. Silvino Guedes, o Colégio D. Luiz no qual trabalhou até 4 de janeiro de 1916, data em que foi chamado para reger novamente uma das cadeiras do Seminário, onde foi um dos mais prestimosos lentes. Manifestando desde os primeiros anos gosto pela poesia, nota-se nos seus versos prodigiosa imaginação, revelada em estilo simples e harmonioso. Entre as suas melhores produções apontam-se os sonetos: *Mãe*, *Sub vesperum*, *Despedida*, *Saudade*, *13 de maio* e *A Mãe do Jangadeiro*, que o leitor apreciará:

Ela de longe mesmo conhecia
A vela branca da jangada e quando
Do coqueiral, a tarde, o vento brando
As palhas balouçava e o sol morria...

Mãe, ela vinha ver se descobria,
Entre as velas que, o verde mar cortando,
Iam à praia aligeras chegando,
E que por ser do filho ela queria.

E uma tarde veio... As vagas tanto
Nunca ouvira chorar; tão negro manto
Nunca estendera a noite assim no céu!

A jangada tardava... Filho!... Vela!...
Pôs a gritar a pobre; e aos pés dela
Uma das ondas murmurou: Morreu!

Quando o Brasil acompanhando as nações aliadas entrou no flagelo que foi a guerra européia, a mocidade do Amazonas em uma reunião solene a que ele assistia como representante da autoridade eclesiástica, o aclamou seu intérprete e nessa ocasião ele fez a sua “Oração à Pátria”.

Nas festas que a colônia sergipana promoveu na passagem da gloriosa data da emancipação de Sergipe, foi o Pe. Thomaz de Aquino escolhido pelos seus conterrâneos para o orador.

Exerce conjuntamente os cargos de Secretário do Bispado e Cura da Catedral de Manaus e nesse caráter celebrou missa numa das praças de Manaus, tendo de falar à multidão por ocasião das festas do primeiro centenário da Independência. No Ginásio Amazonense dirige a cadeira do Latim para a qual foi nomeado depois de concurso público em 9 de novembro de 1920. Militando na imprensa tem colaborado na “Tribuna Religiosa”, em Pernambuco e em outros jornais e revistas do País, e foi um dos fundadores do “Pão da Vida”, “Revista Eucarística” que saiu do Seminário de Olinda em 1916. Tem usado os pseudônimos *Gil do Valle*, *X. Pio*, além de outros de ocasião. Faz parte do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, como de algumas Sociedades eclesiásticas e civis. Tem inéditas algumas poesias, sermões, discursos e orações patrióticas.

Escreveu:

– *Dias de Glória*: diálogo levado à cena no palco do Seminário de Olinda em 1911, quando ainda o autor estudava Teologia. Inédito.

– *O Latim na História*. Lexiologia Latina: trabalho de Concurso à Cadeira de Latim do Ginásio Amazonense. Manaus, 1920, 70 págs. in. 8º. Oficinas Gráficas da Papelaria Velho Lino, de Lino Aguiar & Cia. Irmão. Nesse trabalho apresentou uma monografia sobre a morfologia latina.

– *Oração congratulatória* pronunciada em público por ocasião da adesão do Amazonas à Independência do Brasil. 7 de setembro de 1922.

José Thomaz Ávila Nabuco, Doutor – Filho do coronel João Maria de Araújo Nabuco e D. Maria Luisa de Araújo Nabuco, nasceu a 1º de outubro de 1880 no engenho Poços, município de Arauá. Seus estudos iniciais foram feitos no Aracaju e no Rio de Janeiro, onde durante 4 anos serviu no Exército, deixando em 1908 a carreira militar para estudar medicina. Na Faculdade da Bahia fez os primeiros quatro anos, completando o curso na do Rio de Janeiro, na qual se doutorou a 24 de dezembro de 1914. Antes de abrir consultório foi interno de clínica cirúrgica no Hospital Central do Exército, onde adquiriu proveitosos conhecimentos de medicina prática. Indo residir em Santa Catarina, clinicou na cidade de Tubarão, para onde foi nomeado em dezembro de 1916 delegado de higiene, transferindo-se depois para S. Joaquim da Costa da Serra no mesmo Estado. Voltando ao seu Estado, foi clinicar em Maruim, onde demorou pouco tempo, por ter sido nomeado em fevereiro de 1920, inspetor médico na Capital. Por ato de 29 de abril de 1922, foi transferido de inspetor médico escolar para o de médico diretor do Posto Central de Assistência Pública, exonerado por decreto de 1º de agosto de 1923. Nomeado interinamente a 24 de outubro de 1922 Diretor de Higiene e Saúde Pública do Estado, foi exonerado por Decreto de 1º de agosto de 1923.

Escreveu:

– Desconhecimento da aptidão física para o serviço militar: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a 1º de outubro de 1914 e publicamente defendida a 22 de dezembro do mesmo ano. Rio, 1914, XIV-92 págs. in. 8º. Of. Tip. Rua General Câmara, 137.

José da Trindade Prado, Barão de Propriá – Filho do capitão-mor José da Trindade Pimentel e D. Mariana Francisca de Menezes, nasceu na antiga freguesia de Santo Amaro das Brotas no ano de 1804 e faleceu a 25 de junho de 1875 no seu engenho Várzea Grande, hoje usina “Santa Clara”, tendo sido sepultado no cemitério da Capela. Atingia a fase da adolescência exatamente na época em que o Brasil se preparava para entrar no convívio das nações livres. Arrastado pelos impulsos patrióticos do seu coração, abraçou a causa santa da pátria, disposto a sacrificar-se pela mais nobre aspiração de seus filhos – a independência da terra de Santa Cruz.

Tendo sido dos primeiros a apresentar-se na Organização do corpo de Voluntários d’Aclamação em Sergipe, foi nomeado pelo General Pedro Labatut, capitão da 3ª Companhia, em atenção a seu zelo e préstimo, abonados por sua conduta, probidade e limpeza de mãos, acrescentando a isto o considerável dispêndio de sua algibeira em fornecer à tropa do Exército pacificador quartéis e todos os mais utensílios na ocasião de sua marcha pelos limites de Sergipe para os da Bahia. Afeiçoando-se à vida militar, assentou praça voluntariamente no extinto Batalhão número 26 de Caçadores em 29 de janeiro de 1823 no posto de capitão em comissão mediante o donativo de dois contos de réis em dinheiros entregue à Caixa Militar, confirmado no mesmo por decreto de 4 de agosto de 1825.

Em 15 de fevereiro de 1827 marchou para as campanhas do Sul e de volta a 22 de maio de 1829 continuou a Prestar serviços na Corte e na província, onde, além de exercer efetivamente o lugar de instrutor geral da G. N., contribuiu para o restabelecimento da ordem

e tranqüilidade pública, alteradas pela revolução começada em novembro de 1836. Por decreto de 2 de dezembro de 1839 foi reformado no posto de major.

Regressando à província, dedicou-se à lavoura e às lutas absorventes da política, assumindo dentro de pouco tempo a posição de chefe de um dos partidos. Na história da imprensa sergipana figura como o introdutor de uma tipografia em 1841, na qual se imprimiram em Laranjeiras os periódicos de feição partidária sob as denominações “O Triunfo” (sic) “Pedro Segundo”, “Guarani” e “O Telégrafo” (1844-1848).

Representante do seu partido na Assembléia Provincial em sete biênios, presidiu por diversas vezes os trabalhos legislativos; e como vice-presidente da província, esteve no governo pela quinta vez sem jamais afastar-se dos seus princípios de moderação e justiça.

Espírito pouco iluminado pela luz da ciência, mas cidadão honrado e de raro senso prático, o seu máximo empenho na administração sempre foi zelar os dinheiros públicos, dando-lhes a mais escrupulosa aplicação. Mediante a observância desse programa de severa economia, conseguiu acumular nos cofres da Tesouraria regulares reservas para garantia das necessidades mais urgentes. Coronel, comandante superior de vários municípios do norte de Sergipe, oficial e comendador da Ordem da Rosa, cavaleiro e comendador da de Cristo, foi por decreto de 14 de março de 1860 agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Propriá. Acrescem ao número dessas honrarias as de membro da Diretoria do extinto Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e de sócio benemérito do Gabinete Literário Sergipano, também extinto.

Escreveu:

– *Relatório* apresentado pelo terceiro Vice-Presidente desta Província, Comendador..., por ocasião de passar a administração da mesma Província ao Primeiro Vice-Presidente Barão de Maruim, no dia 25 de setembro de 1855. No “Correio Sergipense” de 3 de outubro seguinte.

– *Relatório* com que foi entregue a administração da província de Sergipe no dia 5 de agosto de 1857 ao Ilmo. e Exmo. Dr. João Dabney de Avellar Brotero pelo Exmo. Comandante. Superior..., 3º Vice-Presidente desta Província. Sergipe, 1857, 30 págs. in. 4º. Tip. Provincial. Publicado integralmente no “Correio Sergipense” de 12 de agosto a 3 de outubro do mesmo ano.

– *Exposição* feita à Assembléia Geral dos Acionistas da Associação Sergipense em sessão de 15 de dezembro de 1857 pela Diretoria da mesma Associação. Traz também assinatura do Diretor Francisco de Sá Souto Maior. No “Correio Sergipense” de 30 de janeiro de 1858.

– *Relatório* com que o Exmo. Sr. Vice-Presidente... passou a administração da província de Sergipe ao Exmo. Sr. Presidente, Dr. Evaristo Ferreira da Veiga, no dia 27 de novembro de 1868. Aracaju, 1868, 49 págs, in. 8º gr. Tip. do “Jornal de Sergipe”.

– *Relatório* com que o 1º Vice-Presidente, passou a administração da Província de Sergipe no dia 7 de novembro de 1869 ao 2º Vice-Presidente o Exmo. Sr. Dr. Dionísio Rodrigues Dantas. Aracaju, 1869, 25 págs. in. 8º gr. Tip. do “Jornal do Aracaju”.

– *Relatório* com que o Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente da Província de Sergipe passou a administração ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Álvares de Azevedo Macedo, Presidente da mesma Província, no dia 17 de fevereiro de 1872. Aracaju, 1872, 15 págs. in. 8º. Tip. do Jornal do Aracaju.

José Vicente de Sousa Neto, Doutor – Filho de Francisco Cedro da Silveira e D. Maria Florentina de Souza Silveira, nasceu no engenho Carnaíba, termo de Itabaianinha, a 31 de janeiro de 1869. Estudou os preparatórios no Aracaju; deu os 3 primeiros anos de Medicina na Bahia e doutorou-se no Rio de Janeiro em 1890

Logo após a formatura foi exercer a clínica em São Domingos do Prata e depois em S. Paulo de Muriaé, em Minas; daí destinou-se para Mendes, no Rio, e depois para Pederneiras,

S. Paulo, onde permaneceu até 1907. Foi fiscal das Loterias Nacionais no Rio, nomeado por ato de 11 de janeiro de 1902.

Escreveu:

– *Resecção do joelho*: processos operatórios: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras da Faculdade. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a 25 de setembro de 1890, para ser sustentada por... a fim de obter o grau de Doutor em Medicina. Niterói 1890, 47 págs. in. Tipografia Salesiana.

José Vieira da Costa Valente, Doutor – Filho do major Ignácio Gomes de Araújo Melo e D. Josefa da Costa Valente Melo, nasceu a 8 de setembro de 1862 no engenho Coqueiro, município de Divina Pastora, não sendo exato, portanto, ter nascido em Riachuelo, como se lê na tese médica. De 1877 a 1881 estudou preparatórios em Aracaju e fez o curso médico na Bahia, tendo recebido o grau doutoral a 26 de dezembro de 1886. Clinicou em Riachuelo pouco mais de um ano, indo para S. Paulo fixar residência em Capivari, onde exerceu a profissão médica durante 22 anos e também os cargos de promotor público interino por duas vezes, delegado de polícia, delegado de higiene, camarista por diversas vezes e membro da primeira Câmara republicana do Município. Foi um dos fundadores da Casa de Misericórdia de Capivari, da qual foi mordomo e médico gratuito por espaço de 20 anos. Em novembro de 1910 mudou-se para a Capital de S. Paulo, a fim, principalmente, de tratar da educação de seus filhos, abandonando de todo a clínica.

Escreveu:

– *Formas clínicas da impaludismo*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 28 de agosto de 1886 para o doutoramento. Bahia, 1886, 94 págs. in. 8º. Tipografia do Vinte de Agosto.

José Zacharias de Carvalho, Coronel – Filho do capitão Domingos José de Carvalho D. Anna Francisca de Carvalho, nasceu a 5 de novembro de 1825 em Simão Dias e ali faleceu a 17 de maio de 1896, no engenho Olhos d'Água. Tendo recebido limitada educação literária, mas possuidor de não, vulgar inteligência e de apreciáveis qualidades pessoais, em boa hora soube elevar-se na estima dos seus concidadãos.

Durante a monarquia foi chefe político de reconhecido prestígio em sua localidade, onde ocupou diferentes cargos de eleição popular e de nomeação do governo. Como deputado provincial presidiu os trabalhos da sessão legislativa de 1883; foi vice-presidente da ex-província e comandante superior da Guarda Nacional. Dado ao cultivo das letras, dedicou-se de preferência nos seus estudos de gabinete às investigações da história de Sergipe, em que se tornou um das mais versados.

Escreveu:

– *Algumas palavras aos Exmos. Srs. Deputados Gerais por esta Província de Sergipe*, sobre a utilidade de estabelecer-se a divisão legítima entre esta e a Província da Bahia: artigo publicado no “Correio Sergipense” de 7 de setembro de 1861 e transcrito na Mensagem à Assembléia Legislativa de Sergipe em 7 de setembro de 1906 pelo Presidente do Estado, Josino Menezes, págs. 105 a 111.

– *Estrada de ferro central*. No “Jornal de Sergipe” de 23 de abril de 1881.

José Zacharias de Souza, Doutor – Filho do coronel José Vicente de Souza e D. Porfíria Maria de Souza Campos, e irmão do Guilherme de Souza Campos e Olímpio de Souza Campos, contemplados neste livro, nasceu a 6 de julho de 1855 no engenho Periquito do município de Itabaianinha e faleceu a 9 de abril de 1913 em Ribeirão Preto, cidade do Estado de São Paulo. Após o curso de instrução secundária feito no Recife e na Bahia, freqüentou a Faculdade de Medicina dessa última capital, em que se doutorou, recebendo o

grau acadêmico a 18 de dezembro de 1876. Na Estância deu começo à profissão médica e foi deputado provincial nas duas legislaturas de 1880-1881, 1882-1883. Por muito pouco tempo militou na política, para a qual não se sentia atraído, apesar de contar num dos partidos monárquicos fortes elementos de família para garantirem-lhe uma carreira rápida. Em 1889 retirou-se para o Estado de São Paulo, fixando-se em Ribeirão Preto, onde se estabeleceu com gabinete de clínica, na qual alcançou grandes triunfos, principalmente em obstetrícia, que era a sua especialidade. Ali exerceu o lugar de médico da comissão do tracoma, nomeado por Decreto de 11 de novembro de 1911, quando se reorganizou o serviço sanitário do Estado. Foi também fazendeiro.

Escreveu:

– *Eclampsia*: dissertação. Proposições. Seção Médica – Que modificações sofrem os medicamentos dentro do organismo em contato com os elementos anatômicos e com os humores? Seção Acessória. Qual o melhor método para preparar os vinhos medicinais? Seção Cirúrgica. – Diagnóstico diferencial entre cárie e necrose. Tese para o doutoramento. Bahia, 1876, 26 págs. in. 8º. Tip. Constitucional.

Josias Baptista Martins Soares, Bacharel – Filho do Bacharel José Leandro Martins Soares e D. Maria Emília Baptista Martins Soares, nasceu em Vila Nova a 27 de junho de 1874. Depois de ter estudado humanidades em Penedo (Alagoas) e Bahia, recebeu o grau de bacharel em 14 de dezembro de 1895, na Academia do Recife.

Em 19 de dezembro de 1895 foi nomeado Promotor da Justiça da comarca de Pina, no estado do Espírito Santo, e em 26 de setembro de 1897 Juiz de Direito da mesma Comarca. De 21 de setembro de 1900 a 13 de janeiro de 1922 exerceu o cargo de Juiz de Direito de Benevente, no mesmo Estado, acumulando o cargo de Procurador Geral do Estado, sendo para ele nomeado em 31 de dezembro de 1921. Em fevereiro de 1924 esteve como Secretário dos Negócios do Interior. Colaborou no “O Direito”, “Estado do Espírito Santo”, “Jornal de Sergipe”, “A Opinião” de Anchieta, (Espírito Santo), “O Lutador” de Penedo, Alagoas, “Diário da Tarde”, “A Tarde” e “Diário da Manhã” (Espírito Santo).

Escreveu:

– *O “Fundo Verde” da cidade*. No “Diário da Manhã”, Vitória, de 26 de setembro de 1922.

– *A única bandeira*. Idem, de 8 de outubro.

– *Parecer* emitido pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado no conflito de jurisdição nº 26. Luset, o juiz de direito da Comarca de Cachoeira de Itapemirim. No “Diário da Manhã”, Vitória, de 28 de outubro de 1923.

– *Discurso* proferido na cerimônia de colação de grau no “Colégio de N. Senhora Auxiliadora”, publicado no “Diário da Manhã”, Vitória, 6 de dezembro de 1923. Tip. Imprensa Estadual. Estado do Espírito Santo.

Josino Corrêa Cotias, Doutor, Farmacêutico e Cirurgião Dentista – Filho de Antonio Joaquim Corrêa e D. Beliza Corrêa Cotias, nasceu na Estância a 11 de maio de 1850. Médico, farmacêutico e cirurgião dentista pela Faculdade da Bahia, preparador (por concurso) da cadeira de Física Médica da mesma Faculdade, aprovado em concurso e classificado em 2º lugar para adjunto da mesma cadeira, aprovado por unanimidade, em concurso, para o lugar de lente substituto da 3ª seção, é também lente substituto de História Natural do Instituto Oficial do Ensino Secundário do Estado da Bahia. Em junho de 1914 foi transferido da cadeira de medicina legal para a de higiene, vaga com a aposentadoria do Dr. Luiz Anselmo da Fonseca.

Professor de francês, geografia e história em diversos colégios, lente no Ginásio e na Escola Comercial daquela capital.

Escreveu:

– *Eletroterapia*: dissertação. Proposições. Seção de ciências médicas – Termometria clínica. Seção de ciências acessórias. Exumações jurídicas. Seção de ciências cirúrgicas. Prenhez extra-uterina. Tese para o doutorado em medicina, sustentada por... Bahia, 1881, 133 págs. in. 8º. Tip. de Lopes Veloso & Cia.

– *Progênese e Farmaco dinâmica dos alcalóides naturais*: tese de concurso à 2ª seção (química, analítica, botânica, zoologia, farmacologia e arte de formular). Bahia, 1893, 94. págs. in. 8º. Imprensa Econômica.

– Estudos clínicos de teratologia dentária nas crianças degeneradas: tese de concurso para o lugar de lente substituto da 9ª seção, apresentada à Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia. Bahia, 1895, 64 págs. in. 8º. Lito-Tip. de Wilcke, Picard & Cia.

– Lição inaugural do catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia. No “Diário da Bahia” de 22 a 25 e 28 de abril de 1909.

– *Os testamentos* sob o ponto de vista médico-legal. Na “Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia”. Transcrito no “Diário da Bahia” de 6 a 13 de maio de 1909.

Josino Meneses, Bacharel e Farmacêutico – Filho de Joaquim Anastácio de Meneses e D. Francelina Meneses, nasceu na cidade de Laranjeiras a 17 de janeiro de 1866. Até os primeiros anos da República, assinava-se Josino Odorico de Meneses. Iniciado nos rudimentos da língua materna, passou-se para a cidade de Aracaju, onde estudou preparatórios. Seguiu depois para a capital baiana em cuja Faculdade de Medicina fez o curso de farmácia, saindo diplomado em 1º de junho de 1886. Regressou então a Laranjeiras, onde montou em setembro desse ano a Farmácia Americana.

Trazendo dos bancos acadêmicos o fogo das idéias novas, consagrou-se à defesa da abolição e depois à propaganda republicana pelas colunas do “O Horizonte”, e mais tarde pelas dos dois órgãos que fundou: “O Laranjeirense” e “O Republicano”. Em 1888 transferiu sua residência para a cidade de Penedo, onde se estabeleceu com farmácia. Ali continuou a bater-se pelo advento da república, tendo por companheiro, Francisco Antonio de Carvalho Lima Junior. Com este ilustre patrício fundou o “Clube Republicano” de Penedo e com ele redigiu a “Coluna Republicana” da “União Liberal” de Propriá, e redigiu, sucessivamente, o “Sul de Alagoas”, “O Democrata” e a “Tribuna Popular”.

Com o advento da República foi conselheiro municipal em Penedo (1890-1891), diretor da Biblioteca pública de Sergipe, por poucos dias (1 a 10 de junho de 1890); secretário da seção de estatística comercial de Sergipe (1891 a 1893); deputado e vice-presidente da Assembléia Constituinte de Sergipe (1893-1894); deputado e 2º secretário da Câmara dos Deputados de Alagoas (1894-1896); escriturário das Alfândegas de Uruguaiana, Penedo e Aracaju, delegado fiscal da Bahia e escriturário da Recebedoria Federal do Rio de Janeiro. Foi secretário geral dos Negócios do Estado de Sergipe na administração de Monsenhor Olímpio Campos (1899-1902) e Presidente do Estado no triênio de 1902 a 1905. Deixando a presidência do Estado foi eleito senador em 30 de janeiro de 1906 não logrando ser reconhecido.

Após o assassinato do Dr. Fausto Cardoso, em 28 de agosto desse ano, foi o seu nome sufragado para ocupar na Câmara dos Deputados a cadeira que ocupara aquele genial patrício, sendo reconhecido a 22 de maio de 1907. Terminado este mandato voltou a ocupar o seu lugar no funcionalismo federal do qual ainda faz parte (1924). É bacharel em direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau a 26 de janeiro de 1916. Fez os três primeiros anos do curso na Faculdade de Direito do Recife. Foi o primeiro diretor da Biblioteca Pública de Sergipe, em junho de 1890.

Escreveu:

– *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe na 2ª sessão ordinária da 6ª Legislatura em 7 de setembro de 1903 pelo Presidente do Estado. Aracaju, 1903, 56 págs. in. 40 gr. tendo no fim diversos anexos. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe na 1ª sessão ordinária da 7ª Legislatura em 7 de setembro de 1904 pelo Presidente do Estado. Aracaju, 1904, 128 págs. in. 4º gr., seguidas de vários anexos. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *Limites* entre os Estados de Sergipe e Bahia extraídos da Mensagem apresentada pelo Presidente de Sergipe à Assembléia Legislativa do Estado em 7 de setembro de 1904. Aracaju, 1904, 58 págs. in. 8º pq., seguidas de uma Carta do território Central da Província de Sergipe.

– *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe na 3ª sessão ordinária da 7ª Legislatura em 7 de setembro de 1905 pelo Presidente do Estado. Aracaju, 1905, 58 págs. in. 4º gr., seguidos de anexos. Empresa do “O Estado de Sergipe”.

Joviano Telles, Bacharel – Filho do Coronel Benjamim de Sousa Telles e D. Maria Pastora dos Anjos Telles, nasceu na Capela a 27 de novembro de 1869. Estudou humanidades no colégio do Padre Firmino Brant da Rocha no Aracaju, e em 1885 completou os preparatórios, matriculando-se no ano seguinte na Faculdade de Direito do Recife, onde cursou até o terceiro ano, bacharelando-se na de S. Paulo a 21 de novembro de 1892. Em fevereiro de 1893 abria banca de advogado na cidade de Bragança daquele Estado, e foi sócio e orador do “Clube Literário” da mesma cidade.

Como jornalista redigiu a “Gazeta Republicana”: o “Comércio de Bragança” e é um dos redatores do:

– *Republicano*: Bragança, 1903. O primeiro número deste jornal saiu a 5 de setembro de 1902.

Joviniano Ramos Romero, Doutor – Filho de André Ramos Romero e D. Maria Vasconcelos da Silveira Ramos, e irmão de Sílvio Romero, nasceu no Lagarto a 5 de maio de 1858 e faleceu na Capital Federal a 23 de setembro de 1902. Cursou a Faculdade de Medicina da Bahia na qual recebeu o grau de doutor a 14 de dezembro de 1881, tendo se distinguido entre os seus colegas como estudante de talento superior. Foi clínico acreditado e político militante nos dois regimes de governo, sem ter jamais renegado suas convicções monárquicas. Também aplicou a atividade no jornalismo em que se revelou hábil polemista. Profissional inteligente, onde quer que se estabelecesse facilmente formava em torno de si, pelo seu trato ameno e delicado espírito de caridade, um largo círculo de amigos, dedicados seguidores de suas idéias e opiniões. Dessas apreciáveis qualidades morais dimanaram os fortes elementos com que se apresentou em diversos pleitos eleitorais, o último dos quais se feriu numa freguesia suburbana do Rio de Janeiro contra a influência do senador Augusto de Vasconcelos. O homem atencioso e afável, que sempre fora, nas relações particulares, dotado de caráter franco e coração generoso, não raro transformou-se no adversário impetuoso e até agressivo, quando na tribuna ou na imprensa defendia seus princípios políticos e doutrinas filosóficas. Quem estudasse a sua psicologia, acreditaria ter encontrado nele a realização do devaneio filosófico do divino Platão, vendo conjugadas em um só corpo duas entidades antagônicas, caracterizando a dupla natureza humana, metade compassiva e angélica e metade medonha e má. Orador eloqüente, pronunciou notáveis discursos em renhidos debates na Assembléia Provincial e eleito deputado geral por duas vezes, em 1885 e 1889, não pôde exercer o mandato em nenhuma das legislaturas, quer por ter sido dissolvida a Câmara com a ascensão do partido conservador ao poder, quer pela queda da monarquia a 15 de novembro desse último ano. Foi inspetor de higiene no Lagarto em 1885 e comissário de higiene numa circunscrição do Rio de Janeiro, por nomeação de intendente municipal. Colaborou em vários

órgãos da imprensa sergipana e no “Monitor” da Bahia, em 1881, sob o pseudônimo de Wischer. Escreveu, além das duas teses rejeitadas pela Faculdade, o seguinte:

– *Patogenia e tratamento da ataxia locomotriz progressiva*: dissertação. Proposições. Seção cirúrgica. – Patologia externa: doutrina da piemia. Seção médica. – Patologia geral: herança patológica. Seção acessória. – Física: higrometria. Tese inaugural. Bahia, 1881, 48 págs. in. 8°. Tip. do “Monitor”.

Escreveu mais:

– Discurso pronunciado em nome dos seus colegas de Sergipe, na sessão fúnebre promovida pelos acadêmicos pernambucanos à memória do Dr. Aprígio Guimarães em setembro de 1880. No *Jornal de Sergipe* de 19 de abril de 1881.

– Um discurso em mangas de camisa: juízo crítico sobre o discurso de Tobias Barreto sob este mesmo título. No “Eco Liberal”, Aracaju, a começar do número de 18 de dezembro de 1880.

– O inconsciente no capítulo do amor. Uma página da “Philosophie des Umbe-Westen” de Edward von Hartmann. Idem, de 19 de janeiro de 1881.

– *O Welpost* (correio do mundo). Ricardo Lesser e Tobias Barreto. Idem, de 11 de junho de 1881.

– *As minhas questões acadêmicas*: série de artigos sobre a rejeição da 1ª e 2ª tese para o doutoramento, em uma das quais dissertou sobre Alucinações. No “Sergipe”, Aracaju, de agosto e nos ns. de 3, 14 e 17 de setembro de 1882. Os dois primeiros artigos saíram no “Eco Liberal”.

– *O momento atual*: artigo político. No “O Guarani”, Aracaju, de 16 de junho de 1883.

– *Uma página da vida religiosa do Brasil*. Idem, de 21 do referido mês. Não continuou.

– A invasão da ciência no território político. Idem, de 11 de julho. Não continuou.

– *Questão Almeida*. Parecer médico-legal. No “Jornal de Sergipe”, Aracaju, de 9 e 12 de julho de 1884.

– *Cartas públicas ao Dr. Davino por Vischer*. Idem, de 6, 13 e 27 de outubro, 4 e 13 de novembro de 1885.

– *A fraude eleitoral do 3º distrito*. Idem, de 22 do mesmo mês de outubro.

– *Ao Exmo. Sr. Dr. Manuel de Araújo Goes, presidente de Sergipe*: carta política. Idem, de 24 de dezembro do mesmo ano.

– *A Gazeta do Aracaju* e o administrador da mesa de rendas gerais da Estância: comunicado. Na “A Reforma”, Aracaju, de 30 de janeiro de 1887.

– *O desespero como causa de reação*. Idem, de 20 e 27 de fevereiro do mesmo ano. Não prosseguiu.

– *Jurisprudência Médica*. Ferimentos graves e ferimentos leves. Idem, de 5 e 19 de junho e 10 de julho seguinte. Não continuou.

Redigiu.

– O Movimento: órgão crítico, científico e literário. Lagarto, 1883. O 1º número saiu a 3 de maio e poucos mais foram publicados.

Júlio Barreto de Aguiar, Doutor – Filho de Manuel Antonio Elias de Aguiar e D. Anna Etelvina de Aguiar, nasceu a 27 de julho de 1885. Recebeu o grau de doutor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a 30 de março de 1911, tendo sido aprovado com distinção na defesa da tese que sustentou.

Escreveu:

– Considerações sobre o diagnóstico e tratamento da ósteo-artrite tuberculosa coxo-femural, em começo: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

em 4 de março de 1911 para ser defendida, a fim de obter o grau de doutor em Medicina. Rio, 1911, 105 págs. in. 8º. Tip. Martins & Cia.

Justiniano de Melo e Silva – Filho de Félix José de Melo e Silva e D. Maria Alexandrina de Melo e Silva, nasceu na cidade de Larangeiras a 8 de janeiro de 1853. Ali começou sua educação literária que foi concluir em Pernambuco. Regressando a sua terra natal em 1871, obteve por concurso, em 25 de fevereiro desse ano, a cadeira de Inglês do Ateneu Sergipense.

Em 1874 fez, por motivo de moléstia, uma digressão pelo Rio Grande do Sul e pelas duas repúblicas vizinhas, tendo recebido em 1875 o grau de doutor em ciências sociais na Faculdade de Córdoba, na Argentina; e voltando ao Rio de Janeiro nesse mesmo ano, foi nomeado secretário do Governo do Paraná por decreto de 8 de setembro do dito ano.

Nesta província lecionou várias matérias no Instituto Paranaense, sendo nomeado lente de pedagogia da Escola Normal e eleito deputado provincial em quatro legislaturas. Voltando a Sergipe, continuou no magistério, tornando a entrar para o Ateneu Sergipense nomeado por ato de 21 de novembro de 1896, lente de história universal e de civilização.

Dedicando-se sempre ao jornalismo redigiu com Sílvio Romero “A Crença”, jornal literário no Recife, em 1870, “25 de março”, órgão do partido Conservador de Curitiba em 1876; o “Paranaense”, órgão do mesmo partido publicação periódica, Curitiba 1877, 1878. O primeiro número saiu a 9 de dezembro daquele ano; Jornal do Comércio, Sete de Setembro, 1888-1890; Revista Azul 1893 com J. D. Pernet. Todos de Curitiba. Em 1875 era orador da Benemérita Loja “União Constante” da cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. Tem inéditos.

– *Direito Constitucional.*

– *Leis de Educação.*

– *O Amor materno e a educação pelos instintos.* O começo desta obra foi publicada nos números 3 e 5 da Revista Azul.

– *História da Revolução do Paraná*, 1894.

– *Fetichismo e idolatria*: estudo filosófico.

Escreveu:

– Algumas palavras sobre a fundação do “Ateneu Sergipense” na sessão solene de sua abertura. No “Jornal do Aracaju, de 12 de fevereiro de 1871.

– Discurso pronunciado no Gabinete Literário Sergipano em 5 de junho de 1871. Idem de 24 do mesmo mês.

– Discurso proferido pelo orador do Gabinete Literário Sergipano, por ocasião da instalação da Sociedade 25 de Março no dia 29 de setembro de 1872. Idem de 5 de outubro seguinte.

– Ligeiros traços biográficos sobre o Dr. José Antonio de Magalhães Bastos, lidos na sessão magna do dia 23 de setembro de 1872 pelo orador do Gabinete Literário Sergipano. No “Jornal de Aracaju” de 25 do mesmo mês.

– *Cartas à mocidade.* A história. No mesmo jornal de 6 de abril do mesmo ano. Não foi publicada mais nenhuma.

– *Nova Luz sobre o passado.* Queda dos mistérios históricos. Aracaju, 1905, Tip. do “O Estado de Sergipe”. É um opúsculo em que o autor anuncia ter pronto uma obra importante sob este título. Foi publicado depois no “O Estado de Sergipe” de 21 a 30 de novembro de 1905.

– *Nova Luz sobre o passado*, por A. Sergipe. Rio de Janeiro, 1906.

► *Data de morte: 12 de Fevereiro de 1940, em Colatina (ES).*

Juvenal de Oliveira Andrade, Doutor – Filho de Francisco de Oliveira e D. Rosa Maria de Oliveira, nasceu a 28 de fevereiro de 1853 em Simão Dias.

Depois de feitos os preparatórios, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, onde recebeu o grau de doutor a 18 de dezembro de 1876.

Exerceu a clínica em Maruim, Riachuelo, Rosário do Catete e Simão Dias, tendo como especialidades partos e moléstias de crianças. Em 1895 foi nomeado para combater uma epidemia de febre amarela em Araraquara, no Estado de S. Paulo, demorando-se nessa comissão até 1896, quando foi mandado ainda em comissão para o serviço de profilaxia e tratamento do tracoma na vila do Pedreiro, no mesmo Estado.

Escreveu:

– *Oftalmia purulenta*: dissertação. Proposições. Seção médica. Quais os meios de absorção dos medicamentos? Ciências acessórias. É isenta de crítica científica a forma farmacêutica denominada extrato? Seção cirúrgica. Abscessos por congestão e seu tratamento. Tese para o doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia, 1876, 67 págs. in. 8º. Tip. Constitucional.

– *Aos nossos colegas e ao público*: série de artigos em resposta ao Dr. Guedes Cabral. sobre uma questão de medicina legal, assinada também pelo Dr. Pedro Júlio Barbuda. Na “Gazeta do Aracaju”, de 1º, 15 e 29 de maio de 1880.

Juvêncio Britto, Monsenhor – Filho de Antonio Porfírio de Britto e D. Maria José de Brito, nasceu a 2 de agosto de 1886 em Canindé, município de Porto da Folha.

Estudou primeiras letras na terra natal na escola pública da professora D. Lídia Baptista Nogueira e nos Seminários de Alagoas e Olinda fez os cursos secundário e superior, recebendo neste último o presbiterado das mãos do Exmo. Bispo D. Luiz Raimundo da Silva Brito, a 20 de novembro de 1910. Em 1911 foi coadjutor da cidade da Estância e a 12 de janeiro do ano seguinte Vigário de Vila Nova. Sendo seus serviços reclamados no Seminário de Aracaju, esteve à frente da Reitoria de 9 de julho do mesmo ano até janeiro de 1917, quando foi nomeado Vigário Geral da Diocese, acumulando o lugar de capelão da igreja de S. Salvador, que exerceu por um ano desinteressadamente. Atualmente (1924) é vigário de Propriá, por provisão de 1918, prestando reais serviços à causa da religião.

Fundou em agosto de 1918 o “O Mês”, órgão das Filhas de Maria de Propriá, de que é o Diretor, escrevendo a seção *Atualidades*, com diversos pseudônimos.

Escreveu:

– *Discurso* de saudação feito no “Colégio N. Senhora da Graça, em Propriá, por ocasião da visita do Dr. Graccho Cardoso a esse estabelecimento de ensino. No “Diário Oficial” do mesmo dia 8 de novembro de 1923.

– *Discurso* de saudação ao Sr. Presidente do Estado, Dr. Graccho Cardoso, no banquete oferecido pelo Coronel Francisco Porfírio de Britto, em Propriá. No “Diário Oficial de 8 de novembro de 1923.

Juvêncio de Siqueira Montes – Filho do tenente coronel Theodorico de Siqueira Montes e D. Clara de Faro Montes, nasceu a 5 de junho de 1856 em São Cristóvão e faleceu a 25 de setembro de 1906 na Capital Federal. Tendo estudado com grande proveito as matérias do curso secundário, de que deu as melhores provas nos exames feitos no Aracaju, entrou para o funcionalismo público como arquivista. da Tesouraria Provincial, da qual foi mais tarde segundo escriturário. Posteriormente passou a ser secretário da Instrução Pública, abrindo a esse tempo um curso particular de preparatórios, em que se distinguiu na regência da cadeira de matemáticas, de que foi, mediante concurso, lente vitalício da Escola Normal de Sergipe, nomeado em janeiro de 1882, lugar que veio a perder dois meses depois, por incompatibilidade com outro de nomeação do Governo Geral. Habilitando-se para os cargos de Fazenda, foi nomeado em março de 1882 segundo escriturário da Alfândega de Aracaju, ocupando em seguida o mesmo lugar na Tesouraria Geral da Fazenda da extinta provincia. Nesse último cargo teve acesso para terceiro escriturário do Tesouro Nacional; foi conferente

das alfândegas do Rio de Janeiro, Pará, Santos e Bahia, e finalmente segundo escriturário do Tribunal de Contas, em cujo exercício foi ferido por demissão não solicitada. Destarte viu encerrar-se bruscamente sua carreira pública, na qual poderia ter atingido as mais altas posições, como era de esperar do seu preparo intelectual e de sólidos conhecimentos das leis fiscais, de que não poucas vezes se utilizaram os governos, confiando-lhe o desempenho de importantes comissões. A esses predicados especiais deveu as nomeações de Inspetor da Tesouraria de Fazenda do Ceará em 1890; da do Rio Grande do Norte em 1891 e de chefe da comissão de tomada de contas das Tesourarias de Aracaju e Alagoas. Com plena segurança das aptidões do seu espírito, tentou entrar para o corpo consular e diplomático, apresentando-se a concurso, no qual mereceu ser aprovado com distinção; assim como concorreu à vaga da cadeira de inglês da Escola Militar, obtendo o mesmo grau de aprovação, sem contudo ver coroado de êxito os seus louváveis esforços. Acabrunhado por profundos desgostos, nada mais aspirou, senão viver em absoluto retraimento, dedicando-se de novo ao ensino particular das matemáticas, de que tirava os poucos recursos para manter-se na última fase da sua tormentosa existência. Fez parte do Clube Dramático do Aracaju, colaborou nas imprensas sergipana e carioca.

Escreveu:

– *Kardiki*: romance por Eugênio Sue. Trad. no “O Porvir”, Aracaju, a começar do nº de 9 de agosto de 1874.

– *Dupla conversação*. Trad. No “Diário de Sergipe” de 4 a 11 de abril de 1877.

– *Oito dias de reinado*: romance por Alphonse Brot. Trad. No “Jornal do Comércio”, Aracaju, a começar do nº 1 de 11 julho de 1877.

– *Gramática Portuguesa e Italiana*. Inédita.

– *Gramática Portuguesa*. Inédita.

– *Sistema de taquigrafia*. Inédita.

– *La Rafale*: drama em 3 atos por Henri Bernstein. Tradução inédita.

Redigiu:

– *O Porvir*: jornal literário e recreativo. Aracaju, 1874. Com Balthasar Goes e outros. Saiu o 1º número a 2 de agosto e o último a 1 de novembro desse mesmo ano.

– *Belo Sexo*: revista mensal. Aracaju, 1882. Com Delfino Freire de Resende, João Araújo Lima e Manuel Alves Machado. O 1º número é de 31 de outubro.

– *O Vigilante*: periódico. Aracaju, 1885. Começou a ser publicado em fevereiro.

– *O Lutador*: jornal de combate. Aracaju, 1886. O 1º número é de 29 de agosto.

— L —

Laudelino de Oliveira Freire, Bacharel – Filho de Felisbello Firmo de Oliveira Freire e D. Rosa de Araújo Goes Freire, e irmão do Dr. Felisbello Freire, já mencionado, nasceu a 26 de janeiro de 1873 na cidade do Lagarto.

Iniciou os estudos preparatórios no Liceu Laranjeirense, dirigido pelo Professor Baltazar Goes, na cidade de Laranjeiras, concluindo-os na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde fez todos os estudos de matemáticas superiores. Acometido de grave enfermidade teve de abandonar a vida militar para a qual não se sentia com vocação, resolvendo seguir a carreira de direito.

Diplomou-se em 1895 em ciências sociais na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, formando-se em 1902 em ciências jurídicas.

Abraçou o magistério e a advocacia, sendo professor catedrático do Colégio Militar e advogado notável no Rio de Janeiro. Foi eleito deputado à Assembléa Legislativa do seu Estado natal para as legislaturas de 1894-1895, 1896-1897 e 1898-1899.

Em 1900 foi escolhido pelo Governo do Estado de Sergipe para Fiscal das Loterias dos Estados na Capital Federal. Presidiu o Grêmio Literário “24 de Julho” de Aracaju, e é sócio

efetivo desde 1906, do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1917.

Tem colaborado nos seguintes periódicos: “Brasiléia”, revista, Rio de Janeiro, o “Republicano”, “Comércio de Sergipe”, “O Estado de Sergipe”, “Almanaque Sergipano”. Aracaju, “O País”, “Jornal do Comércio”, “Gazeta da Tarde”, “Almanaque Garnier”, “Aspiração”, “Progresso Educador”, revista do Rio. Revista “Tobias e Ozório” – Escola Militar – Rio.

Fundou com o Dr. L. Carlos Duque Estrada a Revista do Instituto Didático em 1895 e foi redator chefe da “Revista Didática”, cujo 1º número apareceu em janeiro de 1902.

Sob a sua direção saiu a:

– *Revista da Lingua Portuguesa*. Arquivo de estudos relativos ao idioma e literatura nacionais. Publicação bimestral. Capital Federal. O 1º número é de setembro de 1919, com 202 págs. in. 8º.

É correspondente literário do “Diário de Pernambuco” e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Tem usado o pseudônimo *Lof*, palavra formada das Iniciais do seu nome.

Possuindo grande capacidade intelectual tem sido um dos nossos literatos mais operosos, revelando sempre uma força de vontade vencedora, sabendo conquistar no grande meio em que exerce sua admirável atividade, extraordinário prestígio como homem de letras. Assim é que tem a glória de ocupar na Academia Brasileira de Letras a cadeira que vagou com a morte do Conselheiro Rui Barbosa.

Escreveu:

– *Parecer* apresentado à Assembléa Legislativa de Sergipe sobre o projeto ferindo o dia 8 de julho. Aracaju, outubro 26 de 1897. Em avulso. Está assinado também por outros deputados.

– *Escritos Diversos*. Rio de Janeiro 1897, 56 págs. in. 8º. Tipografia Companhia Impressora.

– *Quadro Corográfico de Sergipe*, 1898, Tip. H. Garnier – Paris – 119 págs. in. 12º. Obra prefaciada pelo Barão do Rio Branco. Deste livro saiu 2ª edição em 1902, H. Garnier, 176 págs., seguidas de quadro e juízos da imprensa sobre a 1ª edição consideravelmente aumentada.

– *História de Sergipe*. Resumo didático para uso das escolas públicas primárias. Aracaju, 1898, 128 págs. in. 8º pq. Tip. do “Estado de Sergipe”. Em 1901 saiu 2ª edição, 108 págs. in. 12º. H. Garnier, livreiro-editor. Paris. Publicou também uma tradução feita por Garcia Muniz da:

– *Geologia Cretácea e Terciária da Bacia do Brasil – Sergipe – Alagoas*, por John Branner – 1899 – 170 págs. Tip. do “Estado de Sergipe”.

– *Sílvio Romero*: página de crítica impressionista. Rio de Janeiro 1900, 109 págs. in. 12º. Tip. do Instituto Profissional. Saiu 2ª edição formando com o estudo sobre José Veríssimo o livro “Os Próceres da crítica”. Rio de Janeiro 1911. Empresa Foto-Mecânica do Brasil, antiga Papelaria Central.

– *Linhas de Polêmica*. Rio de Janeiro 1901, 63 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal do Comércio”.

– *Um crítico e um poeta*: crítica aos “Estudos de Literatura Brasileira” por José Veríssimo. Rio de Janeiro, 1903, 98 págs. in. 16º. Tip. Bernard Frères. Reeditado no livro “Os Próceres da Crítica”, Rio de Janeiro, 1911.

– *História do Brasil*: resumo didático especialmente destinado à 3ª série do curso de adoção do Colégio Militar. Na “Revista Didática” do Rio de Janeiro, números de janeiro a outubro de 1903.

– *Sonetos Brasileiros*. Século XVII-XX: coletânea. Rio de Janeiro, 1904. 318 págs. in. 8º, seguidas de uma errata e uma nota final. Cada soneto é precedido do retrato do próprio

autor. Oficina. Politecne-gráfica de M. Orosco & Cia. Saiu uma “Pequena edição” com 105 sonetos. F. Brigueit & Cia. editores. Rio de Janeiro, 1914. Impressa em Tours Imprimerie Destiz Frères & Cia.

– *Intuição Científica da História*. Na mesma “Revista” de fevereiro de 1905.

– Recurso extraordinário nº 527 recorrida D. Júlia Campos de Oliveira Ramos, recorrentes Manoel Garcez e sua mulher: razões da recorrida ao Supremo Tribunal Federal. Rio de Janeiro, 1907, 29 págs. in. 8º.

Permuta de aulas: memorial apresentado aos Exmos. Srs. Presidente da República e Ministro da Guerra. Rio de Janeiro, 1907, 15 págs., in. 8º pq. M. Orosco & Cia.

– *Ensaio de moral*. Rio de Janeiro 1908. Est. Gráfico de H. Schneider. Saiu 2ª edição ampliada sob o título *Estudos de Filosofia e Moral*. Rio de Janeiro, 1912. Editor Gomes Pereira, 233 págs. in. 8º.

– Recurso Extraordinário nº 527 – Embargos de nulidade e infringentes do julgado. Embargante: D. Júlia Campos de Oliveira Ramos, embargados Manuel Garcez e sua mulher. Sustenção dos embargos. Rio de Janeiro, 1909, 12 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & Cia.

– Apelação nº 1.25S. Ação Decendial. Apelados – Vicente dos Santos Caneco, D. Justina Victória da Cunha e outros. Apelante – Condessa de Santa Marinha. Razões da apelação. Rio de Janeiro, 1909, 19 págs. in. 8º. Oficinas Gráficas Gomes Irmãos & Cia.

– *Os próceres da crítica*. Rio de Janeiro 1911, 213 págs. in. 12º. Empresa Foto-Mecânica do Brasil. É a 2ª edição dos livros *Sílvio Romero* e *Um crítico poeta*.

– *Importante Questão de Herança*: defesa dos direitos hereditários de José Pedro Caminha no inventário de sua sobrinha, D. Maria Augusta Caminha Roxo. Rio de Janeiro, 1911, 63 págs. in. 8º. Estabelecimento Lit-Tipográfico Alexandre Borges & Cia.

– *Estudos de Filosofia e Moral*. Livraria Gomes Pereira. Rio de Janeiro – 1912.

– Apelação Civil nº 2.123. Embargantes: a União Federal e Assistentes; embargados: O Capitão do Exército José Maria de Araújo Goes e outros. Rio de Janeiro, 1913, 16 págs. in. 8º. Tip. J. Vila & Irmão.

Este trabalho está também assinado pelo advogado Edgard Costa.

– *Apelação Civil nº 1.632*. Defesa dos direitos hereditários de José Pedro Caminha no inventário de sua sobrinha D. Maria Augusta Cunha Roxo. Rio de Janeiro, 1913, 34 págs. in. 8º. Tip. “Revista dos Tribunais”.

– *As suas contradições*: resposta ao Sr. Sílvio Romero. Rio de Janeiro 1914, 64 págs. in. 8º. Tip. “Revista dos Tribunais”.

– *Galeria Histórica dos Pintores no Brasil* em quatro facículos enriquecida com 48 gravuras. Rio de Janeiro. 1914. Tip. Röhe.

– Apelação Civil nº 2.898. Defesa do Estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro 1916. Tip. “Revista dos Tribunais”. Este trabalho está assinado também pelos advogados Ubaldino do Amaral, Homero Batista e André da Rocha.

– *Um século de pintura*. Apontamentos para a História da Pintura no Brasil de 1816 a 1916. Rio de Janeiro 1916, 673 págs. in. 4º gr. Tipografia Röhe.

– *A pintura no Brasil, sua evolução e suas tendências*: palestra realizada no salão de conferências da Biblioteca Pública Nacional a 18 de setembro de 1916. No “Jornal do Comércio” do dia seguinte em resumo.

– *Pedro II e a Arte no Brasil*: discurso de recepção no Instituto Histórico. Rio de Janeiro, 1917, 19 págs. in. 12º. “Imprensa Nacional”.

– *Rio Branco*: discurso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em sessão de 20 de abril de 1918. Rio de Janeiro, 1918, 27 págs. in. 12º. “Imprensa Nacional”.

– *Um caso de impeachment*. O caso Pereira Lobo na Política de Sergipe. Rio de Janeiro, 1918, 111 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal do Comércio”.

– *Introdução ao curso de psicologia e lógica da Academia de Altos Estudos*. Rio de Janeiro, 1918, 245 págs. in. 8°. Imprensa Nacional.

– *A defesa da língua portuguesa*: conferência realizada a 10 de abril de 1920 no salão da Biblioteca Nacional. É a 1ª da série de conferências organizada pela Liga da Defesa Nacional.

– *A defesa da língua nacional*: conferência realizada no dia 10 de abril de 1920 no salão nobre da Biblioteca Nacional, a convite da Liga da Defesa Nacional. Rio, 1920, 30 págs. in. 8°. Tip. Lit. Röhe. Seguem-se algumas páginas mais, contendo as apreciações da imprensa sobre a conferência.

– *Galicismos*. Rio de Janeiro, 1921, 150 págs. in. 8°. Lito-Tipografia Fluminense.

– *Conferência* realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro, no dia 13 de maio de 1922. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 10 a 22 do mês seguinte.

– *Discurso* de recepção na Academia Brasileira de Letras em 22 de março de 1924. Rio de Janeiro, 1924, 56 págs. in. 8°. Empresa Gráfica Editora.

► *Data de morte*: 18 de junho de 1937, no Rio de Janeiro (RJ).

Ladislao Antonio Pereira Barreto, Doutor – Nacido na Estância a 26 de junho de 1857 do consórcio do major Odorico Antonio Pereira Barreto e D. Maria Petronília Barreto, faleceu na capital de São Paulo a 23 de fevereiro 1901. Feita no Aracaju sua primeira educação literária, destinou-se à capital da Bahia a fim de cursar a Faculdade de Medicina, na qual freqüentou os cinco primeiros anos letivos, terminando o tirocínio acadêmico na do Rio de Janeiro, onde a 30 de dezembro de 1885 recebeu o grau de doutor. De posse do título de médico e com a prática adquirida como interno da Casa de Saúde de N. S. da Ajuda, e bem assim na Policlínica e Hospital de Misericórdia do Rio, regressou a Sergipe, tendo feito clínica nas cidades do Aracaju, Laranjeiras e Maruim. Em 1888 o governo da província o encarregou do tratamento dos variolosos da capital; foi médico do Hospital de Caridade e do Corpo de Polícia do Estado de 1899 a 1900. De residência em S. Paulo durante alguns anos exerceu a profissão em diversas cidades do Estado inclusive a capital.

Escreveu:

– *Icterícia*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras da Faculdade. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1885 para ser sustentada por..., a fim de obter o grau de doutor em medicina. Rio de Janeiro, 1885, 28 págs. in. 8°. Tip. de J. D. de Oliveira.

– *Relatório Semestral* apresentado ao ilustre cidadão Dr. Joaquim José da Silva Pinto Júnior, M. D. Diretor Geral de Higiene pelo Inspetor Sanitário, em comissão, da 2ª sessão do Brás, S. Paulo, 1894, 10 págs. in. 8°. Tipografia a vapor de Espíndola, Siqueira & Cia.

– *O alcoolismo e os seus efeitos*. Amparo (S. Paulo), 1896, 15 págs. in. 12°. Tip. Popular.

– *Um monstro humano*. No “O Estado de Sergipe” de 19 a 23 de agosto de 1898.

– *O homem e o estímulo*. No mesmo jornal de 24 a 27 do dito mês.

– *Leite e aleitamento*. Amparo, 1898, 37 págs. in. 8°. Tip. Popular.

– *A medicina e o direito*: série de artigos no “O Estado de Sergipe”, a começar no número de 4 de junho de 1899.

– *Jesus perante a ciência*. No “O Porvir”, Aracaju, de 8, 15 e 22 de abril de 1900. Versado em letras e cultor do verso publicou os contos *O Amor*, *Minha terra natal* e outros, e as poesias *A Estância*, *Á minha esposa*, *À minha filha*, *Amor paternal*, aos 12 anos, e outras que ficaram inéditas.

Lauro Dantas Hora, Doutor – Filho do Bacharel Filomeno de Vasconcellos Hora e D. Anna Dantas de Magalhães Hora, nasceu na cidade do Lagarto a 20 de julho de 1898. Depois dos estudos primários passou-se para o Aracaju, onde estudou preparatórios em 1911 e 1912, seguindo no ano seguinte para a Bahia, completando ali o curso de humanidades em 1917, ano em que matriculou-se na Faculdade de Medicina, doutorando-se em 1922.

Foi interno de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil do professor Martagão Gesteira e atualmente (1924) faz parte do serviço de profilaxia rural do Estado de Sergipe.

Escreveu:

– Mortalidade infantil na Bahia (capital). 1904-1918. Dissertação, dividida em 3 capítulos. Bahia, 1922, 57 págs. in. 8º. Na Livraria e Tipografia do Comércio.

► *Data de morte: 16 de março de 1979 em Aracau.*

Lauro de Melo Andrade, Engenheiro Civil – Filho de José da Silveira Andrade e D. Marianna de Melo Andrade, nasceu a 27 de fevereiro de 1898 no engenho S. Joaquim, município do Rosário do Catete. Iniciou os estudos primários em Japarutuba e o curso secundário em Aracaju no Colégio “Grêmio Escolar” do Dr. Evangelino de Faro, terminando-o no Colégio Carneiro da Bahia, em 1913. Matriculado no “Curso Anexo” à Escola Politécnica da Bahia, foi transferido em 1917 para a Escola Congênere do Rio, terminando o curso de engenharia civil em 1919.

Sua primeira comissão foi de Engenheiro de estradas e açudes da Inspetoria Federal de Obras contra a seca, por nomeação do Governo Federal, havendo trabalhado nas estradas e açudes no Rio Grande do Norte e estradas de Sergipe. Colaborou em 1918 no “Imparcial” de Aracaju, sob a sigla J, e em 1922 no “Sergipe Jornal”.

Escreveu:

– *Estudo sobre massapês de Laranjeiras* (vale do rio Cotinguiba); estudos experimentais.

– A verdade sobre os serviços da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas de Sergipe. No “Diário da Manhã” de 25 e 26 de agosto de 1923.

– *Discurso* pronunciado no dia 1º de outubro de 1923 por ocasião de ser inaugurado o primeiro trecho da estrada de rodagem – Salgado-Anápolis entre o povoado Salgado e a cidade do Lagarto. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

Leandro Muniz da Mota, Doutor – Filho de Francisco Muniz da Motta e D. Anna Gracinda da Motta, nasceu no engenho Oitizeiro, município da Capela a 27 de fevereiro de 1862. Fez os seus preparatórios no Ateneu Sergipense e depois cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, onde doutorou-se em 10 de dezembro de 1887.

Depois de ter visitado a família em Sergipe, voltou à Capital da Bahia, onde, por algum tempo, exerceu o cargo de Delegado de Higiene até 1890. Daí dirigiu-se para o Estado de S. Paulo, onde permaneceu até fins de 1901, exercendo a clínica nas cidades de Araras, Bragança e Rio Claro. Nesse ano mudou-se para a Capital Federal, transferindo-se pouco tempo depois para Niterói. Sócio do Gabinete de Leitura do Rio Claro e outras sociedades. Colaborou na imprensa paulista, especialmente nos jornais “Tribuna do Povo”, em Araras; “Gazeta, de Bragança”, na cidade deste nome; colaborador científico do “Diário do Rio Claro”, na mesma cidade, no “Brasil Médico”, no Rio de Janeiro e no “O Fluminense” de Niterói. Foi chefe de uma comissão sanitária no Rio quando ali grassou a febre amarela em 1898. Inspetor sanitário da Diretoria de Higiene em Niterói em 1910; diretor do Hospital de Isolamento em Niterói (1917) e, extinto este cargo, foi nomeado em maio do mesmo ano Diretor de Higiene Municipal. Médico especialista em partos, afeções do útero e anexos e moléstias de crianças.

Escreveu:

– *Considerações acerca das dificuldades e acidentes no delivramento*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia a fim de obter o grau de doutor. Bahia, 30 de setembro de 1887. 72 págs. in. 8°. Lito-Tip. J. G. Tourinho.

– *Vantagens e desvantagens do Hiclismo*: série de artigos publicados no “Diário do Rio Claro” em 1901.

– *Relatório* do Diretor de Higiene sob a epidemia da gripe em Niterói. No “O Fluminense” de 3 de dezembro de 1918.

Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, Bacharel – Filho do Coronel Antonio Luiz de Araújo Maciel e D. Rosa de Siqueira e Melo, nasceu a 4 de julho de 1825 no engenho Serra Negra, termo do Rosário, e faleceu a 13 de maio de 1909 em Japarutuba, no engenho Entre Rios, de sua propriedade. Bacharel pela Academia Jurídica de Olinda, graduado em 1851, foi no ano seguinte nomeado por Dec. de 3 de novembro juiz municipal e de órfãos do Rosário com jurisdição extensiva a Maruim e Santo Amaro, reconduzido depois no mesmo cargo, de que pediu exoneração em 1860. Desde então deixou a magistratura para entregar-se à advocacia e mais livremente à carreira política, a que serviu durante cerca de cinquenta anos com extrema dedicação. Alistando-se muito moço nas fileiras do extinto partido Conservador, em breve tornou-se chefe prestigioso, de ação pronta e enérgica, tantas vezes demonstrada nos hábeis expedientes, com que se aprazia em suplantar o adversário nos certames partidários. Caráter intransigente no terreno dos princípios, mais de uma vez foi impellido a pregar a revolta dentro dos próprios arraiais, não hesitando em separar-se dos melhores amigos naquelas conjunturas em que lhe pareciam mal dirigidos os interesses vitais do partido. Nos embates agitados da sua longa vida conservou invariavelmente íntegra a linha que se traçou como homem público, sem jamais sentir abater-se-lhe o ânimo resoluto e forte. Em tão vantajosas condições de combatividade o jovem lutador de outrora, apesar de avançado em anos, ainda se conservava no seu posto de atividade política, quando, em consequência do movimento revolucionário de 15 de novembro de 1889, se proclamou a República, a que também prestou adesão, servindo-a com toda a lealdade, sem todavia repudiar as opiniões monarquistas, como repetia sem reboço com a rude franqueza, que lhe era característica. De acordo com esses sentimentos ele, deputado federal, vindo do regime decaído, não vacilou um momento em votar no Congresso Constituinte contra o banimento da família imperial, sem recear as suspeições, em que pudesse incorrer por esse ato de coragem cívica no período agudo da reconstituição política do país, quando o *sebastianismo* constituía o mais grave dos crimes para os novos corifeus do republicanismo exaltado. Palavras semelhantes de independência do caráter deu-as no longo percurso da sua carreira política, bem cedo começado, em 1851, antes mesmo de ter conquistado o diploma acadêmico. Nesse ano foi eleito deputado provincial, sendo reeleito com pequenas interrupções até 1869, em que os sufrágios das urnas o elevaram à Câmara Geral Legislativa. Renovado o mandato para as legislaturas de 1878 e 1885, fez-se substituir em outras por candidatos da sua escolha. Em 1888 entrou na lista tríplice para Senador, em situação adversa, concorrendo com o Dr. José Luiz Coelho e Campos e o Barão da Estância, que foi o mais votado e o escolhido pelo Imperador. Estabelecido o novo regime, fez parte da Junta Governativa do Estado, logo depois da deposição do Coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro; foi eleito deputado à Câmara Constituinte e ocupou a cadeira de Senador Federal deixado pelo Dr. Thomaz Rodrigues da Cruz para a renovação do terço. Foi um dos organizadores do Partido Nacional em 1890, pertencendo por último ao Partido Progressista, em cuja formação também colaborou. Não obstante revelar no trato social, como no círculo dos íntimos certa facilidade de expressão, não disfarçava o temor invencível que lhe inspirava a tribuna parlamentar, de que nunca fizera uso. Possuidor de várias propriedades agrícolas que lhe garantiam fartos recursos para viver na abundância, não regateou esforços para melhorar a precária situação da

lavou a sua terra. Muito escreveu na imprensa conservadora da ex-província e depois nos jornais republicanos, na maioria dos casos para defender-se ou explicar o seu procedimento como homem político e redigia com outros mais de um órgão de seu partido. No crescente número de artigos espalhados pelos jornais de diversas épocas contam-se os seguintes:

- *Ao público e ao Governo Imperial*. No “Jornal do Aracaju” de 20 de maio de 1874.
 - *Manifesto* ao partido conservador do Império e aos meus amigos e correligionários do 1º distrito eleitoral desta província de Sergipe. No “O Conservador”, Aracaju, de 24 de dezembro de 1881.
 - *O Dr. Manoel José de Menezes Prado*, na Gazeta do Aracaju de 28 de dezembro. Idem, de 4 de fevereiro de 1882.
 - *O Dr. Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel à Nação*. Na Coluna Política da “Gazeta de Sergipe” de 21 de setembro de 1890. Foi depois publicado em folheto sob o título:
 - *Manifesto à Nação pelo bacharel*, etc. Aracaju, 1890, 8 págs. in. 8º. Tip. da “Gazeta de Sergipe”.
 - *Resposta ao pé da letra*. Idem, idem de 20 de novembro do mesmo ano.
 - *Circular* ao digno eleitorado de Sergipe. Na “Folha de Sergipe” de 2 de julho de 1891.
 - *Mensagem da Junta Governativa à Assembléia Constituinte de Sergipe*. Aracaju, 3 de março de 1891. Em avulso de 5 págs. em uma e meia folha de papel in. 4º gr. Também assinado por Olinto Rodrigues Dantas e Marcelino José Jorge.
 - *Esclareça-se a verdade*. No “O Momento”, Aracaju, de 11 de dezembro de 1902.
 - *O Bacharel Leandro Maciel ao padre Olímpio Campos*. Idem de 15 e 18 do mesmo mês.
 - *O Bacharel Leandro Maciel ao padre Olímpio Campos*: resposta ao manifesto do referido padre, publicado no jornal oficial “Estado de Sergipe”. No jornal “O Momento”, órgão do partido republicano no Aracaju, ns. 44 e 45 de 15 e 18 de janeiro de 1903.
 - *Protesto* restabelecendo a verdade perante o eleitorado deste Estado na eleição de 30 de janeiro corrente. No “Jornal de Sergipe” de 17 de janeiro de 1909.
 - *Ainda o Padre Dantas*. Idem de 4 de fevereiro seguinte.
- Redigiu:
- *A Crise*: periódico político, literário e noticioso. Aracaju, 1863. Com os Bacharéis Francisco Joaquim da Silva, Dionísio Rodrigues Dantas, Benício Dantas Martins e Manoel da Silva Rego.
 - *O Conservador*: órgão radical do partido. Jornal político, literário e noticioso. Aracaju, 1881-1882. Com o Bacharel Feliciano Prazeres e os Professores Geminiano Pais de Azevedo e Manoel Francisco de Oliveira.

Leandro Ribeiro de Siqueira Sobral, Bacharel – Filho do major Manuel Delfino de Menezes Sobral e D. Anna Joaquina de S. José Sobral, nasceu a 26 de julho de 1829 no engenho Pati, então pertencente a então freguesia de Itaporanga, e faleceu a 30 de julho de 1870 na casa de saúde do Doutor Eiras, no Rio de Janeiro. Bacharel formado em 1851 na Academia Jurídica de Olinda, logo após haver regressado ao seio da família fora atingido por um terrível golpe da adversidade, não chegando sequer a colher os primeiros frutos de sua educação científica. Alma vibrátil de poeta, acessível aos violentos abalos das mais vivas paixões, sentindo traído o seu primeiro amor pelo repúdio dos votos que lhe fizera a mulher a quem escolhera para esposa, não teve bastante energia moral para resistir ao choque da cruel realidade. A sua razão eclipsou-se para sempre, afundando-se no caos de uma loucura incurável. Não conheceu portanto a vida pública, tendo sido apenas eleito deputado à Assembléia Provincial na legislatura de 1852-1853, quando já não podia exercer o mandato. Suas poesias, todas inéditas e na sua totalidade desaparecidas, mal tiveram curso no pequeno círculo de amigos e colegas, em cujos álbuns escreveu algumas, que dificilmente seriam

encontradas hoje. A que se segue, embora não se recomende pela feição artística, nem pelos vãos de imaginação, todavia merece ser lida, porque nela se encerram as incertezas cruciantes do poeta sobre a constância da sua amada e os sombrios presentimentos que desde estudante o torturavam acerca do grande infortúnio que lhe estava reservado. Ei-la:

FRAGMENTO POÉTICO

A tristeza, a saudade e a dor me corroem o coração.

Quando o sol tinha acabado
De por hoje radiar,
Foi que pude contemplar
O planeta da saudade

Com a vista deste astro
Acresceu nova aflição
Ao tormento que de então
Eu nutria no meu peito.

Eis de prooto s'entorpecem
Os meus membros fatigados
Pela febre, devorados,
Da tristeza e da saudade.

Como pois hei d'almejar
Que me venha melhor dita,
Quando o fogo da desdita
Requeimou todo meu ser?!

Quando já sombras da morte
Me parece as encarar;
Se até sinto rebentar
Contra mim o duro golpe?!...

Já não pode mais roçar
Em minh'alma a esperança;
Já p'ra mim não há bonança
Deste fado inexorável.

Já se embalam no meu peito
Um temor e confusão;
Já corroem meu coração
As chagas do meu amor.

Já contemplo como inertes
Todos os meus pensamentos;
Pois que a série de tormentos
Me prediz o que serei:

Me prediz que a sorte ingrata
Não consente que jamais

Eu consiga ternos ais
De Marília encantadora;

Que eu nunca (m'adverte)
Gozarei desta candura,
Gosarei esta pintura.
Do que é bom, formosp e belo.

P'ra viver sempre infeliz
P'ra morrer sem ter gozado
O meu bem, o mais amado,
Que meus males motivou:

Eis a sorte que me aguarda,
Eis o fim p'ra que nasci
Eis as palavras que li
No livro dos infortúnios.

Agora, Senhor, agora
Vós que sois imenso e forte
Abrandai a minha sorte,
Dai-me pois melhor ventura.

Não deixeis que vosso filho
Vá cumprir tão triste fado
De morrer exasperado...
Salvai-me, Senhor, Salvai-me!

21 de abril de 1848.

Leocádio Rodrigues Chaves, Doutor – Filho do Conselheiro João Rodrigues Chaves e D. Clementina Batista Rodrigues Chaves, nasceu a 9 de outubro de 1877 na Estância. Doutorou-se em Medicina pela Faculdade da Bahia em 1896 e foi Inspetor sanitário da Diretoria Geral de Saúde Pública no Rio de Janeiro e em fevereiro de 1917 exerceu interinamente o cargo de delegado de saúde.

Por decreto de 28 de março de 1919 foi nomeado Secretário do Instituto Osvaldo Cruz.

Escreveu:

– *Considerações sobre a himfademia*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, em 30 de outubro de 1896 para ser defendida, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1916, 84 págs. in. 8°. Tipografia Encadernação – “Imprensa Editora”.

– *Etiologie et prophylaxie de la fièvre jaune*: memória apresentada ao Congresso Internacional de Medicina reunido em Lisboa a 19 de abril de 1906.

– *Geografia médica e climatologia, do Estado de Minas Gerais*. Comunicação ao 4º Congresso Médico Latino Americano inaugurado no Rio de Janeiro a 1º de agosto de 1909.

Leôncio Contreiras Fontes – Filho de Antonio Martins Fontes e D. Maria Pastora de Oliveira Telles, nasceu em Itabaiana a 25 de setembro de 1885 e faleceu no Recife a 21 de março de 1910. Recebeu as lições do ensino secundário no “Ateneu Sergipense”, em Aracaju, onde começou a escrever para a imprensa periódica, publicando no “O Estado de Sergipe” diversos trabalhos em prosa e verso.

De 1896 a 1902 entregou-se à vida comercial na capital do Pará.

Obedecendo às legítimas injunções do seu espírito, seguiu em 1908 para o Recife, a fim de matricular-se na Faculdade de Direito, cujas aulas freqüentou até ao 2º ano, ao mesmo tempo que prosseguia na faina predileta do jornalismo, como auxiliar da redação do “Diário de Pernambuco”, velho órgão quase secular da Imprensa pernambucana.

Fulminado pela morte em plena florescência da juventude, o seu prematuro falecimento causou o mais profundo pesar entre os colegas do curso acadêmico e os companheiros da imprensa, tanto quanto enlutou as letras pátrias, das quais pelo seu talento augurava ser, de futuro, um cultor inteligente e fecundo. Foi também auxiliar da Biblioteca Pública do Recife, nomeado em julho de 1908, e um dos fundadores da sociedade acadêmica “Academia dos Nulos”.

Escreveu:

- *Quintas e domingos*, “A esmo”, “Traços”: série de artigos com estes títulos e mais uma série de inspirados versos sob o pseudônimo *Stelio*, todas no “O Estado de Sergipe” de 1907 a 1908.

- *Críticas e críticos*. A Alípio Meneses. Idem, de 15 de agosto de 1907.

- *Traços*: escritos diversos. Aracaju, 1908, 93 págs. in. 8º.

- *Organização literária de Hermes Fontes*: conferência realizada no edifício da Escola Normal do Aracaju. Publicada a última parte no “O Estado de Sergipe” de 22 de maio de 1908.

- *Organização literária de Garcia Rosa*: conferência realizada na noite de 16 de junho de 1908 no edifício da Escola Normal do Aracaju. No “O Estado de Sergipe” do dia seguinte.

- *Crepúsculos*: conferência literária lida no Instituto Aires Gama na noite de 18 de setembro de 1909. Recife, 1910, 36 págs. in. 8º. Tip. do “Diário de Pernambuco”. Com seu colega Nilo Gonzaga fundou e redigiu:

- *O Ateneu*: órgão de propaganda literária. Aracaju, 1906.

Leonídio Augusto de Sousa Porto – Nasceu na Capela em 1859 e faleceu a 5 de maio de 1899 em Piracicaba, Estado de S. Paulo.

Em 1874 seguiu para a Bahia. Clérigo menorista cursou durante 7 anos ambos os seminários da Arquidiocese, chegando a receber tonsura e completar o curso de Teologia Moral.

Abandonando a vida eclesiástica dedicou-se ao magistério, fundando um colégio em Brotas (Bahia).

Seguindo para o Rio de Janeiro foi nomeado secretário do Liceu de Artes e Ofícios. Abolicionista e republicano, colaborou no “Laranjeirense”, na “Revista Literária” de Maruim e em alguns jornais do Sul. Em Piracicaba foi professor particular no colégio “Ipiranga” e fez parte do “Grêmio Dramático” dessa cidade.

Poeta e jornalista redigiu a “A Gazeta” periódico, Piracicaba, 1899.

Escreveu:

- *Memorial a Sua Ex. Reverendíssima o Senhor Doutor D. Luiz Antonio dos Santos*, Arcebispo da Bahia, Metropolitano e Primaz do Brasil, Prelado Assistente ao Salio Pontifício do Conselho de S. M. o Imperador. Sergipe, 1881, 11 págs. in. 8º pq. Tipografia do “Raio”.

- *A Virgem e a Sensitiva* ou a árvore do deserto. Na “Revista Literária” do Gabinete de Leitura de Maruim, pág. 6 do número de 17 e pág. 5 do nº de 24 de maio de 1891.

- *Ensino e trabalho*: série de 10 artigos a começar do nº 8, de maio de 1921 da mesma Revista.

- *Discurso* proferido na Sessão solene da inauguração do Congresso Filomático Bithencourt da Silva em 28 de agosto de 1893. Rio de Janeiro, 1894, 16 págs. in. 8º. Tip. do Hildebrant.

Leopoldo Accioli do Prado, Doutor e Farmacêutico – Filho do coronel Francisco Lucena do Prado e D. Maria Accioli do Prado, nasceu no engenho Tabua a 28 de fevereiro de 1879.

No Aracaju fez os estudos preparatórios, findo os quais partiu para a Bahia, onde cursou os três primeiros anos da Faculdade de Medicina e os demais na do Rio de Janeiro, recebendo o grau de doutor em 23 de abril de 1902.

Como acadêmico foi interno da segunda cadeira da química médica sob a direção do Dr. Benício de Abreu, continuando como seu ajudante depois de formado até setembro de 1906. Foi também membro da comissão clínica médica do Grêmio dos Internos dos Hospitais e é formado em farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia.

Nomeado por portaria de 10 de março de 1904 “Inspetor sanitário do 3º distrito de higiene da capital federal, tem se conservado no exercício deste cargo até esta data, 1924.

Em 1919 serviu como chefe da Comissão Sanitária Federal de Sergipe.

Escreveu:

– Do elemento convulsivo nas afecções intra-cranianas. (Estudo clínico): dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 5 de março de 1902 e defendida em 22 de abril do mesmo ano e aprovada com distinção. Rio de Janeiro, 1902. Tip. Altina. 79 págs. in. 8º gr., tendo no fim uma corrigenda.

Leopoldo Antonio da França Amaral, Major – Filho do capitão Bernardino da França Amaral e D. Anna da França Amaral, nasceu na Estância a 15 de novembro de 1848 e faleceu na Capital Federal a 5 de abril de 1893. Passou os seus primeiros anos na cidade do berço, desenvolvendo a sua atividade nas várias ocupações da vida comercial. Com a declaração da guerra contra a República do Paraguai foi dos primeiros a apresentar-se ao Governo da província, a fim de seguir voluntariamente para o teatro das operações no sul do país e uma vez alistado no corpo de voluntários com a denominação de 8º Batalhão, organizado pelo tenente coronel Francisco Félix de Freitas Barreto, partiu a 17 de abril de 1865 de Aracaju para o Rio de Janeiro no posto de alferes, como já o era da Guarda Nacional da Estância.

Na capital do Império embarcou para o Rio Grande do Sul, de onde ao chegar se dirigiu para Uruguaiana em caminho da campanha. Dali marchou para S. Borja com seu batalhão que passou a fazer parte do 2º Corpo do Exército de que foi ajudante. Já então o 8º de Voluntários se achava reorganizado e substituída para 37 a sua numeração. Recebeu o batismo de fogo a 3 de setembro de 1866 no ataque às fortificações de Curuzu, entrando depois em quase todos os combates que a esse se sucederam. Nessa primeira refrega portou-se com tanto valor que mereceu ser promovido a tenente por distinção. Na ação contra as fortificações de Curupaiti em que foi ferido gravemente confirmou a fama de sua valentia militar, reconhecida no elogio em ordem do dia do comando em chefe do 2º Corpo e após a tomada de Lomas Valentinas, depois de promovido a capitão a 18 de março de 1867 por atos de bravura, foi incluído entre aqueles a quem o Imperador mandou que fossem louvados pelos inestimáveis serviços à causa do Brasil.

O visconde, depois marquês de Herval, e o general Herculano da Silva Pedra tinham-no no mais elevado apreço. Dele disse este último o seguinte: “o juízo que faço a seu respeito é tão elevado que, sempre oposto à entrada de oficiais de voluntários para o quadro do Exército, sou forçado a declarar que a sua aquisição, ainda como capitão, seria de grandes vantagens às fileiras do mesmo Exército. O capitão Leopoldo Amaral é um dos mais brilhantes ornamentos das legiões a que se ufana de pertencer”. Terminada a guerra volveram à pátria os heróis do primitivo 8º Batalhão de Voluntários, bastante desfalcado pelos claros sofridos nos campos de batalha, chegando à capital da província no dia 27 de junho de 1870 sob o seu comando, como o mais graduado dos oficiais do Batalhão. Era nesse tempo major

honorário do Exército e, além da medalha de bravura militar, possuía a venera de cavaleiro da Ordem de Cristo.

Restabelecido o regime da paz, procurou colocar-se no funcionalismo da Capital Federal, prevalecendo-se dos favores concedidos aos voluntários da pátria pelo decreto nº 3371 de 7 de janeiro de 1867, preferindo-os para os empregos públicos a quaisquer outros em igualdade de habilitações e à sombra desse decreto protetor conseguiu ser nomeado contador geral do foro, cujo exercício só foi interrompido com o seu falecimento. O militar, tornado depois burocrata, fora primeiramente cultor das musas. Seus versos andam esparsos nas colunas dos jornais, bem raros na maior parte. Além das poesias “O Perdão de Consuelo”, “Saudades e Suspiros” e um “Recitativo”, que provavelmente com outras composições deixou inéditas, deu a publicidade as seguintes:

- *Minha sombra*. Na “Bahia Ilustrada” de 7 de junho de 1868, número 73.
- *Lembro-me ainda*. Idem, de 29 de novembro do mesmo ano, nº 98.
- *O meu primeiro amor*. Idem, de 5 de setembro de 1869, número 138.
- *À minha boa e carinhosa mãe*. Na “A Razão”, Estância, de 25 de julho de 1915.

Publicação póstuma.

- Faz parte dos seus trabalhos poéticos este

SONETO

Qual sultana a dormir junto de um lago,
Formas nuas, das roupas descuidosa,
Parecendo de beijos anhelosa,
Nos lábios dando a ler desejo vago;

Pela mente a passar-lhe um sonho mago,
Que a leva a retrair-se vergonhosa,
Como em transe de amor pudica rosa
Das brisas da manhã foge ao afago;

A mão, que mal se vê, velando os seios;
Os cabelos voando à lei do vento,
Livre, bela e feliz, sem mais receios;

Assim eu te figuro em pensamento,
Quando entregue da noite aos devaneios,
Em meus braços te sonho um só momento.

1º de dezembro de 1874.

Leopoldo Guaraná de Faria Rocha, Bacharel – Nasceu no Aracaju a 18 de outubro de 1878, sendo filho do Dr. José Luiz do Aragão Faria Rocha e D. Leopoldina Guaraná de Faria Rocha.

Muito criança ainda seguiu para S. Paulo acompanhando seus pais, que, para ali transferiram sua residência. Naquele Estado bacharelou-se em direito e fez parte do Grêmio Onze de Agosto, e da Sociedade Etnográfica Brasileira de Catequese dos Índios. Usou na Imprensa do pseudônimo Rodrigo de T. Colaborou na “Vida Paulista”, “O Estado de S. Paulo” e outros órgãos da imprensa do grande Estado sulista.

Além de diversos trabalhos jurídicos editados na casa Hennies & Irmãos, tem inéditas:

- *Kant*: apreciação histórica. Ensaio de literatura jurídica.

Lima Júnior – Vide Francisco Antonio de Carvalho Lima Júnior.

Lourival Fontes, Bacharel – Filho de Sizino Martins Fontes e D. Maria Prima Fontes, nasceu a 20 de julho de 1899.

Revisor do “O Estado de Sergipe” em 1914 entrou em 1915 para a redação da “A Noite”, órgão vespertino da Bahia, tendo sido antes colaborador do “Jornal do Povo” de Aracaju.

Com os moços Mário Linhares e Monteiro Teixeira fundou em 1918, na Bahia, a “Hora Literária”.

Foi oficial de gabinete do prefeito da Capital Federal.

Escreveu:

- *Mirabeau*. No “Diário da Manhã” de 26 de abril de 1914.
- *Revolta do trabalho*. Idem de 1º de maio.
- *A lenda de Nasa*. No “Estado de Sergipe” de 13 de maio.
- *A maldade humana não tem limites*: conferência realizada no salão “Royal Cinema”, Aracaju, 11 de outubro de 1914. Não foi publicado.
- *Os fanáticos do Paraná*. No “Jornal do Povo”, Aracaju, de 4 de dezembro de 1914.
- *A Corte da fome*. Idem, 29 de março de 1915.
- *O dia do trabalho*. Idem, 3 a 6 de maio de 1915.
- *Um ponto de sociologia*. A crise econômica. Idem, de 20 de julho de 1915.
- Sobre uma efígie (Diagnóstico). Idem, 22 de fevereiro 1916.
- *No terreno das idéias*. A sessão memorável do “Instituto”.
- O apoio do ilustre Presidente do Estado.
- A Liga contra o analfabetismo. Em torno da instituição do júri. No “Diário da Manhã” de 29 de setembro de 1916.

Lourenço Ribeiro, Padre – Filho de outro do mesmo nome e D. Antonia de Castro, nasceu em 1648 e faleceu a 24 de abril de 1724 na cidade da Bahia. Pereira da Silva no seu livro “Varões Ilustres do Brasil” mencionando-o entre os homens notáveis do XVII século, o dá como nascido em Sergipe, em desacordo com o abade Diogo Barbosa Machado que na “Biblioteca Lusitana” diz ser ele natural da freguesia de Cotegipe, situada no Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. Li a despeito da respeitável opinião do bibliógrafo português, estar a verdade ao lado do não menos autorizado historiador brasileiro, é Lourenço Ribeiro o mais antigo dos escritores sergipanos. Tendo estudado as ciências severas no colégio dos padres jesuítas na Bahia, dele saiu tão douto, (é expressão da citada Biblioteca), que passando a Portugal obteve por oposição na Mesa da Consciência a vigararia de N. S. da Encarnação de Passé, onde por muitos anos exerceu o ofício de pároco.

Possuindo grande talento para o púlpito, primou na eloquência sagrada, sendo os seus sermões ouvidos com geral aceitação. Proficiente em teologia, cultivou também as letras profanas, em que foi igualmente erudito. Contemporâneo de Gregório de Matos e seu rival, como poeta e repentista, jamais recebeu a musa mordaz e satírica do famoso vate baiano, cujos ataques tiveram sempre em represália admiráveis improvisos.

Além das poesias que se perderam totalmente, escreveu:

- *Sermão* do Amparo de Maria Santíssima no dia da sua Apresentação pregada na Sé da Bahia. Lisboa, 1686, in. 4º. Imprensa Miguel Manescal.
- *Sermão* de S. João da Cruz. Lisboa, 1693, in. 4º. Imp. Manuel Lopes Ferreira.
- *Sermão* de S. Antonio na Capela do Cárcere da Cidade da Bahia. Lisboa, 1693, in. 4º. Imprensa Manuel Lopes Ferreira.
- *Árvore de várias famílias brasilienses*. Manuscrito desaparecido com a morte do seu Autor.

Luiz Barbosa Madureira Rollemberg – Filho do Comendador Luiz Barbosa Madureira e D. Maria Rolemberg de Madureira, nasceu no antigo engenho Pedras, município de Maruim, e faleceu na vila de Sto. Amaro a 12 de dezembro de 1892. Estudou em Pernambuco onde foi orador do Novo Ateneu e Vice-Presidente da Sociedade “Juventude Libertadora do Recife”.

Voltando ao Estado natal, foi sócio e orador oficial do Gabinete de Leitura de Maruim; escrivão da Diretoria Geral do Ensino Público, nomeado a 4 de dezembro de 1882; promotor público da comarca de São Cristóvão, e orador efetivo da “Associação de Caridades” da Vila do Rosário do Catete. Foi sócio honorário da Nova Arcádia de “S. Paulo”.

Escreveu:

– O Sr. Dr. Guedes Cabral e seus escritos. Protesto católico por... Aracaju, 1877, 40 págs. in. 8º pq. Tip. do Americano.

– A Glória de Luiz Camões. No “Eco Liberal” de 4 de setembro de 1880.

– *A Esperança* (Fantasia). A Exma. Sra. D. Eugênia Ayres do Nascimento, mui digna e virtuosa esposa do Exmo. Sr. Dr. José Ayres do Nascimento, como prova da mais alta consideração e apreço. No “Jornal de Sergipe” de 4 de fevereiro de 1883.

– *A veneranda memória do Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto*: notícia necrológica. No “O Democrata”, de 14 de junho de 1884.

– *A saudosa memória do Dr. Epifânio de Bittencourt*, juiz de direito da comarca de Sto. Amaro, Bahia. No “Jornal de Sergipe” de 27 de setembro de 1884.

– A Victor Hugo. No “Guarani”, Aracaju, de 26 de fevereiro de 1885.

– *Um brado à caridade* em prol das vítimas do terremoto que acaba de convulsionar a Espanha. No “Jornal de Sergipe”, de 18 de julho de 1885.

– *Um apelo aos proprietários de escravos*. Ao ilustre abolicionista José do Patrocínio. Na “A Reforma”. Aracaju, de 8, 15 e 22 de maio de 1887.

– *O festim no palácio de um nababo*. Inspiração da festa da caridade, bela página do insigne literato português conselheiro Thomaz Ribeiro. Aracaju, 1890, 22 págs. in. 12º.

Luiz Barbosa Madureira Freire, Farmacêutico e Doutor – Filho do bacharel Francisco da Silva Freire e D. Maria Accioli de Madureira Freire, nasceu a 27 de dezembro de 1862 em Maruim e faleceu a 28 de fevereiro de 1892 na Capital Federal. Feitos todos os estudos preparatórios no Aracaju, cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, na qual se doutorou em 1887, depois de ter freqüentado por um ano a do Rio de Janeiro, que lhe conferiu a carta de farmacêutico. Na sua fase acadêmica lecionou francês no colégio “Amorim Carvalho”, da Capital Federal, e foi Interno efetivo da Casa de Saúde e Maternidade de Santa Teresa; formado, clinicou no Engenho de Dentro e no Eancantado; fez parte do “Instituto Bacteriológico” do Doutor Domingos Freire e foi Inspetor extraordinário de Higiene.

Escreveu:

– *Febre amarela*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras da Faculdade. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 18 de abril de 1887 para o doutoramento de... Rio de Janeiro, 1887, 81 págs. in. 3º. Tip. e Lit. Econômica de Machado & Cia.

Luiz Canello de Noronha – Foram seus pais Francisco Fernandes Canello e D. Francisca de Noronha, e nasceu no ano de 1689 em Vila Nova, chamada primitivamente Vila Nova Real, como se lê na Biblioteca Lusitana de Barbosa Machado e na Introdução da “Memória sobre a Capitania de Sergipe” pelo bispo D. Marcos Antonio de Souza, que foi vigário da freguesia de Jesus, Maria e José do Pé do Banco, hoje Siriri. Milliet de Saint-Adolfe, no seu “Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil”, lhe dá o nome de Vilanova de Santo-Antonio, dizendo ter tido ela “primeiramente o nome de Santo Antonio de Vila-nova do Rio de São Francisco”. Na opinião daquele erudito bibliógrafo, a

natureza o dotou de igual talento para as letras amenas, como para as ciências severas, de modo que, depois de ter aprendido filosofia e teologia, em que saiu suficientemente versado, dedicou-se à cultura das musas, que sempre se mostraram propícias ao seu entusiasmo. Foi capitão dos estudantes da cidade da Bahia e vereador do Senado. “Ferdinand Deniz” diz a seu respeito no “Resumo da história literária de Portugal e do Brasil”, que foi um autor estimado, tendo deixado vários poemas manuscritos.

Escreveu:

– *Pompas funerais* que a cidade da Bahia e seu Recôncavo dedicou às saudosas memórias da Senhora D. Mariana de Lencastre mãe do Ilustríssimo e Excelentíssimo Conde de Sabugosa Vasco Fernandes César do Meneses, Vice-Rei do Estado do Brasil: obra poética. Manuscrito.

– *Outenta (sic) e seis Loas aos Anos das Majestades Portugudsas*, Desposórios dos Príncipes do Brasil e Astúrias, e outros assuntos heróicos e líricos.

– *Diversas Poesias* e vários assuntos que podiam formar um volume de justa grandeza.

Luiz Francisco Freire, Bacharel – Filho dos Barões de Laranjeiras, nasceu a 1 de janeiro de 1862 no engenho Belém, município de Itaporanga, e faleceu no Aracaju a 14 de outubro de 1894. As suas qualidades pessoais, reunidas aos poderosos elementos da própria família, como aos da família a que se ligou pelo casamento, facilitaram-lhe fazer na curta existência de 82 anos rápida carreira, quer na magistratura, quer na política. Bacharel em ciências jurídicas e sociais, graduado em 1883 na Faculdade do Recife, foi promotor público da comarca de Riachuelo em 1884, juiz de direito de Gararu, por decreto de 31 de março de 1891, depois removido para a comarca da capital.

Como político, foi deputado geral na última legislatura da monarquia e em 1891 deputado ao congresso constituinte de Sergipe. Tendo sido nomeado membro da comissão para elaborar o projeto de constituição do Estado.

Escreveu:

– *O bacharel Luiz Freire ao público*. Na “Gazeta do Aracaju” de 7 de junho de 1885.

– *Projeto de Constituição do Estado de Sergipe*. Aracaju, 1890, 32 págs. in. 4º. Tip. do “O Republicano”. Também foi publicado no “O Republicano” a começar do número 28 de agosto de 1890.

– *Voto em separado* em 12 de maio de 1892 do deputado..., membro da Comissão dos 5 incumbidos de dar parecer sobre o projeto de Constituição do Estado de Sergipe, apresentado pelo Governo de Sergipe. Avulso de 6 págs. em folha e meia de papel in. 4º gr. e no “O Republicano” de 17 de maio de 1891.

– *A Constituição do Dr. Gumerindo Bessa*: série de artigos, sem assinatura, nos números de 20, 22 a 24 e 31 de maio, 4, 6 e 13 de junho de 1891 do mesmo jornal.

Luiz José da Costa Filho, Bacharel – Filho de outro de igual nome e D. Maria dos Prazeres Costa, nasceu na cidade de Propriá a 3 de outubro de 1886. Estudou primeiras letras em sua terra natal no colégio dirigido pelo professor Cândido Campos.

Em novembro de 1903, desejando teatro mais amplo para a sua atividade intelectual, transportou-se para o Aracaju, onde fez os estudos de preparatórios, freqüentando o “Ateneu Sergipense”.

Em 1904 entrou para a redação do “Jornal de Sergipe”, revelando desde logo qualidades de jornalista. Devotado ao grande tribuno Dr. Fausto Cardoso acompanhou-o na jornada política de 1906, sofrendo com ele os dissabores das lutas partidárias.

Neste ano esteve no Rio de Janeiro, ocupando ali os lugares de revisor da Imprensa Nacional e fiscal de veículos, tendo recusado o lugar de 4º escrivão da Alfândega de Corumbá, para o qual fora nomeado pelo ministro Bulhões.

Na Capital Federal fundou com Francisco Campos o jornal “A Pátria” que teve curta duração.

Demorando-se pouco na capital da República e regressando ao Aracaju, continuou a se consagrar ao jornalismo fazendo parte simultaneamente das redações do “Jornal de Sergipe”, “Diário da Manhã” e “Correio de Aracaju” na sua primeira fase.

Em 1907, aos 19 anos, já freqüentava a tribuna das conferências públicas, dissertando, no salão da sociedade “Amparo das Famílias” em Aracaju, sobre diversos assuntos, entre os quais lhe serviam de tema os seguintes:

- A conquista do pão.
- A Penitenciária perante as sociedades modernas.
- Fábricas e Operários.
- O Socialismo na Inglaterra.
- Tobias Barreto.
- Horácio Hora.

Provisionado pelo Tribunal da Relação do Estado, por acórdão de 3 de fevereiro de 1914, abriu no Aracaju escritório de advogado.

É professor adjunto de história e geografia do “Ateneu Sergipense”, nomeado por Decreto de 9 de outubro de 1916.

Com desassombro e força de vontade admiráveis chegou a galgar o grau científico que almejava, cursando a Faculdade de Direito da Bahia, onde bacharelou-se a 8 de dezembro de 1917.

Sócio do “Grêmio Beneficente” da Faculdade de Direito da Bahia, de cuja diretoria fez parte em 1914; membro correspondente da “Academia Latina das Ciências, Artes e Belas Letras”, de Paris; da “Sociedade Acadêmica de História” de França; do “Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros”; sócio efetivo da “Sociedade de Ciências” da Itália; correspondente das “Academias Amazonense” e “Alagoana de Letras”; da “Sociedade de Geografia” do Rio de Janeiro; do “Instituto Geográfico e Histórico” da Bahia; da “Academia Físico-Química Italiana” de Palermo, da qual tem medalha de ouro de mérito científico; do “Instituto” do Ceará; dos “Institutos Históricos e Geográficos” do Espírito Santo e Minas; sócio honorário do “Instituto Histórico e Geográfico” de Sergipe, de cuja diretoria fez parte durante muito tempo e à qual prestou não pequenos serviços, e do “Clube Literário Sílvia Romero”, de S. Paulo (Sergipe).

Foi deputado estadual na legislatura de 1912-1913, tendo feito parte da mesa como segundo secretário. Em 1913 serviu interinamente como procurador da República, por nomeação de 8 de novembro.

Fundou, quando estava na redação do “Correio do Aracaju” em 1907, a revista literária, humorística e noticiosa “A Redenção”, de que saiu apenas 10 números, o primeiro a 16 de janeiro e o último a 31 de maio.

Vem colaborando em quase todos os jornais de Sergipe e em muitos dos outros Estados.

Escreveu:

– *Alma de sol*: poema. Aracaju, 1905, 9 págs. in. 8º pq. Tipografia Comercial. Foi a sua estréia.

– *Amém*: poema das planas. Aracaju, 1905, 18 págs. in. 8º pq. Tipografia Comercial.

– *A Teleologia na História*. No “Jornal de Sergipe” de 8 a 15 de agosto de 1909.

– *Marechal Hermes da Fonseca*: conferência proferida na sede do “Jornal de Sergipe”, na noite de 29 de agosto de 1909. No “Jornal de Sergipe”, de 2 a 9 de setembro seguinte.

– *Aspectos políticos*. No “Diário da Manhã”, de 19 a 20 de janeiro de 1912.

– *As loucuras de Nietzsche e o contágio delas*. No mesmo jornal de 3 a 7 de março de 1912.

– *Cartas Políticas*. No mesmo jornal de 17, 21 e 28 de julho; 1 de agosto de 1912.

– *A sociedade através dos séculos*. Idem, de 15 e 17 de novembro de 1912.

- *Propaganda da borracha*. O ouro elástico. No “Diário da Manhã”, de 21 a 27 de dezembro de 1912.
- *O governo nos Estados livres*. (Dissertação). Tip. do “O Estado de Sergipe”. Aracaju, 1912, 12 págs. in. 8º pq.
- *A Liberdade e a Igreja*. Aracaju, 1912, 21 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”.
- *A Vida do Direito*. (Com uma carta do Conselheiro Felinto Bastos). Bahia, 1913, 19 págs. in. 12º. Tipografia Baiana de C. Melquíades.
- *O Santo Governo*. Bahia, 1913, 21 págs. in. 8º pq. Não indica a tipografia onde foi impresso.
- *Discurso* pronunciado no dia 28 de junho de 1914 na solenidade da colocação do retrato do Desembargador Manoel Caldas Barreto no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. No “Diário da Manhã”, de 2 de julho, em resumo.
- *Carta à Assembléia Legislativa do Estado Federado de Sergipe*. No “Diário da Manhã” de 28 de julho de 1914.
- *A guerra atual da Europa*: conferência político-social realizada no dia 6 de setembro de 1914 no salão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.
- *A guerra e a Civilização*: 2ª conferência lítero-política realizada no salão da Biblioteca Pública a 14 de novembro de 1914 sobre a guerra européia. Em resumo no “Diário da Manhã”. Aracaju, de 17 do mesmo mês.
- *Um grande sergipano*. (Súmula biográfica do Coronel José de Faro Rollemberg). Aracaju, 1914, 15 págs. in. 8º pq. Tip. e Papelaria “Popular”.
- *Lei e seu conceito jurídico*. Bahia. 1914, 13 págs. in. 8º pq. Não dá a tipografia onde foi impressa.
- *Na seara do direito*: seção especial de artigos sobre assuntos de direito. A começar no “Diário da Manhã”, Aracaju de 26 de janeiro de 1915.
- *A conferência do Dr. Nobre de Lacerda*. Sucintos comentários em torno dela.
- *Nós e o poeta*. Idem, de 28 de fevereiro, 2, 7, 14 e 21 de março de 1915.
- *Discurso* pronunciado na sessão fúnebre realizada a 14 de setembro de 1915 no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em homenagem à memória de seu sócio honorário senador Pinheiro Machado. No “O Estado de Sergipe” de 23 e no “Diário da Manhã” de 28 do mesmo mês.
- *Candidato do Povo* (esboço biográfico). Artigo do jornalista Costa Filho, publicado no “Diário da Manhã” e mandado tirar em avulsos pelos amigos e admiradores do coronel Francino Melo). Aracaju, 1915, 4 págs. in. 8º pq. Tip. do “Diário da Manhã”.
- *Em prol da Alemanha*. Bahia, 1915, 14 págs. in. 12º. Tip. Baiana, de O. Melquíades.
- *Balada do Cisne*: poesia extrapida do livro de versos inéditos “Ilusões e Sonhos”, especialmente para ser recitada por Chocolat, na festa em benefício deste, no teatro-Cinema “Rio Branco”. Aracaju 1915, 3 págs. in. 8º pq. Tip. Comercial.
- *Pedro de Calazans, o poeta elegante*. (Conferência proferida no salão nobre do “Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe” aos 13 de junho de 1915). Bahia, 1915. 27 págs. in. 12º. Tip. Baiana de Cincinato Melquíades.
- Memória sobre a serra de Itabaiana, apresentada ao 1º Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro de 7 a 16 de setembro de 1914. Na 1ª parte do tomo especial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, págs. 813 a 818.
- *Reminiscências e impressões do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*, pelo delegado do “Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe” e seu 1º secretário. (Lida em sessão extraordinária do mesmo “Instituto” em 24 de setembro de 1916). No “Estado de Sergipe” de 26 a 28 do mesmo mês. Saiu publicado em folheto. Aracaju, 1916, 14 págs. in. 8º pq. Tip. Comercial de Nelson Vieira.

– *Frederico Mariath*. (Conferência proferida no salão nobre do “Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe”, a 24 de fevereiro de 1916). Bahia, 1916, 30 págs. in. 16. Livraria Econômica.

– *Questões de Direito Público Internacional*. Bahia, 1916, 30 págs. in. 8°. Não diz em que tipografia foi impresso.

– *Antonio Bernardes de Souza Barateiro*: traços biográficos. Idem de 4 de fevereiro de 1917 e 12 de maio do mesmo ano.

– *Breve Memória Histórica sobre a Revolução Republicana de 1917*. (Trabalho apresentado e lido pelo 1º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em sessão de 6 de março de 1917). No “Diário da Manhã”, de 8 e 9 do referido mês e ano.

– *Relatório* apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em sessão solene e extraordinária de 15 de agosto de 1917, pelo 1º Secretário Aracaju, 1917. 12 págs. in. 8°. Tip. Comercial de Nelson Vieira.

– *Razões finais* nos autos da Ação de Demarcação das propriedades rurais “Ponta d’Alva” e “Caju”, sitas no município de Itaporanga, termo da comarca de Aracaju, em que são A. A., o Dr. Aristides da Silveira Fontes e sua mulher e R. R. Manoel Alvino Cardoso e sua mulher pelo advogado dos R. R. Com uma planta do sítio “Caju”. Aracaju 1919, 17 págs. in. 8°. Tip. Comercial.

– *Relatório* apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe pelo 1º secretário, em sessão solene de 10 de agosto de 1919. Publicado conjuntamente ao Relatório do Presidente do Instituto, págs. 15 a 20, in. 8° pq. Aracaju, 1919. Tip. Comercial.

– *Assuntos de Direito*. Aracaju, 1919. 43 págs. in. 8°. Imprensa Oficial.

– *Augusto Leverger* (Barão de Melgaço): conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a 9 de fevereiro de 1919. Aracaju, 1919, 34 págs. in. 8° pq. Imprensa Oficial.

– *Uma figura histórica*. (Conferência proferida no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no dia 8 de julho de 1920. Aracaju, 1920, 56 págs. in. 8°. Imprensa Oficial.

– *O último verão*: novela histórica. À minha mãe. Folhetim do “Jornal do Povo”, de 9 de março a 8 de abril de 1921. Mandado imprimir em opúsculo em favor do “Patronato a Infância”, de Pajussara, cidade de Maceió. No opúsculo diz “novela romântica”. Maceió, 1922, 50 págs. in. 16°. Não diz a tipografia onde foi impresso.

– *Uma Glória Alagoana*. (Dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barros). Discurso proferido por ocasião de ser recebido solenemente na Academia Alagoana de Letras, a 28 de setembro de 1921. Bahia, 1922, 24 págs. in. 8° gr. Imprensa Oficial do Estado.

► *Data da morte*: 01 de Novembro de 1948, em Aracaju (SE).

Luiz Zacharias de Lima, Bacharel – Filho do Capitão João Esteves de Lima e D. Jovita Esteves de Lima, nasceu em Itabaianinha a 5 de novembro de 1866. Formado em ciências jurídicas e sociais na Faculdade do Recife, a 22 de novembro de 1887, foi nomeado promotor público da comarca Brejo da Madre Deus, em Pernambuco. Transportando-se para São Paulo, ocupou por muitos anos cargos na magistratura, advogando depois, por algum tempo em Jaboticabal. Atualmente (1924) é proprietário estancieiro em Monte Alto, no mesmo Estado.

- Escreveu:

– *A sucessão Presidencial de 1919*. Uma eleição Inconstitucional. S. Paulo, 1919, 59 págs. In. 8°. Comp. Paulista de Papéis e Artes Gráficas.

– *Um problema de estradas de Ferro em S. Paulo*: série de artigos no “O Estado de S. Paulo” de 18 a 27 de maio de 1922.

– *Vida forense*. No “O Estado de S. Paulo” de 4 de junho de 1922. Transcrito no “Correio da Manhã” do Rio de 10 do mesmo mês.

- *Uma lei paulista no Supremo Tribunal*. No “Correio Paulistano” de 7 de junho de 1922. Transcrito no “Correio da Manhã”, de 10 do mesmo mês.
- O Transporte do café e o mercado. Idem, idem, de 9 e 10 de dezembro de 1922.
- *Data de morte: 29 de Agosto de 1947.*

— M —

Manuel Alves Machado, Professor – Filho do capitão Domingos Alves Machado e D. Maria Lucinda Alves Machado, nasceu na então vila de Propriá a 19 de abril de 1852 e faleceu no Aracaju, a 22 de fevereiro de 1897. Feitos alguns preparatórios dos que constituíam o Curso Normal, deixou de completá-lo pela necessidade de assumir os encargos de chefe de família para prover a manutenção de sua progenitora e de um irmão menor.

Na escolha de uma profissão liberal que pudesse exercer dignamente, preferiu a da sua maior predileção: o magistério particular, de que sempre viveu, tendo exercido juntamente os cargos públicos de substituto da cadeira do ensino primário do bairro de S. Antonio, em Aracaju, nomeado a 9 de julho de 1872; secretário da Câmara Municipal da mesma cidade em 1878 e, por último, oficial da Secretaria do Governo desde 1890 a 1896. Pertenceu a diversas sociedades literárias e instrutivas, como: a do teatrinho “S. Salvador”, que fundou com Baltazar Góes e outros; o clube “Letras e Artes” e a “União Aracajuana”, da qual foi sempre o diretor. Menos poeta do que prosador, nos seus trabalhos para a imprensa revelava uma inteligência acima do comum, embora mal cultivada. Colaborou no “O Raio”, em que publicou muitas poesias, e outros jornais de Aracaju.

Escreveu:

- *Aspirações*: poesias. Aracaju, 1877, 52 págs. in. 12º. Tip. do “Jornal de Sergipe”.
- *Meninhas*: poemeto infantil dedicado aos meninos sergipanos. No “Jornal do Aracaju” de 13, 23 e 26 de maio de 1877.
- *Recordação do passado*. Numa hora de nevralgia. Segundo um esboço de Oreste de Andrade. Folhetim publicado no jornal “A Mulher”, Aracaju, a começar dos primeiros números, 1878.
- *No cárcere*: poesias. Aracaju, 1881, 80 págs. in. 8º pq. Tip. do Raio.
- *Flores da infância*: poesias didáticas e recreativas. Aracaju, 1883, VIII – 54 – IV págs. in. 8º pq. Tipografia do “Eco Liberal”.
- *Princípios de aritmética* ou taboadas explicativas para os principiantes. Aracaju, 1884, 20 págs. in. 16º. Tip. do “Eco Liberal”.
- *Resumo de ortografia para os principiantes*. Aracaju, 1884, 25 págs. in. 16º. Tipografia do “Conservador”.
- *Sistema Métrico Decimal* para uso das escolas primárias, Aracaju, 1884, 13 págs. in. 16º. Tip. do “Eco Liberal”.
- *Anjo caído*: romance sintético. No “S. Francisco”, de Propriá, a começar do nº 37 de 7 de novembro de 1889. Com a interrupção desse jornal não continuou a ser publicado.
- *Infanticídio*: romance sintético. No “O Dia”. Aracaju, de 17 de maio a 13 de junho de 1894.
- *Deus vela pela inocência*: drama em 4 atos, inédito. Foi um dos fundadores e com outros redigiu:
 - *O Porvir*: jornal literário e recreativo, propriedade da Associação de Estudantes do “Ateneu Sergipense”. Aracaju, 1874. Com Baltazar Goes e outros.
 - *O Presente*: jornal crítico e literário. Aracaju. 1877. Com José Pinheiro.
 - *A Mulher*: hebdomadário literário e recreativo. Aracaju. 1878.
 - *Belo Sexo*: revista mensal da Sociedade União Sergipense. Homenagens as Exmas. Sras. desta Província. Aracaju, 1882. Com Juvêncio Montes e outros.

– *S. Francisco*: semanário literário e recreativo. Propriá, 1889. No seu espólio literário encontram-se inéditos alguns bailes pastoris, peças dramáticas e várias poesias.

Manoel Antonio da Silva Lessa, Monsenhor – Filho de Antonio da Silva Lessa e D. Joana da Silva Lessa, nasceu em junho de 1846 em Propriá e faleceu a 5 de dezembro de 1923 em Maceió.

Estudou no Seminário de Olinda, onde ordenou-se aos 22 anos de idade, em 1868 celebrando a sua primeira missa a 21 de junho do ano seguinte.

Professor primário em diversas localidades. inclusive em Maceió, jubilou-se no governo do Cel. Pedro Paulino. Acatado pelos seus grandes estudos, nobreza de caráter e grande devotamento aos princípios católicos, exerceu, entre outras, as funções de capelão de Entre Montes; vigário forâneo em 1896; capelão da igreja dos Martírios e cônego honorário da Diocese de Olinda.

Reputado uma das figuras mais respeitáveis do clero católico, o Papa Leão XIII agraciou-o com o título de Monsenhor, prelado doméstico de S. S.

Criado o bispado de Alagoas foi nomeado vigário geral da diocese em 1917 tendo ocupado o cargo de governador do bispado desde 1918 por várias vezes, e depois de elevado o bispado a arcebispado, D. Manoel Lopes 1º arcebispo, nomeou-o Deão do Cabido da Arquidiocese.

Sendo criado em Olinda um jornal com o título “Tribuna Religiosa” foi Monsenhor Lessa nomeado Presidente da Comissão da redação.

Em seus artigos usou o pseudônimo de Paulo da Cruz.

Manuel Antunes de Sales, Doutor – Filho de Manuel Cyriaco de Salles e D. Maria Rosa de S. José Salles, e irmão de Frei José de Santa Cecília, de quem já me ocupei em outro lugar deste livro, nasceu em São Cristóvão a 1º de janeiro de 1817 e faleceu no Aracaju a 3 de fevereiro de 1864. Na cidade do seu nascimento fez alguns estudos de humanidades, tendo sido discípulo de francês do professor Joaquim Maurício Cardoso. Na Bahia continuou a preparar-se para entrar no curso superior, que, depois de tê-lo encetado na Faculdade de Medicina, interrompeu para formar-se em Bruxelas, na Bélgica.

Restituído ao seu país, trazendo o diploma de médico, foi nomeado por decreto de 17 de outubro de 1856 alferes 2º cirurgião do corpo de saúde do Exército e designado por Aviso de 8 de maio de 1867 para servir em Sergipe. De 1860 a 1861 estacionou no Rio Grande do Sul, de onde de novo voltou para Sergipe em virtude de ordem do dia de 5 de novembro deste último ano.

Em 1862 tendo a seu cargo a enfermaria militar de Aracaju, foi em setembro encarregado pelo presidente da província do tratamento dos coléricos existentes na comarca de Propriá, regressando no ano seguinte, depois de haver desempenhado satisfatoriamente a sua comissão, igual a outra de que já tinha sido incumbido em 1855, quando ainda não pertencia ao corpo de saúde. Foi cirurgião-mor do Comando Superior da G. N. de S. Cristóvão, cirurgião do Corpo Policial, exonerado a 8 de novembro de 1858, e deputado provincial no biênio de 1854-1855. Ignoro se sustentou tese para receber o grau de doutor.

Escreveu:

– Ofício dirigido a 10 de outubro de 1895 ao Exmo. Vice-Presidente Barão de Maruim, no qual descreve os estragos feitos pelo *cholera-morbus* no lugar Tanque, município de Lagarto. Documento em original encontrado no Arquivo Público do Rio de Janeiro.

Manuel Baptista Itajahy, Doutor – Chamado a princípio Manuel Baptista de Jesus, nasceu a 28 de junho de 1859 na fazenda Retiro, município do Lagarto, e faleceu no Aracaju a 31 de janeiro de 1918. Foram seus pais João Baptista de Jesus e D. Joaquina Maria do Sacramento. Depois de ter feito a sua primeira instrução no Lagarto, continuou a estudar no colégio do professor Fabrício Vampré em Simão Dias, nos colégios S. Salvador e Parthenon

Sergipense no Aracaju, completando o curso preparatório no Parthenon Bahiano na capital da Bahia. Matriculado em 1881 na Faculdade de Medicina daquela antiga província, recebeu a 18 de dezembro de 1886 o grau de doutor em ciências médico-cirúrgicas. Por pouco tempo permaneceu na terra natal, indo residir em Itabaiana, onde fez família e ocupou posição de destaque na política local. Nessa cidade foi delegado de polícia em 1889, delegado de higiene e intendente municipal. No exercício deste último cargo promoveu os melhoramentos mais necessários ao município, como o mercado público, casa para talho de carnes verdes, açudes, pontes, etc. No regime republicano foi eleito deputado estadual para várias legislaturas, desde a segunda Constituinte do Estado em 1892, tendo sido um dos signatários da vigente Constituição. Ao tempo do seu falecimento achava-se ainda investido do mandato legislativo. Também exerceu os cargos de inspetor de higiene do Estado, de 1911 a 1914, Fiscal do Ateneu Sergipense e vice-presidente no triênio de 1908 a 1911, sendo presidente o Dr. José Rodrigues da Costa Dória, a quem substituiu no governo do Estado no período de 10 de março a 13 de novembro de 1909. Médico humanitário, chefe político intransigente e amigo dedicado.

Escreveu:

– *Disenteria*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Tase apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de setembro de 1886 para serem publicamente sustentadas a fim de obter o grau de doutor. Bahia, 1886, 42 págs. in. 8º. Imprensa Popular.

– *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe na 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura em 7 de setembro de 1909 pelo vice-presidente do Estado. Aracaju, 1909, 28 págs. in. 8º pq. Tipografia Comercial. Publicada primeiramente no “O Estado de Sergipe” de 10 e 11 do mesmo mês.

– *A Luta da verdade*. À Nação, ao Estado de Sergipe e aos Meus correligionários. Aracaju, 1910. 32 págs. in. 8º pq. Tip. Folha de Sergipe. Manifesto anteriormente publicado na “Folha de Sergipe” de 16 de junho de 1910 e no “Jornal de Sergipe” de 16 e 19 do mesmo mês. Transcrito no “Diário de Notícias” da Bahia de 27 e 28 do referido mês e no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro de 3 de julho seguinte.

Manuel Batista Valladão, Doutor – Filho de outro do mesmo nome e D. Maria Joaquina de Sant’Anna Valladão, nasceu a 19 de novembro de 1829 em Vila Nova e faleceu no Rio de Janeiro a 4 de agosto de 1874. Tendo recebido em 1867 o diploma de médico pela Faculdade da Bahia, entrou em fevereiro de 1859 para o serviço da armada como 2º cirurgião do corpo de saúde. Depois de haver exercido por 4 anos a clínica militar em diversos vasos de guerra, sempre nas águas brasileiras, foi, por ordem do Quartel General de 4 de fevereiro de 1863, transferido da corveta D. Januária para o vapor Jequitinhonha em viagem para Montevideu, em cujo porto ancorou a 4 de julho seguinte. Nos anos subseqüentes tomou parte nas operações bélicas do Sul, fazendo toda a campanha do Uruguai, a começar pelo combate contra o vapor oriental Vila del Salto, a 7 de setembro de 1864, e a do Paraguai até 1868. Assistiu ao ataque de Corrientes a 25 de maio de 1865; ao combate naval de 11 de junho em Riachuelo e à passagem das barrancas de Mercedes no rio Paraná.

Nos dias 15, 16 e 17 de abril de 1866 entrou em fogo contra o forte Itapiru, seguindo-se a 18 o desembarque do Exército Imperial no Passo da Pátria. Assistiu aos bombardeamentos do acampamento inimigo no Passo da Pátria a 19 e 20 do mesmo ano e ao desembarque do 2º Corpo do Exército no território paraguaio a 2 de setembro: ao bombardeamento de Curuzu e tomada dessa fortificação e aos de Curupaiti, a 19, 20, 21 e 22 também de setembro. achando-se o seu navio na linha dos encouraçados. Por ordem do dia do comando em chefe foi elogiado pelos socorros prestados aos feridos nesse combate e por Aviso do Ministro da Marinha de 6 de outubro de 1866 foi de novo elogiado com todos que estiveram na ação. Promovido a 1º cirurgião por decreto de 21 de janeiro de 1867, entrou em

fogo a 2 de fevereiro no reconhecimento e combate contra as baterias de Curupaiti, sendo ainda elogiado pelo comando em chefe e pelo Ministro da Marinha em nome de S. M. I. Por todos estes feitos foi condecorado com os graus de cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, da de Cristo e da ordem da Rosa, possuindo mais as medalhas de prata da Campanha Oriental, do combate naval do Riachuelo, concedida pela Confederação Argentina e a brasileira da campanha do Paraguai. De volta da guerra em maio de 1858, fez mais duas viagens a Montevideu em 1869 e 1870, tendo sido reformado em 1º tenente por decreto de 27 de julho de 1872.

Escreveu:

– *Quais as circunstâncias que modificam a ação dos medicamentos?* Determinar as condições orgânicas ou humorais necessárias à produção das hidropesias: sissertação. Proposições. Seção Médica – Terminação da inflamação. Seção Cirúrgica – Como reconhecer-se que uma criança nasceu viva? Seção Acessória – Questões formuladas pela Faculdade de Medicina da Bahia. Tese que se propõe sustentar em novembro de 1857, para obter o grau de doutor. Bahia, 1857, 18 págs. in. 8º. Tip. de Carlos Poggetti.

Manuel Barbosa de Araújo, Bacharel – Filho de José Vicente de Araújo, nasceu a 15 de agosto de 1832 na cidade da Estância e faleceu no Recife a 21 de setembro de 1894. Desde muito moço dedicou-se ao magistério, começando sua vida pública como professor primário da cidade natal, e posteriormente, em 1860, da então vila da Capela. Resolvido a completar sua educação literária num instituto superior, o aplicado educacionista, a exemplo de tantos outros sergipanos estudiosos, obteve licença para fazer o curso de direito na Faculdade do Recife, onde bacharelou-se em 1863.

Depois de formado ocupou o cargo de Oficial da Secretaria do governo de Pernambuco, do qual foi injustamente demitido por causa das suas idéas religiosas, quando sucitou-se em 1873, a célebre questão entre a Maçonaria e a Igreja no episcopado de D. Frei Vital. Tornando à primitiva faina do magistério, fundou no Recife os acreditados colégios de “S. Thomaz de Aquino” e “Sete de Setembro”, tendo antes disso se associado com o Dr. Joaquim José de Campos na direção do colégio “S. Joaquim”.

Por ato de 14 de junho de 1882 foi nomeado professor de francês da Escola Normal daquela cidade. Por seu espírito esclarecido e caráter honesto mereceu do governo imperial ser agraciado com os graus de cavaleiro e oficial da ordem da Rosa e era em Pernambuco membro efetivo do Conselho Literário de Instrução Pública e do Círculo Católico; sócio honorário do Instituto dos Professores Públicos, membro da sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e Delegado do Distrito Literário. Colaborou assiduamente na imprensa católica do Recife.

Escreveu:

– Ligeiras reflexões sobre o poder temporal do papa. Pequeno trabalho oferecido ao Exmo. e Rvm. Senhor D. Domingos Quirino de Souza, bispo de Goiás, por..., estudante do 3º ano da Faculdade de Direito do Recife. Pernambuco, 1861, 20 págs. in. 8º pq. Tip. Comereial de Geraldo Henrique de Mira & Cia.

– Elementos de gramática da língua latina. Recife.

– *Discurso* sobre a excelência da palavra do sacerdote, proferido na sessão do “Círculo católico” de 25 de agosto de 1889. Recife, 1889, 23 págs. in. 8º pq. Tip. F. P. Boullitreau. Foi um dos redatores da:

– *A Situação*: jornal político e religioso. Recife, 1862, in. fol. med. Co-redatores: Paulo de Albuquerque, Autran Manuel do Rego Barros de Souza Leão e Lourenço Bezerra Cavalcante de Albuquerque, estudantes do 4º ano da Faculdade do Recife.

Manoel Caldas Barreto Netto, Bacharel – Filho do desembargador Manoel Caldas Barreto e D. Marianna Garcez Caldas Barreto, nasceu em Aracaju a 28 de junho de 1871.

Seguindo, muito moço ainda, para o Recife, em companhia de sua família, ali iniciou os estudos de humanidades, matriculando-se em 1888 na Faculdade de Direito, tirando com ilustração o curso de bacharel em ciências jurídicas e sociais e recebendo o grau a 6 de dezembro de 1892.

Quando no 2º ano de Academia, foi nomeado 2º escriturário da Contabilidade da Estrada de Ferro Central de Pernambuco. Depois de formado foi eleito juiz do 6º distrito municipal do Recife, tendo no exercício desse cargo desempenhando interinamente as funções de juiz de direito dos Feitos da Fazenda. Naquele Estado publicou muitos trabalhos jurídicos de mérito, que estão impressos em revistas e pamfletos. Voltando a sua terra natal, foi em 1902 nomeado pelo governo de Sergipe, juiz municipal de Gararu, onde permaneceu algum tempo, seguindo depois para a comarca de Itabaianinha, onde fora exercer o cargo de juiz de direito, até que por decreto de 17 de junho de 1908 foi nomeado desembargador do Tribunal da Relação do qual é presidente desde 6 de fevereiro de 1912.

Amante do progresso intelectual de sua terra, muito se esforçou pela criação do nobre Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe do qual foi um dos mais encorajados sócios fundadores, sendo por algum tempo seu presidente. Cultor das letras jurídicas colaborou em diversas leis do Estado, como o nosso atual Código de Organização Judiciária, a última Reforma Constitucional, etc.

Escreveu:

- *Relatório* do Presidente do Tribunal da Relação apresentado ao Exmo. Sr. General José de Siqueira Meneses, Presidente do Estado, em 3 de janeiro de 1913. Aracaju, 1913, 136 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

- *Relatório* do Presidente do Tribunal da Relação apresentado ao Exmo. Sr. General José de Siqueira Menezes, Presidente do Estado em 3 de janeiro de 1914. Aracaju. 1914, 97 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

- *Discurso* de agradecimento pronunciado a 28 de junho de 1914 no ato de ser colocado o seu retrato na sala do Instituto Histórico, por oferecimento de alguns amigos e admiradores. No “Diário da Manhã”, no “Estado de Sergipe” de 2 e 4 de julho seguinte.

- *Discurso* pronunciado a 14 de julho de 1914 na inauguração do edifício da Biblioteca Pública do Estado. No “O Estado de Sergipe”, de 19 do referido mês.

- *Relatório* do Presidente do Tribunal da Relação apresentado ao Exmo. Sr. General Manoel P. de Oliveira Valadão, Presidente do Estado em 20 de janeiro de 1915. Aracaju, 1915, 17 págs. in. 8º pq. coluna estreita, acompanhado de 6 anexos. Imprensa Comercial.

- *Relatório* do Presidente do Tribunal da Relação apresentado ao Exmo. Sr. General Manoel P. de Oliveira Valadão, Presidente do Estado, em 20 de janeiro de 1916. Aracaju, 1916, 333 págs. in. 8º pq. Tip. do Estado de Sergipe.

- *Relatório* dos trabalhos e ocorrências do período social de 1915 a 1916, apresentado pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe na sessão inaugural de 6 de agosto de 1916. Aracaju, 1916, 11 págs. in. 8º pq. Tip. do Estado de Sergipe.

- *Relatório* dos trabalhos e ocorrências do período social de 1916 a 1917, apresentado pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe na sessão de Assembléia Geral de 30 de julho de 1917. Aracaju, 1917, 15 págs. in. 8º pq. Imprensa Oficial.

- *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. General Manoel P. de Oliveira Valadão, Presidente do Estado pelo Presidente do Tribunal da Relação em 3 de janeiro de 1917. Aracaju, 1918, 170 págs. in. 8º pq. Imprensa Oficial.

- *Relatório* do Presidente do Tribunal da Relação apresentado ao Exmo. Sr. Coronel José Joaquim Pereira Lobo, M. D. Presidente do Estado em 24 de janeiro de 1919. Aracaju, 1919, 176 págs. in. 8º pq. Imprensa Oficial.

- *Relatório* dos trabalhos e ocorrências durante o período social de 1917 a 1919, apresentado pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe na sessão solene de posse da nova Diretoria em 10 de agosto de 1919. Aracaju, 1919, 22 págs. in. 8º pq.

Imprensa Oficial. Saiu no mesmo ano outra edição com 20 págs. in. 8º pq. Tip. Comercial, Aracaju.

– *Relatório* dos trabalhos e ocorrências durante o período social de 1919 a 1921 apresentado pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe na sessão solene de posse da nova Diretoria, em 6 de agosto de 1921. Aracaju, 1921, 26 págs. in. 8º. Tip. Comercial de Nelson Vieira.

► *Data de morte: 16 de outubro de 1928, no Rio de Janeiro (RJ).*

Manuel Cardoso da Costa Lobo, Doutor – Filho de Inácio Antonio da Costa Lobo e D. Isabel Aranha Lobo, nasceu em S. Cristóvão a 26 de setembro de 1836 e faleceu a 10 de outubro de 1890 na cidade do Rio de Janeiro, pouco tempo depois de, por doente, haver regressado de Mato Grosso, onde se achava como delegado do cirurgião-mor do Exército. Doutor em medicina pela Faculdade da Bahia, diplomado a 28 de novembro de 1860, entrou no ano seguinte para o corpo de saúde do Exército, a que se dedicou com verdadeiro zelo patriótico até os seus últimos momentos. Serviu a princípio nas guarnições de Pernambuco, Goiás e Rio Grande do Sul, marchando desta última província para o Estado Oriental, onde assistiu ao assalto de Paissandu. Acompanhou o Exército aliado durante toda a campanha do Paraguai, distinguindo-se por seus relevantes serviços, entre os quais se tornaram notáveis os prestados nos combates de 28 de dezembro de 1868 e nos das Cordilheiras, sendo por essa ocasião remunerado pelo governo com o oficialato da Ordem da Rosa. Além desta condecoração possuía mais as de cavaleiro das Ordens de S. Bento de Aviz, de Cristo, da Rosa e as medalhas da rendição de Paissandu, da campanha do Paraguai e Argentina comemorativa da mesma campanha. Todos os seus galões até aos de cirurgião-mor de brigada, graduado, foram conquistados nos campos de batalha, sendo elevado por merecimento a efetividade desse posto por Decreto de 31 de dezembro de 1885; em 1890 foi promovido a tenente coronel cirurgião-mor de divisão e mediando pouco tempo, a coronel médico de 1ª classe do corpo de saúde. Voltando para o Brasil em 1872 foi nomeado sucessivamente para servir na guarnição da Corte, no Hospital Militar, no de Andaraí, na Escola Superior de Guerra, seguindo em 1880 para Mato Grosso, como delegado do cirurgião-mor do Exército, última comissão que desempenhou. Era membro honorário da Academia Nacional de Medicina, do Rio de Janeiro. Na notícia necrológica publicada no tomo 56, págs. 91 e 92 dos “Anais de Medicina”, 1890-1891 lêem-se os seguintes períodos consagrados a sua memória: “Pela fé de ofício, que este sacerdote da caridade deixou como médico de 1ª classe do nosso Exército, onde tinha a patente de coronel, vê-se que ele alcançou a de oficial superior ao lado dos heróis brasileiros nas guerras da Banda Oriental e do Paraguai, desde Paissandu até Serro Corá. Recebido no seio da Academia em 1879, foi sua tarefa quase exclusiva a de relator de memórias de admissão quase sempre sobre cirurgia. Quer no caráter oficial de que se achava revestido à cabeceira do doente no hospital militar ou na tribuna acadêmica, quer no trato o mais íntimo, era fácil descobrir nele um espírito culto e, como sempre sucede, cada vez mais ávido de cultura, um caráter modesto talvez demais, uma intuição completa da missão que tinha a cumprir”.

Escreveu:

– Há na doutrina alopática algum sistema de medicação que possa apoiar os princípios da doutrina homeopática? Dissertação. Proposições. Seção cirúrgica. Será o carnicão nos furúnculos e antrazes, tecido celular gangrenado, ou antes produto de uma secreção pseudo-membranosa? Seção Médica. Descrição, ação fisiológica e terapêutica da beladona. Seção Acessória – Qual o meio mais profícuo e certo para distinguir uma mancha espermática de outra que com ela tenha semelhança? Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia e perante a mesma publicamente sustentada em novembro de 1860 por... interno da clínica

médica, a fim de obter o grau de doutor em medicina, Bahia, 1860, 52 págs. in. 8º. Tip. Poggeti do Jornal da Tarde.

– *Do hematocele vaginal e seu tratamento*: memória apresentada à Academia Imperial de Medicina em 2 de agosto de 1879. Nos “Anais Brasileiros de Medicina”, Rio de Janeiro, tomo 32º, 1880-1881, págs. 116 a 123.

– *Parecer* apresentado à Academia Imperial de Medicina, a respeito da Memória do Dr. Henrique Alexandre Monat, sobre a “Eletrólise dos estreitamentos da uretra”. Nos “Anais Brasileiros de Medicina” págs. 175 a 181 do vol. XXXIV, 1882-1883. Rio de Janeiro. O Dr. Monat elaborou um trabalho em resposta a este parecer.

– *Parecer* apresentado à Academia Imperial de Medicina a respeito dos trabalhos do Dr. Thiry sobre Hérnias e Estrangulamentos hernianos e diversos assuntos. Nos “Anais” citis. págs. 189 a 194.

– *Parecer* sobre a memória intitulada *Febres paludosas*. Empregos do bromidrato de quinina em injeções hipodérmicas, do Dr. Aureliano Teixeira Garcia. No mesmo vol. págs. 354 a 358.

– Ainda a questão médico-legal. No vol. 36, 1884- 1885, págs. 101-105.

– *Traqueotomia* no crup pelo Dr. Frederico Xavier. Parecer no vol. 51, págs. 269 dos mesmos “Anais”.

Manuel Carlos de Azevedo Ribeiro, Doutor – Filho do negociante português Manuel Carlos de Azevedo e D. Leopoldina Brasilina Ribeiro de Oliveira, nasceu a 19 de dezembro de 1858 em S. Cristóvão e faleceu na noite de 24 para 25 de março de 1887 defronte da barra de Goiana, em Pernambuco, por ocasião do naufrágio do vapor nacional “Bahia”. Após a sua graduação de doutor pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1882, o governo imperial nomeou-o 2º Cirurgião do corpo de saúde da armada a 24 de março de 1883. Apresentando-se no seguinte mês pronto para o serviço, foi-lhe destinada a canhoneira Afonso Celso para nela exercer as suas funções médico-militares, passando-se depois desse vaso para o cruzador Sete de Setembro e daí para a corveta Guanahara a 18 de abril de 1884. Em agosto do mesmo ano foi nomeado médico da companhia de aprendizes marinheiros de Sergipe, de cujo lugar teve de ser dispensado em setembro de 1885, em virtude do ato do governo que extinguiu a mesma companhia. Designado naquela data para servir pela segunda vez na canhoneira Afonso Celso, fez parte da respectiva guarnição até fevereiro de 1886, em que se deu a sua transferência para a canhoneira Guarani. Tendo por ordem superior de março de 1887 de recolher-se à antiga Corte do Império, foi nessa viagem de retorno ao Rio de Janeiro que pereceu afogado, quando, depois de ter saído a barra da Paraíba, demandava o porto do Recife.

Escreveu:

– *Da febre paludosa complicada do elemento típico*: dissertação dividida em três partes sob as epígrafes seguintes:

– Estudos dos pântanos; Das moléstias paludosas em geral;

– Da febre paludosa tifóide, seguidas de um Suplemento de 4 páginas. Proposições. Seção médica – Qual é a ação do sulfato de quinina nas febres intermitentes? Seção cirúrgica – Considerações acerca da eclâmpsia e seu tratamento. Seção acessória – Estudos farmacêuticos acerca dos xaropes medicinais. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, em 21 de agosto de 1882 e perante ela sustentada em novembro do mesmo ano com o fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1882, 81 págs. in. 8º gr. Imprensa Econômica.

Manoel Carlos de Gouvêa, Doutor – Filho de Ricardo Viviano de Gouvêa e D. Clotilde Soares de Gouvêa, nasceu a 25 de dezembro de 1891 em Aracaju. Estudou humanidades em Fortaleza, no “Ginásio Cearense”, dirigido por Anacleto Pereira Cavalcante

de Queiroz e no “Instituto de Humanidades” dirigido pelo Professor Joaquim da Costa Nogueira.

Cursou o Liceu do Ceará até o 5º ano. Tendo perdido este curso por efeito da lei “Rivadavia Corrêa”, frequentou, na Bahia, diversos colégios particulares, respectivamente nos anos de 1907 a 1912.

Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em março de 1913, concluindo o curso em 1918 e defendendo tese a 10 de janeiro de 1919.

Durante o curso médico ocupou os seguintes cargos: interno do Hospital S. Isabel em 1915; interno do Instituto Osvaldo Cruz, Seção Anti-rábica, de 1917-1918; membro do 8º Congresso Médico do Rio de Janeiro em 1918; interno de Clínica Médica e Auxiliar de Preparador da Cadeira de Higiene no mesmo ano; e membro da Diretoria da Sociedade Beneficência Acadêmica da Faculdade de Medicina da Bahia. Colaborou nos Jornais: “Diário de Notícias” e “Jornal de Notícias”, da Bahia.

Escreveu:

– Da Síndrome Neurastênica. Dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de outubro de 1918 e publicamente defendida em 10 de janeiro de 1919, a fim de obter o grau de doutor em Medicina. Bahia, 1918, 14º1 págs. Livraria Econômica.

Manuel Curvelo de Mendonça, Bacharel – Filho de Antonio Curvelo de Mendonça e D. Bárbara de Menezes Mendonça, nasceu a 29 de julho de 1870 no engenho Quintas, município de Riachuelo, e faleceu em Laranjeiras a 17 de setembro de 1914º, poucos dias após a sua chegada do Rio de Janeiro em grave estado de saúde. Em Laranjeiras e Aracaju estudou preparatórios, concluídos os quais seguiu para o Recife em cuja Faculdade recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais no mês de dezembro de 1892. Entrando para a vida pública, não foi pelas letras jurídicas que se manifestaram as suas preferências e por isso, tendo fixado residência em 1893 no Rio de Janeiro, abraçou as carreiras do magistério e da imprensa, na qual sempre trabalhou desde muito moço. Antes, porém, foi chefe de seção de Intendência Municipal do Distrito Federal, para, logo em seguida, ser nomeado pelo Prefeito a 1 de dezembro de 1894 lente de direito mercantil e economia política, acumulando o cargo de diretor do Instituto Comercial, desde a sua instalação, com a extinção do qual passou a servir no Pedagogium e na Escola Normal. Ocupou também por algum tempo o lugar de diretor dos debates da Câmara dos Deputados e em 1904 lecionou economia política na efêmera Universidade Popular, de que foi um dos fundadores. Trabalhador infatigável, foi principalmente na imprensa periódica que desenvolveu a maior atividade intelectual, abordando em artigos magistrais as mais complicadas teses sobre as indústrias agro-pecuárias, sobre o problema econômico-financeiro do país e as momentosas questões que mais de perto interessavam às necessidades e ao aproveitamento das fontes produtoras da sua terra natal.

Foi no “O País”, a arena dos seus brilhantes triunfos como publicista, que pregou mais assiduamente em estilo simples e elegante as suas utilíssimas idéias, ele que, já em eras afastadas, ainda moço estudante, se apaixonava pelas questões sociais da abolição e da república, escrevendo no “O Republicano” de Laranjeiras, em 1888 e 1889, vibrantes artigos de propaganda sob o pseudônimo de Luckner. Na primeira fila dos colaboradores desse importante órgão da imprensa carioca desde 1906, tornou-se depois um dos seus mais apreciados redatores a respeito de quem, em homenagem à sua memória, escreveu um dos companheiros de redação, ao noticiar o seu prematuro passamento: “Ele era um escritor que conhecia e compreendia agudamente as necessidades e as aspirações do seu país e esforçava-se por orientá-las no mais elevado dos sentidos, fazendo ouvir a sua palavra esclarecida.

Espírito dos mais cultos e adiantados, se se pode estender o nome de estadista aos homens que, embora afastados da direção dos negócios públicos, com eles se preocupam, os apreendem e seguramente indicam os meios de orientá-los, a ação desenvolvida por Curvelo

de Mendonça. como publicista, deveria galardoá-lo com tal título” - Em 1910 seguiu para a Europa em comissão da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, a fim de assistir aos Congressos Pedagógicos de Bruxelas e Paris, onde se lhe ofereceu o ensejo de dissertar sobre a instrução pública e a marcha progressiva do ensino no Brasil. Data também desse ano a sua nomeação de membro do Conselho de Instrução Pública do Distrito Federal, Como espírito adiantado, que era, à medida que progredia a sua cultura intelectual, mais se afeiçoava às doutrinas do socialismo moderno, de que é documento irrecusável o romance “A Regeneração”, a principal obra dentre as variadas produções do seu robusto talento, Em 1912º a “Sociedade Nacional” de Agricultura concedeu-lhe o título de sócio honorário pelos bons serviços prestados à 4ª Conferência Açucareira realizada em Campos e o Instituto Histórico de Sergipe o elegeu sócio correspondente, a exemplo do que já havia feito o Instituto Histórico do Ceará.

Na “Revue Mensuelle pour la propagande des peuples latins”, de Paris, 20 de novembro de 1910, e na “Kultur”, Revista Internacional, nº 3, do Rio de Janeiro, Foram publicados criteriosos estudos sobre sua individualidade literária e científica. Anteriormente já havia sido feita a sua biografia no livro do professor Baltasar Goes “A República em Sergipe” e na “Revista Didática”, editada no Rio de Janeiro.

Colaborou sendo estudante no “Laranjeirense” e no “O Republicano” de Laranjeiras em 1888 e 1889, e depois de formado no “Jornal do Brasil”, na “A Tribuna”, escrevendo artigos de crítica e contos, no “Brasil Revista”, na “Revista do Instituto Didático”, no “O Brasileiro” e secretariou em 1901 a “Gazeta da Tarde” e o “Diário da Tarde”, todos do Rio de Janeiro.

Escreveu:

- *Horácio Hora*. No “O Republicano”. Aracaju, de 1 de junho de 1890.
- *Sergipe Republicano*. (Estudo crítico e histórico). Rio de Janeiro, 1896, XX-179 págs, in. 12º. Casa Mont’Alverne.
- O Chanceler de Ferro do Antigo Egito. por J. W. Rochester (W. Kriganowski). Trad. do francês. aris. 1903. 494 págs, in. 12º. H. Garnier, Livreiro Editor.
- *A Regeneração*: romance social. Paris. 1904, 231 págs. in. 12º. H. Garnier, Livreiro Editor. Geralmente recebido com francos elogios da imprensa, disse um crítico conter este livro um profundo. estudo da sociologia, em que os problemas correlatos da sociedade moderna têm a sua crítica e a sua solução.
- *Universidade Popular* para instrução superior e educação do proletariado, fundada em 20 de março de 1904. Estatutos e Programa. Rio de Janeiro, 1904, 8 págs. in. 8º pq.
- Redução das horas de trabalho. (Fechamento das portas das casas comerciais). Conferência realizada no salão do “Clube Brasileiro Comercial”. Rio de Janeiro, 1905, 22 págs. in. 3.”. pq, Impressores – M. Orosco & C.
- A crise do assador. Carta às Sociedades Agrícolas e aos Lavradores de Sergipe. Rio de Janeiro, 1906, 12º págs, in. 8º pq. Tip. do “O Economista Brasileiro”.
- A morte de Silva Jardim. Nos Anais, Rio de Janeiro, ano III, (1906) nº 78, págs. 238 e 239.
- Guimarães Rebelo: estudo sobre a individualidade literária desse escritor. No “Brasil Revista”, publicação Mensal Ilustrada, 1910, Ano 3, nº 7.

Redigiu com outros:

- *O Brasileiro*: hebdomadário literário e noticioso. Aracaju, 1888-1889.
- *O Incentivo*: jornal literário de preparatorianos. Aracaju, 1889. Publicação semanal.
- Era Nova: órgão católico. Recife, 1890-1892.
- *O Progresso Educador*: revista de ensino. Rio de janeiro, 1894.
- *Gazeta da Tarde*: diário. Rio de Janeiro, 1901.
- *Revista Didática*: publicação mensal. Rio de Janeiro, 1904-1907. Foi um dos redatores nos anos de 1904-1906.

– *O País*: jornal independente, político, literário e noticioso. Fundado no Rio de Janeiro em 1885, foi seu redator até falecer.

Manuel Dantas, outrora Manuel Prudente Dantas, Doutor – Filho do capitão José Corrêa Dantas e D. Maria Rosa Dantas, nasceu a 15 de abril de 1852 em S. Cristóvão e faleceu a 26 de janeiro de 1893 em Muritiba, no Estado da Bahia. Apenas adolescente seguiu com seus pais para a capital baiana, onde fez todo o curso de humanidades e o de medicina, durante os quais deu as melhores provas de aplicação e talento. Laureado com o grau de doutor no fim de 1873, foi nomeado por decreto de 31 de janeiro do ano seguinte 2º cirurgião do corpo de saúde da armada com destino à Companhia de aprendizes marinheiros do Rio Grande do Norte, onde se conservou até 1878, em que a 8 de dezembro foi a seu pedido dispensado do serviço militar.

As suas antigas aspirações de entrar para o magistério superior realizaram-se com a nomeação para adjunto da cadeira de psicologia experimental, por Decreto de 29 de setembro de 1883, passando depois para a de clínica propedêutica da Faculdade em que se havia formado, cujo cargo exerceu até falecer. Foi, depois do conselheiro Aranha Dantas, o segundo cristovense que ocupou a cadeira de lente naquele estabelecimento de ensino. Em 1890 a Bahia o elegeu deputado à sua Assembléia Constituinte e neste caráter soube honrar o mandato político, confeccionando a lei da instrução pública e da organização da reforma de higiene.

Escreveu:

– Do emprego das emissões sangüíneas na pneumonia: dissertação. Proposições. Seção cirúrgica – Teoria da osteogemia e da regeneração do osso. Seção médica – Das observações termométricas no estudo da tísica pulmonar. Seção acessória – Como reconhecer-se que houve aborto em um caso médico-legal. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia para ser sustentada em novembro de 1873 para obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1873, 28 págs. in. 8º. Tipografia do Diário. Quando acadêmico, redigiu com outros colegas:

– *Ensaio*: publicação quinzenal, literária. Bahia, 1870.

Manuel Dario de Moraes – Filho de Antonio Dario de Moraes e D. Joaquina Maria da Conceição, nasceu em 1871 em Laranjeiras e faleceu na mesma cidade a 3 de maio de 1906. Hábil artista, alfaiate e músico, não lhe correram auspiciosos os dias de uma curta existência. Pobre náufrago nas praias do infortúnio, como ele próprio se denunciava, foi um adorador das musas, chegando a versejar bem regularmente, apesar de não possuir quase nenhuma cultura intelectual.

Escreveu:

– *Vozes d'alma*: versos. Aracaju, 1901, 46 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

Manoel Dias Lima, Bacharel – Filho de Manoel Dias Ferreira Lima e D. Martinha Dias Lima, nasceu a 1º de abril de 1892 em Aracaju, onde tirou todo o curso de madureza que completou em 1912. Frequentou depois a Faculdade Livre do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de bacharel em dezembro de 1918. Antes de formar-se ocupou os cargos de 1º e 2º oficiais da Secretaria da Assembléia. Foi promotor público de Laranjeiras por decreto de 23 de agosto de 1919 e posteriormente da comarca de Maruim. Desse último cargo, passou a juiz municipal de S. Cristóvão por ato de 6 de dezembro de 1921, e juiz de direito da comarca de Gararu por decreto de 21 de março de 1924. Quando estudante, colaborou no “Necidalus”, órgão do Ateneu, sob o pseudônimo *Nô das Neves e D.* Colaborou ainda no “Operário” sob o pseudônimo *Verus*; na revista *Época* do Rio de Janeiro; no “Correio de Aracaju”; “Diário da Manhã”, Século XX e no “Comércio de Maruim”.

Escreveu:

- *Discurso* pronunciado na praça Fausto Cardoso, sobre o pedestal do grande tribuno por ocasião de uma grande romaria no dia do aniversário da morte do mesmo em 1914.
- *Artigos literários* sobre a Mulher, Digressões, e Crônica feminina – pelo próprio nome.
- Outra série de artigos. No “Correio de Aracaju” e no “Século XX” de 1920. Com o pseudônimo *Considerações do Roceiro*.
- *Discurso* pronunciado em Laranjeiras por ocasião de serem inaugurados uma Escola e três retratos. No “Correio de Aracaju”, de 2 de setembro de 1920.
- *Discurso* proferido da sacada do Edifício Caixa Escolar Graccho Cardoso, ao ser desfraldada aí pela primeira vez a bandeira sergipana. No “Correio de Aracaju”, de 31 de maio de 1921.
- *Cartas Cariocas* no “Correio do Aracaju”, sob O pseudônimo de *Verus*.
- *Discurso* pronunciado em homenagem ao Centenário da Independência do Brasil no paço do Conselho Municipal da cidade de S. Cristóvão pelo orador oficial. No “Correio de Aracaju”, de 15 de setembro de 1922.
- *Discurso* proferido em S. Cristóvão, por ocasião de ser inaugurado o retrato de S. Excia. o Sr. Presidente do Estado, no Grupo Escolar “Vigário Barroso” a 2 de setembro de 1923. No “Sergipe Jornal” de 5 do mesmo mês.

Manuel Dias de Pinna – Tio paterno do bacharel Antonio Dias de Pinna Júnior, já mencionado no presente livro, nasceu em 1809 à margem direita do baixo S. Francisco, na Ilha de S. Pedro, pertencente ao antigo município do Porto da Folha. Foram seus pais Antonio Dias de Pinna e D. Francisca Josefa de Pinna. Chegado à idade em que mais se acentuam as vocações e naturalmente nutrindo a legítima aspiração de colocar-se vantajosamente na sociedade, deixou a terra natal, desligando-se por completo da família, a qual jamais conseguiu descobrir o seu paradeiro certo. Das indagações procedidas neste sentido, apenas se apurou a vaga notícia de que, tomando caminho do Norte, parece ter fixado residência no Maranhão, onde provavelmente faleceu. Ao tempo em que se retirou da província, constituía a melhor diversão dos moços sergipanos o jogo de esgrima, em cujos exercícios se revelou dos mais hábeis, levando o seu gosto ao ponto de entregar-se depois ao estudo sério desta arte, de que chegou a ser professor, conforme declarou no seguinte trabalho:

– *Facílmo método teórico e prático* do verdadeiro jogo da espada ensinado em poucas lições. Maranhão, 1842, 61 págs. in. 8º gr. Tip. de F. de S. Nunes Cascais.

Manuel de Faro Passos, Doutor – Filho de José Ferreira Passos e D. Tereza de Faro Passos, nasceu no município do Rosário do Catete em dezembro de 1865 e faleceu a 1 de julho de 1912 na capital da Bahia, para onde fora em procura de melhora para sua saúde. Na Faculdade daquela cidade tomou o grau de doutor em medicina a 4 de dezembro de 1890. No exercício da profissão médica aplicou-se à cirurgia e a todos os ramos da medicina, especialmente as moléstias de coração, estômago, pulmões, de crianças e de senhoras. Após uma longa prática adquirida nas cidades de São Paulo, Buenos Aires e Montevideu, regressou ao Estado natal, onde continuou a prestar os seus serviços profissionais, até quando pôde resistir aos pesados encargos da clínica.

Escreveu:

– *Estudos clínicos dos abcessos do fígado*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras da Faculdade. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 1º de setembro de 1890 para serem sustentadas a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1890, 74 págs. in. 8º. Tipografia dos Dois Mundos.

Manuel Fernandes da Silveira, Brigadeiro – 1º Presidente da antiga província de Sergipe. Nascido na Estância pelo ano de 1757, filho do sargento-mor Antonio Fernandes e sua mulher, D. Francisca Catarina Sottomaior, assentou praça de soldado no 1º Regimento de Infantaria da Bahia a 20 de agosto de 1775, sendo reconhecido cadete a 25 de março de 1777. Promovido a alferes em 17 de dezembro de 1787, passou a tenente em 13 de maio de 1796, confirmado nesse posto pelo Real Decreto de 19 de agosto seguinte. Capitão-mor Governador da Capitania do Espírito Santo por Decreto de 31 de maio de 1797 e patente de 5 de dezembro de 1796, terminado o seu governo, foi agregado como sargento-mor ao extinto 2º Regimento de Linha, posteriormente Legião, por Decreto de 24 de maio de 1800, tornado efetivo nesse posto em 17 de abril de 1805 por Decreto de 17 de dezembro do ano anterior. Tenente Coronel em 6 de fevereiro de 1808 por Decreto de 4 desse mês e ano, serviu na referida legião desde a sua reorganização a 17 de março de 1810, até que promovido a coronel por Decreto de D. João VI de 21 de julho de 1819 foi comandar a legião de caçadores da Bahia, em cujo posto se reformou com as honras de brigadeiro por ato da Junta Governativa da Bahia de 11 de abril de 1821. Não haviam decorrido, muitos meses de exercício no cargo de capitão-mor regente do Espírito Santo, quando foi chamado à Corte de Lisboa para tratar de vários negócios, seguindo na esquadra que em 1798 partira da Bahia em direção àquela capital, de onde regressou para reassumir o governo da Capitania, que deixou a 29 de março de 1800 por haver-lhe sucedido o Doutor Antonio Pires da Silva Pontes Leme, primeiro governador nomeado depois da lei extintora dos governos dos capitães-mores. Como tenente coronel, em serviço na capital da Bahia, foi um dos membros da comissão militar que a 11 de junho de 1817 condenou os revolucionários de Pernambuco, Domingos José Martins, José Luiz de Mendonça, padre Miguel Joaquim de Almeida Castro e outros a sofrerem a pena de morte natural pelo crime de lesa-majestade. Fora da atividade militar e enfraquecido pelos anos, ainda assim o seu patriotismo não arrefeceu diante das lutas travadas em bem da emancipação política de sua terra: antes se revelou mais uma vez, irredutível e vivaz, não recusando os seus serviços à causa da independência do Brasil, em favor da qual fora em outubro de 1822 a diversas localidades da Bahia aclamar o príncipe D. Pedro, aquartelando por fim na Boca do Rio Maruim até 1823 à disposição da Junta Governativa. Encerra a brilhante folha de serviços prestados à pátria a honrosa incumbência de que foi investido pelo governo imperial, por ocasião de fazer as primeiras nomeações de presidentes para as diversas províncias, escolhendo-o para presidir a do seu nascimento. A carta imperial de sua nomeação traz a data de 25 de novembro de 1823; a solenidade da posse realizou-se a 5 de março de 1824 e a passagem da administração ao seu sucessor, Manuel Clemente Cavalcante de Albuquerque, efetuou-se a 15 de fevereiro de 1825. Do confronto destas datas verifica-se quão passageiras foram as suas responsabilidades na presidência de Sergipe. No reduzido espaço de onze meses e poucos dias, quase consumidos em conter as desmedidas ambições dos partidos e superar o espírito de rebelião das tropas indisciplinadas, mal pôde melhorar as finanças e restabelecer a ordem pública, freqüentemente perturbada pelos maus elementos até então dominantes na província. Na biografia publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, volume 1º, págs. 37 a 41, detive-me em relatar mais desenvolvidamente o período administrativo do seu governo, estudando os fatos nas suas origens e os vultos em evidência, conforme a maior ou menor co-participação nos movimentos sediciosos daquela época. Livre desse último encargo em que tantas foram as contrariedades sofridas, talvez sem iguais na própria carreira militar, entrou no gozo ininterrompido de sua reforma, recolhendo-se à vida tranqüila do lar, no decurso da qual, pouco antes de completar o primeiro quinquênio], foi colhido pela morte a 26 de novembro de 1829 na capital da Bahia.

Escreveu:

– *Proclamação aos habitantes de Sergipe* a 28 de abril de 1824. Nesse mesmo dia distribuída nas ruas de S. Cristóvão. Na “História de Sergipe” do Doutor Felisbello Freire, págs. 265 a 268.

– *Fala* lida a 23 de junho de 1824 pelo Secretário do Governo, José Pereira Rebouças, na 1ª sessão do Conselho do Governo. No livro nº 1 das atas das sessões do referido Conselho, transcrita no “O Estado de Sergipe” de 16 de dezembro de 1913.

– *Exposição* abreviada dos principais atos de sua administração, feita a 14 de fevereiro de 1825 e remetida ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, Estevão Ribeiro de Resende para ser levado ao conhecimento de S. M. I. Manuscrito de 4 folhas de papel almaço grande, existente no Arquivo Público do Rio de Janeiro.

Manoel Fernandes da Silveira, Doutor – Filho do Tenente Coronel do mesmo nome e D. Felismina da Silveira Sobral, nasceu a 8 de novembro de 1858 no engenho Cumbe, município de S. Cristóvão.

Estudou preparatórios no Aracaju e formou-se em medicina em 1890 na Faculdade da Bahia, da qual foi lente substituto da clínica psiquiátrica e deputado estadual pelo Rio de Janeiro em 1913.

Foi Presidente da Câmara Municipal da cidade de Resende em 1919 e ali exerceu a clínica médica desde 18 de fevereiro de 1892.

Escreveu:

– *Estudo clínico do raquitismo*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso. Teses de doutoramento apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia, 1880, 55 págs. in. 8º. Tipografia do “Diário da Bahia”.

Manuel Francisco Alves de Oliveira, Professor – Filho de Francisco Alves de Oliveira e D. Thereza de Jesus e Oliveira, nasceu a 10 de dezembro de 1849 em Laranjeiras e faleceu a 25 de janeiro de 1916 no Aracaju. Tendo concluído em 1874 o curso de ciências eclesiásticas no seminário de Santa Thereza da Bahia, iniciado em 1889, deixou de receber ordens sacras por haver falecido em 23 de junho daquele ano o arcebispo D. Manuel Joaquim da Silveira, conde de São Salvador, o que motivou voltar para o Aracaju, onde resolveu abandonar a carreira para desposar-se com D. Matilde Adelaide Guimarães. O seu novo estado civil em nada influenciou nos sentimentos religiosos, que sempre professou, conservando-se católico fervoroso e assíduo freqüentador dos atos do culto externo da igreja. Alma afetiva e coração de impulsos generosos compartilhava das infelicidades e sofrimentos alheios, como se fossem próprios, procurando minorá-los com frases consoladoras e auxílios materiais. Professor dos mais antigos e conceituados do Estado, lecionou as cadeiras do ensino primário superior de Laranjeiras; de religião do antigo Ateneu, de pedagogia e metodologia, e de geografia da extinta Escola Normal e foi nomeado em 28 de setembro de 1894 diretor geral da Instrução Pública, em que se aposentou.

Revertendo à atividade exerceu o cargo de lente de geografia e história da Escola Normal, reorganizada em 1904 e interinamente o de geografia e astronomia do Ateneu. Em 1881 exerceu o lugar de secretário da Escola Normal, em 1891 foi nomeado procurador fiscal interino do Tesouro do Estado e em 1899 membro da Diretoria do Montepio Estadual. Durante muitos anos ensinou particularmente, quando lhe sobejava tempo das suas ocupações quotidianas, e por último ocupou a cadeira de português da Escola Normal. Foi deputado provincial no extinto regime, fez parte do Conselho da Intendência e em 1891 da Assembléia Constituinte, no regime republicano. Pertenceu à Sociedade Aracajuana de Beneficência, como sócio efetivo; à de socorros mútuos, denominada – Amparo das Famílias; à Filarmônica Santa Cecília; ao Montepio dos Artistas de Aracaju, como honorário; ao Gabinete Literário de Maruim e ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de que era sócio efetivo.

Escreveu:

– *Jesus Cristo e sua doutrina*. No “Jornal do Aracaju”, a começar de 4 a 20 de outubro de 1877.

– *Da instrução pública primária em Sergipe*. Idem, de 11 e 13 do dito mês.

- *Volta da Escola Normal ao Ateneu*. Idem, de 17, 21 e 23 do mesmo mês.
- *Discurso* proferido a 9 de fevereiro de 1879 por ocasião de ser inaugurado o colégio “Parthenon Sergipense”. No “Diário Popular”, Aracaju, de 20 do mesmo mês.
- *As incoerências do Sr. professor Brício Cardoso* relativamente à substituição da cadeira de latim da Escola Normal. No “O Conservador”, Aracaju, de 13 de junho de 1882.
- *Alocução* no ato da recepção do Exmo. Sr. Dr. Leandro Maciel. Idem, da mesma data.
- *Discurso* proferido pelo deputado..., orador da comissão eleita pela Assembléia para entregar ao Exmo. Governador, Doutor Luiz Mendes de Moraes, a cópia da ata da sessão do dia 30 de abril de 1891. No “O Republicano”, Aracaju, de 24 de maio seguinte.
- *Alocução* proferida por ocasião de colocar-se no salão de honra do Ateneu Sergipense o retrato do professor Alfredo Montes. No “O Estado de Sergipe” de 20 e no “Jornal de Sergipe” de 22 de maio de 1910.
- *Discurso* pronunciado a 25 de agosto de 1913 junto à estátua de Fausto Cardoso na passagem do féretro do Dr. Gumercindo Bessa. No “Diário da Manhã”, de 26 e no “O Estado de Sergipe” de 27 seguinte.
- *Conferência* realizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe por ocasião da posse do Exmo. General Oliveira Valadão, como sócio benemérito, a 25 de dezembro de 1914. No “Diário da Manhã” de 29 e 30 e no “O Estado de Sergipe” de 29 do mesmo mês.
- *Nostalgia do céu*: conferência realizada no salão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe na sessão extraordinária de 25 de novembro de 1915. No “O Estado de Sergipe” de 28 e 29 seguintes. Foi colaborador de alguns jornais do Estado e co-redator do
- *Conservador*: órgão radical do partido. Jornal político, literário e noticioso. Aracaju, 1881-1883.

Manuel Gomes Ribeiro, Barão de Traipu – Filho do coronel Manuel Gomes Ribeiro Filho e D. Tereza de Jesus Gomes, nasceu no engenho Sant’Ana, município de Japarutuba, a 29 de junho de 1841 e faleceu na cidade de Penedo, Alagoas, a 27 de julho de 1920. Com a idade de seis meses recolheu-se à residência paterna em Penedo, onde desde então sempre viveu, vinculado pelos laços da família e por interesses de elevado alcance. Cedo atirou-se às lutas da política ativa, na qual pela sua abnegação e lealdade facilmente conquistou o posto de chefe do partido conservador penedense. Devido ao seu prestígio pessoal combinado com as forças políticas ao seu dispor, foi vereador da Câmara Municipal naquela cidade, deputado à Assembléia Provincial nos biênios de 1876-1877, 1884-1885 e por Carta Imperial de 1 de setembro de 1885, 1º vice-presidente da província, cujo governo assumiu a 16 do mesmo mês, entregando-o a 7 de outubro seguinte ao presidente, bacharel José Cezário de Miranda Monteiro de Barros. Pela segunda vez voltou à presidência a 16 de abril de 1888 para deixá-la a 10 de julho do mesmo ano, quando na direção dos negócios públicos do país o gabinete de 10 de março, presidido pelo conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. Nesse curto período administrativo coube-lhe a honrosa missão de dar execução à lei de 13 de maio, desempenhando-se tão criteriosamente nessa delicada emergência, que o governo por Carta Imperial de 1 de dezembro de 1888 galardoou-o com o título de Barão de Traipu, em atenção aos serviços prestados à causa pública. Com a substituição da forma de governo a sua influência política não sofreu a menor solução de continuidade. Convidado para fazer parte do Congresso Constituinte Alagoano, contribuiu eficazmente para a consolidação do novo regime, promovendo o conagração de todos os elementos políticos do Estado. Eleito senador estadual a 3 de fevereiro de 1891, foi quem primeiro ocupou o lugar de presidente do Senado, em cujo caráter assumiu o governo do Estado, a 28 de novembro, após o contra-golpe na revolução de 23 do mesmo mês, conservando-se à testa da administração até entregá-lo a 24 de março de 1892 ao novo governador, então tenente-coronel Gabino Bezouro, com quem fora conjuntamente eleito vice-governador, a 20 de fevereiro de 1892. Eleito governador a 16

de setembro de 1894, a 17 de outubro ascendeu mais uma vez ao poder, em que se manteve até 12 de junho de 1897, quando expirou o período governamental, dentro do qual interrompeu sua ação administrativa por espaço de cinco meses. Deixando o governo tornou a tomar, assento no Senado estadual, vindo mais tarde, em 1900, a ser eleito senador federal por três anos, a fim de completar o período do falecido senador, bacharel João da Silva Rego Melo. Em consequência das dissensões surgidas no seio do partido que por longo tempo chefiou, recolheu-se à vida privada em 1903 para retornar às mesmas fileiras em 1909, novamente eleito senador, por nove anos, que terminaram em 1917, quando terminou também sua carreira política, em cuja intercorrência lhe foram concedidas pelo marechal Floriano em 1894 as honras de coronel do Exército nacional.

Cidadão ilustre pelas suas virtudes cívicas, de trato ameno e hábitos modestos, apesar de possuidor de avultada fortuna, escreveu, além dos relatórios e mensagens sobre os negócios, publicou a seu cargo, mais o seguinte:

– *Ao Estado de Alagoas e ao País*: manifesto. No “O Lutador”, Penedo, de 2 de abril de 1903.

– *Manifesto político*. Ao Estado de Alagoas e ao País. No “Jornal de Debates”, Maceió, de 14 de junho de 1903.

Manuel Joaquim de Oliveira Campos – Filho de Antonio José Montalvão e D. Maria José de Oliveira, nasceu a 16 de julho de 1818 no sítio Murtuar, município de Itabaianinha, e faleceu a 12 de abril de 1891 na fazenda Taboca, município do Lagarto, tendo sido sepultado no cemitério da vila do Boquim. Por esforço próprio habilitou-se nas disciplinas ensinadas em Sergipe no seu tempo. Afeiçoado à leitura dos clássicos latinos e amante da instrução, cedeu à tendência natural do seu espírito, escolhendo o magistério para nele encarregar-se na vida pública. Antes disto, porém, foi administrador da tipografia do “Noticiador Sergipense” em S. Cristóvão, até outubro de 1837. Depois de ter lecionado a língua latina na Capela, por nomeação vitalícia de 4 de julho de 1838, dada a supressão dessa cadeira, conseguiu ser provido a 20 de novembro de 1848 na de ensino elementar da antiga vila de Campos, onde lhe ouviu as lições, como seu aluno, o sábio Tobias Barreto. Em meio tirocínio do professorado cogitou em abraçar a vida sacerdotal, para o que obteve em 1842 licença da Assembléia Provincial, a fim de ir estudar no seminário arquiépiscopal da Bahia e da qual não chegou a utilizar-se. Jubilando-se a 12 de maio de 1858 como professor de Campos, deu novo rumo às suas aptidões, pondo-as ao serviço da advocacia e da política, tendo recebido dessa última repetidas provas de apreço em sucessivas eleições para deputado à Assembléia Legislativa da ex-província nas legislaturas de 1880 a 1885 e 1888 a 1889. Familiarizado com o estilo poético dos vates do Lácio, versejou desde a juventude, compondo epístolas e elegias, postumamente colecionadas com outras poesias e publicadas em livro por um antigo discípulo, o professor Eutychio Lins. É de sua lavra o “Hino Sergipano”, cuja letra vai publicada no final deste artigo.

Escreveu:

– *Gramática da Língua Nacional*. 1839. Oferecida à Assembléia Provincial, conforme consta da ata da sessão de 16 de janeiro de 1840. Pela lei nº 48 de 20 de março desse ano foi o governo autorizado a conceder ao autor, por tempo de 10 anos, o privilégio exclusivo para imprimir um compêndio de Gramática nacional, que compreende elementos de Aritmética, Geometria teórica e prática. Parece que essa lei nunca foi cumprida, porquanto não há notícia de que a Gramática tivesse sido impressa.

– *Musa sergipana*. Poesias póstumas. (Sic.) Aracaju, 1901, 208 págs. in. 12º. Tipografia Comercial de Guilherme Filho & Cia.

HINO SERGIPANO

(Música de Frei José de Santa Cecília)

Alegrai-vos, sergipanos,
Eis surge a mais bela aurora,
Do áureo jucundo dia
Que a Sergipe honra e decora

O dia brilhante,
Que vimos raiar
Com cânticos doces
Vamos festejar.

A bem de seus filhos todos
Quis o Brasil se lembrar
Do seu imenso terreno
Em províncias separar.

O dia brilhante, etc.

Isto se fez, mas contudo
Tão cômodo não ficou,
Como por más conseqüências
Depois se verificou.

O dia brilhante, etc.

Cansado da dependência
Com a província maior,
Sergipe ardente procura
Um bem mais consolador

O dia brilhante, etc.

Alça a voz ao trono sobe
Que o Soberano excitou;
E curvo o trono a seus votos,
Independente ficou.

O dia brilhante, etc.

Eis, patrícios sergipanos,
Nossa dita singular.
Com doces, alegres cantos
Nós devemos festejar.

O dia brilhante, etc.

Mandemos porém ao longe
Essa espécie de rancor,
Que inda hoje alguém conserva
Aos da província maior

O dia brilhante, etc.

A união mais constante
Nos deverá congregar,
Sustentando a liberdade
De que queremos gozar

O dia brilhante, etc.

Se vier danosa intriga
Nossos lares habitar,
Desfeitos os nossos gastos
Tudo em flor há de murchar.

O dia brilhante, etc.

Impresso pela primeira vez em 1836 no número 148 do “Noticiador Sergipense”, de São Cristóvão, e reimpresso nas paginas 55 a 57 das “Poesias Póstumas”.

Manuel José de Menezes Prado, Bacharel – Filho de Francisco de Barros Prado e D. Maria Feliciano de Menezes Serra, nasceu no município do Rosário do Catete a 6 de fevereiro de 1844 e faleceu a 1 de março de 1897 na cidade do Rio de Janeiro, onde tinha residência. Graduado em 1866 bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Pernambuco, logo ao entrar para a vida pública dedicou-se à advocacia e à política. No meio social em que conviveu durante longos anos, muito se recomendou, apesar de naturalmente modesto e pouco comunicativo, por sua inteligência culta fortemente equilibrada e pelas maneiras fidalgas do homem de esmerada educação. Como político era por índole tolerante e conciliador, sem nenhum desaire para a intransigência das suas convicções, tendo merecido do seu partido as maiores provas de distinção e apreço. Na Câmara dos Deputados representou Sergipe nas três legislaturas de 1869-1878 e na primeira legislatura ordinária do regime republicano. Foi secretário do governo do Rio Grande do Sul em 1868; presidiu as antigas províncias do Espírito Santo em 1876-1877 e do Piauí em 1885-1886, e depois de ter exercido o cargo de secretário da extinta Associação Promotora da Instrução com sede no Rio de Janeiro, foi seu Presidente por espaço de quatro anos, destituindo-se em dezembro de 1896 por motivo de moléstia. Amante da ciência, dispondo de um espírito eminentemente observador, muito aumentou o cabedal dos seus conhecimentos, viajando por diversos países da Europa.

Escreveu:

– *Criação de um Banco de lavoura*: discurso pronunciado na sessão de 30 de dezembro de 1872 por ocasião de apresentar o projeto de criação de um banco da lavoura. Rio de Janeiro, 1873, 15 págs. in. 8º pq. Tip. Perseverança.

– *Discurso* proferido por ocasião da discussão do projeto de auxílios à lavoura, nas sessões de 10 e 13 de agosto de 1875. Rio de Janeiro, 1875, 47 págs. in. 8º pq. Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve & Cia.

– *Relatório* apresentado pelo Exmo. Sr. ..., na instalação da Assembléia Provincial do Espírito Santo na sessão de 15 de outubro de 1876. Vitória, 1876, 68 págs. in. 8º gr. Tip. do “Espírito Santense”.

– *Relatório* apresentado em 6 de janeiro de 1877 por ocasião de passar a administração desta província ao 1º Vice-Presidente, Coronel Manuel Ferreira de Paiva. Vitória, 1877, 12 págs. in. 8º. Tip. do “Espírito Santense”.

– *Discurso* proferido na sessão de 28 de junho de 1877 por ocasião da discussão do orçamento da Agricultura. Rio de Janeiro, 1877, 21 págs. in. 8°. Tip. Perseverança.

– *Relatório* com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. ..., passou a administração da mesma província ao Dr. Antonio Jansen de Mattos Pereira no dia 7 de setembro de 1886. Teresina, 1886, 75 págs. in. 8° gr. Tip. da “Época”.

– *Relatório* lido na assembléia geral da Associação Promotora da Instrução a 24 de dezembro de 1893. Acha-se publicado no livro de atas das sessões da referida Associação. Rio de Janeiro, 1894, págs. 129 e seguintes.

Manuel Ladislau Aranha Dantas, Conselheiro – Filho de Policarpo José de Santa Rita Dantas e D. Maria Rosa Aranha Dantas, nasceu em S. Cristóvão a 27 de junho de 1810 e faleceu na capital da Bahia a 4 de novembro de 1875. Com os conhecimentos que pôde adquirir na cidade natal, seguiu para a Bahia em princípio de 1827, matriculando-se nesse mesmo ano na Escola Médico-Cirúrgica, na qual se formou em cirurgia a 6 de dezembro de 1832. A 26 de março do ano seguinte foi promovido, mediante concurso, na cadeira de filosofia de S. Cristóvão, onde já havia ocupado interinamente a de latim antes de 1827. Lente substituto da seção cirúrgica da Escola de Medicina da Bahia, por Decreto de 6 de agosto de 1833, recebeu o grau de doutor a 7 de novembro de 1835 em cumprimento da Resolução da Assembléia Geral Legislativa de 19 de setembro de 1834, que mandou conferi-lo aos lentes que ainda não gozassem deste título.

Julgado pelo júri médico da Faculdade o mais habilitado no concurso para lente proprietário da cadeira de patologia externa, foi nela provido por Decreto de 30 de maio de 1837, tendo-se jubilado a seu pedido, por Decreto de 8 de novembro de 1873, depois de quarenta anos de magistério. Em 1866, já em avançada idade, não receando os perigos, nem os rudes trabalhos da guerra, partiu para o Paraguai, naufragando em viagem na praia de Santa Rosa, na República Oriental do Uruguai. Designado primeiramente para servir nos hospitais militares de Montevideu e Corrientes, foi nomeado, depois dos combates de Curuzu e Curupaiti, primeiro médico do hospital brasileiro naquela cidade, de onde, por dissabores ocasionados pelo comandante militar brasileiro ali estacionado, regressou para o Brasil, chegando à Bahia a 11 de novembro do mesmo ano. Durante o tempo que ocupou a cadeira de lente, também exerceu os cargos de cirurgião ajudante da Guarda Municipal Permanente da Bahia, membro do Conselho do Governo de Sergipe, membro do Conselho de Instrução Pública e presidente interino da Comissão de Higiene Pública da Bahia. Foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, efetivo do antigo Instituto Histórico da Bahia e honorário da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. O governo imperial em seus atos de munificência muitas vezes o contemplou entre os que se tornaram dignos de honras e distinções.

Agraciado em 1849 com o oficialato da Ordem da Rosa e em 1858 com o hábito da de Cristo, pelos serviços prestados durante a epidemia do *chorela-morbus*, foi-lhe ainda conferido por Decreto de 30 de novembro desse último ano o título de conselho de S. M., o Imperador; em 1860 recebeu a comenda da Rosa pela brilhante preleção feita na presença de D. Pedro II, quando em visita à província da Bahia, em outubro de 1859, e por Decreto de 21 de maio de 1874 a comenda da Ordem de N. S. Jesus Cristo em atenção aos relevantes serviços no exercício do magistério. A história da sua vida foi escrita por Alexandre Herculano nos “Apontamentos biográficos de varões ilustres”, etc. publicados em 1881, e mais desenvolvidamente pelo Doutor Joaquim dos Remédios Monteiro na “União Médica” do Rio de Janeiro, págs. 519 a 521 do nº de 8 de setembro do referido ano.

Escreveu:

– *As feridas envenenadas*: tese apresentada e sustentada por ocasião do concurso para a cadeira de patologia externa. Bahia, 1837, 18 págs. in. 8°. Foi seu competidor o Doutor

Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, chefe da revolução de 7 de novembro desse ano, mais conhecida pela denominação de Sabinada.

– *Necessidade dos exercícios religiosos para desenvolver e para firmar o sentimento religioso*. Trad. De Devay. No “Crepúsculo”, periódico instrutivo e moral da Bahia, vol. 1º, 1845, págs. 33 a 37.

– *Lição de patologia externa*, feita na Faculdade de Medicina da Bahia no dia 25 de junho de 1844. No “Mosaico”, da Bahia, vol. 1º, págs. 3 a 6.

– O suicídio. No “Crepúsculo”, de 11 de janeiro de 1846, vol. 2º.

– *O veneno das cobras*. No periódico cit., vol. 3º, nº 3 de novembro de 1846.

– *Curso de patologia externa* professado na Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1847. Bahia, 1847, 436-IX págs. in. 8º. Tipografia de Epifânio Pedrosa. O autor preparava a segunda edição do seu compêndio, quando faleceu.

– *Instruções sanitárias populares* para o caso de manifestação d’aquela epidemia (*cholera-morbus*) entre nós. Bahia, 1855, 8 págs. in. 4º. Tip. de França Guerra & Cia. Subscrevem também este trabalho os Doutores Malaquias Álvares dos Santos e Felisberto Antonio da Silva Horta.

– *Conselhos aos proprietários de fazendas rurais* (para o tratamento do *cholera-morbus*). Bahia, 1855, 8 págs. in. 4º. Tip. de França Guerra & Cia. Com as mesmas assinaturas.

– *Memória histórica dos acontecimentos notáveis* do ano de 1855, apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, no dia 1º de março de 1856, em cumprimento do art. 197º dos estatutos, etc. Bahia, 1856, 16 págs. in. 4º. Tip. e Livraria de E. Pedrosa.

– *Relatório* da comissão de higiene pública da província da Bahia sobre o estado sanitário da província no ano de 1855. Bahia, 1856, in. 8º.

– *Relatório* apresentado ao Conselheiro Vice-Diretor da Faculdade de Medicina, Doutor Vicente Ferreira de Magalhães, pelo Conselheiro Diretor Interior, etc. Na “Gazeta Médica da Bahia”, pág. 237 do nº 112º de 31 de março de 1872.

– *Discurso* proferido pelo Conselheiro..., suprimindo as vezes do vice-diretor, depois da colação do grau de doutor em medicina, em 30 de novembro de 1872. Na “Gazeta” cit. vol. V, 1871-1872, págs. 119 e 120.

– *Discurso* proferido pelo Conselheiro..., a 6 de dezembro de 1873, na Faculdade de Medicina da Bahia, por ocasião de conferir o grau de doutor em medicina aos que então terminaram o seu curso médico. Idem, vol. VIII, 1873-1876, pág. 129.

Manuel Luiz Azevedo de Araújo, Bacharel – Filho do súdito português Antonio de Araújo Pimenta e D. Ignez de Azevedo Araújo, nasceu na Estância a 24 de novembro de 1838 e faleceu no Aracaju a 21 de outubro de 1883, privado da razão em consequência da perda de um filho, morto por afogamento na capital da Bahia. Tendo recebido o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade do Recife a 17 de dezembro de 1860, obteve ser nomeado por ato de 7 de janeiro seguinte promotor público da comarca de Itabaiana, de onde posteriormente foi juiz municipal e de órfãos, por Decreto de 15 de novembro do mesmo ano. Terminando o quadriênio em 1865, passou a exercer a advocacia em Laranjeiras, mudando-se, decorridos poucos anos, para o Aracaju, onde se dedicou à imprensa e concomitantemente ao desempenho dos cargos de Diretor da antiga Biblioteca Provincial e do extinto Asilo das órfãs de N. S. da Pureza, Diretor Geral da Instrução Pública, 1870-1875, Delegado especial da Instrução Pública da Corte em Sergipe, Diretor da Sociedade Propagadora da Instrução em Sergipe, professor gratuito da cadeira de história do Brasil do curso noturno instituído pela Sociedade Emancipadora “25 de Março”, de que foi sócio fundador e seu orador, sócio honorário da Associação Comercial do Aracaju, deputado provincial nos biênios de 1862-1863 e sucessivamente nos de 1870-1875, tendo presidido as sessões de 1873-1874.

Quando em maio de 1875 resolveu transferir-se para a capital da Bahia, a imprensa sergipana lembrou em frases do mais justo reconhecimento os assinalados serviços prestados à terra do seu nascimento na suprema direção da instrução pública a que consagrou o melhor do seu tempo em estudos acusados, devendo-se à sua iniciativa o melhoramento do ensino e do professorado e a criação do “Ateneu Sergipense”. Foi ainda sob a sua fecunda iniciativa que se instituíram as conferências literárias na capital da província. Na cidade de sua nova residência abriu escritório de advocacia, entre cujos labores recebeu em 1876 a nomeação do Oficial Maior da Secretaria da Assembléia Provincial. Por esse tempo foi encarregado pelo presidente da província de rever o Regulamento da Instrução Pública, em comissão com os doutores Luiz Álvares dos Santos e Pedro Antonio Falcão Brandão, já falecidos. Na Bahia, foi também Agente auxiliar do Arquivo Público do Império por nomeação do governo geral e na imprensa local teve posição saliente ao lado dos seus correligionários políticos. Militando por muito tempo no jornalismo de sua província, jamais esqueceu aquela elevação de vistas com que sempre se bateu pelo triunfo dos seus ideais, evitando por índole e por educação quaisquer polêmicas, que pudessem degenerar em ataques pessoais. Dotado de um espírito culto e de qualidades apreciáveis de publicista, era ainda acadêmico quando se ensaiou na imprensa, tendo colaborado no “Íris Acadêmico”, Recife, 1859; “Diário de Pernambuco”; “Diário das Alagoas”; “Coluna do Trono”, Laranjeiras, 1864; “Correio Sergipense”; “Jornal de Sergipe” e outros.

Escreveu:

– *Sergipe e as suas vias de comunicação marítima*. No “Correio Sergipense” de 26 de setembro de 1860, transcrito do “Diário de Pernambuco”.

– *O Clero e o Senhor Deputado Pedro Luiz* na Câmara Temporária. Maceió, 1864, 39 págs. de 2 colunas in. 8º. Tipografia Comercial de A. J. da Costa, e uma refutação às doutrinas sustentadas por aquele deputado; traz a data de 16 de janeiro em Itabaiana e foi oferecido ao arcebispo da Bahia D. Manuel Joaquim da Silveira, depois Conde de S. Salvador.

– *Discurso* proferido na abertura solene do Hospital da Misericórdia da cidade de Laranjeiras. Aracaju, 1866, 21 págs. in. 8º pq. Tip. do “Jornal de Sergipe”.

– *Discurso* recitado pelo Diretor da Instrução Pública, na instalação solene do Ateneu Sergipense. No nº de 9 de fevereiro de 1871 do “Jornal do Aracaju”.

– *Discurso* preferido pelo Diretor Geral da Instrução Pública na noite de 23 do corrente no salão do Ateneu Sergipense. No nº de 29 de julho de 1871 do mesmo jornal.

– *Discurso* proferido pelo Diretor Geral da Instrução Pública de Sergipe. No nº de 27 de setembro de 1871 do mesmo jornal.

– *Relatório* do Diretor da Instrução Pública, apresentado ao Exmo. Sr. Barão de Propriá, Vice-Presidente da Província, em 31 de dezembro de 1871. Anexo de 49 págs. in. 8º ao Relatório apresentado perante a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe pelo Presidente Luiz Álvares de Azevedo Macedo, por ocasião da sua abertura no dia 4 de março de 1872.

– *Instrução Pública*. Incompatibilidade entre o exercício do magistério e o estado conjugal. No “Jornal do Aracaju” de 25 de abril de 1872.

– *Discurso* proferido pelo presidente da Associação Propagadora da Instrução na sessão solene da mesma associação. No referido jornal de 16 de outubro de 1872. Neste discurso encontram-se muitas considerações judiciosas acerca da instrução pública e da sua organização no Brasil.

– *Reforma* da instrução pública. Aracaju, 1872. Trabalho confeccionado por incumbência do presidente da província para substituição do regulamento feito pelo Dr. Guilherme Pereira Rabelo. Data desse tempo a criação da “Escola Normal” do “Ateneu Sergipense”.

– Relatório do Diretor da Instrução, apresentado ao Presidente da Província, Dr. Antonio dos Passos Miranda, a 30 de janeiro de 1874. Anexo de 51 págs. in. 8º, ao Relatório

com que o mesmo Presidente abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 2 de março de 1874.

- *Discurso* proferido na sessão magna do Gabinete de Leitura Sergipano, em 6 de junho de 1874. No “Jornal do Aracaju” de 10 do mesmo mês.

- *Reforma da Instrução*. Aracaju, 1874. Foi elaborada em comissão com os Drs. José Elísio de Carvalho Couto e Thomaz Diogo Leopoldo, por nomeação do presidente, Dr. Antonio dos Passos Miranda.

- *Relatório* apresentado a 31 de janeiro de 1875 ao Exmo. Sr. Dr. Antonio dos Passos Miranda pelo Diretor da Instrução Pública. Anexo de 28 págs. ao Relatório com que o mesmo Presidente abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1 de março de 1875.

- *Relatório* anual apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio dos Passos Miranda a 22 de janeiro de 1875 pelo Diretor do Asilo de N. S. da Pureza. No “Jornal do Aracaju” de 3 de fevereiro seguinte e no citado Relatório do Dr. Passos Miranda.

- *Discurso* proferido na sessão da Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe de 5 de abril de 1875. Aracaju, 1875, 42 págs. de 2 colunas cada uma, in. 8º gr. Tip. da Jornal do Aracaju.

- *A educação da mulher...* Transcrito na “Província do Pará” de 25 de setembro de 1878. Há ainda do mesmo autor diversas...

- *Conferências*, publicadas nos jornais do tempo, das quais algumas foram transcritas fora da província; colecionou em opúsculos vários discursos proferidos na Assembléia Provincial e deixou inéditas, por completar, as seguintes obras:

- *Análise ao Código Criminal do Império do Brasil*, comparado com os das nações cultas.

- *Instrução pública*: substancioso trabalho que viria confirmar a grande competência do seu autor em assunto do maior interesse social. Como jornalista fez sua estréia no:

- *Acadêmico do Norte*: periódico literário e científico. Recife, 1857. Folha acadêmica redigida por alunos da Faculdade de Direito, que não foi além do 9º número, datado de 24 de julho.

Redigiu:

- *Vinte e Cinco de Março*: jornal político, literário e noticioso. Recife, 1860. Apareceu a 25 de março e pouco mais durou. Por deliberação do Grêmio Conservador Sergipense foi um dos eleitos para o conselho administrativo e redator em chefe do:

- *O Conservador*: órgão do partido. Aracaju, 1868-1869. Reapareceu em 1873 sob a redação dos bacharéis José Luiz Coelho e Campos, Antonio Dias de Pinna Júnior e Benvindo Pinto Lobão.

Fundou e redigiu:

- *Jornal do Aracaju*: órgão político e oficial. Aracaju, 1870-1874. Foi redator chefe, de 1876 em diante do:

- *Correio da Bahia*: jornal diário e órgão conservador dissidente. Bahia, 1871-1878. Como principal redator, dirigiu:

- *Gazeta da Bahia*: órgão do partido conservador, e propriedade de uma associação. Bahia, 1879-1880.

Manuel Luiz do Rego, Bacharel – Filho de Antonio Luiz do Rego e D. Rita de Sousa Campos, nasceu a 11 de julho de 1869 na Capela. Diplomado bacharel em ciências jurídicas e sociais em 26 de dezembro de 1890 pela Faculdade do Recife, foi nomeado em fevereiro de 1891 promotor público da Comarca de Porto Seguro, removido em julho para a de Amargosa e depois juiz preparador do mesmo termo até janeiro de 1894, removido nesse mesmo ano para igual cargo na capital, deixando este lugar em 1895.

Desta data em diante dedicou-se à advocacia, tornando-se um dos mais acreditados advogados do foro baiano. Tem sido advogado da Companhia Chemins de Fer; da União

Fábrica da Capital, da Companhia Valença Industrial e da Companhia Salinas da Margarida, todas com sede na Capital da Bahia; das Companhias de Vapores Alemães e contratado de diversas casas comerciais

É procurador fiscal do Estado da Bahia e membro honorário do Instituto da Ordem dos Advogados, do Rio de Janeiro e do Instituto da Ordem dos Advogados, da Bahia, de que é 1º vice-presidente

Redigiu a “Gazeta de Amargosa” – (Bahia) 1892-1894.

Escreveu:

– Inconstitucionalidade do imposto federal sobre loterias dos Estados. Bahia, 1901.

– *Inconstitucionalidade* do imposto federal sobre dividendos das sociedades anônimas. Bahia, 1902, 60 págs. in. 8º. Tip. Baiana de C. Melquíades. Consta este trabalho da petição, alegações finais e razões dos apelados na ação entre partes os bancos Auxiliar das Classes e Econômico e as Companhias Comercial, Interesse Público, Aliança, Linha Circular e Trilhos Centrais da Bahia.

– *Agravo* perante o Supremo Tribunal Federal, em que são agravantes – Schramm Stade & C., agentes da Companhia Hamburg Sudamerikanische Dampfschiffahrt, e agravado o juízo. Bahia, 1902.

– *Agravo* perante o Supremo Tribunal Federal em que são agravantes – A Companhia Liverpool Brasil & O River Plate Steamers e agravados Silvino Marque & Cia. Bahia, 1906, 14 págs. in. 8º. Tip. Baiana de O. Melquíades.

– *Contratos com a Administração*. Parecer do Advogado.... Bahia, 10 de abril de 1906, 17 págs. in. 8º pq. Tipografia da Gazeta do Povo.

– Carta Testemunhável perante o Supremo Tribunal Federal em que é testemunhante o Coronel João Pedro Caminha. Bahia, 26 de junho de 1907, 61 págs. in. 8º pq. Tipografia Baiana, de Cincinato Melquíades.

– O material destinado aos serviços dos Estados não está sujeito a tributação da União, ex-vi do artigo 10 da Constituição Federal, No “Jornal” de Notícias”. Bahia, do 8 a 10 de março de 1911.

– As procurações no Tesouro Nacional. Crítica ao Decreto n. 85, 96 de 8 de março de 1911. Idem, de 24 do mesmo mês.

– Terras (Para o “Jornal de Notícias” da Bahia. Nos ns. 19 e 21 de abril de 1911.

– Indenizações pela passagem das estradas de ferro. Bahia, 1913, 8 págs. in. 8º pq. Tip. Baiana de Cincinato Melquíades.

Manoel José Bonfim, Doutor – Filho de Paulino José do Bonfim e D. Maria Joaquina do Bonfim, nasceu no Aracaju a 8 de agosto de 1868. Fez seus estudos primários e secundários na cidade do seu nascimento, revelando logo grande talento, e em 1886 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, onde cursou os primeiros anos, passando-se depois para a congênere do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de doutor em 1890. Ainda estudante, já trabalhava na imprensa, no “Correio do Povo”, redigido por Alcino Guanabara. Em 1891 foi nomeada médico da Polícia do Estado do Rio de Janeiro e em julho do ano seguinte passou a ser tenente-cirurgião da Brigada Policial, lugar que ocupou até maio de 1894. Nomeado em 1896 sub-diretor do Pedagogium com as funções de diretor interino, foi em março do ano seguinte confirmada a sua nomeação efetiva da mesma repartição.

Em 1898 lhe foi designada a cadeira de Moral e Cívica da Escola Normal. Extinta esta, foi em 1902 transferido para a de pedagogia e em comissão pedagógica, por nomeação da Prefeitura, esteve na Europa de 1902 a 1903.

Diretor interino da Instrução Pública Municipal em dezembro de 1905, Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, em comissão, por ato de 27 de abril de 1906, foi exonerado do primeiro cargo em abril de 1907. Neste ano foi eleito deputado por seu Estado na vaga aberta pelo General Valadão que passou para o Senado. Nomeado professor de

Psicologia aplicada à educação da Escola Normal em 1916; foi condecorado a 22 de novembro de 1918 pelo Rei da Bélgica com o oficialato da Ordem Leopoldo. De volta da Europa, em 1903, organizou no Pedagogium o primeiro Laboratório de Psicologia que se criou no Brasil.

Foi redator e secretário do “República” em 1896; do “Pedagogium”, revista mensal, Rio de Janeiro 1897. Saíram apenas 5 números de julho a novembro.

Redigiu e dirigiu a “Educação e Ensino”, revista pedagógica; fundou em 1901, com Thomaz Delfino e Rivadávia Corrêa a “Universal”, revista quinzenal e em 1904 foi redator da “Leitura para todos” Colaborou na “Notícia”, “Tribuna”, “Jornal do Comércio”, “Ilustração Brasileira” e no “País”, desde 1904, todos do Rio de Janeiro.

Escreveu:

- *Das nefrites*: tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para obter o grau de doutor. Rio de Janeiro, 1890, in. 4º.

- *Parecer sobre as águas do rio Poxim*. No “O Republicano” de 11 de abril de 1890. Também é assinada pela Dr. Narciso Marques.

- *Prática da língua portuguesa*: livro da composição para o curso complementar das escolas primárias aprovado e adotado pelo conselho superior da instrução pública da Capital Federal. Rio de Janeiro, 1899, 356 págs. in. 8º. Já há 2ª edição de 1904, correta e aumentada.

- *Compêndio de zoologia*. Paris, 1902, Editor Garnier, 376 págs. in. 16º.

- *O Progresso pela Instrução*: discurso pronunciado na solenidade da entrega dos diplomas às normalistas pela Escola Normal do Distrito Federal, como paraninfo, em 13 de maio de 1904.

- *Alucinações auditivas dos perseguidos*: monografia contando algumas observações da sua clínica psiquiátrica. Rio de Janeiro, 1904.

- *Livro de leitura* para o curso complementar das escolas primárias. Rio de Janeiro, 1904, 3ª edição.

- *Olavo Bilac*: estudo sobre a vida intelectual desse poeta. No nº de abril de 1904 do “Cosmos”, revista artística, científica e literária do Rio de Janeiro.

- *Elementos de zoologia e botânica*: Adaptação das obras: *Anatomia e psicologia animais* e *Anatomia e psicologia vegetais* de Lamounetti. Paris, 1904, Editor Garnier. É um livro de estudos em que o critério e a competência se coligam para a sua mais apurada excelência.

- *História das terras brasileiras*. No “Os Anais” de Domingos Olímpio”. Ano II (1905) nº 31, págs. 292 a 295.

- *O Ciúme*: conferência realizada no Instituto de Música. Na “Revista dos Anais” nº 49, págs. 586 a 590 e nº 50, págs. 598 a 600. Publicada em folheto, 1905.

- *O respeito à criança*: discurso pronunciado na solenidade da entrega de diplomas às normalistas de 1905. Rio, 1906, 20 págs. in. 8º pq. Tip. do Instituto Profissional.

- *Uma carta*. A propósito da crítica do Sr. Sílvio Romero ao livro “América Latina”. Na revista dos “Anais”. Ano III (1906) nº 74, págs. 169 a 170.

- *A Cartilha*: livro didático da série Leitura didática.

- *Lições e Leituras*. Idem.

- *Crianças e homens*. Idem.

- *Livro dos mestres*. Idem.

- *Discurso* pronunciado a 27 de setembro de 1906, como paraninfo das alunas da Escola Normal do Distrito Federal, no ato da colação de grau. No “Jornal do Comércio” de 30 do mesmo mês.

- *A América Latina*, estudo de parasitismo social. Paris, 1905, 432 págs. in. 12º. Editores, H. Garnier. É uma obra contendo a história explicada da América Latina, dividida em 5 partes: 1ª parte – A Europa e a América Latina; 2ª parte – Parasitismo e Degeneração; 3ª parte – As Nações colonizadoras da América do Sul; 4ª parte – Efeitos do Parasitismo sobre

as nossas sociedades; 5ª parte – As nossas sociedades. Escritos num estilo claro e simples, os capítulos de *América Latina* estudam o parasitismo social na evolução das repúblicas sul americanas. A “Gazeta de Notícias” do Rio diz o seguinte sobre o precioso livro: “América Latina” é um livro magnífico; devem lê-lo todos os que pensam. Há nele aquilo que o filósofo considerava o maior dos bens: a “revelação das verdades”.

– *A Obra do Germanismo*. Rio de Janeiro, 1915, 55 págs. in. 8º pq. Tip. Besnard Frères. Consta da publicação em vol. de 2 artigos insertos no “Jornal do Comércio” do Rio, em um dos quais condena as aspirações do predomínio por parte da Alemanha, ateando a conflagração européia, defendendo no outro as intenções morais de Darwin. O autor destinou o produto da venda do folheto à caixa da Cruz Vermelha Belga.

– *A Crise?...* No “Jornal do Comércio”. Rio, 27 de junho de 1915.

– *Lições de Pedagogia*. Teoria prática de educação. Rio de Janeiro, 1915. Livraria Escolar.

– *Noções de Psicologia*: obra didática. Rio de Janeiro, 1916, na mesma livraria.

– *Pensar e Dizer*. Estudo do símbolo no pensamento e na linguagem. Dividido em 9 capítulos. Rio. 1923, 509 págs. in. 16º. Casa Eletros.

► *Data de morte: 21 de Abril de 1932, no Rio de Janeiro (RJ).*

Manoel de Marsilac Mota, Doutor – Filho do farmacêutico Pedro Amâncio de Almeida Motta e D. Maria Emília de Marsilac Motta, nasceu no Aracaju a 24 de dezembro de 1875. Após o curso secundário, feito em Aracaju, freqüentou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na qual recebeu o grau de doutor em 1901. Verificou praça no Exército, com destino ao corpo de saúde, sendo atualmente (1924) tenente coronel do referido corpo e professor de fisiologia da “Escola” de Veterinária do Exército.

Em 1913 foi diretor do Sanatório Militar de Lavrinhas.

Escreveu:

– *Das descargas motoras na epilepsia essencial*, suas vantagens e danos: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras da Faculdade. Tese apresentada à Faculdade de Medicina e de Farmácia do Rio de Janeiro em 30 de outubro de 1900 e perante ela defendida em 15 de abril de 1901 (aprovada com distinção). Rio de Janeiro, 1901. Tipografia Besnard Frères. 66 págs. in. 8º.

– *Helioterapia*: observações clínicas coligidas quando diretor do Sanatório Militar de Lavrinhas. 1913.

– *Da inervação na série animal*, diferenciação e complicação progressivas: monografia escrita para candidatar-se à Escola de Veterinária. 1919.

Não publicou estes dois últimos trabalhos.

Manuel Martins dos Santos Pena, Doutor – Filha de José Martins Pena e D. Silvana Firme dos Santos Pena, nasceu a 22 de abril de 1831 em S. Cristóvão e faleceu a 14 de fevereiro de 1905 em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Conseguindo em curso regular o diploma de doutor pela Faculdade de Medicina da Bahia a 20 de dezembro de 1885. Foi médico do Exército desde 1861 até 1876, quando, por decreto de 19 de julho deste último ano, se reformou na patente de primeiro cirurgião capitão do Corpo de Saúde, tendo feito toda a carreira militar no Rio Grande do Sul e na campanha do Paraguai. Como secretário da Repartição de Saúde do Rio Grande, acompanhou o Segundo Corpo do Exército até Curuzu e assumindo mais tarde o serviço do hospital de sangue nos combates de 24 de maio, 3 e 22 de setembro de 1866, portou-se com tal dedicação no curativo dos feridos, que foi elogiado em ordem do dia e posteriormente condecorado com o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa.

Em seguida foi assistente do Delegado Chefe da Repartição de Saúde em Corrientes e, terminada a guerra, passou a ocupar o mesmo cargo junto ao Delegado do Cirurgião-mor do Exército no Rio Grande da Sul, até ser atingido pela reforma. Por esse tempo foram-lhe

concedidas as honras de major e as medalhas comemorativas da Guerra do Paraguai, criadas pelos governos do Brasil, Uruguai e República Argentina. Por decreto de 16 de agosto de 1892 foi nomeado tenente coronel honorário do Exército. Médico humanitário e caritativo, gozou sempre de merecida estima na sociedade em que viveu.

Escreveu:

– *Alcoolatos, alcoolados e eterolados*, e em que se distinguem entre si: dissertação. Proposições. Ciências cirúrgicas. Invadirá a ulceração todos os tecidos sem exceção e qual a teoria mais plausível deste trabalho mórbido? Ciências médicas. Determinar a diferença ou identidade entre a febre amarela e a febre renitente biliosa. Deverão ser seqüestrados os doentes afetados de febre amarela em estabelecimento de lazaretos? Tese apresentada e sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia no dia 7 de dezembro de 1855, para obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1855, 17 págs. in. 8º. Tip. de Epifânio Pedrosa.

Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão, Desembargador – Filho do brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão e D. Mariana Clementina de Vasconcelos Galvão, e irmão do barão do Rio Apa e do visconde de Maracaju, (vide estes nomes), nasceu a 25 de dezembro de 1837 na Estância e faleceu a 22 de fevereiro de 1915 no Recife, capital do Estado de Pernambuco.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais, formou-se em 1858 na Faculdade de S. Paulo. Promotor Público no ano seguinte da comarca da Laguna em Santa Catarina e em 1860 juiz municipal de Jacareí em S. Paulo, foi em 1869 nomeado juiz de direito da comarca de Lages naquela província, sendo removido em 1871 para a comarca de Laguna, em que já havia exercido a promotoria, e em 1887 para a de S. Fidelis e desta para a de Itaguaí, ambas na ex-província do Rio de Janeiro. Elevado em junho de 1890 a desembargador da Relação de Mato Grosso, foi removido em dezembro do mesmo ano para a de Pernambuco, denominada depois Superior Tribunal de Justiça, do qual foi presidente até 1902, data da sua aposentadoria. Fora destes cargos da magistratura, foi deputado e presidente da Assembléia Provincial de Santa Catarina, que mais tarde representou na Câmara dos Deputados na 14ª Legislatura de 1869-1872. Como 2º vice-presidente da mesma província administrou-a por três vezes nos períodos de 22 de novembro de 1869 a 3 de janeiro de 1870, de 10 a 11 de abril seguinte, e de 13 de novembro de 1872 a 27 de janeiro de 1873, e nomeado por Carta Imperial de 28 de dezembro de 1872 presidente de Sergipe esteve à testa do seu governo desde a data de sua posse em 8 de março a 11 de novembro de 1873.

Representou o Tribunal de Justiça no Congresso Jurídico Americano em 1900; no Congresso Científico Latino. Americana em 1904, tendo-se reunido ambos no Rio de Janeiro; foi sócio efetivo do Instituto Arqueológico Pernambucano e de outras sociedades. Respeitado pelo seu saber e integridade de caráter, os seus conselhos e opiniões, como advogado, eram recebidos como a genuína expressão da verdade em matéria jurídica proferida pelo mais autorizado representante do foro da capital de Pernambuco. Prova ainda o elevada conceito em que sempre foi tido em todas as classes sociais, o nobre procedimento do povo do Recife, por ocasião de ser aposentado oferecendo-lhe um prédio, por subscrição, para nele ter a sua residência. No Almanaque Pernambucano para 1916 foi publicado à pág. 33 a sua biografia com o retrato.

Escreveu:

– *Relatório* apresentado pelo 2º vice-presidente de Santa Catarina ao Presidente o Exmo. Sr. Doutor André Cordeiro de Araújo Lima por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 3 de janeiro de 1870. Cidade do Desterro, 1870, 20 págs. in. 8º gr. Tip. de J. J. Lopes.

– *Relatório* apresentado pelo segundo vice-presidente da província de Santa Catarina ao terceiro vice-presidente Exmo. Sr. Doutor Ignácio Accioli de Almeida por ocasião de

passar-lhe a administração da mesma, em 27 de janeiro de 1873. Cidade do Desterro, 1873, 17 págs. in. 8º. Tip. de J. J. Lopes.

– *Relatório* com que passou a administração da província de Sergipe ao Exmo. Sr. Doutor Cypriano de Almeida Sebrão, 1º Vice-Presidente, no dia 11 de novembro de 1873. Aracaju, 1873, 17 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal do Aracaju”.

– *Notas geográficas e históricas* sobre a Laguna desde sua fundação até 1750. Desterro, 1881, 51 págs. in. 8º. Tip. de J. J. Lopes. Este trabalho teve 2ª edição em 1884, impressa como a outra no Desterro e ampliada até 1777. Referindo-se a ele disse o ilustre literato riograndense, Alcides Cruz: “É um notável e documentado subsídio para a história do Rio Grande incipiente, porque esclarece muitos pontos obscuros e suprime algumas lacunas que o consciencioso S. Leopoldo não pôde estudar”. (Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para 1904, nota à pág. 180).

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Doutor Joaquim Correia de Araújo, Governador do Estado de Pernambuco pelo presidente do Superior Tribunal em 11 de fevereiro de 1898. Anexo a:

– *Mensagem* do mesmo Governador, de 6 de março seguinte.

– *Relatório* apresentado ao Desembargador Segis... 15 de fevereiro de 1899. Anexo à Mensagem de 6 de março do mesmo ano.

– *Relatório* apresentado ao Desembargador Segismundo Antonio Gonçalves, presidente do Senado em exercício do cargo de Governador, em 6 de fevereiro de 1900. Anexo à Mensagem do referido Governo de 6 de março do mesmo ano. Deste Relatório o Doutor João Mendes de Almeida Filho, lente de Prática Criminal da Faculdade de S. Paulo, transcreveu um trecho para a sua obra sobre este ramo do direito.

– *O homestead satisfaz melhor do que a enfiteuse o intuito do aproveitamento das terras incultas?* Memória apresentada ao Congresso Jurídico Americano, reunido no Rio de Janeiro, por..., representante do Superior Tribunal de Justiça, de Pernambuco. No “Jornal do Recife”, de 31 de outubro; 3, 7, 9, 11, 17 e 22 de novembro de 1900.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Doutor Antonio Gonçalves Ferreira, Governador do Estado, em 5 de fevereiro de 1901. Recife, 1901. Tipografia do Diário de Pernambuco.

– *Relatório* apresentado ao referido Governador em 27 de fevereiro de 1902. Recife, 1902. Tipografia do Diário de Pernambuco.

– História da Guerra do Paraguai. Inédita.

Fundou:

– *O Constitucional*: periódico político. Desterro, 1867-1869.

– *A Província*: periódico político. Desterro, 1870.

Manoel Paes de Azevedo, Doutor – Filho de Augusto Pais de Azevedo e D. Auta de Sousa Azevedo, nasceu a 22 de janeiro de 1882 no povoado Santa Rosa, município de Divina Pastora. Recebeu o grau de doutor a 3 de abril de 1908 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ex-interno efetivo do Hospício Nacional de Alienados.

Escreveu:

– *Neurastenia e falsas neurastenias*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a 31 de outubro e defendida em 26 de dezembro de 1907, sendo aprovada com distinção. Rio de Janeiro, 1908, 67 págs. in. 80. Tip. do “Jornal do Comércio”.

– *O exame do muco nasal na pesquisa do bacilo de Hansen*. (Extraído dos Arquivos Brasileiros de Medicina). – Rio de Janeiro, 1915, 39 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal do Comércio”.

– *O problema da transmissibilidade da lepra*. (Extraído dos Arquivos Brasileiros de Medicina). Rio, 1919, 36 págs. in. 8º. Tipografia do “Jornal do Comércio”.

– *A febre de Malta no Brasil*. Na “Revista mensal de Medicina”. “Arquivos de Biologia”, S. Paulo, de abril e maio de 1918, págs. 375 e 379.

Manoel dos Passos de Oliveira Telles, Bacharel – Filho do padre Antonio Moniz Telles e D. Maria Luiza de Oliveira Pita, nasceu a 29 de agosto de 1859 na vila do Socorro. Em 1870 transportou-se para o Aracaju e de 1873 a 1877 foi aluno do “Ateneu Sergipense”. A 5 de novembro de 1885 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife, tendo antes tentado graduar-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, cujo clima lhe foi hostil à saúde.

Foi nomeado no 5º ano Promotor público de Mossoró (Rio Grande do Norte) e de Itabaiana (Sergipe) de 1885 a 1886.

Juiz Municipal e de Órfãos de Itabaiana e S. Cristóvão, onde completou o 1º quatriênio começado na primeira comarca e de Gararu, de 1892 a 1894.

Foi por algum tempo Administrador da Mesa de Rendas Federais em S. Cristóvão.

Nomeado a 4 de julho de 1898 lente de Grego do “Ateneu Sergipense” e Diretor da Instrução Pública e da Escola Normal de 1898 a 1903, foi por ato de 10 de julho de 1905 exonerado destes cargos por ter aceitado a nomeação para juiz de direito da Estância por decreto de 7 de julho deste mesmo ano.

Removido a pedido para a comarca da Capital a 21 de fevereiro de 1906, assumiu o exercício a 1º de março seguinte e por Decreto de 10 de novembro de 1912 foi nomeado juiz de Direito da 1ª vara da Capital em virtude da reforma judiciária, cargo que ainda exerce. (1924). Auxiliar do Delegado do Estado junto ao 6º Congresso Brasileiro de Geografia a reunir-se em outubro de 1918, foi transferido para o mesmo mês do ano seguinte em Belo Horizonte.

Em novembro de 1923 seguiu para Pernambuco incumbido pelo governo do Estado de coligir ali elementos para uma edição completa das obras do filósofo sergipano Tobias Barreto. De volta fez no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, longa e circunstanciada Conferência, a 4 de maio seguinte, na qual deu conta do desempenho que dera à comissão com que fora distinguido. Versado nas línguas grega, latina, inglesa e francesa, difícil não lhe foi ilustrar-se, assimilando conhecimentos científicos, de que são ricas as literaturas dos povos cujos idiomas conhece. Discípulo entusiasta do grande Tobias Barreto, possui também o dom da palavra fácil na oratória, empolgando os que lhe ouvem nas justas da tribuna.

Colaborou no “O Porvir”, Aracaju, 1886; no “Laranjeirense”, 1887; na “Gazeta de Sergipe”, 1891-1892, publicando uma série de artigos intitulados: “Diário de um pessimista”; na “Folha de Sergipe”, 1894-1898; no “Belo Sexo” 1882; no “O Estado de Sergipe”, onde publicou uma série de artigos com a epígrafe: “A propósito de Sergipe Artístico” do Dr. Alves de Faria. Esta série começou a ser primeiramente no “O País” de Aracaju de 13, 16, 25 e 27 de março e 3 e 6 de abril de 1898, não sendo concluída; e no “A. B. C.”, Rio, 1923. Redigiu “O Microscópio” revista de crítica literária, Recife, 1832 com Phaelante da Câmara. Saíram somente os 2 primeiros fascículos.

Redigiu também o “Estado de Sergipe”, de 1900 e 1907, a 1910 no qual publicou “O drama da Paixão”.

Tem usado o pseudônimo de Garcia Moniz.

Sócio correspondente do Grêmio Literário da Bahia, do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará (1907) e sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Escreveu:

– *Discurso* proferido em outubro de 1881 pelo primeiroanista..., por ocasião de ser apresentado ao Dr. Tobias Barreto de Menezes o mimo oferecido pelos acadêmicos sergipanos da Faculdade de Direito do Recife. No “Sergipe”, Aracaju, de 20 de novembro de 1881.

– *Uma festa a Pedro de Calasans*. No mesmo “Jornal”, de 7 e 23 de fevereiro de 1882.

- *Um acontecimento científico* na Academia do Recife, o concurso do Dr. Tobias Barreto (carta ao major Odorico Barreto). Idem de 22 de julho de 1882.
- *Teuto sergipano*. No “O Guarani” Aracaju, de 31 de maio de 1884.
- *Palestra em casa de Polonius*, nas colunas do “Laranjeirense” de 1887.
- *Cristofaneida: lendas e contos*. Na “Gazeta de Sergipe” de 26 a 28 de julho de 1892.
- *Itabaiana* (poema), Aracaju, 1893.
- *Relatório* apresentado a 15 de setembro de 1898 ao Exmo. Sr. Presidente do Estado pelo Diretor do Ensino Primário. Anexo número 3 ao Relatório do Secretário Geral do Estado, Apulchro Mota.
- Ensaio sobre a Música popular em Sergipe (Aracaju 1899). Publicada a primeira parte nas colunas do “Estado de Sergipe”.
- *Discursos* (Aracaju, 1899-1901).
- A Geologia cretácea e terciária do Brasil. Sergipe-Alagoas por John C. Branner. (Trad. de Garcia Muniz). Aracaju, 1899, 170 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”. Publicação dirigida por Laudelino Freire.
- *Discurso* pronunciado por ocasião das festas do dia 17 de janeiro de 1900 ao tomarem posse a Intendência e Conselho eleitos para o biênio de 1900 a 1901 em S. Cristóvão. Aracaju, 1900, 18 págs. in. 12º. Tip. do “O Estado de Sergipe”.
- *Discurso* pronunciado por ocasião de ser colocado no salão de honra do palácio do Governo o retrato do Exmo. Sr. Presidente do Estado Monsenhor Olímpio do Souza Campos. Homenagem de seus amigos e admiradores no 1º aniversário de sua posse em 24 de outubro de 1900. Aracaju 1900 23 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”.
- *O Moinho de Floss: Romance* de G. Eliot. (Tradução 1900).
- *Em Kolomea*. (Tradução 1900).
- *Carta a Monteiro Filho* sobre uma carta do Dr. Tobias Barreto. Aracaju, 1902, 10 págs. in. 12º. Tip. do “O Estado de Sergipe”.
- Sergipenses* (Escritos Diversos). 1903. Tip. do “O Estado de Sergipe”.
- *O segredo do oco do pau: conto*. No “O Estado de Sergipe” de 27 a 30 de março de 1906, sob o pseudônimo de Garcia Moreno.
- *Joaninha a inglesa: romance* publicado no rodapé do “O Estado de Sergipe” de 3 de abril a 18 de maio de 1906.
- *Ab ovo: conto* oferecido a Gervásio Barreto. No rodapé do “O Estado de Sergipe” de 28 de junho a 6 de julho de 1906.
- *O Escrivão: conto* a Prado Sampaio. No “O Estado de Sergipe” de 14 a 17 de outubro de 1906.
- *Geografia Clássica* de H. F. Tozer. Tradução do inglês. No rodapé do “O Estado de Sergipe” de 27 de outubro de 1906 a 16 de janeiro de 1907. Depois publicado em volume de 172 págs. in. 8º. Tip. do “O Estado de Sergipe”. Traz o pseudônimo de Garcia Moniz.
- *Discurso* proferido por ocasião das exéquias do Monsenhor Olímpio de Souza Campos. No “O Estado de Sergipe” de 24 a 27 de novembro de 1906.
- *Folhas que caem*. Publicado no “O Estado de Sergipe”, 1907.
- *Ao romper do século XX*. O Município de São Cristóvão. Monografia sobre o Município de São Cristóvão publicada no “O Estado de Sergipe” de 7 de abril a 7 de maio de 1907 e escrita em 1900. Apresentada em 1910 por gentileza dos Drs. Curvelo e Moreira Guimarães ao Congresso de Geografia.
- *O Jardim de Epicuro*, de Anatole France. Tradução publicada no “O Estado de Sergipe”, 1907.
- *A longevidade*. Idem de 17 de janeiro de 1907 sob o pseudônimo de Garcia Moniz.
- *O cigarro* (tese do Dr. Alcebiades Paes). No “O Estado de Sergipe” de 10 de março de 1907.

- *A imprensa em Sergipe*. No “O Estado de Sergipe” de 13 a 17 de abril de 1907 sob o pseudônimo de Garcia Moniz. Trabalho incompleto, no dizer do próprio autor.
- *Publicações de sergipanos em Sergipe*. Idem de 20 de outubro de 1907 sob o mesmo pseudônimo. Simples ensaio não expugnado de incorreções como reconheceu o próprio autor.
- *A conquista de Sergipe*: drama histórico em verso. 5 atos. No “O Estado de Sergipe”, de 24 a 31 de janeiro; 1º a 29 de fevereiro de 1908.
- *Tobias Barreto*: palavras pronunciadas em setembro de 1908 a propósito da colocação do retrato do eminente sergipano no “Ateneu Sergipense”. No “O Estado de Sergipe” de 22 e 23 do mesmo mês.
- *A chuva*: descrição de viagem. No “O Estado de Sergipe” de 11 de outubro de 1908. Assinado por Garcia Moniz.
- *A Cruz do Ouvidor* (Tradução antiquíssima). Ao Exmo. General Dr. José de Siqueira Menezes. No “Diário da Manhã” de 15 de agosto a 4 de setembro de 1912.
- *Um milagre por motivo*: novela. Idem, de 26 de outubro em diante até 21 de novembro de 1912.
- *O terror do xemxem*: novela ao Dr. Gumerindo Bessa, dedicado e obscuro amigo, grato e sincero admirador. Idem, a começar do número 3 de dezembro de 1912 a 1 de fevereiro de 1913.
- *Os três irmãos da Capela*: novela ao Dr. Aristides Fontes. Idem de 4 a 27 de março de 1913.
- *Das Ilhas*: conferência lida a 12 de outubro de 1914 na sessão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, por ocasião de ser colocado no salão do mesmo Instituto o retrato do Exmo. Sr. Cel. Pedro Freire de Andrade, Vice-Presidente do Estado. No “O Estado de Sergipe”, de 15 a 18 de outubro de 1914.
- *O território sergipense e sua fundação histórica*. Escrito em Monistawa, à margem do ribeiro Una e à sombra dos oitizeiros, em janeiro de 1914. Ao General Manoel P. de Oliveira Valadão oferece o Autor. No “O Estado de Sergipe” de 24 de março a 3 de maio de 1916.
- *Sílvio Romero*: conferência lida no salão da Biblioteca Pública a 23 de outubro de 1914. Idem de 26 a 29 de novembro seguinte.
- *Aracaju e sua origem*: memória lida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 24 de fevereiro de 1915. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 28 do mesmo mês.
- *Limites de Sergipe. Sergipe-Bahia*. No “Estado de Sergipe” de 28 de maio a 7 de junho de 1916; 12 de agosto a 10 de dezembro de 1916 com repetidas interrupções.
- *Discurso* proferido em nome das classes amigas por ocasião de ser inaugurada a estátua do M. Olímpio de S. Campos no dia 26 de julho de 1916. No “Jornal do Povo”, Aracaju de 31 do mesmo mês.
- *Discurso* proferido a 31 de dezembro de 1916 por ocasião de ser inaugurado o retrato do Dr. Gumerindo Bessa a 24 de outubro de 1910. No “Estado de Sergipe” de 26 do mesmo mês.
- *Discurso* proferido a 31 de dezembro de 1916 por ocasião de ser inaugurado o novo edifício da Intendência Municipal da cidade de S. Cristóvão. Na “Estado de Sergipe”, de 3 e 4 de janeiro de 1917.
- *Socialismo e Trabalho*: conferência lida em nome do Centro Socialista Sergipano, no Teatro Carlos Gomes, no dia 1º de maio de 1918, por ocasião de solenizar-se a festa do trabalho. Aracaju, 1918, 28 págs. in. 8º pq. Tip. da “A Opinião”.
- *De Itapuan a S. Francisco* (Limites meridionais de Sergipe). Voto de adesão ao protesto do Dr. Elias Montalvão. Lido na sessão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de julho de 1918. No “Estado de Sergipe” de 12 a 23 do referido mês.
- *O drama da paixão*. Ao Dr. Venceslau Guimarães. No “Jornal do Povo” de 14 a 21 de abril de 1919.

– *Das origens de Sergipe à vitória de Belo Horizonte*: conferência lida na Biblioteca Pública de Sergipe na noite de 15 de novembro de 1919. No “Diário Oficial”. Aracaju de 13 a 19 de dezembro seguinte.

– *Sobre o livro de Ivo do Prado (A Capitania de Sergipe e suas ouvidorias)*. No “Correio de Aracaju”, de 6 de agosto de 1920.

– *Tobias Barreto e a Pátria*. O grande sábio. No “Jornal do Povo”, Aracaju de 24 de outubro de 1920.

– *O Gênio de Dante*: discurso recitado na noite de 14 de setembro de 1921 no salão da Biblioteca Pública do Aracaju, por ocasião de ser comemorado o VI centenário do passamento do poeta florentino. No “Sergipe Jornal”, Aracaju, de 16 a 21 do mesmo mês.

– *Discurso* proferido no dia 9 de julho de 1928 no “Ateneu Sergipense” ao ser inaugurado o retrato do venerando mestre Brício Cardoso, decano dos professores daquele estabelecimento de ensino. No “Sergipe Jornal” de 12 do mesmo mês.

– *Oração* pronunciada por ocasião de ser inaugurado a 2 de setembro de 1923 o Grupo “Vigário Barroso” na cidade de S. Cristóvão. No “Sergipe Jornal” de 6 a 10 do referido mês.

– *A música popular em Sergipe*. No “A. B. C.”, Rio, de 8 de dezembro de 1923.

Tem inéditas as seguintes obras:

– *Insulanas* (Cartas Políticas)

– *Enciclopédia Sergipense*.

– *Nomenclatura sergipense*.

– *Geografia Física*, de Archibal Geikie. Tradução do inglês.

– *Geografia Física*, de Sir George Grore. Tradução do inglês.

– *História de Veneza*. Tradução do inglês.

– *Idílios*, de Garcilaso.

– *14 Vozes*, versos.

– *Afrodite* (tradução em português do romance de Pierre Louis).

– *Dicionário corográfico sergipense*.

– *Durante a vida*.

– *Fainas*.

– *Ensaio sobre o dialeto sergipense*.

– *Olímpio Campos – O lutador e a vítima*.

– *Foto e Suliota*, romance inglês de David R. Morier.

► *Data de morte: 15 de maio de 1935, em Aracaju (SE)*.

Manuel Pereira Guimarães, Bacharel – Nascido em Propriá a 14 de março de 1840, faleceu a 27 de outubro de 1879 no Aracaju. sendo então procurador fiscal da Tesouraria Provincial desde 1868 e gerente da Associação Sergipense em substituição ao seu progenitor. Filho do primeiro consórcio de Antonio José Pereira Guimarães, já mencionado neste livro, e D. Isabel Maria de Medeiros Guimarães, iniciou na terra natal seus estudos preparatórios, continuando-os depois na Capela de onde, visando o mesmo fim, seguiu em 1857 para a capital da Bahia. Em 1858 partiu para o Recife, a fim de concluí-los e matricular-se em seguida na Faculdade de Direito, o que realizou no princípio de 1859. Terminado o curso de ciências jurídicas e sociais, recebeu o grau de bacharel a 20 de novembro de 1863 naquela Faculdade, da qual se desligou em 1862 para estudar na de São Paulo as matérias do quarto ano acadêmico. Após um curto tirocínio na advocacia entrou para o funcionalismo público como promotor da comarca do Aracaju, em cujo exercício esteve até 1868. Eleito deputado provincial para o biênio de 1874-1875, foi antes disto representante da província na Câmara dos Deputados na 14ª legislatura de 1869-1872, tendo ocupado um dos lugares de secretário da Mesa.

No Aracaju exerceu ainda os cargos de Diretor da Escola Normal, Presidente da Câmara Municipal, Juiz de Paz em anos consecutivos, Diretor do Hospital de Caridade,

Presidente efetivo da sociedade emancipadora “25 de março” e foi advogado dos mais conhecidos.

Quando deputado geral, colaborou no “Jornal do Comércio” e no “Diário do Rio de Janeiro” e com outros redigiu:

– *A Nação*: órgão do partido conservador. Rio de Janeiro, 18...

– *O Conservador*: órgão do partido. Aracaju, 1873, segunda fase.

Escreveu:

– *Relatório* apresentado a 29 de janeiro de 1879 ao Inspetor do Tesouro Provincial de Sergipe pelo Dr. Procurador Fiscal..., Anexo ao Relatório com que o Dr. Vice-Presidente, Raimundo Bráulio Pires Lima abriu a 2ª sessão da 22ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 3 de março de 1879.

Manuel Pompílio dos Santos – Filho do capitão Luciano José dos Santos e D. Francisca de Salles Conceição Santos, nasceu em Maruim a 25 de dezembro de 1875 e faleceu a 5 de fevereiro de 1919 na cidade de Santos, Estado de São Paulo. Não teve curso regular em letras, mas inteligente e estudioso muito aproveitou na assídua assistência no Gabinete de Leitura de sua cidade natal, na qual aprendeu a arte tipográfica, praticando nos caixotins do “O Maruinense”, hebdomadário sob a direção de Antonio Augusto Gentil Fortes. Tendo sido empastelado esse órgão da imprensa, partiu a 3 de fevereiro de 1893 para Santos, sua segunda e última residência. Ali continuou a lidar com tipografias, tendo sido quem naquele ano escolheu os materiais e montou a Tipografia Brasil, o mais importante estabelecimento tipográfico de Santos. Deixando em 1895 essa empresa, trabalhou como tipógrafo e auxiliar das redações dos jornais santistas “Santos Comercial”, “A Folha”, “Diário de Santos”, “Gazeta da Tarde”, entrando finalmente em 1896 para a “Tribuna do Povo” de Olímpio Lima, na qual com algumas intermitências esteve até 10 de janeiro de 1912, quando com o simples título “A Tribuna” desde 1899 passou com o falecimento do seu diretor a pertencer a outros proprietários. Antes disto havia trabalhado no Rio de Janeiro como revisor do “Comércio do Brasil”, dirigido pelo Dr. Alfredo Varela, e em outros misteres da imprensa no “Diário Oficial”, na “A União”, no “Correio da Manhã”, no “O Século”, e no “Dia”. Nas diversas tentativas na vida jornalística jamais apurou as vantagens almejadas, tendo sofrido, ao invés, insucessos repetidos, que o levaram a escolher outra carreira. Entrando para o funcionalismo público foi a princípio amanuense, elevado depois a 8º oficial da Câmara Municipal de Santos, em cujo cargo o surpreendeu a morte. Foi colaborador do “O Progresso”, de Maruim, “Jornal de Sergipe” e “Diário da Manhã”, de Aracaju, da “Rua do Ouvidor” e “Anais”, do Rio de Janeiro e de alguns jornais do interior de S. Paulo. Até certo tempo cultivou a poesia, tendo publicado em 1892 em Santos seus versos dedicados a Maruim, e em 1903 sob o pseudônimo de Raul d’Alva, a *Calmaria* em 1903 na “A Vida Mental”, Não te esqueças de mim... Na “A Tribuna” em 1904, *Visão Interior* nos “Anais” e na “A Fita”.

Redigiu:

– *A Vespa*: periódico crítico e noticioso. Maruim, 1891-1892. Foi o seu primeiro jornal, cujo 1º número saiu a 13 de agosto daquele ano.

– *O Eco*. Santos, 189... Teve vida efêmera.

– *A Idéia*. Santos, 189... Suspendeu a publicação no oitavo ou décimo número.

– *Cidade de Santos*. Santos, 1899. Neste jornal pertencia-lhe a redação da parte comercial.

– *A Tribuna*. Santos, 1901-1918. É a continuação do jornal “Tribuna do Povo” de Olímpio Lima. Nela redigiu de janeiro a maio daquele ano a seção *Ao Lazer*, sob o pseudônimo de Raul d’Alva.

Fundou e redigiu:

– *A Vida Mental*: órgão de um grupo de moças. Santos, 1902-1904. Publicação quinzenal em dias de domingo. O 1º número é de 4 de outubro daquele ano e o último traz a data de 31 de janeiro de 1914.

– *A Fita*: revista humorística, literária e ilustrada. Santos, 1911-1914. Publicação quinzenal, tornada semanária a começar do número 21, 11 de setembro. O 1º número é de 15 de abril de 1911 e o último, 4 de 6 de agosto de 1914.

– *A Boa Nova*. Ordem da Estrela do Oriente: revista espiritualista. Santos, 1914-1918. Foi também secretário desta revista e nos seus escritos, assinados com o nome por inteiro, acrescentava o pseudônimo *D'Alva*.

Escreveu:

– *A missão da atual juventude*. Na “A Tribuna” de 27 de março de 1918.

– “*Alma Sentimental*”: versos por Alberto Campos. Idem, de 4 de agosto seguinte. Transcrito no “O Imparcial”, Aracaju, de 18 de setembro do referido ano. Assinado com a sigla *P*.

Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, General – Filho do tenente José Manuel de Oliveira e D. Maria José de Oliveira Valadão, nasceu em Vila Nova a 4 de janeiro de 1849 e faleceu na Capital Federal a 10 de novembro de 1921. No verdor da sua adolescência, abraçou a carreira das armas, assentando praça voluntariamente a 1 de março de 1864, contando quinze anos completos. Em 18 de janeiro de 1868 foi promovido a alferes e a 15 de outubro do ano seguinte a tenente por atos de bravura nos campos do Paraguai. Em 21 de fevereiro de 1880 foi promovido a capitão por estudos e a 7 de janeiro de 1890 a major por serviços relevantes. Por decretos de 22 do mesmo mês e ano foi nomeado tenente coronel comandante do 1º Batalhão do Regimento Policial da Capital Federal e por decreto de 17 de abril seguinte publicado em Ordem do Dia do Exército promovido ao posto de tenente coronel por merecimento. Coronel a 7 de abril de 1892, foi reformado a 7 de dezembro de 1900, a seu pedido, no posto de general de brigada com a graduação de general de divisão. Fez o curso completo das três armas e pelos seus serviços militares recebeu as medalhas de Mérito Militar, a geral da Campanha do Paraguai com o passador de prata, a de prata da República Argentina, comemorativa da guerra contra o ditador Solano Lopes e mais as condecorações de cavaleiro e oficial da Ordem da Rosa e cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz. Proclamada a República foi escolhido pelo general Floriano, então ministro da guerra, para seu secretário, tendo ocupado esse cargo de 1º de junho de 1890 a 22 de janeiro de 1891.

Eleito deputado por seu Estado à Constituinte Federal exerceu o mandato até ao fim da 1ª legislatura, tendo feito parte da comissão dos 21, incumbida de elaborar a Constituição da República. Em 23 de novembro de 1891, subindo ao poder o marechal Floriano, foi nomeado secretário da Presidência da República, cargo que deixou a 28 de outubro de 1893 para assumir a chefia de polícia do Distrito Federal, em que se manteve até 19 de outubro de 1894. No exercício desse cargo foi eleito a 30 de julho desse último ano, Presidente de Sergipe para o biênio de 1894-1896, que não chegou a completar por ter renunciado o cargo a 28 de julho de 1896, havendo governado apenas 16 meses efetivamente a contar da data de sua posse em 24 de outubro de 1891. Mais tarde foi novamente eleito deputado federal à 6ª legislatura de 1903 a 1904 e reeleito para a seguinte de 1906 a 1908, cujo mandato interrompeu por ter sido elevado ao Senado a 8 de abril de 1907 na vaga aberta pela morte do monsenhor Olímpio Campos. Preenchido em 1911 o tempo restante ao senador substituído, foi reeleito a 30 de janeiro de 1912 na renovação do terço sufragado o seu nome sem competidor.

Pela segunda vez eleito presidente do Estado a 31 de maio de 1914, ao assumir esse cargo a 24 de outubro teve de renunciar o mandato legislativo, que constitucionalmente só em 1920 finalizaria. Foi o primeiro presidente que vigorando a Reforma Constitucional de 1913, geriu os negócios do Estado por espaço de quatro anos, findo os quais passou o governo ao seu sucessor, coronel José Joaquim Pereira Lobo, a 24 de outubro de 1918. Logo após, a 2 de fevereiro de 1919, foi mais uma vez eleito senador federal, cargo em que o veio surpreender a

morte, terminando assim a sua carreira política. O velho militar e político experimentado não desdenhou a literatura, confabulou com as musas e terçou armas na imprensa como poeta e prosador. Quando aluno da Escola Militar estreou, colaborando na “Revista Fênix Literária”, de que foi depois redator em substituição a Urbano Duarte. Entre os seus escritos aplaudidos pelos colegas de estudos teve grande voga, diz Carvalho Lima Júnior, a poesia humorística. “Vozes d’Aula”, paródia das “Vozes d’África”, de Castro Alves. Como esta também são frutos do seu estro, além de muitas outras, as duas poesias seguintes, a primeira publicada no “Jornal do Comércio” de Porto Alegre e a outra na “Imprensa” de Maceió em 1882:

CONFITEOR

I

Um dia (foi tentação)
na igreja fitei-te o rosto
sereno, grave e composto
no fervor da oração.

II

Estavas de Cristo perto,
seu lenho sacro fitavas;
eu não sei se tu rezavas,
mas tinhas o livro aberto!

III

Na face de tez morena,
suave melancolia:
– achei-te n’aquele dia
com ares de Madalena.

IV

No coro, gentis devotas
de vozes suaves, puras,
mandavam para as alturas
do Credo in Deo as notas!

V

Foi, bem sei profanação
contemplar teu lindo rosto
sereno, grave e composto
No fervor da oração.

VI

Porém, anjo, me desculpa,
Me perdoa este delito;
– a teus pés choro contrito

Mea culpa! mea culpa!

FRUTOS DO LIRISMO

.....

I

“Pergunta ao náufrago se não ama a vida
Pergunta ao cego se não ama a luz
Pergunta ao pobre se não ama a esmola;
Pergunta a Cristo se não ama a cruz

.....

II

Pergunta à hera se não ama o tronco,
Pergunta ao tronco se não ama o galho,
Pergunta ao galho se não ama a folha
Pergunta à folha se não ama o orvalho.

.....

III

Pergunta tudo que quiseses tudo
Só não perguntes se te voto amor

IV

Oh! não perguntes, que difícil fora
Dizer-te tudo que minh'alma sente
Se o amor é a santa religião do afeto,
Tu és a deusa e me fizeste crente.”

Colaborou ainda na imprensa da Paraíba, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O seu nome figura no quadro de honra dos poucos sócios beneméritos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Escreveu:

– *O Realismo mal interpretado*: série de artigos no “O Orbe”, editado em Maceió. 1882.

– *Entre a espada e a parede*. No “Jornal do Comércio” de Porto Alegre de 10 de julho de 1881. Transcrito no “Correio de Aracaju” de 30 de maio de 1910.

– *Mensagem* dirigida à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1895 pelo Presidente do Estado. Aracaju, 1895, 30 págs. in. 8º. Tip. do Diário Oficial.

– *Mensagem* dirigida à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da sessão extraordinária de 24 de fevereiro de 1896. Aracaju, 1896, 6 págs. in. 3º pq. Imprensa Oficial.

– *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Presidente do mesmo Estado a 14 de março de 1896. Aracaju, 1896, 7 págs. in. 8º pq. Imprensa Oficial.

– *Mensagem* dirigida pelo Presidente do Estado ao Presidente da Assembléia Legislativa, Padre Antonio Leonardo da Silveira Dantas, a 28 de julho de 1896. No “Diário Oficial do Estado de Sergipe” do dia seguinte e em avulso de três colunas impresso em meia folha de papel in. 4º gr.

– *Eleição de Sergipe*: série de artigos no “Diário Oficial do Estado de Sergipe” de 12 a 15 de maio de 1897, extraído dos jornais do Rio de Janeiro.

– *Política de Sergipe*: série de artigos no “O Tempo” de Aracaju, de 20 a 30 de novembro de 1898.

– *O 15 de novembro. Papéis Velhos*: série de artigos publicados no “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, de 28 de julho a 5 de agosto de 1904.

– *Carta aberta aos amigos e correligionários*. O que nos cumpre fazer. No “O Estado de Sergipe” de 5 de março de 1905.

– *Eleições de Sergipe*. Contestação de diplomas. Rio de Janeiro, 1906, 47 págs. in. 8.º gr. Tipografia Leuzinger.

– *Mensagem* dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 7 de setembro de 1915 por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 12ª Legislatura. Aracaju, 1915, 117 págs. in. 4º com vários anexos. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *Mensagem* dirigida à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado por ocasião da abertura da sessão extraordinária em 20 de junho de 1916. Aracaju, 1916, 21 págs. in. 8º gr. Tip. do Estado de Sergipe.

– *Mensagem* dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 7 de setembro de 1916 ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 12ª Legislatura. Aracaju, 1916, 54 págs. in. 4º gr. Imprensa Oficial.

– *Mensagem* dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe pelo Presidente do Estado em 7 de setembro de 1917 ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 13ª Legislatura. Aracaju, 1917, 61 págs. in. 4º gr., com anexos. Imprensa Oficial.

– *Mensagem* dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe ao instalar-se a 2ª sessão extraordinária da 18ª Legislatura em 15 de julho de 1918. Aracaju, 1918, 13 págs. in. 8º gr. Imprensa Oficial.

– *Mensagem* dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 7 de setembro de 1918 ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 14ª Legislatura. Aracaju, 1918, 42 págs. in. 4º gr. com anexos. Imprensa Oficial.

Manuel Raimundo de Melo Menezes, Doutor – Filho do coronel Manuel Gaspar de Melo Menezes e D. Cordula Accioli de Menezes, nasceu em setembro de 1864 no Engenho Velho, então pertencente ao município de Itabaiana, e faleceu a 14 de julho de 1898 no município de Uberaba, Estado de Minas Geras. Chegado à idade de dar começo aos estudos seguiu para a Bahia, onde habilitou-se em humanidades, entrando em seguida para a Faculdade de Medicina, na qual se graduou doutor em 1886. Logo depois de formado dirigiu-se para o Sul do país, vindo a estabelecer-se naquela cidade mineira, em que por muitos anos exerceu a sua atividade como clínico e fazendeiro.

Escreveu:

– *Delivramento artificial*: dissertação. Proposição. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 3 de maio de 1886, a fim de obter o grau de doutor. Bahia, 1886, 81 págs. in. 8º. Imprensa Popular. Foi até 1890 um dos redatores da:

– *A Marcha*: órgão republicano de Uberaba. Uberaba, 188...

Manoel Raimundo de Melo, D. – Filho do Capitão Raimundo Ezequiel Henriques e D. Maria Rosa de Melo Henriques, nasceu a 11 de fevereiro de 1872 no engenho Oiteiro do Meio, município da Capela. Cursou humanidades e ordenou-se na arquidiocese da Bahia a 1º de novembro de 1894, e a 8 de dezembro do mesmo ano cantou a sua primeira missa na Matriz da Cidade de Propriá. Em 12 de novembro do referido ano teve a sua primeira nomeação para Coadjutor da Freguesia de Itabaiana, sendo a 25 de outubro de 1895 nomeado Vigário de S. Paulo, (Sergipe), continuando nas funções de coadjutor.

Foi professor da cadeira de latim no Seminário Menor da Bahia em 1898-1899 e reitor do Orfanato de S. Joaquim. Em 1901 foi nomeado Vigário Forâneo de Sergipe, cargo que dignamente exerceu durante o espaço de 12 anos, até a posse do 1º Bispo dessa diocese, Exmo. Rvmo. Sr. D. José Thomaz Gomes da Silva. Em 21 de abril de 1903 foi nomeado

cônego honorário da Catedral da Bahia; Monsenhor honorário de S. Santidade Pio X em 6 de setembro de 1908 e Deão do Cabido da Diocese de Aracaju em 4 de agosto de 1912. Trabalhou consideravelmente pela criação da Diocese de Aracaju, e esse fecundo trabalho, verdadeiramente apostólico, foi galardoado com a merecida nomeação de Vigário Geral da mesma; com que o Bispo de Aracaju o distinguiu em 6 de dezembro de 1913. Foi nomeado bispo de Caeteté por Breve Pontifício de 18 de agosto de 1914, e tomou posse da Diocese por procurador a 28 de fevereiro de 1915, sendo a sua sagração na Catedral de Aracaju a 21 de fevereiro do mesmo ano, fazendo sua entrada solene na diocese no dia 3 de maio do referido ano. Foi diretor do Boletim Diocesano de Aracaju. Atestam o seu devotamento perseverante e o seu amor ardente pela causa que esposou, a visita pastoral feita à maior parte de sua vasta Diocese a remodelação de sua catedral, a criação do Seminário Diocesano, a fundação do Colégio Bom Pastor e a conservação do Instituto S. Luiz de Gonzaga, dirigido pelos beneméritos Jesuítas.

Escreveu:

– Carta Pastoral ao Rvmo. Clero e aos fiéis de sua Diocese, passada em Caeteté em 1º de novembro de 1917. Riacho de Sant’Ana 1918, 8 págs. in. 12º. Tipografia do “O Regato”.

► *Data da morte*: 11 de Março de 1943, em Propriá (SE)

Manuel da Silva Rosa Júnior, General – Filho de outro do mesmo nome e D. Constância Cândida da Silva Rosa, nasceu a 10 de junho de 1840 em Maruim e faleceu na Capital Federal a 28 de março de 1915.

Oficial do Exército com praça desde 1858, fez toda a campanha do Paraguai, tendo sido ferido gravemente em Villeta por um estilhaço de metralha. Como alferes do contingente destacado a bordo da fragata “Amazonas”, serviu na esquadra, tomando parte no combate naval de Riachuelo, na tornada de Corrientes e nas passagens de Mercedes e Cuevas. Entre as diversas comissões militares que desempenhou no tempo de paz figura a de ajudante de ordens em Sergipe na presidência do desembargador Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão em 1873. Tendo sob o seu comando em 1839 o 7º Batalhão de Infantaria e amigo particular do marechal Deodoro da Fonseca, acompanhou-o no movimento revolucionário de 15 de novembro e foi um dos mais dedicados auxiliares do seu governo. Por Decreto de 2 de dezembro de 1892 reformou-se no posto de general de brigada após longos anos de serviços ao país, tendo continuado a prestá-los como senador federal eleito por seus conterrâneos no primeiro pleito eleitoral do regime republicano. Terminado o mandato, recolheu-se à vida particular, abandonando de vez a política, na qual incidentemente militou. Era cavaleiro e oficial da Ordem de S. Bento de Aviz, cavaleiro do Cruzeiro, condecorado com a medalha de mérito militar e com as medalhas comemorativas da Guerra do Paraguai concedidas pelos governos do Brasil, República Argentina e Uruguai.

Escreveu:

– *Compêndio elementar do sistema métrico decimal*, compilado pelo Capitão de Infantaria... e adotado para as escolas públicas da Província de Sergipe. Aracaju, 1873, 21 págs. in. 8º pq., com oito tabelas comparativas. Tip. do “Jornal do Aracaju”. Este compêndio teve em 1882 segunda edição em S. Paulo, em cujas escolas primárias também foi adotado.

Manuel Simões de Melo, Doutor – Filho de João de Melo Resende e D. Anna Maria do Melo, nasceu a 8 de maio de 1827 no município da Capela e faleceu a 18 de julho de 1905 no engenho Dira, de sua propriedade, no município de Itaporanga. Doutor em medicina pela Faculdade da Bahia graduado a 18 de dezembro de 1852, exerceu a clínica por alguns anos na Capela e em Itabaiana, dedicando-se depois à vida da lavoura em que auferiu resultados compensadores do seu trabalho inteligentemente encaminhado para este fim. Conseguindo tornar-se fazendeiro abastado, soube dar por mais de uma vez aplicação útil à sua fortuna, até mesmo em proveito dos cofres públicos, cedendo por empréstimo quantia avultada em uma

das crises financeiras da província. No tempo da monarquia ocupou cargos de eleição popular e de nomeação do governo, como também o de 4º vice-presidente da província, por nomeação do governo geral, tendo feito parte no regime atual da Assembléia Constituinte Estadual de 1891. Crente sincero da religião católica, fazia anualmente no mês de janeiro, com a maior solenidade, em cumprimento de voto seu, a festa do Senhor do Bomfim celebrada na antiga capela do engenho Dira, construída em 1703.

Escreveu:

– *Breves reflexões higiênicas sobre o casamento*: tese apresentada e sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia, em 29 de novembro de 1852 pelo doutor..., Bahia, 1852, 19 págs. in. 8º. Tip. de Carlos Poggetti.

Manuel de Souza Campos, Comendador – Nascido na então vila da Capela a 25 de dezembro de 1838. faleceu na capital da Bahia a 13 de fevereiro de 1910. As precárias condições de pobreza de seus pais, José do Egito Campos e D. Mariana Perpétua de Campos, induziram-no a partir, na idade de 14 anos, para aquela cidade, em busca de uma colocação que lhe assegurasse o futuro e o bem-estar da família. Com predisposições para a carreira do comércio, empregou-se como caixeiro no escritório de acreditado negociante, enquanto não lhe foi possível estabelecer-se por conta própria. Logo que dispôs dos recursos necessários, fundou uma loja de fazendas e escritório de consignações, em que durante cerca de 40 anos exerceu a sua atividade com raro tino e intenso amor ao trabalho, de modo a se tornar possuidor de uma das mais avultadas fortunas do Norte do país, calculada em quantia superior a três mil contos. Por suas apreciáveis qualidades ocupou um posição de destaque na sociedade e comércio da Bahia, não havendo quem nos últimos 25 anos gozasse de mais elevado prestígio no movimento daquela praça. Em 1872 entrou como suplente para o Banco da Bahia, do qual foi depois diretor e presidente, sempre reeleito até 1909, em atenção aos meritórios serviços prestados àquele velho estabelecimento bancário. Em 1887, quando deixou a vida ativa do comércio, foi eleito provedor da Santa Casa da Misericórdia, então em aflitiva crise financeira, e tanto quanto ao Banco, dedicou até falecer a maior soma dos seus esforços e a benéfica influência do seu nome em favor da pia Instituição, que lhe deveu o levantamento do crédito mediante a restauração da sua prosperidade econômica. As obras do hospital Santa Isabel, há muito sem andamento, concluíram-se na administração do benemérito provedor, a quem coube desempenhar a formalidade da inauguração. Exerceu por alguns anos o cargo de prior da Venerável Ordem Terceira do Carmo, o de ministro da Ordem Terceira de S. Francisco e em 1890 o de provedor interino do Asilo de Mendicidade de que foi um dos fundadores.

Por ocasião da passagem do Imperador Pedro II pela Bahia, em 1878, foi agraciado com o oficialato da Ordem da Rosa, e em 1887 com a comenda da Ordem de Cristo, por ter libertado incondicionalmente todos os seus escravos. Era membro da Associação Comercial da Bahia e sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico do mesmo Estado. Na ausência dos muitos relatórios elaborados por força dos cargos que lhe foram confiados, passam a ser mencionados dois dos mais recentes, únicos fornecidos pelo próprio autor.

São:

– *Relatório* apresentado à Mesa e Junta da Santa Casa da Misericórdia da Capital do Estado da Bahia, em 1º de janeiro de 1907. Biênio de 1905 e 1906. Com diversos mapas, relatórios parciais, balanço, e orçamentos. Bahia, 1907, XII-35 págs. in. 8º gr, Oficinas do “Jornal de Notícias”.

– *Relatório* do Conselho de Direção do Banco da Bahia apresentado a Assembléia Geral dos Acionistas em 27 de fevereiro de 1907. Com diversos balanços e a relação nominal dos Acionistas do Banco em folhas não numeradas. Bahia, 1907. 8 págs. in. 8º. Lito-Tipografia Chaves.

Manuel Ventura de Barros Leite Sampaio, Bacharel – Filho do coronel José Mateus Leite Sampaio, já mencionado neste livro, e D. Anna de Barros Leite Sampaio, nasceu a 11 de novembro de 1850 no município de S. Cristóvão e faleceu em Divina Pastora a 14 de junho de 1901. Depois de haver cursado humanidades, como interno do antigo colégio S. João, na capital da Bahia, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, onde recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais no fim do ano de 1871. Dotado de um espírito superior solidamente preparado para a conquista das mais elevadas posições sociais, iniciou a carreira pública a 17 de dezembro de 1873, pela promotoria da comarca de Propriá. No ano seguinte foi nomeado juiz municipal do termo do Socorro, de que pediu exoneração em junho de 1878, por ter sido nomeado Secretário do governo da ex-província de Santa Catarina, na administração do Conselheiro Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, ocupando o lugar apenas por espaço de seis meses, visto ter-lhe o governo geral distinguindo com a comissão de chefe de polícia de Alagoas em 4 de janeiro de 1879. Por decreto de 16 de maio de 1880 reentrou para a magistratura, como juiz de direito da comarca de Carinhanha, na Bahia, da qual saiu para a chefatura da polícia do Maranhão, em virtude de nomeação datada de 7 de maio de 1881. Poucos meses depois, dispensado deste último lugar, foi nomeado por carta imperial de 18 de março de 1882, Presidente da Paraíba, em cuja administração se manteve desde 21 de maio a 2 de novembro seguinte. Designado em dezembro do mesmo ano à comarca de Águas Belas, em Pernambuco, para nela continuar o exercício da judicatura, teve de transferir-se em setembro de 1884 para a capital da província, a fim de tomar posse do cargo de chefe de polícia efetivo, nomeado por decreto de 19 do mês anterior, sendo Presidente o Doutor Sancho de Barros Pimentel - Dispensados os seus serviços em 1885, permaneceu sem comarca até 1889, ano em que lhe foi designada, por decreto de 28 de junho, a comarca do Conde, na Bahia. Sucedendo ao regime monárquico a forma republicana, o Governo Provisório entendeu colocá-lo na capital federal, nomeando-o em 1890 para os novos lugares de juiz de casamentos do segundo distrito e juiz do Tribunal Civil e Criminal, removido, a pedido, deste último para a vara de direito do Aracaju, em data de 12 de janeiro de 1892.

Nesse mesmo ano efetuou-se a organização judiciária do Estado, na qual não foi contemplado, o que deu lugar a ser decretada em 17 de janeiro de 1893 a sua disponibilidade, em cumprimento de disposição constitucional. Desde então recolheu-se definitivamente à vida privada, rodeado da estima e respeito de quantos o conheciam. Nos diversos cargos cujas funções desempenhou com a maior distinção prestou relevantes serviços ao país pelos quais foi agraciado no período imperial com a comenda da Ordem da Rosa. Foi sócio honorário da sociedade literária Nova Arcádia da cidade de Cunha em S. Paulo.

Escreveu:

– *Relatório* apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo Presidente... , em 04 de outubro de 1882. Paraíba, 1882, 26 págs. in. 4º. Tip. do Comércio.

Manuel Vicente de Santa Cruz Baiense – Filho de Antonio José Pereira Fortes e D. Claudiana Maria da Conceição, nasceu a 14 de junho de 1841 em Laranjeiras e ali faleceu a 20 de dezembro de 1919. Muito cedo revelou notável aptidão para a música e tanto bastou exhibir-se em público para logo adquirir a reputação de perfeito conhecedor dos segredos da arte sublime da harmonia. As admiráveis produções do seu gênio artístico e o grande número de discípulos, que lhe ouviram as lições, atestam vantajosamente o seu saber e competência, como compositor e como mestre.

Em Laranjeiras, onde sempre residiu, lecionou nos colégios de D. Possidônia Bragança, D. Esmeralda Lopes, D. Elisa Diniz, em casas particulares na mesma cidade e em Aracaju. Perito no manejo de todos os instrumentos, aperfeiçoou-se de preferência no violino, que foi também o instrumento predileto do seu antigo professor, padre Cipriano Chaves. Quando em 1889 foi aberto no Rio de Janeiro o concurso para o Hino da República o seu trabalho mereceu ser colocado em 3º lugar entre os apresentados pelos melhores compositores

nacionais. Como este muitos outros trabalhos deixou que dignificam o seu nome e honram a sua memória. Por algum tempo exerceu o lugar de escrivão da coletoria de Laranjeiras, de cujo foi partidor, contador e distribuidor interino, poucos meses antes de falecer. Da lista, talvez incompleta, de suas composições fazem parte as seguintes:

- *Ave Maria*, para órgão e violino. 1885.
- *Missas* – 2.
- *Te Deum* – 1.
- *Tantum ergo* – 1.
- *Tota pulchra* – 2.
- *O céu*: hino.
- *Hino Laranjeirense*.
- *Hino Republicano*, 1889.
- *Ron soir, voisine* – duo.
- *Non tengo* – duo.
- *Marcha Carlos Gomes*, oferecida ao Estado de São Paulo. 1896.
- *Cena de amor*: opereta em 1 ato. 1901.
- *O carnaval ou o Conde Zamour*: melodrama em 2 atos.
- *Dois marcos de luz em Laranjeiras*. 1902.
- *Tristeza a beiramar*: noturno. 1904.
- *Tiradentes*: dobrado.
- *Pio IX*: marcha fúnebre.
- *Hino da Exposição Nacional*. 1908. Foi adotado para servir de Hino Oficial da Exposição.
- *A bandeira do destróier* – Sergipe – valsa para piano e violino. 1910.
- *Le baiser de Judas*: schotisch.
- *O pranto das flores*: valsa.
- *Saudades de New York*: serenata.
- *Tristezas*: valsa.
- *Cascata de pérolas*: valsa.

Além do que está mencionado, muitas outras músicas há de sua autoria, como várias valsas, hinos, marchas, fantasias.

Manoel Virgílio da Silva, Cirurgião-Dentista – Nasceu na cidade de Laranjeiras a 26 de julho de 1854, sendo filho de José Antonio da Silva e D. Joanna da Santa Cruz Silva. Estudou primeiras letras na cidade do seu nascimento, freqüentando, sucessivamente, as aulas dos professores Cândido da Cunha Dormundo e Alexandre José Ferreira.

Recebeu ainda lições de francês e aritmética dos professores Tito Andrade e Moura Mattos.

Foi professor primário durante quatro anos, ocupando a cadeira do Cabuta. Deixando o magistério seguiu para a Bahia, onde dedicou-se, por espaço de um ano, à escrita de casas comerciais.

Feitos os preparatórios indispensáveis, matriculou-se na Faculdade de Medicina daquela capital, onde fez o curso de odontologia, recebendo o grau em março de 1884. Por algum tempo exerceu a clínica na Bahia, no seu Estado natal, em S. Paulo, Capital Federal, Espírito Santo, Bahia (novamente), Alagoas e Amazonas, onde permaneceu muitos anos.

Fundou e redigiu com os Drs. Josino e Artur Cotias, Manoel Freire e outros o periódico “Tribuna Republicana”, Valença, Bahia, 1889-1890. Teve curta duração.

Escreveu:

- *Ensaio Poéticos*: versos. Bahia, 1879, 130 págs. in. 8º pq. Imprensa Econômica.

Manoel Xavier de Oliveira, Engenheiro Agrimensor – Filho do Capitão Dr. Manoel Xavier de Oliveira e D. Esilina Campos de Oliveira, nasceu a 27 de junho de 1900 na Capela. Fez seus estudos de humanidades no Colégio Militar e recebeu o grau de Engenheiro Agrimensor no dia 18 de dezembro de 1918.

Terminado o curso no Colégio Militar de Barbacena, matriculou-se em 1919 na Escola Militar, da qual foi desligado em 19 de agosto de 1922 por ter tomado parte no movimento revoltoso de 5 de julho do referido ano contra o governo da República. Atualmente (1924) estuda direito na Faculdade Livre da Bahia. Dirigiu neste mesmo ano o Colégio “Tobias Barreto” de Aracaju, e exerceu interinamente as funções de professor de Aritmética e Álgebra do Ateneu Sergipense e da Escola de Comércio “Conselheiro Orlando”.

Em 1917 foi 2º Secretário da “Sociedade Literária e Científica” do Colégio Militar do Rio de Janeiro e em 1918, 1º secretário da “Sociedade Literária” do Colégio Militar de Barbacena (Minas). Colaborou, em 1917-1918, na Revista “A Alvorada” do Colégio Militar de Barbacena, e em 1921 fundou a “Revista da Escola Militar” da qual foi Diretor e assíduo colaborador até 1922. Foi Redator Secretário e depois Diretor da “Revista da Escola Militar” do Realengo, no período de maio de 1921 a julho de 1922, fundada por ele com outros companheiros. Durante dois anos (1921-1922) foi orador oficial da “Sociedade Acadêmica Militar”. Exerceu de novembro de 1923 a agosto de 1924 as funções de redator do “Correio de Aracaju”, onde afora trabalhos de redação escreveu artigos sobre assuntos nacionais e literários, usando os pseudônimos de *Kalisto* e *Lord Grey*. Tomou parte em diversas reuniões cívicas e literárias, lendo trabalhos seus, tanto em Sergipe como no Rio e em Barbacena.

Como sócio efetivo do “Centro Sergipano” do Rio de Janeiro, produziu alguns discursos. Tem dois trabalhos premiados pela “Sociedade Literária” do Colégio Militar de Barbacena: um sobre a vida de Tobias Barreto e outro sobre “Educação Nacional”. Está em elaboração um volume dos artigos esparsos que tem escrito e discursos já proferidos e tem em começo um trabalho sobre “Vida tempestuosa”, de crítica severa e pessoal aos últimos acontecimentos militares e políticos desses últimos dez anos.

Marcolino Pacheco do Amaral, Monsenhor – Filho do antigo comerciante Manuel Pacheco do Amaral Miranda e D. Rosa de Oliveira Amaral, nasceu em Propriá a 2 de outubro de 1845 e faleceu no Recife a 25 de julho de 1913 no Asilo da Tamarineira de que era capelão. Na idade de 13 anos deixou a terra natal para ir estudar no externato do seminário episcopal de Olinda, sob a proteção de seu tio, Frei Antonio de S. Camilo de Lelis. (Vide este nome).

Em 1863 internou-se no mesmo seminário a fim de freqüentar as aulas de teologia, obtendo sempre nos seus exames as melhores aprovações. Seguindo em 1866 para a Bahia, ali completou o curso teológico e canônico, recebendo a 1 de maio do ano seguinte todas as ordens até ao presbiterado. conferidas pelo arcebispo, D. Manuel Joaquim da Silveira, depois Conde de S. Salvador. Voltando a Olinda Já ordenado, auxiliou a Frei Antonio de S. Camilo na direção e ensino dos alunos do colégio de S. Francisco; ocupou por algum tempo os lugares de censor e capelão do Ginásio Pernambuco; foi nomeado em 1868 cônego efetivo da Sé de Olinda pelo governo imperial e pelo diocesano de então professor de geografia e corografia do seminário, do qual foi depois professor da cadeira de francês ainda por nomeação do governo imperial. Renunciando em 1873 esses cargos e as cadeiras do seminário, como a da Sé, dedicou-se à vida paroquial por espaço de treze anos, exercendo as vigararias de Bom Jardim, Afogados, Vitória e Bom Conselho em Pernambuco. Dispensado do paroquiado em 1886 pelo bispo, D. José Pereira da Silva Barros, mais tarde Conde de São Agostinho e arcebispo titular de Darnis, foi por ele nomeado reitor e professor de teologia moral do seminário, do qual já havia sido discípulo e mestre. Em 1887 deixou a reitoria por motivo de saúde, continuando porém a reger aquela cadeira e mais a de retórica. O bispo D. Manuel dos Santos Pereira fê-lo em 1893 provisor do bispado e seu procurador em Roma no

ano de 1897 para fazer a visita *ad Limina Apostolorum*. Dada a vacância da Sé pelo falecimento desse prelado a 26 de abril de 1900, o cabido elegeu-o vigário capitular e logo que foi preenchida com a confirmação do bispo, o atual arcebispo, D. Luiz Raimundo da Silva Brito, dele recebeu a nomeação de vigário geral do bispado, cargo que exerceu até falecer. Como governador do bispado e vigário capitular assumiu por mais de uma vez a suprema direção da diocese, de que foi representante no Congresso Eucarístico internacional realizado em 1910 na cidade de Montreal, no Canadá. Protonotário apostólico, *ad instar participantium* por concessão da Santa Sé, cônego tesoureiro-mor da catedral de Olinda e examinador sinodal, pertencia ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano na qualidade de sócio honorário e a outras sociedades científicas do Estado. Figura eminente do clero brasileiro, dispondo de sólida cultura intelectual adquirida no estudo dos autores ortodoxos e nas instrutivas excursões à Europa, sempre se distinguiu como professor erudito, apreciado orador sacro e escritor público. Jornalista católico, publicou na imprensa de Maceió em 1894 alguns artigos sob o pseudônimo de *Scaffelaar*, encarecendo a utilidade do Óbulo Diocesano, e fundou em épocas diferentes os jornais mencionados no fim deste artigo. Na resumida notícia linhas insertas no 6º volume do Dicionário Bibliográfico Brasileiro pelo Doutor Sarnento Blake estão errados tanto o primeiro nome como a naturalidade deste autor.

Escreveu

– *Comentário à Bula Apostólica Sedes de Pio IX*. Recife, 1879, 48 págs. in. 8º. Tipografia, Clássica de I. F. dos Santos.

– Sermão da Paixão de N. S. J. Ch. Recife, 1890, 19 págs. in. 8º. Tipografia Clássica de I. F. dos Santos.

– *Compêndio de Teologia Moral* elaborado sobre o plano do Rv. P. Gury, oferecido ao clero brasileiro. 3 volumes in. 8º Recife, 1888, 552 págs. Tip. Universal; Olinda, 1889, 588 págs. Imprensa Econômica, propriedade do autor; Olinda, 1890, 692 págs. Imprensa Econômica. Esta obra mereceu honrosos elogios de D. Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro e Conde de Santa Fé.

– *Discursos* pronunciados por ocasião das festas aniversárias do Óbulo Diocesano na qualidade de presidente efetivo dessa pia instituição. No Boletim do Óbulo Diocesano.

– *Práticas devotas ao Sagrado Coração de Jesus*. Lisboa, 1899, 15 págs. in. 12º. Imprensa Freire. Quando vigário capitular fundou e redigiu:

– *Boletim Diocesano*: publicação mensal. Recife, 1900-1901. Sob a direção do então secretário do bispado, Monsenhor Casimiro Tavares Dias. Saíram apenas 12 números, o 1º em julho daquele ano e o último em junho do ano seguinte. Foi diretor e redigiu até 1910.

– *A Tribuna Religiosa*: órgão oficial da diocese de Olinda. Recife, 1906. Alguns dos seus artigos foram assinados com o pseudônimo de Pauto da Cruz. Era a princípio uma publicação quinzenal de pequenas dimensões, feita nos dias 1 e 16 de cada mês, tendo duplicado o formato dentro de 6 meses, aumentado mais uma vez decorrido igual espaço de tempo. Esse periódico ainda existe e continua a servir de órgão do arcebispo.

Maria da Conceição Perdigão Ferraz, mais conhecida por Concita Ferraz – Filha do bacharel Deusdedit da Silva Ferraz e D. Maria Amélia Perdigão Ferraz, nasceu a 26 de maio de 1895 no Aracaju e faleceu em S. Luiz do Maranhão a 14 de agosto de 1915. Jovem poetisa arrebatada pela morte no vigor dos quatro lustros de idade, seguiu nos primeiros anos da infância para o extremo Norte do país em companhia dos seus progenitores. Toda a sua educação doméstica e literária fê-la nos Estados do Amazonas e Maranhão, nos quais transcorreram os seus poucos anos de existência. Um vago pressentimento, talvez, do próximo fim da vida subjetiva inspirou-lhe o vivo desejo de rever a cidade natal, onde nos rápidos meses de residência, em 1914, colaborou no “Diário da Manhã”, publicando versos líricos, ela que decantava os puros afetos de sua alma terna e amorosa. Com a inteligente nortista, D. Eulina Murta redigiu:

– *Folha de Rosa*: pequeno jornal literário de curta duração. S. Luiz do Maranhão, 190...

Escreveu:

– *Perfumes*: poesias. Maranhão, 1913, 59 págs. in. 12º. Tipografia Teixeira.

Mário de Araújo Hora – Filho do Tenente Nicolau Tolentino Sales da Hora e D. Argemira de Araújo Hora, nasceu a 25 de junho de 1891 em Aracaju.

Fez na sua cidade o curso primário e o secundário no Recife.

Transportou-se para a Capital Federal em 1908 depois de ter percorrido a espaços Alagoas, Bahia e Recife.

É jornalista desde os 18 anos e se tem dedicado quase que exclusivamente à vida da imprensa.

Laureado pela Academia Brasileira de Letras, tem escrito em grande número de jornais do Rio de 1909 a 1920, colaborando e redigindo a ex “Folha do Dia”, fundada em 1909 a 1914 e o “Imparcial” de 1914 a 1915. É redator da revista “Terra e Mar”, “O jornal”, desde 17 de junho de 1918 e a “Vida doméstica” em 1920.

Escreveu:

– *Saudades de Aracaju*. Na “Revista do Norte”, Rio de Janeiro, 12 págs. a 14 do nº 2 de setembro de 1914.

– *A noiva de Cruz e Sousa*. Na “A Noite”, Rio, de 7 de setembro de 1915.

– *Ressurreição*: conto. No “O Jornal”, Rio, de 3 de abril de 1920.

– *Tabaréus e Tabaroas*. (Contos sertanejos do Nordeste). Menção honrosa da Academia de Letras. Rio, 1922, 105 págs. in. 12º. Livraria Schetino. Tendo o autor concorrido ao prêmio de contos, novelas e obras de ficção estabelecido em 1921 pela Academia de Letras, coube-lhe a menção honrosa concedida por aquela corporação.

– *Mulheres do próximo*. (Contos femininos). Rio, 1923, 178 págs. in. 8º pq. Editores Benjamim Costallat & Cia. Abicollis.

Mário de Oliveira Lobão – Filho de Tranquilino de Oliveira Lobão e D. Vitória de Oliveira Lobão, nasceu em Itabaiana a 14 de outubro de 1884. Começou seus estudos preparatórios no Pará terminando no Aracaju. Frequentou a Faculdade Livre de Belém, interrompendo o curso para viajar pelo vale do Amazonas. Recebeu o grau de farmacêutico em 1900 na Faculdade de Medicina da Bahia. Tem-se dedicado às letras e à imprensa, colaborando no “Jornal do Ceará” de Fortaleza, no “O Município de Laranjeiras” e no “O Estado de Sergipe” em que fez as suas primeiras armas.

Escreveu:

– *Folhas secas*: coleção de sonetos publicados esparsamente em vários jornais do Amazonas e Sergipe.

– *A música*: conferência realizada no Grêmio Musical “União Laranjeirense” da cidade de Laranjeiras, publicado no “O Município” da mesma cidade.

– *O superior*. Ao simpático Dr. Aristides Fontes. No “O Estado de Sergipe” de 8 de agosto de 1906.

Discurso proferido a 16 de agosto de 1913 por ocasião de ser inaugurado na matriz de Laranjeiras o retrato do Exmo. Bispo de Aracaju. No “Diário da Manhã”, de 21 do mesmo mês.

► *Data de morte*: 02 de Março de 1952, em Cruzeiro do Sul (AC)

Mário Guaraná de Barros – Filho do Capitão José de Barros e Almeida e D. Maria Guaraná de Barros, nasceu no Aracaju a 22 de maio de 1881.

Na terra natal freqüentou o colégio do professor Alfredo Montes e aos 12 anos seguiu para o Rio de Janeiro resolvido a abraçar a carreira eclesiástica. Por algum tempo residiu no Mosteiro de S. Bento, passando-se para o Estado do Espírito Santo onde chegou a ser secretário do Bispado em 1905.

Voltando neste ano a Sergipe fez parte do corpo redatorial do “Diário Oficial” e lecionou internamente a cadeira de geografia do Ateneu Sergipense.

Foi por muitos anos um dos redatores do “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro e colaborador de diversos jornais.

Funcionário da Alfândega do Rio de Janeiro, desempenhou diversas comissões, como a de Inspetor das Alfândegas de Maceió, Corumbá e Pelotas.

Poeta e jornalista manteve no “Diário Oficial” do Aracaju uma seção sobre o título “Vai de lírios” e “Flox sanctorum”, tendo inédito uma “Ode a Sergipe”.

Usou ainda os pseudônimos de Xenofonte e Germário.

Escreveu:

– Uma série de artigos sobre a religião com as epígrafes: Um livro novo – Os protestantes em Aracaju – Protestantes – Não verdade!... Não fé!... *Ite in pace* – No “O Estado de Sergipe”, de 13, 20 e 29 de novembro e 4 de dezembro de 1904.

Mário de Oliveira Sampaio, Engenheiro – Filho do Coronel Terêncio Sampaio e D. Josefa de Vasconcelos Sampaio, nasceu em Aracaju a 22 de junho de 1879. Engenheiro geógrafo pela Escola Politécnica, capitão de corveta da marinha nacional, esteve em Spezzia, fiscalizando a construção dos submersíveis F-1, F-3, e F-5, ao mesmo tempo que praticava no respectivo comando. Como comandante por alguns anos do F-1, preparou os seus sucessores, lecionando teórica e praticamente a especialidade.

Escreveu e publicou um útil estado sobre a navegação da Lagoa dos Patos, em demorada comissão no Rio Grande do Sul. Em 1924 foi nomeado assistente do Comando da Esquadra Nacional.

Escreveu:

– *Praticagem das Lagoas dos Patos* e Mirim e dos Canais e Rios Navegáveis do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1912. Imprensa Naval.

Martinho César da Silveira Garcez, Bacharel – Filho do Desembargador Manoel de Freitas César Garcez e D. Clara Júlia da Silveira Garcez, nasceu no engenho Comendaroba, município de Laranjeiras, a 30 de novembro de 1850. Fez os estudos preparatórios na cidade do Rio de Janeiro nos colégios “Santo Antonio”, dirigido pelo Cônego Antonio Pereira, e “Vitória”, sendo aprovado com distinção em diversas matérias. Estudou direito na Faculdade do Recife, onde recebeu o grau de bacharel em 1872.

Animado pelo seu lente, Dr. Tavares Belfort, que reconhecia sua grande capacidade intelectual, preparava-se para sustentar tese e habilitar-se para concorrer a uma cadeira na faculdade, quando foi nomeado promotor público da comarca de Laranjeiras, por ato de 1º de maio de 1874.

Deixou então a cidade do Recife, volvendo ao Estado natal a fim de exercer a referida promotoria.

A 18 de junho desse ano foi nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Campos e Lagarto, sendo a 23 de outubro de 1875, removido para o importante termo de Juiz de Fora, na província de Minas, com preterição de candidatos fortemente amparados pelas bancadas mineiras nas duas casas do parlamento nacional. Exerceu essa judicatura com tal superioridade que ao concluir o quadriênio, em 1878, o foro da velha cidade mineira fez a mais significativa manifestação de apreço até então feita aos seus juizes, oferecendo-lhe artística pena de ouro cravejada de brilhantes com a seguinte dedicatória: “Ao juiz probo,

ilustrado e talentoso Dr. Martinho César da Silveira Garcez homenagem do foro de Juiz de Fora – 1879”.

O mesmo foro e a Câmara municipal se dirigiram ao Governo Imperial pedindo a sua recondução. Desejando, porém, empregar a sua atividade mais proficuamente e sentindo que seria se constranger aceitar essa recondução de um partido que lhe era adverso, declarou pela Imprensa que a não aceitaria. Abriu então escritório de advogado em Juiz de Fora e dedicou-se com vantagem a vida forense.

Identificado com o meio, gozando do mais elevado conceito pelos dotes morais e intelectuais, encontrara na cidade mineira largo campo para exercer com proveito a sua atividade.

Transferiu em 1880 a sua residência para a cidade da Paraíba do Sul, ali granjeando logo grande nomeada como advogado.

Em 1888 passou-se para a capital do Império, onde consagrou-se ao jornalismo e à advocacia.

Foi deputado provincial por Sergipe na legislatura de 1874-1875, presidente do Estado no triênio de 1896-1899 e senador federal de 1900 a 1908.

Como senador fez parte da comissão de legislação e da primeira comissão especial do Senado para rever o projeto do Código Civil votado pela Câmara dos Deputados.

É membro do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, lente catedrático de Direito Civil e diretor da Faculdade de Direito “Teixeira de Freitas” do Rio de Janeiro, desde a sua fundação em 1914 até 15 de fevereiro de 1915.

Foi redator chefe da revista acadêmica “O Movimento”. Recife. 1872; do “O Dia”, Rio de Janeiro, 1889-1891, do qual foi depois proprietário; diretor da “Cidade do Rio” e seu redator chefe na ausência de José do Patrocínio, de 1891 a 1893; fundador, diretor e redator chefe do “Correio da Tarde”. Rio de Janeiro, 1893 a 1895.

No “O Dia” fez campanha contra a centralização administrativa das províncias e no “Correio da Tarde” em favor da eleição do Presidente da República.

Quando terminou o seu governo no Estado de Sergipe, achando-se já na capital da República, recebeu dos seus co-estaduanos ali residentes, uma riquíssima coroa de ouro cravejada de brilhantes e rubis com a significativa dedicatória: “Ao imortal pacificador da família sergipana Dr. Martinho César da Silveira Garcez, homenagem e gratidão do Estado de Sergipe. 30 de novembro de 1899”.

Escreveu:

- *Discurso* pronunciado na sessão da Assembléia Provincial de Sergipe de 6 de março de 1874. No “Jornal do Aracaju”, de 19 do mesmo mês.

- *Discurso* pronunciado na sessão da Assembléia Provincial de Sergipe de 11 de março de 1874. No mesmo “Jornal” de 24 do referido mês.

- *A escravização de Sergipe pela comissão mista*. No “Diário Oficial” do “Estado de Sergipe” de 2 de outubro de 1895.

- *Manifesto ao “Estado de Sergipe”*. No mesmo jornal de 21 de julho de 1896.

- *Mensagem* dirigida à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da sessão extraordinária de 1897. Aracaju 1897. 14 págs. in. 8º. Imprensa Oficial. Saiu no “Diário Oficial” do Estado de Sergipe de 17 de fevereiro de 1897.

- *Mensagem* dirigida à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da sessão ordinária de 1897. Aracaju, 1897, 44 págs. in. 8º. Imprensa Oficial. Saiu no Diário Oficial do “Estado de Sergipe” de 10 a 15 de setembro do mesmo ano.

- *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa do “Estado de Sergipe” em sessão extraordinária de 13 de abril de 1898. Aracaju 1898, 13 págs. in. 8º, seguidas de uma demonstração da receita e despesa do Estado de 11 de outubro de 1897 a 16 de março de 1898, publicada no “Diário Oficial do Estado de Sergipe” de 16 do mesmo mês.

- *Mensagem* dirigida à Assembléia Legislativa do Estado a 5 de julho de 1898 no encerramento da sessão extraordinária. No “O Estado de Sergipe” do dia 8.

– Política de Sergipe. No “O Estado de Sergipe” de 28 a 30 de outubro, 1, 4, 11 a 13, 15, 19 e 20 de novembro de 1898: série de artigos transcritos no “Jornal do Comércio”. Não prosseguiu a transcrição.

– *Manifesto* lido na reunião política convocada para 4 de maio de 1899 a fim de homologar o acordo político Martinho Garcez – Olímpio Campos. No “O Estado de Sergipe”, do dia 6.

– *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa por ocasião da instalação da sessão extraordinária de 15 de junho de 1899 (11ª da República). Aracaju, 1899, 10 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”. Saiu no “O Estado de Sergipe” do dia 16.

– *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa por ocasião da instalação da sessão extraordinária no dia 10 de agosto de 1899. Aracaju 1899, 8 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”. Saiu no “O Estado de Sergipe” do mesmo dia.

– *Pelo divórcio*: projeto e discursos do Senador. Rio de Janeiro, 1901, 60 págs. in. 8º. Oficina tipográfica da “A Tribuna”.

– Apelação civil Nº 3.138. A nulidade de pleno direito opera independente de sentença ou decisão judicial? Aos atos jurídicos é lícito atribuir absurdo ou necessidade? Razões de apelação de uma sentença arbitral proferida por dois Ministros do Supremo Tribunal Federal contra a lei, a jurisprudência, a doutrina, o senso jurídico e o senso comum. Rio de Janeiro, 1994, 139 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & Cia.

– Chantagem na Corte de Apelação. Sentença nessa série de artigos no “Jornal do Comércio” de 9 a 12 de maio de 1908.

– Nulidades dos atos jurídicos. 2ª edição em 2 vols. Rio de Janeiro 1910-1912. LXXX, III-579, XVI-733 págs. in. 8º. Jacinto Ribeiro dos Santos – Livreiro Editor.

Esta obra foi premiada pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros por ocasião do 50º aniversário da sua fundação, de acordo com o projeto do Código Civil Brasileiro, e aumentado em mais de cinquenta capítulos e mais de cem parágrafos novos, acompanhados de grande número de questões e notas elucidativas.

– *Dos agravos* na Justiça local do Distrito Federal e dos Estados, na Justiça Federal e no território do Acre. Teoria e prática. Rio de Janeiro, 1914, 582 págs. in. 8º. Jacinto Ribeiro dos Santos, editor.

– *Da teoria geral do direito segundo o projeto de Código Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro 1914. VII-569 págs. in. 8º. Tip. do “Jornal do Comércio”, de Rodrigues & Cia.

– *Do direito da família segundo o Projeto do Código Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro 1914, IX-540 págs. in. 8º. Livraria Cruz Coutinho. Jacinto Ribeiro dos Santos, Editor. Com uma carta de Clovis Bevilacqua e um minucioso índice alfabético

– *Do direito das coisas segundo o Projeto do Código Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1915m XII-787 págs. in. 8º. Livraria Cruz Coutinho de Jacinto Ribeiro dos Santos.

Consolidação das leis civis. Publicação autorizada pelo Governo por Augusto Teixeira de Freitas. Anotada por... Quinta edição muito amentada com as leis, decretos e avisos publicados até 1915. Rio, 1915 CLV-363 págs. in. 8º. Jacinto Ribeiro dos Santos – Livreiro Editor.

– *Testamentos e sucessões*. Anotações práticas do Código Civil Brasileiro com o formulário completo de uma ação de nulidade de testamento. Rio de Janeiro 1918, 184 págs. in. 12º. Jacinto Ribeiro dos Santos, editor. É o V vol. dos “Formulários Jacinto Ribeiro dos Santos”. Saiu segunda edição no mesmo ano com 245 págs. in. 12º, na mesma casa editora.

– Da hipoteca e das ações hipotecárias; anotações ao Código Civil Brasileiro (Arts. 809 a 862). Rio de Janeiro, 1918, 226 págs. in. 12º. Jacinto Ribeiro dos Santos, editor. É o VIII vol. dos “Formulários Jacinto Ribeiro dos Santos”. Saiu segunda edição. Rio de Janeiro, 1922, 280 págs. in. 12º. Jacinto Ribeiro dos Santos, editor.

– *Calúnias gratuitas contra o maior jurisconsulto brasileiro*. No “Jornal do Comércio” de 13 de maio de 1919. Transcrito no “Diário da Manhã” de Aracaju, de 27 a 29 do mesmo mês.

– Execução de sentenças: formulário. Rio de Janeiro 1923. Primeiro vol. 270 págs. in. 12º, segundo vol. 280 págs. in. 12º Jacinto Ribeiro dos Santos, editor.

Tem em elaboração:

– *Repertório do Código Civil Brasileiro*.

Martinho de Freitas Garcez, Bacharel – Filho de outro de igual nome e D. Helena Buena César, nasceu em 1810 no engenho Comandaroba, em Laranjeiras, então pertencente à freguesia do Socorro, e se batizou a 3 de julho daquele ano. Falecendo em Laranjeiras a 30 de julho de 1861, foi o seu corpo inhumado na capela do referido engenho. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Academia de Olinda, diplomado em 1889, exerceu os cargos de secretário do governo da província, nomeado, em julho de 1843; procurador fiscal da Tesouraria Geral até dezembro de 1851; promotor público da comarca de Laranjeiras em 1856-1858; juiz municipal suplente e deputado provincial nas legislaturas de 1848-1849, 1852-1853, 1854-1855 e 1856-1857. Como tal, foi quem propôs na Assembléia em 1848 a criação da Biblioteca pública de Sergipe. Fora do funcionalismo público, dedicou-se também à advocacia e à imprensa.

Escreveu:

– *Trabalhos forenses*.

– Descrição sinótica da Província de Sergipe conforme os quesitos apresentados pelo Exmo. Senhor Presidente Dr. Manuel da Cunha Galvão, contendo sua posição geográfica, seus limites, sua organização administrativa, sua divisão judiciária e eclesiástica, suas rendas e seus meios de comunicação por mar e por terra, etc. No “Correio Sergipense” de 17 de setembro de 1859 e em apenso sob a letra – Y – ao Relatório apresentado pelo mesmo Presidente à Assembléia Provincial no dia 5 de março de 1860, págs. 113 a 118. Este trabalho está datado de 20 de agosto de 1859.

– Defesa apresentada no processo por crime de estelionato, intentado por queixa de José Gomes Ribeiro, negociante da cidade de Laranjeiras, contra Antonio de Oliveira Ribeiro, negociante da praça da Bahia, como autor, e cúmplice, o bacharel Martinho de Freitas Garcez. Na “A Época” Aracaju, 1860. A sua absolvição unânime correspondeu aos votos da opinião pública, que geralmente já se havia pronunciado em seu favor.

Redigiu:

– *O Observador*: periódico. Laranjeiras, 1851-1853.

► *Data de morte*: 18 de agosto de 1925, no Rio de Janeiro (RJ).

Martinho de Freitas Vieira de Melo, Bacharel – Filho de João da Rocha Vieira de Melo e D. Helena Bueno César, nasceu a 1 de abril de 1844 no engenho Comandaroba, nos arredores de Laranjeiras, e faleceu a 23 de abril de 1897 na capital federal, como sub-diretor dos correios, servindo o cargo de diretor geral. Iniciados os seus estudos de humanidades na cidade natal, foi continuá-los no Ginásio Baiano do Dr. Abílio, na Bahia, de onde seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de freqüentar a Escola Central, cujo curso interrompeu obedecendo a posterior resolução de estudar direito em S. Paulo. Ali permaneceu muito pouco tempo, por ter preferido fazer o tirocínio acadêmico na Faculdade do Recife, na qual efetivamente se graduou em 1870 bacharel em ciências jurídicas e sociais. Nomeado a 7 de março de 1873 juiz municipal e de órfãos do termo de Campos, no Rio de Janeiro, após poucos dias de exercício foi transferido para a Corte como 4º substituto do município e removido a seu pedido, em outubro de 1875 para o juizado municipal de Valença, daquela província. Terminado o quadriênio judiciário, advogou na Paraíba do Sul e em Valença, e representou

Sergipe na Câmara dos Deputados na 15ª legislatura de 1872-1875, em que foi distinguido pelos seus colegas com a eleição de secretário. Com decidido pendor para a imprensa, revelado desde o colégio, onde já em 1861 escrevia para o pequeno jornal dos estudantes intitulado *O Ginásio*, colaborou em diversos jornais dos lugares em que residiu. Foi sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo.

Escreveu.

– *Discurso* pronuciado na sessão de 10 de março de 1873 por ocasião da discussão da fixação da força naval. Rio de Janeiro, 1873, 21 págs. in. 12º. Tip Imp. e Const. de J. Villeneuve & Cia.

– *Regulamento dos correios*, aprovado pelo governo federal em 1894 Rio de Janeiro, 1894. Imprensa Nacional. É um trabalho de fôlego e o mais completo da nossa legislação postal.

– *Vida do Dr. Manuel Joaquim Fernandes de Barros*. Inédito conservado pela família deste distinto médico e notável homem de ciência.

– Apontamentos sobre a província de Sergipe. Inédito de 130 folhas de papel de 35 linhas cada uma.

Fundou e redigiu:

– *O tempo*: periódico imparcial. Valença 1880. O 1º número saiu a 18 de julho do referido ano. Teve curta existência por causa da forte oposição movida pelos fazendeiros do lugar, que consideravam perigosas para os seus direitos dominicais as idéias sustentadas no mesmo periódico em favor da abolição do elemento servil. Nele publicou:

– *Educação dos ingênuos*: série de artigos de propaganda.

– Além do que vai mencionado, deixou outros trabalhos relativos ao serviço postal, assim como manuscritos sobre diversos assuntos, os quais foram inutilizados, apenas escapando os dois já citados.

Maurício Graccho Cardoso, Bacharel – Filho do professor Brício Cardoso, já contemplado neste livro e D. Mirena Cardoso, nasceu em 9 de agosto de 1874 na cidade da Estância.

Quando matriculou-se na Escola Militar, teve de aumentar a idade a fim de poder cursá-la regulamentarmente. Daí a certidão dos seus assentamentos militares rezarem a data de nascimento a 23 de maio de 1873.

Iniciou os seus estudos em Aracaju, com o seu progenitor, transportando-se depois para o Rio de Janeiro, onde matriculou-se na Escola da Praia Vermelha, passando-se mais tarde para a Escola Militar do Ceará, terminando aí os seus preparatórios. Como aluno desta Escola, prestou serviços à causa da legalidade, tomando parte, a bordo do Cruzador “Niterói” no combate naval de 16 de abril de 1894, em que foi torpedeado o “Aquidabã”. Esteve ainda nesse caráter, em Recife, Bahia e Sta. Catarina, tendo então desempenhado diversas comissões arriscadas. Advogado provisionado em 1898 no Ceará, em 1899 principiou seus estudos de Direito no Rio de Janeiro, fazendo ali exame do 1º ano, sendo obrigado a interrompê-los, para reencetá-los na Faculdade Livre de Direito do Ceará, onde se bacharelou em 1907.

Já a esse tempo havia consolidado o prestígio de uma hábil e ardente pena política no periodismo de Fortaleza, no qual vinha intervindo de uma maneira ativa e continuada, em favor da corrente partidária, chefiada pelo Comendador Nogueira Acioli, então Presidente do Estado.

Ali foram-lhe abertas as portas à carreira política, na qual exerceu uma atividade devotada e inteligente, bastante proveitosa aos interesses públicos. Foi assim, concomitantemente com esses mandatos, Diretor da Secretaria da Assembléia Estadual; professor do Liceu do Ceará por concurso e lente de Direito Constitucional da Faculdade de Direito, por ato de 18 de abril de 1907. Deputado estadual em duas legislaturas consecutivas,

e logo após secretário da Fazenda na segunda administração Acioli, iniciada em 1904, renunciou em 1905 este cargo, porque o partido a que pertencia, o indicava para a Câmara Federal na legislatura de 1906, tendo o mandato renovado em 1909 para o triênio a seguir. Em 1907, por serviços, prestados à classe caxeiral de Fortaleza, foi eleito sócio benemérito da “Fênix Caxeiral” dessa capital.

Paralelamente ao mandato federal foi eleito vice-presidente do Ceará, no período de 1908-1912. Por portaria de 8 de julho de 1915 foi nomeado secretário do Ministro da Agricultura, Dr. José Bezerra, que o foi assim buscar do ostracismo a que o atiraram os reveses da política.

Em 1916 foi nomeado, pelo presidente da República Wenceslau Braz, para a cadeira de “Legislação Rural” da Escola Superior de Agricultura e “Medicina Veterinária”, na qual lecionou até 1921.

Tão ampla e lúcida atuação, feita de patriotismo e tenacidade, levaram os seus conterrâneos nesse último ano a elegê-lo para a Câmara Federal, onde assim ingressou novamente

Em março de 1922, com a morte do general Oliveira Valadão, foi eleito para preencher, ainda pelo seu Estado natal, a cadeira do Senado Federal, deixada por aquele sergipano.

Dois meses após viu-se novamente distinguido com o sufrágio dos seus patrícios, que o elevaram à curul presidencial de Sergipe, para o quadriênio de 1922-1926.

Além dessas posições de destaque desempenhou ainda as seguintes funções técnicas: consultor do ministério da agricultura e superintendente dos patronatos agrícolas, durante a administração Pereira Lima e delegado oficial do Brasil na Exposição Internacional Sul Americana de Montevidéu em 1919.

Nascido de uma família de brilhantes tradições intelectuais no Estado, iniciou muito cedo a vida a que o atraía desde menino, a vocação das boas letras – herdada dos seus maiores. Por outro lado também recebeu deles o exemplo de amor à causa pública, interessando-se precocemente pela política, na qual tiveram em Sergipe situações de destaque, e em que ele, lutando em terra estranha, na primeira fase da existência, chegou também a posições elevadas, a que o impeliam o mérito próprio e excelentes virtudes morais.

No Ceará, como secretário da Fazenda, apresentou em 1905, um relatório, que é um repositório eloqüente de iniciativas fecundas e úteis, e onde se podem assinalar, sem esforço, o embrião de todas as suas idéias de governo.

Essa privilegiada “formação” técnica, toda ela levada a cabo pelo próprio esforço, é que lhe dá a gestão presidencial de Sergipe um cunho acentuadamente renovador, desdobrando-se a sua ação governamental no pequeno Estado, em iniciativas esplêndidas e magníficas, que mais tarde farão a justiça marcar como as do seu melhor administrador republicano, o que vale dizer, o do seu primeiro estadista autêntico.

Como jornalista iniciou-se no “O Republicano”, semanário cearense de que foi proprietário e redator.

Redigiu “O Operário”: órgão de uma associação de operários. Aracaju, 1891; o “O Caxeiro”: órgão da classe. Aracaju 1891, a “República” de Fortaleza, cujo primeiro número saiu a 9 de abril de 1892, sendo órgão da sociedade “Ceará Libertador”, o “O Fanal”: hebdomadário. Fortaleza 1892. O 1º número é de 4 de setembro; Saía aos domingos e teve pouca vida. “A Pena”, jornal literário e ilustrado. Fortaleza, 1895 com Marcolino Fagundes e Matos Guerra.

Como redator chefe, redigiu “A Imprensa”, órgão bi-semanário. Fortaleza, 1912. O 1º número é de 14 de julho, formato 0,32 x 0,26 ½, com 4 págs., de 4 colunas cada uma.

Teve pouca duração. Também fez versos na sua mocidade. No “Almanaque Comercial” de 1895, Aracaju, encontra-se a mimosa poesia “A Camponesa”, da sua lavra. Colaborou no

“Correio de Sergipe” com a assinatura G. Osodrac, e em artigos que escrevia para a “Gazeta de Sergipe”, assinava-se *Jambographes*.

Em outras colaborações conservava o próprio nome.

Escreveu:

- *Contos fantásticos*. Aracaju, 1891, 30 págs. Tip. Comercial.
- *A bordo do cruzador Niterói*. Rio de Janeiro, 1894, 72 págs. Imprensa Mont’Alverne.
- *Instrução Pública*. Pequenas considerações.
- *Escolas primárias* – Rápida excursão pelo regimento interno da instrução pública de Sergipe. O programa do “Ginásio Nacional” aplicado ao “Ateneu Sergipense”: série de artigos no “O Dia”. Aracaju, de 29 de setembro e 17 de outubro de 1894. Não prosseguiu.
- *Ante sala*: juízo crítico publicado à pág. I a XVI do livro *Prometidas*, poesias de Francisco Barreto de Menezes. Ceará, 1895.
- *Ephaphatha*. No Correio de “Sergipe” de 9 de fevereiro de 1896 sob o pseudônimo de G. Osodrac.
- *Carta Republicana*. Ceará, 1896, 40 págs. in. 12°. Tip. Universal. Foi publicada antes do “Correio de Sergipe”. Aracaju de 23 de fevereiro de 1896.
- *Novos livros*: (Prismas) artigos de crítica. No “Diário Oficial do Estado de Sergipe” de 1, 2 e 23 de maio de 1897.
- *Política do Ceará*. No “Diário Oficial” do Estado de Sergipe de 18 e 21 de maio de 1897.
- *Assuntos agrícolas*: (carta aberta ao Sr. Antonto de Medeiros, fazendeiro no Oeste de S. Paulo). Na “A República” de 11, 14 e 15 de dezembro de 1897. Fortaleza.
- *Algumas idéias*. Filosofia jurídica: série de artigos na “A República” de 6, 13, 20 e 27 de agosto; 3, 7, 12, 19 e 26 de setembro; 1º, 10, 12 e 22 de dezembro de 1898.
- *Danton indulgente*. (Ao Dr. José Avelino). No “Estado de Sergipe” de 20 de abril de 1899.
- *Recurso de agravo*. Agravante Antonio José da Justa. No “Estado de Sergipe” a começar de 4 a 24 de março de 1899.
- *Memorial Superior Tribunal da Relação*. (Foro do Quixadá). Fortaleza, 1900, 11 págs. in. 8°. Tip. Econômica.
- *Memorial Superior Tribunal da Relação*. Falência a requerimento de Machado Coelho em liquidação contra Manuel Batista de Siqueira. Fortaleza, 1900, 11 págs. in. 8°. Tip. Econômica.
- *O Acórdão* ao agravo nº 484. Comentários. Fortaleza 1902, 22 págs. in. 8°. Tip. Econômica.
- *Tese de Concurso à Cadeira de Grego* do Liceu do Ceará pelo Candidato... Fortaleza, 1902, 39 págs. in. 8° pq. Tip. Econômica
- *Coisas do Ceará*: contestação ao “Correio da Manhã”. Série de artigos escritos na “República” pelo deputado estadual... Ceará – Fortaleza 1903. Tip. Minerva.
- *Emende-se ou desminta-se*. Refutações a alguns tópicos do artigo:
- *Guerra civil* – série de 8 artigos na “A República” de 3, 6 a 8, 12, 17 e 21 de junho e 2 de julho de 1905. Fortaleza, Ceará.
- *Ceará. Sarna do tempo*: série de artigos sob o pseudônimo de *Spartacus* no “Jornal do Comércio” de 20 a 29 de junho de 1907.
- *Da “Verdade” para Verdade*: série de artigos sobre os graves acontecimentos desenrolados na capital do Ceará a 9 de novembro de 1912. No “O País”, do Rio, de 12 a 21 de dezembro de 1912.
- *Código Comercial Brasileiro*. Anotações sobre Doutrina, Legislação e Jurisprudência. Rio de Janeiro, 1916, 476 págs., in. 12°. F. Briguiet & Cia. Editores.

– *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil* (Anotações de acordo com a legislação e a jurisprudência nacionais) pelo. Dr... Rio, 1918, 373 págs. in. 12º pq. Livraria Francisco Alves.

– *Relatório* lido em sessão extraordinária pelo delegado oficial à Exposição Agrícola Industrial Sul-Americana de Montevideu. Rio, 1920, 17 págs. in. 8º. Imprensa Nacional.

– *Discurso* proferido pelo orador oficial... a 3 de junho de 1920 na sala das sessões da Congregação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária em Niterói no ato de ser inaugurado o retrato do professor Álvaro Sá de Castro Menezes. Transcrito no “Correio de Aracaju” de 17 a 19 de junho de 1920.

– *Saudação à bandeira*: discurso proferido no Ministério da Praia Vermelha no dia 19 de novembro de 1920, como representante do Exmo. Sr. Dr. Simões Lopes, ministro da Agricultura. No “Correio de Aracaju” de 9 de janeiro de 1921.

– *Discurso* pronunciado na sessão de 23 de maio de 1921 da Câmara dos Deputados sobre a personalidade do falecido Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioli. No “Diário Oficial do Estado de Sergipe” de 3 e 4 de junho seguinte.

– *Oração* do paraninfo na colação de grau dos engenheiros agrônomos da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro. No “Diário Oficial” do Estado de Sergipe de 5 a 8 de março de 1922.

– *Plataforma Presidencial* lida na Assembléia Legislativa no dia 24 de outubro de 1922, após o compromisso prestado para exercer o cargo de Presidente do Estado, no quadriênio de 1922 a 1926. No “Diário Oficial” de Sergipe de 27 de outubro de 1922. Transcrito na “A Tarde” da Bahia nos números de 30 e 31 de outubro de 1922.

– *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa em 11 de março de 1923, ao instalar-se a 1ª sessão extraordinária da 15ª Legislatura pelo Dr... Presidente do Estado.

– *Mensagem* apresentada à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1923 ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 15ª Legislatura. Aracaju 1923, 75 págs. in. 4º gr. Imprensa Oficial. Reproduzida no “Diário Oficial”, do Estado a 16 e no “Jornal do Comércio” do Rio a 20 do mesmo mês.

– *Discurso* pronunciado em agradecimento à saudação do Sr. Intendente da Estância na recepção que lhe foi oferecida no Paço Municipal em 8 de maio de 1923. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

– *Discurso* pronunciado na inauguração do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa” na cidade da Estância em 9 de maio de 1923. Idem, idem, de 10 seguinte.

– *Discurso* pronunciado no banquete que lhe foi oferecido pela Municipalidade da Estância na noite de 10 de maio de 1923. Idem, idem, do dia seguinte.

– *Discurso* pronunciado no banquete que lhe foi oferecido pelas classes laboriosas do município da Estância em a noite de 12 de maio de 1923. Idem, idem, de 16. Reproduzido no número de 22 do mesmo mês.

– *Discurso* proferido a 14 de junho de 1923 no salão nobre da Chefatura de Polícia em agradecimento à homenagem que lhe foi prestada por ocasião de ser inaugurado o seu retrato no mesmo salão pelos empregados daquele departamento estadual. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

– *Discurso* pronunciado no Palácio do Governo a 14 de julho de 1923 por ocasião da assinatura dos decretos de aprovação dos estatutos do Banco Estadual de Sergipe. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

– *Discurso* pronunciado na tarde de 14 de julho de 1928 a propósito do lançamento da pedra fundamental do futuro edifício da “Associação Comercial” de Sergipe. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

– *Discurso* pronunciado por ocasião de receber no Palácio do Governo a 18 de julho de 1923 os aviadores navais chegados nesse dia ao porto de Aracaju. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

– *Discurso* pronunciado a 22 de julho de 1923 na solenidade da entrega das chaves do Grupo Escolar “Sílvia Romero” na cidade do Lagarto. No “Diário Oficial” de 24 do mesmo mês.

– *Discurso* proferido no Palácio do Governo a 27 de julho de 1923, em agradecimento à visita dos aviadores navais à capital do Estado. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

– *Discurso* pronunciado na inauguração do Grupo Escolar “Vigário Barroso”, na cidade de S. Cristóvão em 2 de setembro de 1923. No “Diário Oficial” de 4 do mesmo mês.

— *Discurso* pronunciado no povoado Salgado em 1 de outubro de 1923 por ocasião de ser entregue ao tráfego o trecho Salgado-Lagarto da estrada Salgado-Anápolis. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

– *Discurso* pronunciado no palácio do Governo no dia 21 de outubro de 1923 em saudação à oficialidade do 28º Batalhão de Caçadores. No “Diário Oficial” de 23 seguinte.

– *Discurso* proferido na sessão do “Centro Sergipano” do Rio de Janeiro a 15 de novembro de 1923. No “O País” do dia seguinte e no “Sergipe Jornal” de 19 do mesmo mês.

– *Discurso* pronunciado no dia 22 de dezembro de 1923 em agradecimento ao banquete oferecido pelos seus amigos e admiradores no “Hotel Glória” do Rio de Janeiro. Transcrito no “Diário Oficial” de 10 de janeiro de 1924 do “Jornal do Brasil” do dia 23 de dezembro de 1923.

– *Discurso* em agradecimento à manifestação dos oficiais aviadores da Marinha de Guerra no “Clube Naval” aos 28 de dezembro de 1923. No “Jornal do Comércio” de 29 do mesmo mês. Transcrito no “Diário Oficial” de Aracaju de 10 de janeiro de 1924.

– *Discurso* pronunciado a 12 de janeiro de 1924 na sessão magna do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em homenagem ao Presidente do Estado Dr. Graccho Cardoso. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

– *Discurso* lido no dia 8 de fevereiro de 1924 ao instalar-se a Sociedade Cooperativa de “Crédito Popular”. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

– *Discurso* lido no dia 25 de fevereiro de 1924 no salão da Biblioteca Pública na inauguração da primeira feira de algodão do Estado, promovida pelo respectivo Departamento. No “Diário Oficial” do outro dia.

– *Discurso* pronunciado no dia 15 de abril de 1924 na reabertura dos serviços de saneamento rural neste Estado. No “Diário Oficial” do dia seguinte.

► *Data de morte: 05 de maio de 1950, no Rio de Janeiro (RJ).*

Mavial do Prado Sampaio, Bacharel – Filho do Bacharel Joaquim do Prado Leite Sampaio, contemplado neste livro e D. Ester da Silva Rego Prado Sampaio, nasceu no Porto da Folha a 14 de março de 1897.

Mal preparado em primeiras Letras, seguiu para o Recife no dia 20 de agosto de 1911 e ali estudou humanidade, depois de ter tentado a vida comercial durante dois anos.

Voltando aos seus estudos, matriculou-se em 1914 na Faculdade de Direito do Recife, onde depois de um curso brilhante, recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais a 10 de dezembro de 1919 em ato solene no qual falou como orador eleito da turma.

Foi a princípio revisor e depois redator do “Jornal do Recife”.

Ocupa o lugar de Secretário da Biblioteca Pública de Pernambuco.

É advogado de nota em todo o Estado.

Jornalista elegante, poeta lírico e humorista, honra a eloquência sergipana como orador arroubado e imaginoso.

É uma das melhores afirmações do talento dos filhos de Sergipe, qual, não raro se desenvolve longe do pátrio ninho.

Escreveu:

– *O momento econômico*. No “Estado de Sergipe”, de 16 de setembro de 1917.

– *Noção do direito*: conferência proferida no dia 22 de junho de 1918 na Faculdade de Direito do Recife. No “Jornal do Recife”, transcrito no “Correio de Aracaju”, de 13 e 14 de julho seguinte.

– *Discurso* pronunciado a 10 de dezembro de 1919 em seguida à colação do grau aos bacharelados de 1919 pelo orador eleito da turma. No “Jornal do Recife”, do dia seguinte.

– *O último repouso*. No “Jornal do Povo”, de 3 de novembro de 1920. Refere-se à exumação dos ossos de Tobias Barreto, transportados do cemitério do Recife para o Aracaju.

– *50 contos por 3\$000*. Livro de contos em versos de colaboração com Alves Barbosa. Pernambuco, 1921, 195 págs. Evaristo Maia, Editor.

► *Data de morte: 13 de Março de 1936, no Rio de Janeiro (RJ).*

Maximino de Araújo Maciel, Bacharel e Médico – Filho de João Paulo dos Santos e D. Maria Clara dos Santos de Araújo Maciel, nasceu a 20 de abril de 1866 na vila do Rosário e faleceu na Capital Federal a 2 de maio de 1923.

Oriundo de pais pobres e baldos dos principais recursos, depois de haver estudado no Ateneu Sergipense os preparatórios, transportou-se para o Rio de Janeiro, onde com perseverança e ingentes sacrifícios materiais, de 1890 a 1894 fez o curso de Direito, e de 1896 a 1901 o de Medicina, profissão a que se devotou com comitente com a docência no Colégio Militar.

Lente catedrático de português no mesmo Colégio desde 1893.

Por decreto de 19 de fevereiro de 1919 foram-lhe concedidas as honras do posto de Tenente Coronel. Professor de vasta cultura, angariou no meio em que exerceu a sua atividade mental a reputação de erudito pelos profundos conhecimentos em que ilustrou o seu espírito no estudo das ciências jurídicas, médicas e naturais.

Pedagogo de alto descortino, no seu longo percurso pelo magistério, deixou traços luminosos de seus conhecimentos lingüísticos.

Este notável filólogo foi sócio do “Instituto Histórico” de Sergipe e colaborador do “O Século” do Rio, do “O Dia”, do “Debate” sob o pseudônimo de *Horalius Flaccus*, da “Revista Didática”, da “Revista da Língua Portuguesa” e correspondente político do “Diário da Manhã” de Aracaju, no Rio de Janeiro, tendo começado a sua colaboração a 24 de fevereiro de 1915

Escreveu:

– *As proporções do indivíduo humano e suas deduções médicas e alitológicas*: dissertação. Cadeira de Anatomia Médico-cirúrgica. Proposições Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 9 de setembro de 1901, para ser defendida a fim de obter o grau de doutor em Medicina. Rio de Janeiro 1901, 162 págs. in. 8º. Tip. da “A Tribuna”.

– *Gramática Analítica*, baseada nas doutrinas modernas, satisfazendo as condições do atual programa. Rio de Janeiro, 1887, 316 págs. in. 12º. Tip. Central de Evaristo Rodrigues da Costa. Em 1894 publicou 2ª Edição sob o título *Gramática descritiva*. Rio.

– *Filologia Portuguesa*. Ensaio descritivo e históricos. 1888. Tip. José Dias de Oliveira. 120 págs. in. 8º. Esgotada.

– *A Taxinomia Social*. Artigos publicados no “Debate”.

– *Lições de Botânica Geral* professadas no Ginásio Nacional. Paris, 1901, 246 págs. in. 8º. H. Garnier Livreiro Editor.

– *Gramática Descritiva*, baseada nas doutrinas modernas com muitas notas e resumo sinótico. Paris, 1902-1904. 3ª Edição aumentada. 360 págs. in. 8º. Tip. H. Garnier Livreiro Editor. Em 1910 publicou a 4ª edição aumentada e refundida editada na livraria de Francisco Alves. Rio.

– *Noções Gerais de Agronomia* professadas na Escola Normal do Distrito Federal. Paris, 1903, 109 págs. H. Garnier, Livreiro editor.

- *Discurso* pronunciado na distribuição de prêmios aos alunos do Colégio Militar. Rio, 1903, 22 págs. in. 16°. Tip. Orosco.
- *Valeur des différents méthodes de traitement dans la tuberculose*: memória apresentada ao Congresso Internacional de Tuberculose, reunido em Paris em 1905. Rio de Janeiro, 1905, 138 págs. in. 8°. Tip. Orosco. Este trabalho foi transcrito na *Revue Internationale de Clinique et Therapeutique*, do Dr. Roklin, e recebeu honrosos elogios de eminentes professores e médicos da Europa. Entre os cientistas notáveis que o felicitaram se notam o sábio químico alemão Menck, o Dr. Basilios Patrikios, erudito diretor do serviço de higiene de Atenas, Louis Renón, professor da Faculdade de Medicina de Paris, Roger Minot, chefe de clínica da mesma Faculdade e autor de vários trabalhos; Charles Fiket da Universidade de Liege na Bélgica e do grande sábio japonês Kitasato e outros.
- *Diagnóstico precoce da tuberculose*: memória apresentada ao 3º Congresso Científico Latino-Americano reunido no Rio de Janeiro em 1905.
- *Lições Elementares de Língua Portuguesa*, professadas no Colégio Militar, Rio de Janeiro, 1906, 176 págs. in. 16°. Livraria Francisco Alves.
- *Elementos de Química Geral* baseados nas modernas aquisições científicas. Rio de Janeiro, 1907, 232 págs. in. 8°. Tip. da Papelaria Brasil. Tem 2ª edição refundida no que concerne à parte geral. Rio 1913. Livraria Francisco Alves.
- *L'illusion des arsenicaux dans la tuberculose*, Rio de Janeiro, 1906, na “Revista Médico-cirúrgica” do Brasil.
- *La medication urique dans la tuberculose*. Rio de Janeiro, 1909 na mesma “Revista”.
- Discurso pronunciado na sessão realizada a 13 de março de 1909 na “Associação Mantenedora do Orfanato Osório” em homenagem ao General Mandes de Moraes. Rio, 1909, 10 págs. in. 16°. Tip. Meurer & C. Pereira.
- *Discurso* gratulatório na promulgação dos Postos de Honra no Colégio Anchieta em Nova Friburgo aos 17 de maio de 1914. Nova Friburgo, 1914, 16 págs. in. 8° pq. Oficinas Tipográficas da “Aurora Colegial”.
- A Constituição Federal glorifica a incompetência e acoroçoa a irresponsabilidade. No “Diário da Manhã”. Aracaju, de 14 a 17 de outubro de 1915.
- *A Escola Social Positiva de Florentino Menezes*. Idem de 27 e 28 de abril de 1918.

Melchisedech Mathusalem Cardoso, Bacharel – Filho de Joaquim Maurício Cardoso e D. Joana Batista de Azevedo Cardoso, nasceu na Estância a 23 de junho de 1860. Formado em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife, em 1881, foi promotor público na comarca do Conde (Bahia); juiz municipal do termo da Soledade; juiz de direito nas comarcas da Soledade, Cruz Alta, Rio Pardo, Rio Grande e Porto Alegre (Rio Grande do Sul). Nesta última cidade foi juiz da 1ª vara comercial, e por nomeação de 17 de março de 1902 foi lente da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre e seu Vice-Diretor, nomeado em 11 de junho de 1905. Fez parte do Superior Tribunal, como Desembargador, nomeado por ato de 17 de novembro de 1904, e de que foi presidente, aposentando-se em 26 de maio de 1921, com 40 anos e 19 dias de serviço público. Voltando à atividade judiciária no Tribunal a que pertencia, por decreto de 20 de novembro de 1922, exerce ainda (1924) as funções de vice-presidente.

Noticiando a nomeação de desembargador desse ilustre sergipano, cujo nome figura brilhantemente entre os dos mais notáveis juristas brasileiros, a “Federação” e o “Petit Journal” de Porto Alegre, expressam-se em termos encomiásticos. Colaborou no “O Porvir”, de Aracaju; “Descentralização”, de Cruz Alta, órgão de propaganda republicana, sob a direção de Venâncio Aires; “Gazeta Serrana”, da mesma cidade e em outros periódicos.

Fundou o:

– 14 de Julho, órgão republicano em Santa Maria da Boca do Monte, onde publicou série de artigos sob diversas epígrafes.

► *Data de morte: 1932, em Porto Alegre (RS).*

Militino Pinto de Carvalho, Engenheiro Agrônomo – Filho de José Pinto de Aguiar Boto e D. Maria Luiza da Piedade, nasceu a 25 de dezembro de 1865 na vila de Japarutuba. Começou a vida como tipógrafo no Aracaju e em 1875 seguiu para o Rio de Janeiro onde esteve no antigo Instituto Tipográfico do “Direito” ao mesmo tempo que estudava com o Monsenhor Urbano Monte.

Em 1879 entrou para o “Diário Oficial” como tipógrafo e no ano seguinte foi admitido no “Brasil Católico” do Dr. Antonio dos Reis. Frequentando nesse tempo as aulas de Português e Geografia do Colégio S. Francisco de Paula do Cônego Belmonte no Rio Assentou praça como cadete no 2º Regimento de Artilharia em 1882 com destino à Escola Militar não se matriculando por falta de vaga. Ali serviu durante três anos regressando a Sergipe, onde trabalhou como tipógrafo da “Gazeta de Aracaju” e mais tarde do “Diário de Notícias”. Neste último publicou excelentes folhetins que mais tarde colecionou em brochura sob o título de *Auroras Literárias*.

Da distribuição desse livro tirou recursos para se transportar ao Rio em 1889.

Ali trabalhou no “Diário do Comércio” do Dr. Cândido Mendes à noite, e durante o dia no “Correio do Povo” do Dr. Sampaio Ferraz, órgão de propaganda republicana

Fez parte do Centro Tipográfico “13 de Maio” do qual foi um dos fundadores promovendo com outros colegas a primeira conferência abolicionista. Em janeiro de 1890 voltou a Sergipe em comissão da Estrada de Ferro de Aracaju a Simão Dias e em junho do mesmo ano foi com outros a Pernambuco por conta da mesma empresa construtora; tomou também parte nos trabalhos da Estrada de Ferro de Tamandaré à Barra.

Entrando novamente para o “Diário do Comércio” do Rio em 1891 ali permaneceu até a revolução de 28 de novembro, indo trabalhar como auxiliar em 1892 na Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba na Serra do Mar.

De volta fez parte da corporação tipográfica de “O Fígaro” de Medeiros e Albuquerque, até ser nomeado por concurso, suplente dos Correios de Ouro Preto e praticante efetivo em 1893.

Transferido no ano seguinte para o “Correio de S. Paulo”, por permuta, frequentou a Escola Politénica até agosto de 1895 quando foi servir como adido na Sub-Administração dos Correios de Uberaba.

Nesta época inaugurava-se o Instituto Zootécnico; inscreveu-se neste estabelecimento como aluno, e admirável em sua força de vontade, fez ali o tirocínio exigido, desempenhando sucessivamente os cargos na repartição dos Correios de Uberaba e o de escriturário da Companhia Mogiana na mesma cidade.

Feito o 2º ano no Instituto Zootécnico, inscreveu-se no concurso à cadeira de ciências físicas e naturais da Escola Normal daquela cidade e obtendo essa nomeação, deixou o Correio.

Em agosto de 1898 terminou o curso que lhe conferiu o grau de Engenheiro Agrônomo.

Pouco depois foi convidado para assumir a redação da “Gazeta da Tarde” de Uberaba, onde esteve quatro anos publicando ali uma série de interessantes artigos sobre indústria pastoril, fazendo propaganda favorável à introdução do gado indiano naquela zona.

Em setembro de 1902 deixou a redação da “Gazeta de Uberaba” e em 1904 fundou o “O Município”, órgão do partido republicano municipal, bi-semanário, que deixou em 1907.

Neste ano foi nomeado inspetor técnico do ensino, cargo que deixou em 1913 por ter sido nomeado em 1914 Diretor da Fazenda Modelo de Criação de Uberaba.

Organizado pelo governo do Estado o Congresso de Laticínios foi a Belo Horizonte representar um dos fabricantes da manteiga de Uberaba, que mais tarde foi premiada com a medalha de ouro na Exposição de São Luiz, nos Estados Unidos da América.

Em 25 de agosto de 1917 foi designado pelo Governo Federal por solicitação da Câmara Municipal de Uberaba para ir em comissão ao Indústrias adquirir animais de raça, e por decreto de 11 de novembro do ano seguinte foi nomeado Diretor da Colônia Modelo de Wentanhy no Piauí.

É sócio e diretor do Grêmio Literário Bernardo Guimarães e por sua iniciativa fundou o Grêmio “Agro Científico” dos Estudantes do Instituto Zootécnico e a “Revista Agrícola”.

Escreveu:

– *Auroras literárias*: opúsculo prefaciado por Felinto do Nascimento. Aracaju, 1887, 83 págs. in. 12º. Contêm artigos humorísticos em forma epistolar sobre a política e certos costumes da nossa sociedade.

– *Relatórios* apresentados ao Sr. Secretário do Interior do Estado de Minas pelo Inspetor técnico do ensino da 28ª circunscrição literária de Uberaba. No “Minas Gerais” de 12 de maio de 1907.

– *Memória* sobre o serviço postal. Correios ambulantes no interior da República. Uberaba, 1907, 12 págs. in. 8º pq. Tip. da Livraria Século XX de Ovídio de Souza.

– *Memória* apresentada à tese 2ª das questões organizadas pela Comissão Diretora da Primeira Exposição Nacional de Gado e Indústrias Anexas a realizar-se a 13 de maio de 1917. Na “Gazeta de Uberaba”, Minas, de 1 de julho de 1917, transcrita no Diário da Manhã. Aracaju de 25 e 26 do mesmo mês.

– *Memória* apresentada à Tese 16ª das questões organizadas pela Comissão Diretora da Primeira Exposição Nacional de Gado e Indústrias Anexas, a realizar-se a 13 de maio de 1917. No “Diário da Manhã”. Aracaju, de 28 de julho do mesmo ano.

Moacyr Rabelo Leite, Doutor – Filho de José Rabelo Leite e D. Amália de Oliveira Leite nasceu a 16 de maio de 1884 no engenho S. Bento, município do Riachuelo. Os seus primeiros estudos foram feitos no colégio do professor Alfredo Montes e depois matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, na qual recebeu o grau de doutor a 16 de dezembro de 1905. Após ano e meio de residência em Riachuelo em, seguida à formatura, transportou-se para Própria, em julho de 1907 e ali tem feito a sua clínica. No período revolucionário de 1906, em que dominou o elemento político do Dr. Fausto Cardoso, foi inspetor de higiene no Aracaju em agosto. É médico e diretor do hospital de S. Vicente em Propriá.

Escreveu:

– *Patogenia e terapêutica dos edemas*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de outubro de 1905 por..., a fim de obter o grau de doutor em ciências médico-cirúrgicas. Bahia, 1905, 56 págs. in. 8º. Lito-Tipografia Passos.

Moreira Guimarães – Vide José Maria Moreira Guimarães.

— N —

Narciso da Silva Marques, Doutor – Filho de outro de igual nome e D. Maria Joaquina de S. José Marques, nasceu a 16 de agosto de 1862 em Laranjeiras e faleceu em Casa Branca a 26 de abril de 1924. Feito o curso de humanidades em Aracaju, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo o grau de doutor em 4 de dezembro de 1890. Foi lente de Geografia do Ateneu Sergipense de 1890 a 1893, e Inspetor de Higiene do Estado de Sergipe de março de 1892 a dezembro do mesmo ano.

Foi interno do Hospital de Marinha da Bahia e em janeiro de 1893 fixou residência em Casa Branca (São Paulo), onde exerceu a clínica, dedicando-se também à lavoura em Vila Costina, município de S. José do Rio Pardo.

Escreveu:

– *Estudo da carne como alimento*: moléstias produzidas e propagadas pela carne: Dissertação. Proposições. Tese apresentadas a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1890, 63 págs. Tipografia do “Diário da Bahia”.

– *Parecer* sobre as águas do rio Poxim. No “O Republicano” de 11 de abril de 1890. Também está assinado pelo Dr. Manoel Bomfim.

Nilô Moreira Guerra – Filho do capitão de mar e guerra José Moreira Guerra e D. Maria da Glória Guerra, nasceu a 28 de dezembro de 1870 no Aracaju e faleceu em Sena Madureira, Território do Acre, a 18 de março de 1917. Descendente de militar, foi nas fileiras do Exército que por espaço de 20 anos incompletos serviu às instituições e à pátria. Tendo verificado praça a 13 de junho de 1888, estudou astronomia e matemática na Escola Militar da Praia Vermelha, arquitetura e pintura na Escola de Belas Artes e agrimensura na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1908. Como simples inferior ao tempo da revolta de 6 de setembro de 1893 distinguiu-se no combate da Armação, em Niterói, a 9 de fevereiro de 1894, tendo sob seu comando uma das baterias de artilharia. Em remuneração a esse procedimento o governo o promoveu a alferes por ato de 3 de novembro do mesmo ano. Neste novo posto manteve-se no Exército até 1907, em que a 31 de outubro foi reformado, a seu pedido, para entregar-se livremente às profissões de advogado e agrimensor no Território do Acre, onde em dezembro de 1912 foi nomeado diretor da repartição de obras públicas, terras e meteorologia da Prefeitura do Alto Purus. Por decreto de 17 de dezembro de 1908 foi-lhe concedida a medalha de prata pelos seus serviços militares. No governo do Doutor Martinho César da Silveira Garcez foi deputado a Assembléia Legislativa do seu estado no biênio de 1898-1899.

De inteligência não vulgar e aplicado à leitura dos clássicos da língua, foi com o auxílio de tais elementos hábil jornalista e poeta imaginoso. Na imprensa estreou colaborando em 1892 no “O Rio Grande”, de Porto Alegre e em seguida no “O País”, do Rio de Janeiro, de 1898 a 1900. Como escritor de contos e novelas, reaparecendo em 1910 com a publicação de um poema bíblico sobre S. João Batista. Colaborou mais na “A Tribuna”, do Rio, na qual publicou vários contos; colaborou ainda no “Diário de Notícias”, da Bahia, na “Revista Amazonense” e no “Amazonas”, de Manaus, na “A República” do Ceará, no “O Estado de Sergipe” e na “A Notícia”, do Aracaju, na “A Opinião”, de S. João del-Rei, Minas, etc.

Escreveu:

– *Rabiscos*: contos. Aracaju, 1890, 150 págs. in. 8º pq.

– *Ernesto*: estudo psicológico. No “O Estado de Sergipe” de 26 de agosto de 1898. Transcrito da “A Tribuna” do Rio de Janeiro.

– *Carta Negra*. Idem, de 13 de setembro seguinte. Transcrito do “O País” do Rio de Janeiro.

– *A Noviça*. Idem, de 24 do mesmo mês. Transcrito da “A Tribuna”.

– *Pedro Vaqueiro*. Idem, de 1 de outubro seguinte. Transcrição da “A Tribuna”.

– *Libertas que sera tamem*: poesia. Idem, de 15 de novembro.

– *Um poeta* – Arnaldo Damasceno – Idem, de 11 de dezembro.

– *O Messias* – À minha mãe: prosa. Idem, de 24 do referido mês.

– *Coração de soldado*. Idem, de 1 de janeiro de 1899.

– *Perfis*. Sob este título publicou ligeiros estudos sobre os poetas Olavo Bilac, Guimarães Passos e Luiz Murat no mesmo jornal de 22, 29 de janeiro e 5 de fevereiro de 1899.

– *Vitória da República*. Idem, de 10 desse mês último.

- *Tio Cheté*. Idem, de 5 e 7 de março do mesmo ano, transcrito na “A Tribuna”.
- *Pelas letras!* Série de artigos sobre instrução pública. No “O Estado de Sergipe” de 14 a 24 de março de 1899 com interrupções.
- *Lição de honra*: conto. No “O Tempo”, Aracaju, de 26 a 30 de abril.
- *A festa da Virgem*. Idem, de 7 de junho.
- *A linguagem humana*: série de artigos no “O Resistente”, de S. João del-Rei, Minas, a começar do nº de 14 de janeiro ao de 14 de fevereiro de 1903.
- *A Família*: série de artigos no mesmo jornal, de 21 de fevereiro a 28 de março seguinte.
- *A Propriedade Material*: série de artigos no citado jornal, de 28 de abril a 11 de maio do mesmo ano.
- *Poema do coração*: poesia (À minha mãe e à minha irmã). Avulso. Fortaleza, 1905, 2 págs. in. 8º. Tipo-Litografia a vapor. Ceará.
- *Cheque chic choque*: conto. No “O Resistente” de 27 de setembro de 1905.
- *História de um crime*. Manaus, 1906, 42 págs. in. 8º pq. Tip. a vapor do Amazonas. Este trabalho refere-se ao abalroamento de um vapor fluvial no rio Amazonas e foi publicado sob o pseudônimo de Nicanor Gomes. Transcrito na “A Fé” da capital de Santa Catarina.
- *João Cordeiro*. No “Correio do Norte”, Manaus, de 27 de julho de 1910.
- *Carta aberta a João Cordeiro*. No mesmo jornal de 20 de agosto seguinte.
- *Poemas da vida*: versos. Inédito.
- Clarões: versos. Inédito. São produções de seu estro poético os três sonetos seguintes:

O NINHO

Amar é fazer um ninho.
Tobias Barreto

Desde o alegre surgir da clara madrugada,
Parte a ave e vai, de canto em canto, alegre e lesta,
Procurando o graveto e a palha delicada,
Para o ninho fazer nos ramos da floresta!

Pouco lhe importa a chuva ou o próprio sol que cresta,
Pois é seu ninho o amor e o amor não teme nada!
E, assim, chega a ave ao fim! depois, apenas resta
Os filhos esperar no ninho agasalhada!

Como a ave é o nosso amor, por toda a parte a voar!
Buscando um coração, para fazer seu ninho,
Um ninho carinhoso e meigo, e de invejar!

Mas, muita e muita vez se engana o nosso amor,
E pausa em coração sem ter menor carinho,
E é todo só traição, vileza e mágoa e dor!

Alto Amazonas, 1904.

A CACHOEIRA

Fendendo a rocha e a terra, a indômita cachoeira

Em soberhos cachões, a regougar e uivando,
Tudo banha em redor, e em rápida carreira,
Ronca, e reboa e estruge e geme, espumando!

Qual um coro a planger, de incalculável bando
De feras, no furor da angústia derradeira.
Com seus flocos de espuma ela se vai tombando,
E a cordilheira toda acorda, e a selva inteira!

Sempre e sempre a gemer por planícies e montes,
Quer seja noite e dia, em lúgubres ruídos,
A cachoeira contrista os vastos horizontes!

E contrista, e parece, em grande dor imersa,
Num vórtice gemendo intermidos gemidos,
O homem sempre a sofrer no seio do Universo!

COLAR DE PÉROLAS

Na soberba Paris a vida se afervora
E tudo splende e canta e exulta imensamente,
Guarda o Louvre um colar, que só e unicamente
Tivera em todo o mundo uma gentil senhora.

De pérola preciosa, a rara jóia, outrora,
Como o orvalho na flor, a reluzir, tremendo,

No lindo seio ebúrneo e palpitante e quente
Foi sempre ao baile e à festa e ali repousa agora!

Nunca mais! nunca mais na pele setinosa,
A luzir e a gozar a carnação mimosa!
Nunca mais o esplendor das festas da cidade!

Festa, alegria, amor e sua dona amada,
Tudo e tudo se foi... E a pérola magoada,
Entristece e definha e morre de saudade!

Nilo Romero, outrora Nylo da Silveira Ramos, Bacharel – Filho de André Ramos Romero e D. Maria Vasconcelos da Silveira Ramos, nascido a 4 de outubro de 1847 no Lagarto, faleceu a 27 de setembro de 1906 em Santa Maria de Madalena, Estado do Rio de Janeiro, de cuja magistratura fazia parte, como juiz de direito da comarca daquele nome. Bacharel em direito formado em 1874 na Faculdade do Recife, dos discípulos de Tobias foi dos que mais honraram o nome e a terra do sábio mestre. Membro da família Romero era o maior talento e o orador mais fluente dos irmãos, na apreciação insuspeita de Sílvio Romero. Em Sergipe exerceu os lugares de promotor público das comarcas do Lagarto e S. Cristóvão, juiz municipal do termo de Japarutuba, diretor geral do ensino público de julho a outubro de 1885 e nesse mesmo ano procurador fiscal interino da Tesouraria da Fazenda. Fora da província foi também juiz municipal do termo da Abadia, na Bahia. Desvelado sacerdote da lei, votou-se sem se constranger ao modesto retraimento da vida espinhosa do magistrado, cingindo-se a enobrecer a sua toga de juiz, sem ambicionar uma posição de destaque entre os

cultores da ciência, apenas deixando no pouco que produziu rápidos traços dos seus vastos dotes intelectuais. Colaborou na imprensa de Sergipe, Bahia e Estado do Rio.

Escreveu

– *Direito Público*: série de artigos no “Correio da Bahia” entre os anos de 1870 a 1878.

– *Algumas palavras sobre o art. 5º do Código Criminal*. No “Jornal de Sergipe de 27 de setembro de 1885.

– *Uma definição de cumplicidade em matéria criminal*. Na “A Tribuna”, Cidade de Madalena, de 11 de janeiro de 1895.

– *Biocrnstierne, Pioernson*. No mesmo jornal, de 8 de fevereiro seguinte.

– *A história como ciência*: série de artigos no dito jornal a começar no número de 31 de maio do mesmo ano.

– *Um retrato de Napoleão*. Idem, de 14 de julho de 1896.

– *Casamento e divórcio*: série de artigos no mesmo jornal de agosto seguinte.

– *Conselheiro Ferreira Viana*: estudo biográfico. Idem, de 11 a 25 de dezembro de 1903.

— O —

Octacílio Azevedo, outrora Octacílio Austricliano de Azevedo – Filho do Dr. Manoel Luiz Azevedo de Araújo e D. Maria da Conceição Paiva e Azevedo, nasceu a 29 de setembro de 1876 em Aracaju. Feito o curso primário na Bahia e parte do secundário ali e parte no Aracaju, entrou no comércio em 1889 como ajudante de guarda livro, passando depois a guarda livros de diversas casas comerciais da Bahia, Sergipe e Pará. Poeta e jornalista tem colaborado na “Via-Láctea” e no “O Malho”, do Rio, no “Jornal de Notícias” da Bahia, no “Diário da Manhã” de Aracaju e nos Almanques de Pernambuco e no Sergipano.

Escreveu:

– *Centelhas*: versos. Bahia, 1905, 126 págs. in. 8º pq. Imprensa Carvalho.

– *O Violino*: versos. Bahia, 1919, 96 págs. in. 8º pq. Tipografia Baiana, de Cincinato Melchíades.

– *Cenários*: prosa. Inédito.

– *Guarda-livros sem mestre*. Tratado de escrituração mercantil, inédito.

Octávio de Oliveira, Bacharel – Filho de José Alípio de Oliveira e D. Maria Albuquerque de Oliveira, nasceu a 2 de fevereiro de 1891 em Riachuelo. Fez todos os preparatórios e respectivos exames no Aracaju, matriculando-se depois na Faculdade Livre de Direito da Bahia, na qual se bacharelou em 1911.

Antes de formar-se, foi contínuo da Secretaria do Governo de Sergipe e tipógrafo.

Depois de formado foi nomeado Promotor Público da Comarca da Capela, removido para a de Maruim, por ato de 11 de novembro de 1913, e desta para a do Rio Real. (Itabaianinha) em 1914.

Por decreto de 25 de julho de 1914, foi nomeado juiz municipal do termo de Itaporanga e em 1916, Fiscal do Conselho Superior de Ensino, junto ao Ateneu Sergipense, e em 1917 advogado do município da Capital. Exerce a advocacia no Rio de Janeiro, onde reside atualmente (1924).

Escreveu:

– *Discurso* pronunciado na sessão cívica realizada no Paço da Câmara Municipal da cidade da Capela, na noite de 24 de outubro de 1913. No “O Estado de Sergipe” de 10 a 14 de novembro de 1913.

– *Lei e seu conceito jurídico*: artigo sobre a tese de direito escrito sob o mesmo título por Costa Filho. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 14 de junho de 1914.

– *Palavras*: série de artigos sobre diversos assuntos. Idem, de 6, 10, 13, 17, 20, 24 e 27 de fevereiro; 5, 9, 12, 19, 23 e 26 de março; 2, 9, 14, 16, 20 e 27 de abril; 21, 26 e 28 de maio de 1916.

– *Discurso* proferido no início dos festejos havidos na inauguração da estátua do Monsenhor Olímpio Campos, a 26 de julho de 1916. No “Jornal do Povo” de 3 de agosto seguinte.

– *Discurso* pronunciado por ocasião de ser inaugurado o retrato do poeta Pedro de Calasans no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a 15 de agosto de 1917. No “Diário da Manhã” de 17 seguinte.

– *O Norte do Brasil*. No “Jornal do Recife” de 8 e 11 de outubro de 1917. Transcrito no “Estado de Sergipe” de 24 e 27 do mesmo mês.

– *Pela independência do Brasil*: conferência realizada na sessão magna da Escola Domingos Theotônio, em Santo Amaro, Recife, no dia 7 de setembro de 1917.

– *“Gil Blas” e seu nacionalismo*. No “Gil Blas”, panfleto nacionalista, Rio, de 13 de fevereiro de 1920.

– *Limites Interestaduais*. Sergipe – Bahia. Idem, de 22 de maio de 1920.

– *Discurso* que tinha de ser pronunciado a 13 de fevereiro de 1920, em que se fundou a sociedade “Ação Social Nacionalista” na Capital Federal. Idem, de 4 de março de 1920.

Octaviano Vieira de Melo, Doutor – Filho do bacharel Gonçalo Vieira de Melo e D. Maria Isabel Cotias de Melo, nasceu no Aracaju a 4 de setembro de 1879. Nessa capital habilitou-se em humanidades no “Ginásio Sergipense” de Alfredo Montes e tendo feito o curso médico na Faculdade da Bahia, recebeu o grau de doutor a 31 de dezembro de 1902. Após a formatura foi delegado do Governo Federal junto ao Ginásio S. Salvador, na Bahia, durante ano e meio. Voltando ao seu Estado foi clinicar na vila de Japarutuba, onde permaneceu por 4 anos, no fim dos quais se passou para a Capela, continuando a clinicar, tendo adquirido aí uma propriedade agrícola e onde residiu até 1911.

Foi ajudante da Inspetoria de saúde do porto de Aracaju em 1912 e 1913 e neste último ano eleito deputado à Assembléia Legislativa do Estado, reeleito para a legislatura trienal de 1914 a 1916, tendo perdido o lugar por ter sido nomeado Inspetor de Higiene por ato de 14 de maio de 1914. Em agosto de 1917 entrou para o corpo médico do Hospital de S. Isabel. Diretor de Higiene e Saúde Pública, foi exonerado desse cargo por ter sido nomeado em 24 de outubro de 1922 Fiscal do Conselho Superior do Ensino junto ao Ateneu Sergipense.

Escreveu:

– *Estudo clínico da paralisia geral dos alienados*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia a 31 de outubro de 1902 para ser defendida a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1902, 87 págs. in. 8º. Imprensa Popular

– *Discurso* lido em palácio na noite de 7 de dezembro de 1913, data natalícia do General José de Siqueira Meneses, Presidente do Estado. No “O Estado de Sergipe” de 11 do referido mês.

– *Discurso* proferido no dia 1º de janeiro de 1914 por ocasião da posse do Intendente Municipal da cidade da Capela. Não foi impresso.

– *Relatório* apresentado ao Dr. Alexandre Freire, presidente da Comissão encarregada de examinar as causas determinantes do irregular funcionamento dos esgotos. No “O Estado de Sergipe” de 30 de abril de 1916.

– *Relatório* apresentado ao Sr. Secretário Geral do Governo pelo Dr. Diretor Geral de Higiene. No “O Estado de Sergipe” de 2 de outubro de 1918.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Coronel Presidente do Estado pelo diretor geral de Higiene e Saúde Pública. No “Estado de Sergipe” de 8 de junho de 1919.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado, em 5 de abril de 1920, pelo diretor geral de Higiene e Saúde Pública do Estado. No “Diário Oficial” de 8 do mesmo mês.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado pelo diretor geral de Higiene do Estado em comissão nos municípios do Rasário e Japaratuba. No “Diário Oficial” de 24 de setembro de 1920.

Odilon Ferreira Machado, Doutor – Filho do Bacharel Manoel de Lemos de Sousa Machado e D. Abigail Ferreira Machado, nasceu no Brejo Grande, município de Vila Nova a 2 de maio de 1876. Estudou preparatórios no Ginásio Sergipense do Professor Alfredo Montes a princípio, e os concluiu na Bahia, onde se formou em Medicina em 1900, recebendo o grau doutoral em dezembro. Formado, clinicou na Capela, Caravelas (Bahia) de onde retirou-se em 1905 para o Recife a fim de ser médico de bordo na Companhia Pernambucana. Em Caravelas foi suplente de juiz municipal. Estabeleceu-se em 1915 no Rasario do Catê, e em maio deste mesmo ano, foi nomeado Inspetor de Higiene, exonerado, a pedido, a 14 de agosto de 1922, e em 1919 foi eleito Intendente da referida vila. Reside atualmente (1924) na Capela, onde exerce a medicina, com preferência a clínica de partos.

Escreveu:

– *Higiene da gravidez*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso. Tese apresentada à Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia em 15 de outubro de 1900 para ser defendida, a fim de receber o grau de doutor em medicina. Bahia, 1900, 96 págs. in. 8º. Imprensa Econômica.

► *Data de morte*: 25 de Fevereiro de 1943, em Capela (SE).

Odilon Machado – Filho de Emiliano Machado e D. Maria Flora Cardoso Machado, nasceu a 26 de setembro de 1899 no povoado S. José do Malhador, município de Riachuelo. No Aracaju freqüentou as aulas do professor Abdias Bezerra, de onde saiu para matricular-se no Ateneu Sergipense.

Aí bacharelou-se em letras e foi um dos fundadores do Instituto “Fausto Cardoso”, associação de estudantes para comemorar condignamente as datas nacionais. Em 1922 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, transferindo-se depois para a Faculdade congênere do Rio de Janeiro, onde cursa atualmente 1924, o 3º ano.

Colaborou no “Diário da Manhã”. Em S. Paulo esteve como revisor da “Capital” e do “Correio Paulistano” e foi chefe da revisão da “Gazeta de S. Paulo”.

Escreveu:

– *Traços de história sergipana*. 29 de novembro de 1837. Ao Dr. Armindo Guaraná. No “Diário da Manhã”, Aracaju de 29 de novembro de 1917.

Olegário Dantas – Filho do comendador Francisco Corrêa Dantas e D. Maria Vitória Corrêa Dantas, nasceu a 6 de março de 1873 no engenho Mouco, município de Divina Pastora e faleceu no Aracaju, a 15 de agosto de 1915. Toda a sua educação literária limitou-se aos estudos secundários, começados no Ginásio Sergipense, dirigido pelo professor Alfredo Montes, e concluídos no colégio S. José na Bahia. Inteligente e resoluto possuía a rija fibra dos homens que não temem as lutas da palavra, nem as da imprensa. Foi orador eloquente, jornalista arrojado e político de idéias adiantadas. No movimento revolucionário de 10 de agosto de 1906 adquiriu certa evidência, acompanhando Fausto Cardoso, de quem era amigo devotado. Dele partiu a idéia, facilmente realizada, de erigir-se na Antiga Praça de Palácio, que hoje tem o nome de Fausto Cardoso, a estátua desse ardente tribuno sergipano. Na fase burocrática de sua vida desempenhou os cargos de secretário do Ateneu Sergipense, Sub-

Chefe da Recebedoria Estadual, Coletor Federal de Maruim, deputado estadual e administrador dos correios do Estado desde junho de 1910 a julho de 1915. Advogou por algum tempo e colaborou em diversos órgãos da imprensa periódica do Estado, publicando discursos e artigos outros. Foi sócio do Gabinete de Leitura de Maruim e da Sociedade Literária Tobias Barreto, do Rio de Janeiro.

Escreveu:

– *O Sangue de Sergipe. Mártires e Heróis*. No “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro de 17, 19, 21 e 26 de setembro, 2 e 3 de outubro de 1906.

– *O caso de Sergipe*. Idem, de 28 e 29 de novembro do mesmo ano.

– *Negócios de Sergipe*. Ao Exmo. Sr. Presidente da República, por Jovis. Idem, de 2 de junho de 1908.

– *Discurso* pronunciado a 8 de setembro de 1912 na solenidade da inauguração da estátua de Fausto Cardoso na praça de seu nome, no Aracaju. No “Diário da Manhã”, Aracaju de 15 do referido mês.

Fundou e redigiu:

– *O Momento*: órgão de combate. Aracaju, 1902-1903. Publicação bi-semanal, trazendo o 1º número a data de 30 de julho daquele ano.

Olímpio Cardoso da Silveira, Doutor – Filho do Coronel José Rodrigues da Silveira e D Maria dos Anjos da Silveira, nasceu a 12 de maio de 1879 no engenho Paiaia.

Fez os seus primeiros estudos no colégio Spencer, na Bahia, sob a direção do professor Antonio Alexandre Borges dos Reis e depois do Dr. João Ferreira Caldas, terminando-os no Ginásio Baiano.

Farmacêutico pela Faculdade de Medicina da Bahia, recebeu nesta mesma Faculdade o grau de doutor em 11 de dezembro de 1905.

Seguindo para Belém a 29 de julho de 1906, ali ocupou o lugar de Inspetor do Serviço Sanitário Estadual de 6 de agosto de 1908 a novembro do mesmo ano, quando pediu demissão. Médico da Casa de Saúde Marítima do Pará e Secretário efetivo da Faculdade de Medicina e Cirurgia do mesmo Estado, da The Amazon River Company Limited é sócio do Clube Naval do Grão Pará, da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, e da Sociedade Artística Paraense.

Escreveu:

– *Das relações da elephantíase dos árabes com a filaria do sangue*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das Cadeiras do Curso de Ciências Médico-Cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de outubro de 1905 por... farmacêutico diplomado pela mesma Faculdade e publicamente defendida em 11 de dezembro do mesmo ano, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1905, 71 págs. in. 8º. Lito-Tipografia Passos.

Olímpio Freire d’Ávila – Filho do Capitão Leonardo Freire de Mesquita Ávila e D. Maria Joaquina de Andrade Ávila, nasceu a 14 de agosto de 1850 no engenho Saguim, Município de S. Luzia. Fez os preparatórios na Bahia e aí matriculou-se na Faculdade de Medicina, recebendo o grau de doutor a 26 de dezembro de 1879.

Tem sido médico da Intendência, delegado da Saúde do Porto, delegado de Higiene e por duas vezes em comissão de varíola. Em 1892 regeu interinamente a cadeira de francês e latim da cidade da Estância e foi Conselheiro Municipal em Penedo. Tem exercido a clínica nos Estados de Sergipe e Alagoas, em diversos pontos, principalmente nas cidades de Estância e Penedo, sendo sua especialidade, febres e moléstia das crianças.

Escreveu:

– *Clorofórmio e cloral*: dissertação. Proposições. Seção Médica – Do melhor tratamento da febre tifoidéa. Seção Cirúrgica. Considerações sobre o estado puerperal. Seção

Acessória. Qual o melhor método de preparação dos vinhos medicinais? Tese para o doutorado em medicina apresentada por.... Bahia, 1879, 66 págs. in. 8º pq. Imprensa Econômica.

Olímpio José Chavantes, Capitão de Mar e Guerra – Filho do comendador Anacleto José Chavantes e D. Maria Pastora Alves Chavantes, e irmão de Alcino José Chavantes e Carivaldo José Chavantes, já contemplados neste livro, nasceu a 4 de maio de 1838 em Laranjeiras e faleceu na Capital Federal a 20 de setembro de 1897. Com praça de aspirante em 2 de março de 1854, esteve na divisão naval do Rio da Prata, regressando ao Brasil a bordo da “Carioca”, para fazer a penosa e longa viagem do Cabo da Boa Esperança na corveta “D. Isabel”. Como guarda-marinha viajou à Europa no “Imperial Marinheiro” e quando 1º tenente estacionou em Montevideu na corveta “Isabel” às ordens do comandante em chefe da esquadra em operações no Paraguai. Nesse ínterim coube-lhe efetuar a bordo da corveta “Magé” o reconhecimento das baterias de Curupaiti, desempenhando-se de modo a ser elogiado em ordem do dia pelo vice-almirante. Reformado em 1868 por incapaz para o serviço ativo em vista da inspeção médica a que se submeteu, foi depois disto nos anos de 1873 a 1876 comandante da companhia de aprendizes do Pará, que já havia comandado anteriormente. Professor, por concurso, em 1 de dezembro de 1876 da cadeira de aparelhos e manobras da Escola Naval, elevado à categoria de lente em 11 de novembro de 1882, jubилou-se em outubro de 1890. No exercício do magistério gozou das honras de capitão de fragata, conferidas depois as de capitão de mar e guerra, por decreto do Governo Provisório da República. Ornavam-lhe o peito as condecorações de cavaleiro da Ordem da Rosa, de mérito naval da Espanha e as medalhas de 1ª classe da campanha do Paraguai, Uruguai e República Argentina.

Escreveu:

– Compêndio de aparelhos dos navios para uso dos alunos da Escola de Marinha, publicado e adotado pelo Governo Imperial, ilustrado com o retrato do autor e 263 estampas intercaladas no texto. Está dividido em 6 capítulos sob as epígrafes seguintes: I. Preliminares. II. Do aparelho em geral. III. Das âncoras, amarras e seus aparelhos. IV. Diferentes trabalhos do peso. V. Diversos aparelhos. VI. Teoria do corte das velas. Rio de Janeiro, 1881, 198 págs. in. 8º gr. Tip. e Litografia de Lombaerts & Cia.

Olímpio Mendonça, Bacharel – Filho de Antonio Batista de Mendonça e D. Matilde Dantas de Mendonça, nasceu a 18 de maio de 1885 na cidade do Lagarto. Fez os estudos preparatórios no Ateneu Sergipense e bacharelou-se na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em 1910.

Começou a vida pública como advogado no foro de Aracaju, onde trabalhou por espaço de dois anos. Em seguida ocupou o lugar de Delegado de Polícia da Capital, 1911-1912; Inspetor escolar na mesma cidade durante 5 meses em 1913, sendo depois nomeado no mesmo ano por Decreto de 26 de julho, juiz municipal de Campos, removido para S. Cristóvão em novembro deste mesmo ano e reconduzido no mesmo cargo por Decreto de 10 de agosto de 1917. Já aos 10 anos de idade trabalhava como tipógrafo e foi empregado do comércio por espaço de 8 anos. Durante o tempo que serviu como advogado em Aracaju, foi procurador fiscal interino da Delegacia do Tesouro Federal por 4 meses. Por Decreto de 10 de novembro de 1917 foi nomeado Chefe de Polícia, entrando em exercício no dia 12 e exonerado a 24 de outubro de 1918, a pedido, por ter sido nomeado juiz de direito da comarca de S. Francisco, por Decreto de 18 de outubro do mesmo ano, assumindo o exercício a 19 de dezembro seguinte.

Em 14 de junho de 1919 foi removido para a Estância. Tem colaborado na “Folha Moderna”. Rio de Janeiro, “Diário da Manhã”, Estado de Sergipe e no “Operário” desde a sua fundação em 1911.

Na imprensa tem usado os pseudônimos *M. F. Pacífico*, *Gonçalo João*. Foi o principal fundador do Centro Operário, criou a escola Horácio Hora e um órgão na imprensa, o citado “Operário”.

Escreveu:

– *Estatutos do Centro Operário Sergipano*. Aprovado em sessão de 9 de julho de 1911. Aracaju, 1911, 19 págs. in. 16°. Tipografia da Casa Xavier.

– *Relatório* apresentado ao Ilmo. e Rvmo. Sr. Cônego Francisco Gonçalves Lima, Diretor da Instrução Pública do Estado de Sergipe, pelo Inspetor Geral do 2º Distrito em 6 de junho de 1913. No “O Estado de Sergipe”, de 27 de julho a 2 de agosto do dito ano.

– *Prática das procurações para uso do povo*. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 16 a 29 de outubro de 1915.

– *Discurso* proferido a 31 de dezembro de 1916 por ocasião de ser colocado no salão principal da Intendência Municipal de S. Cristóvão, após a inauguração do novo edifício da mesma Intendência. No “Estado de Sergipe” de 5 de janeiro de 1917.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. General Manoel Presciliano de Oliveira Valadão, digníssimo Presidente do Estado pelo chefe de polícia. No “O Estado de Sergipe” de 18 a 27 de setembro de 1918.

– *Discurso* pronunciado, em nome das classes laboriosas do município da Estância, no banquete oferecido ao Exmo. Presidente, Dr. Graccho Cardoso, no dia 12 de maio de 1923. No “Diário Oficial” do dia 16 do mesmo mês.

Olímpio Rollemberg de Oliveira Chaves – Filho de Estácio Rollemberg de Oliveira Chaves e D. Joanna Francisca Rolemberg de Oliveira, nasceu a 26 de julho de 1860 no extinto engenho Ibura, município do Socorro, e faleceu em Maceió a 8 de janeiro de 1919. Estudou preparatórios na Bahia e de volta a Sergipe exerceu o cargo de exator e coletor em Riachuelo. Retirando-se para o Amazonas, fez parte do funcionalismo dessa província como contador do Tesouro, tendo sido posteriormente despachante geral da Alfândega de Santos. Antes de ocupar esses dois últimos lugares, esteve como escriturário e pagador no escritório da Estrada de Ferro de Piranhas, em Alagoas. O seu pendor para o magistério levou-o a fundar em 1907 na cidade de Maceió o colégio S. João, de que foi diretor e lente. Escreveu assiduamente para a Imprensa, colaborando em vários jornais do Rio e da Bahia: em 1880 na “A Locomotiva” de Piranhas; no “Jornal do Amazonas” de Manaus; no “O Estado de Sergipe”, de Aracaju, e “Norte de Sergipe”, de Propriá”; na “A Luz”, da capital do Ceará, em 1895: no “Gutenberg”, Jornal de Alagoas e em 1907 na “Exedra”, de Maceió. Músico, compositor e poeta, publicou em diversos órgãos da imprensa periódica muitas das suas produções poéticas, dentre as quase grangeara as preferências do autor este

SONETO

A E. Saldanha

Esta flor que ora vês tão desprezada,
Esquecida no pó deste caminho,
Solitária, sem mais ter um carinho
Foi outrora entre as flores invejada

Agora, ressequida, a desgraçada
Sem a cor que ofuscava a cor do arminho,
Sem o mel que libava o passarinho,
Jaz aqui como em fúnebre morada!

Assim, meu coração, sem mais amores, Sem outro coração para aquecê-lo,

Sem mais uma ilusão, cheio de dores

Morreu dentro do peito. Revivê-lo,
Fazer dele um vergel cheio de flores,
Só Deus com seu poder pôde fazê-lo.

Publicado no “Santos Comercial” de 22 de novembro de 1895, no Almanaque Sergipano para 1901, pág. 266 e na “Exedra” de 3 de agosto de 1907. Deixou inéditas as seguintes obras:

– *Resumo da Gramática Portuguesa*. Apesar do título despretensioso desta obra, o autor estendeu-se bastante no desenvolvimento do assunto.

– *Aritmética ao alcance de todos* para os que começam o estudo da Aritmética nas aulas primárias.

– Cartilha Musical destinada à instrução da infância. Trinta e oito págs. manuscritas com uma tabela dos intervalos compreendidos em uma oitava aumentados ou diminuídos por sinais de alteração.

– Prosa e verso. Um caderno in. 10º. Enumerado.

Olímpio de Souza Campos, Monsenhor – Irmão de Guilherme de Souza Campos e José Zacharias de Souza, já contemplados neste livro, nasceu a 25 de julho de 1853 no engenho Periquito, município de Itabaianinha, filho do coronel José Vicente de Souza e D. Porfíria Maria de Souza Campos e faleceu na Capital Federal a 9 de novembro de 1906. Fez os estudos primários em Itabaianinha e Estância, recebeu do professor José dos Santos Bomfim naquela vila e no Lagarto as primeiras lições de latim e estudou vários preparatórios no Recife, de 1866 a 1868. Destinando-se à carreira eclesiástica, completou os preparatórios no Seminário da Bahia, no qual fez todo o curso de ciências eclesiásticas nos anos de 1870 a 1873, deixando de receber em seguida as ordens de presbítero por não ter atingido a idade canônica. Devido a essa circunstância somente a 22 de setembro de 1877 o arcebispo, D. Joaquim Gonçalves de Azevedo, conferiu-lhe a sagração sacerdotal, tendo no dia seguinte celebrado sua primeira missa na igreja do Seminário sob a invocação de Santa Tereza de Jesus. Nesse mesmo ano começou a desempenhar os encargos paroquiais como coadjutor do vigário de Itabaianinha, vindo a ser depois vigário da vila Cristina, transferindo em 1880 para a freguesia da capital, onde exerceu a jurisdição paroquial até ao fim de 1900, em que se exonerou para mais livremente agir em uma esfera de ação mais ampla e mais acomodada às suas tendências naturais. Alistado num dos partidos monárquicos não lhe custou, contando com os elementos políticos da própria família e dos amigos, alcançar as mais elevadas posições entre os correligionários, que o elegeram deputado provincial para as legislaturas de 1882-1883, 1884 e deputado geral para as 19ª e 20ª legislaturas de 1885 e 1886-1889. Com a nova ordem de coisas decorrentes da adoção da forma republicana em substituição ao regime monárquico, foi eleito deputado à Constituinte do Estado, dissolvida pela Junta Governativa, reeleito para a nova Assembléia, em ambas as quais presidiu os trabalhos legislativos. Em 1890 organizou o partido católico de efêmera duração e como deputado colaborou na confecção da lei fundamental do Estado, de 18 de maio de 1892, e na lei orgânica da Justiça estadual. Eleito em 1893 deputado federal, foi-lhe renovado o mandato para as legislaturas de 1894 e 1897, seguindo-se a sua eleição para presidente do Estado, cujo governo dirigiu desde 24 de outubro de 1899 até completar o triênio administrativo em 1902. Dentro desse estágio governamental remodelou a Escola Normal, fez o resgate de muitos contos de réis da moeda fiduciária em circulação no Estado, conhecida pela denominação de *fichas* e realizou vários melhoramentos materiais na capital. Terminado o mandato presidencial foi eleito senador em 18 de fevereiro de 1903 por ocasião de ser renovado o terço do Senado. Chefe político de inegável prestígio, isolou-se dos antigos companheiros de lutas desde os tempos do Império, para só e unicamente dirigir segundo o seu critério os negócios públicos do Estado. Senhor de

todo o aparelho administrativo e dispondo discricionariamente de fortes elementos outros, havia chegado ao auge de sua preponderância, quando foi publicamente assassinado pelos filhos de Fausto Cardoso. que nele entenderam vingar a morte do inditoso político sergipano, seu progenitor, ambos sacrificados às más paixões dominantes naquela fase cruenta da política estadual. Seus admiradores auxiliados pelo Governo do Estado e pelas Intendências municipais ergueram-lhe uma estátua na antiga Praça da Matriz, hoje Praça Benjamim Constant. Inaugurado oficialmente no dia 16 de julho de 1916, fere imediatamente a vista do observador, que conheceu de perto o Monsenhor a imperfeita reprodução dos seus traços fisionômicos infielmente esculpidos no bronze pelo artista que a executou. Cônego honorário da Catedral primacial da Bahia, Monsenhor Camareiro secreto de S. S. Leão XIII, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, foi mais Intendente de Aracaju por nomeação do Governo, lente em disponibilidade da cadeira de instrução cívica e moral da Escola Normal, Irmão das Irmandades de S. Pedro da Bahia e do Rio de Janeiro e sócio das sociedades “Sergipana de Agricultura”, “Aracajuana de Beneficência” e “Amparo das Famílias”.

Escreveu:

– *O ensino religioso na Escola Normal de Sergipe*. Aracaju, 1882, IV-133 págs. in. 8º pq. Tip. da “Gazeta do Aracaju”. É a reedição dos artigos publicados nesse jornal, a começar do número de 23 de julho de 1881, sob o título “À minha província e ao seu atual presidente, o Sr. Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza.”

– *Política de Sergipe*. Aos 50 anos. Resposta ao deputado A. Varela e ao jornalista José do Patrocínio. Aracaju, 1904, 94 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”. Reimpressão da série de artigos publicados no “O Estado de Sergipe” de 1 a 8 de maio de 1904.

– *Orientação da Política de Sergipe*. Resposta ao Sr. Felisbelo Freire. Aracaju, 1906, 66 págs. in. 3º pq. Tip. do “O Estado de Sergipe”. Consta dos artigos publicados no “O Estado de Sergipe”, de 21 de fevereiro a 3 de março de 1906.

Redigiu com outros:

– *Gazeta do Aracaju*: jornal político e noticioso. Aracaju, 1879-1889. Foi dos principais redatores até ao último número. Publicação: uma e mais vezes por semana.

– *Estado de Sergipe*: periódico. Aracaju, 1889-1890. Publicação semanal.

– *Folha de Sergipe*: periódico político, posteriormente órgão do partido republicano federal. Publicação: duas vezes por semana e depois três vezes, passando-a ser diário desde o dia 2 de abril de 1891.

Olynto Rodrigues Dantas, Doutor – Filho do Major Geminiano Rodrigues Dantas e D. Josefa Maria Dantas, nasceu a 23 de agosto de 1861 em Itabaiana.

Feitos os estudos de humanidades, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau doutor em 30 de dezembro de 1885.

Em 1887 esteve em comissão durante a epidemia da varíola na Barra dos Coqueiros e em 1888 no Aracaju, onde exerceu os cargos de Professor de latim do Ateneu Sergipense da Escola Normal. Diretor destes dois estabelecimentos; Diretor do Hospital de Caridade; Inspetor interino da saúde dos portos; e interino de higiene e Presidente do Conselho Municipal após a proclamação da República. De 1891 a 1892 foi um dos membros da Junta Governativa do Estado.

Transferindo sua residência para Santos, Estado de S. Paulo, onde reside atualmente (1924), tem sido ali inspetor sanitário, médico da Câmara Municipal e lente do Liceu Feminino Santista e exerce a clínica homeopata.

É sócio efetivo do Instituto Hanemaniano do Brasil, com sede no Rio.

Colaborou no “O Tempo”, de Aracaju, escrevendo uma série de artigos sobre homeopatia e outra sobre o mesmo assunto em resposta a artigos do falecido Dr. Ladislau Barreto.

Fez parte da redação do “Republicano” de Laranjeiras e foi redator chefe do “Correio de Sergipe” de 1890 a 1891, no qual escreveu vários artigos sobre política, tendo saído o 1º número em outubro de 1890; no “Brasil Médico”, sobre febre amarela; nos “Anais” do Instituto Hanemaniano sobre Homeopatia; no “Correio Paulistano”, sobre epidemiologia da febre amarela; no “Diário de Santos” três séries de artigos sobre homeopatia em 1902; na “Revista Homeopática Brasileira” (antiga Revista Homeopática do Paraná) de 1907 a 1911 e ainda no mesmo Instituto Hanemaniano fez em 1904 diversas comunicações clínicas.

Escreveu:

– *Da influência que exercem as moléstias do coração sobre o fígado e reciprocamente as deste órgão sobre o centro circulatório*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras da Faculdade. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 13 de agosto de 1885 para ser sustentada a fim de obter o grau de doutor em Medicina. Rio, 1885, 50 págs. in. 8º. Tip. de J. D. de Oliveira.

– *Exangue*: série de artigos no “O Republicano” de 10, 24 e 31 de maio de 1889 sob o pseudônimo de *Canavarro*.

– Mensagem da Junta Governativa à Assembléia Constituinte de Sergipe. Aracaju, 31 de março de 1892. Em avulso de 5 págs. em 1 e meia folha de papel in. 4º gr. Também assinada pelos outros 2 membros da Junta, Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel e Marcelino Jorge.

– *Traços epidemiológicos da febre amarela na epidemia de 1895 em Santos*. Monografia publicada em S. Paulo em 1896, com 52 págs., 3 mapas e 4 quadros esquemáticos. Tip. dos Srs. Riedel & Cia. Leni.

– *Homeopatia*: série de artigos no “O Tempo” de 30 de outubro; 2, 4, 6, 9, 11, 13, 27 e 30 de novembro, 4, 11, e 16 de dezembro de 1898.

– *Carta aberta ao povo*, tratando dos processos terapêuticos, alopático e homeopático. Santos, 1906, 31 págs. in. 8º pq. Tipografia Brasil.

– *Alopatia e Homeopatia*. Santos, 1907, 34 págs. in. 8º pq. Tipografia Brasil.

– *Traços epidemiológicos da varíola*. Estuda o autor a questão da transmissibilidade da varíola no período ambulatorio, no período da geração, da vesiculação e da formação das pústulas. Termina com uma análise de deduções profiláticas. Acresce o autor um apêndice rebatendo opiniões do Dr. Zeferino de Meireles. Santos, 1908. Curitiba, Estado do Paraná. Tip. Alfredo Hofmam in. 8º pq.

– *Um apelo*. Santos, 1914, 27 págs. in. 8º. Tip. Brasil.

Orestes de Sousa Andrade – Filho de José Gregório de Sousa e Andrade e D. Maria Joaquina de Andrade, nasceu a 13 de dezembro de 1854 na cidade de S. Cristóvão.

Com a idade de 16 anos saiu para a Estância, empregando-se na tipografia do jornal “Rio Real”, propriedade de Preludiano Vasconcelos. Um ano depois, sendo suspensa a publicação do jornal, passou a ensinar primeiras letras, nos engenhos Cedro e Riachão, aos filhos dos proprietários daqueles engenhos. Três anos depois, transportou-se para o Aracaju, onde matriculou-se na Escola Normal, freqüentando ao mesmo tempo o Ateneu Sergipano. Diplomado pela Escola Normal, enquanto esperava colocação no magistério, dedicou-se ao ensino de Aritmética a alguns amigos estudantes. Em 18 de fevereiro de 1878 foi nomeado, mediante concurso, para reger a cadeira primária de Curral de Pedras, hoje Gararu.

Em 12 de janeiro de 1880 permutou essa cadeira com o professor de Pacatuba, passando a reger a desta vila. Teve depois as seguintes remoções: em 16 de maio de 1881 para a vila de N. S. das Dores, em 4 de março de 1882 para a vila do Siriri, desta, em 12 de abril de 1886 para Pacatuba, sendo em 26 do mesmo mês, novamente para Siriri; ainda em 13 de maio de 1886 para Curral de Pedras e a 13 de outubro de 1888 para a vila de Divina Pastora. Na regência desta cadeira obteve jubilação por ato de 8 de fevereiro de 1894.

Dedicou-se então ao comércio durante 14 anos e foi nessa vila Delegado de Polícia, Membro e Presidente do Conselho Municipal e logo após Intendente, sendo eleito Deputado Estadual para o biênio de 1896-1897. Em 1899 retirou-se para a Vila de N. S. das Dores com a sua casa comercial. Abandonando em 1906 a vida do comércio, consagrou-se ao foro judiciário, dando preferência às causas crimes.

Em 1911 tomou a direção dos negócios políticos de N. S. das Dores, sendo eleito nesse mesmo ano, membro do Conselho Municipal e escolhido Presidente daquela corporação. No decurso de 1918 foi pela segunda vez eleito Deputado Estadual e em dezembro desse mesmo ano, reeleito para o triênio de 1914 a 1916, sendo eleito Presidente da Assembléia em setembro de 1915. Em janeiro de 1914 tomou posse do cargo de Intendente de N. S. das Dores, terminando este mandato em dezembro de 1916. Foi ainda reeleito Intendente em 1924 e Deputado Estadual no triênio de 1923-1925.

Além dos cargos mencionados exerceu: o de suplente substituto de Juiz Secional e de Delegado de Higiene, fazendo parte como secretário efetivo do Diretório do P. C. Republicano.

Tem colaborado no “O Presente”, “O Guarani”. “O Correio de Sergipe”, “Diário da Manhã”, “O estado de Sergipe”, “Correio de Aracaju” e outros do interior do Estado, com os seguintes pseudônimos: *Epaminondas*; *O. A. Tresseo*.

Escreveu:

– *Situação política de Sergipe*, contendo 30 págs. in. 4º, de 1906 a 1908.

– *Discurso* pronunciado por ocasião da sessão cívica efetuada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe a 14 de setembro de 1915 em homenagem à memória do sócio honorário, José Gomes Pinheiro Machado. No “Diário da Manhã” de 19 e no “O Estado de Sergipe”, de 26 do mesmo mês.

– *Discurso* pronunciado na manifestação feita ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado, na cidade de N. S. das Dores no dia 29 de abril de 1923. No “Diário Oficial” de 3 de maio seguinte.

► *Data de morte: 07 de agosto de 1945 em Aracaju.*

Orlando – Vide Sulustiano Orlando de Araújo Costa.

Oscar de Noronha, Doutor – Filho do Dr. Pio Xavier Garcia de Noronha e D. Carolina Amália Galeão de Noronha, nasceu na Estância em 1859. Recebeu o grau de doutor na Faculdade de Medicina da Bahia em 1883. É médico militar e em julho de 1905 foi nomeado Diretor do Hospital Militar de Porto Alegre, Rio G. do Sul, sendo sua especialidade moléstias de olhos.

Escreveu:

– *Fístulas lacrimais e seu tratamento*: dissertação. Proposições. Seção de ciências acessórias. Que opinião deve emitir o médico sobre os atos criminosos de um sonâmbulo? Seção de ciências cirúrgicas. Considerações acerca da eclâmpsia e seu tratamento. Seção de ciências médicas. Diagnóstico diferencial entre as febres intermitentes hepáticas e as intermitentes legítimas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1883, 95 págs. in. 8º. Imprensa Econômica.

Oséas Alves dos Santos – Filho de Manoel José dos Santos e D. Margarida Rosa dos Santos, nasceu a 11 de maio de 1867 em Maruim.

Na idade de 14 anos ausentou-se da cidade natal para a Bahia e ali iniciou seus estudos na antiga Academia de Belas Artes.

Feitos estes, que interrompeu por um ano, empregou-se no comércio. Abandonando a vida comercial entregou-se exclusivamente à arte de sua vocação: a pintura.

Na vaga do professor Carvalho da Costa, pintor sergipano, foi convidado pela Diretoria da Academia para preencher a cadeira, em cujo exercício ainda se conserva.

Em 1895 com a reforma da instrução pública foi nomeado pelo Governador Joaquim Manoel Rodrigues Lima, professor de Desenho do Instituto Normal da Bahia. Na ocasião de empossar-se neste cargo, o Inspetor Geral do ensino, Dr. Sátiro de Oliveira Dias pronunciou-se do seguinte modo altamente honroso para o recém-nomeado: “O Sr. entra para o magistério público da Bahia pelas portas largas do seu merecimento e não pela porta estreita do empenho”.

Na sua longa vida de artista tem executado muitos trabalhos entre os quais distinguem-se: *A chegada do Dr. José Mariano em Pernambuco*; *Apoteose de Tobias Barreto*, que se acha no Gabinete Português de Leitura de Maruim; *o Violinista original*; *Florista*; *Uma lição de piano*; *Pojadura*; *Cabeça de velha*, quadro considerado pelos conhecedores da pintura como o seu melhor trabalho; *3 retratos de corpo inteiro* de irmãos protetores da Santa Casa e que lá estão; *retrato de Carlos Gomes* na Escola de Belas Artes; *o retrato do Dr. José Pedro de Sousa Braga* em corpo inteiro no anfiteatro da sala Braga e muitos outros que se encontram espalhados por todo o país. Além de trabalhos de pintura, tem se dedicado a pintura de marinhas, paisagens, frutas, flores, etc. Como prêmio de seus esforços de artista operoso e inteligente, possui a menção honrosa de 1ª Classe, quando ainda aluno da ex-Academia de Belas-Artes, a medalha de prata na Exposição do Liceu de Artes e Ofícios de 1895; a medalha de ouro na Exposição Nacional de 1908; a medalha de ouro na Exposição do referido Liceu de 1914 e a medalha de bronze por ocasião do Congresso de Instrução Pública, realizado na Capital da Bahia em 1914. Catedrático de 2 estabelecimentos de ensino na Bahia, onde reside, Escola Normal e Escola de Belas Artes, da qual é também vice-diretor, se salienta pelo seu temperamento independente. Vive da arte e para a arte. Além das aulas oficiais, em diversas séries das duas casas de ensino, trabalha no atelier e dá cursos particulares. Inaugurou na *Fotografia Artística*, de sua propriedade, a exposição comemorativa do seu 2º aniversário. Salientaram-se das obras expostas, entre outros, *Maré baixa* (marinha); *Um devoto* (cabeça de negro); *Tristeza* (cabeça de moça); e *Volta do rio ao luar*. Colaborou no *Maruinense*, *Progresso*, com os pseudônimos de Cornélio ... e “Jornal de Notícias”.

Escreveu:

– *Sobre a Escola de Belas Artes e sobre fotogravura*: série de artigos em discussão com o artista Lopes Rodrigues em 2 épocas diferentes.

– *Das flores que caem*, de Joaquim do Prado.

– *Ao Jovem e talentoso patricio Jackson de Figueiredo* a propósito do retrato de Tobias Barreto. No “Diário da Manhã”, do Aracaju de 24 de março de 1911.

► *Data de morte: 08 de Outubro de 1949, em Salvador (BA).*

Oséas Mota – Filho de Antonio Serôa da Mota e D. Olívia Maria da Mota, nasceu a 11 de agosto de 1886 na Capela. Com as primeiras lições de humanidades adquiridas em Aracaju, aos 12 anos entregou-se ao trabalho, como ajudante de seu progenitor, então administrador do trapiche “Oliveira” (Aracaju) e aos 15 anos seguiu para Manaus a chamado de seu tio, Maximino José da Mota, empregando-se no comércio e nas horas vagas estudando consigo mesmo. Mais tarde, já escrivão de polícia, tomou com alguns colegas professor noturno para continuar nos estudos mal começados. Em fins de 1910 retirou-se para o Rio, como foragido político por ter tomado parte na deposição do respectivo Governador. No Amazonas, além de escrivão, foi inspetor, sub-delegado e delegado de Manaus.

Na Capital Federal tem sido 1º suplente de Delegado, funcionário da Defesa da Borracha, 1º Oficial da Secretaria da Câmara dos Deputados e redator, por concurso, dos debates da mesma Câmara. Foi um dos fundadores da extinta Assembléia Literária Amazonense, de Manaus e é sócio da Associação Brasileira da Imprensa, do Rio de Janeiro.

Tem colaborado na “A Tribuna”, “Gazeta da Tarde”, como cronista parlamentar de ambas, em várias revistas literárias e são seus os pseudônimos *Eros-Cabral*, *Franco de Leal*, etc. Foi um dos fundadores da “A Noite”, Rio, 1911. A “Rua”, Rio, 19..., sendo um dos seus proprietários e diretores.

– “*Vanguarda*”. Diário vespertino. Rio, 1911. Seu diretor e a princípio proprietário, hoje propriedade da Sociedade Anônima “Vanguarda” de que é presidente.

Ovídio Alves Manaya, Doutor em Direito – Filho de Felisberto Alves Manaya e D. Felismina Alves Manaya, nasceu na cidade de Laranjeiras a 8 de junho de 1858. Estudou primeiras letras na mesma cidade e com decidida vocação para o magistério, veio para o Aracaju, onde fez o curso da Escola Normal. Seguindo depois para o Recife fez ali o tirocínio acadêmico, recebendo o grau em ciências jurídicas e sociais a 26 de novembro de 1888. Ainda estudante fundou e dirigiu até 1877 o “Colégio Parthenon”.

Em virtude do Decreto que criou o curso de preparatórios anexo às Faculdades de Direito a Congregação da Faculdade Livre do Rio de Janeiro nomeou-o em data de 21 de junho de 1911, professor da cadeira de latim. É doutor em Direito; lente catedrático de Direito Civil da Faculdade de Niterói; lente de latim do “Colégio Abílio”, e lente de geometria no “Instituto Afonso Pena”. Entrou em concurso para a cadeira de Lógica no “Colégio Pedro 2º”, no “Instituto Benjamim Constant” e na Faculdade Livre de Direito, obtendo aprovações. É também professor de língua e ciências no “Colégio Paula Freitas”, “Emulação”, “Colégio Resende”, “Externato Gabaldo e “Colégio Pedro 2º”. Advogado de nomeada nos auditórios do Rio de Janeiro é sócio honorário da Sociedade Literária “Gonçalves Dias”, com sede no Recife, e membro efetivo do “Centro Sergipano” na mesma Capital. Colaborou no “Diário de Pernambuco”, escrevendo em 1891, 1893 e 1894 na seção Didática diversos artigos sobre filologia. Nesse mesmo tempo publicou no “Jornal do Recife” artigos com a epígrafe: *A luta sobre matéria de religião* e na “A Província” sobre outros assuntos. No Rio, em 1902 escreveu diversos artigos literários, filológicos e científicos num pequeno jornal, “O Nadir”, bem como no “A Aurora”, sob a epígrafe *Pro-jure*, assinado *Vico* e outro com o título *Pela Verdade*, com a própria assinatura e outros sobre filologia com a epígrafe *Didática*.

Escreveu:

- *Duas palavras sobre o se*. No “Almanaque literário Pernambucano” de 1886.
- *Tobias Barreto*: (artigo biográfico). No mesmo “Almanaque” de 1895.
- *Dioceogenia Penal Brasileira*: (dissertação), tese apresentada à Faculdade de Direito do Recife, por ocasião de um concurso em 1895.
- *Verdade e erro*: (Ponto nº 3). Prova escrita para provimento da cadeira de lógica do Ginásio Nacional. No “Jornal do Comércio” de 2 de junho de 1909.

— P —

Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro, Bacharel – Filho do coronel do mesmo nome e D. Maria Benta Freitas de Oliveira Ribeiro, nasceu a 8 de setembro de 1851 no engenho Varzinhas, município de Laranjeiras e faleceu na Capital Federal a 29 de junho de 1917. Fez o curso de humanidades no colégio S. João da capital da Bahia e o de direito na Faculdade do Recife, na qual recebeu o grau de bacharel no fim do ano de 1871. O seu invejável talento em evidência desde os bancos escolares, robustecido no estudo das disciplinas jurídicas, assegurou-lhe na vida pública uma carreira rápida e brilhante. Nomeado a 5 de setembro de 1872 promotor público da comarca do seu nascimento, funcionou como órgão da justiça até ao ano seguinte, em que por Decreto de 7 de abril foi provido no cargo de juiz municipal de Montes Claros, em Minas, decreto tornado de nenhum efeito por outro de 6 de setembro do mesmo ano, que o nomeou juiz municipal do termo de

Cristina, também na província de Minas. Por esse tempo desempenhava o mandato de deputado à Assembléia Legislativa de Sergipe no biênio de 1872-1873, reeleito para os biênios de 1874-1875 e 1878-1879. Foi nesse cenário das lutas políticas, que, cedendo às imposições do seu caráter independente e altivo, separou-se dos correligionários, para, em debates calorosos, constituir-se o único defensor dos atos administrativos do presidente Bacharel Antonio dos Passos Miranda, nas sessões da legislatura de 1874-1875. Como pelas leis do Império o mandato legislativo não fosse incompatível com o cargo judiciário, senão quanto ao exercício simultâneo das respectivas funções, o deputado à Assembléia de Sergipe manteve-se na posse ininterrupta do seu cargo em Cristina, de cuja comarca foi juiz de direito por Decreto de 26 de junho de 1877, logo após haver completado o quadriênio legal. Nessa nova investidura de esfera mais ampla deu inconcussas provas de sua integridade e competência durante cerca de nove anos, interrompidos pelo Decreto de 22 de maio de 1886, que o declarou juiz avulso por ter sido eleito deputado geral por sua província para a legislatura de 1886-1889. Não tendo sido reeleito, nem obtido designação de outra comarca, estabeleceu-se como advogado no sul de Minas, onde foi surpreendido no meio das lides forenses pela notícia dos graves acontecimentos desenrolados no Rio de Janeiro a 15 de novembro de 1889. Proclamada a República o primeiro ato do Governo Provisório que o atingiu diretamente foi o da sua aposentadoria decretada a 14 de novembro de 1890, o que não impediu que esse mesmo governo, por espontânea deliberação do Marechal Deodoro, o nomeasse posteriormente chefe de polícia da Capital Federal por decreto de 23 do abril de 1891. Ao assumir a responsabilidade da espinhosa comissão na fase política do período ditatorial, em que as instituições nascentes tiveram de experimentar os lances mais aflitivos, a sua primeira preocupação foi manter inalterável a ordem social para garantia do livre exercício das liberdades públicas, agindo com habilidade e firmeza contra os elementos perturbadores da vida normal daquela cidade, e quando necessário, procedendo com máscula energia sem os excessos da violência e da arbitrariedade. Nesse árduo posto de permanente vigilância a tranqüilidade pública encontrou-o o golpe de estado de 3 de novembro, que, violentamente combatido, forçou o Marechal Deodoro a renunciar ao poder, a fim de poupar ao país o sacrifício de uma luta fratricida.

Solidário com o governo decaído, como imediato representante da polícia, impunha-lhe a própria natureza do cargo, a sua dignidade pessoal e o sentimento de gratidão seguir-lhe o mesmo destino, apresentando o pedido de sua demissão, a que somente a 26 do mesmo mês acedeu o chefe do novo governo, vice-presidente Marechal Floriano Peixoto, a quem, antes de expirar o mês de dezembro, deveu o lugar de procurador geral do Estado de São Paulo. Sem que tivesse ainda decorrido o espaço de um ano, passou por decreto do presidente Bernardino de Campos, datado de 8 de setembro de 1892, a ministro do Tribunal de Justiça, cuja presidência dignamente ocupou por eleição e a contento dos seus pares.

Sucedendo na presidência do Estado o conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, de longa data conhecedor do feitio moral do antigo colega na Assembléia Geral, convidou-o para auxiliar o seu governo na chefia de polícia, em cujo cargo desde 1º de maio de 1900 a 1º de janeiro de 1902 confirmou a tradição de enérgico garantidor da ordem e segurança pública, como já havia demonstrado na administração policial do Rio de Janeiro. Os seus serviços prestados não foram, esquecidos pelo conselheiro Rodrigues Alves, que assumindo a presidência da República, tendo no maior apreço o valor intelectual e o saber jurídico do seu prestimoso colaborador na gestão dos negócios público de S; Paulo, o nomeou ministro do Supremo Tribunal por decreto de 5 de outubro de 1903, e a 21 de outubro de 1905 procurador geral da República, para demitir-se deste segundo lugar em 1909 no momento em que a sua consciência de juiz revoltou-se contra as veleidades prepotentes do governo de então. Durante os quatorze anos em que honrou a cadeira de membro do Supremo Tribunal Federal, jamais se desviou dos moldes do magistrado ilustrado, probo e de caráter independente. Na defesa da causa que segundo o seu conceito estava amparada pelo direito

obedecia a rispidez do seu temperamento, discutindo com calor, e muitas vezes com veemência, convicto do acerto das suas opiniões e indiferente aos convícios e às explosões de despeito de quem quer que com elas tivesse de contrariar. Não lhe sombreava a lucidez do espírito, o respeito aos interesses subalternos, absorvido todo ele no culto dos nobres sentimentos e em alto grau no amor pela terra do berço, expandido certa vez em plena sessão do Supremo Tribunal, quando se discutia um caso político. Disse ele: “Em Sergipe, e cito Sergipe, Srs. ministros, porque Sergipe, apesar de pequenino, é a minha gloriosa terra natal e pátria de homens que se chamam Tobias Barreto, Sílvio Romero e Fausto Cardoso.” Em homenagem à memória do ilustre morto foram unânimes as manifestações de pesar do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional, da Corte de Apelação, de todos os juizes da justiça local e do Tribunal do Júri da Capital Federal; do Tribunal de Justiça de S. Paulo; da Assembléia Estadual, Tribunal da Relação e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de que era sócio correspondente.

Escreveu:

– *Discurso* proferido por ocasião da abertura do curso noturno da Sociedade de Montepio dos Artistas da cidade de Laranjeiras, a 21 de outubro de 1872. No “Jornal do Aracaju” de 26 do mesmo mês

– *Discursos* proferidos na Assembléia Provincial de Sergipe em defesa do Presidente da mesma província, o doutor Antonio dos Passos Miranda, em 1875. Aracaju, 1875.

– *Contestação* e tréplica oferecidas em defesa dos direitos da União na ação de reivindicação movida pelo Estado do Amazonas, contra a União Federal. Rio de Janeiro, 1906, 16 págs. in. 8°. Imprensa Nacional. Versa sobre o Território do Acre. Foi um dos redatores do:

– *O Conservador*: órgão do partido. Aracaju, 1873. Segunda fase.

Pedro Barreto de Andrade, Bacharel – Filho de Antonio Alexandrino de Andrade e D. Maria Júlia Barreto de Andrade, nasceu a 26 de janeiro de 1886 em Simão Dias e faleceu a 14 de julho de 1919 na fazenda de sua propriedade poucos quilômetros distante daquela cidade. Os seus primeiros estudos foram feitos na terra natal, e os de preparatórios no Aracaju e Bahia, em cuja capital cursou a Faculdade de Direito, recebendo em 1907 o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Seguindo a carreira da magistratura, começou como promotor público da comarca da Capela, nomeado por ato de 4 de abril de 1908, no governo do Desembargador Guilherme Campos, tendo sido três anos depois, a 26 de setembro de 1911, juiz municipal do termo de Riachuelo por nomeação do presidente Rodrigues Dória. Quando na vice-presidência o coronel Pedro Freire de Carvalho exerceu interinamente desde agosto de 1914 o cargo de chefe de polícia, sendo nomeado logo após, por decreto de 12 de setembro seguinte, juiz de direito da comarca de Anápolis, nova denominação da cidade de Simão Dias. Magistrado inteligente e austero cumpridor dos deveres jurisdicionais.

Escreveu:

– *Discurso* pronunciado a 15 de outubro de 1911 pelo orador oficial..., por ocasião de ser colocado no salão nobre da Escola Normal e Anexos do Aracaju o retrato do Exmo. Presidente do Estado, Dr. José Rodrigues da Costa Dória. No “O Estado de Sergipe” de 17 do mesmo mês.

– *Discurso* proferido no ato da inauguração da estátua de Fausto Cardoso no dia 8 de setembro de 1912. No “Diário da Manhã” de 10 do citado mês, resumidamente.

Pedro de Calasans, Bacharel – Chamado a princípio Pedro Luziense de Bittencourt Calasans, nasceu, segundo se lê no seu diploma científico, a 29 de janeiro de 1837 no engenho Castelo, município de Santa Luzia, filho do tenente coronel Joaquim José de Bittencourt Calasans e Dona Luiza Carolina Amália de Calasans, e do mesmo modo que o inspirado cantor dos *Timbiras* teve por túmulo o oceano, havendo falecido a 24 de fevereiro de 1874, a

bordo do vapor em viagem para a Europa, poucos dias antes de chegar a Lisboa. Iniciados os primeiros estudos no extinto Liceu de S. Cristóvão, tendo por condiscípulos Elziário Pinto, Geminiano Paes e Graciliano do Prado Pimentel (vide estes nomes) foi completá-los no Recife, sede da Faculdade de Direito, na qual se bacharelou em 16 de dezembro de 1859. Poucos meses após a formatura ocupou interinamente a promotoria da comarca da Estância, sendo eleito em seguida deputado geral para a legislatura de 1861-1864. Absorvido durante esse período pelas lutas debilitantes da política deixou por algum tempo o convívio das musas para dedicar-se mais ativamente à advocacia e à imprensa na capital do Império.

O seu gênio insubmisso de poeta inabilitava-o para ajeitar-se às imposições multiformes da política partidária, de maneira que resolveu abandoná-la em 1867. dois anos depois de ter percorrido vários países da Europa. De volta dessa excursão entrou para a magistratura ao ser nomeado por Dec. de 28 de março de 1868 juiz municipal do termo de Caçapava, no Rio Grande do Sul, por onde foi eleito deputado provincial para a legislatura de 1869-1870. Removido em 1870 para o termo de Santa Maria da Boca do Monte, na mesma província, pediu em 1871 remoção para o de Geremoabo na Bahia, terminando ali o quadriênio em 1872. Já então sentia o corpo bastante combalido pelos graves sintomas do mal que lhe minava o organismo, e do qual bem tarde se apercebeu. Perdida a esperança de encontrar nos climas de Ilhéus, na Bahia, Estância, de sua província e nos das cidades mineiras do Serro e Diamantina a melhora desejada, partiu a conselho médico para a Ilha da Madeira, onde não logrou aportar, expirando quase ao alcançar o fim da penosa viagem. Escritor, crítico e sobretudo celebrado poeta adito à escola realista, sem cair nos exageros do indianismo de Gonçalves Dias, nem no sentimentalismo descrente e doentio de Álvares de Azevedo, o diz assim Sílvio Romero; foi-lhe fácil alcançar nesse tríplice caráter os maiores triunfos, reveladores do seu invejável talento; mas não colheu os mesmos louros no desempenho do mandato político, durante o qual, avesso às exibições da oratória, jamais se fez ouvir na tribuna da Câmara dos Deputados. Sua passagem por aquela casa, onde pontificaram os mais notáveis oradores, não deixou traço algum dos raros predicados de sua inteligência. Contrastando com essa negação para os torneios da palavra falada, outra muito diferente foi a sua atuação nas lutas da imprensa, onde se distinguiu como jornalista de máxima eficiência e polemista de extraordinários recursos de hábil discutidor. Como poeta, diz seu biógrafo Dinarte Ribeiro, não honra somente a pátria de Tobias e Bittencourt Sampaio, de Sílvio Romero e João Ribeiro: é também uma das glórias da literatura nacional. No período acadêmico colaborou em diversos jornais pernambucanos e mais freqüentemente no “Jornal do Recife”, escrevendo folhetins e crônicas ligeiras no “Jornal do Domingo”, em 1858, e no “Íris Acadêmico” em 1859. Foi sócio do antigo Instituto Histórico da Bahia e honorário da Associação Tipográfica Pernambucana, membro efetivo da Ordem de Advogado do Rio de Janeiro em 1865 e sócio honorário dos Ensaios Literários em 1886. Sobre este autor publicaram estudos biográficos e de crítica Aureliano Cândido Tavares Bastos, José Alexandre Teixeira de Melo, Sílvio Romero, Sacramento Blake, Dinarte Ribeiro, Nelson de Sena, Francisco Carneiro Nobre de Lacerda e Luiz José da Costa Filho.

Escreveu:

– *Nênia* oferecida ao Exmo. Sr. Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto pela sentidíssima morte de sua Esposa a Exma. D. Maria Accioli de Almeida Boto. Na “A União”, Estância, de 6 de novembro de 1852. Este periódico passou depois a ser publicado em São Cristóvão sob o título “União Liberal”.

– *Adeus!...* poesia dedicada à sua família ao separar-se dela pela primeira vez para ir prosseguir nos seus estudos fora da província; tinha ele então dezesseis anos e meses e assinava-se Pedro Luziense de Bittencourt Calasans. Na “A União Liberal” de 9 de março de 1853.

– *Páginas soltas*: poesia. Recife, 1855. 250 págs. in. 8°. Edição esgotada. Livro de estréia publicado pelo autor aos dezenove anos incompletos, o qual tão bem acolhido foi pelo

público, que em pouco tempo se esgotou a edição. Preparada segunda edição refundida não chegou a ser publicada. Tavares Bastos, que foi depois escritor de nomeada e notável político do segundo reinado, escreveu numa revista acadêmica de S. Paulo em 1856 o seguinte sobre este poeta e o seu livro: “é já sem dúvida uma estrela que se levantou radiante sobre o horizonte sem fim da glória brasileira. Lemos os seus versos; e, como nós, alguns amigos gostaram dos perfumes que recendem das flores. Não é pois só o nosso gosto e juízo individual que vimos neste escrito patentear ao leitor, mas o gosto e juízo de muitas pessoas autorizadas”.

– *A. P. Maciel Monteiro*: estudo de crítica literária. Nonº. 8º do “Clarim Literário”. Recife, junho de 1856.

– *Sextilhas de Frei Antão*: esboço crítico-literário. No “Correio Sergipense” de julho de 1856.

– *Últimas páginas*: poesias. Niterói, 1858, 257 págs. in. 8º, com o retrato do autor. Tip. de Quirino & Irmão. Esgotada a edição foi preparada uma segunda com pequenos retoques que não chegou a ser impressa.

– *Traços ligeiros sobre o casamento civil*: opúsculo: Recife, 1859, 50 págs. in. 8º pq. Tipografia Acadêmica. É uma reimpressão em folheto de artigos publicados no “Diário de Pernambuco”, oferecido ao monsenhor Joaquim Pinto de Campos, quando ainda acadêmico o autor.

– *O que sou e o que pretendo ser?* Aos eleitores do círculo da Estância. No “Correio Sergipense” de 23 de junho de 1860.

– *A demagogia entre nós*. Idéias políticas de um conservador. Rio de Janeiro, 1861, 35 págs. in. 12º. Tip. de Quirino & Irmão. Não traz assinatura. É uma refutação em linguagem inflamada, às doutrinas sustentadas no panfleto “A Opinião e a Coroa” por Filemon, pseudônimo do extinto jornalista Quintino Bocaiúva.

– *Uma saudade sobre o túmulo do Tenente Coronel Paulo de Souza Vieira*. Recitada no cemitério da Estância no dia 19 de fevereiro de 1862. No “Correio Sergipense” de 5 do mês seguinte.

– *Ophenisia*: quadros. Bruxelas, 1864, 90 pago. in. 12º. É um poemeto composto em oitavas setissílabas, onde se encontram versos de verdadeira inspiração. Para amostra das belezas deste livrinho destaco da página 46 as seguintes quadras, em que se define o casamento:

“Duas almas que se entendam
Em recíproca afeição
Que mútuas se compreendam
Pelos fios da atração:

Eis o vero casamento
Eis a perfeita união;
Pois se casa o pensamento,
Pois se casa o coração.

Há de ser bela a existência
Que desse himineu vier,
Não terá por conseqüência
Nem um desgosto sequer;

Íris de paz bonançosa
Céu de puro rosicler:
A mulher adora o esposo

O esposo adora a mulher.”

– *Ophenisia* é o lindo anagrama do nome de batismo de quem inspirou o poemeto, uma senhora baiana da alta sociedade por demais conhecida nas rodas elegantes do seu tempo.

– *Wiesbade*: aquarela. Leipzig, 1864, 64 págs. Imprensa de F. A. Brocklam. Neste volume o autor descreve em belíssimos versos os vários tipos e costumes da sociedade alemã.

– *Uma cena de nossos dias*: drama em 4 atos. Leipzig, 1864, 95 págs. in. 12º. F. A. Brocklaus – Livreiro de S. M. o Imperador do Brasil. O autor declara no prólogo não possuir valor algum este trabalho, “apenas escrito para ser lido no gabinete, sem almejar subir às eminências do palco”.

– *A campa e a rosa: poesia*. Tradução de Victor Hugo. Com esta foram publicadas mais as poesias *Qual delas?*, *A morte de uma virgem*, *A rosa e o Sol*, *Daina Valaquia* – no “Almanaque de Lembranças Brasileiras” pelo Dr. César Augusto Marques para o ano de 1868, págs. 97, 281, 282, 328, 329, 359 a 361.

– *Deus e Nós*: poesia. Ao Padre J. M. S. Bittencourt, Santa Maria da Boca do Monte, 16 de novembro de 1868. “No Almanaque Popular Brasileiro” para 1901, Pelotas.

– *Dolores*: poesia. Caçapava, 2 de março de: 1870. Idem, idem.

– *Brazilina*: poesia. Na festa de seus 12 anos. Caçapava, 27 de agosto de 1870. Idem, para o ano de 1900.

– *Camerino*. Episódio da Guerra do Paraguai. Poemeto. Bahia, 1875, 43 págs. in. 12º. Oficina Lito-tipografia de J. G. Tourinho.

– *As flores de Laranja*: poesia. No álbum da Exma. D. M. T. B. Na “Revista Brasileira”, tomo 8º, 1881, págs. 340 a 342.

– *A cascata de Paulo Afonso*: poemeto. Bahia, 1906, 16 págs. in 8º. Oficinas dos Dois Mundos. Ext. dos “Ecos da Juventude”, inéditos.

– *Ecos da Juventude*: coleção de versos escritos em diversos tempos e em circunstâncias diferentes e opostas. Muitas de suas partículas componentes existiram em edições já esgotadas, outras nas colunas do jornalismo literário e grande parte de poesias ainda inéditas. A coleção contém 64 páginas escritas em papel almaço num só lado somente de cada folha. O manuscrito pertence ao Instituto Histórico de Sergipe, por oferecimento de um parente do autor.

– *A rapinada*: sátira contra certas figuras da política local. Inédita sem assinatura do autor, mas atribuída geralmente ao poeta luziense, então residente na Estância.

Redigiu:

– *O Constitucional*: órgão conservador de publicação diária. Rio de Janeiro, 1862-1863. O primeiro número é datado de 1 de julho daquele ano.

– *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 1867. Era então órgão do partido conservador, de cuja redação se retirou, por discordar da nova orientação política desse jornal.

Pedro Muniz Barreto, Doutor – Filho do Coronel Pedro Muniz Barreto e D. Clara Maria de Lima Barreto, nasceu a 26 de março de 1860 no engenho Ilha, município de Laranjeiras. Estudou os preparatórios no Recife, terminando-os no Aracaju e fez o curso médico na Bahia, onde recebeu o grau de doutor a 15 de dezembro de 1888. Voltando para a província, estabeleceu-se em Laranjeiras, tendo sido ali médico do hospital da Santa Casa de Misericórdia, e depois na cidade da Capela foi delegado de higiene e delegado literário. Na clínica distingue-se como especialista em partos.

Escreveu:

– *Raquitismo*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia para serem sustentadas a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1888, 62 págs. in. 8º. Imprensa Econômica.

– *Relatório* do Hospital de Caridade da cidade da Capela, apresentado à Assembléia Geral, em 1º de janeiro de 1905 pelo Presidente da Diretoria de 1904 a 1905.

– *Relatório* apresentado à Assembléia Geral da Diretoria do Hospital de Caridade da Capela em 1º de janeiro de 1906 por seu Presidente. No “O Estado de Sergipe” de 12 e 13 do mesmo mês.

► *Data de morte: 09 de maio de 1944 em Aracau.*

Pedro Ribeiro Moreira, Doutor – Filho de Joaquim José Ribeiro e D. Francisca Senhorinha do Coração de Jesus, nasceu a 3 de setembro de 1848 em Laranjeiras e faleceu a 30 de janeiro de 1914 na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas.

Em março de 1861, contando treze anos de idade, seguiu para a Bahia a fim de fazer seus estudos de humanidades e em seguida os de medicina, que terminou brilhantemente, recebendo o diploma de doutor a 12 de dezembro de 1873. Talento másculo de justa nomeada desde os bancos acadêmicos, tanto sobressaiu no curso científico, que foi escolhido pelos colegas para intérprete da turma na solenidade da colação do grau. Muito cedo revelou apreciáveis qualidades de jornalista e de poeta de merecimento, adito à escola longoniana, muito em voga no seu tempo. Indiferente às seduições dos altos postos da vida pública, não fosse o reconhecido valor de seus dotes intelectuais, e esses mesmos cargos que ocupou lhe teriam escapado, se os governos não procurassem aproveitar as suas aptidões, indo surpreendê-lo no seu calmo retiro de poeta filósofo.

Incluído por ato do governo geral no corpo de saúde militar, como cirurgião do Exército, não aceitou a nomeação, preferindo aplicar-se à clínica médica, o que fez durante os anos de 1874 a 1876 em Sergipe, onde desempenhou algumas comissões, e depois no Rio de Janeiro até 1878. Vencido esse período, foi nomeado médico da colônia Itajaí, em Santa Catarina, e chefiou duas comissões durante a febre amarela, que então se manifestou ali e na cidade de S. Francisco. Passando-se depois para a província do Paraná continuou a trabalhar na clínica e exerceu os lugares de diretor da instrução pública, professor de direito público do Liceu. Paranaense e secretário do governo, de 1880 a 1881. Nesse último ano entrou para o corpo consular brasileiro, como cônsul geral do Paraguai e na Alemanha com residência em Frankfurt sobre o Meno até 1887. Regressando nesse ano para o Rio, foi nomeado médico da Inspetoria geral de colonização, em cujo exercício se achava, quando pelo Gabinete Ouro Preto foi comissionado para presidir a província de Alagoas, cargo de que tomou posse exatamente no dia da proclamação da República, 15 de novembro de 1889. No novo regime foi delegado de higiene em S. Paulo. 1890-1894, inspetor escolar na Capital Federal nesse último ano e no seguinte médico legista da Polícia até 1896. Membro do corpo consular em disponibilidade, foi nomeado em 1892 cônsul brasileiro em Odessa, deixando de seguir para o seu destino por ter sido desfeito o ato. pelo ministro Custódio José de Melo. No funcionalismo público do Pará, onde fixou residência em 1897, ocupou os lugares de médico das colônias do Estado e delegado sanitário na capital até 1905. Aí terminou a sua peregrinação burocrática, voltando de novo aos labores profissionais, envelhecido, perdidas em parte as forças para o trabalho da clínica e já em caminho para o ocaso de vida. Hospedado em Manaus pelo Presidente do Estado, doutor Jônathas Pedrosa, seu antigo companheiro de Academia, pôs termo à existência no palácio do governo, ingerindo forte dose de morfina, empolgado pela idéia de estar sofrendo moléstia incurável. Em estudante colaborou em diversos jornais da Bahia, nos quais publicou muitos artigos em prosa e grande cópia de poesias e dirigiu a associação “Grêmio Literário”. Foi depois colaborador em 1881 do “Liberal” de Curitiba e em 1897 a 1900 da “Província do Pará” de Belém.

Escreveu:

– *Aneurisma da poplitéia*: operação: gangrena da perna: amputação. (Clínica do Dr. Moura). Na “Gazeta Médica da Bahia”, vol. 5 (1871-1872), págs. 29 a 30.

– *O Professor Niemeyer*. Trad. Na mesma Gazeta e vol. págs. 52, 53 e 101-102.

– *Pioemia e septicemia*: dissertação. Proposições. Seção de ciência médica – Pântanos. Seção de ciência acessória – Aplicação do estudo químico da urina ao diagnóstico e à terapêutica. Seção de ciências cirúrgicas – Tétanos (sic) traumático (sic) e seu tratamento. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia para ser sustentada em novembro de 1873, para obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1873, 23 págs. in. 8º. Tip. do Diário.

– *Discurso* proferido no ato da colação de grau, mandado publicar pelos colegas do ano. Bahia, 1873.

– *Estudos sobre questões de imigração* e colonização do Estado do Pará. 1897, in. 8º.

– *Escolas agrícolas da União*: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Pais de Carvalho governador do Estado do Pará. Belém, 1900, 66 págs. in. 8º pq. Imprensa Oficial. Neste trabalho o autor dá o resultado dos seus estudos feitos na comissão de que foi encarregado, de visitar as escolas agrícolas e liceus de artes e ofícios de Pernambuco, Bahia, Capital Federal, Rio de Janeiro, Minas, S. Paulo e Rio Grande do Sul.

Cultor da música, foi na juventude um apreciado instrumentista, de admirável execução na flauta, e poeta deixou esparsas todas as suas produções, das quais se encontram duas no “Parnaso Sergipano”, o recitativo “Canção do Exilado” no Almanaque do Diário de Notícias” da Bahia para 1884, pág. 146 e a seguinte que é tida como uma das preciosas jóias do seu escrínio poético, extraída do “Diário da Manhã”, Aracaju, de 5 de abril de 1914.

BOA NOITE

“Que mimo, que rosa, que filha de Deus.”

Álvares de Azevedo

Boa noite, Bióta, a lua cheia
Prateia a concha do infinito azul;
Moles reflexos derramando meiga
Nos largos ermos dos sertões do Sul!

Na serra, ao longe, o sertanejo afina
As fibras d’alma da viola ao tom,
E o vento geme na floresta e expira
Dos teus suspiros no melífluo som

Resona o espaço na modorra flébil,
Arqueja o lago, desbotoa a flor...
Terna açucena dos serões noturnos
Abre-me o cálice do primeiro amor!

Hóstia sagrada nos festins celestes
A lua meiga palideja o chão;
Fecha a cortina do teu berço doiro,
Estala o beijo da oriental canção!

Não tenhas medo!... a magnólia pende
Cheia de orvalho, se embebendo em luz,
E o rio escoia como o pranto débil
Ao doce riso dos anjinhos nus!

Encosta a fronte no meu seio... escuta
Quanta harmonia, murmurante sai!

Oh! deixa, deixa, magnólia pura,
Toda existência sufocar num ai!...

Doce cicio de um harpejo brando,
Mimosa clícia do país do Sul,
Prende-me à rede dos cabelos frouxos,
Arranca a estrela do fatal paul!

No largo âmbito da Bahia, à noite,
Oh! quanto arroubo, que visões no ar!
Desmaia O vento, sussurrando um canto,
Ao fraco anseio do quieto mar!...

Os galhos soltos da palmeira cismam!
Moema salta na espumosa flor!
E as filhas belas da montanha verde
Ardem na febre de volúpia e amor!

Bióta, o livro de minh'alma é um mimo
De rosas murchas no funéreo chão!
Escreve um poema no sepulcro nosso,
Afoga os estos da feral canção!

Meu seio é puro como o cato, ao ermo,
Das madrugadas no fugaz alvor!
Deixa-o, querida, se voltar pra vida,
Na face ardente de purpúrea cor!

Quantos murmúrios do jardim suave,
Do rio ao monte, da cascata aos céus!
Suspiros, beijos, hinos, flores, cantos,
Lânguido espasmo nos cerúleos véus!

Bióta, afasta o cortinado..., acorda...
A serenata vem de um poeta ouvir;
Ai! não me deixes no paul sonhando,
Ai! não me deixes nesse mar dormir.

No espaço a chuva de rubis descora
Na concha imersa do corimbo azul;
Fecha a cortina do teu leito, virgem,
Sonhemos juntos nos serões do Sul!

Pedro Rodrigues da Costa Dória, Farmacêutico – Filho de Gustavo Rodrigues da Costa Dória e D. Maria da Soledade da Costa Dória, nasceu a 5 de julho de 1886 na cidade de Propriá.

Feitos os preparatórios em 1884 no colégio do Dr. Ascendino Reis, em Aracaju, seguiu para Bahia e matriculou-se em 1885 na Faculdade de Medicina da Bahia, onde concluiu o curso de Farmácia em 1887.

Por decreto de 23 de janeiro de 1891 do Governo de S. Paulo, foi nomeado suplente de juiz municipal do termo de Limeira, onde residiu desde 2 de março de 1881, exercendo este cargo e o de Juiz de Direito até 29 de fevereiro de 1892.

Em 2 de maio deste mesmo ano foi nomeado Analisador Químico da Inspetoria, de Higiene de S. Paulo, lugar de que se exonerou a pedido em 1º de Setembro do referido ano para dedicar-se à lavoura. Ainda em julho desse ano foi pelo Governo Federal nomeado Capitão Cirurgião da Guarda Nacional em Limeira, e presidente da Companhia Paulista de Drogas de S. Paulo de 1906 a 31 de dezembro de 1913. Foi presidente da Sociedade “Auxílio das Famílias” com sede em Piracicaba e presidente da Sociedade de Higiene no Estado de S. Paulo, e deputado federal por sua terra natal na legislatura de 1909-1911. Colaborou no “Correio de Limeira” em 1892, e na “Gazeta de Piracicaba” em 1902 e outros, com os pseudônimos *R.* e *P. D.* É do seu invento o Elixir Estomacal de Camomila e Canicina para o tratamento das moléstias do estômago e intestinos, aprovado pela Inspetoria Geral de Higiene Publica do Rio de Janeiro.

Escreveu:

– *Crônicas e artigos de assuntos locais*. Limeira, 1902.

Pelino Francisco de Carvalho Nobre, Bacharel – Filho do coronel Francisco Antonio de Carvalho Nobre e D. Delfina Nobre, nasceu a 5 de dezembro de 1839 em Laranjeiras e faleceu no Aracaju a 24 de dezembro de 1907. Bacharel em ciências jurídicas e sociais graduado na Faculdade do Recife em 21 de novembro de 1866, foi nomeado a 1 de agosto de 1868 promotor público da comarca do Aracaju, curador de órfãos, deputado provincial, diretor, geral da instrução pública por duas vezes em 1877 e em 1885, procurador fiscal do Tesouro Provincial, interino em 1874, diretor do Asilo de N. S. da Pureza, vice-presidente da província, chefe de polícia, interino, em 1890, juiz substituto do juiz seccional e vice-presidente do Estado.

Como 2º vice-presidente administrou por duas vezes a província nos períodos de 13 a 30 de julho de 1888 e 7 de fevereiro a 5 de julho de 1889. Em 1860 fundou no Aracajú o Gabinete Literário Sergipano, de que foi presidente, e como sócio honorário pertenceu ao Clube Conservador Acadêmico do Recife, fundado em 1886, e ao Gabinete Literário da cidade de Caruaru em Pernambuco. Colaborou no “Jornal do Comércio” e no “Jornal do Aracaju”, ambos da imprensa sergipana.

Escreveu:

– *Relatório* apresentado a 31 de dezembro de 1877 ao Exmo. Sr. Doutor José Marfins Fontes, 1º Vice-Presidente, pelo Diretor Geral da Instrução Pública. 62 págs. in. 8º. Anexo ao Relatório com que o mesmo Vice-Presidente abria a 1ª sessão da 22ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1878.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Presidente, Doutor Manoel de Araújo Góes, pelo Diretor Geral do Ensino Público em 14 de janeiro de 1886. Anexo de 30 págs. ao Relatório com que o mesmo Presidente abriu a 1ª sessão da 27ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe em 15 de fevereiro de 1886.

– *Relatório* do estado da instrução apresentado em 31 de dezembro de 1887. ao Presidente Doutor Manuel de Araújo Góes. Anexo de 17 págs. a Fala dirigida pelo Exmo. Presidente Doutor Olímpio M. dos Santos Vital á Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe na sessão da 28ª Legislatura, em 3 de abril de 1888.

– *Relatório* com que o Exmo. Sr. 2º Vice-Presidente passou a administração da província de Sergipe ao, Exmo. Sr. Presidente, Doutor Francisco de Paula Prestes Pimentel, em 30 de julho de 1888. Aracaju, 1888, 12 págs. in. 4º. Tip. da “Gazeta do Aracaju”.

Redigiu com outros: .

– *A Crença*: órgão conservador. Aracaju, 1873-1874. O 1º nº é de 3 de outubro daquele ano. Formato 0,36 x 0,24, com 4 págs. de igual número de colunas cada uma. Tipografia da “Crença”.

– *Gazeta do Aracaju*: jornal político e noticioso. Aracaju, 1879-1889. Publicação: uma e mais vezes por semana. Foi mais tarde órgão do partido Conservador, editado bi-semanalmente. É de 4 de julho daquele ano o primeiro número, medindo cada uma das 4 páginas – 0,39 x 0,26, com três colunas largas, que se elevaram depois a 5 com as seguintes dimensões por página: 0,41 x 0,27 - Impressa na Tipografia da “A Crença”, princípio, e posteriormente em tipografia própria, na rua de Itaporanga, nº 20.

Péricles Moniz Barreto – Filho de Geminiano Moniz Barreto, tenente do corpo de polícia, e D. Abigail de Magalhães Barreto, nasceu a 21 de julho de 1898 em Laranjeiras e faleceu em Aracaju na noite de 14 de outubro de 1918, apunhalado por um colega preparatoriano:

De origem modesta e baldo de fortuna, começou a ensaiar-se nos misteres da vida, oferecendo à venda revistas e jornais; mas à medida que se lhe iam desenvolvendo as faculdades intelectuais, mais se alargavam os horizontes do seu futuro. Talento peregrino e cintilante, de uma precocidade excepcional, estava fadado a ser em próximo tempo uma glória de Sergipe, se o gênio do mal não tivesse roubado as esperanças da pátria, quando já havia atingido o posto invejável de valente lutador nas lides literárias. Em meio do curso de ciências, estudadas particularmente com professores amigos, admiradores de sua robusta inteligência, apareceu na imprensa sob o pseudônimo de *Valgean*, traçando o seu primeiro artigo para o “Século XX, de 27 de agosto de 1916, pequeno jornal de Aracaju redigido por um grupo de moços aplicados às letras.

“Phrases”, que depois passou a escrever – “Frazes”, foi o título dessa longa série de artigos dedicados a variados assuntos, em que desde logo revelou a fertilidade do seu engenho até ao último publicado no número 7 de maio de 1918. Sem desligar-se dos companheiros do “Século XX” entrou para o “Diário da Manhã” como simples revisor de provas, para dentro em pouco tornar-se um dos seus melhores colaboradores. No “O Correio de Aracaju”, “O Democrata”, “A Opinião”, “O Imparcial”, da imprensa do Aracaju, no “Comércio de Maruim” e na “Revista Feminina”, de São Paulo, encontram-se trabalhos seus. No “Século XX” foram suas as seções com as seguintes epígrafes: “Galeria de Beleza”, por Marcelo de Assis, “Crisol de Arte”, por João José e “Sensações de loucura”, por Madalena.

Não só em prosa, como em verso, muito produzia atenta a sua pouca idade. Suas poesias esparsas nos jornais, e reunidas em volume três anos depois de sua morte constam na maioria de belos sonetos, o último dos quais intitulou:

ASCENSÃO

A ti... só a ti...

Se eu não vencer a vida – que tristeza!
Muitos do meu destino se rirão!
E hei de rolar num abismo de incerteza,
Dentro da treva da desilusão!

Mas se a vida eu vencer – quanta beleza! Todos sorrindo a me abraçar virão!
E hei de esplendor num monte de realza,
Cheio da augusta glória da Ascensão!

Eis porque estou sereno nesta luta;

Nenhum declínio ao meu destino assiste
E sinto um sol aberto em cada gruta...

Rasgando os pés nos cardos do caminho,
A alma tranqüila a estremecer resiste,
Para alcançar teu beijo e teu carinho...

Sócio do Instituto Histórico de Sergipe, da Liga Sergipense contra o analfabetismo, orador do “Centro Socialista” e do “Centro Cívico Amintas Jorge”, pertenceu ao Clube Esportivo Sergipe e como representante dessa sociedade fazia parte do Conselho Diretor da “Liga Desportiva Sergipense.

Escreveu:

– *Sombras*: trabalho literário recitado no dia 15 de abril de 1917 no festival realizado na Biblioteca Pública ao ser lido o 1º número do “Meio Dia”, jornal falado (O autor foi um dos fundadores do referido jornal) No “Século XX” de 20 de maio a 3 de junho seguinte.

– *Poeira*: produção literária declamada a 30 de setembro no brilhante festival do 3º número, do jornal falado “Meio Dia”. Idem, de 28 de outubro e 4 de novembro de 1917.

– *Livro Novo*. “*Escola Social Positiva*”. No “Diário da Manhã”, de 14 de outubro de 1917.

– *Gilberto Amado*. Idem, de 23 do referido mês.

– *Velho termo*. Idem, de 1 de novembro de 1917.

– *Ruy Barbosa*. Para o seu aniversário: verso. Idem, de 4 do citado mês.

– *A Bandeira*: discurso pronunciado por ocasião da festa da Bandeira, no dia 19 de novembro de 1917. Idem, de 25 do mesmo mês.

– *Queda de estrela*. Nair Firpo. Idem, de 11 de dezembro do mesmo ano

– *Livro novo*. “*O meu Calvário*”. Idem, de 21 do mesmo mês e ano.

– *Gente do meu tempo*. Idem, de 23 de abril de 1918. Não continuou.

– *Flores*. Para Liseth Maciel. Idem, de 12 e 18 de maio seguinte.

– *Batalha de Tuiuti*: conferência pronunciada no dia 24 de maio de 1918 na sessão magna do “Centro Cívico Amintas Jorge”, comemorativa da imortal e aureolada Batalha de Tuiuti, a qual se efetuou no palacete da Biblioteca do Estado, Idem, de 2 a 5 de junho seguinte.

– *S. João*. Idem, de 23 do mesmo mês.

– *Gilberto Amado*. *Motivos e Lembranças*. Idem, de 1 e 6 de agosto seguinte. Não continuou.

– *Fausto Cardoso*: conferência pronunciada em sessão magna e extraordinária do Instituto Histórico, no dia 28 de agosto de 1918, que marcou o duodécimo aniversário da morte do monumental tribuno e homem político Fausto Cardoso. Idem, de 30 e 31 do mesmo mês.

– *Versos*: publicação póstuma com o retrato do autor. Rio de Janeiro, 1921, 50 págs. in. 8º, não numeradas.

Pláceres Mota, conhecida por Caçula – Filha do Coronel Antonio da Mota Rabelo, já mencionado neste livro e D. Anna da Silva Motta, nasceu a 26 de setembro de 1893 no Aracaju.

Fez seus estudos na aula primária, dirigida pela professora D. Antonia Angelina de Figueiredo Sá, também contemplada nesta obra.

Desde tenra idade começou a revelar predileção pela poesia, se bem que não tivesse bastante cultivo. Em suas produções usava o pseudônimo de *Violeta*.

É sua a poesia que se segue:

ROSAS

Se essas rosas me entendessem,
Se conversassem comigo,
Talvez elas te dissessem
– O que sinto e não te digo!...

São mudas... no entretanto,
Te contarão, eu te juro,
Que em ti se resume o encanto,
Do meu passado e futuro!...

Porém se acaso te fores,
Em dia que perto vem,
Tu verás que as minhas flores,
Comigo choram também...

Hás de vê-las transformadas,
Emurchecidas, queixosas!
E...saudades magoadas,
Eu terei... – em vez de rosas...

Sergipe – 1915,
Violeta.

Prado Pimentel – Vide Graciliano Aristides do Prado Pimentel.

Prado Sampaio – Vide Joaquim do Prado Sampaio Leite.

— R —

Raphael Archanjo Montalvão – Filho de José Esteves de Montalvão e D. Anna Manoela do Rosário, nasceu em Campos a 22 de outubro de 1854. Em Lagarto fez seus estudos de primeiras letras e francês e deste modo preparado foi substituto da cadeira do ensino primário do Lagarto em 1872 e em 1875 professor efetivo da cadeira do Riachão e depois de ter lecionado em diversos lugares da ex-província, jubilou-se como professor da Itabaiana em 1890. Foi deputado à Constituinte Estadual de 1892 e depois nas legislaturas de 1902 a 1907, e 1912 a 1916. Por ato de 22 de maio de 1917 foi nomeado Promotor Público da Comarca de Simão Dias, e em 14 de março de 1918 foi nomeado exator da mesma cidade e demitido em 23 de outubro de 1923.

Escreveu:

– *Bahia-Sergipe: Questão de limites*. No “O Estado de Sergipe” de 30 de julho de 1914. Publicado depois em folheto de 18 págs. in. 8º pq. Tip. do “O Estado”.

– *O caso de Anápolis*. Protesto aos Altos Poderes da Nação e ao Público. No “Jornal do Povo”, Aracaju, de 9 de setembro de 1914.

– *Limites de Bahia e Sergipe*. No “Jornal do Povo”, Aracaju, 11 de novembro de 1914.

– *Bahia-Sergipe. Questão de limites*. Idem, de 30 de julho e 1º de agosto de 1915.

Ranulpho Hora Prata, Doutor – Filho do Coronel Felisberto da Rocha Prata e D. Anna Hora Prata, nasceu a 4 de maio de 1896 na cidade do Lagarto..

O seu estudo primário foi feito em Simão Dias e na Estância e o curso secundário nos dois colégios da Bahia “Carneiro Ribeiro” e “Ipiranga”.

Na mesma cidade matriculou-se na Faculdade de Medicina, em que cursou até o 4º ano, quando se transferiu para a Faculdade congênere do Rio de Janeiro, recebendo o grau de doutor em janeiro de 1920.

Foi interno efetivo do Hospital Central do Exército.

Escreveu:

- *Do Riso*: tese inaugural dividida em quatro capítulos: Anatomia – Fisiologia – Psicologia, Patologia e Risos... Rio de Janeiro, 1920, 61 págs. in. 8º. “Revista dos Tribunais”.
- *O Tropeiro*: conto. Na “A Tarde”, Bahia, de 20 de maio de 1916. Este trabalho foi premiado em 1º lugar num concurso aberto pelo referido jornal, ao qual acudiu grande número de literatos. No mesmo jornal foram feitas mais duas publicações suas.
- *Sonho de escoteiro*. Aos escoteiros da Bahia. No “Correio de Aracaju” de 3 de outubro de 1916. Publicada anteriormente no “Diário da Bahia” de setembro do mesmo ano.
- *Fatalidade*: conto. No “Correio de Aracaju”, de 28 de novembro de 1916.
- *Germinal*: conto. Na “A Tarde”, de 25 de dezembro do mesmo ano.
- *O Voluntário*: conto. A João do Norte. No Fon-Fon. Rio, de 5 de janeiro de 1918, sob o pseudônimo de Patrício Franca. Transcrito no “Correio de Aracaju” de 27 do mês seguinte.
- *O Triunfo (Episódio de hoje)*, romance de costumes, com o retrato do autor. Rio, 1918, 185 págs. in. 16º. Tipografia da “Revista dos Tribunais.
- *Obstinação*. A Jackson da Figueiredo. No rodapé do “Jornal do Povo”, Aracaju, de 8 e 9 de abril de 1920.
- *O moço esculápio*: conto. No “Correio de Aracaju” de 11 de março de 1921.
- *Dentro da vida*. (Narrativa de um médico de aldeia). Rio, 1922, 189 págs. in. 12º. Tipografia do Anuário do Brasil. (Almanaque Lamert).
- *Data de morte*: 27 de Dezembro de 1942, em São Paulo (SP).

Raul de Freitas Melro, Doutor – Filho do Coronel Joaquim de Freitas Melro e D. Maria do Valimento de Freitas Melro, nasceu no dia 14 de agosto de 1889 na vila de Gararu. Fez todo o curso de humanidades no Colégio Diocesano de S. José no Rio de Janeiro; terminado o 5º ano em dezembro de 1907, fez no Liceu Alagoano os exames que faltavam para a matrícula do curso médico.

Em 1908 matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, recebendo o grau de doutor a 20 do dezembro de 1918. Sem ser especialista, dedicou-se à clínica pediátrica, clinicando em Barra Bonita e Penápolis no Estado de S. Paulo, e Florianópolis (S. Catarina) onde exerceu também o cargo de médico do hospital de Caridade e foi chefe de uma das comissões estaduais de polícia sanitária domiciliar.

Em 1915, foi nomeado, por concurso, médico veterinário do Serviço de Indústria Pastoril, no Ministério de Agricultura e no mesmo ano Inspetor de veterinária.

Em 1916 foi encarregado do Instituto Pasteur, anexo à Inspetoria Veterinária, Diretor Técnico do Porto Vacinogênico de S. José em 1917, prestou serviços médicos, gratuitamente, por ordem superior em 1918 no Patronato de Anitápolis (S. Catarina), por ocasião da Pandemia de Gripe. Aí residiu de 1915 a 1919, quando transferiu sua residência para Maceió, em 1920, onde foi em 1921 nomeado Delegado do Serviço de Indústria Pastoril e Inspetor veterinário do porto de Maceió. Em Florianópolis foi ex-interno das clínicas: oftalmológica, otorrino-laringológica, pediatria e higiene Infantil, no Hospital de crianças.

Foi 1º secretário da Sociedade de Medicina, de Florianópolis e professor catedrático de Histologia do “Instituto Politécnico” da mesma cidade.

Escreveu:

– *Anemia do tipo clorático na primeira infância*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências Médico-Cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 6 de novembro de 1918 e defendida no dia 20 de dezembro de 1913. Rio de Janeiro, 1913, 77 págs. in. 8º. Tipografia Besnard Frères.

– *Memória sobre a freqüência de cálculos visicais na criança*: série de artigos para o 2º Congresso Americano da Criança” de Montevideu e o Instituto Pasteur.

Publicado na 1ª Revista da Sociedade de Medicina de Florianópolis em 1919.

Raul Henrique Schmidt, Doutor – Filho de Luiz Schmidt e D. Maria Schmidt, nasceu em Maruim a 10 de dezembro de 1880.

Estudou preparatórios no colégio S. Salvador na Bahia e ali se doutorou em medicina em dezembro de 1905. Em 1900 recebeu a carta de farmacêutico. Depois de formado dedicou-se à clínica, que deixou para dirigir a antiga farmácia e drogaria Caldas, de que é proprietário. Viajou à Europa em 1908. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Escreveu:

– *Do valor da radioterapia no tratamento das afecções cutâneas*: dissertação. Proposições, (Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências Médicas e Cirúrgicas). Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 31 de outubro de 1905 a fim de obter o grau de Doutor em ciências médico-cirúrgicas. Bahia, 1905, IV-82 págs. in. 8º. Lito-Tip. e Encadernação Reis & Cia.

Remígio Ribeiro Aboim, Bacharel e Cirurgião-Dentista – Filho de Gabriel Florentino da Mota Aboim e D. Adelaide Josefina de Aboim, nasceu na Estância em 1 de outubro de 1872. Verificando praça a 24 de março de 1890 como cadete no 33 Batalhão de Infantaria, estacionado no Aracaju, embarcou para o Rio de Janeiro com destino à Escola Militar, na qual se matriculou em 1891, transferido no ano seguinte para a do Ceará, onde concluiu o curso preparatório. Promovido a Alferes a 3 de novembro de 1894, prestou serviços militares no Rio Grande do Sul, teatro de operações de guerra durante 2 anos. Quando em 1897 fazia o curso de odontologia na Bahia, expedicionou com o então 16 Batalhão de Infantaria na questão diplomática com a Bolívia. De volta da expedição concluiu em 1900 o curso odontológico. Em 1908 matriculou-se na Faculdade Livre de Direito do Ceará, onde se bacharelou a 22 de novembro de 1912.

Foi professor interino de Lógica, Francês e História no Liceu do Ceará, diretor da Biblioteca e Arquivo Público do mesmo Estado. Tem advogado nos auditórios do Rio de Janeiro, Santos, Ceará e Aracaju. Por mais de 4 anos exerceu as funções de juiz substituto e juiz de direito de Fortaleza. Foi Intendente da cidade de Maranguape no Ceará. Em 17 de julho de 1912 reformou-se no posto de 2º tenente.

Escreveu:

– *Razões do Recurso na ação criminal entre partes*, como Recorrente – Albino José de Faria, A. e Recorrido – Raimundo Bezerra Donautuonio, R. Memorial do Recorrente. Fortaleza, Ceará, 1915, 21 págs. in. 8º pq. Tip. Comercial a vapor.

– *Ação de reivindicação*. Recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. Recorrentes – Albino José de Faria e sua mulher, Recorrida – A Sociedade “Primeira Igreja Evangélica Presbiteriana”. Razões dos Recorrentes e voto separado do Desembargador Cláudio Ideburgue. Ceará, 1915, 15-XVIII, págs. in. 8º pq. Tipografia Comercial do Ceará.

Rodolfo Ramos Fontes – Filho de Antonio Martins de Góes Fontes e D. Afra Ramos Fontes, nasceu a 13 de fevereiro de 1864 na cidade da Capela. Começou na Capital do seu Estado o curso de preparatórios e em 14 de março de 1879 foi admitido no colégio naval, adquirindo aí, vantajosamente, os conhecimentos que lhe faltavam para o curso superior da

marinha. Por aviso de 8 de março de 1881 passou a aspirante de guarda marinha, por haver obtido sempre elevados graus de aprovação nos seus exames. Em 23 de novembro de 1888 foi promovido a guarda marinha; a 2º tenente por decreto imperial de 28 de novembro de 1885, por haver completado o interstício da lei; a 1º tenente por decreto de 8 de janeiro de 1890 e a capitão tenente por decreto de 9 de agosto de 1894, contando antiguidade e por serviços de campanha em defesa da República. Tendo deliberado, por motivos particulares, deixar a atividade militar, foi reformado naquele último posto por decreto de 9 de outubro de 1894. Exerceu diversos cargos compatíveis com os diversos postos da hierarquia militar naval, que ocupou, prestando assim seus dedicados serviços à causa pública. Foi capitão do porto do seu Estado, lugar que exerceu por mais de 7 anos com uma ligeira interrupção, terminando em 27 de abril de 1899. Publicou um trabalho sobre o serviço telegráfico de sinais de bandeiras para uso das barras do Estado, o qual além de aprovado e elogiado pelo conselho naval, foi mandado executar por aviso do ministro da marinha, e forneceu patrioticamente largo subsídio para a organização do Código Geral de Sinais.

Inaugurou o serviço telefônico entre a capitania do porto e o farol da Capital e conseguiu a criação de uma associação de práticos, que é hoje a mais segura garantia da navegação dos portos. Denodadamente bateu-se por extenso lapso de tempo pelo estabelecimento de uma escola de aprendizes marinheiros no seu Estado; dividiu o litoral do mesmo em estações de limites definidos, e em janeiro de 1899 inaugurou uma atalaia provisória à entrada da atual barra de Aracaju. Foi individualmente encomiado pelos seus superiores pelos notáveis serviços que prestara por ocasião do naufrágio do vapor Ondina e pela correção de seu procedimento durante o tempo em que serviu na esquadra legal na revolta de 6 de setembro de 1893 quando a sua bravura e o seu inexcedível patriotismo tiveram ocasião de manifestar-se de modo a torná-lo definitivamente credor da mais farta messe de estima e admiração públicas.

Escreveu:

– *Serviço telegráfico de sinais* para uso da praticagem das barras do Estado de Sergipe pelo respectivo Capitão do Porto e Diretor da Associação de Práticos, Capitão Tenente refor..., e mandado observar provisoriamente pelo Aviso nº 396 de 15 de março de 1895. 2ª Edição acompanhada do parecer do Conselho Naval. Sergipe, 1896, 17 págs. in. 8º. Tipografia Comercial de Guilherme Filho & Cia.

Rogério Gordilho de Faria, Bacharel – Filho do bacharel Antonio Henriques Silvestre de Faria e D. Adriana Gordilho de Faria, ambos naturais da Bahia, nasceu a 28 de junho de 1889, na cidade do Lagarto. Tendo feito o curso seriado no Ginásio S. Salvador na capital da Bahia, ali matriculou-se na Faculdade Livre de Direito, colando o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 8 de dezembro de 1909 com distinção em todas as cadeiras do 5º ano.

Juiz municipal em 4 de janeiro de 1910 do termo de Itabaianinha, comarca do Rio Real, deixou esse cargo a 22 de julho de 1913, a seu pedido, para estabelecer-se com banca de advogado na Bahia, onde tem colaborado no “Diário de Notícias”, “A Hora”, “Diário da Bahia”, “A Tarde”, de que foi redator judiciário de 13 de maio a 7 de outubro de 1921. É sócio e vice-orador do Instituto da Ordem de Advogados da Bahia, membro da Comissão de Legislação e Jurisprudência, sócio do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, e 2º vice-presidente da Liga Baiana de Depósitos Terrestres.

Escreveu:

– *Impenhorabilidade dos bens do Estado*. Na “Revista Geral de Direito, Legislação e Jurisprudência”. Rio, 1920, ano 1º, nº 6, vol. 2 de maio e junho, pág. 437.

– *Será admissível depoimento de parte por procuração?* Revista cit., vol. 3º de setembro e outubro, pág. 372.

– *Embargos cíveis nº 296*. Embargante – Matheus Monteiro de Carvalho, Cessionário de Mendonça e Monteiro. Embargado – Banco Nacional Ultramarino, Memorial do Embargante. Bahia, 1920, 40 págs. in. 8º. Tip. Baiana, de Cincinato Melchades.

– *Anedótica forense*: conferência lida em 12 de outubro de 1920 no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

– *Cousas d'outros tempos*: conferência no mesmo instituto.

– *Discurso* proferido a 15 de junho de 1921 na sessão solene do 2º aniversário da fundação do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia.

– *Parecer* sobre a tese “Responsabilidade” do Estado pelos delitos da multidão amotinada”, aprovado por grande maioria e contrário à conclusão da tese.

– *Direito Pitoresco*: primeira conferência mensal da série iniciada na sede do Instituto da Ordem.

– *Jurisprudência exótica*: conferência lida em 13 de maio de 1921 na sessão do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

– *Espelho de notáveis*. Palestra no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia em 23 de abril de 1922. Na “Revista da Bahia”, nº 14 de 15 de junho de 1922, págs. 2 a 4.

– *Sobre a concordata preventiva*. No vol. “Estudos Jurídicos” de colaboração com juristas baianos, 424 págs. em homenagem ao 60 aniversário do Desembargador Felinto Justiniano Ferreira Bastos.

Rosendo Constâncio de Souza Brito – Filho de Tranquilino Augusto de Souza Brito e D. Rosa Angélica de Pina Brito, professora jubilada, nasceu a 4 de setembro de 1872 na vila de Japarutuba e faleceu a 6 de fevereiro de 1897 em Araraquara, no Estado de S. Paulo. Principiou os seus estudos nos colégios do professor Alfredo Montes e Doutor Ascendino dos Reis, no Aracaju, e com o preparo que neles pôde adquirir, foi para o Rio de Janeiro em 1890, onde por pouco tempo esteve empregado no comércio. Por alguns meses de 1891 foi guarda-livros em Santos, de cuja cidade retirou-se logo, para ir ao encontro de sua família, já então de residência feita em Araraquara. Com o falecimento de seu pai, em 1893, substituiu-o no lugar de contador e partidor do foro, foi colaborador da imprensa local, aplicando as horas restantes de seus outros afazeres ao mister de guarda-livros.

Levado naturalmente, em vista de suas relações sociais, a interessar-se pelos acontecimentos da cidade, indignou-se certa vez contra a polícia por causa da prisão e espancamento de um infeliz, em favor de quem requereu uma ordem de habeas-corpus. Esse procedimento nada censurável irritou excessivamente a um potentado da terra, que se julgou ofendido no seu prestígio de chefe, e de quem se viu forçado a tirar a vida, depois de se sentir ferido e prestes a sucumbir aos golpes do punhal homicida na luta travada dentro duma farmácia, para onde fora atraído sob pretexto de chegar a uma composição amigável a respeito do processo movido aos autores do espancamento.

Depois de recolhido à prisão e entregue à ação da justiça, os parentes do morto reunidos a uma horda de facínoras invadiram a cadeia alta noite e o lincharam barbaramente naquela data, 9 de fevereiro de 1897, tendo tido a mesma sorte seu tio, o farmacêutico Manual Joaquim de Souza Brito, segunda vítima da sanha vingadora dos seus ferozes assassinos. Com outros redigiu:

– *O Binóculo*: periódico.

Rufino Enéas Gustavo Galvão, Visconde de Maracaju – Tenente General reformado, Ministro do Supremo Tribunal Militar e Conselheiro de Estado na vigência do Império. Filho do Brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão e D. Mariana Clementina de Vasconcelos Galvão, nasceu a 2 de julho de 1831 em Laranjeiras e faleceu a 18 de fevereiro de 1909 na Capital Federal. Um dentre os poucos veteranos sobreviventes das últimas campanhas do Sul o velho e honrado militar baixou ao túmulo certo de bem haver merecido

imortalidade da história e as bênçãos da pátria agradecida. A imprensa do dia, noticiando o seu passamento, recordou em frases repassadas de patriótico reconhecimento a série ininterrupta dos seus valiosos serviços à nação, tanto na paz como na guerra, durante o longo período de quase 66 anos devotados ao fiel cumprimento dos deveres profissionais do militar e ao culto das mais nobres virtudes do cidadão. Com praça de cadete a 23 de setembro de 1843, matriculou-se dois anos depois na Escola Militar, cujo curso terminou em novembro de 1851, recebendo o grau de bacharel em matemáticas aos vinte anos de idade, já então alferes de infantaria promovido a 7 de setembro de 1847, sendo transferido em 1849 para o corpo de engenheiros no posto de 2º tenente. Aberta a campanha de 1852 entre o Brasil e o Estado Oriental seguia o jovem oficial para o teatro da luta como engenheiro junto ao comando do Exército em operações. De então até a proclamação da República os seus serviços foram aproveitados em importantes comissões civis e militares, subindo aos mais altos postos do Exército até o de tenente general, em que foi reformado a 15 de novembro de 1889, na mesma data da implantação do regime republicano no governo do país. O papel eminente que lhe coube desempenhar na campanha do Paraguai, representa a fase mais brilhante da sua vida militar, decorrida nesse quinquênio de luta titânica contra a tirania do ditador Solano Lopez e durante a qual foi promovido aos postos de tenente-coronel e coronel por merecimento e atos de bravura. Nessa última graduação muito se distinguiu na memorável batalha do Campo Grande, em que foi destruído totalmente o Exército paraguaio. No grande quadro comemorativo do esplêndido triunfo das armas brasileiras nesse dia, admirável trabalho devido a concepção do insigne pintor nacional, Dr. Pedro Américo de Figueiredo e Melo, destaca-se a figura do bravo coronel ao lado do marechal Conde d'Eu.

Os seus serviços técnicos como chefe da comissão de engenheiros, contribuirão poderosamente para apressar a desfecho da guerra, figurando como o mais notável dentre eles a construção da famosa estrada estratégica do Grão Chaco, grandiosa obra de engenharia militar, a respeito de cuja importância assim se exprime o Barão Homem de Melo no 4º vol. da "História da Guerra do Brasil contra o Uruguai e o Paraguai", págs. 63 e 64:

"Para tornar viável a estrada do Chaco, aberta em terrenos pantanosos e interrompidos de fundas lagoas e de matas virgens, foi preciso, etc., etc. Todos esses serviços foram executados sob a direção do coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, o qual trabalhou nas obras com o maior afinho e atividade infatigável até dá-las prontas. A estrada foi traçada militarmente pelo mesmo coronel, ficando fora do alcance dos fogos da Angostura". Referindo-se ao valor estratégico da estrada do Chaco, assim também se pronunciou o senador Ávila no senado imperial na sessão de 18 de setembro de 1888:

"O tenente-coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, hoje visconde de Maracaju, preparou aquela estrada com tão esplêndido resultado, que facilitou o movimento audacioso praticado pelo Exército para poder prosseguir nas operações de guerra, então interrompida pelos grandes obstáculos opostos pelo inimigo em Lombas Valentinas."

Como prêmio a tão relevantes serviços foram-lhe conferidas a medalha comemorativa da rendição de Uruguiana, as da campanha do Paraguai concedidas pela República Argentina e pelo Estado Oriental do Uruguai, a de mérito militar (pela primeira vez concedida pelo governo Imperial por atos reiterados de bravura), a da campanha geral do Paraguai com passador de ouro nº 5 e as condecorações de oficial e dignitário da Ordem do Cruzeiro, grande dignitário da Ordem da Rosa e comendador da de Aviz.

Terminada a campanha com a morte trágica de Solano Lopez nas margens do Aquidabã, voltou o bravo coronel de então as lides da paz, para prosseguir na patriótica missão de bem servir ao país em sucessivas comissões, nas quais teve de novo de desenvolver as notáveis aptidões já reveladas em outras que antes da guerra lhe haviam sido confiadas. Provas inúmeras dessas aptidões deparam-se nos seus trabalhos como membro da comissão de limites entre o Brasil e o Estado Oriental, em 1853; Inspetor geral das medições de terras da província de S. Paulo, em 1856; membro da comissão astronômica encarregada de

observar em Paranaguá o eclipse total do sol no dia 7 de setembro de 1858; da comissão reservada para a exploração do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul em 1860; chefe da comissão de engenheiros do Exército de reserva no Rio Grande do Sul, em 1865; engenheiro fiscal das estradas de ferro provinciais e diretor das obras militares de S. Paulo, em 1870; chefe da comissão de engenheiros encarregada de demarcar a linha divisória entre o Brasil e o Paraguai, em 1872, e chefe de outra também de demarcação de limites entre o Brasil e a Bolívia, em 1876. Com igual competência desempenhou as comissões de presidente das antigas províncias do Amazonas, em 1878, de Mato Grosso, em 1879, e do Pará, em 1882; e em 1889 ao de ajudante general do Exército, conselheiro de guerra e ministro da guerra no último gabinete da monarquia, organizado pelo Visconde de Ouro Preto a 7 de junho do mesmo ano. Ocupando a pasta da guerra por ocasião dos acontecimentos de 15 de novembro, manteve-se dignamente solidário com o governo, não acompanhando o pronunciamento dos seus companheiros d'armas.

A correção desse procedimento, por ventura mal apreciado pelas paixões irrefletidas do momento, teve mais tarde a sanção justa e insuspeita do “O País” do dia seguinte ao da sua morte nos seguintes períodos dedicados à memória do ínclito soldado surpreendido no seu posto de honra pela revolução triunfante: “A crise política que precedeu a República e que a seguiu nos seus primeiros tempos pôs em destaque inevitavelmente a figura do visconde de Maracaju. Ele era pelos seus serviços e pelo seu grande valor um dos generais considerados capazes de repor na ordem de respeito as instituições monárquicas os elementos militares já manifestamente descrentes delas. O gabinete Ouro Preto foi buscá-lo para ministro da Guerra. Mas o fato nacional se sobrelevava ao prestígio do militar e a República fez-se, apoiada em um movimento do Exército, apesar dos esforços empregados pelo velho general. Ainda a sua posição nesse momento histórico foi tão nobre e tão lisa, que os seus correligionários deram-lhe razão, quando houve quem quisesse acusá-lo do desastre, e os seus novos adversários, passado o instante das precauções necessárias, prestaram-lhe todas as considerações. A República que o havia reformado em tenente-general, por decreto do governo provisório, nomeou-o mais tarde, em 2 de julho de 1903, membro do Supremo Tribunal Militar. No exercício desse último cargo jamais deixara de comparecer às sessões do Tribunal.

Quando ministro da guerra, os seus conterrâneos o elegeram deputado à Assembléia Geral Legislativa, a qual não chegou a funcionar. O governo imperial, em atenção ao cabal desempenho da comissão de limites com o Paraguai, o agraciou com o título de Barão de Maracaju, elevado depois a Visconde do mesmo título, em 23 de maio de 1883, quando presidia a antiga província do Pará. A 3 de agosto do ano seguinte foram-lhe concedidos os bordados de marechal de campo, última promoção que alcançou no Exército. Firmado em documentos oficiais e nos juízos externados pela imprensa, o General Antonio Joaquim da Costa Guimarães publicou em 1891 um opúsculo de 30 páginas, nas quais se acham condensados os fatos mais notáveis da vida pública do ilustre titular.

Escreveu:

- *Projeto de regulamentação para o arsenal de guerra do Rio de Janeiro*. Foi escrito no cargo de presidente da comissão encarregada de elaborar esse projeto.

- *Planta das posições ocupadas* em frente à vila de Uruguaiana pelo Exército em operações na província de S. Pedro do Sul, sob o comando em chefe do Ilmo. e Exmo. Sr. Tenente-General Barão de Porto Alegre no dia 24 de agosto de 1865. Levantada pelo chefe da comissão de engenheiros do mesmo Exército, major, etc., 0m, 330 x 0m, 270.

- *Planta do reconhecimento* de S. Solano à vila do Pilar, feito pelos engenheiros Major R. E. G. Galvão e 1º Tenente B. de S. Madureira 1867. 0 m, 653 x 0m, 210.

- *Cópia autêntica sobre papel vegetal*. Escala de 2.400 braças. Há outra cópia do mesmo ano.

- *Cópia da planta de Humaitá*, levantada pela comissão de engenheiros do 2º Corpo do Exército, composta dos seguintes oficiais: chefe, Tenente-Coronel Rufino Enéas Gustavo

Galvão; membros: Major Sebastião de Souza e Melo, 1º Tenente Guilherme Carlos Lassance e Alferes Emílio Carlos Jourdan. Organizada e desenhada pelo Alferes Emílio O. Jourdan. Acampamento em Humaitá, 15 de agosto de 1868. 1m, 478 x 1m, 14. Cópia autêntica pelo chefe da comissão, a aquarela.

– Cópia autêntica sobre papel vegetal. Escala de Itapiru até Humaitá, pela comissão de engenheiros do 2º corpo de Exército, composta dos seguintes oficiais: chefe, Tenente-Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão; membros, Major Sebastião de Souza e Melo, Capitão Antonio Vilela de Castro Tavares e 2º Tenente coadjuvante Emílio Carlos Jourdan. Organizada e desenhada no acampamento de Curupaiti em maio de 1868 pelo 2º Tenente coadjuvante Emílio Carlos Jourdan e apresentada a 3 de junho seguinte ao comandante do 2º Corpo de Exército. Cópia autêntica pelo chefe da comissão a aquarela.

– *Planta da estrada do Grão Chaco*, levantada em novembro de 1868. Nessa estrada de 11 quilômetros de extensão feita em terrenos pantanosos, cobertos de matas virgens, foram construídas cinco pontes com cerca de 44 metros cada uma. Anexa ao livro – *A Guerra do Paraguai* – pelo Capitão Antonio de Sena Madureira falecido no posto de Tenente Coronel, vem uma reprodução da mesma planta.

– *Planta da marcha e operações* do Exército brasileiro durante o mês de dezembro de 1868, levantada pelos oficiais membros da comissão de engenheiros. Chefe, Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão; membros: Major Raimundo S. Ewerard, 1º Tenentes Guilherme Carlos Lassance, José A. Rodrigues e 2º Tenente E. C. Jourdan. 1m, 400 x 0m, 738. Há uma cópia de 1869, a aquarela e outra cópia de 1872.

– Planta do teatro de operações dos exércitos aliados na república do Paraguai nos meses de abril a setembro de 1869, levantada pelos seguintes membros da comissão de engenheiros: Major Jerônimo R. de M. Jardim, Anfrísio Fialho, Capitães Américo R. de Vasconcelos, Antonio de S. Madureira, Catão A. dos S. Roxo, Eugênio A. P. da C. e Melo, Guilherme C. Lassance, M. P. C. do Amarante, Maximiliano T. G. Meyr, 1º Tenente Emílio C. Jourdan, sendo chefe da comissão o coronel Dr. Rufino Enéas Gustavo Galvão, organizada e desenhada pelo Major de Engenheiros Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, 1m 460 x 1m, 220 original a aquarela. Há uma cópia feita pelo capitão Maximiliano Frederico Guilherme Meyer e autenticada pelo chefe da comissão.

– *Projeto* de uma estrada de ferro econômica de Campinas a Casa Branca, passando por Mogi-Mirim. Esse projeto impugnado a princípio foi mais tarde adotado na construção de próspera estrada conhecida hoje pela denominação de Mogiana.

– *Carta geográfica* da fronteira do Brasil com o Paraguai organizada pela comissão de limites entre os dois países, composta dos seguintes oficiais: Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão – Chefe da comissão; Major Francisco Xavier Lopes de Araújo – Ajudante; Major Guilherme Carlos Lassance – Ajudante; Capitão Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel – Ajudante. Assunção 12 de novembro de 1874. 1m, 20 x 0m, 98 1/2 na escala de 1.400.000.

– *Carta geográfica* da fronteira do Brasil com a Bolívia compreendida entre as lagoas de Cáceres e Uberaba, levantada pela comissão mista demarcadora dos limites dos dois países. Agosto de 1875. Acha-se na Secretaria dos Negócios do Exterior.

– *Carta geográfica* da parte da fronteira do Brasil com a Bolívia compreendida entre a lagoa Uberaba e a serra de Santa Bárbara ou das Salinas, levantada pela comissão mista demarcadora dos limites dos dois países. Novembro de 1875.

– *Fala* com que abriu no dia 25 de agosto de 1878 a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas o Exmo. Sr. Presidente da Província. Manaus, 1878, 67 págs. in. 4º. Tip. do “Amazonas”.

– *Fala* com que o Exmo. Sr. Presidente da província do Amazonas, abriu a 2ª sessão da 14ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas no dia 29 de março de 1879. Manaus, 1879, 54 págs. in. 4º Tip. do “Amazonas”.

- *Exposição* com que o Exmo. Sr. presidente da província do Amazonas entregou a administração em 26 de agosto de 1879 ao Exmo. Sr. Dr. Romualdo de Sousa Pais de Andrade. Manaus, 1879, 49 págs. in. 8º. Tip. do “Amazonas”.
- *Relatório* com que o Exmo. Sr. General... Presidente da Província de Mato Grosso abriu a 1ª sessão da 23ª legislatura da respectiva Assembléia, no dia 1º de outubro do corrente ano. Cuiabá, 1880, 49 págs. in. 4º e anexos. Tip. de Joaquim J. R. Calhao.
- *Relatório* com que o Exmo. Sr. General... ex-presidente de Mato Grosso, pretendia abrir a 2ª sessão da 23ª legislatura da respectiva Assembléia no dia 3 de maio de 1881. Cuiabá, 1881. 47 págs. in. 8º, seguido de anexos. Tip. de Joaquim J. R. Calhao.
- *Memória* reservada que ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, Barão de Loreto, apresentou em julho de 1882 sobre a questão das Missões. Inédito.
- *Relatório* com que o Exmo. Sr. General... abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará aos 15 de fevereiro de 1883. Pará 1883.
- Fala com que o Exmo. Sr. General... presidente da Província do Pará pretendia abrir a sessão extraordinária da Assembléia Legislativa no dia 9 de janeiro de 1884. Pará, 1884.
- *Relatório* com que o Exmo. Sr. General... passou a administração da província ao 2º vice-presidente, Exmo. Sr. Dr. José de Araújo Roso Danin no dia 24 de julho de 1884. Pará, 1884, 94 págs. in. 8º gr. Tip. de Francisco da Costa Júnior.
- *O General Visconde de Maracaju ao país*: impugnação ao Manifesto do Visconde de Ouro Preto. No “Jornal do Comércio” de 14 de janeiro de 1890.
- *Ainda os acontecimentos* de 15 de novembro. Na “Gazeta de Notícias” de 23 de março de 1890. Estes dois escritos acham-se anexos ao folheto do General Costa Guimarães já mencionado nesta notícia.
- *Episódios da Guerra do Paraguai*. Ocupação da barranca de Tayi. Na “Revista Brasileira”, do Rio de Janeiro, tomo VIII, 1896, págs. 298 a 308.
- *Memórias da campanha do Paraguai*. Trabalho; inédito, publicado por seus filhos Drs. Enéas e Gustavo Galvão, no “Jornal do Comércio”. Rio de Janeiro, a começar do nº de 2 de julho de 1911 em comemoração da data do seu nascimento.

— S —

Sabino Olegário Ludgero Pinho, Doutor – Filho de Pedro José de Pinho, natural de S. Cristóvão, e D. Anna Joaquina do Sacramento Pinho, natural de Vila Nova, nasceu a 11 de julho de 1820 no sítio Papa-Ovelha, perto do povoado de Ilha dos Bois, município de Vila Nova, e faleceu no Arraial, subúrbio da capital de Pernambuco, a 17 de novembro de 1869. Nos anos de 1826 a 1839 aplicou-se ao estudo dos preparatórios na cidade de Penedo e na capital da Bahia, para onde partiu em 1838, resolvido a fazer o curso da Faculdade de Medicina, que frequentou até receber o doutorado a 21 de novembro de 1845.

Nesse mesmo ano entrou para a vida prática como vacinador na Mata de S. João, por nomeação do governo provincial. No exercício da clínica foi médico alopata até 1847, tornando-se daí em diante convicto sectário das doutrinas de Hahnemann, depois de se ter restabelecido de gravíssima moléstia, debelada pelo tratamento homeopático.

Da Bahia retirou-se em 1848 para o Recife, onde chegou a 3 de julho, fazendo anunciar pelo “Diário de Pernambuco” a missão que ia cumprir de preconizar as vantagens terapêuticas da medicina homeopática, até então pouco conhecida no Brasil.

Primeiro propagador da homeopatia em Pernambuco e nas demais províncias do Norte, percorreu-as todas até ao Pará, divulgando a excelência do seu método de curar em numerosíssimos artigos, que escreveu sob sua assinatura nos jornais de Pernambuco, principalmente, e nos da Bahia, Alagoas, Paraíba, Maranhão e Pará, muitos dos quais foram transcritos e traduzidos em Portugal, França, Inglaterra, Itália e América do Norte. Em 1859 realizou uma excursão científica à Europa. Depois de alguns anos de permanência no

Maranhão, onde se ligou pelo casamento a uma senhora de distinta família, fixou residência no Recife, adquirindo dentro em pouco tempo considerável clientela e um extenso círculo de amigos e devotados admiradores.

Desde então o seu consultório se constituiu o ponto preferido pela maioria daqueles que careciam de conselhos médicos, tanto quanto a afamada farmácia *Sabino*, que ainda hoje se encontra na capital pernambucana, perpetuando o nome do seu ilustre fundador. Não se limitaram somente à medicina as manifestações do seu espírito esclarecido; elas revelaram-se também com igual intensidade em outra esfera de ação muito diferente e positivamente menos calma e menos consoladora.

Como consequência natural das relações pessoais mantidas com os diretores da opinião imediatamente responsáveis pelos negócios públicos do país, deixou-se atrair pelas miragens tentadoras da política, que lhe absorveu uma boa parte da fortuna, recebendo em troca da sua extrema dedicação partidária uma cadeira na Assembléia Provincial de Pernambuco nas legislaturas de 1856 e 1863.

E porque como político não soubera ser, senão o que sempre fora como médico, desinteressado e de modestas ambições, não recusou o posto de confiança indicado pelos seus correligionários, embora em sensível disparidade com o grau de prestígio a que se elevou no seio do próprio partido.

O seu desprendimento pelas honrarias e distinções oficiais o induziu a rejeitar um baronato espontaneamente oferecido e bem possível seria que, por mal entendida coerência, rejeitasse igualmente o título de conselheiro com que iam ser galardoados os seus altos méritos, se tão prematuramente não tivesse sido surpreendido pela morte. Diversamente era o seu sentir quanto ao mundo literário e científico, onde recebeu com desvanecimento as mais eloqüentes provas de subido apreço.

Assim é que foi sócio efetivo da Sociedade Instrutiva; da Auxiliadora da Instrução e do Instituto Literário da Bahia; membro do Instituto Homeopático do Brasil e seu representante nas províncias do Norte; fundador e diretor da Escola Homeopática de Pernambuco; fundador das sociedades homeopáticas da Paraíba e do Maranhão; membro correspondente da Academia Homeopática do Rio de Janeiro; da Academia Médico-Homeopática do Brasil; do Instituto Homeopático de Paris; das sociedades Médicas Homeopáticas de França, Hahnemanianas de Paris e de Madrid; das Academias Homeopáticas de Turim e Palermo.

A sua biografia foi escrita por seu irmão, bacharel Temístocles Belino de Pinho, natural de Alagoas e publicada no “Jornal do Recife” entre os anos de 1860 a 1863.

Em 1844 escreveu num jornal da Bahia sobre a “Educação” oferecida à “Sociedade Instrutora” de que era secretário. Notável cantor e exímio violinista, cultivava tão apaixonadamente a música que a escolheu para assunto da sua última prova acadêmica, escrevendo:

– *Considerações acerca da música e suas influências sobre o organismo*: tese apresentada e sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia em 21 de novembro de 1845 para obter o grau de doutor. Bahia, 1845, 56, págs. in. 4º gr. Tip. de José da Costa Vilaça.

Escreveu mais:

– *Anotações ao discurso* pronunciado pelo Deputado Wolf na Câmara dos representantes do Grande Ducado de Hesse em 1839. No “Médico do Povo”, nº ... Pernambuco.

– *Propaganda homeopática* em Pernambuco desde julho de 1848 a janeiro de 1849. Pernambuco, 1849, 216 págs. in. 8º. Tip. de M. F. de Faria.

– *Tesouro Homeopático* ou vade-mecum do homeopata: método conciso, claro e seguro de curar homeopaticamente todas as moléstias que afligem a espécie humana, particularmente aquelas que reinam no Brasil. Redigido segundo os melhores tratados de

homeopatia, tanto europeus como americanos, e segundo a própria experiência. Recife, 1854. Segunda edição. Idem 1862, 2 vols. in. 8º, 895 págs. de numeração seguida. Tip. de Freitas Irmãos – Terceira edição, consideravelmente aumentada e melhorada. Idem 1871. Com o retrato do autor, uma estampa do tubo intestinal e cerca de 1000 págs. in. 8º. 4ª edição consideravelmente aumentada e anotada segundo os progressos da ciência, por seu filho João Sabino Lima Pinho. Idem, 1898, 2 vols. in. 8º, de 794 págs. de numeração seguida. Tip. do “Homeopata” – Quinta edição. Idem, 1887 com as mesmas indicações precedentes. Sexta edição. Idem 1898, 2 vols. in. 8º, de LII-841 págs. de numeração seguida. Tip. do Médico do Povo. A sétima edição está prestes a sair.

– *Discursos* recitados por ocasião da instalação da Sociedade Homeopática da Paraíba (1849), do Maranhão (1849), e da Sociedade Homeopática Beneficente de Pernambuco. Recife, 1855.

– *A Homeopatia e o Cólera*: opúsculo dedicado aos dois extremos defensores da homeopatia no Senado Brasileiro, os Exmos. Srs. Marquês de Olinda e D. Manoel de Assis Mascarenhas. Recife, 1855 e 1856.

– *Discursos* pronunciados na Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco por ocasião da discussão do projeto apresentado pelo deputado... para a criação e uma cadeira de homeopatia no Ginásio Provincial. Recife, 1856.

– *Apontamentos para a História da Homeopatia*, ou resposta ao Relatório do estado sanitário da Província de Pernambuco em 1855 publicado pela Comissão de Higiene no fim do ano de 1857. Recife, 1859.

– *Diário de um médico*, ou viagem à Europa do Dr. Sabino. Este opúsculo trata de diferentes objetos utilíssimos aos homens de letras e aos pais de famílias. Recife, 1861.

– *Tratamento Homeopático preservativo e curativo do cholera morbus*: opúsculo oferecido e dedicado ao venerando médico, Exmo. Sr. Conselheiro Dr. João Antunes de Azevedo Chaves e à Faculdade de Medicina da Bahia. Recife, 1862, 24 págs. in. 8º pq. Tip. de J. B. de Loiola.

– *Associação Promotora da Colonização Polaca no Brasil 1866*. Transcrito no “Correio Sergipense” de 7 a 22 de abril do mesmo ano.

– *Cartas escritas às suas filhas Maria Sabino e Filomena Sabino*, alunas do Colégio Católico Sagrado Coração, estabelecido em Rochampton Lourdes. No “Correio do Recife” de 1868, págs. 75 a 77.

Redigiu:

– *O Médico do Povo*: jornal consagrado à propaganda homeopática. 1850-1851.

Salustiano Orlando de Araújo Costa, Conselheiro – Filho de Manuel Joaquim de Araújo e D. Maria Vitória de Araújo. nasceu a 8 de julho de 1834 em S. Cristóvão e faleceu na Capital Federal a 23 de agosto de 1908.

Por uma natural inclinação para as letras precocemente manifestada desde a meninice, foi levado a procurar um outro centro, em que com maior proveito pudesse preparar o espírito para estudos mais aprofundados.

No louvável empenho de realizar tão nobre aspiração deixou a família para fazer o curso de humanidades num dos mais acreditados internatos da Bahia, seguindo aos 17 anos para o Recife, em cuja Faculdade recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais a 7 de novembro de 1855.

Encarregando-se na vida pública em 1856 a começar pela promotoria da comarca do Lagarto, que exerceu por espaço de dezoito meses, foi em 1858 nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Divina Pastora, de onde passou em 1862 para o de Mangaratiba, no Rio de Janeiro.

Por decreto de 7 de maio de 1864 obteve a nomeação de juiz de direito da comarca de Macapá, no Pará, e no mesmo ano a de chefe de polícia do Amazonas, onde em 1865 foi diretor geral da instrução pública.

Em 1866 o governo designou-lhe a comarca da Imperatriz, no Ceará, de que também foi chefe de polícia em 1867.

Juiz de direito da comarca de Jacaré, em São Paulo, foi removido em 1872 para a de Porto Alegre, sendo nomeado auditor de guerra para a mesma cidade em 1873.

Elevado em 1882 a desembargador da Relação de Belém, no Pará, conseguiu ainda nesse ano ser removido para a de Porto Alegre, da qual foi procurador da coroa e presidente, e em que se aposentou depois de alguns anos de exercício.

Ocupou cargos de confiança política na monarquia, como no regime atual. Os partidos então dominantes o elegeram deputado provincial por Sergipe nas legislaturas bienais de 1856-1857 e 1858-1859 e em 1890 para o Congresso Constituinte do Rio Grande do Sul.

Os notáveis serviços prestados à causa do direito e da justiça mereceram do governo do Império, como de alguns governos estrangeiros, as maiores demonstrações de apreço que o homem público pode dignamente aspirar. Honrado com o título de conselheiro de S. M. o Imperador Pedro II, conferido por decreto de 2 de julho de 1889, reunia a este os títulos de fidalgo cavaleiro da Real Casa de S. M. Fidelíssima, cavaleiro da Ordem de Cristo e comendador da Real Ordem Militar Portuguesa de N. S. da Conceição de Vila Viçosa.

Depois de aposentado, passou a residir na capital federal, onde se dedicou à advocacia.

Insigne mestre do direito positivo, notadamente na parte relativa ao direito mercantil, os seus comentários ao Código Comercial do Brasil, desde logo adotados nos cursos das Faculdades de direito, granjearam-lhe o elevado conceito de que sempre gozou entre os nossos juriconsultos de maior nomeada.

Sua biografia foi publicada em outubro de 1889 na “A Comédia Social” de Porto Alegre e transcrita no “O Republicano” de 8 de novembro seguinte, quando ainda se editava em Laranjeiras.

Escreveu:

– *Relatório* apresentado a 31 de janeiro de 1866 ao Ilmo. Exmo. Dr. Antonio Epaminondas de Melo, pelo Diretor Geral da Instrução Pública. Anexo ao Relatório com que o referido, doutor entregou a 24 de julho do mesmo ano a administração da Província do Amazonas ao Exmo. Sr. Dr. Gustavo Adolfo Ramos Ferreira, Vice-Presidente da mesma.

– *Código Comercial do Império do Brasil* anotado com toda a legislação do país que lhe é referente; com todos os arrestos e decisões dos tribunais; confrontado em seus artigos com a legislação comercial de diferentes países estrangeiros, especialmente com as disposições dos códigos francês, português e holandês; acompanhado dos três principais regulamentos ns. 737, 738 e 1597 também anotados com um interessante e vasto apêndice e diferentes disposições cujo conhecimento se torna indispensável aos negociantes e ao foro comercial, acompanhado do regulamento do papel selado, também anotado. Primeira edição. Rio de Janeiro, 1864, 699–10 págs. in. 8º. Publicado pelos Editores Eduardo & Henrique Laemmert. Rua da Quitanda, 77.

– *Código Comercial do Império do Brasil*. Anotado com toda a legislação do país que lhe é referente: com os arestos e decisões, mais notáveis dos Tribunais e juizes; concordado com a legislação dos países estrangeiros mais adiantados; com um vasto e copioso apêndice, também anotado, contendo não só todos os Regulamentos comerciais, como os mais recentes atos do governo imperial, quer sobre bancos e sociedades anônimas quer sobre impostos, dispensando consultar-se a Coleção das Leis do Império. Segunda edição correta aumentada e em nova forma. Rio de Janeiro, 1869, 952 págs. in. 8º. Editores-Proprietários – Eduardo & Henrique Laemmert. Rua do Ouvidor, 68.

– *Código Comercial do Império do Brasil*. Anotado com a legislação do país que lhe é referente; com os arrestos e decisões mais notáveis dos Tribunais e juizes; concordado com a

legislação dos países estrangeiros mais adiantados; com um vasto e copioso apêndice, também anotado, contendo não só todos os Regulamentos Comerciais, como os mais recentes atos do Governo Imperial, quer sobre Bancos, e Sociedades Anônimas, quer sobre impostos, dispensando consultar-se a Coleção das Leis do Império. Terceira edição cuidadosamente revistada, mais correta e consideravelmente aumentada. Rio de Janeiro, 1878, 1113 págs. in. 8º. Editores-Proprietários Eduardo & Henrique Laemmert. Rua do Ouvidor, 66.

– *Código Comercial do Império do Brasil*. Anotado com toda a legislação do país que lhe é referente, com os arrestos e decisões mais notáveis dos Tribunais e Juizes; concordado com a legislação dos países estrangeiros mais adiantados; com um vasto e copioso apêndice; também anotado, contendo não só todos os Regulamentos Comerciais, como os mais recentes atos do Governo Imperial, quer sobre Bancos e Sociedades Anônimas, quer sobre impostos, dispensando consultar-se a Coleção das Leis do Império. Quarta edição cuidadosamente revista, mais correta e consideravelmente aumentada, compreendendo leis, decretos, avisos e notas explicativas até a data de sua publicação. Rio de Janeiro, 1886, 1104 págs. in. 8º. Laemert & Cia., Editores-proprietários. Rua do Ouvidor, 66.

– *Código Comercial do Império do Brasil*. Anotado com toda a legislação do país que lhe é referente com arrestos e decisões mais notáveis dos Tribunais e Juizes; concordado com a legislação dos países estrangeiros mais adiantados, com um vasto e copioso apêndice, também anotado, contendo não só todos os Regulamentos Comerciais, como os mais recentes atos do Governo Imperial, quer sobre Bancos e Sociedades Anônimas, quer sobre impostos; dispensando consultar-se a Coleção das Leis do Império. Quinta edição ampliada com o decreto nº 2163 de 9 de novembro de 1895 sobre a taxa judiciária do Distrito Federal, com a lei francesa modificativa da lei de 24 de julho de 1867 sobre as sociedades por ações e com outra lei francesa de 4 de março de 1889, modificando a legislação das falências. Rio de Janeiro, 1896, 1674 págs. in. 8º. Laemert. & Cia. Editores-Proprietários. Por inexplicável erro tipográfico esta edição figura na folha do rosto como sendo a sexta, quando a deste número o Autor deixou ainda, por Imprimir-se.

– *Código Comercial do Brasil*. 6ª edição. Cuidadosamente revista, mais correta e consideravelmente aumentada e contendo em suplemento a lei de falência (17 de dezembro de 1908), a Letra de Câmbio e Nota Promissória (31 de dezembro de 1908). Rio de Janeiro, 1909, 2 vols. de 1319 e 1223 págs. in. 8º. Tip. da Livraria Francisco Alves & Cia.

– *Recurso Extraordinário nº 290*. Recorrentes: Coronel Benedito Bolim de Oliveira e Cunha, Ferraz & C. Recorridos: José Xavier de Mendonça e sua mulher. Relator: Bernardino Ferreira. Revisores: Hermínio do Espírito Santo e Américo Lobo. Memorial ao Supremo Tribunal Federal. Rio de Janeiro, 1902, 20 págs. in. 8º. Tip. A. Marques & Cia.

– *Recurso Extraordinário nº 327*. Rio Grande do Sul. Relator: Lúcio de Mendonça. Revisores: Ribeiro de Almeida e João Barbulho. Memorial ao Supremo Tribunal Federal pela Recorrida – A massa Concordatária de Gustavo Liornius. Recorrente: Teodoro Heinick. Rio de Janeiro, 1903. 13 págs. in. 8º Tip. Besnard Frères.

– *Recurso Extraordinário nº 440*. Rio Grande do Sul. Relator: Eptácio Pessoa. Revisores: Guimarães Natal e Cardoso de Castro. Memorial do Recorrente: A. Companhia Rio Grande Nord-West Bahn Gesellschaft m. b. H. Rio de Janeiro, 1905, 16 págs. in. 8º. Tip. Besnard Frères.

– *Apelação Comercial nº 1117*. Relator: Exmo. Ministro Oliveira Ribeiro. Revisores: Exmos. Ministros Piza e Almeida e Macedo Soares. Apelante: Joaquim José Taveira. Apelada, a Companhia Mannheim. Razões do Apelante. Rio de Janeiro, 1905, 30 págs. in. 8º. Tip. Besnard Frères.

Samuel Augusto de Oliveira, Engenheiro Militar – Filho de Hermenegildo José de Oliveira e D. Umbelina Elisa das Neves Oliveira, nasceu a 12 de outubro de 1868 na cidade de Laranjeiras.

Verificando praça a 18 de fevereiro de 1888 com destino à Escola Militar, foi 2º Tenente em 8 de outubro de 1890. Neste mesmo ano bacharelou-se em ciências do curso de engenharia civil e militar pela Escola Superior de Guerra, sendo a 23 de janeiro de 1896 promovido a 1º tenente e a 28 de fevereiro de 1902 a Capitão.

Foi major por antiguidade a 28 de outubro de 1908: tenente coronel graduado a 5 de agosto do ano seguinte; efetivo a 20 de janeiro de 1915 e promovido por merecimento a Coronel por ato de 24 de julho de 1918. Na presidência do Dr. Afonso Pena fez parte da Casa Militar. Desde a sua mocidade dedicou-se ao estudo da música tornando-se exímio pianista. Na imprensa colaborou no “Laranjeirense” e no “Republicano” de Sergipe, sob o pseudônimo de *F. Coriolano* em alguns escritos; no “Jornal do Comércio” no “O Soldado”, revista militar científica do Rio de Janeiro.

Fundou e redigiu a “Revista da Sociedade Tobias e Ozório”. A sua redação compunha-se de estudantes da Escola Militar. O 1º número saiu a 1º de outubro de 1890; “Revista Escolar” 1892, todos do Rio de Janeiro. Substituiu na Escola Militar do Brasil a cadeira de mecânica.

Escreveu:

- A Instrução no Brasil: Conferência feita na sessão do Clube Democrático de Laranjeiras a 25 de setembro de 1887, 14 págs. in. 12º, seguidas de uma “Errata essencial”. Tip. do Laranjeirense.

- *Introdução a uma crítica sobre o estudo da matemática elementar no Brasil*. No “O Republicano”, Laranjeiras, 1888. Transcrita na “Revista da Sociedade “Tobias e Ozório”. Rio de Janeiro, de 1º de outubro de 1890.

- *A propósito da morte de Tobias Barreto*. No “O Republicano”, de 15 de setembro de 1889.

- *Algumas palavras sobre o estudo de matemática no Brasil*. (Ao meu primeiro mestre e verdadeiro amigo, Professor Baltazar Góes). No “O Republicano” de 29 de setembro do 1889. Não prosseguiu.

- *Arthur Schopenhauer*. (A Epifânio Guimarães). No mesmo jornal de 11 a 14 de janeiro de 1891. Transcrição da “Revista Tobias e Ozório”, Rio de Janeiro.

- *Discurso* pronunciado no túmulo do Dr. Benjamim Constant a 28 de janeiro de 1891 em nome da Escola Militar. No “O Republicano” de 24 de maio de 1891.

- *Geometria Algébrica*. Rio de Janeiro, 1892, in. 8º. Em colaboração com Manuel Liberato Bittencourt. Esta obra teve 2ª edição com o título:

- *Lições de Geometria Algébrica*. Rio de Janeiro, 1896, 2 vols. in. 8º. Com a mesma colaboração.

- *Pela República*. Rio de Janeiro, 1896.

- *Matemática Elementar*. Tratado de Aritmética teórico, prático, filosófico e histórico. (Curso secundário). Rio de Janeiro, 1897, 327 págs. in. 8º. Cunha & Irmão – editores. Ainda em colaboração com Liberato Bittencourt.

- *Propaganda Evolucionista*. Concepção da filosofia. Primeira parte, Rio de Janeiro, 1901, 121 págs. in. 8º. Tip. Aldina.

- *Assuntos científicos e filosóficos*: cartas abertas ao Dr. Sílvio Romero. No “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, de 6 de setembro de 1901. É uma resposta à notícia publicada na “Gazeta de Notícias” de 12 de agosto pelo Dr. Sílvio Romero sobre o livro *Concepções da Filosofia*. A publicação destas cartas continuou a ser feita no Correio da Manhã, começando pela transcrição da primeira no número de 10 de outubro sob o título de:

- *Cartas filosóficas ao Dr. Sílvio Romero*.

- *Kantismo no Brasil*. Ao eminente pensador Sílvio Romero. Na Revista Americana, Rio de Janeiro, tomo III, 1910, págs. 284 a 291.

- *A Verdadeira Revisão Constitucional*. Rio de Janeiro, 1912, in. 8º. Livraria Castilho.

– *Justiça Militar*: conferência no Clube Militar a 23 de agosto de 1916. Com uma carta de Clovis Bevilacqua. Rio de Janeiro, 1916. 90 págs. in. 8º peq.

– *As obras de Tobias Barreto*. Na Gazeta de Notícias, de 7 de abril de 1923. Transcrito no Sergipe Jornal de 18 e no Diário da Manhã de Aracaju, de 19 do mesmo mês. Tem inéditos:

– *Coordenação da filosofia*, 2 vols.

– *Lições de Mecânica*.

► *Data de morte*: 18 de Agosto de 1932, no Rio de Janeiro (RJ).

Sebastião Gaspar de Almeida Boto, Comendador – De nobre estirpe portuguesa, a sua genealogia ascendente procede pela linha materna da ilustre família dos Távoras, de honrosa tradição na história do velho reino.

Filho legítimo do coronel João de Aguiar Caldeira Boto e D. Ana Jerônima da Silveira, nasceu a 17 de setembro de 1802 no engenho Maruim de Cima, então pertencente a vila de Santo Amaro, e faleceu a 31 de maio de 1884 no engenho Poxim, município da cidade de S. Cristóvão, em cuja igreja matriz repousam seus restos mortais.

Aos dezenove anos de idade, quando ainda não havia atingido a maioridade civil, começou a servir ao país com patriótico desprendimento da fortuna, como da própria vida, prestando-se voluntariamente a manter à sua custa uma companhia de guardas milicianos, que comandou como tenente, durante a guerra da independência, recebendo por essa ocasião os maiores elogios do general Pedro Labatut, comandante em chefe do Exército libertador. Desde então continuou a interessar-se pelos negócios públicos da província, nos quais figurou salientemente cerca de quarenta e poucos anos, desempenhando os mais elevados cargos de administração e de política.

Com a extinção do Conselho de Província, de que fez parte em 1834, foi eleito sucessivamente até 1842 deputado à Assembléia Provincial Legislativa, criada pela lei nº 16, de 12 de agosto desse ano, tendo também representado a província nas legislaturas de 1834-1841, 1843-1844 da Câmara dos Deputados, onde por mais de uma vez se fez ouvir com tanta vantagem para os seus créditos de orador, que dele dizia o senador Teófilo Otoni nunca ter conhecido quem possuísse maiores dotes para a tribuna.

Como vice-presidente dirigiu os destinos de Sergipe por quatro vezes, em 1835, 1836, 1838, 1839, e nomeado presidente efetivo por carta imperial de 16 de novembro de 1841, assumiu pela quinta vez o governo a 19 de dezembro do mesmo ano, passando-o a 28 de dezembro de 1842 ao seu sucessor, o Dr. Anselmo Francisco Pereti.

Nesse curto período de um ano e poucos dias de administração deu o maior impulso à arrecadação dos dinheiros públicos; amortizou grande soma da dívida provincial; organizou o juízo dos feitos e melhorou consideravelmente o trabalho do expediente das diversas repartições públicas.

A todos estes serviços há a acrescentar, remontando a épocas anteriores, os prestados à ordem pública, em 1836, como comandante das forças legais contra os sediciosos de Santo Amaro. Por esse tempo, extremado-se as opiniões então dominantes, de há muito em progressiva efervescência, desde os primeiros dias de vida autônoma da província, surgiram os partidos políticos, a um dos quais, o partido liberal, chefio por longos anos, imprimindo-lhe extraordinária força de coesão e disciplina, de que deu testemunho na Câmara dos Deputados, como um fato digno de nota, um dos maiores estadistas do Império, o conselheiro Zacharias de Góes e Vasconcelos.

Chefe de eminentes qualidades, não somente levantou um partido fortemente aparelhado para os prélhos políticos, como criou em torno de si um vasto círculo de verdadeiras dedicações que se foi alargando à medida que se estendia por toda a província sua poderosa influência.

Inimigos rancorosos dentre os seus adversários políticos, por sua vez empenhados em aniquilá-la, prevaleceram-se do assassinato do Dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barros, ocorrido na capital da Bahia a 2 de outubro de 1840, a fim de desferirem-lhe o golpe de antemão preparado nos conciliábulos reunidos para o concerto e execução do insidioso plano. A calúnia habilmente arquitetada “propagou-se rapidamente, espalhando profundas raízes no espírito público.

Atingido pela imputação de um crime revoltante, praticado na pessoa de um cidadão ilustre, diretor intelectual do partido adverso, fácil fora completar a obra da infamação, dadas as condições favoráveis a exploração das rivalidades de campanário.

Dessa combinação monstruosa de despeitos e ódios insopitáveis nasceu o famoso processo em cujas malhas foi envolvido, terminando pela mais completa vitória alcançada nos tribunais de justiça, perante os quais soube manter ilesa a honorabilidade de seu nome, sem contudo conseguir dissipar a dúvida gerada no juízo de muitos acerca de sua Inculpabilidade. Certo é que não foi inteiramente inútil a pérfida campanha dirigida por seus implacáveis perseguidores.

Alguma cousa de aproveitável aos fins almejados emergiu desse conluio infernal, para atuar “pertinazmente sobre a consciência pública e seguiu-la como a sombra de um espectro, corporificando a figura sinistra da suspeita, incongruente e vaga, mas obstinada e perversa, contra a qual não valeram os estimáveis precedentes da vítima, os seus sentimentos humanitários, as suas virtudes cívicas, todo esse conjunto, em fim, de qualidades distintas que integravam a estrutura moral do seu caráter.

A nada cedeu o gênio do mal, favorecido pelas opiniões pessimistas dos pregoeiros da vindita em nome da solidariedade partidária.

Votado fatalmente à afrontosa rejeição do bom conceito social, ainda não houve quem, depois de atrozmente caluniado, tivesse sofrido com tanta hombridade as angústias de uma clamorosa injustiça.

À luz do seu critério revelou-se claramente, que jamais se modificaria a penosa situação, cujas conseqüências a se exclusivamente deveriam afetar; e assim, receando que ela viesse por qualquer modo refletir sobre os interesses coletivos dos seus correligionários, resolveu deixar a atividade política, passando em 1863 a direção do partido ao comendador Antonio Dias Coelho e Melo, mais tarde barão da Estância.

Volvendo aos afazeres da vida agrícola, os seus primeiros cuidados encaminharam-se para a reconstrução da fortuna em grande parte sacrificada às imposições da política, o que lhe não fora tão doloroso, quanto o de acarretar com as responsabilidades da autoria de um drama sanguinolento de ruidosa celebridade nos anais do crime.

Essa idéia cruciava-o persistentemente, acompanhando-o nos ligeiros pensamentos, como nas suas mais profundas meditações, em um tal grau de intensidade, que mesmo na hora extrema, ao despedir-se daqueles que lhe assistiam a agonia, deixou escapar o último eco das suas dores íntimas, protestando – “nunca se ter recolhido ao leito, pensando em fazer mal a alguém no dia seguinte”.

Nestas solenes palavras dificilmente articuladas nos derradeiros instantes da vida, em que não se sabe mentir, encerra-se a espontânea confissão da sua inocência, posteriormente confirmada pelo testemunho insuspeito de um adversário de todos os tempos.

A missão reivindicadora da boa fama do antigo antagonista coube a um homem de reconhecida independência de caráter, o falecido Doutor Leandro Maciel, que em um dos seus mais nobres impulsos pela causa da justiça permitiu a divulgação pela imprensa da narrativa, que em época remota lhe havia sido confiada por quem conhecia minudentemente todo o segredo do trágico fim do Doutor Fernandes de Barros.

Este documento de inestimável valor histórico veio restabelecer por completo a verdade desse lamentável acontecimento desenrolado numa fase crítica dos fastos políticos de

Sergipe e o fez com tanta vantagem, em termos de tal sorte explícitos e persuasivos, que bem merece ser aqui transcrito como um valioso complemento desta notícia. É esta a sua íntegra:

Reparação de uma injustiça.

O assassinato do Dr. Fernandes de Barros.

Comendador Botto inocente.

Confirmando as informações que há dias publicamos sobre o assassinato do grande homem de letras e político que se chamou Dr. M. Joaquim Fernandes de Barros, ocorrido na Bahia em 1840, publicamos com ampla satisfação, os documentos que seguem:

“Sr. Redator do “O Estado” — Tendo lido em um dos últimos números do “O Estado de Sergipe” referências ao assassinato do Dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barros, no qual tão injustamente foi envolvido o nome do respeitável sergipano comendador Sebastião Botto, com a maior gratidão beijo as mãos de quem teve a generosa idéia de, restabelecendo os fatos como eles se deram, demonstrar o grave erro que por tanto tempo prevaleceu contra o caráter daquele meu honrado parente.

E como a alma generosa que disso se encarregou, citou, como sabedor dos fatos, o venerando Dr. Leandro Maciel, não demorei em dirigir-me a esse distinto cavalheiro, que atendendo a minha sincera ansiedade, respondeu-me, explicando o que a respeito do grande atentado, há muitos anos, sabia, com a carta junta, cuja publicação vos peço como tardia, mas necessária reparação de um erro da opinião pública, que tanto e por tão longo tempo feriu a reputação de um homem de bem.

Para mim, para todos que o conheciam intimamente, o comendador Botto foi apenas uma grande vítima das paixões políticas que na época se desencadearam contra o seu alto valor, o seu prestígio notável nos destinos da Província. E daí a perseguição sob todas as formas até a infâmia que lhe atribuíram, tão bem urdida que ele vacilou na reação e durante uma longa vida, acabrunhado, isolou-se da sociedade, sempre viva a punhalada traiçoeira que até ao túmulo o torturou.

Ainda que tardiamente faça-se justiça. — Vosso admirador e criado, José de Barros Pimentel.

Engenho Serra Negra, 27 de abril de 1904. Ilmo. Sr. tenente coronel José de Barros Pimentel.

Comprimeto-o.

Recebi sua carta e com ela um artigo que vem no “Estado”, jornal oficial em que alguém, por informações minhas, faz o histórico do assassinato do malogrado Dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barros no Estado da Bahia, no campo da pólvora no ano de 1842, se não me falha a memória.

A exposição feita é verídica, salvo pequenos detalhes, que escaparam, ou a mim quando a expus ou ao ouvinte.

Como já são passados muitos anos, é bem provável que me escapassem alguns pormenores do que ouvi do Dr. Ignacinho (nome porque era conhecido) em casa do capitão Joaquim Cândido Pessoa de Seixas, que aqui foi Inspetor da Alfândega. Mas fazendo um esforço de memória cansada de um velho, vou-lhe narrar tudo que se passou da conferência que o referido Dr. me pediu, a qual teve lugar na casa do referido Seixas, íntimo amigo e compadre daquele doutor.

Assim pois satisfazendo-lhe cumpro um duplo dever o de também desobrigar-me do quanto me encarregou o Dr. Ignacinho: “relatar neste Estado não só à família do Dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barros, como do comendador Sebastião Gaspar d’Almeida Botto, quem fora o verdadeiro assassino daquele doutor para que não mais paire a suspeita de ter sido o comendador Botto, vítima inocente do processo que respondeu naquele Estado, que sendo pronunciado, fora ali absolvido”.

Recebendo o encargo, em qualquer reunião em que me achava e tinha ocasião oportuna, expunha a revelação que me fizera o dr. Ignacinho, e tenho consciência que a fiz a membros da família de ambos.

Eis como se deu a minha conferência com o Dr. Ignacinho e o que nela se passou.

Há cerca de 8 anos, não posso bem fixar a data, de viagem para o Rio, ou na volta, tocando na Bahia onde me demorei alguns dias procurou-me em casa de meu compadre Joaquim Cândido Pessoa de Seixas, onde era de meu costume hospedar-me, o Dr. Ignacinho, já não me recorde do nome inteiro, cidadão maior de 70 anos, empregado aposentado da Caixa Econômica daquele Estado, parente da família Coelho de Santo Amaro, deste Estado.

Era aqui relacionado, do que pude coligir das perguntas que me fez com vivo interesse sobre os homens e o Estado.

Era o Dr. Ignacinho, íntimo amigo e compadre do capitão Seixas, e sabendo de minhas relações com este, pediu-lhe que quando eu em minhas viagens aí estivesse, lhe avisasse pois desejava ter comigo uma conferência.

Inteirado pelo capitão Seixas de que o Dr. Ignacinho me desejava falar, autorizei a dizer-lhe que me achava as suas ordens.

No dia seguinte logo, apareceu-me esse velho, e feitos os cumprimentos, disse-me quem era e qual o seu fim.

Começou sua exposição por perguntar-me se eu conhecia no Estado a família Coelho de Santo Amaro cujo chefe era o antigo Vigário Coelho: respondi que ainda conheci pessoalmente o Vigário Coelho a que fui amigo de um seu sobrinho, também de nome Coelho que fora empregado em meu Estado e já aposentado.

Se conhecia as irmãs deste, respondi que não. Pois bem: disse-me ele, estou no fim da vida, essas moças são minhas primas, moravam na barra dos Coqueiros, não tenho filhos e desejo-lhes fazer alguns benefícios, peço-lhe que logo que chegar ao seu Estado me informe com certeza, se essas moças ainda existem, se moram na Barra dos Coqueiros e de que vivem. Cumpri fielmente esse pedido, informando-lhe que existiam duas, mandei-lhe dizer até os nomes, que moraram na Barra dos Coqueiros e paupérrimas. O que se passou daí em diante ignoro.

Feito esse pedido, disse, “tenho uma revelação a fazer-lhe, que se já não a fiz há mais tempo, foi pelo receio de pagar com a vida se o fizesse, visto serem vivos os protagonistas do ato bárbaro que lhe vou narrar.

“O assassinato bárbaro que se deu aqui no Campo da Pólvora no ano de 1842 ou 44 (do Dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barros), fora atribuído como autor o Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Botto, que respondeu processo e fora absolvido pelo júri. Foi uma grave injustiça que lhe fez a política de seu Estado; o Comendador Botto é um inocente.

O verdadeiro autor fora meu parente Jurema, proprietário que foi do engenho deste nome – o executor fora seu escravo mulato de nome Felipe, os encarregados dessa tragédia foram meu cunhado Adrião Chaves, um irmão ou cunhado deste (não me recorde precisamente). Jurema mandara de Sergipe o mulato Felipe da casa de meu cunhado Chaves, onde eu também morava, e pude entrar no pleno conhecimento de tudo que se pôs em prática para que não falhasse o golpe.

Por alguns dias Felipe por qualquer motivo, deixou de fazer o assassinato, e meu cunhado o verberava por isso, e com acrimônia.

Felipe tinha a promessa de liberdade se fosse feliz na execução e sei que meu cunhado recebera de Jurema, como recompensa, 50 caixas de açúcar branco.

Sei mais que o mulato Felipe depois da morte do Dr. Manoel Joaquim desapareceu da casa de meu cunhado, e não mais ali voltou.

Creio com bons fundamentos que sue fora também assassinado para não revelar o segredo. Aquele meu cunhado era capaz de tudo e sobre sua memória pesam graves crimes. Sem dúvida foi essa a liberdade que conseguiu Felipe.

Tinha apontamentos de tudo, porque foi longa a conferência, mas no labirinto em que se acham meus papéis é difícil encontrar-los.

Eis externado com verdade o que se passou em minha conferência com o Dr. Ignacinho.

O amigo use como lhe aprouver de minha resposta.

Do amigo Obrigado,

Leandro Maciel.”

Do “O Estado de Sergipe” de 5 de maio de 1904.

O espírito mais exigente em matéria de prova não vacilará em aceitar como estritamente verdadeira a exposição dos fatos narrados nessa carta.

Ela veio destruir toda a dúvida que ainda tivessem os homens de boa fé, cerceando pela raiz a calúnia por longos anos vencedora na opinião pública.

Embora demasiado tarde, é justo que não paire por mais tempo sobre a memória do morto ilustre aquela nuvem negra que lhe ensombrou os melhores dias da existência e que em homenagem póstuma às suas virtudes o futuro historiador de Sergipe, estudando com imparcialidade os fenômenos sociais e políticos desse período de freqüentes lutas intestinas, proclame bem alto a verificação da sua inocência, para maior triunfo da verdade e como um enérgico protesto contra as iníquas manifestações da perversidade humana.

Assegurada por este modo a sua reabilitação perante a justiça da história, o seu nome chegará até a posteridade nobilitado pelos atos sem conta de fidalga generosidade que se comprazia em praticar e pelos muitos benefícios magnanimemente prodigalizados a quem quer que deles necessitasse, e a respeito dos quais se exprimiu nos seguintes termos um acreditado órgão da Imprensa local ao noticiar o seu falecimento:

– “Quem há aí que pudesse excedê-lo em grandeza d’alma, em generosidade e em cavalheirismo? Digam-no as lágrimas estanques da viúva, as aflições desfeitas do pai de família, os temores esvaecidos da donzela desamparada. Falem essas famílias pobres que a mão caridosa do velho benfeitor dos desgraçados retirava da miséria; falem sem corar esses moços cujos diplomas que lhes dão ingresso na sociedade são devidos a munificência do nobre finado, e digam se já conheceram alma tão grande, generosidade tão desinteressada?”

Fora impossível reunir em tão poucas frases com exatidão mais rigorosa toda a história de uma vida utilmente consagrada à prática das mais nobres ações de filantropia e de caridade. E contudo esse homem tão mal compreendido por tantos dos seus contemporâneos foi cruelmente injustiçado e ferido na inviolabilidade da sua honra, a propósito de um grave atentado em chocante antagonismo com aqueles sentimentos! Que tristíssimo exemplo de desvario das paixões não refreadas!

O benemérito sergipano, coronel comandante superior da antiga Guarda Nacional, era comendador da Imperial Ordem de Cristo por decreto de 18 de julho de 1841, dia da sagração e coroação de D. Pedro II.

Escreveu:

– *Fala* com que o Exmo. Presidente da Província de Sergipe, abriu a 1ª sessão da 5ª legislatura da Assembléia Provincial no dia 11 de janeiro de 1842. No “O Correio Sergipense” do dia seguinte em diante.

– *Discurso* pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão de 20 de maio de 1843 sobre os limites de Sergipe com a Bahia. No “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, de 23 do mesmo mês e no “Correio Sergipense” de 5 de julho.

– *Discurso* pronunciado na Câmara dos Srs. Deputados na sessão do dia 2 de julho de 1843. No “Correio Sergipense” de 19 de julho seguinte.

– *Parecer* dado sobre a carestia dos gêneros alimentícios: ofício dirigido ao Exmo. Sr. Dr. Manoel da Cunha Galvão em data de 27 de maio de 1859. No mesmo jornal de 27 de julho em diante.

– *O Comendador Boto* a seus amigos políticos. Idem, idem de 10 de setembro de 1863.

Sebastião Pinto de Carvalho, Bacharel – Filho de José Pinto de Carvalho e D. Anna Aguiar Pinto, nasceu a 12 de janeiro de 1827 em Maruim e faleceu na Ilha de Itaparica, Estado da Bahia, a 24 de novembro de 1899.

Tendo seguido a 16 de março de 1840 para Portugal, a fim de estudar em Coimbra, mal, havia encetado o curso de direito, fecharam-se as aulas da Universidade em virtude do movimento revolucionário de Lisboa em 1846, que o obrigou a voltar para o Brasil. Sufocada a revolução, tornou a Coimbra e ali se graduou em 1850 bacharel em ciências jurídicas e sociais, deixando entre os condiscípulos a mais justa tradição do seu robusto talento.

De regresso ao berço do nascimento foi eleito deputado provincial para a legislatura de 1852-1853, em cujas sessões freqüentou a tribuna assiduamente, revelando-se consumado orador.

No princípio do ano de 1854 retirou-se para a Bahia, onde passou o resto da vida, toda ela dedicada ao serviço da advocacia e do magistério, de que apenas distraiu-se logo no princípio, por ter recebido do eleitorado baiano o honroso mandato, de representá-lo na legislatura de 1855-1856 da Assembléia Provincial.

Nomeado, após brilhante concurso, lente de filosofia do antigo Liceu da Bahia, em cuja cadeira se aposentou, nele também lecionou direito mercantil, acumulando o lugar de diretor em julho de 1859. Criada a Faculdade Livre de Direito foi aproveitado para o ensino de direito comercial que constituía a especialidade dos seus conhecimentos jurídicos, tendo ocupado ainda, por algum tempo, o lugar de seu Diretor. Jurisconsulto de notável saber, no seu escritório de advogado reuniam-se as sumidades do foro baiano para ouvirem-lhe dissertar sobre os pontos mais difíceis do direito e receberem as lições dos seus doutos pareceres.

Escreveu:

– *Apostilas de filosofia* para uso dos seus discípulos. Este trabalho não chegou a ser publicado, mas vulgarizou-se muito na Bahia entre aqueles que se aplicavam ao estudo desta ciência.

– *Circular às Câmaras* pedindo informações sobre as necessidades mais urgentes dos respectivos municípios. No “Correio Sergipense” de 6 de março de 1852.

– *Estado da Questão*. Onde provém o atraso das nossas indústrias? Série de artigos na “União Liberal” de S. Cristóvão nos ns. de 2 a 16 de março de 1853.

– *Discurso* pronunciado na sessão da Assembléia Provincial de 15 de julho de 1853 sobre o projeto de anexação da cadeira de retórica à de geografia do Liceu de S. Cristóvão. No “Correio Sergipense” de 27 do mês citado.

– *Discurso* sobre a lei de fixação da força policial, pronunciado pelo relator da comissão de polícia na sessão de 27 de outubro de 1856 da Assembléia Provincial da Bahia. No “Jornal da Bahia” nº 251 do mesmo ano, transcrito no “Correio “Sergipense” de 26 de novembro do referido ano.

– *Razões de apelação* no processo de responsabilidade instaurado por ordem do Presidente da Província contra o Inspetor da Tesouraria de Fazenda o Comendador Bernardo do Canto Brum. Bahia, 1867, 28 págs. in. 8º pq. Tip. de Camilo Lelis Masson & Cia.

– Defesa apresentada no processo instaurado contra o engenheiro civil Fortunato Fausto Galo. Bahia, 1889. É um folheto contendo um dos melhores trabalhos jurídicos do autor.

– *O Código Comercial Brasileiro*. Contribuição para a história de sua elaboração. No número 1 de setembro de 1892 da “Revista da Faculdade Livre de Direito da Bahia”, de que foi um dos redatores.

– *Comentário teórico e prático do Código Civil Francês*, por Theophilo Huc. Conselheiro na Corte de Paris e antigo professor da Faculdade de Direito de Tolosa: notícia

bibliográfica sobre essa obra. No nº 2 da mesma “Revista” de novembro de 1893, págs. 11 a 13.

– *Relatório dos trabalhos acadêmicos e progresso do ensino na Faculdade Livre de Direito da Bahia no ano letivo de 189S.* Apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores pelo Diretor. Bahia, 1895, 15 págs. in. 8º pq. Tip. e Encadernação do “Diário da Bahia”.

– *Relatório da Faculdade Livre de Direito da Bahia*, apresentado pelo Conselho administrativo à Assembléia Geral da associação, em sessão ordinária a 5 de fevereiro de 1896. Bahia, 1896, 7 págs. in. 8º. Tip. e Encadernação do “Diário da Bahia”.

Sebastião da Silveira Andrade, Doutor – Filho de Manuel José de Andrade e D. Luiza Francisca da Silveira Andrade, nasceu a 20 de janeiro de 1859 no município de Itabaiana e faleceu a 18 de fevereiro de 1900 em Maruim, lugar de sua residência desde 1890. Com a mudança de seus pais para a Capela, ali passou os primeiros anos de criança até completar os estudos propedêuticos. Fez o curso de preparatórios no Aracaju, como aluno do Parthenon Sergipense”, colégio do Doutor Ascendino dos Reis, concluindo-o no colégio “S. José” da Bahia, em cuja Faculdade médica recebeu o grau doutoral a 23 de dezembro de 1885.

Clinicou primeiramente na Capela, passando-se em 1890 para Maruim, onde figurou na política local. Foi delegado literário naquela cidade, delegado de higiene nessa última e deputado ao Congresso Constituinte do Estado em 1891;

Escreveu:

– *Formas clínicas da uremia*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso médico. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de setembro de 1885 para ser sustentada a fim de obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1885, 56 págs. in. 8. Lito-Tipografia de João Gonçalves Toninho.

Serafim Vieira de Almeida, Doutor – Filho do Dr. João Paulo Vieira da Silva e D. Rosa de Almeida Vieira Sobral, nasceu a 5 de abril de 1868 no Engenho Buraco, hoje Usina S. Carlos, no município de Itaporanga. Fez o seu curso de preparatórios no Parthenon Sergipense e no Colégio S. José, na Bahia, e sua educação profissional na Faculdade da Bahia, na qual doutorou-se em 11 de dezembro de 1888.

Seguiu logo depois de formado para Sergipe, onde clinicou na Cidade de Riachuelo até maio de 1890, quando transferiu-se para o Estado de S. Paulo, fixando residência em S. Carlos do Pinhal.

Quando acadêmico, em 1887, fundou na Bahia com alguns comprovincianos, o Clube Libertador Sergipense e filiou-se ao Partido Republicano, sendo um dos sócios fundadores do Clube Republicano Federal, fundado a 10 de julho de 1888, centro da propaganda na então província da Bahia. A 10 de março de 1889, quando residia em Riachuelo, foi eleito em sessão do Clube Republicano Laranjeirense, delegado ao Congresso Nacional, que realizou-se em 31 do mesmo mês e ano na capital de São Paulo. Ainda nesse mesmo ano foi Vice-Presidente do Clube Republicano de Riachuelo e Presidente da Câmara Municipal da mesma cidade, por nomeação do governo republicano.

Em S. Paulo tem militado nas fileiras do partido republicano. Por decreto de 18 de dezembro de 1891, foi nomeado membro da Intendência Municipal de São Carlos do Pinhal e durante a revolta de 6 de setembro contra o governo do Marechal Floriano Peixoto, serviu como delegado de polícia. Por duas vezes foi membro do diretoria republicana local e serviu como Juiz de Paz, eleito para o triênio de 1896 a 1898. Em dezembro de 1900 foi eleito vereador e esteve nesse cargo até 31 de dezembro de 1901, sendo reeleito sucessivamente para os triênios de 1902 a 1904 e 1905 a 1907. Durante o ano de 1905 foi Presidente da Câmara. Como médico é bastante considerado e além da vasta clínica que tem, consagra

grande parte do tempo ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia, do qual é um dos médicos desde a sua fundação e foi o seu Provedor em 1903.

Com o aumento da corrente imigratória, o Dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura em São Paulo, querendo proibir a entrada de imigrantes tracomatosos no Estado, o nomeou médico encarregado do serviço de fiscalização, em Santos, a bordo dos vapores que conduzem imigrantes, comissão que desempenhou de 1º de fevereiro de 1905 a 30 de setembro do mesmo ano, voltando a clinicar em S. Carlos a 16 de agosto de 1906. Tendo sido criado pelo Governo do Estado o serviço de profilaxia e tratamento do tracoma, foi nomeado para a comissão de S. Carlos, onde tem prestado relevantes serviços, organizando rapidamente o serviço, sendo o Posto de S. Carlos o primeiro inaugurado no Estado. É sócio correspondente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: sócio correspondente da Academia Paulista de Medicina e efetivo da Sociedade Brasileira de Dermatologia. Assíduo colaborador da “Revista Médica”, de S. Paulo desde o ano de 1903, assina sempre os seus trabalhos com a sua rubrica. É especialista em operações, partos, moléstias de senhoras e moléstias externas dos olhos. Em 1910 fez uma viagem à Europa, onde por 11 meses aprofundou os seus estudos clínicos, freqüentando os mais acreditados hospitais e estabelecimentos terapêuticos do velho mundo, tendo feito os cursos dos Professores Pozzi, Albarran, Marion, Manclaire, Raul Bar e outras notabilidades. Organizado o VI Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, em S. Paulo, foi escolhido para o cargo de Secretário da seção de oftalmologia.

Escreveu:

- *Responsabilidade médica*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 11 de agosto de 1888 a fim de obter o grau de Doutor em Medicina. Bahia, 1888, Tipografia dos Dois Mundos, 73 páginas.

- *Acidentes ocasionados nas crianças pelo clorureto de etila como anestésico geral*. (“Revista Médica de S. Paulo, nº 12 de 30 janeiro de 1903).

- *Um caso de etiomele da vulva acompanhado de tumor clitoridiano*. Publicado anteriormente na “Revista Médica”, de S. Paulo. Brochura de 24 págs. in. 12º e 2 gravuras. S. Paulo, 1904, Escola Tipográfica Salesiana.

- *Técnica e indicação da curetagem do útero*. “Revista Médica”, de S. Paulo, nº 2, de 31 de janeiro de 1905.

- *Estudo Clínico sobre o Tracoma*: Sua profilaxia no Estado de S. Paulo. (Publicado anteriormente na “Revista Médica de S. Paulo”, nº 14 de 31 de julho de 1905, e ampliado com diversos anexos). Brochura de 61 págs. in. 12º. S. Paulo, 1905. Tipografia Brasil de Carlos Gerke & C. Rotschild.

- O Tracoma em S. Paulo. Revisão monográfica e estudo clínico. Trabalho apresentado ao 6º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, realizado em S. Paulo em setembro de 1907. S. Paulo, 1908, 25 págs. in. 8º. Tipografia Brasil de Rotschild & Cia.

- *Varíola ou varicela?* (Polêmica científica). S. Paulo, 1908, 30 págs. in. 8º. Duprat & Cia. Traz juntamente as assinaturas dos Drs. Deolindo Galvão e A. Xavier Gomes.

- *Acidentes da cloroformização*. Trabalho apresentado ao 7º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia reunido no ano de 1912 em Belo Horizonte. Extraído da “Revista Médica” de S. Paulo, nº 11 de 15 de julho de 1912. S. Paulo, 1912, 46 págs. in. 8º. Tipografia Brasil de Rotschild & Cia.

- *Embalsamamento*. S. Paulo, 1915. 22 págs. in. 8º pq. Tipografia Brasil, de Rotschild & Cia.

- *Gangrena pulmonar*. Rio, 1918, 10 págs. in. 8º. Tipografia Besnard Frères.

- *A luta contra o tracoma no Estado de S. Paulo*. Trabalho apresentado ao Congresso do Tracoma, anexo ao 8º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, reunido no Rio de Janeiro em outubro de 1918. Na “Revista do Brasil”, S. Paulo, vol. XII, págs. 135 a 144.

– *Cocaína e cocainomania*. Rio, 1920, 16 págs. in. 8º. Publicação extraída do Brasil Médico, nº 15, de 10 de abril de 1920.

– *Manual de embalsamamento*. S. Paulo, 1924, 52 págs. in. 16º. Tip. Ideal 2ª Edição com algumas modificações do trabalho publicado em 1915, intitulado *Embalsamamento*.

Severiano Cardoso – Filho do professor Joaquim Maurício Cardoso e D. Joana Batista de Azevedo Cardoso, nasceu a 14 de março de 1840 na Estância e faleceu no Aracaju a 2 de outubro de 1907.

Depois de ter feito os estudos de humanidades na cidade natal, retirou-se em 1855 para a Bahia, onde se empregou no comércio durante alguns anos, dedicando-se mais tarde às lides da Imprensa.

Em 1870 voltou à província para servir de escriturário do “Ateneu Sergipense” por ato de 30 de novembro desse ano, sendo depois secretário da Instrução Pública, que deixou em 1874 por ter sido nomeado oficial maior da mesma secretaria sob a sua direção. Desse cargo exonerou-se em 1878 para assumir a diretoria do colégio “Parthenon Mineiro” no Rio Novo, Estado de Minas Gerais.

Voltando em 1880 a Estância ali fundou e dirigiu o colégio “Minerva”. Em 1882 foi nomeado lente da cadeira de Italiano da Escola Normal do Aracaju, designado em 1884 para reger a cadeira de aritmética e lógica na mesma Escola.

Em 1889 foi transferido para a cadeira de literatura e lógica do “Ateneu Sergipense”. Designado em 1900 para a cadeira de português, francês e aritmética da Estância, voltou em 1901 para a Escola Normal como lente de matemáticas, lugar em que o colheu a morte.

Além destes cargos exerceu mais os de bibliotecário, oficial de gabinete na vice-presidência do Doutor Pelino Nobre, camarista e presidente da Câmara Municipal do Aracaju, deputado estadual em duas legislaturas e membro efetivo do conselho superior da Instrução Pública. No exercício do magistério foi mais, lente de português, aritmética e álgebra no colégio “Parthenon Sergipano” do doutor Ascendino dos Reis. Na corporação do professorado sergipano nenhum outro o excedeu em competência e amor à instrução, nem houve quem melhor soubesse difundir o ensino no espírito dos seus jovens discípulos.

Nascido poeta, cultivou todos os gêneros de poesia, versejando com espontaneidade e com tal encanto, que finitas das suas produções se tornaram populares e ainda hoje são repetidas nas reuniões familiares realizadas nas épocas festivas do Natal.

O interessante diálogo em verso “A Borboleta”, arquitetado em um momento de feliz inspiração, e posto em música pelo maestro Joaquim Honório dos Santos constitui um dos mais belos espécimes do seu estro poético.

Como jornalista, raramente se encontraria quem na imprensa periódica, doutrinando ou discutindo, freqüentasse tão assiduamente as colunas dos órgãos de mais publicidade em Sergipe.

Sua carreira na imprensa começou em 1864 na Bahia e só terminou quando não mais lhe foi possível confiar o seu pensamento a algumas tiras de papel.

Foi secretário da sociedade beneficente “Fraternidade Sergipe” fundada em 1869 na capital da Bahia.

Escreveu:

– *Traços biográficos de Francisco Camerino*. Bahia, 1867, 63 págs. in. 8º pq. Tip. Constitucional de França Guerra.

– *Oração fúnebre*, proferida junto ao túmulo do M.: Ill.: e Pre.: Visconde de Inhaúma por ocasião do funeral Mac.: que ao V.: da Rua da Oração fizeram-lhe as R. R. L. L.: Fid.: e Benifi.: Un.: e Leg.: e Abrig.: da Hum.: pelo Ir.: G. 3.: Na “Bahia Ilustrada”, nº 118 de 18 de abril de 1869.

– *A coeducação dos sexos*. No “Jornal do Aracaju” de 4 de setembro de 1872.

- *As sublimidades do cristianismo* (A Exma. Sra. D. Constança de Melo Barreto, em sinal de muita estima, profundo respeito e sincera gratidão). Idem de 25 de janeiro de 1875.
- *Dos livros elementares* (Versão livre). Idem, de 2, 4 e 5 de outubro de 1877.
- *O Belo* (Versão livre). Idem, de 5 outubro a 7 de novembro de 1877.
- *Aritmética elementar* adotada para uso das escolas públicas da província de Sergipe. Aracaju, 188... 84 págs. in. 16º.
- *Uma pétala todas as manhãs*: coleção de cem sonetos compostos em S. Cristóvão. No “O Republicano”, Aracaju, a começar do nº de 31 de janeiro de 1891.
- *Teatro Infantil*. Coleção de pequenas peças teatrais e pastoris. Aracaju, 1893, 186 págs. e mais 8 não numeradas, in. 16º. Tipografia Comercial. As páginas numeradas contêm o drama rimado, em 2 atos e 4 quadros, “O brigue Flor de Natal”; “A lei Estrompa” ou “O Celibato das Professoras” trio humorístico em 1 só ato: “Um primo em apuros” entreto humorístico; “Arrastou a mala”, cena cômica; “João Caboré” ou o “Adesista de Quatro Costados”, comédia em 2 atos; “A Roceira”, vaudeville epigramático; “João Remendão”, entreto cômico; “Os Primos”, vaudeville epigramático; “Zé-Xico”, o “Tambor do 12”, passatempo chulo; “Paródias”; “O Naufrágio do Solimões”, poesia recitada pela aluna Maria Leonor; “Saudação ao Messias”, baile pastoril em 1 ato. As páginas seguintes sem numeração, o Autor reservou para as poesias que ofereceu a cada uma das figuras, que interpretaram os papéis do drama “Brigue Flor de Natal”.
- *Rimas sertanejas*: versos. Aracaju, 1896, 196 págs. in. 12º. Tip. da Folha de Sergipe. Da pág. 175 em diante seguem-se as Trovas Populares”.
- *Discurso* proferido pelo Orad.: Inter.: da Loj.: Cap.: “Cotinguiba” por ocasião da Sess.: Solene da posse de suas L. L., realizada em 12 de julho de 1898. (E.: V.:) Aracaju, 1898, 14 págs. in. 16º. Tip. Comercial.
- *Celebridades Sergipanas*. No “O Estado de Sergipe de 8 de março a 12 de abril de 1904. Sem assinatura.
- *Curiosidades naturais de Sergipe*. Idem, de 11 de março a 7 de abril do mesmo ano. Sem assinatura.
- *Lendas sergipanas*. Idem, de 13 a 31 de março do mesmo ano. Sem assinatura.
- *Notabilizaram-se em Sergipe*. Idem, de 13 a 29 de abril do mesmo ano. Sem assinatura.
- *Os efeitos da educação*: drama. Inédito.
- *A Sociedade e os Artistas*: drama. inédito.
- *Jacinto Mariscotti*: drama, sacro. Inédito.
- *O bocado não é para quem o faz*: comédia. Inédito.
- *Os efeitos da crise*: comédia. Inédito.
- *Uma escola do mato*: comédia. Inédito.
- *Senhô Padre*: comédia. Inédito.
- *O casamento do Simplício*: comédia. Inédito.
- *Atrás da fortuna*: comédia. Inédito.
- *Evitem as trocas*: comédia. Inédito.
- *Balas trocadas*: comédia. inédito.
- *Que tal a viúva?*: comédia. Inédito.
- *A família Tanajura*: comédia. Inédito.
- *Inferno em vida*: comédia. Inédito.
- *Minha sogra*: comédia. Inédito.
- *Conversa fiada*: comédia. Inédito.
- *O testamento do tio Felipe*: comédia. Inédito.
- *Comigo é nove*: comédia. Inédito.
- *Justiça de Deus*: opereta pastoril em verso, 4 atos. Inéditos.
- *Walkíria ou a parálitica dos Alpes*: opereta pastoril em verso. Inédito.

- *Revista política*. Inédito.
- *O Repórter*. Inédito.
- *Apoteose a Camerino*. Inédito.
- *Carlito ou o amor filial*: entreato em verso. Inédito.
- *Xisto mentira*: entreato xistoso em verso. Inédito.
- *O disimeiro e a peixeira*: entreato xistoso em verso. Inédito.
- *A vendedora de caju*: entreato em verso. Inédito.
- *O caçador de rolas*: entreato em verso. Inédito.
- *O maxixeiro*: entreato em verso. Inédito.
- *João Cocada & Cia*: entreato em verso. Inédito.
- *Um duelo a socos*: entreato em verso. Inédito.
- *Estive na posse*: entreato em verso. Inédito.
- *Os filhos da Candinha*: entreato em verso. Inédito.
- *Pai Romão*: entreato em verso. Inédito.
- *Os nascituros*: poemeto. Inédito.
- *Édipo*: poemeto. Inédito.
- *A Roseira*: opereta pastoril em verso. Inédito. Representada no teatrinho S. José, Aracaju, em 1897.
- *Manoel linguarudo*: comédia. Inédito. Representada no mesmo ano e no mesmo teatro.
- *O sapateiro*: comédia, também representada no mesmo tempo no referido teatro. Inédito.
- *A filha do Cabo Lúcio*: opereta, representada pela primeira vez a 25 de dezembro de 1906 no teatro “Carlos Gomes”, Aracaju, por uma troupe infantil. Inédito.
- *Um pouco de flauta*: comédia, representada a 28 do referido mês pela troupe indicada e no mesmo teatro. Inédito.
- *Chiquinho na cafua*: comédia, levada a cena no dia 81 de dezembro daquele ano pela mesma troupe infantil no “Carlos Gomes”. Inédito. Foi este o último trabalho do Autor. Com seu irmão Brício Cardoso fundou e redigiu os três seguintes jornais.
- *Bahia Ilustrada*: hebdomadário ilustrado. Bahia, 1867-1870. Publicação aos domingos. O 1º ano foi publicado a 20 de janeiro daquele ano. Na seção sob o título *Boletim da semana*, exclusivo da redação, o Autor assinava os seus artigos com o pseudônimo *Doutor Sapiência*.
- Associado ao seu companheiro de redação fundou mais os dois seguintes jornais:
- *Jornal dos Caixeiros*: órgão da classe caixeiral. Bahia, 1870. Apareceu em 26 de fevereiro e terminou em abril com o número 8. Tip. da Bahia Ilustrada.
- *Fênix*: gazeta ilustrada, literária e noticiosa. Bahia, 1870. Publicação em dias indeterminados. Surgiu a 14 de maio em substituição à “Bahia Ilustrada”. Redigiu ainda:
- *O Americano*: publicação hebdomadária. Aracaju, 1876-1877. Com José Maria Gomes de Souza.
- *Jornal do Comércio*: órgão dos interesses do comércio, da lavoura e da indústria. Aracaju, 1877-1878. Folha diária. Propriedade de uma Associação. Administrador: Capitolino Henrique da Costa. Formato: 0,39 x 0,27 com quatro páginas de cinco colunas cada uma. Impressor: J. R. dos Santos.
- *Folha de Sergipe*: periódico político, posteriormente órgão do partido republicano federal. Aracaju, 1890-1898. Primeira fase. Propriedade de Capitolino & Comp. Publicação: duas vezes a princípio, e depois três vezes por semana, passando a ser publicada diariamente desde o dia 2 de abril de 1891 em diante. O 1º nº é de 15 de abril daquele ano, tendo o formato de 0,41 x 0,27 com quatro páginas de cinco colunas cada uma.

– *O Americano*: órgão dos interesses das classes em geral. Aracaju, 1892. Publicação semanal, O 1º nº saiu a 13 de abril com quatro páginas e outras tantas colunas estreitas de tipo pequeno cada uma. Formato: 0,28 x 0,20.

– *O Estado de Sergipe*: jornal oficial, político e noticioso. Aracaju, 19/.../1906. Publicação diária. Começou a ser publicado em 5 de julho de 1898 e continua a circular como órgão oficial do governo do Estado. Formato: 0,45 x 0,30 com quatro páginas de 5 colunas cada uma.

Silveira Martins Fontes, Doutor – Filho do Bacharel José Martins Fontes e O. Francisca Xavier. Gomes Fontes, nasceu a 1º de fevereiro de 1858 na cidade de S. Cristóvão. Fez os preparatórios em Aracaju, e recebeu o grau de doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em dezembro de 1881. Ainda estudante, exerceu os lugares de interno da Casa de Saúde de N. S. da Ajuda e da Maternidade Municipal do Rio de Janeiro. Depois de formado, em começo de 1882, iniciou a clínica na cidade de Santos, (S. Paulo) onde fixou residência e é hoje conceituado médico. Ali foi nomeado médico da Santa Casa de Misericórdia, onde permaneceu até 1901, quando pediu exoneração, fazendo reverter os seus ordenados em favor dos cofres daquela pia instituição. Em 1902 foi eleito Presidente da Santa Casa, cargo que exerceu com o critério que sempre manteve nos atos de sua vida.

Sócio fundador do Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, discutia várias teses no Congresso Médico de 1888 no Rio de Janeiro. É sócio correspondente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo. Tem colaborado em todos os jornais socialistas do País, especialmente no “O Socialista”; na “Evolução”: periódico científico, literário e noticioso em Santos desde o seu aparecimento e fundou em 1895 de parceria com o Sr. Carlos Escobar e Dr. Soter de Araújo, em Santos, o jornal de propaganda socialista, “A Questão Social”, do qual foi esforçado redator. Publicação quinzenal. Santos, 1895-1896.

Escreveu:

– *Das septicemias cirúrgicas*: dissertação. Proposições. Seção acessória. – Dos stychnaceos e seus produtos farmacêuticos. Seção Cirúrgica. Da Piogemia. Seção Médica. Quais as medidas que se devem observar para impedir o desenvolvimento crescente de sífilis no Rio de Janeiro. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 30 de setembro de 1881 e defendida em 20 de dezembro do mesmo ano, sendo aprovada com distinção por ... a fim de obter o grau de doutor. Rio, 1881, 92 págs. in. 8º. Imprensa Industrial.

► *Data de morte*: 27 de junho de 1928, em Santos (SP).

Simeão de Aguiar Boto de Menezes, Bacharel – Filho do desembargador Gonçalo de Aguiar Boto de Menezes e D. Maria da Piedade Boto de Menezes, nasceu a 8 de outubro de 1892 em Laranjeiras e faleceu na capital da Paraíba no dia 1º de julho de 1915. Depois de feitos os estudos de humanidades no Liceu Paraibano, seguiu para o Recife a fim de cursar a Faculdade de Direito, tendo recebido o grau de bacharel em 1912.

Voltando à Paraíba, começou logo a servir à imprensa oposicionista do Estado, escrevendo artigos políticos no “Estado da Paraíba” e no mesmo jornal crônicas com pseudônimo de *Américo Brasil*.

Na carreira da magistratura, para a qual se habilitou, dando provas do seu talento e amor ao estudo, exerceu no Ceará a promotoria pública da comarca de Maranguape, donde saiu para ocupar o cargo de juiz substituto do Crato.

Deixando esse Estado, foi nomeado em dezembro de 1914 promotor da comarca de Picuí, na Paraíba, poucos meses antes de sucumbir.

De notável vocação para a tribuna, herdada de seu progenitor, inteligente e criterioso, o seu prematuro falecimento foi lamentado em documento oficial pelo Presidente da Paraíba,

Doutor João Pereira de Castro Pinto, ao passar o governo do Estado ao Vice-Presidente, Coronel Antonio da Silva Pessoa, no dia 24 de julho de 1915.

Na capital da Paraíba foi presidente da agremiação cívico-partidária Rego Barros, colaborou em outros jornais, sob o pseudônimo de Petronius.

Escreveu:

– *Flanando...*; crônicas. No “Chique”: jornal humorístico e literário. Paraíba.

Silvestre Moreira – Capitão do extinto quadro de dentista do corpo de saúde do Exército, nasceu a 6 de abril de 1874 em Laranjeiras, filho do capitão Guilhermino dos Santos Moreira e D. Maria de Jesus Moreira, e faleceu na Capital Federal a 11 de julho de 1921.

Exemplo edificante do quanto pode uma vontade firme e resoluta, teve de superar um conjunto de dificuldades no louvável empenho de ser útil à família e à sociedade.

Moço pobre e novel no meio em que ia começar a vida do trabalho, não se deixou dominar pelo desânimo; ao contrário disso, sempre confiante no futuro, sem recear os tropeços, nem medir sacrifícios, ao mesmo tempo que o ocupava um modesto lugar de minguada retribuição no cartório de protestos de letras, fazia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o curso de odontologia, em que se diplomou em 1895.

Vencida essa primeira etapa das suas aspirações sobrevieram-lhe melhores dias decorridos no exercício da clínica dentária, na qual muito se recomendou por sua perícia profissional, o que influenciou poderosamente para logo após a criação do corpo de dentistas militares, ser nomeado em 1910 primeiro tenente do Exército, promovido a capitão efetivo a 4 de setembro de 1917.

Foi um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Odontologia em 1900, professor de terapêutica e depois de clínica odontológica da Escola Livre de Odontologia do Rio de Janeiro desde a sua fundação em 1903.

Escreveu:

– *Observações de casos de cura de piorrêia alveolar*. Na “Revista Odontológica” de 15 de junho de 1900, 2º nº. págs. 29 a 32.

– *Tratamento de cárie dentária*. Idem, de 15 de julho e 15 de agosto do mesmo ano, 3º e 4º números.

– Um caso de reimplantação autoplástica. Idem, de 30 de setembro de 1901, 4º número.

– *Anomalias dentárias*. Nos “Arquivos Brasileiros de Odontologia” nº 2, de abril de 1903 e na “Tribuna Médica” de 15 de julho do mesmo ano.

– *Estudo do peridrol em cirurgia dentária*: relatório apresentado ao 4º Congresso Médico Latino-Americano 8ª Seção, 10º tomo, 1909. págs. 104 a 112.

– *Serviço odontológico no Exército*. Na revista “Medicina Militar” números 9, de fevereiro, e 13, de julho de 1911, págs. 500 a 515 e 741 a 746, transcrito na “Revista Dentária”, vol. II, nº 2, de maio de 1911.

Simeão Teles de Meneses Sobral, Bacharel – Filho do Coronel do mesmo nome e D. Rosa Cândida Dias Sobral, nasceu a 14 de julho de 1868 no engenho S. João, município de Japarutuba.

Tendo estudado preparatórios no Aracaju, Capital Federal e S. Paulo, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, em que se graduou bacharel em novembro de 1889. Entrando neste mesmo ano na vida pública, foi nomeado a 22 de outubro, antes de formado, promotor público da Comarca da Capela e depois procurador seccional da República por decreto de 28 de novembro de 1890 e juiz de direito de Maruim por decreto de 17 de novembro de 1894.

Exercendo interinamente o cargo de chefe de polícia, foi nomeado desembargador por decreto de 15 de fevereiro de 1898, donde passou a exercer as funções de procurador geral do

Estado por nomeação de 6 de maio do mesmo ano. Em seguida foi nomeado chefe de Polícia no governo do tenente coronel José Joaquim Pereira Lobo. Declarado desembargador em disponibilidade em dezembro de 1900 foi eleito deputado estadual no biênio de 1915-1916 e no triênio de 1917-1919.

É presidente da Associação Aracajuana de Beneficência desde 1911, da Sociedade Amparo das Famílias e do Asilo de Mendicidade Rio Branco, no Aracaju.

Escreveu:

– *Relatório* apresentado pelo Presidente da Associação Aracajuana de Beneficência na sessão da Assembléia Geral em 14 de julho de 1912. Aracaju, 1912, 6 págs. in. 8º pq. com 3 anexos. Tip. do “O Estado de Sergipe”. Publicado anteriormente no “Correio de Aracaju” de 17 do referido mês.

– *Relatório* apresentado pelo Presidente da Associação Aracajuana de Beneficência na sessão de Assembléia Geral em 17 de julho de 1913. Aracaju, 1913, 5 págs. in. 8º pq. com dois ofícios e 5 anexos. Tip. do “Correio de Aracaju”. Precedentemente publicado no “O Estado de Sergipe” de 6 de agosto seguinte.

– *Relatório* apresentado pelo Presidente da Associação Aracajuana de Beneficência na sessão da Assembléia Geral em 19 de julho de 1914. Aracaju, 1914, 6 págs. in. 8º pq. com 2 ofícios e 5 anexos. Tipografia Comercial.

– *Discurso* proferido pelo orador oficial do Partido Republicano Conservador de Sergipe na sessão cívica realizada no salão da Assembléia Legislativa a 8 de outubro de 1915, em homenagem à memória do Senador José Gomes Pinheiro Machado. No “Correio de Aracaju” de 10 e no “O Estado de Sergipe” de 12 do mesmo mês.

– *Relatório* apresentado pelo Presidente da Associação Aracajuana de Beneficência na sessão da Assembléia Geral em 25 de julho de 1915. Aracaju, 1915, 9 págs. in. 8º pq. com 2 Ofícios e 4 anexos. Tip. Comercial de Nelson Vieira.

– *Relatório* apresentado pelo Presidente da Associação Aracajuana na sessão da Assembléia Geral em 28 de julho de 1916. Aracaju, 1916, 9 págs. in. 8º pq. com 2 ofícios e 5 anexos. Tipografia Comercial.

– *Relatório* apresentado pelo Presidente da Associação Aracajuana de Beneficência na sessão da Assembléia Geral em 25 de julho de 1917. Aracaju, 1917, 6 págs. in. 8º pq. com 2 ofícios e 5 anexos. Tip. Comercial de Nelson Vieira.

– *Relatório* apresentado aos senhores associados pelo Presidente da Associação Beneficente Aracajuana no dia 16 de julho de 1923. No “Diário da Manhã” de 1 do mês seguinte.

Sisínio Ribeiro Pontes, Doutor – Filho do padre Manuel Ribeiro Pontes e D. Anna Joaquina de São José, nasceu a 24 de outubro de 1851 na vila de Santo Amaro e faleceu na Capital Federal a 3 de maio de 1918.

Terminado em 1869 o curso de farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia, ali fez os estudos médicos, muitos anos depois de estabelecido no Aracaju como farmacêutico, tendo recebido o grau de doutor em 1880.

Durante seis anos fez parte do corpo de saúde do Exército no posto de 2º cirurgião e se achava na guarnição de Minas Gerais, quando obteve demissão do serviço militar, por decreto de 9 de janeiro de 1888.

Nessa província de então, onde fixou residência foi inspetor da higiene até julho de 1887, lente da Escola de Farmácia de Ouro Preto por espaço de vinte anos e da de Odontologia de Belo Horizonte. Declarado em disponibilidade, interrompeu o exercício do magistério até abril de 1912, em que passou a ocupar a cadeira de física daquela Escola, não excedendo de um ano o ensino da nova matéria a seu cargo, por ter-se jubilado em julho do ano seguinte.

Escreveu:

– *Gangrena, sua etiologia e variedades*: dissertação. Proposições. Seção de ciências cirúrgicas – Apreciação dos processos empregados na cura dos estreitamentos da uretra. Seção de ciências acessórias – Qual a ação do sulfato de quinino nas febres intermitentes? Seção de ciências médicas. – Suicídio e suas relações médico-legais. Tese para o doutoramento em medicina apresentada e sustentada por... Bahia, 1880, 80 págs. in. 8º pq. Lito-tipografia de João Gonçalves Tourinho.

Solano Dantas de Menezes, Padre – Filho de Manoel de Menezes Barreto e D. Mariana Dantas Barreto, nasceu a 24 de julho de 1890 no engenho Mouco, junto ao povoado Sta. Rosa, município de Divina Pastora.

Começou os estudos no Aracaju, transportando-se depois para o Rio, em cujo seminário fez o curso preparatório e o curso superior na Universidade Gregoriana em Roma. Recebeu as últimas ordens canônicas a 22 de abril de 1916 na Igreja de S. João de Latrão em Roma e celebrou a 1ª missa a 23 de abril do referido ano na Capela do Colégio Pio Latino Americano.

Voltando ao Brasil, neste mesmo ano, fixou residência no Rio de Janeiro, como coadjutor da Matriz de S. João Batista da Lagoa e Diretor do Patronato de crianças pobres Pio X.

Em fins de 1918 regressou a Sergipe, sendo nomeado professor de Teologia no Seminário, e em 1919, capelão da Igreja de S. Salvador de Aracaju.

Possuidor de raras virtudes e dotado de grande operosidade, todo o seu incessante esforço tem sido para modificar, elevando os costumes, a educação, as disposições morais e mentais do seu Estado natal. Em Aracaju a sua ação benéfica tem se traduzido nas realizações que seguem: a 13 de julho de 1919 instalou a “Associação das Senhoras de Caridade” com o “Dispensário Bento XV” onde semanalmente são distribuídos gêneros alimentícios de primeira necessidade aos pobres matriculados; em 1920 adquiriu o “Cinema Fênix”, destinado à moralização das diversões públicas, o qual não conseguiu manter; de março de 1921 a dezembro de 1923 restaurou a igreja de S. Salvador, que é atualmente o mais belo templo de Sergipe; em 1922 deu início à construção da igreja do Rosário, situada à rua do mesmo nome em Aracaju e em 1923 fundou a “Caixa Fênix” visando combater a agiotagem.

Sacerdote ilustrado é justamente muito estimado no meio em que exerce com dedicação o seu sagrado ministério.

É diretor das associações: “Apostolado do Coração de Jesus”, “Senhoras de Caridade” e “Pia União das Filhas de Maria”, com sede na Igreja de S. Salvador. Colaborou em Roma no “Boletim” do Colégio Americano e de lá escreveu correspondências para a “Gazeta de S. Paulo” e mais alguns jornais brasileiros.

Escreveu:

– *Conferência sobre o socialismo*, realizada no salão da Biblioteca Pública em 21 de abril de 1918.

– *Socialismo euclidiano*. No “Diário da Manhã”, de 24 de abril de 1918.

– *A Guerra e o Catolicismo*. Na “A Cruzada”. Aracaju, de 27 de outubro a 17 de novembro de 1918. Assinado – *Padre Onalos Satnad*.

– *Discurso*: Dante Alighieri, pronunciado na noite de 14 de setembro de 1922 no salão da Biblioteca Pública de Sergipe.

– *O Sport* – Mês Marion – 1923.

– *Natal*. No “Correio de Aracajã” de 25 de dezembro de 1923.

Sílvia de Oliveira Ribeiro – Filha do bacharel Cândido de Oliveira Ribeiro e D. Lavínia Diniz de Oliveira Ribeiro, nasceu a 3 de abril de 1896 em Laranjeiras.

É formada pelo Ateneu Sergipense, tendo recebido o grau de bacharela em ciências e letras no dia 24 de maio de 1912. Por algum tempo foi Diretora do Colégio Senhora Santa-Anna e

professora do “Grêmio Escolar” Dr. Thomaz Cruz, mantido pela Fábrica Sergipe Industrial. Deixou esse lugar por ter sido nomeada por Decreto de 27 de maio de 1916, mediante concurso, catedrática da 1ª Cadeira de Português da Escola Normal de Aracaju, cargo que exerceu até 1922, quando, a pedido, ficou em disponibilidade.

Escreveu:

– *Discurso* pronunciado no dia 24 de maio de 1912 por ocasião de receber o grau de bacharel em ciências e letras no Ateneu Sergipense. No “O Estado de Sergipe” de 26 de maio de 1912.

– *Discurso* proferido a 14 de julho de 1914 na inauguração do palácio da Biblioteca. No “O Estado de Sergipe”, de 26 do mesmo mês.

Sílvio Cezar Leite, Doutor – Filho de Francisco Rabelo e O. Maria Rollemberg Leite, nasceu a 3 de janeiro de 1880 no engenho Topo, município de Japaratuba.

Feitos no Aracaju os exames preparatórios, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, na qual se doutorou no dia 12 de abril de 1902. Desde esta data tem exercido a clínica em Riachuelo, dedicando-se de preferência à cirurgia. A 28 de novembro de 1917 nomeado delegado de higiene no município de Riachuelo.

Escreveu:

– *Clorose vulgar*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médicas e cirúrgicas. Tese apresentada em 28 de fevereiro de 1902 para obter o grau de doutor em medicina. Bahia, 1902, 115 págs. in. 8º. Tipografia Gutemberg.

Sílvio Guimarães Cravo, Bacharel – Filho de Manoel Teles de Nogueira Cravo e D. Maria Firmiana de Guimarães Cravo, nasceu a 22 de setembro de 1886 em Maruim. Estudou humanidades nos Colégios de “S. Luiz” em Teresina, e Parthenon “Aires Gama”, “Instituto Pernambucano” e “Ginásio Oficial” em Pernambuco. Também cursou as aulas do Liceu Penedense, prestando exames no Liceu Alagoano.

Foi aluno da Escola Militar do Realengo; matriculando-se depois na Faculdade de Direito do Recife, onde recebeu o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 13 de dezembro de 1907, tendo sido aprovado com distinção em todas as matérias do 5º ano. Advogado nas comarcas sergipanas e alagoanas da margem do Rio S. Francisco entre 1903 e 1907, foi membro da Comissão de S. Paulo na Exposição Nacional de 1908. Em 1909 representou a Fazenda Nacional no serviço dos portos, foi procurador dos feitos da Fazenda de Pernambuco em 1913 e é advogado no Recife. É membro efetivo do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, honorário do Instituto Histórico de Sergipe e correspondente da Sociedade de Geografia de Londres. Em 1902 foi sócio do “Grêmio Literário de Penedo”. Empreendeu e inaugurou no Recife as estátuas do Barão do Rio Branco e Conde da Boa Vista. Presidente do Conselho e Diretor do Tiro Nacional de Guerra 13, é o comandante de seu batalhão e oficial de reserva do Exército. Fundou e redigiu em companhia de estudantes seus colegas, “O Germe”, órgão literário, quinzenal – Penedo 1902; “A Conquista”, semanal – Penedo, 1903; “O Lutador”, diário de Penedo, de 1905 a 1907. Colaborou, com artigos assinados, na “Gazeta da Tarde”, órgão do partido político chefiado pelo Dr. J. I. Martins Junior. Recife, 1901; “A República”, do Recife, órgão do Partido Democrata chefiado pelo Marechal Dantas Barreto, e dirigido pelo Senador Dr. Ribeiro de Brito de 1912 a 1915.

Escreveu:

– *Nacionalismo*. Conferência realizada no “Teatro 7 de Setembro” de Penedo a 14 de abril de 1907. Ed. da Tip. do “O Lutador” in. 8º.

– *O Estado de S. Paulo na Exposição Nacional do 1908*. Catálogo geral ilustrado. Tip. do “Diário do Comércio”. Rio, 1908, 161 págs. in. 4º.

– *O Brasão de Sergipe*. Exposição apresentada ao Instituto Histórico de Sergipe. Recife, 1915, 17 págs. in. 16. Tip. Imprensa Industrial de I. Néri da Fonseca.

– *O Baixo S. Francisco*. Memória apresentada ao 4º Congresso Brasileiro de Geografia. Recife, 1916, 28 págs. in. 16º. Imprensa Industrial. Este trabalho mereceu elogioso parecer da 4ª comissão do aludido Congresso.

– *Autores lidos*: série de artigos literários. No “Diário da Manhã”, Aracaju, de 20 de junho, 5 de julho e 2 de agosto de 1917.

– *Bibliografia Jurídica Brasileira*. (Em preparação).

Sílvio da Mota Rabelo, Bacharel – Filho do Coronel Antonio da Mota Rabelo e D. Anna da Silva Mota Rabelo, nasceu a 21 de julho de 1881 no Aracaju. Fez seus estudos de humanidades nessa cidade e recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais na Faculdade Livre de direito da Bahia a 8 de dezembro de 1903.

Quando estudante foi nomeado Promotor Público da comarca da Capela por ato de 13 de novembro de 1902. Em 1906 foi auxiliar do redator do “Diário Oficial” de Sergipe, exonerando-se em 1911 por ter sido nomeado secretário do Governo desse Estado por ato de 25 de outubro do mesmo ano, durante a presidência do Marechal Siqueira Menezes. Advogado da Companhia “Light and Power” no Rio de Janeiro em julho de 1917, foi por Decreto de 29 de novembro de 1920 nomeado secretário do Supremo Tribunal Militar.

Redigiu o “Jornal de Sergipe” nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 1906 na, ausência do redator Coronel Antonio Mota.

Escreveu:

– *Sergipe intelectual* (série de artigos de crítica) no “Estado de Sergipe” de 4 a 7 de fevereiro de 1899, com o pseudônimo de *Feliz da Costa*. A propósito de outros artigos sob a mesma epígrafe, escritos no “O Tempo”, por Aníbal Freire.

– *Em defesa de um nome*: série de artigos políticos, publicados no “Jornal de Sergipe” de 11, 15, 18, 22, 25 e 28 de março, e 1 e 5 de abril de 1906.

– *Cartas Fluminenses*: (correspondência política), publicadas no “Jornal de Sergipe” com o pseudônimo de *Nelson Cordeiro* nos números dos meses de março; abril, junho e julho de 1906. Continuaram em 1908, quando reapareceu o “Jornal”.

– *Tobias Barreto, como criminalista* – Obra inédita.

– *Fausto Cardoso, orador parlamentar*. Idem.

– *Sergipe*. Um estado falido. No “Jornal do Comércio” do Rio, de 31 de maio, 6 e 14 de julho de 1908, sob o pseudônimo de *Epaminondas*. Transcrito no “Jornal de Sergipe” de 5 a 15 de novembro do mesmo ano.

– *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. General Dr. José de Siqueira Meneses, Presidente do Estado pelo Secretário do Governo, em 5 de agosto de 1912. Aracaju, 1912, 9 págs. in. 8º. Tipografia do “O Estado de Sergipe”.

Sílvio Romero, Bacharel – Filho do português André Ramos Romero e D. Maria Vasconcelos da Silveira Ramos Romero, nasceu na vila, hoje cidade do Lagarto a 21 de abril de 1851, e faleceu no Rio de Janeiro a 18 de julho de 1914, às seis hora, da tarde.

Usando o nome do Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos, estudou preparatórios no Rio de Janeiro de 1865 a 1867, no antigo colégio “Ateneu Fluminense”, dirigido pelo Monsenhor Antonio Pereira dos Reis, e direito na Faculdade do Recife, onde recebeu o grau de bacharel a 12 de novembro de 1873.

A 24 de janeiro de 1874 foi nomeado promotor público da cidade da Estância, cargo de que foi exonerado, a pedido, a 8 de fevereiro do ano seguinte.

Em 1875 requereu defesa de tese na Faculdade de Direito do Recife, a fim de receber o grau de doutor; mas, no momento em que ia sustentá-la, teve aceso debate com um dos lentes sobre a metafísica, discussão em que perdera a necessária calma, azedando-se os ânimos, em consequência de que foi suspenso o ato.

Submetido a processo por crime de injúrias dirigidas ao referido lente, teve depois plena absolvição. Nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Parati, província do Rio de Janeiro, por decreto de 31 de agosto de 1876, exerceu essa judicatura até 1879, quando foi exonerado, a pedido, por decreto de 23 de julho do referido ano.

Transferiu depois sua residência para o Rio de Janeiro e ali obteve por concurso a cadeira de filosofia do Colégio Pedro II, hoje Ginásio Nacional, no ano de 1880, sendo, entre oito concorrentes, classificado em 1º lugar, apresentando a seguinte tese: “Interpretação filosófica dos fatos históricos”.

Em consequência de reforma posterior passou a reger a cadeira de lógica do mesmo estabelecimento.

Por decreto de 8 de outubro de 1908 foi transferido dessa cadeira para a de igual disciplina no Externato do mencionado Colégio, decreto que foi declarado sem efeito por outro de 7 de abril de 1909.

Regeu então a cadeira de lógica do “Internato” até sua jubilação por decreto de 2 de junho de 1910.

Foi um dos fundadores e lente de Filosofia de Direito da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e sócio fundador da Academia Brasileira de Letras.

No governo de Campos Sales foi deputado provincial e federal por Sergipe. Quando em exercício do último mandato coube-lhe ser escolhido relator da Comissão dos 21, do Código Civil.

Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Baiana de Letras, da Academia Pernambucana de Letras, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo e do Centro Comercial do Porto, sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas, do Grêmio Literário de Campinas e de outras muitas sociedades de Ciências e letras tanto do país como do estrangeiro.

Representou o Brasil em várias conferências européias e foi em 1904 agraciado pelo Rei D. Carlos de Portugal com a comenda de S. Tiago.

Na extensa lista de suas obras, prima, como a de maior merecimento, a “História da Literatura Brasileira”. Foi um dos maiores intelectuais brasileiros.

Sua obra, trabalhada durante muitos anos, é de um brasileirismo sem jaça. Dele disse uma vez Tobias Barreto, “ser o martelo das mediocridades”. Isso na fase do seu início. Mas, logo em seguida, do crítico da nossa literatura emergiu o historiador do pensamento nacional, documentando essa fase a sua referida “História da Literatura Brasileira”.

Depois, por natural desdobramento, ao crítico literário seguiu-se o crítico social que nos deu o “Brasil Social”, não concluído, mas cuja intuição patenteou-a ele em vários estudos que a respeito produziu.

Criou, pois, entre nós, a crítica antropológica, e foi o aplicador da crítica social consoante os ensinamentos da escola de Le Play à gênese e evolução do povo brasileiro. Na sua qualidade de folclorista e primeiro etnografista nacional, deve ser reputado o chefe do naturalismo crítico do país, o cultor do evolucionismo integral de Spencer, onde a doutrina da evolução, que geralmente se prende a Darwin, estabelece de modo de finitivo a unidade das forças físicas, do pensamento e do mundo exterior, a equipolência gradativa, uniforme, do objetivo e do subjetivo, do *phenomenon* e do *naumenon*.

Para ele o átomo ou átomos, a molécula ou moléculas em que se concentram em nós o pensamento e todas as atividades psíquicas, é ou são diferentes dos demais átomos ou moléculas esparsas pelo cosmos; suas relações são outras, outras sua energia e sua marcha evolucionar,

Cada uma dessas unidades é um foco de ação, de energia individual e nativa.

Regem-se todas em sentido geral pelas leis de mecânica universal; mas têm vida e atividade próprias. Tal é em substância a concepção tecno-mecanicista abraçada e desenvolvida pelo ilustre polígrafo contemporâneo. Ninguém neste país mais credor dos nossos elogios. Ninguém que tenha sido mais benemérito das letras brasileiras, onde raros possuem o seu extraordinário senso de execução sempre perfeito e acabado.

Ocuparam-se deste notável pensador sergipano, entre outros, Clovis Bevilacqua, Phaelante da Câmara, Bruno (Português), Artur Orlando, José Maria Merou Augusto Franco, José Veríssimo, Oliveira Lima, Labieno (Conselheiro Lafaiete), Júlio de Matos, Bernardo Perez, Alcides Munhoz, Artur Guimarães, Clodomiro de Oliveira; Dunsche de Abranches; Samuel de Oliveira, Prado Sampaio, Fran Pacheco, Laudelino Freire, A. Teixeira Duarte e Ozório Duque Estrada.

Foi diretor literário e científico com Tobias Barreto da “Revista de Estudos Livres” de Lisboa.

Começou a escrever, contando apenas 18 anos, quando freqüentava a Faculdade de Direito do Recife, redigindo:

- *A Crença*: periódico literário. Recife, 1870. Com Celso Magalhães. Neste órgão publicou o seu primeiro trabalho em março de 1870 sobre os “Harpejos Poéticos de Santa Helena Magno”.

- *O Tempo*: periódico hebdomadário, literário e noticioso, Rio de Janeiro, 1887.

- *Na Estacada*: panfleto quinzenal. Rio de Janeiro, 1907-1908. Com Lopes Trovão. Publicação nos dias 10 e 25 de cada mês em um fascículo de 10 páginas. Teve pouca duração. Colaborou no “Americano”, “Diário de Pernambuco”, “Movimento”, “Correio Pernambucano”; “Jornal do Recife”; “Escola e Trabalho”, onde deu publicidade (1893) uma série de artigos sob a epígrafe: “O romantismo no Brasil” que mais tarde tiveram forma mais desenvolvida no livro “Literatura brasileira e a crítica moderna”, todos do Recife; “A Época”: revista literária e científica da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro; “O Município”: jornal diário de S. Paulo, 1895 e em muitos outros jornais e revistas. Começou a escrever contando apenas 18 anos, quando freqüentava a faculdade de Direito do Recife.

Escreveu:

- *A poesia contemporânea*. Recife, 1869. Estudo publicado na imprensa periódica.

- *A poesia das “Espumas Flutuantes”*. No “O Americano”: semanário político do Recife. Números de 27 de novembro e 11 de dezembro de 1870. Então assinava-se Sílvia da Silveira Ramos.

- *Direito Marítimo*. Razões justificativas do artigo 482 do Código Comercial: dissertação apresentada à Faculdade de Direito do Recife na defesa de tese para obter o grau de doutor em 1875, cuja publicação foi feita anos depois nos “Novos Estudos de Literatura Contemporânea”.

- *Etnologia Selvagem*. Estudo sobre a memória “Região e raças selvagens do Brasil”, do Dr. Couto de Magalhães. Recife, 1875, 46 págs. in. 8º. Traz em apêndice “O Caráter nacional e as origens do povo brasileiro”.

- *A filosofia no Brasil*: ensaio crítico. – Traz o título geral de “Apontamentos para a História da Literatura Brasileira no Século XIX”. Porto Alegre, 1878. 109 págs. in. 12º. Tipografia de Deutsche Zeitung.

- *Cantos do fim do século* (1869-1873), Rio de Janeiro, 1878, 248 págs. in. 120. Tipografia Fluminense.

- *A Literatura Brasileira*; suas relações com a portuguesa; o neo-realismo. Na “Revista Brasileira”, tomo II. (outubro a dezembro de 1879). Págs. 273 a 292.

- *A prioridade de Pernambuco ao movimento espiritual brasileiro*. Na mesma Revista e no mesmo tomo, págs. 286 a 496.

- *A literatura brasileira e a crítica moderna*: ensaio de generalização. Rio de Janeiro, 1880, 207 págs. in. 8°. Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias. Faz parte dos “Apontamentos para a História da Literatura Brasileira no século XIX”.
- *Da Interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos*: tese para o concurso das cadeiras de filosofia do Imperial Colégio de Pedro I. Rio de Janeiro 1880, 21 págs. in. 8°. Imprensa Industrial.
- *Um poeta do Norte*. Na “Revista Brasileira”, tomo VII (janeiro a março de 1881), págs. 457 a 479. Ocupa-se do Dr. Francisco Altino Corrêa de Araújo.
- Tobias Barreto de Menezes como poeta. Na mesma Revista, tomo VI (abril a junho).
- *A questão do dia*. A emancipação dos escravos. Na Revista Brasileira, de janeiro de 1881, tomo VII, págs. 191 a 203. Este estudo lhe trouxe acrimonioso ataque em conferência que fez o Dr. Vicente de Souza e em folhetim da “Gazeta de Notícias”, escrito por José do Patrocínio, aos quais deu logo as seguintes réplicas:
- *De uma cajadada dois coelhos*: série de artigos. Na “Gazetilha”, de 12 de fevereiro de 1881 em diante.
- *Uma explicação ao público*. Segunda repulsa aos ataques feitos ao meu caráter: série de artigos. No “O Cruzeiro” de março de 1881.
- *Introdução à História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, 1882, 251 págs. in. 8°, seguidas de pequena errata. Tipografia Nacional. Publicada anteriormente na “Revista Brasileira”, tomos VIII, IX e X, ano 3°.
- *O Naturalismo em Literatura*. S. Paulo, 1882.
- Cantos Populares do Brasil, acompanhados de introdução e notas comparativas por Teófilo Braga. Lisboa, 1883. 2 vols. 286-239 págs. in. 12°. Nova Livraria Internacional – Editora. Impresso na Tip. A. J. da Silva Teixeira. Tem segunda edição melhorada, Rio de Janeiro, 1887, XX-378-V págs. in. 12°. Livraria Clássica de Alves & Comp. Impresso na Tip. Confiança.
- *Ensaio de crítica parlamentar*. Rio de Janeiro 1883, 187 págs. in. 8°. Editores Moreira Maximino & Cia. Fazem parte dos “Apontamentos para a História da Literatura Brasileira no Século XIX”. São artigos publicados em 1879 no “Repórter”, do Rio de Janeiro, sob o pseudônimo de *Fenerback* apreciando o valor de alguns dos nossos estadistas e homens políticos. Nas *preliminares* e na *conclusão* faz uma espécie de síntese dos seus trabalhos de crítica parlamentar.
- *Últimos Harpejos*: versos. Porto Alegre, 1883. Este livro está dividido em três partes: I. Poema das Américas; II. Lira Sergipana; III. Páginas Avulsas. Algumas das suas poesias saíram publicadas na “Revista Brasileira”, nomeadamente: Poema das Américas, no tomo IV, “Os palmares” no tomo X e a “Lira Sergipana”.
- *Lucros e perdas*: crônica mensal dos acontecimentos. Rio de Janeiro, 1883. O 1º número caiu em junho, em colaboração com Araripe Junior.
- *Teorias Históricas e escolas literárias*. Na Revista de Estudos Livres, de Lisboa, 1º ano, págs. 201 a 212, e no “O Horizonte”, de Laranjeiras, de 4, 11, 18 e 25 de junho de 1886.
- *Réquiem. Dramor e Carolina von Koseritz*. No “O Guarani”, de Aracaju, de 20 de dezembro de 1888.
- *Oradores sagrados* – poesia religiosa e patriótica. Na Revista de Estudos Livres, de Lisboa, segundo ano, 1884, págs. 38 a 44, 129 a 133, 181 a 185, 235 a 244. Transcritos em 1888 no “O Laranjeirense”.
- *Valentim de Magalhães*. Estudo crítico. Rio de Janeiro, 1884.
- *Estudos de literatura contemporânea*: páginas de crítica. Rio de Janeiro, 1885, 291 págs. in. 12°. Tip. Universal de Laemmert & Cia.
- *Contos populares do Brasil*, com um estudo preliminar e notas comparativas por Teófilo Braga. Lisboa, 1885, 235 págs. in. 12°. Nova Livraria Internacional – Editora. Impressos na Tip. de A. J. da Silva Teixeira, Porto. Tem segunda edição consideravelmente

aumentada precedida da denominação geral de “Folclore brasileiro” Rio de Janeiro, 1897, XVIII-199-III págs. in. 12°. Livraria Clássica de Alves & Comp. Tip. “Confiança”.

– *Uma esportezza*. Os Cantos e Contos populares do Brasil e o Sr. Teófilo Braga. Protesto. Rio de Janeiro, 1887, 166 págs. in. 12°. Tip. da Escola – de Serafim José Alves.

– *Sobre o Visconde de S. Leopoldo*. No “O Laranjeirense”, de Laranjeiras, de 22 de maio e 5 e 12 de junho de 1887.

– *Estudos sobre a poesia popular no Brasil* (1879-1880). Rio de Janeiro, 1888, 365 págs. in. 12°. Tip. Laemmert & Cia. Foram publicados antes na “Revista Brasileira”, tomos 1º e 5º e fazem parte das “Contribuições para o estudo do folclore brasileiro”.

– Funções do cérebro por Domingos Guedes Cabral. No “O Laranjeirense”, de Laranjeiras, de 2 e 23 de setembro de 1888.

– *Etnografia brasileira*: estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Teófilo Braga e Ladislau Neto. Rio de Janeiro, 1888, 159 págs. in. 8°. Livraria clássica de Alves & Cia. Tip. de G. Leuzinger & Filhos. É o IV volume da série “Apontamentos para a História da Literatura Brasileira no século XIX”.

– *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, 1888, 2 vols. com 1486 págs. de numeração seguida, in. 8º gr. Tem segunda edição de 1902-1903. Paris. Editor H. Garnier. – É sua obra prima, o fruto mais precioso do seu talento. Dela disse Laudelino Freire no seu livro “Próceres da crítica”, ser no gênero a mais importante obra nacional. Confirmando este juízo sustenta Gilberto Amado ser ela a maior contribuição que ainda tivemos para compreensão do problema brasileiro em toda a sua complexidade. Foi o mais entusiasta admirador de Tobias Barreto, cujos talentos nunca cessou de apregoar em todos os tons.

– *A Filosofia e o ensino secundário*. Rio de Janeiro, 1889, 25 págs. Transcrito no “O Estado de Sergipe” de Aracaju a começar de 21 de junho de 1899.

– *As três formas principais da organização republicana*. Laranjeiras, 1889, 26 págs. Tip. do “O Republicano”.

– *Movimento espiritual do Brasil no ano de 1888*. (Retrospecto literário e científico). No “O Republicano”, de Laranjeiras de 24 de fevereiro de 1889. Não prosseguiu.

– Aos eleitores do 1º distrito da província de Sergipe. No mesmo jornal de 28 de julho do mesmo ano. Saiu depois em opúsculo.

– *A Liga antibancária ou o imperialismo econômico*. No “Diário de Notícias”, do Rio de Janeiro, de 31 de janeiro, 1, 2, 4, 5 e 11 de fevereiro de 1890.

– *Ensino cívico*. A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis, com um prefácio e um vocabulário de João Ribeiro. Rio de Janeiro, 1890, in. 8º. Tem mais quatro edições, sendo a última de 1897. Rio de Janeiro, 125 págs. in. 8º.

– *Provocações e debates*: artigos políticos. No “Diário de Notícias” do Rio de Janeiro de 1890-1891.

– *Excerto da História da Literatura Brasileira*, relativo à imigração e ao futuro da raça portuguesa no Brasil. Rio de Janeiro, 1891, in. 12º.

– *Luiz Murat*: estudo. Rio de Janeiro, 1891, 57 págs. in. 18 gr. Tip. de G. Leuzinger & Filhos.

– *Política de Sergipe*. *Ad. perpetuam rei memoriam* Sr. Coronel Vicente Ribeiro. No “Estado de Sergipe” de Aracaju, de 23 de julho de 1891.

– *Parlamentarismo e presidencialismo na República Brasileira*. (Cartas ao Conselheiro Rui Barbosa). Rio de Janeiro, 1893, 152 págs. in. 12º. Companhia Impressora.

– *Doutrina contra doutrina*. O evolucionismo e o positivismo no Brasil. Rio de Janeiro, 1894. É uma grande parte de artigos publicados no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, em 1892 com o mesmo título. Saiu segunda edição. Rio de Janeiro, 1895, VIII-291 págs. in. 12º.

– *Ensaio de filosofia do direito*. Rio de Janeiro, 1895, 307 págs. in. 12º. Cunha & Irmãos, Editores. Companhia Impressora. Fez este livro um apêndice por Gumerindo

Bessa em que se estuda o que é direito, conforme as diversas escolas filosóficas. Tem 2ª edição inteiramente refundida e posta de acordo com o programa da Faculdade. Rio de Janeiro, 1908, 317 págs. in. 12º.

– *A verdade sobre o caso de Sergipe*. (Com uma introdução por Martinho Garcez). Rio de Janeiro, 1895, 97 págs. in. 8º. Casa Monte Alverne.

– *O Vampiro do Vasa-Barris* (Intermezzo jornalístico em resposta ao vigário Olímpio Campos). Complemento ao opúsculo *A Verdade sobre o caso de Sergipe*. Rio de Janeiro, 1895, 57 págs. in. 8º. Companhia Impressora.

– *Machado de Assis*. Estudo comparativo de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, 1897, 347 págs. in. 12º. Laemmert & Cia. Editores. Impresso pela Companhia Tipográfica do Brasil.

– *Novos estudos de literatura contemporânea*. Paris, 1898, 305 págs. in. 8º peq.

– *Parnaso Sergipano*. Aracaju, 1899-1904. 2 vols. com 472 págs. de numeração seguida. in. 8º. Tip. do “O Estado de Sergipe”.

– *A Literatura. 1500-1900*: memória publicada no “Livro do Centenário”, 1º vol., em comemoração ao 4º Centenário do descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro, 1900, 125 págs. in. 8º gr. Imprensa Nacional.

– *Martins Pena*. Ensaio crítico com um estudo de Artur Orlando sobre o autor da “História da Literatura Brasileira”. Porto, 1901, 193 págs. in. 12º. Livraria Chardron. Imprensa Moderna do Porto.

– *Ensaio de sociologia e literatura*. Rio de Janeiro, 1901, 295 págs. in. 12º. H. Garnier, Livreiro editor. Impresso na Tip. H. Garnier de Paris.

– *Críticas e discussões*: série de artigos. Na “Gazeta de Notícias”, do Rio de Janeiro a começar de 12 de junho de 1901.

– *O elemento português na colonização do Brasil*: conferência feita no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro a 20 de maio de 1902 e publicada no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, de 14 de agosto seguinte. Editado depois em opúsculo com o título simplificado de “O Elemento Português no Brasil” pela “Mala da Europa”. Lisboa, 1902, 62 págs. in. 12º. Tip. da Companhia Nacional Editora.

– *Discurso* pronunciado na sessão solene realizada no “Parque Fluminense” a 25 de agosto de 1903 em comemoração ao centenário do Duque de Caxias. Foi publicado em resumo no “Jornal do Comércio”, de 27 e 28 do mesmo mês. Posteriormente foi publicado no opúsculo sob o título *Integridade do Brasil*. Rio de Janeiro, 1904. Ed. Laemmert.

– *Pinheiro Chagas*: conferência realizada no Teatro Recreio Dramático do Rio de Janeiro, a 5 de setembro de 1904. Lisboa, 1904. 19 págs. in. 8º pq. Tip. da “A Editora”. O produto desta edição foi generosamente cedido pelo autor a favor do projetado monumento à memória de Pinheiro Chagas.

– *Passe recibo*: opúsculo prefaciado pelo conhecido escritor mineiro Augusto Franco. Belo Horizonte, 1904. É uma réplica dirigida a Teófilo Braga.

– *O Duque de Caxias e a integridade do Brasil*. Rio de Janeiro, 1904.

– *Discursos*. Porto, 1904, 316 págs. in. 8º pq. Livraria Chardron de Lelo & Irmão.

– *Outros estudos de literatura contemporânea*. Lisboa, 1905, 235 págs. in. 12º. Tip. da “A Editora”.

– *Evolução do lirismo brasileiro*. Recife, 1905, 201 págs. in. 12º. Tip. de J. E. Edelbrock, antiga casa Laemmert.

– *Evolução da literatura brasileira*. (Vista sintética). Com uma biografia do autor por Dunshee de Abranches. Campanha, 1905, 150 págs. in. 16º. Tip. de “A Campanha”;

– *O meio físico brasileiro como fator social*. (Vista de conjunto) No “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro de 20 de setembro de 1906.

– *Compêndio de História da Literatura Brasileira*. De colaboração com João Ribeiro. Rio de Janeiro, 1906. LXX-495-VIII págs. in. 8º peq. Tip. da Livraria “Francisco Alves. É

uma condensação de anteriores trabalhos acerca das letras nacionais, como declaram os próprios autores no princípio da obra, na qual fazem uma resenha do nosso desenvolvimento literário desde o século XVI, e a crítica das produções dos principais vultos da literatura brasileira.

– *O alemanismo no sul do Brasil, seus perigos e meios de os combater*. Rio de Janeiro, 1906, 72 págs. in. 12º. Tip. Heitor Ribeiro & Cia.

– *Discurso* proferido a 18 de dezembro de 1906 na recepção solene do acadêmico Euclides da Cunha, eleito membro da Academia Brasileira de Letras na vaga do Dr. Valentim de Magalhães. No “Jornal do Comércio” e no “Correio da Manhã” do dia seguinte. Saiu depois em folheto. Porto, 1907, 51 págs. in. 8º. Oficinas do Comércio do Porto.

– O Brasil social. Na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, tomo LXIX, de 1906, págs. 105 a 179. São os primeiros capítulos dessa obra.

– *A pátria portuguesa. O território e a raça*. Apreciação do livro de igual título de Teófilo Braga. Lisboa, 1907, 520 págs. Livraria Clássica Editora.

– *América Latina*. Análise do livro de igual título do Sr. Manoel Bonfim. Porto, 1907, 361 págs. Livraria Chardron.

– *Através da vida*. Vesta por D. Amélia Bevilacqua. No “Jornal do Comércio”, de 20 de outubro de 1908.

– *Zeveirissimações inetas da crítica*. (Repulsas e desabafos) 1ª série. Porto, 1909, 183 págs. in. 12º. Oficinas do Comércio do Porto.

– *Da crítica e sua exata definição*. Segunda edição melhorada. Rio de Janeiro, 1909, 34 págs. in. 8º. Imprensa Nacional. Saiu primeiramente na “Revista Americana”, do Rio de Janeiro, tomo I, 1909, págs. 131 a 160. Este trabalho foi dedicado à memória do Augusto Franco.

– *Evolução da Literatura Brasileira*. Na Revista Americana, do Rio de Janeiro, tomo I, 1910, págs. 5 a 36.

– Quadro sintético da Evolução dos gêneros na Literatura Brasileira. Porto, 1911, 80 págs. in. 12º. Livraria Chardron de Lelo & Irmão, editores. Edição portuguesa com o retrato do autor.

– *Da natureza dos cargos públicos nas democracias modernas*. No “Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro, de 9, 15 e 26 de dezembro de 1911.

– *Estudos sociais*. O Brasil na primeira década do século XX, formando um só volume com os “Problemas brasileiros de: Artur Guimarães. Lisboa, 1911, págs. 1 a 132 in. 8º peq. Edição da Mala da Europa. Tip. da “A Editora”. Tem segunda edição. Lisboa, 1912, 421 págs. in. 12º. Tip. da “Editora Limitada”.

– *O que o Brasil tem o direito de esperar do Exército*. No “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, de 28 de dezembro de 1911.

– *Paris analisado por um brasileiro*: estudo crítico sobre o livro “Paris” de Nestor Victor. No mesmo jornal de 16 de janeiro de 1912.

– *A bancarrota do regime federativo no Brasil*. 1912.

– *A Geografia da politicagem*. (O Norte e Sul do Brasil), 1912, 14 págs. in. 8º. Pq.

– *O castilhismo no Rio Grande do Sul*. 1912.

– *A luta entre Paraná e Santa Catarina*. (A verdadeira solução) Na “A Época” do Rio de Janeiro, transcrito no “Diário da Manhã”, de Aracaju, de 22 de novembro de 1912.

– *O Brasil social*. Na “Revista Americana” do Rio de Janeiro, tomo I, segunda fase, 1912, págs. 1 a 7, 94 a 98, 244 a 252, tomo I, págs. 345 a 351, 524 a 543, tomo IV, 1913, págs. 1 a 9.

– *Parecer acerca dos livros de Eça de Queiroz*, por Miguel de Melo e “Janelas Abertas” por Afonso Schmidt, em virtude de incumbência da Academia Brasileira, de Letras. No “Almanaque Brasileiro Garnier” para o ano de 1914, págs. 257 a 266.

– *Minhas contradições*: livro de polêmica com um Prefácio de Almachio Diniz. Bahia, 1914, 204 págs. in. 12°. Livraria Catilina de Romualdo dos Santos Livreiro Editor.

– *A união do Paraná e Santa Catarina*. O Estado do Iguaçu; extratos de uma série de artigos publicados no jornal “A Época”, da Capital Federal em novembro de 1912. Prefácio de Artur Guimarães. Editado para distribuição gratuita. Niterói, 1916, 45 págs. in. 8°. Escola Tipográfica Salesiana.

Com a publicação dos “Cantos do fim do século”, lançou as bases da poesia criticista. Desferiu no entanto notas de um lirismo forte e sadio. E, para comprová-lo, vão aqui os seus graciosos

“AMORES INFANTIS”

Entre os mimos que a vida desfolha
Da ventura que a luta descai,
Há suspiros saudosos que ficam
D’um perfume que nunca se esvai.

Como um resto de céu desnublado
Em que o riso perene flutua,
Fica n’alma um recanto estrelado
Que a inocência infantil perpetua.

São os sonhos mimosos abertos
Como se abrem nos campos as flores,
Com os mesmos orvalhos celestes
Que entesouram na rosa os olores.

Lá bem longe no seio profundo
De lembranças já meio apagadas,
Ha centelhas que brilham constantes
Entre as cinzas no peito guardadas.

Muitas vezes é a luz d’alguns olhos
Que num dia ditoso se viu
Que deixaram-nos n’alma um reflexo
Que ao depois nunca mais se extinguiu.

Mas em troca do brilho que fica
Vai-se um pouco de cismas voando
Em procura do céu... desses olhos...
Da ventura... que foge... até quando?...

Até quando?! ... Até nunca... Esta vida
Uma infância, uma só dá pra flor;
Não repete a pureza das almas,
Não repete a pureza do amor...

(Vide “Parnaso Sergipano” – *Morte* – 18 de julho de 1914).

Sinfrônio Cardoso – Filho do advogado Joaquim Mauricio Cardoso e D. Joanna Batista de Azevedo Cardoso, nasceu a 19 de outubro de 1850 na cidade da Estância. Fez o

curso completo de humanidades. É de Teologia no Seminário de Angers (França) departamento Maine e Loire. Foi professor público interino em S. João Nepomuceno (Minas) por nomeação do Presidente da então província, professor suplementar da cadeira de Francês no Internato do Ginásio Nacional e Professor do Grupo Escolar. Em Caratinga (Minas) foi Diretor do “Grupo Escolar” por nomeação feita a 28 de agosto de 1918. Tem colaborado nos jornais: *Sorriso*, 1880; *Combate*, 1889; *Progresso suburbano*, 1902; *Estado de Sergipe*, 1894 e *Raio*, 1902. Pertenceu à Sociedade Chapôt Prevôst.

Escreveu:

- *Noites do Seminário* (prosa). Bahia, 1871.
- *Indianas* (poesias). Rio de Janeiro, 1879, editor, Serafim Alves.
- *Louros Esparsos* (poesias). Rio, 1901, in. 16°. Tip. da União Portuguesa.
- *A Descoberta do Brasil*: 1º canto de um poema. Poesias soltas lidas pelo Sr. Barão de Paranapiacaba, 5 volumes de poesias de 200 páginas cada um. 1 volume em francês.
- *Carlos e Alice*: poemeto lírico. Rio, 1904, 30 págs. in. 12°. Tip. Lit. L. Malafaia Júnior.
- *Traços biográficos do pianista brasileiro Frederico Malho*. Rio de Janeiro, 1906. De colaboração com Gustavo Reis e Coronel Hilário de Andrade.
- *Elegias*: versos. S. João Nepomuceno – Minas, 1910. Tip. da Voz do Povo.

— T —

Terêncio Manoel de Carvalho – Filho de Manoel Luiz de Carvalho e D. Alexandrina da Fonseca Carvalho, nasceu no engenho Pagão, outrora termo de Santa Luzia e hoje da Estância, a 8 de setembro de 1857 e faleceu a 7 de janeiro de 1909. Com o professor Pedro José Gonçalves aprendeu primeiras letras em Santa Luzia e os rudimentos de francês. Aos 15 anos de idade fez-se vendedor ambulante de fazendas no Boquim, depois de ter tentado inutilmente empregar-se no comércio da Bahia.

Com o deficiente preparo que recebeu e o que aprendeu consigo mesmo, entrou para a carreira do magistério particular, interrompida depois pela vida de pequeno negociante no Boquim, em que se ocupou durante mais de um ano. De novo voltou às funções do ensino, abrindo um colégio, que dirigiu até ser nomeado funcionário da Intendência do Riachão, onde esteve 2 anos e meio.

Em 1894 foi provido professor da cadeira do ensino primário do povoado S. Paulo, removido para a vila do Arauá, em 1904, desta para a do Boquim e transferido ainda para a cidade da Estância em 1908.

Escreveu:

- *Filhos d’alma*: poesias. Inédito. Dele foram publicadas algumas no “O Estado de Sergipe” sob as epígrafes *Sonhei*, no nº de 29 de agosto de 1908. *Quero-te assim* no de 15 de janeiro de 1909.

Terêncio de Oliveira Sampaio – Filho do Dr. Rufino de Oliveira Sampaio, nasceu no engenho Santa Ana, município de Laranjeiras, em 14 de julho de 1850.

Cursou no Rio de Janeiro o colégio “Pedro II”, matriculando-se em 1886 na “Escola Central”, que deixou no 4º ano.

Exerceu diversas funções públicas, provinciais e estaduais, como administrador da Recebedoria, Inspetor do Tesouro e Secretário Geral, cargo em que se aposentou com 25 anos de serviço público. Colaborou com o presidente Oliveira Belo no regulamento do Montepio dos empregados provinciais e nas principais reformas por que passou essa instituição, a última das quais, radical, em 1915. A nova forma que deu ao Montepio, obrigou-o a publicar no “Diário da Manhã” primeira e segunda série de artigos em que justificou a conveniência das alterações que fez no regulamento anterior. Foi colaborador constante da “Gazeta de

Aracaju”, da “Folha”, e principalmente do “Diário da Manhã”, onde muito escreveu sobre finanças, especialidade a que se dedicou. Por comissão do Governo, organizou os regulamentos da administração pública, sendo colaborador certo das Mensagens de diversos presidentes. Em 1905 incorporou o primeiro Banco em Sergipe e foi seu diretor até setembro de 1923.

Em 1924, constituído o Banco Mercantil Sergipense, foi convidado para seu diretor-gerente, função que ainda exerce (1924). Como Coronel, chefe do Estado Maior do Comando Superior da Guarda Nacional de Sergipe, exerceu por muitos anos, interinamente, as funções de comandante superior, reformando-se em abril de 1910.

Escreveu:

Montepio: série de artigos no “Diário da Manhã”, Aracaju, de 4 a 11 de setembro de 1915.

– *Montepio*. Réplica. Idem, de 16 a 21 do referido mês.

► *Data de morte: 28 de Setembro de 1938, em Aracaju (SE).*

Tertuliano Antonio Pereira Barreto, Capitão – Filho do major Odorico Antonio Pereira Barreto e D. Maria Petronila Barreto, nasceu a 27 de abril de 1872 na Estância e faleceu a 7 de abril de 1909 na cidade do Rio Grande, no Estado do Sul do mesmo nome. Capitão de artilharia do Exército com o curso geral das três armas, verificou praça a 9 de abril de 1889, sendo nomeado 2º tenente em 5 de novembro de 1894, promovido a 1º em 2 de setembro de 1903.

Feita em 190... a reorganização do Exército pelo então Ministro da Guerra, Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, coube-lhe em promoção a patente em que pouco depois veio a falecer.

Militar inteligente e de auspicioso futuro,

Escreveu:

– *Novas teorias das quantidades negativas*: série de artigos. Nos “Os Anais”, semanário de literatura, arte, ciência e indústria. Rio de Janeiro, Ano I, págs. 13 a 16 do primeiro número e nos ns. seguintes até o nº 13; págs. 13 a 16, Ano II, 1905.

– *Instrução Moral* (Livro do Soldado). Rio Grande, 1907, 1908 págs., in. 12º. Pintos & C. Editores. Obra de grande proveito para a educação militar do soldado e que teve geral aceitação nas fileiras do Exército nacional.

Teodoreto Arcanjo do Nascimento, Doutor – Filho de Miguel Arcanjo do Nascimento e D. Josefa Maria do Nascimento, nasceu na cidade do Lagarto a 18 de setembro de 1886. Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo o grau a 18 de dezembro de 1886. Domiciliado em Riachuelo, ali serviu em comissão por ocasião da epidemia de febres em 1887; fez parte de uma sociedade em Laranjeiras de conferências públicas sobre assuntos sociais de instrução e política de que eram membros Fausto Cardoso, Felisbello Freire, Josino Meneses, Baltazar Góes e outros, em favor da propaganda republicana de Sergipe, e exerceu até 1888 o cargo de Delegado de Higiene daquela cidade. Transportando-se para o Estado de S. Paulo, foi em 1889 nomeado para combater a epidemia da febre amarela em Limeira; extinta esta, voltou para a Capital onde matriculou-se em Direito, fazendo o seu primeiro ano em 1890. Ali exerceu a clínica, foi delegado de higiene e médico adjunto do Exército. Nesse mesmo ano apresentou ao Governo Provisório uma representação contra o exercício ilegal da medicina, assinada por cerca de 200 médicos, apoiada pela Academia Nacional de Medicina, cujo Presidente, Dr. Moura Brasil, acompanhou o portador da representação até a presença do Ministro Dr. Cesário Alvim. As sociedades de Medicina e Cirurgia de S. Paulo e Rio foram também solidárias e assinaram a representação. Em 1891 foi nomeado delegado de higiene na capital de S. Paulo e mandado em comissão chefiada pelo Dr. Domingos Freire para a Europa, (Berlim) a fim de estudar o

tratamento da tuberculose de Kock e em 1892, foi chefe de clínica nas epidemias de febre amarela em Mogi-Mirim (S. Paulo) e em 1897 foi nomeado pelo Presidente de Sergipe, Dr. Martinho Garcez, para estudar no Ceará a cultura da maniçoba. Voltando a Sergipe, foi nomeado pelo Presidente, Dr. Josino Meneses, Diretor de Higiene, conservando-se neste lugar até 1901, quando foi escolhido pela 2ª conferência Açucareira do Recife para estudar no Egito, Índia, Java e Ceilão os processos de cultura da cana de açúcar, volvendo ao Brasil em janeiro de 1905 de sua viagem ao Oriente. Foi nomeado, em 1907, médico profilático do Xerém e em 1908 representante do Estado de Sergipe no 6º Congresso Médico de São Paulo e membro da grande comissão exposição nacional.

Foi lente interino de Zootecnia geral da Escola Superior de Agricultura por nomeação de março de 1917 e 1º Presidente e organizador da Sociedade Sergipana de Agricultura e Inspetor Sanitário interino da Capital Federal em 1920. Foi redator e fundador da *Revista Agrícola*, periódico quinzenal, órgão da Sociedade Sergipana de Agricultura. Aracaju, 1905-1906. O 1º número saiu no dia 17 de janeiro daquele ano: é um fascículo de 8 págs. de 2 colunas e mede 0,26 x 0,15. Até 1907 conservou o mesmo formato. Delegado pelo Estado de Sergipe, da Comissão Executiva do 6º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia realizado na Capital de S. Paulo em setembro de 1907, por nomeação do Congresso.

Escreveu:

- *Alcoolismo e embriaguez*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras de medicina legal. Teses apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia para serem sustentadas a fim de obter o grau de doutor. Bahia, 1886, 49 págs. in. 8º. Tip. de H. O. da França Guerra.

- *O Hipnotismo científico*: série de artigos na “Província de S. Paulo” de 1890.

- *O Comberlandismo e o Sr. Pedro Colasso*: no mesmo jornal e ano.

- *Série de artigos* de polêmica a propósito do exercício ilegal da Medicina. No “Diário de Notícias” do Rio de 21 de fevereiro; 8 a 17 de março de 1890.

- *Cultura da Maniçoba*. Histórico, plantio, preparo da borracha, importância comercial do produto e valor da cultura em paralelo com as do café, algodão e açúcar pelo... Rio de Janeiro, 1899, 53 págs. in. 12º.

- *Peste Indiana*: série de artigos publicados no “O Estado de Sergipe”, de 12, 13, 20, 23 e 25 de setembro de 1903.

Os três últimos artigos trazem a epígrafe *Peste bubônica*.

- *Em viagem*. De Aracaju a Paris. No “O Estado de Sergipe”, de 17 de agosto de 1905 e 18 do mesmo mês.

- *Viagem dos Antípodas*. A Cidade de Porto-Said – O Canal de Suez – No “O Estado de Sergipe” de 2 de setembro do mesmo ano.

- *No Oriente*. De Djibouti ao Ceilão. No “O Estado de Sergipe”, de 29 e 30 de setembro e 1º de outubro seguinte.

- *Relatório* apresentado à Sociedade Sergipana de Agricultura por seu Presidente... na sessão de 1º de janeiro de 1905. Na “Revista Agrícola” de 15 do referido mês.

- *A propósito da lei sobre o povoamento do Solo*. No “Jornal do Comércio” de 19 de maio de 1907.

- *Um busto de Pasteur*. No “O País” de 17 de junho de 1907.

- *Reminiscências do Oriente*. Na “Gazetilha do Jornal do Comércio” de 25 de junho de 1907.

- *Uma idéia sobre a próxima exposição brasileira*. No “O País”, de 9 de agosto de 1907.

- *Coisas da Índia*: dois interessantes artigos com gravuras. No “Cosmos” de julho a outubro de 1907.

- *Campanha Antimalária*: comunicação feita no 6º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, realizada na Capital de S. Paulo em setembro de 1907, a propósito do serviço de

medicina e profilaxia, estabelecido contra o impaludismo pelo Médico da 3ª Divisão de Obras Públicas da Capital Federal em toda a zona do Xerém e Mantiqueira, por ocasião dos trabalhos de catação desse e outros rios para o abastecimento d'água à cidade do Rio de Janeiro. S. Paulo, 1907, 13 págs. in. 8º. Tip. Progresso. Este trabalho de suma importância sob o ponto de vista social e economia de higiene foi aprovado em todas as suas conclusões em sessão plena do Congresso.

– *A Lavoura no Oriente e no Brasil*: memória apresentada ao 2º Congresso Nacional de Agricultura, reunido no Palácio Monroe, no Rio de Janeiro. No “Jornal do Comércio” de 25 de agosto de 1908. Transcrito na “Revista Agrícola” de Aracaju, de 1º de outubro a 1º de novembro de 1908. Publicado depois em folheto de 23 págs. in. 8º, na Tip. do “Jornal do Comércio”, do Rio. 1908.

– *A propósito da profilaxia rural*. No “Sergipe Jornal” de 23 de outubro de 1923.

► *Data de morte*: 07 de Junho de 1948.

Teotônio Felix da Costa, Professor – Filho de Felix José da Costa e D. Delfina da Conceição Costa, nasceu a 16 de janeiro de 1847 em Propriá e faleceu na Vila de Aquidabã, outrora denominada Cemitério, a 29 de janeiro de 1896.

Foi aluno da Escola Normal de Aracaju mas não chegou a tirar o curso completo.

Como professor de ensino elementar, exerceu o magistério público em N. S. das Dores, Pacatuba, Curral de Pedras, hoje Gararu, e Aquidabã, desde 1867, tendo sido jubilado a 16 de fevereiro de 1894. Sobre este autor encontra-se uma notícia no 2º vol. da Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, págs. 153 a 155, escrita por seu sobrinho Costa Filho (Luiz José da).

Em 1872 publicou algumas poesias na “Crônica Religiosa” da Bahia.

Escreveu:

– *Amor, Capricho, Conseqüências*: drama em 3 atos: Aracaju, 1878. Tipografia do “O Maio”.

– *Discurso* pronunciado por ocasião do passamento do tenente coronel João Nepomuceno de Araújo, em Curral de Pedras. No “O Conservador”, Aracaju 23 de setembro de 1882.

– *Discurso* proferido no dia 24 de outubro na cidade de Propriá, por ocasião de festejar-se o aniversário da Independência da Província. Na “Gazeta do Aracaju”, de 26 de janeiro de 1884.

– *Discurso* proferido perante a Câmara Municipal de Aquidabã, em uma sessão extraordinária que a mesma Câmara celebrou no dia 28 do p.p. mês de novembro, para dar um testemunho de sua adesão e lealdade à causa da República. Na “União Republicana”, Propriá, de 6 de dezembro de 1889.

Teotônio Ribeiro da Silva – Filho de Antonio Ribeiro da Silva e D. Maria do Carmo Ribeiro, nasceu em Propriá a 18 de fevereiro de 1816 e faleceu em Penedo, Alagoas, a 26 de janeiro de 1878.

Atendendo as condições de pobreza do seus pais incumbiu-se seu padrinho, o vigário de Propriá, Padre Antonio José da Silva Capela, de dar-lhe alguma educação, mandando-o estudar na Bahia, onde fez o curso de preparatórios no colégio do Padre Vicente Maria da Silva. Iniciando os estudos do Seminário, viu-se forçado a abandoná-los por morte de seu progenitor para substituí-lo na direção da família.

Em 1836 ensaiou-se na advocacia em Propriá sob as vistas de seu protetor e padrinho, Padre Capela, que era também advogado, e que por causa da célebre questão do “troco do cobre” fora assassinado a 30 de janeiro de 1838 no momento em que se atirava ao rio S. Francisco, fugindo à agressão dos seus inimigos. Acabrunhado por esse triste acontecimento

de em risco de ser igualmente sacrificado, refugiou-se por alguns meses em Penedo, fixando-se depois em Traipu com escritório de advocacia.

Em 1860 foi provisionado pela Relação do Recife, e em 1862 transportou-se com toda a família para a cidade do Penedo, onde firmou os créditos de advogado inteligente e reputado homem de letras.

Político de real influência, foi eleito deputado provincial por Alagoas nos períodos legislativos de 1842-1843, 1848-1849 e sucessivamente até 1864 e nos de 1870 a 1875, figurando quase sempre como 1º ou 2º secretário e vice-presidente da Assembléia.

Exerceu no Traipu os cargos de delegado de polícia, camarista, juiz de paz e juiz municipal suplente, e por alguns anos em Penedo o de administrador do Consulado Penedense.

Por demais conhecido nas duas margens ribeirinhas do Baixo S. Francisco, gozou sempre a fama de advogado hábil e sisudo, cujos pareceres eram geralmente aceitos e acatados.

Coronel, comandante superior da Guarda Nacional, agraciado em 1854 pelo governo imperial com o grau de Cavaleiro da Ordem da Rosa e posteriormente com o oficialato da mesma Ordem, foi presidente da Associação Católica de Penedo e Membro do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano.

Foram inúmeros os seus trabalhos forenses hoje esquecidos nos arquivos dos cartórios e abundante a colaboração prestada a diversos órgãos da imprensa alagoana, entre os quais se destaca o “Diário de Alagoas”, em que escreveu séries de artigos sobre pontos importantes de direito e sobre outros assuntos interessantes.

Foi um dos redatores do *O Penedense*, publicação mensal. Penedo 1869. Em substituição a este periódico fundou e redigiu:

— *Jornal de Penedo*: órgão dos interesses do Rio S. Francisco e especialmente do 5º distrito das Alagoas. Penedo. 1870.

Thomaz de Carvalho Borges, Doutor — Filho do Doutor João de Carvalho Borges e D. Leopoldina dos Santos Borges, nasceu em Laranjeiras a 2 de novembro de 1851 e faleceu no município do Rio Novo, em Minas, a 30 de setembro de 1891. Aos doze anos de idade seguiu para o Rio de Janeiro em companhia do seu irmão, o Engenheiro João de Carvalho Borges, que se encarregou de sua educação literária e científica.

Como interno do colégio Vitória, fez todo o curso de humanidades, obtendo sempre as melhores aprovações como igualmente as obteve na Faculdade de Medicina, na qual foi laureado doutor a 3 de setembro de 1878. De posse do título acadêmico exerceu a medicina na Conservatoria, no Estado do Rio de Janeiro, transferindo-se depois para o Piau, município do Rio Novo, onde fixou residência até falecer. Conjuntamente com a clínica desempenhou diversas comissões médicas, por designação do governo estadual, sendo a última em Cataguazes, por ocasião da forte epidemia que ali grassou e onde contraiu a moléstia que o vitimou.

Entre os muitos benefícios de que deixou memória no Piau destaca-se a atual igreja matriz, construída por meio de subscrição por ele agenciada e cujas obras dirigiu pessoalmente com a perícia de um engenheiro. O largo círculo de amigos prestigiosos e as dedicações pessoais feitas em toda a zona de sua atividade profissional proporcionaram-lhe as melhores ensanchas para envolver-se na política mineira, em cujo seio adquiriu facilmente tão decisiva influência, que, a não ter falecido logo, seria candidato nas primeiras eleições ao lugar de deputado ao Congresso do Estado, por indicação do chefe local de S. João Nepomuceno. Médico especialista em obstetrícia, reunia as suas apreciáveis qualidades clínicas as de orador fluente e de distinto músico com uma admirável voz de tenor. Sócio fundador do Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, fez-se ouvir no primeiro que se reuniu nos fins de 1888 no Rio de Janeiro.

Escreveu:

— *Do melhor método de tratamento das feridas acidentais e cirúrgicas*: dissertação. Proposições. Seção de ciências acessórias. Do envenenamento pelos compostos arsênicos. Seção de ciências cirúrgicas. Operações reclamadas pelo estreitamento da uretra. Seção de ciências médicas. Febre amarela. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 7 de agosto de 1877 para ser sustentada a fim de obter o grau de Doutor em Medicina. Rio de Janeiro, 1877, 82 págs. in. 8º. Dias da Silva Júnior. Tipógrafo editor.

Tiburtino Mondim Pestana, Bacharel – Filho do Tenente Coronel Domingos Mondim Pestana e D. Ana da Rocha Leite Mondim, nasceu na cidade da Estância a 19 de dezembro de 1854.

Fez seus estudos primários e secundários na cidade natal e na Bahia, seguindo em 1870 para o Recife onde se empregou no comércio.

Dedicou-se depois ao magistério e à imprensa, lecionando em vários colégios.

Transferindo sua residência para S. Paulo em 1876, foi ali nomeado oficial da Polícia do Porto de Santos.

Nesta cidade fundou um colégio “Ginásio Santista” para ambos os sexos no qual adotou os mais modernos métodos pedagógicos.

Em 1885 foi oficial de Gabinete da Presidência de S. Paulo e em 1886 obteve por concurso o 1º lugar na Secretaria do Governo desse Estado. Bacharelou-se em 1904 na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, agregada à Universidade de Lovania (Bélgica) e é diplomado pela Escola Normal Secundária da mesma cidade.

Por Decreto de 13 de outubro de 1913 foi nomeado oficial de Gabinete do Presidente Rodrigues Alves e exerceu o cargo de 1º Sub-diretor da Secretaria do Interior.

Em S. Paulo fez um curso completo de Filosofia na aula que mantinham os R. R. Pes. Jesuítas. É cavalheiro da Cruz e sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo.

Tem colaborado nos seguintes periódicos: “União”, “Aurora”, “Globo”, “Correio Paulistano”, “Monitor Católico”, 1879, S. Paulo; “Diário Popular”, “Estudante Católico”, revista “Sta. Cruz” e no “Jornal do Povo” de Aracaju. O seu primeiro artigo sobre Instrução pública, escrito da Capital de S. Paulo saiu no número de 15 de setembro de 1916.

Redigiu a “Gazeta de Santos”, “Comércio de Santos”, “Pátria”, “Bom Pastor”, “Boa Semente” (11ª série), “Vida Inócua”, mensário comercial, político, literário e de atualidades, com Antonio Gurgel Salgado. S. Paulo, 1914. Deu apenas 2 números.

Além dos artigos insertos nos referidos jornais em alguns do Rio de Janeiro e em diversas polianteias, correm impressos os discursos pronunciados no “Congresso Católico” da Bahia em 1900.

Escreveu:

– *Discurso* proferido na sessão de 14 de novembro de 1901 do Primeiro Congresso Católico Diocesano de São Paulo, celebrado de 12 a 18 daquele mês e ano na capital do mesmo Estado. No volume de Atas e Documentos do referido Congresso, págs. 99 a 107.

– *Discurso* preferido a 1º de outubro de 1904 na quarta reunião geral do Segundo Congresso Católico de S. Paulo, celebrado de 28 de setembro a 2 daquele mês e ano na capital do referido Estado. No volume de Atas e Documentos do citado Congresso, págs. 107 a 116.

– *Qual o nosso dever atual*: discursos pronunciado na Assembléia Geral da Confederação das Associações Católicas de Itu, em 5 de novembro de 1905. S. Paulo, 1905, 18 págs. in. 8º pq. A. Campos Editor. Centro de Propaganda Católica.

— Óbices a remover: discurso pronunciado no “Círculo Católico” de Bragança. S. Paulo, 1906, 15 págs. in. 18º. A. Campos Editor. Centro de Propaganda Católica.

– *Remédio único*: discurso proferido na Assembléia Geral extraordinária da “União Sto. Agostinho” de Campinas, em 11 de março de 1906. S. Paulo, 1906, 16 págs. in. 8º pq. Editor: A. Campos. Centro de Propaganda Católica.

– *A questão social*: discurso proferido na sessão de encerramento do 1º Congresso da Confederação das Associações Católicas da Arquidiocese, na noite de 15 de maio de 1914. S. Paulo, 1914, 10 págs. in. 8º pq. Tip. Casa Garraux.

– *A Obra Salesiana*: discurso pronunciado na sessão solene do dia 28 de outubro de 1915 no VI Congresso Internacional dos Cooperadores Salesianos, realizado em S. Paulo. No livro de Discursos pronunciados nas sessões solenes do Congresso pág. III a IX. S. Paulo, 1916, LXV in. 8º. Escolas Profissionais do Liceu Salesiano do S. Coração de Jesus.

– *Synthetic Report of Education in the State of S. Paulo*: trabalho apresentado na sessão de 7 de janeiro de 1916, ao 2º Congresso Científico Pan-Americano. Saiu também uma edição em português. Washington, 1917. 9 págs. in. 8º. Imprensa do Governo.

Tito Antonio da Franca Amaral, Engenheiro Militar – Filho do capitão Bernardino Antonio do Amaral e D. Ana Josefa do Amaral, nasceu na Estância a 25 de janeiro de 1854 e faleceu na Capital Federal a 15 de abril de 1896.

Originário de uma família de distintos militares, como eles abraçou a carreira das armas, verificando praça a 26 de outubro de 1871 com destino a um dos corpos estacionados no Rio de Janeiro, a fim de estudar na Escola Militar.

Admitido como aluno desse estabelecimento de ensino, hoje extinto, fez todo o tirocínio de engenharia militar, que terminou em 1879, tendo alcançado durante o curso escolar os postos de alferes aluno, 2º tenente da arma de artilharia e tenente do corpo de estado maior de 1ª classe.

Em 1882 recebeu a carta de bacharel em matemáticas e ciências físicas, depois de ter sido elevado à patente de capitão do corpo de engenheiros.

Foi o primeiro diretor da Biblioteca Militar, cargo em que se conservou desde 1881 a 1883.

Sob sua direção técnica estiveram as obras militares da Paraíba e Rio Grande do Norte no decurso dos anos subseqüentes até 1888, em que foi nomeado membro da 2ª Seção da Diretoria Geral das Obras Militares da Corte, passando logo depois para a 1ª Seção.

Deste último lugar desligou-se em 1889 para ficar à disposição do ministro do Império, que o fez seguir em comissão para a Cidade de Cataguazes, em Minas. Data de 1891 a sua promoção a major, bem como o decreto que o condecorou com o grau de Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz.

No desempenho dos seus deveres militares foi por mais de uma vez elogiado pelo ministro da guerra e pelo comandante do corpo de engenheiros, salientando-se entre os relevantes serviços dignos dos mais merecidos louvares os prestados à pátria nos dias calamitosos da revolta de 1893.

Prezando em alto grau os seus foros de militar brioso, servia com a maior dedicação ao país no domínio das instituições republicanas, com as quais no entanto não se harmonizavam as suas convicções políticas.

Afeiçoado à família imperial pela antiga e generosa proteção dispensada a muitos dos seus consangüíneos e particularmente devotado à pessoa do Conde d’Eu, a quem devia em grande parte a sua educação científica, dissentiu ostensivamente dos companheiros de classe quanto ao movimento revolucionário de 1889; e logo que foi proclamada a República, entendeu cumprir um dever de lealdade apresentar-se ao chefe da repartição em que funcionava, para declarar que era e continuava a ser monarquista.

Obedecendo desassombradamente ao nobre impulso da própria consciência, deu com esse seu procedimento a prova mais inequívoca de energia e integridade de caráter.

As suas qualidades morais abrangiam ainda uma esfera mais ampla.

Ente os nobres sentimentos que exornavam o seu espírito, sobrelevava a todos os outros o da gratidão, a que sempre votou verdadeiro culto, até na hora extrema da vida, pedindo a pessoa íntima da família que comunicasse ao Conde d'Eu o seu passamento, afirmando-lhe nunca ter esquecido os benefícios que dele houvera recebido. O "Jornal do Comércio" na notícia que deu do seu falecimento assim terminou:

"Deixa trabalhos literários de merecimento principalmente pela beleza moral e brilhante imaginação que os adorna".

Homem de letras, romancista e poeta,

Escreveu:

– *O ciúme*: pequena narrativa. Rio de Janeiro, 1879, 63 págs. in. 8º. Tip. Cosmopolita. Este trabalho foi publicado antes na Revista Mensal da Sociedade Fênix Literária, do Rio de Janeiro, da qual foi colaborador.

– *Discurso* proferido por ocasião da inauguração da biblioteca do Exército na Corte, em presença de S.S. M.M. e A.A. Imperiais pelo respectivo bibliotecário. Na "A Gazetinha", da Estância, de 4 de maio de 1882.

– *A aurora da redenção*: romance publicado em folhetim no Diário da Paraíba, da capital da antiga província do mesmo nome. 1884.

– *Próculo o Itabaiana*, ou a bolsa do resgate: romance. Idem, idem. 1885.

– *O Monge escravo e a natureza*: romance. Idem.

– *Os nautas da redenção*: poema. Idem, 1887. Todos os trabalhos publicados no Diário da Paraíba eram assinados com o pseudônimo de *Piapetinga*.

– *Relatório* apresentado ao Ministro do Império relativamente à comissão que lhe foi confiada, de indicar as obras necessárias à cidade de Cataguazes, a fim de melhorar as suas condições sob o ponto de vista de salubridade pública. Setembro de 1889. Deixou inéditos:

– *A cabana legendária*: romance

– *Meus cantos*: versos.

Folhetim no *Diário da Paraíba*, da capital da antiga província, na capital do Rio Grande do Norte em 1887.

Tito Lívio de Sant'Anna – Filho de João Lucas de Sant'Anna e D. Maria Umbelina de Oliveira Sant'Anna, nasceu no povoado Pedra Mole, município do Campo do Brito a 9 de janeiro de 1900.

Estudou primeiras letras no Aracaju freqüentando os colégios "Maria Auxiliadora" e "Tobias Barreto", fazendo na Bahia na "Ginásio Ipiranga", o curso de preparatórios com professores particulares

Em seguida matriculou-se na Escola de engenharia desse Estado passando-se para a do Rio de Janeiro onde se formou em engenheiro geógrafo e continua o curso de engenharia civil, achando-se (1924) no último ano.

É funcionário da Alfândega na Capital Federal.

colaborou no "Jornal do Povo" de Aracaju, e escreveu:

– *Discurso* proferido a 24 de outubro de 1921 na Capital Federal na sessão solene do Centro Sergipano, comemorativa da gloriosa data de 24 de outubro. No "Jornal do Povo". Aracaju de 12 de novembro do mesmo ano.

– *A filosofia de Moreira Guimarães*. No "Jornal do Povo" de 24 de outubro e 8 de novembro de 1922.

Tobias Barreto de Menezes, Doutor – O maior dos sergipanos pelo talento e pela erudição, nasceu em Campos a 7 de junho de 1839 e faleceu no Recife a 26 de junho de 1889, pronunciando ao expirar estas palavras: "Tudo tem sua lógica, até a morte!". Filho do antigo escrivão de órfãos daquela vila, hoje próspera cidade do Sul do Estado, Pedro Barreto de

Menezes e D. Emerenciana Barreto de Menezes, passou a infância no seio da família, de quem recebeu os úteis conselhos e as primeiras lições de educação doméstica.

Terminados em 1850 os estudos primários, seguiu para a Estância, onde cursou até 1852 a aula de latim regida pelo Padre Domingos Quirino de Souza. depois bispo de Goiás, freqüentando simultaneamente a aula de música do maestro Marcelo de Santa Fé; e de 1853 a 1854 continuou a estudar latinidade no Lagarto com o Padre José Alves Pitangueira, provecto jornalista e advogado de nota. (Vide este nome).

Para ocorrer às necessidades materiais da vida, pobre como era, abriu nessa vila uma escola de ensino primário e em 1858 entrou em concurso para o preenchimento da cadeira de latim de Itabaiana, que lecionou de 1857 a 1860.

No correr desse último ano seguiu para a Bahia, onde teve por mestre o conhecido filósofo, Frei Antonio da Virgem Maria Itaparica, matriculando-se em seguida no Seminário arquiepiscopal, do qual foi despedido decorridos poucos meses, por ter cometido um ato de transgressão disciplinar, cantando alta noite, ao som do seu violão, as estrofes sentidas de uma canção predileta nas serenatas sergipanas.

Depois de ter passado por sérias dificuldades econômicas, voltou a Campos, onde permaneceu até ao fim do ano de 1862, quando partiu para a cidade do Recife, destinada a ser de futuro o teatro dos seus triunfos científicos.

Dentro do ano de 1863 repetiu os preparatórios exigidos para a matrícula no curso de direito, prestou-os com proficiência, iniciando o tirocínio, acadêmico em 1864, que terminou em 1869, visto ter perdido o terceiro ano por excesso de faltas.

Quando estudante da Faculdade, entrou em dois concursos de latim e um de filosofia no colégio das Artes e Ginásio Pernambucano, não conseguindo ser provido em nenhuma das cadeiras, apesar das brilhantes provas e da vantajosa colocação do seu nome em primeiro lugar na lista dos concorrentes.

Obtida a carta de bacharel continuou a residir por alguns anos no Recife, abrindo um colégio no qual regeu as cadeiras de francês, latim, retórica, filosofia e matemáticas elementares.

Em 1872 deixou aquela capital com destino a Escada, cidade central de Pernambuco, na qual teve residência por espaço de quase dez anos.

De 1874 a 1880 dedicou-se especialmente ao jornalismo, tendo publicado nos periódicos que ali fundou artigos magistrais, mais tarde reproduzidos nos “Estudos Alemães” sob o título *Delitos por omissão*.

Foi deputado provincial na legislatura de 1879-1880 e em 1882 fez sensacional concurso na Faculdade de Direito para preenchimento de uma cadeira vaga, cuja nomeação deveu ao espírito reto do Imperador Pedro II, a despeito da oposição do ministro do Império. Ao assumir o exercício do cargo de lente, recebeu o grau de doutor em virtude de disposição legal.

Como substituto prelecionou as cadeiras de filosofia do direito e economia política, passando em 1887 a lente efetivo da primeira cadeira do quinto ano.

Com o seu ingresso para o corpo docente da Faculdade operou-se uma radical transformação no ensino da filosofia do direito.

As velhas doutrinas até então professadas ruíram por terra ante a palavra poderosa desse moderno apóstolo da ciência, pregando uma nova intuição filosófica do direito.

Na complexidade dos seus vastos conhecimentos sobre as diversas escalas filosóficas deu a supremacia ao monismo mecânico de Haeckel, substituído com a evolução de suas idéias pelo monismo filosófico de Noiré.

Foi ele o fundador, ou antes, o transplantador desta escola científica para o Brasil, como nas regiões ideais da poesia fora o fundador da escola condoreira, caracterizada pelo arrojo das imagens e das frases retumbantes empregadas nos versos inspirados de Victor Hugo.

Entusiasta do pensamento alemão foi no seu tempo o brasileiro mais conhecido na pátria de Yehring, onde era considerado como um jurista eminente e filósofo acatado.

Em tão alta conta era tida a sua aprimorada cultura nos grêmios científicos de além mar, que em 1881 foi distinguido com a nomeação de lente de uma das cadeiras da Universidade livre de Frankfurt e eleito membro correspondente do Clube dos Cosmófilos de Leipzig.

O seu devotamento pela ciência cultivada no país da sua maior predileção induzia-o a estudar consigo mesmo a língua alemã para melhor apreender o pensamento dos escritores, que nela explanaram as suas idéias e doutrinas.

Esse ardente germanismo do douto mestre não foi aquilataado com justiça pelos seus adversários, que julgaram amesquinhá-lo, apelidando-o de filósofo teuto-sergipano, frase atribuída ao espírito epigramático do jornalista Carlos de Laet.

De outra parte, inúmeros foram os seus admiradores e adeptos, fora da legião de talentosos discípulos, sobre quem exerceu a fascinação de sua potente cerebração e cujos espíritos iluminou com os raios de seu imenso saber.

Para que a sua fama corresse mundo, não precisou viajar, fazendo alarde dos seus conhecimentos adquiridos no estudo das ciências, nem se esforçou por demonstrá-los nos comícios e nas conferências públicas.

O seu nome impôs-se à admiração dos estudiosos e dos sábios, independente de ter freqüentado as bibliotecas e institutos do velho continente, que a deficiência de recursos pecuniários o privou de conhecer visualmente, como não conheceu a capital do seu país. A maior parte da existência passou-a no Recife, sua pátria intelectual, da qual apenas se retirou temporariamente em 1883 para visitar Sergipe pela única vez, depois de uma ausência de quase vinte anos.

Poeta, filósofo, jurista, crítico, polemista, orador, jornalista e musicista, conhecia perfeitamente o latim, francês, inglês, italiano, alemão e russo, tendo aprendido esta última língua do mesmo modo que aprendeu a alemã, consigo mesmo.

De sua individualidade ocuparam-se em estudos de crítica e em biografias os intelectuais Sílvio Romero, C. de Koseritz, Phaelante da Câmara, Clovis Bevilacqua, Gumercindo Bessa, Artur Orlando, Graça Aranha, João de Souza Bandeira, Augusto Franco, Samuel de Oliveira, Sellim, Bruno (José Pereira de Sampaio), Virgílio de Sá Pereira, Liberato Bittencourt, Manoel dos Passos, Alberto Seabra, Martins Júnior, Leopoldo de Freitas, Fausto Cardoso, Prado Sampaio, Ávila Lima, Lacerda de Almeida, Viveiros de Castro, José Veríssimo, Medeiros de Albuquerque, Ovídio Manaia, França Pereira, Mário Ganeiro, Abelard Lobo, Carlos D. Fernandes, Raul de Paula.

Sócio efetivo do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.

Escreveu:

– *A religião perante a psicologia*: série de artigos nos ns. de 8, 22 e 29 de maio; 5 e 12 de junho de 1870 do jornal *O Americano*. Recife. Reproduzidos no livro “Vários Escritos”.

– *Notas e estudos sobre a crítica religiosa*: série de artigos nos ns. de 11 de junho; 3, 24 e 31 de julho; 7, 14 e 21 de agosto de 1870 do mesmo jornal. Reproduzidos no livro “Estudos Alemães”.

– *Idéia de um novo direito que é preciso ser reconhecido*. No citado jornal de 28 de agosto de 1870. Reproduzido no livro “Vários Escritos”, sob a epígrafe: *Novo direito que é preciso reconhecer*.

– *Crônica dos disparates*: artigos de polêmicas nos ns. de 4 de setembro; 2, 16 e 23 de outubro e 13 de novembro do mesmo ano e no mesmo jornal. Reproduzido no livro “Polêmicas”.

– *A questão do Poder Moderador* – exame crítico e comparativo do que a respeito escreveram o Visconde de Uruguai, Conselheiro Zacarias e Doutor Braz Florentino: série de artigos iniciada no nº de 4 de junho de 1871 do mesmo jornal e interrompida no de 6 de

agosto seguinte por ter resolvido o autor tratar do mesmo assunto no seu livro “Estudos de direitos”.

– *O artigo 32 do Ato Adicional*: estudo crítico sobre a Dissertação, apresentado em concurso perante a Faculdade, pelo Doutor Coelho Rodrigues. Idem, idem de 22 e 29 de outubro de 1871.

– *Ensaio e estudos de filosofia e crítica*. Recife, 1875, in. 8º. Teve 2ª edição ampliada e refundida em 1889 no Recife com 191 págs. in. 8º.

– *Brasilien wie es ist in hiberarischer Hinsicht behachtet, ein Skizze*. Escada, Pernambuco, 1875, in. 8º.

– *Ein offener Brief an die Deutsche Presse*. Escada, 1878, in. 8º.

– *Um discurso em mangas de camisa*. Palavras dirigidas aos cidadãos presentes na segunda sessão do “Clube Popular da Escada” em o dia 7 de outubro de 1877, Escada, Pernambuco 1879, 45 págs. in. 8º.

– *Dias e noites*: Poesias. Rio de Janeiro, 1881, 203 págs. in. 12º. Imprensa Industrial Editora. Tem 2ª edição publicada em 1893 por Sílvia Romero, muito mais desenvolvida que a primeira, no Rio de Janeiro, com 278 págs. na Comp. Tip. do Brasil, pelos Editores Laemmert & C. É de 1903 a última edição, aumentada, também impressa no Rio de Janeiro pelos referidos editores.

– *Fundamento do direito de punir*. Escada, Pernambuco, 1881. Tem 2ª ed. publicada no Recife em 1836 com XI-145 págs. in. 8º pq. Tipografia Central.

– *Estudos alemães*: filosofia, direito, literatura e crítica. Escada, 1881, in. 4º. Reimpressos no Recife em 1883 na Tipografia Central com 294 págs. in. 8º pq. Há uma edição póstuma de 1892 pelo Dr. Sílvia Romero, com 710 págs. in. 8º, impressa na Companhia Tipografia do Brasil. Rio de Janeiro. Laemmert & C. – Editores proprietários.

– *Teses e dissertação para o concurso ao lugar de lente da Faculdade de Direito do Recife*. Dissertação: Qual a extensão da idéia do mandato de que trata o art. 4º do Código Criminal? Recife, 1882. Este trabalho faz parte do livro – “Estudos de Direito”.

– *Lições do Direito Público Brasileiro dadas por ...* aos seus discípulos particulares, no mês de junho de 1882, e colecionadas por Gumercindo de Araújo Bessa, Manuscrito inédito num volume encadernado de 104 págs. in. 12º. Pertence à Biblioteca Pública de Aracaju.

– *Idéias do Direito*: Discurso proferido na cerimônia da colação do grau de doutor em Direito. Transcrito no “O Guarani”, Aracaju, de 20 e 29 de setembro de 1883. Reproduzido nos “Estudos de Direito” e no livro “Discursos”.

– *Compêndio elementar de gramática Nacional* por J. A. de Castro Nunes, adotado para uso das aulas primárias em diversas províncias do Império. Nova edição (13ª) reformada e muito melhorada pelo Doutor... Havre, 1883, X-G e tantas págs. in. 12º. Imprensa do Comércio.

– *Menores e loucos em direito criminal*: estudos sobre o art. 10 do Código Criminal Brasileiro. Rio de Janeiro, 1884, 180 págs. in. 12º. H. Laemmert & C. Editores. Houve 2ª edição ampliada e refundida. Recife, 1886, 145 págs. in. 8º. Tip. Central.

– *Notas a lápis sobre a evolução emocional e mental do homem*: série de artigos no “Jornal de Sergipe”, Aracaju, de 5, 13, 17 e 20 de dezembro de 1884. Reproduzidas no livro “Questões Vigentes”.

– *Glosas heterodoxas a um dos males do dia*. Idem, idem, de 14, 17 e 24 de janeiro de 1885. Reproduzido no mesmo livro.

– *A alma da mulher*. No “O Horizonte”, Laranjeiras, de 24 de dezembro de 1885; 1, 10, 17, 24 e 29 de janeiro; 5 e 12 de fevereiro e 3 de abril de 1886. Este estudo está incluído na edição póstuma dos “Estudos Alemães”.

- *Discursos*. Pernambuco, 1887, 109 págs. in. 8º pq. Tip. Miranda. Este livro contém 5 discursos proferidos na Assembléia Provincial de Pernambuco, um no Clube Popular sob a epígrafe *Em mangas de camisa* – e um proferido na colação dos graus de doutores em direito.
- *Questões Vigentes de filosofia e de direito*. Pernambuco, 1888, 311 págs. in. 8º. peq. Livraria Fluminense Editora. Com uma introdução por Artur Orlando.
- *A irreligião do futuro*. Estudo sociológico, por Guyau. Na “Reforma”, Aracaju, 23 de junho, 8, 15, 22 e 29 de julho de 1888. Transcrição da obra antecedente.
- *Comentário teórico e crítico do Código Criminal Brasileiro*. Recife, 1888, in. 8º. Livraria Fluminense. Publicado em fascículos de 32 págs., não tendo ido além do segundo. – O Dr. Sílvia Romero, grande admirador e amigo do autor, encarregou-se de dar à publicidade uma nova edição dos seus trabalhos, que são os seguintes:
 - *Estudos de direito*: Publicação póstuma, etc. Rio de Janeiro, 1898, 660 págs. in. 8º. Edição muito melhorada. A primeira edição é de 1892.
 - *Vários escritos*: publicação póstuma por Sílvia Romero, Rio de Janeiro, 1900, LIII-365 págs. in. 8º. Comp. Tipografia do Brasil. Laemmert & C. Editores. Este volume contém, além de um veemente prefácio do ilustre Dr. Sílvia Romero, intitulado *Explicações indispensáveis*, diversos escritos publicados pelo autor durante os anos de 1866 a 1888. Citamos entre outros os seguintes:
 - *A religião perante a psicologia; Moisés e Laplace; Os homens e os princípios; Política Brasileira; Direito Público Brasileiro; Reforma da Constituição; Reforma Eleitoral; Há entre nós uma eloquência parlamentar?; O parlamento de 1879; Algumas palavras sobre a teoria da moral; Nota sobre a literatura da América do Norte; O atraso da filosofia entre nós*, etc.
 - *Discursos*: publicação póstuma por... etc. Rio de Janeiro, 1900, 177 págs. in. 8º. Contém este volume 12 discursos, entre os quais se acham:
 - *A educação da Mulher* – Idéia do direito – *Lição de abertura do curso de economia política* na Faculdade do Recife – A Carlos Gomes.
 - *Polêmicas*: discussões travadas entre o autor e diversos escritores. Publicação póstuma por... etc. Rio do Janeiro, 1901, XXXIV-396 págs. in. 12º. Laemmert & C. Editores. É a última de suas publicações póstumas feitas pelo Dr. Sílvia Romero. Contém este volume os seguintes artigos: I – *Teologia e Teodicéia não são ciências*. II – *Crônica dos disparates*. III – *Uma anticrítica, ou, melhor, uma anti-descompostura*. IV – *Alguma cousa também a propósito de Meierbeer*: publicada na Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro e transcrita no Jornal do Recife de 25 e 26 de fevereiro de 1880. V – *Ainda alguma cousa também sobre Meierbeer*. VI – *Os teólogos da Civilização*. VI – *Self-Government*. Apêndice: *Guizot e a escola espiritualista do Século XIX*. – *Capitulação de Montividéu*. – *Ao Sete de setembro*. Precede ao volume um bem elaborado estudo do Dr. Sílvia Romero.
- Esforçado paladino da Imprensa, colaborou na “Revista Ilustrada” em 1866; na “Crença”, periódica literária, em 1870; no “O Liberal”, jornal político, em 1872; no “Jornal do Recife”, em 1872; na “Folha do Norte”, diário, em 1883-1884, e na revista “Homens e Letras” em 1888, todos editados no Recife, e redigiu:
 - *O Acadêmico*: jornal científico e literário. Recife, 1865. Com José Jansen Ferreira Júnior, Antonio Antero Alves Monteiro e Manoel Pinheiro de Miranda Osório. De vida efêmera.
 - *A Razão*: periódico científico e literário. Recife, 1868. Saiu apenas o primeiro número a 25 de outubro.
 - *O Americano*: semanário político e de literatura. Recife, 1870-1871. Com Franklin Távora e Minervino Augusto de Sousa Leão.
 - *Um Sinal dos Tempos*: periódico crítico, literário e noticioso. Escada, 1874-1875.
 - *A Comarca da Escada*: periódico crítico. literário e noticioso. Escada 1875. Apareceu em substituição ao periódico anterior, mas teve pouca duração.

- *Devaneio Literário*: jornalzinho dedicado à mocidade escadense. Escada, 1875. Saía duas vezes por semana, sendo o primeiro de 15 de junho e o último de 1º de dezembro.
- *O Desabuso*: periódico político e de crítica. Escada, 1875.
- *Deutscher Kaempfer: litterarisches und “per accidens” prolitisches Zeitungsblatt. Für die Ausbreitung des Deuaschtums im Norden Brasiliens herausgegeben von Muhlert & C.* Recife, 1875. Destinado à expansão do germanismo no Norte do Brasil, foi editado por Carl Eduard Muhbert e escrito em alemão por Tobias exclusivamente. Saiu o 1º nº a 2 de agosto e o último, 6º, a 12 de setembro.
- *O Povo da Escada*: periódico. Escada 1876.
- *O Escadense*: periódico noticioso, crítico e literário. Escada, 1877-1878. Este jornal foi substituído pela
- *A igualdade*: periódico crítico, literário e noticioso. Escada, 1878.
- *Contra a Hipocrisia*: periódico noticioso, crítico e literário. Escada, 1879. Teve a curta existência de agosto a outubro.
- *Estudos Alemães*: revista mensal de filosofia, direito, literatura e crítica. Escada, 1880-1881.
- *O industrial*: revista de indústrias e artes. Recife, 1883. Com José Higino Duarte Pereira, Barros Guimarães e Graciliano Batista.
- *Ensaio de pré-história da literatura clássica alemã*. Na “Revista de Estudos Livres” Lisboa, Primeiro Ano, 1883, págs. 553 a 561; Segundo Ano, 1884, págs. 28 a 37, 97 a 102 e 117 a 121.
- *“A Arte Dramática”* – Jornal de ocasião. Órgão do Clube Dramático Familiar. Com outros. Recife, 1884-1885 in. fl. peq. Saíram apenas 9 números de tiragem mensal.
- *Revista de Estudos Livres*: Lisboa, 1883-1884.
- *Revista das Artes*: hebdomadário de propaganda instrutiva. Recife 1885-1886. Com Afonso Olindense, Antonio de Sousa Pinto, Phaelante da Câmara, Alfredo Falcão e Marcelino Cleto. Foi diretor literário-científico.

Tobias Moreira de Magalhães – Filho de Joaquim Moreira de Magalhães e D. Emília de S. Calixto de Magalhães, nasceu na Estância em 1842 e faleceu em Maruim a 16 de outubro de 1886. Tendo começado seus estudos de música, (para o que tinha verdadeira vocação) em sua terra natal, foi continuá-los na Capital da Bahia, com o professor Adeilmo Nascimento. Daí transportou-se à Itália, onde freqüentou por três anos, um dos conservatórios desse país, estudando especialmente acompanhamentos. Voltando à Bahia, dedicou-se ao ensino do piano; e o que foi como professor e instrumentista, a população daquela capital conserva grata recordação. Bastante modesto, soube entretanto captar simpatias e consideração muito merecidas. Excelente violinista, os artistas de companhias líricas admiravam o modo por que o artista se identificava com o autor de qualquer trecho musical e o executava com segurança e maestria. Era exímio na leitura de primeira vista e no acompanhamento. Na vida deste artista há episódios dignos de menção, como o seguinte, transcrito do “Diário de Notícias” da Bahia de 1908, no “O Estado de Sergipe”, de 10 de janeiro de 1909: “O insigne pianista Alfredo Napoleão foi a Bahia no propósito de dar alguns concertos. Como era natural, procurou de preferência para acompanhá-lo o pianista de maior nomeada, o professor Amado Barata, que por motivo de moléstia não pôde se prestar. Foi-lhe então lembrado o – Tobias. De primeira vista o físico de Tobias não agradou ao grande artista e esta desagradável impressão que lhe produzira o artista, fez sentir ao amigo que o acompanhou, não calando a desconfiança de sua competência.

Em todo caso ficaram combinados e no dia do ensaio, Napoleão um tanto aborrecido, entrega a parte e aconselha-o que fosse revendo a partitura até o momento da execução. Tobias observou que não era necessário. Napoleão replicou e Tobias insistiu: – não é preciso; Sentaram-se cada um em seu piano: Napoleão discorre uma escala em tom maior: Tobias o

imita. Entraram na execução do trecho musical. Foi um delírio ouvir os dois artistas empenhados numa batalha de sons, cada qual executando caprichosamente a parte que tinha na estante.

Em meio da execução, Alfredo Napoleão levantou-se e atira-se nos braços de Tobias apertando-o de encontro ao peito. Estava desfeita a impressão desagradável de seu primeiro encontro.

É uma página da vida do artista sergipano, que, na falta de outros dados, vai servir de biografia.

— U —

Ulisses de Azevedo Faro, Doutor – Filho do Major Felipe de Azevedo e D. Luiza de Faro Mota, nasceu a 28 de outubro de 1856 no engenho Várzea, município do Rosário do Catete.

Feitos os preparatórios, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, recebendo o grau de doutor em 1881.

Principiou a clinicar em Maruim, viajando depois por quase todos os Estados do Brasil. Procurando aperfeiçoar-se em sua especialidade – moléstia dos olhos – seguiu em 1885 para a Europa, freqüentando as clínicas dos Hospitais Saennec, Nacker e Hotel Dieu em Paris.

Em 1900 provou em um artigo que mandou para o jornal de medicina, que em S. Paulo se publicava naquela ocasião que o verdadeiro tratamento da disenteria crônica era a dieta vegetariana. Em 1911 clinicou em Pelotas, S. Vicente e Rio Grande do Sul. Transportando-se para a Capital de S. Paulo, ali exerceu a clínica, principalmente a cirurgia, por muitos anos, tendo feito mais de 500 operações de catarata.

Foi inspetor dos Portos em Manaus; pertenceu ao Centro de Ciências, Letras e Artes em Campinas e é sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Usava os pseudônimos *Xantipo*, *Xavier de Xerez*.

Escreveu:

– Influência da medula espinhal sobre as funções respiratória, circulatória de calorificação e nutrição: dissertação. Proposições. Ciências acessórias. Das quinas. Ciências cirúrgicas. Paralelo entre a talha e a tilhotrícia. Ciências médicas. Dos hospitais. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 3 de setembro de 1881 e perante ela sustentada a 19 de dezembro do mesmo ano. Rio, 1881, 62 págs. in. 8º. Tip. de J. D. de Oliveira.

– *Relatório* ao Governo do Amazonas, onde expendeu suas idéias sobre o béri-béri (Presidência do Dr. Ernesto Chaves).

Apresentou em setembro de 1907 na Capital de S. Paulo as seguintes memórias:

– Algumas modificações na operação da catarata.
– Um novo irrigador ocular e uma pinça ocular.
– Alguns ferros e modificações de ferro de cirurgia.
– Uma sala de operações ideal será possível?
– Conselhos ao povo sobre a oftalmia purulenta dos recém-nascidos: conferência realizada no Centro de Ciências de Campinas em S. Paulo na noite de 10 de outubro de 1907. No “Comércio de Campinas”, de 18 do mesmo mês.

► *Data da morte*: 07 de Outubro de 1933.

Ulisses Florival Barbuda, Doutor – Filho do Dr. Pedro Júlio Barbuda e D. Virgínia Braga Barbuda, nasceu a 14 de fevereiro de 1887 na Cidade de Laranjeiras. Fez os preparatórios na Bahia, matriculando-se ali na Faculdade de Medicina e recebendo o grau de doutor a 14 de dezembro de 1910.

Depois de formado desempenhou o cargo de médico auxiliar do serviço de Profilaxia da Febre amarela na Bahia, e na cidade de Atibaia, Estado de S. Paulo.

Em Santos, S. Paulo, exerceu o cargo de médico adjunto do Serviço de Ancilóstome do Governo do Estado e o de Inspetor Sanitário, em Comissão, por ocasião da epidemia de gripe. Em Santos, onde reside, dedica-se às moléstias de crianças, internas e nervosas e pertence ao Centro Médico de Santos.

Escreveu:

– Gênese da personalidade psíquica: dissertação. Proposições. (Três sobre cada uma das cadeiras do curso de Ciências Médicas e Cirúrgicas). Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 31 de outubro de 1910 e sustentada a fim de lhe ser outorgado o grau de Doutor em Ciências Médicas e Cirúrgicas. Dividida em duas partes: a primeira trata da Fisiologia do cérebro em 3 capítulos, versando a 2ª sobre a Educação das Faculdades intelectuais em 4 capítulos. Bahia, 1910, 102 págs. in. 8º. Oficinas dos Dois Mundos.

Ulisses de Oliveira Sampaio – Filho de Aurélio de Oliveira Sampaio e D. Maria Rosa de Oliveira Sampaio, nasceu a 10 de fevereiro de 1888 no engenho Mangueira, município de Riachuelo. Fez os estudos de humanidades no Ateneu Sergipense, em Aracaju, e depois entrou em concurso para emprego de fazenda em 1910, tendo sido nomeado em 1911 4º escriturário da Alfândega do Recife, sendo depois promovido a 3º escriturário da mesma repartição, lugar que ainda exerce (1924). Desde estudante manifestou o seu gosto pela imprensa, redigindo:

– *A Colméia*: jornal literário e humorístico Aracaju, 1909. Diretor Francisco Barreto. Redatores: Ulisses Sampaio, Demócrito Rocha, Domingos Gordo, Dr. Alcebíades Pais e Virgílio Mainard. Publicação aos domingos. O 1º número saiu a 31 de janeiro.

– *A Gazetinha*: jornalzinho literário e humorístico. Aracaju, 1910. Os mesmos redatores da “A Colméia”. O primeiro número é de 9 de janeiro. No Recife colaborou no “Jornal Pequeno” no qual escreveu a seção intitulada *Frisos* e com outros redigiu:

– *Heliópolis*: revista, mensal de artes e letras, 1913-1914.

Escreveu:

– *Insônias*: fantasias, crônicas e comentários. Recife 1914-191... págs. in. 12º. Edição da Revista “Heliópolis”. Impressa na casa Chardron do Porto.

– *O pitoresco das superstições*: conferência realizada no dia 7 de fevereiro de 1916 no salão da Biblioteca Pública de Aracaju.

Urbano d’Ávila Ribeiro, Doutor – Filho do Capitão Antonio Joaquim Ribeiro e D. Elisa Curvelo d’Ávila Ribeiro, nasceu na Estância a 17 de abril de 1889. Feito o curso de humanidades no Aracaju, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, doutorando-se em 27 de dezembro de 1913. Começou ali a clínica médica, retirando-se depois para a cidade do Bomfim em junho de 1914. Dedicou-se a clínica em geral e especialmente a partos. Durante o seu curso foi interno do hospital militar da Bahia. Sócio da Beneficente Acadêmica, de que foi presidente da comissão fiscal.

Escreveu:

– *Complicações e acidentes do Delivramento*: dissertação. Proposições. Três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 31 de outubro de 1913, a fim de obter o grau de Doutor em Medicina. Bahia, 1913, 34 págs. in. 8º pq. Imprensa Nova.

Urbano da Silva Monte, Cônego – Descendente das antigas famílias Monte, do Ceará, e Travassos, de Sergipe, nasceu na vila de Japarutuba a 8 de julho de 1844, tendo por progenitores João José do Monte e D. Maria Bárbara da Silva Monte.

Destinando-se à carreira eclesiástica, entrou em 1855 para o seminário da Bahia, seguindo em 1864 para o colégio Pio Americano, em Roma, onde três anos depois recebeu as ordens de presbítero na igreja de São João de Latrão, sendo ordenante o cardeal Patrizzi, vigário geral do papa Pio IX. Nesse mesmo tempo formou-se em direito canônico e teologia, tendo recebido anteriormente em 1866 a carta de licenciado em filosofia. De volta ao Brasil foi nomeado secretário do bispo do Ceará, D. Luiz Antonio dos Santos, mais tarde arcebispo da Bahia e marquês do Monte Paschoal, cargo que desempenhou simultaneamente com o de diretor do Ateneu Cearense no decurso de 1868-1869 e dos quais se exonerou, resolvido a empreender nos fins desse último ano segunda viagem à Europa, para assistir ao Concílio do Vaticano e depois visitar os lugares santos. Na sua peregrinação à Palestina, em 1870, teve por companheiros entre outros sacerdotes o bispo, D. Joaquim Dias Laranjeiras e o monsenhor Joaquim Pinto de Campos.

Realizados os louváveis intuitos que o conduziram para longe da pátria de novo regressou ao Brasil, permanecendo por algum tempo na capital da Bahia, como diretor e professor da cadeira de latim do colégio Ateneu Baiano em 1873. Seguindo depois para o Rio de Janeiro, foi ali durante quinze anos vigário da freguesia de Santa Rita e seis na de Santos, em S. Paulo, deixando em ambas grata memória do seu nome pelo zelo e desprendimento com que exerceu as funções paroquiais, notadamente em Santos, cuja matriz em completa ruína reedificou dentro de um ano com esmolas não inferiores a cem contos angariadas entre os fiéis. Foi dali que por motivo de moléstia retirou-se em 1896 para o Ceará, cujo governo o distinguiu com um lugar no corpo docente do Liceu da capital, nomeando-o Professor vitalício da cadeira de grego, que ocupou até os seus últimos dias.

No trato social, como nas suas relações particulares obedecia a mesma linha de invariável correção, sem discrepar daquela natural bonomia com que indistintamente acolhia os grandes, como os pequenos.

Entre os sentimentos nobres que se aninhavam no seu coração bem formado, preponderava o da caridade, revelada no carinhoso interesse com que, verdadeiro apóstolo do bem, corria em busca dos deserdados da fortuna para mitigar-lhes as necessidades da vida. Às suas aptidões e merecimentos deveu ser ainda cônego honorário da antiga capela imperial, capelão do asilo de alienados e inspetor escolar na vila de Porangaba, em cuja estrada residia, e onde faleceu a 2 de julho de 1905.

Sacerdote ilustrado, mas retraído e modesto, apenas

Escreveu:

– *Cartas* a um amigo sobre as suas impressões colhidas nos lugares santos. Foram publicadas algumas no jornal católico “O Apóstolo” do Rio de Janeiro, ficando outras inéditas.

– Carta dirigida de Roma a 12 de junho de 1870 ao seu amigo João Câmara, descrevendo a sua viagem aos lugares santos. No “Cearense” de 15 de julho de 1870 e no “O Apóstolo” de 21 de agosto.

– *Elementos de composição*: tese de concurso para um dos lugares de professor da língua italiana no Imperial Colégio Pedro II. Rio de Janeiro 1879, 31 págs. in. 8º. Tip. de J. D. de Oliveira.

– *Hibridismos, idiotismos e dialetos da língua italiana*: tese para o concurso às cadeiras da língua italiana, no Imperial Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1879, 40 págs. in. 8º. Tip. de J. D. de Oliveira.

– *Campanomia dos substantivos, adjetivos e pronomes de língua italiana*: tese de concurso à cadeira de língua italiana do externato do Imperial Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1883, 31 págs. in. 8º. Tip. de J. D. de Oliveira.

— V —

Venceslau Freire de Carvalho, Coronel – Filho de Manuel Felipe de Carvalho e D. Josefa Maria dos Anjos, nasceu a 28 de junho de 1840 na então vila do Lagarto e faleceu a 16 de setembro de 1893 na Capital Federal.

Com praça no Exército em 23 de maio de 1860 subiu até o posto de coronel de infantaria, confirmado por Decreto de 3 de março de 1892, depois de ter feito distinta carreira militar, na qual conquistou a promoção de tenente por atos de bravura e por merecimento as de major e tenente coronel.

Os seus serviços de guerra foram dignamente remunerados com o oficialato da ordem da Rosa, o grau de cavaleiro das do Cruzeiro e S. Bento de Aviz e com as medalhas do Exército em operações na República do Uruguai, da campanha contra o governo do Paraguai e a de mérito militar.

Serviu em ambos corpos do Exército e em honrosas comissões, tais como a de ajudante de ordens da presidência de Alagoas, na administração do Dr. Geminiano Brasil, e a de comandante interino da brigada policial da capital federal.

Militar brioso, de reconhecida bravura e ilustrado.

Escreveu:

– *Breve tratado sobre a espingarda a Minié*, compilado do “Curso sobre as armas de fogo portáteis” do Snr. Panot. Rio de Janeiro, 1871, in. 8º.

– *Instrução para o fuzileiro armado a Comblain*. Rio de Janeiro, 1874, 142 págs. in. 16º. Tip. Acadêmica – Primeira edição. De colaboração com o alferes Luiz Maria de Oliveira. Mandada adotar no Exército nesse mesmo ano.

– *Instrução para o fuzileiro armado a Comblain*. Rio de Janeiro, 1880, 108-IV págs. in. 8º. Tip. Nacional. Segunda edição revista e aumentada, ainda com a mesma colaboração. Esta obra está dividida em duas partes que o autor denominou primeiro e segundo livro, e são: Nomenclatura da arma Comblain; Instrução para o manejo em parada e de fogo com a arma Comblain, escrito para a Infantaria de linha e caçadores.

– *Prontuário dos processos militares*. Compilação e coordenação por... Rio de Janeiro, 1884, 228 págs. in. 8º pq. Augusto dos Santos Editor. Primeira edição.

– *Prontuário dos processos militares*. Rio de Janeiro 1887, 468 págs. in. 8º. Imprensa Nacional. Segunda edição aumentada e anotada. Publicado por autorização do Exmo. Sr. Conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra.

Vicente Ferreira de Jesus, Padre – Filho de Saturnino Francisco de Jesus e D. Edurvigas Maria da Conceição, nasceu no Lagarto a 5 de abril de 1885. Aos 14 anos de idade seguiu com a família para a Capital da Bahia, onde fez toda a sua educação literária e científica, tendo feito o curso teológico no seminário Arquiepiscopal, no qual recebeu o presbiterato a 28 de outubro de 1908.

Depois de ordenado seguiu para a freguesia do Lagarto, onde foi pro-pároco durante um ano e vigário encomendado depois do falecimento do Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro até janeiro de 1913, em cuja data passou a paroquiar a freguesia de Itabaiana, onde esteve no desempenho das mesmas funções até janeiro de 1917, data em que foi nomeado reitor do seminário do Aracaju. Em outubro deste mesmo ano deixou este cargo e partiu para a diocese de Caitité, na Bahia, sendo nomeado em janeiro do ano seguinte vigário da freguesia de Bela-Flor, Umburanas e Gentio na mesma diocese. Em 14 de novembro de 1914 foi nomeado cônego, renunciando este título algum tempo depois.

Escreveu:

– Manifesto sobre as ocorrências de Itabaiana em 14 de junho de 1916. (Estado de Sergipe). Às altas autoridades do Estado. Ao povo Sergipano. Aracaju, 1916, XV-26 págs. in. 8º. Imprensa Popular. Araújo Lopes & Companhia.

Vicente Ferreira dos Passos, Padre – Filho do alferes Canuto José dos Passos e D. Dorotéia Angélica de Figueiredo, nasceu a 22 de janeiro de 1850 em Itabaiana e faleceu em Mogi-Mirim, Estado de São Paulo, a 26 de junho de 1911. Matriculado em 1871 no seminário da Bahia e nele feito todo o curso teológico, recebeu ordens sacras no do Ceará em 1875, tendo celebrado missa nova a 8 de dezembro desse mesmo ano em Itabaiana, onde foi coadjutor do respectivo pároco logo em seguida à sua investidura sacerdotal.

Os seus comprovincianos elegeram-no deputado provincial para a legislatura de 1878-1879 e nomeado vigário encomendado da freguesia de N. S. das Dores, de que não chegou a tomar posse; foi depois vigário das freguesias de Geremoabo e Natuba na Bahia, a qual representou em três biênios da Assembléia Legislativa, como deputado provincial pelo 9º distrito.

Tornando de novo à terra natal, ocupou o cargo de deputado estadual na segunda Assembléia Constituinte, tendo sido um dos signatários da Constituição de 1891, e o de Diretor Geral da Instrução Pública.

No ano seguinte partiu para o Estado de S. Paulo, onde facilmente conseguiu condigna colocação entre os colegas de sacerdócio.

Vencendo seus pendores para a política para somente dedicar-se aos misteres da igreja, foi desde logo nomeado vigário da freguesia de Brotas e sucessivamente das de Amparo, Itu, Batatais, Pindamonhangaba, Mogi-Mirim e Pirassununga, contando-se por muitas as obras pias que nelas realizou. Divulgados seus créditos de notável orador freqüentes vezes ilustrou a tribuna sagrada com os arroubos de sua eloquência nas festividades religiosas de maior brilho celebradas nas, diversas cidades paulistas. Seus sermões foram a princípio meditados e escritos, mas, logo que se familiarizou com o púlpito pregava de improviso, sob as inspirações do momento.

Em Guaratinguetá no septenário do Divino Espírito Santo fez uma série de conferências, para as quais sempre foram escolhidos os mais aplaudidos pregadores de S. Paulo e Rio de Janeiro.

Escreveu:

– *Sobre o Descimento*: sermão pregado no Aracaju em 1892.

– *Sobre a Eucaristia*: sermão pregado em 14 de abril de 1892 em Aracaju. Ambos inéditos.

– *Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública*, apresentado ao Presidente do Estado, em 14 de agosto de 1893. No “O Município”, Aracaju, de 27 do mesmo mês, a 24 de novembro seguinte.

Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro – Filho do coronel Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro e D. Maria Benta Freitas de Oliveira Ribeiro, nasceu a 10 de julho de 1852 no engenho Varzinhas, município de Laranjeiras, e faleceu nessa cidade a 28 de julho de 1895. Em Laranjeiras recebeu do professor Isaías Lopes as primeiras lições de humanidades, sendo depois aluno interno do “Ateneu Baiano”, colégio de instrução secundária estabelecido na capital da Bahia. Sem o intuito de prosseguir nos estudos, voltou á província, para, a exemplo dos seus maiores, dedicar-se à lavoura, substituindo o braço escravo pelo trabalho livre mais consentâneo com os seus sentimentos abolicionistas.

Declarando-se sectário da República nos fins do ano de 1888, fundou em Laranjeiras, com o doutor Felisbello Freire e o farmacêutico Josino Menezes, o “Clube Republicano”, de que foi vice-presidente, sendo um dos que mais se evidenciaram: na fase histórica da propaganda e na manutenção do órgão do seu partido.

Com a queda da monarquia em 15 de novembro de 1889 foi aclamado três dias depois no Aracaju membro da Junta Provisória, de que já faziam parte nesse tempo o capitão José de Siqueira Menezes e o professor Baltazar de Araújo Goes, abstendo-se desde o dia 23 de co-participar das suas deliberações por considerar prejudicial aos interesses do partido o programa de moderação observado pelos seus companheiros.

Desligado de fato da Junta, somente a 2 de dezembro seguinte resignou definitivamente o cargo, de que fora investido pelos seus correligionários no período agudo do movimento revolucionário.

Nomeado pelo Governo Provisório 1º vice-governador do Estado por Dec. de 8 de janeiro de 1890, foi exonerado em abril, poucos meses depois da sua nomeação. Pela segunda vez nomeado para o mesmo cargo por Dec. de 7 de março de 1891, assumiu neste caráter o governo do Estado a 28 de maio seguinte, em substituição ao governador demissionário, tenente-coronel Luiz Mendes de Moraes; e como a 11 de junho tivesse sido eleito governador pela 1ª Assembléia Constituinte Estadual, em ato sucessivo tomou posse do novo cargo, continuando no exercício das funções governativas até o dia 24 de novembro, em que foi deposto pela força federal, sob o comando do tenente-coronel, Joaquim Baltazar da Silveira, em consequência dos fatos ocorridos no Rio de Janeiro por ocasião da renúncia do marechal Manuel Deodoro da Fonseca.

Por haver assumido o governo do Estado numa situação excepcional, ameaçado de graves acontecimentos, não lhe foi permitido desenvolver sua ação administrativa, em vista da inquietadora apreensão dos espíritos pelo receio de perturbação da ordem social.

Apenas coube-lhe instalar o primeiro tribunal superior de justiça, denominado, por força de um dispositivo da extinta Constituição, Tribunal de Apelação, posteriormente dissolvido.

No regime decaído alistara-se nas fileiras do partido conservador por solidariedade de família e foi nomeado coronel, comandante superior da Guarda Nacional.

Escreveu:

– *Ao redator-chefe da “A Reforma”*. No “O Laranjeirense”, de 25 de novembro de 1888.

– *Vicente Luiz d’Oliveira Ribeiro ao Governo Central e aos seus concidadãos*. Na “Gazeta de Sergipe”, Aracaju, de 30 de abril de 1890.

– *O coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro ao Estado e à Nação*. Idem, de 9 de outubro de 1890.

– *A eleição geral em Sergipe*. Idem, de 11 do mesmo mês e ano.

– Mensagem do Governador de Sergipe dirigida á Assembléia Legislativa do mesmo Estado no dia da instalação da 1ª sessão da 1ª legislatura, a 1 de setembro de 1891. Idem, do dia seguinte e na “Folha de Sergipe”, Aracaju, do dia 3.

– *Aos meus amigos políticos*: manifesto. Idem, de 1º de janeiro de 1893, transcrito na “União Republicana”, de Propriá, a 20 do mesmo mês.

Virgílio do Vale Viana, Farmacêutico – Filho de Manoel Joaquim Viana. e D. Sofia Maria, do Espírito Santo Viana, nasceu a 13 de abril de 1854 na vila do Rosário e faleceu em Laranjeiras a 16 de dezembro de 1910. Fez os estudos secundários e o curso do farmácia na capital da Bahia, em cuja Faculdade recebeu o grau em 1878. Escolhendo para sua residência a cidade de Laranjeiras, ali possuiu acreditada farmácia, onde se viam expostos preparados de sua invenção, entre os quais o Vinho Eupéptico de Genipapo para cujo fabrico e venda obteve privilégio do Governo imperial. Na mesma cidade ocupou os lugares de comissário do ensino publico em 1882 e Provedor da Santa Casa de Misericórdia em 1885 e nos anos compromissais de 1894-1895, 1896-1897.

Tendo encontrado o hospital prestes a desaparecer à falta de recursos pecuniários para o seu custeio, foi procurar em novas fontes de receita o numerário preciso para a restauração das finanças desse pio estabelecimento, conseguindo no fim de certo tempo por em dia todas as despesas, sobre dotá-lo de muitos melhoramentos e torná-lo apto para receber maior número de leitos. Como vereador nos anos de 1880 a 1882 e Presidente da Câmara Municipal revelou mais uma vez o seu espírito adiantado de um administrador operoso.

Entre as obras que executou durante a gestão dos negócios municipais contam-se a ponte nova construída dentro da cidade, de alvenaria, a iluminação pública inaugurada a 1 de janeiro de 1883 e o calçamento da estrada do Quaresma, a começar do ponto próximo ao edifício da Intendência até ao trapiche daquele nome, deixando em meio a construção do Matadouro no lugar denominado Bom Gosto. Sectário de um dos partidos da monarquia, na sua curta carreira política foi eleito deputado provincial para a legislatura de 1882-1888, recusando a reeleição por não se acomodar o seu caráter independente e honesto com uma certa ordem de exigências da política partidária. Fiel ao regime decaído, nos seus últimos anos recolheu-se à vida particular, dedicando-se exclusivamente aos afazeres do estabelecimento farmacêutico, que ainda hoje conserva o seu nome.

Escreveu:

– *Relatório* apresentado à Câmara Municipal de Laranjeiras no dia 7 de janeiro de 1883. Aracaju, 1883, 7 págs. in. 8º pq. Tipografia do “Sergipe”.

– *Relatório* anual apresentado a 3 de março de 1895 pelo Provedor à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Laranjeiras. Manuscrito de 4 págs. em papel almaço.

– *Relatório* apresentado ao Presidente do Estado sobre as obras de cuja direção fora encarregado, na cidade de Laranjeiras. No “O Estado de Sergipe” de 6 de outubro de 1905. Transcrito no opúsculo *As festas de Laranjeiras*. págs. 59 a 67.

Visconde de Maracaju (Vide Rufino Enéas Gustavo Galvão)

Zózimo Lima – Filho de José O. da Fonseca Lima e D. Maria Lima, nasceu na cidade da Capela a 5 de abril de 1889. Iniciou seus estudos primários na cidade do seu nascimento concluindo-os em Niterói, onde preparou-se nas matérias do curso secundário.

Nomeado telegrafista estagiário em 30 de maio de 1912 passou a telegrafista de 5ª classe a 1º de abril de 1915.

Começou a escrever no “O Imparcial”, de Maruim, em 1906. Colaborou depois no “O Município”, de Laranjeiras; no “O Ateneu”, “A Trombeta”, “Diário da Manhã”, e “Jornal, do Povo”, de Aracaju; “Diário de Santos”, “Jornal de Santos”, “A Notícia”, “A Tribuna”, de Santos; “A Platéia”, de S. Paulo; “Correio de Itapira”, da cidade do mesmo nome, e “Lavoura e Comércio”, de Uberaba, Estado de Minas.

Na “A Tribuna”, de Santos, onde colaborou durante anos, publicou vários artigos sobre política, religião e literatura.

Em abril de 1913 fundou com Luiz Paes, na cidade de Santos, o diário “Jornal da Noite”.

Redigiu:

– Atlântico, Caravelas, Estado da Bahia, 1917.

Tem inéditos:

– *Via crucis*: fantasias.

– *Estudos*: crítica e filosofia.

Publicou:

– *Frisos*: série de artigos hebdomadários combatendo idéias expendidas pelo professor Dr: Saturnino Barbosa nos seus livros “A Morte de Deus” e “A Crítica racionalista”. Na “A Tribuna”, de Santos, 1912.

– *Nênia Guerreira*. No “Diário da Manhã”, de Aracaju, de 27 de março de 1917.

Reminiscências. No mesmo jornal de 13 e 14 de abril seguinte.

– Escola Social Positiva. Idéia, de 9 de fevereiro de 1918.

► *Data de morte*: 19 de janeiro de 1984, em Aracaju (SE).